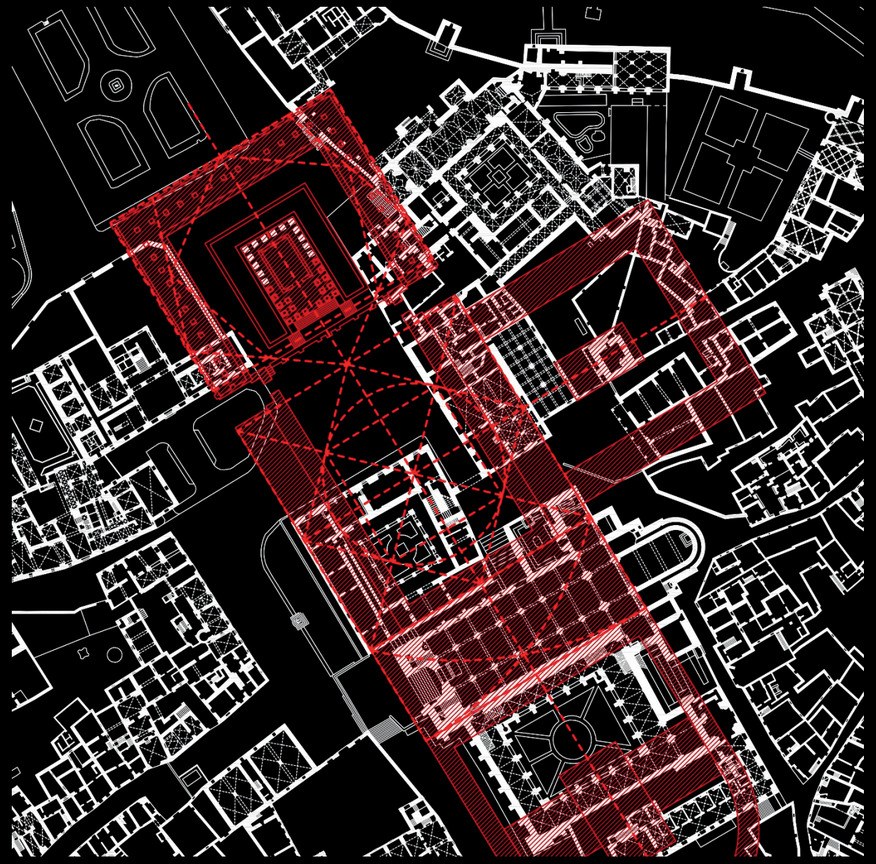
Pedro Vasco de
Melo Martins

A PERSISTÊNCIA DA FORMA URBANA

Leitura das pré-existências na construção da cidade portuguesa

A PERSISTÊNCIA DA FORMA URBANA

Leitura das pré-existências na construção da cidade portuguesa



Pedro Vasco de Melo Martins

Tese elaborada para a obtenção do grau de doutor em Urbanismo

Maio de 2023

Orientadores
Sérgio Padrão Fernandes
Paulo Jorge Garcia Pereira

A Persistência da Forma Urbana

Leitura das pré-existências na construção da cidade portuguesa

Pedro Vasco de Melo Martins

Doutoramento em Urbanismo

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor

Maio de 2023

Orientadores

Sérgio Padrão Fernandes
Paulo Jorge Garcia Pereira

Júri

Professore Giuseppe Strappa,
Professore Ordinário in pensione
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma La Sapienza;

Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia,
Professor Catedrático
Escola de Arquitetura, Arte e Design da Universidade do Minho;

Doutor Carlos Francisco Lucas Dias Coelho,
Professor Catedrático
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade,
Professora Associada com Agregação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Doutor Rogério Vieira de Almeida,
Professor Auxiliar
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa;

Doutor Sérgio Padrão Fernandes,
Professor Auxiliar
Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, orientador

Tese elaborada com o apoio de bolsas individuais de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Universidade de Lisboa.

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Resumo

A Persistência da Forma Urbana

Leitura das pré-existências na construção da cidade portuguesa

A cidade permanece como uma das mais emblemáticas criações humanas, universalmente tida como um paradigma cultural. Após a crise provocada pelo movimento moderno, inúmeros autores procuraram a compreensão do objecto urbano, e sobretudo o entendimento da génese da sua forma. No entanto, esta enquanto resultado de um processo cumulativo em que concorrem inúmeras acções, e acidentes ao longo do tempo, tem um carácter extremamente complexo, dir-se-ia mesmo imperscrutável.

Porém é neste processo evolutivo, intrínseco ao objecto urbano, que se encontra a chave para o seu entendimento. Analisando a forma urbana como o resultado de um acto contínuo de construção sobre elementos pré-existentes, aos quais novos elementos se impõem ou adaptam, é hipoteticamente possível através da leitura hermenêutica do tecido urbano recuperar os diferentes momentos da sua evolução e assim compreender a génese da sua forma.

Dada a insustentabilidade de c expansão urbana indefinida, a reutilização da cidade existente na nossa contemporaneidade, pressupondo edificações novas de raíz ou a reabilitação de edifícios antigos, com maiores ou menores modificações, exige intervenções informadas e conscientes, sendo que estas assumem cada vez mais uma importância fundamental. Neste contexto a investigação visa, partindo do estudo do tecido contemporâneo, compreender a evolução da forma urbana e assim contribuir para o entendimento da cidade actual assim como para projecção do seu futuro.

Palavras-Chave:
Cidade,
Tempo,
Forma,
Morfologia-Urbana,
Pré-existências,

Abstract

The Persistence of urban form

Interpreting the pre-existences in the construction of the Portuguese city

The city remains one of the most emblematic human creations, universally regarded as a cultural paradigm. After the crisis caused by the modern movement, many authors sought to understand the urban object, and especially the comprehension of its form genesis. However, the city as a cumulative result of a process in which numerous competing actions, and accidents happen over time, has a highly complex nature, that we might even say unfathomable.

However, it's in this evolutionary, process intrinsic to the urban object, that the key to its understanding lies. Analyzing the urban form as the result of a continuous act of building on pre-existing elements, to which new elements are imposed or adapted, it's hypothetically possible through the hermeneutic reading of the urban fabric to recover the different moments of its evolution and thus understand the genesis of its form.

Given the unsustainability of indefinite urban expansion, the reuse of the existing city in our time, assuming new buildings from scratch or rehabilitating old buildings, with greater or lesser modifications, requires informed and conscious interventions, and these assume an increasingly fundamental importance. In this context, the investigation aims, starting from the study of the contemporary fabric, to understand the evolution of the urban form and thus contribute to the understanding of the current city as well as to the projection of its future.

Key-Words:

City,

Time,

Form,

Urban-Morphology,

Pre-existing,

Agradecimentos

Ao Professor Sérgio Padrão Fernandes um especial agradecimento pela amizade e apoio que sempre me prestou na orientação do meu percurso, desde que fui seu aluno no Curso de Arquitectura da Gestão Urbanística em 2003/2004 até ao presente. Sem a sua motivação para conseguir sempre mais e sem as incontáveis discussões sobre conceitos e metodologias de leitura do tecido urbano este trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Paulo Pereira igualmente meu professor no Curso de Arquitectura da Gestão Urbanística, e com o qual pude partilhar o meu fascínio pela história da Arquitectura e Urbanismo. O seu apoio e ajuda na estruturação, redacção, assim como na pesquisa de bibliografia especializada foi fundamental para a elaboração do presente trabalho.

Ao Professor Carlos Dias Coelho, que me recebeu no formaurbis LAB em 2012, para integrar a equipa do projecto de investigação "O Quarteirão na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico", e a disponibilidade na orientação da minha tese de mestrado "A Persistência das Formas Urbanas. Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa.", que deu início a este percurso, assim como, todo o apoio e dedicação no acompanhamento do meu percurso como aluno e investigador na Faculdade de Arquitectura.

À equipa do formaurbis LAB, ao Rui Justo, ao João Leite, ao Miguel Silva, quero agradecer a preciosa ajuda ao longo destes anos, sem a qual não era possível dar corpo a esta dissertação. Não posso deixar de sublinhar também a oportunidade em integrar este grupo de investigação e a sua importância enquanto lugar de debate, de troca de experiências e de entreajuda, como um dos mais significativos contributos para os resultados atingidos neste trabalho. Agradeço todo o apoio, a atenção crítica e a generosidade de toda a equipa.

À equipa do UrbinLab, em especial à Professora Maria Manuela da Fonte, ao Professor David Vale, ao Professor Luís Carvalho e ao Professor João Rafael Santos. Professores, colegas de trabalho e amigos desde os tempos de faculdade, cuja experiência e apoio me ajudou em diversos momentos.

Nota prévia

A dissertação insere-se no contexto do curso de doutoramento em urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FA.ULisboa), e integra-se no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

O desenvolvimento da dissertação teve o apoio da Universidade de Lisboa e da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/131466/2017.

O texto foi escrito com ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990 (disponível desde Janeiro de 2010 em Vocabulário Ortográfico de Português, no Portal da Língua Portuguesa) por razões estritas de habituação do autor. As citações apresentadas encontram-se na língua original em que foram produzidos os textos das quais foram retiradas, para evitar a deformação das ideias expressas, ou sempre que necessário traduzidas pelo autor da tese, procurando assim facilitar a leitura do documento.

A referenciação bibliográfica segue as convenções estabelecidas pela American Psychological Association (APA), geralmente utilizado na referenciação bibliográfica no âmbito das ciências sociais e humanas.

As diversas figuras, desenhos ou imagens, surgem como um complemento indispensável ao texto, estando sequencialmente numeradas. A referência à fonte das figuras encontra-se legendada no Índice de Figuras.

O desenvolvimento da Dissertação foi enquadrada no laboratório de investigação formaurbis LAB, da FA.ULisboa e no projecto de investigação "Tipologia Edificada, Inventário Morfológico da Cidade Portuguesa", que foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projecto com a referência PTDC/ART-DAQ/30110/2017. A planimetria de tecidos urbanos e de alguns edifícios utilizados na elaboração da dissertação tem por base o trabalho de investigação desenvolvido pelo formaurbis LAB (FA.ULisboa) no âmbito do projecto mais vasto do *Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa*. Este trabalho tem vindo a ser produzido a partir de várias iniciativas de investigação realizadas na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, sob coordenação científica do Professor Carlos Dias Coelho e com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Índice

Resumo I
Abstract IV
Agradecimentos VI
Nota prévia VIII
Índice X
Índice de Figuras XIV

Introdução 2
Tema 5
Problemática 7
Hipótese 11
Objectivos 17
Metodologia 19
Âmbito e Delimitação do Tema no Espaço e no Tempo 23
Estrutura e Organização da Dissertação 26

Parte I. Leitura da Forma 29
Antecedentes 30
O estudo forma urbana 31
O estudo da forma urbana em Portugal 67
Fontes e Métodos 94
Enquadramento Histórico 96
Análise do Tecido Urbano 116
Comparação Tipo-Morfológica 156

Parte II. Evolução da Forma 199
Braga 200
Braga Fase 1 (*ante* século I a.C.) 202
Braga Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.) 208
Braga Fase 3 (séculos I d.C. – IV) 230
Braga Fase 4 (séculos IV – VIII) 236
Braga Fase 5 (séculos VIII - XII) 246
Braga Fase 6 (século XII) 254
Braga Fase 7 (século XIII) 260
Braga Fase 8 (século XIV) 264
Braga Fase 9 (século XV) 278
Braga Fase 10 (século XVI) 284
Braga Fase 11 (século XVII) 300
Braga Fase 12 (século XVIII) 306
Braga Fase 13 (século XIX) 322
Braga Fase 14. (século XX) 342

Coimbra 374
Coimbra Fase 1 (*ante* século I a.C.) 376
Coimbra Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.) 382
Coimbra Fase 3 (séculos I – IV) 402
Coimbra Fase 4 (séculos IV - VIII) 426
Coimbra Fase 5 (séculos VIII - XII) 434
Coimbra Fase 6 (século XII) 468
Coimbra Fase 7 (século XIII) 496
Coimbra Fase 8 (século XIV) 504
Coimbra Fase 9 (século XV) 514
Coimbra Fase 10 (século XVI) 520
Coimbra Fase 11 (século XVII) 550
Coimbra Fase 12 (século XVIII) 556
Coimbra Fase 13 (século XIX) 572
Coimbra Fase 14. (século XX) 596

Évora 626
Évora Fase 1 (*ante* século I a.C.) 628
Évora Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.) 634
Évora Fase 3 (séculos I – IV) 646
Évora Fase 4 (séculos IV - VIII) 670
Évora Fase 5 (séculos VIII - XII) 682
Évora Fase 6 (século XII) 692
Évora Fase 7 (século. XIII) 698
Évora Fase 8 (século XIV) 726
Évora Fase 9 (século XV) 740
Évora Fase 10 (século XVI) 754
Évora Fase 11 (século XVII) 792
Évora Fase 12 (século XVIII) 808
Évora Fase 13 (século XIX) 818
Évora Fase 14 (século XX) 840

Considerações Finais 867
A Metodologia 870
As Cidades 873
Os Edifícios 878
Espaço-Tempo. Por uma visão operativa da História 881
Perspectivas Futuras 883

Bibliografia 884

Índice de Figuras

Figura 1 pág. 2
Teatro de Marcelo em Roma no século XIX.
(Pompeo Molins, c. 1865, Archivio Alinari.)

Figura 2 pág. 4
Comparação entre a Praça de S. Marcos. e a cobertura da Unité d´Habitation de Marselha.
(Fondation Le Corbusier e Canalleto, 1730, Piazza San Marco, Fogg Art Museum, Cambridge)

Figura 3 pág. 4
Comparação entre as estruturas no lado Sul do Forum de Pompeia e a cobertura da Unité d´Habitation de Marselha.
(Fondation Le Corbusier)

Figura 4 pág. 6
Advertisement for Architecture, de Bernard Tschumi.
(Bernard Tschumi, 1977, www.medium.com)

Figura 5 pág. 8
Duomo di Siracusa. Vestígios do templo dórico, e do *duomo* medieval e barroco
jose_rivietto, www.Instagram.com.

Figura 6 pág. 10
Ruas de Split
Lebbeus Woods, c. 1970,
www.Lebbeuswoods.wordpress.com.

Figura 7 pág. 12
Evolução de Split na Croácia
Adam Caruso, ETH Zürich Studio
https://caruso.arch.ethz.ch/project/202.

Figura 8 pág. 16
Projecto de Toulouse-le-Mirail de 1962-77.
(Candilis et al., 1975)

Figura 9 pág. 18
Reconstrução da informação em falta a partir da regra geral de composição, intervenção no coliseu de Roma pelo atelier Studio Transit em 1984.
Studio Transit, 1984,
www.studiotransit.com/portfolio-item/exhibitions-design-at-the-coliseum/

Figura 10 pág. 20
Aplicação da visão Diacrónica e Sincrónica proposta pelo Estruturalismo no estudo das formas urbanas.
Pedro Vasco Martins.

Figura 11 pág. 22
Localização das cidades casos de estudo.
Pedro Vasco Martins.

Figura 12 pág. 30
Primeiro mapa correspondendo ao período romano.
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 13 pág. 30
Segundo mapa correspondendo ao período após a conquista Franca.
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 14 pág. 32
Terceiro mapa correspondendo ao período do reinado de Luís VII (1137-1180).
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 15 pág. 32
Quarto mapa correspondendo ao período do reinado de Filipe Augusto (1180-1223).
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 16 pág. 33
Quinto mapa correspondendo ao período entre o início do reinado de Carlos VI (1364-1380) e o final do reinado de Carlos V (1367-1380).
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 17 pág. 33
Sexto mapa correspondendo ao período entre o início do reinado de Carlos VII (1422-1461 e o fim do reinado de Henrique III (1573-1575).
Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, 1705-1738, Traité de la police, www.gallica.bnf.fr.

Figura 18 pág. 34
Planta da cidade de Paris do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 19 pág. 34
Panorama da cidade de Paris do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 20 pág. 36
Plano da cidade de Paris durante a ocupação romana do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 21 pág. 36
Plano da cidade de Paris durante o reinado de Filipe Augusto do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 22 pág. 37
Plano da cidade de Paris durante o reinado de Francisco I do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 23 pág. 37
Plano da cidade de Paris durante o reinado de Louis XIII do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".
Jacques-Antoine Dulaure, 1821-1829, Histoire Physique, Civile et Morale de Paris, www.gallica.bnf.fr

Figura 24 pág. 38
Plano do Eixample de Ildefonso Cerdá, em Barcelona.
(Ildefonso Cerdá, 1859, Domínio público, www.wikipedia.com)

Figura 25 pág. 40
Complexa sobreposição de estruturas no sítio arqueológico de Troia na Turquia.
(Heinrich Schliemann, Wilhelm Dörpfeld, 1897)

Figura 26 pág. 42
"A classificação das cidades". Comparação à mesma escala entre a Ville Verte, Paris, Nova Iorque e Buenos Aires.
(Corbusier, 1935)

Figura 27 pág. 44
Palazzo Sturzo, projecto de Saverio Muratori realizado entre 1955 e 1958.
(autor desconhecido, https://www.flickr.com/photos/saverio_muratori/2128024905)

Figura 28 pág. 44
Capa da publicação "Studi per una operante storia urbana di Venezia"
(Muratori, 1960)

Figura 29 pág. 46
Evolução do tecido urbano em Roma, segundo Saverio Muratori.
(Muratori, 1964)

Figura 30 pág. 46
Planta de Roma entre 1605-1748, segundo Saverio Muratori.
(Muratori, 1964)

Figura 31 pág. 48
Evolução de Alnwick, por M.R.G. Conzen.
(Conzen, 1960)

Figura 32 pág. 48
Análise metrológica da Lower Broad Street em Ludlow, por M.R.G. Conzen.
(Whitehand, 2001)

Figura 33 pág. 50
Evolução da cidade de Florença, segundo Caniggia.
(Caniggia & Maffei, 1979)

Figura 34 pág. 50
Tipologias de edifícios medievais de Florença, segundo Caniggia.
(Caniggia & Maffei, 1979)

Figura 35 pág. 52
Evolução do Agora de Atenas, segundo Edmund Bacon.
(Bacon, 1967)

Figura 36 pág. 54
Elementos do tecido urbano, segundo Alain Borie, Pierre Micheloni e Pierre Pinon.
(Alain Borie, 1978)

Figura 37 pág. 56
Exemplos de traçados romanos em cidades francesas, segundo Robert Bedon, Raymond Chevallier e Pierre Pinon.
(Robert Bedon, 1988)

Figura 38 pág. 58
Transformação dos tecidos regulares de origem romana, segundo Spiro Kostof.
(Kostof, 1999b)

Figura 39 pág. 58
Plano de Bagdade e a sua subsequente evolução, segundo Spiro Kostof.
(Kostof, 1999b)

Figura 40 pág. 58
Evolução do Campo de Marte em Roma, segundo Spiro Kostof.
(Kostof, 1999b)

Figura 41 pág. 60
Capa da publicação "Rome: Urban Formation and Transformation".
(Schwarting, 2017)

Figura 42 pág. 62
Axonometria do colégio de Sant'Ivo alla Sapienza, segundo Jon Michael Schwarting.
(Schwarting, 2017)

Figura 43 pág. 62
Axonometria da Piazza Di SS Ignazio, segundo Jon Michael Schwarting.
(Schwarting, 2017)

Figura 44 pág. 66
Extracto da planta de Lisboa evidenciando a diferença entre o tecido antigo da cidade e a reconstrução Pombalina, Augusto Vieira da Silva.
(Silva, 1900)

Figura 45 pág. 68
Interpretação do Plano de Vila Real de Santo António, segundo Horta Correia.
(Correia, 1984)

Figura 46 pág. 70
Hipótese do traçado romano de Évora segundo Vasco Mantas.
(Mantas, 1986)

Figura 47 pág. 70
Plantas do urbanismo medieval de Tomar e Guimarães, segundo o "Atlas de Cidades Medievais Portuguesas".
(Marques et al., 1990)

Figura 48 pág. 72
Estudo arquitectónico das boticas da Praça da Ribeira, segundo Hélder Carita.
(Carita, 1999)

Figura 49 pág. 74
Evolução de Campo Maior, segundo Manuel Teixeira e Margarida Valla.
(Teixeira & Valla, 1999)

Figura 50 pág. 76
Análise do cadastro em frente à igreja de S. Cruz, em Coimbra, segundo Walter Rossa.
(Rossa 2002)

Figura 51 pág. 78
Praça do Município em Ponta Delgada, segundo "A Praça em Portugal - Açores, Inventário do Espaço Público".
(AAVV, 2005).

Figura 52 pág. 80
Estudo da Implantação do castelo de Coimbra.
(Gameiro Pinto, 2006)

Figura 53 pág. 82
Plantas do urbanismo medieval de Viana do Castelo e Monsaraz, segundo Alexandra Paio.
(Paio et al. 2007).

Figura 54 pág. 82
A cidade de Coimbra na Idade Média, segundo Jorge de Alarcão. (Alarcão, 2012)

Figura 55 pág. 84
Plano da cidade romana de Braga, segundo Maria do Carmo Franco Ribeiro.
(Ribeiro, 2008)

Figura 56 pág. 86
Análise do modelo de loteamento do núcleo primitivo de Tomar, segundo Luísa Trindade.
(Trindade, 2009)

Figura 57 pág. 88
Hipótese de configuração da cidade romana de Beja, segundo Gérard Chouquer.
(Chouquer, 2012)

Figura 58 pág. 90
Traçado gerador ad quadratum da Charola do Convento de Cristo em Tomar, segundo Paulo Pereira.
(P. Pereira, 2011)

Figura 59 pág. 90
Comparação das plantas da Sé de Goa com (da esq. para dir.): Sé de Leiria; Sé de Miranda do Douro e Sé de Portalegre, segundo Paulo Pereira.
(P. Pereira, 2011)

Figura 60 pág. 90
Cidade Velha, Ribeira Grande, Cabo Verde, segundo Sérgio Fernandes.
(Fernandes, 2014)

Figura 61 pág. 96
Detalhe da gravura ilustrando o desembarque de Filipe III no Terreiro do Paço em Lisboa.
(Domingos Vieira Serrão, 1662)

Figura 62 pág. 102
Vestígios do Paço dos Alcaides de Castelo Branco antes da sua destruição.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 63 pág. 102
Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Jean-François Félibien des Avaux em 1699.
(Jean-François Félibien des Avaux, 1699)

Figura 64 pág. 104
Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Robert Castell em 1728.
(Robert Castell, 1728)

Figura 65 pág. 104
Visão imaginada da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Karl Friedrich Schinkel em 1841.
(Karl Friedrich Schinkel, 1841)

Figura 66 pág. 105
Visão imaginada da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Francesco Ignazio Lazzari, c. 1700.
(Francesco Ignazio Lazzari, c. 1700)

Figura 67 pág. 105
Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Karl Friedrich Schinkel em 1841.
(Karl Friedrich Schinkel, 1841)

Figura 68 pág. 106
tábua pintada do ciclo dos Santos Mártires de Lisboa. No plano de fundo destaca-se a representação distorcida do Paço da Ribeira de Lisboa.
(oficina lisboeta, c. 1530-1540)

Figura 69 pág. 106
Baldaquino do túmulo de D. Inês de Castro (Mosteiro de Alcobaça, c.1360); pormenor do tambor superior da Capela do Fundador, de 1432-1434 no Mosteiro da Batalha
(P. Pereira, 2011)

Figura 70 pág. 108
Pormenor do desenho da armada de Francis Drake do "Cape Saker", ou Cabo de Sagres, com a única representação da desaparecida Fortaleza de Sagres em 1587.
(Desenho da colecção Cotton Library (1587) do British Museum)

Figura 71 pág. 108
Levantamento por Duarte d'Armas do desaparecido castelo e paço de Castelo Branco.
(Duarte d'Armas, c. 1508, Livro das Fortalezas, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, fl.51v-52, 52v-53)

Figura 72 pág. 110
Selo de cera do tempo de D. Afonso IV (c. 1352).
(reprodução gráfica, Biblioteca Nacional de Portugal, https://purl.pt/776)

Figura 73 pág. 110
Planta de Lisboa no século XVI.
(João Nunes Tinoco, c. 1650, Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais, CFT003.62570)

Figura 74 pág. 110
Planta do projeto de reconstrução de Lisboa após o Terramoto.
(Eugénio dos Santos e Carvalho, Carlos Mardel, 1758, Litografia colorida do Museu de Lisboa)

Figura 75 pág. 112
Capa da publicação "Beja; Centro Histórico-Plano de Salvaguarda e Recuperação."
(Massapina et al., 1981)

Figura 76 pág. 112
Capa da publicação "Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia."
(Lopes, 2003)

Figura 77 pág. 114
Escavações no logradouro do antigo Conservatório de Beja.
(António Cunha, 2019, National Geographic)

Figura 78 pág. 114
Planta das escavações no logradouro do antigo conservatório de Beja.
(José Luís Madeira, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto)

Figura 79 pág. 116
"Disassembly" por Todd Mclellan.
(Todd Mclellan, 2013)

Figura 80 pág. 118
Caracterização do tecido urbano da cidade do Cairo.
(Panerai et al., 2002; Panerai & Mangin, 1999)

Figura 81 pág. 120
Lisboa: Topografia, Traçado Urbano, Parcelas e Edifícios singulares.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 82 pág. 122
Esboços de reconstrução dos banhos de Agripa por Andrea Palladio em 1560.
(Andrea Palladio, 1560, Burlington Devonshire Collection)

Figura 83 pág. 124
Aproximação a Salemi, Sicilia, segundo Álvaro Siza.
(Alváro Siza Vieira.1980. Caderno 61

Figura 84 pág. 126
Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. Traçado Urbano e Sistema linear de espaços públicos, segundo Sérgio Fernandes.
(Fernandes, 2014)

Figura 85 pág. 126
Comparação do loteamento romano com o traçado urbano no séc. XX da cidade de Como, segundo Caniggia.
(Caniggia, 1963)

Figura 86 pág. 128
Reverse design aplicado aos casos de Angra e Ponta Delgada, segundo Antonieta Reis Leite.
(Rossa, 2015b)

Figura 87 pág. 130
Fachada reconstruída do templo de Athena Nike
(Valavanis, 2021)

Figura 88 pág. 132
Fotografia aérea de Siena.
(Kostof 2004b)

Figura 89 pág. 134
Topografia e Traçado de Vila Real, segundo Sérgio Fernandes.
(Fernandes, 2014)

Figura 90 pág. 134
Topografia e Traçado de Lisboa, segundo Sérgio Fernandes.
(Fernandes, 2014)

Figura 91 pág. 136
Traçado de Wiesbaden, segundo Colin Rowe.
(Rowe & Koetter, 1978)

Figura 92 pág. 138
Reconstrução hipotética da malha romano de várias cidades francesas, segundo Robert Bedon, Raymond Chevallier e Pierre Pinon.
(Pinon et al., 1988)

Figura 93 pág. 140
100 anos da evolução da cidade de Boston segundo Alan Jacobs. Amostras comparativas do traçado urbano.
(Jacobs, 1993)

Figura 94 pág. 142
O tecido urbano e o parcelário de Alfama, Lisboa.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 95 pág. 144
"Million Dollar Corner" um "Holdout" na Macy's Herald Square em Nova Iorque.
(Irving Underhill, 1907)

Figura 96 pág. 144
Um dos "Holdouts" que flanqueiam o Rockefeller Center, em Nova Iorque.
(Michelle Young, Untapped Cities)

Figura 97 pág.146
Barcelona. Traços do parcelário rural no Ensanche.
(Panerai et al., 2002)

Figura 98 pág. 148
Bairro de Santa Croce em Florença. A implantação do antigo anfiteatro romano é visível na estrutura radial dos edifícios comuns.
(Alain Borie, 1978)

Figura 99 pág. 150
Evolução do Quartiere di S. Bartolomio na cidade de Veneza, segundo Saverio Muratori.
(Muratori, 1960)

Figura 100 pág. 151
Evolução do Quartiere di S. Bartolomio na cidade de Veneza, segundo Saverio Muratori.
(Muratori, 1960)

Figura 101 pág. 152
Evolução do antigo edifício do Banco de Inglaterra.
(Adam Caruso, ETH Zürich, Studio Adam Caruso, https://caruso.arch.ethz.ch)

Figura 102 pág. 154
***Palazzo Massimo alle Colonne* em Roma, construído sobre os vestígios do antigo Odeão de Domiciano**.
(Alain Borie, 1978)

Figura 103 pág. 154
Monumentalização. Casa Meucci-Garibaldi sobrepujada por um entablamento clássico em 1936.
(Berenice Abbott, https://digitalcollections.nypl.org)

Figura 104 pág. 156
Reconstrução através da inferência de uma forma completa para a forma fragmentária
(Luc Besson, 2006, "Angel-A")

Figura 105 pág. 158
Ilustração da alegoria da caverna de Platão.
(Cornelis van Haarlem, 1604, www.britishmuseum.org)

Figura 106 pág. 160
Tipos de templos romanos, segundo Vitrúvio.
(Vitruvius, 1999)

Figura 107 pág. 162
Árvore da vida segundo Ernst Haeckell.
(Ernst Haeckel, 1866, Generelle Morphologie der Organismen)

Figura 108 pág. 164
Alegoria da cabana de Vitrúvio.
(Marc-Antoine Laugier, 1755, Essai sur l'architecture)

Figura 109 pág. 166
Capa da "Encyclopedie Methodique" de Quatremere de Quincy.
(M. Quatremere de Quincy, 1788-1825, Encyclopédie méthodique. Architecture. https://gallica.bnf.fr/)

Figura 110 pág. 168
Tábua dos templos egípcios, na "Recueil et parallèle des édifices de tout genre anciens et modernes.".
(Jean-Nicolas-Louis Durand 1801, Recueil et parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes, remarquables par leur beauté, par leur grandeur ou par leur singularité, et dessinés sur une même échelle., https://gallica.bnf.fr/)

Figura 111 pág. 168
Tábua dos templos circulares, na "Recueil et parallèle des édifices de tout genre anciens et modernes.".
(Jean-Nicolas-Louis Durand 1801, Recueil et parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes, remarquables par leur beauté, par leur grandeur ou par leur singularité, et

Figura 112 pág. 170
Desenho de um edifício a partir de uma composição arquitectónica elementar, na Tábua 20 das "Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique".
(Jean-Nicolas-Louis Durand 1802, Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique., https://gallica.bnf.fr/)

Figura 113 pág. 170
Composições arquitectónicas elementares, na Tábua 21 das "Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique".
(Jean-Nicolas-Louis Durand 1802, Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique., https://gallica.bnf.fr/)

Figura 114 pág. 172
Comparação entre a Villa Stein de Corbusier e a Villa Malcontenta de Palladio.
(Rasmussen, 1959)

Figura 115 pág. 174
Aldo Rossi, "La Città Analoga".
Aldo Rossi, Bruno Reichlin, Fabio Reinhart, Eraldo Consolascio, 1976, "La Città Analoga", Fondazione Aldo Rossi.

Figura 116 pág. 176
Quadro síntese do conceito de "Tipo".
(Pedro Vasco Martins)

Figura 117 pág. 178
Detalhe da pintura "A escola de Atenas" com as figuras de Euclides ou Arquimedes.
(Raffaello Sanzio da Urbino, 1509 – 1511)

Figura 118 pág. 180
Geometria do teatro romano segundo Andrea Palladio.
(Andrea Palladio, 1556, I Dieci Libri dell' Architettura")

Figura 119 pág. 182
Hipótese de Traçado Regulador do recinto conhecido como Teatro Marítimo na Vila Adriana, a partir de uma geometria *ad quadratum*.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 120 pág. 182
Traçado Regulador do Teatro Marítimo sobre o Folio 90 r do manuscrito "Apocalipse de Lorvão" elaborado no século XII
(Pedro Vasco Martins)

Figura 121 pág.184
Utilização da Groma na delineação inicial de edifícios públicos romanos.
(Macaulay, 1893)

Figura 122 pág. 186
Esquema geométrico *ad triangulum* aplicado na Catedral de Milão, segundo Cesare Cesariano.
(Cesare Cesariano, Vitruvio Libri Decem, ed. de 1521, fols. 14, 14 r e 15)

Figura 123 pág. 186
Esquema geométrico *ad quadratum* segundo Cesare Cesariano,
(Cesare Cesariano, Vitruvio Libri Decem, ed. de 1521, cap. IX. Pormenores, fol. 144)

Figura 124 pág. 188
Figuras geométricas essenciais utilizadas na Aquitectura a partir da geometria prática.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 125 pág. 189
Desmultiplicação do quadrado e geração de rectângulos harmónicos.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 126 pág. 190
Comparação entre as proporções da figura humana e a fachada de um edifício clássico.
(Francesco di Giorgio Martini, Trattato di architettura, ingegneria e arte militare, c. 1482, Floreça, Bibl. Naz., MS II.I141)

Figura 127 pág. 192
Unidades de medida romanas e a sua relação com o corpo humano.
(Vitruvius, 1999)

Figura 128 pág. 194
Correspondência anatómica das quatro dimensões da quina: 1-Côvado, 2-Palmo, 3-Pamo menor, 4-Palma.
(Cunha, 2003)

Figura 129 pág. 194
A Quina de Pé de Reis
(Cunha, 2003)

Figura 130 pág. 196
A irregularidade do perímetro Forum de Lepcis Magna mascarada através de espaços de transição.
(Wilson Jones, 2000)

Figura 131 pág. 196
Ermida de Santa Catarina em Monsaraz. Apesar da erudição do desenho a irregularidade do edifício é evidente.
(Cunha, 2003)

Figura 132 pág. 204
Planta da citânia de Sanfins
(Silva, 2007)

Figura 133 pág. 206
Fotografia aérea de uma unidade doméstica reconstituída na citânia de Sanfins.
(Silva, 2007)

Figura 134 pág. 206
Vestígios do Balneário Pré-Romano da Estação de Caminho de Ferro.
(Lemos & Bettencourt, 2003)

Figura 135 pág. 212
Sobreposição entre o traçado oitocentista do Bairro das Travessas e o quadrante Nordeste da cidade romana.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 136 pág. 214
Edifício identificado sobre as Termas do alto da Cividade.
(Silva, 2002)

Figura 137 pág. 216
Pormenor na gravura de Georg Braun, apresentando a legenda "forum romanorum".

Figura 138 pág. 216
Largo Paulo Osório numa planta topográfica da cidade de Braga.
(Francisco Goullard, 1883/84, Planta topográfica de Braga, Folha XX)

Figura 139 pág. 216
Capitel e Base recuperados no Largo Paulo Osório.
(Morais, 2010)

Figura 140 pág. 218
Fórum romano de Paris, segundo Jean-Claude Golvin.
(Jean-Claude Golvin)

Figura 141 pág. 220
Traçado regulador dos fóruns de Évora e Mérida.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 142 pág. 222
Traçado regulador dos edifícios conhecidos como "Templo Hércules Victor" (Século II a.C.) e "Templo de Minerva Médica" (século IV) em Roma.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 143 pág. 222
Processo de desenho do traçado regulador.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 144 pág. 224
Comparação Tipo-Morfológica do traçado regulador dos fóruns romanos de: Virunum Mérida, Bavay, Lugo, Narbonne Paris, Trier, Saint-Bertrand-de-Comminges, Avenches, Feurs, Augst, Évora, Coimbra, Alba-la-Romaine, Nîmes, Nyon, Tomar, Peltuinum, Idanha-a-Velha, Lezuza e Zuglio.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 145 pág. 226
Distribuição geográfica dos fóruns onde foi identificado o traçado regulador ou com fortes indícios do mesmo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 146 pág. 228
Geometria de composição do fórum de Braga sobre o tecido urbano actual.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 147 pág. 228
Comparação entre a dimensão doi hipotético Fórum de Braga e o Fórum de St. Bertrand de Comminges.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 148 pág. 232
Implantação dos vestígios do Teatro Romano de Braga sobre o tecido urbano actual.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 149 pág. 238
Torreão da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa.
(Ribeiro, 2008)

Figura 150 pág. 238
Contorno da Muralha da Antiguidade Tardia sobre a cartografia do século XIX.
(Pedro Vasco Matins)

Figura 151 pág. 240
Pormenor do sarcófago de S. Martinho de Dume (século XI) com a representação de um edifício de 5 naves.
(Morais, 2010)

Figura 152 pág. 240
Sobreposição dos vestígios da basílica paleocristã sobre a planta do edifício contemporâneo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 153 pág. 242
Planta de S. Frutuoso e S. Martinho de Dume.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 154 pág. 248
Capela de S. Geraldo e absíola parte do espaço da antiga catedral românica, e hoje exteriores à Sé.
(Real, 1990)

Figura 155 pág. 248
Capiteis românicos no pórtico de acesso à Sé.
(Real, 1990)

Figura 156 pág. 252
Planta do hipotético projecto inicial para a catedral de Braga sobre a planta do edifício contemporâneo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 157 pág. 262
Detalhe da gravura de Georg Braun representando um imponente muro que ligava o paço ao castelo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 158 pág. 266
O castelo de Braga num detalhe da planta da cidade de Braga realizada por Belchior José Garcez. O desenho perfeitamente quadrangular das muralhas é evidente.
(Belchior José Garcez, Miguel Baptista Maciel, c. 1854, Planta da Cidade de Braga)

Figura 159 pág. 266
O castelo de Braga num detalhe da planta da cidade de Braga Primas.
(André Ribeiro Soares da Silva, 1756, *Mappa da Cidade de Braga Primas*)

Figura 160 pág. 268
Demolição da face e da torre Ocidental do Castelo, vendo-se ainda o alçado tardoz da Cadeia Civil.
(Monteiro, 1906)

Figura 161 pág. 268
Demolição da face Ocidental e da torre Sul do Castelo.
(Monteiro, 1906)

Figura 162 pág. 270
Interpretação do desenho original do Castelo de Braga.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 163 pág. 272
Torre de Refóios, Refóios do Lima, Alto Minho, construída provavelmente ainda no século XII.
(Autor desconhecido, www.escapadarural.pt)

Figura 164 pág. 272
Planta hipotética no núcleo fundacional do paço.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 165 pág. 274
Abóbada nervurada na cabeceira da Capela dos Reis.
(Autor desconhecido)

Figura 166 pág. 282
O provável edifício da Sinagoga Nova no Mapa das Ruas de Braga, de 1750.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 167 pág. 286
O torreão manuelino Norte com o seu perfil circular completo ainda perfeitamente preservado no início do século XIX.
(J. C. Robinson, 1866)

Figura 168 pág. 288
Vestígios do inacabado Palazzo Tribunale de Bramante na Via Giulia.
(Google Street View)

Figura 169 pág. 288
Sistema de eixos renascentistas em redor do centro medieval da cidade de Florença.
(Schwarting, 2017)

Figura 170 pág. 290
Antigo edifício dos Paços do Concelho, representados no Mapa das Ruas de Braga Mapa das Ruas de Braga, de 1750.
(Padre Ricardo da Rocha, c. 1750, Mappa das Ruas de Braga, Folha Nº22)

Figura 171 pág. 290
Antigos alpendres utilizados como Açougues no Largo da Praça Velha, representados no Mapa das Ruas de Braga Mapa das Ruas de Braga, de 1750.
(Padre Ricardo da Rocha, c. 1750, Mappa das Ruas de Braga)

Figura 172 pág. 298
Mapa da cidade de Braga de existente no atlas de Georg Braun.
(Georg Braun, 1572-1618, Civitates orbis terrarum)

Figura 173 pág. 302
Fachada da Igreja de Santa Cruz no início do séc. XX.
(Manoel Carneiro)

Figura 174 pág. 302
Vista da cidade de Braga do final do século XVII.
(autor desconhecido)

Figura 175 pág. 308
A arcada construída por D. Rodrigo Moura Teles no início do século XIX
(J. C. Robinson, 1866)

Figura 176 pág. 308
Primeiro Edifício da Biblioteca Pública de Braga: extinto Convento dos Congregados.
(Autor desconhecido)

Figura 177 pág. 310
Campo Novo.
(Google Earth)

Figura 178 pág. 310
Fachada da Sé de Braga no início do século XX.
(Bernardo Carneiro)

Figura 179 pág. 314
Paço de D. José de Bragança antes do **incêndio de 1866, destacando-se o coroamento da capela octogonal e a torre do campanário, destruídos com a reconstrução do edifício.**
(Antero Seabra, 1863?)

Figura 180 pág. 314
Edifício dos Paços do Concelho de Braga nos anos 50 do século XX.
(Autor desconhecido, Arquivo Photografia Aliança)

Figura 181 pág. 316
Mapa das Ruas de Braga. Alçado Norte e Sul de Rua de Maximinos.
(Padre Ricardo da Rocha, c. 1750, Mappa das Ruas de Braga, Folha Nº22)

Figura 182 pág. 317
Detalhe do *Mappa da Cidade de Braga Primas* mostrado as obras inacabadas do Hospital de S. Marcos, com a recém-construída ala Sul concluída, mas com a parte Norte correspondente à igreja ainda com os edifícios seiscentistas.
(André Ribeiro Soares da Silva, 1756, *Mappa da Cidade de Braga Primas*)

Figura 183 pág. 318
Arco da Porta Nova no início do século XX.
(Bernardo Carneiro)

Figura 184 pág. 320
Largo dos Remédios.
(Manoel Carneiro)

Figura 185 pág. 324
Planta da cidade de Braga elaborada por volta de 1854.
(Belchior José Garcez, Miguel Baptista Maciel, c. 1854, "Planta da Cidade de Braga",)

Figura 186 pág. 330
Planta da cidade de Braga elaborada por volta de 1864.
(Joaquim Pereira da Cruz, 1864, "Planta da Cidade de Braga", Arquivo da Câmara Municipal de Braga)

Figura 187 pág. 330
O edifício sede do Banco do Minho e o Teatro S. Geraldo.
(Manoel Carneiro)

Figura 188 pág. 332
Incêndio do Palácio de D. José de Bragança.
(António Augusto Pereira)

Figura 189 pág.334
Embarque do Corpo Expedicionário Português na estação de Braga em 1917.
(Autor desconhecido, Arquivo Aliança)

Figura 190 pág. 334
Comboio urbano a vapor passando em frente à Arcada.
(Autor desconhecido, https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com)

Figura 191 pág. 338
Planta da cidade de Braga elaborada em 1883/84.
(Francisque Goullard, 1883/84, "Planta Topográfica da Cidade de Braga" Arquivo da Câmara Municipal de Braga)

Figura 192 pág. 344
Construção do Edifício das Repartições vendo-se ao fundo o antigo Aljube.
(Autor desconhecido)

Figura 193 pág. 346
Fachada do Convento dos Remédios.
(Autor desconhecido, Arquivo do Museu da Imagem)

Figura 194 pág. 346
Fachada da antiga Igreja do Carmo.
(Martins, 2010)

Figura 195 pág. 350
Fachada do Theatro Circo por volta de 1915.
(Bilhete-postal, s. d. Edição da Luvaria Monteiro - Avenida Central, 2 - Braga. Colecção de EPO)

Figura 196 pág. 350
Antigo Mercado do Ferro, demolido em 1956.
(Autor desconhecido, Arquivo do Museu da Imagem)

Figura 197 pág. 352
Edifício dos CTT de Braga.
(Autor desconhecido, https://bragaemperspectiva.wordpress.com/2012/03/15/antigo-edificio-dos-ctt-de-braga/)

Figura 198 pág. 354
Antigo Palácio dos Coimbras no lado Sul da antiga Rua das Travessas.
(Autor desconhecido) http://alfarrabiosdebraga.blogspot.com/2011/12/casa-dos-coimbras-ainda-era-do-outro.html)

Figura 199 pág. 354
Obras de construção do Palácio dos Coimbras no lado Norte do Largo de Santa Cruz.
(Arquivo Municipal de Lisboa, Documento PT/AMLSB/PAM/000090)

Figura 200 pág. 356
Ala medieval do paço antes da intervenção da DGEMN.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 201 pág. 356
Ala medieval do paço após a intervenção da DGEMN.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 202 pág. 360
Fragmento da Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de Braga.
(Étienne De Gröer, 1941, Plano de Urbanização Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga)

Figura 203 pág. 362
Vista aérea do estádio.
(Autor desconhecido, https://restosdecoleccao.blogspot.com/)

Figura 204 pág. 362
Pórtico de entrada do estádio e área das Bancadas e da tribuna.
(Arquivo da Gulbenkian, Biblioteca de Arte-Estúdio Mário de Novais, CFT164.162186, CFT164.162202)

Figura 205 pág. 368
Casas de Renda Económica na Avenida da Liberdade durante a década de 1960.
(Autor desconhecido, Arquivo do Museu da Imagem)

Figura 206 pág. 368
Antiga Igreja de S. Lázaro na Avenida da Liberdade.
(Autor desconhecido, obtida em: (Silva, 2021)

Figura 207 pág. 370
Plano de Reestruturação do Território Municipal.
(Autor desconhecido, obtida em: (Silva, 2021)

Figura 208 pág. 370
Mercado do Carandá.
(Manuel Magalhães)

Figura 209 pág. 378
Vaso calcolítico.
(Vilaça & Almeida, 2015)

Figura 210 pág. 380
Comparação entre os opidda de Condeixa-a-Velha e Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 211 pág. 384
Marco Miliário de Calígula encontrado na mealhada marcando a milha XII a partir de Coimbra.
(Alarcão, 2008)

Figura 212 pág. 386
Traçado hipotético da antiga via romana na Baixa de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 213 pág. 388
Corredor original do criptopórtico de Augusto. No lado esquerdo da imagem vêm-se os vãos que originalmente estariam abertos para a praça do fórum a Nascente.
(Vítor Oliveira, www.wipideia.com)

Figura 214 pág. 388
Comparação entre a dimensão do criptopórtico de Coimbra e a primeira versão do fórum de Condeixa-a-Velha.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 215 pág. 396
Hipotético limite muralhado existente entre o Palácio de Sobre-Ripas e o antigo Colégio de Santo António da Estrela.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 216 pág. 396
Rua do Quebra Costas no local dos edifícios nº 21/25 e nº 27/29. A Sobreposição dos edifícios é um sinal claro da existência de uma antiga muralha.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 217 pág. 398
Pormenor da imagem do livro "Romanae Urbis Topographia et antiquitatum" de um arco semelhante ao Arco ou Porta de Belcouce.
(Janus-Jacobus Boissard, 1597-1602, Pars Romanae Vrbis Topographiae & Antiquitatum)

Figura 218 pág. 398
Detalhe das representações do Arco de Belcouce no atlas de Georg Braun (século XVI) e na gravura de Pier Maria Baldi (século XVII).
(Pedro Vasco Martins)

Figura 219 pág. 400
Embasamento de origem romana identificado na zona da antiga Porta de Belcouce.
(Anjinho, 2016a)

Figura 220 pág. 400
Hipotética evolução da configuração do arco de Belcouce, primeiro como porta da muralha romana e depois perdendo o seu lado Norte com a inclusão no maior perímetro muralhado medieval.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 221 pág. 404
Bustos de Lívia e Agripina Maior.
(Carvalho et al., 2009)

Figura 222 pág. 406
Levantamento da ponte manuelina sobre o rio Mondego elaborado em 1848.
(Autor desconhecido, Arquivo do Ministério de Obras Públicas, D43 B)

Figura 223 pág. 406
Esquema da hipotética evolução da ponte de Coimbra desde a fundação romana (a vermelho) até à ponte Manuelina (a cinza).
(Pedro Vasco Martins)

Figura 224 pág. 408
Comparação entre as pontes romanas de Chaves, Salamanca e Córdoba.
(Pedro Vasco Martins).

Figura 225 pág. 410
Comparação entre as plantas do criptopórtico de Coimbra e o hipotético fórum de Cláudio.
(Carvalho et al., 2009)

Figura 226 pág. 410
Reconstrução volumétrica do hipotético fórum de Cláudio.
(Carvalho et al., 2009)

Figura 227 pág. 412
Reconstrução do fórum de Mérida.
(AAVV, 2009)

Figura 228 pág. 414
Comparação entre várias basílicas romanas e o criptopórtico de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 229 pág. 414
Fragmento de ara dedicada ao génio da basílica.
(Carvalho et al., 2009)

Figura 230 pág. 416
Reconstrução da planta do fórum de Coimbra a partir do traçado regulador dos fóruns tripartidos
(Pedro Vasco Martins).

Figura 231 pág. 418
Implantação do fórum de Coimbra sobre o tecido urbano antes das demolições realizadas em meados do século XX
(Pedro Vasco Martins)

Figura 232 pág. 420
Continuidade da rua romana identificada na Rua Borges Carneiro até à zona da Rua do Quebra Costas.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 233 pág. 420
Deformação de uma rua romana até ao período islâmico.
(Sauvaget, 1935)

Figura 234 pág. 422
Implantação do Teatro Romano de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 235 pág. 422
Urbanismo romano de Coimbra.
(Mantas, 1992)

Figura 236 pág. 428
Cornijas romanas reutilizadas no embasamento da Torre do Anto.
(Silva & Silva, 2013)

Figura 237 pág. 430
Moeda visigótica de Sisebuto (612-621) cunhada em Emínio.
(Aureo & Calicó)

Figura 238 pág. 438
Gravura do Arco de Belcouce.
(Vasconcelos, 1930)

Figura 239 pág. 442
Comparação entre os alinhamentos da Igreja de S. Pedro e o tecido urbano na Alta de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 240 pág. 442
Fotografia aérea da cidade de Saragoça evidenciado a dissonante relação entre a orientação da igreja catedral, antiga mesquita aljama, com o tecido urbano envolvente de origem romana.
(Google Earth)

Figura 241 pág. 444
Comparação entre os alinhamentos e o traçado regulador de antigas mesquitas andaluzes com as igrejas de S. Pedro em Coimbra, S. Maria de Marvila em Santarém, S. Maria da Alcáçova em Santarém, a Mesquita Aljama de Córdoba, a Mesquita del Cristo de la Luz em Toledo e a Igreja de Santa Maria em Badajoz.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 242 pág. 446
A igreja de S. Pedro em 1899.
(Aurélio da Paz dos Reis)

Figura 243 pág. 446
Pilastras de cronologia Moçárabe ou Islâmica recuperadas na demolição da Igreja de S. Pedro.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 244 pág. 449
Reconstituição volumétrica do recinto muçulmano vista de sudeste.
(Pimentel, 2003)

Figura 245 pág. 450
Comparação entre várias fortificações peninsulares de origem islâmica.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 246 pág. 452
Perfil da fortificação islâmica sobre a planta do edifício actual.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 247 pág. 452
Alçado Norte do Paço das Escolas, evidenciando ainda os torreões de origem islâmica.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 248 pág. 454
Hipotético perfil dos principais edifícios islâmicos da Alta de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 249 pág. 462
Reconstrução da planta da mesquita aljama de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 250 pág. 464
Claustro de S. João reconstruído no interior do Museu Machado de Castro.
(Freitas, 2015)

Figura 251 pág. 464
Epigrafe "*Mariae Virginis*" redescoberta nas fundações da Sé Catedral de Coimbra, e provavelmente pertencente ao edifício que precedeu a construção românica.
(Craveiro, 2011b)

Figura 252 pág. 472
Reconstrução da primitiva igreja românica de Santa Cruz.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 253 pág. 478
Reconstrução da primitiva planta da igreja românica de Santa Cruz a partir da planta da Igreja de S. Vicente de Fora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 254 pág. 480
Detalhe da Planta da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.
(Francisco e Cesar Goullard, 1874, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 255 pág. 480
Planta da igreja românica de S. Justa sobre o tecido actual.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 256 pág. 482
Planta da Sé de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 257 pág. 482
Epígrafe islâmica da Sé de Coimbra "Escrevi isto como recordação permanente do meu sofrimento. A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará".
(http://patrimonioislamico.ulusofona.pt/)

Figura 258 pág. 484
Porta de acesso ao claustro e base dos pilares da igreja românica de S. João.
(Carvalho et al., 2009)

Figura 259 pág. 484
Sobreposição da igreja românica de S. João da Almedina e do fórum romano de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 260 pág. 486
Embasamento da Torre de Menagem em 1947.
(AAVV, 1984)

Figura 261 pág. 486
Planta do castelo no século XVIII.
(William Elsden, 1773, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Ms.3377/41)

Figura 262 pág. 488
Planta da igreja românica de S. Bartolomeu.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 263 pág. 488
Planta da igreja românica de S. Cristóvão.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 264 pág. 490
Planta da igreja românica de S. Salvador.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 265 pág. 494
Comparação das plantas das igrejas românicas de Coimbra.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 266 pág. 450
Planta para a o madeiramento das naves laterais da Igreja de S. Domingos de Coimbra, 1521.
(Pêro Anes, 1521, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Corpo Cronológico, parte 1, maço 27, doc. 39)

Figura 267 pág. 450
Planta da cabeceira da Igreja de S. Francisco de Coimbra.
(Pêro Anes, 1524-1527, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Corpo Cronológico, Corpo Cronológico, parte 21, maço 138, doc. 168).

Figura 268 pág. 516
Levantamento do antigo Hospital de S. Lázaro.
(Pessoa, 1931)

Figura 269 pág. 516
Ruínas da capela do Hospital de S. Lázaro embebidas no tecido urbano.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, FOTO.00139717)

Figura 270 pág. 522
Levantamento pombalino do antigo Hospital Real.
(MatrizPix, Direcção Geral do património Cultural)

Figura 271 pág. 522
Edifício do antigo Hospital Real no lado esquerdo da imagem.
(Autor desconhecido, Arquivo de Pedro Bandeira)

Figura 272 pág. 524
Fachada da igreja do mosteiro de Santa Cruz por volta de 1960.
(IC, C-086)

Figura 273 pág. 528
Praça de Coimbra em inícios do séc. XX, em vista tomada em direção a igreja de S. Bartolomeu. O pequeno edifício de dois andares, situado no plano médio, a esquerda, encontra-se no local onde estavam instalados os açougues medievais.
(Autor desconhecido, Acervo de Jorge Oliveira)

Figura 274 pág. 532
Esquema geométrico de composição do traçado da rua e dos seus edifícios monumentais a partir da aplicação de módulos quadrados de 60 braças.
(Rossa, 2001)

Figura 275 pág. 536
Esquema de implantação da "quadratura das escolas" segundo um módulo quadrado de 50 braças.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 276 pág. 536
Comparação do convento de cristo com uma quadratura de 50 braças.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 277 pág. 540
Ruínas da Igreja de S. Domingos.
(Adolphe Block, c. 1860, Colecção particular de Alexandre Ramires)

Figura 278 pág. 540
Ruínas da nova Igreja de S. Domingos num detalhe da Planta da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.
(Francisco e Cesar Goullard, 1874, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 279 pág. 542
Vista da capela-mor e colateral Sul nos anos 50/60.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 280 pág. 542
Planta da cabeceira da Igreja de S. Domingos na segunda metade do século XX.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 281 pág. 543
Planta dos vestígios da Igreja de S. Domingos, identificando a preto as estruturas existentes, a vermelho as estruturas desmontadas nos anos 50 e a tracejado as estruturas nunca concluídas.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 282 pág. 546
Sobreposição entre a hipotética "quadratura das escolas" e o tecido urbano da Alta de Coimbra antes das demolições da segunda metade do século XX.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 283 pág. 546
Gravura de 1732 que mostra o complexo jesuíta na Alta de Coimbra.
(Museu Nacional Machado de Castro, Nº 3310)

Figura 284 pág. 548
Chafariz da Feira.
(Autor desconhecido, https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt)

Figura 285 pág. 548
Loggia seiscentista do Paço Episcopal.
(Autor desconhecido, www.wikipedia.com)

Figura 286 pág. 554
Vista da cidade de Coimbra em 1669 por Pier Maria Baldi
(Pier Maria Baldi, 1669)

Figura 287 pág. 554
Detalhe da vista da cidade de Coimbra em 1669 por Pier Maria Baldi.
(Pier Maria Baldi, 1669)

Figura 288 pág. 560
Biblioteca Joanina.
(Courtauld Institute of Art - Negative number: A 80/4458)

Figura 289 pág. 561
Parque de Santa Cruz.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 290 pág. 564
Projecto de William Elsden para o antigo Colégio das Onze Mil Virgens.
(Franco, 1983)

Figura 291 pág. 564
Projecto de William Elsden para o alçado do novo edifício das ciências naturais.
(Franco, 1983)

Figura 292 pág. 566
Projecto de William Elsden para o Observatório Astronómico integrando no seu centro a antiga Torre de Menagem do Castelo de Coimbra.
(Franco, 1983)

Figura 293 pág. 566
Projecto de William Elsden para o Jardim Botânico.
(Franco, 1983)

Figura 294 pág. 568
Mapa da Alta de Coimbra elaborada por José Carlos Magne.
(José Carlos Magne, Museu Nacional Machado de Castro, Nº 2870)

Figura 295 pág. 568
Planta da Couraça de Lisboa elaborada por José Carlos Magne.
(José Carlos Magne, Museu Nacional Machado de Castro)

Figura 296 pág. 570
Planta de Coimbra e seus Contornos sobre o Rio Mondego
(José Carlos Magne?, Planta de Coimbra e seus Contornos sobre o Rio Mondego, Instituto Geográfico Português, Inv. nº CA 393)

Figura 297 pág. 570
Mappa Thopografico da cidade de Coimbra.
(José Carlos Magne?, Mappa Thopografico da cidade de Coimbra, Instituto Geográfico Português, Inv. nº CA 392).

Figura 298 pág. 571
Mappa Thopografico da cidade de Coimbra com a Divizão das Antigas Freguezias.
(José Carlos Magne?, Mappa Thopografico da cidade de Coimbra com a Divizão das Antigas Freguezias, Instituto Geográfico Português, Inv. Nº CA 391)

Figura 299 pág. 576
Mercado D. Pedro V.
(Biblioteca Municipal de Coimbra, B 289)

Figura 300 pág. 578
Fotografia da Rua da Sofia e da face Ocidental da cidade.
(Adolphe Block, c. 1860, Colecção particular de Alexandre Ramires)

Figura 301 pág. 578
Colégio de S. Tomás no final do século XIX.
(Duarte Santos, c. 1928, Museu Nacional Machado de Castro, pasta Fotografias)

Figura 302 pág. 582
Detalhe da planta da cidade de Coimbra elaborada por Izidoro Baptista em 1845.
(Izidoro Baptista, 1845, *Planta Topographica da Cidade e Arrabaldes de Coimbra,* Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 303 pág. 584
Alçado posterior da antiga torre manuelina reconvertido em elemento monumental de chegada à cidade.
(Arsène Hayes, c. 1870, Colecção Margarida Costa Alemão)

Figura 304 pág. 586
Fachada da Igreja de Santa Cruz em 1869.
(Jean Laurent, 1869, Colecção Alexandre Ramires)

Figura 305 pág. 588
Projeto de reconstrução do conjunto dos edifícios que compunham os Hospitais da Universidade.
(Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra / Ms 3378 / Admin. António Augusto da Costa Simões, 1884, est.nº 2).

Figura 306 pág. 588
Axonometria do conjunto idealizada por Costa Simões.
(Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra / Ms 3378 / Admin. António Augusto da Costa Simões, 1884, est. nº 8).

Figura 307 pág. 590
Cartografia da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.
(Francisco e Cesar Goullard, 1874, *Planta Topographica da Cidade de Coimbra*, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 308 pág. 590
Detalhe da Planta da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.
(Francisco e Cesar Goullard, 1874, *Planta Topographica da Cidade de Coimbra*, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 309 pág. 592
Fotografia aérea do Bairro de Santa Cruz em 1934.
(Autor desconhecido, 1934, Arquivo Histórico das Forças Armadas)

Figura 310 pág. 598
Primeiro Jardim-escola João de Deus, Coimbra, 1911.
(Raul Lino, 1911)

Figura 311 pág. 600
Edifício dos Paços do Concelho de Coimbra nos anos 50/60.
(Autor desconhecido, c. 1950-1960, https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/)

Figura 312 pág. 602
Projecto do Bano de Portugal por Adães Bermudes.
(Adães Bermudes, 1907)

Figura 313 pág. 602
A Igreja de S. Tiago antes das obras de restauro.
(Coimbra Monumental. A igreja de Sant'Iago, "Illustração Portugueza", 2ª série, 1º semestre, Lisboa, 1909)

Figura 314 pág. 602
Obras de restauro da Igreja de S. Tiago nos anos 40.
(AAVV, 1942)

Figura 315 pág. 604
Fachada da Faculdade de Letras projetada pelo Arquiteto Silva Pinto.
(Autor desconhecido, https://acercadecoimbra.blogs.sapo.pt/

Figura 316 pág. 604
Sala de Leitura da Faculdade de Letras. (Autor desconhecido, Imagoteca da Casa Municipal da Cultura, Coimbra)

Figura 317 pág. 606
Palácio da Justiça, antigo Colégio de S. Tomás.
(Arquivo da Gulbenkian, Biblioteca de Arte-Estúdio Mário de Novais, CFT003.3694)

Figura 318 pág. 608
Desmonte da Igreja de S. Bento.
(Correia & Gonçalves, 1947)

Figura 319 pág. 608
Detalhe da Alta da "Planta Topográfica da Cidade de Coimbra".
(José Baptista Lopes, 1932-1934, Planta Topográfica da Cidade de Coimbra, Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Coleção de Plantas)

Figura 320 pág. 610
Imagem da derrocada da Torre de Santa Cruz.
(Fausto Gonçalves)

Figura 321 pág. 610
Vista aérea do Ninho dos Pequenitos por volta de 1935.
(Arquivo da Gulbenkian, Biblioteca de Arte-Estúdio Mário de Novais, CFT003.68400-68618)

Figura 322 pág. 612
Planta do "Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra" realizado em1940 por Étienne de Gröer.
(Étienne de Gröer, 1940, Coleção Professor Santiago Faria)

Figura 323 pág. 614
Cottinelli Telmo, Plano da Cidade Universitária de Coimbra (2ª versão preliminar) de 1942.
(Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais, CFT164.16036)

Figura 324 pág. 614
Demolições durante a construção da Cidade Universitária de Coimbra em 1943/1944.
(AAVV, 1984)

Figura 325 pág. 616
Construção da nova ponte sobre o rio Mondego.
(https://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/)

Figura 326 pág. 616
Rua Larga na actualidade.
(Autor desconhecido)

Figura 327 pág. 618
Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Planta do existente com sobreposição do estudo, realizada em 1956.
(Arquivo Histórico da Direcção-Geral de Ordenamento do Território)

Figura 328 pág. 618
Eduardo Varela Pécurto, Vista aérea da Avenida Fernão de Magalhães e envolvente na década de 50.
(Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra)

Figura 329 pág. 620
Obras de reconstrução da capelo no Museu Nacional Machado de Castro. (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 330 pág. 622
Eixo Bota Abaixo/Rio no Estudo Urbanístico de Fernando Távora realizando em 1992.
(Fernando Távora, 1992, Arquivo Fernando Távora)

Figura 331 pág. 624
Esquissos do Auditório da Faculdade de Direito.
(Universidade do Porto, Fundação Marques da Silva, PT FIMS TAV-2-2.2-2.2.3-2.2.3.1-2.2.3.1.2-01-0275-pd0045)

Figura 332 pág. 624
Perspectiva do centro urbano de Coimbra
(Google Earth)

Figura 333 pág. 630
Materiais da Idade do Bronze (5-7) e da Idade do Ferro (8-9) provenientes do povoado do Castelo do Giraldo, perto de Évora.
(Mataloto, 1999)

Figura 334 pág. 638
Marco Miliário da Mitra em Valverde.
(Bilou, 2004)

Figura 335 pág. 642
Comparação do hipotético quadrado fundacional de Ammaia e Braga.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 336 pág. 644
Torre de Sertório.
(Sistema de informação para o património arquitectónico)

Figura 337 pág. 644
Evolução do Fórum de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 338 pág. 648
Vestígios do Fórum Romano de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 339 pág. 650
Planos e traçados reguladores dos fóruns de: Mérida, Feurs, Nyon, Augst, Paris, Avenches, St. Bertrand de Comminges, Coimbra e Tomar.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 340 pág. 652
Traçado regulador do Fórum de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 341 pág. 654
Reconstrução do Fórum de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 342 pág. 656
Reconstrução das Termas de Costantino, segundo Palladio.
(Andrea Palladio, c. 1570,
https://www.ribapix.com/ RIBA125280)

Figura 343 pág. 658
Vestígios do Laconicum das termas romanas de Évora.
(Reis, 2015).

Figura 344 pág. 660
Vestígios argueológicos das Termas Romanas de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 345 pág. 662
Planta das Termas Romanas de Évora
(Pedro Vasco Martins)

Figura 346 pág. 664
Comparação entre as plantas das termas de Lisboa, Condeixa-a-Velha e Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 347 pág. 674
Hipotético circuito da muralha na zona da praça do Sertório exibindo a Torre do Salvador como uma torre albarrã.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 348 pág. 676
Fotografia do pano Norte da muralha baixo-imperial na zona de silhares irregulares talvez resultado do encerramento de uma antiga porta.
(Google Street View)

Figura 349 pág. 676
Levantamento do pano Norte da muralha baixo-imperial identificando a zona de silhares irregulares resultado do encerramento de uma antiga porta.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 350 pág. 680
Alçado posterior da Igreja de Santana do Campo evidenciando os contrafortes em silharia rusticada do antigo templo romano.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 351 pág. 680
Implantação do templo romano de Santana do Campo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 352 pág. 681
Alçado posterior da Igreja de São Manços evidenciando a estrutura do antigo mausoléu adaptado em capela-mor da actual igreja.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 353 pág. 681
Implantação do mausoléu romano de S. Manços.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 354 pág. 688
Comparação entre as orientações de várias igrejas com hipotéticas ou confirmadas origens em antigas mesquitas.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 355 pág. 690
Esquema de localização do Alcácer Novo, correspondente aos terrenos do Palácio do Cadaval e do Convento dos Lóios e Alcácer Velho, correspondente aos terrenos do Palácio dos Condes de Basto antes propriedade da Milícia dos Freires de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 356 pág. 690
Arco da Freiria de Baixo, onde ainda são evidentes as aduelas que marcam a face exterior da antiga porta do Alcácer Velho.
(Google Street View)

Figura 357 pág. 702
Leitura comparativa de algumas das mais importantes igrejas Góticas Mendicantes nacionais.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 358 pág. 704
Desobstrução de vãos góticos na fachada em 1937 durante a intervenção da DGEMN.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 359 pág. 705
Desobstrução do Portal Norte em 1937 durante a intervenção da DGEMN.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 360 pág. 706
Hipotética planta da primitiva Igreja de S. Francisco.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 361 pág. 706
Comparação entre a configuração e escala das igrejas de S. Francisco de Évora e Santa Maria da Graça em Santarém.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 362 pág. 708
Detalhe da gravura de Lisboa presente no atlas de Georg Braun.
(Georg Braun, 1572-1618, Civitates orbis terrarum)

Figura 363 pág. 708
Detalhe da fachada barroca da Igreja de S. Francisco na gravura do Paço da Ribeira.
(Francisco Zuzarte, 1740)

Figura 364 pág. 710
Planta dos vestígios actuais do Convento de S. Francisco em conjunto com os vestígios da igreja e convento de S. Francisco de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 365 pág. 712
Reconstrução da configuração original da cabeceira da Sé de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 366 pág. 712
Vista aérea da Sé de Évora.
(Catalão Monteiro, Arquivo da Gulbenkian, Biblioteca de Arte, CFT201.130)

Figura 367 pág. 714
Área de implantação do arrabalde de S. Mamede.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 368 pág. 716
Fotografia do Templo Romano antes de 1870.
(Arquivo Histórico da Universidade de Évora, Acervo Túlio Espanca)

Figura 369 pág. 718
Detalhe do foral de Évora destacando a Igreja de S. Domingos.
(Duarte d'Armas, 1501, Câmara Municipal de Évora)

Figura 370 pág. 720
Vestígios do claustro gótico do Convento de São Domingos.
(Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 371 pág. 720
Vestígios arquitectónicos do Claustro Novo do convento de São Domingos de Évora
(Rota dos Vinhos do Alentejo)

Figura 372 pág. 722
Reconstrução da configuração primitiva do Convento de S. Domingos de Évora e comparação com a Igreja de S. Domingos de Elvas.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 373 pág. 724
Circuito da muralha e barbacã na face Poente do núcleo antigo de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 374 pág. 730
Perfil dos dois recintos amuralhados de Évora sobre o traçado urbano da cidade.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 375 pág. 730
Pano de muralha entre as Portas de Avis e a Rampa do Seminário nos anos 50.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/AFCME/DFT/112/342)

Figura 376 pág. 732
Exemplo de parcelamento urbano programado no espaço da Cerca Nova entre a Rua de Mendo Estevens e a Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 377 pág. 732
Arcadas medievais da Praça do Giraldo.
(Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais, CFT164.100951)

Figura 378 pág. 734
Portada dos Primitivos Paços do Concelho.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora)

Figura 379 pág. 734
Sobreposição da planta dos hipotéticos paços medievais sobre os vestígios do fórum romano.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 380 pág. 736
Implantação da Judiaria Nova de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 381 pág. 736
Implantação da Mouraria Nova de Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 382 pág. 744
Zona de expansão da Judiaria Nova.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 383 pág. 744
Comparação das sinagogas de Évora, Tomar e Valência de Alcântara.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 384 pág. 748
Corpo Sul do paço de D. João II.
(Autor desconhecido, c. 1864-1894)

Figura 385 pág. 748
Corpo Sul do paço de D. Joao II na actualidade.
(Google Street View)

Figura 386 pág. 750
Convento e corpo Sul do paço de D. João II (Alçado Poente).
(Autor desconhecido, c. 1880-1894)

Figura 387 pág. 756
Esquema da organização do Paço de S. Francisco.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 388 pág. 756
Vista da cidade de Évora por volta de 1501.
(Duarte d'Armas, 1501, Câmara Municipal de Évora)

Figura 389 pág. 758
Esquema "*Homo ad circulum ad quadratum*" (Cesare Cesariano, 1521) e esquema geométrico de Sforzinda (Filarete, c. 1460-1464).
(Cesare Cesariano, 1521, *De Architectura* e Filarete, c. 1460-1464)

Figura 390 pág. 758
Planta do hospital de Milão (Filarete, c. 1456).
(Filarete, c. 1456)

Figura 391 pág. 760
Comparação entre as plantas e esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* dos hospitais medievais de S. Matteo de Pavia (1449-1513), Todos os Santos de Lisboa (1492-1504), Santa Cruz de Toledo (1504-1514), e Hospital Real de Granada (1511-1525).
(Pedro Vasco Martins)

Figura 392 pág. 762
Identificação do hipotético esquema original do Hospital do Espírito Santo sobre a estrutura contemporânea do edifício.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 393 pág. 762
Comparação entre os esquemas geométricos dos hospitais de Todos os Santos e do Espírito Santo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 394 pág. 764
Torre Mirante do desaparecido Convento do Paraíso.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/AFCME/CME/3038/287)

Figura 395 pág. 766
Pormenor de uma vista de Lisboa centrado sobre a Galeria de D. Manuel e Paço da Ribeira no início do século XVI.
(Frontispício da Crónica de João I, Arquivo Nacional / Torre do Tombo)

Figura 396 pág. 766
Alçado do "Palácio de D. Manuel" em Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 397 pág. 766
Vista do Paço da Ribeira no final do século XVI.
Simão de Miranda, c. 1575, Arquivo de Estado de Turim)

Figura 398 pág. 768
Detalhe dos vestígios do Paço de S. Francisco na "Planta da cidade de Évora" realizada entre 1750 e 1790.
(Autor desconhecido, Biblioteca Nacional)

Figura 399 pág. 768
Esquema de configuração do Paço de S. Francisco.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 400 pág. 771
Edifício dos Paços do Concelho no topo da Praça do Giraldo em meado do século XIX.
(Autor desconhecido)

Figura 401 pág. 771
Sobreposição da planta do antigo Castelo Novo e do actual Quartel dos Dragões.
(Pedro Vasco Martins

Figura 402 pág. 774
Portal de Nicolau Chanterene originário da Igreja de S. Domingos de Évora, hoje entrada do cemitério da cidade.
(Google Street View).

Figura 403 pág. 774
Portal da Capela de Nossa Senhora da Piedade ou do Esporão na Sé de Évora, com uma escala desenho e posicionamento semelhante ao Portal de Nicolau Chanterene em S. Domingos.
(Autor desconhecido)

Figura 404 pág. 776
Detalhe do projecto das fortificações da cidade de Évora realizado pelo Tenente-General Nicolao de Langres por volta de 1665.
(Tenente-General Nicolao de Langres, c. 1665, Biblioteca Nacional Digital, COD-7445).

Figura 405 pág. 778
Torreão da Caixa de Água de S. Francisco.
(Autor desconhecido)

Figura 406 pág. 780
Igreja e Convento da Graça. Fachada principal.
(Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais, CFT003.37020).

Figura 407 pág. 780
Comparação entre as plantas das capelas de S. Frutuoso de Montélios em Braga e Bom Jesus do Valverde.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 408 pág. 782
Sobreposição do esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* à planta do Colégio do Espírito Santo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 409 pág. 782
Evolução da construção do Colégio do Espírito Santo.
(Lobo, 2009)

Figura 410 pág. 784
Provável traçado da antiga Rua dos Gaios preservado no tecido urbano do quarteirão onde se implanta a Igreja de Santo Antão.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 411 pág. 784
Circuito da Cerca Velha e implantação da antiga Ermida de S. Vicente.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 412 pág. 786
Fachada da Igreja do Espírito Santo.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/AFCME/AF/DFT/40/4159)

Figura 413 pág. 786
Comparação entre as plantas das igrejas de S. Francisco e Espírito Santo.
(Pedro Vasco Martins)

Figura 414 pág. 790
Sobreposição do esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* à planta do Convento da Cartuxa.
(Pedro Vasco Martins).

Figura 415 pág. 796
Projecto das fortificações da cidade de Évora realizado pelo Tenente-General Nicolao de Langres por volta de 1665.
(Tenente-General Nicolao de Langres, c. 1665 Biblioteca Nacional Digital, COD-7445)

Figura 416 pág. 798
Baluarte do Príncipe.
(Google Street View)

Figura 417 pág. 798
Baluarte do Picadeiro.
(Google Street View)

Figura 418 pág. 800
Corpo central da Varanda Grande do Paço de S. Francisco ou "Palácio de D. Manuel" no início do século XIX, ainda como edifício do Trem de Guerra.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 419 pág. 800
Corpo Sul d da Varanda Grande do Paço de S. Francisco ou "Palácio de D. Manuel" no início do século XIX, ainda como edifício do Trem de Guerra.
(Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 420 pág. 802
"Plan de la Ville d'Evora" elaborada por Louis Boudan.
(Louis Boudan, 1667, https://gallica.bnf.fr)

Figura 421 pág. 802
Pormenor central da vista da cidade de Évora realizada por Pier Maria Baldi evidenciando os principais edifícios da cidade.
(Pier Maria Baldi, 1669)

Figura 422 pág. 804
Vista da cidade de Évora na segunda metade do século XVII.
(Lorenzo Possi, 1687, Atlas Medici)

Figura 423 pág. 804
Planta da cidade de Évora na segunda metade do século XVII.
(Lorenzo Possi, 1687, Atlas Medici)

Figura 424 pág. 807
Reconstrução da planta original da Igreja de S. Pedro sobre a planta do edifício.
actual. (Pedro Vasco Martins)

Figura 425 pág. 812
Igreja do Bom Jesus da Pobreza.
(Google Street View)

Figura 426 pág. 815
Real Celeiro Comum do Monte da Piedade.
(Google Street View)

Figura 427 pág. 816
Planta da cidade de Évora realizada entre 1750 e 1790.
(Autor desconhecido, Biblioteca Nacional)

Figura 428 pág. 816
Detalhe da planta da cidade de Évora realizada entre 1750 e 1790.
(Autor desconhecido, Biblioteca Nacional)

Figura 429 pág. 820
Corte do projecto para a Biblioteca Pública de Évora.
(Joaquim de Oliveira, Biblioteca Pública de Évora, reservados, Gav. 8, Pasta I, nº 48)

Figura 430 pág. 820
Projecto de Fachada Ocidental para a Biblioteca Pública de Évora.
(Joaquim de Oliveira, Biblioteca Pública de Évora, reservados, Gav. 8, Pasta I, nº 39)

Figura 431 pág. 826
Templo Romano de Évora ainda com as construções evolventes.
(Autor desconhecido, Biblioteca Nacional de Portugal, Cota D. 354 A.)

Figura 432 pág. 826
Vista das ruínas de S. Francisco no século XIX.
(Autor desconhecido, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

Figura 433 pág. 830
Antiga sede do Banco Eborense em 1951.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/AFCME/PVO/3181/467)

Figura 434 pág. 830
Acrescentos medievais na fachada Norte do templo romano.
(Autor desconhecido, Colecção Dr. Artur Goulard)

Figura 435 pág. 832
Início das obras de demolição do edifício dos Paços do Concelho em 1898.
(Autor, desconhecido, Propriedade Grupo Pró-Évora, GPE0329)

Figura 436 pág. 832
Edifício dos Paços do Concelho e da cadeia após a demolição da varanda e do recuo do alçado Norte para ampliação da Rua da Républica
(Autor desconhecido)

Figura 437 pág. 835
Aspecto do Palácio com galeria restruturada pelo projecto do Eng. Adriano da Silva Monteiro.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, CME/3041/289)

Figura 438 pág. 836
Planta da cidade levantada a passo e olho por Manuel Joaquim Matos.
(Manuel Joaquim Matos, 1884, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/MEVR/AMEVR/AI/CME/M/H/0013)

Figura 439 pág. 838
Demolição do Convento do Paraíso em 1900.
(Autor desconhecido, Grupo Pró-Évora, GPE443)

Figura 440 pág. 842
Interior do Quartel do Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 no início do século XX.
(Autor desconhecido)

Figura 441 pág. 842
Cinema Éden Esplanada no vazio do antigo Convento de Santa Catarina.
(David Freitas, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, DFT6447)

Figura 442 pág. 844
Fachada do edifício dos Paços do Concelho no final do século XIX.
(Autor desconhecido, postal ilustrado).

Figura 443 pág. 844
Edifício dos paços do Concelho depois das obras no final do século XIX e início do século XX.
(Autor desconhecido)

Figura 444 pág. 846
Perspectiva do conjunto industrial da Fábrica dos Leões.
(autor desconhecido, https://restosdecoleccao.blogspot.com/)

Figura 445 pág. 846
Ruínas da antiga Varanda do Paço de S. Francisco também conhecida como Palácio de D. Manuel.
(Autor desconhecido, Grupo Pró-Évora, GPE444)

Figura 446 pág. 848
Planta da cidade realizada em 1928.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/MEVR/AMEVR/AI/CME/M/H/003)

Figura 447 pág. 848
Detalhe da Planta da cidade realizada em 1928.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/MEVR/AMEVR/AI/CME/M/H/003)

Figura 448 pág. 850
Obras de demolição do Convento do Salvador.
(Autor desconhecido, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

Figura 449 pág. 850
Vista parcial da fachada do Palácio de Dom Manuel.
(David Freitas, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, PT/AFCME/AF/APS/1013/22)

Figura 450 pág 852
Vista exterior do Salão Central Eborense.
(Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais, CFT003.39769)

Figura 451 pág. 854
Planta do "Anteprojecto do Plano de Urbanização" realizado por De Groer.
(Etienne de Groer, 1945, Anteprojecto do Plano de Urbanização, Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora)

Figura 452 pág. 854
Vista da Avenida Germano Vidigal (antiga Avenida Duatre Pacheco) e de parte do Bairro do Legado de Operário.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, DFT1704.1)

Figura 453 pág. 856
Bairro do Legado no início dos anos 40.
(Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora).

Figura 454 pág. 856
Reconstrução das celas do lado Sul do Convento da Cartuxa de Évora.
(Ferro, 2019)

Figura 455 pág. 860
Reconstrução da cobertura da Igreja da Graça.
(https://serra.pt/portfolio-posts/convento-e-igreja-da-graca-evora)

Figura 456 pág. 862
Perspectiva geral do conjunto urbano do Bairro da Malagueira.
(FG + SG)

Figura 457 pág. 864
Perspectiva geral da cidade de Évora.
(Google Earth)

Figura 458 pág. 864
Praça do Giraldo na actualidade.
(Paolo Querci, www.wikipedia.com)

Figura 459 pág. 868
***Grafitti* na fachada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.**
(Sebnem Soher. 2019, In Ruins of the contemporary world, WW Magazine.)

Figura 460 pág. 874
Perspectiva geral da evolução das cidades de Braga, Coimbra e Évora.
(Pedro Vasco Martins)

Introdução

Figura 1 – Teatro de Marcelo em Roma no século XIX.

Este trabalho parte do grande interesse que sempre me acompanhou quanto ao tema da forma urbana nas cidades históricas, sedimentadas e consolidadas pelo tempo. Em boa medida, embora não exclusivamente, foi este interesse que me levou a ingressar na Faculdade de Arquitectura, a qual, no seu âmbito, me permitiu participar no programa Erasmus, escolhendo a cidade de Roma como destino.

Na cidade de Roma frequentei entre Setembro de 2004 e Fevereiro de 2005 o "Corso di Laurea Specialistica in Architettonica e Urbana (APAU), Laboratório di Urbanística" na Università degli studi di Roma La Sapienza, Prima Facultà de Architeccttura "Luduvico Quaroni", onde desenvolvi um estudo para a Salvaguarda do Centro Histórico de Marino na periferia da cidade de Roma, sob a titulação "Piani di Recupero – Marino – Centro Storico", coordenado pela Professora Gabriella di Vitto.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido academicamente no contexto do programa Erasmus desenvolvi informalmente com o Professor Matthew Nicholls da Universidade de Reading um trabalho de reconstrução tridimensional da cidade de Roma no século III. Este trabalho permitiu-me obter uma proximidade ímpar com a cidade de Roma, sobretudo através do reconhecimento da origem complexa do seu tecido urbano como resultado da apropriação de estruturas monumentais romanas. Por outro lado, o desenho sistemático de quase todos os edifícios monumentais romanos conferiu-me uma perspectiva fundamental sobre os processos de desenho e construção de estruturas antigas, bem como com as suas regras de composição através da relação dialética da arquitectura romana com o que poderemos qualificar como Regra e a Excepção.

Após a conclusão da licenciatura, em 2007, procurei de novo a investigação sobre a forma urbana, integrando em 2012 a equipa de investigação que na Faculdade de Arquitectura desenvolvia o projecto "O Quarteirão na Cidade Portuguesa – Inventário Morfológico", em si parte constituinte do trabalho de fundo do "*Atlas Morfológico da Cidade Portuguesa*", sob a orientação do Professor Carlos Dias Coelho. Foi aliás esta investigação e a equipa então constituída que estiveram na génese da formação do laboratório de investigação Forma Urbis Lab, que não só desenvolveu os seus projectos específicos, mas também incentivou activamente todos os seus membros a prosseguir as suas investigações individuais, enquanto afluentes do grande projecto comum, o já referido Atlas Morfológico.

Figura 2 – Comparação entre a Praça de S. Marcos. (Canalleto, 1730-1734) e a cobertura da Unité d´Habitation de Marselha.

Figura 3 – Comparação entre as estruturas no lado Sul do Forum de Pompeia e a cobertura da Unité d´Habitation de Marselha.

Foi neste contexto que desenvolvi, a partir da minha experiência na cidade de Roma e do conhecimento substancial adquirido sobre a forma da cidade portuguesa entretanto acumulado no formaurbis LAB, a dissertação de Mestrado "A Persistência das Formas Urbanas. Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa", na qual procurei compreender de que modo as pré-existências romanas mantinham até à actualidade um papel determinante na estruturação da forma urbana. Através do desenvolvimento da pesquisa para a dissertação de mestrado tornou-se gradualmente evidente que apesar do impacto que os edifícios monumentais romanos tinham na forma da cidade, também outras estruturas, de outros tempos, mais discretas e com maiores nuances, mantinham igualmente um papel determinante na forma actual das cidades. Foi deste modo, com naturalidade, que procurei prosseguir e aprofundar este estudo na construção da dissertação de doutoramento, abordando não só especificamente as pré-existências romanas, mas de igual modo todos os elementos construtivos, sobreviventes integral ou parcialmente, ou desaparecidos e apenas revelados em intervenções arqueológicas que pudessem ter contribuído para a forma da cidade.

Tema

A cidade e a relação entre as formas construídas e o tempo permanece como um objecto de fascínio, uma das mais emblemáticas, complexas e contraditórias criações humanas, universalmente tida como um paradigma cultural de eclética diversidade. Como arquitectos, olhamos para esta cidade como uma referência, particularmente a partir do ponto de vista da sua forma, ou seja, analisando-a em busca dos elementos ou regras que conduzem à sua produção.

Pressupondo a construção urbana no tempo longo como um acto contínuo de produção de tecido sobre pré-existências que deixam a sua marca nas estruturas subsequentes que a elas se impõem ou adaptam, o tema proposto para a investigação incide sobre as formas construídas na cidade, e sobre a sua **resistência** à transformação quando esta decorre da constante reutilização de estruturas pré-existentes através de diferentes tempos e culturas, na génese da forma actual da cidade. Propõe-se o estudo dos diferentes elementos urbanos, que por processos de sedimentação urbana preservam na sua forma os vestígios e os fragmentos dos diferentes estágios que a forma da cidade conteve e contém, mas que também esconde ou dificilmente se manifesta de uma maneira corrente ou de um processo apreensível. É necessário, pois, um exercício de interpretação, profunda e marcada

pela pesquisa, em que entram em cooperação e contiguidade diversas disciplinas. **Esta realidade aparentemente oculta é afinal revelada por uma hermenêutica processual: montando e desmontando os fragmentos conhecidos de modo a gradualmente recuperar e interpretar as diferentes fases da forma da cidade, permitindo o estudo da sua evolução desde o passado até à situação actual.**

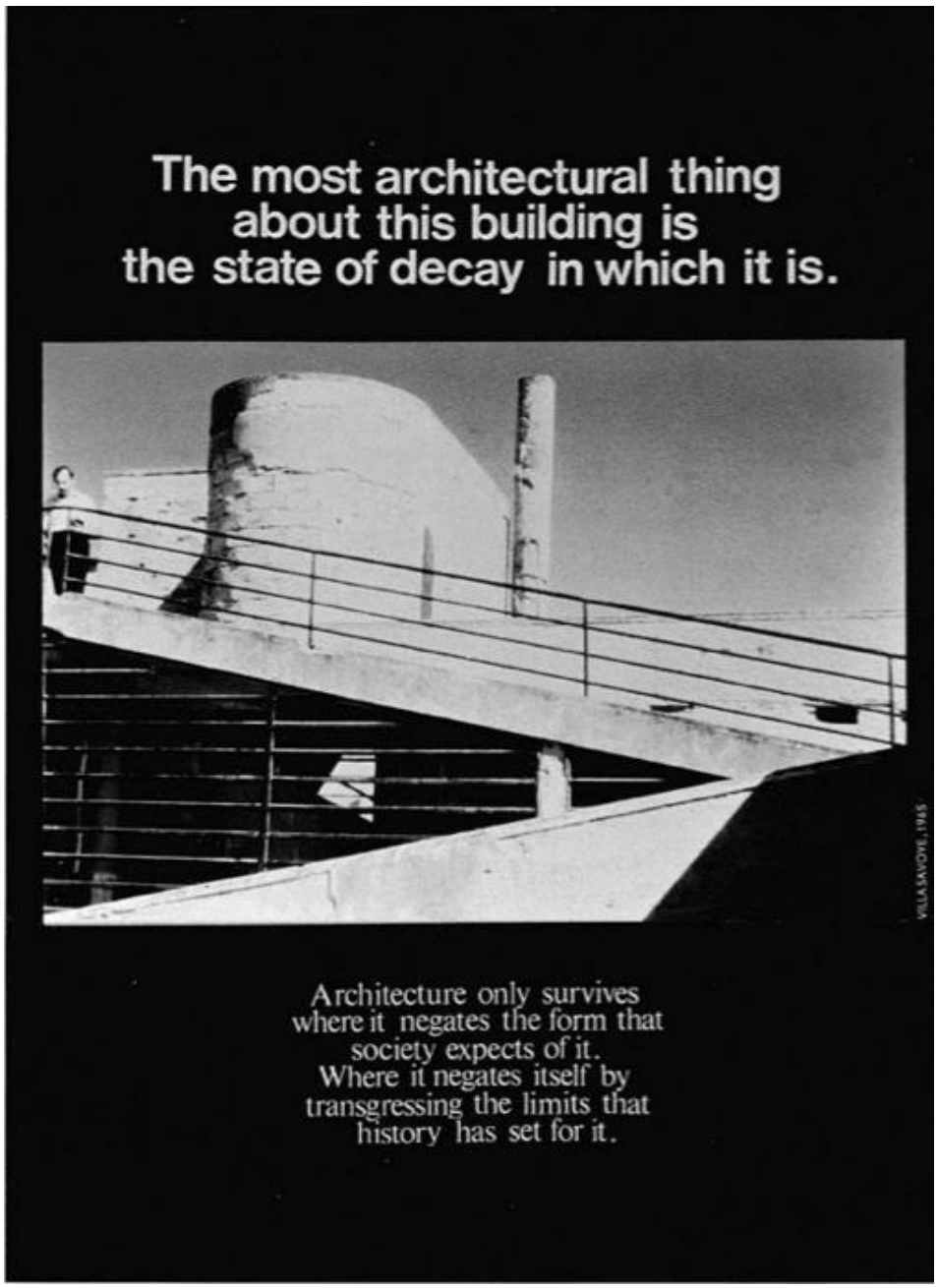


Figura 4 – Advertisement for Architecture, de Bernard Tschumi.

.

Na forma da cidade encontramos a materialização de uma infinidade de acções empreendidas por múltiplos indivíduos e grupos, segundo tradições culturais e sociais, forças económicas e tecnológicas em sucessivas mudanças. Podemos assim considerar a forma urbana como o resultado de um constante processo de construção, manutenção e reutilização de inúmeros elementos através de vontades, utopias, acidentes e constrangimentos, **que no tempo longo fazem da cidade uma entidade heterogénea e multifacetada, uma densa e ecléctica paisagem cultural definida por uma particularmente complexa sobreposição de estratos construídos, que tanto preservam como destroem, que tanto engrandecem como diminuem, que tanto acrescentam como obliteram**. A sua escala, os inúmeros actores e acções, e a sua permanente mutação, contribuem para a construção de um objecto com uma complexidade tal que dificilmente será completamente conhecido ou compreendido na totalidade – e assim se assumem os limites realistas dos nossos propósitos.

Problemática

Dado o papel fundamental do tempo na construção da forma urbana, o estudo da mesma deve implicar necessariamente a abordagem diacrónica do seu processo evolutivo, da sua transformação. No entanto o estudo da evolução da forma da cidade, e em certa medida, o seu metabolismo, ainda que focado apenas na sua componente espacial confronta-se não só com a dificuldade de analisar um objecto de enorme complexidade, mas ainda e sobretudo com a limitação criada pela disponibilidade e qualidade da informação sobre a cidade que é tendencialmente incompleta, tanto mais quanto mais recuado for o período de análise, sendo **o conhecimento disponível sobre a forma da cidade em épocas recuadas em grande medida e salvo raras excepções, apenas pontual e fragmentário**.

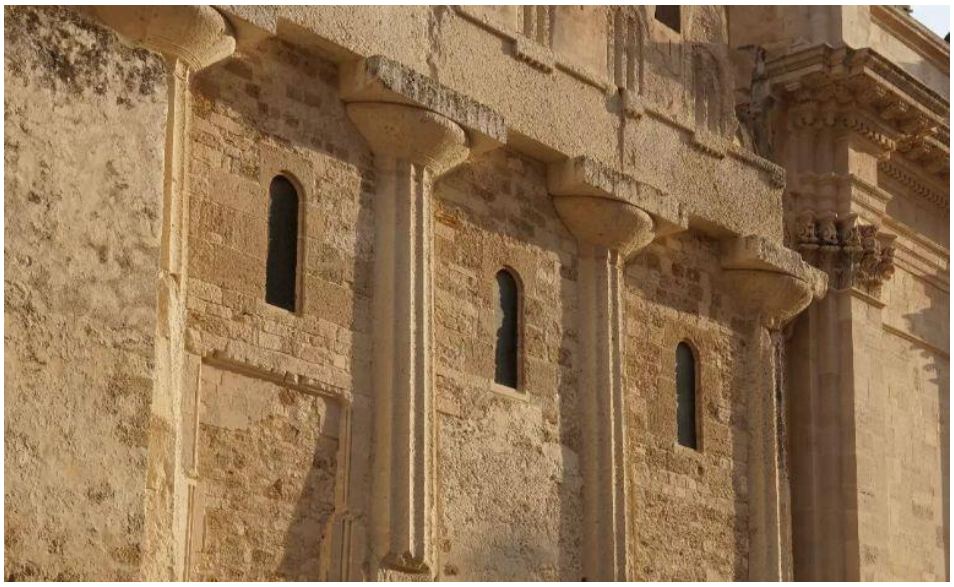


Figura 5 – Duomo di Siracusa. Vestígios do templo dórico, e do *duomo* medieval e barroco.

A perda de informação surge como resultado do processo natural de metabolismo das cidades em que o progresso ou a mutação constante condena as formas urbanas passadas, obsoletas, desgastadas pelo tempo ou simplesmente anacrónicas, a serem progressivamente desafectadas e total ou parcialmente substituídas. O presente e o futuro da cidade fazem-se sobre os vestígios do seu passado, a evolução urbana é feita quase sempre a partir da destruição ou deformação das estruturas pré-existentes, substituídas por novos elementos que serão por sua vez também eles substituídos. **Porém nem todas as formas passadas estão condenadas à destruição, algumas destas formas possuem uma excepcional resistência à transformação, pela sua qualidade construtiva, valor simbólico, ou mesmo pela falta de recursos para o seu desmonte e substituição**. Estas resistem ao passar do tempo deixando a sua marca nos períodos subsequentes, sendo sucessivamente reutilizadas e transformadas, ou condicionando e estruturando a implantação de novas formas.

A cidade enquanto universo dinâmico, mutável e cumulativo, reinventa-se constantemente através da sucessiva sobreposição, substituição ou recomposição das suas pré-existências. Em cada momento da sua história a forma da cidade apresenta uma mistura de formas passadas e de formas presentes que é única e irrepetível. Mesmo recorrendo aos elementos fornecidos por outras disciplinas, nomeadamente a História e a Arqueologia a informação é tendencialmente fragmentária e incompleta condicionando a leitura da evolução urbana, particularmente em períodos mais recuados nos quais a constante destruição e deformação das formas passadas, pode significar que a forma urbana actual seja radicalmente diferente da que teria num momento inicial. **Por outro lado, a imperscrutável heterogeneidade e complexidade, da forma urbana pode ser frustrante para aqueles que se dedicam ao seu estudo, em particular dado o apetite humano por taxonomias que rotulem, compartimentem e nos ajudem a compreender o aparente caos do mundo que nos rodeia**. Deparamos-mos assim com o problema fundamental: na maior parte dos casos a **informação necessária à compreensão das formas passadas encontra-se substancialmente transformada ou mesmo irremediavelmente perdida**. **S**e os diferentes elementos urbanos foram sucessivamente destruídos, construídos ou transformados, coloca-se a questão de como recuperar e estudar a forma da cidade ao longo dos seus vários momentos.

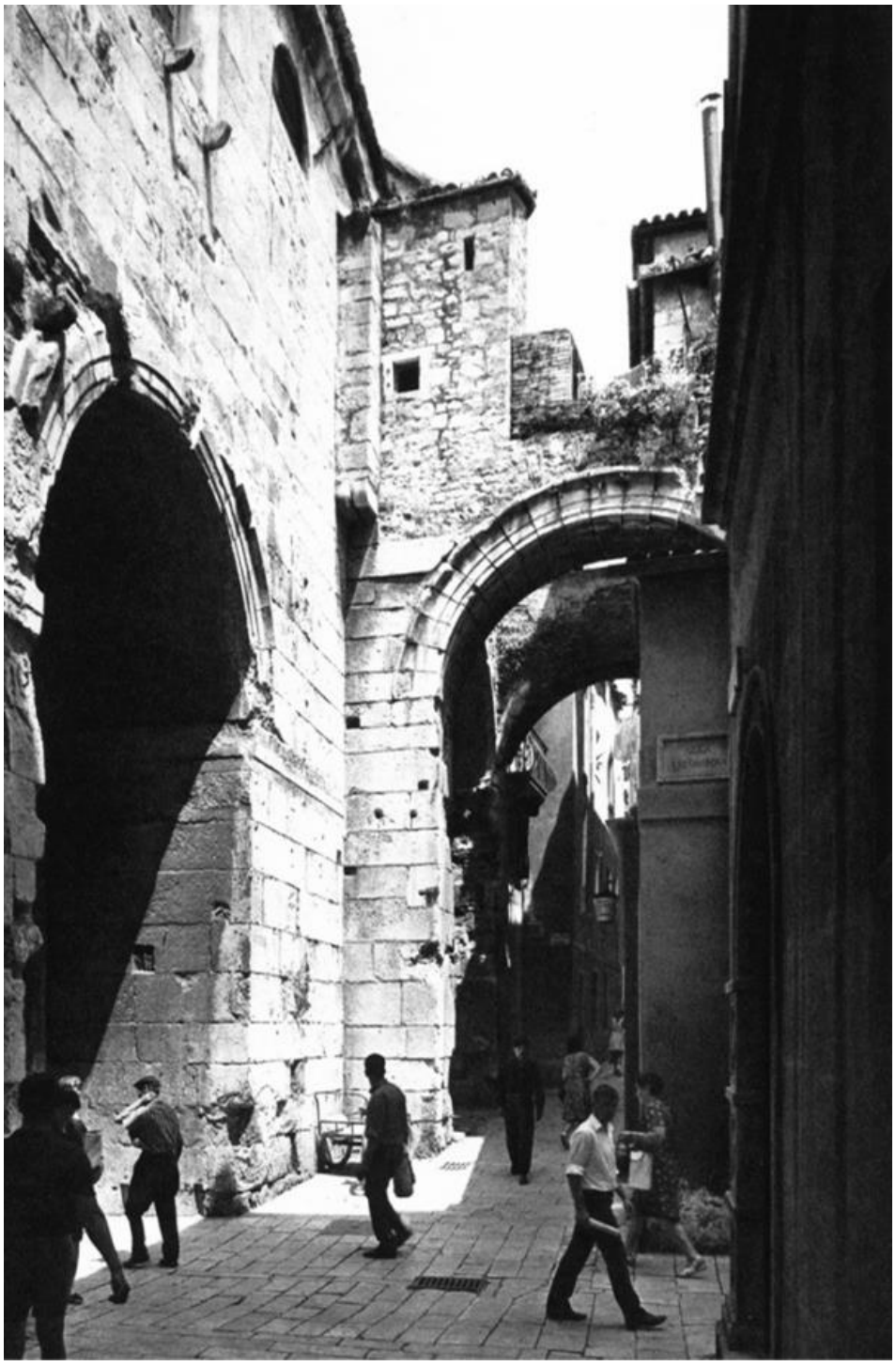


Figura 6 – Ruas de Split.

Hipótese

É no complexo processo evolutivo, em si específico ao objecto urbano, que se encontra a chave para o seu entendimento. A densa construção e reutilização de estruturas urbanas é comparável a um "palimpsesto" [1], reutilizando-se as suas páginas como suporte para a escrita de um novo texto. Também a cidade apaga e reescreve sucessivamente a suas estruturas como palavras de um palimpsesto. E tal como no palimpsesto se escondem os vestígios fragmentários do seu texto original, revelando uma escrita oculta sob a superfície aparente, também a cidade esconde em si mesma o potencial para revelar os vestígios do seu passado, recuperáveis através da leitura do tecido urbano que, em cada momento, cristaliza toda a sua história.

Dado que a constante transformação do tecido urbano ocorre a diferentes ritmos para diferentes elementos, enquanto alguns são particularmente vulneráveis à transformação diária, **outros, tais como o traçado, o cadastro, ou certas estruturas construídas, são tendencialmente estáveis ou particularmente resistentes, transformando-se apenas ao longo de grandes períodos**. Estas estruturas, salvo grandes eventos de reestruturação urbana, tendem a preservar a sua forma ou parte dela sob as sucessivas alterações menores, que caracterizam a evolução urbana, sendo consecutivamente reapropriadas e reutilizadas em diversos tempos e culturas, **mantendo assim uma "memória" das formas passadas através de processos de fossilização e sedimentação urbana**.

Por outro lado, determinados elementos urbanos na sua génese obedecem à formalização de um plano, de um conceito ou de uma ideia (um Tipo), permitindo interpretar e compreender a sua forma original mesmo que esta se tenha perdido ou se encontre substancialmente deformada a partir de tais elementos, mormente através da comparação com outras estruturas semelhantes. Portanto, na busca do entendimento do processo evolutivo da forma urbana, esta investigação parte da premissa de que o mesmo se pode atingir a partir de uma leitura hermenêutica do tecido contemporâneo. A investigação considera a hipótese central de que **a partir da observação e caracterização da forma sedimentada da cidade actual, auxiliada por outras fontes, é possível restituir do ponto de vista teórico as principais fases do seu processo evolutivo**.

[1] Giovannoni, G. (1931). *Vecchie cittá ed edilizia nuova*. Unione Tipografico-Editrice Torinese.

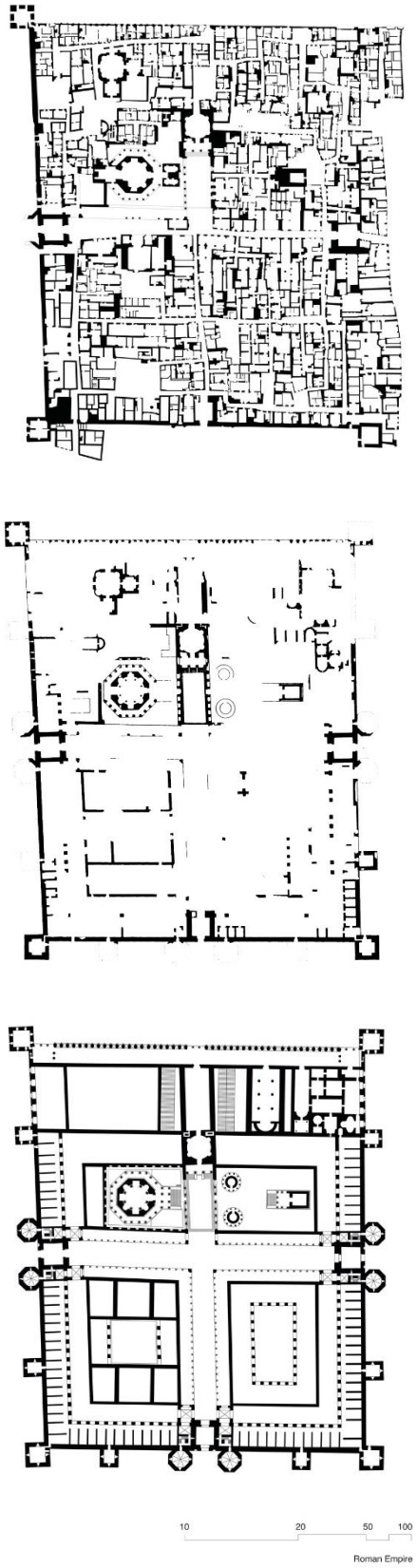


Figura 7 – Evolução de Split na Croácia.

Ou seja, por outras palavras: analisando a forma urbana e admitindo-a como o resultado de um acto contínuo de construção sobre elementos pré-existentes, aos quais novos elementos se impõem ou adaptam, a investigação levada a cabo, considera que a "cidade portuguesa" – mas não só, como é óbvio – é em grande medida herdeira de um longo processo construtivo de sucessivo aproveitamento e reinterpretação de estruturas pré-existentes, que condicionam a forma da cidade desde a sua fundação até ao momento presente.

Acerca da "cidade portuguesa" e respectiva conceptualização, uma vez que usaremos a expressão com frequência neste documento, remetemos para Sérgio Fernandes, que problematiza a questão e em certa medida a resolve: "*Muito se tem discutido sobre a questão da "cidade portuguesa", porém, este é um conceito ainda não estabilizado que pode reportar-se tanto às cidades inseridas no contexto administrativo do país como àquelas que foram fundadas pelo mundo e tiveram origem no período áureo da expansão ultramarina, as "cidades ultramarinas portuguesas" como referiu Luís Silveira ou as "cidades de raiz portuguesa" como José Manuel Fernandes aprecia designar. Mas tende a designar-se também por "cidade portuguesa" as aglomerações urbanas inscritas nos limites geográficos onde se vem a constituir Portugal. Núcleos tal como os que estão hoje integrados no actual território continental português foram produzidas a partir dos vestígios de uma ocupação humana anterior à formação da nacionalidade e são hoje também, igualmente, portugueses. A natureza da "cidade portuguesa" enquanto conceito remete-nos assim e inevitavelmente para distintas realidades territoriais do planeta."* [2]

Assim, **combinando todos os fragmentos de estruturas passadas conhecidas, com o conhecimento existente em estudos históricos e arqueológicos e através do entendimento dos processos de formação e deformação da forma urbana, torna-se teoricamente possível, recuperar parcialmente a forma das estruturas do passado**, entretanto perdidas, e assim reconstruir ou completar conceptualmente as várias fases que definem a evolução urbana no tempo longo.

[2] Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. p. 6.

Por outro lado, a investigação procura testar a viabilidade do entendimento das **formas urbanas como um objecto tipológico**, cuja história e diversas estruturas tais como edifícios, ruas, traçados e demais elementos, partilham importantes traços comuns com outras formas inseridas no mesmo contexto cultural. Esta hipótese permite, em teoria aplicar o conhecimento existente sobre determinados aspectos da evolução de determinadas estruturas a outras que partilhem o mesmo quadro cultural, completando assim a sua evolução.

A leitura da evolução da forma urbana segundo um quadro cultural comum permite também afirmar a hipótese de que é possível verificar a existência de fenómenos estruturantes que são transversais a épocas e culturas, assentando o nosso estudo e análise na identificação e caracterização dos processos de formação e transformação do tecido urbano (parcelamento, traçado e edificado), atestando o seu papel predominante na formação do tecido urbano, assim como outros que, por outro lado, são – neste caso – exclusivos de determinadas épocas ou espaços. Isto é: uns actuam no âmbito de uma conformidade face a pré-existências, mantendo-as ou alterando-as, com maiores ou menores desvios baseados numa "norma" [3] precedente; outras exercem um processo de transformação e mutação mais radical, mas mesmo assim, revelando traços das pré-existências sobre as quais (e por vezes contra as quais) actuam – procurando criar uma nova normativa.

Refraseando – com algum risco semiológico, dada a intensidade dos conceitos: assiste-se como que a **uma dialética entre norma e forma**. Norma formal, consistirá na pré-existência nos nossos casos de estudo (mesmo que seja de teor costumeiro ou consuetudinário); norma material – como se usa dizer na linguagem do Direito – é a que incide sobre a materialização posterior das opções urbanas, que resultam daquilo a que poderemos (e temos vindo a) chamar, como fazemos mais acima, evolução / substituição /crescimento / transformação / metabolismo do desenho "sucessivo" e "cumulativo" da cidade.

---

[3] nor·ma (latim *norma, -ae*), *nome feminino*
1. Estado habitual, conforme à regra estabelecida.
2. Critério, princípio ao qual se refere todo o juízo de valor moral ou estético.
3. [Linguística] Conjunto de preceitos e regras que determina o que deve ou não ser usado numa língua ou que corresponde ao que é de uso corrente numa determinada comunidade linguística (ex.: *norma culta*).
4. [Técnica] Regra que fixa o tipo de um objecto fabricado, as condições técnicas de produção.
"norma", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, https://dicionario.priberam.org/norma [consultado em 09-09-2022].

Figura 8 – Projecto de Toulouse-le-Mirail de 1962-77.

Objectivos

Num momento em que é aparente a insustentabilidade da expansão urbana indefinida e ilimitada, assume cada vez mais importância a criação de instrumentos que permitam o estudo e compreensão da cidade existente. Estes instrumentos possibilitam a realização de intervenções mais conscientes e informadas, que ao considerar o papel das pré-existências na construção da forma urbana sejam capazes de colocar em diálogo o passado (a história), o presente e o futuro (na elaboração de projectos). Na busca do entendimento da forma urbana esta investigação considera que este deve ser atingindo sobretudo através do estudo do seu processo evolutivo.

Globalmente a investigação procura aprofundar **o entendimento do processo evolutivo, das transformações e das persistências na alteração da forma urbana ao longo do tempo**, que nas suas singularidades e contradições contribuem para a construção de um objecto – a cidade sedimentada – tido desde sempre como um referencial, mesmo pelos movimentos que em determinados momentos a rejeitaram. Assim a investigação tem por objectivo fundamental compreender de que modo a construção urbana no tempo longo resulta de um acto contínuo de produção de tecido sobre pré-existências que deixam a sua marca nas estruturas subsequentes que a elas se impõem ou adaptam como resultado de um processo complexo, com especificidades e generalidades características de cada espaço, cultura e/ou período histórico,

Para este fim o trabalho procura atingir três objectivos complementares: O primeiro objectivo **consiste na estabilização e de uma metodologia de análise** que permita, através da leitura do tecido contemporâneo, explicar a forma e **identificar os procedimentos** que estiveram na sua origem; em segundo lugar a investigação procura testar a validade da metodologia proposta ao inferir a evolução da forma das cidades portuguesas; finalmente em terceiro lugar a investigação procura através da caracterização e comparação da evolução das cidades analisadas **permitir uma leitura de síntese, transversal aos tempos e aos espaços, que avalie as várias dimensões do processo evolutivo e contribua para a construção de um instrumento de reflexão e análise sobre o efeito do tempo no processo de produção das cidades portuguesas.**

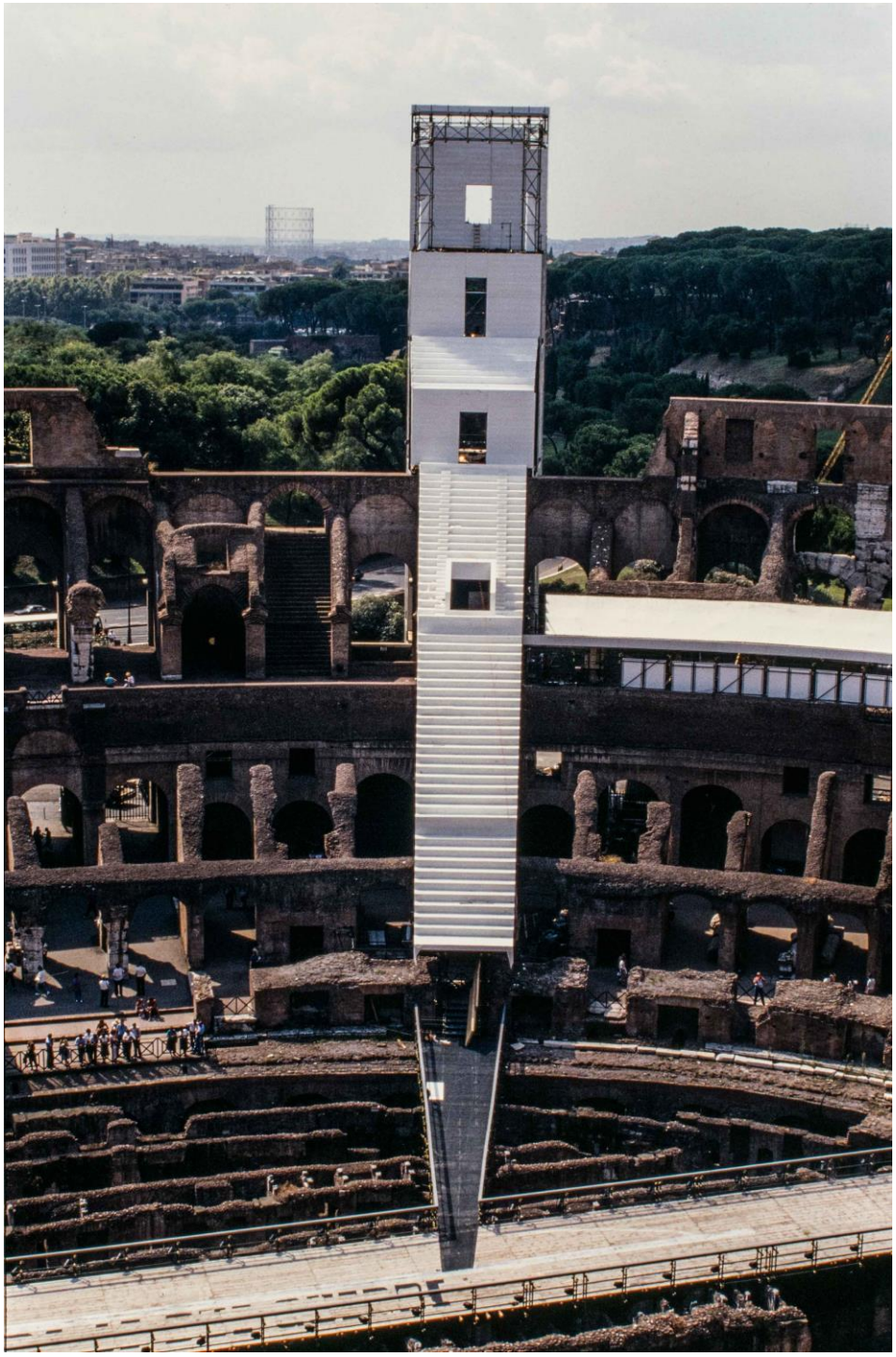


Figura 9 – Reconstrução da informação em falta a partir da regra geral de composição, intervenção no coliseu de Roma pelo atelier Studio Transit em 1984.

Metodologia

A metodologia propõe uma **leitura hermenêutica** da cidade e das suas formas construídas, entendendo que a compreensão do todo que é a forma construída da cidade depende da compreensão da forma de cada parte individual, bem como da compreensão de como cada uma destas partes autónomas se articula com o todo. Esta leitura hermenêutica estende-se para além da forma actual da cidade contemporânea e das suas partes constituintes para a leitura do seu processo evolutivo através de sucessivas fases conceptuais que gradualmente contribuem para gerar a forma actual.

A partir do problema fundamental que é o de sabermos que na maior parte dos casos a informação necessária à compreensão das formas passadas se encontra substancialmente transformada ou, total ou aparentemente obliterada **a metodologia tem por objectivo fundamental a construção de um processo que permita a reconstrução ainda que parcial da informação perdida**. Neste sentido a investigação propõe **metodologicamente uma abordagem indutiva, pressupondo a reconstrução da informação em falta nas formas analisadas a partir da identificação dos seus princípios compositivos,** obtidos a partir de três fontes fundamentais de informação: o enquadramento histórico, a análise do tecido urbano e comparação tipo-morfológica**.**

Considera-se que a reconstrução de informação em falta apenas pode ser realizada a partir do conhecimento das regras e nunca de excepções. Esta perspectiva indutiva que parte das regras compositivas de um número de casos particulares para concluir uma regra geral, que pode assim ser utilizada para a reconstrução de outros casos; em certa medida, aproxima-se da abordagem que o estruturalismo propõe para a compreensão de estruturas culturais. Esta abordagem metodológica, inicialmente aplicado à Linguística, por Ferdinand de Saussure (1857-1913), foi posteriormente e teoricamente ampliada de modo a aplicar-se à análise de todas as produções culturais (obras literárias, obras musicais ou performativas, às artes plásticas) **Segundo a concepção estruturalista** (que aqui aplicamos, mas cingindo-nos à sua primeira iteração, saussuraiana) **todas as produções culturais humanas são enquadradas ou moldadas por estruturas conceptuais**, sendo esse o caso, por exemplo, no caso das obras literárias que se qualificam segundo géneros, obedecendo a normas narrativas e a actantes que, por sua vez, se podem também caracterizar em "tipos".

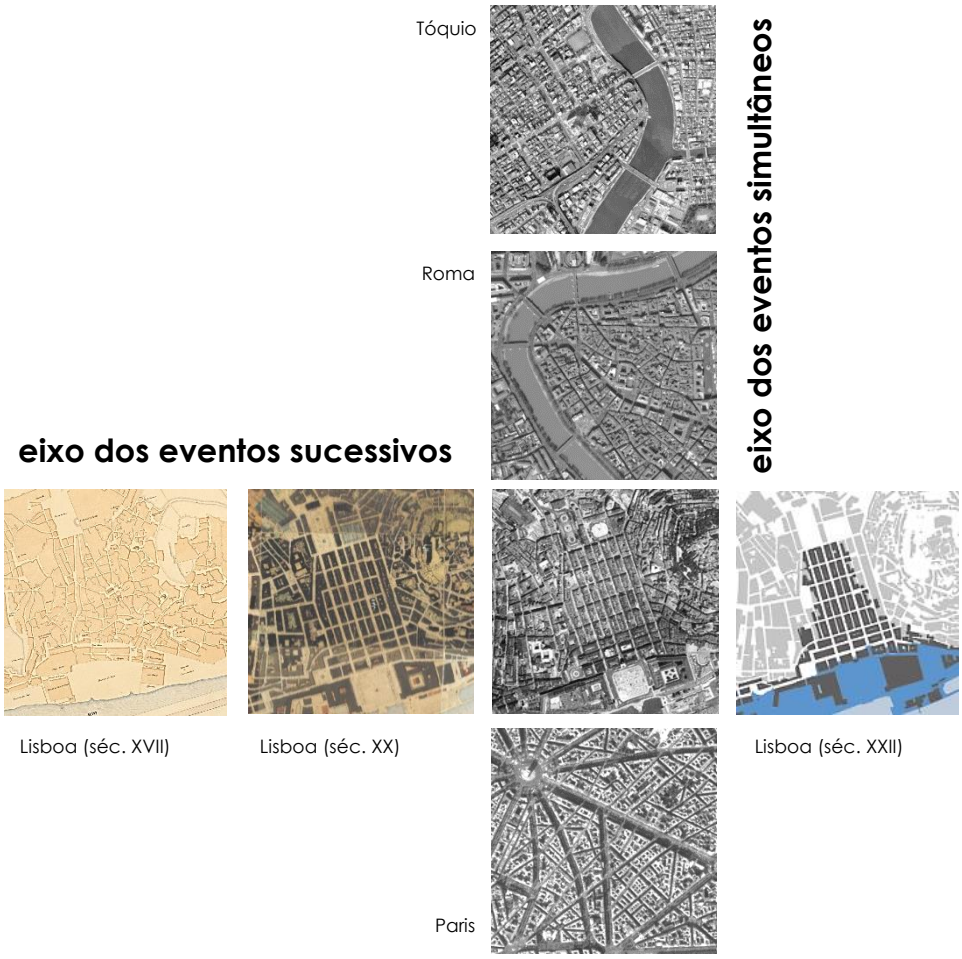


Figura 10 – Aplicação da visão Diacrónica e Sincrónica proposta pelo Estruturalismo no estudo das formas urbanas.

Esta concepção explicativa a partir dos princípios compositivos/estruturantes – ou das regras de composição – segue, a nosso ver e para os nossos fins em termos metodológicos, o conceito de Tipo ou Tipologia arquitectónica, correspondendo às estruturas conceptuais que segundo o estruturalismo moldam a criação de obras na cultura. A metodologia que aqui aplicamos – embora não exclusivamente – recorre assim à comparação de edifícios com paralelos relevantes, modelos, tipos e estereótipos, que fazem parte do mesmo contexto cultural, como passo fundamental para a reconstrução da evolução das formas arquitectónicas e urbanas. **A comparação tipo-morfológica (que aqui consideramos como os *sintagmas* saussurianos) com outros contextos assume assim uma importância vital na análise proposta, não só por permitir reconstruir informação em falta, mas também por ser possível através de uma leitura comparativa (com o *paradigma* ao qual eventualmente se sobrepõe e ultrapassa) evidenciar características comuns ou singulares no desenvolvimento das formas**.

O Estruturalismo oferece ainda, para estudo da evolução das formas urbanas, uma outra perspectiva relevante, através do uso de dois conceitos fundamentais na análise linguística: a Diacronia e a Sincronia. Dentro do âmbito da linguística, a Diacronia considera o estudo da língua através do tempo, sua história, ou seja, a sua progressiva transformação ou evolução, enquanto a Sincronia se debruça sobre o estudo da língua "fechada" sobre um dado momento, sem considerar as razões históricas por detrás da sua estrutura. Estes dois conceitos transformam-se, nas análises linguísticas estruturalistas, em dois eixos cartesianos: **o eixo dos eventos sucessivos e o eixo dos eventos simultâneos.** O primeiro eixo, o eixo dos eventos sucessivos, remete para o estudo da evolução de uma linguagem ao longo do tempo, ou seja, para uma **leitura diacrónica**; o segundo eixo, eixo dos eventos simultâneos, remete para o seu estudo num momento específico no tempo, ou seja, para uma **leitura sincrónica**[4].

A dissertação propõe a transposição destas metodologias de estudo da linguagem para o estudo das formas construídas. É assim construída uma matriz de coordenadas com dois eixos X e Y nos quais estão representadas as variáveis do Tempo (Diacronia) e do Espaço (Sincronia). Este dispositivo de análise permite a realização de leituras comparativas, transversais ao longo dos eixos, ou seja: num eixo, avaliando a evolução das formas de uma cidade ao longo do tempo (Diacronia); no outro eixo, comparando várias formas de um período específico (Sincronia).

Privilegia-se, assim, a realização de leituras comparativas como elemento fundamental da análise e da reconstrução das formas passadas, através da comparação entre o passado e o presente de uma mesma forma, ou através da comparação entre formas semelhantes, completas e incompletas existentes em diferentes contextos (por exemplo diferentes cidades). Por outro lado, estas metodologias oferecem não só elementos fundamentais para reconstruir as formas incompletas, mas permitem também avaliar de um modo privilegiado as transformações e as permanências dos diferentes espaços urbanos ou formas construídas segundo uma perspectiva global que considera o conjunto da forma urbana e o todo da sua evolução no tempo e no espaço.

[4] Waterman, J. T. (1956). Ferdinand de Saussure-Forerunner of Modern Structuralism *The Modern Language Journal*, 307-309.

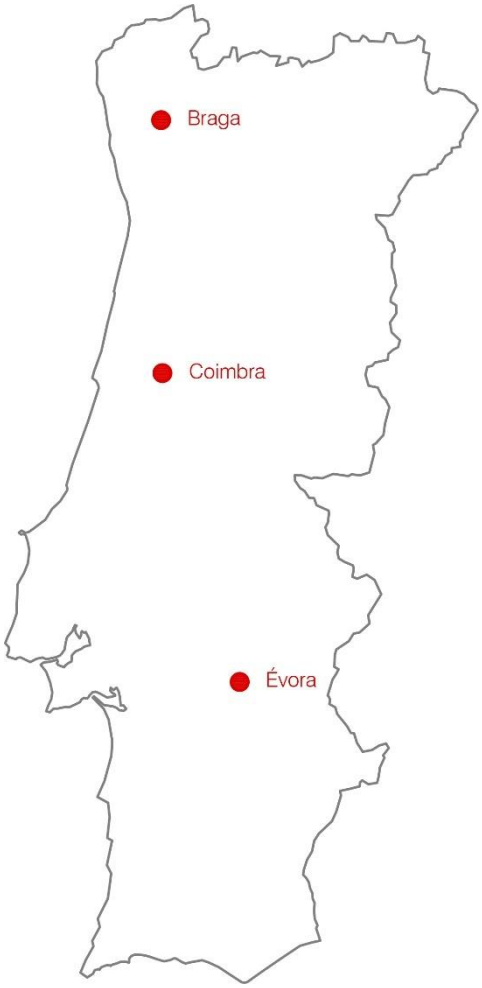


Figura 11 – Localização das cidades casos de estudo.

Âmbito e Delimitação do Tema no Espaço e no Tempo

Partindo da morfologia urbana, a investigação procura obter uma visão global, abrangente, que abarque o conjunto da evolução da forma para uma amostra de cidades portuguesas desde um hipotético momento inicial até à actualidade. Tal leitura implicaria idealmente que a abordagem se estendesse a vários núcleos urbanos, entendendo as mesmas como parte de um vasto sistema interconectado, que permitisse através de leituras comparativas avaliar a sua evolução, mutação e desenvolvimento compreendendo quais as características singulares ou comuns que marcaram a evolução de cada caso. **Ou seja, uma análise que trespassasse os limites e as particularidades de cada aglomerado urbano, expandida, de modo idêntico, para várias cidades portuguesas através de vários períodos históricos de modo a obter uma perspectiva privilegiada sobre a sua evolução geral, mais do que a compreensão particular e singular de cada núcleo**. A complexidade e dimensão deste tipo de leituras torna-as difíceis de concretizar dentro dos moldes de uma dissertação de doutoramento. Como modo de garantir a sua exequibilidade, a investigação parte do princípio de que tanto o Tempo como o Espaço podem ser condensados numa série de períodos chave, aplicados a um conjunto de cidades representativas pelo que se conhece da sua história e contextos vivenciais, inscritos, claro está, no Tempo e no Espaço.

São assim analisadas as cidades de Braga, Coimbra e Évora, obedecendo a uma distribuição geográfica abrangente entre o Norte, o Centro e o Sul do País. Estas três cidades apresentam, ainda, um conjunto de características representativas do conjunto das cidades portuguesas, com uma importante ocupação desde o período romano, ou seja, um hipotético momento fundacional que é idêntico, tornando-se sedes de diocese no Tardo-Império romano ou depois, na Alta e Baixa Idade Média, e assumindo na Era Moderna um papel director nas regiões da sua influência próxima (mormente através da deslocação da Corte), implicando a existência de uma dinâmica urbana relevante desde a antiguidade clássica até ao momento presente. São, além disso, cidades cujo casco antigo, compreendido entre os séculos I a.C. a XVIII d. C., sofreu alterações significativas, possuindo um lastro muito significativo de informação arqueológica e histórica no que à Arquitectura e Urbanismo (e à arte em geral) diz respeito – fruto de intervenções e estudos já consagrados cientificamente e publicados –, e apresentando áreas semelhantes - e consequentemente, uma complexidade *grosso modo* equivalente e comparável.

Cronológicamente a investigação propõe a condensação da evolução urbana em 14 intervalos de tempo distintos:

Fase **1** - *ante* século I a.C.;
Fase **2** - entre o século I a.C. e o século I;
Fase **3** - entre o século I e o século IV;
Fase **4** - entre o século IV e o século VIII;
Fase **5** - entre o século VIII e o século XII;
Fase **6** - século XII;
Fase **7** - século XIII;
Fase **8** - século XIV;
Fase **9** - século XV;
Fase **10** - século XVI;
Fase **11** - século XVII;
Fase **12** - século XVIII;
Fase **13** - século XIX;
Fase **14** - século XX.

Atendendo à menor informação, as fases 1, 2, 3, 4 e 5 condensam intervalos maiores de tempo, sendo a partir da fase 6 sempre representados períodos correspondentes a um século. Tomou-se como escala de tempo o intervalo de um século para as fases que se situam entre a fase 6 e a fase 14, uma vez que este intervalo permite uma unidade de tempo com relativa abrangência e, sobretudo, estabelece uma unidade de tempo comum e, portanto, comparável, entre os vários momentos e entre os casos de estudo em análise, num sistema de quase paralelismo, tendencialmente sinóptico, embora não o tenhamos esquematizado. Mesmo assim, estes intervalos fundamentam-se noutros critérios consensualmente estabelecidos pela História como sejam os contextos político-religiosos do século XII – que coincidem com a gradual afirmação da nacionalidade e a formação do Estado –, as iniciativas das congregações monásticas e dos conventos, bem como da monarquia, no século XIII (que acompanham ou determinam a promoção de reformas e a expansão territorial e respetivo povoamento), o século XIV, com a consolidação na esfera da cristandade dos territórios meridionais a Sul do Tejo e a renovação demográfica daí adveniente (igualmente por via da renovação populacional), a evidente expansão do espaço urbano no quadro das relações comerciais a longa distância que se desenham a partir do século XV até ao século XVII, ou o metabolismo gerado no século XVIII a partir de processo de aforamento de cercas

monásticas e conventuais, que terá a sua culminação no século XIX, e especialmente após 1834, com o Decreto de extinção das ordens religiosas e "privatização" de solos.

A investigação considera para a leitura do desenvolvimento destas cidades uma área correspondente a um quadrado de 2000 por 2000 metros, ou seja, 400 hectares. A determinação desta superfície de análise, relativamente arbitrária, resulta sobretudo da constatação de que a mesma permitiria representar a grande maioria das intervenções realizadas ao longo dos séculos, com excepção, claro está, para a explosão dos perímetros urbanos ocorrida sobretudo na segunda metade do século XX. Ainda assim são realizadas pontualmente chamadas de atenção para intervenções relevantes realizadas na periferia urbana, fora da área de análise, como é o caso de edifícios como a Capela de São Frutuoso de Montélios em Braga. Trata-se, também, de uma questão de "escala" para os efeitos desta tese, já que outras cidades – que aqui não analisamos, mas que conhecemos bem - como por exemplo Lisboa ou Porto possuem um âmbito territorial maior exigindo um enfoque de representação mais alargado. Por outro lado, a escolha desta área responde também a determinações de escala e legibilidade do trabalho, procurando garantir que a informação recolhida e levantada é passível de ser entendida - e vista - no contexto e nos limites impostos pelo formato determinado para uma dissertação de doutoramento

Procura-se assim obter a compreensão da evolução urbana através da construção de um conjunto de plantas esquemáticas de cada período histórico para as várias cidades analisadas. **Estas plantas esquemáticas sintetizam e compartimentam a informação conhecida em diversos períodos históricos em cada cidade**. **As plantas esquemáticas procuram, não tanto apresentar uma imagem rigorosa da cidade no período dado, mas antes sim uma síntese representacional da realidade, de modo a assegurar as bases elementares – mas com determinante rigor – do trabalho ulterior**. A construção destas plantas esquemáticas fornece, portanto, meios para coordenar e compreender o estado do conhecimento presente, permitindo uma reflexão sobre a própria planta, suscitando novas análises e possibilitando novas descobertas.

Estrutura e Organização da Dissertação

O trabalho estrutura-se em três momentos essenciais: A "**Metodologia para a leitura da evolução da forma**" descrevendo as metodologias e as fontes necessárias à análise; a "**Leitura da evolução da forma**", onde são aplicadas as metodologias anteriormente descritas na análise de três cidades; e as "**Considerações finais**" onde são apresentadas as principais conclusões da investigação.

A parte do trabalho dedicada à "**Metodologia para a leitura da evolução da forma**" debruça-se sobre a dificuldade da análise morfológica dos tecidos urbanos sedimentados, dada a sua extrema intricação e sobreposição. São assim, numa primeira fase, abordadas as diferentes perspectivas até hoje publicadas e contendo várias interpretações relacionadas com o tema desta dissertação, evidenciando as suas metodologias e contribuições. A partir das perspectivas apresentadas pelas diferentes disciplinas propõe-se a leitura da complexidade da forma urbana e a interpretação das suas formas passadas através de três fontes de informação fundamentais: Os "**trabalhos teórico-práticos**", a "**análise do tecido urbano**" e a "**comparação tipo-morfológica**".

O "**Enquadramento histórico-documental**" pressupõem a recolha de toda a informação existente sobre as formas analisadas através do levantamento de descrições textuais, representações gráficas bem como os mais recentes trabalhos de investigação teórico-práticos. Estas peças oferecem perspectivas fundamentais sobre as estruturas construídas, quer através do seu registo em momentos chave quer através da sua posterior interpretação histórico-arqueológica por outros autores.

A "**Análise do tecido urbano**" corresponde à desmontagem sistémica do tecido em quatro sistemas elementares: **traçado, parcelário, edificado** e **topografia.** A complexidade das formas é assim condensada nos seus aspectos fundamentais tornando-os mais simples, perceptíveis e evidentes, pelo que são claramente apresentados estruturas e processos, que de outro modo, se diluídos sobre a complexidade do tecido urbano seriam dificilmente analisáveis.

A "**Comparação tipo-morfológica**" aborda a problemática da reconstituição teórica das formas passadas. Estas encontram-se na generalidade dos casos preservadas de um modo parcial. Contudo, através da sua comparação com estruturas semelhantes, é possível interpretar ou restituir a natureza original dos elementos incompletos dos casos em estudo. Esta comparação é realizada a partir da elaboração de uma simplificação esquemática da forma, ou seja, estabelecendo um modelo-teórico baseado em tipologias construídas que sintetiza e compartimenta as complexidades morfológicas das estruturas urbanas nas suas invariantes formais.

O capítulo dedicado à "**Leitura da evolução da forma**" aborda, com base nas metodologias e fontes de informação estabilizados no capítulo anterior, a evolução das três cidades portuguesas escolhidas, desde a sua fundação até à actualidade. Será assim realizada uma interpretação da evolução da forma urbana das três cidades em diversos períodos temporais, cartografando-se de um modo esquemático, mas sistematizado a forma de cada cidade em cada momento histórico. Os vários esquemas cartográficos das cidades representam os mesmos componentes urbanos (topografia, traçado, edificado comum e edificado singular), utilizando critérios de desenho comuns, (a mesma orientação, a mesma escala e outros elementos seguindo critérios comuns), permitindo assim a comparação directa entre os casos de estudo. Dado o foco da investigação incidir sobre a evolução e sobre a percepção dinâmica da forma urbana, cada esquema representa um intervalo de tempo, e não um momento estático da evolução da cidade, registando as transformações ocorridas em cada período. Assim, são representados num mesmo desenho através do uso de diferentes códigos de cor, os elementos consolidados e estáveis (a negro); os elementos em processo de implantação (a vermelho); e os elementos abandonados, em dissolução ou demolição (a cinza).

Nas "**Considerações Finais**", mais do que uma síntese global da investigação, procura-se instituir um pensamento reflexivo sobre o tema da resistência das formas urbanas: quais as principais questões que a investigação conseguiu responder, e em que medida ficaram incógnitas por solucionar. São também apresentados neste capítulo final as principais contribuições deste trabalho para o entendimento da evolução das formas construídas nas cidades analisadas assim como na perspectiva mais alargada da cidade portuguesa. Procura-se ainda apontar neste capítulo futuras direcções para o desenvolvimento de novas linhas de investigação abertas com este trabalho.

" O caos é uma ordem por decifrar"

José Saramago (O Homem Duplicado)

Parte I. Leitura da Forma

Antecedentes

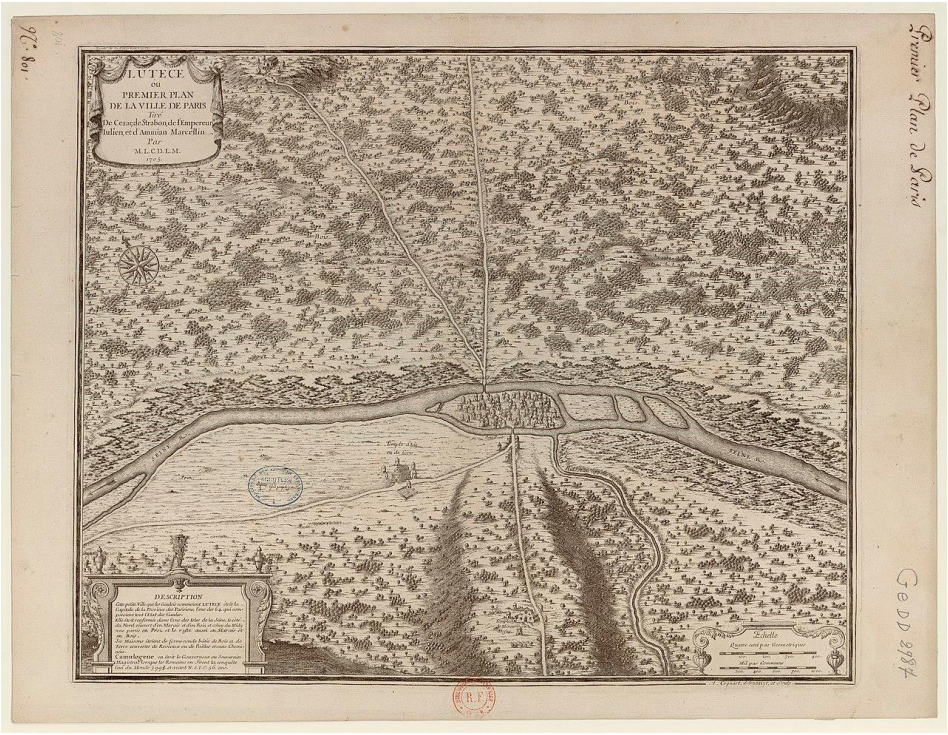


Figura 12 – Primeiro mapa correspondendo ao período romano. (Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, www.gallica.bnf.fr).

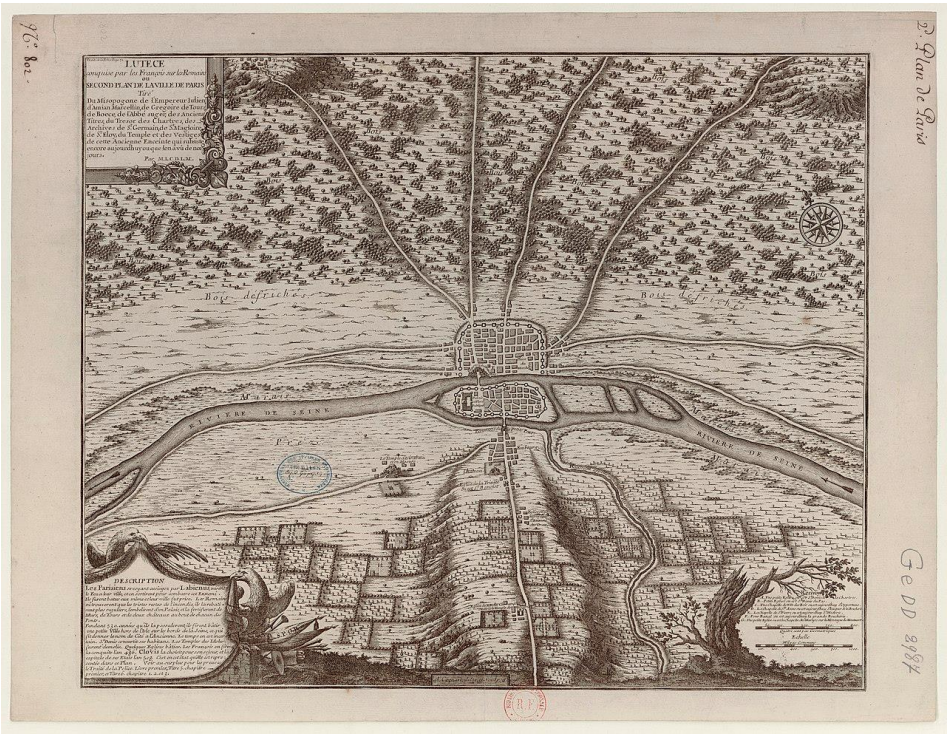


Figura 13 – Segundo mapa correspondendo ao período após a conquista Franca. (Nicolas de La Mare e Antoine Coquart, www.gallica.bnf.fr).

O estudo forma urbana

A Arquitectura como disciplina de projecto, manteve desde sempre um interesse particular pelo entendimento das formas urbanas pretéritas como referência para a construção de novos espaços. Este interesse estaria tradicionalmente focado em elementos pontuais como edifícios ou praças e não na análise do conjunto urbano como um todo.

Um dos primeiros trabalhos trabalhos a abordar a evolução de um núcleo urbano de um modo retrospectivo, desde o passado até ao presente (à época da sua realização), pode ser encontrado na colecção de mapas da cidade de Paris realizado para o "*Traité de la police*" por **Nicolas de La Mare** (1639–1723), um magistrado local provável responsável pelas informações representadas, e Antoine Coquart (1668–1707), gravador e provável autor dos primeiros sete mapas com o complemento de Nicolas de Fer (1646-1720) gravador e provável autor do oitavo e último mapa. O trabalho, publicado em quatro volumes de 1705, 1710, 1719 e 1738, teria sido realizado ainda sem um conhecimento científico sistematizado sobre a forma da cidade, ou seja, foi levado por diante de um modo que poderíamos classificar como autodidata ou "amador". No *Traité* são apresentados oito mapas da cidade de Paris de aproximadamente 44 x 45 cm, com uma área de análise e uma escala comum, retratando oito períodos chave da evolução da cidade desde a antiguidade romana, até ao início do século XVIII. A cidade de Paris apresentava-se à época como um tema ideal, já que mantinha em grande medida o seu tecido e edifícios monumentais antigos; por outro lado preservara no tecido as evidentes "cicatrizes" das distintas ampliações das suas muralhas, que facilitavam a leitura dos principais momentos que compunham a evolução da cidade.

Apesar de popular na época, o trabalho de Nicolas de La Mare foi profundamente criticado por autores posteriores que o classificaram como excessivamente fantasioso. Apesar das críticas posteriores o trabalho realizado por de La Mar e Coquart merece destaque, não só pelo mérito da sua novidade, mas sobretudo pelo facto de, talvez de um modo presciente, estabelecer alguns dos princípios fundamentais para este tipo de análises, nomeadamente no destaque dado à utilização de várias plantas para representar diversos períodos, realizadas com os mesmos códigos de representação, escala e área de análise, claramente favorecendo e potenciado a realização de leituras comparativas, de "antes" e "depois", evidenciando as diferenças e as semelhanças entre cada peça.

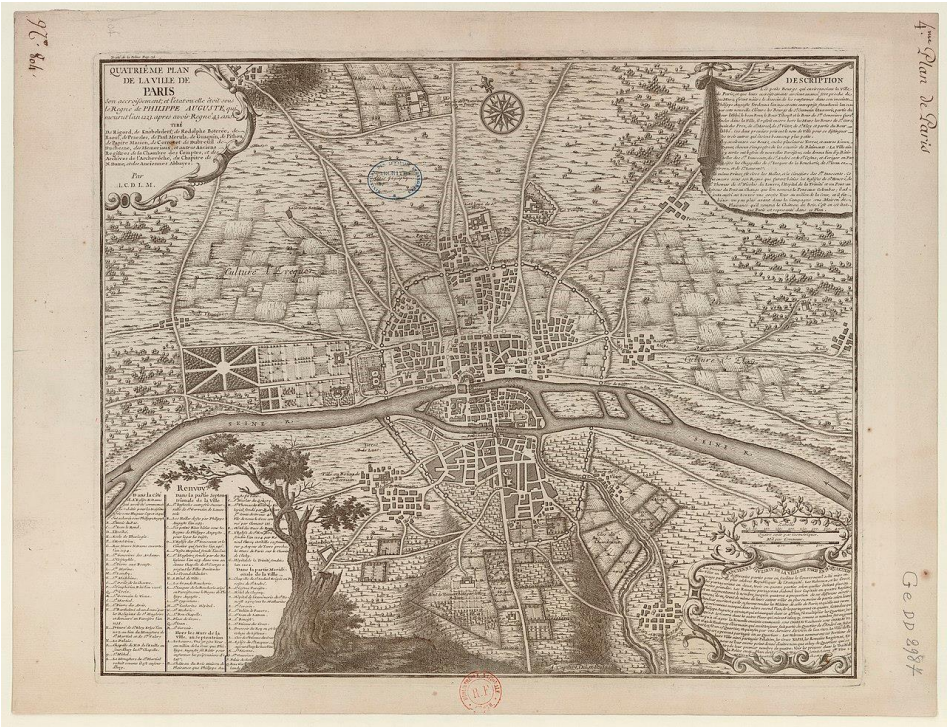


Figura 14 – Terceiro mapa correspondendo ao período do reinado de Luís VII (1137-1180).

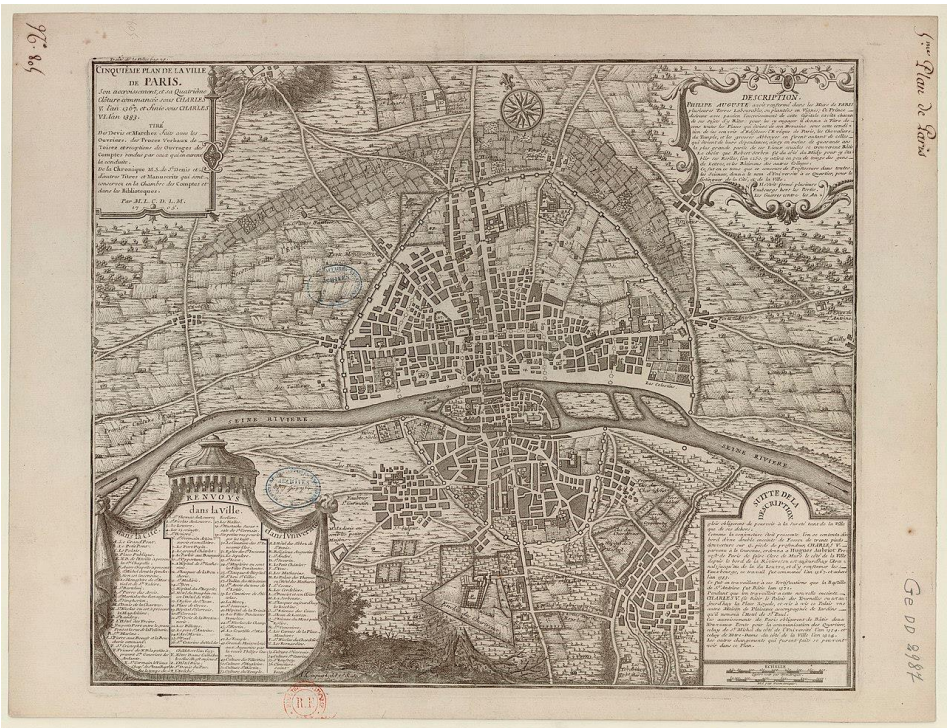


Figura 15 – Quarto mapa correspondendo ao período do reinado de Filipe Augusto (1180-1223).

Figura 16 – Quinto mapa correspondendo ao período entre o início do reinado de Carlos VI (1364-1380) e o final do reinado de Carlos V (1367-1380).

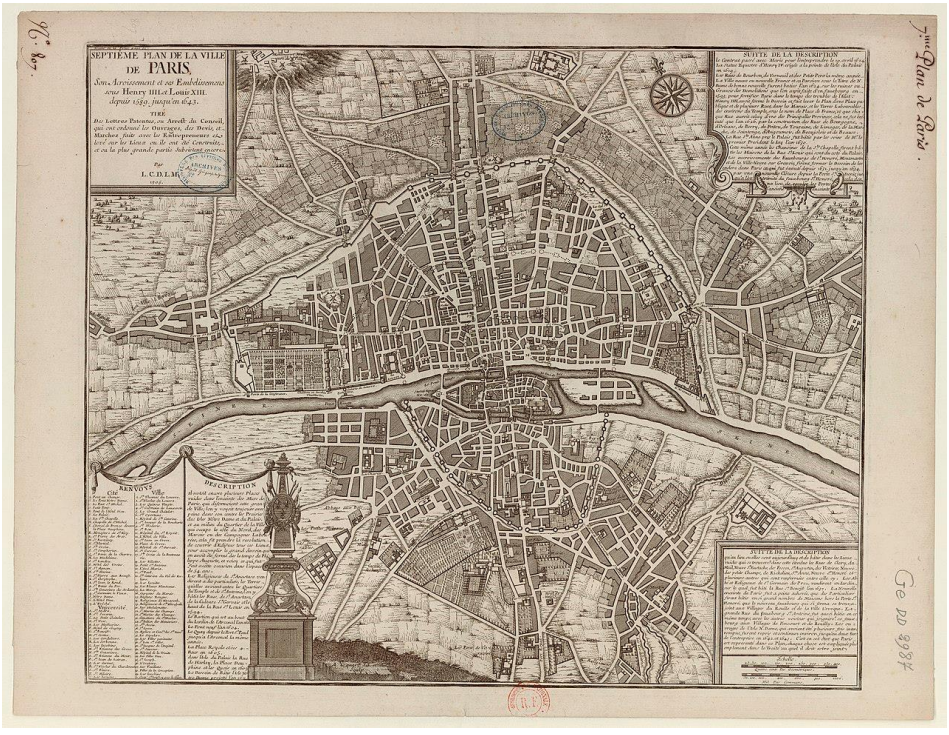


Figura 17 – Sexto mapa correspondendo ao período entre o início do reinado de Carlos VII (1422-1461 e o fim do reinado de Henrique III (1573-1575).

Figura 18 – Planta da cidade de Paris do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

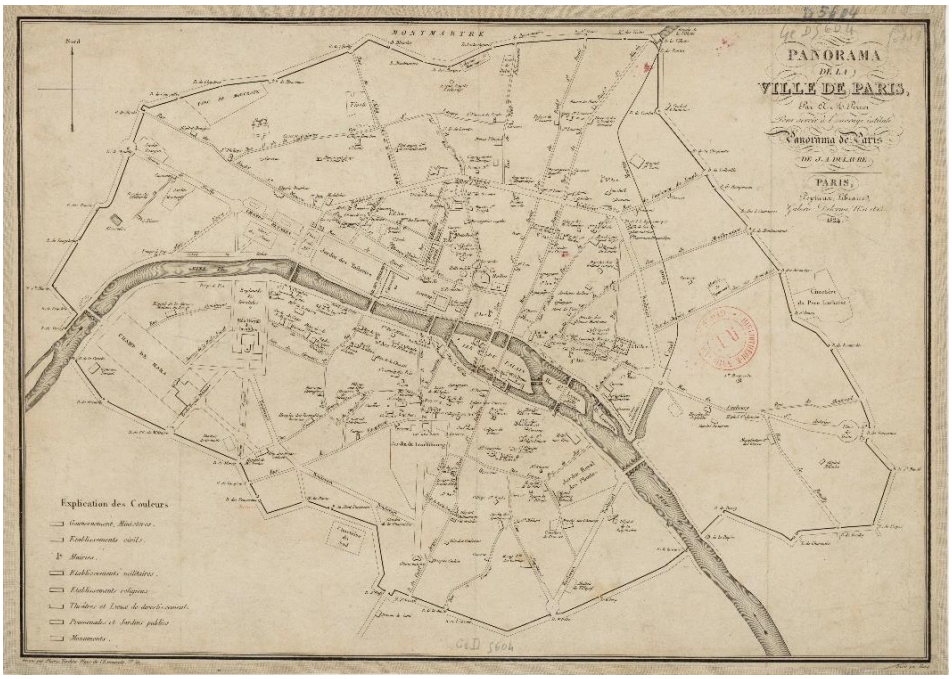


Figura 19 – Panorama da cidade de Paris do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

O estudo da forma de um modo sistematizado e científico começa a estruturar-se a partir da utilização do termo "morfologia", por **Johann Wolfgang von Goethe** (1749-1832), para designar a metodologia de estudo de um objecto a partir da sua forma. Goethe utilizou inicialmente o método de análise morfológica na botânica como uma metodologia que permitia evidenciar os fenómenos puros (*Urphänomene*), relativos à constante formação, evolução e transformação das formas orgânicas. O método desenvolvido por Goethe, de relativa autonomia científica, permitia uma utilização dos seus princípios de análise a diversos objectos e áreas disciplinares[5], tendo sido naturalmente aplicado ao estudo das formas construídas e também da forma da cidade, cujo desenvolvimento e crescimento apresentava evidentes paralelos com os organismos biológicos. O estudo da morfologia urbana constitui-se assim como o estudo da forma física dos assentamentos humanos, identificando e dissecando os seus diversos componentes constituintes[6] de modo a compreender a sua articulação e relação, caracterizando o espaço construído, as suas regras compositivas e o seu processo de formação.

O estudo da evolução da cidade de Paris seria retomado por **Jacques-Antoine Dulaure** (1755-1835) com a publicação ente 1821 e 1829 do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris" [7]. Neste trabalho são apresentadas sete plantas sintetizando a evolução da cidade entre o período romano e o século XIX. O trabalho é semelhante ao realizado por Nicolas de La Mare, também recorrendo a uma representação uniforme e coerente com as mesmas escalas e área de leitura. As peças cartográficas de grande qualidade permitem uma perspectiva de análise mais rigorosa, sem dúvida resultado da formação de Dulaure primeiro em desenho e matemática e depois em arquitectura e geografia. Dulaure é creditado como o inventor do "método retrospetivo" em cartografia contemporânea utilizada para traçar a evolução da cidade, recuando progressivamente para o passado mais remoto. Se o trabalho de Nicolas de La Mare foi fortemente criticado pelos seus contemporâneos, com dois dos maiores historiadores de Paris da época a qualificarem-no como um "ensaio medíocre", tal também se ficou a dever ao facto de Dulaure apresentar os seus desenhos como uma verdade científica sem justificar ou validar os critérios que o levaram a incluir ou excluir os diversos elementos urbanos.

---

[5] Pinto, S. G. (2015). Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, *2*, 127-129. p. 127.
[6] Moudon, A. V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, *1*, 3-10.
[7] Contandriopoulos, C. (2020). Cartographie anachronique. Le premier plan rétrospectif de Paris par Jacques-Antoine Dulaure en 1821. *Captures Figures, théories et pratiques de l'imaginair*, *5*(Maio).

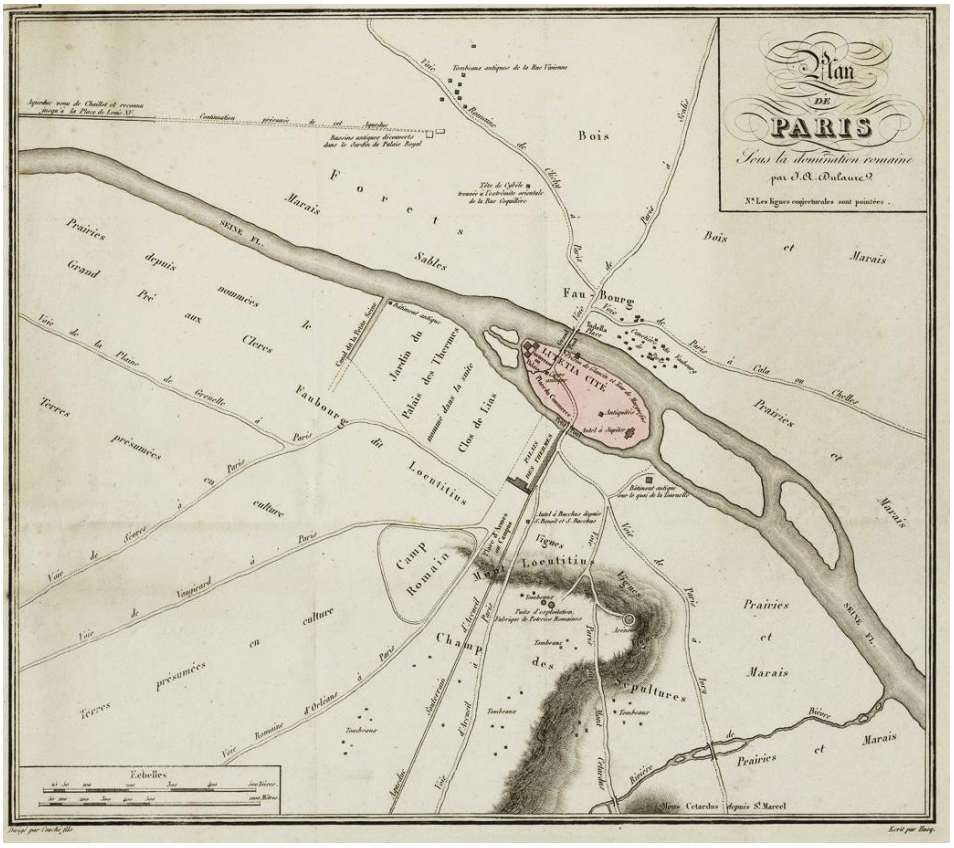


Figura 20 – Plano da cidade de Paris durante a ocupação romana do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

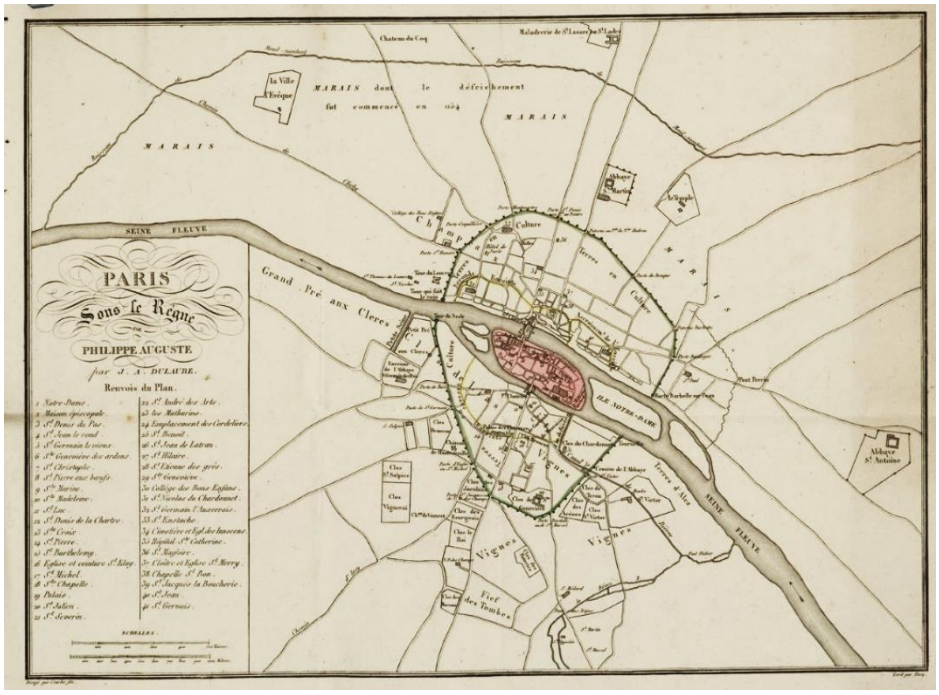


Figura 21 - Plano da cidade de Paris durante o reinado de Filipe Augusto do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

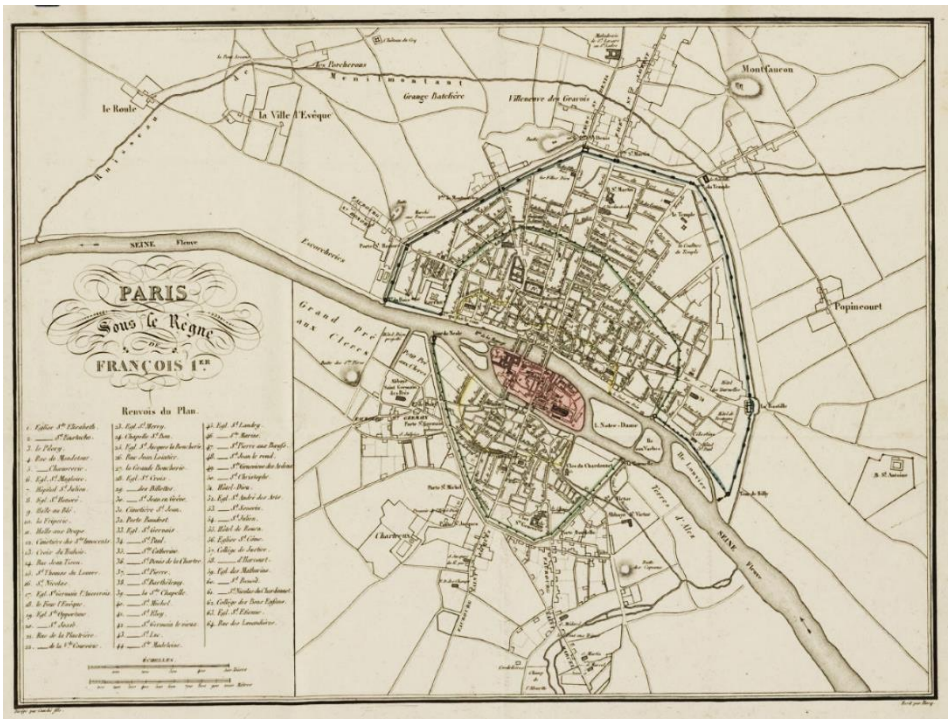


Figura 22 - Plano da cidade de Paris durante o reinado de Francisco I do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

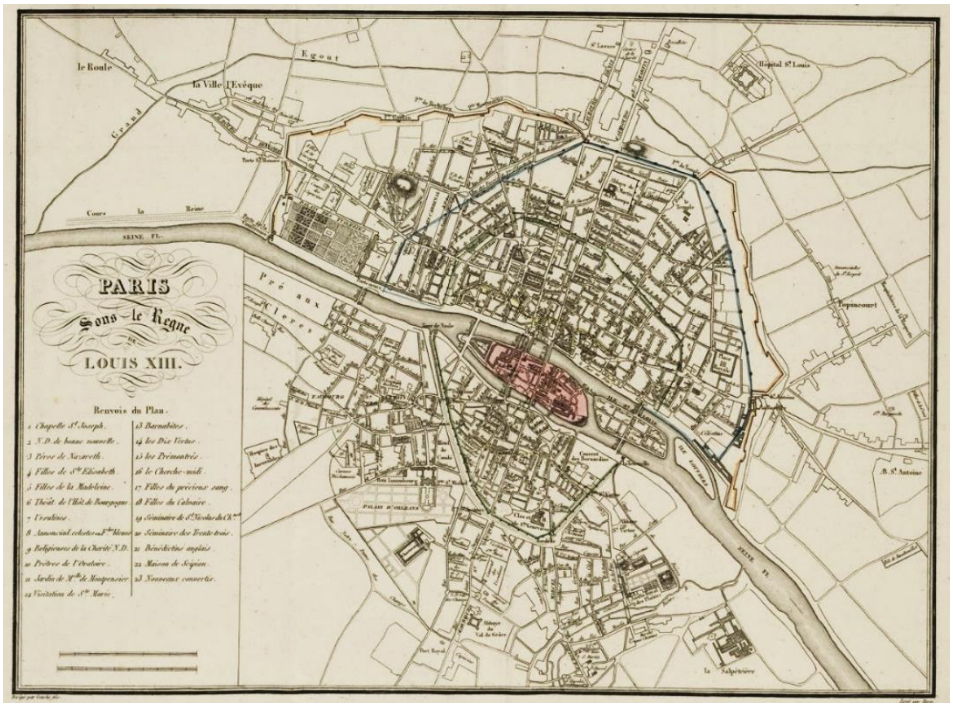


Figura 23 – Plano da cidade de Paris durante o reinado de Louis XIII do atlas "Histoire Physique, Civile et Morale de Paris".

A consciência da importância da análise do tecido urbano de um modo científico surge na génese na crise da cidade industrial, e na proposta de construção de um novo tipo de cidade que resolvesse os problemas de salubridade que atingiam a população urbana no século XIX. Neste contexto e como argumento para justificar a proposta de expansão da cidade de Barcelona, **Ildefonso Cerdá** (1815-1876) propõe a nova disciplina da "*urbanizacíon*": *" Hé aquí las razones filológicas que me indujeron y decidieron á adoptar la palaba urbanizacion, no solo para indicar cualquier acto que tienda á agrupar la edificacion y á regularizar su funcionamiento en el grupo ya formado, sino tambien el conjunto de principios, doctrinas y reglas que deben aplicarse, para que la edificacion y su agrupamiento, lejos de comprimir, desvirtuar y corromper las facultades físicas, morales é intelectuales del hombre social, sirvan para fomentar su desarrollo y vigor y para acrecentar el bienestar individual, cuya suma forma la felicidad pública."*[8]

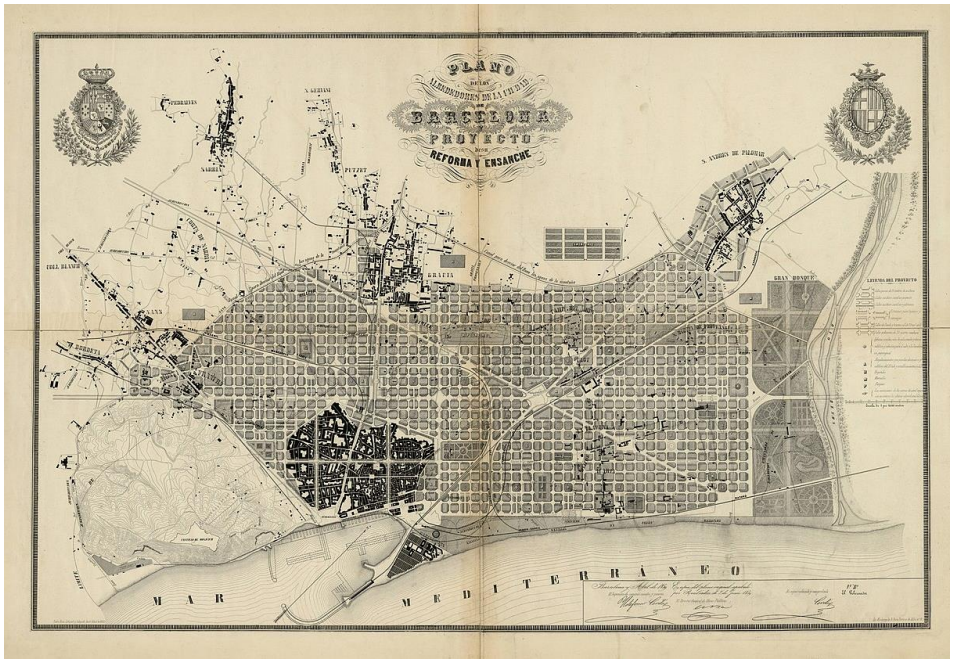


Figura 24 – Plano do Eixample de Ildefonso Cerdá, em Barcelona.

[8] Cerdá, I. (1867). *Teoría general de la urbanización*. Imprenta Española. p. 30.

A proposta de Cerdá assenta numa análise do núcleo medieval de Barcelona, com todos os seus problemas e insuficiências, procurando através desta diligência propor uma nova cidade, de acordo com as exigências do progresso cultural e tecnológico. Assim, desde a sua génese, o Urbanismo define-se como uma ciência da cidade que procura através da análise do passado a construção de um melhor futuro. O estudo da cidade construída destinava-se a evitar os erros do passado. As teorias racionalistas e positivistas do final do século XIX defenderam desenhos radicalmente novos para as cidades, focando-se na planificação urbana e na produção de tratados sobre o urbanismo enquanto potencial instrumento político e económico, a ser usado como meio de promover o progresso social. No entanto, e apesar do seu vanguardismo, o urbanismo de Cerdá permanecerá relativamente isolado, praticamente sem continuidade para lá do mundo hispânico.

O interesse pela forma das cidades vai ressurgir pela mão de um conjunto de geógrafos e historiadores franceses no início do século XX. Destes destaca-se a obra de **Pierre Lavedan** (1885-1982), geógrafo e historiador, considerado como um dos investigadores pioneiros das questões da morfologia urbana. Em 1926 Lavedan na sua tese complementar de doutoramento estabelece a "***loi de persistance du plan***" publicada no mesmo ano em duas edições com títulos diferentes: *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine*[9] e *Qu'est-ce que l'urbanisme?* [10]. A *loi de persistance du plan* argumentava que numa cidade o desenvolvimento da forma urbana era sempre realizado a partir da continuidade das formas existentes, que se alteravam tendencialmente apenas de um modo progressivo e lento, através da reutilização contínua das suas partes constituintes, tais como elementos do traçado urbano, do cadastro ou mesmo do edificado, permitindo assim a utilização de documentos cartográficos recentes e antigos como fonte principal de conhecimento das formas urbanas passadas. Esta tendência natural – a *loi de persistance du plan* – era apenas interrompida quando da realização de operações urbanas sistemáticas ou por eventos de força maior, como desastres naturais, permitindo através do registo da data destes eventos validar as peças cartográficas produzidas. A teoria e o método de Lavedan permitiam regressivamente a partir da cartografia actual desenhar esquemas hipotéticos do desenvolvimento da cidade até à planta primordial. Para Lavedan a cartografia seria "*the most wonderful of all palimpsests*" recuperando a frase do historiador inglês Frederic William Maitland[11].

[9] Lavedan, P. (1926a). *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine*. Definitions-Sources.
[10] Lavedan, P. (1926b). *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction a l'histoire de l'urbanisme*. Henri Laurens.
[11] Maitland, F. W. (1889). The surnames of English Villages. *The Archeological Review, IV*, 233-240. p. 235.

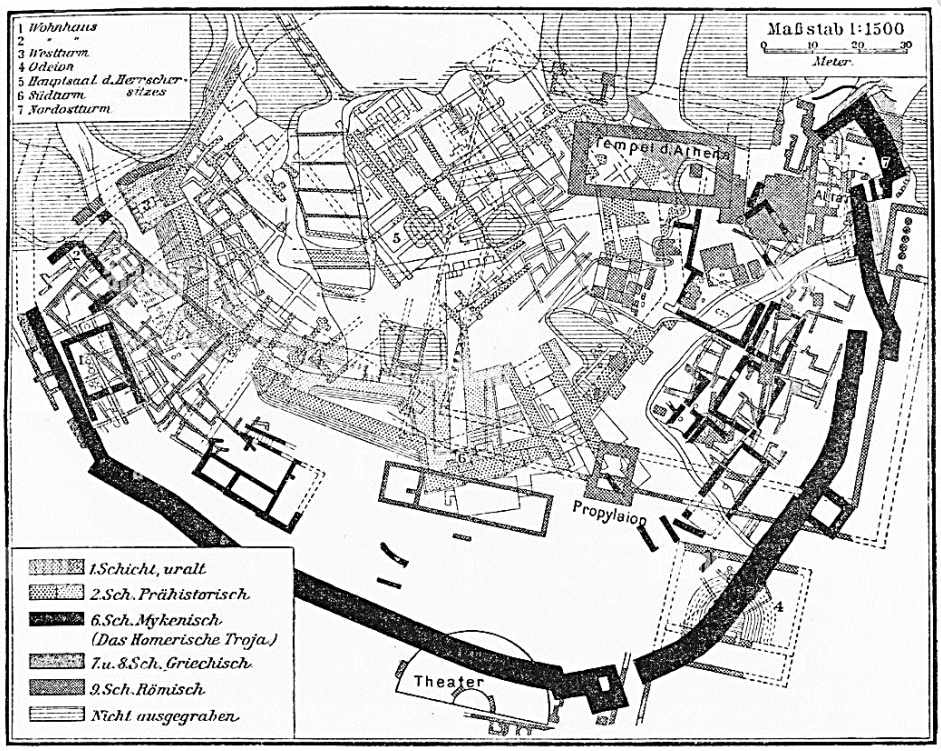


Figura 25 – Complexa sobreposição de estruturas no sítio arqueológico de Troia na Turquia.

O historiador francês **Marcel Poëte** (1866-1950) na sua obra "**Introduction à L'Urbanisme**" [12], de 1929, define o urbanismo como uma ciência das cidades, uma ciência que deve analisar as condições e manifestações da sua existência e do seu desenvolvimento. A cidade é considerada como um organismo urbano que a ciência do urbanismo deve observar para estudar, devendo o contacto ser o mais directo possível. **Poëte** no seu estudo sobre a morfologia da cidade começa por se focar na evolução planimétrica da mesma enquanto resultado da conjugação entre o sistema viário e o meio físico. Deste modo são considerados dois elementos fundamentais na génese de uma cidade: o sítio como elemento base para a formação, e o caminho como elemento base para o desenvolvimento. O espaço físico é assim tido como um dado natural, e a rua enquanto caminho é compreendida como resultado da produção humana e está na génese do desenvolvimento da cidade, surgindo como produto de uma sedimentação temporal, reflectida no traçado urbano. O plano constitui-se como um componente que resume e sintetiza a história da cidade. É assim exposto o relacionamento entre a forma e as diferentes épocas de formação da cidade, verificando que, apesar da passagem de sucessivas civilizações, é possível constatar que determinados aspectos urbanos sobrevivem, permanecem e atravessam diversos períodos temporais, tornando-se possíveis de observar na actualidade.

Em 1931 com o texto "***Vecchie cittá ed edilizia nuova***", o arquitecto italiano **Gustavo Giovanni** (1873-1947) vai reinterpretar a tese de Lavedan com o conhecimento profundo do desenvolvimento da cidade de Roma, estabelecido com base nos inúmeros estudos e documentos históricos e arqueológicos existentes sobre a cidade. A partir de uma extensa base de documentação, Giovannoni constata que a forma de Roma se tinha alterado significativamente várias vezes ao longo dos vinte e sete séculos de história da cidade, existindo sob a cidade actual cidades sobrepostas como camadas de sedimentos. Para Giovannoni a cidade e o tecido urbano constituíam-se como o "*vero palimpsesto*"[13]. A metáfora teria, portanto, uma aplicação directa, em que a topografia corresponde ao suporte físico constituído pelo pergaminho, e a forma da cidade actual corresponde ao texto, escrito sobre outro texto original que teria sido previamente apagado, a forma da cidade antiga. A substituição da forma antiga pela nova, deixava, tal como no texto apagado do palimpsesto indícios ténues que podiam ser recuperados e reinterpretados num processo de leitura hermenêutica.

[12] Poëte, M. (1929). *Introduction à l'urbanisme : l'évolution des villes, la leçon de l'Antiquité*. Boivin & cie.
[13] Giovannoni, G. (1931). *Vecchie cittá ed edilizia nuova*. Unione Tipografico-Editrice Torinese.

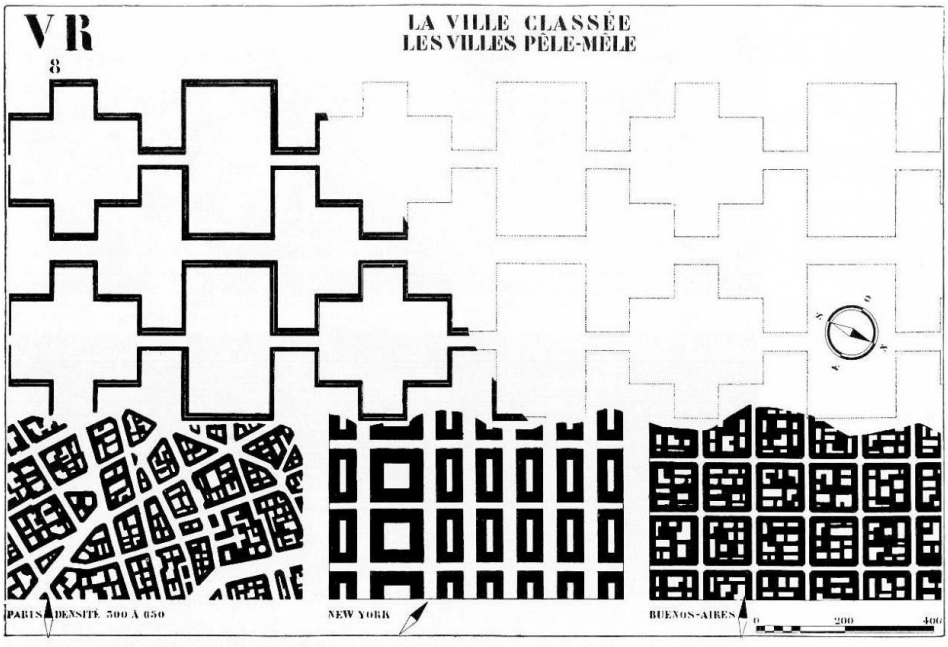


Figura 26 – "A classificação das cidades". Comparação à mesma escala entre a *Ville Verte*, Paris, Nova Iorque e Buenos Aires.

O desenvolvimento dos estudos históricos e geográficos sobre a forma da cidade permitiu o aprofundamento da investigação, reflectindo-se numa busca do estabelecimento de novos conceitos e na identificação, individualização e decomposição dos elementos constituintes da cidade. **Pierre Lavedan**, na sua obra publicada em 1936 com o título **"Géographie des Villes"** [14], dividida em três capítulos: "Evolução das cidades", "Estrutura das cidades" e "A vida Urbana", onde desenvolve uma análise exaustiva sobre a cidade, considerando uma interpretação dos elementos de composição urbana, da rua, da praça, do jardim, dos edifícios ou dos monumentos, o que revela um trabalho de identificação, categorização e classificação sistematizada dos diversos elementos urbanos da cidade. Estes distintos elementos são separados em dois grupos, espaços construídos e espaços livres. Lavedan considera assim o plano da cidade da cidade como uma estrutura composta pela dialéctica entre o cheio e vazio, entre espaços construídos e espaços livres, e é a relação destes elementos que se encontra na origem do plano, como elemento gerador, na perspectiva da evolução do artefacto urbano no tempo. O objecto urbano é finalmente estudado como uma totalidade complexa e analisável, desde os seus elementos constituintes até à sua globalidade.

A destruição de tecidos urbanos causada pela Segunda Guerra Mundial vai permitir a aplicação sistemática dos princípios modernistas em ruptura completa com os modelos tradicionais de produção urbana. A cidade proposta pelos CIAM teria as suas funções de circulação, trabalho e lazer, separadas em zonas específicas. Os edifícios de habitação seriam implantados de forma isolada em espaços verdes ajardinados, permitindo a ventilação e a entrada de luz a todos os habitantes. Estes modelos urbanos terão um impacto significativo nas cidades do pós-guerra, na reconstrução das cidades e particularmente na construção de novas áreas de crescimento urbano. A aplicação destes modelos radicalmente diferentes da cidade tradicional, eliminando a miscigenação funcional ou a delimitação de ruas e praças, terá eventualmente como consequência a criação de um conjunto de problemas de segregação social, que em última análise levará à falência dos ideais do Movimento Moderno, assim como à crise disciplinar do urbanismo como ciência. Ao contrário de uma disciplina científica tornava-se aparente que os princípios do Urbanismo não eram universalmente absolutos e verdadeiros e que as regras de composição do tecido urbano estavam fundamentalmente dependentes do seu contexto, podendo funcionar ou não de um sítio para outro ou de uma cultura para outra cultura.

[14] Lavedan, P. (1936). *Géographie des Villes.* Gallimard.

Figura 27 – Palazzo Sturzo, projecto de Saverio Muratori realizado entre 1955 e 1958.

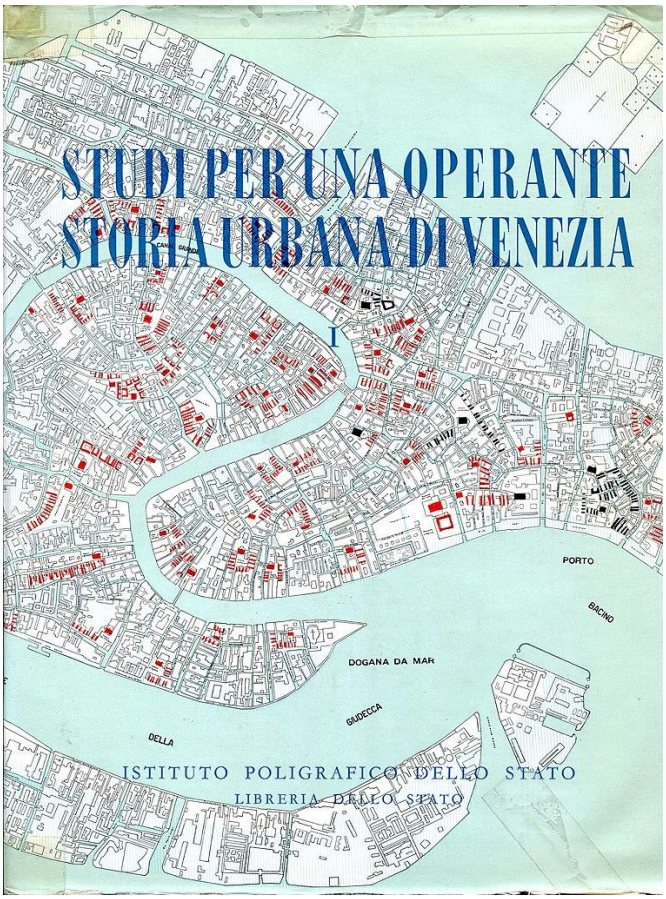


Figura 28 – Capa da publicação "Studi per una operante storia urbana di Venezia".

Neste contexto o arquitecto italiano **Saverio Muratori** (1910-1973), antigo aluno de Gustavo Giovannoni em Roma, critica o Movimento Moderno, situando-se na ideia de crise, uma crise que teria tido a sua génese na separação entre estrutura e forma, ocorrida no século XIX. Esta separação teria levado à produção de espaço urbano baseado na construção de edifícios que se agregam de um modo simplista em série, indiferentes às tradições locais. Muratori como resposta à crise da Arquitectura, propõe um regresso aos modelos tipológicos do passado, como forma de auxiliar o processo de desenho dos novos edifícios, integrando-os espacial e culturalmente no seu contexto e colocando em causa a utopia técnica do projecto sobre *tabula rasa*, que caracteriza a ideia de modernidade. Na expressão de Muratori, o novo sempre precisará do velho como infra-estrutura da qual pode emergir. Assim o conhecimento detalhado da história é fundamental para a disciplina de projecto, permitindo a construção de edifícios integrados na sua envolvente espacial e cultural. O estudo da história tem, portanto, a ambiciosa tarefa de tirar as lições do passado como proposta para o futuro. Muratori conferia, por isso, grande importância ao conhecimento dos "tipos" como referências de projecto. Segundo a sua definição as "tipologias edificadas" seriam o resultado de uma síntese *a priori*, que surgiria na mente dos projectistas de modo espontâneo e como resultado de processos de codificação colectivos do seu contexto cultural, estando deste modo firmemente ancorada não só no ambiente construído, mas também no inconsciente colectivo, ou seja, na cultura, que as assimilaria de forma instintiva como parte de um processo de progressiva optimização técnica de adaptação funcional. Em 1952 Muratori é convidado a dar aulas na Universidade de Veneza, onde iniciou um trabalho de análise detalhada da formação do tecido urbano da cidade. Realiza um salto de escalas, concentrando-se não apenas no edifício, mas analisando conjuntos urbanos e a forma segundo os mesmos evoluíam no tempo, cunhando o conceito de "storia operante", ou seja, de história operativa, que é um entendimento da História e da leitura do processo histórico das cidades fortemente articulada com o processo de projecto. Muratori desenvolve ainda o conceito de "tipo-edificado" e sugere a sua aplicação ao processo de desenho e projecto, como uma sequência orgânica do fenómeno construído que contribui para um processo de evolução da forma ao longo do tempo. O trabalho é publicado em 1960, com o título "***Studi per una operante storia urbana di Venezia***"[15], estabelecendo o que hoje podemos afirmar ser a raiz dos conceitos teóricos para uma abordagem à morfologia urbana como um processo orgânico.

[15] Muratori, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Istituto Poligrafico dello Stato.

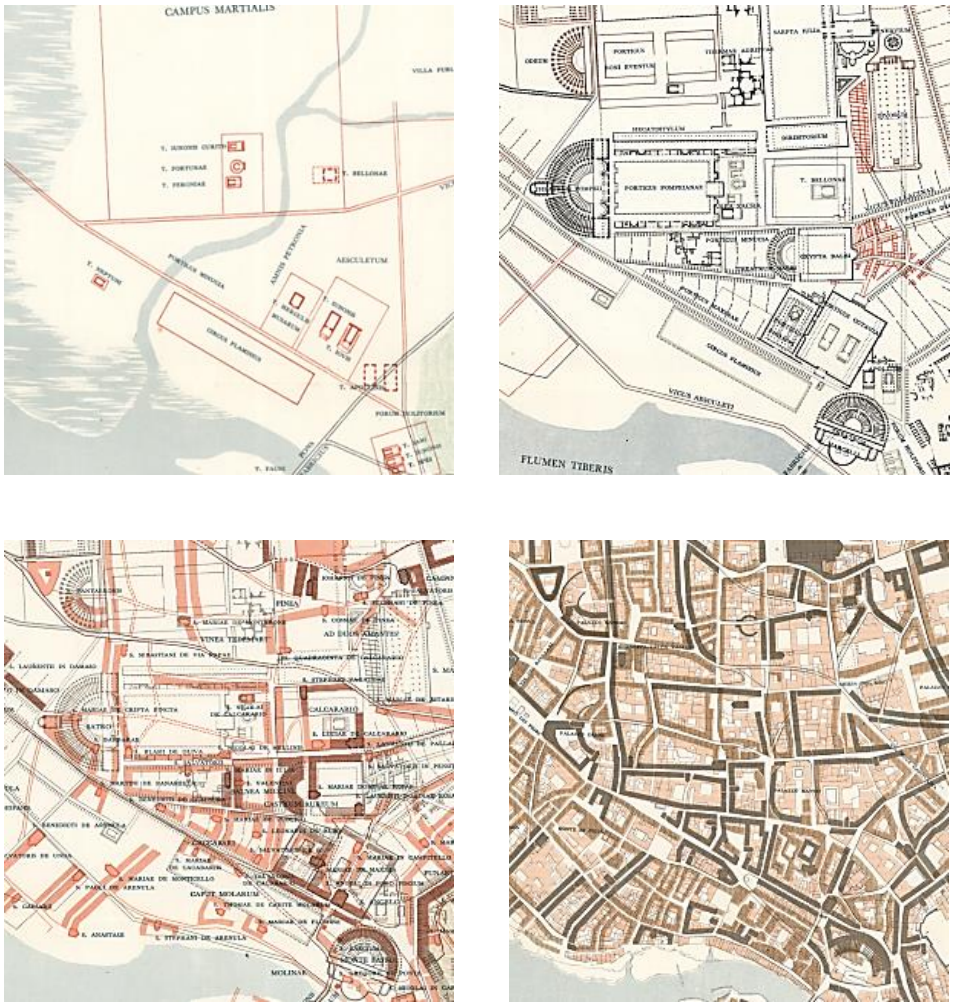


Figura 29 – Evolução do tecido urbano em Roma, segundo Saverio Muratori.

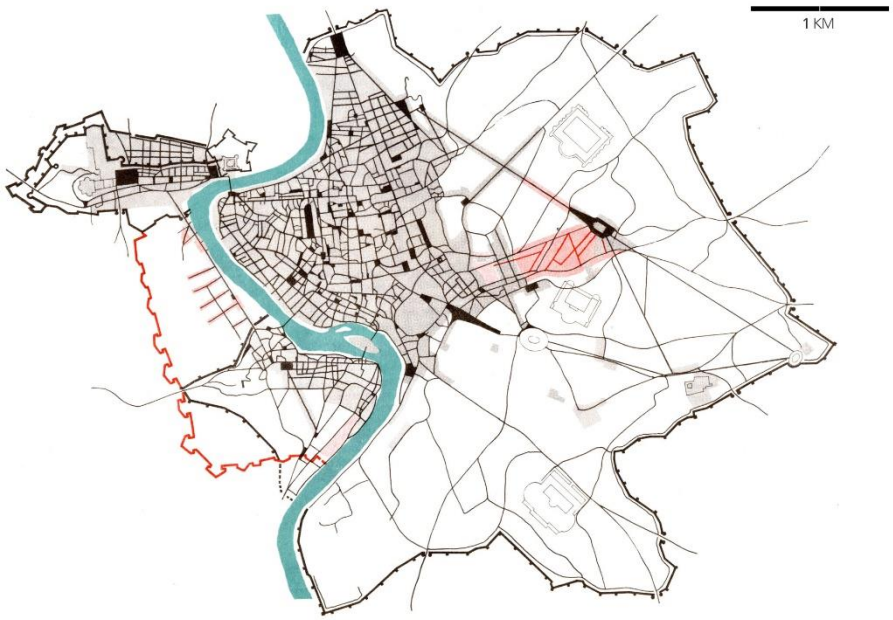


Figura 30 – Planta de Roma entre 1605-1748, segundo Saverio Muratori.

Em 1954 Muratori regressa a Roma como professor de Composição Arquitectónica. A sua experiência em Veneza vai servir como base ao desenvolvimento de um trabalho semelhante sobre a cidade de Roma. No trabalho publicado com o título *"**Studi per una operante storia di Roma**"* [16], as análises são aperfeiçoadas com o auxílio de modelos teóricos para várias épocas. Estes modelos sintetizam e compartimentam a informação em períodos históricos, com uma planta representando o desenvolvimento do tecido urbano em cada estágio. Os modelos teóricos, ou plantas, não apresentam uma imagem rigorosa da cidade no período dado ao invés representam uma simplificação esquemática da realidade em resultado da natureza necessariamente incompleta das fontes de informação históricas**. A construção de plantas ou modelos fornece os meios para coordenar e compreender o estado do conhecimento presente, permitindo uma reflexão sobre o próprio modelo, para fazer novas descobertas.** Assim Muratori e a sua equipa, identificam por um lado as áreas de conhecimento sobre a cidade que deveriam ser desenvolvidas prioritariamente, por outro lado, desenvolve uma política concertada de sondagens e verificações arqueológicas para verificar uma hipótese de alcance geral e segundo a qual a estrutura actual da cidade mantém tendencialmente os traços que suportam a sua evolução.

É no período pós Segunda Guerra Mundial que podemos inscrever o nascimento da Morfologia Urbana como disciplina, relembramos, a salvaguarda e o estudo da paisagem urbana adquire uma renovada importância, sobretudo na Europa e no contexto do debate sobre o problema da reconstrução das cidades destruídas pela Guerra. Assim, é durante este período que se dá um forte desenvolvimento da temática da morfologia urbana, que se aproxima de aspectos como o zonamento funcional, a economia, a demografia ou os aspectos culturais e tecnológicos como factores explicativos da forma urbana. De entre estes estudos destacam-se os realizados pelo geógrafo germânico **M.R.G. Conzen** (1907-2000), realizados a partir de uma posição que repropõe o tema do conflito entre o desenvolvimento tecnológico e económico enquanto mote para a produção da cidade industrial assim como para o entendimento das formas da cidade histórica. Em 1960 **M.R.G. Conzen** publica "**Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis**."[17]. Neste trabalho Conzen propõem um maior enfoque sobre o aspecto cultural enquanto factor determinante na construção da paisagem urbana, evidenciando a necessidade de perspectivar a dimensão histórica das cidades.

[16] Muratori, S. (1964). *Studi per una operante storia di Roma*. Consiglio nazionale delle ricerche.
[17] Conzen, M. R. G. (1960). *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. Institute of British Geographers Publication 27.

FIGURE 5

Figura 31 – Evolução de Alnwick, por M.R.G. Conzen.

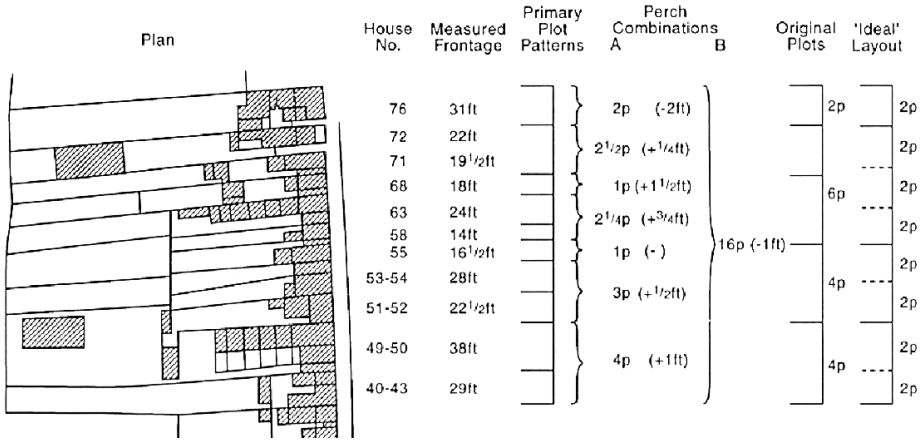


Figura 32 – Análise metrológica da Lower Broad Street em Ludlow, por M.R.G. Conzen.

Conzen, define vários conceitos novos, tais como: o ciclo de loteamento (burgage cycle), a cintura periférica (fringe belt) o quadro ou modelo morfológico (morphological frame), a zona homogénea (morphological region). Os conceitos de "Fringe Belt" e "Morphological Region" relacionam-se com a percepção de áreas com naturezas formais distintas no tecido urbano. Estas zonas morfológicas intervêm no processo de desenvolvimento e crescimento da cidade, sendo associadas a diferentes épocas. As "cinturas periféricas" (fringe belts), consistem na alternância entre fases de grande crescimento em que a cidade se expande para as cinturas periféricas, e fases de fraco crescimento em que a cidade consolida as cinturas periféricas transformando-as em novos espaços urbanos de transição. Este processo resulta na ocupação sucessiva das faixas limítrofes da cidade, as quais geradas como espaços periféricos através do tempo longo, acabam por ser englobadas na cidade como resultado do seu crescimento. Este conceito evidencia a necessidade de se realizar uma leitura dinâmica e diacrónica do traçado da cidade, considerando que o mesmo apresenta várias etapas de crescimento.

O estudo e entendimento do parcelamento assume também uma particular relevância no trabalho de Conzen: assentam na noção de parcelário ou cadastro, enquanto subdivisão do espaço privado em contacto permanente com o espaço público, que reflecte na sua estrutura as sucessivas etapas de evolução da cidade através por exemplo da sua subdivisão e ocupação por edifícios. O ciclo de loteamento (burgage cycle), consistiria na progressiva ocupação do interior dos lotes por edifícios[18] deixando um conjunto de cicatrizes evidentes no tecido urbano. Vários estudos sobre o parcelamento reflectem precisamente este facto, demonstrando como o parcelário e os seus edifícios preservam na sua estrutura os registos das suas várias transformações, permitindo compreender a evolução da cidade. Cozen destaca como exemplo, o facto de em Inglaterra ser notória a diferença entre as dimensões das habitações e parcelas do período Vitoriano e Eduardiano, sendo possível através do estudo das mesmas distinguir zonas do tecido urbano correspondentes a cada período assim como áreas de transição entre os dois. A conceptualização do desenvolvimento histórico proposta por Conzen demonstrou e reforçou decisivamente a necessidade da perspectiva histórica no entendimento da forma urbana.

[18] Whitehand, J. W. R. (2001). British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology 5(2)*, 103-109.

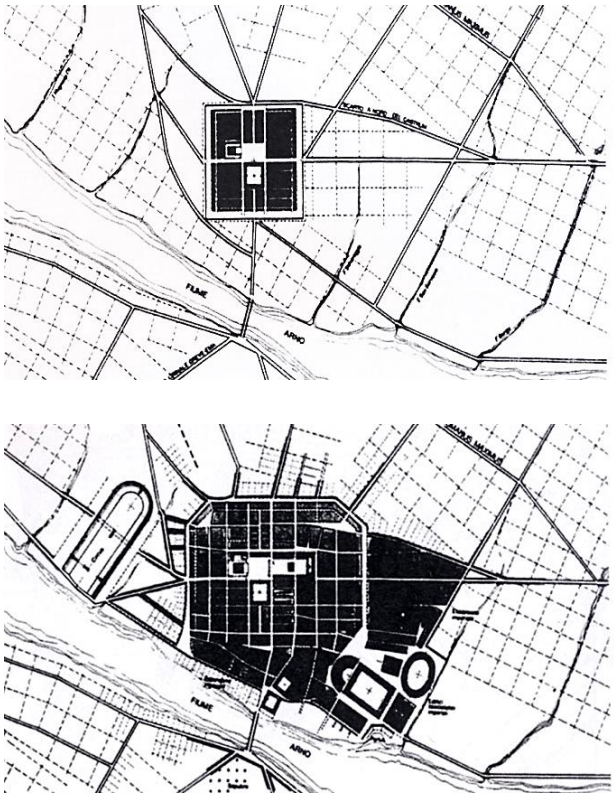


Figura 33 – Evolução da cidade de Florença, segundo Caniggia.
.

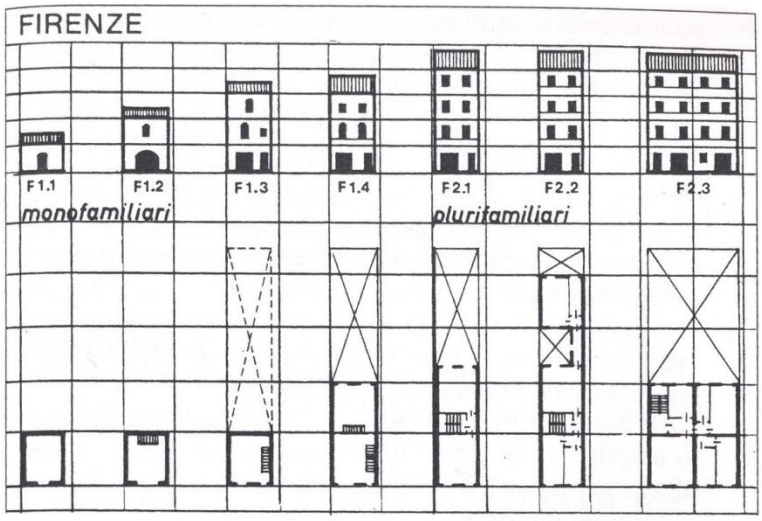


Figura 34 – Tipologias de edifícios medievais de Florença, segundo Caniggia.

De entre os trabalhos historiográficos realizados da segunda metade do século XX destaca- se a obra publicada em 1961 pelo historiador americano **Lewis Mumford** (1895-1990) com o título "**The city in history: its origins, its transformations, and its prospects**" [19]. Assumindo-se como um trabalho de síntese baseado quase que exclusivamente no desenvolvimento da cidade ocidental, a obra oferece, no entanto, uma perspectiva privilegiada da evolução urbana, descrevendo as suas formas e funções e as suas instituições enfatizando o facto de quanto as mesmas contribuíram para a sua evolução desde as origens até à contemporaneidade. A análise de Mumford foca-se assim nos aspectos sociais e culturais que determinaram o desenvolvimento do organismo urbano, procurando através da sua compreensão, antever o futuro da cidade.

A docência realizada por Muratori primeiro em 1952 na Universidade de Veneza e depois em 1954 na Universidade de Roma, vai contribuir para o estabelecimento de uma "escola de morfologia urbana" através dos seus vários assistentes. A personalidade controversa de Muratori vai eventualmente conduzir à sua saída da universidade e consequente dispersão dos seus assistentes que vão prosseguir os seus estudos de forma individual dentro dos distintos conceitos deixados por Muratori. **Gianfranco Caniggia** (1933-1987), assistente de Muratori em Roma, vai assegurar uma contribuição para o desenvolvimento da escola, na medida em que se dedicou a simplificar e a aplicar vários dos preceitos teóricos de Muratori a casos de estudo concretos preenchendo a lacuna entre a teoria e a prática. Caniggia, prossegue e desenvolve os estudos de Muratori com o propósito de identificar os princípios gerais da formação e evolução do tecido urbano, aprofundando o método tipológico e a definição do tipo como uma síntese *à priori* aplicada ao tecido urbano, ou seja, algo como uma "consciência espontânea". Murattori e Caniggia tinham como objectivo, progressivamente aumentar a escala de análise, partindo dos elementos particulares como a dos edifícios, para atingir a compreensão global do tecido construído, enquadrado em "sistemas de estrutura" ou "organismos de sistema", e a partir de aí até à leitura global do território. A aplicação prática por parte de Caniggia do método de Muratori em obras como "***Lettura di una città: Como***"[20] ou "***Lettura Dell'Edilizia di Base***"[21] trouxe uma contribuição experimental, assim como uma explicação prática de muitos dos conceitos enunciados por Muratori, tornando-os mais acessíveis.

[19] Mumford, L. (1961). *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. Harcourt, Brace & World.
[20] Caniggia, G. (1963). *Lettura di una città: Como*. Centro Studi di Storia Urbanistica.
[21] Caniggia, G., & Maffei, G. L. (1979). *Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura dell'edilizia di base*. Marsilio.

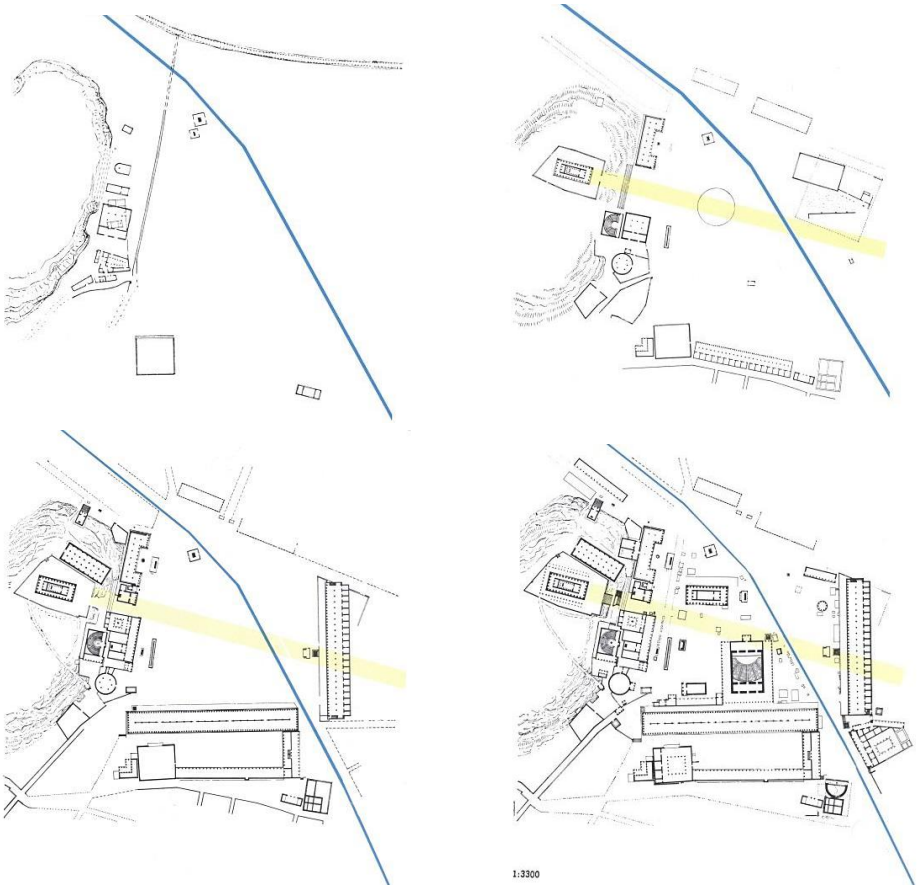


Figura 35 – Evolução do Agora de Atenas, segundo Edmund Bacon.

.

O trabalho dos arquitectos conduziu ainda a uma alteração do conceito de património que deixou de se restringir apenas aos monumentos e edifícios singulares para se estender com a **Carta de Veneza** (1964) a todos os sítios urbanos ou rurais, notáveis ou modestos com um significado histórico especial (Carta de Veneza art. 1.º). Os conjuntos urbanos consolidados, ocupados por edifícios anónimos e comuns foram deste modo incluídos como bens patrimoniais com tanta importância e significado como uma catedral ou um castelo.

Outros arquitectos italianos como **Aldo Rossi** (1931-1997) [22] e **Carlo Aymonino** (1926-2010) [23] recusariam, por outro lado, o conceito de história operativa (storia operante), em favor de uma dialéctica entre análise histórica e projecto. A respectiva obra irá consolidar os conceitos de "tipo" e de "tipologia construtiva" definidos preteritamente (na passagem de setecentos para oitocentos) por Quatrermère de Quincy. Aldo Rossi entende a cidade como estrutura espacial, ou seja, como uma obra de Arquitectura, considerando a Arquitectura e a Geografia como disciplinas privilegiadas para o entendimento da sua forma[24]. Para o autor a cidade será sempre reduzida à sua componente espacial, considerando-a autónoma da estrutura social.

Esta mudança de paradigma no conceito de património, do edifício singular para os conjuntos urbanos, conduziu ao surgimento de estudos de detalhe analisando a sua morfogénese, procurando entender as regras de desenho e composição do tecido urbano comum. Neste contexto destaca-se a obra do arquitecto americano **Edmund Bacon** (1910-2005), "**Design of Cities**" [25] de 1967, na qual o autor explora a circunstância em que um conjunto de decisões pode determinar a forma da cidade, tratando-a como um acto de vontade consciente e pondo de parte a noção da cidade como um acto casuístico. Bacon realiza uma análise de várias intervenções pontuais e o contexto em que as mesmas são implantadas no tecido urbano estudando as suas repercussões ao longo da história. É demonstrada a influência de várias intervenções e o modo como as mesmas se entrecruzam e relacionam propagando-se ao longo dos séculos, condicionando e influenciando o desenvolvimento subsequente e contribuindo de forma gradual para a construção da imagem actual da cidade.

[22] Rossi, A. (1995). *L'architettura della Cittá*. Cittá Studi Edizioni. (1963)
[23] Aymonino, C., Brusatin, M., Fabbri, G., Lena, M., Lovero, P., Lucianetti, S., & Rossi, A. (1970). *La città di Padova. Saggio di analisi urbana.* Officina Edizioni.
[24] Rossi, A. (1995). *L'architettura della Cittá*. Cittá Studi Edizioni. (1963)p. 35.
[25] Bacon, E. (1967). *Design of Cities*. Thames & Hudson.

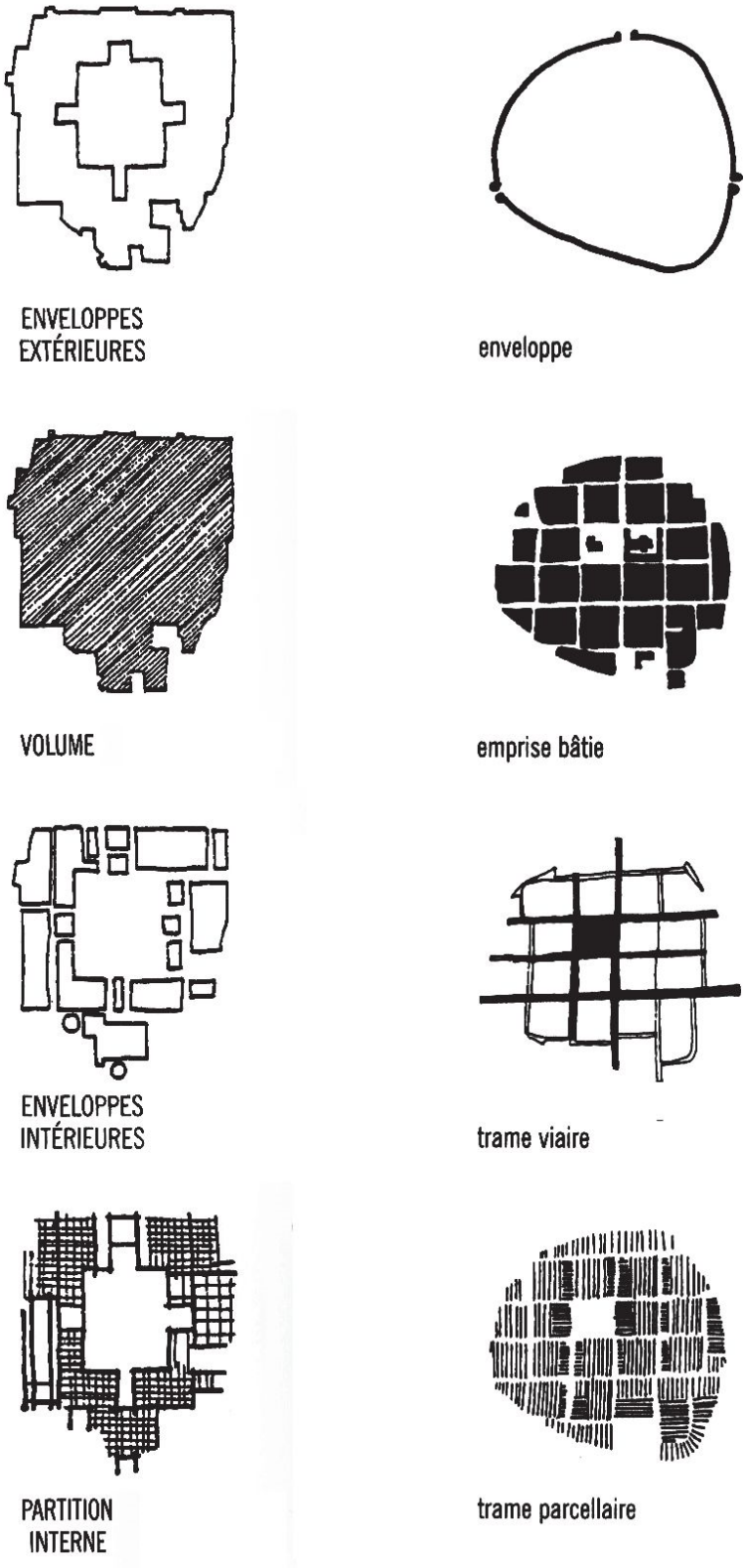


Figura 36 – Elementos do tecido urbano, segundo Alain Borie, Pierre Micheloni e Pierre Pinon.

Em 1970 o historiador francês **Raymond Chevallier** (1929-2004) publica "**Photo-interprétation et urbanism**e"[26] e em 1976 "**Le paysage palimpseste de l'histoire**" [27]. Raymond Chevallier propõe o uso da fotografia aérea como método para recuperar pormenores na forma do tecido urbano não representados pela cartografia. Para Chevallier através da análise das relações espaciais de sobreposição do tecido urbano seria possível obter uma cronologia relativa da inserção dos diversos elementos, que através da datação dos mesmos se pode estabelecer por detecção uma cronologia absoluta. Cada camada pertencente a cada período histórico distinto vai sobrepor-se ou obliterar as camadas precedentes sendo por sua vez sobreposta ou obliterada pelas camadas subsequentes num processo semelhante à cronoestratigrafia da geologia[28].

O trabalho de Chevallier vai inspirar uma nova geração de investigadores franceses. Em 1978 **Alain Borie**, **Pierre Micheloni** e **Pierre Pinon**, publicam "***Forme et déformation des objets architecturaux et urbains***"[29], assumindo um ponto de vista centrado não na formação do tecido urbano, mas antes na sua deformação. Os autores argumentam a existência, no ambiente urbano, de uma adaptação mútua entre as formas e o seu contexto, propondo a análise do conceito de "deformação" das formas como elemento essencial para a compreensão da cidade. Deste modo os três autores desenvolvem uma análise das formas urbanas e arquitectónicas em busca das regras que as transformam, contribuindo para o progresso do conhecimento da evolução do tecido urbano, ao analisar os processos que estão na morfogénese do espaço arquitectónico. Os autores consideram a formação e a deformação dos objectos urbanos segundo quatro categorias essenciais: o limite, do qual a muralha é o exemplo emblemático; a superfície construída, ou o cheio, composto pelo espaço privado; a trama viária, ou o traçado urbano, enquanto sistema de espaço público; e a trama parcelar, ou o cadastro, enquanto o conjunto das parcelas que compõem o espaço privado da cidade. Estas quatro categorias podem ser alvo de vários tipos de deformações tais como deslizamento, encolhimento, torção, etc. A compreensão dos processos, na origem da forma e da deformação do tecido, é fundamental para a compreensão da morfologia urbana enquanto resultado da adaptação de estruturas pré-existentes, às quais sucessivas edificações se tiveram de adaptar.

---

[26] Chevallier, R. (1970). Photo-interprétation et urbanisme. *Photo-interprétation*, 43-51.
[27] Chevallier, R. (1977). Le paysage palimpseste de l'histoire. Pour une archéologie du paysage. . *Mélanges de la casa de Velázquez*, 503-510.
[28] Pinto, S. G. (2015). Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, 2, 127-129. pp. 128-129.
[29] Alain Borie, P. M., Pierre Pinon. (1978). *Forme et déformation des objets architecturaux et urbains*. Centre d'Études et de Recherches Architecturales.

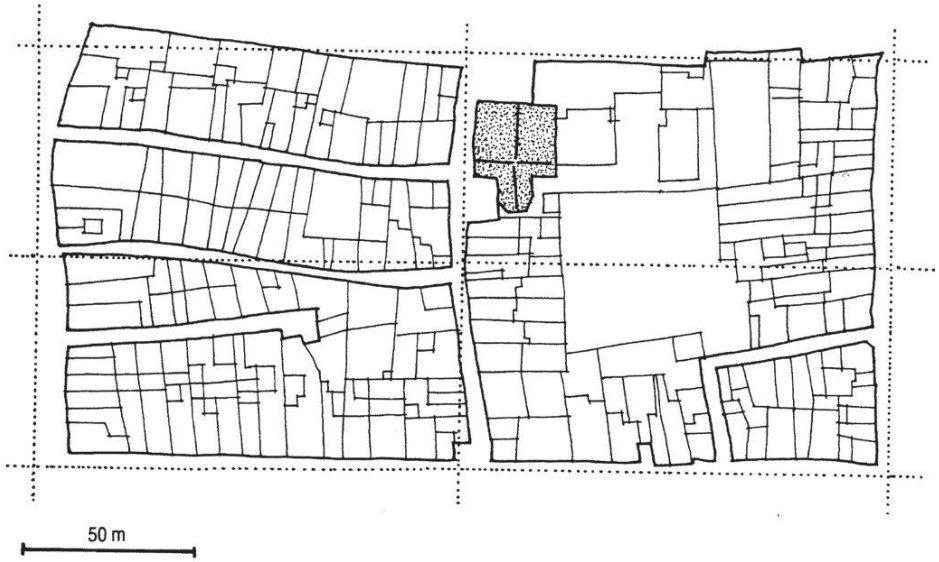


Figura 37 – Exemplos de traçados romanos em cidades francesas, segundo Robert Bedon, Raymond Chevallier e Pierre Pinon.

Em 1988, **Robert Bedon**, **Raymond Chevallier** e **Pierre Pinon**, publicam um estudo sobre a influência do urbanismo romano na origem do traçado das cidades francesas com o título "**Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine, tome 2. L'urbanisme**" [30]. O estudo analisa o traçado actual de 96 cidades francesas, procurando, descobrir através da análise morfológica, o traçado romano fundacional, assim como, a localização dos principais edifícios. Em síntese, é realizado um cruzamento de referências cadastrais ou cartográficas contemporâneas, com cartas arqueológicas e com um modelo teórico de traçado constituído através da comparação de restituições anteriores. A análise resulta num trabalho que interpreta as persistências de forma esquemática, utilizando parâmetros semelhantes para a detecção da forma urbana das cidades francesas de origem romana.

A estes importantes estudos junta-se uma colecção de trabalhos publicados no final dos anos 90 pela editora Parenthèses, como o livro "**Formes urbaines de l'îlot à la barre**"[31], originalmente publicado em 1977 pela editora Dunod, dos autores **Philippe Panerai, Jean Castex, Jean-Charles Depaule**, em 1999 o livro "**Analyse Urbaine**" [32] pelos autores **Philippe Panerai, Jean-Charles Depaugle** e **Marcelle Demorgon**, e no mesmo ano o livro "**Projet urbain**"[33] pelos autores **David Mangin** e **Philippe Panerai**. A colecção aborda diferentes perspectivas sobre estudo da forma urbana considerando sobretudo a cidade como o resultado de uma acumulação de estratos construídos. São definidos os diversos elementos que constituem o tecido urbano analisando-se a forma como se organizam e evoluem. Segundo estes diversos autores para alcançar um maior detalhe na análise urbana, é necessário desenvolver metodologicamente uma compreensão do objecto, combinando a abordagem histórica, a geografia, o trabalho cartográfico, a análise arquitectónica, a observação construtiva e os estilos de vida, mas afirmando sobretudo a importância do desenho como um modo fundamental de compreender e de tornar acessível o conhecimento da urbe.

[30] Robert Bedon, R. C., Pierre Pinon. (1988). *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine - Tome 2. L'urbanisme (52 av.J.-C - 486 ap.J.-C)*. Errance.
[31] Panerai, P., Castex, J., & Depaule, J.-C. (2001). *Formes urbaines, de l'îlot à la barre*. Editions Parenthèses. (1977)
[32] Panerai, P., Depaule, J.-C., & Demorgon, M. (2002). *Analyse urbaine*. Editions Parenthèses.
[33] Panerai, P., & Mangin, D. (1999). *Projet urbain*. Editions Parenthèses.

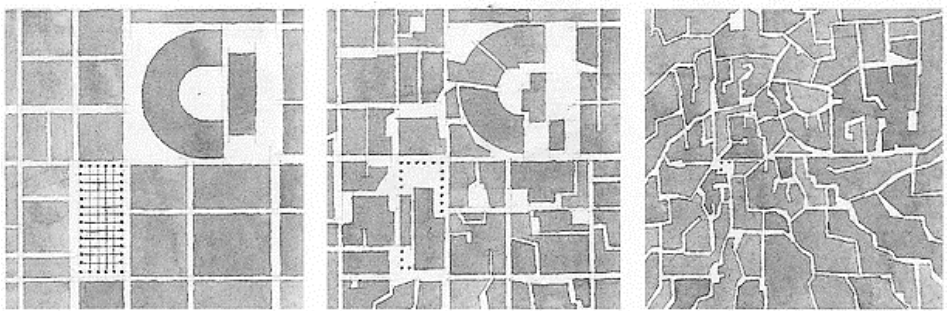


Figura 38 – Transformação dos tecidos regulares de origem romana, segundo Spiro Kostof.

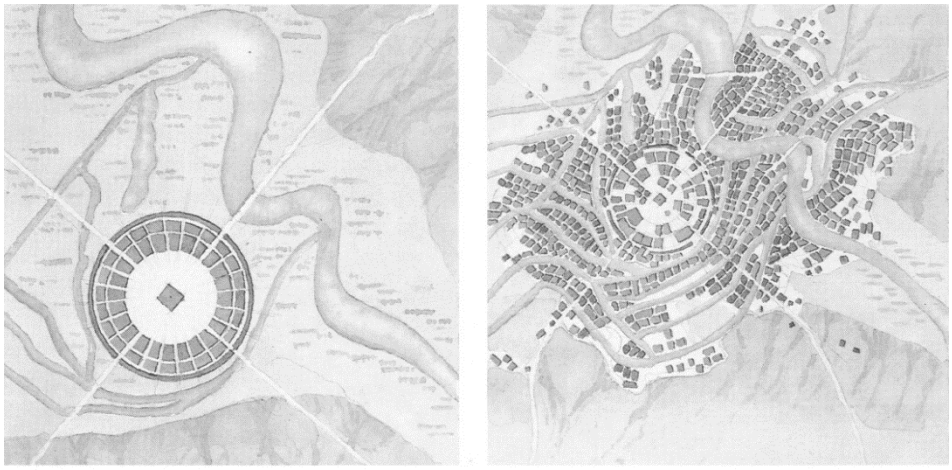


Figura 39 – Plano de Bagdade e a sua subsequente evolução, segundo Spiro Kostof.

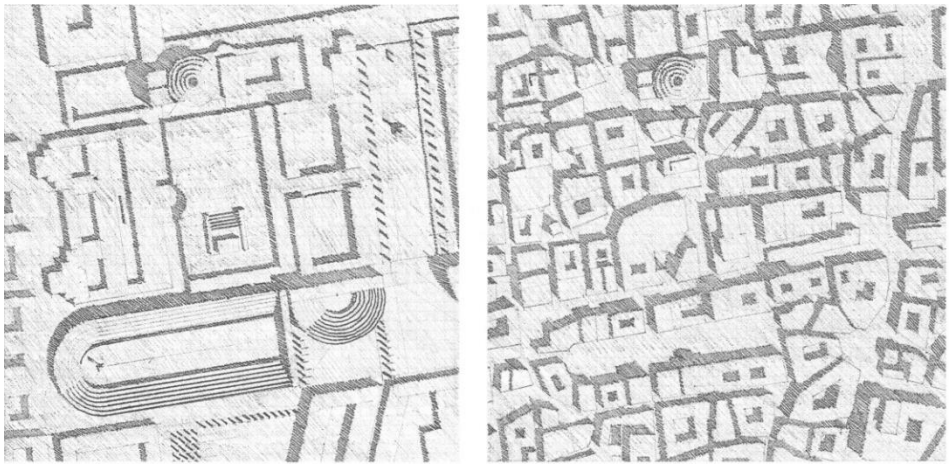


Figura 40 – Evolução do Campo de Marte em Roma, segundo Spiro Kostof.

Outra obra de grande relevância, com foco particular sobre a perspectiva cultural e temporal da cidade, são na verdade dois livros publicados em 1999 "**The City Shaped**" [34] e "**The City Assembled**" [35] pelo historiador **Spiro Kostof** (1936-1991). O autor estuda a cidade e os seus vários elementos quanto à **forma urbana** e ao **processo urbano**, sempre a partir de uma perspectiva histórica e cultural. No primeiro livro as cidades são abordadas como entidades estudando-se a sua forma global por exemplo através dos traçados (ortogonais ou de sedimentação orgânica), enquanto no segundo é estudada a evolução os seus elementos constituintes (ruas, praças, limites…).

A **forma urbana** é entendida como um receptáculo de significados, que em última análise se encontram sempre ancorados na história e nos contextos culturais. Segundo o autor a forma pode ser considerada como neutra até lhe ser impressa uma intenção cultural específica, de tal modo que não faz sentido comparar as similitudes formais entre o plano de Washington e os diagramas de Versailles, sem detalhar a natureza de cada uma das formas e as premissas estabelecidas por quem a concebeu. Assim qualquer análise realizada à forma urbana deve conter sempre uma componente que se articule com o seu contexto cultural, sendo as duas realidades, forma e contexto, indissociáveis. O **processo urbano** referir-se-à, por um lado, às pessoas e instituições que estão na génese da forma urbana – pese embora o facto de o autor não se fixar nestes pressupostos circunstanciais, uma vez que assume que as suas análises que podem recair em cidades projectadas ou ideais nunca construídas (não representativas da generalidade do processo urbano). Por outro lado, o processo urbano, segundo Kostof, referir-se-à também (ou sobretudo) à mudança física da cidade ao longo do tempo, aspecto este, que é absolutamente central na obra.

A obra procura explorar "cidades reais" que não resultam de um projecto, ou que daí resultando, tiveram de se adaptar imediatamente às vicissitudes da história e da vida diária. O peso da obra recai assim para a componente evolutiva do tecido urbano, dado que, como o autor refere: "*a cidade, independentemente da perfeição da sua forma inicial, nunca está completa, nunca está em descanso*"[36]

[34] Kostof, S. (1999b). *The City Shaped*. Thames and Hudson.
[35] Kostof, S. (1999a). *The City Assembled*. Thames and Hudson.
[36] Kostof, S. (1999b). *The City Shaped*. Thames and Hudson. p. 13.

Figura 41 – Capa da publicação "Rome: Urban Formation and Transformation".

"**Rome: Urban Formation and Transformation**" [37] de Jon Michael Schwarting é inspirado na Escola de Pensamento Contextualista liderada por Colin Rowe na Escola de Arquitetura da Universidade de Cornell. A teoria do "Contextualismo" urbano promove uma crítica aos desenhos urbanos modernistas, que vê como disruptivos face à cidade tradicional. O Contextualismo defende a harmonização do projeto urbano e arquitetónico contemporâneo com as formas urbanas pré-existentes.

A pesquisa olha para a história através do prisma do discurso entre **tradição/estase** e **progresso/mudança**, argumentando que para alcançar o progresso é fundamental que os arquitectos olhem para trás e compreendam a tradição. Assim, qualquer tipo de pesquisa arquitectónica deve necessariamente proceder com uma análise histórica tanto das soluções formais quanto dos programas sociais. Outro conceito fundamental é **a relação dialética entre o ideal/utópico e as condições 'reais' existentes**. Enquanto princípios ideais podem fundamentar e informar uma solução de projeto específica, a realidade concreta impõe e dita a transformação que esses princípios ideais devem sofrer para se materializar. Os conceitos de ideal e real podem parecer opostos polares, ou até mesmo contraditórios. Schwarting, no entanto, argumenta que ambos compartilham uma relação dialética. Por um lado, o ideal é transformado e adaptado quando realizado em manifestações físicas, e por outro lado, o real informa as observações empíricas e tem o potencial de influenciar e impregnar as formulações teóricas normativas a seu respeito. Assim, esses dois conceitos, ao invés de existirem em oposição, mantêm um diálogo constante entre o idealizado e o pragmático, indução e dedução, e crença e verdade. Para ilustrar a possível síntese que se desenvolve a partir da relação dialética entre o ideal e o real, ou seja, o conceptual e o contextual, na arquitetura e no planeamento, o autor explora os períodos renascentista e barroco italianos. Esses períodos marcam um renascimento da cultura clássica, onde o estudo humanista do passado clássico desperta o pensamento livre e estimula a curiosidade e a especulação, expressas "em atos de importância cívica". O artesão medieval, para quem a teoria surgiu da prática, tornou-se um intelectual no século XV, cuja prática surgiu da teoria crítica. No entanto, limitadas pela escassez de recursos, essas grandes ideias permaneceram essencialmente confinadas em tratados, que na maioria das vezes apenas deram lugar a intervenções de pequena escala, focadas predominantemente em alguns tipos construídos.

[37] Schwarting, J. M. (2017). *Rome: Urban Formation and Transformation*. Applied Research & Design.

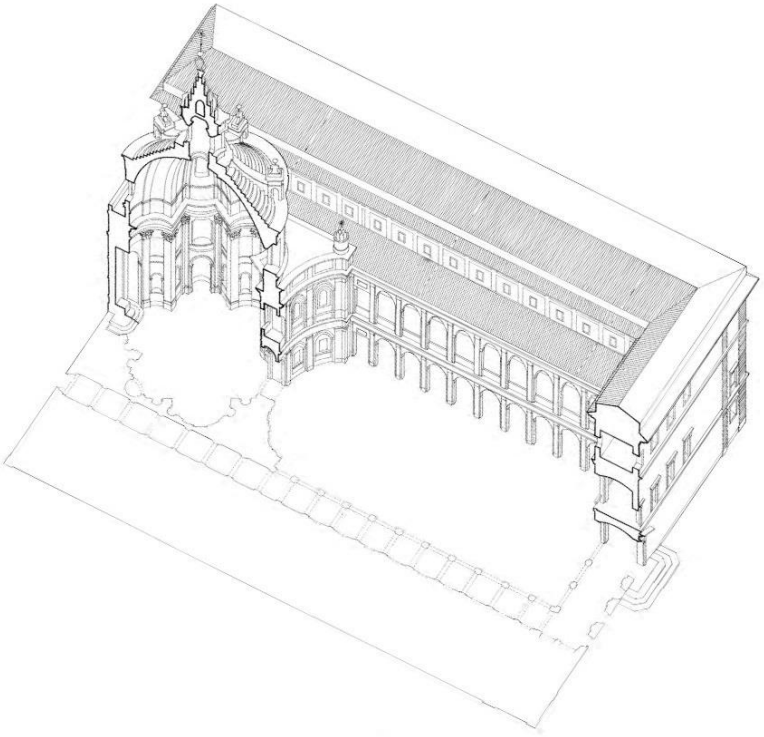


Figura 42 – Axonometria do colégio de Sant'Ivo alla Sapienza, segundo Jon Michael Schwarting.

.

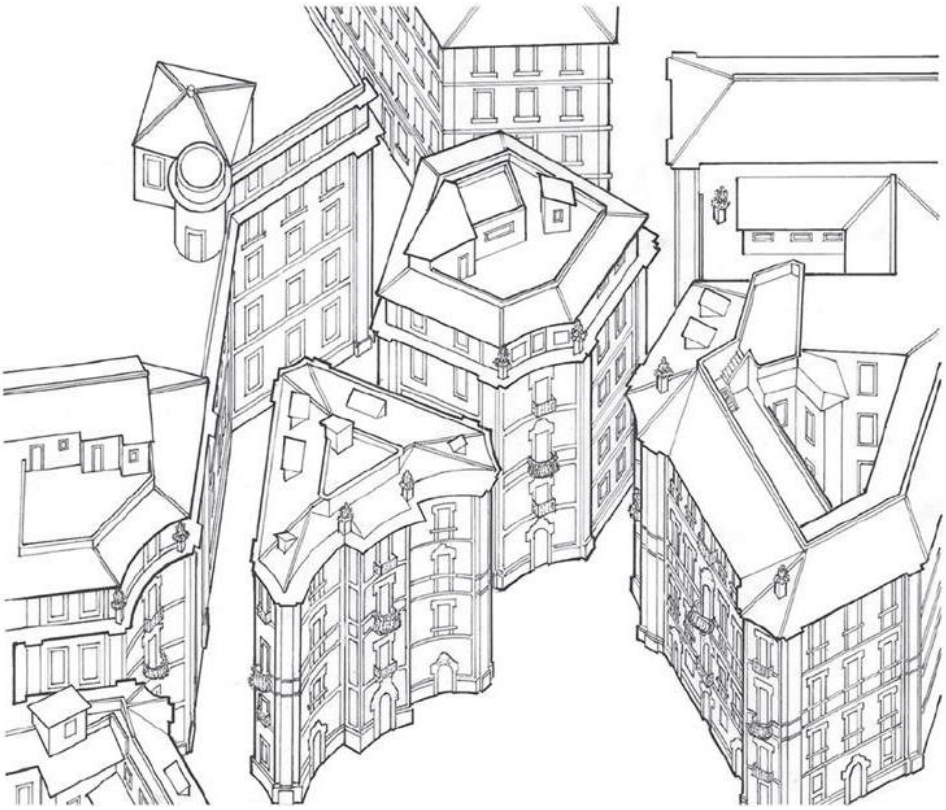


Figura 43 – Axonometria da Piazza Di SS Ignazio, segundo Jon Michael Schwarting.

A cidade de Roma ofereceu um terreno fértil para explorar a relação dialética entre o ideal e o real, resultado do processo de formação da cidade antiga e ao mesmo tempo da relação entre a cidade e a geografia, que resultou numa cidade predominantemente irregular, sem qualquer ordem aparentemente discernível. É este contexto que os arquitectos renascentistas e barrocos irão herdar maioritariamente; no entanto, em vez de procurar uma transformação completa, os papas, os senhores e as várias autoridades e agentes locais e seus arquitectos vão procurar adaptar gradualmente Roma aos conceitos humanistas de uma cidade ideal por meio de várias pequenas intervenções. Essas intervenções pontuais, pequenos "cenários ideais", criaram uma hierarquia de centros, portanto (re)estruturaram a cidade através da articulação do todo e suas partes.

O estudo destes "cenários ideais", espaços e edifícios desenhados segundo uma ordem ideal e adaptada à malha urbana existente é realizado através de vinte e oito casos de estudo. Estes são apresentados em um formato comum, para que possam ser facilmente comparados. Incluem uma breve síntese histórica, uma análise dos desenhos, bem como várias fotografias, diagramas, plantas, alçados, cortes e axonometrias. Os desenhos constituem uma parte substantiva da análise, servindo como ferramenta crítica e interpretativa, para desvendar a ordem ideal subjacente e explicar a sua transformação.

Roma: Formação e Transformação Urbana defende o estudo da forma da cidade e do desenho urbano, não do ponto de vista das grandes visões utópicas de um "design total", mas do ponto de vista único e mais revelador da pequena escala, projetos pontuais distintos. A partir de tal série, revela-se uma colagem de mini-utopias, que permitiram a transformação de Roma, aproximando-a dos valores dos períodos renascentista e barroco sem romper com o tecido urbano medieval. Embora focado nos períodos renascentista e barroco em última análise, o argumento procura fornecer um meio para se poder relacionar com sucesso os objetivos de planeamento com o contexto existente. Esta lição é de particular valor no mundo contemporâneo, onde o radicalismo das transformações trazidas pelos preceitos do Modernismo, criaram novos projetos desconectados do tecido urbano tradicional, com efeitos de ruptura bem documentados em diferentes escalas. O livro destaca-se pela forma convincente como apresenta a sua argumentação, tanto pela clareza de seu texto quanto pela qualidade geral, pelo detalhe e pela quantidade do material iconográfico aduzido.

A análise da evolução da forma urbana foi realizada desde os seus estudos pioneiros com os contributos de diferentes áreas disciplinares como a História, a Geografia, a Arqueologia e até mesmo da Economia ou o Direito, consequência acima de tudo, da grande riqueza e complexidade do objecto urbano. O facto de várias disciplinas realizarem análises morfológicas sobre o objecto urbano segundo metodologias diversas e mesmo partindo de paradigmas distintos, levou a que cada disciplina aprofundasse as suas análises de forma autónoma e independente causando uma difícil estabilização dos conceitos e das metodologias de análise. Porém, recentemente, vários autores procuraram firmar essa estabilização disciplinar destacando-se nesse processo a constituição, em 1996, do ISUF (*International Seminar on Urban Form*), que veio a constituir um passo decisivo na afirmação de uma disciplina da morfologia urbana, como um campo de estudo interdisciplinar.

Apesar da pluralidade disciplinar, a análise da cidade terá sempre uma componente fundamental de análise espacial ou morfológica. Deste modo as disciplinas de eleição serão sempre as da Arquitectura ou Urbanismo. No âmbito da Arquitectura, porém, apesar de encontramos os investigadores mais propensos a avançar no campo da análise da forma, geralmente a sua formação e actividade leva-os a afastarem-se do estudo da evolução dos elementos urbanos para se aproximarem do **entendimento dos elementos urbanos construídos segundo um projecto, de edifícios ou conjuntos de edifícios, articulados urbanisticamente ou não, mas privilegiando as determinantes das respectivas regras de composição**. Estes elementos encontram-se geralmente bem documentados, para além de apresentarem de um modo mais claro e evidente as regras que estão na génese da sua forma. O entendimento da sua evolução, é também mais claro, através do estudo dos processos de deformação que a sua forma original tenha sofrido. No entanto, também a cidade comum – que é aparentemente o resultado de acontecimentos fortuitos –, pode ser considerada, antes, e também, enquanto resultado de regras compositivas, ainda que estas frequentemente derivem de processos culturais intuídos e não pré-concebidos ou projectados. A permanente reciclagem das formas no tecido urbano comum cria, desta feita, uma interessante tensão com o conceito do projecto, que é do interesse da Arquitectura, mas cuja limitada capacidade de análise diacrónica no tempo longo, tende a condicionar o seu entendimento na relação com a cidade e com o respectivo processo de desenho urbano ou produção do espaço urbano.

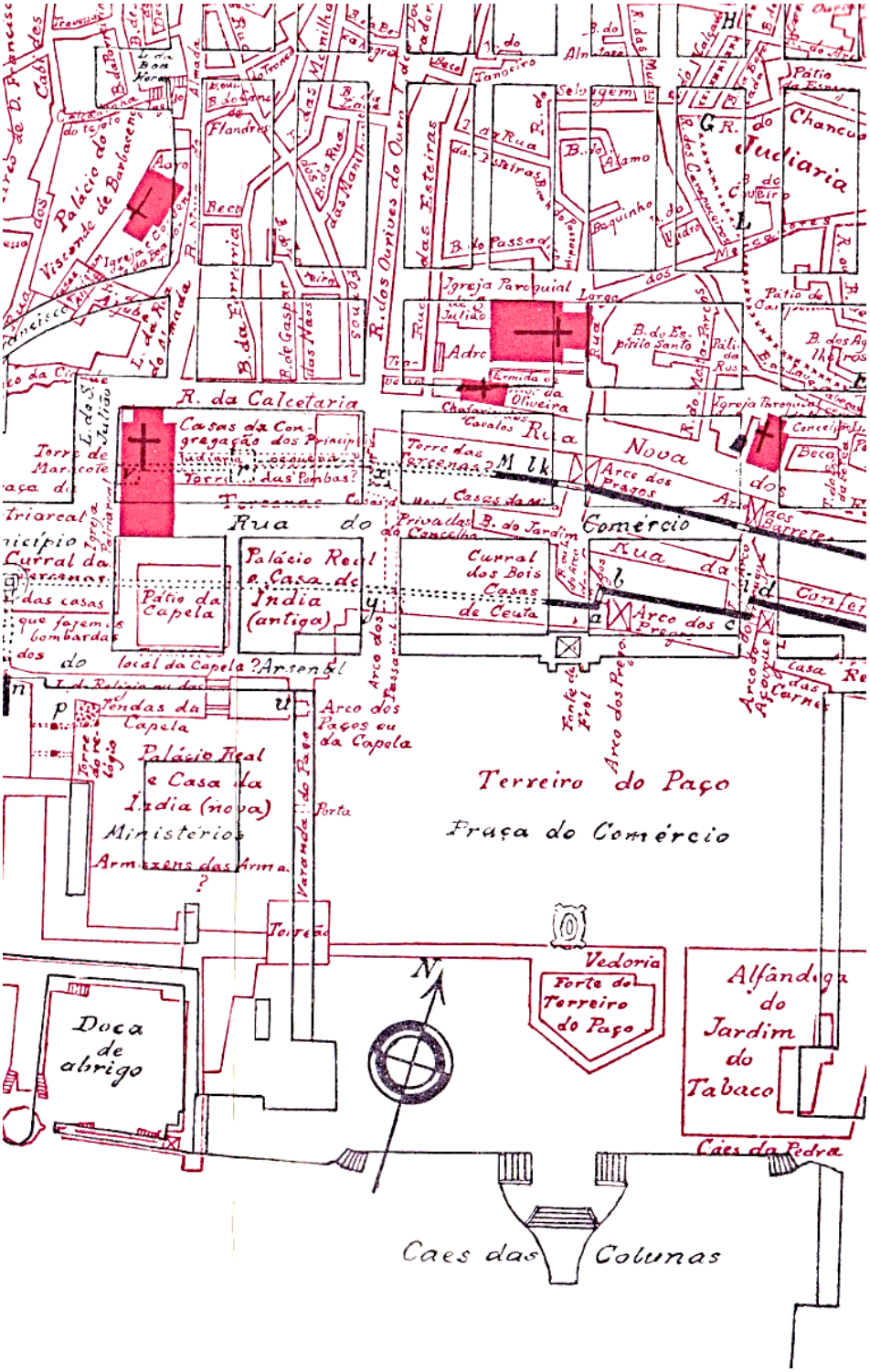


Figura 44 – Extracto da planta de Lisboa evidenciando a diferença entre o tecido antigo da cidade e a reconstrução Pombalina, segundo Augusto Vieira da Silva.

O estudo da forma urbana em Portugal

O estudo do processo da produção do espaço urbano e das suas modificações em Portugal possui pioneiros os quais, ainda que situados fora de um pensamento de carácter sistemático ou científico, assinaram importantes trabalhos de análise urbana. Com efeito, é em Lisboa muito em especial, e pontualmente em Évora, que tais estudos se vão desenvolvendo desde finais do século XIX até meados do século XX. A base é essencialmente empírica, apoiada aqui ou ali em trabalhos arqueológicos ou na simples análise do edificado cruzada com o estudo de documentação pertinente, e com o estudo e das representações de panorâmicas e de plantas ou planos gerais guardados em arquivo. Naturalmente que será em Lisboa que tais estudos alcançam maior desenvolvimento quanto mais não seja pelo facto desta cidade possuir uma história peculiar a qual, como já se escreveu e disse, se pode dividir em duas eras "históricas", ou seja, num "antes" e "depois" do Terramoto de 1755. Salientamos aqui, e sem pretensões de exaustividade os trabalhos de grande rigor – aliás, extensos e ainda hoje valiosos – de uma plêiade de estudiosos, com ou sem formação académica de base (amadores, mas sobretudo historiadores, arquitectos e engenheiros), e que se podem colocar dento de uma especialidade subdisciplinar, a Olisipografia. De facto, parece ser um caso único até na Europa (e fora dela…), o facto de uma cidade gerar um campo de estudos autónomo e exclusivo, ao ponto de lhe ser concedida a condição de "ciência auxiliar" - como se usava dizer - , de "registo" ou de rastreamento de sinais de uma realidade pretérita no quadro proto-científico ou como referimo-nos à investigação levada a cabo por olisipógrafos ilustres, entre os quais se salientam, **Júlio de Castilho** (1840-1919), **Norberto de Araújo** (1889-1952)**. Luís Pastor de Macedo** (1901-1971)**, Augusto Vieira da Silva** (1869-1951)**, Gustavo de Matos Sequeira** (1880-1962)**,** ou **Irisalva Moita** (1924 – 2009).

É ainda Lisboa, que estará na origem daquele que pode ser considerado o primeiro estudo em Portugal modernamente informado pelas escolas (especialmente francesas), do campo da sociologia, sociologia de arte e urbanismo: trata-se do trabalho precursor do historiador **José-Augusto França** (1922-2021). Na sua tese de doutoramento de 1962 "**Une Ville des Lumières: La Lisbonne de Pombal**" [38], o autor estuda o urbanismo português já segundo uma informada perspectiva científica.

[38] França, J.-A. (1962). *Une Ville des Lumières: La Lisbonne de Pombal*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Paris-Sorbonne.

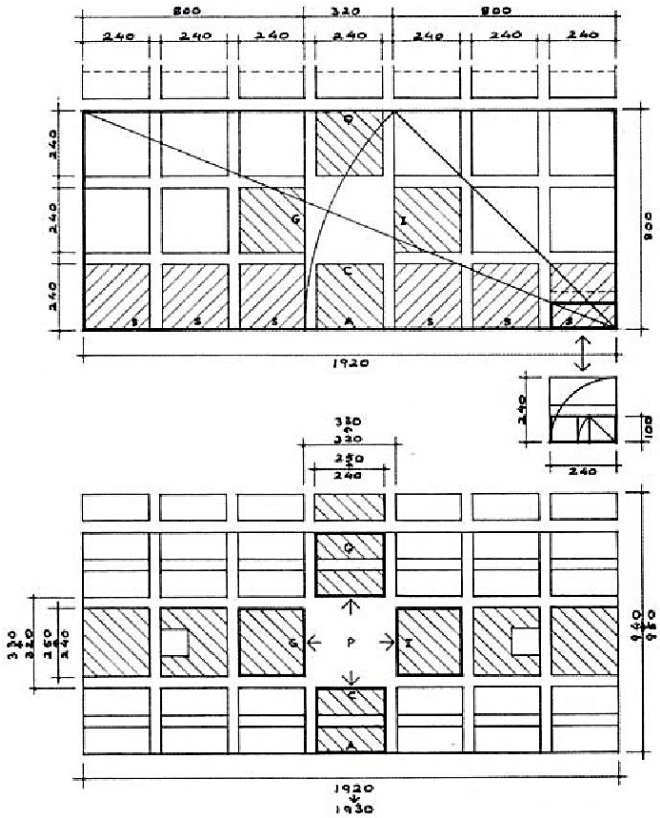


Figura 45 – Interpretação do Plano de Vila Real de Santo António, segundo Horta Correia.

José-Augusto França irá liderar o Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa, contribuindo para a criação de uma série de discípulos, alunos seus e dos seus colaboradores e colegas, no primeiro Mestrado de longa duração (quatro anos) criado numa universidade pública portuguesa (o Mestrado de História de Arte) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, e que estarão na origem de estudos fundamentais para o entendimento da história do urbanismo português.

Será, porém, apenas a partir de 1984 com a tese de doutoramento do historiador **José Eduardo Horta Correia,** "**Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina**" [39] que se vai regressar a um trabalho de fundo sobre a forma urbana no contexto nacional. O estudo analisa e descreve as várias regras compositivas e geométricas que determinam o desenho de quase todos os elementos de Vila Real de Santo António, desde ruas, quarteirões, lotes, edifícios, até a dimensão dos vãos. O doutoramento de Horta Correia marca um ponto fundamental ao ser o primeiro a confirmar a existência de regras algébro-geométricas de composição do desenho arquitectónico e urbano em Portugal. Segundo Horta Correia esta composição era "reveladora em si mesma do estabelecimento uma nova ordem racional unitária e coerente que engloba a totalidade da vila, quer em planimetria, quer em altimetria, quer em volumetria" [40].

O trabalho de Horta Correia vai influenciar, por sua vez, um conjunto importante de estudos que realizam análises principalmente do campo da história urbana, procurando a compreensão dos fundamentos teóricos do urbanismo planeado português sobretudo no século XVIII. Estudos como os realizados por Renata Malcher de Araújo[41], Walter Rossa[42] ou José Manuel Fernandes[43] focam-se nos elementos planeados da cidade, procurando compreender as regras subjacentes ao urbanismo português, resultado de operações programadas ou de projectos eruditos. No conjunto destes estudos está ausente, porém, de um modo geral a análise da cidade sedimentada, resultado de inúmeras e anónimas de intervenções, embora seja reconhecida a sua pertinência.

---

[39] Correia, J. H. (1984). *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Doutoramento em História de Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
[40] Ibid. p. 228.
[41] Araujo, R. M. d. (1998). *As Cidades da Amazónia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*. Porto.
[42] Rossa, W. (1998). *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano da Lisboa setecentista*. IPPAR.
[43] Fernandes, J. M. (1998). Elaboração de uma base de dados sobre as estruturas urbanas da Expansão - aplicação à análise de alguns espaços urbanos de influência portuguesa na Índia. In *Actas do Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Portugês. 1415-1822* (pp. 661-668). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. pp. 261-268.

Figura 46 – Hipótese do traçado romano de Évora segundo Vasco Mantas.

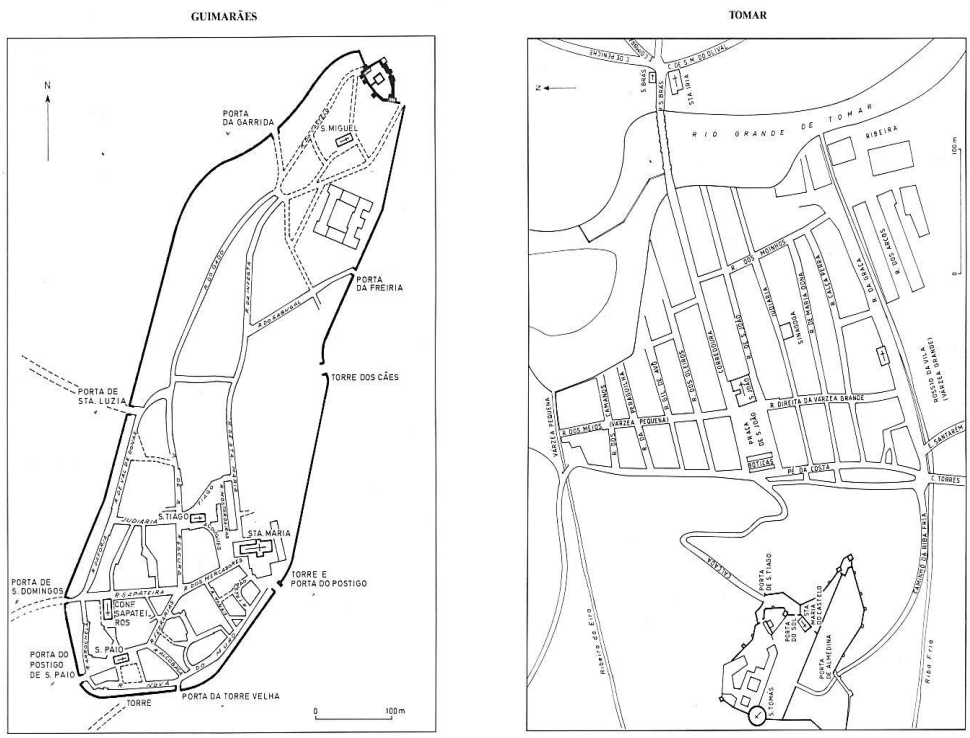


Figura 47 – Plantas do urbanismo medieval de Tomar e Guimarães, segundo o "Atlas de Cidades Medievais Portuguesas".

Na área disciplinar da arqueologia destacam-se os estudos realizados por **Vasco Mantas** realizados entre os anos 80 e 90. Tal como inicialmente proposto por Raymond Chevallier em 1970, o autor analisa o traçado de várias cidades portuguesas através da fotografia aérea, utilizando metodologias de teledetecção e foto-interpretação para reconstruir a sua hipotética forma urbana e os principais edifícios em época romana. Mantas realiza vários estudos sobre os traçados romanos de várias cidades portuguesas, tais como Beja [44], Évora, Santarém, Faro [45] e Coimbra[46], criando um importante elenco de bases para trabalhos subsequentes.

A análise da génese da forma das cidades portuguesas é marcada também pelo trabalho resultante da realização de um seminário sobre cidades medievais promovido pelos historiadores **A. H. Oliveira Marques**, **Iria Gonçalves** e **Amélia Aguiar Andrade**, sob a organização do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. O seminário possibilitou pela primeira vez a constituição de um atlas com o título de "**Atlas de Cidades Medievais Portuguesas**" [47] que reúne pela primeira vez numa mesma publicação (em 1990), a forma urbana de várias cidades portuguesas de origem antiga. Note-se que por se tratar de um primeiro esboço de uma tarefa mais vasta, posteriormente prosseguida. As dificuldades eram ainda substanciais, daí que tivesse havido o cuidado de colocar uma advertência: "*A variedade das fontes e do estado dos conhecimentos impediu que, tanto a ficha descritiva quanto o mapa, fossem rigorosamente equivalentes em informação e em pormenor. Tentou-se o possível, com consciência das deficiências, das hesitações e das imprecisões. Mas pensou-se que, mesmo assim, valia apena apresentar os resultados e possibilitar, através da comparação dos dados, uma história futura da cidade medieval portuguesa nos seus denominadores comuns*" [48].

Deste modo, a grande virtude da publicação reside em pela primeira vez no contexto nacional se procurar obter um levantamento comum a várias cidades, realizando de uma forma imediata uma série de leituras comparativas entre os diferentes núcleos analisados, ainda que um conjunto de problemas de natureza gráfica, como escalas, orientações e representações muito variadas, decorrentes em parte dos diferentes graus de conhecimento, dificulte esta leitura. Eis aqui, bem expresso, o limite das investigações na última década do século passado.

---

[44] Mantas, V. G. (1996). Teledetecção, cidade e território. *Arquivo de Beja 1*, 5-30.
[45] Mantas, V. G. (1986). Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributos para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia*, *3*, 13-26.
[46] Mantas, V. G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos*, *68*, 487-513.
[47] Marques, A. H. O., Aguiar Andrade, A., & Gonçalves, I. (1990). *Atlas da Cidades Medievais Portuguesas*. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/ Instituto Nacional de Investigação Científica.
[48] Ibid. p. 7.

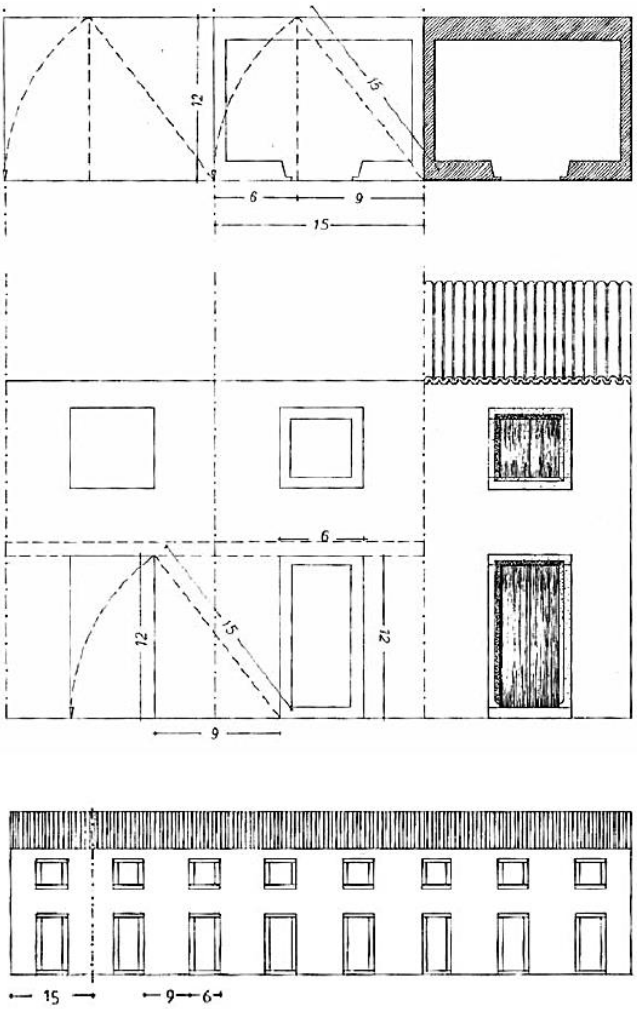


Figura 48 – Estudo arquitectónico das boticas da Praça da Ribeira, segundo Hélder Carita.

No âmbito da Arquitecutra destaca-se a contribuição do arquitecto **José Manuel Ressano Garcia Lamas**, "**Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade**" [49] publicado em 1992 com base na sua dissertação de doutoramento em planeamento urbanístico, de 1989, com o mesmo nome. A análise de José Lamas procura apresentar uma perspectiva geral, de um ponto de vista pedagógico, quanto ao estudo da morfologia urbana como disciplina, descrevendo não só seus principais conceitos e metodologias, mas realizando ainda uma leitura detalhada da evolução do desenho urbano na história. A publicação vai contribuir para a consolidação e disseminação deste tipo de análises em Portugal, tendo o seu autor contribuído para a constituição dos primeiros cursos superiores de Urbanismo e Planeamento Urbano em Portugal, criados a partir da matriz da formação em Arquitectura: "…*o desenho urbano exige um domínio profundo de duas áreas de conhecimento: o processo de formação da cidade, que é histórico e cultural e que se interliga às formas utilizadas no passado mais ou menos longínquo, e que hoje estão disponíveis como materiais de trabalho do arquitecto urbanista; e a reflexão sobre a Forma Urbana enquanto objectivo do Urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade. Sem o profundo conhecimento da morfologia urbana e da história da forma urbana, arriscam-se os arquitectos a desenhar a cidade segundo práticas superficiais, usando «feitios» sem conteúdo disciplinar.*" [50].

Em 1999 o arquitecto **Hélder Carita** publica o livro "**Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521**" [51]. O autor destaca a "formação dos primeiros modelos urbanísticos do período moderno"[52]. Analisando os grandes loteamentos urbanos realizados na época em Lisboa, tais como a edificação de Vila Nova de Andrade e o Bairro Alto, assim como as pequenas intervenções pontuais, com base na consulta principalmente de fontes textuais da época mas cuja descrição detalhada permite a sua reconstrução em esquemas e desenhos teóricos, o autor consegue gerar uma imagem privilegiada das principais operações urbanas da cidade no início do século XVI. Estas reflectem a consolidação dos primeiros modelos urbanísticos portugueses do período moderno, que viriam a ter uma grande expressão na edificação de novos centros urbanos no contexto colonial.

[49] Lamas, J. M. R. G. (1992). *Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
[50] Ibid. p. 22.
[51] Carita, H. (1999). *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Livros Horizonte.
[52] Ibid. p. 14.

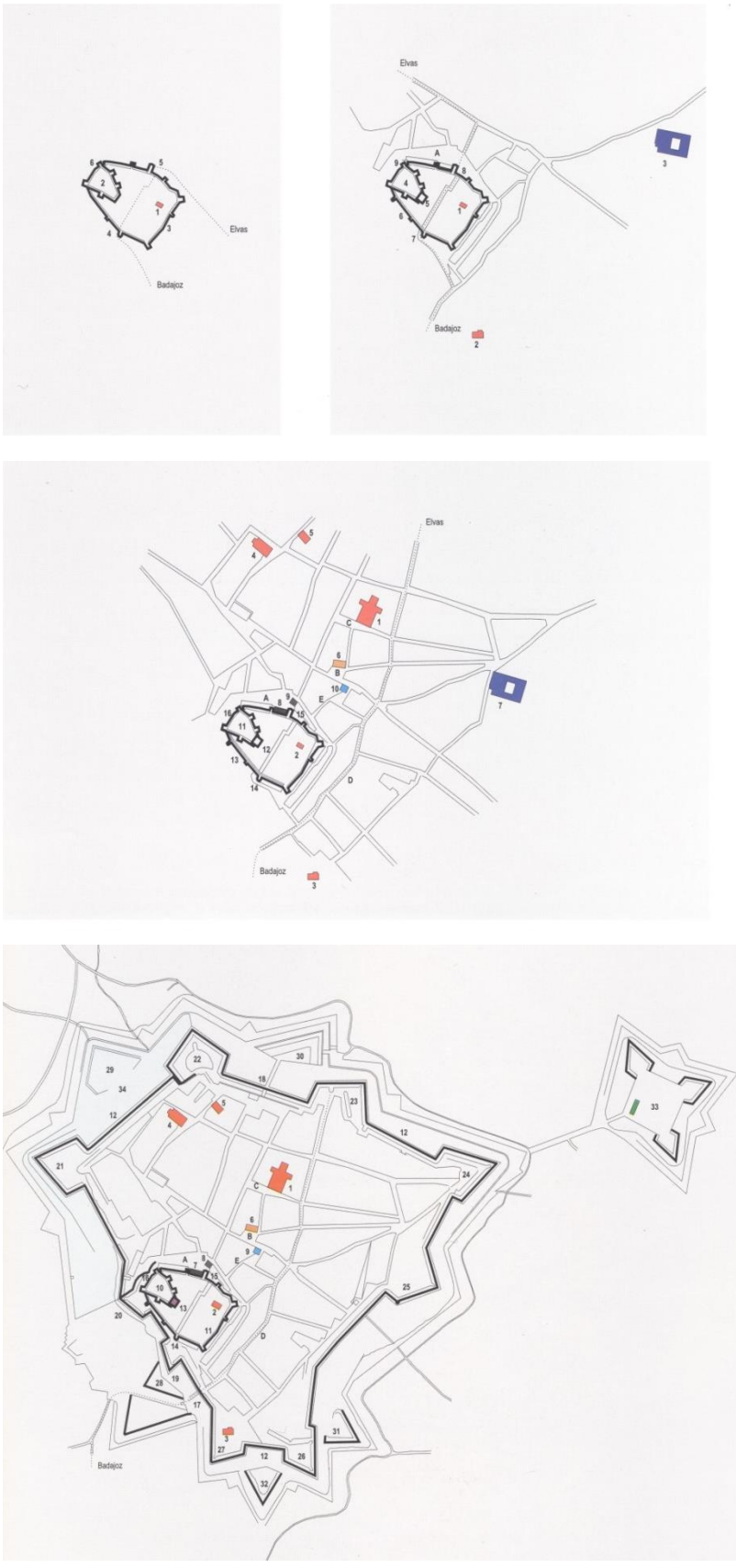


Figura 49 – Evolução de Campo Maior, segundo Manuel Teixeira e Margarida Valla.

Manuel Teixeira contribuiu com várias publicações para a análise a história do urbanismo português sobretudo através da sua vertente planificada. Os estudos produzidos pelo autor procuram compreender a génese da cidade portuguesa partindo do princípio que a mesma apresenta características morfológicas específicas distintas dos espaços urbanos produzidas por outras culturas. Assim através da análise dos espaços urbanos de origem portuguesa, realizados a partir da cartografia antiga e de registos históricos, o autor conclui que mesmo que a sua forma final seja regular ou irregular, de carácter vernáculo ou erudito, a cidade portuguesa é planeada e projectada no sítio, sendo a sua íntima relação com o local em que se desenvolve uma das suas mais importantes características[53].

Na sua obra publicada em 1999 com **Margarida Valla** "**O Urbanismo Portugues. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil**", é realizada uma abordagem ao urbanismo português planeado desde o século XII até ao século XVIII. São apresentados e analisados os principais tipos de traçados urbanos planeados de origem portuguesa, estudando desde pequenos núcleos medievais até às cidades construídas no Brasil, considerando, não como premissa, mas como hipótese geral (e com excepções) que a história das manifestações do urbanismo português e brasileiro é indissociável, balizando-o até ao século XIX. A evolução do urbanismo português é assim analisada, demonstrando a sua crescente regularidade, até ao seu auge nos traçados regulares do iluminismo setecentista. Os autores procuraram definir os contornos e as características essenciais de uma teoria e de uma prática urbanística portuguesa através da análise de várias intervenções em diferentes períodos históricos[54]. A pesquisa baseou-se sobretudo na recolha e leitura de fontes primárias de várias naturezas, especialmente na cartografia histórica, desenhando com base nestas fontes primárias, várias plantas para cada caso de estudo, com as principais fases de evolução do núcleo urbano em causa, assim como os principais edifícios de cada período. A obra de Manuel Teixeira e Margarida Valla, apresenta-se como uma peça importante no entendimento da história do urbanismo português não só pela qualidade e quantidade da informação apresentada, mas também pelo facto de apresentar de um modo sistemático e coerente a evolução de vários aglomerados urbanos, segundo os mesmos códigos de representação, permitindo uma fácil leitura da evolução da forma urbana dos diversos casos ali em apreço.

[53] (Teixeira, 2013)
[54] Teixeira, M. C., & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Portugues. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Horizonte. p. 14.

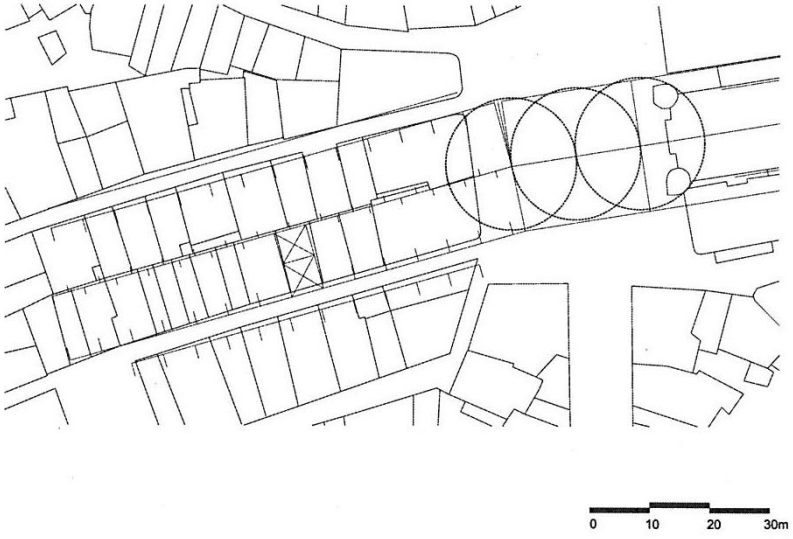


Figura 50 – Análise do cadastro em frente à igreja de S. Cruz, em Coimbra, segundo Walter Rossa.

O trabalho realizado pelo arquitecto **Walter Rossa** vai constituir-se como um dos mais relevantes conjuntos de estudos e publicações para o entendimento da história do urbanismo português. Walter Rossa atribui um particular interesse à investigação das intervenções urbanas que surgem de uma intenção de um acto claro de implantação no território, associadas por regra ao poder instituído. Estas intervenções materializam na sua construção um projecto ideal, que nas regras do seu desenho reproduz as matrizes das cidades e das culturas responsáveis pela sua edificação. Rossa considera, todavia, a Arquitectura vernácula, desenhada pela prática, o resultado de um processo de aculturação da Arquitectura erudita, pré-desenhada, sendo assim possível através da compreensão da Arquitectura erudita entender também Arquitectura vernácula. Deste modo o autor foca principalmente a sua atenção sobre dois tópicos: a configuração da daquilo que o autor designa por "*urbanismo pré-desenhado*"; e a compreensão das regras de composição algebro-geométricas que estiveram na origem da concepção de vários espaços urbanos portugueses projectados, enquanto ponte para a compreensão da matriz da "cidade portuguesa"[55].

Para além das suas várias publicações sobre o urbanismo setecentista destaca-se em 2001 a sua dissertação de doutoramento "**Divercidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade**"[56] sob orientação de José Eduardo Horta Correia. Neste estudo o autor explora a evolução urbana da cidade destacando a existência de matrizes geométricas na composição de novos espaços desde a Idade Média. A existência destes espaços projectados é primeiramente documentada através da sua proposta para a matriz compositiva do quarteirão erguido no século XIII em frente ao Mosteiro de Santa Cruz, tendo continuidade com o vizinho desenho da Rua da Sofia estabelecido a partir da relação existente entre o desenho da rua, as dimensões das parcelas destinadas aos colégios, bem como do desenho arquitectónico dos mesmos. O trabalho de Walter Rossa sobre a cidade de Coimbra constitui pela primeira vez uma leitura da formação de uma cidade portuguesa durante um intervalo longo de tempo, mais precisamente desde o seu hipotético início na pré-história até à relativa consolidação da paisagem urbana no século XVI.

[55] Rossa, W. (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo portugês*. Livraria Almedina. p. 217.
[56] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Figura 51 – Praça do Município em Ponta Delgada, segundo "A Praça em Portugal - Açores, Inventário do Espaço Público"

Para além da docência, José Manuel Ressano Garcia Lamas (1948-2003) e Carlos Dias Coelho vão ser responsáveis pela constituição dos projectos de investigação "**A Praça em Portugal - Açores, Inventário do Espaço Público**" [57] e "**A praça em Portugal – Continente, Inventário de Espaço Público**" [58] na Faculdade de Arquitectura da UTL. Os projectos tinham como objectivo criar um atlas representativo da sua diversidade tipológica, dimensões e utilização, através da restituição gráfica e ilustração das principais exemplares de praças portuguesas.

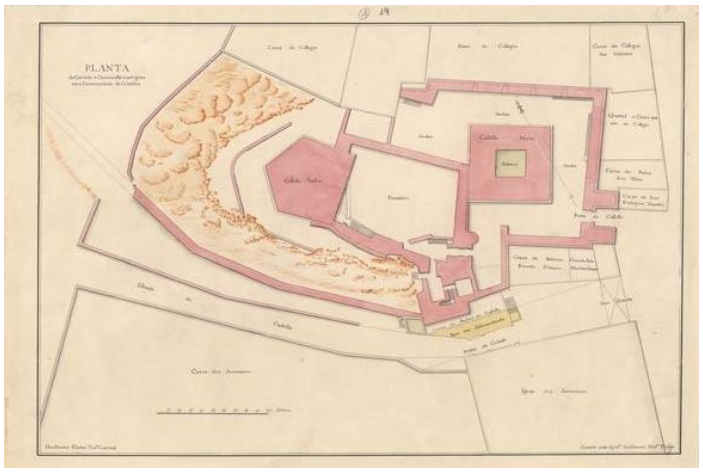
Carlos Dias Coelho, assistente de José Lamas, conclui a sua dissertação de doutoramento em 2002 com o título "**A Complexidade dos Traçados**" [59]. Neste estudo é desenvolvido o estudo dos traçados de matriz não regular, frequentes nas cidades históricas, enquanto referências de qualidade compositiva e beleza formal. Os traçados são assim analisados procurando avaliar se a sua criação ou reprodução seria possível no acto de projecto. Os estudos realizados na continuidade do trabalho de José Lamas, caracterizam-se pela análise morfológica do tecido urbano actual como instrumento para o entendimento das regras de composição dos diferentes elementos que compõem a cidade contemporânea e assim melhorar futuras intervenções na cidade. Após a morte prematura de José Lamas, Carlos Dias Coelho vai suceder-lhe na coordenação dos projectos sobre a "A praça em Portugal" tanto da abordagem ao continente como ao contexto particular dos Açores, dando continuidade ao trabalho de investigação com projectos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT): "**A rua em Portugal – Inventário Morfológico**", "**O Tecido Edificado na Cidade Portuguesa. Inventário Morfológico.**", e "**Tipologia Edificada - Inventário Morfológico da Cidade Portuguesa.**". Os três projectos obedecem a pautas comuns de análise e representação, tendo por objectivo último a constituição de um grande atlas morfológico dos distintos elementos da cidade portuguesa. Sob a sua coordenação é constituído em 2006 o grupo de investigação formaurbis LAB com o objectivo principal da construção do "*Atlas Morfológico da Cidade em Portuguesa*". Paralelamente ao desenvolvimento deste objectivo central o formaurbis LAB vai ainda acolher e apoiar o desenvolvimento de uma série de investigações sobre temas de morfologia urbana, constituindo-se como um dos polos de investigação do tema em Portugal.

---

[57] Lamas, J., Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Calado, M., Gabriela, C., & Costa, J. P. (2005). *A Praça em Portugal - Açores, Inventário do Espaço Público*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

[58] Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Calado, M., & Costa, J. P. (2007). *A praça em Portugal – Continente, Inventário de Espaço Público*. DGOTDU.

[59] Dias Coelho, C. (2002). *A Complexidade dos Traçados*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.



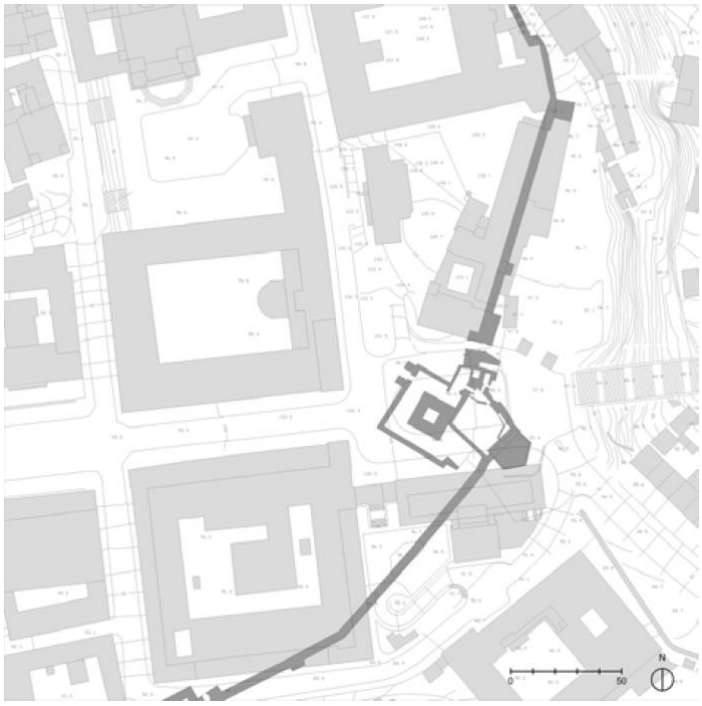


Figura 52 – Estudo da Implantação do castelo de Coimbra.

Na Universidade de Coimbra, Walter Rossa vai acompanhar a realização de vários importantes estudos sobre a evolução da forma urbana no contexto do respectivo Departamento de Arquitectura. De entre os trabalhos recentes merece destaque a dissertação de mestrado de **Sandra Gameiro Pinto**, de 2006, com o título "**Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos**" [60]. O trabalho teve por objectivo a constituição de uma metodologia de investigação histórica da forma e dos espaços urbanos portugueses segundo uma base científica comum às várias disciplinas que analisam o espaço urbano. Neste sentido foi considerado o processo de investigação da "*análise formal*" como o estudo físico dos componentes materiais dos objectos de estudo, procurando compreender as matrizes compositivas e proporcionais que estiveram por detrás da sua edificação, possibilitando assim a compreensão da instituição e evolução dos espaços urbanos edificados entre o início da nacionalidade e o final do Antigo Regime.

A autora procurou em primeiro lugar realizar um abrangente estudo estabelecendo as bases historiográficas da análise formal de modo a definir de que modo os estudos da forma-urbis se constituíram metodologicamente dentro das várias disciplinas e campos científicos tais como História da Arquitectura, o Urbanismo ou a Geografia. Como resultado, a autora considera que os métodos tradicionais de análise se revelam incompletos, propondo um processo de análise que tem por base a aplicação de preceitos próprios da Arquitectura e do Urbanismo, como alternativa para compreender de que modo a cidade se constituiu e evoluiu espacial, material e formalmente. Assim, na segunda parte do trabalho é proposta uma abordagem metodológica baseada na utilização da cidade existente como documento fundamental para a análise através do exame crítico e desenhado das formas urbanas existentes, em conjunto com tradicionais documentos históricos, transpondo para o desenho um conjunto de dados históricos relevantes. Deste modo, partindo da cidade existente e através do princípio "regressivo" e pelo método genético das formas, é demonstrado até que ponto é possível realizar a reconstituição urbana e o desenho das mudanças da e na cidade, evidenciando também as regras compositivas, inseridas nos quadros construtivos, tecnológicos e legislativos na configuração e materialização urbana, ou seja, conjugando os aspectos culturais, práticos e teóricos coevos, destacando o papel das novas tecnologias como utensílios fundamentais na execução de todo o processo de estudo.

[60] Pinto, S. G. (2006). *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos. Subsídios para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. Mestrado em Arquitectura, Território e Memória pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

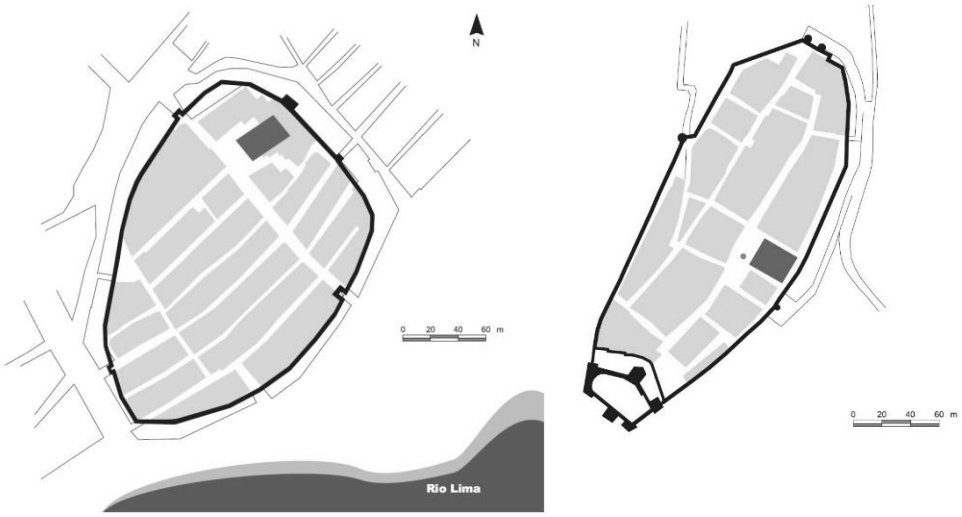


Figura 53 – Plantas do urbanismo medieval de Viana do Castelo e Monsaraz, segundo Alexandra Paio.

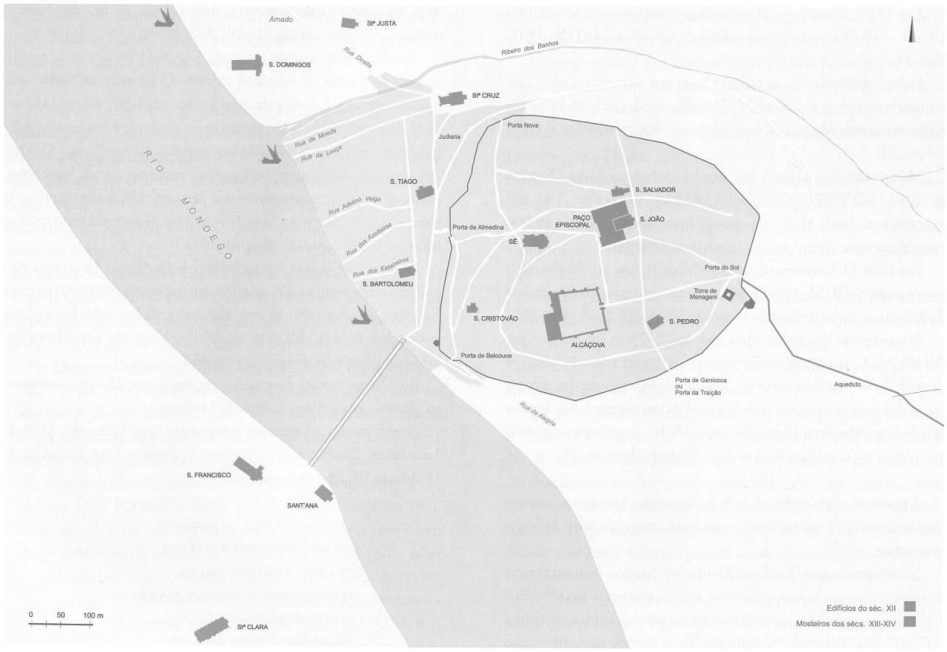


Figura 54 – A cidade de Coimbra na Idade Média, segundo Jorge de Alarcão.

Em 2007 é publicado o livro "**Vilas Medievais Planeadas de Portugal**" por Alexandra Paio[61], como resultado da actividade desenvolvida pelo IERU no âmbito do projecto "**Espaço e Património: O mundo das Vilas Novas Medievais do Sudoeste**". Este estudo analisa a forma de 48 vilas medievais planeadas, descrevendo cada caso analisado através de um curto texto, assim como através de uma série de pequenos esquemas desenhados. Os desenhos apresentam a forma da vila no período medieval, identificando os principais elementos, como ruas muralhas e edifícios.

Em Coimbra o arqueólogo **Jorge de Alarcão** publica em 2008 "**Coimbra - montagem do cenário urbano**" [62] dando-lhe continuidade em 2012 com o livro "**As pontes de Coimbra que se afogam no rio**" [63] e em 2013 com "**A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz**"[64]. Jorge de Alarcão é uma das mais importantes referências da arqueologia nacional, já com uma extensa bibliografia de estudos sobre o período romano entre os quais se destacam as suas publicações **Portugal Romano**[65] e as **Fouilles de Conímbriga**[66], constituindo-se como uma incontornável fonte sobre a história das cidades portuguesas.

Com a publicação destas três obras, Jorge de Alarcão analisa não só a história da cidade e dos seus monumentos, a evolução dos principais espaços urbanos tais como arrabaldes, largos e ruas, mas também a história das personagens que povoaram estes espaços e que deram vida à cidade do Mondego. Resultado de uma investigação cuidada, oferecem uma perspectiva privilegiada sobre a evolução de Coimbra até à Idade Moderna. A análise realizada tira partido de um conjunto muito diversificado de fontes, desde peças cartográficas, a fontes textuais contemporâneas dos elementos analisados, ou resultados de escavações arqueológicas realizadas recentemente, com o objectivo de descrever a cidade antiga sem, no entanto, pretender reconstruir a sua forma – que seria objectivo distinto. Estas obras destacam-se sobretudo pela sua riqueza documental, sendo notória e natural a ausência de uma análise formal mais detalhada, já que, como o próprio autor reconhece, "*um historiador não é propriamente um cartógrafo*"

---

[61] Paio, A., Albergaria, H., Madaleno, A., & Branco, A. M. (2007). *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*. IERU.
[62] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
[63] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros.
[64] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
[65] Alarcão, J. d. (1973). *Portugal romano*. Verbo.
[66] Alarcão, J. d., & Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga - Tome I, L'architecture*. E. De Boccard.

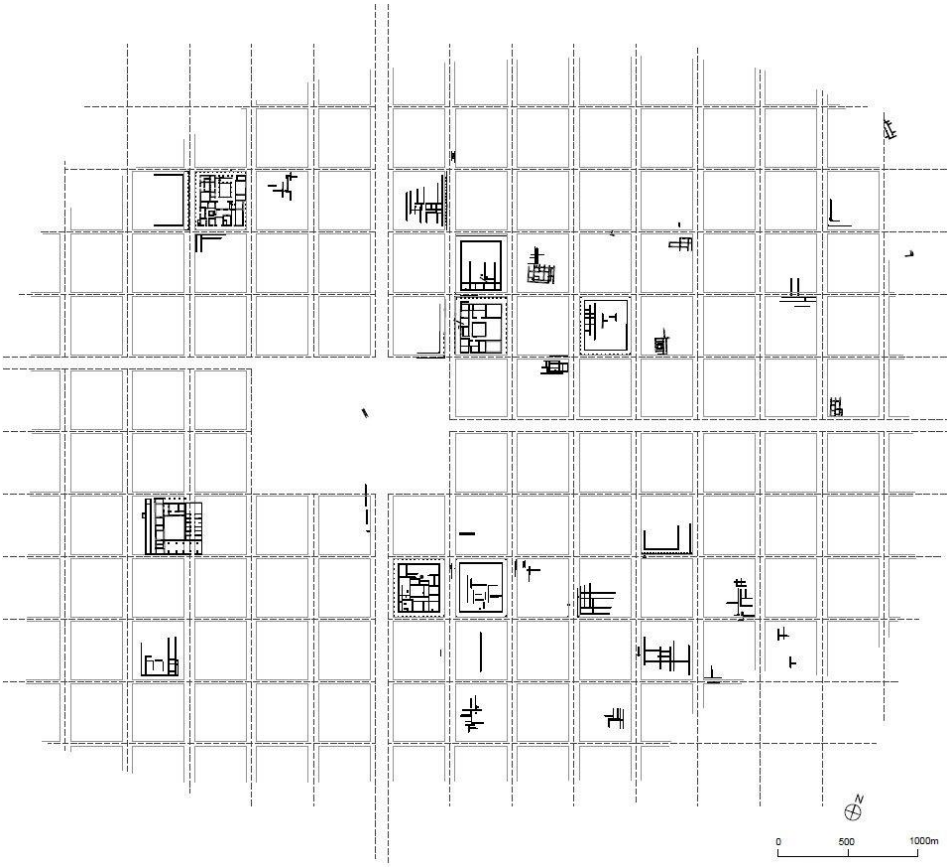


Figura 55 – Plano da cidade romana de Braga, segundo Maria do Carmo Franco Ribeiro.

Para além do trabalho de Jorge de Alarcão sobre Coimbra, também na cidade de Braga as várias investigações promovidas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), coordenada pela arqueóloga Manuela Martins, permitiram a constituição de um *corpus* consolidado, com acesso a fontes relevantes de informação sobre a história da cidade. Neste contexto a historiadora **Maria do Carmo Franco Ribeiro** publica em 2008 a sua dissertação de doutoramento **"Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana**" [67].

O trabalho, inserido no âmbito da Arqueologia Urbana, teve por objectivo principal o estudo da forma urbana de Braga, desde a fundação romana até à Idade Moderna, com uma metodologia multidisciplinar, que estuda diferentes componentes do espaço urbano através do cruzamento de várias fontes de informação. Assim, o estudo não só incluiu fontes tradicionais, arqueológicas, iconográficas, cartográficas e histórico-documentais, mas também se destaca por procurar ler as marcas fossilizadas na paisagem e do tecido edificado actual como uma das mais importantes componentes da análise. Segundo a autora, o estudo permitiu evidenciar a relevância da Arqueologia Urbana enquanto fonte fundamental para o conhecimento dos momentos mais antigos da forma das cidades, assim como demonstrar o valor de outras fontes para a avaliação da evolução urbana noutros períodos. Por outro lado, é também enfatizada a importância da análise dos vestígios conservados através de processos de fossilização na estrutura urbana actual. A autora conclui com a necessidade de considerar uma metodologia multidisciplinar para a realização de uma análise da evolução da forma urbana, que integre as principais valências de diferentes disciplinas e fontes de informação, permitindo assim a uma análise abrangente da evolução diacrónica dos espaços físicos construídos.

O núcleo de investigação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho será responsável por várias publicações relevantes no âmbito da História Urbana entre as quais se destaca em 2013, o livro "**Evolução da paisagem urbana transformação morfológica dos tecidos históricos**" coordenado por Manuela Martins e Arnaldo Sousa Melo.

[67]Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho.

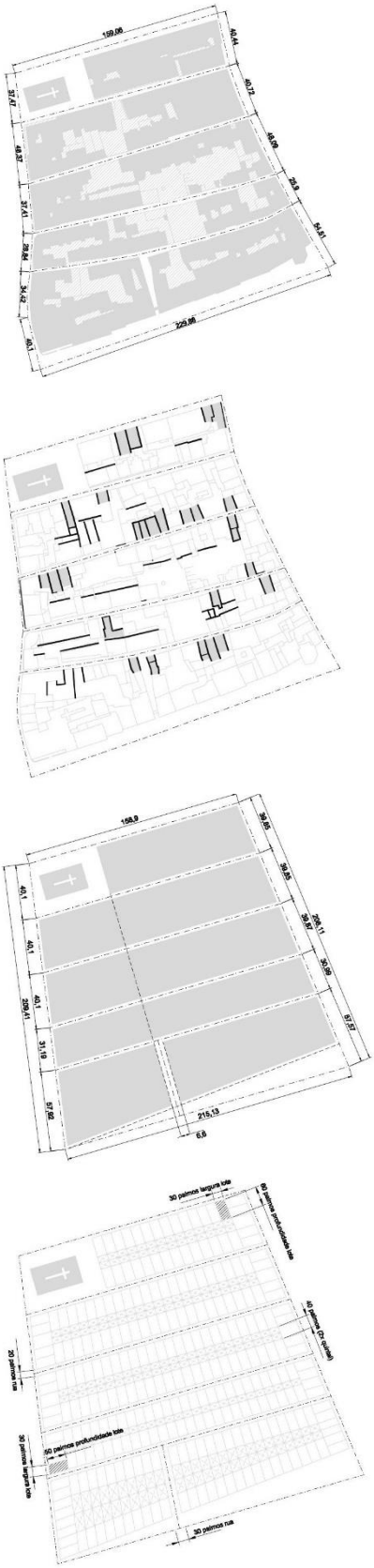


Figura 56 – Análise do modelo de loteamento do núcleo primitivo de Tomar, segundo Luísa Trindade.

Em 2009, sob orientação de Walter Rossa, a historiadora **Luísa Trindade** conclui a sua dissertação em História da Arte com o título "**Urbanismo na composição de Portugal**". O estudo tem por objectivo central analisar as "cidades de fundação" portuguesas, ou seja, as cidades que foram inicialmente edificadas segundo um plano coerente pré-concebido. Para tal são analisadas vinte e duas urbes, constituindo uma amostragem significativa que inclui casos de estudo como Bragança, Caminha, Chaves, Lagos Sines, Tomar, Valença Cedovim, Portel e Torre de Moncorvo, procurando recuperar o seu modelo ou plano.

A autora recorre a diversas fontes de informação para a sua análise. No entanto, assinale-se que a leitura da forma do tecido urbano contemporâneo destaca-se como principal fonte para o reconhecimento da estrutura de ocupação inicialmente planeada para os distintos aglomerados. Reconhecendo a parcela como "*elemento base do tecido urbano*" [68], já que apresenta "*o registo material de maior persistência, bem mais do que a rede viária ou a própria topografia*" [69], a análise do tecido contemporâneo centra-se na leitura da estrutura de propriedade, procurando reconhecer a variedade das dimensões e proporções das diferentes parcelas elementos comuns indicativos de uma pré-existente estrutura homogénea comum, e de um plano. Para além desta leitura a autora descreve ainda em detalhe a cultura urbana do período ou seja as condições técnicas (como fossem a agrimensura, actos de "casear", ou os agentes envolvidos, eventual organização institucional formal ou informal dos processos) culturais, sociais, económicas e políticas do país durante os reinados de Afonso III e de D. Dinis, caracterizando também os principais elementos urbanos que vão posteriormente definir particularismos dos casos de estudo, nomeadamente as praças e rossios, as Casas de Câmara, as judiarias e as mourarias. Através desta análise fica demonstrado até que ponto a construção destes núcleos foi o resultado da implementação consciente de políticas de estruturação do território assim como consequências do desenvolvimento económico, demográfico e militar. Esta análise constrói um quadro particularmente rico e detalhado não só da estrutura urbana das cidades e do seu modelo de fundação, mas também do contexto sociocultural responsável pela sua construção representando um passo importante na história do urbanismo em Portugal continental pela capacidade da autora em navegar tanto pelos e campos específicos da história como também pela análise forma urbana, mais comum nos estudos oriundos das áreas disciplinares da Arquitectura, o que é de assinalar.

[68] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 42.
[69] Ibid. p. 97.

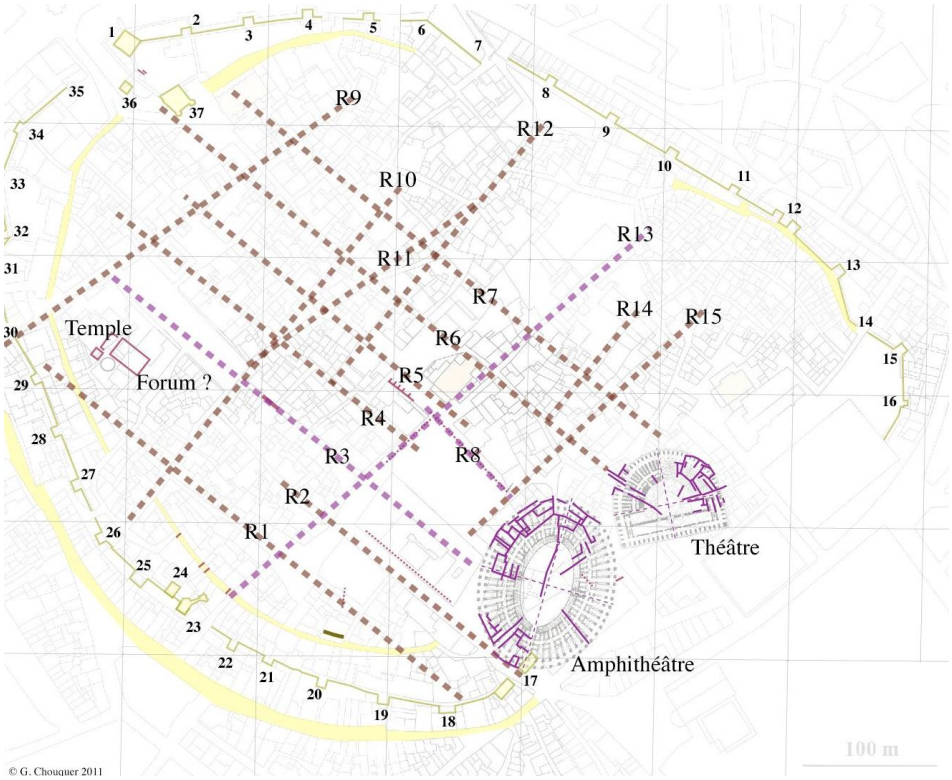


Figura 57 – Hipótese de configuração da cidade romana de Beja, segundo Gérard Chouquer.

O historiador francês **Gérard Chouquer** propõe em 2000 uma nova disciplina de análise da topografia histórica das cidades com o nome de "*archéogéographie*". A sua concepção é uma resposta à grande dispersão de conceitos encontrada no domínio do estudo dos espaços e das sociedades passadas, ocupado por disciplinas tão diversas como a Arqueologia, a História, a Arquitectura e a Geografia. O autor sugere assim uma possível reorganização dos objectos e dos campos de estudo através de uma revisão teórica e epistemológica de modo a constituir uma nova disciplina híbrida que beneficie das mais valias das diferentes disciplinas, colmatando também algumas das suas insuficiências. Em Portugal Gérard Chouquer leccionou uma disciplina relativa à "*archéogéographie"* na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 2009 e 2011, dedicando parte do seu tempo de estadia no país à elaboração do estudo da estrutura urbana da cidade de Beja.

O estudo seria publicado em 2012 com o título "**L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja**" [70]. A publicação A publicação apresenta uma contextualização metodológica e histórica da análise urbana através dos seus principais autores e das respectivas disciplinas - História, Arqueologia, Geografia, Arquitectura e Urbanismo - e prossegue realizando uma detalhada análise do tecido urbano de Beja a partir sobretudo da estrutura de parcelário e do traçado, procurando sublinhar anomalias espaciais como alinhamentos ou desalinhamentos perceptíveis. A análise apresentada é realizada com elevado rigor e detalhe. No entanto, a planta cartográfica que serve à quase totalidade da análise identificada como "*plan du parcellaire*" [71] é na realidade uma planta do edificado, comum na cartografia de base dos municípios portugueses. Assim sendo, o que o autor interpreta por parcelas, são na verdade edifícios, muros, anexos e logradouros, que correspondem a subdivisões existentes no interior de cada parcela, comprometendo em parte algumas das análises subsequentes realizadas sobre esta peça. São ainda particularmente emblemáticas deste estudo as propostas para a implantação de um teatro e anfiteatro romano na cidade, desconsiderando tanto o traçado da muralha da cidade pelo mesmo local, como a pendente topográfica que seria uma das condicionates mais importantes no controlo da construção destas estruturas. Trata-se, porém, de um esforço digno de nota na prossecução do tema que nos interessa aqui.

[70] Chouquer, G. (2012). *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja*. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
[71] Ibid. P. 74.

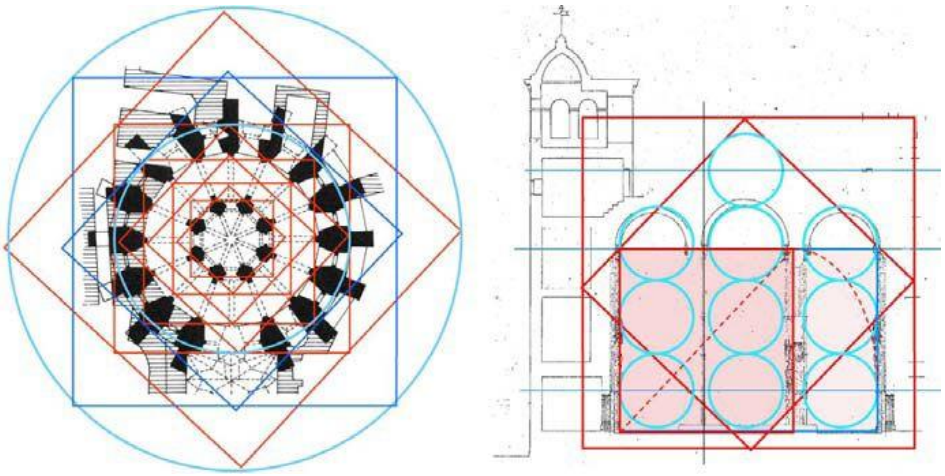


Figura 58 – Traçado gerador ad quadratum da Charola do Convento de Cristo em Tomar, segundo Paulo Pereira.

.

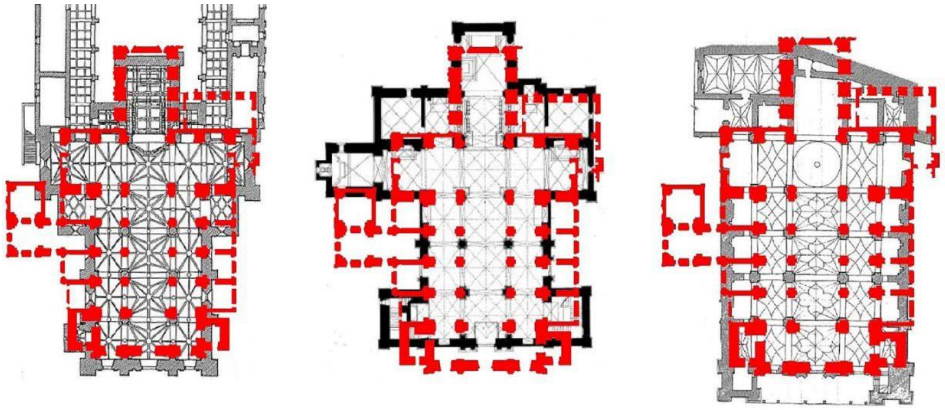


Figura 59 – Comparação das plantas da Sé de Goa com (da esq. para dir.): Sé de Leiria; Sé de Miranda do Douro e Sé de Portalegre, segundo Paulo Pereira.

.

Figura 60 – Cidade Velha, Ribeira Grande, Cabo Verde, segundo Sérgio Fernandes.

Destaca-se ainda a importante contribuição para o entendimento da história da forma da cidade portuguesa realizada pelo historiador **Paulo Jorge Garcia Pereira** através de vários trabalhos como sua dissertação de doutoramento "**A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)**" [72] concluída em 2011, ou o livro "**Arte Portuguesa - História Essencial**"[73] publicado em 2014. As obras de Paulo Pereira apresentam uma perspectiva actual, particularmente clara, sobre as mais relevantes estruturas da Arquitectura portuguesa e sobre os métodos utilizados no seu desenho e construção, funcionando como uma imprescindível referência na compreensão destes edifícios e do seu impacto na cultura urbana portuguesa.

O grupo de investigação formaurbis LAB publica em 2013 o livro "**Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - Os Elementos Urbanos. Volume I**"[74], e em 2014 o livro "**Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - O Tempo e a Forma. Volume II**"[75]. Os livros, produzidos com a contribuição de diversos autores, fazem parte de uma colecção alargada que procura descrever através de exemplos do contexto português os mais importantes temas da morfologia urbana de um modo sucinto e claro.

Sérgio Padrão Fernandes, também membro da equipa do formaurbis LAB, conclui em 2014 a dissertação de doutoramento "**Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação**"[76]. O estudo foca-se na leitura morfológica dos traçados urbanos, procurando explicar as suas principais características formais e processos de formação a partir da seleção e análise de amostras especificas de traçados de diferentes cidades, considerados relevantes para a demonstração dos argumentos expostos. Para além das informações presentes sobre cada caso estudado, a abrangência da informação teórica e a clareza dos conceitos utilizados e sua definição (ou redefinição) crítica faz deste trabalho uma referência imprescindível no desenvolvimento dos estudos sobre morfologia urbana em Portugal e as suas sequências em contexto colonial.

---

[72] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
[73] Pereira, P. a. (2011). *Arte Portuguesa - História Essencial*. Temas e Debates.
[74] Dias Coelho, C., Fernades, S., Proença, S., Costa, J. P., Leite, J. S., Trindade, L., Pereira, P., & Monteys, X. (2013). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - Os Elementos Urbanos.* Argumentum.
[75] Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Costa, J. P., Martins, P. V., Amado, A., & Justo, R. (2014). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - O Tempo e a Forma*. Argumentum.
[76] Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Em síntese, a análise da evolução formal das cidades portuguesas é inicialmente marcada por análises centradas, no essencial, em estruturas planeadas e por uma ainda incipiente clareza nas metodologias de análise aplicadas. Os trabalhos recentes de Sandra Gameiro Pinto, Gérard Chouquer ou Sérgio Fernandes, contribuíram significativamente para uma maior estabilização e definição metodológica para o tema em apreço. Apesar destes contributos, dada a complexidade do tema e os múltiplos recursos e especialidades (e especialistas…) que é imperioso mobilizar, os estudos realizados por arquitectos e historiadores mantêm ainda um carácter muitas vezes monográfico (ou estritamente temático), existindo várias publicações de grande qualidade e detalhe, mas focadas a âmbitos espaciais ou temporais – e físicos - restritos. Por outro lado, os recentes contributos da arqueologia urbana, que nos últimos anos foi objecto de uma significativa e benfazeja expansão, produziu um vasto conjunto de intervenções, aumentando de forma significativa o conhecimento disponível sobre o a história e o processo evolutivo da cidade. Porém, tradicionalmente, tanto a arqueologia como a história focam-se no enquadramento cronológico e na descrição pormenorizada dos vestígios conhecidos – ou seja, pela própria natureza da indagação, adquirem um formato monográfico, como acima referimos. Assim podemos dizer que nestas disciplinas, os resultados - de resto de uma cada vez mais exigentes, rigorosos e cientificamente validados e precisos mantêm-se num patamar que é forçosamente condicionado na sua abrangência qualitativa e quantitativa. Todavia, bem o sabemos, a cidade não resulta sempre de um projecto desenhado, ou mesmo quando a sua implantação decorre de uma planificação cuidadosa (e desenhada…), independentemente da perfeição da sua forma, rapidamente se "deforma", adaptando-se imediatamente às vicissitudes do tempo e à vida diária dos seus habitantes. Encontramos assim, no panorama contemporâneo da análise morfológica realizada em Portugal uma ausência de publicações relativas ao estudo da evolução no tempo longo ou sobre a transformação do tecido urbano comum. Faltam abordagens abrangentes, com contribuições das várias disciplinas, ou que procedam a uma mais ambiciosa junção contextualização dos diversos contributos oferecidos pelos diferentes estudos monográficos e temáticos detalhados já produzidos. Como justamente sinalizou Manuel Teixeira, faltam obras de síntese, capazes de colmatar as inúmeras descontinuidades "…*quer do ponto de vista das diferentes abordagens disciplinares quer do ponto de vista dos períodos históricos analisados*" [77].

[77] Teixeira, M. C., & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Portugues. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Horizonte. p. 14.

Fontes e Métodos

A análise da evolução da forma urbana procura idealmente realizar, **uma documentação detalhada da transformação da estrutura física da cidade o**, que, no entanto, só é possível quando esta documentação existe, o que raramente, e só em casos muito particulares é possível.

O estudo da evolução da forma urbana encontra-se, portanto, condicionado pelas fontes disponíveis e pela informação que estas conseguem fornecer ao estudo. Este condicionamento às fontes é tão válido para os períodos mais remotos como para os períodos mais recentes[78], cada um mais ou menos dependente de fontes de informação específicas. Por exemplo no estudo de elementos decorridos num passado remoto, salvo casos excepcionais, a informação disponível é extremamente fragmentária e incompleta, impossibilitando a realização de uma análise coerente. A disponibilidade de informação e de fontes sobre a concepção, construção e transformação das formas urbanas tende a reduzir à medida que recuamos no tempo limitando a possibilidade de análise. Deste modo a grande ambição da compreensão da evolução do tecido urbano, fica tendencialmente comprometida em grande parte dos casos, apenas à análise **do passado recente para o qual existe documentação abundante e rigorosa**.

A cidade enquanto universo da cultura humana é um reportório de todos os diferentes tipos de objectos e eventos. Todos eles podem oferecer pistas sobre o seu desenvolvimento passado e sobre a natureza da sua configuração espacial. Desde representações de religiosas a transações comerciais ou registos litigiosos, todos os tipos de actividades humanas têm o potencial de contribuir com alguma informação sobre as formas passadas da cidade.

A investigação da evolução das formas urbanas deve, portanto, considerar e adequar-se a múltiplas abordagens, a partir de um grande número de tipos distintos de fontes que requerem métodos de interpretação e analise também eles diferentes. Cada fonte tem o seu contexto específico e um maior ou menor grau de informação, ao qual a investigação se deve adequar, privilegiando aquelas que permitem uma leitura mais objectiva em função do período de análise.

[78] Pinto, S. G. (2006). *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos. Subsídios para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. Mestrado em Arquitectura, Território e Memória pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 79.

A partir dificuldade em obter a informação necessária à compreensão das formas urbanas passadas **a metodologia proposta tem por objectivo fundamental a construção de um processo que permita recuperar em parte esta informação, articulando e cruzando as distintas fontes de informação muitas vezes com origens em diferentes ramos de conhecimento, e a partir destas reconstruir o processo evolutivo da cidade.**

Para a pluralidade de fontes disponíveis é sistematizada em três conjuntos principais: o enquadramento histórico, a análise do tecido urbano e comparação tipo-morfológica. O enquadramento histórico pressupõe a recolha de toda a informação existente sobre as formas analisadas através do levantamento de referências textuais, referências gráficas e estudos disciplinares. A "análise do tecido urbano" corresponde à desmontagem sistémica do tecido em quatro sistemas elementares: traçado, parcelário, edificado e topografia. A "comparação tipo-morfológica" aborda a problemática da reconstituição teórica das formas passadas a partir da comparação com estruturas semelhantes.

Estes três conjuntos de fontes são utilizados de modo não sequencial em diferentes momentos da análise da evolução das cidades analisadas ou dos seus elementos (ruas, quarteirões, parcelas, edifícios, etc.). Se para algumas estruturas, como os conventos demolidos no século XIX, o ponto de partida é naturalmente o reconhecimento dos seus vestígios no tecido urbano contemporâneo (análise do tecido urbano) que é posteriormente completado com descrições contemporâneas das estruturas (enquadramento histórico) ou com a sua comparação com edifícios semelhantes ainda existentes (comparação tipo-morfológica). Para outras estruturas, como por exemplo o caso das mesquitas ou dos fóruns romanos o ponto de partida são as referências históricas ou arqueológicas aos edifícios a partir das quais se vai comparar o tecido urbano actual com os seus modelos tipológicos (análise do tecido urbano e comparação tipo-morfológica).

Figura 61 – Detalhe da gravura ilustrando o desembarque de Filipe III no Terreiro do Paço em Lisboa.

A cidade enquanto repositório privilegiado da cultura do Homem e da sua passagem no Tempo, sempre foi objecto priveligiado de inúmeras intervenções acções e eventos da cultura humana. Todos estes terão deixado pequenos fragmentos da sua existência quer na forma da cidade, quer no subsequente registo histórico directo ou indirecto. O enquadramento histórico pressupõe a recolha de toda a informação existente sobre as formas analisadas através do levantamento de quaisquer elementos que possam ter preservado de algum modo pistas e fragmentos sobre a forma antiga da cidade. São, assim, considerados dois grandes grupos de registos antigos: **as referências textuais e as referências gráficas**, para além de um terceiro grupo correspondente aos **trabalhos de investigação teórico-práticos**.

As **referências textuais** incluem todas as descrições em registos escritos, levantamentos, tombos, registos toponímicos, etc., as quais, mesmo não fornecendo detalhes sobre a configuração das formas permitem muitas vezes situa-las cronologicamente. **As referências gráficas,** como o nome indica**,** englobam todo o tipo de registos desenhados do ambiente urbano, de pinturas religiosas a levantamentos cartográficos e todos os outros *media* considerados relevantes, uma vez que**,** pela sua natureza, não só nos permitem situar cronologicamente as estruturas, mas também, reconstruir a sua configuração em momentos chave. Estas peças oferecem perspectivas fundamentais sobre as estruturas construídas, quer através do seu registo directo, muitas vezes contemporâneo, efectuado em momentos chave, e nisso oferecendo perspectivas privilegiadas sobre as estruturas construídas do passado, e em especial, concedendo-nos informação sobre as estruturas que, entretanto, desapareceram pelo que só podem ser estudadas através do seu registo histórico. Um terceiro grupo de registos inclui todos os estudos que realizam uma análise ou interpretação das formas urbanas em períodos chave ou da sua evolução no tempo. Como dissemos acima, nos últimos anos deu-se um grande incremento de **estudos disciplinares** em diversas vertentes, tais como a História da Arquitectura ou a Arqueologia. Analisam a evolução da forma urbana de um modo extremamente pormenorizado, pese embora tratarem-se, na sua maior parte, de estudos cronológica ou monograficamente focados, quer em determinados períodos históricos, quer em determinadas estruturas. Mas por isso mesmo, consistem numa fonte prioritária de informação, de resto, aí amplamente sistematizada.

Referências Textuais

As referências textuais, embora difíceis de traduzir em formas, estruturas e espaços, são reportam-se frequentemente a estruturas antigas de que são as únicas ou as primeiras informações disponíveis. Estes textos podem ser tão simples como referências a um edifício num determinado momento, confirmando a sua existência pelo menos a partir de então, ou tão detalhadas ao ponto de incluir a enumeração de compartimentos assim como as suas dimensões e funções e, ocasionalmente mesmo, o mobiliário nelas compreendido ou outros pormenores. As referências textuais podem, no entanto, fornecer descrições extremamente detalhadas de estruturas construídas, permitindo através da comparação com outras fontes reconstruir as suas transformações ao longo do tempo.

Já a exploração das fontes literárias coloca um problema particular: as indicações espaciais precisam de ser transferidas para o espaço, requerendo sempre um processo de interpretação. Este processo pode ser particularmente complexo quando aliado à instável designação desses compartimentos, espaços, áreas ou zonas ao longo do tempo, como por exemplo a que se prende com a noção de bairro, quer quanto à sua natureza, quer ainda quanto à sua delimitação, que tende a variar significativamente em períodos diferentes, ou mesmo quanto à sua denominação, que também varia, às vezes, de indivíduo para indivíduo. Porém, nem sempre é necessário obter um conhecimento muito preciso dos limites ou posições de cada unidade espacial, sendo possível, mesmo com fontes imprecisas, obter informação suficiente para criar esquemas cartográficos[79].

Determinados tipos de texto, como as descrições efectuadas para tombos ou levantamentos, são mais aptos à interpretação das formas que outros. A linguista Laurenza Mondada distingue dois tipos de textos: i) os textos em que o discurso considera o espaço apenas como contexto do objecto; ii) e os que fazem do espaço o seu objecto[80]. Podemos assim distinguir entre dois tipos de textos. Teremos, desta feita, os textos **de natureza ilustrativa, ou seja, todas as descrições em que o objecto arquitetónico possui uma natureza acessória ao foco principal do texto;** como, por outro lado, **teremos textos de natureza descritiva em que o objecto arquitetónico tem uma natureza central no texto propiciando a sua caracterização.**

[79] Arnaud, J.-L. (2008). *Analyse Spatiale, Cartographie et Histoire Urbaine*. Éditions Parenthèses. pp. 45-47.
[80] Mondada, L. (2000). Pratiques discursives et configurations de l'espace Urbain. In *Logiques de l'espace, esprit des lieux. Géographies à Cerisy* (pp. Éditions Belin). 165-175.

Os textos de natureza ilustrativa incluem geralmente produções de carácter literário ou histórico em que a descrição do espaço serve apenas o propósito de situar ou contextualizar o objecto do texto, enquanto os textos de natureza descritiva incluem geralmente registos oficiais, de propriedade, jurídicos e administrativos, tombos e outros tipos de levantamentos ou descrições.

Os **textos de natureza ilustrativa** são, reiteramos, tendencialmente mais difíceis de interpretar, oferecendo dados mais imprecisos, subjectivos e mesmo contraditórios ou inverosímeis, devendo sempre ser abordados de forma crítica. No entanto, pese embora não terem como propósito a descrição detalhada do ambiente construído de determinado contexto, podem conter dados decisivos, por vezes através de referências implícitas, sobre a forma urbana ou a Arquitectura de determinado elemento ou sítio. Veja-se a título de exemplo, o texto que descreve, aquando da construção de um novo dormitório do Convento de S. Domingos de Lisboa em 1571, a descoberta de "*silharia de pedra bem lavrada, e de espaço em espaço grossas argolas de bronze, mostrando que houvera ali um caes, onde se amarravam navios*"[81] levando a que se acreditasse que existira no local um porto romano, quando se sabe hoje que já na antiguidade todo o esteiro da baixa se encontrava quase totalmente assoreado. Apesar de, à luz dos conhecimentos de hoje, esta descrição ser tendencialmente errónea, ela pode mesmo assim traduzir aspectos relevantes ainda desconhecidos, talvez vestígios do Circo Romano de Lisboa ou a algum mausoléu da vizinha via de acesso à cidade?

No entanto estas descrições podem mesmo que indirectamente fornecer pistas fundamentais para o entendimento da forma urbana, ao identificar edifícios, ruas e praças, assim como bairros específicos por vezes associados a grupos sociais particulares, entre outros detalhes. Um exemplo da indispensabilidade deste tipo de documentação é-nos dado por A. H. Oliveira Marques no estudo da cidade medieval, em particular através dos registos como as cartas de aforamento, emprazamento, venda e doação. Tais registos apesar de geralmente muito vagos, referem com frequência os principais elementos de referência para a localização das parcelas a ser transacionadas, igrejas, ruas, praças, etc. Esta documentação oferece-nos, ainda, um registo da toponímia da cidade na época, permitindo "reconstituir ruas e praças com os seus respectivos nomes, estudar a modificação nos arruamentos ao longo das

[81] Pato, B., Castello Branco, C., Dantas, C., Bellem, C., & Caldeira, F. (1985). As nossas gravuras. A Egreja de S. Domingos em Lisboa. *A Ilustração Portuguesa: Semanário: Revista literária e artística, 1° Ano, N°36, 2 de março de 1885*, 3.

gerações, analisar a densidade relativa dos prédios urbanos e dos espaços vazios"[82]. Com a mesma lógica encontramos também inúmeras referências pontuais na história da cidade sobre obras de construção ou remodelação de edifícios, que por vezes de natureza lacónica permitem pelo menos localizar espacialmente e cronologicamente determinada estrutura, ou até um desenho e implantação esquemática.

Os textos de natureza descritiva são geralmente muito mais pormenorizados. Realizados com a intenção de descrever em detalhe determinado edifício estes textos podem chegar a indicar precisamente a dimensão das estruturas, a sua configuração, altura, largura, área, orientação, divisão e estrutura interna, etc. Este tipo de informações de detalhe, comum por exemplo nos tombos, pode permitir a partir de um texto reconstruir por completo a estrutura de um edifício num determinado momento histórico, sobretudo quando cruzado com outra fonte de informação gráfica mesmo que muito incompleta, como por exemplo uma planta com parte dos vestígios do antigo edifício. Relativamente aos documentos descritivos, socorremo-nos de uma observação de Paulo Pereira quanto à sua natureza. Assim, diz este autor, que "(…) em alturas de menor encomenda, seria decerto verificável a existência, predominante, de uma cultura arquitectónica "de projecto" essencialmente escrita, uma vez que é na escrita - e na certeza de que *uma palavra vale mil imagens* – para inverter ironicamente o aforismo –, que estava a garantia da execução e, especialmente, a certeza contratual. Se existem poucas evidências documentais publicadas a este respeito, ver-se-á que esta cultura arquitectónica é em grande medida promovida por tabeliães e escrivães, que também dela dependiam. Ou seja, encontramos, no tempo de D. João II e de D. Manuel, e também antes, quando o trabalho de chancelaria e a burocracia crescendo, *uma impressionante mania para a enumeração e para a minúcia para o desenrolar de uma prosa descritiva e descritivista.*

*"*O caso mais gritante (e deveras maçador, para quem percorre maços de documentação e de transcrições à procura de uma informação relevante) são os próprios contratos de todo o tipo, ou os processos jurídicos (de todo o tipo, também), onde se contabiliza e descreve ao pormenor tudo o que é inerte e tudo que o não é, como, por exemplo, o número de galinhas e porcos, e "folhas" de terra e alfaias agrícolas, em itens, um a um. É uma cultura arquitectónica *que declina e que procede de uma cultura de tabelião*, *de uma cultura jurídica, de "vedor" e de almoxarife."*[83]

[82] Marques, A. H. O. (1982). Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)". *Revista de História Económica e Social*, 9, 1-16. p. 58.
[83] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 1378.

Figura 62 – Vestígios do Paço dos Alcaides de Castelo Branco antes da sua destruição.

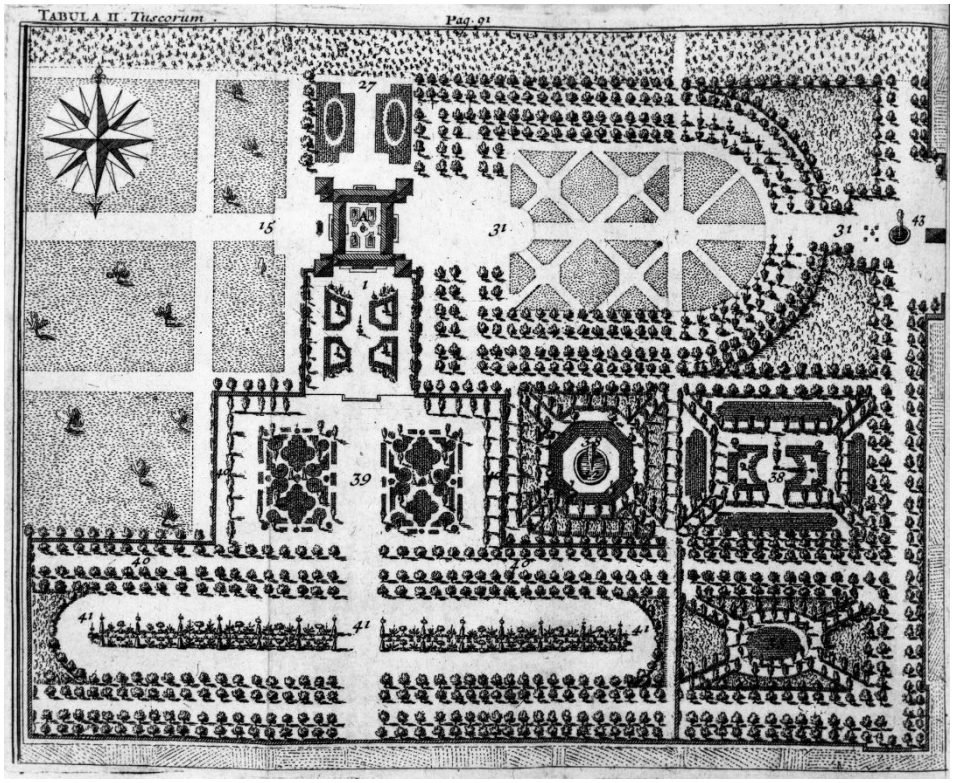


Figura 63 – Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Jean-François Félibien des Avaux em 1699.

Veja-se, por exemplo, a longa tradição de "visitações" da Ordem de Cristo, nas quais eram realizados inquéritos detalhados a todos os bens patrimoniais das diversas comendas, entre outros aspectos. Esta tradição processual vai resultar, no caso da Capela da Redinha, na encomenda do visitador para a sua reconstrução desde os alicerces a partir de uma pormenorizada descrição[84]. Outro exemplo do detalhe presente nestas descrições pode ser encontrado num tombo de 1753 que levanta exaustivamente todo o espaço físico do antigo Paço dos Alcaides de Castelo Branco, entretanto praticamente desaparecido.

…."por onde se entra para um recebimento lajeado"…"que tem 4 varas de comprido e 3 de largo, no qual estão duas portas e se desce pela da esquerda"…"e pela outra porta se entra para a sala de espera do palácio, que tem duas janelas"…"tendo de comprimento 10 varas e 5 de largo."… Há nesta sala mais três portas, por uma das quais se entra para um quarto"…"e deste quarto há uma porta para outro"…"e por ali se entra por uma porta para um outro quarto com a sua janela e tem este 5 varas de comprido e 3 varas e 2 palmos de largo..."[85]

Importa reter que mesmo os textos de natureza descritiva apesar de sua aparente maior precisão, oferecem múltiplas possibilidades de interpretação. Veja-se, por exemplo, o caso das descrições detalhadas da Vila Laurentina e da Vila Toscana de Plínio o Jovem (Gaius Plinius Caecilius Secundus, c.61–113 d.C.), situadas em *Città di Castello*, na Umbria, e em Laurento, perto de Roma. As descrições têm uma natureza vívida, seguindo uma forma de *ekphrasis*, ou seja, um exercício de retórico de descrição dramática de espaços ou obras visuais, reais ou imaginadas. A qualidade vívida do texto de Plínio naturalmente suscitou ao longo dos séculos inúmeras reconstruções sendo sucessivamente interpretado por diferentes gerações de arquitectos. Estas são tendencialmente mais exercícios plásticos de especulação arquitectónica do que tentativas de reconstrução literal dos edifícios descritos, dizendo mais sobre os seus autores e o período em que foram realizadas do que propriamente sobre a natureza arquitectónica das vilas romanas. No entanto, as dezenas de reconstruções das vilas de Plínio por arquitectos e artistas como Francesco Ignazio Lazzari (1634–1717), Jean-François Félibien des Avaux (1656?-1733) ou Karl Friedrich Schinkel (1781-1841) servem como exemplo paradigmático da pluralidade de interpretações formais possíveis a partir uma mesma fonte literária.

[84] Dias, P. (1979). *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510, Aspectos artísticos*. Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
[85] Santos, M. T. d. (1958). *Castelo Branco na História e na Arte*. . Edição do autor. p. 55-58.

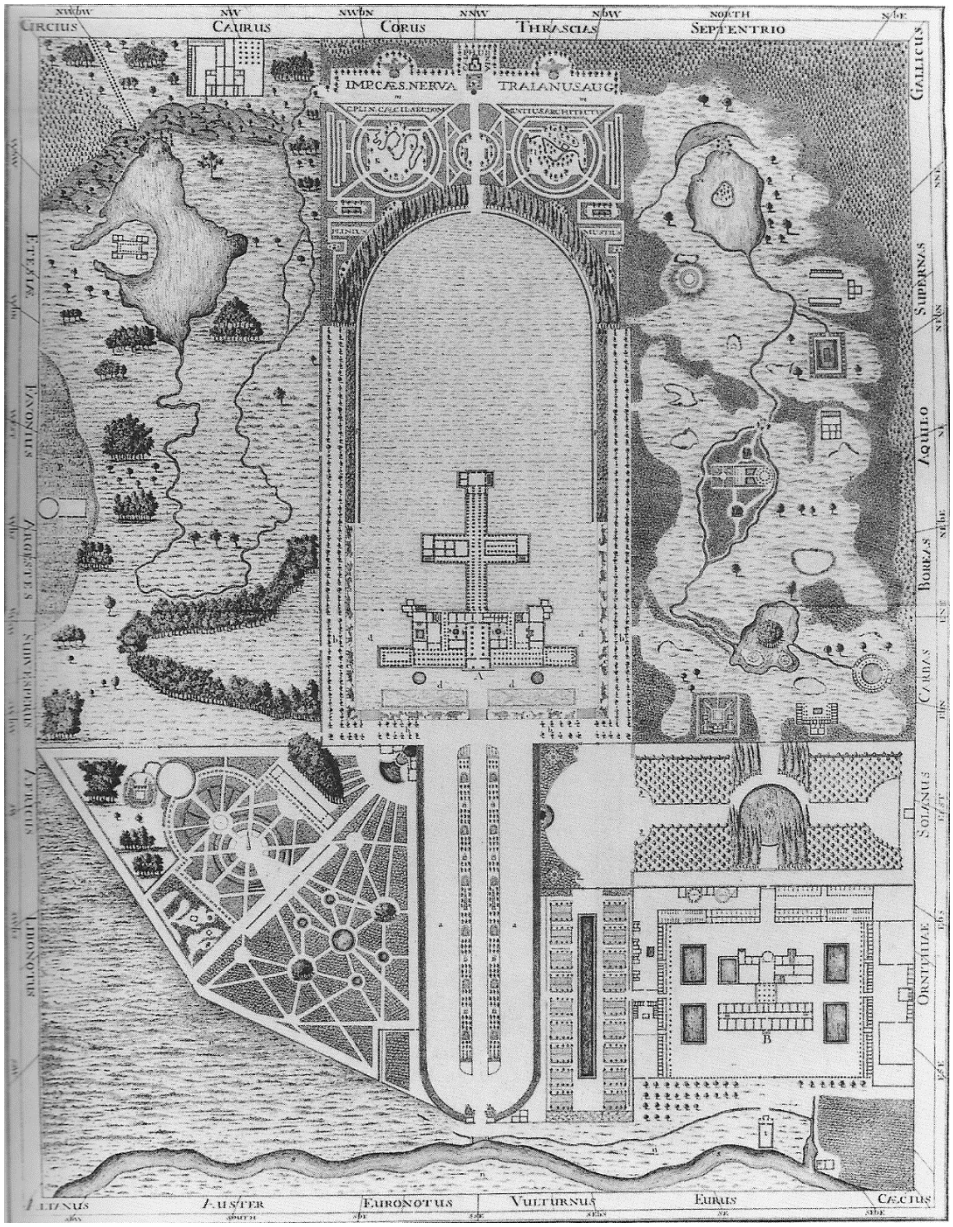


Figura 64 – Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Robert Castell em 1728.

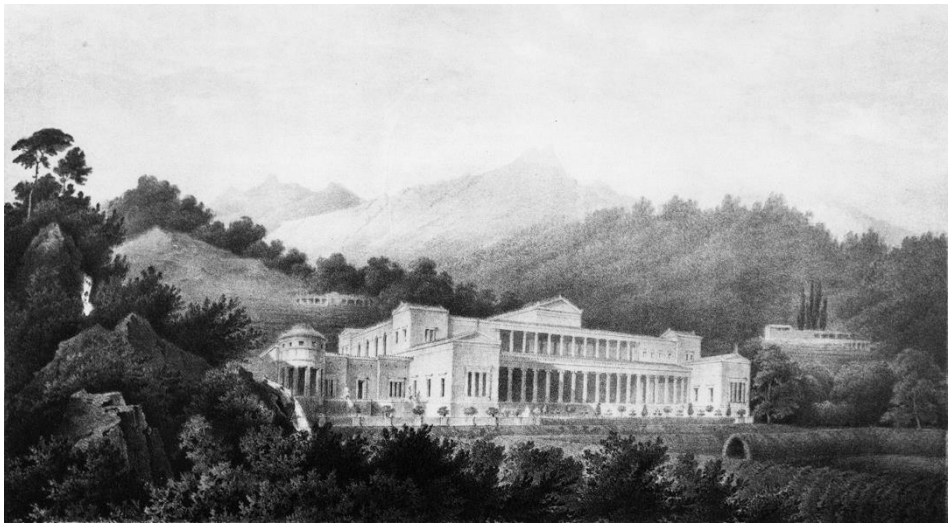


Figura 65 – Visão imaginada da Vila Toscana de Plínio o Jovem, por Karl Friedrich Schinkel em 1841.

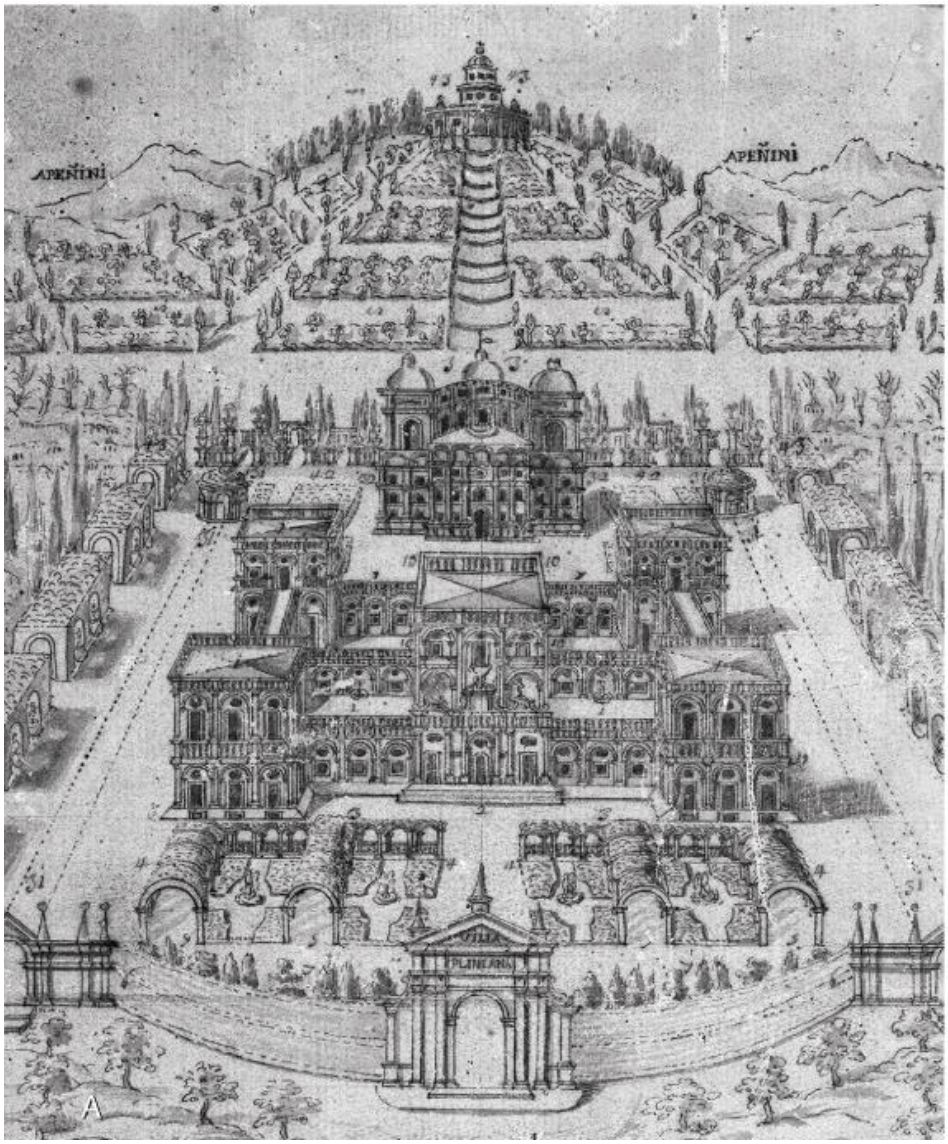


Figura 66 – Visão imaginada da Vila Toscana de Plínio o Jovem por Francesco Ignazio Lazzari, c. 1700.

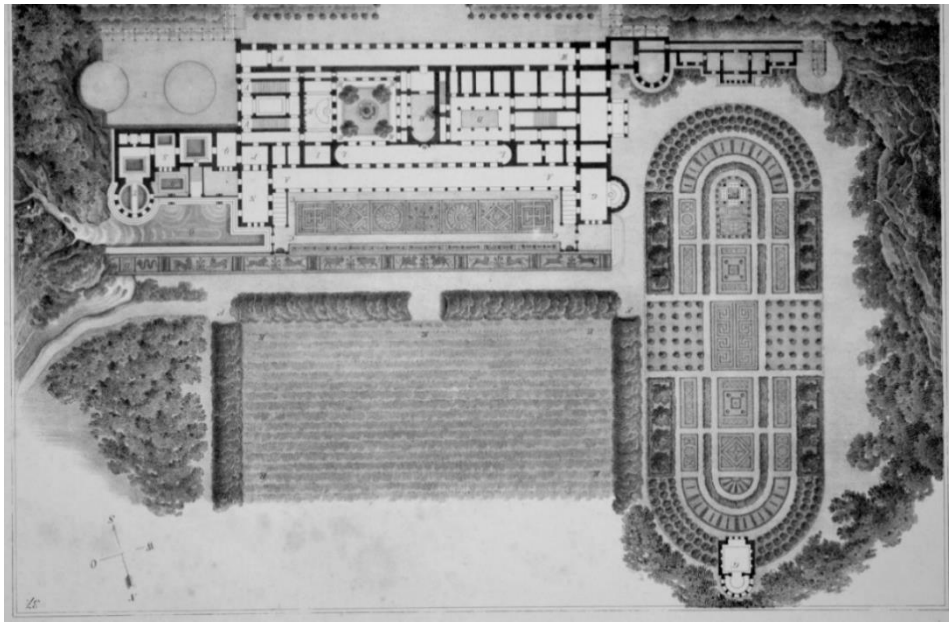


Figura 67 – Reconstrução da planta da Vila Toscana de Plínio o Jovem por Karl Friedrich Schinkel em 1841.

Figura 68 – tábua pintada do ciclo dos Santos Mártires de Lisboa. No plano de fundo destaca-se a representação distorcida do Paço da Ribeira de Lisboa.

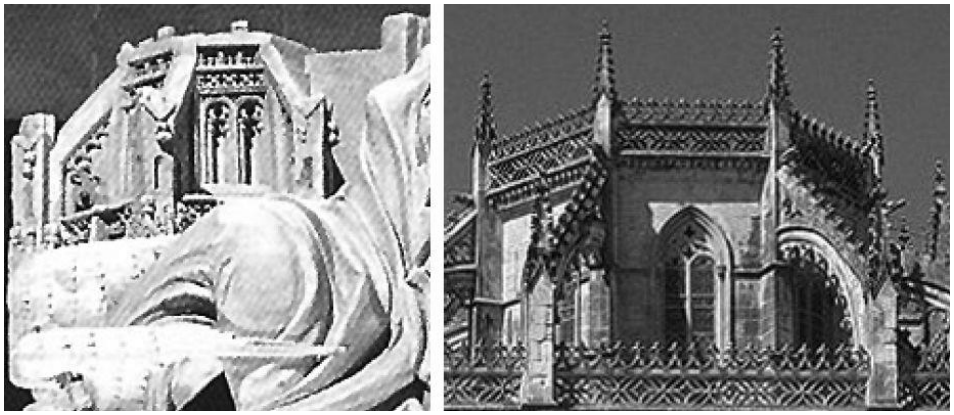


Figura 69 – Baldaquino do túmulo de D. Inês de Castro (Mosteiro de Alcobaça, c.1360); pormenor do tambor superior da Capela do Fundador, de 1432-1434 no Mosteiro da Batalha.

Referências Gráficas

Ao longo dos diferentes processos de pesquisa e análise da evolução da forma urbana nas suas diferentes etapas, as referências gráficas são uma presença incontornável. As peças desenhadas intervêm em todos os níveis, desde fontes, instrumentos de investigação e análise, e finalmente como meios de representação. Enquanto fontes de informação as referências gráficas produzidas ao longo da história da cidade funcionam como "instantâneos" que registam e assim preservam a configuração das suas formas em determinados momentos históricos. Dada a enorme variedade de tipo de representação e de técnicas e suportes, consideram-se, tal como no caso das referências textuais, dois âmbitos distintos: as representações de natureza **ilustrativa** e as representações de natureza **descritiva.**

Por representações de natureza ilustrativa, similarmente, entendem-se todas as representações em que o objecto arquitetónico tem uma natureza acessória ao foco principal da representação. Dada a sua natureza acessória, a importância da representação das formas arquitectónicas é secundarizada face ao tema central da representação, sendo assim frequentes as "liberdades artísticas", nuances, adaptações e deformações, que condicionam a qualidade da informação apresentada. Por outro lado, a produção destas peças está sempre associada ao contexto cultural e a programas específicos, ou seja, têm sempre um carácter ideológico, seja este do âmbito da política, da religião ou outro. A qualidade da informação presente nestas peças é, portanto, extremamente variável, requerendo sempre algum cuidado na sua leitura e interpretação Incluímos neste grupo todas as representações em que apareçam elementos arquitectónicos de um modo acessório independentemente do suporte, podendo ser considerados os mais variados meios, desde pinturas, iluminuras, esculturas, baixos-relevos, ourivesaria, marcenaria, etc.

As representações de natureza ilustrativa podem ainda dividir-se em dois tipos: as representações reais e as representações imaginadas. Se a utilidade das representações edifícios reais é evidente no estudo da evolução da forma urbana, a utilidade das representações imaginadas, por serem objectos inexistentes no mundo real, não deve ser desconsiderada. Estas representações ilustram frequentemente modelos ideais de Arquitectura que resultam de uma relação dialética com a realidade construída.

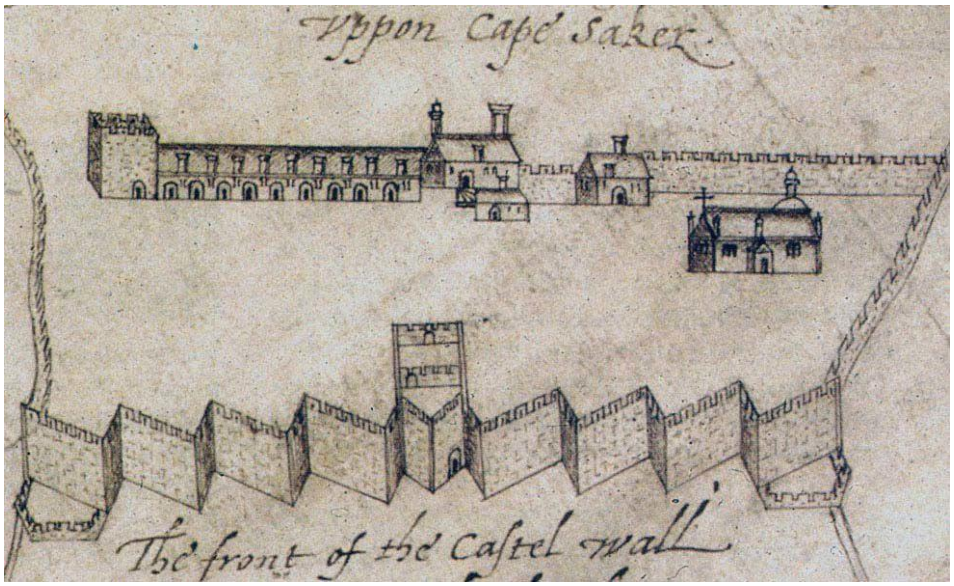


Figura 70 – Pormenor do desenho da armada de Francis Drake do "Cape Saker", ou Cabo de Sagres, com a única representação da desaparecida Fortaleza de Sagres em 1587.

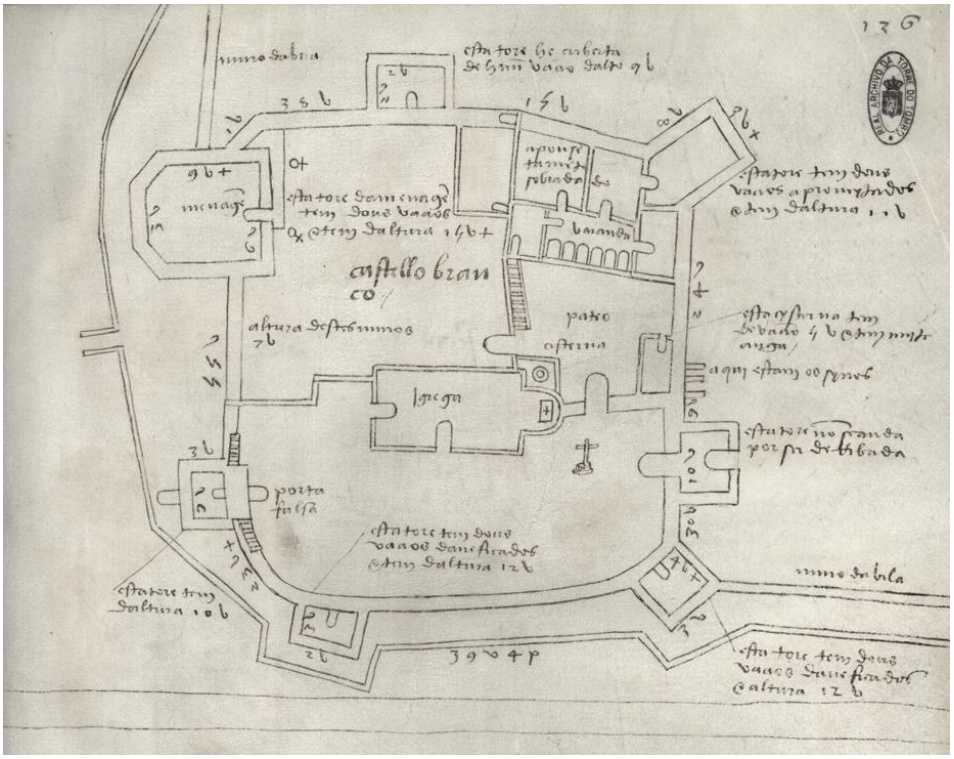


Figura 71 – Levantamento por Duarte d'Armas do desaparecido castelo e paço de Castelo Branco.

Quanto às representações de natureza descritiva devem entender-se todas as representações em que o objecto arquitetónico tem uma natureza central no foco da representação. Incluímos neste grupo sobretudo elementos de levantamento da realidade contruída, plantas, secções, alçados, perspectivas, "vistas", cartografias, traçaria, modelos ou maquetes, etc. **Estas representações procuram sobretudo o rigor da representação,** garantindo tendencialmente a coerência das dimensões dentro de uma determinada escala especifica, no caso das plantas, cortes, alçados através de uma projeção geométrica, perfeitamente perpendicular a um único ponto de vista, e no caso das perspectivas através de operações geométricas que garantem o rigor das dimensões em função da articulação de um ou mais pontos de fuga. Estas referências gráficas, e nomeadamente as planimétricas e cartográficas, quando existentes, revelam-se inestimáveis contributos para a documentação da evolução das formas urbanas, sobretudo por poderem servir de suporte ao redesenho das estruturas desaparecidas, assim como, no caso de estruturas ainda existentes permitirem, através do confronto, avaliar as alterações efectuadas entre o momento do registo e a actualidade[86]. Apesar de neste tipo de representações o rigor ser frequentemente um dos objectivos principais, a qualidade da informação apresentada é condicionada pelo orçamento e recursos disponíveis para a sua produção assim como pela sofisticação dos conhecimentos técnicos e artísticos do contexto em que é produzida. Mesmo neste tipo de representação é importante manter presente que qualquer representação é um produto cultural do período em que foi criada e como tal apresenta uma interpretação da realidade realizada segundo os seus desígnios próprios, exigindo uma leitura e avaliação crítica da informação apresentada.

Pela sua importância para o estudo da forma urbana merece destaque o papel dos elementos cartográficos como fonte essencial de informação, sobretudo a partir do século XVI. Porém, também nestes elementos é importante uma abordagem crítica uma vez que as limitações técnicas são particularmente expressivas nas grandes escalas, nas quais a dificuldade em realizar levantamentos sobre o tecido urbano existente, em medir com rigor grandes distâncias, ou a própria topografia, podem levar à existência de grandes imprecisões.

[86] Pinto, S. G. (2006). *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos. Subsídios para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. Mestrado em Arquitectura, Território e Memória pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 87.

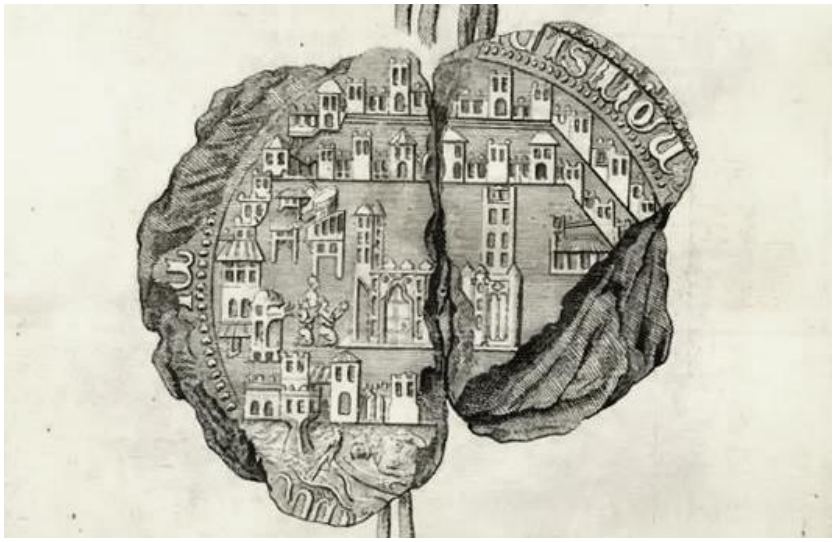


Figura 72 – Selo de cera do tempo de D. Afonso IV (c. 1352)

Figura 73 – Planta de Lisboa no século XVI.

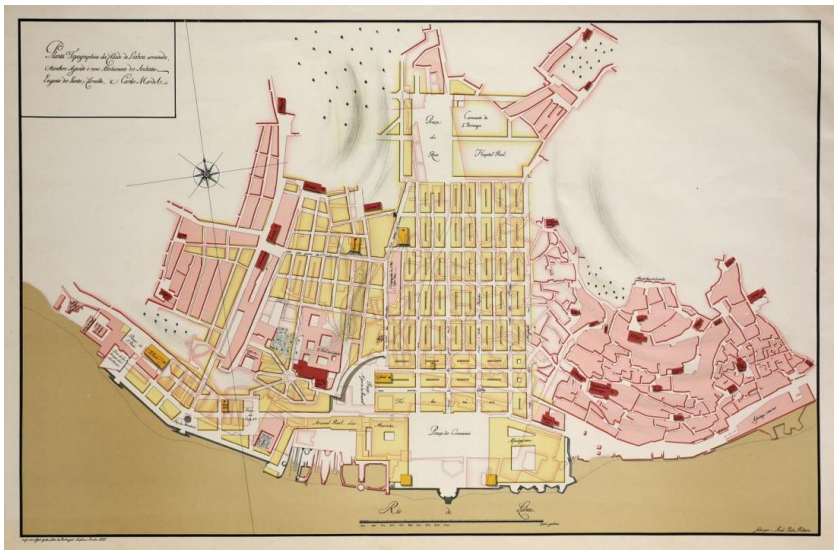


Figura 74 – Planta do projeto de reconstrução de Lisboa após o Terramoto.

Para além das imprecisões técnicas, é importante ter ainda em consideração os códigos de representação ou a linguagem gráfica utilizada. Esta questão é muito evidente nas primeiras peças cartográficas do tipo vista de "voo de pássaro" nas quais os edifícios aparecem em falsas perspectivas rebatidos sobre o plano de desenho, assim como em determinadas vistas de cidades compostas a partir da conjugação de perspectivas múltiplas. Apesar de prevalentes no século XVI estas representações têm uma grande longevidade, surgindo ainda no século XVIII (veja-se o caso do setecentista "Mapa das ruas de Braga").

Por outro lado, são também frequentes "erros" no sentido oposto nas escalas mais reduzidas com a correcção artificial de deformações existentes na realidade. Ou seja, nestas escalas é frequente tanto nos desenhos de projecto como nos desenhos de levantamento a tradução de um rigor geométrico das formas que não corresponde à realidade construída, quer pelos inevitáveis erros construtivos que resultam sempre numa deformação das formas projetadas, quer pela simplificação ou esquematização do levantamento que leva a uma "correcção" no papel de eventuais deformações existentes nas estruturas.

Finalmente, podemos ainda considerar num terceiro grupo de fontes relativamente autónomo e recente, o da fotografia. Este meio apresenta características mais objectivas na descrição de formas construídas, merecendo uma consideração própria dado que a fotografia embora aparecendo relativamente tarde na história, surge, porém, num momento nevrálgico, documentando a paisagem urbana pouco antes das profundas transformações realizadas na transição entre o século XIX e século XX. Através da fotografia é possível não só verificar a estrutura urbana, mas também o redesenho dos objectos arquitetónicos retratados, permitindo reconstruir essas estruturas[87].

[87] Ibid. p. 83.

Figura 75 – Capa da publicação "Beja: Centro Histórico-Plano de Salvaguarda e Recuperação."

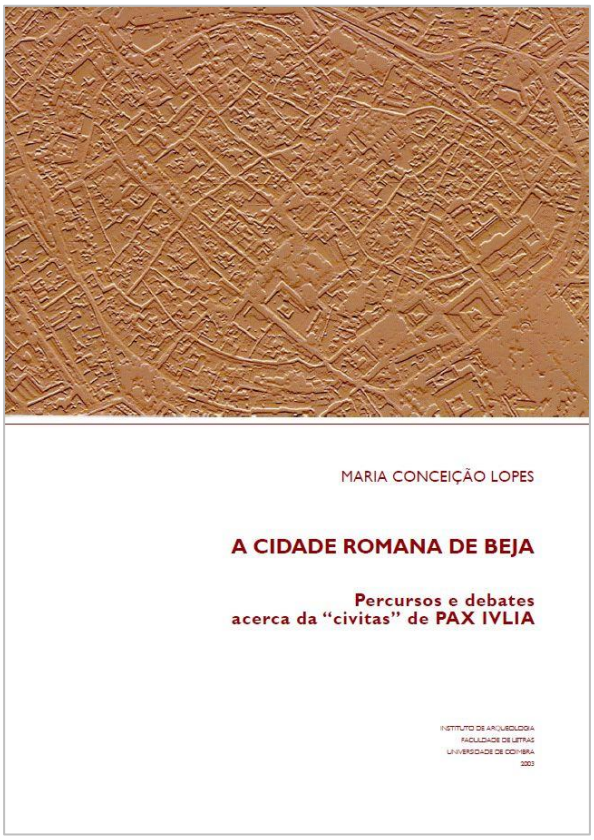


Figura 76 – Capa da publicação "Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia."

Estudos Disciplinares

(relatórios arqueológicos ou estudos arquitetónicos e históricos)

Finalmente, outra fonte importante de informação encontra-se nos trabalhos recentes levados a cabo no âmbito do exercício de disciplinas como o Urbanismo, a Arquitectura, a História ou a Geografia. A sistematização destas disciplinas na primeira metade do século XX trouxe a estes campos de pesquisa um desenvolvimento significativo, tornando os seus estudos cada vez mais prevalentes e relevantes. Esta evolução permitiu que em Portugal, perto do final do século XX, se desse uma crescente materialização e publicação de inúmeros trabalhos, sobre a história das cidades do nosso território.

Consideramos neste conjunto todo o tipo de estudos de investigação recentes de carácter teórico/académico ou técnico/prático, tais como publicações monográficas, dissertações académicas, ou mesmo planos de ordenamento do território, e todo o tipo de trabalhos cujo tema na globalidade ou em parte forneça dados sobre a evolução da forma das cidades analisadas. Estes estudos adotam geralmente perspetivas monográficas focando-se detalhadamente em elementos urbanos particulares ou períodos específicos, o que lhes permite proceder a uma leitura de grande rigor e de grande profundidade. Neles geralmente encontramos reunidas as informações consideradas mais relevantes para o estudo da evolução da forma urbana, sobretudo obtidas através da pesquisa e recolha das principais fontes, tais como referências textuais ou as referências gráficas.

Para além da pesquisa e recolha de fontes de informação, uma parte significativa destes trabalhos de investigação realiza também uma análise crítica (heurística) das mesmas fornecendo através da perspetiva dos seus autores uma primeira abordagem ao estudo dos temas. Porém, e tal como nas outras fontes (referências textuais e referências gráficas), também os resultados das análises propostas pelos autores dos estudos disciplinares (aqui, no campo já da hermenêutica) devem ser sempre considerados com um sentido crítico, e nunca incorporados sem uma confrontação com as outras fontes de informação sugeridas pela metodologia proposta, quer seja através da comparação dos resultados sugeridos pelos estudos disciplinares com a análise do tecido urbano ou com a comparação de carácter tipo-morfológica, procurando validar ou refutar as leituras apresentadas.

Figura 77 – Escavações no logradouro do antigo Conservatório de Beja.

Figura 78 – Planta das escavações no logradouro do antigo conservatório de Beja.

No contexto dos trabalhos teórico-práticos como fonte para a informação da evolução da forma da cidade, destaca-se naturalmente, o contributo da Arqueologia. Esta disciplina tem um longo historial e um papel de destaque no entendimento da História da Arquitectura e da evolução da forma da cidade ao revelar estruturas escondidas, ou destruídas através da constante evolução urbana e ao permitir a atribuição de cronologias rigorosas e objectivas às estruturas urbanas.

Apesar da natural importância da arqueologia, a dificuldade em realizar intervenções arqueológicas no tecido urbano condicionou até há pouco tempo os seus contributos, algumas vezes limitadas a pequenas intervenções pontuais, que só ocasionalmente tinham a capacidade de revelar dados mais substanciais e significativos. (Assinale-se o trabalho absolutamente pioneiro, até em termos europeus, da escavação de Irisalva Moita no contexto das obras de abertura da estação subterrânea do "Metro" do Rossio em Lisboa (1960), que veio a revelar estruturas como os vestígios do Hospital de Todos-os-Santos e elementos do período islâmico e romano; inaugurou, a bem dizer a chamada "Arqueologia Urbana" entre nós – talvez uma excepção que confirmou a regra…– mas que ainda hoje suscita uma plêiade de investigações complementares…)

No entanto nos últimos quarenta anos assistimos a uma mudança quase revolucionária de paradigma no âmbito desta disciplina causada pela mudança legislativa que obriga legalmente os promotores imobiliários a realizar escavações arqueológicas de diagnostico em áreas sensíveis, ou seja, a quase totalidade dos tecidos urbanos históricos consolidado (primeiramente na Lei 13/85, actualmente com maior exigência ainda consagrada na Lei-quadro 107/01, a vigente Lei-quadro do Património Cultural). Esta mudança legal aliada ao recente forte dinamismo do mercado imobiliário levou à realização de inúmeras intervenções arqueológicas em contexto urbano. Estas intervenções mantêm um carácter de pequena escala, mas quando integradas num âmbito mais alargado, através do cruzamento com outras intervenções, propiciam um quadro mais detalhado da evolução urbana. Tal como Manuel Maia refere: "Os elementos arqueológicos […] apenas têm significado, se integrados, através de uma visão diacrónica e espacial, em conjuntos, capazes de conduzir à interpretação"[88].

[88] Maia, M. (1987). *Romanização do Território hoje Português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo da assimilação e interacção sócio-cultural 218-14 d.C.* Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras.

Figura 79 – "Disassembly" por Todd Mclellan.

Se tradicionalmente na análise da evolução da cidade se privilegiaram fontes indirectas através das referências textuais ou referências gráficas, estas não clarificam na totalidade a complexidade cronológica e espacial das formas urbanas. No entanto, o próprio objecto de estudo, a cidade, deve ser naturalmente entendido como uma fonte essencial e directa para o seu conhecimento. Como já foi referido, as cidades históricas consolidadas apresentam formas extremamente complexas, resultantes do seu processo mutacional de crescimento, metamorfose ou involução. A principal dificuldade da análise morfológica do objecto urbano reside, portanto, na sua complexidade formal. Esta complexidade resulta de uma multiplicidade de factores, agentes e elementos que concorrem e se sobrepõem na criação da realidade construída, entendida aqui como **Tecido Urbano**. Importa assim, para analisar a forma urbana a utilização de métodos de sintetização e condensação da informação. Como refere Maurice Cerasi: "*Para descrever ou analisar a forma física de uma cidade ou mesmo de um edifício, pressupõe-se já a existência de um instrumento de leitura que hierarquize a importância dos diversos elementos da forma. Assim, os fios de electricidade de uma rua não têm a mesma importância na descrição do espaço físico dessa rua como a altura dos edifícios, etc. A leitura, mesmo querendo-se objectiva, passa já por uma operação da cultura que seleciona os elementos, os hierarquiza e lhes atribui valores.*"[89].

Neste sentido é fundamental entender o conceito de Tecido Urbano enquanto somatório das diferentes partes que constituem o objecto urbano. Segundo Philippe Panerai o termo "tecido" funciona como uma metáfora que remete quer para a Biologia quer para os têxteis[90], cuja essência implica ter sempre presente a noção de estrutura e ordem, um esqueleto ou uma malha, ou seja, algo que suporta e organiza vários sistemas elementares diferentes que pertencem ao mesmo conjunto. Tal como na biologia, o corpo humano pode ser entendido como um sistema complexo constituído por vários sistemas elementares (sistema circulatório, sistema linfático, etc.) sendo um "sistema elementar" um sistema primário pertencente a uma única ordem, ou seja, composto por uma única classe de objectos. Transpondo esta visão para o tecido urbano os sistemas elementares são constituídos por conjuntos de elementos urbanos que pertencem todos a uma mesma classificação, sendo que é na compreensão destas partes individualizadas que reside a chave para o entendimento do todo que é a forma urbana.

[M] Cerasi, M. (1973). *Lettura del Ambiente*. Clup. p. 37.
[90] Panerai, P., Depaule, J.-C., & Demorgon, M. (2002). *Analyse urbaine*. Editions Parenthèses.

Figura 80 – Caracterização do tecido urbano da cidade do Cairo segundo Philippe Panerai

A visão de que é possível compreender o Tecido Urbano a partir da sua desmontagem e síntese em distintas partes elementares tem a sua génese nos estudos realizados pelos arquitectos italianos em meados do século XX como Ernesto Nathan Rogers (1909-1969) que entende o elemento como "*una parte che contiene il tutto cui è parte*"[91] ou Carlo Aymonino quando afirma "*a relação encontra-se portanto por parcelas e de modos distintos consoantes as parcelas; (…) a forma geral, se contém um sentido, não se encontra já no seu contexto, antes em parcelas, e nestas, algumas não têm forma*"[92]. Paola Viganò recupera este conceito actualizando-o e definindo-o como "elementarismo", no sentido de "uma operação de desconstrução" e "um estilo de análise" utilizado para ler um território de difícil compreensão[93]. O entendimento do Tecido Urbano a partir dos seus elementos irá assim constituir-se como uma das fundamentais ferramentas dos estudos de Morfologia Urbana, influenciando inúmeras investigações sobre a forma da cidade a partir de meados do século XX.

A compreensão do Tecido Urbano pode assim ser realizada a partir da sua **decomposição** em vários sistemas elementares, pressupondo que o conhecimento de conjunto seja adquirido através da síntese das suas partes constituintes. Estes sistemas materializam um processo conceptual de desmontagem em partes de um conjunto que só em teoria existe individualmente. Philippe Panerai considera que, de entre as várias definições possíveis, a que permite um melhor entendimento do **Tecido Urbano** considera-o como fundamentalmente constituído a partir da sobreposição de três sistemas compostos a partir de três ordens de elementos urbanos: As **Vias**, as **Parcelas** e os **Edifícios**. Por Vias devemos entender o sistema de espaço públicos ou **Traçado**, ou seja, a parcela de espaço público que define as ruas e/ou o contorno do espaço privado que define os quarteirões. O **Parcelário** constitui o conjunto das diversas propriedades privadas que dividem o espaço interior de cada quarteirão. Finalmente o conjunto dos Edifícios constituem o espaço **Edificado**, ocupando e dividindo o espaço no interior de cada parcela, entre a área construída dos edifícios e a área livre dos logradouros. Esta definição, evidência as características que permitem às diferentes partes da cidade evoluir mantendo a coesão do conjunto e a clareza da estrutura. A este conjunto acrescentamos ainda a **Topografia** enquanto sistema essencial de suporte da forma urbana, cuja compreensão contribui para explicar a sinuosidade de ruas e tecidos enquanto reflexo directo das condicionantes impostas pela fisionomia do terreno.

---

[91] Rogers, N. (1981). *Gli elementi del fenómeno architettonico*. Guida.
[92] Aymonino, C. (1997). El estudio de los fenómenos urbanos. In A. d. Pozo (Ed.), *Análisis urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*. Universidad de Sevilla. (1977) p. 64.
[93] Viganò, P. (1999). *La città elementare*. Skira.

Figura 81 – Lisboa: Topografia, Traçado Urbano, Parcelas e Edifícios singulares.

Dada a aparentemente "incompreensível" complexidade da forma urbana, a **Decomposição Sistémica** – uma decomposição em quatro sistemas elementares (**Traçado, Parcelário, Edificado e Topografia**) – permite-nos metodologicamente condensar esta complexidade nos seus aspectos fundamentais tornando-os mais simples, perceptíveis e evidentes. São assim mais claramente apresentadas estruturas, processos, que de outro modo diluídos sobre a complexidade do tecido urbano dificilmente seriam cognoscíveis.

Por outro lado, através da recomposição parcial destes sistemas (por exemplo a topografia e os edifícios singulares; ou traçado e os edifícios singulares) teremos ainda a possibilidade de realçar relações entre os vários sistemas individualizados, relações estas que não sendo evidentes, são obviamente intrínsecas uma vez que todos estes sistemas fazem parte do mesmo todo, coexistindo de um modo indissociável. Apesar da necessidade metodológica do processo de decomposição os sistemas não devem ser lidos isoladamente, mas antes através do confronto de uns e outros. Estes níveis conceptuais (traçado, parcelário, edificado, topografia) representam uma simplificação da forma urbana, sendo idealmente aplicáveis nas estruturas tradicionais da cidade histórica ou consolidada dado que com o advento do Movimento Moderno e a sua ruptura com os sistemas tradicionais de produção de tecido urbano, vão surgir elementos e estruturas formais, cuja descrição através deste sistema apresenta algumas limitações e mesmo desafios. Esta dificuldade resulta sobretudo da "desmontagem" do elemento "quarteirão" enquanto unidade de agregação dos edifícios, e da diluição do limite entre o espaço público e privado. Torna-se assim difícil identificar claramente ruas diluídas em espaços verdes, públicos e privados, assim como quarteirões que passam a coincidir em muitos casos com edifícios singulares e estruturas de propriedade cujos limites não se sobrepõem aos dos edifícios.

Para além da decomposição sistémica podemos ainda referir um outro processo complementar, o de Decomposição Elementar, ou seja, a decomposição do tecido urbano através do reconhecimento dos seus elementos típicos (a rua, a praça, o quarteirão, o edifício, etc.), isolando e extraindo-os do seu contexto envolvente. Assim, e tal como na decomposição sistémica, através da decomposição elementar podemos isolar determinados elementos da complexidade das formas envolventes, tornando as suas regras de composição mais evidentes e, por conseguinte, mais fáceis de identificar e analisar.

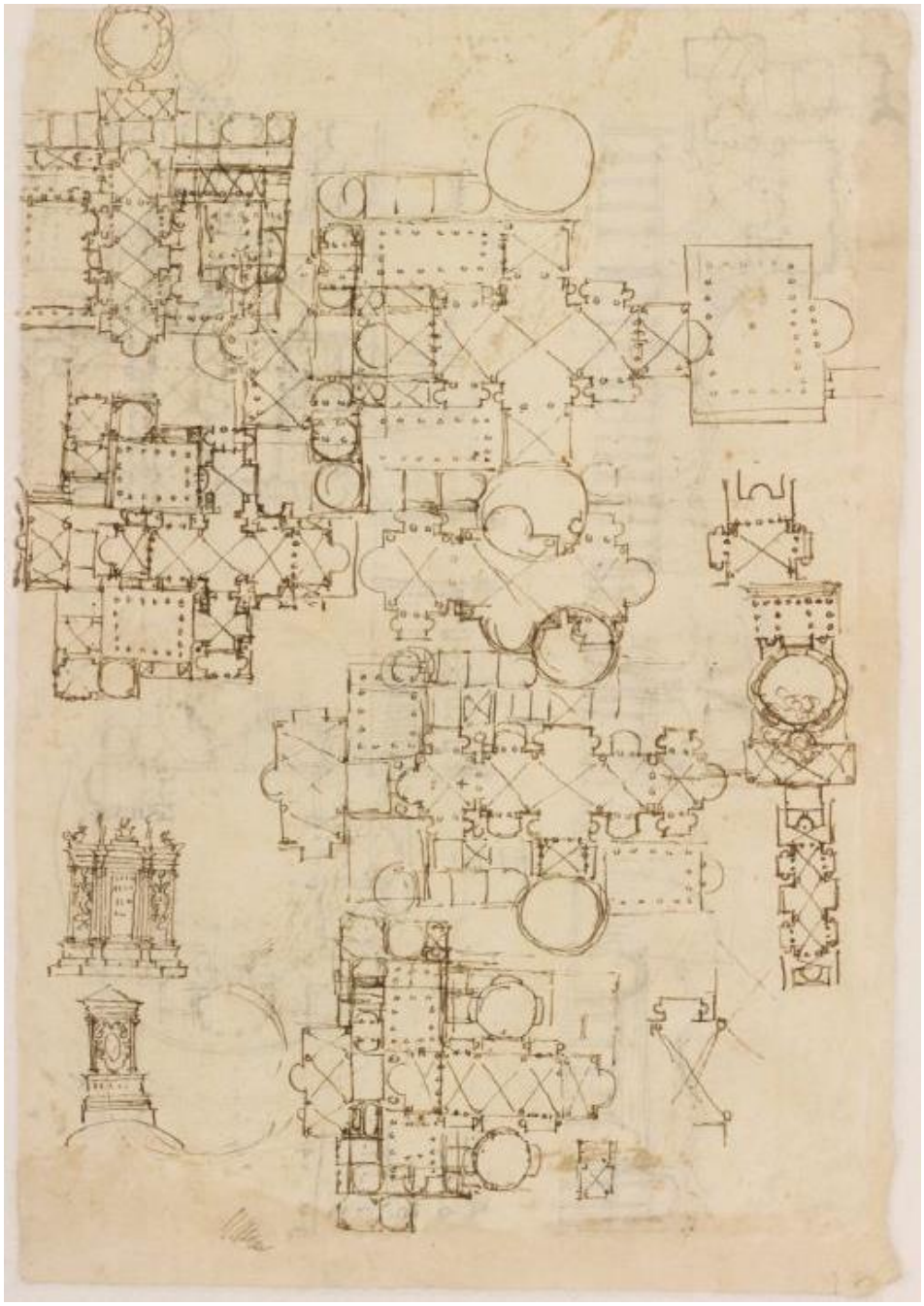


Figura 82 – Esboços de reconstrução dos banhos de Agripa por Andrea Palladio em 1560.

O desenho como metodologia de análise

Neste contexto importa sublinhar o papel fundamental que o desenho tem enquanto instrumento de pesquisa e análise das formas. O desenho é naturalmente uma componente intrínseca ao projecto e à representação em Arquitectura. No entanto, o seu potencial para a aquisição de conhecimento através da análise da realidade construída é frequentemente descurado. Como refere Attilio Petruccioli:

"(…) drawings" (…) enhance our perspective and understanding of the object studied through the rendering process itself. In this way drawings may contribute to greater analytical clarity and objectivity. (…). Drawings in the book [referindo-se os desenhos contidos na publicação de que foi autor] represent a parallel route to the reading. They organize the points made in the analysis. The importance of the measured architectural survey for penetrating the mysteries of the buildings and the secrets of the urban fabric should not be underestimated." [94]

O desenho como ferramenta de análise dos objectos arquitectónicos ou urbanos é intrínseco ao acto de projectar, e provavelmente desde a antiguidade os arquitectos terão recorrido ao desenho como instrumento fundamental para compreender o seu espaço envolvente e as obras nele existentes. No entanto nesta intemporal tradição de desenho surge talvez no renascimento um momento charneira que marca um antes e um depois, com o recurso sistemático e consequente do desenho como instrumento para o conhecimento das cidades antigas. É no renascimento e na ânsia dos arquitectos renascentistas de compreender o arruinado e delapidado mundo clássico que surgem pela primeira vez inúmeras reconstruções desenhadas de monumentos e espaços antigos. Estas são tão frequentes quantos os arquitectos do momento, e o acto de desenhar, ou seja, reconstruir, ou seja, analisar o mundo antigo passa então a fazer parte integrante da formação do Arquitecto, algo que vai continuar com altos e baixos até ao presente. De entre estas peças destacam-se as reconstruções de vários edifícios esboçadas por Andrea Palladio (1508-1580) de vários edifícios, particularmente expressivas do acto de construir e testar diversas hipóteses através do desenho, ou ainda a assumidamente fantasiosa reconstrução da cidade de Roma elaborada por Giovanni Battista Piranesi (1720- 1778)

[94] Petruccioli, A. (2007). *After Amnesia. Learning from the islamic mediterranean urban fabric*. Dipartimento di Ingegneria Civile e Architettura, Politecnico di Bari. p. 11.

Figura 83 – Aproximação a Salemi na Sicilia, segundo Álvaro Siza.

.

Esta tradição de desenho no século XIX assume um papel cada vez mais preponderante nos estudos de urbanismo como parte integrante do respectivo argumento ou demonstração científica. O trabalho precursor deste tipo de análise pode ser encontrado na obra de Camillo Site[95] que procura retratar a variedade dos espaços públicos europeus através da ilustração esquemática das principais praças como uma relação formal entre cheios e vazios. O processo de análise do ambiente urbano através do desenho elaborado por Camillo Sitte fora tão revolucionário que autores posteriores como Françoise Choay consideram este autor o criador da disciplina da Morfologia Urbana[96]. A disciplina da Morfologia Urbana desde a sua conceptualização e prática, vê no desenho uma peça fundamental da construção do argumento demonstrativo e comprovativo, não só pelo seu valor ilustrativo ou representativo de uma ideia, mas sobretudo pela sua clareza e potencial de exercício pensante, aderente ao próprio acto de desenhar. A importância dada ao desenho vai acompanhar o desenvolvimento da disciplina alicerçando o trabalho de inúmeros autores, destacando-se na escola italiana as obras de Saverio Muratori e Gianfranco Caniggia, na escola francesa as obras de Robert Auzelle e Phillippe Panerai, e em Barcelona as indagações de Manuel Solà Morales e Joan Busquets.

Para a investigação, o acto de desenhar as formas arquitectonicas e urbanas representa em si mesmo um processo analítico de reflexão crítica sobre a natureza do objecto. O desenho pressupõe um acto de leitura, análise, hierarquização e representação da informação presente na complexidade das formas. Esta análise é materializada em esquemas interpretativos, ou seja, **representações abstractas normativas** (plantas, secções, perspectivas) que simplificam e reduzem a complexidade das formas e a sua evolução no tempo a "instantâneos" visuais, ancorando conceptualmente os elementos e os momentos mais importantes na evolução das formas. O acto de desenhar pressupõe, através da reflexão crítica, uma hierarquização da informação, omitindo elementos ou momentos considerados acessórios, para destacar os aspectos fundamentais na configuração das formas construídas. **O acto de desenhar o tecido urbano através do traçado é em si mesmo, mais do que a mera representação, a materialização de uma reflexão sobre os objectos em estudo. Um desenho ou representação apresenta tudo o que queremos ver e não necessariamente tudo o que pode ser visto.** Como afirma Sérgio Fernandes:

[95] Sitte, C. (1889). *Der Städtebau Nach Seinen Künstlerischen Grundsätzen*.
[96] Choay, F. (1982). *A Alegoria do Património, Lisboa:* . Edições 70. p. 161.

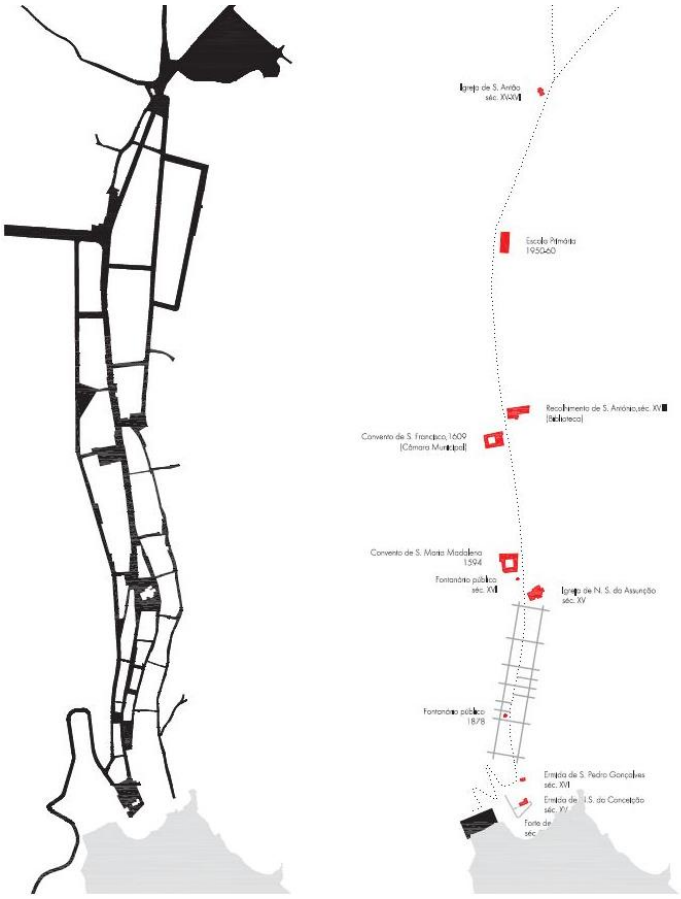


Figura 84 – Vila do Porto, Ilha de Santa Maria. Traçado Urbano e Sistema linear de espaços públicos, segundo Sérgio Fernandes.

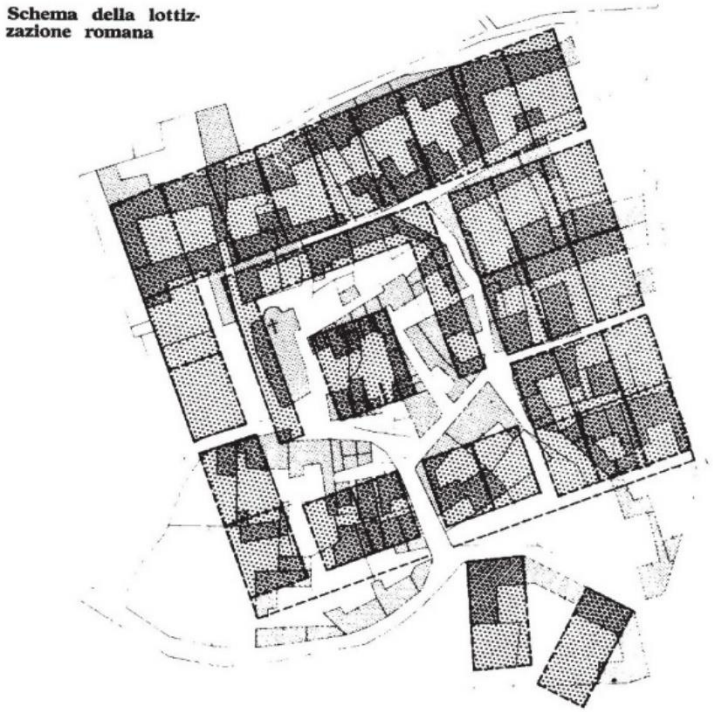


Figura 85 – Comparação do loteamento romano com o traçado urbano no séc. XX da cidade de Como., segundo Caniggia.

"*O desenho permite extrair os aspectos complexos da realidade construída através da simplificação ou da manipulação comparativa dos elementos* (…). *Sobretudo, permite-nos aceder ao nível de conhecimento que a cidade construída encerra enquanto repositório e arquivo essencial de informação sobre si própria*" [97].

As formas são destiladas, reduzidas e simplificadas e **são assim entendidas como a principal fonte primária de informação sobre a evolução da forma urbana**. Incrementadas, e combinadas com outras fontes secundárias, permitem recuperar os diferentes momentos no processo de evolução da forma da cidade. Reiteramos: a investigação e o estudo das formas urbanas é sobretudo considerado a partir do seu plano, enquanto elemento essencial de condensação da complexidade dos seus volumes e formas.

"*Le plan est le générateur.*" … "*Toute la structure s'élève de la base et se dèveloppe suivant une règle qui est écrite sur le sol dans le plan: forms belles, variété de forms, unité du principle géométrique. Transmission profonde d'harmonie: c'est l'architecture. Le plan est à la base. Sans plan, il n'y a ni grandeur d'intention et d'expression, ni rythme, ni volume, ni coherence. Sans plan il y a cette sensation insupportable à l´homme, d'informe, d'indigence, de désordre, d'arbitraire.*"[98]

Vale a pena recordar que o desenho gera, por sim mesmo contexto, e se o faz, assume também enquanto desenho, nas suas diversas iterações, camadas e sobreposições, uma demonstração da própria historicidade do processo transformacional, mutacional, da cidade. "*É uma história que documentalmente recorre a todos esses desenhos – diz-nos Walter Rossa - (…) Mas não poderá ser o desenho, enquanto abstração sistematizadora da realidade, narrativa histórica em si? Desenho que, ao invés da escrita, representa a realidade de forma necessariamente abrangente e contínua. Um desenho que de forma integrada represente a estrutura das formas do tempo e do espaço e este naquele.*"[99] O mesmo autor pôde assim propor a expressão "*hiperdesenho*" [100] para melhor definir a configuração do que pede, e provavelmente se exige, num trabalho de história "da urbanística".

---

[97] Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. p. 102.
[98] Corbusier, L. (1925). *Vers une architecture. Nouvelle édition revue et augmentée*. Vincent, Fréal & Cie. pp. 35-36
[99] - Rossa, W. (2015a). História(s) do Património Urbanístico. In *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 59-95). Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 91.)
[100] - ibid.

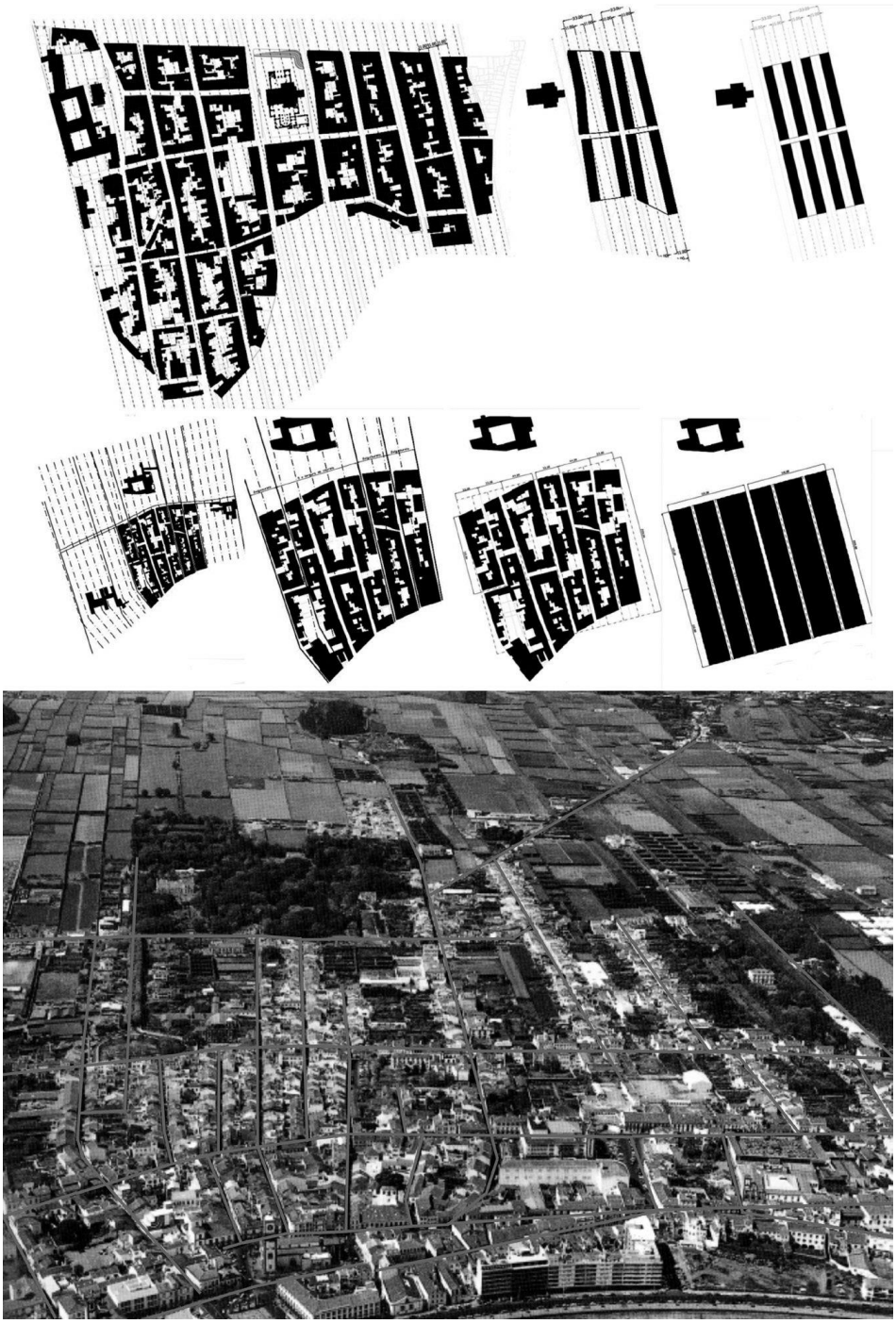


Figura 86 – Reverse design aplicado aos caso de Angra e Ponta Delgada, segundo Antonieta Reis Leite.

É de acolher esta sugestão -e assim o fizemos, partindo de pressupostos distintos. Esta noção de "hiperdesenho" surge, no entanto, marcada pelas potencialidades oferecidas pelos meios informáticos. E, se bem interpretamos, este conceito de "hiperdesenho" consistiria num casamento virtuoso com o que sabemos ser (nos meios informáticos) o chamado "hipertexto": um hiperdesenho adestrado para a produção do conhecimento da cidade (ou das cidades) e da sua história com sucessivas remissões e um elo entre estruturas sobreviventes e estruturas antigas. Torna-se mais claro através da citação que se refere a este passo como um processo sistemático, ou mesmo um sistema, um "*Sistema em que o todo é mais do que a soma das partes. Sistema no qual o tempo dos espaços e a forma do tempo assomam articulados em séries complexas com diversas idades sistemáticas. Sistema que como abstração, no fundo só pode ser narrado de forma plena e integrada através de abstrações, ou seja, desenho, aliás e necesariamente, biperdesenho."*[101]. O desenho ganha carta de alforria como instrumento fundador, uma vez que *"narra os processos de evolução do espaço, da forma e do tempo urbanos* "[102].

Haverá, num outro texto de Walter Rossa, outra definição terminológica que é necessário reter e que nos interessa operativamente. Trata-se de uma variante do processo (poderíamos mesmo dizer, do processamento) das realidades representadas através do desenho, e nisto consistindo também numa modalidade de hiperdesenho. Trata-se do *reverse design*. Não é uma proposta revolucionária, antes sim, o reconhecimento de um método que, quando aplicado como habitualmente se faz, traz consigo informação e mais informação, implicando uma visão crítica quanto aos imperativos do desenho urbano. É, em especial de uma grande utilidade para o estudo do parcelário que "*é apenas um exemplo do que é fundamental para a determinação do que é evolutivo (forma) e do que é invariante (estrutura)*"[103]. e das suas mudanças ao longo do tempo, desde a sua idealização inicial - abstracta em certa medida - até à sua concretização física no terreno, exercida face a constrangimentos topográficos, no caso. Os pioneiros deste tipo de trabalho intenso (e denso) encontram-se em Muratori e, especialmente, em Cannigia, bastando para tal observar os seus sobrepovoados desenhos em planta da cidade de Florença através do tempo (ou do Tempo, com letra grande). Hiperdesenho, concerteza.

---

101 - ibid.p. 95

102 - ibid.

103 - Rossa, W. (2015b). Património urbanísitco. (Re)fazer cidade parcela a parcela. In Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico (pp. 97-131). Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 131.

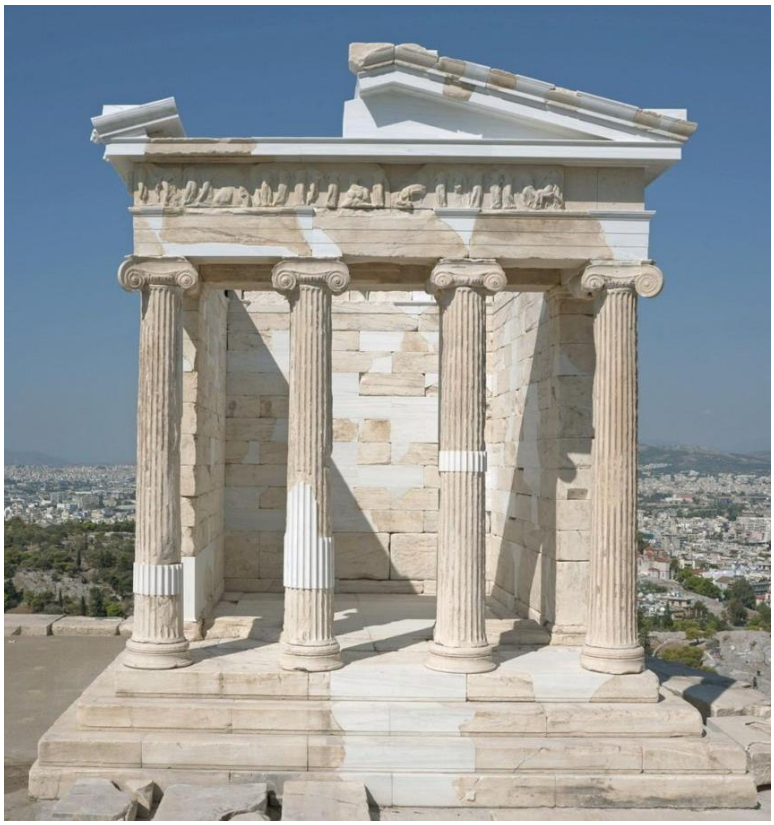


Figura 87 – Fachada reconstruída do templo de Athena Nike.

Estas observações são importantes e decorrem do labor de indagação acima reportado. Embora a nossa intenção seja, em muitos dos casos estudados, estabelecer ou **redescobrir** regras compositivas de carácter geométrico e proporcional e/ou de carácter harmónico, a base, **o elemento – digamos assim- - em que nos movemos e com o qual interagimos em permanente processo dialético é-nos oferecido, exclusivamente através de um utensílio: o desenho.** A representação esquemática e sintética das formas construídas permite ainda destacar estruturas pertencentes a determinados momentos ou fases construtivas. Estas estruturas são, geralmente, apenas fragmentos de um todo maior que através da evolução da forma perdeu a sua coesão e que se procura reconstruir ou restituir.

O processo de desenho permite virtualmente interagir, experimentar e testar até que ponto diferentes hipóteses formais podem articular e teoricamente completar os vários fragmentos dos diversos períodos históricos numa forma coesa e coerente, assim reconstruindo/restituindo momentos de desenvolvimento específicos. Importa ainda referir que o recurso ao desenho como instrumento basilar na metodologia proposta resulta em grande medida da flexibilidade que nos oferece o uso do "desenho assistido por computador" (no acrónimo em inglês: CAD). Se a metodologia dos trabalhos de referência utilizados se encontrava grandemente limitada pelos suportes analógicos que reduziam a capacidade de manipulação e desenho, quer da cartografia de base quer das hipóteses desenhadas, os actuais meios digitais permitem uma inigualável plasticidade do desenho tornando o processo de construção de hipóteses formais reconstruindo a configuração original das formas arquitectónicas e urbanas de um modo exponencialmente mais rico. **Com o recurso aos meios digitais é possível destacar os fragmentos em análise e, de modo quase imediato, manipular virtualmente os objectos, realizar operações geométricas complexas, testar hipóteses formais, alterar e testar novamente, progressivamente aperfeiçoando o resultado até à solução final.** Este processo de intereacção e recomposição conceptual dos fragmentos originais e/ou desaparecidos das formas passadas assemelha-se a uma anastilose, em que um monumento arruinado é recomposto a partir do estudo das peças ou fragmentos sobreviventes recompondo-se com novos materiais as peças em falta. O desenho permite-nos assim a realização de uma **anastilose conceptual das formas urbanas através da recomposição teórica de todos os seus fragmentos.**

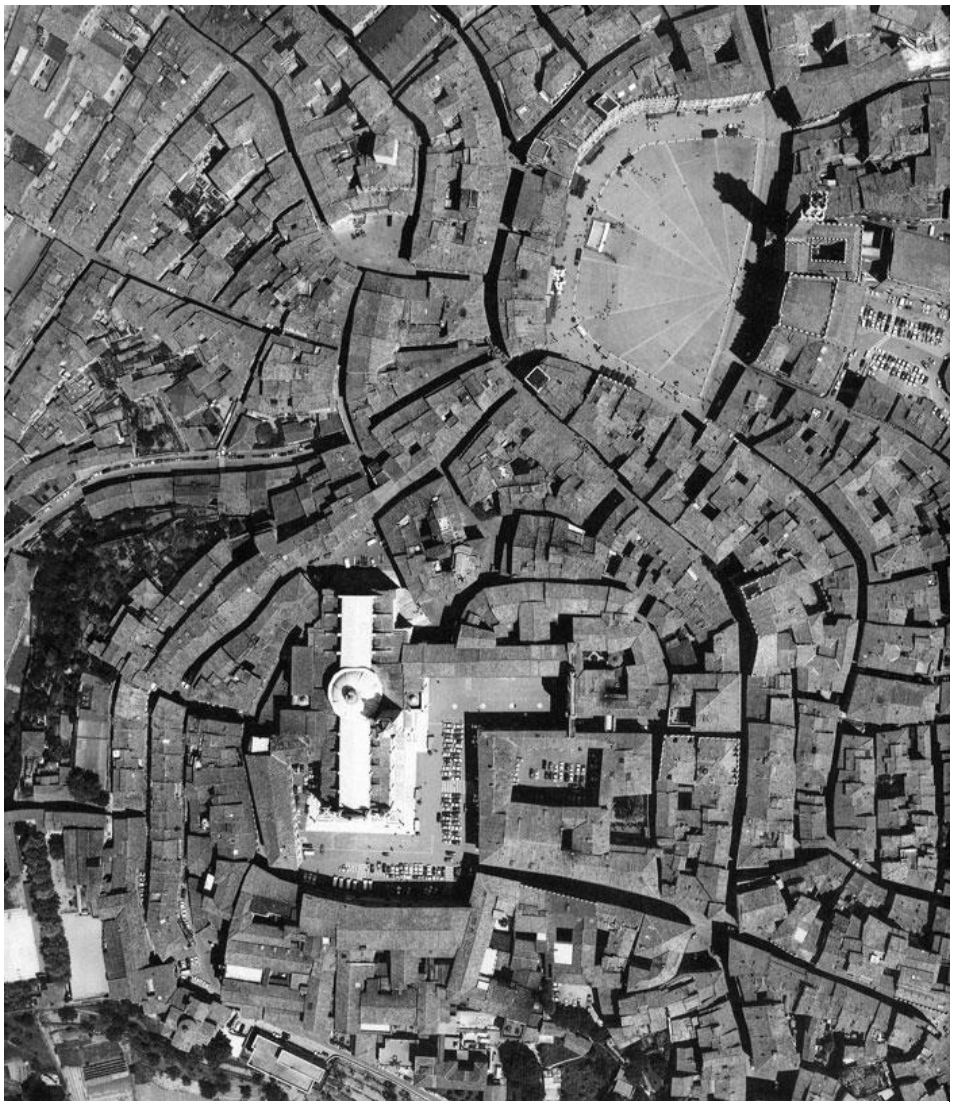


Figura 88 – Fotografia aérea de Siena.

A Topografia

Um dos primeiros sistemas a tratar deverá ser sempre a **topografia dada a sua natureza basilar enquanto suporte físico da cidade, sendo a sinuosidade dos traçados urbanos muitas vezes um reflexo da configuração do território em que foram implantados.** Aldo Rossi entende esta relação entre o local e as construções nele erigidas como o "*Locus*", referindo-se ao termo latino "*genius loci*" utilizado para descrever as divindades locais romanas que presidiam aos acontecimentos de determinado espaço físico. Rossi utiliza precisamente o *Forum Magnum* em Roma como exemplo para descrever a capacidade do sítio e da história para influenciar o posicionamento de uma estrutura monumental: "*Il Foro Romano, centro dell'Impero, riferimento nella costruzione e nella trasformazione di moltissime città del mondo classico e fondamento dell'architettura del classicismo, ha forme e situazione anómala rispetto alla scienza della città quale era praticata dai romani. Le sue origini sono geografiche e storiche …*"[104]

Em contraste com a Arquitectura Clássica, composta sobretudo a partir de geometrias puras quase dogmáticas, o Forum Magnum apresenta uma forma irregular, ajustada ao seu ambiente físico e influenciada pela sua história. **Esta noção de ajustamento de uma estrutura urbana ao seu suporte físico remete-nos, para um acto consciente de recomposição conceptual de um elemento, de desenho ou planeamento (talvez mais do que desenho projectual), de modo a torná-lo concordante com o seu suporte físico segundo uma lógica harmoniosa de conjunto**.

Aliás, a busca de uma relação harmoniosa com o relevo é muitas vezes não um fim em si mas antes o resultado da economia de recursos e de meios técnicos que permitam vencer acidentes topográficos, condicionando o desenho da forma urbana de modo a que este se submeta ou que se ajuste e se acomode às predeterminações do relevo. Por outro lado, as ruas enquanto canais de circulação de pessoas e bens tendem também elas a ajustar-se naturalmente a percursos de declives suaves que permitam vencer diferentes cotas de um modo fácil e rápido procurando os percursos mais eficientes segundo o que se convencionou chamar "lei da comodidade"

[104] Rossi, A. (1995). *L'architettura della Cittá*. Cittá Studi Edizioni. (1963) p. 160.

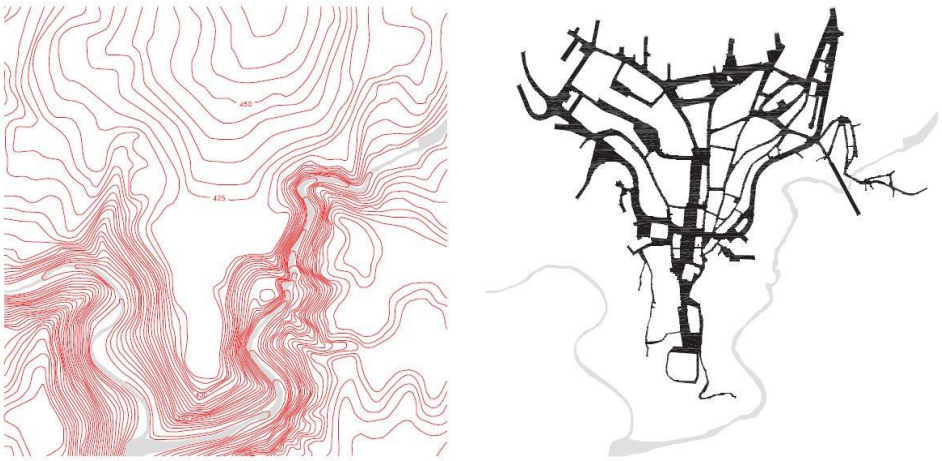


Figura 89 – Topografia e Traçado de Vila Real, segundo Sérgio Fernandes.

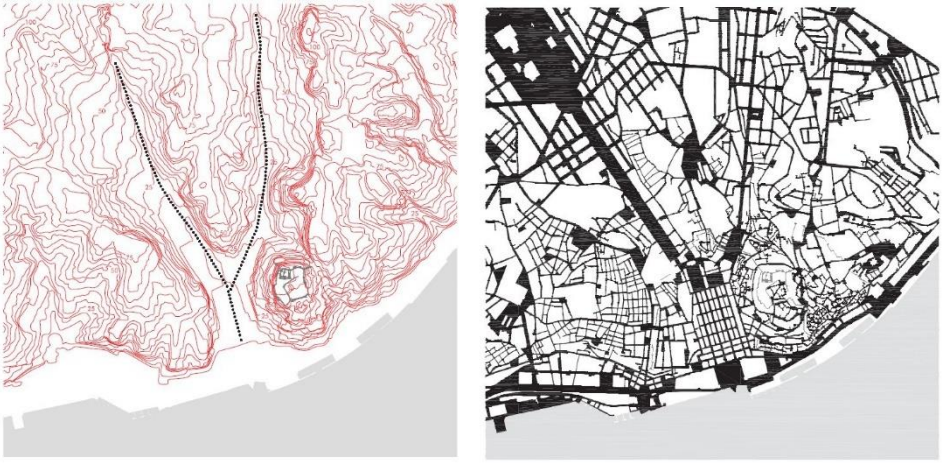


Figura 90 – Topografia e Traçado de Lisboa, segundo Sérgio Fernandes.

Percebemos assim uma tendência para a forma do tecido urbano – e particularmente do traçado –, em mimetizar o relevo sobre o qual se situa, dispondo edifícios monumentais sobre cumes em clara dominância, praças em zonas baixas com maior acessibilidade, ruas e caminhos em linhas de vale ou de cumeeira, núcleos amuralhados em colinas, entre outros. Esta estreita relação entre o tecido urbano e o relevo é, de resto, particularmente evidente no contexto português: "*Se a especificidade da cidade de tradição portuguesa radica, em grande medida, na forma do território, particularmente na eleição dos sítios onde se estabelecem, esta deve-se também à tensão entre uma concepção ideal de espaço urbano, onde reside uma ideia de ordem e de regularidade, e as condicionantes dos sítios, determinadas pelas características dos lugares inóspitos, simultaneamente dominantes e protegidos.*" [105]

Contudo, a relação entre a forma urbana não é apenas unidireccional, dado que também ela possui a capacidade de influenciar e alterar o seu suporte, deixando cicatrizes que podem ser facilmente identificadas no relevo. As formas urbanas, muitas vezes concebidas segundo modelos ideais podem, ou sofrer um processo ajustamento, adaptando-se ao seu suporte físico, ou pelo contrário, motivar um processo de imposição, alterando o relevo em função do seu desenho. **Temos assim uma tensão recíproca entre a forma urbana e o seu sítio, em que ambos se influenciam e alteram mutuamente.**

Se o *Forum Magnum* nas suas linhas irregulares é um claro exemplo da conformação a antecedentes de natureza sobretudo geográfica e histórica, os Forums Imperiais por outro lado reflectem melhor a natureza recíproca da relação entre as estruturas urbanas e o local em que se implantam. A construção destes forums obedece também ela num momento inicial a condicionantes históricas ao justapor-se ao *Forum Magnum*, seu antecessor, assim como a condicionantes topográficas orientando-se segundo o vale que separa as colinas do Palatino e do Viminal. Porém com a construção do último dos Forums Imperiais, o Forum de Trajano, ao esgotar-se o espaço plano disponível optou-se por desmontar parte das colinas do Capitolino e do Quirinal substituindo-as por uma ampla praça. O Forum de Trajano para além de respeitar algumas condicionantes históricas e topográficas estabelecidas pelos seus antecessores exerce também a sua marca na topografia da cidade, criando uma cicatriz que ainda hoje perdura.

[105] Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. p. 213.

Figura 91 – Traçado de Wiesbaden, segundo Colin Rowe.

O Traçado

O termo Traçado remete-nos para o conceito operacional de "desenho", para o acto de traçar ou de projectar uma rua, uma estrutura urbana. No entanto apesar de o termo ser utilizado com frequência nos estudos de morfologia urbana, o conceito associado ao mesmo não se encontra consolidado variando a sua interpretação de autor para autor. Philippe Panerai entende que "*le tracé des voies correspond au plan de la ville ou du quartier. L'ensamble voirie constitue l'espace public auquel s'opposent globalement les terrains, généralement privés, offerts à l'édification.*"[106], ou seja, o **Traçado** será fundamentalmente a separação conceptual do tecido urbano em espaço público e espaço privado. Carlos Dias Coelho propõem que este conceito seja entendido "como uma parte da componente física da cidade, pública e bidimensional obtida se ao tecido retirarmos uma das suas três dimensões e considerarmos todo o espaço que é por natureza público" [107].

O traçado pode assim ser entendido fundamentalmente como a representação da separação entre o espaço público e o espaço privado. Esta representação dada a sua natureza binária é necessariamente redutora, e sintetiza de um modo extremamente simples a realidade da forma urbana. Esta tem sempre uma natureza mais complexa, com inúmeras situações híbridas ou de natureza dúbia, os chamados espaços semi-publicos ou semi-privados (entre as quais se destacam pela sua frequência os acessos a várias parcelas nos interiores dos quarteirões). Porém uma vez que a cidade é fundamentalmente um espaço de articulação entre os interesses privados singulares e os interesses colectivos comuns, a construção abstracta e conceptual desta divisão público/privado apela ao que de mais fundamental e essencial existe no objecto urbano. O acto de representação do Traçado urbano apesar da sua simplicidade possui um enorme potencial no que respeita à descrição descrever das principais características do objecto urbano, prefigurando-se como uma ferramenta essencial. Tal como o Sérgio Fernandes refere: "*A leitura do traçado urbano permite compreender o processo dinâmico de produção, isto é, a configuração reconhecível e comensurável da cidade como repositório de operações de construção elencadas no tempo que, no momento em que são extraídas, constituem sempre um resultado provisório de um objecto que está em permanente evolução*"[108].

---

[106] Panerai, P., Depaule, J.-C., & Demorgon, M. (2002). *Analyse urbaine*. Editions Parenthèses. , ibid. p. 78.
[107] Dias Coelho, C. (2002). *A Complexidade dos Traçados*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 78.
[108] Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. p. 83.

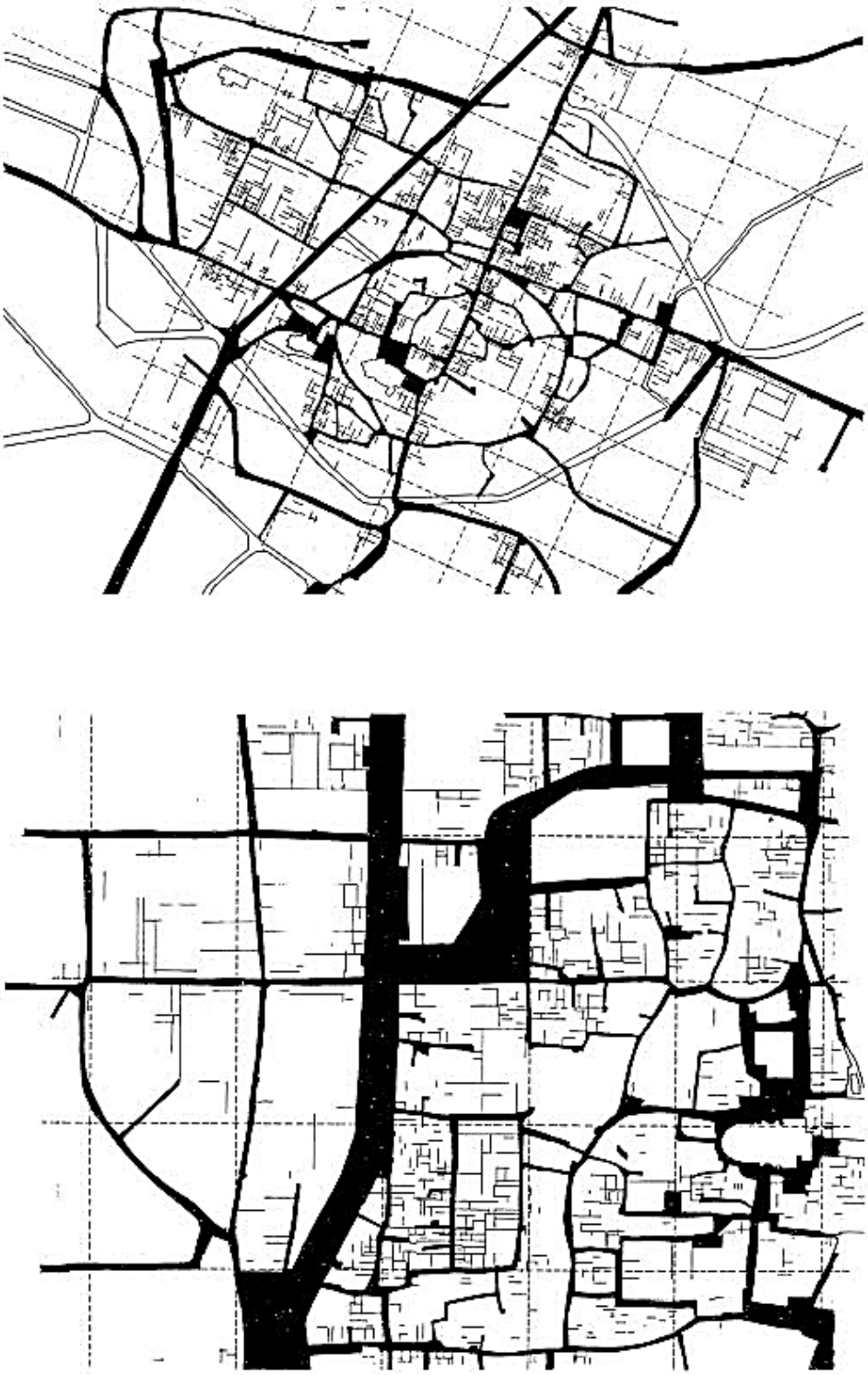


Figura 92 – Reconstrução hipotética da malha romano de várias cidades francesas, segundo Robert Bedon, Raymond Chevallier e Pierre Pinon.

.

O Traçado Urbano é entendido como espaço público, constituído por diferentes elementos tais como praças, largos, vias, ruas, "travessas" (em português comum), avenidas, vielas, becos. Estes formam uma estrutura em rede contínua e hierarquizada composta por elementos principais que dão acesso a elementos secundários que por sua vez dão acesso a elementos terciários e assim sucessivamente. A leitura e interpretação do modo como os diferentes elementos desta estrutura se organizam e articulam assim como a leitura e interpretação das suas diferentes hierarquias permite-nos entender o crescimento da cidade. Um exemplo paradigmático desta situação pode ser encontrado na leitura da composição das cidades portuguesas através das Ruas Direitas[109].

Para além das vias principais o estudo das vias hierarquicamente inferiores tem também uma grande importância. Estas tendem a estruturar-se em grandes conjuntos relativamente homogéneos estruturados segundo lógicas próprias. A leitura e identificação destes conjuntos homogéneos pode, por exemplo, identificar em significativas expansões urbanas ancoradas em datas precisas, tal sejam o Bairro Alto, a Madragoa ou o Bairro novecentista de Alvalade; ou reflectem os limites de grandes propriedades que foram loteadas, como no caso de Évora, em que a identificação destas áreas permite decifrar as antigas cercas conventuais (e o mesmo se passou em Lisboa e Porto, aliás…). A dimensão destas vias bem como o seu desenho dá-nos também informações sobre o período em que foram construídas, permitindo-nos a partir da sua leitura fases de crescimento da cidade.

O Traçado, dada a sua natureza enquanto estrutura cadastral ao representar o limite entre os vários espaços públicos e os espaços privados, materializa na sua forma os interesses de inúmeros agentes singulares e colectivos. A sua transformação depende assim ou da conciliação destes diferentes interesses privados e públicos, ou da capacidade de um agente particular de impor os seus interesses ao colectivo. A singularidade de ambas as situações, implica que uma vez estabelecido e consolidado, o traçado urbano apresenta uma grande inércia ou resistência, dificilmente se alterando a sua forma de um modo substancial, súbito ou articulado. Ao invés a sua transformação tende a ser um processo lento e gradual, o resultado do somatório de várias pequenas alterações operadas individualmente por cada parcela edificada.

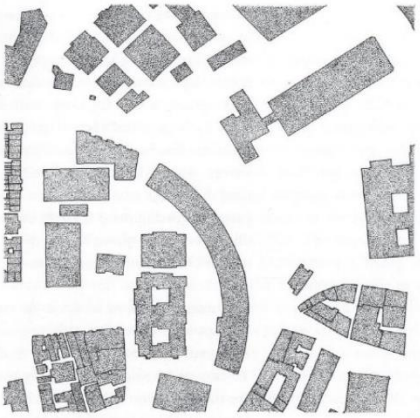
[109] Amado, A. E. M. (2012). *A "rua direita" nas cidades portugueseas. Leitura tipo-morfológica do elemento urbano*. Tese de Mestrado em Desenho Urbano e Projecto de Espaço Público apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

1895

1955

Approximate scale: 1" = 400' or 1:4,800

1980



Approximate scale: 1" = 400' or 1:4,800

Figura 93 – 100 anos da evolução da cidade de Boston segundo Alan Jacobs. Amostras comparativas do traçado urbano.

Esta discrepância formal entre a evolução global do "todo" e as pequenas transformações de que foram objeto algumas "partes", torna possível o exercício conceptual de "correcção" das transformações pontuais de modo a recuperar e restituir um contexto preciso, representativo de uma fase anterior do traçado urbano. Estes exercícios são particularmente úteis na leitura de traçados que têm a sua génese numa malha ortogonal, como é o caso das cidades de fundação romana ou a maioria das cidades de colonização do território. Exemplos deste tipo de estudos podem ser encontrados no trabalho de Pierre Pinon sobre as cidades romanas da Gália[110], ou de Luísa Trindade sobre os tecidos urbanos de matriz ortogonal das cidades medievais portuguesas [111].

O modo lento com que a forma do traçado evolui implica que o mesmo tem uma propensão para ancorar na sua forma elementos particulares tais como ruas, praças ou mesmo os vestígios de edifícios ou estruturas monumentais. Estes elementos, pela sua dimensão ou peso simbólico forçam o espaço público a adaptar-se à sua forma; e mesmo desaparecendo por completo, permanece no espaço público envolvente a marca da sua presença. Desde fenómeno são exemplos paradigmáticos as muralhas, que produzem um conjunto típico de deformações tais como ruas de ronda rodeando o perímetro muralhado, ou ruas convergentes e rossios marcando os espaços das portas ou frente a estas. Estes elementos, mesmo após o desaparecimento das muralhas permanecem no traçado urbano, permitindo através da sua leitura reconstruir aproximadamente um perímetro muralhado. O estudo da forma do traçado tem assim o potencial de nos permitir identificar um conjunto de indícios fundamentais para o entendimento da evolução da forma urbana. Como refere Solà-Morales:

"O traçado é a síntese irrefutável da forma "construível e construída" da cidade. Interessa-nos como instrumento de projecto, capaz de jogar com o tempo futuro das distintas construções, sem mover a sua forma, fixada de uma vez por todas. Interessa-nos igualmente para intervir na cidade já feita, como referência entre o estável e o móvel, entre o infra-estrutural e o volumétrico, entre o tempo e o espaço."[112]

[110] Pinon, P., Bedon, R., & Chevallier, R. (1988). *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine, tome 2. L'urbanisme*. Ed. Errance.
[111] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
[112] Solà-Morales, M. d. (2010). Espacio, Tiempo y Ciudad. ¿Bailamos? In C. C. Armengol (Ed.), *Cerdà / Ensanche*. Edicions UPC. (1986) p.54

Figura 94 – O tecido urbano e o parcelário de Alfama, Lisboa.

O Parcelário

A leitura do espaço público através do traçado torna evidente um conjunto de espaços vazios correspondentes ao universo privado, ao espaço ocupado pelos vários quarteirões. O interior destes espaços privados é em regra dividido e ocupado na sua totalidade por várias parcelas ou lotes, cada uma pertencente a diferentes proprietários. **A representação da divisão entre as várias parcelas define a estrutura da propriedade privada, ou seja, o sistema elementar do Parcelário ou Cadastro**. O Parcelário reflecte um desenho que ocasionalmente é meramente abstrato, não possuindo uma expressão física concreta ou evidente, dependo assim, frequentemente, ou de uma consulta dos arquivos notariais ou de uma interpretação do tecido urbano, através da identificação das linhas que separam os diferentes edifícios, assim como, dos muros e taludes que dividem os espaços de logradouro.

O Parcelário, tal como o Traçado também representa nas suas linhas os vários interesses em confronto. Esta característica faz com que o Parcelário apresente uma particular resistência à transformação sobretudo ao considerarmos que cada individuo tende a opor-se à alteração da sua propriedade, enquanto, a apropriação do espaço público por privados é apenas condicionada pela existência de um poder público sólido[113]. A resistência faz com que as parcelas tendam a manter a sua forma, o que não significa que através de pequenas alterações ao longo de grandes períodos de tempo esta seja, afinal, substancialmente alterada. As alterações são, porém, geralmente realizadas a partir da união com outras parcelas contiguas, ou a partir do fraccionamento das parcelas existentes. O fraccionamento assume uma especial importância dado ocorrer com frequência na transformação de grandes parcelas rurais em parcelas urbanas ao longo do crescimento da cidade (algo a que modernamente a jurisdição urbana portuguesa define como "*destaque*"). A transformação das parcelas é, contudo, produzida de tal modo que permite a reconstrução do esquema inicial de loteamento e do seu processo de evolução. Por outro lado, a forma e organização global, do Parcelário tende também a reflectir a cultura urbana, ou seja, o momento em que foi inicialmente estabelecido e estruturado. Cada período estabelece através da estrutura do parcelário um reflexo da respectiva cultura urbana, sendo esta, dada a sua resistência, sucessivamente reinterpretada e reutilizada pelas ocupações seguintes. A leitura do parcelário permite assim identificar o seu período de implantação inicial.

[113] Caniggia, G. (1997). Lectura de las preexistencias antiguas en los tejidos urbanos medievales. In A. d. Pozo (Ed.), *Análisis urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*. Universidad de Sevilla. (1974) p. 35.

Figura 95 – "Million Dollar Corner" um "Holdout" na Macy's Herald Square em Nova Iorque.

Figura 96 – Um dos "Holdouts" que flanqueiam o Rockefeller Center, em Nova Iorque.

Um exemplo claro das diferenças formais entre parcelas estabelecidas em diferentes épocas pode ser encontrado na cidade de Évora. Ali o parcelário do núcleo mais antigo, composto de parcelas sensivelmente quadrangulares com larguras e profundidades relativamente próximas, contrasta fortemente com o parcelário exterior à Cerca Velha de lotes de estreitos e profundos. Este contraste deve-se certamente ao facto de o parcelário no interior da Cerca Velha ter por origem a tradição mediterrânea da casa-pátio patente na cultura Romana e Islâmica, enquanto, por outro lado, o parcelário no exterior da Cerca tem por origem a tradição do norte peninsular do chamado lote gótico, estabelecido no período pós-reconquista. É possível encontrar situações semelhantes ainda que menos contrastantes em qualquer cidade portuguesa, permitindo, mesmo que os edifícios originais tenham sido substituídos, estabelecer aproximadamente o momento de implantação do tecido.

O contraste entre a resistência à transformação do Parcelário e a relativa volatilidade e capacidade de rápida transformação dos Edifícios evidencia outro especto fundamental do cadastro: a parcela faz a articulação entre a escala do edifício e a escala da cidade, entre o tempo rápido das construções e o tempo lento do traçado. Esta dualidade entre a resistência das parcelas à mudança e a relativa volatilidade dos edifícios, entre permanência e mudança, assegura a capacidade do tecido urbano se renovar sucessivamente, mantendo a coerência da estrutura urbana. Ou seja, mesmo alterando cada edifício, a forma como este é condicionando pelas dimensões e pela forma da sua parcela garante a manutenção da coesão geral do conjunto. A extraordinária resistência do parcelário é, sublinhamos, particularmente evidente nos momentos de profunda e súbita transformação urbana, em que agentes públicos ou privados procuram impor novas ordens ao tecido existente. Estes momentos produzem situações extremamente peculiares que ilustram de um modo dramático a capacidade de um indivíduo, de uma propriedade, resistir à mudança imposta pelo seu entorno tais como os "Holdouts" Americanos, típicos na primeira metade do século XX. Estes verdadeiros enclaves parecem ter a sua existência, a prazo, condenada; contudo, é comum encontrar exemplos cuja permanência acaba por assumir uma dinâmica própria eternizando-se no tempo e constituindo autênticas janelas para o passado da cidade. Um claro exemplo destas situações pode ser encontrado nos Nº 1240 e 1258 da Sixth Avenue em Nova Iorque, duas típica Row Houses americanas do início de século que resistiram à construção do conjunto Rockefeller Center ficando preservadas no meio dos colossais arranha-céus do Midtown.

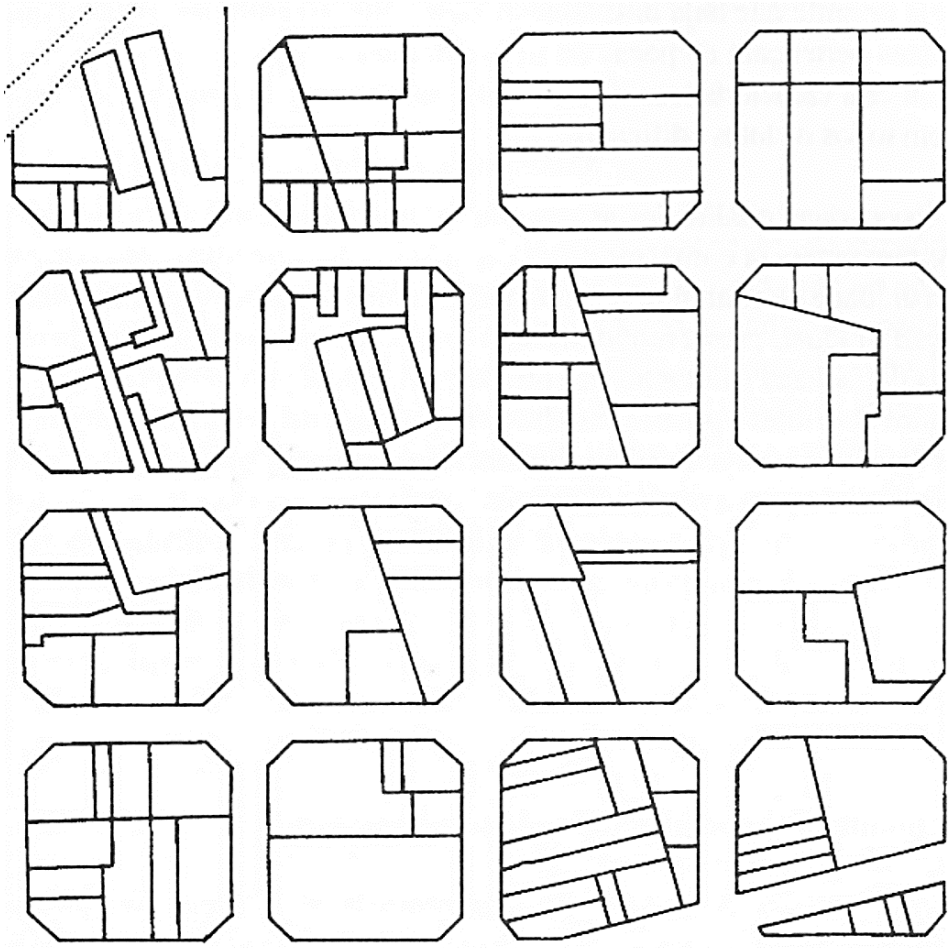


Figura 97 – Barcelona. Traços do parcelário rural no Ensanche.

Mesmo quando existe uma alteração radical, planeada e produzida de um modo sistemático, que realize uma profunda e extensa reorganização das propriedades, é comum persistirem fragmentos do antigo parcelário na nova composição. Este tipo de alterações radicais pode ser encontrado, por exemplo, na transformação das zonas periféricas rurais em novas zonas urbanas no final do século XIX, tal como o *Eixample* (vulgo: "extensão") de Barcelona ou mesmo das Avenidas Novas em Lisboa. Em ambos os casos encontramos vestígios da antiga estrutura de propriedade rural que se mantiveram e foram incorporados na nova estrutura de propriedade urbana, permitindo a sua leitura. A leitura do parcelário torna estas situações de contraste particularmente evidentes, ilustrando também uma das principais características da estrutura prévia do parcelário, isto é, a capacidade que o seu desenho investigativo tem de sintetizar com enorme clareza a complexidade do tecido urbano. A resistência do parcelário à transformação e a clareza com que o seu desenho permite identificar no tecido regularidades, singularidades, contrastes, dissonâncias ou consonâncias.

A parcela e o seu conjunto, o parcelário, apresenta-se assim como um elemento fundamental na identificação de estruturas formais particulares entre as quais se destacam: Zonas homogéneas ou regulares em que frequentemente o tecido urbano terá uma origem comum associada a um mesmo período temporal. Linhas de separação ou de fractura entre diferentes zonas, ou seja, uma definição de antigos limites, ou a separação entre áreas urbanas definidas em diferentes períodos. Variações nos ritmos das parcelas que nos permitem ancorar a época de estabelecimento das mesmas. E finalmente concordâncias ou discordâncias de alinhamentos particulares, indicativos de estruturas passadas às quais o tecido urbano se sobrepôs tais como muralhas, antigos edifícios monumentais ou antigos cadastros reformulados. A extraordinária resistência do cadastro à transformação, a sua capacidade de estruturar e definir o tecido urbano e a clareza sintética com que representa a sua própria complexidade fazem desta peça um elemento fundamental tanto para identificar estruturas antigas como para reconstituir na sua globalidade o processo evolutivo que contribuiu para a materialização das formas urbanas presentes, dando-lhe particular destaque na leitura e entendimento da forma urbana. Tal como afirmado por Benard Rouleau: "O parcelário (…) afigura-se como a imagem mais precisa da história de um espaço."[114].

[114] Rouleau, B. (1988). Villages et faubourgs de l'ancien Paris. Histoire d'un espace urbain. *Annales. Economies, sociétés, civilisations. 43e année, N. 2*, 546-548. p. 574.

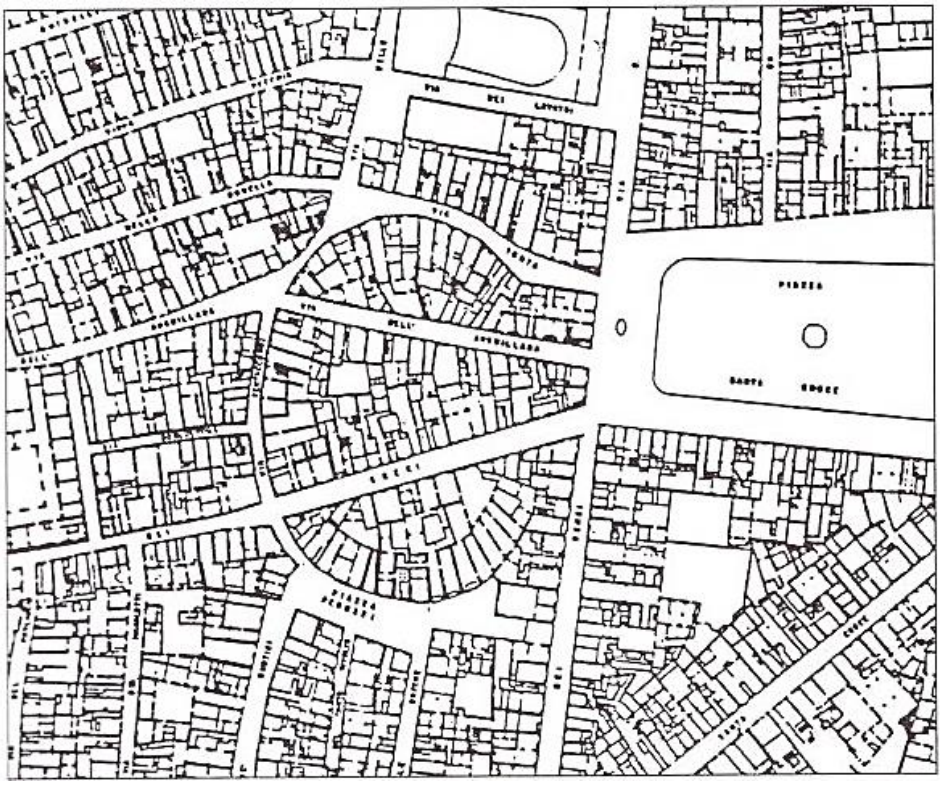


Figura 98 – Bairro de Santa Croce em Florença. A implantação do antigo anfiteatro romano é visível na estrutura radial dos edifícios comuns.

O Edificado

Para além da simplificação do tecido urbano na topografia e no traçado a cidade pode e deve ser estudada também a partir de uma componente fundamental, os seus edifícios. A abordagem a esta componente parte geralmente do desenho das estruturas construídas segundo um ponto de vista que privilegia a relação entre o espaço público e o ambiente construído, i.e., o plano do piso térreo. A cidade inteira torna-se assim uma obra de Arquitectura, um artefacto, representada na sua globalidade como se de um único e interminável edifício se tratasse. Esta representação do tecido urbano é a mais complexa e detalhada e por isso mesmo menos frequente, quer pela exigente quantidade de informação necessária à sua construção quer pela dificuldade na posterior análise de tanta informação. Apesar desta dificuldade, a recente sistematização e informatização dos serviços municipalizados torna cada vez mais acessível este tipo de representação da cidade. A representação do edificado, pelo seu detalhe, implica também um entendimento mais exigente da escala de representação que, nos casos mais detalhados, permite, para além da representação de paredes e de muros, a representação de detalhes relevantes, como as diferentes espessuras entre paredes, pilastras e colunas, a projecção de abóbadas. Apesar de esquematicamente representados em planta, todos estes detalhes têm o potencial de revelar informações importantes sobre a sua cronologia permitindo entender a evolução e transformação dos conjuntos construídos. Neste tipo de análise, é possível, por exemplo, identificar pontuais alinhamentos entre diferentes paredes e muros que podem corresponder a antigas estruturas fragmentadas pela constante transformação urbana, ou ainda evidenciar a espessura das paredes, em que paredes mais espessas tendem a ser mais resilientes e habitualmente mais antigas.

Naturalmente, vários autores produziram na disciplina da Arquitectura diversos estudos sobre a evolução do edificado; no entanto, com uma visão mais abrangente privilegiando a relação entre a evolução dos edifícios e do espaço urbano, destaca-se o já referido trabalho pioneiro realizado por Saverio Muratori sobre a cidade de Veneza [115] . O trabalho de Muratori realizado a partir de levantamentos pormenorizados do tecido urbano apresenta a simbiose perfeita entre a leitura da evolução do objecto urbano, a grande escala e o entendimento das múltiplas pequenas alterações dos edifícios que geraram essa evolução. E, na mesma linha, distinguem-se os trabalhos de Cannigia sobre Florença.

[115] Muratori, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Istituto Poligrafico dello Stato.

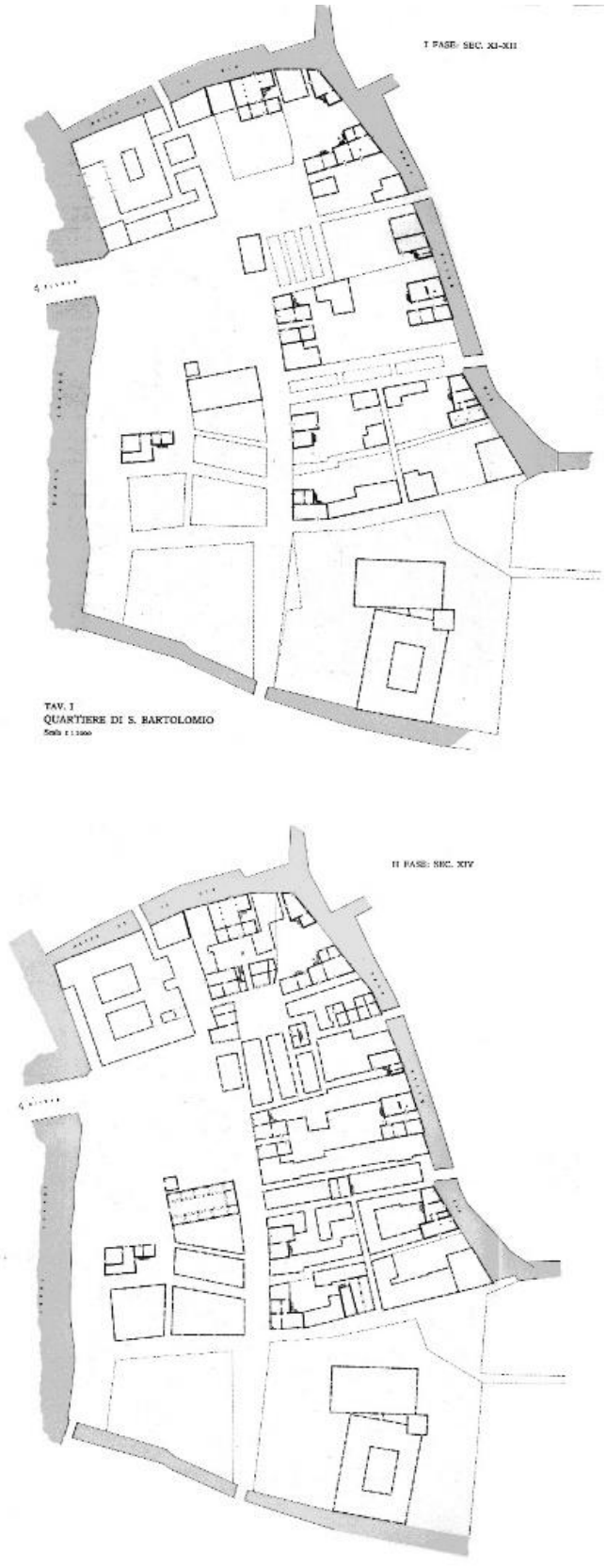
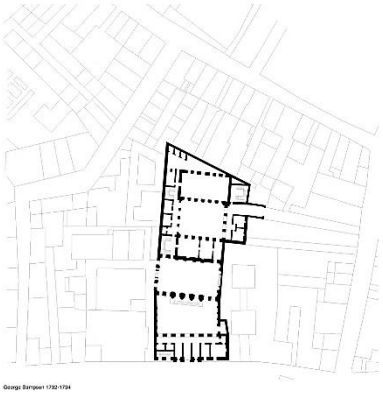
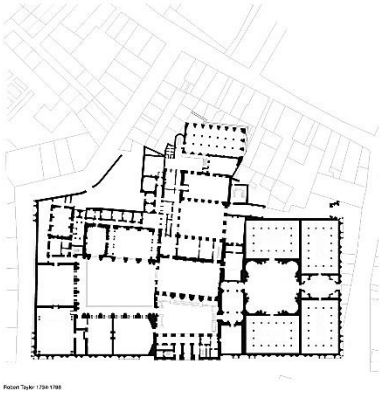


Figura 99 – Evolução do Quartiere di S. Bartolomio na cidade de Veneza, segundo Saverio Muratori.

.

Figura 100 – Evolução do Quartiere di S. Bartolomio na cidade de Veneza, segundo Saverio Muratori.





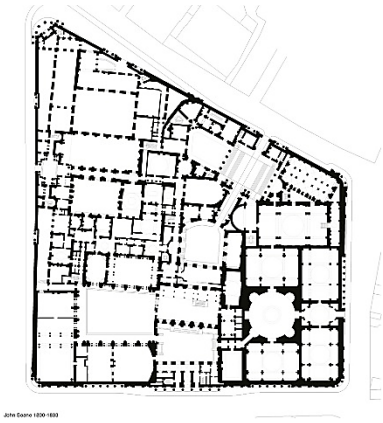


Figura 101 – Evolução do antigo edifício do Banco de Inglaterra.

A representação dos edifícios pode ainda ser dividida entre dois níveis de análise distintos, os edifícios comuns e os edifícios singulares. Os edifícios comuns correspondem na generalidade aos edifícios de habitação mais ou menos banais, que se podem repetir em série dentro de um mesmo contexto e, como tal, compõem a grande maioria do tecido edificado[116]. Geralmente anónimos, e seguindo desenhos vernaculares, estes edifícios no "tempo longo" da evolução urbana são constantemente alterados, destruídos e reconstruídos, por vezes em curto espaço de tempo e a maioria das vezes sem deixar memória. Apesar destas características estes frequentemente reciclam partes de estruturas antigas deixando traços observáveis, sobretudo quando comparados e articulados com elementos semelhantes nos planos dos edifícios vizinhos. Por outro lado, consideram-se edifícios monumentais, ou singulares, aqueles que se destacam do tecido urbano comum pela sua forma ou pela sua função. Podemos associar a este conceito os edifícios de carácter público e valor colectivo, mas devem ser sobretudo considerados os objectos arquitectónicos que apresentem uma forma erudita, pensada e projectada criticamente[117]. Edifícios cuja génese partiu da formalização dos paradigmas ou os ensejos das culturas responsáveis pela sua edificação. Enquadramos nesta definição edifícios tais como os palácios, templos, conventos, teatros ou câmaras municipais, hospitais, etc., sempre que a sua função, ou sobretudo a sua forma, os destaque do tecido urbano comum. Tais edifícios são resultado de programas construtivos mais ricos e complexos, quer na natureza do seu desenho, quer na qualidade da sua estrutura, adquirindo por isso um elevado valor simbólico e, como consequência, uma elevada resistência à transformação.

Esta resistência pode implicar que alguns edifícios singulares se mantenham, por conseguinte, praticamente inalterados durante centenas de anos ou mais. Por toda a Europa Ocidental ou na bacia do Mediterrâneo são numerosos os casos de edifícios romanos que se mantêm em funções com poucas ou nenhumas alterações desde a Antiguidade até ao momento presente. Geralmente, estes edifícios sofrem apenas alterações significativas no caso de catástrofes naturais ou como consequência de alterações radicais do quadro cultural responsável pela sua construção e manutenção. Assim, vários edifícios de idêntico valor sígnico, simbólico e construtivo e funcional embora de épocas posteriores são outros tantos exemplos desta aparente (mas só aparente) imutabilidade (e os casos estendem-se, abrangem todos as cidades.

[116] Caniggia, G., & Maffei, G. L. (2008). *Lettura dell'edilizia di base Firenze*. Alinea Editrice.
[117] Maffei, G. L., & Maffei, M. (2011). *Lettura dell'Edilizia Speciale*. Alinea Editrice.

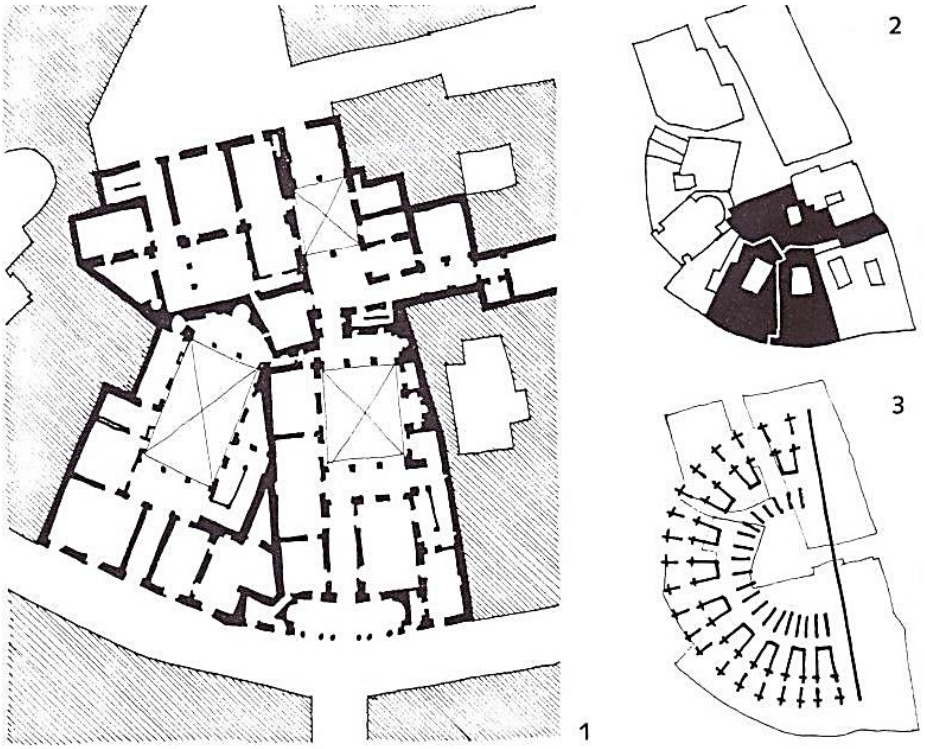


Figura 102 – *Palazzo Massimo alle Colonne* em Roma, construído sobre os vestígios do antigo Odeão de Domiciano.

Figura 103 – Monumentalização. Casa Meucci-Garibaldi sobrepujada por um entablamento clássico em 1936.

Se os edifícios comuns raramente sofrem alterações significativas dos seus arquétipos vernaculares em períodos de crise - veja-se a, a título de exemplo, a longevidade do modelo de casa pátio mediterrânica -, os edifícios singulares por outro lado, enquanto estruturas culturalmente paradigmáticas, são particularmente vulneráveis a crises socioculturais. Estas obrigam frequentemente a alterações profundas na função destes edifícios. No contexto português ou, mais latamente, ibérico, estas alterações são dramáticas no período pós-romano. Todas estas alterações possuem, igualmente, o potencial que irá resultar na destruição dos edifícios singulares pré-existentes. O contraste entre a grande resistência e longevidade dos edifícios singulares e a volatilidade dos edifícios comuns faz com que estes grupos de edifícios tenham uma interação complexa, em que a rápida evolução dos edifícios comuns se adapta à inércia dos edifícios singulares e em que a lenta evolução destes se impõe em ruptura com os edifícios comuns. É assim, por exemplo, possível verificar, mesmo após a demolição de um edifício singular, a cicatriz ou o vazio deixado pela sua presença no tecido comum (como no caso da desaparecida Igreja de Santa Justa em Coimbra).

A separação conceptual entre edificado comum e singular permite ainda outro conjunto de leituras particularmente relevantes, quando um edifício singular se transforma em vários edifícios comuns (fragmentação) ou quando um edifício comum se transforma em singular (monumentalização). O processo de fragmentação implica a dissolução da unidade do edifício, dividindo-se e repartindo em várias entidades menores o que antes era uma entidade coesa. O desenho destas novas entidades menores é não só condicionado e limitado pelas características espaciais ou construtivas dos edifícios monumentais sujeitos a tais mudanças, como muitas vezes tira proveito destas características para construir novas composições criadas essencialmente a partir dos fragmentos arquitectónicos sobreviventes do edifício original. Este processo é comum nos antigos edifícios singulares romanos como teatros e anfiteatros absorvidos pelo tecido medieval. A monumentalização, por outro lado, implica que um edifício comum de habitação se transforme em edifício singular, geralmente absorvendo os edifícios de habitação contíguos e mantendo, em parte, a estrutura pré-existente dos antigos edifícios comuns. Um exemplo notável deste processo pode ser encontrado na baixa de Lisboa, em quarteirões que foram transformados em sedes bancárias, mas que mantêm em parte a estrutura dos vários edifícios de habitação pombalinos pré-existentes.

Figura 104 – Reconstrução através da inferência de uma forma completa para a forma fragmentária ("Angel-A" de Luc Besson 2006)

Os artefactos urbanos antigos quase nunca alcançam o nosso tempo, ou seja, o momento presente, com a sua forma completa inalterada. O ritmo da transformação urbana obriga quase sempre estas estruturas a transformações substanciais ou mesmo à sua destruição completa, da qual geralmente resultam apenas ténues vestígios arqueológicos ou fragmentos recontextualizados pelo tecido urbano contemporâneo. O processo de interpretação desses fragmentos de modo a obter uma visão o mais completa possível é, portanto, um estágio fundamental na análise. Dada a natureza fragmentária dos vestígios existentes, a comparação com conhecidos paralelos arquitectónicos que se apresentam ainda completos ou para os quais existe maior informação, permite em grande medida reconstruir os elementos em falta das estruturas analisadas. **É assim possível a reconstrução de edifícios antigos través de um processo de inferência ou de dedução lógica, utilizando a informação de formas completas de um contexto como modelo para reconstruir as formas fragmentárias de outro contexto**. A comparação com paralelos arquitectónicos permite, quer a utilização destes como modelos, quer a identificação das principais regras compositivas, as invariantes formais, ou seja, a construção de esquemas tipo-morfológicos, através da realização de uma comparação sistemática de vários casos.

O conceito de Tipo remete para o acto de identificação de um determinado conjunto de características que permitem a classificação ou enquadramento de entidades ou fenómenos de mutação a que foram sujeitos, como pertencendo a um conjunto mais vasto. Esta capacidade de analisar e classificar entidades ou fenómenos a partir das suas diferenças ou semelhanças é instrumental no nosso entendimento do mundo, suscitando, de um modo eficiente e a partir de recursos limitados, estruturar e organizar o nosso meio envolvente. **Este processo analítico é assim um passo fundamental para qualquer inferência ou dedução lógica, permitindo a partir de múltiplas observações prévias obter uma conclusão nova ou reconstruir informação em falta relativas a edifícios e formas apenas parcialmente conhecidos.** Neste sentido, e para permitir a realização coerente de leituras comparativas, é fundamental ainda destacar a importância da representação todos as estruturas comparadas seguindo os mesmos códigos de representação, sejam elementos portantes (paredes, abobadas, etc.), utilizando critérios fixos ou mesmo rígidos usando critérios de "reporte" do, e ao desenho, face á realidade física a representar, num processo coerente e obediente (cores, escalas, registo alinhamentos de peças, traçados de elementos portantes, plantas, cortes, alçados), etc.

Figura 105 – Ilustração da alegoria da caverna de Platão.

O conceito de Tipo

A origem do conceito de Tipo, tal como existe em Arquitectura, pode ser encontrada na antiguidade clássica, em particular nas reflexões de autores como Platão e Aristóteles, sempre em associação ao conceito de Forma. Para nós a palavra de origem latina "*forma*" surge do grego "*morphē*"; no entanto, Forma agrega dois conceitos diferentes, descritos através de duas palavras distintas no grego antigo: *μορφή* ou *morphē* (forma), para as formas concretas; e *εἶδος* ou *eidos* (ideia) , para as formas conceptuais. Esta distinção é elaborada na "Teoria das Ideias" de Platão que argumenta a divisão do universo em dois mundos distintos: o mundo das Ideias/Formas e o mundo das Imagens. A experiência da realidade material e sensitiva do mundo das imagens seria assim nada mais do que uma projecção ou um reflexo das formas ou ideias inteligíveis existentes num plano superior, tal como descrito através da famosa "alegoria da caverna". Esta dualidade entre Imagens e Ideias/Formas vai constituir a base da filosofia de Platão. Para Platão, Ideias/Formas e Imagens são antitéticas, ou seja, se as Ideias/Formas são transcendentes, inteligíveis, únicas imutáveis, eternas e não-espaciais, então as Imagens são sensitivas, múltiplas, mutáveis, efémeras e espaciais[118]. O conceito de Ideias/Formas implica ainda uma noção estética, uma vez que para Platão, as Ideias/Formas enquanto verdades supremas, representavam, ainda, uma beleza ideal perfeita, separada das cópias imperfeitas existentes no mundo sensitivo. Esta sobreposição entre a palavra Forma e o conceito de beleza é transposto para o latim pelas palavras *formosus* e *formositas*, com o significado de boa configuração e de beleza[119].

Aristóteles, como Platão, vê o mundo dividido entre um lado sensitivo, composto pela "Matéria" e outro lado transcendente composto pelas "Formas Ideais". No entanto para Aristóteles as Ideias/Formas não podiam existir tal como sugerido por Platão, isto é, separadamente do mundo sensitivo, defendendo que estas são na verdade a essência de todos os objectos. Aristóteles vê as Ideias/Formas e a Matéria como componentes indissociáveis da mesma Substância. Ou seja, se para Platão as Ideias/Formas existem num mundo transcendente e são os modelos a partir dos quais todas as coisas derivam, para Aristóteles as Ideias/Formas são intrínsecas e inseparáveis da matéria[120].

---

[118] Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology. pp. 19-20.
[119] Ibid. p. 22.
[120] Ibid. p. 20-21.

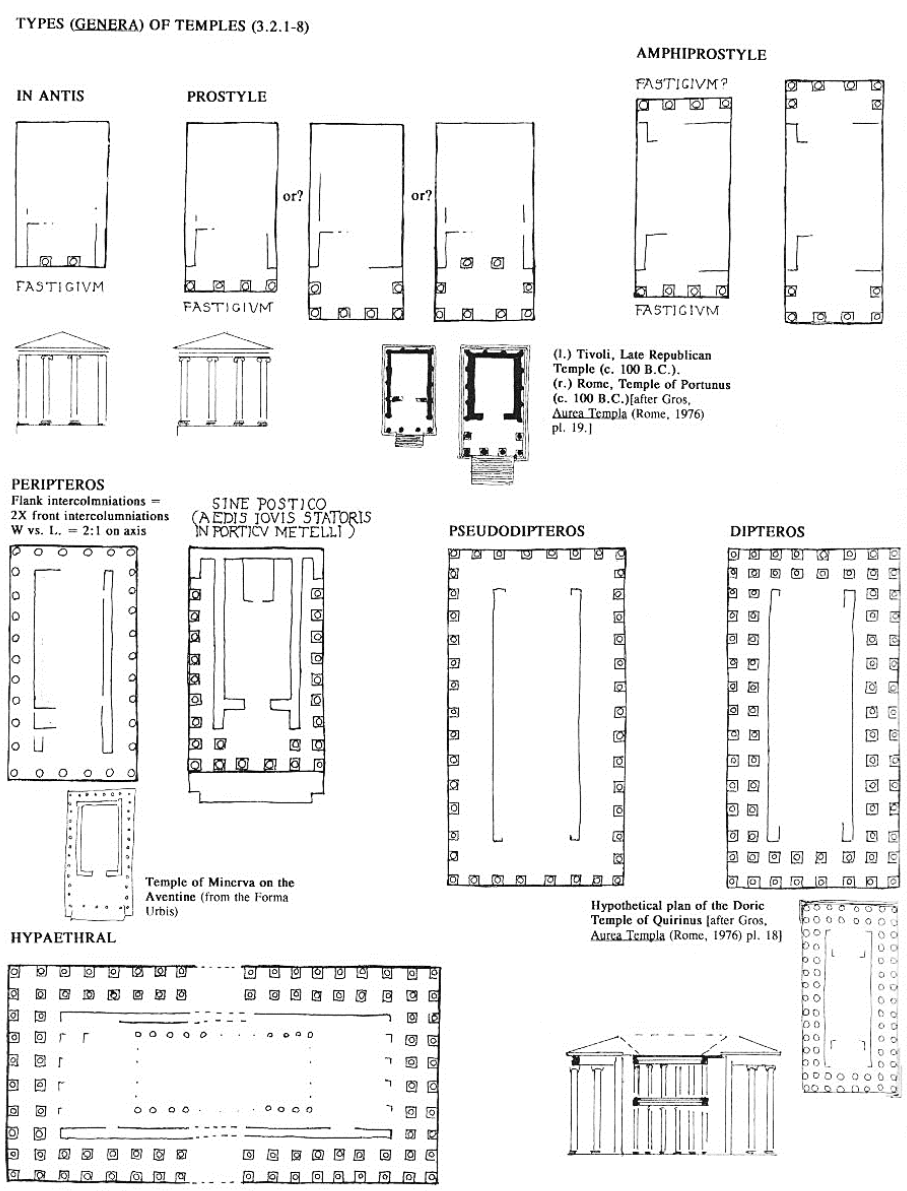


Figure 39. Types (*Genera*) of Temples (3.2.1–8).

Figura 106 – Tipos de templos romanos segundo Vitrúvio.

A teoria de Platão tem importantes implicações epistemológicas, uma vez que ao posicionar as Ideias/Formas fora do mundo sensitivo e ao colocá-las num plano superior, implica que o verdadeiro conhecimento sobre as Ideias/Formas apenas pode ser apreendido através da reflexão e da razão. Ao unir a Matéria e as Ideias/Formas, Aristóteles vai alterar este paradigma epistemológico, defendendo que o verdadeiro conhecimento apenas pode ser adquirido estudando a essência das substâncias sobretudo através da classificação.

Assim, se para Platão o mundo das Ideias/Formas existia num plano superior, para Aristóteles esse mundo estaria "dentro" da alma (*psyche*)[121]. Tanto Platão como Aristóteles utilizam ocasionalmente a palavra Tipo (*typos*) dando-lhe um significado próximo ou idêntico à palavra *eidos* (ideia), sendo aparentemente ambas as palavras utilizadas indistintamente na antiguidade clássica. A palavra *typos* seria à época sobretudo utilizada por escultores para descrever o acto de imprimir ou deixar uma marca através de pressão através de um molde ou relevo[122], ou seja, uma origem comum à palavra tipografia.

Enquanto único tratado de Arquitectura da antiguidade a sobreviver, é através do "*De Architectura Libri Decem*" de Vitrúvio que nos chegam pela primeira vez alguns dos temas tradicionalmente associados ao conceito de Tipo na Arquitectura, sobretudo através da classificação dos templos (tipologia?) ou da preocupação com a identificação da habitação primordial (arquétipo?). Para além destes temas, também a utilização de modelos geométricos no desenho e construção dos edifícios remete para uma um entendimento destas composições abstractas como aproximações a uma forma ideal dos edifícios e dos seus componentes. Sem nunca referir a palavra Tipo, Vitrúvio acompanha as reflexões dos filósofos clássicos sobre a origem e a natureza das formas.

[121] Ibid. p. 22.
[122] Ibid. p. 28-30.

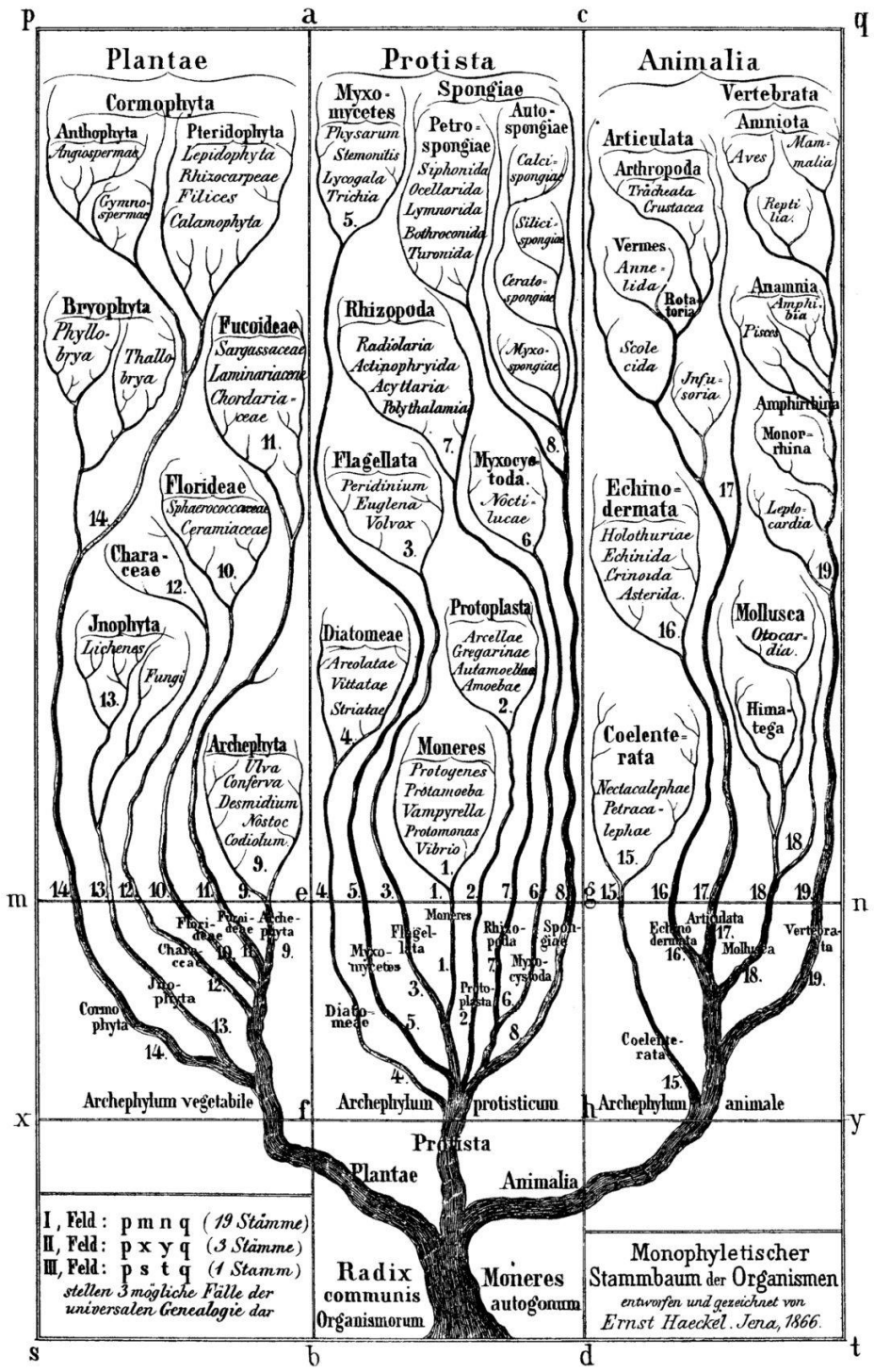


Figura 107 – Árvore da vida segundo Ernst Haeckell.

O conceito de Tipo conforme é entendido contemporaneamente tem a sua origem sobretudo no início do século XVIII, então através do renovado interesse pelas Ciências Naturais, e seguindo a proposição Aristotélica de que a classificação da natureza era essencial para a obtenção do conhecimento científico. Neste contexto destaca-se a obra do sueco Carl Linneaus, "*Systema Naturae*" de 1735, em que cada organismo é classificado e agrupado em diferentes famílias ou taxonomias, sobretudo a partir das suas semelhanças ou diferenças morfológicas, ou seja, utilizando a forma como critério de distinção ou agrupamento.

No final do século XVIII Goethe introduz o conceito de Arquétipo nos seus estudos sobre a morfologia das plantas. Para Goethe o estudo da morfologia oferecia uma metodologia que permitia evidenciar os fenómenos puros (*Urphänomene*), tornando intuitivas as leis subjacentes às formas, através de uma percepcão disciplinada[123]. Goethe defende a existência de um arquétipo de planta (*Urpflanze*) a partir do qual todas as plantas derivavam, e que funcionaria como um referencial a partir do qual seria possível classificá-las segundo o seu género e espécie. O Arquétipo era para Goethe uma representação abstracta, conceptual, e não uma génese real das plantas, ou seja, o Arquétipo juntava inúmeras características de diferentes plantas e, portanto, nunca poderia ser identificado com um exemplar concreto. Um individuo não pode servir como um referencial para o todo e, portanto, não deve ser visto como um modelo. Classes, ordens espécies e indivíduos são relacionados[124].

A palavra e o conceito de Tipo surgem pela primeira vez como categoria taxonómica na zoologia com George Cuvier, no início do século XIX. Cuvier demonstra que as características morfológicas dos animais possuíam diversos traços anatómicos que não podiam ser dispostos num sistema linear, desde o mais simples ao mais complexo (o homem). Em alternativa, propõe a criação de quatro grandes grupos, cada um em função de um Tipo de organização anatómica particular. Cada organismo, apesar das suas múltiplas diferenças, obedecia assim a um dos quatro Tipos específicos de organização anatómica, que era partilhada com outros organismos de diferentes espécies. A organização proposta por Cuvier seria abandonada nos anos seguintes, contribuindo e sendo eventualmente substituída pela teoria da origem das espécies de Darwin.

---

[123] Steigerwald, J. (2002). Goethe's Morphology: Urphänomene and Aesthetic Appraisal. *Journal of the History of Biology Vol. 35, No. 2, 35, No. 2*, 291-328.
[124] Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology. pp. 32-33.

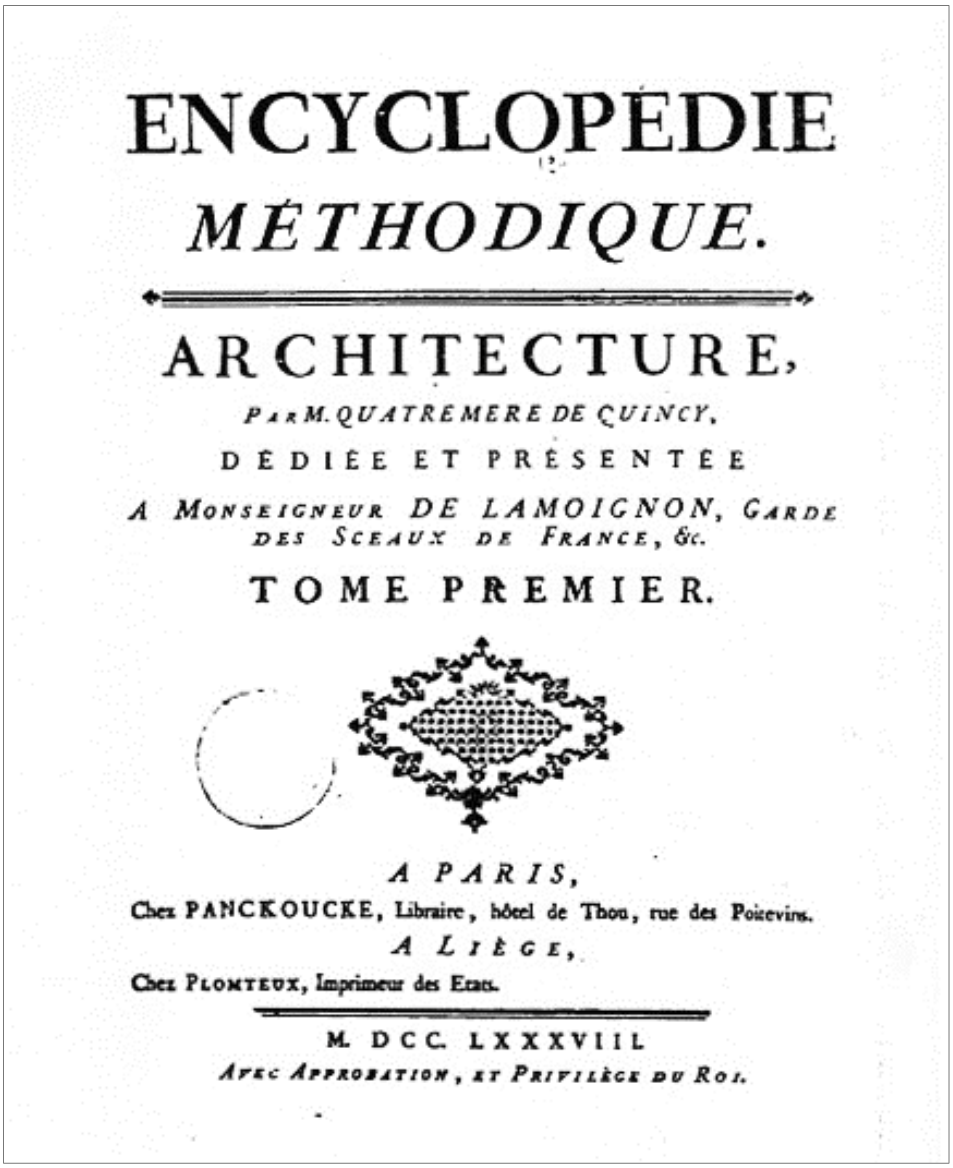
Figura 108 – Alegoria da cabana de Vitrúvio.

Paralelamente à estabilização do conceito de Tipo nas ciências naturais entre o século XVIII e o início do século XIX, o conceito entra também no vocabulário da Arquitectura. A reflexão arquitectónica do século XVIII debatia-se com um conjunto de questões provocadas pelos excessos decorativos do Barroco e do Rococó procurando alcançar uma renovação artística. Neste sentido Marc-Antoine Laugier vai, em meados do século XVIII, propor o regresso aos princípios fundamentais da Arquitectura, argumentando que todas as criações arquitectónicas tinham resultado do desenvolvimento de um ponto inicial, a cabana primitiva:

"*La petite cabane rustoque que je viens de décrire est le modèle sur lequel on a imaginé toute sles magnificences de l'architecture. C'est en se rapprochant dans l'exécution de la simplicité de ce premier modèle que l'on évite les défauts essentiels, que l'on saisit les perfections véritables. Les pieces de bois élevées perpendiculairement nous ont donné l'idée des colonnes. Les pieces horisontales qui les surmontent, nous ont donné l'idée des entablements. Enfin les pieces inclinées qui forment le toit, nous ont donne l'idée des frontons: voilà ce que tous les Maîtres de l'Art ont reconnu*."[125]

Laugier descreve a sua cabana primitiva segundo termos ambíguos, por um lado remetendo para um plano conceptual e, por outro, para um plano material de uma construção no sentido físico. Esta ambiguidade levou a um debate em que alguns autores destacaram a dimensão física no modelo de Laugier, enquanto que outros destacaram a sua natureza conceptual. Na realidade, para Laugier, o modelo da cabana primitiva englobava ambas as vertentes, conceptual e material, de tal modo que este se viu forçado a defender e justificar a inexistência de paredes ou janelas, distinguindo entre elementos essenciais e elementos adicionados. Apesar desta ambiguidade, sem nunca alcançar uma visão meramente conceptual e abstracta, a reflexão de Laugier da cabana primitiva pende sobretudo para uma visão puramente estruturalista da Arquitectura, ou como Tom Heath refere: "*Laugier is the father of structural rationalism: the notion that architecture is 'nothing but' structure*."[126]. A reflexão de Laugier, reduzindo toda a Arquitectura a uma única estrutura despojada de qualquer outro elemento superficial, marca assim um importante passo no entendimento da disciplina a partir da sua natureza epistemológica em vez de meramente estética, como era até então predominantemente realizada[127].

[125] Laugier, M.-A. (1753). *Essai sur l'architecture*. https://www.bnf.fr/fr. pp. 12-13.
[126] Heath, T. (1984). *Method in Architecture*. John Wiley and Sons Ltd. pp. 32-33.
[127] Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology. pp. 171-174.



ENCYCLOPEDIE

MÉTHODIQUE.

ARCHITECTURE,

PAR M. QUATREMERE DE QUINCY,

DÉDIÉE ET PRÉSENTÉE

A MONSEIGNEUR DE LAMOIGNON, GARDE DES SCEAUX DE FRANCE, &c.

TOME PREMIER.

A PARIS,

Chez PANCKOUCKE, Libraire, hôtel de Thou, rue des Poitevins.

A LIÈGE,

Chez PLOMTEUX, Imprimeur des Etats.

M. DCC. LXXXVIII.

AVEC APPROBATION, ET PRIVILÈGE DU ROI.

Figura 109 – Capa da "Encyclopedie Methodique" de Quatremere de Quincy.

No final do século XVIII Quatremère de Quincy segue as mesmas reflexões exploradas por Laugier procurando a regeneração da Arquitectura através do regresso aos seus princípios fundamentais. De Quincy entende, porém, que a Arquitectura não pode ser apenas reduzida a um modelo único, propondo antes três modelos primitivos a partir dos quais todas as construções tinham evoluído: a caverna, a tenda e a cabana. Para resolver a ambiguidade material/conceptual do modelo proposto por Laugier, De Quincy propõe dois processos de imitação que teriam dominado o desenvolvimento da Arquitectura: a imitação literal ou sensitiva, desenvolvida a partir da reprodução de Modelos (*modele*), e a imitação figurativa ou abstracta desenvolvida a partir da inspiração por Tipos (*type*)[128]. Quatremère constrói assim a primeira definição do conceito de Tipo em Arquitectura: "*Le mot type présente moins l' image d'une chose a copier ou à imiter complétement, que l'idée d'un élément qui doit lui-meme servir de regle au modèle. Ainsi on ne dira point (ou du moins auroit-on tort de le dire) qu'une statue, qu'une composition d'un tableau terminé et rendu, a servi de type à la copie qu'on en a faite. Mais qu'une fragment, qu'une esquisse, que la penée d'un maître, qu'une description plus ou moins vague, aient donné naissance, dans l'imagination d'un artiste, a un ouvrage, on dira que le type lui en a été fourni dans telle ou telle idée, par tel ou tel motif, telle ou telle intention.*" … "*Le modele, entendu dans l'exécution pratique de l'art, est un objet qu'on doit répéter tel qu'il est. Le type est, au contraire, un objet d'apres lequel chacun peut concevoir des ouvrages qui ne se ressembleroient pas entr'eux. Tout est précis et donné dans le modèle, taut est plus ou moins vague dans le type.*" [129]

Para Quatremère a "imitação" na Arquitectura deveria ser sobretudo elaborada a partir de objectos abstractos, ou seja, a partir de Tipos. Quatremère defende assim o Tipo como um modo de transcender as aparências e descobrir os padrões abstractos e os princípios gerais da natureza, ou seja, as regras universais comuns que determinam a configuração dos vários exemplares individuais existentes no mundo sensitivo[130]: "*C'est en etudiant la nature, non point partiellement et en detail, mais dans l'ensemble de ses plans, que nous parvenons à reconnoître ce qui est, ou non, conforme à ses lois générales, que pénétrant le secret de ses intentions, nous saisissons à-la-fois, et le principe d'ordre qui domine tout le système de la création, et les raisons des irrégularités qu'on remarque dans les créatures*"[131]

[128] Ibid. pp. 171-172.
[129] Quatremère de Quincy, A. (1788). *Encyclopedie Methodique vol. 3*. https://gallica.bnf.fr. pp. 543-545.
[130] Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology. pp. 171-172.
[131] Quatremère de Quincy, A. (1825). *Essai sur la nature, le but et les moyens de l'imitation dans les beaux-arts*. https://gallica.bnf.fr/. pp. 200-2001

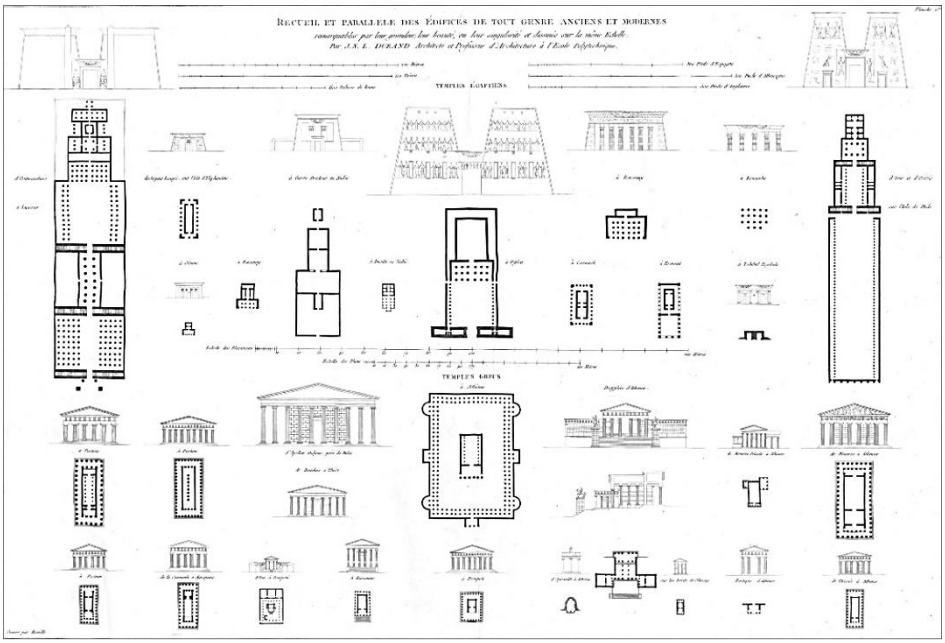


Figura 110 – Tábua dos templos egípcios, na "Recueil et parallèle des édifices de tout genre anciens et modernes.".

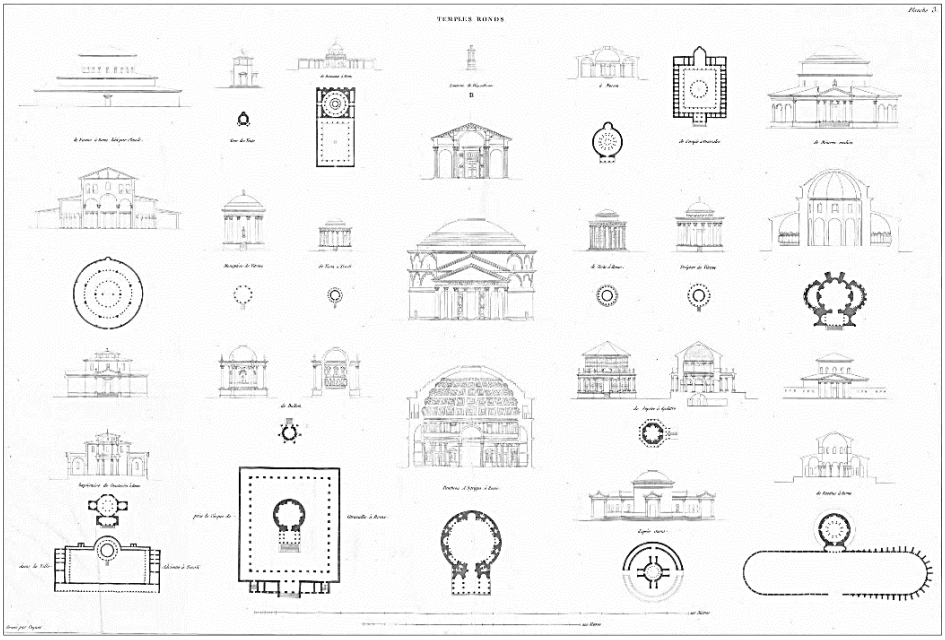


Figura 111 – Tábua dos templos circulares, na "Recueil et parallèle des édifices de tout genre anciens et modernes.".

O conceito de Tipo tal como definido por Quatremère aproxima-se do conceito Platónico de Ideia, enquanto referencial abstracto e conceptual subjacente a todo o mundo material sensitivo. Quatremère considera, portanto, o Tipo como uma estrutura pré-existente e não como o resultado de um processo consciente de reflexão sobre as formas arquitectónicas. Este salto lógico é dado por Jean-Nicolas-Louis Durand, apesar deste nunca se referir explicitamente ao termo Tipo. Durand critica e rejeita as especulações para a origem da Arquitectura, avançadas por Laugier e Quatremère, adoptando uma postura dominada pelo pragmatismo. A teoria construída por Durand servia um propósito eminentemente prático de aplicação da noção de tipo na sua prática pedagógica enquanto docente de Arquitectura na *École Polytechnique* de Paris, fundada em 1794 como escola de engenharia, com o objectivo de formar engenheiros civis e militares para a realização de obras públicas na França pós-revolucionária. Confrontado com a necessidade de lecionar a estudantes de engenharia uma disciplina de Arquitectura num curto espaço de tempo, Durand desenvolve uma teoria da Arquitectura pragmática, baseada não no estudo de edifícios particulares ou estilos, mas antes através dos seus princípios compositivos. Para identificar estes princípios Durand constrói um processo lógico de taxonomia comparativa, primeiro através da recolha e classificação de edifícios do passado (em *Recueil*), e em segundo lugar pela análise dos princípios de composição (em *Précis*), com o objectivo último de identificar os princípios gerais de composição da Arquitectura.

Durand, publica, portanto, e em primeiro lugar uma recolha e classificação de edifícios do passado com o título "*Recueil et Parallèle des Édifices en Tout Genre, Anciens et Modernes*", entre 1799 e 1801, onde agrupa os vários edifícios segundo três categorias: histórica (templos egípcios, palácios romanos, …), funcional (teatros, mercados, …) e formal (templos circulares). Os desenhos de Durand corrigem algumas das imperfeições dos edifícios, demonstrando claramente uma intenção em evidenciar as regras de composição subjacentes às principais características formais dos edifícios. O processo de sistematização da forma proposto por Durand apresenta semelhanças com os contemporâneos trabalhos de zoologia e biologia, utilizando categorias conceptuais semelhantes, em que as *espécies* das ciências naturais correspondem aos *tipos* na Arquitectura. Este processo permitia em ambas as áreas disciplinares transcender o estudo separado de cada caso para desvendar os princípios genéricos comuns partilhados pelo conjunto[132].

[132] Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology. pp. 207-208.

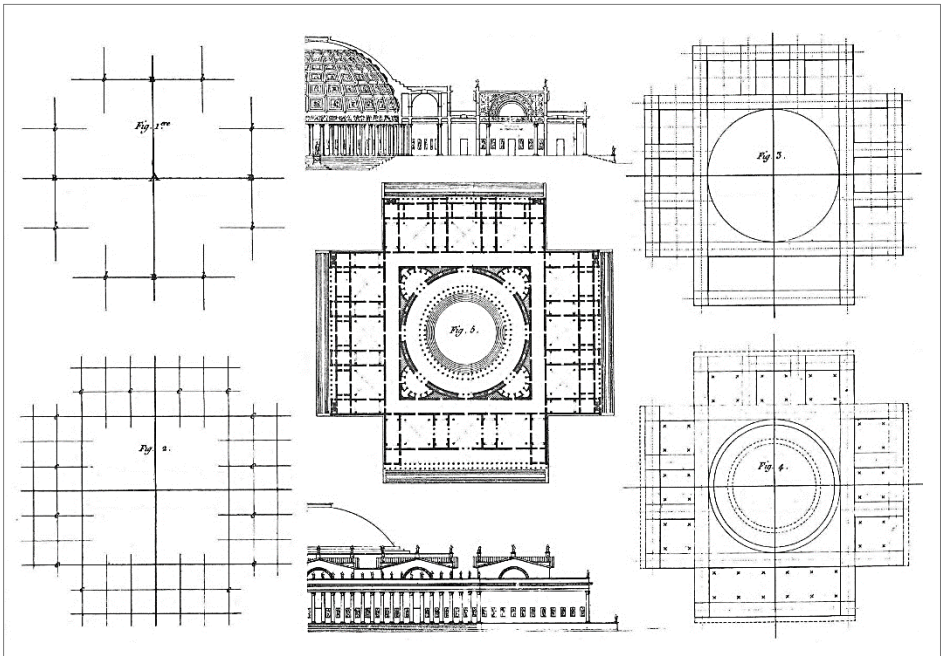


Figura 112 – Desenho de um edifício a partir de uma composição arquitectónica elementar, na Tábua 20 das "Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique".

.

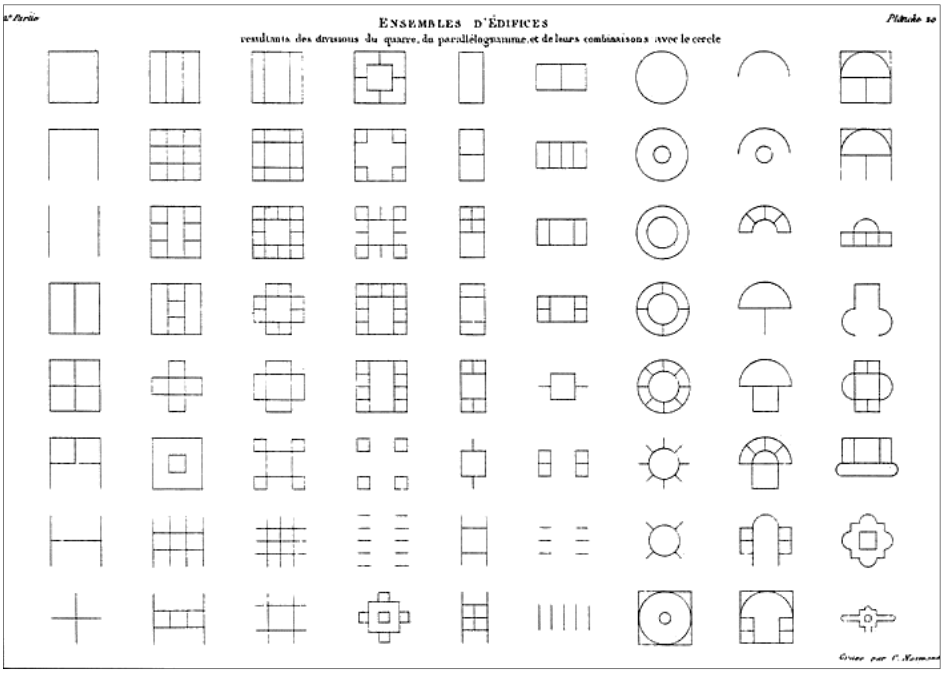


Figura 113 – Composições arquitectónicas elementares, na Tábua 21 das "Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique".

Durand prossegue a sua metodologia com uma segunda publicação realizada entre 1802 e 1805 com o título "*Précis des leçons d'architecture donnés à l'École Polytechnique*", na qual procede à análise dos princípios de composição de vários edifícios do passado. Neste segundo trabalho Durand decompõe e desenha os principais elementos constituintes dos edifícios ou *éléments des édifices* (paredes, colunas, abóbadas, telhados, etc…), as partes que resultam da combinação destes elementos simples ou *parties* (escadas, pórticos, pátios, etc…) e, finalmente, a composição de todos os elementos para construir um edifício ou *ensemble des édifices*.

A última parte do trabalho, dedicada à composição dos edifícios aborda este tema a partir de uma metodologia lógica e sequencial, que parte de um esqueleto geométrico simples, construído a partir de linhas em planta, ao qual é gradualmente acrescentada complexidade até à planta final do edifício. O método proposto substitui progressivamente uma abstracção geométrica e conceptual, diríamos mesmo topológica, composta de linhas e intersecções, por elementos com expressão física como paredes colunas e vãos, com expressão física e material. Esta dualidade entre o conceptual e o material reflete a lógica Platónica entre *eidos* e *morphē*. O ponto de partida de Durand neste exercício corresponde assim à sua interpretação da geometria como princípio fundamental da Arquitectura. A metodologia de composição de um edifício desenvolvida por Durand permitia assim, teoricamente, a inversão da premissa, começado a partir de um edifício existente e progressivamente simplificando o seu desenho até à obtenção da sua estrutura geométrica. Apesar de Durand nunca se referir às suas simplificações geométricas de edifícios como Tipos - algo que reiteramos - , a sua relação entre os desenhos apresentados e o conceito de Tipo é implícita. E é esta abordagem de Durand que mais tarde, filtrada já pela história da Arquitectura e pela ascensão do Movimento Moderno e da sua crítica, é apresentada por Guilio Carlo Argan como o processo de identificação do Tipo em Arquitectura: *"…in the process of comparing and superimposing individual forms so as to determine the type, particular characteristics of each individual building are eliminated and only those remain which are common to every unit of the series. The type therefore, is formed through a process of reducing a complex of formal variants to a common root form.* [*The type*] *has to be understood as the interior structure of a form or as a principle which contains the possibility of infinite formal variation and further structural modification of the type itself.*" [133].

[133] Argan, G. C. (1963). On the Typology of Architecture. *Architectural Design n.º 33*.

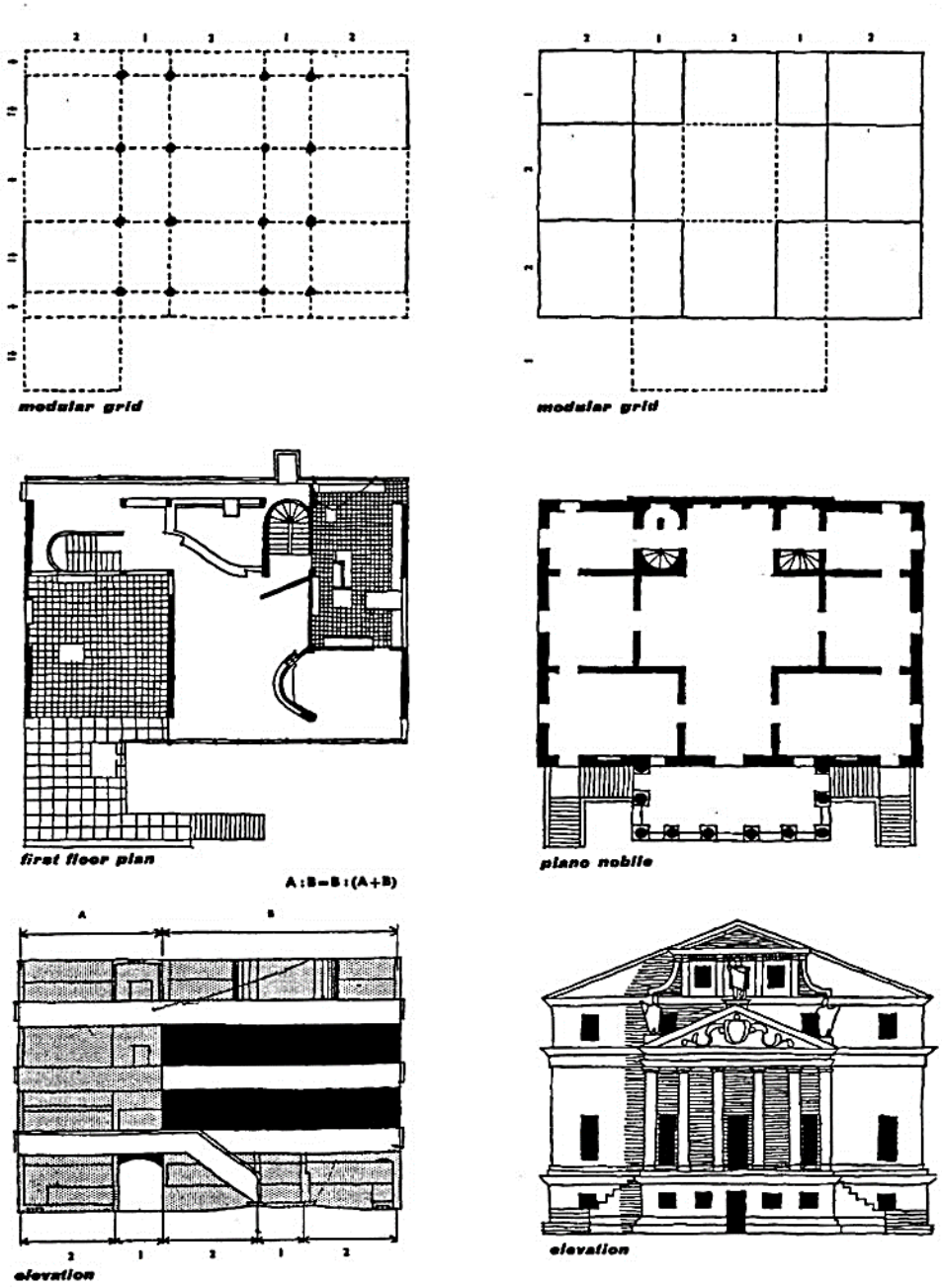


Figura 114 – Comparação entre a Villa Stein de Corbusier e aVilla Malcontenta de Palladio
P. 113 in: RASMUSSEN, Steen Eiler (1959). Experiencing Architecture. Chapman & Hall, London.

No início do século XX a tradição arquitetónica, assim como o conceito de Tipo em Arquitectura, são postos de parte pelo Movimento Moderno. Inspirados pelo progresso tecnológico recente, com o surgimento de elegantes e depuradas máquinas como automóveis, aviões e navios, guiadas apenas por princípios funcionais, os arquitectos do Movimento Moderno vão criticar a importância tradicionalmente conferida ao "estilo" arquitectónico (como conceito) e às artes decorativas. Para arquitectos como Le Corbusier, os edifícios deveriam ser concebidos da mesma maneira como os engenheiros abordavam os problemas funcionais de concepção destas máquinas para obter respostas que gradualmente se consolidavam e repetiam como *standards* industriais: "*L'avion est un produit de haute selection. La leçon de l'avion est dans la logique qui a présidé à l'énoncé du problème et à sa réalisation. Le problème de la maison n'est pas posé. Les choses actuelles de l'architecture ne répondent plus à nos besoins. Pourtant il y a les standarts du logis. La mécanique porte en soi le facteur d'économie qui sélectionne. La maison est un machine à habiter.*" [134]

Apesar desta visão funcionalista, importa sublinhar que Corbusier não defendia uma visão determinística das formas em Arquitectura, entendidas como uma mera consequência da função. A qualidade estética mantinha-se como um elemento de destaque na qualidade da criação arquitectónica, elogiada por Le Corbusier quer se trate de objectos ou mesmo de infraestruturas. Le Corbusier propunha antes uma visão que separasse a forma e a função para as recombinar em novos e originais modos, tais como o conceito de *Plan Libre*. A construção destes novos conceitos formais em completa ruptura com a tradição arquitectónica não seria possível a partir da evolução tipológica defendida por autores como Quatremère de Quincy ou J. N. L. Durand, comprometendo o conceito de Tipo e Tipologia dentro do Movimento Moderno. Apesar desta ruptura com a tradição arquitectónica, a obra de Corbusier mantinha um diálogo relevante com os edifícios do passado. Edifícios, como a Ville Savoye, não se destacavam apenas pelo seu valor funcional, pois possuíam uma rigorosa composição geométrica que permitia o seu enquadramento na cultura arquitetónica do passado. Talvez um dos principais méritos de Corbusier tenha sido não a ruptura com o passado, mas antes a sua capacidade de integrar as diferentes naturezas das formas arquitectónicas em novas e originais composições.

[134] Corbusier, L. (1925). *Vers une architecture. Nouvelle édition revue et augmentée*. Vincent, Fréal & Cie. p. 83.

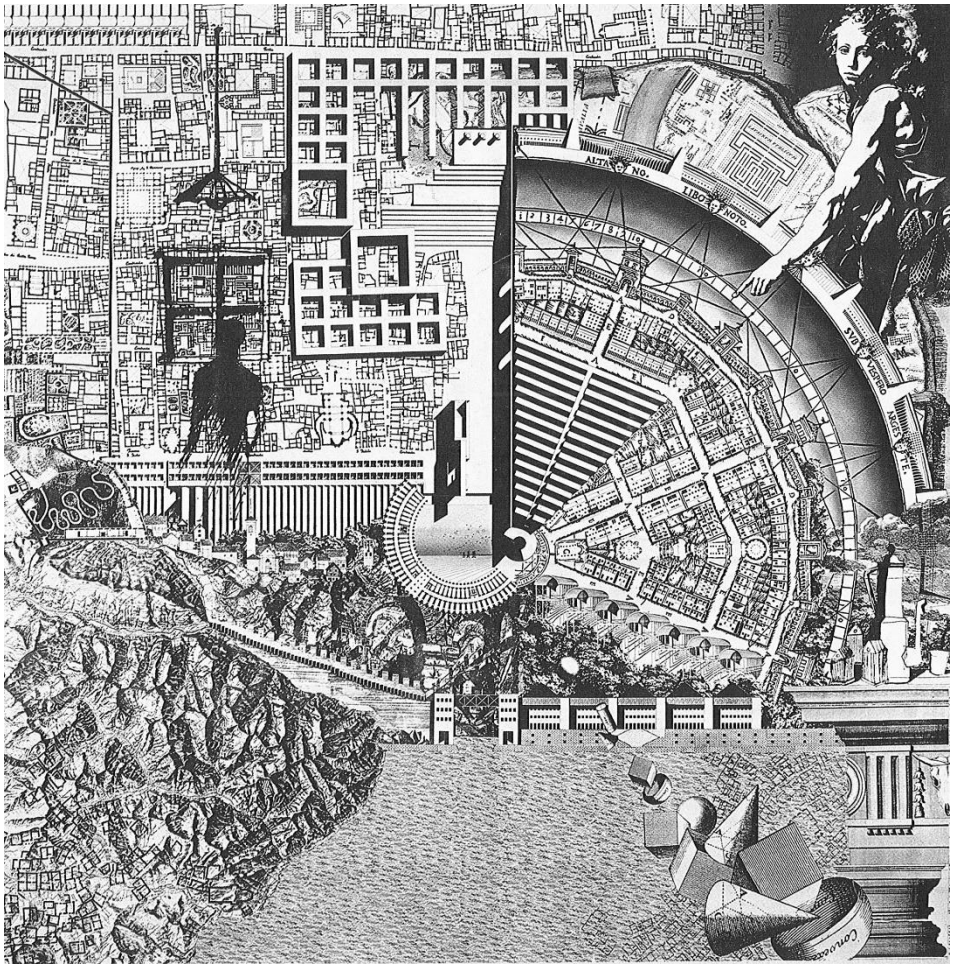


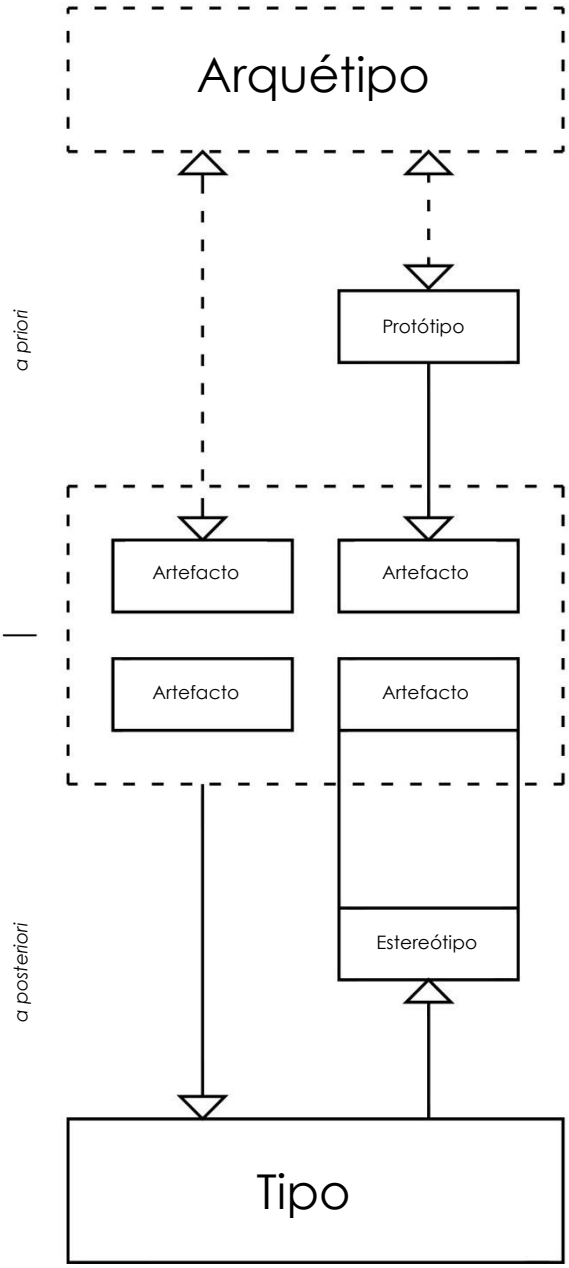
Figura 115 – Aldo Rossi, "Città Analoga".

A partir de 1950 a crescente consciência do valor arquitectónico do tecido urbano na cidade histórica e a insuperável tensão e ruptura provocada pela adição de grandes conjuntos de edifícios modernos com as resultantes consequências que se estenderam inclusive à destruição da coesão social nesses novos bairros, vai gerar, porém, uma crise na confiança do Movimento Moderno como resposta aos problemas da Arquitectura e da própria cidade.

O primeiro estudo realizado com uma consciência crítica do valor da cidade histórica e do seu tecido urbano é realizado por Saverio Muratori em 1959 com o título: "*Studi per una operante storia urbana di Venezia*". Nesta análise da forma da cidade, Muratori desenvolve uma nova metodologia que cruza as análises tipológicas e morfológicas, consolidando a ideia de Tipo como uma estrutura formal a diferentes escalas que conectava os diversos elementos individuais com a forma global da cidade. Para Muratori os diferentes Tipos de estruturas urbanas (edifícios, praças, etc…) eram entendidos como geradores formais, primeiro do tecido urbano e, numa escala mais alargada, da própria cidade, através da sua evolução, crescimento e consolidação no tempo. A abordagem de Muratori vai estar na origem, não apenas da escola de morfologia urbana italiana, com continuidade nos trabalhos de Gianfranco Caniggia, Giancarlo Cataldi, Luigi Maffei entre outros, mas terá uma influência significativa também em França através de Philippe Panerai e Jean Castex.

Por sua vez, os trabalhos de Giulio Carlo Argan "*On the typology of architectur*e" de 1963, ou o de Aldo Rossi intitulado "*L'architettura della città*" de 1966, vão recuperar a noção de Tipo proposta por Quatremère ou J. N. L. Durand, dando-lhes novamente destaque na teoria da Arquitectura. Para Rossi, o Tipo define-se como algo de permanente e complexo, um enunciado lógico que antecede a forma e que a constitui, e a Tipologia como o estudo dos elementos de uma cidade e da sua Arquitectura, que não podem ser mais simplificados ou reduzidos[135]. Estes trabalhos vão ter um efeito seminal na criação em Itália do movimento Neo-Racionalista, ou *La Tendenza*, com o objectivo de reenquadrar o Modernidade dentro das diversas referências culturais de cada contexto urbano para a construção de uma nova relação dialética entre o passado e o presente. Para arquitectos como Carlo Aymonino, Aldo Rossi ou Giorgio Grassi esta nova relação dialética deveria ser guiada a partir de uma teoria urbana autónoma que se focasse no estudo comparativo da forma urbana, utilizando uma abordagem tipo-morfológica.

[135] Rossi, A. (1995). *L'architettura della Cittá*. Cittá Studi Edizioni. (1963) pp. 32-33.



Esquema ideal. Conjunto de referências conceptuais ou informais e inteligíveis que antecedem todos os artefactos construídos.

Esquema teórico ou prático. Conceptualização elaborada a partir de um desenho rigoroso ou um conjunto de regras compositivas.

Grupo de artefactos construídos Objectos, Formas.

Representação concreta. Selecção de um artefacto como representação do grupo.

Esquema conceptual das invariantes formais encontradas num determinado conjunto de casos.

Figura 116 – Quadro síntese do conceito de "Tipo".

No contexto da dissertação utiliza-se o conceito de Tipo como definido por Argan, ou seja, uma síntese morfológica conceptual realizada a partir de um processo de análise sistemática de um grupo selecionado de precedentes arquitetónicos (artefactos) com diferentes soluções formais, comuns. O Tipo é assim entendido, não como algo que destaca as suas características enquanto estrutura que antecede a forma, mas antes como o resultado de uma operação lógica de síntese, uma reflexão realizada *a posteriori* sobre um conjunto de objectos pré-existentes. A realização desta síntese conceptual, está assim intrinsecamente vinculada ao seu autor e, por conseguinte, mesmo face a um mesmo universo de casos de estudo são teoricamente possíveis conclusões diversas, concordantes ou contraditórias, mas sempre válidas. Entende-se, portanto, a metodologia que estuda os Tipos de diferentes objectos como Tipologia, tal como Morfologia será a metodologia que estuda as lógicas formais de diferentes objectos de estudo. **À junção destas duas metodologias chamamos Tipo-morfologia, ou seja, o estudo dos Tipos a partir das suas regras de composição formal.**

Se o Tipo é considerado como uma reflexão *a posteriori*, importa salientar uma outra estrutura tipológica que antecede a construção dos artefactos, ou seja, que existe *a priori* e que influência de modo consciente ou inconsciente o desenho destes, ou seja o Arquétipo. Esta estrutura conceptual tem uma natureza abstracta, não materializável, e que existe na consciência dos construtores dos artefactos. Um exemplo paradigmático desta consciência encontra-se na arquitetura vernacular, que tende a seguir de um modo quase inconsciente pautas comuns, ou seja, Arquétipos, que contribuem assim para a constituição de uma paisagem construída homogénea. Ao contrário do Tipo, que é apenas uma síntese conceptual dos artefactos, o Arquétipo, enquanto estrutura abstracta, possui uma relação dialética com estes. Tanto os artefactos resultam da influência directa do seu Arquétipo como o próprio Arquétipo é também o resultado do universo dos artefactos, progressivamente evoluído, alterando-se as suas directrizes.

A aplicação dos princípios que controlam o arquétipo numa estrutura consciente, através do desenho, da teoria ou da construção, faz desta um Modelo, ou seja, algo que é repetível de um modo sistemático e consciente. Por outro lado, também o conceito de Tipo, enquanto síntese conceptual não abstracta, tem uma expressão formal concreta, ainda que tendencialmente esquemática. A utilização de um artefacto ou de edifícios para representar determinado Tipo faz deste um Estereótipo.

Figura 117 – Detalhe da pintura "A escola de Atenas" com as figuras de Euclides ou Arquimedes.

Geometria Proporção e Medida

No contexto da definição do conceito de Tipo, importa ainda destacar o papel que a Geometria a Proporção bem como as Medidas tiveram na concepção dos diversos tipos arquitectónicos. O amadurecimento da Arquitectura é indissociável da respectiva evolução e/ou involução no campo da geometria, da matemática e da aritmética, com as formas construídas na antiguidade a apresentar progressivamente um maior refinamento e sofisticação de modelos arcaicos. Estes seriam realizados não apenas nos materiais, mas também nas proporções, agora desenhadas essencialmente a partir de elaboradas composições aritméticas e geométricas. Temos, reconheça-se, pouca informação de autores antigos sobre os métodos de concepção utilizados durante esta fase inicial da disciplina; no entanto sobrevive no posterior tratado "*De architectura libri decem*" de Vitrúvio uma evidência fundamental da Arquitectura antiga, dos seus métodos e processos de concepção e construção[136].

Para Vitrúvio a concepção arquitectónica deve ser regulada por seis princípios fundamentais: *ordinatio* (do grego *taxis*), *dispositio* (do grego *diathesin*), *eurythmia*, *symmetria*, *decor* (do grego *perpon)* e *distribuitio* (do grego *oikonomia*). A tradução dos termos não é clara, especialmente quando se procura compreender qual o entendimento que o autor lhes dá. A interpretação que na actualidade parece oferecer uma melhor correspondência é a que entende que estes termos representam uma dualidade entre os processos e os atributos da concepção. Assim a *ordinatio* corresponderá ao processo de cálculo que gera a *symmetria*; a *dispositio* o processo de composição que gera a *eurythmia;* e a *distribuitio* o processo de avaliação que gera o *decor*. Face a esta interpretação, a ***symmetria*** deve ser entendida como a relação, a proporção ou a comensurabilidade das partes face ao todo em harmonia através de rácios aritméticos ou geométricos, a beleza abstracta ou o equilíbrio entre as partes. Em complemento, a ***eurythmia*** corresponde à beleza física, formal, resultante da qualidade do desenho das diversas componentes do edifício, colunas, portas, janelas etc…. Finalmente, o ***decor*** corresponde à adequação do desenho do edifício à sua função, ao seu programa - religioso, social, económico -, como seja, por exemplo, o caso de se perceber se a riqueza da decoração é coerente no interior e no exterior, e se o programa decorativo se adequa à função.

[136] Wilson Jones, M. (2000). *Principles of Roman Architecture*. Yale University Press. p. 38.

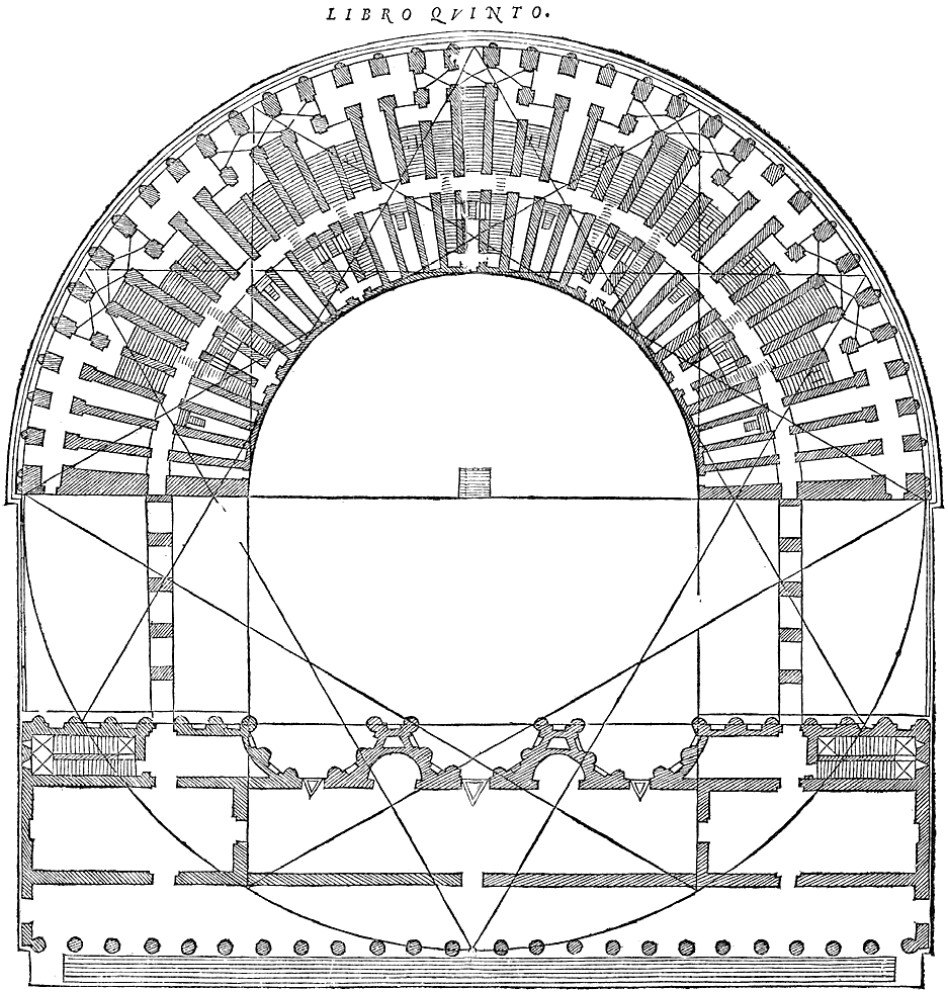


Figura 118 – Geometria do teatro romano segundo Andrea Palladio.

Para além destes seis princípios associados à concepção, Vitrúvio considera que o sucesso de um edifício resulta ainda de três pré-requisitos, estes de fácil tradução e interpretação: *firmitas* (ou solidez), *utilitas* (ou utilidade) e *venustas* (ou beleza). Esta síntese de Vitrúvio, repetida por inúmeros arquitectos posteriores, de Alberti a Le Courbusier, é relativamente autónoma face aos seis princípios, sendo que o próprio Vitrúvio irá utilizar alguns dos seis princípios a par dos três pré-requisitos de um modo discricionário numa parte diferente do tratado, juntando a *venustas*, o *decor* e a *firmitas* (De Architectura 6, 7, 7)[137]. De algum modo, em algum lugar, e de alguma forma todas as diversas "qualidades arquitectónicas" constantes em Vitrúvio interagem, se correspondem e se interrelacionam[138]. Vitrúvio aborda ainda alguns aspectos técnicos como por exemplo os tipos de alvenarias (no livro II), porém um dos aspectos mais interessantes é precisamente no modo como os arquitectos antigos abordam a questão do desenho: '1. *This is how to make the configuration of the theater itself. Whatever the size of the lower perimeter, locate a center and draw a circle around it, and in this circle drawn four triangles with equal sides and equal intervals. These should touch the circumference of the circle. (By these same triangles, astrologers calculate the harmonies of the stars of the twelve signs in musical terms.) Of these triangles, take the one whose side will be closest to the performing platform. There, in that area that cuts the curvature of the circle; lay out the scaenae frons and draw a parallel line from that place through the center of the circle; this will divide off the platform of the proscenium and the area of the orchestra*.' (De Architectura, 5.6.1)[139]. De algum modo, em algum lugar, e de alguma forma, todas as diversas "qualidades arquitectónicas" constantes em Vitrúvio interagem, correspondem-se e interrelacionam-se[140].

Vitrúvio aborda ainda questões técnico-práticas como por exemplo os tipos de alvenarias e outros sucedâneos edificatórios (no livro II); porém, um dos aspectos que aqui mais nos interessam é, precisamente no modo como os arquitectos antigos abordam a questão do desenho na concepção arquitectónica: "7. *Now it is not possible to have the proportional systems for every theater carried out according to every principle and to every effect. Instead, it is up to the architect to note in which dimensions it will be necessary to pursue symmetry and in which to make adjustments according to the nature of the site or the size of the project*." (De Architectura, 5.6.7)[141].

---

[137] Ibid. pp. 44-45.
[138] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 948.
[139] Vitruvius. (1999). *Ten Books on Architecture* (I. Rowland, Trans.). Cambridge University Press. pp 68-69.
[140] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 948.
[141] Vitruvius. (1999). *Ten Books on Architecture* (I. Rowland, Trans.). Cambridge University Press. p 69.

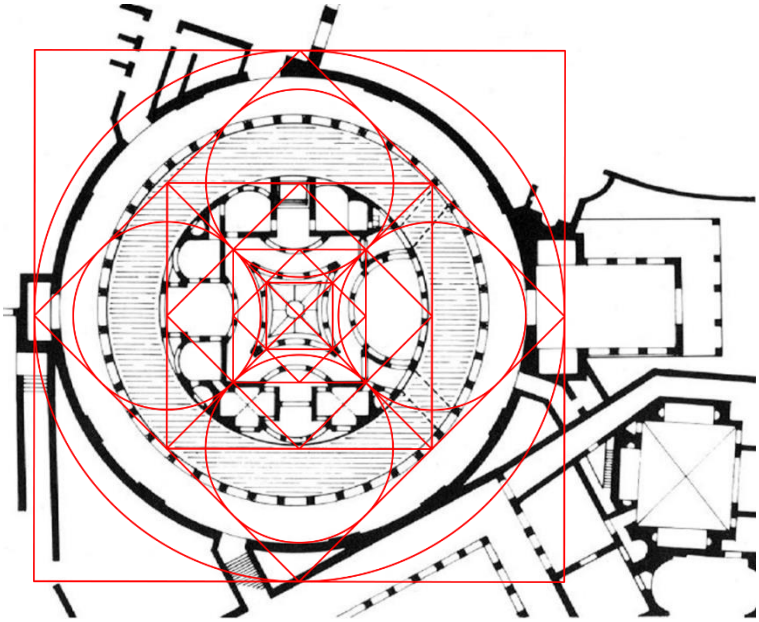


Figura 119 – Hipótese de Traçado Regulador do recinto conhecido como Teatro Marítimo na Vila Adriana, a partir de uma geometria *ad quadratum*.

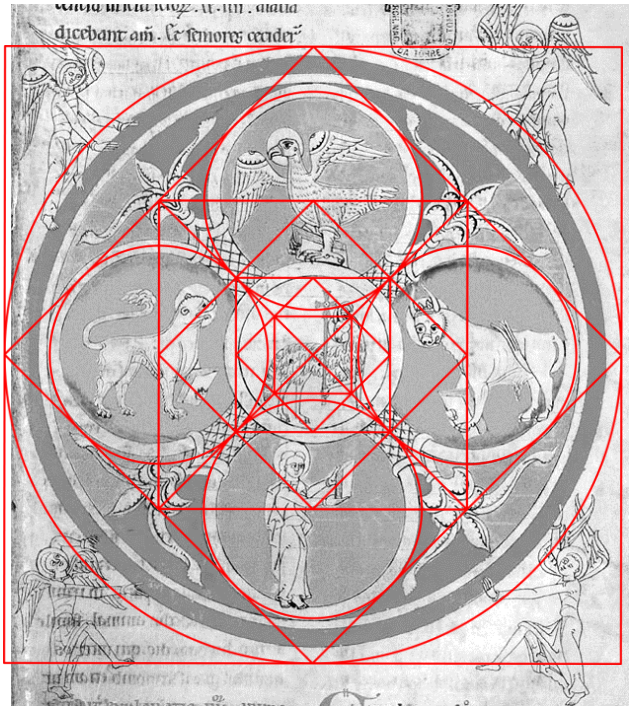


Figura 120 – Traçado Regulador do Teatro Marítimo sobre o Folio 90 do manuscrito "Apocalipse de Lorvão" elaborado no século XII.

Vitrúvio descreve claramente na sua obra como um esquema geométrico, ou seja, um "sistema de proporções" ou "traçado regulador" é aplicado como esqueleto geométrico para apoiar o desenho, não só de um edifício em particular, mas antes de toda uma tipologia edificada, neste caso os teatros. Parece ser assim claro (e é-o certamente) que para o autor, este tipo de esquemas geométricos deveria ser utilizado para as principais tipologias de edifícios, explicando desta feita, a considerável semelhança formal entre os vários fóruns, teatros, templos e anfiteatros, como resultado da utilização sistemática e consciente de um conjunto de traçados reguladores partilhados entre várias obras.

O tratado de Vitrúvio vai permanecer como referência, mantendo-se mesmo em circulação contínua durante a Antiguidade Tardia e Idade Média, existindo dezenas de exemplares documentados desde o século IX até ao século XV[142]. Assinale-se, aliás, que tratados como "De Architectura" de Vitrúvio ou os "Elementos" de Euclides vão manter-se em continua disseminação pela Europa, mesmo através de versões incompletas ou algumas vezes deturpadas, sobretudo em meios restrictos geralmente associados aos *scriptoria* dos grandes conjuntos monásticos, perdendo no processo as imagens que eventualmente acompanhavam os seus textos. A transmissão continuada dos tratados de Vitrúvio e Euclides no mundo pós-clássico vai assegurar a preservação parcial dos principais elementos teóricos e conceptuais da Arquitectura e geometria clássica numa linha de continuidade permitindo eventualmente a sua "redescoberta" e reinterpretação no final da Idade Média. A sobrevivência parcial testes tratados, conhecidos através de *fragmenta*, terá auxiliado a manutenção de uma cultura de geometria prática. aplicada nos grandes estaleiros de obras ao longo da Antiguidade Tardia e Idade Média. O desenho das igrejas-basílicas e catedrais medievais mantem assim uma continuidade directa com as práticas de geometria euclidiana e agrimensura utilizadas desde a antiguidade clássica. Este conhecimento prático seria também auxiliado por vários tratados e compilações medievais de geometria, assim como vários desenhos de obras, que seriam partilhados entre mestres de diferentes estaleiros, e dos quais pouco sobreviveu até aos dias de hoje[143]. As obras e os textos sobreviventes dos construtores medievais transmitem uma noção de continuidade, ainda que imperfeita, entre a Antiguidade Clássica e os tempos medievais na utilização de esquemas geométricos ou traçados reguladores para controlar o projecto dos edifícios.

[142] Recht, R. (1995). *Le dessin d'architecture*. Biro Éditeur. p. 92.
[143] Entre os textos sobreviventes, frequentemente tardios, destaca-se as páginas do trabalho realizado por Villard de Honnecourt no século XIII.

Figura 121 – Utilização da Groma na delineação inicial de edifícios públicos romanos.

O estudo dos tratados clássicos e medievais de geometria e Arquitectura evidencia assim uma continuada cultura prática de concepção e construção de edifícios através de complexos esquemas geométricos, ou seja, de "Traçados Reguladores". Estes traçados eram desenhados a partir do uso frequente de um conjunto de formas base sobre as quais são aplicadas depois várias operações de geometria prática como rebatimentos e divisões para gerar formas progressivamente mais complexas. Estes esquemas ou traçados reguladores estariam presentes não só nas plantas dos edifícios singulares, mas também nos seus alçados, cujos principais elementos seriam "montados" provisoriamente em plano sobre um desenho pré-estabelecido antes de serem colocados na empena do edifício em construção. Este processo encontra-se documentado no caso dos edifícios romanos, no desenho do frontão do Panteão reproduzido ao modo de "traçaria", em escala 1:1, no empedrado que rodeava o Mausoléu de Augusto, onde teria sido inicialmente montado em plano. Como este, existem inúmeros exemplos semelhantes em várias catedrais românicas e góticas. A função destas composições é tradicionalmente associada a questões de harmonia e beleza e mesmo a temas mais intrincados de ordenamento e de simbologia cósmica, divina (a excessivamente valorizada "geometria sagrada"). No entanto, se estas questões pudessem estar presentes no acto do traçado, a principal razão da sua existência parece ser de ordem prática. Esta asserção, valorizando a componente prática, pragmática, sobre a simbólica, é apoiada pela aparente continuidade desta metodologia de desenho ao longo da Antiguidade Tardia e da Idade Média, mantendo-se relativamente inalterada apesar das significativas transformações culturais entre o paganismo e o cristianismo que resultaram numa alteração radical dos paradigmas religiosos e simbólicos.

Parece assim que a principal contribuição destes esquemas geométricos para o desenvolvimento da obra reside no facto de através dos mesmos ser possível de um modo extremamente eficiente copiar o desenho de um determinado projecto, do "papel" para o terreno mantendo ao mesmo tempo um elevado rigor. Ou seja, a concepção de um edifício através destes esquemas permitia aos mestres pedreiros reproduzir no terreno, com ferramentas simples, como cordas e estacas as principais operações geométricas de rebatimento, divisão e medição (literalmente, *geo-metria*). Com este esqueleto geométrico aplicado no terreno seguir-se-ia de um modo mais fácil o processo de reprodução do desenho de pormenor garantido através do traçado regulador que as diversas partes manteriam em coesão e em articulação global como um todo.

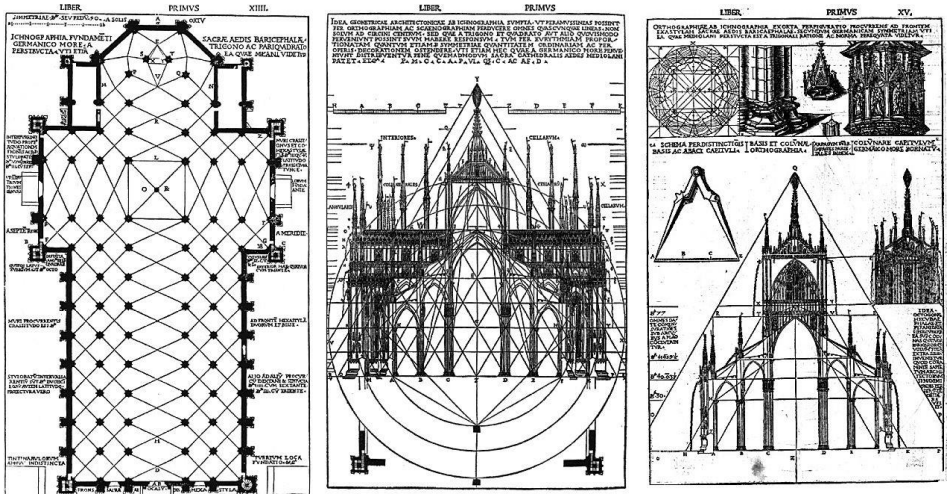


Figura 122 – Esquema geométrico *ad triangulum* aplicado na Catedral de Milão, segundo Cesare Cesariano.

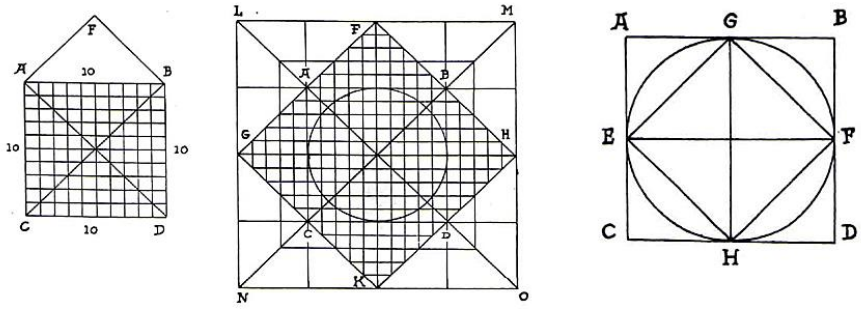


Figura 123 – Esquema geométrico *ad quadratum* segundo Cesare Cesariano,

Esta coesão e harmonia global seria aliás uma das principais preocupações aplicadas no desenho dos traçados. No processo de duplicação de um desenho, caso este se desenvolva, por exemplo, linearmente, a cada elemento reproduzido é acrescentada uma pequena margem de erro que se vai gradualmente somando até resultar num visível desacerto entre o desenho original e a cópia. No entanto, se o processo de cópia for conduzido do geral para o particular, das formas maiores para as menores, a margem de erro no processo de cópia é diluída pelo desenho no seu todo, resultando num desenho mais fiel ao original e em que as várias partes mantêm uma maior harmonia com o todo. Deste modo, para garantir esta harmonia global, os traçados reguladores são quase sempre aplicados das formas maiores para as menores num processo de constante progressão através da divisão, subdivisão, transformação, e repetição, de tal modo que Paul Frankl descreve de forma lapidar

a estética medieval como "tudo o que pode ser dividido, é dividido"[144]. (Acaso restassem dúvidas quanto à continuidade dos processos acima relatados, e de como a sua projecção no tempo se adequa às práticas diversas de distintas épocas, eras, ou "estilos", podemos remeter para as demonstrações de considerável precisão, senão mesmo absolutamente fidedignas, levadas a cabo por Lorenzo Árias Paramo[145] destinadas à interpretação da composição e construção dos edifícios asturianos dos séculos VIII-X, com grande cópia de argumentos acompanhados por um trabalho notável de pesquisa de campo e de prancheta – de "desenho", como gostamos de salientar –, nos quais não nos deteremos por evidente economia de espaço e em função, aliás, dos exemplos que iremos explorar mais adiante.)

As formas de base utilizadas nos traçados reguladores resultam invariavelmente da utilização das mesmas formas elementares: o círculo, o triangulo, o quadrado, e o pentágono. Estas formas seriam infinitamente divididas e combinadas com recurso ao processo de progressão geométrica do desenho para uma forma mais reduzida através da união dos pontos intermédios das formas base, ou seja, a partir da aparente rotação da forma, resultando nos esquemas "ad triangulum", "*ad quadratum*" e no mais invulgar "*ad pentagonum*". De entre estas formas destaca-se o uso predominante da geometria de base quadrada, quer através do "*ad quadratum*", quer através do rebatimento das suas diagonais para gerar rectângulos notáveis (áureo, sagrado, √2, √3, e √5).

A utilização dos traçados reguladores como elemento fundamental no desenho e construção de edifícios singulares vai manter-se entre a antiguidade clássica, a idade média e o renascimento, altura em que as inovações no campo da cartografia e a reformulação da geometria em função das medidas e algarismos torna os traçados reguladores gradualmente obsoletos. A invulgar longevidade deste processo torna a sua compreensão particularmente útil para a compreensão dos edifícios antigos em que a informação disponível é mais fragmentária, tendo o mesmo aplicação em situações tão variadas com um templo romano, uma catedral gótica, uma tercena medieval ou um convento setecentista, apesar das diferenças de período, função e estilo.

[144] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 985.
[145] Paramo, L. A. (2008). *Geometria y proporción en la arquitectura prerrománica asturiana*. Editorial CSIC.

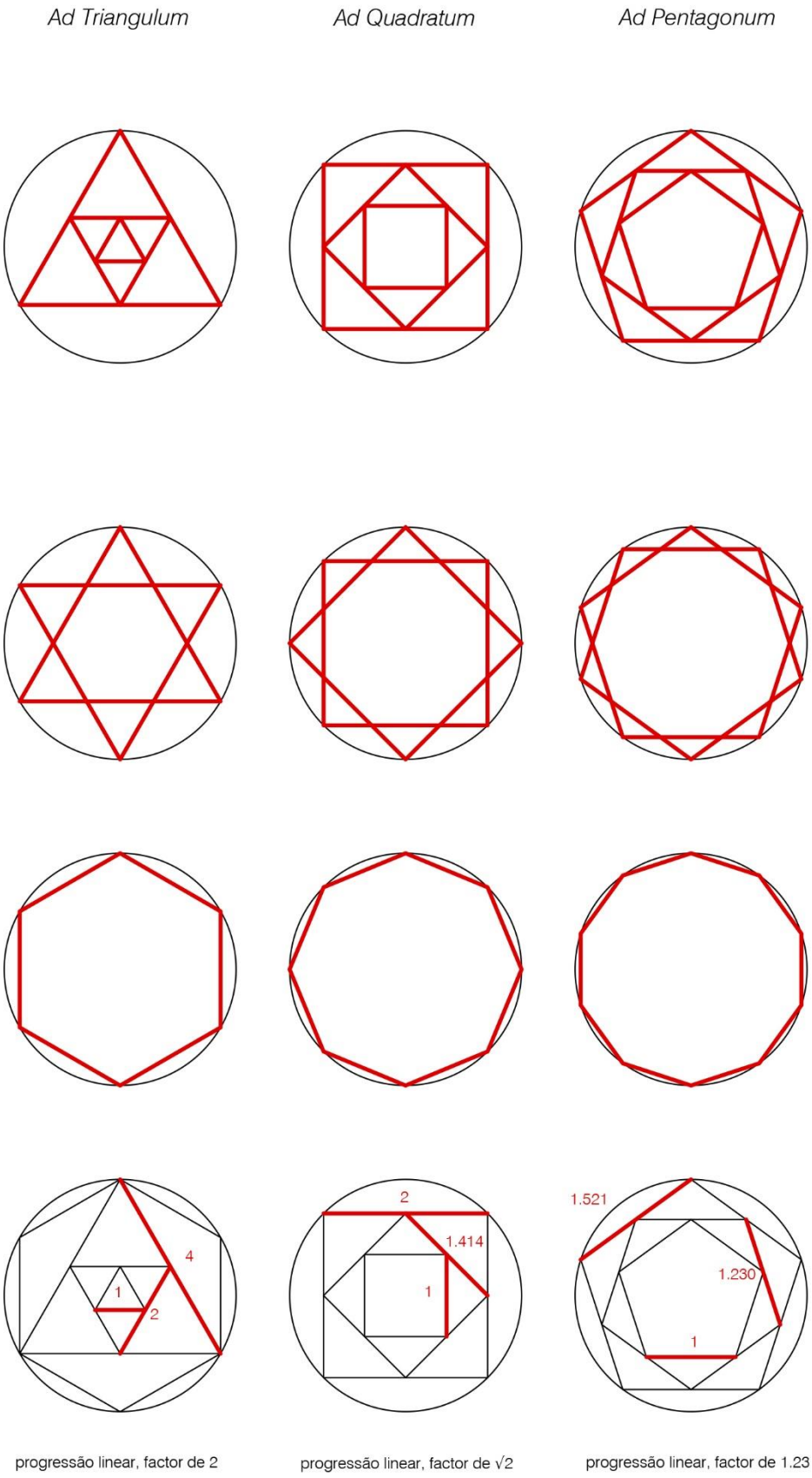


Figura 124 – Figuras geométricas essenciais utilizadas na aAquitectura a partir da geometria prática.

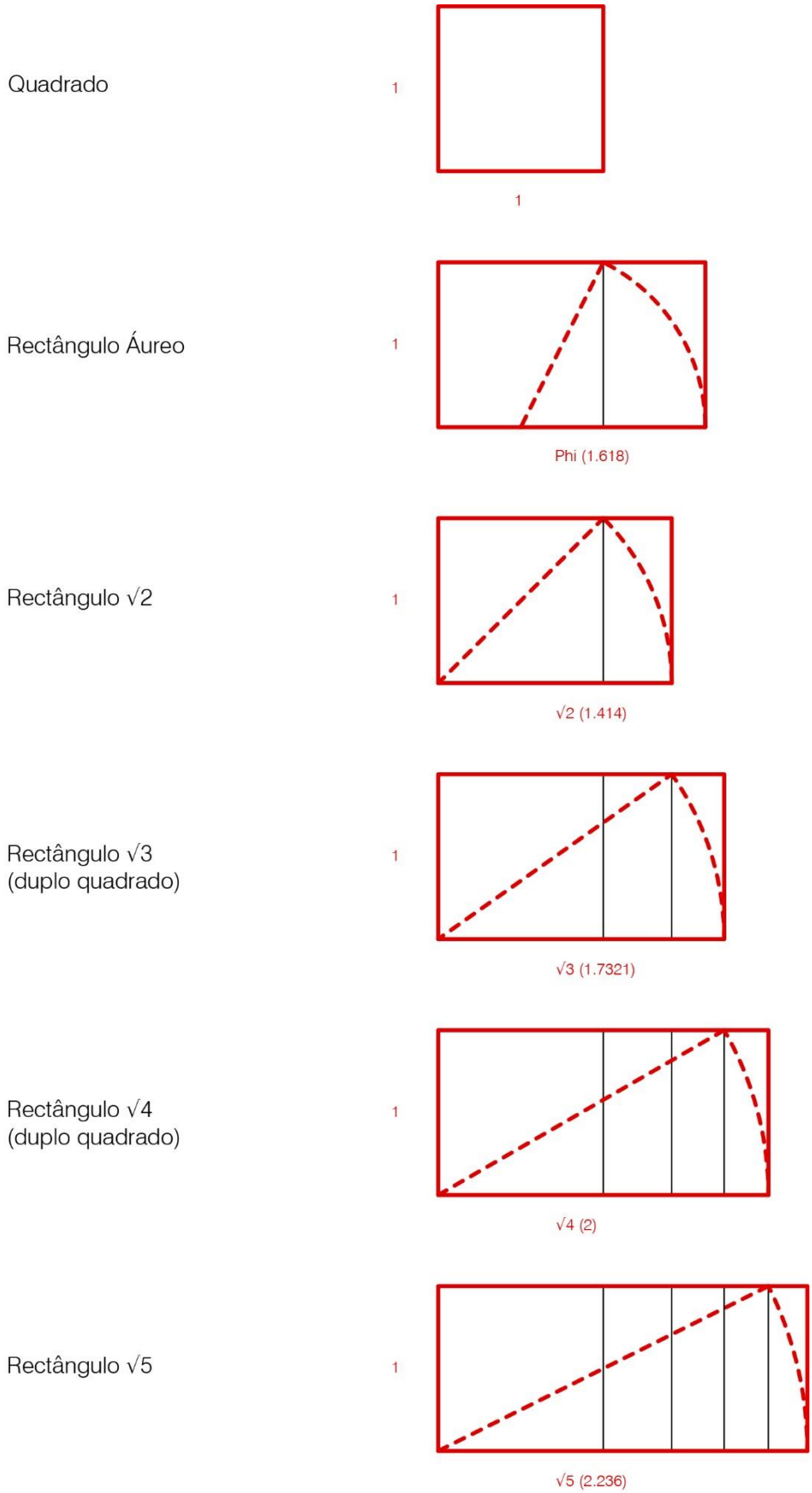


Figura 125 – Desmultiplicação do quadrado e geração de rectângulos harmónicos.

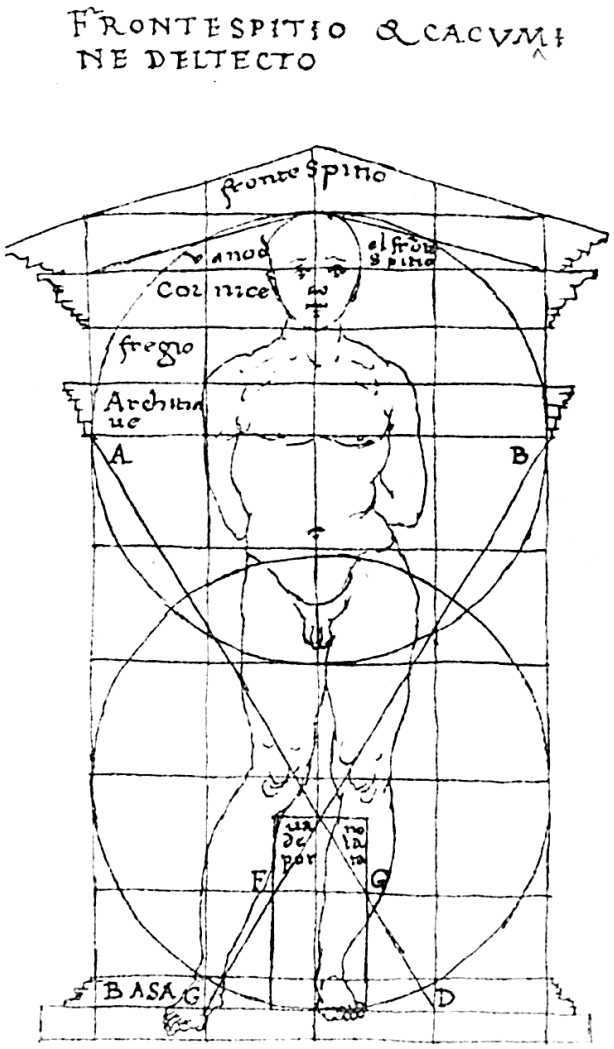


Figura 126 – Comparação entre as proporções da figura humana e a fachada de um edifício clássico.

É importante notar que as interpretações dos "Traçados Reguladores", presentes no projeto de edifícios antigos, continuam a ser uma abordagem controversa, uma vez que as leituras "*post-facto*" das estruturas construídas (e, em muitos dos casos aqui abordados, de estruturas autenticamente "*post mortem*"), são particularmente subjetivas e propensas a interpretações erróneas. Para além deste complexo cenário o simples ato de traçar uma linha sobre uma planta pré-existente pode criar uma conexão entre dois pontos que não existiria necessariamente *a priori*, ou seja, que pode não ter feito parte do projeto ou intenção original do arquiteto[146], sendo antes parte de uma interpretação *a posteriori*, dependente do enquadramento de quem estuda a plano. A subjectividade deste tipo de análise faz com que a correspondência entre o hipotético traçado regulador e a realidade dos vestígios quase nunca será suficientemente clara ou evidente para se tornar indisputável, permanecendo sempre no campo das hipóteses. Mas há que resgatar esta reserva, muitas vezes alicerçada nos levantamentos, cada vez mais pormenorizados e milimétricos. Na realidade (e aqui, reportamo-nos a uma realidade tangível - arqueologicamente tangível - e verificável arquitectónicamente até nas construções nossas contemporâneas!), não importa a precisão ou detalhe dado ao levantamento: as formas têm intrinsecamente nuances de difícil leitura. Nuances como a espessura material das paredes *vs.* a infinita falta de espessura da geometria, a existência de erros construtivos e deformações do plano, ou ainda a evolução e constante transformação dos edifícios ao longo da sua vida - em tudo, vectores reais e materiais bem conhecidos -, irão dificultar a leitura do traçado regulador original. Não será esse, ao que cremos, o nosso caso, já que, em primeiro lugar a projecção ou "lançamento" dos Traçados Reguladores que elaborámos se baseiam, como se verá, em sistemas simples e elementares, sem conotações que não sejam as de carácter pragmático; e porque as nossas pesquisas das fontes se encaminharam para o robustecimento dos elementos documentais/monumentais, fossem eles de carácter descritivo, fossem de carácter absolutamente físico, isto é, possuidores do "peso", da "presença" e da materialidade. Claro que haverá condicionantes, fatores agravados pelo ocasional descuido dos levantamentos, bem como pela natureza fragmentária dos vestígios, que contribuem para as reservas que acima referimos: mas não comprometem as conclusões ou os "lançamentos" das tramas geométricas, desde que o trabalho seja suportado em fontes devidamente consideradas fidedignas.

[146] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 1018.

Ou seja: se alguns dos problemas mencionados podem condicionar o estudo dos traçados reguladores para alguns edifícios, a análise dos mesmos a partir de leituras comparativas ou tipo-morfológica permite reduzir consideravelmente a subjectividade inerente à sua leitura. Esse tipo de análise destaca com clareza as componentes variantes e invariantes do desenho e, portanto, as respectivas regras essenciais de composição, permitindo justificar com maior segurança os traçados reguladores como parte de um conjunto mais amplo de regras de composição. Se esses argumentos podem comprometer o estudo dos traçados reguladores para a maioria dos edifícios, a análise dos mesmos a partir de leituras comparativas ou tipo-morfológicas, permite reduzir consideravelmente a subjectividade inerente à sua leitura. Esse tipo de análise destaca com clareza as componentes variantes e invariantes do desenho e, portanto, suas regras essenciais de composição, permitindo justificar com maior segurança os traçados reguladores como parte de um conjunto mais amplo de regras de composição.

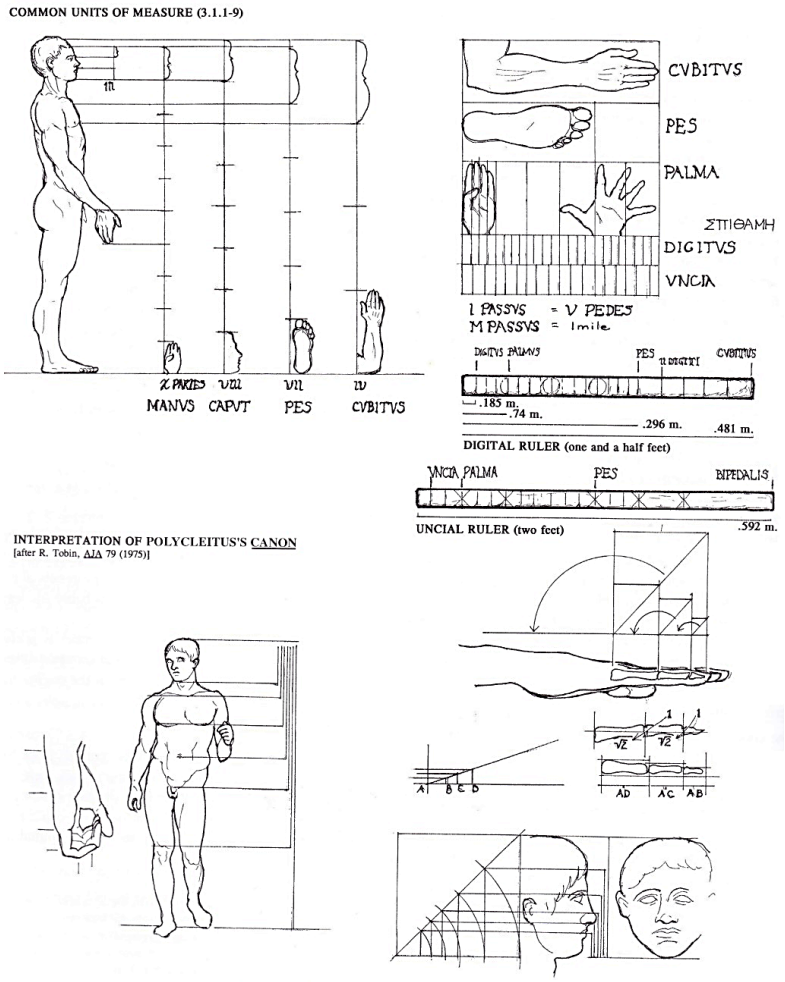


Figura 127 – Unidades de medida romanas e a sua relação com o corpo humano.

Para além da geometria, também as medidas são um elemento caracterizador determinante para a compreensão das estruturas construídas, sendo fundamental o estudo dos sistemas de medidas que determinaram essas construções[147]. As unidades de medida lineares teriam na antiguidade uma natureza antropométrica, o corpo humano e as suas partes constituintes surgiam como intermediários naturais e imediatos entre o Homem e a natureza. O corpo humano era entendido como modelo proporcional, de onde extraíam as medidas e as proporções a aplicar na Arquitectura.

"*Just as in the human body there is a harmonious quality of shapeliness expressed in terms of the cubit, foot, palm, digit, and other small units, so it is in completing works of architecture.*" (De Architectura 1.2.4)[148]

"*For Nature composed the human body in such a way that the face, from the chin to the top of the forehead and the lowermost roots of the hairline should be one-tenth [of the total height of the body]; the palm of the hand from the wrist to the tip of the middle finger should measure likewise; the head from the chin to the crown , one-eighth; from the top of the chest to the hairline including the base of the neck, one-sixth; from the center of the chest to the crown of the head, one-fourth.* (…) *The foot should be one-sixth the height, the cubit one-fourth, the chest also one-fourth. The other limbs, as well, have their own commensurate proportions, which the famous ancient painters and sculptors employed to attain great and unending praise.*" (De Architectura 3.1.2)[149]

Dos sistemas de medição antigos destaca-se pela sua erudição e posterior continuidade o sistema empregue pelos romanos. O sistema de medição romano era caracterizado por várias unidades de medida interrelacionadas através de múltiplos e submúltiplos em números perfeitos, tendo como principal unidade o *pes* ou pé romano. A dimensão do pé romano é conhecida a partir de instrumentos de medição recuperados em contextos arqueológicos, assim como a partir da sua representação em referenciais existentes em monumentos públicos, todos apresentado aproximadamente a mesma medida de 29.6 cm[150]. Para além do *pes* teríamos outras unidades de medida: o *digitus* (1⁄16 de um pé), o *palmus* (1⁄4 de um pé), o *cubitum* (um pé e 1⁄2); e para as medidas maiores: o *passus* (5 pés), o *actus* (120 pés), o *stadium* (625 pés) a *mille* (5000 pés) e a *leuga* (7500 pés).

[147] Cunha, R. (2014-2015). As medidas na arquitectura – uma perspectiva arqueológica. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, 137-149. p. 138.
[148] Vitruvius. (1999). *Ten Books on Architecture* (I. Rowland, Trans.). Cambridge University Press. p. 25.
[149] Ibid. p. 47.
[150] Wilson Jones, M. (2000). *Principles of Roman Architecture*. Yale University Press. p. 72.

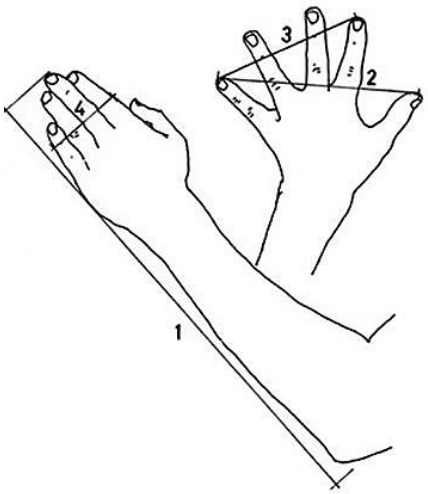


Figura 128 – Correspondência anatómica das quatro dimensões da quina: 1-Côvado, 2-Palmo, 3-Pamo menor, 4-Palma.

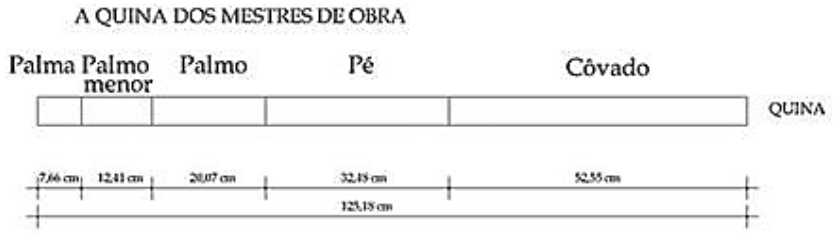


Figura 129 – A Quina de Pé de Reis.

O pé romano teria após a antiguidade tardia convivido no território peninsular com outros sistemas de medida entre os quais se destaca o sistema islâmico. Este seria dominado por duas unidades: o côvado comum "*ma' muniy ya*" ou "*mamuni*" de 24 dedos, e o côvado "*rassasy ya*" ou "*rassasi*" de 30 dedos. As suas dimensões foram estabelecidas por Félix Hernández através da análise da Aljama de Córdoba[151], com uma dimensão de 47,14 cm para o côvado *mamuni* e 58,93 cm para o côvado *rassasí*. O côvado *rassasí* apresenta ainda uma equivalência com o sistema romano correspondendo a aproximadamente 2 pés romanos[152]. Apesar da existência destes dois sistemas seria preferencialmente utilizado o côvado comum, tal como se verifica através da análise de Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes a partir do estudo de vários edifícios do período e contexto islâmicos existentes em Portugal[153]. De um modo semelhante ao sistema romano – do qual o Islão foi consciente herdeiro – existiriam, associado ao côvado *mamuni,* outras unidades de medida nomeadamente: O *dedo* (1/24 de côvado ou 1.96 cm), a *palma* ou *qabda* (1/6 de côvado ou 7.85 cm), a *mão-travessa* (1/4 de côvado ou 11.78 cm), o *palmo* (1/2 de côvado ou 23.57 cm), o *pé* (2/3 de côvados ou 31.43 cm), a *qasaba* (4 côvados ou 188.66 cm), e a *qala* (7 côvados ou 329.98 cm).

Provavelmente, desde o surgimento do reino português é implementado um novo sistema de medição, o sistema craveiro. Tal como os sistemas de medidas precedentes, este sistema recorria a várias unidades, algumas das quais denominadas a partir da parte do corpo humano com a qual apresentavam uma correspondência aproximada. Teríamos assim no sistema craveiro e como valores aproximados das principais unidades: o *dedo* (1.8 cm), a *polegada* (2.75 cm), o *palmo* (22 cm), o *pé* (33 cm), o *côvado* (66 cm) e a *vara* (110 cm)[154]. Paralelamente ao sistema craveiro era ainda frequentemente utilizado em Portugal durante a Idade Média o sistema do *pé de rei*. Este, com origem em França, é estipulado pela corte de Carlos Magno, e difunde-se rapidamente pelos estaleiros das construções religiosas, igrejas e mosteiros, chegando ao território nacional pelas mãos das primeiras ordens religiosas e militares de origem franca. Segundo o sistema do *pé de rei* ou de *Paris* as principais unidades seriam: o *dedo* (1.8 cm), a *polegada* (2.71 cm), a *palma* (7.22 cm) o *palmo* (21.66 cm) o *pé* (32.48 cm), o *côvado* (64.97 cm)[155].

---

[151] Jiménez, F. H. (1961-1962). El codo en la Historiografía Arabe de la Mezquita Mayor de Córdoba. Contribución al estudio del monumento. *Al-Mulk: anuario de estudios arabistas, Nº. 2*, 5-52.
[152] Hernández, A. J. (2015). La metrología histórica como herramienta para la Arqueología de la Arquitectura. La experiencia en los Reales Alcázares de Sevilla. *Arqueología de la Arquitectura, 12*.
[153] Cunha, R. (2014-2015). As medidas na arquitectura – uma perspectiva arqueológica. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, *66-67*, 137-149. p. 141.
[154] Cunha, R. (2003). *As medidas na arquitectura. Séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. Caleidoscópio. p. 144.
[155] Ibid. p. 144.

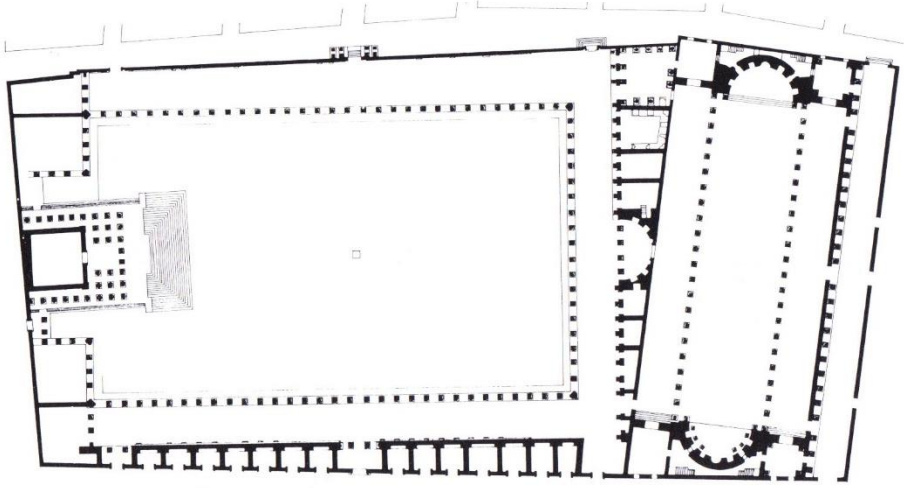


Figura 130 – A irregularidade do perímetro do Forum de Lepcis Magna mascarada através de espaços de transição.

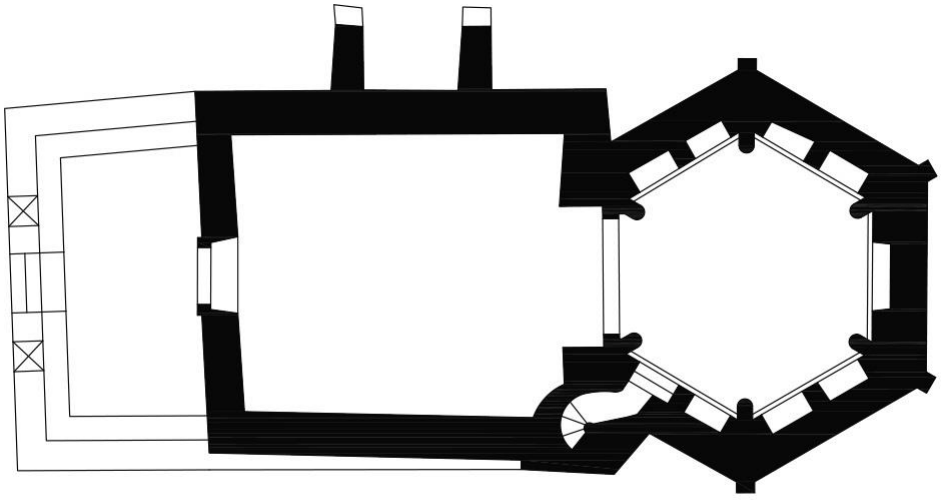


Figura 131 – Ermida de Santa Catarina em Monsaraz. Apesar da erudição do desenho a irregularidade do edifício é evidente.

Ambos os sistemas (o sistema craveiro e de pé de rei) apresentam unidades de medida e valores muito próximos, tendo coexistido durante toda a Idade Média no nosso território, aplicados indistintamente em várias construções contemporâneas civis, religiosas e militares. A aplicação dos dois sistemas era realizada na Arquitectura através de cinco medidas principais, o côvado, o pé, o palmo, o palmo menor e a palma. Estas cinco unidades eram dispostas linearmente numa vara cifrada, que por possuir as cinco dimensões era denominada de *quina*. A progressão destas dimensões na "quina" estava ainda directamente relacionada com a "série de Fibonacci", à "secção de ouro", assim como ao pentágono regular[156]. Por razões ainda desconhecidas, talvez relacionadas com a perda de influência dos mestres construtores franceses, tão evidente nas construções românicas e góticas, o sistema de pé de rei vai gradualmente desaparecer dos estaleiros portugueses até ao período tardo-medieval. A partir do século XVI, com as profundas transformações que sofrem os estaleiros nos modos de trabalho e na sua organização, e bem assim com o surgimento da Arquitectura "ao romano" e da tratadística normativa e prescritiva dos tratados editados em livro, as alterações serão sensíveis, mas mesmo assim arreigadas a processos que mantêm um módico de continuidade através do uso do sistema craveiro que passa a predominar, tornando-se no principal e longevo sistema de medição da Arquitectura no actual território português até à implantação do sistema métrico decimal no século XIX.

Apesar do papel determinante que os sistemas de medida têm na concepção arquitectónica importa considerar que para os arquitectos antigos a precisão raramente era um fim em si mesmo, desde que eventuais desacertos não fossem particularmente evidentes. A existência destes desacertos ou medidas irregulares é, aliás, frequente, quer pelos sistemáticos erros e imprecisões inerentes ao processo construtivo, quer pela concepção dos edifícios através de esquemas geométricos que geravam rácios proporcionais e não valores absolutos. Por outro lado, algumas medidas sofrem alterações significativas ao longo dos séculos mantendo apenas o nome em comum[157], tornando-se difícil saber a medida de referência utilizada durante a construção. Interessa assim, mais do que as medidas em si mesmas, "…o valor qualitativo do padrão de medida, em função do jogo de proporções que dela emana, podendo existir flutuações de estaleiro para estaleiro, ou de mestre para mestre, conforme o estalão ou bitola que usem."[158]

---

[156] Ibid. p. 34
[157] Ibid. p. 22
[158] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 1012.

"*Nescire autem quid ante quam natus sis acciderit, id est semper esse puerum. Quid enim est aetas hominis, nisi ea memoria rerum veterum cum superiorum aetate contexitur?*"

(Não saber o que aconteceu antes de se nascer é para sempre permanecer criança. Pois qual é o Tempo de um homem, senão estiver entrelaçado com a memória das coisas antigas, de uma idade superior?)

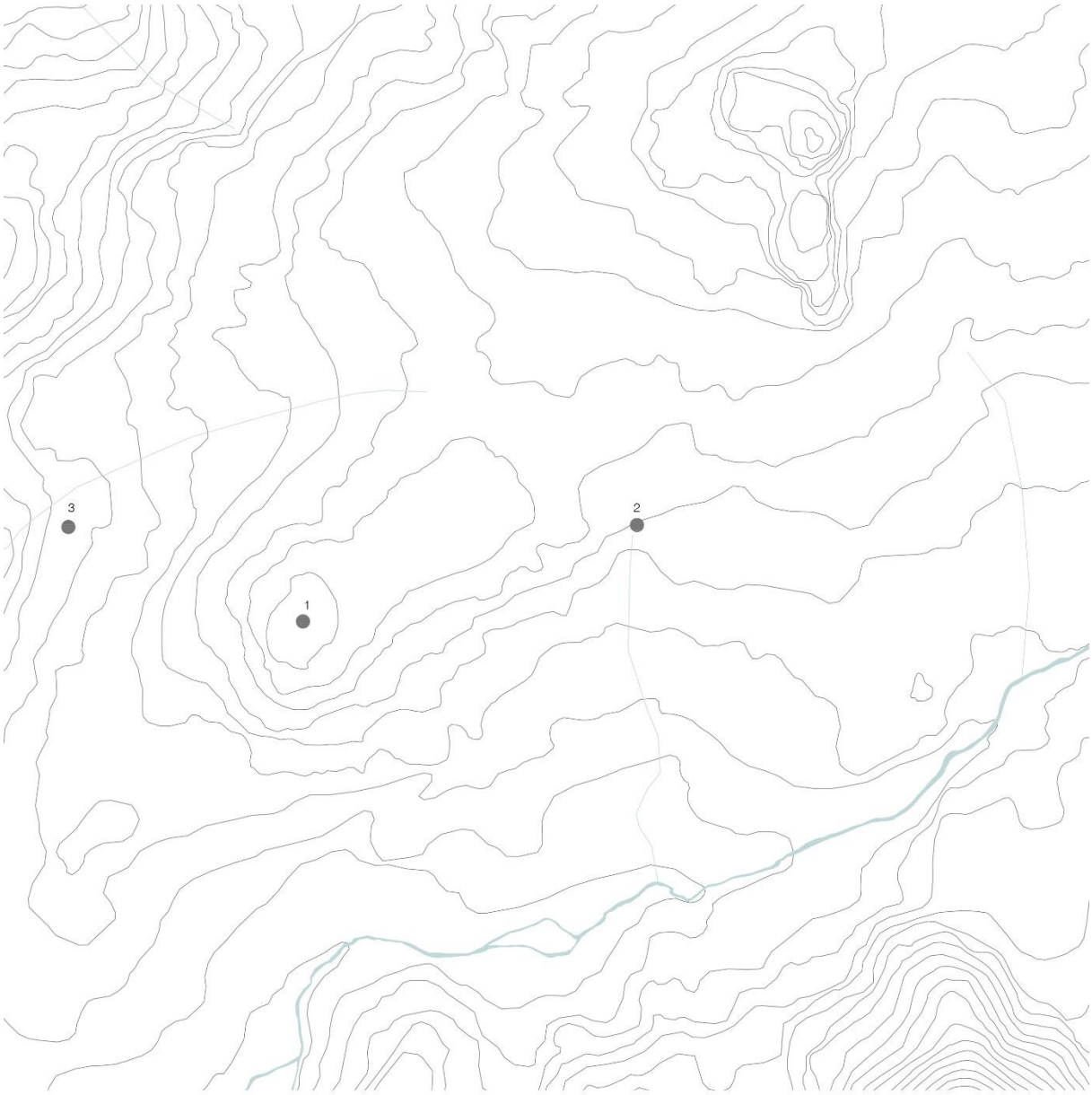
Marcus Tullius Cicero (Orator Ad M. Brutum, capítulo XXXIV, secção 120)

Parte II. Evolução da Forma

Braga

Braga Fase 1 (*ante* século I a.C.)

O campo dos *Bracari*



Legenda

1 - Santuário Indígena? (≈séc. II a.C.-séc. I a.C.)
2 - Fonte do Ídolo (≈Séc. II a.C.-séc. I a.C.)
3 - Balneário Indígena (≈Séc. II a.C.-séc. I a.C.)

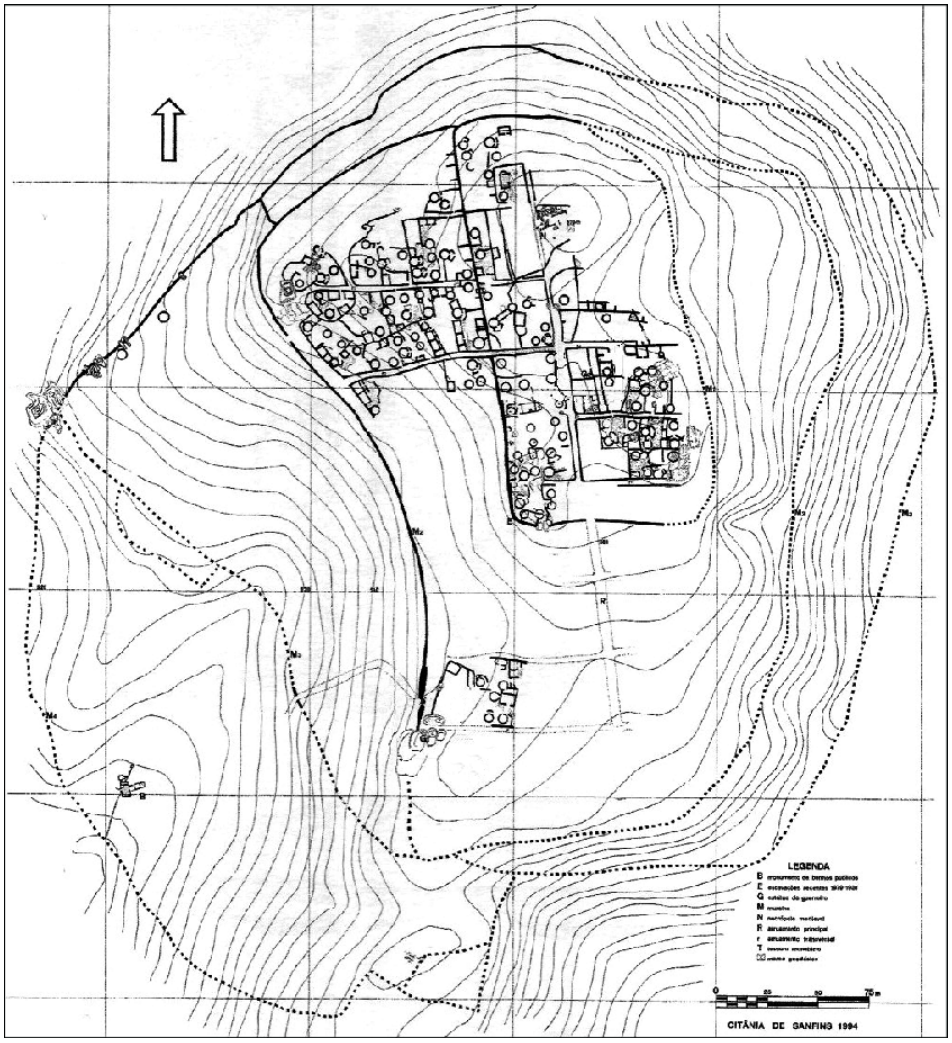


Figura 132 – Planta da citânia de Sanfins.

A área correspondente ao noroeste peninsular seria inicialmente marcada pelos tradicionais assentamentos do tipo castrejo, que partilhando um quadro cultural alargado, teriam provavelmente desenvolvimentos próprios de relativa autonomia entre cada comunidade. Esta realidade teria, contudo, sido transformada no período imediatamente anterior à ocupação romana, seguindo uma tendência de formação de unidades sociopolíticas alargadas. Assiste-se assim à formação de uma matriz de assentamento hierarquizada, em que grandes povoados com características centrais dominariam uma rede de castros de menores dimensões[159]. Em vários destes grandes povoados é possível assistir ao que parece ser um progressivo abandono das lógicas de ocupação tradicionais marcadas por uma ocupação informal e dispersa do espaço intra-muros a favor de composições de tendência ortogonal, proto-urbanas, definindo claramente espaços estruturados através de quarteirões e de vias principais e secundarias, denunciando a provável influência do contacto com as áreas romanizados do sul da península[160]. O território do noroeste peninsular apresentava na véspera da conquista romana um processo de concentração dos inúmeros povoados castrejos numa estrutura urbana emergente, que viria a ser explorada e potenciada pela romanização. A ocupação da península ibérica pelos romanos, iniciada no contexto da Segunda Guerra Púnica (218 a.C. - 201 a.C.), teria, com a consolidação de Augusto no poder, um novo impulso, sobretudo nas regiões a Norte que ainda escapavam ao controle de Roma.

A actual cidade de Braga situa-se em pleno coração da área ocupada pelos *Callaeci Bracari*. Este povo é pela primeira vez referido nas fontes romanas após a expedição militar que *Decimus Junius Brutus* realizou no território do Entre Douro e Minho, entre 138 -136 a.C tendo os *Bracari*, provavelmente a partir desse momento, estabelecido relações próximas com os territórios romanizados a Sul[161]. O precoce contacto desta região com o mundo romano vai marcar decisivamente a evolução da região, quer através de um maior desenvolvimento económico com o aumento das trocas comerciais, quer através de uma aproximação cultural já referida, patente no exemplo da crescente tendência para uma maior estruturação urbana.

[159] Martins, M. M., Lemos, F. S., & Losada, F. P. (2005). O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses. Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón. p. 264.
[160] Silva, A. C. F. d. (1995). A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C. *Revista da Faculdade de Letras : História*, *12*, 505-546. pp. 517–524.
[161] Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012a). *Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, Economia e Lazer*. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). p. 33.

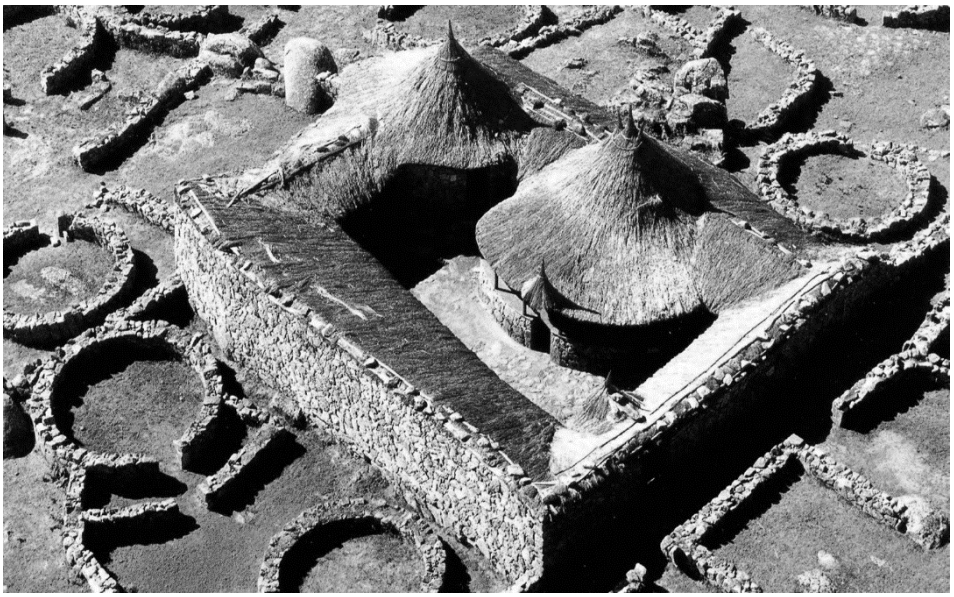


Figura 133 – Fotografia aérea de uma unidade doméstica reconstituída na citânia de Sanfins.

Figura 134 – Vestígios do Balneário Pré-Romano da Estação de Caminho de Ferro.

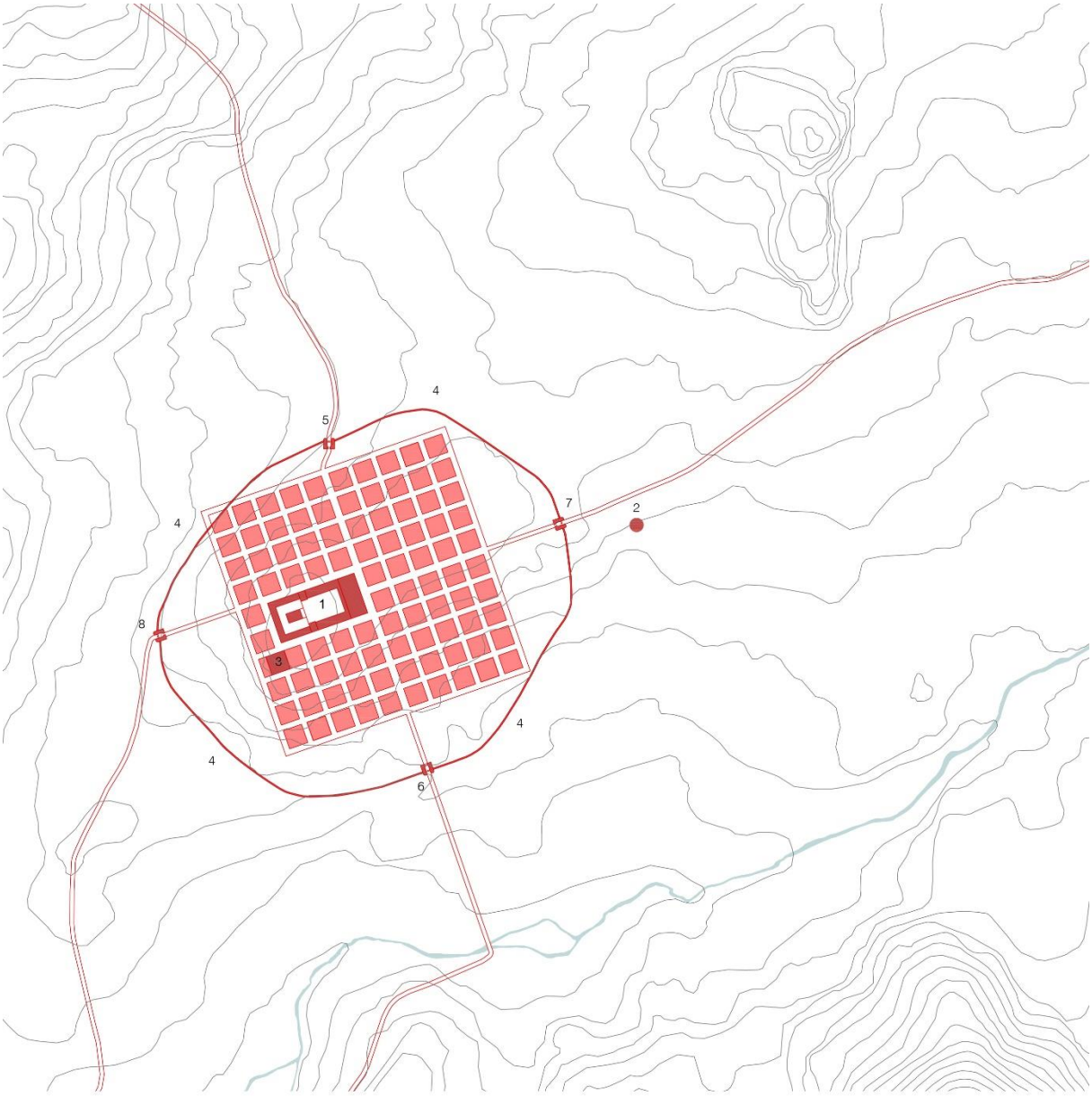
O sítio onde viria a ser implantada a cidade de Braga corresponde a uma pequena colina aplanada com cota máxima de 200m (Alto da Cividade), limitada a Sul pelo rio Este. Esta localização assume um elevado carácter estratégico dado o seu posicionamento central entre as bacias do rio Ave e Cávado, bem como pela proximidade imediata de vários importantes castros, indício de uma elevada concentração populacional[162]. Não foram, até ao momento, identificados claros vestígios habitacionais anteriores à fundação romana de Braga, pelo que parece provável não existir uma ocupação permanente do local antes da chegada dos romanos. Contudo esta ausência de evidências não exclui a existência de uma ocupação humana do território, tendo sido identificados vários vestígios de ocupação anterior à fundação da cidade. De entre estes vestígios destacam-se a Fonte do Ídolo, um fontanário de época romana cuja origem poderá estar relacionada com a existência de uma anterior nascente sagrada, e o Balneário Pré-Romano da Estação de Caminho de Ferro, uma estrutura de banhos aquecidos semienterrada datada da II Idade do Ferro e provavelmente associada ao culto ritual das águas[163].

Destaca-se ainda a descoberta de dois elementos escultóricos pré-romanos, uma estátua sedente masculina e uma cabeça de guerreiro semelhante às chamadas "estátuas de guerreiros lusitanos"[164]. O valor simbólico e ritual comum a todos estes vestígios aponta para uma utilização esporádica do território, provavelmente como espaço de um importante núcleo de práticas rituais. Por outro lado, o surgimento de algumas moedas e cerâmicas tardo-republicanas no Alto da Cividade, apontam também para uma utilização esporádica como lugar de trocas comerciais, talvez apoiadas na natureza central do sítio bem como numa incipiente rede de caminhos que seriam mais tarde aproveitados para a posterior estruturação da rede viária romana. Deste modo, os indícios apontam para que o sítio eleito para a edificação da cidade de Bracara Augusta tenha sido um local comunitário dos *Callaeci Bracari*, com grande valor simbólico e ritual, e no qual os elementos deste grupo se reuniriam para realizar cerimónias associadas ao culto de divindades, trocas comerciais e/ou discussão de assuntos de interesse comuns. Parece assim provável, neste contexto, que no ponto mais alto da colina do Alto da Cividade existisse um edifício de culto[165], talvez um templo ou um santuário indígena presidindo à paisagem aos espaços envolvente

[162] Martins, M., & Carvalho, H. (2016). As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. *Revista de Historiografía*, *25*, 219-243.
[163] Lemos, F. S. (2007/2008). Antes de Bracara Augusta. *Forum 42/43*, 203-239. pp. 216-222.
[164] Ibid. pp. 222-225.
[165] Ibid. p. 229.

Braga Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.)

Pax Augusta



Legenda

1 - Forum (séc. I a.C.)
2 - Fonte do Ídolo (séc. I a.C.)
3 - Horreum? (séc. I a.C.)
4 - Muralha Fundacional? (séc. I a.C.)
5 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
6 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
7 - Porta Este (séc. I a.C.)
8 - Porta Oeste (séc. I a.C.)

O processo de conquista do Norte peninsular teria a sua conclusão com a conclusão das Guerras Cantábricas (29 a.C. - 19 a.C.), dando lugar à chamada "*Pax Augusta*" de consolidação e reorganização administrativa da província, sobretudo através da promoção ou criação de novos núcleos urbanos. Esta estratégia resulta na fundação três novas cidades na região: *Lucus Augusti* (Lugo), *Asturica Augusta* (Astorga) e *Bracara Augusta* (Braga). A cidade de *Bracara Augusta* teria sido fundada *ex-nihilo* perto dos anos 15/16 a.C[166], preterindo as ocupações pré-existentes de Castros Galaicos, provavelmente pelas fortes condicionantes topográficas dos assentamentos castrejos. O local escolhido corresponderia, provavelmente, e como já foi referido, a um local sagrado no centro do território ocupado pelas populações indígenas da tribo *Bracari*. Seguindo um modelo comum, o território dos *Bracari* viria, assim, a ser integrado no mundo romano através da criação da nova urbe sede do *Conventus Bracarugustani*, que por um lado permitia às elites locais manterem um nível de controlo sobre a sua governação ao local e ao mesmo tempo integrava o território, na hierarquia administrativa do império romano[167].

Na sua fundação, a cidade romana de Braga teria seguido uma malha ortogonal regular de matriz quadrada. A sua composição assemelhava-se a um tabuleiro de xadrez composto por 10x10 módulos de 156 pés (46m). O interior de cada módulo seria ocupado por um quarteirão de aproximadamente 132 pés (35,5m) em redor do qual correria um pórtico com uma dimensão, em média, de 12 pés (3.5m); separando todos os quarteirões, as ruas possuíam, em média, 12 pés (3.5m). A este modelo acrescenta-se, ainda, o *Cardus* e *Decumanus Maximus* que teriam larguras próximas dos 24 pés (7.2m)[168]. As ruas seriam na sua generalidade ladeadas por um sistema de pórticos articulando os edifícios com o espaço público, com medidas compreendidas entre 10 a 15 pés de largura[169]. O desenho fundacional da cidade remete-nos para um grande quadrado com 10x10 quarteirões, (considerando os eixos de ruas de cada módulo, com cerca de 1560 pés, ou seja, 461.7 m) correspondente a cerca de 2,5 estádios romanos. Este desenho serve apenas como matriz ou modelo esquemático para representar a cidade, em que a realidade construída era certamente mais complexa.

---

[166] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM.

[167] Martins, M. M., Lemos, F. S., & Losada, F. P. (2005). O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses. Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón.

[168] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM. pp. 20-21.

[169] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 248-249.

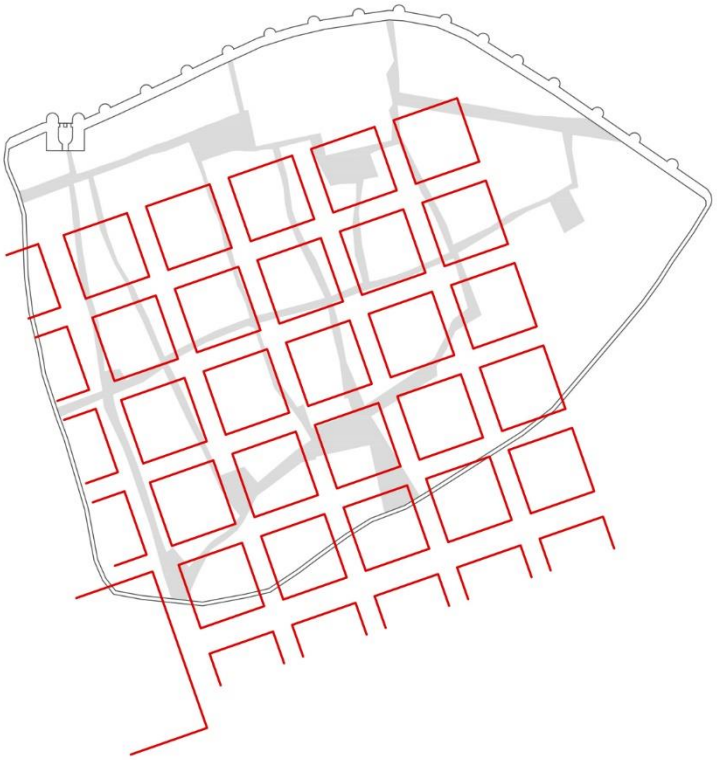


Figura 135 – Sobreposição entre o traçado oitocentista do Bairro das Travessas e o quadrante Nordeste da cidade romana.

A contração que o tecido sofreu durante a Antiguidade Tardia e a Idade Média vai conduzir ao abandono e substituição de cerca de 3/4 do antigo tecido urbano romano por campos agrícolas, perdendo-se, como consequência, a sua matriz formal. Na zona do Bairro das Travessas, em que se manteve uma ocupação continua desde o período romano até ao presente, ainda é possível, a nosso ver, compreender a matriz ortogonal da cidade romana. A partir da leitura da cartografia antiga produzida no século XIX, e anterior aos rasgamentos realizados no Bairro das Travessas durante o final do século XIX e início do século XX, é possível perceber as principais deformações que o tecido contemporâneo, este, de origem ou derivação medieval, apresenta em relação à matriz romana[170]. A matriz viária apresenta sobretudo uma continuidade com os arruamentos Norte-Sul (Rua Verde, Rua da Triparia, Rua de D. Gualdim, Rua da Erva, Rua Pequena, Rua dos Cegos), cujo número se mantêm praticamente idêntico, enquanto que no sentido Este-Oeste se verifica uma redução do número de arruamentos. Apesar destas alterações a lógica de orientação dos eixos mantem-se, ainda que apresentando um traçado que é agora relativamente sinuoso. Para além destas transformações, também o parcelamento dos quarteirões apresenta transformações profundas, que correspondem à substituição da estrutura de propriedade original de uma ou duas propriedades em cada quarteirão, por uma estrutura fragmentada de inúmeras parcelas compostas por lotes estreitos e profundos, tipicamente medievais, mantendo também eles, "grosso modo", os alinhamentos romanos.

A cidade seria servida por uma importante rede viária que a colocaria em contacto não só com a rede urbana próxima, mas também com importantes núcleos regionais. Do período fundacional datariam provavelmente quatro eixos principais, coincidentes com os quatro pontos cardeais: a Via XIX para Lugo, com saída provável pela porta norte[171]; a Via XVII para Astorga (por Chaves), com saída pela porta oriental[172]; a Via XVI para Lisboa, saíndo pela porta Sul[173]; e finalmente a Via XX para Fão, com saída pela porta ocidental[174], e cujo trajecto permanece controverso, mas que deve ter ficado fossilizado na Rua Doutor Felicíssimo Campos. Estas quatro vias estariam articuladas com as entradas Norte, Sul, Este e Oeste da cidade e, através destas, reportadas ao *Cardus Maximus* e *Decumanus Maximus*, sendo deste modo o acesso, feito sempre a partir dos mesmos pontos.

[170] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM.
[171] Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Doutoramento em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento da Universidade do Minho. p. 244.
[172] Ibid. pp. 244-245
[173] Ibid. p. 246.
[174] Ibid. p. 247.

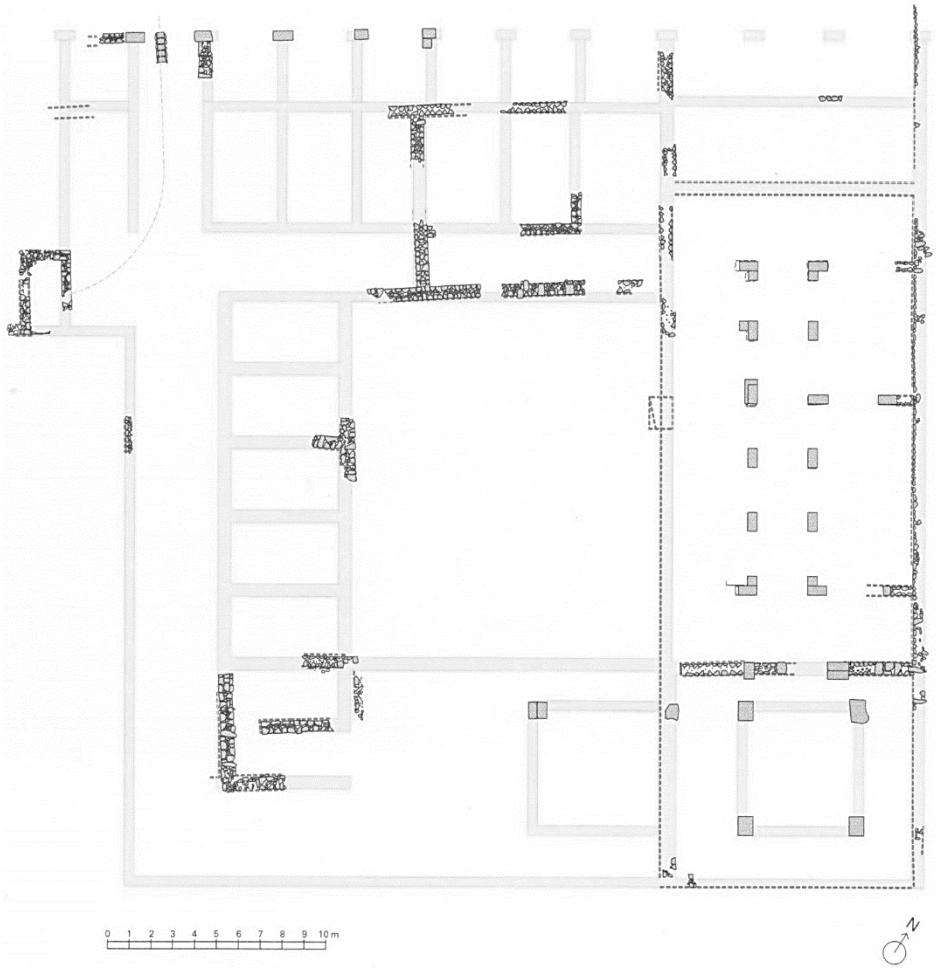


Figura 136 – Edifício identificado sobre as Termas do alto da Cividade.

A confluência das vias de acesso sobre os quatro pontos fundamentais de entrada na cidade indicia a existência desde o momento fundacional de um limite, uma muralha fundacional. A existência de muralhas é uma característica quase intrínseca às cidades romanas, mesmo em períodos de grande estabilidade militar, dado que o seu valor é muitas vezes apenas simbólico, religioso e legal ou administrativo, representando o limite físico (o *pomoerium*) entre a cidade e o campo, espaço onde, por exemplo, era permitida a realização de enterramentos. Assim, no urbanismo romano, a muralha não é apenas uma estrutura defensiva, mas também um elemento de estruturação espacial imprescindível à organização urbana. Em Braga não foram, até ao momento, recuperados quaisquer vestígios que possam ser identificados como correspondendo a parte de uma muralha fundacional; no entanto a sua existência não deve ser excluída. O seu hipotético perímetro deve, em grande medida, corresponder ao da posterior muralha romana tardia.

De um modo geral, o registo arqueológico referente aos primeiros momentos da cidade é, portanto, muito escasso, algo que será resultado das sucessivas transformações que esta terá tido ainda durante o período romano e que apagaram ou ocultaram os extractos anteriores, dificultando a sua leitura[175]; por outro lado é também possível que nos primeiros momentos de vida da cidade, grande parte do seu tecido urbano fosse construído com materiais perecíveis, que não deixariam quaisquer vestígios, sendo estes progressivamente substituídos nos séculos seguintes por uma edificação mais perenizável, possivelmente, alvenaria de pedra.

Uma das únicas construções que se pensa ser, aproximadamente, contemporânea da fundação da cidade foi identificada sob o complexo das Termas do alto da Cividade[176]. A estrutura, de difícil interpretação dada a sua transformação posterior em termas, teria provavelmente uma natureza comercial e de armazenagem, sendo provavelmente um equipamento do tipo *Horrea*. Os vestígios recuperados ocupavam parte de dois quarteirões, bem como o *Cardus* que os separava, sendo provável que o edifício completo se estendesse à totalidade daqueles dois segmentos[177].

[175] Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012b). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia* (pp. 29-67). Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).
[176] Martins, M. (2005). *As termas romanas do alto da Cividade*. UAUM - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. p. 11.
[177] Ibid. p. 18

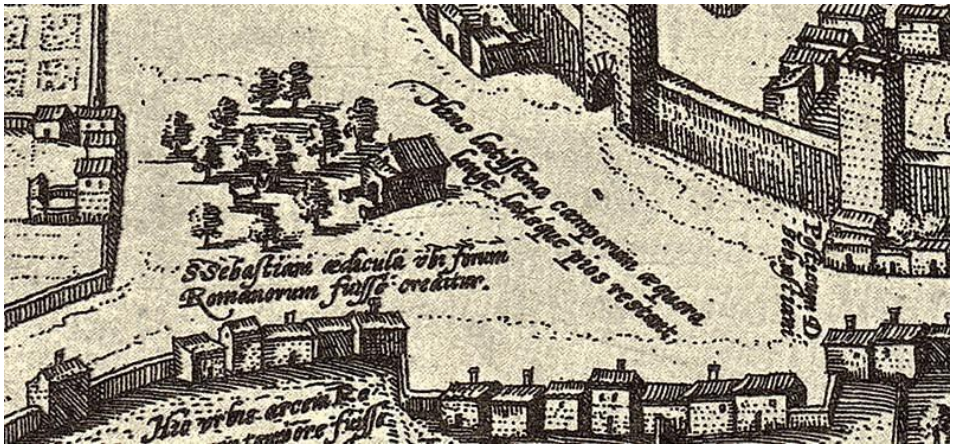


Figura 137 – Pormenor na gravura de Georg Braun, apresentando a legenda "forum romanorum"

Figura 138 – Largo Paulo Osório numa planta topográfica da cidade de Braga Folha XX planta topográfica de Francisco Goullard 1883/84.

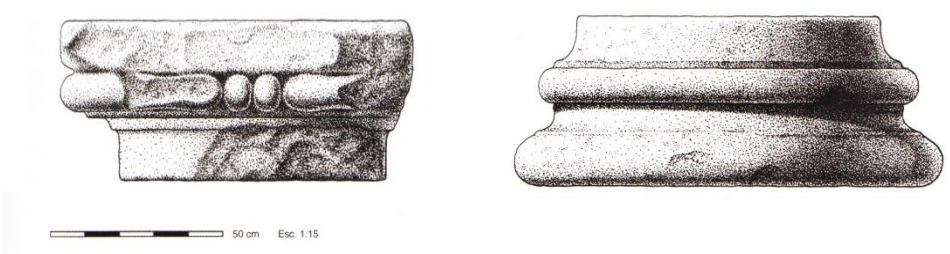


Figura 139 – Capitel e Base recuperados no Largo Paulo Osório.

Do edifício mais importante da cidade romana o fórum, não foram até ao momento identificados quaiquer vestígios claros ou inequívocos do edifício, no entanto, a sua localização aproximada pode ser facilmente deduzida a partir da intersecção do *Cardus Maximus* e *Decumanus Maximus*, e que coincide com o ponto topograficamente mais elevado da cidade. Este espaço, fundamental em qualquer urbe romana, teria inclusive mantido a sua memória histórica sendo identificado no século XVI através da referência no mapa de Braunio (Georg Braun, *Civitates Urbis Terrarum,* vol. V, 1598) a um *forum Romanorum* na zona do actual Largo Paulo Osório. Não só a memória do edifício teria perdurado, mas também paralelamente, se verifica uma continuidade aparentemente na forma e função de espaço publico que teria ocupado, atravessando a Idade Média como terreiro fora de portas até à contemporaneidade[178]. A configuração actual do Largo Paulo Osório parece ainda reflectir sem alterações significativas a sua forma desde, pelo menos, meados ou finais do século XVI, época da realização da gravura de Georg Braun, tendo as principais alterações deste espaço ocorrido já em época moderna, com a demolição das muralhas e a expansão da cidade para Sul com a abertura da Rua dos Bombeiros Voluntários e da edificação da respectiva sede. Por outro lado, para além das referências históricas, a descoberta de grandes bases de colunas durante a construção deste equipamento, bem como de capitéis monumentais no Largo Paulo Osório, oferecem indícios da existência de pelo menos um edifício de escala monumental na zona, aparentemente confirmando a localização do forum[179]. De entre estes elementos destacam-se um monumental capitel jónico que pertenceria a uma coluna de ordem com perto de 8.5 metros de altura[180]. Notavelmente, este elemento recuperado perto do local do que se supõe ser a antiga basílica do fórum, encontra fortes paralelos com os capiteis jónicos encontrados perto dos locais das basílicas romanas dos fóruns de Évora, Coimbra e Tomar, sugerindo a existência de modelos decorativos e compositivos comuns.

Apesar da ausência de outros vestígios materiais para comparação com outros edifícios semelhantes podemos supor que o fórum teria sido delimitado imediatamente, ou ao mesmo tempo que a restante malha urbana, ou seja logo em fase Augustana, ainda que a sua construção se possa ter alargado no tempo, tendo provavelmente sido também alvo de sucessivas campanhas de melhoramento e ampliação ao logo dos reinados posteriores.

---

178 - Georg Braun, *Civitates Urbis Terrarum,* vol. V (?), 1598, *"nova Bracarae Auguste descriptio"* (gravura datada de 1594; desenho base de data desconhecida).
179 Martins, M. (2011). *Braga Romana*. Universidade do Minho. pp19
180 Morais, R. (2010). *Bracara Augusta*. Câmara Municipal de Braga.

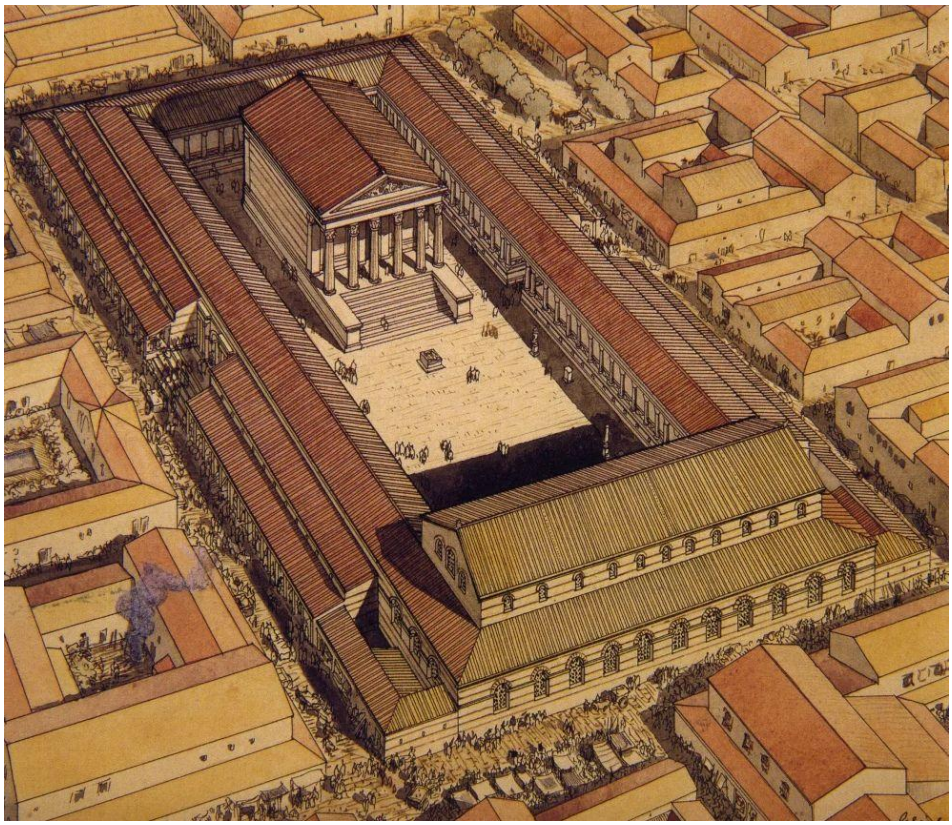


Figura 140 – Fórum romano de Paris, segundo Jean-Claude Golvin.

O desenho dos fóruns romanos tinha, no período entre o final da república e início do império, iniciado um processo de regularização formal e especialização funcional, criando uma nova geração de espaços públicos cuidadosamente projetados. Embora existam vários precedentes importantes, a construção do *Forum Cesaris* ou *Iulium* e do *Forum Augustum* são tipicamente considerados como o início de uma nova classe de fóruns, representando a incorporação arquitectónica da nova ordem imperial.

Ao contrário de seus antecessores da era republicana, estes novos fóruns deixaram de se constituir como uma praça pública cercada por um conjunto diversificado de edifícios, adoptando antes uma configuração de pátios fechados que abrigavam um espaço solene dedicado ao Estado, arquitectonicamente coeso e segregado da cidade. Se os antigos fóruns republicanos podem geralmente ser considerados como praças abertas rodeadas por diferentes edifícios, os fóruns imperiais são, conceptualmente, um único edifício público, unidades arquitetonicamente uniformes com um pátio aberto no seu interior. Esta mudança conceptual reflete-se também no seu posicionamento urbano; como praças públicas; enquanto que os fóruns republicanos eram geralmente colocados nas interseções de várias ruas importantes, os fóruns imperiais, enquanto edifícios singulares, eram tipicamente situados ao longo (mas separados) das ruas principais.

O desenho destes novos edifícios resulta do posicionamento axial de três elementos-chave: o templo e a *area sacra,* o pátio ou praça, e a basílica. Ao redor destes elementos principais teríamos um conjunto de pórticos onde se situavam outras funções menores, as lojas, a cúria, o *aerarium*, etc... Com base na sua ampla expressão e considerável uniformidade de desenho este modelo é considerado por alguns autores como um subtipo independente da denominado "Fórum Tripartido"[181]. A configuração destes edifícios evidencia uma notável semelhança morfológica, que mais do que consistente com um modelo tipológico comum, sugere antes a forte possibilidade de ter existido um projeto ou modelo arquitectónico comum ou matricial que terá sido copiado ou utilizado como referência para a construção destes edifícios.

[181] Gros, P. (1996). *L'architecture romanine. 1. Les monuments publics*. Picard.

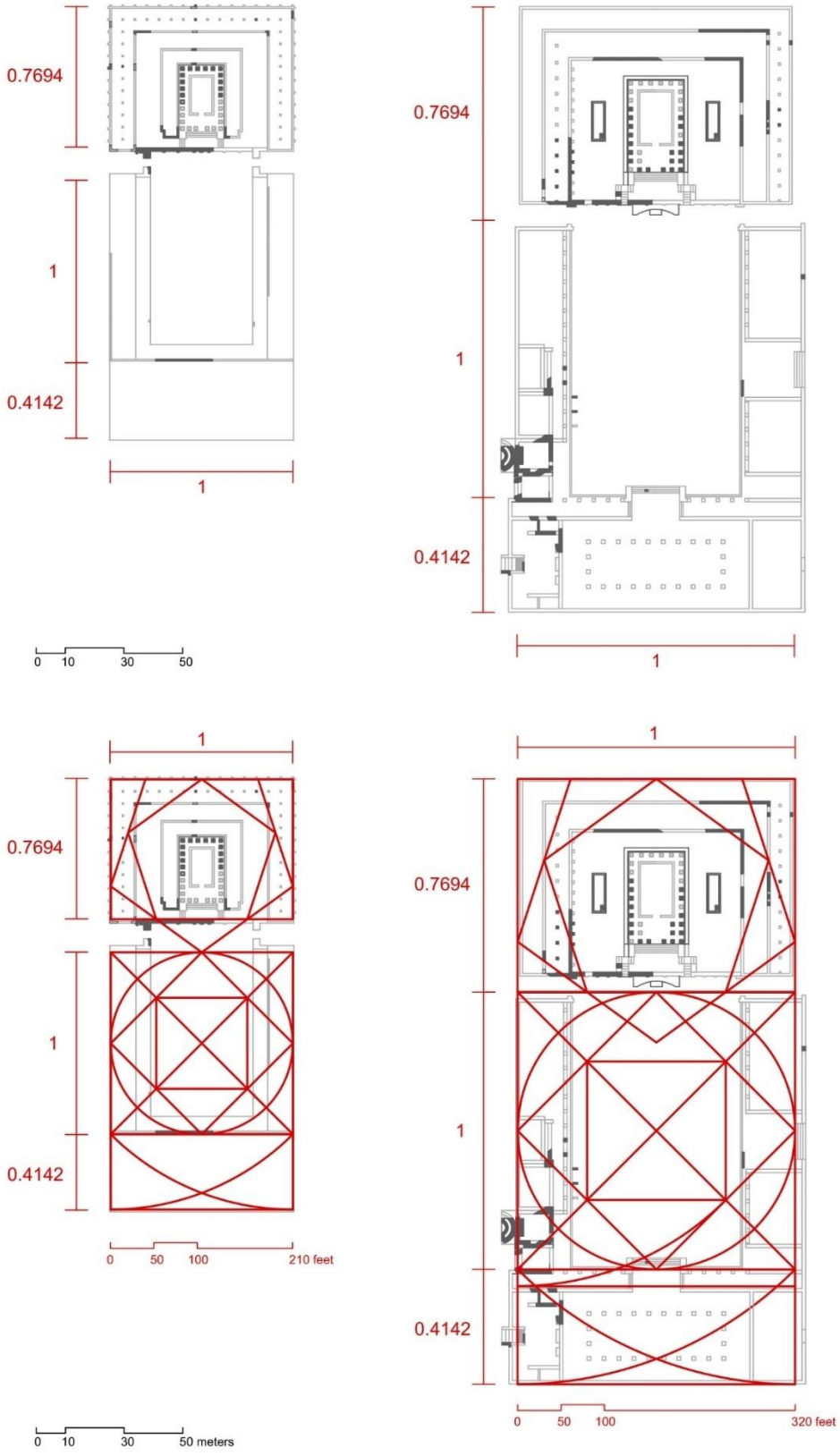


Figura 141 – Traçado regulador dos fóruns de Évora e Mérida.

O caso dos fóruns tripartidos assume-se assim como um exemplo paradigmático da possibilidade de resgatar uma tipologia arquitectónica através da utilização de uma metodologia de comparação tipo-morfológica, procurando recuperar as invariantes formais, ou os traçados reguladores destes edifícios através da sua leitura comparativa. Para a nossa análise comparativa inicial, considerámos os fóruns de Évora e Mérida, uma vez que estes edifícios apresentam uma configuração ao que tudo indica quase idêntica, além da sua grande proximidade geográfica, mas também por se encontrarem em relativo bom estado de conservação (arqueologicamente falando já que o que deles se conhece deriva de escavações programáticas).

Ambos possuem um grande pátio central, com uma relação largura/profundidade de 1 para 1; os espaços ocupados pelas respetivas basílicas teriam uma relação largura/profundidade de aproximadamente 1 para 0,414 e, finalmente, ambas as *areas sacras* partilhavam uma relação largura-profundidade comum de 1 a 0,769. Em ambos os edifícios o espaço correspondente ao pátio ou praça central, com o seu comprimento igual à sua largura, é provavelmente o resultado de uma proporção quadrada obtida através de um esquema *ad quadratum*. Esta composição é ocultada pela adição de pórticos ao longo de suas laterais, dando ao espaço aberto central uma aparência retangular. O espaço correspondente à basílica, com uma relação largura-profundidade de 1 a 1,414 (ou seja, $\sqrt{2}$) resulta da aplicação de um "rectângulo dinâmico", obtido através do rebatimento da diagonal do quadrado do pátio central. No caso da basílica do fórum de Mérida, existe um segundo rebatimento de um dos vértices a partir do esquema *ad quadratum* de modo a gerar a linha que corresponde à parede exterior da basílica, tornando esta a proporção 1 x 0,414 um pouco menor. Portanto, a *area sacra* de ambos os fóruns parece ter a mesma relação largura/profundidade de 1 por 0,769; no entanto, no caso do fórum de Évora, este espaço encontra-se separado do pátio central por um espaço intermédio. O único processo geométrico que permite obter um rectângulo com as proporções presentes na *area sacra* destes dois fóruns recorre a um esquema geométrico pentagonal semelhante ao *ad quadratum*, ou seja, um *ad pentagonum*, no qual os vértices de um pentágono menor são colocados nos pontos médios de um pentágono maior. Esta geometria pentagonal não só sobrepõe exactamente as proporções da *area sacra* de ambos os edifícios, como também explica o espaço extra no fórum de Évora, recorrendo ao vértice inferior do pentágono maior para gerar a distância entre a *area sacra* e o pátio central.

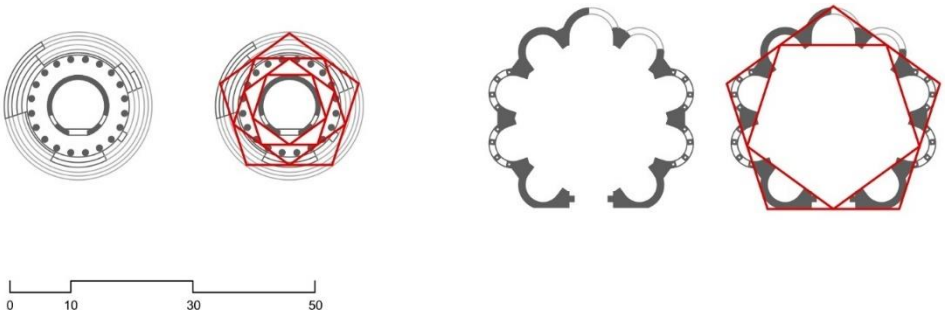


Figura 142 – Traçado regulador dos edifícios conhecidos como "Templo Hércules Victor" (Século II a.C.) e "Templo de Minerva Médica" (século IV) em Roma.

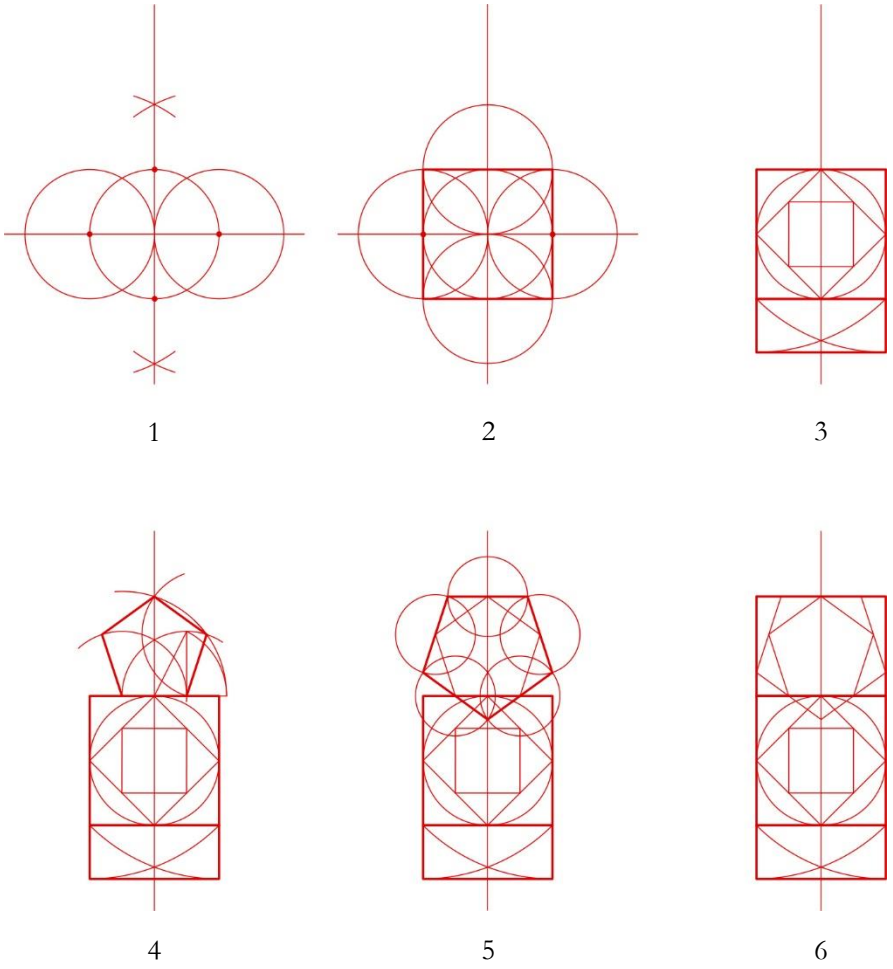


Figura 143 – Processo de desenho do traçado regulador.

Embora exista pouca informação sobre a utilização de geometria de raiz pentagonal na arquitectura romana são conhecidos vários exemplos excepcionais do seu uso nomeadamente no Templo de Hércules Victor ou no Templo de Minerva Medica[182]. As plantas destes dois edifícios não só reflectem a aplicação de uma geometria pentagonal ou decagonal, como também se sobrepõem perfeitamente ao esquema geométrico *ad pentagonum*, reforçando a probabilidade de esta estar na génese do seu desenho. Para além destes dois edifícios, encontramos também na região de Évora outro exemplo de um templo romano cuja configuração da *area sacra* resulta aparentemente da aplicação de uma geometria pentagonal: trata-se do templo romano de Santana do Campo. Neste edifício, o muro que delimita recinto (*area sacra*) desenha um rectângulo com a mesma proporção de 1 x 0,414, recorrendo ao vértice menor da geometria pentagonal para situar o espaço dedicado ao altar no interior da *cella* do templo.

Podemos, assim, conjecturar que tanto os fóruns de Évora como de Mérida terão sido desenhados com os mesmos esquemas geométricos, fazendo parte de um traçado regulador comum que, no caso de Évora, foi dimensionado a partir de um quadrado de 210 pés, e em Mérida de um quadrado de 320 pés.

O traçado regulador provavelmente foi projetado traçando primeiro duas linhas perpendiculares (1). Essas linhas eram usadas para traçar a geometria quadrada do pátio central, e simultaneamente o esquema *ad quadratum* (2). A diagonal da praça do pátio é dobrada estabelecendo o rectângulo dinâmico, ou rectângulo √2, que definia a área da basílica (3). Por fim, o lado superior da praça do pátio é dividido em quatro segmentos, com os dois segmentos centrais usados como o lado inferior do pentágono menor (4). O pentágono menor genérico foi usado para desenhar os lados do pentágono maior, completando o esquema *ad pentagonum* (5). As formas de ambos os pentágonos poderiam então ser usadas para desenhar o rectângulo *temenos*, resultando assim num esquema completo coeso e aduzido do traçado regulador (6).

[182] Solé, J. M. M., Puche, J. M., & Toldrà, J. M. (2014). The octagon, the hendecagons and the approximation of Pi: the geometric design of the clypei in the enclosure of Imperial cult in Tarraco. In *XII International Forum, Le vie dei Mercanti, Best practice in heritage conservation management, from the world to Pompeii.* (pp. 825-834). La scuola di Pitagora editrice.

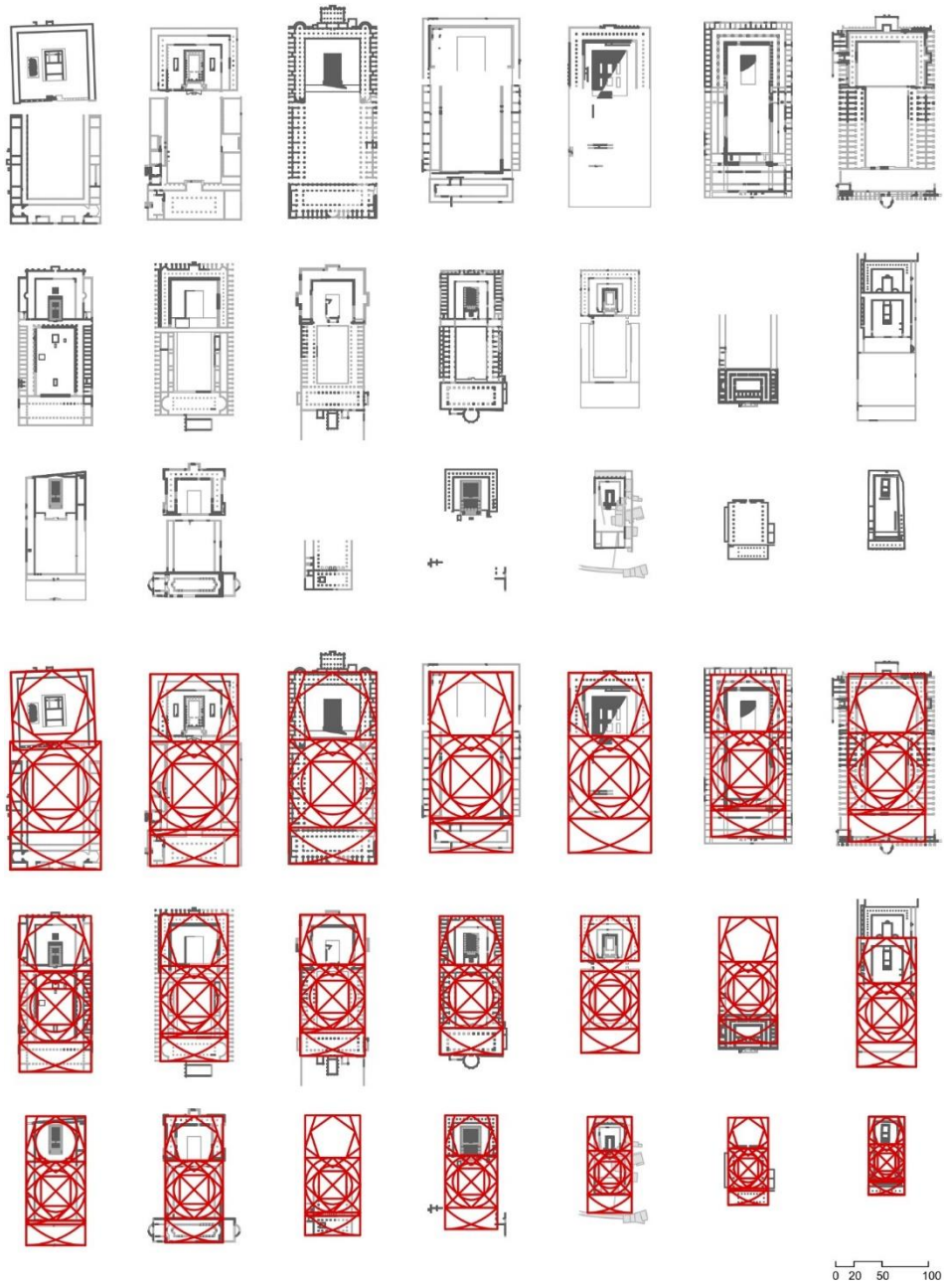


Figura 144 – Comparação Tipo-Morfológica do traçado regulador dos fóruns romanos de: Virunum Mérida, Bavay, Lugo, Narbonne Paris, Trier, Saint-Bertrand-de-Comminges, Avenches, Feurs, Augst, Évora, Coimbra, Alba-la-Romaine, Nîmes, Nyon, Tomar, Peltuinum, Idanha-a-Velha, Lezuza e Zuglio.

A partir desta análise que nos permite a identificação do hipotético traçado regulador utilizado para conceber ambos os fóruns, é possível expandir a análise em busca outros exemplos da aplicação desta geometria. A comparação sistemática do traçado regulador com os vestígios de outros fóruns permitiu identificar outras ocorrências para além das de Mérida e Évora, nos casos de Virunum, Bavay, Lugo, Narbonne, Paris, Trier, Saint-Bertrand-de-Comminges, Avenches, Feurs, Augst,Coimbra, Alba-la-Romaine, Nîmes, Nyon, Tomar, Peltuinum, Idanha-a-Velha, Lezuza e Zuglio.

Embora este estudo se concentre principalmente na análise morfológica, uma rápida visão cronológica destaca como quase todos os edifícios estudados remetem até uma fundação no reinado de Augusto, mesmo em casos que evidenciam intervenções significativas em momentos posteriores. É assim provável que estes edifícios, tal como as catedrais góticas, tenham tido longos períodos de construção de várias décadas, sem prejuízo da coesão da sua concepção base ou inicial, ou, pelo menos, das invariantes predominantes. Geograficamente, o traçado regulador também parece ser mais prevalente em duas áreas principais: a fachada ocidental da Península Ibérica, em torno da província romana da Lusitânia, constituída por Portugal e Espanha; e a maior área da Gallia Transalpina, representada por edifícios na França, Alemanha e Suíça, com um grupo menor em torno da província romana de Noricum, na atual Áustria e Itália. Este âmbito geográfico restrito revela uma possível incidência de programas construtivos locais em que o traçado regulador teria sido sistematicamente usado talvez como uma ferramenta que permitia num curto espaço de tempo e de um modo eficiente conceber vários edifícios públicos semelhantes, consolidando a implantação de uma nova estrutura urbana, coerente e articulada.

Estamos confiantes de que mais pesquisas adicionarão mais exemplos ao que já é um significativo grupo; edifícios como os fóruns de Barcelona, Beja, Braga, Frejus, Reims, e outros que, embora na sua maioria não tenham sido escavados, apresentam sugestivos sinais da aplicação do mesmo traçado regulador. Para esses edifícios, a compreensão deste modelo pode ser particularmente útil, pois pode facilitar um entendimento global da configuração completa dos edifícios e auxiliar a realização de sondagens arqueológicas pré-planeadas ou mesmo contribuir para preventivamente proteger áreas ainda não documentadas dos edifícios.

Figura 145 – Distribuição geográfica dos fóruns onde foi identificado o traçado regulador ou com fortes indícios do mesmo.

Para os antigos arquitectos e mestres pedreiros a utilização dos traçados reguladores foi mais do que uma simples vontade de seguir princípios de perfeição geométrica ou geometria sagrada. Estes modelos devem ter sido vistos, sobretudo, como uma ferramenta de construção fundamental e pragmática. As operações geométricas eram parte integrante do processo construtivo, dado que eram necessárias para transpor corretamente as plantas desenhadas do papel para o terreno, reproduzindo o processo de desenho, mas substituindo o compasso por corda e a tinta por cavilhas e cal, redesenhando o traçado *in situ* mas agora em grande escala. Este modo de construção de edifícios antigos teria aliás continuado presente na cultura arquitectónica ocidental até à idade média estando bem documentado na construção por exemplo de igrejas medievais.

Considerando que estes edifícios formam um subgrupo excepcionalmente coeso de Fóruns Tripartidos, desenhados formalmente a partir do mesmo traçado regulador, enraizados cronologicamente no período Augusto, e geograficamente prevalentes nas áreas da Lusitânia e Gália Transalpina, podem ainda ser reconhecidos como subgrupos distintos em "tipo", eventualmente a designar ou qualificar como sendo parte de um conjunto denominável 'Fórum Tripartido Pentagonal' (Fig. 28). O traçado regulador permitiu que estes fóruns tivessem uma notável aparência comum, independentemente do contexto ou escala, ao mesmo tempo que detinham versatilidade e autonomia de design suficientes para permitir que cada edifício possuísse uma identidade distinta e única. O hipotético Sistema de Proporção comum desses edifícios pode, assim, destacar-se como um exemplo notável da dialética entre as naturezas normativa *versus* empírica da arquitetura romana ou, como observa Mark Wilson Jones ao comentar o Palazzo Massimo de Baldassare Peruzzi em Roma:

"*Here is a remarkable grasp of the dialogue between rule and variety that is more than anything the secret of the antique approach to design. Peruzzi appreciated that Roman architects succeeded in capturing the human condition: that we are all the same and yet unique.*"[183].

[183] Wilson Jones, M. (2000). *Principles of Roman Architecture*. Yale University Press. p. 9.

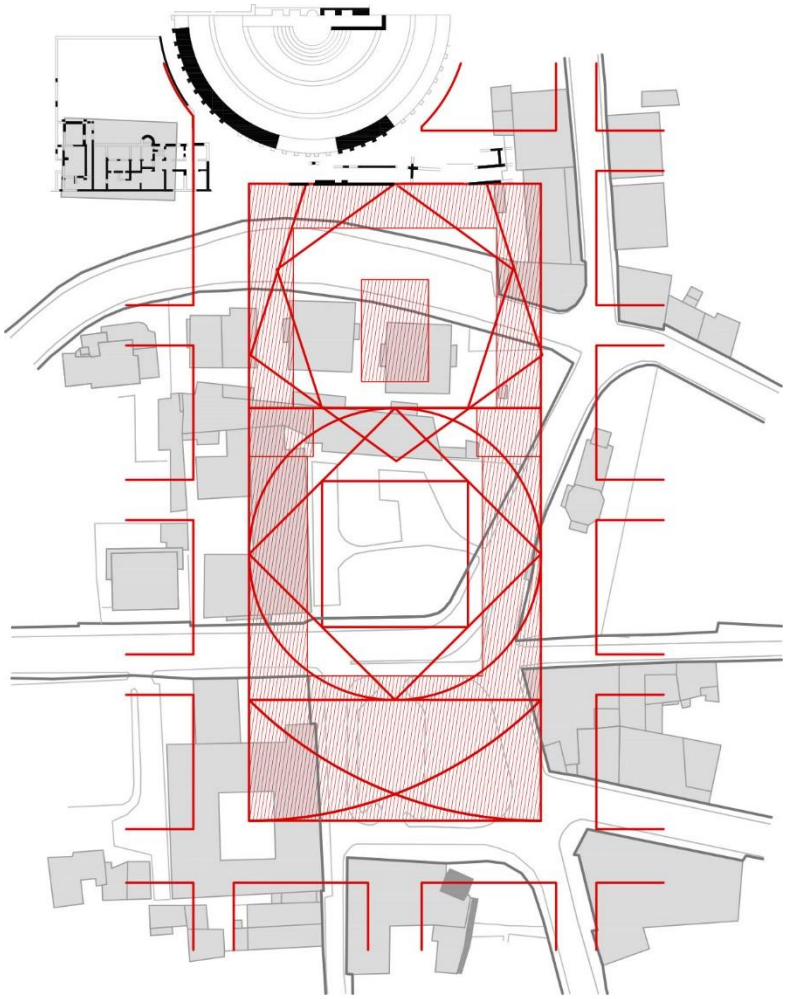


Figura 146 – Geometria de composição do Forum de Braga sobre o tecido urbano actual.

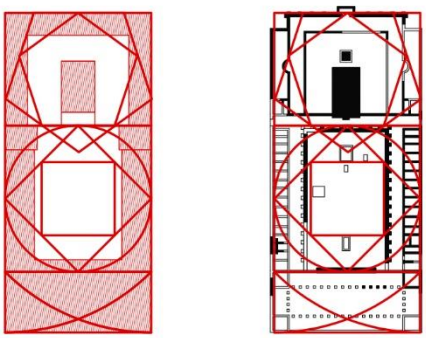


Figura 147 – Comparação entre a dimensão doi hipotético Fórum de Braga e o Fórum de St. Bertrand de Comminges.

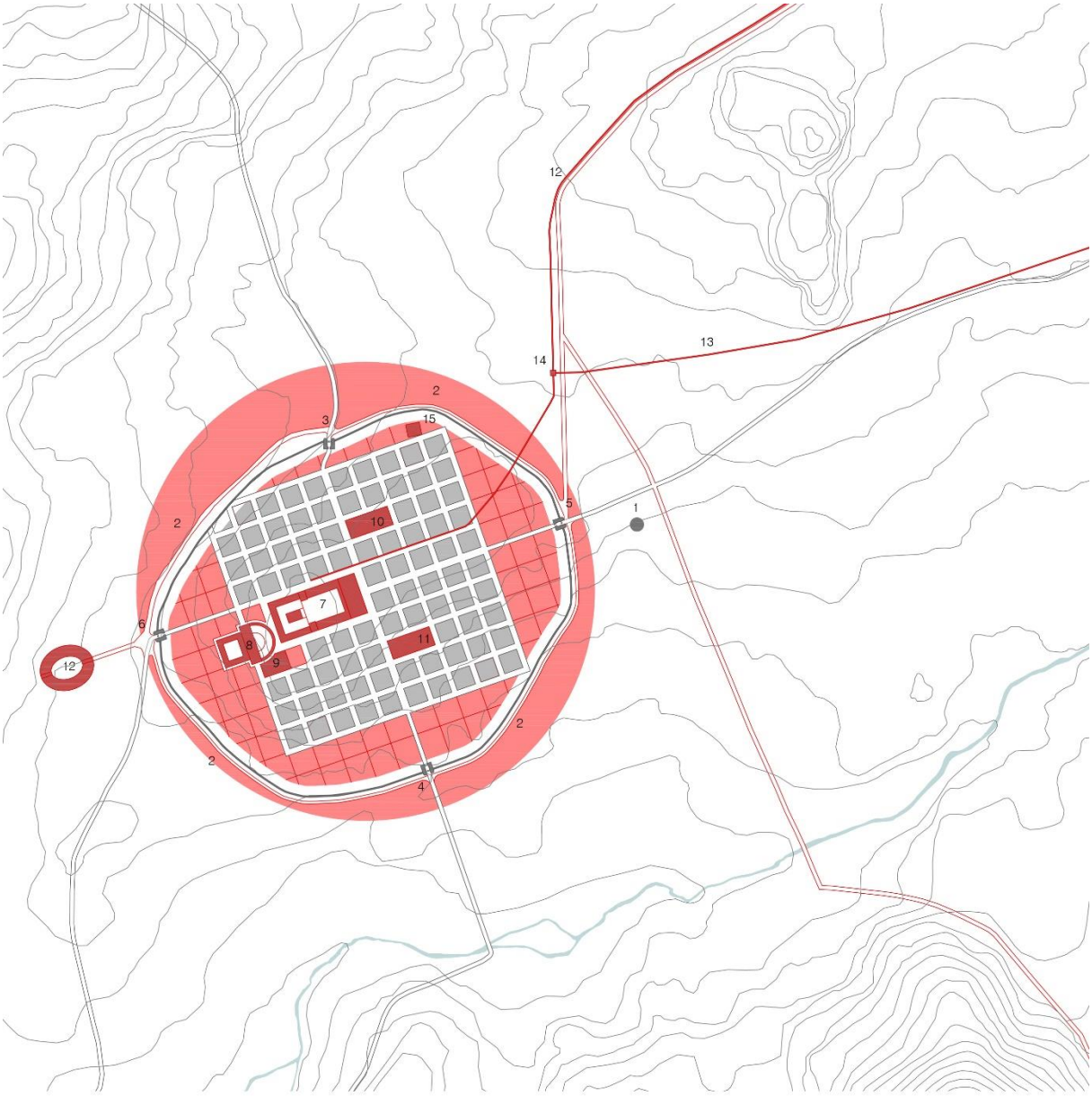
Partindo da configuração do espaço contemporâneo do fórum de Braga e cruzando-a com a métrica dos quarteirões romanos é geralmente aceite que o edifício teria uma dimensão correspondente a 3x2 quarteirões[184]. No entanto, considerado a utilização metódica do traçado regulador pentagonal nas várias cidades de fundação Augustana das províncias ocidentais, é provável que o fórum de Braga seguisse o mesmo modelo abarcando antes o espaço correspondente a 4x2 quarteirões, com a zona do templo junto ao teatro romano no ponto de cota mais elevada, assegurando deste modo o domínio visual sobre a urbe. Por outro lado, a zona baixa do fórum, a "praça" e a basílica corresponderiam assim ao actual largo, que teria mantido em grande medida a sua forma.

Apesar da ausência de vestígios não nos permitir reconstruir em detalhe a forma do fórum, o tecido contemporâneo exibe em várias zonas, sobretudo na zona Sul sobre o corpo da Casa de São Sebastião das Carvalheiras e do edifício ocupado pelo Centro de Saúde de Braga / Administração Regional do Norte uma concordância com os alinhamentos da cidade romana, sugerido uma reapropriação de vestígios construídos preexistentes provavelmente com origem nas estruturas do antigo fórum romano. O mais antigo destes edifícios, a Casa de São Sebastião das Carvalheiras é de origem setecentista, no entanto a frente sul do largo surge já edificada na cartografia quinhentista o que denuncia um evidente processo de sobreposição de edifícios a estruturas preexistentes. No caso da Casa de São Sebastião das Carvalheiras este processo é também evidenciado pelo curioso massame de granito, aparentemente com origem nos edifícios pré-existentes que se encontra em modo de contraforte no alçado Este do palácio. A comparação do modelo de Forum Tripartido Pentagonal com o tecido contemporâneo sugere que o forum seria limitado a Oeste por um conjunto de muros identificados durante as escavações do Teatro Romano, e a Sul pelo actual edifício da Casa de São Sebastião das Carvalheiras, que ocuparia sensivelmente o espaço do pórtico. É assim possível conceber um edifício com aproximadamente 260 pés de largura, ou seja, 77 metros, uma dimensão relativamente excepcional, mas compatível com o estatuto de sede de *Conventus Iuridicus* à data de fundação da cidade. Esta dimensão permite-nos comparar a escala do Fórum de Braga com outros edifícios como o Fórum de *Lugdunum Convenarum* (St. Bertrand de Comminges), *Lutetia Parisiorum* (Paris) ou ainda com o fórum de *Pax Julia* (Beja), que podemos supor dentro da área de influência da tipologia em causa, ou seja, no ocidente hipânico.

[184] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 245.

Braga Fase 3 (séculos I d.C. – IV)

A capital da *Gallaecia*



Legenda

1 - Fonte do Ídolo (séc. I a.C.)
2 - Muralha Fundacional? (séc. I a.C.)
3 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
4 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
5 - Porta Este (séc. I a.C.)
6 - Porta Oeste (séc. I a.C.)
7 - Forum (séc. I?)
8 - Teatro Romano (séc. I)
9 - Termas do alto da Cividade (séc. I)
10 - Termas da Rua R. D. Afonso Henriques? (séc. I)
11 - Termas do Museu D. Diogo de Sousa? (séc. I)
12 - Aqueduto das Sete Fontes (séc. I?)
13 - Aqueduto de Gualtar? (séc. I?)
14 - Castellum Aquae? (séc. I?)
15 - Macellum (séc. I?)
16 - Anfiteatro? (séc. I?)

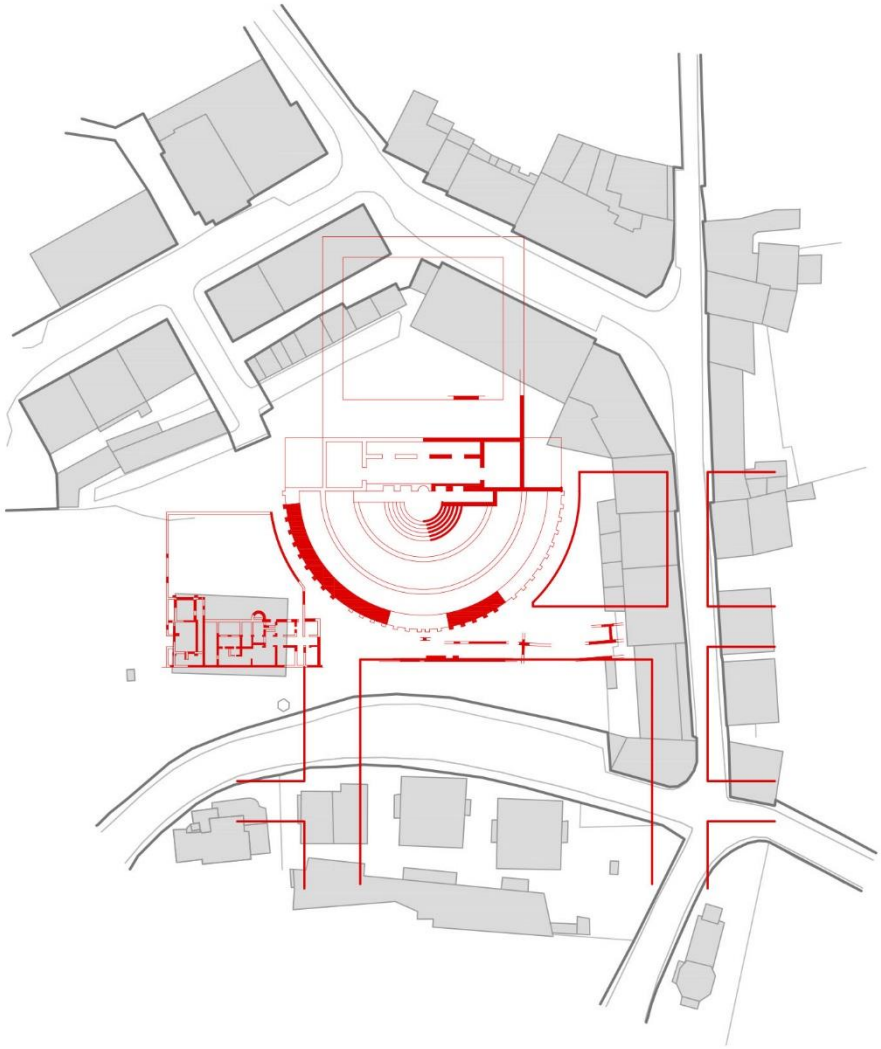


Figura 148 – Implantação dos vestígios do Teatro Romano de Braga sobre o tecido urbano actual.

A partir do século I d.C., e sobretudo ao longo das dinastias Flávias e Antoninas, a cidade atravessa um período de forte expansão e crescimento que culmina com a reforma de Diocleciano em 284 d.C. e a criação da nova província da *Gallaecia* da qual *Bracara Augusta* será a capital. Este período é marcado por uma forte dinâmica económica e construtiva materializada através da provável expansão da área urbana bem como pela construção de inúmeros novos edifícios públicos ou a renovação ou ampliação de edifícios públicos Augustanos já existentes, desde o fórum até à Fonte do Ídolo, datando provavelmente deste momento quase todos os principais edifícios públicos da cidade romana. Um reflexo do forte desenvolvimento económico da região pode também ser encontrado na provável adição neste período de duas novas vias de acesso: para Astorga pela via XVIII, construída no período Flávio[185] e desembocando na Via XVII; e outra para Mérida, desembocando também na Via XVII e datada das dinastias Flávia ou Antonina[186].

Um dos mais emblemáticos edifícios, o Teatro Romano, foi erguido junto à parede posterior do fórum, mantendo em parte os alinhamentos dos quarteirões pré-existentes, estabelecidos durante o período fundacional da cidade, assim acontecendo, por exemplo, com a frente cénica implantada sobre um dos antigos cardos. Com um diâmetro 72,6 metros, ou seja, cerca de 245 pés[187], o edifício tira partido da íngreme vertente poente da Colina da Cividade para a implantação das bancadas, que são ainda parcialmente suportadas a Este por um imponente muro de sustentação semicircular, reforçado em intervalos regulares por contrafortes de silhares almofadados. Na zona inferior foi possível escavar parte da *orchestra* com um diâmetro máximo de 21 metros, assim como parte da frente cénica cuja altura, estimada a partir da diferença entre as cotas do topo da colina e da zona inferior do teatro, deveria rondar, aproximadamente, os 13 metros. O edifício teria sido provavelmente construído no século II, em época do imperador Trajano, talvez parte de um processo de monumentalização da cidade, localizando-se no remate ocidental da plataforma onde também se encontrava o forum e as termas, com as quais formava um espaço privilegiado da cidade romana. Nos finais do século III e inícios do século IV dá-se o abandono da estrutura, iniciando-se o seu progressivo desmantelamento, muito provavelmente para construção da muralha.

[185] Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Doutoramento em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento da Universidade do Minho. p. 245.
[186] Ibid. pp. 196-197.
[187] Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., & Magalhães, F. (2013). A construção do Teatro Romano de Bracara Augusta. In *História da Construção* (pp. 41-73). CITCEM - LAMOP. pp. 43.

Analisando a forma urbana do local, é notório o modo como se apresenta totalmente desarticulada dos vestígios conhecidos do teatro, provavelmente como consequência do enorme hiato de tempo que existiu entre o abandono do edifício e a expansão moderna da cidade. Se por um lado, no momento em que dá a construção do tecido contemporâneo já não existiriam vestígios que pudessem condicionar a sua implantação, por outro lado, a construção da cidade moderna tende a organizar-se segundo lógicas próprias que apagam e ignoram estruturas pré-existentes.

Na vertente sul do Teatro encontramos o único estabelecimento termal público integralmente escavado na cidade até ao momento, as Termas Romanas do Alto da Cividade. O edifício, de dimensões relativamente reduzidas, aproveitou a estrutura do equipamento comercial pré-existente para a sua edificação[188]. Para além deste, existiriam certamente mais edifícios termais de grande escala, indícios dos quais podem aliás já ter sido descobertos nas escavações da Rua R. D. Afonso Henriques[189] e do Museu D. Diogo de Sousa[190]. Os indícios destes conjuntos termais apontam para estruturas de grandes dimensões provavelmente abrangendo dois quarteirões; contudo elementos recuperados não permitem ainda leituras de conjunto, sendo possível, inclusivamente, que se trate de estruturas privadas.

A provável identificação de várias termas públicas levanta a problemática da origem da aparente abundância de água na cidade. Se, num momento inicial, o abastecimento de água fosse aparentemente garantido apenas através de poços, a construção dos grandes complexos termais entre o século I e II obrigaria certamente à construção de aquedutos que garantissem fluxos constantes e em quantidade suficiente para o funcionamento destes estabelecimentos. A existência destes aquedutos é apenas conhecida através dos seus vestígios, conhecidos no interior do perímetro urbano, nomeadamente a partir da conduta que levaria água até às termas do Alto da Cividade[191], existindo, porém, documentação vária que, ao longo da história da cidade, menciona a existência de um antigo aqueduto romano na zona das Setes Fontes, totalmente reconstruído no século XVIII, mantendo-se em funcionamento até 1929[192].

[188] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2012). Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 9-51). CITCEM.
[189] Ribeiro de Sousa, A. (2012). *As termas públicas e privadas de Bracara Augusta: Os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais*. Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho.
[190] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2012). Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 9-51). CITCEM.
[191] Ibid. p. 19.
[192] Ibid. p. 22.

É plausível que esta estrutura reconstruída no século XVIII, fosse um antigo aqueduto romano cujo percurso correria subterraneamente ao longo da Via XVIII até à zona próxima do Castelo de Braga no limite da cota 190, a partir da qual teria que assumir a condição de troço aéreo para atingir as termas no topo da Colina da Cividade, também à cota 190. Este ponto junto ao castelo parece ser assim o lugar mais apropriado para a existência de um hipotético *castelum aquae*[193]. Para além do aqueduto das Sete Fontes, a documentação antiga refere ainda outro aqueduto, sendo que a conduta de água do período romano descoberta no Campus de Gualtar da Universidade do Minho possa ser um trecho desta estrutura[194]. Este poderia ter origem numa represa do Rio Ave acompanhando, no seu tramo final, a Via XVII até intersectar o *castelum aquae* no final do aqueduto das Setes Fontes.

Data também provavelmente deste período de expansão urbana o hipotético Anfiteatro Romano, identificado na zona poente da cidade a partir de várias referências escritas. Rui Morais, recorrendo à análise estereoscópica de fotografias aéreas da cidade tiradas em 1964, identifica uma "mancha" correspondente a um meio círculo "seguramente resultante da adaptação a estruturas enterradas ou semienterradas do anfiteatro romano"[195]. A partir da análise das imagens de Rui Morais, é possível estimar que o anfiteatro se aproximasse, em dimensão, dos 126 x 102 metros. A sua localização a Oeste da cidade, fora do perímetro amuralhado e no alinhamento directo do *decumanus maximus*, actual rua de S. Sebastião, dar-lhe ia ainda uma ligação directa com os principais edifícios públicos da cidade, tais como o teatro romano ou o fórum.

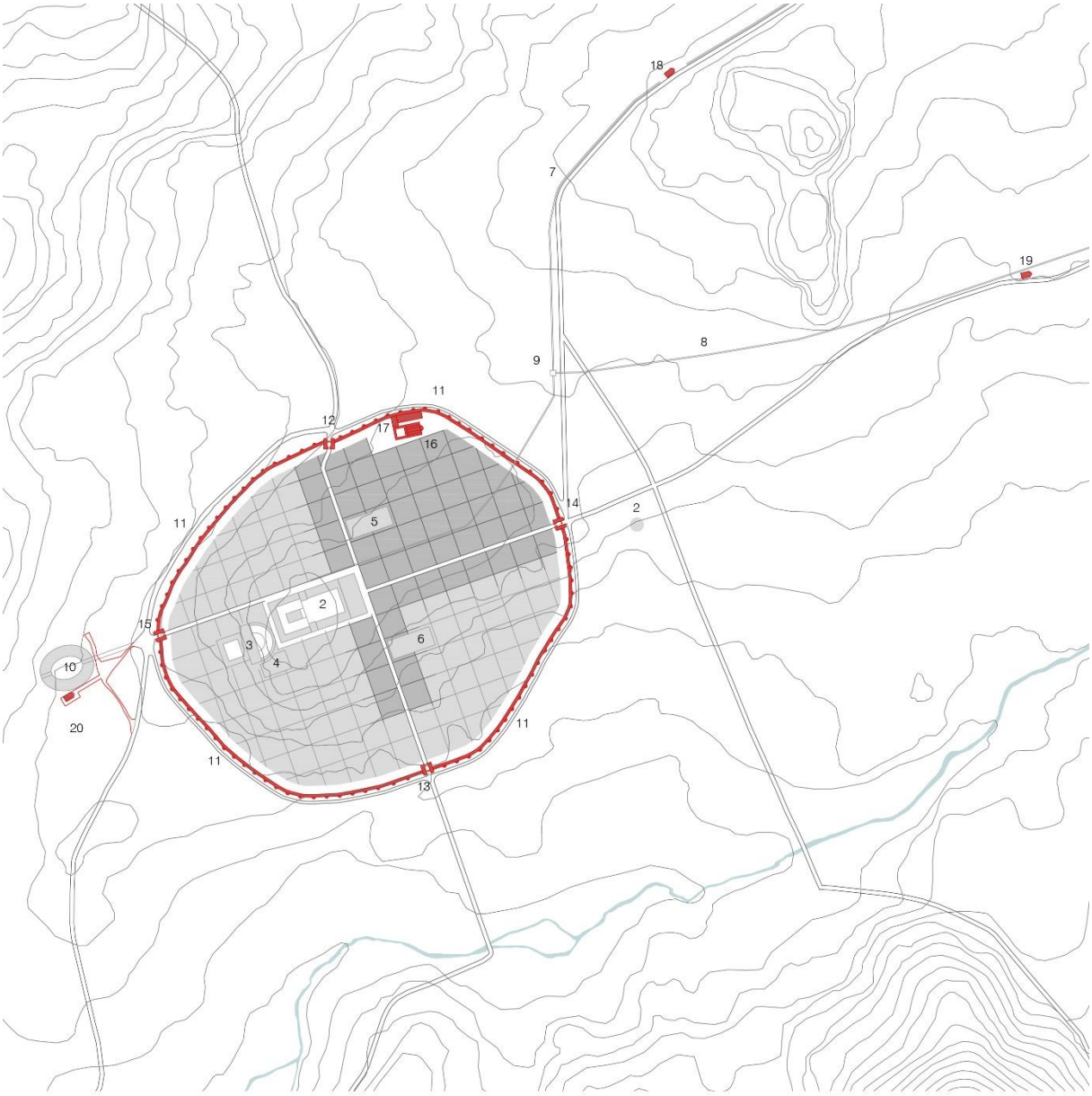
No norte da cidade, sob a Sé Catedral, foi identificado durante as intervenções arqueológicas realizadas entre 1997 e 1998 um grande edifício datado de um período entre meados do século I e meados do século II[196], A grande dimensão do edifício sugere um equipamento público, provavelmente um *Macellum* (mercado) a partir dos abundantes vestígios de ossadas de animais. A estes elementos acrescenta-se uma inscrição (entretanto desaparecida) dada como originária da Sé Catedral e dedicada ao Génio do Mercado[197].

---

[193] Ibid. p. 26.
[194] Braga, C. V. B., & Pacheco, J. N. S. (2013). Salvamento de Bracara Augusta. Campus de Gualtar 2006. Relatório. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. N. 38*. p. 10.
[195] Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o Anfiteatro de Bracara Augusta. Análise de fotogramas de 1964. *Forum*, *30*, 55-76.
[196] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173.
[197] Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012b). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia* (pp. 29-67). Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). pp. 160.

Braga Fase 4 (séculos IV – VIII)

A sede do reino Suevo



Legenda

1 - Fonte do Ídolo (séc. I a.C.)
2 - Forum (séc I?)
3 - Teatro Romano (séc. I)
4 - Termas do alto da Cividade (séc. I)
5 - Termas da Rua R. D. Afonso Henriques? (séc. I)
6 – Termas do Museu D. Diogo de Sousa? (séc. I)
7 - Aqueduto das Sete Fontes (séc. I?)
8 - Aqueduto de Gualtar? (séc. I?)
9 - Castellum Aquae? (séc. I?)
10 - Anfiteatro? (séc. I?)
11 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
12 - Porta Norte? (início do séc. IV)
13 - Porta Sul? (início do séc. IV)
14 - Porta Este (início do séc. IV)
15 - Porta Oeste (início do séc. IV)
16 - Basílica de Santa Maria (início do séc. IV?)
17 - Conjunto Episcopal? (início do séc. IV?)
18 - Igreja de S. Vicente (656)
19 - Igreja de S. Victor (563)
20 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (séc. VI?)

Figura 149 – Torreão da muralha romana da Rua D. Diogo de Sousa.

Figura 150 – Contorno da Muralha da Antiguidade Tardia sobre a cartografia do século XIX.

A cidade de Braga atravessa na Antiguidade Tardia um período de grande desenvolvimento e profunda renovação urbana com a sua promoção, em finais do século III, a sede da nova província da Gallaecia. A alteração de estatuto de sede de convento a sede provincial terá provavelmente conduzido a uma renovação de vários dos edifícios públicos. Porém uma das mais importantes transformações será a construção, entre os finais do século III inícios do século IV, de uma muralha com um perímetro de aproximadamente 2.200m englobando uma área de 393.492 m2.

Apesar de não ter sido ainda possível comprovar arqueologicamente tal hipótese na sua totalidade, é provável que a muralha tardia tenha integrado, pelo menos parcialmente, a estrutura de uma hipotética muralha fundacional ou alto imperial[198]. A muralha possui em todos os pontos onde foi identificada uma configuração uniforme, quer no seu aparelho, com uma espessura de aproximadamente entre 5.60m e 5.80, quer no desenho e espaçamento dos seus torreões semicirculares [199] , o que aponta para um projecto claramente concebido e materializado num único acto. A sua configuração estabelece, assim, fortes paralelos com outras muralhas romanas tardias, nomeadamente as muralhas de Lugo, Astorga ou Gijón, fazendo parte do que foi definido por alguns autores como um modelo típico de fortificação que terá surgido na segunda metade do século III, mantendo-se com poucas alterações até século V[200]. A sua enorme extensão e elevada qualidade construtiva terá implicado um custo extremamente elevado, justificando a aparente reutilização, em vários pontos, da alvenaria de outros edifícios, privados e públicos, demolidos para a sua construção, entre os quais talvez a que se recolheu nos grandes edifícios de espetáculos tais como o teatro[201].

Apesar da sua destruição gradual ao longo dos séculos, que as suas pedras foram sistematicamente reutilizadas para a construção de todos os grandes edifícios medievais da cidade, a muralha da antiguidade tardia permaneceu, e permanece, um elemento importante da estruturação urbana da cidade, perfeitamente legível no território até ao crescimento urbano do século XX, permitindo inferir com segurança o seu traçado global.

---

[198] Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L. F. O., Leite, J. M. F., & Cunha, A. (2002). A muralha romana de Bracara Augusta. In *Arqueologia Militar Roman en Hispania. Anejos de Gladius. n. 5* (pp. 609-624). Ediciones Polifemo. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p. 623.
[199] Ibid. p. 622.
[200] Ibid. p. 623.
[201] Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012b). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia* (pp. 29-67). Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). pp. 58.

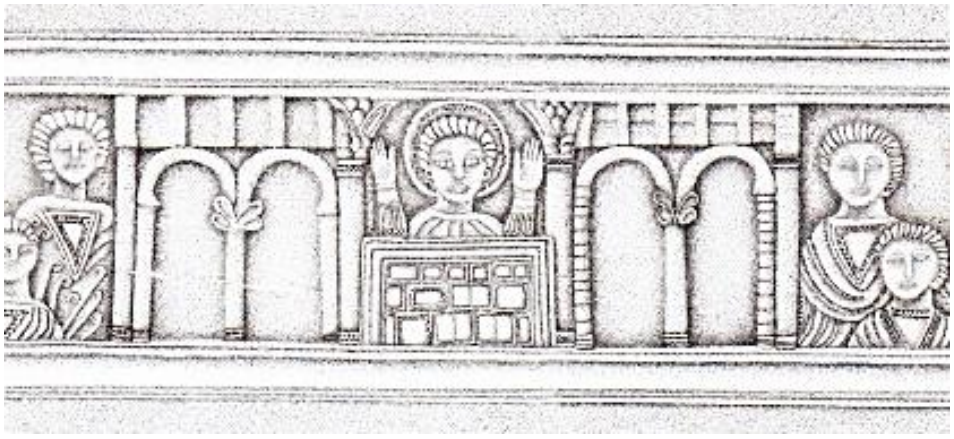


Figura 151 – Pormenor do sarcófago de S. Martinho de Dume (século XI) com a representação de um edifício de 5 naves.

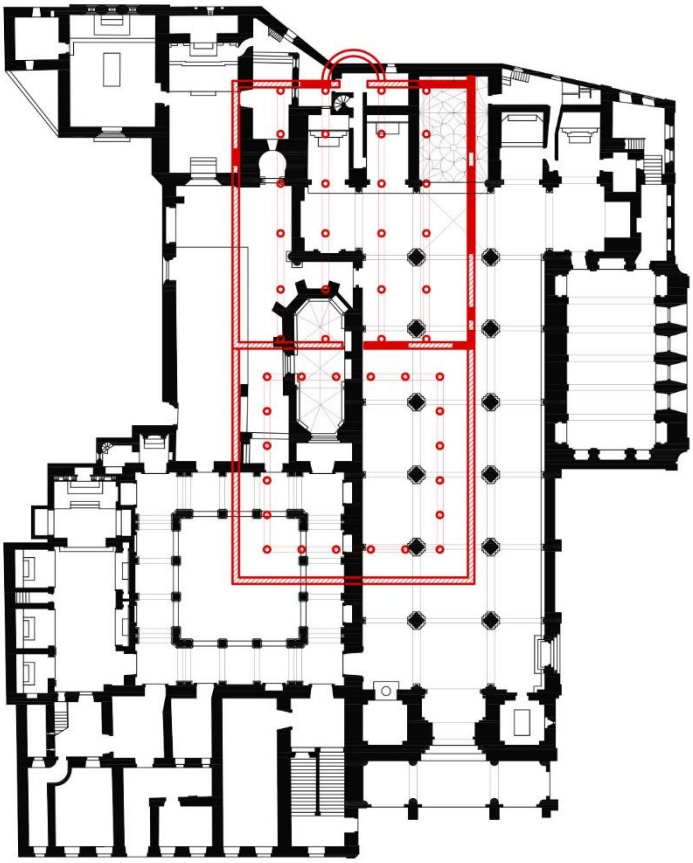


Figura 152 – Sobreposição dos vestígios da basílica paleocristã sobre a planta do edifício contemporâneo.

A muralha mantém as canónicas quatro portas no enfiamento do *Cardus Maximus* e *Decumanus Maximus* sendo natural que existissem outras portas secundárias articuladas com outras ruas[202]. Vestígios de uma das portas, a porta Norte, foram recuperados na Rua Verde, antigo *Cardus Maximus* [203]. A porta apresenta uma configuração comum nestas estruturas, com três vãos de ligação ao exterior, seguidos de um pórtico monumental com um desenho semicircular, semelhante, ainda que mais elaborado, às portas monumentais de Ammaia ou de Pax Julia. Partindo da homogeneidade construtiva da muralha é plausível considerar que as outras portas principais, fazendo parte do mesmo projecto, apresentassem idêntica configuração e cronologia.

A gradual implementação do cristianismo como religião oficial do estado romano ao longo do século IV conduzirá por um lado ao abandono dos antigos edifícios de espetáculo e de culto pagão, preferencialmente utilizados como fonte de matéria-prima para novas construções, e em casos pontuais, convertidos à nova religião através da construção de espaços de culto cristãos sobre as suas ruínas ou remodelações destinadas às novas funções. A ocasional transformação de edifícios em templos cristãos surge bem documentada em Braga através da conversão do antigo *macellum* na zona Norte da cidade em basílica paleocristã., datável de entre finais do século III e inícios do século IV[204].

Pouco se sabe deste primeiro templo. No entanto, a partir dos poucos fragmentos identificados é possível estimar a planta do edifício como sendo de configuração rectangular com aproximadamente 24x26 metros, ou seja, mantendo a dimensão do pré-existente edifício romano. No seu interior, a antiga divisão do espaço em vários pequenos compartimentos foi eliminada, construindo-se um espaço amplo subtancialmente desimpedido, mas hierarquizado. Dada a grande largura do edifício o espaço interior terá sido provavelmente dividido em cinco naves alinhadas de Nascente - onde teria sido acrescentada uma abside -, para Poente - onde se situaria a entrada principal - provavelmente englobando um *atrium* porticado de acesso, segundo os modelos comuns nas basílicas paleocristãs.

---

[202] Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L. F. O., Leite, J. M. F., & Cunha, A. (2002). A muralha romana de Bracara Augusta. In *Arqueologia Militar Roman en Hispania. Anejos de Gladius. n. 5* (pp. 609-624). Ediciones Polifemo. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p. 623.

[203] Martins, M., Magalhães, F., Botica, N., & Ribeiro, M. d. C. F. (2018). The Urban Morphology of Braga in the Fourteenth and Fifteenth Centuries. In *Medieval Territories* (pp. 352-381). Cambridge Scholars Publishing. pp. 359.

[204] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173. p. 140.

Por outro lado, a configuração em cinco naves, não só apresenta paralelos com outras basílicas, como remete também para o baixo-relevo do sarcófago de S. Martinho de Dume, elaborado provavelmente entre o final do século XI e o início do século XII[205] e que possui ainda uma proximidade temporal com a última fase da basílica paleocristã, antes da construção da catedral românica no final do século XI. Com efeito, neste sarcófago é visível, no registo central, o que aparenta ser a representação "em corte" do edifício, com duas naves de cada lado do eixo mediano, sendo o ponto focal o altar que corresponderia ao extremo da nave central e abside.

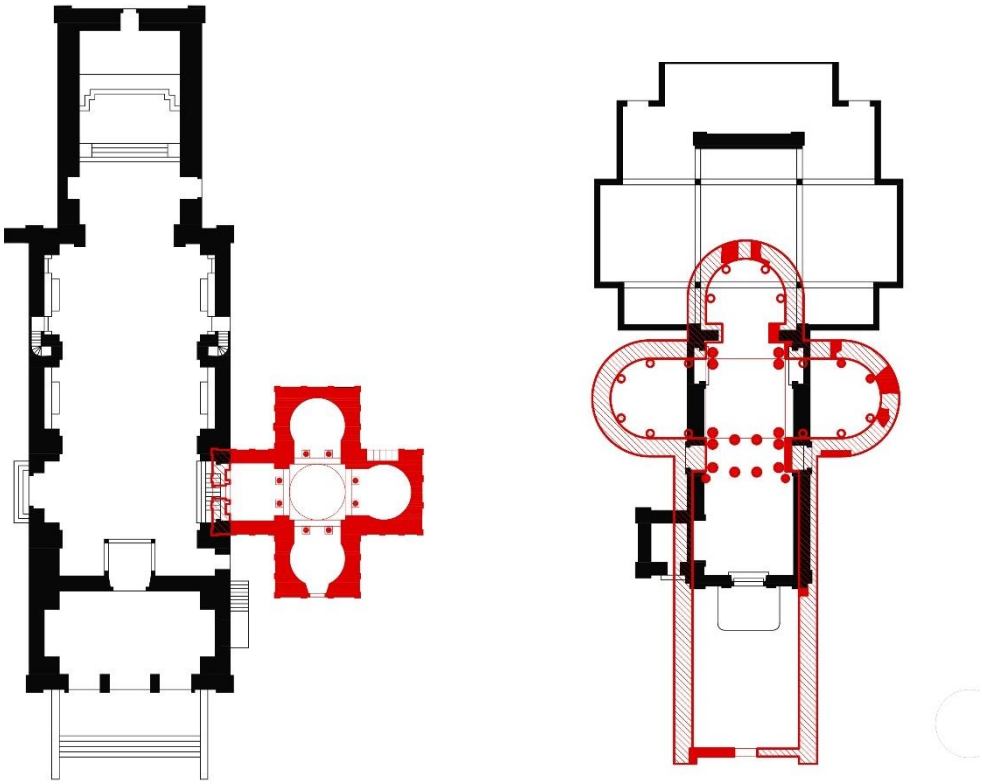


Figura 153 – Planta de S. Frutuoso e S. Martinho de Dume.

[205] Fontes, L. (2006). *A Basílica Sueva de Dume e o Tumulo dito de S. Martinho* Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho. p. 30.

No início do século V a desagregação do império romano vai conduzir à entrada dos Suevos na península, fundando um novo reino independente ao ocupar a antiga provincia romana da Gallaecia bem como partes da Lusitânia. Os Suevos adoptam Braga, a antiga capital provincial, como sede do seu reino, mantendo uma elevada dinâmica e densidade urbana, mesmo num clima de grande instabilidade política. Com a conversão do reino Suevo ao catolicismo no século VI, a cidade vai transformar-se num centro de ecumenismo peninsular, acolhendo I Concílio de Braga entre 561 e 563 e o II Concílio de Braga em 572. Datam talvez deste momento algumas importantes remodelações realizadas na basílica paleocristã de Braga, devendo-se também considerar a existência, neste período, de um complexo episcopal relativamente grande complementando a basílica, aliás, necessário ao desempenho da complexa máquina burocrática e administrativa que então emergia nas sedes episcopais. Contudo a natureza conjunto edificado permanece ainda desconhecida[206]. Note-se, que apesar da relativa prosperidade da cidade de Braga neste período conturbado, a aristocracia Sueva vai erguer os seus monumentos, palácios, templos e mosteiros[207] sobretudo no espaço rural ao redor da cidade, destacando-se, entre aqueles – e além da Basílica da Falperra, na nossa opinião marcada ainda por uma espacialidade paleocristã - , a basílica e mosteiro de São Martinho de Dume e a capela/mausoléu e mosteiro de São Frutuoso de Montélios. É nestes edifícios, situados na periferia da cidade de Braga, que vão preferencialmente ser aplicados os mais inovadores modelos arquitetónicos, segundo influências assimiladas a partir de modelos bizantinos e mediterrânicos e, no caso de São Frutuoso, eventualmente sob uma híbrida matriz, que é também asturiana[208] .

A basílica de São Martinho de Dume, fundada por volta do ano de 550, introduz um novo paradigma de arquitectura religiosa na Hispânia do século VI, apresentando uma planta cruciforme e cabeceira polilobada, fruto de influências da Gália e do Norte de Itália[209]. A qualidade compositiva e construtiva do edifício vai certamente contribuir para a sua preservação simbólica, sendo sucessivamente reedificado, primeiro no século X, preservando no essencial a sua forma original e posteriormente já no século XVII segundo a forma que hoje apresenta.

[206] Martins, M., Magalhães, F., Peñín, R. m., & Ribeiro, J. (2016). The Housing Evolution of Braga Between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In *Agira VIII, Arqueologia Medieval, Hàbitats Medievals* (pp. 35-52). Pagès Editors. p. 45.
[207] Ibid. p. 46.
[208] Teles, N. R. P. (2017). *A capela de São Frutuoso de Montélios*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
[209] Ibid. pp. 183-226.

A capela de São Frutuoso de Montélios, foi fundada por volta de 665 e talvez parcialmente reformulada em 883[210].. Este pequeno templo, inicialmente dedicado a S. Salvador do Mundo adopta uma planta central de cruz grega, talvez inspirada no mausoléu de *Galla Placidia* em Ravena. Ao exterior composto através de uma justaposição de volumes retangulares contrapõe-se uma espacialidade interior definida por um jogo de arcarias, presente nas colunas coroadas por arcos de ferradura, e sobretudo na forma das absides e na cúpula central que une os diferentes espaços. A singular espacialidade e forma do templo, bem como a sua excelente qualidade construtiva com bem aparelhados silhares retangulares ditaram a preservação do edifício praticamente intocado até à actualidade, apesar da destruição pelos franciscanos de duas das absides, reconstruídas nos anos 30 do século. É notório o modo em que tanto o convento como a igreja se adossaram em redor da capela, integrando e preservando a sua estrutura. Modificado e readaptado, é nessa altura, de resto, que o edifício ficará colocado como capela lateral e em situação de contiguidade, aberta "à face" meridional da igreja do convento, sabendo-se que a forma que hoje apresenta consiste, no resultado de um processo de restauro e de desimpedimento estrutural, tão longo quanto controverso[211]

A predilecção pelos espaços rurais da aristocracia Sueva vai contribuir para um processo de gradual abandono e destruição dos grandes edifícios públicos romanos na cidade. Assiste-se por um lado à densificação do espaço urbano, em detrimento dos espaços e edifícios públicos, com as antigas *domus* romanas fragmentadas e os espaços de pórticos ocupados, e por outro lado os antigos edifícios públicos, agora abandonados, são também eles ocupados por novas habitações, algumas adaptando-se organicamente às ruínas remanescentes dos mesmos[212]. É a partir deste momento que a antiga malha urbana ortogonal de matriz romana inicia um lento processo de deformação. A inicial ocupação pelos povos germânicos não irá romper com o *modus vivendi* das populações Hispano-Romanas, optando antes pela manutenção das suas estruturas politico-administrativas. Assim para a generalidade dos núcleos urbanos assiste-se a uma continuidade das estruturas herdadas do império romano.

---

[210] Pereira, P. a. (2011). *Arte Portuguesa - História Essencial*. Temas e Debates. pp. 208-209.
[211] Coutinho, J. d. M. (1978). *São Frutuoso*. ASPA. pp. 89 *et passim*, Palol, P. d. (1968). *Arte Hispânico de la Época Visigoda*. Ediciones Poligrafa. pp.134-140; Monteiro, M. (1939). *S. Frutuoso. Uma Igreja Mozárabe*. Tipografia do Arquivo Distrital. pp.251-279; Hauschild, T. (1986). Arte Visigótica. In J. d. Alarcão (Ed.), *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica* (Vol. 1). Publicações Alfa. pp.149-169; ainda, *Almeida, C. A. F. d. (1988). História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média (Vol. II). Publicações Alfa*. pp.122-124.
[212] Martins, M., Magalhães, F., Peñín, R. m., & Ribeiro, J. (2016). The Housing Evolution of Braga Between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In *Agira VIII, Arqueologia Medieval, Hàbitats Medievals* (pp. 35-52). Pagès Editors. p. 48.

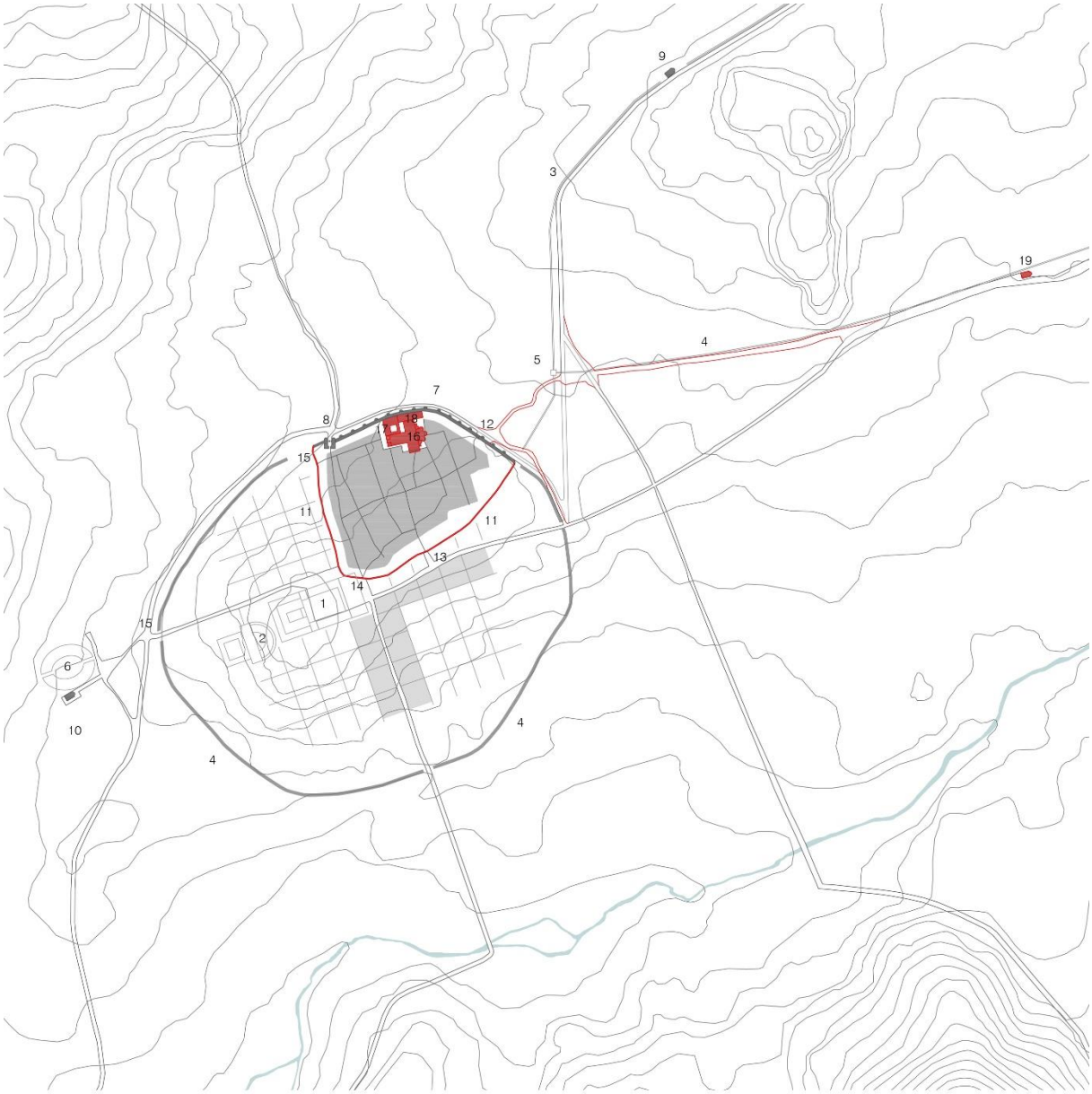
A cidade manter-se-á densamente ocupada, enquanto sede do reino Suevo, até ao século VI[213] e à invasão Visigoda em 585. A inerente perda de estatuto e de autonomia, assim como as predações resultantes do ambiente de instabilidade e conflito dão início a um acentuado período de declínio da vida urbana, que conduz a uma ruralização do espaço intramuros. O espaço da cidade é progressivamente abandonado e transformada em campo, com a única excepção do quadrante Norte, no qual a igreja paleocristã antecessora da actual Sé, irá funcionar como polo agregador evitando assim a total desagregação do espaço urbano. Edificados na periferia urbana da cidade datarão também deste período os templos de São Vicente fundado junto à Via XVIII, em 656[214] , São Victor junto à Via XVII, em 563[215], e São Pedro na proximidade da Via XX sobre as ruínas do anfiteatro[216]. Estes edifícios terão na sua génese provavelmente um conjunto de necrópoles cristãs as quais, herdeiras das necrópoles romanas se situariam ao longo das vias de saída da cidade. Não existem dados que nos permitam confirmar as fundações destes templos, contudo os mesmos são referidos em documentação religiosa desde o século IX, sendo plausível que estes edifícios tenham sido edificados no mesmo contexto que outros antigos templos de origem Sueva ou Visigótica.

A destruições e perturbações ocorridas entre o século IV e VIII não alteraram significativamente estrutura da cidade, apesar do abandono de muitos dos antigos edifícios públicos romanos bem como após a crescente ruralização do espaço urbano sobretudo a partir do século VII. Esta estrutura, bem como a muralha que a circunscrevia, seria no século VIII, à data das primeiras incursões muçulmanas ainda bem patente embora já apresentasse, provavelmente, significativas distorções em relação à matriz romana[217] [218]. Por outro lado, destaca-se na periferia da cidade a emergência de novos polos cristãos, o primeiro sob a actual Sé, aproveitando, como intuímos, um antigo mercado romano e tirando partido da proximidade da muralha; e, posteriormente, ao longo das vias de saída e das suas necrópoles, com vários pequenos templos provavelmente com invocação a santos mártires.

---

[213] Ibid. p. 46.
[214] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 71.
[215] Ibid. p. 71.
[216] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 304 – 307.
[217] Martins, M., Magalhães, F., Peñín, R. m., & Ribeiro, J. (2016). The Housing Evolution of Braga Between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In *Agira VIII, Arqueologia Medieval, Hàbitats Medievals* (pp. 35-52). Pagès Editors. p. 47.
[218] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 311.

Braga Fase 5 (séculos VIII - XII)
Rivalidade com Santiago



Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Aqueduto das Sete Fontes (séc. I?)
4 - Aqueduto de Gualtar? (séc. I?)
5 - Castellum Aquae? (séc. I?)
6 - Anfiteatro? (séc. I?)
7 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
8 - Porta Norte (início do séc. IV)
9 - Igreja de S. Vicente (656)
10 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (séc. VI?)
11 - Muralha Alto-Medieval (séc. IX?)
12 - Porta de S. João? (séc. IX?)
13 - Porta de S. Jacobo (séc. IX?)
14 - Porta da Cividade (séc. IX?)
15 - Porta de Maximinos (séc. IX?)
16 - Catedral de Braga (segunda metade do séc. XI)
17 - Claustro (segunda metade do séc. XI)
18 - Paço Arquiepiscopal Velho (segunda metade do séc. XI?)
19 - Igreja de S. Victor (1031 / 1096)

Figura 154 – Capela de S. Geraldo e absíola parte do espaço da antiga catedral românica, e hoje exteriores à Sé.

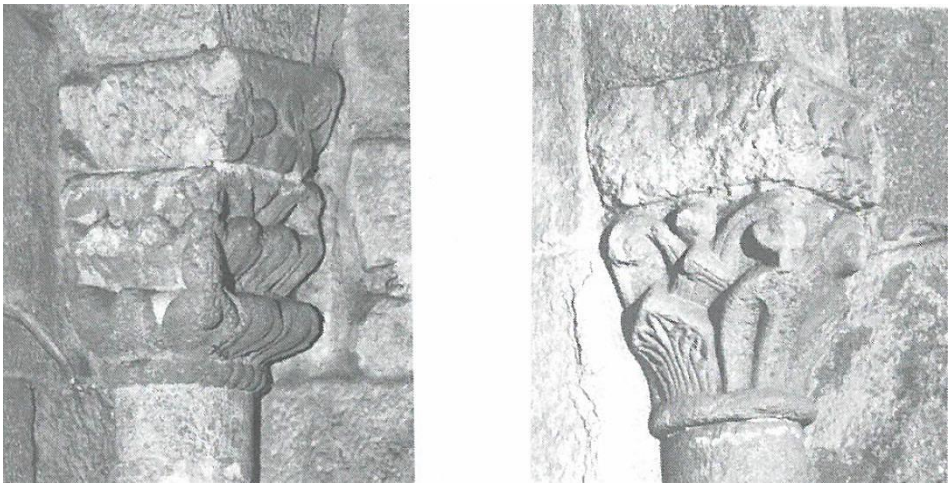


Figura 155 – Capiteis românicos no pórtico de acesso à Sé.

O período entre os séculos VIII e XII é particularmente conturbado na história da cidade, conhecido sobretudo através das fontes histórico-documentais, e carecendo em muitos casos de confirmação material. Este intervalo histórico coincide com os momentos finais da dominação visigótica, bem como com as significativas destruições provocadas pelas incursões muçulmanas e, finalmente, com a afirmação dos poderes associados à reconquista cristã. Apesar da efectiva ausência de confirmação material associada a muitos destes processos, a partir da reconquista dá-se início a um crescente desenvolvimento urbano através da manutenção e sedimentação de estruturas urbanas. A cidade de Braga e o seu território nunca terão estado sob domínio de forças Islâmicas que, na impossibilidade de manterem uma presença constante, terão sistematicamente atacado a região através de várias incursões a partir do século VIII. Estas, por seu lado, terão levado a que Afonso III (866-910) , rei de Leão, da Galiza e das Astúrias, ordene o repovoamento da cidade em 873 e em 905 e a delimitação do seu termo.

De facto, o repovoamento da cidade neste período estará provavelmente na origem desta delimitação através de um novo perímetro muralhado [219] , que construído em torno do quadrante Norte da antiga cidade romana vai procurar defender esta zona da cidade e em particular a sua basílica cristã. A construção deste novo perímetro amuralhado irá reaproveitar a secção norte da muralha do Baixo-império adicionando novos panos de muralha a Poente e a Sul. O traçado da nova muralha na vertente Poente, sobrepõe-se ao tecido da cidade romana englobando o tramo Norte do *Cardus Maximus* assim como a Porta Norte da muralha. Por outro lado, o traçado da vertente Sul tem um percurso mais sinuoso sensivelmente diagonal à orientação estabelecida pelos quarteirões romanos aparentemente resultado da apropriação do aqueduto romano[220]. Materializa-se, assim, o abandono de grande parte da cidade romana, na sua maioria fora da protecção das novas muralhas e, por conseguinte, mais vulnerável a ataques. Já no quadrante Norte, as novas muralhas e a basílica paleocristã, renovada entre o século X e o século XI[221], vão funcionar como um polo agregador que manterá uma ocupação densa e continuada impedindo deste modo o abandono e desaparecimento da matriz ortogonal da cidade romana.

[219] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM. pp. 27.
[220] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 327.
[221] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173.

Nos finais do século IX com a tomada da bacia do Douro por Afonso III, seria constituída uma entidade político-administrativa autónoma para controlar e comandar a defesa destes territórios do condado Portucalense, sediado na região no Porto. Em 878 o conde Hermenegildo Guterres sob as ordens de Afonso III conquista a cidade de Coimbra levando a fronteira para Sul do rio Mondego. Porém, Al-Mansor no século X, recupera todos os territórios perdidos a Sul do Douro atacando Braga em 985 e novamente em 997 numa campanha que culminaria com a pilhagem de São Tiago de Compostela. Coimbra seria conquistada em definitivo no ano de 1064 por Fernando Magno, trazendo uma nova perspectiva de estabilidade e segurança para os territórios a Norte. Com o progressivo avanço para Sul, o território do condado seria muito ampliado, aumentado também as ambições de um maior poder e autonomia por parte dos condes. Em 1065 a morte de Fernando Magno resulta na divisão seu reino pelos seus filhos, Garcia II (Rei da Galiza), Afonso VI (Rei de Leão) e Sancho II (Rei de Castela). Garcia II ordena o restabelecimento da diocese de Braga, provavelmente em 1070[222]. Contudo, as lutas entre os condes de Portucale e os reis Asturianos e Galegos resultariam em 1071 na morte do conde Nuno Mendes nos arredores da cidade[223], derrotado por Garcia II que viria a ser também ele derrotado no mesmo ano por Afonso VI de Leão. O confronto resultaria na extinção da linhagem dos condes de Portucale cujo território passaria para o controlo de Sisnando Davides em Coimbra.

A diocese metropolitana de Braga estaria em situação vacante como resultado das incursões islâmicas, prolongando-se esta situação através da provável influência dos Bispos de Lugo que mantinham a sua jurisdição eclesiástica sobre o território de Braga. A recém restabelecida diocese teve como primeiro arcebispo D. Pedro (1071 -1091), que procurava a restauração da arquidiocese e a devolução ao seu antigo estatuto de sede metropolitana, hierarquicamente superior a todas as outras dioceses Galegas. Esta ambição colocava a diocese de Braga em confronto, não só com as demais dioceses, mas sobretudo com a diocese de Compostela, que a partir da descoberta no século IX do túmulo do apóstolo S. Tiago, se teria transformado numa das mais influentes da região, levando-a a também a ambicionar a primazia eclesiástica sobre toda a Galiza.

[222] Costa, A. d. J. d. (1956). A restauração da diocese de Braga em 1070. *Lusitania Sacra n. 1*, 17-28. p. 22.
[223] Ramos, R., Monteiro, N. G., & Vasconcelos e Sousa, B. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. p. 19.

Apesar do clima de grande instabilidade, para sustentar o seu ambicioso projecto de restituição de sede metropolitanaV, D. Pedro inicia a construção de uma grande catedral românica com a demolição da primitiva Basílica de Santa Maria, que apesar de sucessivamente renovada. O projecto de D. Pedro é, também, seguramente motivado pela grande rivalidade com a diocese de Santiago de Compostela, que iniciava em 1075 o processo de construção da sua catedral românica. As duas dioceses iniciavam assim, quase em simultâneo, um processo concorrencial para a edificação de um grande centro de peregrinação comparável aos grandes centros europeus de modo a justificar a sua primazia sobre as dioceses rivais[224].

D. Pedro vai manter a intensa actividade construtiva conseguindo a conclusão da zona da cabeceira em 1089, ano em que consagra o altar-mor com a presença do arcebispo de Toledo[225]. Mas, D. Pedro, numa tentativa falhada de conseguir os direitos de Arquidiocese Metropolitana para Braga, apoia o antipapa Clemente III, entrando em confronto com os arcebispos da cidade de Toledo o que vai levar Afonso VI a depor o arcebispo de Braga em 1091. O afastamento do principal mentor do projecto pode ter interrompido temporariamente a construção da catedral. No entanto, em tempo do seu sucessor, o arcebispo S. Geraldo de Moissac (1095-1108), surgem ainda várias descrições do andamento dos trabalhos[226]. A continuação da empreitada e a ameaça latente que representava na óptica de Santiago de Compostela é demonstrada pelo episódio do Pio Latrocínio de 1112, em que as relíquias de S. Victor, S. Frutuoso e Santa Susana foram roubadas de Braga para impedir a sua utilização como entidades sacras objecto de peregrinação. Apesar destes reveses o golpe final no projecto da Catedral de Braga vai dar-se com o sucessor do arcebispo S. Geraldo, D. Maurício Burdino (1111-1118). Este bispo, o mais importante do condado Portucalense, teria dado o seu apoio ao casamento de D. Urraca com Afonso I de Leão, ameaçando as pretensões dos condes de Portucale, D. Henrique e D. Teresa. Como represália por esta afronta, vários partidários dos condes terão atacado o estaleiro arrasando parte da igreja catedral. O desenvolvimento da obra ficaria assim comprometido, sendo retomado por D. Paio Mendes (1118-1137) que vai reformular por completo o projecto inicial, reduzindo substancialmente a sua escala.

[224] Real, M. L. (1990). O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional. Actas* (pp. 435-489). Universidade Católica Portuguesa. p. 477.
[225] Ibid. p. 455.
[226] Ibid. p. 475.

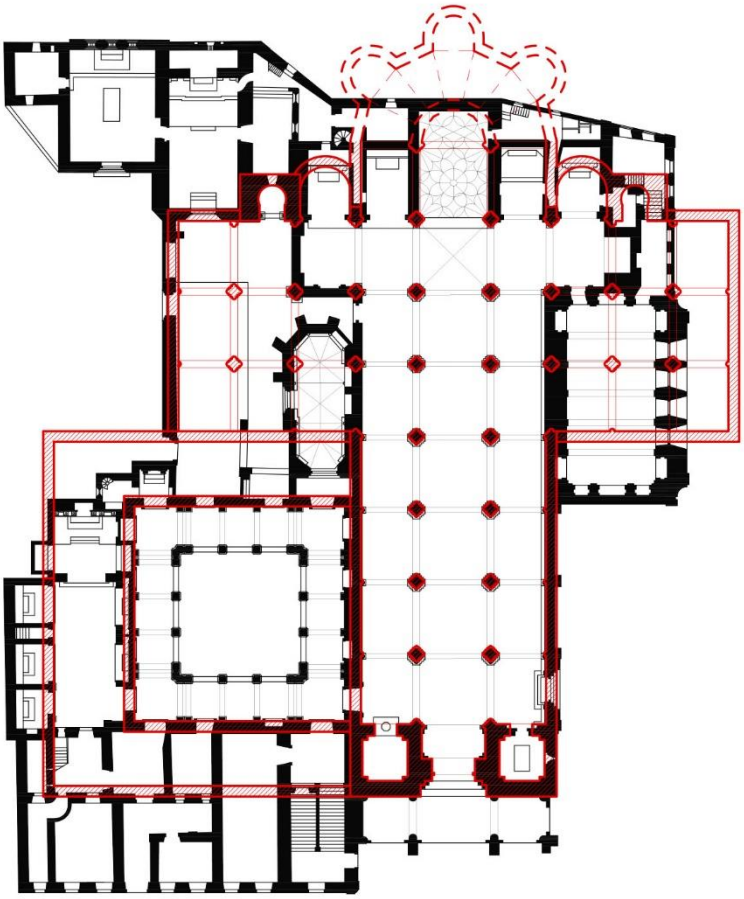


Figura 156 – Planta do hipotético projecto inicial para a catedral de Braga sobre a planta do edifício contemporâneo.

Apesar de se desconhecer o plano gisado por D. Pedro para a basílica românica de Braga, este pode ser reconstruído a partir do estudo do edifício existente, que terá aproveitado vários elementos já construídos do projecto inicial, e por meio da comparação com outros edifícios seus contemporâneos, também pertencentes à tipologia das grandes catedrais românicas de peregrinação como as catedrais de Sainte Foy de Conques ou da vizinha catedral de Santiago de Compostela. De entre os elementos pertencentes ao primeiro projecto da catedral incorporados no edifício actual destaca-se todo o corpo da nave da Sé de Braga com as suas três naves e quatro dos seus seis tramos. A parte final do corpo sobre o transepto seria mais curto permitindo a existência de um transepto amplo, com uma configuração idêntica à do corpo da igreja, ou seja, também com três naves. O transepto, para além de mais amplo, estender-se-ía também para além da sua dimensão actual, possuindo provavelmente quatro tramos. O remate do transepto ficaria assim no alinhamento Norte da Capela de S. Geraldo, tal como o vestígio de uma escadaria helicoidal embebida no muro Norte desta capela e que daria acesso à cobertura da catedral. A alteração mais dramática ao projecto parece ter sido o abandono por completo da primitiva abside românica, ao que se crê, uma complexa configuração trilobada, com deambulatório, semelhante às suas congéneres, e cujos vestígios surgiram em escavações na Rua do Leite[227]. Para além da Catedral de Braga, o arcebispo D. Pedro teria ainda promovido a construção de vários edifícios anexos, destinados ao Bispo, ao Cabido, à Escola Episcopal e aos serviços administrativos[228], ou ainda um claustro cuja modulação se enquadra no espaço entre o corpo e o transepto original da catedral românica.

Quanto à restante área urbana, encontrava-se em crescente abandono, concentrando-se a população na área amuralhada em busca da protecção que a mesma oferecia. A cidade romana estaria já praticamente deserta, persistindo talvez e apenas algumas ruínas pontuais dos edifícios mais imponentes, tais como o fórum, o teatro, o anfiteatro e a muralha tardo-romana. Estas ruínas seriam utilizadas como pedreiras para a construção da cidade medieval como o demonstram reaproveitamentos de pedraria e de *spolia* de alguns dos seus "monumentos", tal como demonstram os silhares almofadados existentes na torre do antigo paço episcopal ou as lápides com inscrições romanas existentes na Sé.

[227] Ibid. p. 463.
[228] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 482.

Braga Fase 6 (século XII)

A destruição da Catedral de Braga

Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Anfiteatro? (séc. I?)
4 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
5 - Porta Norte (início do séc. IV)
6 - Muralha Alto-Medieval (séc. IX?)
7 - Porta de S. João? (séc. IX?)
8 - Porta de S. Jacobo (séc. IX?)
9 - Porta da Cividade (séc. IX?)
10 - Porta de Maximinos (séc. IX?)
11 - Igreja de S. Vicente (início do séc. XII?)
12 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
13 - Igreja de S. Victor (1096-≈1118)
14 - Sé Catedral (séc. XII)
15 - Claustro da Sé (séc. XII)
16 - Paço Arquiepiscopal Velho (séc. XII)
17 - Capela de S. Nicolau (séc. XII)
18 - Convento de S. Marcos (1118-1137)
19 - Igreja de S. João do Souto (1161)

No reinado de Afonso VI (1041 a 1109) a reconquista atingiria Lisboa e Santarém em 1093 e face a uma derrota eminente, a Taifa de Sevilha envia um pedido de ajuda ao Reino Almorávida de Marrocos, que derrotaria Afonso VI em Badajoz no ano de 1086. A partir de 1090 o reino Almorávida entra em definitivo na península, tomando vários reinos islâmicos independentes. Face à surpresa causada pelas incursões Almorávidas que em 1093 tomam Badajoz, e de seguida Lisboa e Santarém, surge a necessidade de criar um novo centro de poder local que garanta a defesa da fronteira ocidental do reino, recriando-se em 1096 o condado Portucalense sob o controlo do conde D Henrique.

O sucessor de D. Pedro, o arcebispo Geraldo de Moissac (1096- 1108), terá procurado continuar a obra de D. Pedro mantendo em construção a Capela de S. Nicolau, posteriormente dedicada a S. Geraldo, após a sua santificação no século XIV. Como referimos no capítulo anterior, a construção desta pequena capela que parece remontar ao tempo de D. Pedro, indica que o respectivo posicionamento obedeceria ao plano original da catedral românica, ou seja, o que hoje se apresenta como uma capela autónoma do século XIV dedicada a S. Geraldo, seria provavelmente na sua origem apenas um absidíolo, ou seja, uma capela colateral do transepto da catedral de Braga. O surto construtivo seria, contudo, logo interrompido quando o apoio do arcebispo D. Maurício Burdino (1111-1118) ao casamento de D. Urraca com Afonso I de Leão provoca o ataque em 1110 ao estaleiro da catedral por parte de homens partidários de D. Teresa, resultando na destruição parcial do edifício ainda em obras[229]. Para compensar os estragos causados à basílica, D. Teresa procurou renegociar a carta de couto da igreja em termos mais favoráveis, inaugurando o domínio senhorial dos arcebispos sobre a cidade, o que duraria até ao século XIX.

Em 1112, morre o Conde D. Henrique, sendo sepultado na Sé de Braga. A rivalidade entre a diocese de Braga e a diocese de Compostela, e a posterior ambição dos Condes de Portucale por uma maior autonomia face à coroa das Astúrias e da Galiza teriam levando a um progressivo separatismo do Condado Portucalense. Esta situação seria agravada na altura em que a agora viúva D. Teresa se alia à família galega dos Trava, procurando talvez a reconstituição do Reino da Galiza. Receando a perda de poder, os barões do Condado Portucalense entram em revolta conseguindo o apoio de D. Afonso para a sua causa.

[229] Real, M. L. (1990). O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional. Actas* (pp. 435-489). Universidade Católica Portuguesa. pp. 477-482.

Cabe relembrar aqui - porque já o mencionámos, embora mereça recapitulação - que o subsequiente período de D. Maurício Burdino como arcebispo, seria particularmente atribulado, não só pelo seu controverso apoio a D. Urraca e ao entrar em conflito com a arquidiocese de Toledo, mas porque sofre as consequência do acto, sendo suspenso pelo papa Pascoal II (1099-1118). Em Roma, D. Maurício vai apoiar o imperador Henrique V (1099-1125) que leva à nomeação do antipapa Gregório VIII (1118-1121).

D. Paio Mendes (1118-1137) é nomeado sucessor de D. Maurício em Braga, procurando imediatamente tomar medidas para estabilizar a arquidiocese, entre as quais a urgente situação do estaleiro da catedral, em ruínas desde o ataque de 1110. Dados os constrangimentos só por volta de 1128 terá D. Paio Mendes conseguido reiniciar o estaleiro, abandonando o grandioso projecto inicial do arcebispo D. Pedro, em favor de um edifício mais modesto. Manteve-se em parte da estrutura já construída da catedral, sobretudo na nave central, eliminando-se o ambicioso transepto, que é substancialmente reduzido. O provável desenho original da capela-mor com deambulatório e capelas radiantes é também simplificado, adoptando uma configuração com apenas uma ábside, provavelmente semelhante à abside maior românicas das sés de Coimbra ou Lisboa.

Enfim, no que respeita à determinação da concepção da cabeceira da Sé de Braga mantêm-se, portanto, as dúvidas. É devida aqui uma menção ao artigo de Marta Cendón Fernández, que coloca em novos termos o problema, fazendo-o através da profunda reflexão que nos oferece no artigo *Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza* [230]. Com efeito, sem que a sua leitura comprometa o cerne deste trabalho, é de levar em linha de conta a comparação que a investigadora faz entre a sé bracarense e outra catedral contemporânea daquela e numa situação de grande proximidade: Tui. Doravante, há que atender às razões ponderosas deste eventual e, convenhamos, mais do que provável intercâmbio – que o título do artigo, de resto, consagra - , deixando a discussão para outro lugar e contexto que, sem prejuízo deste contributo, não cabe no propósito imediato desta tese.

[230] Fernández, M. C. (2022). Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza. Artistic exchanges in a cross-border diocese: possible similarities between the cathedrals of Tui and Braga. *Medievalista*(31).

D. Paio Mendes será ainda responsável pela conclusão e sagração da renovada Igreja de S. Victor[231] cuja obra havia sido iniciada em 1096, sendo concluída apenas já no início do século XII. Apesar da ausência de registos é provável que as antigas igrejas de S. Pedro e S. Vicente, com origem talvez no século VI, dada a sua antiguidade, tivessem sido objecto de obras de reformulação por volta do mesmo período, entre o século XI e XII, altura em que a arquidiocese procurava, de novo, projectar o seu poder.

Prova do abandono definitivo do projecto original da catedral é a construção durante bispado de D. Paio Mendes da pequena Capela de S. Lucas. A primitiva capela, adossada à parede Norte da Sé no espaço anteriormente destinado ao transepto, é um exemplo claro de como os espaços anteriormente ocupados pelo estaleiro do transepto se encontravam neste período já em transformação e adaptação a outras funções.

D. Paio Mendes vai ainda ser responsável pela doação da pequena Ermida de S. Marcos aos Templários[232]. A localização do edifício, em frente da antiga Porta Oriental da muralha romana, pode indiciar uma origem num antigo edifício readaptado como ermida, talvez um mausoléu romano como aconteceu no caso da Igreja de S. Manços em Évora. Os Templários vão utilizar o espaço para construção de um pequeno mosteiro que mantendo uma tradição de acolher os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela vai estar na origem do futuro Hospital de S. Marcos.

A cidade de Braga, agora numa posição marginal em relação à sede do novo reino em Coimbra, entra num período de relativa estagnação a partir de meados do século. Na envolvente da cidade, surge, neste período, a primeira referência à igreja de S. João do Souto, doada ao arcebispado em 1161 por Pedro Ourives e Elvira Mides[233]. Esta igreja, construída inicialmente fora do núcleo amuralhado, mas na sua proximidade imediata, é indicativa da provável existência de uma porta nesta zona da cerca da Antiguidade Tardia.

---

[231] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 69-70.

[232] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 349.

[233] M. d. Ribeiro, A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães 2016 p. 57.

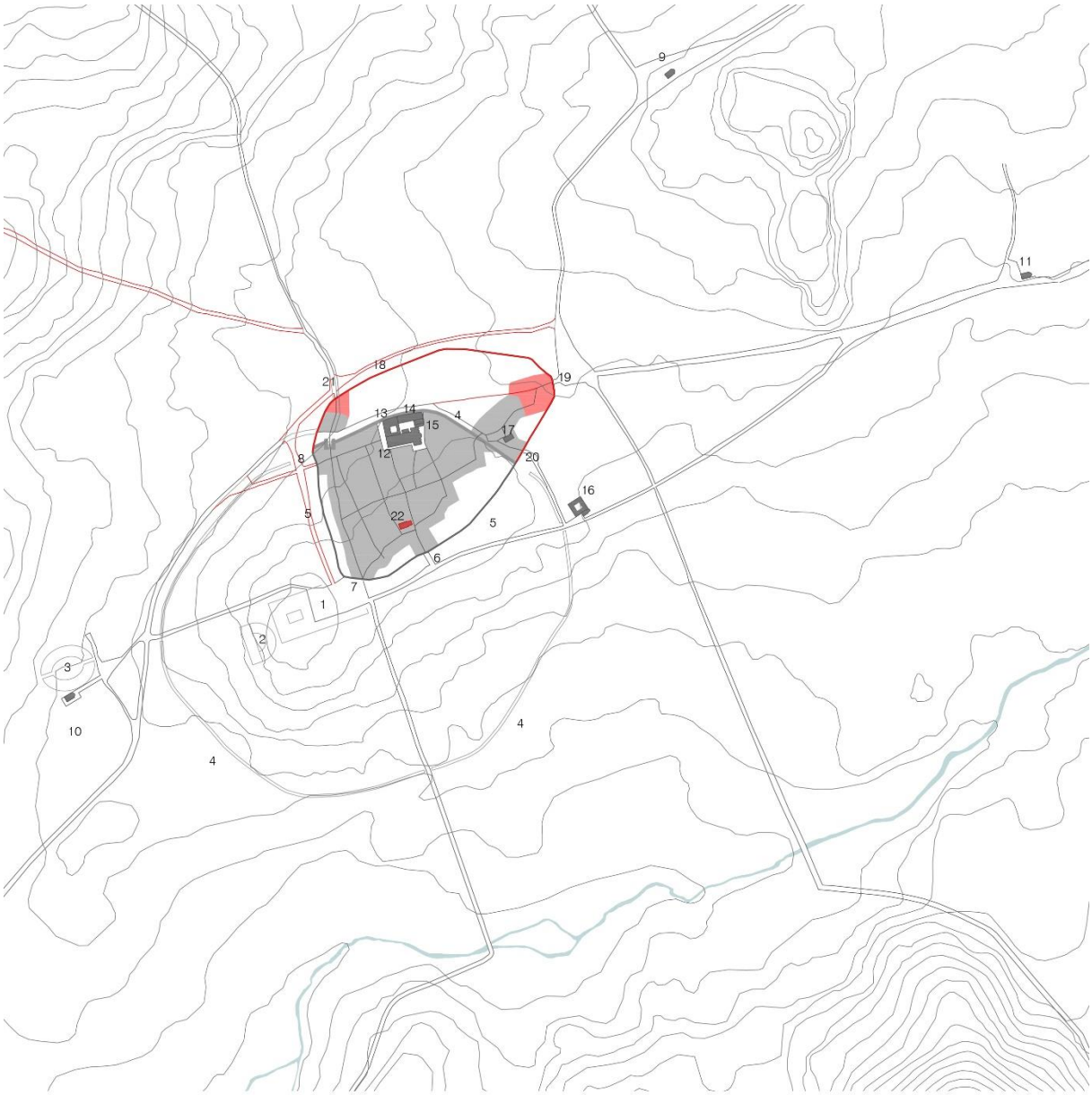
Com a vitória em batalha de D. Afonso em 1128, este adopta o título de *prínceps* e consolida em definitivo a autonomia do condado face à Galiza. Fortemente apoiado por cavaleiros e barões da zona de Coimbra, D. Afonso instala a sua corte nesta cidade, utilizando-a como base para uma série de incursões a Sul sobre os territórios islâmicos. A vitória, numa incursão em 1139 na zona Ourique, terá sido de tal modo decisiva que, no seguimento da mesma, D. Afonso passa a intitular-se *protugalensium rex*. Contudo, a pretensão do autointitulado monarca, só viria a ser valorizada em 1143, quando Afonso VII de Castela e Leão reconheceu o novo rei[234].

É também provável que junto à igreja e porta de S. João do Souto, bem como junto à antiga porta Norte da muralha da Antiguidade Tardia, tivessem surgido neste século pequenos núcleos populacionais fora-de-portas. Dada a estabilização da situação militar com o recuo da linha de conflito com as forças islâmicas para além da linha do Tejo, assiste-se, assim, e ao longo do século XII, ao sistemático crescimento da cidade para a zona exterior às muralhas, sobretudo na área de influência das às suas portas. Este crescimento fez-se predominantemente para Norte, em direcção à zona do Souto onde se viria a edificar o castelo de Braga e em detrimento do espaço da antiga cidade romana, que seria neste período já praticamente imperceptível.

[234] Ramos, R., Monteiro, N. G., & Vasconcelos e Sousa, B. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. pp. 27-39.

Braga Fase 7 (século XIII)

A primeira expansão da muralha



Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Anfiteatro? (séc. I?)
4 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
5 - Muralha Alto-Medieval (séc. IX?)
6 - Porta de S. Jacobo (séc. IX?)
7 - Porta da Cividade (séc. IX?)
8 - Porta de Maximinos (séc. IX?)
9 - Igreja de S. Vicente (início do séc. XII?)
10 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
11 - Igreja de S. Victor (1096-≈1118)
12 - Sé Catedral (séc. XII)
13 - Claustro da Sé (séc. XII)
14 - Paço Arquiepiscopal Velho (séc. XII)
15 - Capela de S. Nicolau (séc. XII)
16 - Convento de S. Marcos (1118-1137)
17 - Igreja de S. João do Souto (1161)
18 - Ampliação N. da Muralha (meados do séc. XIII?)
19 - Porta do Souto (meados do séc. XIII?)
20 - Porta de S. João (meados do séc. XIII?)
21 - Porta da Sapataria? (meados do séc. XIII?)
22 - Ig. de S. Tiago da Cividade (meados do séc. XIII?)

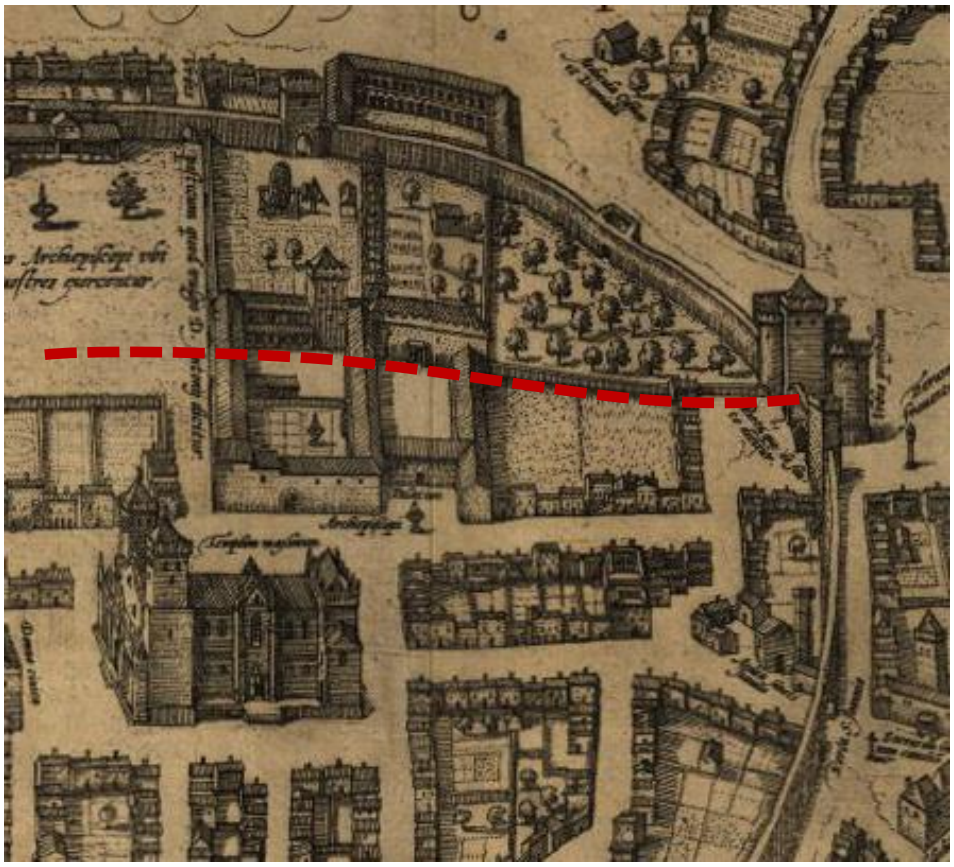


Figura 157 – Detalhe da gravura de Georg Braun representando um imponente muro que ligava o paço ao castelo.

A partir do século XIII, com a crescente estabilização política decorrente da consolidação da independência do reino de Portugal, dá-se início a um processo de crescimento demográfico e prosperidade económica. No entanto, para a cidade de Braga são poucas as informações que nos permitam caracterizar este período, embora se encontre documentada ao longo do século XIII a abertura de novos arruamentos, que apontam sobretudo para um crescimento na zona da freguesia de S. João do Souto no sentido Norte[235].

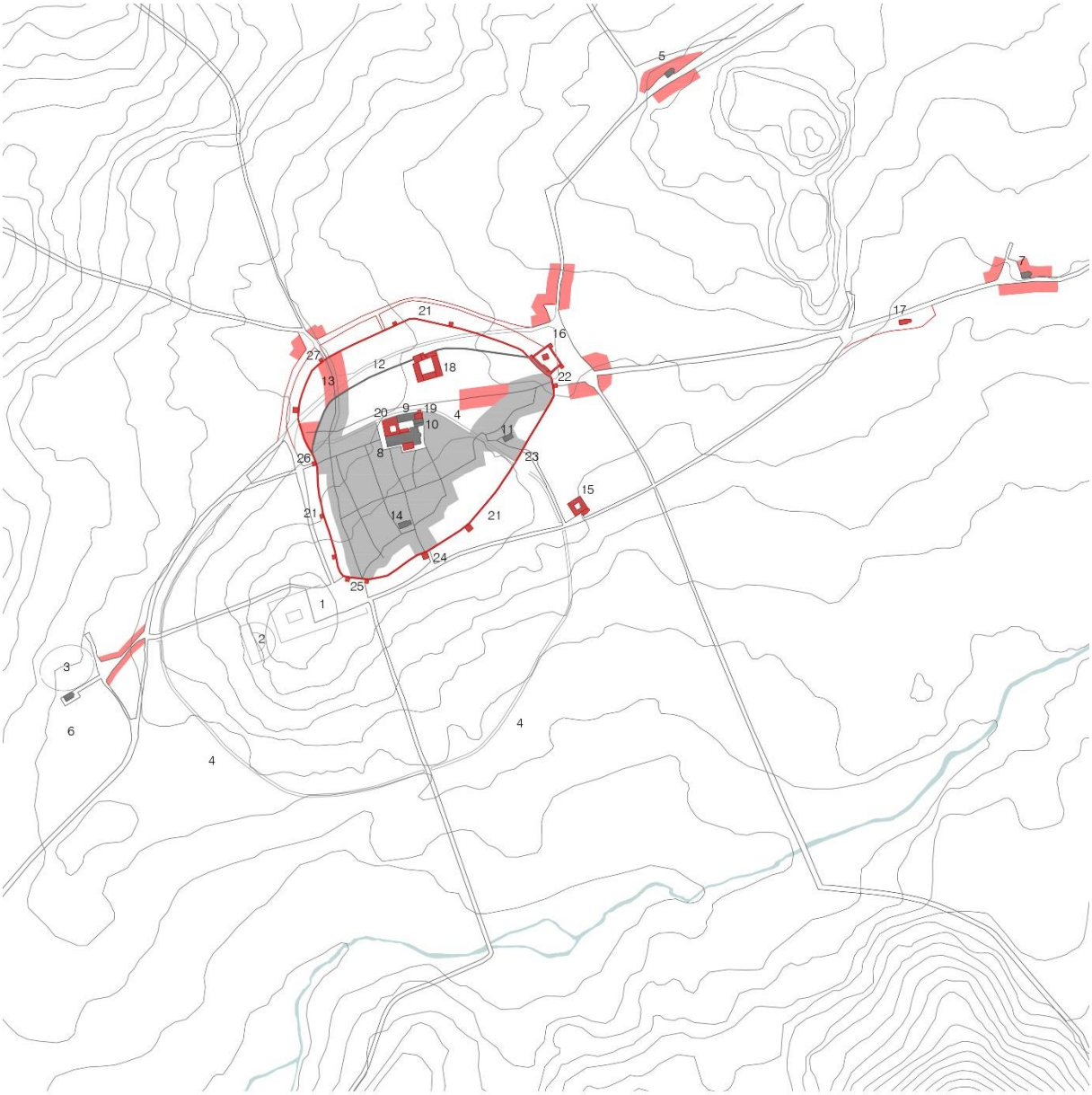
Terá também ocorrido aproximadamente a meio do Século XIII a fundação Igreja de S. Tiago da Cividade, bem como da sua confraria anexa, destinada à protecção dos peregrinos que percorriam a rota em direção a Santiago de Compostela, sendo esta uma das mais antigas confrarias da cidade de Braga[236]. A Igreja estaria localizada no sítio onde a encontramos hoje, embora a sua posição fosse a oposta, então devidamente orientada, com o altar-mor virado para nascente, tal como ainda aparece na gravura de Georg Braun.

O crescimento nesta área terá motivado a construção de uma nova muralha, provavelmente em meados do século XIII, sendo o início da construção necessariamente anterior a 1265, data da primeira referência conhecida à Porta do Souto[237], já parte integrante deste novo circuito. Não existem até agora evidências materiais desta muralha; contudo a análise da gravura de Georg Braun reforça esta hipotética muralha intermédia, representando um imponente muro unindo o Paço Episcopal ao Castelo[238]. Esta muralha, hoje desaparecida, não só explica a referência do século XII à Porta do Souto antes da construção da Muralha Fernandina, mas também a razão de ser da torre a partir da qual o actual Paço Episcopal foi gerado, replicando através da sua associação à muralha o posicionamento do antigo palácio dos bispos junto da muralha da Antiguidade Tardia. Por outro lado, segundo o 1º Livro do Tombo do Cabido, datado de 1369-1380[239], parte da actual Rua Dom Frei Caetano Brandão, antiga Rua da Sapataria aparece descrita como estando localizada extramuros. Parece assim que esta rua seria interrompida a meio por uma porta na muralha, parte desta primeira versão das muralhas da cidade.

[235] M. d. Ribeiro, A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães 2016 p. 58.
[236] Marques, J. (1992). O culto de Santiago no Norte de Portugal. In *Lusitania Sacra, 2ª série, 4* (pp. 99-148). Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa. p. 128.
[237] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 329.
[238] Ibid. p. 329.
[239] Ibid. p. 330.

Braga Fase 8 (século XIV)

A muralha Fernandina



Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Anfiteatro? (séc. I?)
4 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
5 - Igreja de S. Vicente (início do séc. XII?)
6 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
7 - Igreja de S. Victor (1096-≈1118)
8 - Sé Catedral (séc. XII)
9 – P. Arquiepiscopal Velho / P. do Concelho (séc XII)
10 - Capela de S. Nicolau (séc. XII)
11 - Igreja de S. João do Souto (1161)
12 – Amp. Norte da Muralha (meados do séc. XIII?)
13 - Porta da Sapataria? (meados do séc. XIII?)
14 - Ig. de S. Tiago da Cividade (meados do séc. XIII?)
15 - Hospedaria de S. Marcos (≈1312)
16 - Castelo (≈1315)
17 – Cap. de N. Sª a Branca / N. Sª da Carreira (≈1319)
18 - Paço Arquiepiscopal Novo (≈1328)
19 - Capela da Glória (≈1332)
20 - Claustro da Sé (≈1340)
21 – Mur. Fernandina (seg. metade do séc. XIV)
22 - Porta do Souto (seg. metade do séc. XIV)
23 - Porta de S. João (seg. metade do séc. XIV)
24 - Porta de S. Jacobo (seg. metade do séc. XIV)
25 - Porta da Cividade (seg. metade do séc. XIV)
26 - Porta de Maximinos (seg. metade do séc. XIV)
27 - Porta de S. Francisco (seg. metade do séc. XIV)

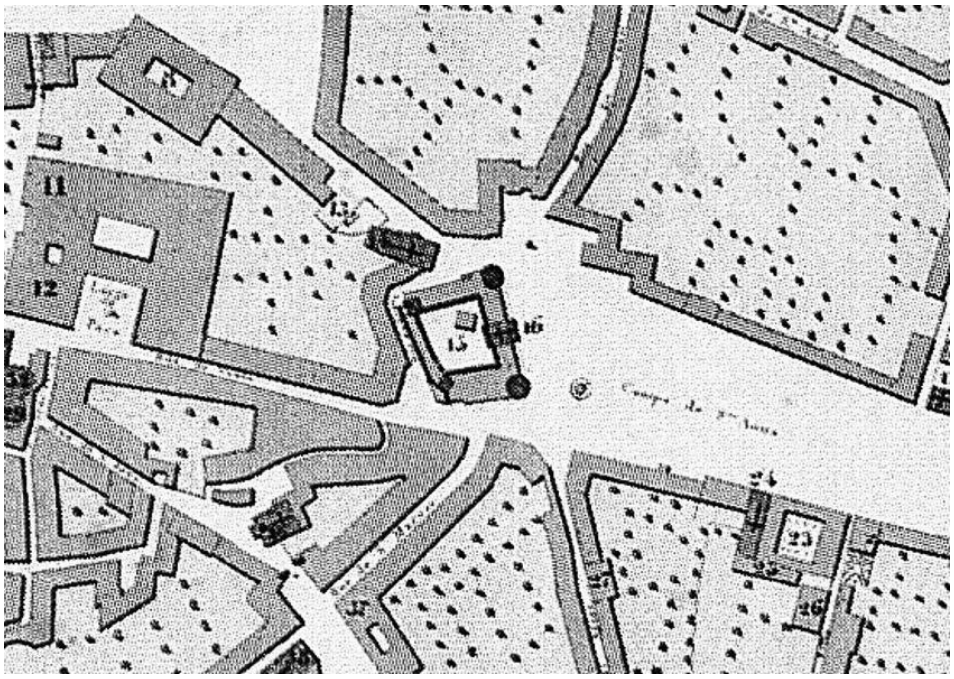


Figura 158 – O castelo de Braga num detalhe da planta da cidade de Braga realizada por Belchior José Garcez. O desenho perfeitamente quadrangular das muralhas é evidente.

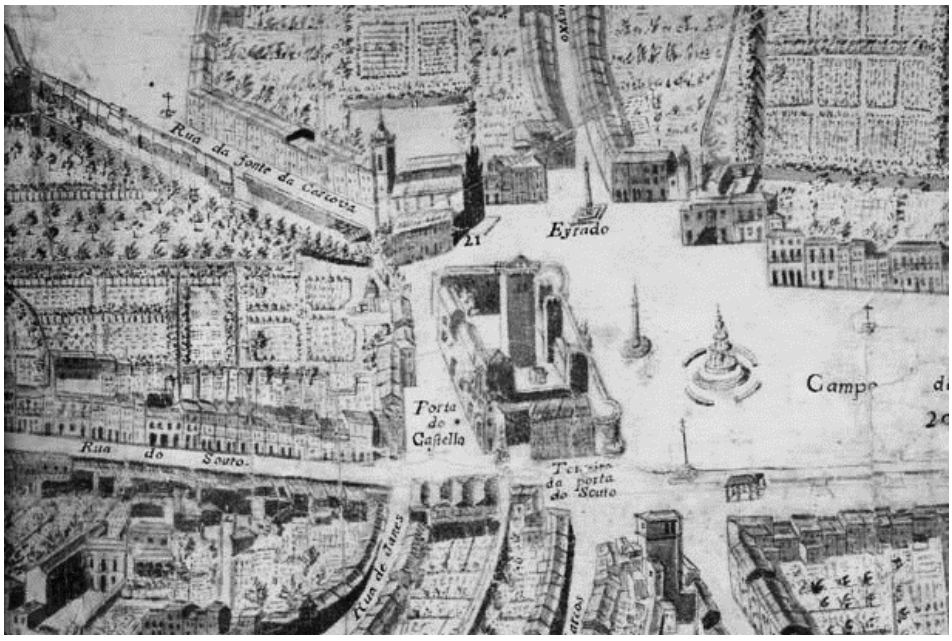


Figura 159 – O castelo de Braga num detalhe da planta da cidade de Braga Primas.

O século XIV surge como um momento de grande transformação urbana marcada pela construção de vários edifícios notáveis, nomeadamente o Paço Arquiepiscopal o Castelo e a Muralha Fernandina. Estes edifícios, estabelecidos inicialmente neste período serão decisivos na estruturação e posterior desenvolvimento urbano da cidade. O início do século é marcado com a ordem de extinção e subsequente perseguição da Ordem dos Templários em 1312 pelo Papa Clemente V (1305-1314). Na cidade de Braga e na sequência destes acontecimentos, é extinto o Convento de S. Marcos, pertença dos Templários, sendo então adaptado à hospedaria que esteve na génese do que veio a ser o hospital de S. Marcos.

Em 1315 surgem as primeiras referências ao Castelo de Braga, estas, porém não permitem determinar se a estrutura estaria ainda em construção ou já concluída[240]. O edifício, erguido a mando de D. Dinis (1279-1325), poderá, assim, ter sido ainda iniciado no século anterior, prolongando-se a construção durante vários anos. Ao longo dos séculos XIV e XV surgem ainda várias referências a obras no castelo, tendo este sido alvo de uma profunda campanha de melhoramentos por altura da construção da muralha Fernandina no final do século XIV. Podemos assim relacionar a primeira e hipotética ampliação da cerca medieval da cidade em meados do século XIII com a construção do castelo por D. Dinis no início do século XIV, fazendo ambas as estruturas parte de um conjunto de melhoramentos das defesas da cidade face às novas exigências militares. Já no início do século XVI será ainda acrescentada à estrutura uma barbacã com duas torres semicirculares, procurando adaptar o castelo ao surgimento das novas armas de cerco pirobalísticas. O aperfeiçoamento destas armas irá, contudo, conduzir à perda de valor defensivo da estrutura, sendo o Castelo, pelo seu valor simbólico, utilizado para um conjunto de outras funções. Destas destaca-se a construção de um pórtico alfandegário no final do século XVI, a construção de uma Cadeia Civil justaposta à face Norte do Castelo no século XVIII e a construção da Igreja da Lapa também no século XVIII. No ambiente de profunda transformação social e cultural de finais do século XIX e início do século XX a pretexto da modernização da cidade o Castelo e várias das portas das Muralhas urbanas da cidade, considerados como obsoletos foram sistematicamente destruídos. Do Castelo de Braga salvaram-se destas demolições a torre de menagem e os alçados nordeste e sudeste das muralhas entretanto absorvidas pelo casario e pela Igreja da Lapa.

[240] Ibid. p. 337.

Figura 160 – Demolição da face e da torre Ocidental do Castelo, vendo-se ainda o alçado tardoz da Cadeia Civil.

Figura 161 – Demolição da face Ocidental e da torre Sul do Castelo.

Apesar da perda quase total do edifício, é possível a reconstituição da sua forma original, cruzando os vestígios existentes preservados no tecido urbano com as peças cartográficas realizadas antes da sua demolição a que acresce o tentâmen de reconstituição realizada por Manuel Monteiro na revista Ilustração Portuguesa nº13 II série de 21 de Maio de 1906. Segundo o autor "… *o pateo primitivo devia ser mais restrito e exíguo e a sua periferia, pela inspiração dos velhos moldes, deveria ser pouco mais ou menos um quadrângulo em trono da menagem com as quadrelas flanqueadas nos vértices pelos torreões espionantes*."[241] Esta descrição é apoiada pelo desenho do castelo na planta da cidade de Braga realizada por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel em meados do século XIX, na qual as muralhas do castelo desenhadas a negro definem claramente uma estrutura de planta quadrangular com as torres nos vértices. O Castelo de Braga teria assim uma forma quadrangular. Cada pano de muralha possuía uma torre disposta junto aos vértices do quadrilátero no arranque de cada pano[242], permitindo que cada torre cobrisse o flanco da torre seguinte, com a excepcção da torre Sul, de maiores dimensões e que defenderia a entrada no recinto.

A torre ocidental, demolida no início do século XX, surge claramente representada nos registos fotográficos efectuados imediatamente antes ou durante a demolição, tendo sido preservada até esse momento devido à sua inclusão nos edifícios da Cadeia Velha e da Cadeia Civil. Esta torre daria cobertura à muralha noroeste, tendo este pano de muralha sido preservado como alçado tardoz da Cadeia Civil. A torre Norte foi preservada pela construção da Igreja da Lapa no século XVIII, mantendo até aos dias de hoje a função de campanário. Esta torre daria cobertura ao pano de muralha nordeste assim como à porta exterior do castelo, sendo que tanto a muralha como a porta se mantêm preservados no interior dos edifícios que compõem o lado nordeste do antigo castelo. A torre Oeste, protegia o flanco sudeste do castelo, o seu estado de conservação é desconhecido, sendo provável que parte da sua estrutura ainda subsista integrada nos edifícios que a ela se adossaram. Por outro lado, o pano de muralha Sudeste aparenta permanecer relativamente incólume, embebido no alçado tardoz dos edifícios actuais.

[241] Monteiro, M. (1906). A cidadela de Braga. *Ilustração Portuguesa nº13 II série de 21 de Maio*, 402-406. p. 404.
[242] Ibid. pp. 403-404.

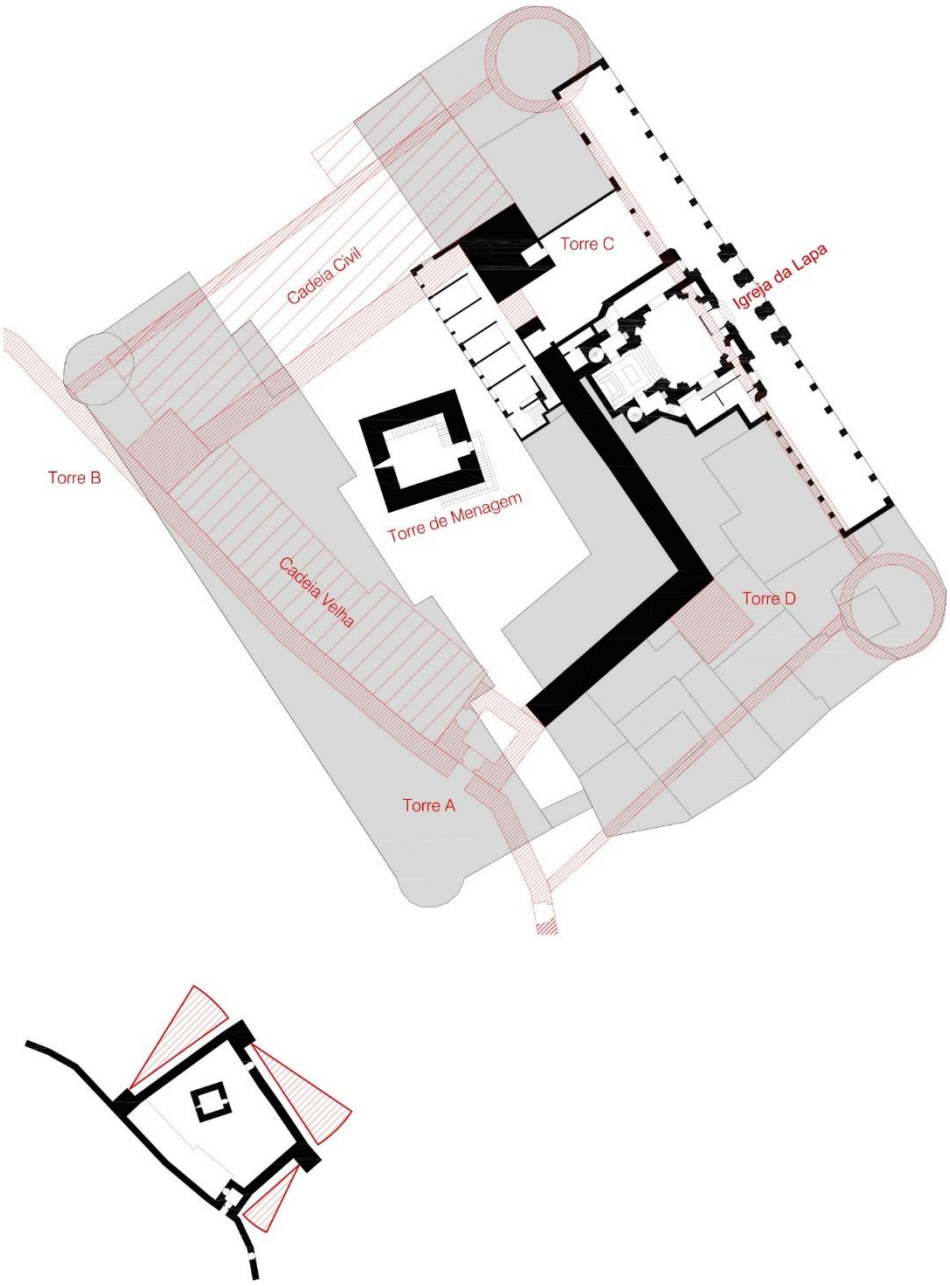


Figura 162 – Interpretação do desenho original do Castelo de Braga.

Finalmente, a torre Sul, ao contrário das anteriormente mencionadas, teria sido construída virada para o interior do castelo, funcionando como acesso fortificado ao edifício a partir da cidade. O acesso seria realizado através de um grande arco de cantaria no exterior através de um percurso em cotovelo, tal como na vizinha Torre de Santiago. Este acesso em cotovelo, ficará ocultado pela construção da Cadeia Velha no tempo de Afonso IV[243] sobre a face interior do pano de muralha sudoeste. Com a obstrução do acesso através da torre Sul, esta foi adaptada e reutilizada com a construção da Capela de Nª Sª da Abadia em 1738, já que a respectiva fachada lhe seria adossada, de um modo semelhante à Torre de Santiago, também ela adaptada a capela. Tanto a torre Sul como o pano de muralha Sudoeste e os edifícios da Cadeia Velha seriam demolidos no início do século XX, substituída pelo edifico da Escola Comercial de Braga. O texto de Manuel Monteiro descreve ainda outro importante detalhe da estrutura que compunha o Castelo de Braga. Segundo este autor, o pano de muralha Sudoeste possuía um aparelho construtivo marcadamente diferente dos restantes, evidenciando a sua justaposição a exemplo do que aconteceu na face sudoeste das torres Oeste e Sul. Este processo de acrescento *a posteriori* era particularmente visível pelo emparedamento de seteiras e portas existentes na face Sudoeste da torre Sul, demonstrando que as duas peças, muralha e torre, possuíam diferentes cronologias[244].

O Castelo de Braga apresentaria, assim, uma configuração clássica semelhante a outros castelos erguidos durante o reinado de D. Dinis, na transição entre o século XIII e XIV. Estes edifícios são frequentemente desenhados a partir de um recinto de planta quadrangular com torres nos vértices; no caso de Braga apenas a face sudoeste, talvez já existente como parte muralha do século XIII, apresenta um traçado irregular. Por outro lado, e apesar da sofisticação do posicionamento das torres de flanco, a colocação da torre de menagem no centro do castelo remete ainda para uma concepção à altura já ultrapassada, preterida pelas torres de menagem em posição excêntrica, com capacidade de participar activamente na defesa do recinto[245].

[243] Ibid. p. 403.
[244] Ibid. p. 403.
[245] Barroca, M. J. (1998). D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 15(1)*, 801-822.

Figura 163 – Torre de Refóios, Refóios do Lima, Alto Minho, construída provavelmente ainda no século XII.

Figura 164 – Planta hipotética do núcleo fundacional do paço.

Ainda na primeira metade do século seria erguida a Igreja da Nª Senhora-a-Branca ou Ermida da Senhora das Neves, provavelmente pelo arcebispo D. João Martins de Soalhães (1313-1325) o qual teria ainda realizado uma substancial doação testamentária ao edifício.

A D. João Martins de Soalhães vai-se suceder o arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), devendo-se-lhe, se provavelmente o início da construção do novo Paço Arquiepiscopal. O actual conjunto edificado resulta da soma de vários edifícios sucessivamente acrescentados por diferentes arcebispos ao longo dos séculos. Esta sucessão de edifícios, bem como as adaptações aos edifícios preexistentes, tornam a leitura cronológica da evolução dos paços assunto complexo. Contudo, a maioria dos investigadores aponta para D. Gonçalo a iniciativa da primeira construção[246]. A residência dos arcebispos encontrava-se, originalmente, nas imediações da Sé, provavelmente a nascente do claustro e em condições de relativa exiguidade, pelo que foi substituída por uma nova residência de dimensões mais generosas nos terrenos do cabido existentes na zona Norte[247]. O edifício original teria sido construído segundo o modelo de Casa Forte ou *Domus Fortis*[248], caracterizado pela existência de uma torre à qual estariam associados outros espaços de residência e de serviços, e do qual existem vários exemplos notáveis na região[249]. A torre estaria situada sensivelmente a eixo do antigo pátio Norte, e é possível que a composição na sua inteireza pretérita formasse um quadrilátero fortificado. Dos edifícios anexos de apoio à torre não existem informações que permitam a sua caracterização. Não obstante, é lógico supôr que os mesmos rodeassem o pátio tendo depois sido gradualmente substituídos. Mais do que questões de natureza defensiva, que inexistiam, a configuração deste tipo de moradas estaria, antes sim, relacionada com a cultura arquitectónica da época, em que a retórica imanente da *imago* da fortificação possuía contornos bem alicerçados. Por outro lado, é também possível que D. Gonçalo Pereira tenha procurado replicar o perfil impositivo dos antigos paços episcopais, com toda a probabilidade situados originalmente junto da muralha da Antiguidade Tardia, no espaço a Norte da Sé, transpondo a respetiva imagem-memória para a sua nova localização, também ela apoiada numa cintura defensiva, ou seja, na muralha construída no final século XIII.

---

[246] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 14.
[247] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 489.
[248] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 14.
[249] Ibid. p. 15.

Figura 165 – Abóbada nervurada na cabeceira da Capela dos Reis.

Por outro lado, sobre os anteriores paços junto à Sé pouco se sabe da sua arquitetura, conhecendo-se apenas uma referência ao edifício de 1328, na qual é descrita a cedência do espaço para as reuniões concelhias, o que pode implicar que o edifício se encontrava já vacante pela construção dos novos Paços Arquiepiscopais[250]. O abandono dos antigos paços por D. Gonçalo Pereira pode aliás ser a justificação da remodelação efectuada a partir deste momento no lado Norte da Sé com a construção da Capela da Glória em 1332/34, ou ainda da reconstrução do claustro em estilo gótico já mencionado em 1343 [251]. Estas intervenções marcam ainda o abandono e desmantelamento definitivo do quadrante norte da antiga muralha romana durante o século XIV [252].

Em data posterior, teria sido adossada à torre de D. Gonçalo Pereira uma segunda torre. A diferente origem entre estas duas estruturas comprova-se pelo facto de existirem em ambas, as cicatrizes que sugerem, não duas construções coevas, mas antes sim uma construção que se justapôs a outra, algo que parace explicar o facto de não existirem vãos de comunicação entre as duas edificações no nível térreo[253]. Não temos dados seguros que permitam identificar quais os arcebispos responsáveis pelas adições medievais da original *Domus Fortis*; embora D. Lourenço Vicente (1374-1397) aparente ser um dos prováveis intervenientes neste espaço. A controversa gestão do arcebispado por este bispo ter-lhe-ia criado um ambiente de tal modo hostil que o forçou, segundo palavras do mesmo, a rodear-se de homens de armas até em sua casa[254]. As queixas contra o arcebispo resultariam na decisão do rei D. Fernando I (1367–1383) de lhe retirar a jurisdição de Braga, sendo deposto em 1377 e eventualmente restituído em 1381. Parece assim provável que o conturbado percurso de D. Lourenço Vicente, justifique a sua responsabilidade em algumas das ampliações efectuadas no Paço Arquiepiscopal durante este período, sendo também da sua responsabilidade a construção ou reconstrução, em 1374, da Capela de São Lucas, hoje Capela dos Reis, adossada à parede N. da Sé [255].

---

[250] Martins, S. d. S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: o governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho. pp. 38- 39

[251] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173. pp. 146-147.

[252] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 326- 327

[253] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 19.

[254] Ibid. p. 28.

[255] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173. p. 146.

O governo de D. Lourenço Vicente é um reflexo da instabilidade que na segunda metade do século XIV atinge Portugal como resultado das Guerras Fernandinas desencadeadas pelo assassinato de Pedro I de Castela e que teriam como consequência a invasão de Portugal por Henrique II de Castela. A campanha de Henrique II levaria à tomada sem oposição da cidade de Braga em 1369, posteriormente descrita pelo cronista Fernão Lopes do seguinte modo: "*Chegou el-rei D. Henrique a Braga, como o logar era grande e mal cercado, sem haver ali mais d'uma torre, em lugar ainda que não prestava, era bem azado para se tomar. …o muro fosse baixo e os dentro mui mal armados …*"[256].

Procurando reforçar a defesa do reino face às investidas de Castela, D. Fernando promove, como se sabe, a construção ou reforço das muralhas em várias cidades, entre as quais Braga, dando início à edificação de um novo perímetro muralhado, a Muralha Fernandina. Este novo perímetro de maiores dimensões mantêm o circuito já existente nos lados Sul e Oeste que coincidiria com a cerca primeiramente edificada entre o século IX e X, mas constrói um novo circuito para Norte, englobando a expansão do século XII, e crescendo para além dela. Definindo uma área com quase 15 hectares, 9 torres, 5 portas: a Porta do Souto, a Porta de S. João, a Porta de São Jacobo, a Porta de Maximinos, a Porta Nova (aberta no século XVI) e a Porta de S. Francisco. A sua construção terá sido relativamente lenta, continuado nos séculos XIV e XV[257]. A Muralha Fernandina manteve-se, de resto, com poucas ou nenhumas alterações até às destruições do final do século XIX e início do século XX. Apesar disso a quase totalidade do seu perímetro foi sendo absorvido por edifícios, que ao integrarem a muralha como suporte construtivo, permitiram a sua preservação no tecido urbano. A Muralha Fernandina permanece, assim, fossilizada em grande parte do seu percurso às vezes persistindo até como muro de limite de propriedade ao fundo dos logradouros. Para a justa avaliação deste processo destaca-se o estudo realizado por Maria do Carmo Franco Ribeiro[258], cuja análise recupera em detalhe o percurso da muralha através da leitura dos vestígios preservados no tecido urbano.

[256] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 330-331.
[257] Ribeiro, M. d. C. F. (2017). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). III. La Ciudad y su discurso, León: Universidad de León* (pp. 9-40). Universidad de León. Servicio de Publicaciones. p. 17.
[258] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 326-410.

Apesar do significativo aumento da área da cidade com a construção da nova cintura muralhada, do Paço Arquiepiscopal e do Castelo, o número de ruas documentadas não terá sofrido grandes alterações, indiciando que uma parte significativa desta nova zona intramuros se manteria desocupada e com um carácter rural[259]. A única e significativa excepção estaria no desenvolvimento da Rua do Souto, que servia de ligação entre o Paço Arquiepiscopal e o Castelo, e estes à Porta do Souto [260].

Mesmo assim, ao longo das antigas vias romanas de saída da cidade inicia-se, por sua vez, um processo de urbanização, documentado pelo registo dos edifícios destruídos aquando da invasão das tropas castelhanas nos finais do século XIV. A antiga Rua da Corredoria - actual Praça da República - , sobreposta à via XVII em direcção a Chaves passando pela igreja suburbana de S. Victor, aparece já documentada como "rua" desde 1261, embora esta provavelmente pouco urbanizada dada a ausência de referências a casas destruídas[261]. Na Rua dos Chãos, antiga via XVIII em direcção a Astorga passando pela igreja suburbana de S. Vicente são referidas 34 casas destruídas[262]. Na antiga Rua de Maximinos, actual Rua da Cruz de Pedra correspondendo à antiga via XX para Fão e Esposende passando pela igreja suburbana de S. Pedro são referidas 29 casas destruídas [263]. Na antiga Rua Nova, sensivelmente correspondente à actual Rua de S. Martinho e Rua Dom Frei Caetano Brandão, antiga via XIX para Lugo passando pelos núcleos de S. Frutuoso e de Dume, teriam sido destruídas 16 casas[264]. É igualmente provável que, no seguimento das emergentes ruas sedimentadas sobre as antigas vias romanas, e em redor das igrejas suburbanas de S. Victor, S. Vicente e S. Pedro, se comecem a formar pequenos nucleos urbanos também neste período.

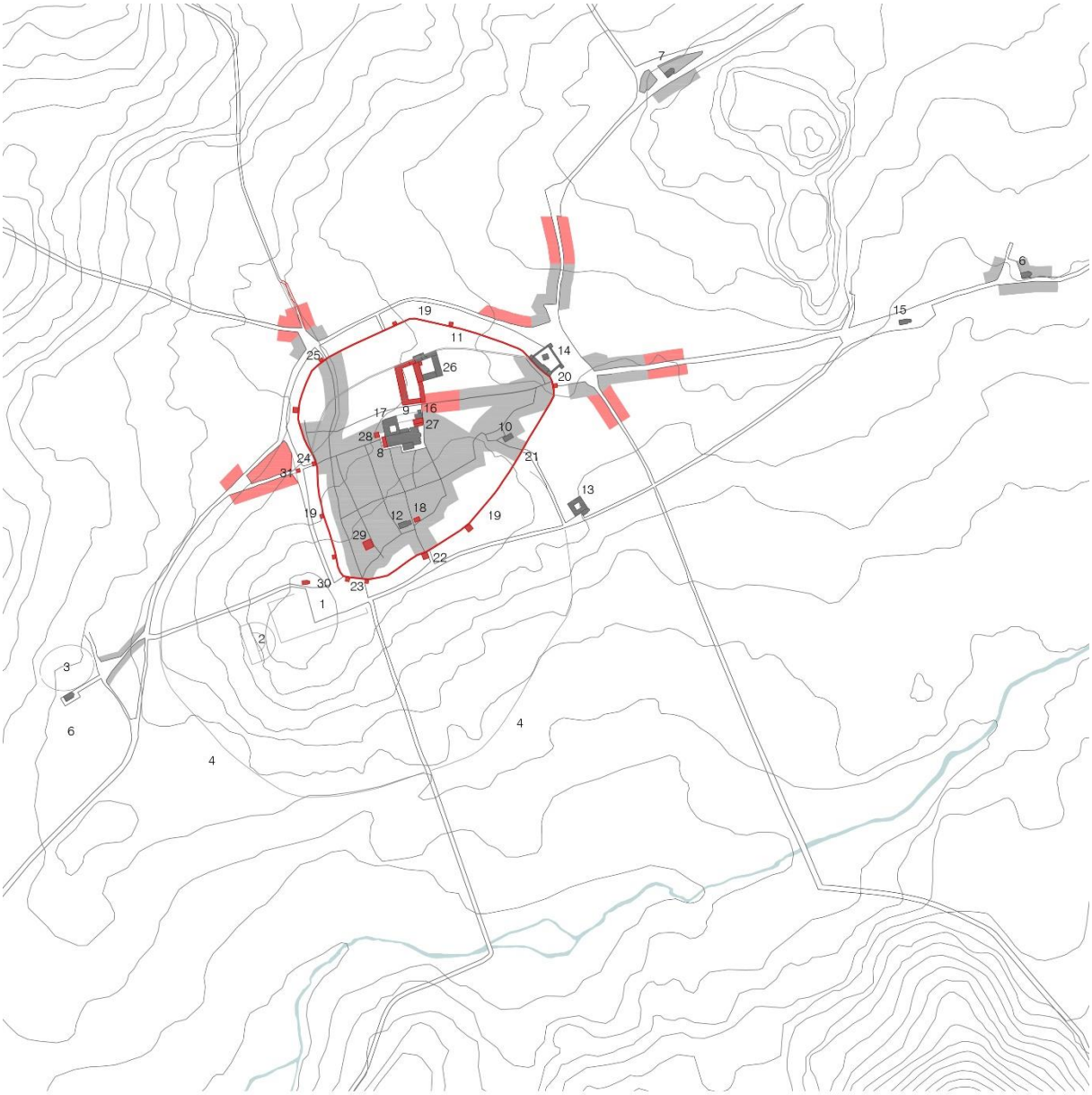
O século XIV sugere assim um momento de assinalável transformação urbana, marcada pela construção de vários edifícios notáveis, nomeadamente, e como vimos, o Paço Arquiepiscopal o Castelo e a Muralha Fernandina. O estabelecimento destes edifícios, terão sido decisivos na estruturação da cidade e sobretudo no seu desenvolvimento urbano.

---

[259] Ribeiro, M. d. C. F., & Martins, M. (2018, jan.-jun.). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões – Revista de História da Ufes. Vol. 40,*, 11-38. p. 26.
[260] Ibid. p26
[261] Ribeiro, M. d. C. F., & Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In *'Os Espaços da Morfologia Urbana'. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2016* (pp. 27-38). Universidade do Minho. p. 32.
[262] Ibid. p. 33.
[263] Ibid. p. 33.
[264]Ibid. p. 32.

Braga Fase 9 (século XV)

Cristãos e Judeus



Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Anfiteatro? (séc. I?)
4 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
5 - Igreja de S. Vicente (início do séc. XII?)
6 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
7 - Igreja de S. Victor (1096-≈1118)
8 - Sé Catedral (séc. XII)
9 - P. Arquiepiscopal Velho / P. do Concelho (séc. XII)
10 - Ig. de S. João do Souto (1161))
11 – Amp. Norte da Muralha (meados do séc. XIII?)
12 - Ig. de S. Tiago da Cividade (meados do séc. XIII?)
13 - Hospedaria de S. Marcos (1312)
14 - Castelo (≈1315)
15 – Cap. de N. Sª a Branca / N. Sª da Carreira (≈1319)
16 - Capela da Glória (≈1332)
17 - Claustro da Sé (≈1340)
18 - Sinagoga Velha? (início do século XIV?)
19 – Mur. Fernandina (segunda metade do séc. XIV)
20 - Porta do Souto (seg. metade do séc. XIV)
21 - Porta de S. João (seg. metade do séc. XIV)
22 - Porta de S. Jacobo (seg. metade do séc. XIV)
23 - Porta da Cividade (seg. metade do séc. XIV)
24 - Porta de Maximinos (seg. metade do séc. XIV)
25 - Porta de S. Francisco (seg. metade do séc. XIV)
26 - Paço Arquiepiscopal Novo (≈1328 / 1416-1467)
27 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
28 - Paços do Concelho e Açougues (≈1460)
29 - Sinagoga Nova (≈1466-1467)
30 - Ig. de São Sebastião das Carvalheiras (≈1488-1500)
31 - Capela de S. Miguel o Anjo (1491)

O século XV apresenta-se como um momento de relativa estagnação no desenvolvimento da cidade de Braga, resultado das crises provocadas pelo assédio castelhano e pelos surtos de peste no final do século XIV. A cidade mantém uma trajetória de tímido crescimento urbano iniciada na centúria anterior sem grandes desenvolvimentos e praticamente sem construção de novos edifícios singulares, à excepção de uma nova ala do Paço Arquiepiscopal e das Sinagogas Velha e Nova.

A construção da Sinagoga Velha terá provavelmente resultado das ordenações de D. João I (1385-1433) que exigiam a concentração da comunidade hebraica em judiarias. No caso da cidade de Braga, a judiaria seria constituída, provavelmente em 1400, na antiga Rua da Erva, actual Rua Dom Gonçalo Pereira, estando, porém, apenas confirmada a partir de 1466[265]. A Sinagoga Velha, documentada no lado Ocidental do tramo Norte desta rua, em local indeterminado, seria, provavelmente, na sua origem, apenas um edifício comum de habitação provisoriamente adaptado a esta função.

No tempo do Arcebispo D. Martinho Pires da Charneca (1398-1416) temos novamente referências a obras no Paço Arquiepiscopal, solicitando pedraria para os trabalhos, bem como no Castelo[266] (cerca urbana?), cuja construção, pela sua envergadura, se alargava no tempo, continuada ao longo dos séculos XIV e XV[267]. Apesar destas pontuais notícias de obras no paço vai será apenas com o arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467) que se dará início a um novo e ambicioso programa construtivo. No espaço da Sé, após Geraldo de Moissac ter sido elevado a Santo, D. Fernando restura e dedica a este antigo arcebispo de Braga a Capela de São Nicolau, a partir de então conhecida como Capela de S. Geraldo. As profundas transformações do espaço a Norte da Sé por D. Fernando podem estar na origem do abandono definitivo do vacante Paço Velho que, como já foi referido, seria utilizado pelo menos desde a primeira metade do século XIV para reuniões do concelho[268]. Surgem assim, logo no início do século XV, referências ao Paço do

[265] Ribeiro, M. d. C. F. (2019). Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. In *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval* (pp. 307-332). IEM - Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Socais e Humanas da Universidade de Lisboa/Câmara Municipal de Castelo de Vide. pp. 314-318.
[266] 2017 Ribeiro, M. d. C. F. (2017). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). III. La Ciudad y su discurso, León: Universidad de León* (pp. 9-40). Universidad de León. Servicio de Publicaciones. p. 29.
[267] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 334-335.
[268] Martins, S. d. S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: o governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho. pp. 38-39.

Concelho[269]; contudo em 1459 os regedores da cidade pedem a D. Afonso V (1438-1481) fundos para a construção de um novo edifício[270]. A partir da segunda metade do século XV encontramos várias referencias dando conta que o edifício da vereação era "junto com os Açougues da carne", que sabemos estarem localizados na antiga Rua de Trás dos Açougues, junto da fachada da Sé[271] [272]. Parece assim provável que no século XV os Açougues e o Paço do Concelho partilhassem o mesmo edifício construído junto à Sé, até à sua substituição no século XVI.

D. Fernando da Guerra terá também realizado intervenções substanciais no Paço Arquiepiscopal. São várias as referências à construção de novos espaços incluindo uma nova torre, pelo que, ao que se supõe, aos trabalhadores da empreitada, "*os fazia ir a Barcelos pela cal para os paços*", uma vez que *"ora o arcebispo faz novamente hu*[m]*a tore nos seus paaços e outras obras novas em que servem com boys e carros e per corpos e a serrar madeira*…"[273]. As referências a obras nos paços, no tempo de D. Fernando Guerra referindo a construção da torre e outras "obras novas" parecem indicar, por um lado, que nesta altura o conjunto já teria grandes dimensões e, por outro, que este arcebispo foi responsável por significativas adições ao conjunto[274].

A torre de D. Fernando terá sido construída justaposta às torres já existentes iniciadas por D. Gonçalo Pereira, sendo a única que disporia de um portal aberto para o exterior no rés do chão, confirmando uma datação mais tardia[275], em que as necessidades de defesa já não seriam determinantes: o edifício já não estaria associado à muralha uma vez que a expansão da muralha Fernandina para Norte o teria colocado numa posição interior. Esta torre aparece representada na gravura de Georg Braun em claro destaque, com um terceiro piso rematado por machicoulis, que nas representações posteriores parecem ter já desaparecido[276]. Para além desta torre, também o edifício a Sul, em posição perpendicular, parece datar deste período[277] podendo, contudo, tratar-se de uma reformulação de um edifício anterior. A partir da dimensão que o Paço apresenta já no século XV, visível na gravura de Georg Braun, e subtraindo as intervenções desse século, é possível supor que as

[269] Ibid. p. 39.
[270] Ibid. p. 39.
[271] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. pp. 478-480
[272] Martins, S. d. S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: o governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho. p. 40.
[273] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 32.
[274] Ibid. p. 32.
[275] Ibid. p. 33.
[276] Ibid. p. 56.
[277] Ibid. p. 48.

ampliações provavelmente realizadas por D. Fernando tenham resultado numa expansão substancial do edifício original para Poente e Sul. Contudo, grande parte deste conjunto viria a ser substituído nos séculos seguintes, nomeadamente através da construção das alas de D. Manuel de Sousa (1545 – 1549), D. Rodrigo de Moura Teles (1704 - 1728) e D. José de Bragança (1741-1756). Porém, a ausência de documentação tem condicionando o seu estudo da evolução desta estrutura edificada.

Figura 166 – O provável edifício da Sinagoga Nova no Mapa das Ruas de Braga, de 1750.

Entre 1466 e 1467 é estabelecido um acordo entre os judeus da comuna e o cabido para implantação da judiaria numa nova localização, na antiga Rua da Triparia, actual Rua de Santo António das Travessas[278]. As razões da transferência não são conhecidas; estariam certamente relacionadas com a escolha de um local mais periférico por oposição à situação central da antiga judiaria situada junto à Sé, ou com a necessidade de crescimento e concentração da comunidade de judeus de Braga. A nova judiaria é o local seleccionado para albergar a Sinagoga Nova, um edifício pré-existente, que pela sua dimensão e qualidade se destacava do restante tecido urbano, referido na documentação coeva como o maior edifício de entre os que compunham este trecho urbano e por possuir uma torre. A partir de 1644 o proprietário da Sinagoga Nova anexa o edifício contiguo a Sul, formando um único edifício com uma fachada harmonizada. A nova construção, cuja fachada em grande medida permanece inalterada, terá integrado o elemento da torre replicando-o no lado Sul para criar uma composição simétrica.

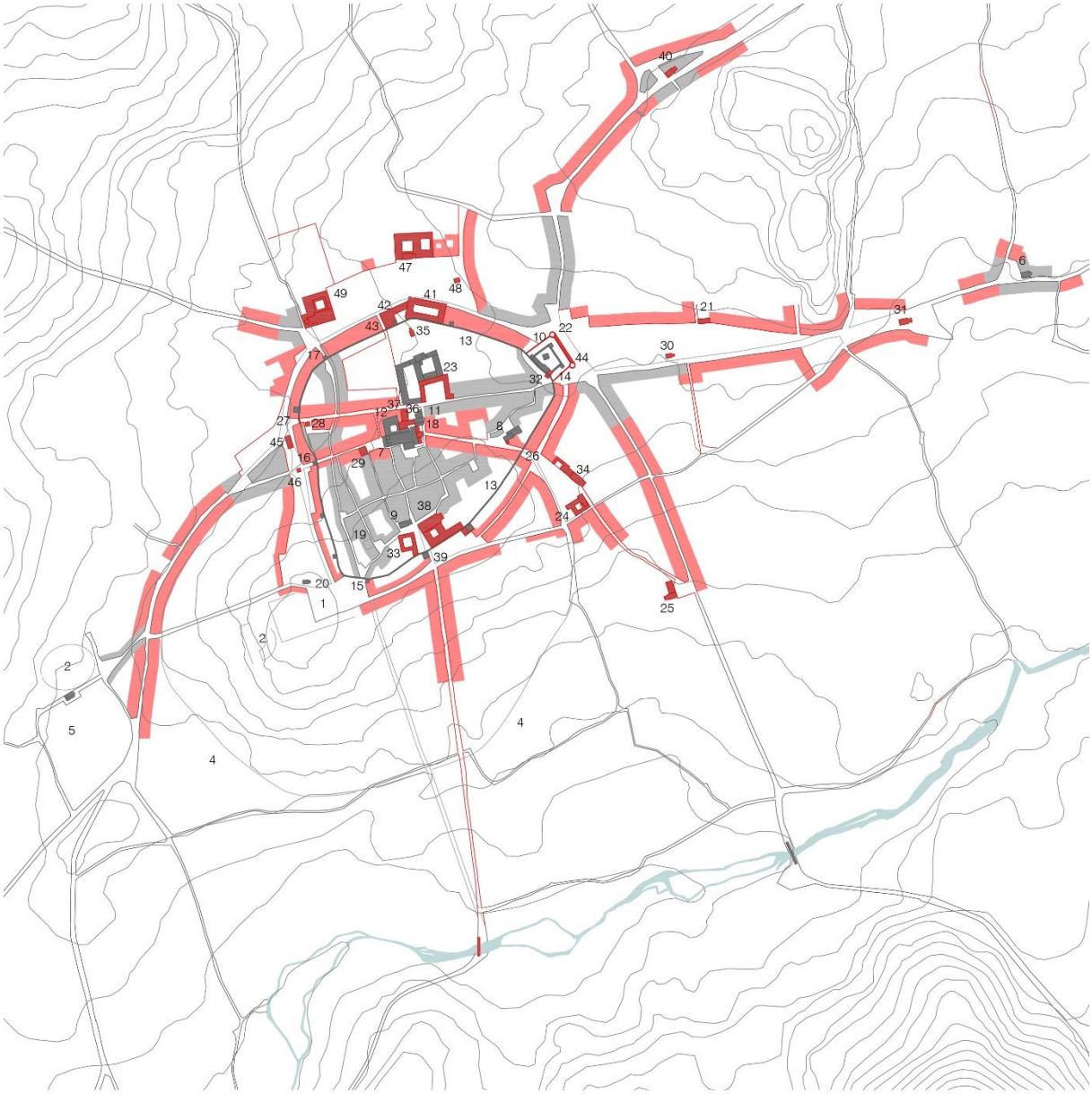
Em data indeterminada, talvez no final do século XV, são fundadas no exterior da cidade as capelas de S. Miguel-o-Anjo[279] em frente à Porta de Maximinos, e de S. Sebastião das Carvalheiras[280], junto ao espaço do antigo fórum. A Capela de S. Miguel-o-Anjo era utilizada pelos arcebispos para se paramentarem e, a partir da desta, realizarem a sua entrada solene na cidade, dirigindo-se pela antiga Rua dos Burgueses, actual Rua Dom Paio Mendes, até à Sé. A sua construção pode assim relacionar-se com a monumentalização do acesso à Sé e à construção entre 1488 e 1500 da galilé da catedral por ordem do arcebispo D. Jorge da Costa (1486-1501), cabendo ao arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) a conclusão do edifício com o seu ladrilhamento.

A estrutura urbana intramuros terá sofrido muito poucas alterações, realizadas sobretudo a partir da consolidação do espaço existente como, por exemplo, na zona da Judiaria Nova. Por outro lado, na zona exterior da cidade e ao longo das principais vias terá continuado um processo de crescimento gradual junto às principais portas da cidade.

[278] Ribeiro, M. d. C. F. (2019). Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. In *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval* (pp. 307-332). IEM - Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Socais e Humanas da Universidade de Lisboa/Câmara Municipal de Castelo de Vide. p. 318.
[279] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 37.
[280] Ibid. pp. 36-77.

Braga Fase 10 (século XVI)

O renascimento de D. Diogo



Legenda

1 - Forum (séc. I?)
2 - Teatro Romano (séc. I)
3 - Anfiteatro? (séc. I?)
4 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
5 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
6 - Igreja de S. Victor (1096-≈1118)
7 - Sé Catedral (séc. XII)
8 - Ig. de S. João do Souto (1161)
9 - Ig. de S. Tiago da Cividade (meados do séc. XIII?)
10 - Castelo (≈1315 / início do séc. XVI)
11 - Capela da Glória (≈1332)
12 - Claustro da Sé (≈1340)
13 – Murarlha Fernandina (seg. metade do séc. XIV)
14 - Porta do Souto (seg. metade do séc. XIV)
15 - Porta da Cividade (seg. metade do séc. XIV)
16 - Porta de Maximinos (seg. metade do séc. XIV)
17 - Porta de S. Francisco (seg. metade do séc. XIV)
18 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
19 - Sinagoga Nova (≈1466-1467)
20 - Ig. de São Sebastião das Carvalheiras (≈1488-1500)
21 - Capela de S. Gonçalo / S. Bartholomeu (1500)
22 - Barbacã do Castelo (1505-1521)
23 - Paço Arquiepiscopal (≈1328 / 1416-1467 / 1505-1532 / 1593)
24 - Hospital de S. Marcos (1508)
25 - Capela de S. Lázaro (1505-1532)
26 - Porta de S. João (1512)
27 - Porta Nova (1512)
28 - Açougue do peixe (1512?)
29 - Paços do Concelho (1518)
30 - Capela de Santa Ana (1505-1532)
31 - Igreja de Nossa Senhora das Neves (1505-1532)
32 - Capela de N. S. da Abadia (1505-1532)
33 - Estudos Públicos de S. Paulo (1531)
34 - Convento de Nª. Sª. dos Remédios (1544)
35 - Ermida de Nossa Senhora da Nazaré (1546)
36 - Capela de S. Pedro de Rates (1552)
37 - Igreja da Misericórdia (1560)
38 - Colégio de S. Paulo (1560-1589)
39 - Porta de S. Tiago (segunda metade do séc. XVI)
40 - Igreja de S. Vicente (1565)
41 - Seminário de S. Pedro (1571)
42 - Recolhimento das Beatas de Santo António (1588)
43 - Porta de S. António (seg. metade do séc. XVI)
44 - Alfandega (1588 -1609)
45 - Açougues da carne (1588-1609)
46 - Capela de S. Miguel o Anjo (1591)
47 - Convento do Salvador (1596)
48 - Capela de Nª. Sª. do Amparo (final do séc. XVI?)
49 - Igreja e Convento do Populo (1596)

Figura 167 – O torreão manuelino Norte com o seu perfil circular completo ainda perfeitamente preservado no início do século XIX.

Após as crises dos séculos anteriores, a transição entre o século XV e XVI vai ser marcada por um forte crescimento populacional com um incremento súbito para 3575 habitantes no início do século XVI, em comparação com os 1745 habitantes registados no final do século XV[281]. Por outro lado, o século XVI traz consigo também prosperidade económica resultante da expansão ultramarina, assim como uma reorganização institucional marcada, por exemplo, pela publicação das Ordenações do Reino (1512-1514) e dos Forais Novos (1497-1520)[282].

Uma das primeiras intervenções é a construção, em 1500, pelo arcebispo D. Jorge (1448-1501), da Capela de S. Gonçalo ou de S. Bartolomeu na face Norte do Campo de Santana, junto ao castelo da cidade. O castelo, nos primeiros anos do século, vai ser também objecto de uma profunda reforma, enquadrada no processo de adaptação de vários castelos e cercas urbanas no final do século XV face ao surgimento das primeiras armas de tiro pirobalísticas[283]. Este processo, inicialmente circunscrito à adição pontual de melhoramentos das estruturas existentes, será continuado no período Manuelino por um ambicioso programa de adaptação profunda de vários castelos portugueses através da construção de novas estruturas defensivas. Em Braga, o melhoramento do castelo será realizado no início do século XVI através da construção de uma barbacã nos seus três lados exteriores, pontuada por dois torreões circulares. Esta nova estrutura defensiva terá, contudo, uma existência relativamente efémera, uma vez que evolução das armas rápida das armas de fogo tornaram o castelo numa estrutura defensiva obsoleta, que foi progressivamente absorvido pelo tecido urbano.

Ao favorável contexto demográfico e económico que vive a cidade, acresce a nomeação de D. Diogo de Sousa como arcebispo em 1505. D. Diogo, filho de uma família nobre, faz os seus estudos nas Universidades de Lisboa, Salamanca e Paris, tendo ainda visitado Roma no curso de duas embaixadas ao Papa em 1493 e 1505[284]. Convergem, assim, por um lado, um tempo singular na cidade de Braga em franca renovação e expansão urbana e, ao mesmo tempo, a liderança de um arcebispo com uma formação e experiência influenciada pela emergente cultura renascentista.

---

[281] Marques, J. (1893). *Braga Medieval*.
[282] Ramos, R., Monteiro, N. G., & Vasconcelos e Sousa, B. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. p. 228.
[283] Barroca, M. J. (2003). Tempos de resistência e de inovação : a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *Portugália*, *24*, 95-112. p. 96.
[284] Bandeira, M. S. d. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. nº 49*, 19-58. p. 21-21.

Figura 168 – Vestígios do inacabado *Palazzo Tribunale* de Bramante na Via Giulia.

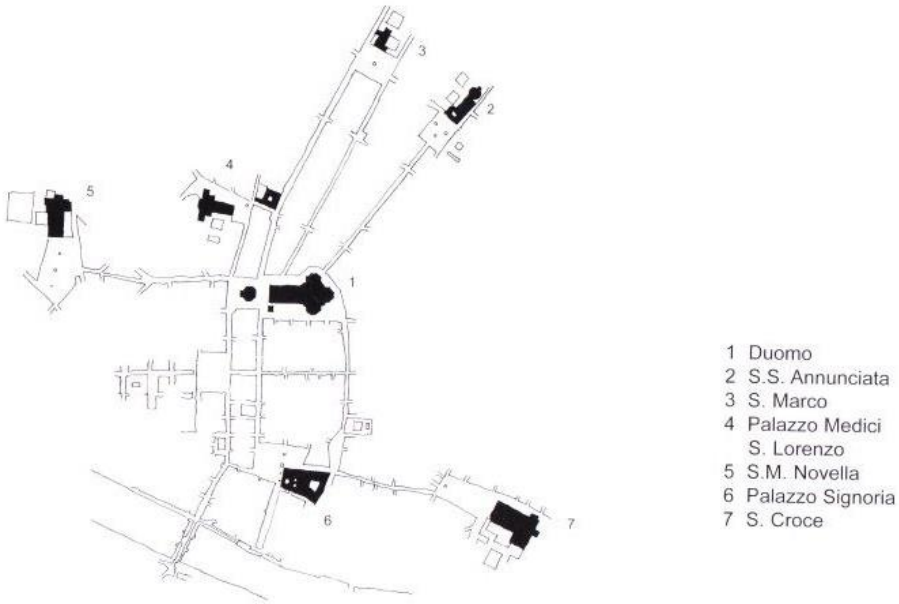


Figura 169 – Sistema de eixos renascentistas em redor do centro medieval da cidade de Florença.

Apesar dos ideais preconizados pelos pensadores renascentistas parecerem antagónicos em relação à forma das cidades medievais, os processos de transformação urbana iniciados neste período tendem, talvez por uma limitação de recursos, a não contrariar o urbanismo medieval, mas antes a tirar partido dos seus princípios, procurando não uma ruptura radical, mas antes uma aproximação às lógicas espaciais renascentistas. D. Diogo de Sousa, que conheceu Roma e Florença em 1505, terá, sem dúvida, tomado contacto com duas cidades que iniciavam na transição do século XV para o século XVI um profundo processo de transformação urbana que se veio a tornar emblemático da prática de pensar e produzir a cidade no renascimento. Em Roma, D. Diogo de Sousa teria sobretudo testemunhado as transformações urbanas projectadas pelo Papa Júlio II (1503-1513) e pelo seu arquitecto, Donato Bramante (1444-1514), nomeadamente o projecto de reconstrução da Basilica de S. Pedro ou os rasgamentos da Via Guilia e da Via Lungara bem como a construção do Palazzo dei Tribunali. Contudo, os projectos de Júlio II estariam por altura da visita de D. Diogo num estágio muito precoce de concepção, ficando na sua maioria inacabados ou por concretizar[285].

Por sua vez, em Florença, D. Diogo de Sousa teria encontrado uma cidade já profundamente transformada pela cultura renascentista, sendo talvez esta mais do que Roma, a principal referência do Arcebispo. Nesta cidade, o Duomo vai funcionar como ponto focal, agregador para um conjunto de intervenções urbanas que vão reformular ou rasgar vários eixos, unindo igrejas, palácios e conventos da periferia ao centro religioso da cidade. Trata-se, de um exemplo particularmente representativo da dialética cidade ideal/cidade real que em grande vai condicionar as intervenções urbanas executadas durante o Renascimento. Em Florença, os arquitectos não promoveram a destruição e renovação de grandes partes da cidade herdada do período medieval em busca da cidade ideal renascentista. Em busca da cidade ideal renascentista, procuraram antes uma aproximação pragmática e pontual do tecido existente ao imaginário urbano do renascimento. Assim, aceitaram o tecido da cidade construída e através da realização de uma série de pequenas intervenções, cuidadosamente projectadas, vão criar em Florença um novo sistema de espaços urbanos, uma rede hierarquizada de centros que passou a estruturar a cidade através da articulação do todo e das suas partes[286].

[285] A respeito de D. Diogo de Sousa, debruçaram-se vários autores, que vão referidos em nota, assinalando, no entanto, e desde já, o notável contributo de Rui Maurício: vide. Maurício, R. (2000). O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505/1532) Urbanismo e Arquitectura. Magno Edições.

[286] Schwarting, J. M. (2017). *Rome: Urban Formation and Transformation*. Applied Research & Design. pp. 31-35.

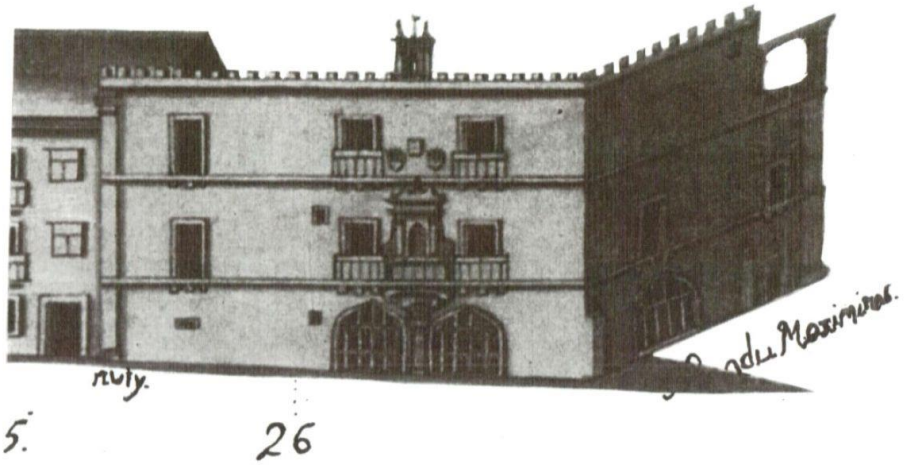


Figura 170 – Antigo edifício dos Paços do Concelho, representados no Mapa das Ruas de Braga Mapa das Ruas de Braga, de 1750.

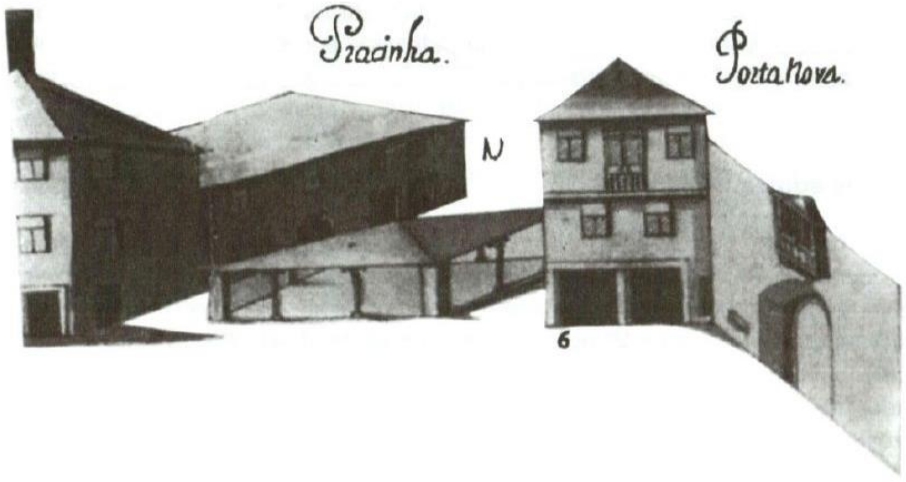


Figura 171 – Antigos alpendres utilizados como Açougues no Largo da Praça Velha, representados no Mapa das Ruas de Braga Mapa das Ruas de Braga, de 1750.

Estaremos num momento "de passagem", se assim lhe podemos chamar, e de actualização artística e urbana de carácter conjuntural; um momento robusto, é claro, mas ainda marcado por tradições construtivas que pertenciam em grande medida ao "modo" tardo-gótico, influenciado embora pelo plateresco proto-renascentista espanhola, que provinha dos ventos galegos. "*A cultura mais ou menos "aggiornata" de D. Diogo não poderia, tão cedo, proceder a uma verdadeira revolução de gosto por lhe faltarem artistas ou arquitectos sintonizados com a moda 'ao antigo'. Como outros seus contemporâneos, ou que o antecederam de perto (como, por exemplo, o Arcebispo D. Jorge da Costa, irmão do homónimo Cardeal Alpedrinha), teve que se afeiçoar ocasionalmente aos modos em voga em Portugal, não deixando, no entanto, de empreender as renovações julgadas necessárias*"[287]. Não deixa, portanto, de ser imperativo sinalizar que, de entre as iniciativas do arcebispo é, precisamente no domínio do urbanismo – ou da metamorfose urbanística – que melhor se faz sentir essa cultura em regime de actualização, num programa que é ainda equívoco do ponto de vista estético quanto aos objectos arquitectónicos em si, mas Renascentista, pragmática e reformadora no campo da renovação da urbe. "*Ao abrir a cidade, criando-lhe áreas de expansão (…) D. Diogo conferia a Braga um traço de modernidade e de ruptura com as inércias medievais.*"[288]

As reformas de D. Diogo de Sousa no espaço envolvente da cidade de Braga têm o seu início com a instituição, em 1508 do Hospital de S. Marcos, com o objectivo de juntar nele as várias albergarias existentes na cidade[289]. Em simultâneo o arcebispo adquire vários terrenos entre o hospital e a cidade, constituindo um primeiro espaço público programado no exterior da cidade medieval, que a esta se ligava através da antiga Porta de S. João. No seguimento do Rocio de S. Marcos, D. Diogo manda abrir a Rua dos Granjinhos, colocando na intersecção desta com a Rua das Águas (actual Avenida da Liberdade), a Capela e Gafaria de S. Lázaro[290]. A materialização do Rossio de S. Marcos seria ainda acompanhada no interior da cidade pelo rasgamento da Rua de S. João, ligando a Capela-Mor da Sé (reconstruída por D. Diogo de Sousa em 1509[291]) à porta de S. João, alargada em 1512[292]. Na sequência desta intervenção, ou em simultâneo, é rasgada no interior da cidade

---

[287] Pereira, P. (2009). "As Formas" In P. Pereira (Ed.), *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho. p. 499.

[288] - ibid. ibidem

[289] Bandeira, M. S. d. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. nº 49*, 19-58. p. 45.

[290] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 39.

[291] Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173. p. 147.

[292] Bandeira, M. S. d. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. nº 49*, 19-58. p. 36.

medieval a Rua Nova. Esta rua teria início sobre a pré-existente Rua do Souto, então regularizada, e continuava até à Porta Nova aberta para o efeito na Muralha Fernandina no ano de 1512[293]. Junto a esta porta, e provavelmente contemporâneo da mesma, o Arcebispo ordenou a construção de um Açougue para a carne e peixe, com o intuito de substituir o antigo edifício existente junto à Sé. Dado que o antigo edifício dos Açougues partilhava, como era tradição, o mesmo espaço que os Paços do Concelho, a sua demolição tornou necessária a construção de novos Paços edificados em 1518 na recém-aberta praça no lado oposto à Sé[294]. Provavelmente, no mesmo contexto da abertura da Praça do Pão, procedeu-se também à regularização do traçado da Rua de Maximinos, antiga Rua dos Burgueses[295], dignificando o espaço de acesso à Sé de Braga. Entre a recém-aberta Rua Nova e a antiga Rua do Souto, o Paço Arquiepiscopal sofre neste momento uma importante intervenção que resultaria na abertura de uma nova praça, articulando o Paço com a Sé[296]. A Rua Nova seria também ligada ao espaço da Sé pela abertura da antiga Rua dos Açougues Velhos, actual Rua do Cabido[297].

Na sequência do rasgamento do grande eixo de atravessamento da cidade entre a Porta Nova, Rua Nova, Rua do Souto e Porta do Souto, é aberto frente ao Castelo e à Porta do Souto, o Rossio ou Campo de Santa Ana (actual Praça da República). O campo tem uma configuração sensivelmente triangular, com o lado menor correspondente ao alçado do Castelo e os outros dois lados, com uma extensão de 500m, convergindo sobre Igreja de Nossa Senhora a Branca. No centro do campo é construída a Capela de Santa Ana, dispondo-se à volta dela várias inscrições romanas. No extremo Nascente do campo, e marcando o seu arranque, D. Diogo terá também mandado restaurar a Igreja de Nossa Senhora das Neves sobre a antiga Capela de N. S. da Carreira[298]. No lado poente do Campo de Santa Ana, junto ao Castelo, é mandado construir por D. Diogo um grande alpendre[299], uma Alfândega para abrigar mercadores, mantendo através da Rua do Souto e da Rua Nova um contacto directo com os novos Açougues. Esta ligação, bem como a

[293] Ibid. p. 33.
[294] Ibid. p. 35.
[295] Ribeiro, M. d. C. F., & Melo, A. S. (2012). A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Medievalista, 12*. p. 26.
[296] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 66.
[297] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 479.
[298] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 32-33.
[299] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 343.

possibilidade de atravessamento directo entre a Porta Nova, Rua Nova e Rua do Souto, Porta do Souto, vão reforçar a importância deste grande eixo comercial e funcional na cidade de Braga. Assim, no lado oposto do Campo de Santa Ana, é aberto o Campo das Hortas em frente à Porta Nova. O Campo de Santa Ana e o Campo das Hortas formam parte do modelo inicial de D. Diogo, estreitamente ligados à abertura da Rua Nova através da qual ambos os espaços estabeleciam uma relação directa.

Na sequência do rasgamento dos Campos ou Rossios de S. Marcos, de Santa Ana e das Hortas, D. Diogo prossegue a criação de uma rede de espaços públicos articulados no exterior da cidade com a abertura do Campo da Vinha. Os terrenos teriam sido inicialmente adquiridos pelo arcebispo D. Jorge da Costa; contudo, caberia a D. Diogo a decisão de os num amplo espaço público com uma forma sensivelmente rectangular de 320 por 80 metros, tornando-se o maior espaço público da cidade[300]. A sua grande dimensão e o facto de se encontrar relativamente segregado das funções de mercado existentes, por exemplo, no Rossio de Santa Ana e Campo das Hortas, vai fazer dele um dos mais notáveis espaços da cidade, vindo nele a erguerem-se alguns dos edifícios das mais prestigiadas instituições religiosas.

A aquisição de terrenos por D. Diogo continua para Sul com a abertura do Rossio de S. Sebastião das Carvalheiras entre a Capela de S. Sebastião e a Capela de S. Miguel o Anjo. O arcebispo, com efeito, terá contribuido substancialmente para o seu alargamento, já que, inicialmente, consistiria apenas num estreito caminho exterior às muralhas da cidade[301]. Mais adiante encontramos uma ampla área aberta junto ao Postigo de S. Sebastião e à Igreja de S. Sebastião das Carvalheiras, resultado da sedimentação da praça do antigo fórum romano. Este espaço terá provavelmente permanecido como um campo aberto de utilização colectiva desde a Antiguidade, mantendo-se a memória do antigo edifício ainda identificado como "*Forum Romanorum*" na gravura de Georg Braun. Finalmente, para Sul, encontra-se o Campo e a porta de S. Tiago. Apesar da ausência de registos que o associem ao período de D. Diogo, este espaço insere-se claramente na mesma lógica de conjunto tendo provavelmente a sua origem no mesmo período.

[300] Bandeira, M. S. d. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. nº 49*, 19-58. p. 40.
[301] Ibid. p. 49.

Na cidade para além das intervenções de D. Diogo, é reconstruída entre 1525 e 1528, por D. João de Coimbra, a Igreja de S. João do Souto, cuja primeira referencia remonta ao século XII[302]. D. Diogo manda ainda construir a Capela de N. S. da Abadia[303] sobre a torre de acesso ao recinto, um indício claro da perda de valor defensivo da estrutura que a partir deste momento será adaptada a vários usos. Finalmente, embora sem expressão monumental mas tão só institucional, será ainda responsável pela constituição dos Estudos públicos de S. Paulo em 1531[304], resultado da competição entre Coimbra, Braga e Évora como potenciais centros de acolhimento da universidade que á época se pretendia retirar de Lisboa. É, no entanto, outra marca que indicia o pendor de aggiornamento renascentista das escolhas e decisões edilícias do Arcebispo.

D. Diogo de Sousa morre no ano de 1532, deixando um importante legado de recém-construídos espaços públicos que vão ancorar todo o desenvolvimento urbano da cidade ao longo dos séculos seguintes. A intervenção por ele promovida tira partido da estrutura de caminhos medievais pré-existentes, ampliando-os e reforçando a sua importância, através da sua transformação em amplos rossios.

É assim reformulado – ou, literalmente, construído *ex-novo* - um novo sistema de espaços públicos que cristalizava a visão da nova urbe renascentista, com eixos urbanos ligando as principais praças. Esta rede de espaços públicos vai funcionar, inicialmente, como transição entre a envolvente e o núcleo urbano e a sua envolvente. Contudo, a gradual implantação de edifícios singulares, bem como a expansão constante da cidade para o exterior das muralhas, vai dar a estes espaços um carácter de centralidade que será determinante no suporte da evolução urbana de Braga. Com a implantação de novos espaços públicos extramuros e a deslocação de instituições para esses espaços o burgo medieval começa a perder importância: as muralhas perdem significado, e a cidade cresce em várias direções[305] adquirindo, gradualmente, uma estrutura polinucleada. Por outro lado, a intervenção de D. Diogo vai também reforçar o papel dos arcebispos como os principais impulsionadores desenvolvimento urbano, deixando um legado que vai ser

[302] Ribeiro, M. d. C. F. (2016). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (Norte de Portugal). In *Civitas bendita: encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval.* (pp. 51-79). Universidad de León, Área de Publicaciones. p. 57.
[303] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 109-111.
[304] Ribeiro, M. d. C. F., & Melo, A. S. (2012). A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Medievalista, 12*. p. 19.
[305] Teixeira, M. C., & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Portugues. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Horizonte. p. 149.

continuado pelos seus sucessores que gradualmente vão povoar os espaços deixados por D. Diogo com um importante conjunto de equipamentos religiosos.

O seu sucessor, o arcebispo Infante D. Henrique (entre 1533 – 1540), vai ordenar o rasgamento da actual Rua de São Geraldo (antiga Rua do Infante ou dos Pelames) com o objectivo de ligar o edifício dos Estudos Públicos de S. Pedro à ponte dos Pelames[306]. O prelado será relativamente curto, já que enquanto filho do rei D. Manuel I e irmão do rei D. João III cedo ambicionou outros cargos, que o levariam a ser ainda Arcebispo de Évora, Arcebispo de Lisboa, Inquisidor-mor, Cardeal (1545) e regente durante a menoridade do Rei D. Sebastião (entre 1562 e 1568) e, depois da morte trágica deste, rei de Portugal (r. 1578-1580). Doravante, pese embora o menor protagonismo das prelaturas quanto a traços urbanos ou reformas de teor funcional na cidade, assiste, mesmo assim, a um processo de paulatina monumentalização de Braga através de fundações religiosas.

Com a prelatura do arcebispo D. Manuel de Sousa (1545 - 1549) voltam a surgir obras de vulto na cidade, com a construção de uma nova ala no Paço Arquiepiscopal[307] e de uma pequena ermida, sob a invocação de Nossa Senhora da Nazaré, (edificada na horta do Paço em 1546[308]), assim como a construção da Igreja e Convento de Nª. Sª. dos Remédios, em 1544[309]. E, já na segunda metade do século XVI com o arcebispo D. Baltasar Limpo (1550-1558) dá-se um incremento à posição peregrinatória de Braga com a trasladação das relíquias de S. Pedro de Rates em 1552 para a capela com o mesmo nome, na face Norte da Sé. Com Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581) é reconstruída a Igreja de S. Vicente em 1565[310], inicia-se a edificação da Igreja da Misericórdia junto à Sé[311] e constrói-se o Colégio de S. Paulo ambos em 1560, este último de serviço aos Jesuítas[312], do Seminário de S. Pedro de 1571, no Rossio da Vinha[313].

[306] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 63.
[307] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. pp. 75-81.
[308] Ibid. pp. 81-82.
[309] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 42.
[310] Ibid. p. 44.
[311] Ibid. p. 44.
[312] Ibid. p. 48.
[313] Ibid. p. 47.

Já na segunda metade do século XVI com o arcebispo D. Baltasar Limpo (1550-1558) foram transladadas as relíquias de S. Pedro de Rates em 1552 para a capela com o mesmo nome construída na face Norte da Sé. Com Frei Bartolomeu Fernandes dos Mártires (1559-1581) é reconstruída a Igreja de S. Vicente em 1565[314], dá-se a construção da Igreja da Misericórdia também junto à Sé em 1560[315], também em 1560 constrói-se o Colégio de S. Paulo, entregue aos Jesuítas[316], e finalmente é também construído o Seminário de S. Pedro em 1571 no Rossio da Vinha[317]. A morte do rei D. Henrique I e a subsequente crise sucessória com a transferência da coroa portuguesa para Filipe II de Espanha em 1580, vai de novo trazer alguma instabilidade ao arcebispado de Braga. O arcebispado temia a perda do título de Sé primaz da Hispânia para a cidade de Toledo, que também o reclamava. Esta situação, terá inclusivamente levado a ocorrência de agitações civis que obrigaram à ocupação da cidade por tropas espanholas[318].

Será apenas no final do século XVI, com o arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609), que assistimos novamente a transformações significativas do tecido urbano, mas no mesmo sentido de fixação de edifícios de prestígio ligados ao culto ou a instituições religiosas e em função do papel arquiepiscopal da cidade. É construído o Recolhimento das Beatas de Santo António em 1588[319], a Igreja de S. Paulo iniciada em 1560 é por sua vez concluída em 1589 e a Capela de S. Miguel-o-Anjo, é renovada em 1591[320]. Da iniciativa de D. Agostinho da Jesus é também a construção datada de 1593 de uma nova ala no Paço Arquiepiscopal virada para o Largo do Paço[321]. Talvez fazendo parte do mesmo programa de renovação do lado Ocidental do Paço, D. Frei Agostinho abre parte dos terrenos pertencentes ao Paço Arquiepiscopal, criando um novo e amplo terreiro no interior do perímetro muralhado [322] o Campo do Arcebispo, também conhecido como Campo dos Touros[323].

---

[314] Ibid. p. 44.
[315] Ibid. p. 44.
[316] Ibid. p. 48.
[317] Ibid. p. 47.
[318] Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 71.
[319] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p.45.
[320] Ibid. p.47.
[321] Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação]. p. 83.
[322] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 45- 46.
[323] Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 67.

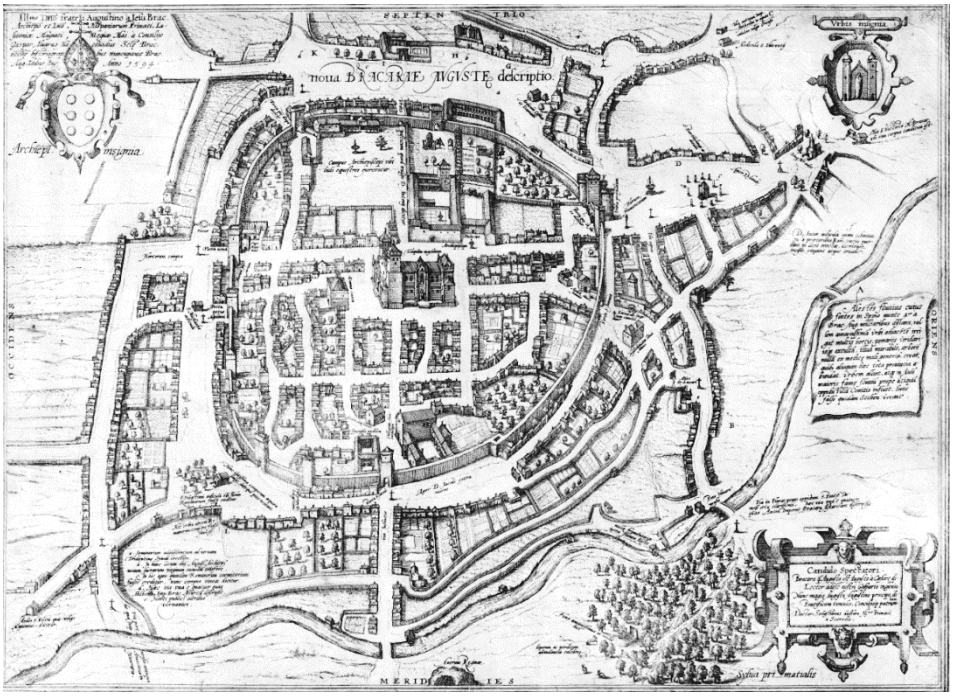


Figura 172 – Mapa da cidade de Braga de existente no atlas de Georg Braun.

Este arcebispo tem também um papel importante na reformulação da vida comercial e mercantil da cidade quando ordena a transformação em Alfândega[324] do alpendre construído por D. Diogo de Sousa junto ao Castelo e transferindo Açougues da carne para um novo edifício, localizado no exterior da muralha, entre a Portas de Maximinos e a Porta Nova[325]. Em ambas situações é reforçada a importância dos rossios exteriores como espaços públicos de referência, existindo ainda uma procura dignificação do núcleo central da cidade. D. Frei Agostinho de Jesus ordena um ambicioso programa construtivo do Rossio da Vinha[326]. São deste modo construídos no rossio o Convento do Salvador e o Convento do Pópulo em 1596[327] e um fontanário em forma de obelisco. No espaço do Rossio da Vinha é também construída no século XVI a Capela de Nª. Sª. do Amparo[328].

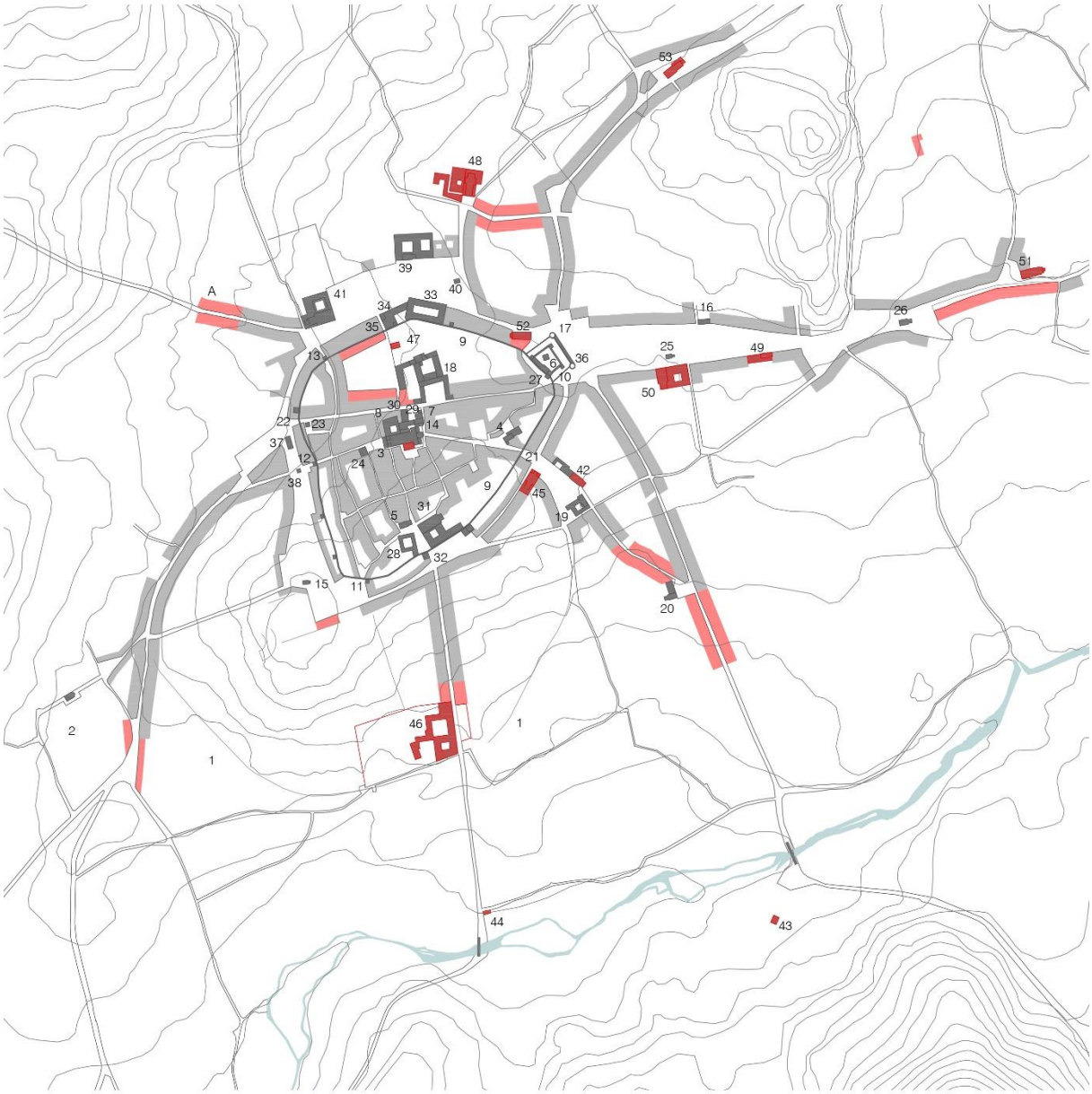
Destaca-se ainda, no final do século XVI, a elaboração do já mencionado primeiro mapa da cidade, o *Mapa de Braunio*, que, datado de 1594[329], vai figurar no Atlas de Georg Braun "*Civitates orbis terrarum*" publicado entre 1572 e 1618. A gravura consegue um notável rigor através da representação da cidade a partir de um ponto de vista elevado, em "voo de pássaro". Ao representar os edifícios em axonometria, aproxima-se já dos fundamentos de uma peça cartográfica – ou melhor dizendo, garantindo um conjunto informativo de carácter topográfico, em vez da panorâmica, que persegue outros objectivos e que provavelmente não existiria à época em desenho para servir de base a uma gravura. Este documento, pelo seu rigor e pela sua data de elaboração, é uma peça fundamental no estudo da cidade ao representar estruturas entretanto desaparecidas ou profundamente transformadas, para além destes elementos a gravura oferece-nos ainda uma perspectiva importante sobre os principais caminhos rurais em torno da cidade, revelando os núcleos periféricos associados às capelas da periferia[330].

---

[324] Ribeiro, M. d. C. F., & Melo, A. S. (2012). A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Medievalista, 12*. p. 19.
[325] Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 76.
[326] Ibid. p. 78-80.
[327] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p.51.
[328] Ibid. p.49.
[329] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 914.
[330] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 325.

Braga Fase 11 (século XVII)

A sede vacante



Legenda

1 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
2 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
3 - Sé Catedral (séc. XII)
4 - Igreja de S. João do Souto (1161)
5 - Ig. de S. Tiago da Cividade (meados do séc. XIII?)
6 - Castelo (≈1315 / início do séc. XVI)
7 - Capela da Glória (≈1332)
8 - Claustro da Sé (≈1340)
9 – Muralha Fernandina (seg. metade do séc. XIV)
10 - Porta do Souto (seg. metade do séc. XIV)
11 - Porta da Cividade (seg. metade do séc. XIV)
12 - Porta de Maximinos (seg. metade do séc. XIV)
13 - Porta de S. Francisco (seg. metade do séc. XIV)
14 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
15 - Ig. de São Sebastião das Carvalheiras (≈1488-1500)
16 - Capela de S. Gonçalo / S. Bartholomeu (1500)
17 - Barbacã do Castelo (1505-1521)
18 - Paço Arquiepiscopal (≈1328 / 1416-1467 / 1505-1532 / 1593)
19 - Hospital de S. Marcos (1508)
20 - Capela de S. Lázaro (1505-1532)
21 - Porta de S. João (1512)
22 - Porta Nova (1512)
23 - Açougue do Peixe (1512?)
24 - Paços do Concelho (1518)
25 - Capela de Santa Ana (1505-1532)
26 - Igreja de Nossa Senhora das Neves (1505-1532)
27 - Capela de N. S. da Abadia (1505-1532)
28 - Estudos Públicos de S. Paulo (1531)
29 - Capela de S. Pedro de Rates (1552)
30 - Igreja da Misericórdia (1560)
31 - Colégio de S. Paulo (1560-1589)
32 - Porta de S. Tiago (seg. metade do séc. XVI)
33 - Seminário de S. Pedro (1571)
34 - Recolhimento das Beatas de Santo António (1588)
35 - Porta de S. António (seg. metade do séc. XVI)
36 - Alfandega (1588 -1609)
37 - Açougues da carne (1588-1609)
38 - Capela de S. Miguel o Anjo (1591)
39 - Convento do Salvador (1596)
40 - Capela de Nª. Sª. do Amparo (final do Séc. XVI?)
41 - Igreja e Convento do Populo (1596)
42 - Convento de Nª. Sª. dos Remédios (1609)
43 - Capela de S. João da Ponte (1616)
44 - Capela de S. Justa (1618)
45 - Igreja de Santa Cruz (1625-1693)
46 - Convento da Conceição (1625-1629)
47 - Igreja de Santo António da Praça (1627-1635)
48 - Convento do Carmo (1654-≈1692)
49 - Recolhimento da Penha de França (1652)
50 – C. da Congregação de S. Filipe de Nery (1687)
51 - Igreja de S. Victor (1686)
52 - Igreja dos Terceiros (1690)
53 - Igreja de S. Vicente (1691)

Figura 173 – Fachada da Igreja de Santa Cruz no início do séc. XX.

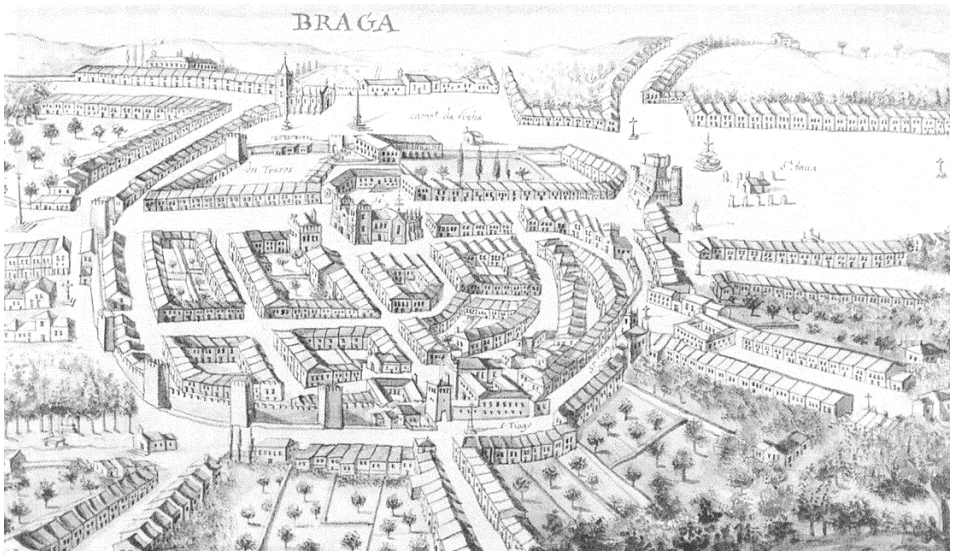


Figura 174 – Vista da cidade de Braga do final do século XVII.

No século XVII continua a tendência de implantação e ampliação de grandes edifícios públicos que gradualmente vão consolidar a estrutura urbana rasgada na primeira metade do século XVI, tal como logo no ano de 1609 com a construção de uma nova igreja no Convento dos Remédios. Contudo, a fragilidade da posição de Braga e dos seus arcebispos torna-se evidente quando, em 1619 Filipe III de Espanha se desloca a Lisboa para obter das Cortes portuguesas o reconhecimento de seu filho como seu sucessor. No contexto desta visita o arcebispo de Braga, D. Afonso Furtado de Mendonça (1618-1626) foi recebido com hostilidade pela corte espanhola, certamente um sinal de que o seu estatuto estaria já a ser questionado a favor da arquidiocese de Toledo que almejava o mesmo título de primaz[331]. A progressiva degradação do ambiente político permite apenas a construção de um conjunto de pequenos de edifícios religiosos tais como a Capela de J. João da Ponte em 1616 e a Capela de Santa Justa em 1618[332], ambos junto às duas pontes que atravessavam o rio Este a Sul da cidade, marcando provavelmente também um processo de renovação das pontes sobre o rio.

As obras da nova Igreja de Santa Cruz iniciam-se 1625, concluindo-se o corpo e fachada da igreja até 1653, e as torres até 1693[333]. O edifício destaca-se não só pela escala e pela rica fachada maneirista, mas também pelo promotor se tratar agora da própria confraria, reforçando neste facto a aparente diminuição do poder dos arcebispos enquanto principal agente de transformação urbana.

Entre 1625 e 1629 é construído o Convento da Conceição, que se vai erguer, sensivelmente, a meio da Rua dos Pelames ou do Infante, no ponto onde este arruamento intersectava a muralha da antiguidade tardia, parcialmente integrada na sua cerca[334]. Em 1627 toma posse o arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1627-1635), que vai ordenar a construção em 1630 da Capela de Santo António, junto do Paço Arquiepiscopal, substituindo a Ermida de Nossa Senhora da Nazaré[335].

---

331 Kubler, G. (2005). *A Arquitectura Portuguesa Chã* (J. H. P. Silva, Trans.). Nova Vega. (1972)

332 Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 63.

333 Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. pp. 85-87.

334 Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 64.

335 Ferreira, M. A. M. (2019). *O desaparecimento de um símbolo em Braga: a capela da confraria de Santo António da Praça de Touros, na primeira metade do século XX*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade do Minho. p. 64.

A situação política da cidade degrada-se ainda mais quando em 1635 o arcebispo D. Rodrigo da Cunha, partidário da causa portuguesa, é afastado e substituído pelo arcebispo D. Sebastião de Matos Noronha (1635-1641), apoiante próximo de Filipe III de Espanha, certamente com o objectivo de assegurar o controlo da cidade durante a aplicação dos pesados impostos requeridos pela dinastia filipina. Em 1640, na sequência do descontentamento e dos vários motins provocados pela continuada erosão da autonomia portuguesa, bem como da aplicação de pesados impostos, dá-se o golpe de estado contra o Rei Filipe IV de Espanha. O arcebispo de Braga D. Sebastião de Matos de Noronha seria preso pouco depois e acusado de conspiração contra D. João IV. A restauração da independência vai, porém, ao invés de marcar o início de uma nova época de reafirmação, resultar num impasse na nomeação de um novo arcebispo. D. João IV vê-se impossibilitado de nomear novo arcebispo, uma vez que, por pressão do reino de Espanha, a Santa Sé não reconheceria então a nova dinastia portuguesa, deixando o arcebispado de Braga em sede vacante por 28 anos.

As quase três décadas de vazio de poder na sede arquiepiscopal resultaram numa significativa fragilização do arquiepiscopal, construindo-se apenas dois grandes edifícios: o Recolhimento da Penha de França e o Convento do Carmo. O Recolhimento da Penha de França foi fundado por iniciativa de um benemérito da cidade para acolher as religiosas da ordem. Erguido no Rossio de Santa Ana em 1652, foi objecto de importantes beneficiações no século seguinte, com a promoção a convento[336]. O Convento do Carmo dos Carmelitas Descalços foi fundado por iniciativa de Frei José do Espírito Santo que decidiu instalar na cidade um convento dessa ordem. As obras do edifício iniciaram-se em 1654, perto do Rossio da Vinha, e decorreram de um modo lento, dando-se o edifício por terminado na última década do século XVII após a tomada de posse do arcebispo D. José de Menezes (1692-1696)[337].

A instabilidade deste período faz-se notar no facto de ambos os edifícios se deverem a iniciativas de beneméritos locais, assim como pelo curso demorado que levaram as obras, com o Convento do Carmo a ser apenas finalizado na última década do século e o Recolhimento da Penha a ser alvo de importantes obras de reestruturação logo no século seguinte[338]. Só em 1671 com o fim do conflito com

[336] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 68.
[337] Ibid. p. 67.
[338] Ibid. p. 68.

Espanha foi possível aos arcebispos regressar à cidade encerrando-se com a nomeação de D. Veríssimo Lencastre (1670- 1677) o período de sede vacante. O seu sucessor D. Luís de Sousa (1677- 1690) nomeado em 1677 apenas tomaria posse em 1683[339]. A tomada de posse do D. Luís marca um momento de reafirmação do poder dos arcebispos, devendo-se a este a promoção da construção ou reconstrução de vários edifícios notáveis, tais como: a Igreja de S. Victor, o Convento da Congregação de S. Filipe de Nery, a Igreja dos Terceiros e a Igreja de S. Vicente. A Igreja de S. Victor, erguida entre 1096 e por volta de 1118, encontrava-se no final do século em avançado estado de ruína, motivando o arcebispo a patrocinar a expensas suas a reconstrução completa deste templo. O novo edifício de traço maneirista seria concluído em 1686, procedendo-se ainda neste momento ao alargamento que ligava esta igreja ao Campo de Santa Ana[340]. A construção do Convento da Congregação de S. Filipe de Nery iniciou-se também em 1686, no Campo de Santa Ana em frente à antiga ermida. Dado o grande crescimento da instituição tornou-se necessária a aquisição de mais terrenos durante o processo de construção do convento, iniciando-se a igreja em 1689[341]. A Igreja dos Terceiros ou da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco é erguida em 1690[342] junto ao castelo da cidade, em lugar de destaque, marcando a transição entre o Campo da Vinha e o Campo de Santa Ana. O último edifício a ser construído ou neste caso reconstruído ainda neste século seria a Igreja de S. Vicente que em 1691 foi completamente reconstruída recebendo a nova e elaborada fachada[343].

O final do século XVII apresenta-se assim como um período marcado pelas tentativas de reafirmação do poder e prestígio dos arcebispos de Braga. Estes ver-se iam comprometidos por uma sucessão de curtos períodos de governação intercalados com períodos de ausência[344] resultando numa tentativa de preencher este vazio de poder pelas várias confrarias e ordens religiosas. Estes afirmam e sedimentam a sua posição ao tomar pela primeira vez a iniciativa da construção de grandes edifícios monumentais. O traçado urbano manter-se ia relativamente inalterado durante este período em que a construção dos principais edifícios veio ocupar os espaços urbanos abertos no século anterior.

---

339 Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 89.
340 Ibid. pp. 89-90.
341 Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 70.
342 Ibid. pp. 73-74.
343 Ibid. pp. 71-72.
344 Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 92.

Braga Fase 12 (século XVIII)
Renovação urbana

Legenda

1 - Muralha Tardia (início do Séc. IV)
2 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (início do séc. XII?)
3 - Sé Catedral (séc. XII)
4 - Castelo (≈1315 / início do séc. XVI)
5 - Capela da Glória (≈1332)
6 - Claustro da Sé (≈1340)
7 - Muralha Fernandina (seg. metade do Séc. XIV)
8 - Porta da Cividade (seg. metade do Séc. XIV)
9 - Porta de Maximinos (seg. metade do Séc. XIV)
10 - Porta de S. Francisco (seg. metade do Séc. XIV)
11 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
12 - Porta de S. João (1512)
13 - Antigo Açougue do Peixe (1512?)
14 - Antigos Paços do Concelho (1518)
15 - Capela de Santa Ana (1505-1532)
16 - Estudos Públicos de S. Paulo (1531)
17 - Capela de S. Pedro de Rates (1552)
18 - Igreja da Misericórdia (1560)
19 - C. de S. Paulo / Colégio das Ursulinas de Viana (1560-1589)
20 - Porta de S. Tiago (segunda metade do Séc. XVI)
21 - Seminário de S. Pedro (1571)
22 - Recolhimento das Beatas de Santo António (1588)
23 - Porta de S. António (segunda metade do Séc. XVI)
24 - Antigos Açougues da carne (1588-1609)
25 - Convento do Salvador (1596)
26 - Capela de Nª. Sª. do Amparo (final do Séc XVI?)
27 - Capela de S. João da Ponte (1616)
28 - Capela de S. Justa (1618)
29 - Convento da Conceição (1625-1629)
30 - Igreja de Santo António da Praça (1627-1635)
31 - Convento do Carmo (1654-≈1692)
32 - Igreja de S. Victor (1686)
33 - Igreja dos Terceiros (1690)
34 - Igreja de S. Vicente (1691)
35 - C. da Congregação de S. Filipe de Nery (1687-1768)
36 - Paço Arquiepiscopal (Séc XIV / Séc XV / Séc XVI / 1709-1713)
37 - Igreja de São Sebastião das Carvalheiras (1715)
38 - Arcada (1715)
39 - Capela de N. S. de Guadalupe (1719)
40 - Aljube (1718)
41 - Convento da Penha de França (1720)
42 - Recolhimento das Convertidas (1720-1722)
43 - Hospital de S. Marcos (1720-1786)
44 - Recolhimento de S. Domingos de Tamanca (1724)
45 - Convento de Nª. Sª. dos Remédios (1725-1751)
46 - Convento do Populo (1730-1780)
47 - Igreja de Santa Cruz (1734-1739)
48 - Capela de N. S. das Ancias (1735)
49 - Capela de N. S. da Abadia (1738)
50 - Convento de Santa Teresa (1742)
51 - Paço de D. José de Bragança (1744-1752)
52 - Igreja de Nossa Senhora das Neves (1743-1769)
53 - Paços do Concelho (1753-1756)
54 - Capela de S. Miguel o Anjo (1755)
55 - Capela de N. S. da Torre (1756-1758)
56 - Igreja da Lapa (1761)
57 - Recolhimento da Caridade (1768)
58 - Porta Nova (1772)
59 - Porta do Souto (≈1772)
60 - Igreja de S. Tiago da Cividade (1758 - 1789)
61 - Igreja de S. João do Souto (1758 - 1789)
62 - Alfândega do Peixe (1779)
63 - Colégio de S. Caetano (1791)
64 - Capela de S. Lázaro (1790-1805)
65 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (1795)

Figura 175 – A arcada construída por D. Rodrigo Moura Teles no início do século XIX.

Figura 176 – Primeiro Edifício da Biblioteca Pública de Braga: extinto Convento dos Congregados.

No Século XVIII, a cidade de Braga sofre um processo de profunda renovação urbana, contrastando com a estagnação do século anterior. Este desenvolvimento será realizado não só através da renovação e construção de edifícios, mas também através da abertura de novos espaços públicos. Um dos principais impulsionadores do fenómeno é o arcebispo, D. Rodrigo Moura Teles (1704-1728) ao procurar reafirmar a fragilizada autoridade e legitimidade dos arcebispos através de várias iniciativas entre as quais o apoio à construção de novos edifícios. A primeira grande intervenção de D. Rodrigo Moura Teles será a reconstrução da Igreja de São Sebastião das Carvalheiras entre 1715 e 1717[345] segundo uma composição relativamente inovadora, atribuída ao arquitecto Manuel Pinto Vilalobos, com uma nave única octogonal à qual se justapõe uma longa capela-mor rectangular, rematada pela torre campanário. Também em 1715 o arcebispo promove um conjunto de intervenções no antigo castelo da cidade com a construção da Arcada, uma reformulação mais elaborada do antigo alpendre construído no século XVI[346], assim como a construção de um novo Aljube no lado Norte do Castelo[347]. Em 1719, o arcebispo vai apoiar a construção da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe[348] também segundo desenho de Manuel Pinto Vilalobos, que replica aí com algumas diferenças a composição da Igreja das Carvalheiras.

No Campo de Santa Ana prosseguem ao longo do século XVIII as obras no , com o edifício a sofrer uma profunda ampliação. Também no Campo de Santa Ana, no local da antiga capela de Capela de S. Gonçalo / S. Bartholomeu e, em 1720, construído o Recolhimento de Santa Maria Madalena[349]. No mesmo ano, o Recolhimento da Penha de França é elevado à condição de clausura[350], iniciando-se nesse momento as necessárias obras de adaptação a convento, como seja a construção de uma nova igreja. O mesmo processo ocorre no Recolhimento de Santo António[351], no Campo da Vinha, com a construção também de uma nova igreja.

---

[345] Ibid. p. 102.
[346] Ibid. p. 102.
[347] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 343.
[348] Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 104.
[349] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 103-104.
[350] Ibid. pp. 102-103.
[351] Araújo, M. M. L. d. (2007). Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna. In *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* (pp. 293--313). Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial. p. 303.

Figura 177 – Campo Novo.

Figura 178 – Fachada da Sé de Braga no início do século XX.

Por volta de 1720 o Hospital de São Marcos inicia um processo de reconstrução e ampliação[352]. O novo projecto segue o traço de Vilalobos; no entanto dificuldades durante a realização da obra vão atrasar a construção do edifício, tendo sido necessária a demolição e reconstrução de algumas partes inacabadas. Com início em 1725, e decorrendo sensivelmente ao mesmo tempo, no vizinho Convento dos Remédios, é construída nova igreja[353].

Em 1724 é fundado o Recolhimento de S. Domingos de Tamanca, na periferia da cidade, a meio da actual Rua de Santa Margarida[354]. As obras no edifício vão decorrer de forma lenta dada a oposição do arcebispo D. Rodrigo Moura Teles à instalação ali dos frades dominicanos[355], algo que pode estar relacionado com o projecto de expansão da cidade que o arcebispo pretendia promover na zona.

Este projecto de crescimento urbano, o Bairro da Gavieira, realizado segundo o desenho de Manuel Pinto Vilalobos, recorre a uma composição elaborada a partir da abertura de quatro ruas alinhadas com os quatro eixos cardeais, que se intersectam numa praça central denominada de Campo Novo. A praça adopta uma configuração quadrangular em que os vértices correspondem aos pontos de intersecção das quatro ruas principais. Após o rasgamento das ruas, o aforamento das parcelas inicia-se em 1725, com a zona a ser gradualmente ocupada nos anos seguintes.

O arcebispo D. Rodrigo Moura Teles vai ordenar ainda entre 1707 e 1724 um importante conjunto de intervenções na Sé, entre a quais se destaca o restauro das capelas dos arcebispos, a abertura de novas janelas, a construção de um novo zimbório e a reconstrução da fachada em 1724[356]. D. Rodrigo vai ainda restaurar o Paço Arquiepiscopal, construindo um novo corpo sobre a pré-existente ala de D. Diogo de Sousa entre 1709 e 1713[357].

---

[352] Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, *IX-XI*, 331-373.
[353] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 104-105.
[354] Araújo, M. M. L. d. (2007). Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna. In *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* (pp. 293--313). Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial. pp. 305-309.
[355] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 107.
[356] Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. pp. 101- 110.
[357] Vasconcelos, M. d. A. J. d. (1997). Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança. *Forum*, *22*, 65-84. p. 67.

Para além da renovação dos tradicionais símbolos de poder na cidade, o Castelo, o Paço e a Sé, D. Rodrigo Moura Teles, ao patrocinar a construção ou reconstrução de vários edifícios de carácter predominantemente assistencialista tais como os inúmeros recolhimentos ou na ampliação do Hospital de S. Marcos, demonstra a intenção em reforçar os laços entre o arcebispado e a população de Braga pela intervenção directa no espaço urbano da cidade, após o longo período de sé vacante. Haverá que admitir, ainda, que o facto se prende não só com os melhoramentos destinados à urbe, entendida cada vez mais como um aglomerado "comunocêntrico" exigindo um maior conforto logrado pelo sistema assistencial que algumas das iniciativas congregaram, mas também com dois outros aspectos concomitantes: a monumentalização da cidade como grande centro religioso, que terá o seu apogeu na iniciativa, igualmente empreendida pelo arcebispo, da edificação do Bom Jesus de Braga, um verdadeiro Sacromonte, centro de peregrinação; e a ideia, evidente, de instituir um cidade-capital que promovesse Braga como atractor com um autêntico potencial agregador, o que se viria a confirmar depois e que ainda hoje se verifica. A este facto não seria estranha uma adesão ao "proto-Iluminismo" católico que terá uma importância crescente no quadro das concepções modernas do urbanismo e seus desideratos.

Após a morte de D. Rodrigo em 1728 é nomeado D. João da Mota e Silva como seu sucessor, que não tendo obtido a necessária confirmação pontifícia do seu título condicionou a cidade a um novo período de sede vacante que durou13 anos. Porém, este período de vazio no poder não se reflectiu na actividade construtiva, destacando-se várias obras de vulto promovidas pelas várias confrarias das respectivas ordens. No Convento do Pópulo, a igreja terá a sua fachada reconstruída em 1730, ampliando-se substancialmente o convento com a construção de um novo claustro a partir de 1735[358]. No vizinho Convento do Salvador realizam-se simultaneamente obras de ampliação da ala poente a partir de 1735. Destaca-se também a profunda reformulação da Igreja de Santa Cruz[359] que será totalmente reconstruída entre 1734 e 1739. Para além destas intervenções importa referir a construção e renovação de duas pequenas capelas, Capela de Nossa Senhora das Ancias em1735[360] na Rua da Boavista e a Capela de Nossa Senhora da Abadia em 1738[361].

[358] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 108.
[359] Ibid. p. 108-109.
[360] Ibid. p. 110.
[361] Ibid. p. 110-111.

Figura 179 – Paço de D. José de Bragança antes do incêndio de 1866, destacando-se o coroamento da capela octogonal e a torre do campanário, destruídos com a reconstrução do edifício.

Figura 180 – Edifício dos Paços do Concelho de Braga nos anos 50 do século XX.

Em 1741 é finalmente nomeado um novo arcebispo o infante D. José de Bragança (1741-1756) que em conjunto com o seu sucessor e sobrinho D. Gaspar de Bragança (1758-1789) irá trazer um novo ímpeto ao desenvolvimento da cidade. Estes arcebispos da dinastia da casa de Bragança vão patrocinar um conjunto de ambiciosas obras seguindo estilo Barroco e Rococó, não só reafirmando a autoridade do arcebispado, mas também exibindo a riqueza e o poder dos seus patronos directamente ligados à casa real. A ligação privilegiada com a casa real é particularmente evidente através de uma das primeiras obras de D. José, a construção ou conclusão do Aqueducto das Sete Fontes entre 1741 e 1752, sem dúvida em parte motivado pela construção pelo seu irmão o rei D. João V do Aqueducto das Águas, promovida em 1748, pelo seu irmão o rei D. João V.

D. José de Bragança vai apoiar a fundação do Convento de Santa Teresa em 1742 por um grupo de mulheres originárias do Recolhimento de S. Domingos de Tamanca, sendo a igreja construída apenas em 1763[362]. Também deste período inicial é a renovação da Igreja de Nossa Senhora das Neves em 1743[363], construindo-se a sua fachada apenas em 1769[364]. O Convento dos Remédios sofre também entre 1741 e 1751 um processo de reformulação e ampliação transformando-o no maior convento da cidade a par do Convento do Pópulo [365].

O primeiro grande edifício a ser construído por ordem de D. José de Bragança será precisamente o reflexo físico do poder dos arcebispos, o Paço Arquiepiscopal. O arcebispo teria verificado, após a sua entrada triunfal na cidade, que o velho paço não possuía a dimensão nem as condições necessárias à instalação da sua corte. O desenho do paço é provavelmente a primeira obra do arquitecto André Soares, figura incontornável do barroco e rococó no Norte de Portugal, dando-se por terminada a obra por volta de 1752[366]. A ala de D. José de Bragança destaca-se de todas as intervenções promovidas pelos seus antecessores não só pela qualidade compositiva, mas sobretudo por escolher virar-se para o amplo Campo dos Touros dando um novo carácter monumental a este espaço.

---

[362] Araújo, M. M. L. d. (2007). Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna. In *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* (pp. 293--313). Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial. pp. 309-311.

[363] Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, *IX-XI*, 331-373. p. 355.

[364] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. p. 32-33.

[365] Ibid. p. 112.

[366] Vasconcelos, M. d. A. J. d. (1997). Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança. *Forum*, *22*, 65-84. p. 69.

Na sequência da construção do paço é também decidida a construção de um novo edifício para os Paços do Concelho substituindo o antigo Paço Manuelino. O local para a implantação deste novo edifício é precisamente o mesmo da nova ala do paço, ou seja, o Campo dos Touros, com ambos os edifícios ocupando topos opostos da praça. A obra iniciada em 1753[367], também pelo traço de André Soares, é um dos mais belos expoentes do barroco no Norte do país, sendo também, para além da sua Arquitectura, importante destacar a notável cenografia urbana em que o edifício ocupa, isolado, o topo menor do Campo dos Touros. A construção inicial apenas vai abranger os corpos central e Sul, permanecendo o topo Norte do edifício por construir até meados do século XIX. O antigo Campo dos Touros transforma-se, assim, de um quase irrelevante espaço vacante no interior do antigo núcleo amuralhado, transforma-se, dizíamos, numa das mais importantes praças da cidade, na qual passaram a estar representados os principais poderes, civil e religioso.

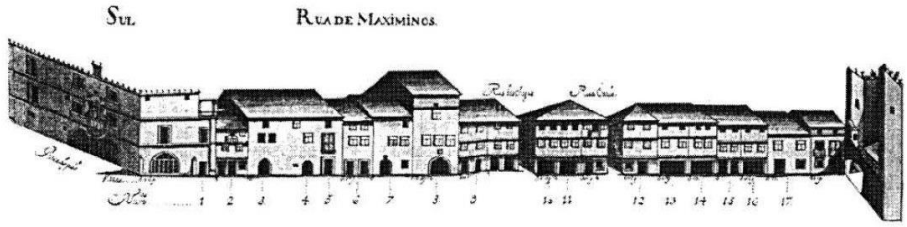


Figura 181 – Mapa das Ruas de Braga. Alçado Norte e Sul de Rua de Maximinos.

Em meados do século XVIII são ainda elaboradas duas peças cartográficas essenciais para o entendimento da evolução urbana de Braga: o "*Mapa das ruas de Braga*" e o "*Mappa da Cidade de Braga Primas*". Este "Mapa das Ruas de Braga", elaborado em 1750, surge no contexto da reorganização da diocese promovida por D. José de Bragança após o longo período de sede vacante, para servir a revisão e reordenação do inventário das propriedades do cabido. Os desenhos elaborados pelo Padre Ricardo da Rocha representam com grande detalhe os alçados de todas as ruas da cidade, num total de 4064 casas, para além das fachadas das diversas igrejas, conventos e outros monumentos[368], constituindo mais do que um mapa, uma vez que consiste, antes sim, num autêntico atlas extenso cadastral ilustrado, e por isso um instrumento de invulgar detalhe para a compreensão da forma da cidade na época.

[367] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 362.
[368] Braga Revisitada 1750. Mapa das Ruas de Braga 1750-2000. P 6

Figura 182 – Detalhe do *Mappa da Cidade de Braga Primas* mostrado as obras inacabadas do Hospital de S. Marcos, com a recém-construída ala Sul concluída, mas com a parte Norte correspondente à igreja ainda com os edifícios seiscentistas.

Por outro lado, o "*Mappa da Cidade de Braga Primas*" elaborado por André Soares provavelmente em 1756[369], pode ser considerado, não tanto um mapa realizado segundo os princípios modernos das ciências cartográficas que então se realizavam Portugal, é antes uma panorâmica geral da cidade, representando-a segundo uma perpectiva isométrica híbrida, entre a planta e o alçado, usando a sua destreza de desenhador e fornecendo pormenores precisos. Embora com analogias com a gravura de Georg Braun elaborado cerca de 150 anos antes, detem já um estauto distinrivo de "guia" e registo, aproximando-se do que virama ser muito mais tarde alguns dos pressupostos representacionais dos mapas turísticos, ao que não seria estranho o carácter de cidade religiosa que Braga mantinha (sem querermos ser facetos, hoje dir-se-ía, análoga à opção "edifícios 3D" das pesquisas urbanas em Google Earth…).

[369] Braga Primas De André Soares P186

Figura 183 – Arco da Porta Nova no início do século XX.

Com a morte de D. José em 1756 é nomeado o seu sobrinho D. Gaspar de Bragança (1758-1789). Os primeiros anos do governo de D. Gaspar são marcados pela resposta a eventos exteriores e pela conclusão de vários projectos ainda em curso. A expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 logo no ano inaugural do novo arcebispo obriga à transformação do Colégio de S. Paulo num convento feminino, que viria a ser designado Convento de Santa Isabel ou Ursulinas, ocupado pela ordem de Santa Úrsula[370]. A partir de 1760 são concluídas duas intervenções fundamentais na estruturação e consolidação do Campo de Santa Ana. Uma é a construção da fachada da Igreja do Convento dos Congregados, entre 1761 e 1768 [371], atribuída a André Soares, e outra é a construção da Igreja da Lapa[372], iniciada em 1761 e finalizada em 1767, também segundo projecto de André Soares. A Igreja da Lapa vai ocupar um lugar central na Arcada de D. Rodrigo Moura Teles, preenchendo o espaço entre a barbacã e a muralha do Castelo de Braga, na sua retaguarda. Entre 1769 e 1771 vai ainda ser adaptada uma das torres do castelo com a adição de um campanário para a igreja. Em 1768 é ainda fundado o Recolhimento da Caridade[373] na Rua do Carmo, junto do Campo da Vinha, para albergar moças jovens provenientes de contextos mais carenciados.

A partir de 1770 houve uma tentativa de reformular e modernizar a cidade emulando, ainda que numa escala menor, as importantes intervenções pombalinas realizadas em Lisboa, Porto ou Coimbra. Esta reformulação partiu sobretudo da demolição de antigos edifícios e monumentos que constrangiam o espaço público. Procede-se assim à demolição das capelas de Nª Sª do Amparo no campo da Vinha, a de Santa Ana no campo do mesmo nome[374] e ainda dos açougues da carne e do peixe construídos no século XVI, sendo estes mercados transferidos para a Praça do Município. O processo de melhoria dos acessos à cidade passou ainda pela reformulação de algumas das mais importantes portas da cidade com a reconstrução, em 1772, da Porta Nova segundo o modelo de arco triunfal, projecto de André Soares, bem como pelo alargamento da Porta do Souto[375] na extremidade oposta do eixo Rua do Souto e Rua Nova de Sousa.

---

[370] Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho. p. 350.

[371] Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, *IX-XI*, 331-373. p. 352.

[372] Ibid. p. 352.

[373] Araújo, M. M. L. d. (2007). Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna. In *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* (pp. 293--313). Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial. pp. 311-313.

[374] Oliveira, E. P. d. (2011). *André Soares e o rococó do Minho*. Dissertaçção de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade do Porto. pp. 51-53.

[375] Ribeiro, M. d. C. F. (2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados. *Forum*, *44-45*, 179-201. pp. 346-347.

Figura 184 – Largo dos Remédios.

A partir de 1780 o governo de D. Gaspar de Bragança seria marcado pela conclusão das obras em vários edifícios importantes. Em 1780 as obras de ampliação e reformulação do Convento do Pópulo[376], iniciadas em 1730, são concluídas segundo projecto do arquitecto Carlos Amarante, que conclui a igreja, consolidando a face Ocidental do Campo da Vinha. Também em 1780 é retomada a obra do Hospital de S. Marcos segundo novo projecto de Carlos Amarante. A obra da igreja seria iniciada em 1787[377] e apenas concluída em 1836. Com esta intervenção, o Hospital de São Marcos passa a ocupar todo o lado Sul do Largo Carlos Amarante, conferindo a este espaço urbano uma natureza quase exclusivamente religiosa e hospitalar.

[376] Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património, IX-XI*, 331-373. p. 352.
[377] Ibid. p. 352.

D. Gaspar de Bragança promove ainda, em data incerta, a reconstrução de duas importantes igrejas no interior do recinto muralhado da cidade medieval, a Igreja de S. Tiago da Cividade, cuja reconstrução vai inverter a orientação original, virando a fachada para Oriente, e a Igreja de S. João do Souto, que vai também ser quase que integralmente reformulada no final do século XVIII, mantendo do edifício antigo apenas a quinhentista Capela dos Coimbras no alçado lateral.

O processo de reformulação das vias de acesso à cidade que teria resultado na demolição dos açougues do peixe junto à Porta Nova teria deixado a cidade sem estes equipamentos durante vários anos, concluindo-se a construção apenas em 1779[378] da Alfândega ou Mercado do Peixe no lado Norte da cidade junto da Igreja dos Terceiros, bem como do Matadouro Municipal no Campo de S. Sebastião, já no início do século XIX.

Após a morte de D. Gaspar de Bragança em 1789, é nomeado para o cargo D. Frei Caetano Brandão (1790-1805); contudo o seu governo seria marcado pela publicação, em 1790, no reinado de D. Maria I (1777-1816), da chamada lei de "abolição das Ouvidorias senhoriais", que decretava a extinção da jurisdição dos arcebispos sobre a cidade[379]. Com esta lei termina a autonomia administrativa da cidade e o domínio dos arcebispos no desenvolvimento e forma urbana de Braga. Apesar desta profunda limitação do poder do arcebispado, D. Frei Caetano Brandão ainda promoveu a construção de vários edifícios religiosos de grande importância, nomeadamente do Colégio de S. Caetano em 1791[380] no Campo da Vinha, para albergar e educar jovens órfãos vindos de classes desfavorecidas, a reconstrução da antiga Igreja de S. José e S. Lázaro entre 1790 e 1805 na antiga Rua das Águas - hoje Avenida da Liberdade. e da construção de uma nova Igreja de S. Pedro de Maximinos, iniciada em 1795[381], a Sul da localização da antiga igreja.

[378] Oliveira, E. P. d. (2011). *André Soares e o rococó do Minho*. Dissertaçção de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade do Porto. pp. 52-53.
[379] Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada. pp. 129-130.
[380] Ribeiro, A. I. M. (2002). *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*. Arte & Ciência. p. 54.
[381] Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património, IX-XI*, 331-373. p. 352.

Braga Fase 13 (século XIX)

Reestruturação liberal

Legenda

1 - Muralha Tardia (início do séc. IV)
2 - Sé Catedral (séc. XII)
3 - Castelo (≈1315 / início do séc. XVI)
4 - Capela da Glória (≈1332)
5 - Muralha Fernandina (Séc. XIV)
6 - Porta da Cividade (segunda metade do séc. XIV)
7 - Porta de Maximinos (segunda metade do séc. XIV)
8 - Porta de S. Francisco (segunda metade do séc. XIV)
9 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
10 - Porta de S. João (1512)
11 - Estudos Públicos de S. Paulo (1531)
12 - Capela de S. Pedro de Rates (1552)
13 - Igreja da Misericórdia (1560)
14 - C. de S. Paulo / Seminário C. de S. Pedro e S. Paulo (1560-1589)
15 - Porta de S. Tiago (segunda metade do séc. XVI)
16 - Seminário de S. Pedro (1571)
17 - Recolhimento das Beatas de Santo António (1588)
18 - Porta de S. António (segunda metade do séc. XVI)
19 - Antigos Açougues da carne (1588-1609)
20 - C. do Salvador / Asilo de Mendicidade (1596)
21 - Capela de S. João da Ponte (1616)
22 - Capela de S. Justa (1618)
23 - C. da Conceição / Collegio da Regeneração (1625-1629)
24 - Igreja de Santo António da Praça (1627-1635)
25 - Convento do Carmo / Hospital Militar (1654-≈1692)
26 - Igreja de S. Victor (1686)
27 - Igreja dos Terceiros (1690)
28 - Igreja de S. Vicente (1691)
29 - C. da Congregação / Liceu de Braga / Biblioteca (1687-1768)
30 - Paço Arquiepiscopal (séc. XIV / séc. XV / séc. XVI / 1709-1713)
31 - Igreja de São Sebastião das Carvalheiras (1715)
32 - Capela de N. S. de Guadalupe (1719)
33 - Aljube (1718)
34 - Recolhimento das Convertidas (1720)
35 - Hospital de S. Marcos (1720-1786)
36 - Recolhimento de S. Domingos de Tamanca (1724)
37 - Convento de Nª. Sª. dos Remédios / Creche (1725-1751)
38 - C. do Populo / Quartel do R. de Infantaria nº8 (1730-1780)
39 - Igreja de Santa Cruz (1734-1739)
40 - Capela de N. S. das Ancias (1735)
41 - Capela de N. S. da Abadia (1738)
42 – C. de Santa Teresa / Asilo de São José (1742)
43 - Paço de D. José de Bragança (1744-1752)
44 - Igreja de Nossa Senhora das Neves (1743-1769)
45 - Capela de S. Miguel o Anjo (1755)
46 - Capela de N. S. da Torre (1756-1758)
47 - Igreja da Lapa (1761)
48 - Recolhimento da Caridade (1768)
49 - Porta Nova (1772)
50 - Porta do Souto (≈1772)
51 - Igreja de S. Tiago da Cividade (1758 - 1789)
52 - Igreja de S. João do Souto (1758 - 1789)
53 - Alfândega do Peixe do Peixe (1779)
54 - Colégio de S. Caetano (1791)
55 - Capela de S. Lázaro (1790-1805)
56 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (1795)
57 - Claustro da Sé (1817-1823)
58 - Matadouro Municipal (1835-1837)
59 - Fábrica de Gás (1856-1858)
60 - Teatro de S. Geraldo (1855-1860)
61 - Paços do Concelho (1861-1863)
62 - Tribunal de Braga (1873-1875)
63 - Banco do Minho (1873-1877)
64 - Escola de S. Vicente (1874)
65 - Colégio do Espírito Santo (1877-1878)
70 - Bairro Democrático (1876-≈1900)
71 - Polícia Cívica / Governo Civil (1877 / 1886)
72 - C. da Penha / Asylo de Infância Desvalida (1720 / ≈1879)
73 - Escola de Maximinos (1881-1882)
74 - Escola de S. Lázaro (1882)
75 - Escola de S. João do Souto (1884)
76 - Escola da Sé (1887)
77 - Seminário de Santo António e São Luís Gonzaga (1888)
78 - Escola da S. Victor (1889)
79 - Escola Industrial Frei Bartolomeu dos Mártires (1891)

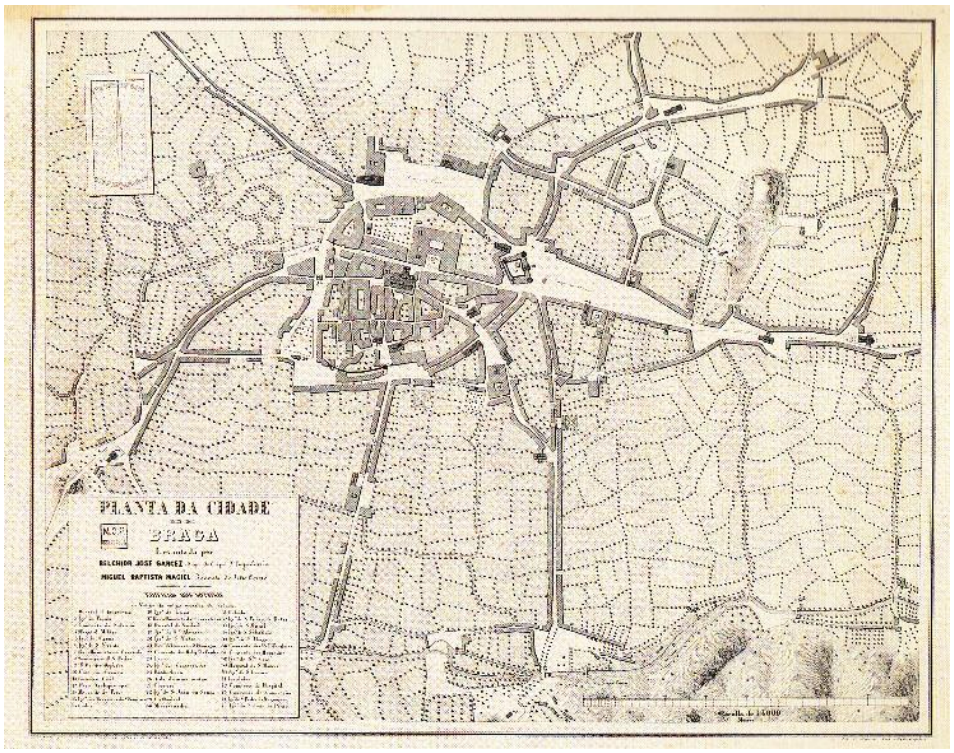


Figura 185 – Planta da cidade de Braga elaborada por volta de 1854.

A primeira metade do século XIX é um período de profunda instabilidade social marcada pela Guerra Peninsular entre 1807 e 1814. A segunda invasão francesa (1809) a comando do ex-sargento Soult, aliás, passa por Braga. Mas a retirada do exército português do Norte do país vai ainda levar ao invulgar episódio do linchamento popular do General Bernardim Freire de Andrade às portas do Aljube no castelo de Braga pela suspeita de traição. A instabilidade política e o profundo descontentamento popular pós-guerra vai, entretanto, culminar na revolução Liberal de 1820.

Sinalize-se que, se até aqui, a descrição do metabolismo da cidade abunda em exemplos aditivos, agora será ainda mais evidente essa realidade. Com efeito, o processo de estabelecimento da morfologia urbana bracarense contem uma certa linearidade, que se vai reflectir, doravante, na exposição das mudanças e alterações sucessivas de funções, incluindo também demolições, mas sobretudo, o estabelecimento de eixos de expansão, pelo que a descrição opta, naturalmente, pelos termos factuais (ou "factológicos", como se diria na gíria da História), mais do que em termos sistematicamente analíticos e interpretativos. Parece, com efeito, uma colecção de eventos, mas que tem uma repercussão bem explícita nas plantas que apresentamos e, bem assim, nas ilustrações que as acompanham

Na cidade de Braga durante este período destaca-se apenas a destruição das portas de S. Francisco entre 1805 e 1819[382] e Maximinos em 1831[383]. Os primeiros anos de vereação são caracterizados sobretudo por obras de requalificação e pavimentação/calcetamento de ruas, assim como de reestruturação da rede de abastecimento de água[384]. A diocese afastada do poder urbano vai ainda e apenas garantir a realização de obras nas diversas igrejas, das quais se destaca a construção de um novo claustro na Sé, entre 1817 e 1823[385]

O desencadear das Guerras Liberais, entre 1832 e 1834, faz da cidade de Braga, tradicionalmente senhorial e clerical um foco de apoio às forças de D. Miguel. Com a vitória de D. Pedro IV é assinada nova carta constitucional e instaurado o 1.º governo da Monarquia Constitucional. O novo governo vai promover um conjunto de importantes reformas que vão afectar profundamente os tradicionais poderes do

[382] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 19.
[383] Ibid. p. 20.
[384] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 67-71.
[385] Barreiros, M. d. A. (1989). *A Cathedral de Santa Maria de Braga: Estudos criticos archeologico-artisticos*. Sólivros de Portugal. p. 79.

Antigo Regime, entre os quais o clero, que em Braga estava historicamente ligado à transformação da cidade e dos seus espaços urbanos. Destas reformas destaca-se a publicação do decreto de extinção das ordens religiosas em maio de 1834, que extinguiu todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios ou quaisquer casas de religiosos em Portugal. Quase de imediato frades e monges seriam expulsos dos seus conventos, mantendo-se apenas os conventos e recolhimentos femininos, que fechados à entrada de noviças teriam a sua existência limitada até à morte das suas últimas residentes. Na cidade, os três conventos masculinos, Carmo, Pópulo e dos Congregados, são imediatamente extintos passando os edifícios para a posse da fazenda nacional, que os deixa temporariamente devolutos até à atribuição de novas funções.

A partir de 1834 os Arcebispos vêem-se confinados ao sector nascente do complexo do Paço Arquiepiscopal, sendo a ala de D. José de Bragança ocupada, primeiro pela Prefeitura do Minho e mais tarde pelo Governo Civil e várias repartições públicas. Uma das primeiras intervenções do município no período pós 1834 será a construção de um novo edifício para os Açougues. O novo Matadouro Municipal é contruído entre 1835 e 1837 na zona das Carvalheiras, actual Rua do Matadouro[386], mantendo uma localização próxima da original, mas suficientemente afastado das portas Nova e de Maximinos para garantir a salubridade e a facilidade de circulação nos acessos mais importantes.

Com a conclusão desta obra, o município procura por sua vez resolver a questão latente dos edifícios conventuais devolutos. O Convento do Carmo é em 1837 cedido à Câmara Municipal de Braga e utilizado para albergar o Hospital Militar. Parte da cerca é rasgada para a instalação de um mercado de gado e parte do convento é usado como mercado de peixe. O Convento do Pópulo passou em 1841 a acolher o Regimento de Infantaria n.º 8, tendo-se remodelado profundamente as diversas dependências do convento. Como capital de distrito, foi atribuído à cidade, pelo decreto de 1836, um Liceu. Este viria a ser localizado em 1844 no antigo Convento da Congregação de São Filipe de Néri e em 1857 em conjunto com a Biblioteca Pública de Braga. O antigo recolhimento de Santa Teresa é convertido em Asilo de S. José em 1850, com o objectivo de acolher e apoiar pessoas "inválidas".

[386] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 393-394.

A extinção das ordens religiosas, na zona do Norte de Portugal, onde o clero detinha tradicionalmente mais poder, gerou um importante movimento resistência que se vai repercutir em várias insurreições populares tais como a famosa "Revolução da Maria da Fonte" em 1846, ou ainda a Guerra da Patuleia entre 1846 e 1847. Durante a "Revolução da Maria da Fonte" a cidade, enquanto capital de distrito administrativo, vai transformar-se na principal sede do poder do governo liberal. A nova ordem político-administrativa, judicial e militar, força o poder municipal e o Arcebispo a colaborar com o governo[387]. Braga transformou-se assim num alvo fundamental da revolta, sendo sitiada por milhares de populares revoltosos que por diversas vezes entraram na cidade para substituir as autoridades, investindo sobretudo contra o Convento do Pópulo, onde estava sediado o Regimento de Infantaria n.º 8.

Se a primeira metade do século é sobretudo marcada pela instabilidade política e a busca de soluções para a gestão do património edificado já existente, a partir de 1850, nomeação de António Maria de Fontes Pereira de Melo como chefe de governo vai alterar radicalmente o rumo do país. A partir deste momento inicia-se um novo período de estabilidade permitindo ao município o empreendimento de obras mais complexas no espaço urbano. Por outro lado, apesar da consolidação do poder municipal, a cidade mantém-se como o mais relevante centro do poder eclesiástico em Portugal, que neste período consegue ainda assegurar a realização de algumas obras relevantes como a construção santuário do Sameiro, erigido a partir de 1863. Ainda que com o seu poder diminuído, a relevância da igreja no contexto urbano e social da cidade vai permitir não só a salvaguarda de grande parte do seu espólio patrimonial, mas também alguma prosperidade económica com o desenvolvimento de importantes manufacturas de arte sacra como as da cera ou dos sinos.

Sinal claro da nova estabilidade política e administrativa é a produção da primeira peça cartográfica propriamente dita da cidade, identificada como "Planta da Cidade de Braga" que teria sido elaborada apenas por volta de 1853 e 1854 por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel segundo princípios elementares de triangulação geodésica. Esta planta representa pela primeira vez o conjunto urbano e a sua periferia, identificando também os edifícios notáveis da cidade antes das significativas transformações urbanas que são empreendidas nas décadas seguintes.

[387] Capela, J. V. (1999). *A Revolução do Minho de 1846*. Edições Afrontamento. p. 206.

Curiosamente uma das primeiras intervenções na cidade em meados do século XIX vai ser a construção de um edifício destinado a acolher espetáculos de teatro. A escolha de um local adequado para a construção de um novo edifício recaiu no antigo Largo do Ourado em frente ao Castelo, um terreno já propriedade do município e com uma localização privilegiada, em frente ao Jardim e Passeio Público que por 1854 se começavam a projectar no Campo de Santa Ana. As obras iniciaram-se em 1855 segundo o projecto do engenheiro Manoel Couto Guimarães, sendo o edifício concluído em 1860 e baptizado com o nome Teatro S. de Geraldo[388], à época um dos melhor apetrechados do país[389].

[388] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 447-449.
[389] Macedo, A. M. C. (2016). As elites sociopolíticas e os protagonistas de mudança em Braga nos primórdios do século XX. In *Comunicação, Culturas e Estratégias. IV Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 58-80). CECS. p. 68.

Outro importante factor para o desenvolvimento do espaço público da cidade foi a implementação da rede de iluminação pública. Esta surgiu inicialmente, ainda que com um funcionamento irregular, por volta da década de 40 do século XIX. A partir de 1856 inicia-se o processo de constituição do primeiro sistema de iluminação a gás. A rede arrancaria em 1858 com a conclusão da Fábrica de Gás e a colocação de 200 cadeeiros, acrescendo-se à anterior rede a óleo que se terá mantido a funcionar complementarmente[390].

A partir de 1860 o município inicia um processo de progressiva regularização e melhoramento dos espaços e edifícios públicos. Em 1861 é iniciada a obra de conclusão do edifício dos Paços do Concelho seguindo fielmente o desenho barroco da autoria de André Soares, que desde meados do século XVIII permanecia apenas com os corpos central e Sul[391]. Para tal foi necessário adquirir e demolir um conjunto de edifícios que ocupavam o lado Norte da face Ocidental da Praça do Município, completando-se o edifício em 1863.

Em 1860 inicia-se a requalificação do antigo Campo de Santa Ana, cujo espaço de terreiro é transformado num Passeio Público. Em simultâneo é também regularizado um antigo caminho rural, junto à Igreja de Nª Sª a Branca, que ligava esta igreja à zona Norte, onde se viria a situar o Cemitério Municipal, dando-se a este eixo o nome de Rua de Santa Margarida. O projecto mais relevante e complexo de requalificação do espaço público vai, porém, ser a regularização da Rua do Souto e do Largo do Barão de S. Martinho. Esta intervenção é realizada na sequência da demolição da Porta do Souto em 1853[392], o que levou à expropriação de vários edifícios da Rua do Souto, sobretudo no lado Sul, reconstruindo-se as suas fachadas num plano recuado conferindo uma maior secção de perfilamento à rua. Paralelamente a estas operações de regularização destaca-se ainda, na zona dos conventos do Carmo ou e do Salvador, o processo de abertura entre 1865 e 1872 do Campo da Feira ou Campo do Salvador[393], ou seja, o rasgamento de uma nova praça de dimensões generosas com o propósito de acolher a maior parte das feiras e mercados da cidade, libertando outros espaços públicos urbanos para funções solenes ou de lazer.

[390] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 342-345.
[391] Ibid. pp. 362-363.
[392] Ibid. p. 173.
[393] Ibid. p. 479.

Figura 186 – Planta da cidade de Braga elaborada por volta de 1864.

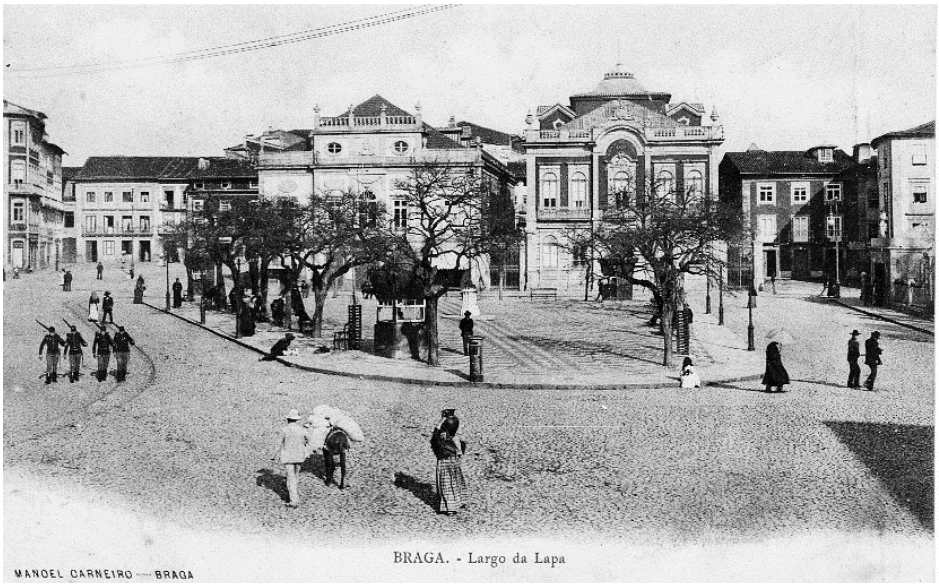


Figura 187 – O edifício sede do Banco do Minho e o Teatro S. Geraldo.

Em 1864 destaca-se a elaboração de uma nova peça cartográfica provavelmente da autoria do engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz[394], realizada com o propósito de representar a rede de água canalizada. Neste desenho salienta-se o cuidado e detalhe na representação do espaço público por oposição à ausência de representação das áreas construídas ou espaços privados. Em 1868 é ainda produzida uma nova peça, de elaboração mais expedita a partir da planta de 1853 e 1854, ampliando a escala e actualizando a informação presente no que aparenta tratar-se de um esforço destinado a produzir uma planta com o sentido instrumental de auxiliar o planeamento urbano da cidade, enquanto suporte de desenho aos projectos urbanos que se viriam a desenvolver na década seguinte.

O antigo Campo de Santa Ana agora reconvertido em passeio público e jardim vai gradualmente tornar-se no mais importante espaço público da cidade. O lugar agregava já um conjunto de importantes funções, tais como o Aljube, o Teatro de S. Geraldo ou o Liceu de Braga e a Biblioteca Pública no antigo Convento dos Congregados, às quais se vai acrescentar posteriormente o Governo Civil de Braga. O governo civil estava desde o seu início alojado na ala do Paço Arquiepiscopal de D. José de Bragança, contudo um incêndio em 1866 deixa o edifício completamente arruinado, forçando a instituição assim como várias repartições públicas a serem alojadas no edifício do Convento dos Congregados, onde se criou uma complexa vivência partilhada entre o Liceu, a Biblioteca e o Governo Civil de Braga.

Na sequência da requalificação do Campo de Santa Ana, surge ainda em 1867 o projecto de construção de um novo edifício na zona da Arcada setecentista pelo engenheiro municipal Joaquim Pereira da Cruz[395]. Segundo este projecto a antiga Arcada foi integralmente substituída por um novo edifício, que reconstruia parcialmente a imagem da estrutura porticada pré-existente como embasamento para um segundo piso que corria ao longo dos lados Norte e Sul da Igreja da Lapa. O conjunto, tal como hoje se encontra, seria terminado já em 1885. Em 1873 é iniciada junto à Arcada a construção do Banco do Minho, inaugurado em 1877 num terreno anexo ao Teatro de S. Geraldo, contribuindo para sedimentar e consolidar o antigo Campo de Santa Ana como principal espaço público da emergente e próspera burguesia da cidade.

[394] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 80-81.
[395] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 172.

Figura 188 – Incêndio do Palácio de D. José de Bragança.

No início da segunda metade do século XIX destacam-se vários processos de transformação e requalificação do espaço público, entre os quais a abertura da Rua do Raio em 1863, segundo iniciativa do Visconde do Raio como forma de valorizar o acesso ao palacete setecentista[396], ou ainda o processo de demolição das portas da muralha com a obliteração da Porta de São João em 1867[397]. O incêndio do Paço Arquiepiscopal em 1866 vai também afectar a localização do Tribunal de Braga. Esta instituição encontrava-se também situada no paço, numa localização que seria já tradicionalmente a sua, dado que a justiça era uma prerrogativa do arcebispado até à extinção das *donatarias* em 1790. A urgência devida para a resolução do problema terá levado o município a adquirir o Palacete Vilhena Coutinho que sofreu pequenas obras entre 1873 e 1875[398]. Esta transformação da antiga residência a tribunal terá pouco ou nada alterado a Arquitectura do edifício original, sendo que apenas em 1874 se tapou a porta que ainda permitia a comunicação directa entre a casa nobre a Sul e o tribunal a Norte[399] com os dois espaços divididos pela persistência da antiga Cerca Fernandina, que definia o limite cadastral.

Na década de 70 a transformação e melhoramento do espaço urbano da cidade assume um novo dinamismo. A primeira e talvez uma das mais emblemáticas operações realizadas neste período é, para além da continuação do processo de regularização da Rua do Souto, o alargamento e regularização da antiga Rua dos Burgueses ou de Maximinos. Esta rua, a mais importante da cidade por realizar o acesso directo à Sé Catedral, vai agora ser gradualmente alargada entre 1874 e 1879. Nesta intervenção a rua adquire um novo calibre e uma nova frente Sul que segue o alinhamento estabelecido pelo antigo adro fronteiro à fachada da Sé[400], conhecido como Praça do Pão. Na sequência deste projecto é também realizada, entre 1874 e 1877, uma operação de regularização e ampliação do traçado das antigas Rua Verde e do Couto do Arvoredo, actual Rua Dom Frei Caetano Brandão, na zona do Bairro das Travessas, ligando a Rua de Maximinos a Norte, à Porta da Cividade a Sul. Ainda no centro da cidade e sensivelmente no mesmo período, destaca-se a regularização do traçado do eixo constituído pela Rua da Misericórdia e Rua de Santo António, melhorando substancialmente o acesso à Praça do Município.

---

396 Ibid. p. 171.
397 Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 21.
398 Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 368.
399 Vieira, M. A. d. S. (2018). *Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros. Uma proposta de reabilitação e reutilização do Palacete Vilhena Coutinho*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade do Minho. p. 45.
400 O espaço urbano de Braga. Obras Publicas e Urbanismo 1790-1974) Vo, I P 176

Figura 189 – Embarque do Corpo Expedicionário Português na estação de Braga em 1917.

Figura 190 – Comboio urbano a vapor passando em frente à Arcada.

A abertura de novas ruas é efectuada sobretudo na zona Ocidental da cidade como consequência da inauguração em 1875 da Estação de Caminho de Ferro. A construção deste edifício numa zona relativamente pouco urbanizada e periférica da cidade obriga o município a encetar um conjunto de obras de ligação entre a estação e o restante tecido urbano para além de promover a construção de um largo na zona estação. O mais directo e importante destes novos eixos viria a ser a Rua Andrade Corvo, rasgada na continuidade da Rua Dom Diogo de Sousa, e que ligava tanto o centro da cidade como a zona do Campo de Santa Ana directamente à estação. Para além desta ligação, no contexto da construção da estação, destaca-se a abertura de duas ruas para Sul, a saber, a continuação da Rua Andrade Corvo em direcção à Igreja de S. Pedro de Maximinos (actual Rua de Caires) e a Rua Cardoso Avelino, ligando à Rua da Cruz de Pedra. Apesar de projectadas no final dos anos 70, estas ruas seriam abertas entre 1881 e 1886[401]. Por volta de 1877 assiste-se, por sua vez, à implantação de uma linha de caminho de ferro urbana da cidade, inicialmente associada à criação de uma ligação directa entre a estação ferroviária principal e o santuário do Bom-Jesus-do-Monte [402]: atravessava a cidade através do eixo Rua D. Diogo de Sousa e Rua do Souto até ao Largo de Nª Sª a Branca.

A grave falta de equipamentos escolares sobretudo para os primeiros anos de escolaridade, vai levar a um conjunto de acções filantrópicas de vários beneméritos procurando solucionar o problema. Em Braga, a primeira escola a ser aberta foi a Escola de S. Vicente inaugurada em 1874 junto do Recolhimento de Santa Teresa. O edifício fazia parte das 120 escolas primárias doadas pelo 1.º Conde de Ferreira, todas construídas seguindo um desenho comum, constituindo um dos primeiros exemplos nacionais de um conjunto de edifícios que partilhavam um projecto padronizado, ou seja, uma tipologia especificamente escolar, com uma arquitetura utilitária, uniformizada, de linhas depuradas, com fachada encimada por frontão triangular dotada de torre sineira, porta axial e uma janela de cada lado. No final do século XIX é ainda construída em Braga uma outra escola dedicada ao ensino primário, a Escola de Maximinos, construída entre 1881 e 1882, na Rua de Caires, esta graças à acção mecenática de Joaquim Machado Caires[403].

[401] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 180.
[402] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 54.
[403] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 416-421.

O crescimento de uma população de classe operária em condições de habitação particularmente frágeis leva a Companhia Edificadora e Industrial Bracarense a promover a construção de um pequeno conjunto habitacional destinado a acolher famílias desfavorecidas. Em 1876 é rasgado no tramo final da antiga Rua da Ponte, actual Avenida da Liberdade o Bairro Democrático, que em 1877 contava já com 28 casas construídas e alugadas[404]. O bairro adoptava uma configuração fechada sobre si mesmo, com apenas um acesso realizado através de um espaço vazio pré-existente, entre dois edifícios do lado Oriental da Rua da Ponte, assumindo no seu interior, um desenho em T, provavelmente prevendo a possibilidade de expansão futura para Norte e para Sul.

Em 1872 é fundado o Colégio Espírito Santo. Tratava-se de uma instituição particular de ensino, com vocação religiosa e com regimes de internato e externato, propriedade da congregação com o mesmo nome. A constituição deste colégio procurava aumentar a oferta de ensino religioso, que então apenas era ministrado no Seminário de S. Pedro, permitindo assim a formação de um maior número de sacerdotes. Inicialmente situado em diversas localizações pela cidade, o aumento do número de alunos leva a que em 1877 se inicie a construção de um edifício próprio na zona Norte da cidade, inaugurado em 1878[405].

O Convento da Penha de França encerra em 1874, devido ao falecimento da última freira. Em 1879, cinco anos após o encerramento do convento, o Asylo de Infância Desvalida de D. Pedro V tomava posse das instalações, tendo-se procedido então à demolição parcial das estruturas do antigo convento para levar a cabo novas construções

O mercado de peixe era desde meados do século XVIII realizado num edifício conhecido como Alfândega do Peixe existente na Rua dos Capelistas. A exiguidade do espaço e a falta de condições desde cedo levaram o município a procurar a transferência deste equipamento para uma nova localização mais adequada. O novo edifício, conhecido como Mercado do Peixe, seria finalmente construído entre 1879 e 1884 na praça aberta nas traseiras do Convento do Salvador, compreendendo uma estrutura rectangular com uma nave central de ferro apoiada em 16 colunas segundo projecto do Engenheiro J. Pereira Cruz[406].

[404] Ibid. p. 509.
[405] Neiva, A. T. (3004). A Congregação do Espírito Santo em Braga. *Missão Espiritana*, *4*, 31-45.
[406] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 479-480.

Os mercados que ocorriam ao ar livre na Praça do Município desde que D. Gaspar de Bragança decidiu demolir os Açougues da Carne e do Peixe são em 1878 melhorados com a construção de vários pequenos pavilhões em ferro colocados no centro da praça e o conjunto era coroado por um pavilhão de maiores dimensões, com aproximadamente 7x42 metros, que ocupava integralmente o topo Nascente da Praça do Município.

Por volta de 1880 o processo de gradual melhoramento dos espaços públicos, sobretudo a partir do rasgamento de novos eixos e da regularização de eixos pré-existentes, sofre um grande incremento, acentuando uma tendência que já se verificava nos anos anteriores. No miolo do tecido consolidado durante o período medieval destaca-se a regularização e ampliação do traçado da antiga Rua das Travessas, em 1881: que correndo de Oeste para Este, atravessava todo o núcleo amuralhado entre a zona próxima do Largo das Carvalheiras e o Largo da Igreja de S. João. A abertura e regularização desta rua no sentido Este Oeste e da Rua Dom Frei Caetano Brandão no sentido Norte vai implicar uma profunda interferência com as restantes ruas do Bairro das Travessas, sobretudo nos pontos de cruzamento, favorecendo inevitavelmente a condução de uma estratégia em cadeia de rectificação de uma sucessão de eixos de interconecção, que gradualmente se alarga a uma parte significativa do tecido urbano do núcleo antigo da cidade[407].

Neste sentido é ainda projectada a regularização e ampliação antiga Rua do Poço / Rua de S. Thiago, unindo a Sé ao Largo de S. Paulo, assim como da Rua de S. Paulo unindo o Colégio de S. Paulo à Porta/Postigo de S. Sebastião, demolido em 1876. A regularização destas ruas vai decorrer ao longo da década e continua durante a década seguinte. Também no interior do perímetro amuralhando prossegue, por volta de 1887, a abertura da Rua Dom Frei Caetano Brandão, antiga Rua Verde, continuando este eixo para o lado Norte da Rua Dom Afonso Henriques sobre o sinuoso traçado da antiga Rua dos Sapateiros até à Igreja do Pópulo, na zona da actual Praça Conselheiro Torres Almeida[408]. Ainda no espaço intramuros é realizada na zona Norte o rebaixamento da Praça da Misericórdia e a regularização da Rua de Santo António, ligando a Praça do Município ao Campo da Vinha, com a demolição da Porta de S. António, já em 1889[409].

[407] Ibid. p. 184.
[408] Ibid. p. 183.
[409] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 21.

O alargamento da Rua Dom Paio Mendes, entre 1874 e 1879, vai implicar a demolição da Capela de S. Miguel o Anjo. Como consequência a Irmandade vai procurar a reedificação da capela noutra localização. As obras da nova capela, erguida junto da estação dos Caminhos de Ferro, vão iniciar-se por volta de 1882 segundo projecto do João Baptista Braga, concluindo-se, em 1884, a recém-aberta Rua Cardoso Avelino. A abertura deste arruamento vai permitir ao município a construção de um edifício dedicado aos Serviços Municipalizados, inicialmente utilizado sobretudo como espaço de apoio ao funcionamento das carruagens do "americano", mas onde se alojaram temporariamente outros serviços como a companhia das águas e saneamento.

Figura 191 – Planta da cidade de Braga elaborada em 1883/84.

O alargamento da Rua Dom Paio Mendes, entre 1874 e 1879, vai implicar a demolição da Capela de S. Miguel o Anjo. Como consequência a Irmandade de São Miguel-o-Anjo vai procurar a reedificação da capela noutra localização. As obras da nova capela erguida junto da estação dos Caminhos de Ferro vão iniciar-se por volta de 1882 segundo projecto do João Baptista Braga, concluindo-se em 1884 na recém-aberta Rua Cardoso Avelino. A abertura deste arruamento vai ainda ser utilizada pelo município para a construção de um edifício dedicado aos Serviços Municipalizados, inicialmente utilizado sobretudo como espaço de apoio ao funcionamento das carruagens do "americano", mas onde se alojaram temporariamente outros serviços como a companhia das águas e saneamento.

Entre 1883 e 1884 é realizada nova cartografia detalhada da cidade de Braga por Francisque Goullard, a "Planta Topográfica da Cidade de Braga". A planta é composta por 30 folhas aguareladas, cada uma representado um fragmento da cidade de modo detalhado, à escala 1/500, contemplando tanto o espaço público como as parcelas privadas e os seus edifícios. Esta planta será um dos mais importantes instrumentos do desenvolvimento urbano servido como base de suporte para o desenho de inúmeras intervenções realizadas nas das décadas seguintes

A necessidade de alargar e regularizar a frente Sul do Campo da Vinha, actual Praça Conde de Agrolongo, assim como da Rua dos Capelistas vai levar à demolição dos edifícios de instituições religiosas que ocupavam esse espaço. O Colégio de S. Caetano transfere-se para a Quinta da Madre de Deus junto da estação de caminho de ferro. O Seminário de S. Pedro é também transferido, em 1880, para o antigo Colégio de S. Paulo, desocupado desde 1878, quando a última religiosa das Ursulinas de Viana foi transferida para o Convento do Salvador, convertendo-se assim no Seminário Conciliar de São Pedro e São Paulo. Também o Recolhimento de Santo António é expropriado em 1890, tendo as suas habitantes sido transferidas para o Hospital de S. Marcos, e depois para o Palácio do Raio.

Em 1888 é ainda fundado o Seminário de Santo António e S. Luís Gonzaga, a partir de um colégio religioso fundado pelo sacerdote Joaquim Fernandes Lopes em 1884 com o propósito de acolher e educar estudantes pobres que aspiravam dedicar-se à vida eclesiástica. O edifício seria posteriormente adquirido e ampliado pela arquidiocese funcionando como um seminário preparatório.

Quanto à abertura de novas ruas na periferia da cidade na década de 1880 destaca-se a abertura das ruas de Camões, Gabriel Pereira de Castro, Rua Conselheiro Lobato e Bernardo Sequeira [410] . A Rua de Camões, entre o Recolhimento de Santa Teresa e a Rua de Santa Margarida, é alargada e regularizada entre 1880 e 1884. A Norte, a Rua Gabriel Pereira de Castro é rasgada entre 1885 e 1888 sobre a antiga Cangosta da Escoura, que unia a Igreja de S. Vicente e o Convento do Carmo. A Sul, a Rua Conselheiro Lobato é aberta sobre a antiga Rua da Paymanta, entre a Rua dos Pellames e o Largo das Latinhas, ou seja, unindo a Ponte dos Pelames à Ponte de S. João, num traçado paralelo ao Rio Este. Neste contexto, importa referir ainda a abertura da Rua Bernardo Sequeira sobre a antiga Cangosta de Torneiros a partir de 1885.

Em 1883 é encerrado o Convento de Nossa Senhora da Conceição por falecimento da última religiosa. O espaço foi, no seguimento, reutilizado para albergar a "Collegio da Regeneração", uma instituição religiosa de assistência e apoio a mulheres fundada por Monsenhor Airosa em 1869.

O Governo Civil do Distrito de Braga partilhava, entretanto, em condições precárias o espaço do antigo Convento dos Congregados com a Biblioteca Pública e com o Liceu de Braga até 1886. Nesse ano é adquirido pelo estado o Palácio dos Falcões na Rua dos Falcões permitindo a mudança do Governo Civil para este edifício.

No final da década de 80 do século XIX são construídas na cidade quatro escolas de ensino primário, provavelmente associadas a projectos do Conductor de Obras Públicas, António Martins Ferreira. Estas escolas apresentam concepções diversas, na sua dimensão e enquadramento, mas apesar dos seus desenhos específicos seguem o modelo contemporâneo de escola primária. Em 1882 foi edificada a Escola de S. Lázaro no cruzamento da Rua do Raio com a Av. da Liberdade, em 1884 a Escola de S. João do Souto junto à Igreja com o mesmo nome[411], em 1887 a Escola da Sé junto ao Campo das Carvalheiras, e em 1889 a Escola de S. Victor sensivelmente a meio da Rua de Santa Margarida[412].

[410] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 188-190.
[411] Ibid. pp. 418.
[412] Ibid. p. 415.

Na década de 1890 assiste-se, por fim, à extinção dos últimos os conventos femininos, o Convento do Salvador e o Convento dos Remédios, reaproveitando-se as suas instalações para a colocação de equipamentos de assistência como asilos ou creches. Os inúmeros recolhimentos femininos já com funções de apoio e assistência, mantêm o seu funcionamento com poucas ou nenhumas alterações. O Convento do Salvador é extinto em 1893, passando a albergar o Asilo de Mendicidade, com a última freira integrada no asilo. Em contrapartida à instalação do asilo o município recebia parte da cerca do convento para a regularização da Praça do Comércio. O Convento dos Remédios é extinto e cedido ao município, em 1896, apesar de ainda residir uma freira neste edifício. O município pretendia instalar no edifício um asilo de expostos e cegos. No entanto, no ano seguinte é permitida a utilização do espaço para a instalação de uma creche ao cuidado das Franciscanas Missionárias de Maria, que funcionou até 1907[413].

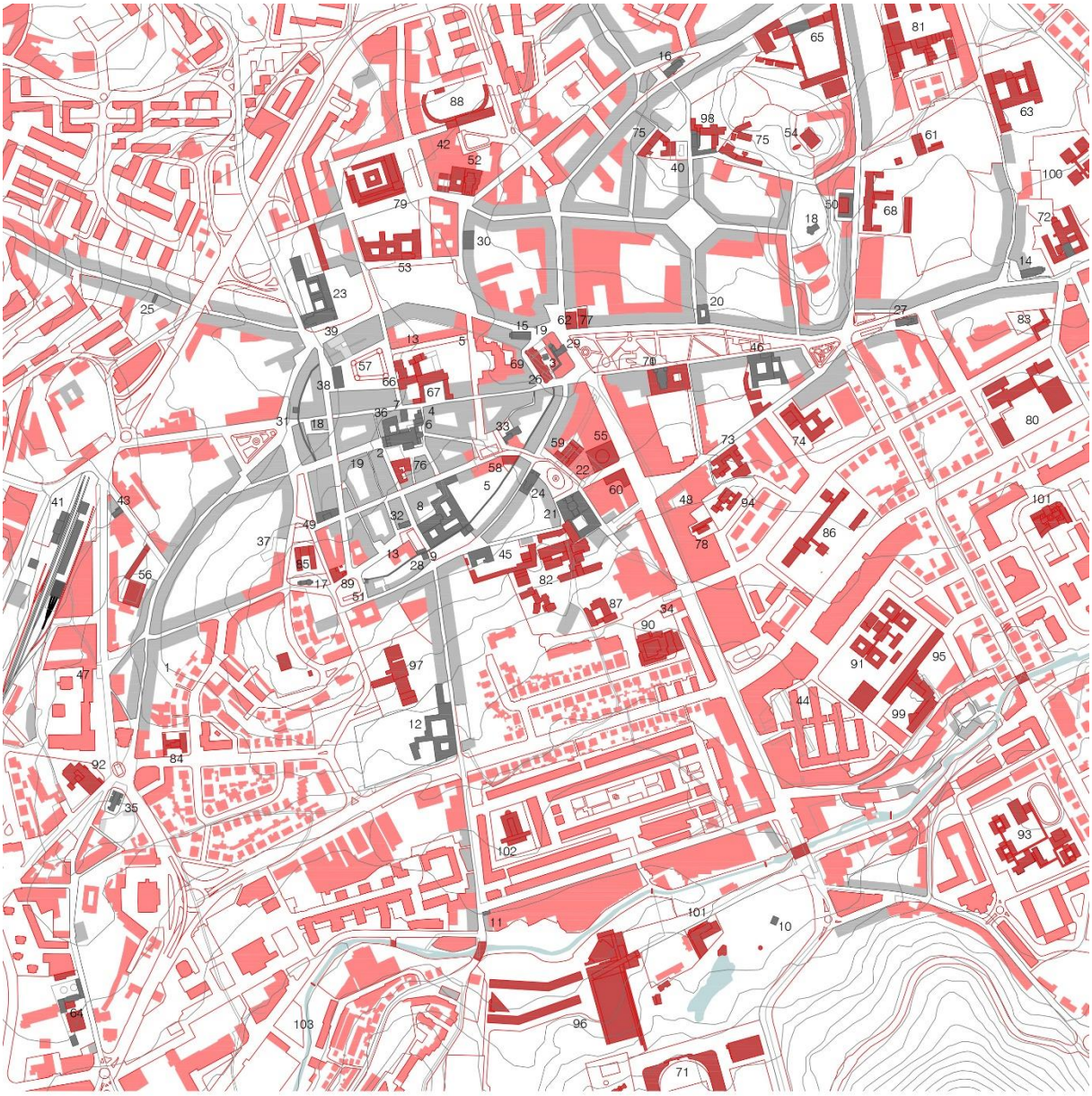
No espaço público o ritmo de transformação mantém-se elevado na década de 1890, sobretudo com a continuidade das obras iniciadas nos anos anteriores. Relativamente ao arranque de novos projectos assinala-se a proposta de abertura de uma rua entre o Largo de Srª a Branca e o Rio Este, sobre a Cangosta das Gavieiras, ou seja, segundo um alinhamento sensivelmente paralelo à anterior Rua Bernardo Sequeira. Apesar de delineado por volta de 1894, a intervenção vai-se arrastar ao longo de vários anos sendo finalizado já nos anos 20 do século XX[414]. No interior do núcleo medieval prosseguem obras de regularização na zona do Bairro das Travessas, sobretudo na zona Oriental e na envolvente da Sé Catedral, como por exemplo com o alargamento da Rua do Farto. Destaca-se ainda nesta zona o encerramento, em 1896, da antiga Rua do *Collégio*, que corria a partir da fachada Norte do antigo Colégio de S. Paulo até à Rua do Forno[415].

A Escola de Desenho Industrial de Braga, fundada em 1884, através de um diploma régio, adopta o nome de Escola Industrial Frei Bartolomeu dos Mártires em 1891. Por volta de 1884 iniciaram-se obras no Convento dos Congregados para a instalação da escola, que viria mais tarde a ser transferida para o palacete do Solar da Torre no Largo Paulo Orósio onde funcionou até meados do século XX[416].

---

[413] Ferreira, R. (2014). O legado do extincto Convento de Nossa Senhora da Piedadee e dos Remédios. *Misericórdia de Braga, Nº 10*, 93-140. p. 106.
[414] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 192.
[415] Ibid. pp. 194-195.
[416] Alves, L. A. M. (2001). O arranque do ensino industrial na segunda metade do séc. XIX. In *Estudos de homenagem a João Francisco Marques* (pp. 95-111). Faculdade de Letras. p. 102.

Braga Fase 14. (século XX)
Explosão urbana



Legenda

1 - Muralha Tardia (início do séc IV)
2 - Sé Catedral (séc XII)
3 - Castelo (≈1315 / início do séc XVI)
4 - Capela da Glória (≈1332)
5 - Muralha Fernandina (séc. XIV)
6 - Capela de S. Nicolau (≈1416-1467)
7 - Igreja da Misericórdia (1560)
8 - C. de S. Paulo / Seminário C. de S. Pedro e S. Paulo (1560-1589)
9 - Porta de S. Tiago (segunda metade do Séc. XVI)
10 - Capela de S. João da Ponte (1616)
11 - Capela de S. Justa (1618)
12 - C. da Conceição / Collegio da Regeneração (1625-1629)
13 - Igreja de Santo António da Praça (1627-1635)
14 - Igreja de S. Victor (1686)
15 - Igreja dos Terceiros (1690)
16 - Igreja de S. Vicente (1691)
17 – Ig. de São Sebastião das Carvalheiras (1715)
18 - Capela de N. S. de Guadalupe (1719)
19 - Aljube (1718)
20 - Recolhimento das Convertidas (1720)
21 - Hospital de S. Marcos (1720-1786)
22 - C. de Nª. Sª. dos Remédios / Creche (1725-1751)
23 - C. do Populo / Q.l do R. de Infantaria nº8 (1730-1780)
24 - Igreja de Santa Cruz (1734-1739)
25 - Capela de N. S. das Ancias (1735)
26 - Capela de N. S. da Abadia (1738)
27 - Igreja de Nossa Senhora das Neves (1743-1769)
28 - Capela de N. S. da Torre (1756-1758)
29 - Igreja da Lapa (1761)
30 - Recolhimento da Caridade (1768)
31 - Porta Nova (1772)
32 - Igreja de S. Tiago da Civicidade (1758 - 1789)
33 - Igreja de S. João do Souto (1758 - 1789)
34 - Capela de S. Lázaro (1790-1805)
35 - Igreja de S. Pedro de Maximinos (1795)
36 - Claustro da Sé (1817-1823)
37 - Matadouro Municipal (1835-1837)
38 - Paços do Concelho (1861-1863)
39 - Tribunal de Braga (1873-1875)
40 - Antiga Escola de S. Vicente (1874)
41 - Estação de Caminho de Ferro (1877)
42 - Mercado do Peixe (1879-1884)
43 - Capela de S. Miguel o Anjo (1882-1884)
44 - Bairro Democrático (1876-≈1900)
45 - Polícia de Seg. Pública / Governo Civil (1877 / 1886)
46 - C. da Penha / Lar D. Pedro V (1720 / ≈1879)
47 - Antiga Escola de Maximinos (1881-1882)
48 - Antiga Escola de S. Lázaro (1882)
49 - Antiga Escola da Sé (1887)
50 - Antiga Escola da S. Victor (1889)
51 - Antiga Escola Industrial / C. de Nª Senhora da Torre (1891/1921)
52 - Convento do Carmo / Colégio de Dublin (1654-1692 / 1907-1911)
53 - C. do Salvador / Asilo da Mendicidade (1908/1915)
54 - Reserv. do Alto de Guadalupe (1909-1913)
55 - Theatro Circo (1911-1915)
56 - Serviços Municipalizados (≈1877 / 1914)
57 - Mercado da Praça do Município (1914-1915)
58 - Escola de S. João do Souto (1914)
59 - Cinema S. Geraldo (1916-1917 / 1948-1949)
60 - Edifício dos C.T.T. (1916-1923)
61 - Paço Arquiepiscopal - Casa do Tanque (1920)
62 - Teatro de S. Geraldo / B. de Portugal (1921)
63 - Sem. de Nossa Senhora da Conceição (1925)
64 - Fábrica de Gás / Matadouro Municipal (1856-1858 / 1929-1933)
65 - Liceu Nacional Sá Miranda / E. Secundária Sá Miranda (1929-1933)
66 - Paço de D. José de B. / Biblioteca (1744-1752 / 1930-1934)
67 - Paço Arq. (Séc XIV / Séc XV / Séc XVI / 1709-1713 / 1934-1940)
68 - Seminário Maior de Braga (1934 / 1977)
69 - Escola Comercial e Industrial (1906-1937)
70 - C. da Congregação / E. Comercial e Industrial (1687-1768 / 1936)
71 - Estádio Municipal de Braga / Estádio 1º de Maio (1946-1950)
72 - Conv. S. C. de Maria / E. Preparatória Dr. F. Sanches (1946 / 1973)
73 - Associação da Creche de Braga (≈1947-1951)
74 - Oficina S. José (1947-1951)
75 - Seminário de Santo António / Universidade Católica (1888 /1942-1947)
75 - Instituto Beato Miguel de Carvalho / Faculdade de Filosofia (1947 / 1967)
76 - Tribunal do Trabalho de Braga (≈1949)
77 - Banco do Minho / Caixa Geral de Depósitos (1949-1953)
78 - Escola de S. Lázaro (1953)
79 - Mercado Municipal (1953-1956)
80 - Escola Industrial / E. Secundária Carlos Amarante (1953-1958)
81 - Colégio D. Diogo de Sousa (1955-1965)
82 - Hospital Novo de S. Marcos / Escola de Enfermaria (1956-1961)
83 - Escola de São Victor (1957-1958)
84 - Escola de Maximinos (1960-1961)
85 - Escola da Sé (1960)
86 - Liceu Feminino / Escola Secundária D. Maria II (1960-1964)
87 - Edif. Nevarte Gulbenkian / Misericórdia de Braga (1961)
88 - Gare de Camionagem de Braga (1967-1975)
89 - Bombeiros Voluntários de Braga (1968-1977)
90 - Igreja e Centro Paroquial de S. Lázaro (1969)
91 - E. Preparatória André Soares (1971-1972)
92 - Central de Correios de Maximinos (1977)
93 - Escola Secundária Alberto Sampaio (1981) 94 - Escola Básica de S. Lázaro (1982)
95 - Mercado do Carandá (1983)
96 – Pav. de Exp. Desportos e Congressos (1987-1990)
97- Museu de Arqueo. D. Diogo de Sousa (1988-2003)
98 - C. de Santa Teresa / Asilo de São José (1742 / 1989-1997)
99 - Escola Básica do Carandá (1990-91)
100 – E. Básica Dr. Francisco Sanches (1990-91)
101 – Ass. Industrial do Minho (1991-1992)
101 - Palácio da Justiça (1992-1995)
102 - Centro Escolar do Fujacal (1992)

Figura 192 – Construção do Edifício das Repartições vendo-se ao fundo o antigo Aljube.

No início do século XX mantém-se o ímpeto profundamente reformista do ambiente urbano caracterizado sobretudo pelo rasgamento e regularização do tecido urbano pré-existente, sobretudo no núcleo medieval. O ritmo lento da transformação mantém-se com a progressiva conclusão de várias obras iniciadas no século anterior, como o processo de abertura da Rua Dom Afonso Henriques, cujo rasgamento chega em 1906 à zona da Igreja de S. João do Souto, forçando a demolição do Palácio dos Coimbras e da Escola de S. João do Souto. Para além da continuidade das obras projectadas no século anterior, assinala-se também nos primeiros anos do século XX o início de vários importantes projectos como sejam a regularização do Largo do Barão de S. Martinho. Este processo vai eventualmente dar lugar a um conjunto de outras importantes intervenções como a demolição do Castelo e o rasgamento da avenida entre o largo e S. João da Ponte, levando também à demolição do Convento dos Remédios.

O estado de ruína e abandono dos vários edifícios que ocupavam o Castelo, em contraste com a imagem de progresso no recém-construído Passeio Público, gerou um movimento que defendia a demolição completa da estrutura considerada obsoleta e insalubre. Apesar de contestado, o processo de demolição arrancou em festa no ano de 1905, com a presença do presidente da Câmara Municipal, o Governador Civil, o Administrador do Concelho, terminando em 1909. Apesar de em grande medida destruído, a contestação vai permitir a classificação da Torre de Menagem em 1910 como Monumento Nacional[417]. O processo de demolição do Castelo vai ser acompanhado simultaneamente pela transferência da cadeia para a zona do Monte Crasto finalizada por volta de 1908[418]. Com a demolição do Castelo inicia-se a construção no seu lugar de um edifício inicialmente concebido para acolher vários serviços e repartições públicas, como os correios ou as obras públicas. O Edifício das Repartições, do arquitecto J. Marques da Silva, teria já sido projectado com a pretensão de aplicar o seu desenho a todo o quarteirão, replicando o desenho das arcadas pré-existentes[419] que seriam assim integradas no novo edifício. A escala do projecto, com as subjacentes dificuldades de financiamento, vão comprometer o desenvolvimento da obra que se vai arrastar até 1937 sem que se completem os lados Norte, Este e Sul para os quais eram necessárias várias expropriações que iriam agravar ainda mais os custos da obra.

[417] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 375-376.
[418] Ibid. p. 373.
[419] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 150.

Figura 193 – Fachada do Convento dos Remédios.

Figura 194 – Fachada da antiga Igreja do Carmo.

O projecto da futura Avenida da Liberdade é realizado, em parte, sobre a antiga Rua das Águas. No entanto, a dimensão da avenida vai levar a partir de 1907 à destruição da parte do Oriental do Convento dos Remédios. Com o desenvolvimento do projecto o município decide demolir o restante convento para abrir uma rua transversal entre a avenida e o Largo dos Remédios, em parte sobre o espaço ocupado pela igreja para financiar as expropriações necessárias para o desenvolvimento da avenida para Sul através do loteamento do restante espaço do convento. A igreja e os restantes edifícios conventuais, sobre o Largo Carlos Amarante, são assim demolidos a partir de 1911.

Destacam-se ainda no início do século XX duas intervenções simultâneas nos antigos conventos do Carmo e do Salvador, ambas caracterizadas pela necessidade de enquadrar e actualizar as estruturas pré-existentes dos antigos conventos. A igreja do antigo Convento do Carmo, de perfil modesto, encontrava-se no início do século em perigo de ruína. Este facto terá motivado a Ordem dos Frades Carmelitas Descalços a procurar vários projectos para a construção de uma nova fachada para o templo. O projecto escolhido, do arquitecto João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, previa uma ruptura com o perfil humilde da antiga fachada através da construção de uma monumental torre sineira no centro da composição[420]. As obras vão ter início em 1908, decorrendo a um ritmo lento até à sua conclusão em 1911. As antigas dependências conventuais utilizadas como Hospital Militar são, também no início do século XX, vendidas em hasta pública e adquiridas por Francisco José Ferraz que as cede à fundadora do Colégio de Dublin. O edifício é então readaptado para acolher o colégio que se instala no local em 1918[421]. O antigo Convento do Salvador onde estava agora localizado o Asilo da Mendicidade, encontrava-se em estado de eminente ruína. Visitado em 1908 por José Francisco Correia, Conde de Agrolongo e José António de Araújo Barbosa, estes beneméritos tomam a decisão de apoiar conjuntamente a construção de um novo edifício no local. O projecto, também da autoria de João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, é iniciado em 1908 com a demolição de uma parte significativa do conjunto pré-existente no lado Oeste, substituindo-o por uma nova ala. Entre 1912 e 1916 decorrem as obras de construção da ala Oriental, mantendo o claustro maneirista e a igreja, cuja fachada foi reconstruída[422].

---

[420] Martins, R. M. M. (2010). *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) : arquitectura e urbanismo*. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Universidade do Porto. p. 21-23.

[421] Mendes, F. (1994). *Guia de Braga turístico e histórico*. Edições Nova Cultura. p. 100

[422] Martins, R. M. M. (2010). *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) : arquitectura e urbanismo*. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Universidade do Porto. p. 29-35.

A partir de 1910 a cidade entra num curto período de acentuada transformação urbana em parte consequência da proclamação da República. Na sequência da promulgação em 1911 da "Lei da Separação do Estado das Igrejas" o estado vai tomar posse de vários edifícios detidos pelos arcebispos no centro da cidade, nomeadamente do antigo Paço Arquiepiscopal, do qual é expulso o arcebispo D. Manoel Baptista da Cunha (1899-1913). O Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e o Seminário de Santo António são ocupados pelos militares e adaptados a quartel, enquanto o Colégio do Espírito Santo vai acomodar o hospital militar.

É assim que com a proclamação da Républica os municípios ganham uma renovada autonomia administrativa, com vantagens para a contratação de empréstimos, que permitem que o Presidente da Câmara de Braga entre 1913 e 1915, o Tenente-coronel Lopes Gonçalves, encete no seu curto mandato a realização de vários equipamentos e serviços há muito ambicionadospela cidade. Braga passará a ter, finalmente, abastecimento de água ao domicílio; energia termo-eléctrica; um novo sistema de transportes urbanos: os eléctricos; um novo mercado coberto em ferro, edificado na Praça do Município; serviços municipalizados; o arranque da obra de um novo hospital; um grande teatro – o Teatro Circo –; a substituição do Passeio Público para dar lugar à nova Avenida Central[423]; e dando-se início à construção de um bairro operário, que nunca se veio a concluir.

A construção de um reservatório de água abastecido pelo rio Cávado na zona de Guadalupe fora um dos projectos previstos pelo município, desde 1880. Se o abastecimento de água à cidade e aos seus vários chafarizes e fontanários tinha, até ao século XX, sido garantido pelo Aqueduto das Sete Fontes, o caudal desta infraestrutura era cada vez mais insuficiente para garantir as necessidades da cidade, sobretudo após a constituição de uma rede de abastecimento doméstica. Assim, em 1907, é aprovado um plano de abastecimento de água e, entre 1909 e 1913, são construídos os Reservatórios do Alto de Guadalupe assim como a canalização de abastecimento à cidade[424]

[423] Oliveira, E. P., Souto Moura, E., & Mesquita, J. (1982). *Braga – Evolução da Estrutura Urbana*. Câmara Municipal de Braga,.
[424] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. pp. 323-325.

Figura 195 – Fachada do Theatro Circo por volta de 1915.

Figura 196 – Antigo Mercado do Ferro, demolido em 1956.

A demolição do Convento dos Remédios vai permitir a construção do Theatro Circo. O edifício tem a sua origem num conjunto de cidadãos que a partir de 1906 procura a construção de um novo e moderno edifício de espetáculos que assegure melhores condições do que o – então já – pequeno Teatro São Geraldo. O rasgamento da futura Avenida da Liberdade vai oferecer tanto uma localização privilegiada para um equipamento deste tipo como, através da destruição do Convento dos Remédios, um conjunto de terrenos disponíveis para a construção de um edifício de grandes dimensões. O novo teatro, também da autoria de João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, é construído entre 1911 e 1915, virando a sua fachada principal para a nova avenida, enquanto no interior do edifício se instalava um grande átrio e uma ampla sala de espetáculos circular com 21 metros de diâmetro e capacidade para aproximadamente 1.500 pessoas [425].

A Companhia Carris Ascensor tinha lançado já em 1905 um concurso para substituir por composições elétricas, os incómodos comboios a vapor urbanos que ligavam através da cidade a Estação de Caminho de Ferro ao Santuário do Bom Jesus. O sistema seria inaugurado em 1914[426], adaptando-se o espaço dos Serviços Municipalizados na Rua de Cardoso Avelino para acomodar os necessários geradores elétricos, e construindo-se no mesmo local o depósito ou *rémise*. Também em 1914 o desenvolvimento das obras no Largo de Santa Cruz, junto da Igreja de S. João do Souto, leva ainda à reconstrução da Escola de S. João do Souto[427].

O município tinha já desde 1911 equacionado a construção de um novo mercado fechado na Praça do Município, substituindo os alpendres que então ocupavam o seu topo Oriental. É então, em 1913, que o presidente da Câmara, Tenente-Coronel Lopes Gonçalves, assegura um empréstimo substancial para a realização da empreitada. A obra é iniciada em 1915[428] segundo projecto de João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, decorrendo por cerca de um ano até à sua inauguração em 1916. O edifício adopta uma configuração típica para a época, inspirando-se nos modelos dos grandes mercados de ferro, como o Mercado da Praça da Figueira, mas com uma a configuração trapezoidal, adaptada ao desenho da Praça do Município.

---

[425] Martins, R. M. M. (2010). *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) : arquitectura e urbanismo*. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Universidade do Porto. p. 41-50.
[426] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 58-59.
[427] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 418.
[428] Ibid. p. 480-482.

Figura 197 – Edifício dos CTT de Braga.

O Edifício das Repartições na Rua do Castelo teria acolhido os correios e telégrafos, mas a incapacidade em concluir esta obra vai obrigar o município a procurar alternativas mais acessíveis que se vão finalmente materializar com prolongamento da obra Avenida da Liberdade para Sul e a resultante incorporação de terrenos pertencentes ao antigo Convento dos Remédios. É nesta zona, a Sul do Teatro Circo que vai ser iniciada a construção do Edifício dos CTT entre 1916 e 1923[429], segundo projecto de inspiração "à francesa" e de teor eclético, realizado também por João de Moura Coutinho de Almeida de Eça.

Nas traseiras do Teatro-Circo, com fachada para o Largo dos Remédios, é construído entre 1916-1917 o Salão Recreativo Bracarense[430]. O edifício possuía um um amplo salão central, com palco, plateia, galerias e camarotes, permitindo a realização de vários eventos que não seriam tão facilmente acomodados no Teatro-Circo, como conferências, recitais, exposições, sessões cinematográficas, banquetes, bailes ou festas.

Como consequência das expropriações anticlericais realizadas após a instalação da Primeira Républica, as principais instituições religiosas da cidade procuram nos anos seguintes consolidar-se. Neste sentido, o arcebispo D. Manuel Vieira de Matos (1915-1932) inicia um processo de procura de novos espaços para acolher os vários serviços da arquidiocese, adquirindo para esse fim os terrenos da Casa do Tanque. O antigo solar de meados do século XVII é quase integramente reconstruído até à transferência dos serviços do arcebispado em 1920, para se transformar em novo Paço Arquiepiscopal. Junto aos terrenos da Casa do Tanque o antigo recolhimento de S. Domingos da Tamanca é também neste momento parcialmente demolido para adaptar o Seminário de Nossa Senhora da Conceição, inaugurado em 1925.

A lenta decadência do antigo e pequeno Teatro S. Geraldo provocada pela inauguração do Teatro-Circo em 1915 vai culminar com a sua extinção e a consequente venda do edifício ao Banco de Portugal. Em 1921 o Banco de Portugal decide demolir o antigo teatro para erguer um novo edifício sede, sob projeto de Almeida de Eça, que junto ao Banco do Minho vai consolidar a zona como um dos centros financeiros da cidade.

[429] Ibid. p. 497-498.
[430] Ibid. p. 453.

Figura 198 – Antigo Palácio dos Coimbras no lado Sul da antiga Rua das Travessas.

Figura 199 – Obras de construção do Palácio dos Coimbras no lado Norte do Largo de Santa Cruz.

O liceu de Braga funcionava desde o 1845 em condições precárias no antigo Convento dos Congregados, partilhando as instalações com a biblioteca e o Governo Civil. Ao longo da sua história foram surgindo vários planos para relocalizar o liceu noutros edifícios ou em instalações próprias construídas para o efeito. No período posterior à proclamação da República com expropriação do Colégio de S. Francisco, este torna-se no local ideal para acolher o liceu da cidade. O edifício possuía laboratórios de disciplinas físico-químicas e ciências-naturais assim como teatro, ginásio e amplas salas de aulas, ou seja, revelava características formais e espaciais, com excelentes condições para acolher o programa escolar. O processo de expropriação litigiosa vai arrastar-se ao longo de vários anos culminando com a transferência do Liceu Nacional Sá Miranda para as novas instalações em 1921. O edifício vai ser alvo uma importante campanha de melhoramento, entre 1929 e 1933, com pequenas intervenções realizadas ainda nos anos 40[431]. Com a saída do liceu do antigo Convento dos Congregados instalou-se, em 1921, no espaço ocupado pelo liceu a Escola do Magistério Primário de Braga.

Nos terrenos em redor da Casa do Tanque onde tinha sido construído o novo Paço Arquiepiscopal assim como o vizinho Seminário de Nossa Senhora da Conceição é iniciado, por volta de 1921, o Seminário Maior, inaugurado em 1934. Simultaneamente o Seminário de Nossa Senhora da Conceição ou Seminário Menor sofre também obras de ampliação, com a construção de vários novos corpos e de uma grande igreja na zona posterior. A zona da Casa do Tanque, relativamente marginal à cidade, vai assim gradualmente constituir-se como principal ponto de concentração das instituições religiosas, que se procuravam reconstituir após as depredações realizadas no seguimento da proclamação da República.

Em 1924 as elaboradas cantarias manuelinas do antigo Palácio dos Coimbras que tinham sobrevivido à demolição do edifício são remontadas junto à Igreja de S. João do Souto, construindo-se para o efeito um pequeno edifício, segundo projecto do arquiteco José da Costa Vilaça[432], que recriava a memória do antigo palácio. Esta tentativa de preservar a memória e identidade de um edifício notável é de algum modo uma ruptura com a predominante destruição das estruturas antigas, estratégia que até então tinha dominado as intervenções no tecido urbano da cidade.

[431] Ibid. p. 425-426.
[432] Vasconcelos, M. d. A. J. d. (1995). A Casa dos Coimbras. *Forum, 18*, 63-80. p. 66.

Figura 200 – Ala medieval do paço antes da intervenção da DGEMN (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Figura 201 – Ala medieval do paço após a intervenção da DGEMN (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico)

Em 1926 detona em Braga a *revolução nacional* comandada pelo General Gomes da Costa, que se vai propagar a várias cidades portuguesas culminando num golpe de estado que termina com a Primeira República. O movimento surge a partir de Braga como consequência de um congresso mariano que tinha reunido na cidade as principais figuras do conservadorismo católico, que ainda ressentido com o anticlericalismo persecutório da Primeira República, instala um novo regime, conservador e nacionalista, que viria depois a autointitular-se o Estado Novo.

Na periferia da cidade é em 1929 iniciado o processo de adaptação da antiga Fábrica de Gás para acolher o Matadouro Municipal. O projecto implica não só a adaptação dos edifícios existentes, mas também a terraplanagem do espaço e a construção de novos edifícios terminando por volta de 1933 originando o que foi à época considerado um dos mais modernos matadouros do país[433].

O carácter nacionalista do novo regime vai reflectir-se numa maior preocupação pela preservação e promoção dos monumentos enquanto elementos de afirmação da identidade nacional, constituindo-se em 1930 a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Uma das primeiras intervenções da instituição vai ser realizada no antigo paço, que após a proclamação da República tinha sido anexado ao património do Estado e para o qual se pretendia transferir a Biblioteca Pública de Braga e o Museu D. Diogo de Sousa (fundado em 1918). Apesar desta ambição, o paço permaneceu ocupado como Quartel Geral da 8ª Divisão até 1927, altura em que é finalmente cedido ao município[434]. Entre 1930 e 1934 a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procede à reconstrução da ala barroca de D. José de Bragança, descobrindo nas traseiras do edifício uma inesperadamente bem conservada estrutura dos séculos XIV e XV encoberta por construções posteriores. A intervenção vai estender-se até 1954, incidindo sobre a ala medieval do paço e procedendo à demolição de todos os elementos considerados dissonantes de uma especulativa, idílica e cenográfica imagem do edifício "original" que se procurava restituir, ou antes, construir, segundo preceitos mono-estilísticos, que caracterizaram muitos dos trabalhos daquela Direcção Geral. A esta intervenção no paço vai seguir-se, sensivelmente no mesmo período, uma intervenção de restauro do claustro da Sé Catedral de Braga semelhante em critério, e por isso procurando restituir a suposta imagem medieval através da demolição de elementos pertencentes a outras épocas, a favor da imagem "pura" que se pretendia revelar do edifício.

[433] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 395-396.
[434] Ibid. pp. 443-444.

A Companhia de Jesus tinha regressado a Braga em 1875, apenas para ser novamente expulsa com a proclamação da República em 1910. Com a estabilização do ambiente político nacional em termos mais favoráveis, os jesuítas regressam novamente à cidade em 1934, estabelecendo na Rua de S. Barnabé o Instituto Beato Miguel de Carvalho para o estudo da Filosofia. Os estudos de Filosofia seriam em 1942, uma área de formação do Ministério da Educação como "Curso Superior de Ciências Filosóficas" e em 1947 o instituto é elevado a Faculdade Pontifícia. Com esta promoção o antigo Seminário de Santo António e São Luís Gonzaga é adaptado para acolher os estudantes do curso superior sofrendo obras de ampliação e adaptação em Colégio Académico.

A demolição parcial do Castelo de Braga em 1909 tinha dado lugar, como se viu, à construção no local de um novo edifício com o objectivo de acolher vários serviços e repartições públicas. O arrastar da obra durante vários ano, até à sua conclusão em 1936[435], vai levar a que o propósito inicial do edifício fosse alterado, tendo este sido utilizado para acolher a antiga Escola Industrial Frei Bartolomeu dos Mártires. A escola estava instalada no Solar da Torre no Largo Paulo Osório desde o final do século XIX, sofrendo desde a sua criação de falta de instalações adequadas, por não dispor de espaços para a montagem de oficinas ou mesmo de salas de aula em número suficiente para acolher o crescente corpo de alunos. Agora passava a desfrutar de uma excelente localização, com amplas salas de aulas. Apesar da qualidade do novo edifício, o seu desenho original para alojar repartições públicas não previa os necessários espaços ao funcionamento da escola industrial. nomeadamente espaços de oficinas. A Escola Industrial Frei Bartolomeu dos Mártires tomou assim as instalações parcialmente construídas para a instalação desta escola no Convento dos Congregados em 1880, realizando-se uma profunda reformulação do edifício a partir de 1936[436], para concluir a ala destinada às oficinas.

Em 1932 com a chegada de Duarte Pacheco ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações as obras públicas e o planeamento urbano transformam-se num veículo privilegiado de afirmação ideológica. Neste contexto é aprovado o Decreto-Lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934, obrigando as câmaras municipais a elaborarem planos gerais de urbanização.

[435] Ibid. pp. 427-429.
[436] Ibid. p. 429.

Figura 202 – Fragmento da Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de Braga.

Étienne De Gröer é convidado em 1938, primeiro para orientar o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, acabando por realizar ante-planos ou planos de urbanização para várias cidades portuguesas nos anos seguintes. Braga vai também solicitar a De Gröer em 1941 a realização do "Plano de Urbanização Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga", que vai constituir o primeiro instrumento urbanístico da cidade, permitindo a realização de políticas urbanas de um modo objectivo e sistemático nos anos seguintes, apesar da sua natureza transitória à qual faltou o documento final conclusivo[437].

No plano de Braga De Gröer faz uma essencialmente uma distinção entre duas realidades, a cidade histórica existente, e a zona periférica onde se realizará o futuro crescimento urbano. Sobre a cidade existente, De Gröer elogia a sua estrutura de ruas estreitas medievais, considerando que o tecido urbano do centro histórico é um "verdadeiro tesouro de arte"[438] e que se deve manter, evitando intervenções que lhe alterem a sua essência para além de pontuais operações de demolição de quarteirões e edifícios insalubres por falta de ventilação ou de exposição solar[439]. Sobre a zona periférica, De Gröer, considera que esta é dominada por um desenvolvimento tentacular com edifícios construídos ininterruptamente ao longo das principais ruas de saída, mas com um amplo território urbano livre apto a ser urbanizado, levando-o a afirmar que a cidade possuía condições excepcionais[440]. O plano propõe um zonamento da cidade que distingue a habitação, as áreas comerciais, industriais, os espaços livres públicos e uma zona rural que rodeia toda a cidade ao longo de um raio de 4.5 km[441]. As zonas de habitação são divididas em habitações colectivas e agrupadas, habitações individuais em grandes lotes, habitações individuais e agrupadas e habitações operárias. As zonas comerciais distinguem-se em dois grupos, a zona comercial central, de car´scter misto, correspondente ao centro histórico da cidade, e as zonas comerciais locais, localizadas junto às novas zonas habitacionais na periferia urbana. As zonas industriais são divididas em três tipos, todas na periferia mais afastada do centro da cidade, sendo a maior destas áreas na zona Sudoeste junto do caminho de ferro.

---

[437] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 152.
[438] Coelho, A. M. O. (2020). *O Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da cidade de Braga – Étienne de Gröer, 1941/46*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 81.
[439] Ibid. p. 67-69
[440] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 159.
[441] Coelho, A. M. O. (2020). *O Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da cidade de Braga – Étienne de Gröer, 1941/46*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 77.

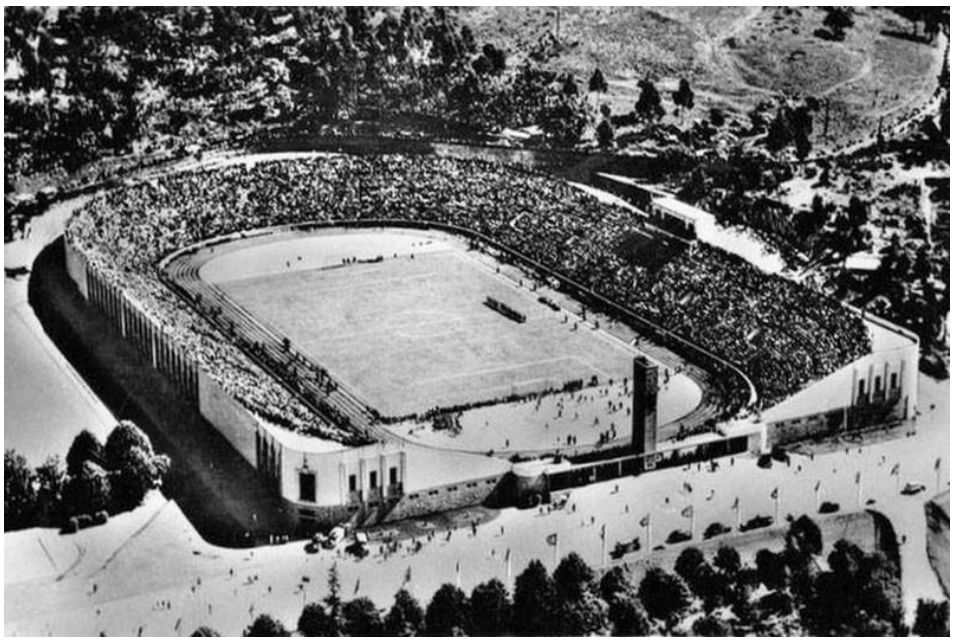


Figura 203 – Vista aérea do estádio.

Figura 204 – Pórtico de entrada do estádio e área das Bancadas e da tribuna.

As diferentes zonas na área de expansão da cidade são organizadas por uma estrutura composta segundo os princípios da cidade-jardim, com grandes quarteirões limitados por uma rede viária coerente e estruturada segundo uma hierarquia de vias principais ou avenidas, ruas secundárias e impasses. No interior dos quarteirões são posicionados os principais equipamentos urbanos acessíveis através de impasses ou pequenas ruas locais. Da estrutura viária proposta salienta-se a configuração de uma grande avenida circular com 20m de secção unindo as cinco principais entradas da cidade, e que permitiria desviar o trânsito de passagem do centro da cidade, facilitando os difíceis percursos interiores e ao mesmo tempo contribuindo para a salvaguarda do tecido urbano e do património histórico do centro.

Apesar do seu carácter não vinculativo e provisório, nunca continuado com a publicação da versão definitiva, vários elementos do plano vão ser seguidos pelo município durante os anos seguintes, funcionando este instrumento como principal elemento orientador do desenvolvimento da cidade na segunda metade do século XX. A continuidade de algumas das ideias inicialmente apresentadas neste plano é atestada por exemplo pela proposta de criação de uma zona verde e de equipamentos desportivos no Funjacal concretizada com a construção do Estádio 1º de Maio em 1950 [442] ainda que numa localização ligeiramente diferente, ou ainda pelo encerramento da circular interna já em 1999[443].

Nos anos 40 o ambiente político de consolidação do Estado Novo vai dar lugar à criação de uma série de edifícios celebrando o regime um pouco por todo o país. Em Braga o exemplo mais notável desta tendência é o processo de estudo para a construção de um Estádio Municipal, iniciado em 1944 com a constituição de uma comissão municipal para o efeito. A comissão seguia os exemplos dos outros regimes fascistas europeus, assim como do Estádio do Jamor, também de 1944 ou ainda o recinto proposto no plano de urbanização da cidade de Braga de 1942 por Etienne de Groer. Escolhida a localização junto ao Parque da Ponte, a obra arranca em 1946 com a preparação do terreno e dos acessos, dando-se por concluída em 1950[444]. O arquitecto João Simões concebe o edifício com elementos marcantes, inspirado nos estádios da antiguidade clássica e com uma planta em U e com o topo Norte aberto para uma entrada monumental.

[442] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 170.
[443] Ibid. p. 152.
[444] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 456-459.

Na década de 40 assiste-se a uma consolidação de várias instituições religiosas que, após os reveses de 1910, procuram estabelecer na cidade polos de ensino com vocação religiosa em alternativa às escolas do estado. As Religiosas do Sagrado Coração de Maria, presentes na cidade pela primeira vez entre 1876 e 1910, regressam à cidade em 1926, fundando em 1946 um colégio na Rua D. Pedro V com o propósito de educar jovens mulheres e crianças. O edifício do Colégio do Sagrado Coração de Maria adapta um palacete oitocentista pré-existente como núcleo da nova construção, adicionando-lhe nos dois alçados laterais e no alçado posterior três alas para gerar uma grande construção em forma de E. O edifício mantém assim a fachada do palacete e o seu grande escadório de acesso como elemento central da composição, à qual se justapõem as alas do colégio. Fundada em 1889 pelo Arcebispo António José de Freitas Honorato (1883-1898) e um grupo cidadãos bracarenses, a Oficina S. José foi constituída com o intuito de dar resposta ao problema da educação de crianças do sexo masculino em situação de abandono, orfandade, ou situações de fragilidade social e pobreza, promovendo a aprendizagem profissional de ofícios. Graças a apoios da arquidiocese e do município esta instituição adquire no final dos anos 40 um espaço na Rua do Raio onde é construído entre 1947 e 1951 o actual edifício. Destaca-se ainda neste contexto a construção pela diocese do actual edifício do Tribunal do Trabalho, construído em finais dos anos 40 no Rossio da Sé para albergar vários serviços de apoio à diocese[445].

Também no final dos anos 40, nas traseiras do Teatro-Circo, o espaço originalmente designado como Salão Recreativo Bracarense sofre entre 1948 e 1950 uma reformulação profunda para ser transformado numa sala de cinema, rebatizada como Cinema São Geraldo. O projeto de renovação, a cargo do engenheiro Raul Subtil, constrói um novo espaço interior segundo uma linguagem de expressão moderna, com 800 lugares distribuídos por plateia e balcão, mantendo, porém, a fachada original.

A Caixa Geral de Depósitos, instalada desde 1915 num palacete de meados do século XIX na Avenida Central, adquire em 1937 a antiga sede do Banco do Minho. As novas instalações sofrem uma reformulação profunda entre 1949 e 1953 realizada pelo arquitecto António Maria Veloso Reis Camelo que mantem a implantação e alguns elementos do edifício pré-existente no coroamento da nova fachada em "estilo" Português Suave.

[445] Ibid. p. 371.

O município começa a partir de 1934 a estudar a transferência do Mercado da Praça do Municio para outra localização, procurando construir um novo mercado moderno, adequado às recentes exigências de higiene. A decisão da construção de um novo Mercado Municipal na Praça do Comércio data, porém, apenas de 1952, tendo o projecto sido entregue ao arquitecto Alberto Pereira da Cruz, que desenhou um edifício amplo, organizado em torno de um grande pátio central que mantinha o fontanário pré-existente e o conjunto arbóreo, permitindo várias entradas independentes para o público e para abastecedores, tendo as obras decorrido entre 1953 e 1956[446].

A cada vez maior população estudantil da Escola Comercial e Industrial de Braga, localizada na Rua do Castelo desde 1936 torna urgente a construção de um novo edifício, sobretudo após a adição do ensino comercial que aumentou substancialmente o número de alunos. Com a construção do novo edifício entre 1954 e 1958, as duas valências matriciais da escola são divididas, transferindo-se para as novas instalações a componente técnica e mantendo-se no edifício da Rua do Castelo a componente do ensino comercial[447]. Esta divisão vai estar na origem de duas importantes escolas da cidade, a Escola Técnica Elementar Bartolomeu dos Mártires e a Escola Comercial Carlos Amarante.

Dada a desadequação do plano elaborado por De Gröer às novas exigências de planeamento e legislação aplicados no final da década de 40, o município contrata em 1955 o engenheiro Miguel Rezende para elaborar o Plano Regulador da Cidade[448]. O plano é apresentado em 1958 com o nome Plano de Urbanização Sul de Braga reduzindo a sua zona de aplicação aos terrenos que existiam entre a zona da Rua do Raio e o rio Este, marcada pela abertura da Rodovia, uma aplicação parcial da circular prevista no plano de De Gröer[449]. Entre os anos 50 e 60 é nesta zona que se vai verificar um maior crescimento urbano, sustentado pelo surgimento ao longo dos anos 50 e 60 de uma série de importantes equipamentos públicos, sobretudo escolares. Nas restantes áreas urbanas não abrangidas pelo novo plano as decisões do município vão seguir as determinações do Anteplano de Urbanização de De Gröer[450].

---

[446] Ibid. p. 484-486.
[447] Ibid. p. 430.
[448] Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 217.
[449] Ibid. p. 176.
[450] Ibid. p. 235.

A partir dos anos 50 é realizado no investimento substancial no ensino básico da cidade com a construção das Escolas de S. Lázaro S. Victor, Sé e Maximinos. Em 1953 é inaugurada a nova Escola de S. Lázaro junto do Liceu Feminino / Escola Secundária D. Maria II. A escola pertence ao conjunto das escolas do Plano dos Centenários tendo a sua localização sido prevista já no âmbito do Anteplano de Urbanização de 1942[451]. Entre 1957 e 1958 é construída a nova Escola de S. Victor segundo projecto de Oldemiro Carneiro, junto à Escola Industrial /Escola Secundária Carlos Amarante. Tanto Escola de S. Lázaro como a Escola de S. Victor são na zona Oriental, num dos eixos prioritários de expansão da cidade à época. Para além destas duas escolas é também construída, na zona das Carvalheiras a Escola da Sé, cuja obra estava pronta em 1960. O alargamento da Rua de Caires ditaria também o fim da antiga Escola de Maximinos, reconstruída entre 1960 e 1961 na Rua Pêro Magalhães Gondavo segundo projecto do Arquitecto Oldemiro Carneiro[452].

Nos anos 50 prossegue o crescimento das instituições religiosas na cidade com apoio da arquidiocese, destacando-se a implantação do Colégio D. Diogo de Sousa e a Associação Creche de Braga. O Colégio D. Diogo de Sousa, é fundado em 1949 por um conjunto de cidadãos e clérigos bracarenses, que procuravam assim recuperar a tradição do ensino particular de vocação religiosa na cidade. Após funcionar por vários anos num edifício Rua Dr. Domingos Soares, em 1954 o colégio é adquirido pela arquidiocese e, em 1955, são iniciadas obras de construção de um novo edifício na Rua Conselheiro Bento Miguel segundo projecto do Engenheiro Alegria Martins. O colégio entra em funcionamento em 1956. No entanto, as obras no corpo principal do edifício vão prolongar-se até 1965, com a construção de um corpo dedicado ao ensino pré-escolar e básico em 1983. Assinala-se ainda neste período a construção do edifício sede da Associação Creche de Braga fundada em 1915 pelo cónego D. João Cândido de Novais e Sousa para oferecer apoio e acolhimento de crianças em idade pré-escolar substituindo o papel da creche que existia até 1907 no Convento dos Remédios sob a orientação da Franciscanas Missionárias de Maria.

Entre 1956 e 1959 é construído um novo bloco de internamento no Hospital de S. Marcos, segundo projecto do arquitecto João de Barros Vasconcelos Esteves, ligando-se por uma galeria coberta ao velho edifício. A Sul deste bloco é construído entre 1960 e 1961 um novo edifício denominado Hospital Novo de S.

[451] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 416.
[452] Ibid. p. 417-418.

Marcos ou Pavilhão Sul, em regime de colaboração e comparticipação entre a Santa Casa da Misericórdia e o Estado. Durante o mesmo período é também construída na mesma área uma Escola de Enfermagem. Em conjunto com o processo de ampliação do Hospital de S. Marcos é construído em 1961, segundo projecto do arquitecto Agostinho Ricca, o edifício Nevarte Gulbenkian com o propósito de acolher as alunas que frequentavam a Escola de Enfermagem. A partir de 1977, com a oficialização da Escola de Enfermagem, o edifício passou a admitir jovens estudantes, funcionárias públicas, enfermeiras e, depois de 1992, passando a funcionar como Lar de Terceira Idade da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

O crescente número de estudantes femininas do Liceu Nacional Sá Miranda dificultava cada vez mais a manutenção do ensino segregado numa só instalação, tornando necessária a construção de um novo liceu dedicado exclusivamente corpo estudantil feminino. Em 1960 é iniciada a construção do Liceu Feminino de Braga, futura Escola Secundária D. Maria II, inaugurado em 1964 pelo Presidente da República[453].

Em 1967 a Faculdade Pontifícia que funcionava no antigo Instituto Beato Miguel de Carvalho é declarada, pelo decreto *Lusitanorum nobilissima gens*, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa. Com esta promoção é também construído em 1967 um novo edifício justaposto à face Norte do antigo Instituto Beato Miguel de Carvalho.

No que toca a funções de mobilidade, cabe sinalizar que as empresas que operavam os transportes viários interurbanos da cidade tinham o seu *términus* obrigatório no topo nascente da Praça Conde Agrolongo, antigo Campo da Vinha, transformando-a numa central de camionagem ao ar livre. A ambição de transformar este espaço urbano num ponto mais cosmopolita vai levar o município a procurar uma outra localização para este equipamento. O projecto de construção da Gare de Camionagem vai decorrer lentamente, a partir de 1967, condicionada pelas expropriações e demolições necessárias à construção do edifício e dos seus acessos, sendo inaugurada apenas em 1975[454].

[453] Ibid. p. 427.
[454] Ibid. p. 501-504.

Figura 205 – Casas de Renda Económica na Avenida da Liberdade durante a década de 1960.

Figura 206 – Antiga Igreja de S. Lázaro na Avenida da Liberdade.

Por seu lado, os bombeiros voluntários da cidade, instalados em vários espaços, irão beneficiar em 1954 da doação de um terreno no Largo Paulo Osório pelo muncípios. As obras do Quartel dos Bombeiros Voluntários teriam sido iniciadas em 1968, dando-se a inauguração do novo edifício por volta de 1977[455].

No início dos anos 70 as reformas no sistema de ensino vão dar lugar ao surgimento do Ensino Preparatório, cujo reflexo na cidade de Braga se vai fazer sentir através do surgimento de duas escolas preparatórias. A Escola Preparatória André Soares implantada em edifício próprio construído entre 1971 e 1972[456] nos terrenos a leste da Avenida da Liberdade, junto ao Bairro Araújo Carandá, e a Escola Preparatória Dr. Francisco Sanches, que vai ocupar em 1973 o espaço do antigo Colégio Sagrado Coração de Maria junto à Igreja de S. Victor. Em 1972 é extinta a antiga Escola Comercial Carlos Amarante e em sua substituição fundada a Escola Comercial Alberto Sampaio, na mesma localização na Rua do Castelo.

Na zona da Avenida da Liberdade permanecia o tecido que constituía a antiga Rua das Águas a Igreja de S. Lázaro e alguns edifícios contíguos, que aliás se interpunham no alinhamento da nova avenida. Apesar de prevista, desde 1968, a demolição da igreja, esta será apenas realizada no final de 1974[457]. Apesar de se ter ponderado a remontagem da antiga igreja, a decisão acabou por recair na construção de um novo edifício de maiores dimensões e capacidade de apoio à comunidade com a designação de Igreja e Centro Paroquial de S. Lázaro, construídos segundo projecto de José Maya Santos entre 1967 e 1982 [458].

Face às novas necessidades os Correios e Telecomunicações de Portugal vão nos anos 70 procurar ampliar o edifício na Avenida da Liberdade. No entanto, a consolidação do tecido urbano envolvente ao edifício dos CTT exigia um investimento substantivo de aquisição e construção de um novo edifício no mesmo espaço. É assim tomada a decisão de relocalizar os CTT num novo local na periferia da cidade, construindo-se na zona de Maximinos, junto à Igreja de S. Pedro a Central de Correios de Maximinos em 1977[459].

---

[455] Ibid. pp. 381-382.
[456] Ibid. p. 431.
[457] Silva, D. M. S. (2021). *Avenida da Liberdade. Uma história urbana da Primeira República à Democracia*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra. p. 101.
[458] Cunha, J. P. F. G. A. d. (2014). *O MRAR e os anos de ouro na arquitetura religiosa em Portugal no século XX. A ação do movimento de renovação da arte religiosa nas décadas de 1950 e 1960*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, com a especialização Teoria e História, apresentada na Universidade de Lisboa. p. 324.
[459] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 498.

Figura 207 – Plano de Reestruturação do Território Municipal (Silva, 2021)

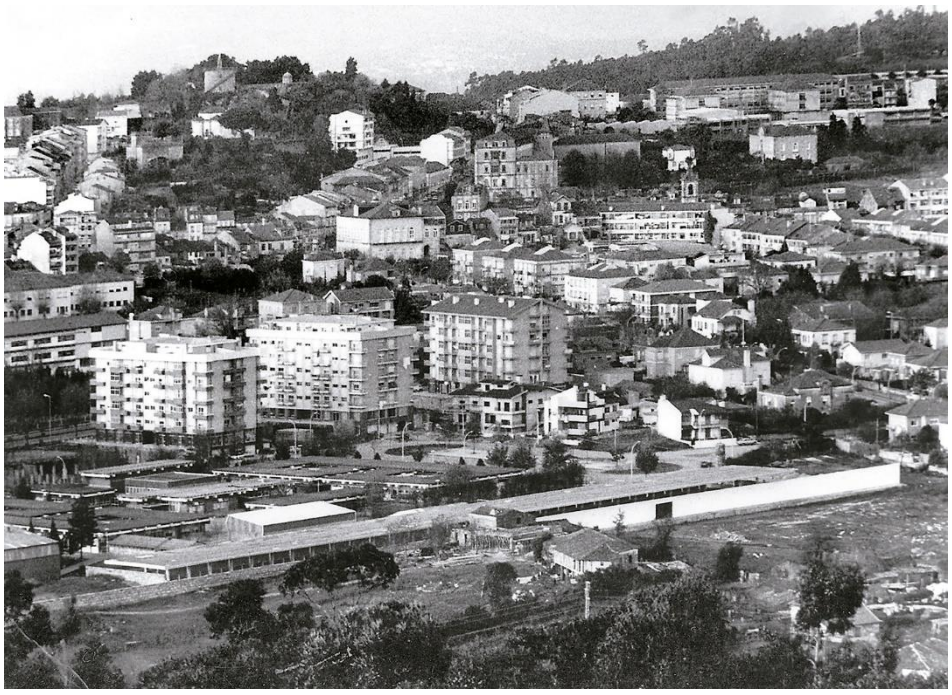


Figura 208 – Mercado do Carandá (Manuel Magalhães)

A queda do Estado Novo em 1974 vai provocar nos anos seguintes uma reformulação do ensino público com o objectivo de facilitar o acesso a mais estudantes. Neste sentido é realizada em 1978 a unificação do ensino secundário, adaptando-se a antiga Escola Industrial que passa a Escola Secundária Carlos Amarante, e a antiga Escola Comercial Alberto Sampaio, por sua vez denominada Escola Secundária Alberto Sampaio. A constituição da Escola Secundária Alberto Sampaio, no antigo Edifício das Repartições, construindo no início do século na Rua do Castelo, torna ainda mais evidente a falta de condições do mesmo. Este problema aliado à crescente sobrelotação das outras escolas secundárias da cidade, vai resultar na transferência da escola para um novo edifício de maiores dimensões construído em 1981, junto da Avenida Dr. Porfírio da Silva[460]. No ano seguinte, em 1982, é também construída a Escola Básica de S. Lázaro junto ao anterior Jardim de Infância de S. Lazaro, segundo a tipologia P3 de origem escandinava, de resto, construídas um pouco por todo o país e que procuravam oferecer uma alternativa actual às escolas construídas através do Plano dos Centenários.

Nos anos 80 dá-se um significativo incremento no crescimento da população urbana, que aliado ao compromisso político do Estado democrático em conceder habitação condigna a uma parte significativa da população que vivia em condições precárias durante o Estado Novo, vai forçar à realização de medidas urgentes de apoio à habitação. Em Braga o município vai procurar aumentar o parque habitacional da cidade para os terrenos expectantes a Sul da Avenida João XXI (antiga Rodovia), através do Plano de Reestruturação do Território Municipal (1982). A urbanização desta zona, correspondente à várzea do rio Este, incluía também uma série de espaços destinados à atividade comercial e industrial, assim como a construção de novos equipamentos públicos como o tribunal, escolas e um complexo desportivo, alguns dos quais previstos já o plano elaborado por a De Gröer nos anos 40. Para além ocupação destas áreas livres e disponíveis o município promoveu ainda a construção de uma série de novos bairros de habitação social na periferia de Braga, para alojar famílias em condições precárias: o Bairro Social das Enguardas (1978), o Bairro Social da Santa Tecla (1979) e o Complexo Habitacional do Picoto (1998)[461].

[460] Ibid. p. 430-431.
[461] [461] Silva, D. M. S. (2021). *Avenida da Liberdade. Uma história urbana da Primeira República à Democracia*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra. p. 135-139.

No início dos anos 80 é projectada a construção de um novo mercado para servir a emergente zona Sul da cidade entre a Avenida da Liberdade e a Avenida 31 de Janeiro. O projecto do arquitecto Eduardo Souto de Moura para o novo Mercado do Carandá vai precisamente tirar partido desta condição de atravessamento constituindo-se como um espaço coberto linear, ou uma rua coberta, unindo dois pontos pré-existentes, dando-se o edifício por concluído em 1983.

O município decide também no início dos anos 80 construir um espaço polivalente para a realização de eventos culturais e desportivos junto do Estádio 1º de Maio. O novo Pavilhão de Desportos Exposições e Congressos de Braga, projectado por Gonçalo Byrne e Eduardo Trigo de Sousa, oferece um conjunto de espaços cobertos para a realização de eventos, como vários auditórios e salas de congressos ou ainda uma sala de 7.800m² apta à realização de espetáculos exposições ou eventos desportivos. O pavilhão é construído entre 1987 e 1990 junto ao Estádio 1º de Maio, tirando partido do espaço envolvente para a criação de uma nova área vocacionado para a promoção de eventos onde mais tarde entre 1991 e 1992 se viria a localizar também a Associação Industrial do Minho

O Museu D. Diogo de Sousa, que mantinha um funcionamento precário desde a sua fundação em 1918, é em 1980 transformado em Museu Regional de Arqueologia. Inicia-se assim um processo de dinamização do museu, procurando-se a constituição de um edifício próprio mais adequado. A escolha vai recair numa área a Sul da do Largo Paulo Osório, perto da área do antigo fórum romano, ou seja, na zona arqueologicamente mais importante de cidade, onde entre 1988 e 2003 é construído o nóvel Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, segundo projecto de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro.

O antigo Convento das Teresinhas, transformado em Asilo de São José sofre entre 1989 e 1997 várias e importantes obras com a reformulação de diversas alas assim como com a adição de novos corpos que procuraram adaptar-se ao programa como lar de idosos. Também no início dos anos 90 o sistema de ensino público básico na cidade é novamente reforçado com a construção entre 1990 e 1991 da Escola Básica do Carandá, do Centro Escolar do Fujacal em 1992 e da Escola Básica Dr. Francisco Sanches. Estas novas três escolas são construídas na periferia da cidade reforçando a oferta de ensino nas zonas de expansão urbana de final dos anos 80 e início dos anos 90.

Apesar de ter sido prevista a construção de um novo edifício para acolher o tribunal da cidade desde 1962 o problema vai ficar sem solução por várias décadas e apenas será resolvido em meados dos anos 90. Em 1972 foram realizadas obras no Palacete Vilhena Coutinho[462], que acolhia o tribunal em condições de grande precariedade. Apesar das intervenções realizadas no palacete, nos anos 70 a necessidade de se construir um novo edifício ganha cada vez mais urgência, tendo sido sendo encomendadas várias propostas entre as quais se destaca o projecto elaborado em 1976 por Januário Godinho[463]. A situação política pós-1974 vai inviabilizar a construção do edifício até aos anos 90, quando é finalmente construído o Palácio da Justiça de Braga entre 1992 e 1995, no mesmo local onde estava prevista a sua construção nos anos 70.

O século XX é, na cidade de Braga, tal como noutros aglomerados urbanos nacionais, caracterizado pelo crescimento exponencial do espaço urbano. No caso de Braga este crescimento adquire a particularidade de ser realizado sobretudo através da colmatação dos terrenos agrícolas situados entre as antigas vias de saída da cidade. Por outro lado, a tradicional importância dos poderes e instituições religiosas, e a vincada tradição de autonomia administrativa da cidade na posse dos arcebispos até à extinção das donatarias em 1790, permitiu-lhe resistir com notável integridade às principais destruições das instituições e edifícios religiosos, primeiro com a emergência dos governos Liberais e a extinção das ordens religiosas em 1834 e depois proclamação da República e a lei da separação do Estado das Igrejas em 1911. Estes dois momentos decisivos na destruição de grande parte do património religioso de inúmeros aglomerados urbanos nacionais, vão em Braga, ter relativamente poucas consequências, tendo grande parte dos edifícios religiosos da cidade sobrevivido apesar das demolições dos conventos de Nª. Sª. dos Remédios e do Salvador. Deste modo podemos afirmar que a cidade de Braga, apesar da sua aparente marginalidade e pequena dimensão face a outros núcleos urbanos mais relevantes, consegue sempre manter uma destacada importância relativa nos principais acontecimentos nacionais, tal como testemunhado pelo papel da cidade no desenrolar em 1926 da "Revolução Nacional" comandada pelo General Gomes da Costa. O século XX assume-se assim como um momento de rápido crescimento no que é uma história de desenvolvimento relativamente constante da cidade de Braga.

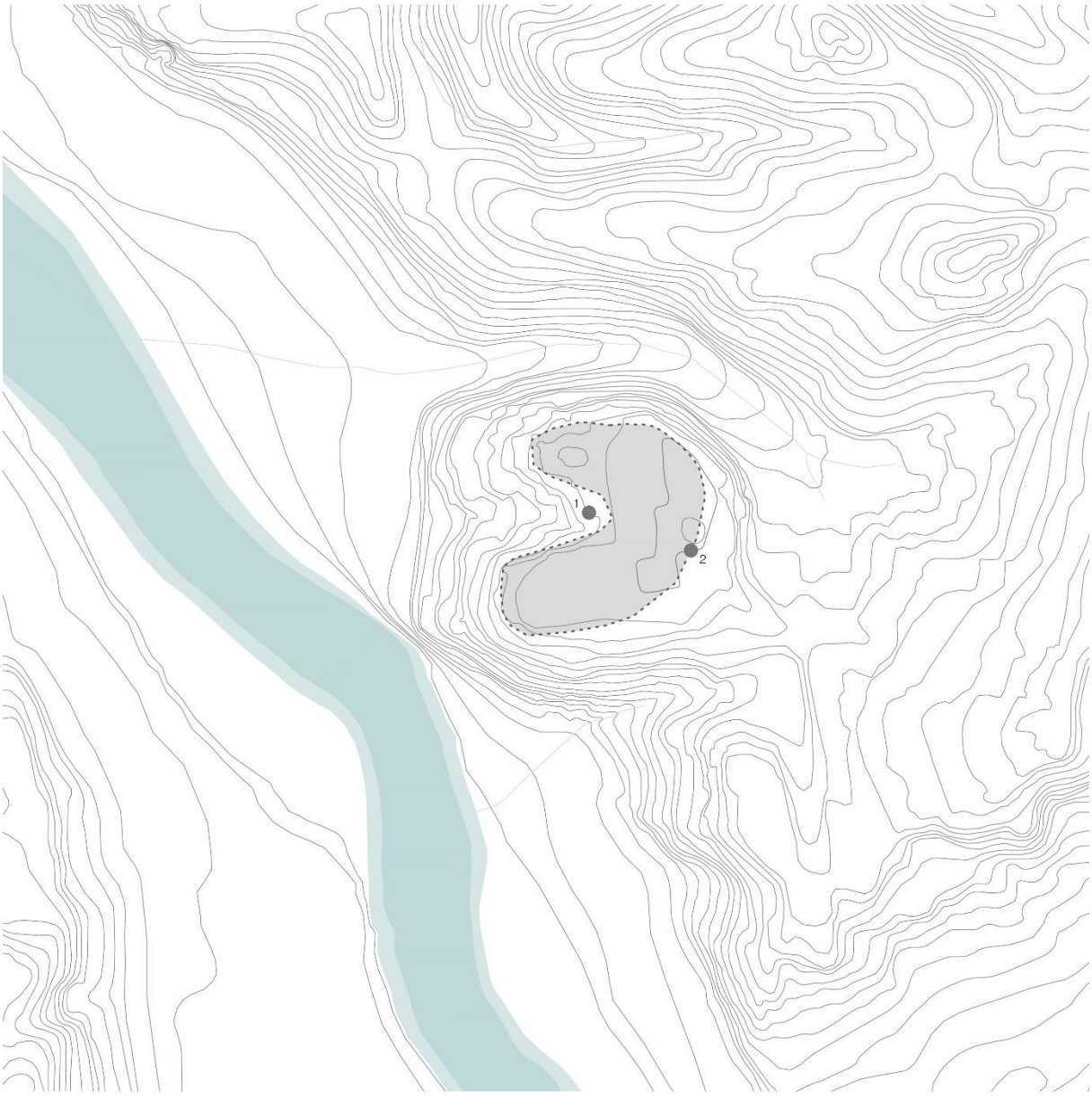
---

[462] Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. p. 369-371.
[463] Sá, A. J. F. e. (2019). *Um arquiteto representativo do poder: Estudo dos Palácios da Justiça na obra de Januário Godinho*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura (área de especialização em Cultura Arquitetónica) apresentada à Universidade do Minho. p. 103.

Coimbra

Coimbra Fase 1 (*ante* século I a.C.)

O oppidum



Legenda

1 - Vaso Calcolítico, necrópole? (entre o III e o II milénio a.C.)
2 - Sepultura / necrópole? (séc. VIII - VI a.C.)

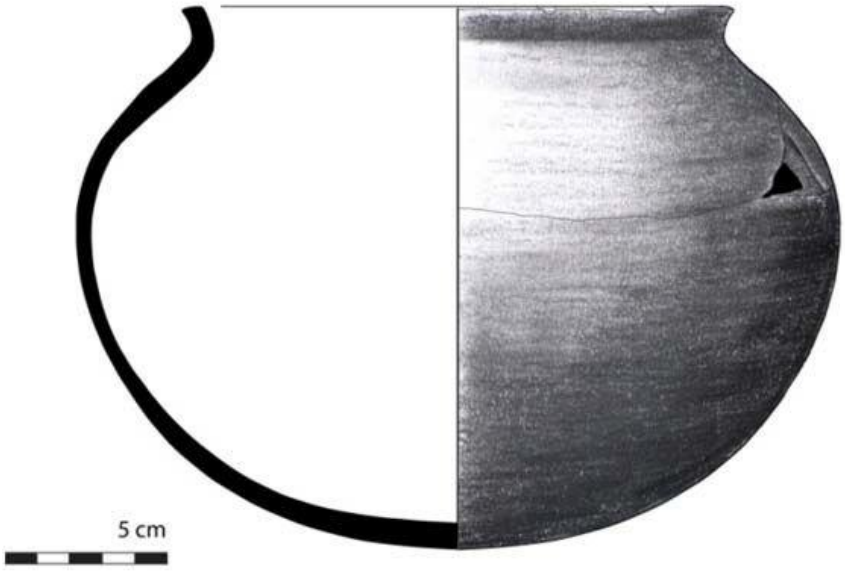


Figura 209 – Vaso calcolítico.

O sítio de Coimbra assume no contexto geográfico do centro de Portugal um claro destaque situando-se no topo de uma proeminente colina sobre o curso do Mondego, controlando por um lado as rotas terrestres entre o Norte e o Sul do país, e por outro lado o acesso ao interior através do curso do rio Mondego. Esta situação geográfica, pela sua posição estratégica terá favorecido a existência de uma continuada ocupação do sítio desde muito cedo.

Da ocupação mais remota do sítio de Coimbra são conhecidos vários vestígios quase sempre em contextos secundários datados do neolítico final, entre os quais se destacam uma ponta de sílex procedente da Alcáçova[464], assim como um vaso cerâmico, quase intacto, recuperado na zona do Museu Machado de Castro[465]. No caso do vaso, importa referir que este pode pertencer a deposição intencional de carácter ritual, ou seja, poderá estar associado a um lugar de culto, fúnebre, e não propriamente ao contexto habitacional de um povoado. De entre os vestígios recuperados um pouco por todo o espaço da colina destaca-se ainda a recente descoberta de vestígios osteológicos humanos e animais numa pequena sondagem realizada na Praça de Dom Dinis, junto ao antigo castelo que, apesar de descontextualizados, apontam para a existência de uma necrópole ou para uma deposição ritual na zona[466]. A partir de finais dos sécs. IV/III a.C. são conhecidos inúmeros fragmentos de cerâmica em vários pontos da cidade em contextos de deposições secundárias[467], geralmente utilizados como entulhos. A abundância e variedade destes vestígios permite admitir com alguma segurança a existência de um povoado, o *oppidum de Aeminium* referido na História Natural de Plínio (IV, 113) e na Geographia de Ptolomeu (II, 5). Coimbra faria provavelmente parte de uma rede de vários povoados fortificados proto-históricos, documentados ao longo do curso baixo do rio Mondego entre os quais se destaca Santa Olaia perto de Montemor-o-Velho, provavelmente fundado como um entreposto comercial de origem fenícia[468], ou os castros de Tavarede, de Soure e de Condeixa-a-Velha (Conimbriga). Dada a ausência de informações concretas sobre a estrutura urbana proto-histórica de Coimbra estes povoados já arqueologicamente estudados oferecem um conjunto de pistas importantes sobre a forma primitiva desta cidade.

---

[464] Vilaça, R., & Cunha-Ribeiro, J. P. (2008). *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral*. CEIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. p. 17-18.
[465]Vilaça, R., & Almeida, S. O., Ricardo Costeira da. (2015). Testemunhos da ocupação pré-romana do Forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). *Antrope*, 39-63. .
[466] Almeida, S., & Filipe, S. (2021). Vestígios da ocupação do Ferro Antigo de Coimbra (Portugal) e o mito fundacional do local. *Conimbriga*, *60*, 67-105.
[467] Almeida, S., Nóbrega, J. R., & Vilaça, R. (2011). Cerâmica da II Idade do Ferro de Aeminium – R. Fernandes Tomás 72/74. Ibid., *50*, 33-57.
[468] Neves, S. G. (2013). *O Crasto de Tavarede (Figueira da Foz) no Quadro das Problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 1.

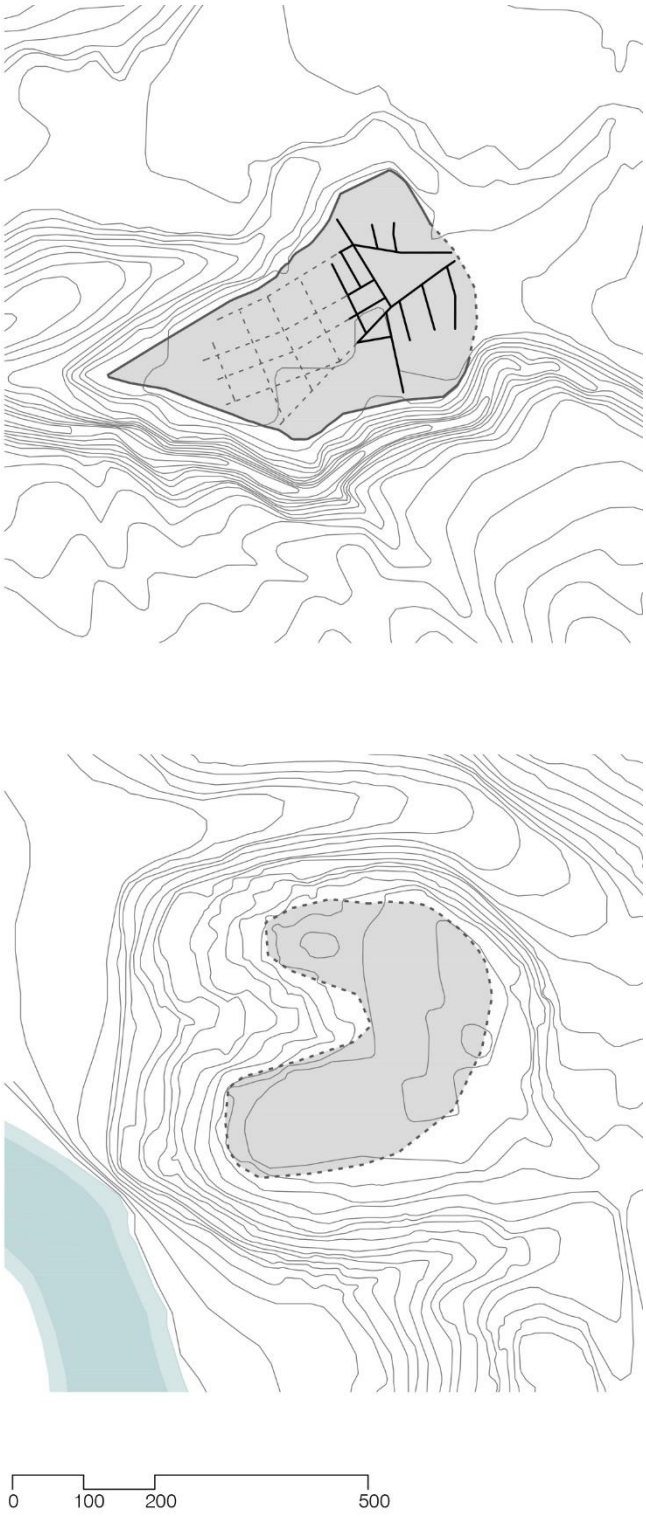


Figura 210 – Comparação entre os *opidda* de Condeixa-a-Velha e Coimbra.

Tanto o Crasto de Tavarede como o Castro de Condeixa-a-Velha adoptam uma configuração definida a partir de uma muralha circunscrevendo um planalto, ou seja, um ponto alto facilmente defensável, rodeado na quase totalidade por falésias ingremes. Apesar de não serem conhecidos elementos edificados que nos permitam afirmar com segurança que sejam relativos à Idade do Ferro ou à proto-história, é importante salientar que o sítio de Coimbra apresenta aproximadamente as mesmas condições topográficas que os castros circundantes. Podemos assim supor que a forma mais provável para o castro de Coimbra seria a de uma muralha que circunscreve o planalto sensivelmente à cota 90, com uma área aproximada de 98.000 m2, comparável aos aproximadamente 100.500 m2 do Castro de Condeixa-a-Velha.

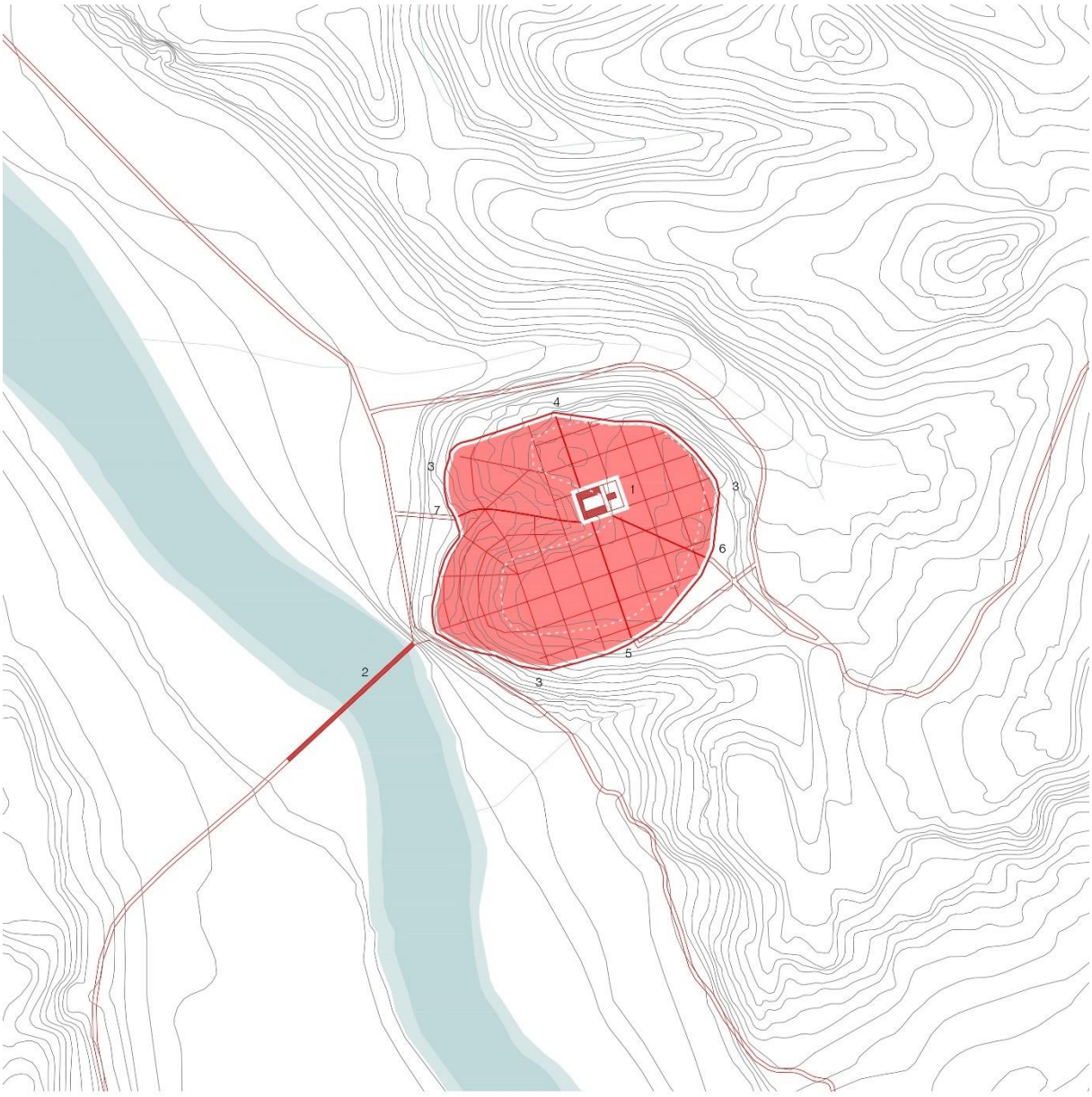
Relativamente ao espaço interior destes perímetros amuralhados, Condeixa-a-Velha pode uma vez mais apresentar pistas importantes quanto ao que poderíamos encontrar em Coimbra. As escavações realizadas em Condeixa focaram-se sobretudo nos níveis romanos, contudo foi possível verificar em vários pontos uma continuidade entre a cidade antes e depois da chegada dos Romanos[469]. Os vestígios pré-romanos recuperados em Condeixa apresentam um urbanismo de tendência sensivelmente ortogonal com ligeiras deformações, composto por ruas paralelas e perpendiculares que revelam uma tendência para a formação de quarteirões rectangulares, e no interior destes, habitações com compartimentos também eles rectangulares. Esta forma de fazer terá sido, muito provavelmente, resultado de uma influência mediterrânica exercida pelos contactos precoces estabelecidos entre as populações locais e os entrepostos fenícios como o castro próximo de Santa Olaia. A tendência para a organização ortogonal, ainda que aplicado com uma geometria pouco rigorosa, é aliás comum a muitos dos povoados galaicos e iberos como o povoado de Numância.

Podemos assim supor com alguma segurança, e apesar da ausência de qualquer vestígio construído, que o castro de Coimbra seria muito semelhante ao castro de Condeixa ou a outros tantos castros celtiberos, calaicos ou lusitanos contemporâneos existentes na península antes da chegada dos Romanos. O castro apresentaria provavelmente uma muralha a delimitar o planalto no topo da colina de Coimbra, com uma estrutura urbana interior de ruas sensivelmente ortogonais desenhando quarteirões e habitações com formas tendencialmente retangulares.

[469] Alarcão, J. d., & Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga - Tome I, L'architecture*. E. De Boccard. p. 17-25.

Coimbra Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.)

A transformação romana



Legenda

1 - Forum de Augusto (séc. I a.C.)
2 - Ponte? (séc. I a.C.)
3 - Muralha (séc. I a.C.)
4 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
5 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
6 - Porta Este (séc. I a.C.)
7 - Porta Oeste (séc. I a.C.)

Figura 211 – Marco Miliário de Calígula encontrado na mealhada marcando a milha XII a partir de Coimbra.

Durante o século I a. C. a região do Baixo Mondego tinha já contactos comerciais e culturais frequentes com o mundo mediterrânico, apesar disso a sua entrada em definitivo na esfera do mundo romano ter-se-á dado apenas em 139 a. C. com o colapso da resistência das tribos lusitanas ocorrido na sequência da morte de Viriato, e face à campanha de Décimo Júnio Bruto, que avançaria desde Lisboa até ao rio Minho. A inclusão da região na província romana da Hispânia Ulterior não terá, contudo, repercussões visíveis na estrutura urbana das cidades, mantendo em grande medida as lógicas espaciais dos aglomerados indígenas. Será apenas na sequência da profunda reforma promovida em 27 a. C., durante o reinado do imperador Augusto, que se inicia, ou mais precisamente se acelera o processo de romanização do território e das suas gentes.

Augusto promove a criação de uma nova estrutura administrativa do império resultando da demarcação da província da Lusitânia (com capital em Mérida), que por sua vez se dividia em três *Conventus Iuridici* (Beja, Santarém e Mérida), sendo estes por sua vez divididos em várias *Civitates*. Apesar de não existirem certezas, Coimbra (Aeminium) seria provavelmente já no tempo de Augusto[470] uma das *Civitates* do Convento Escalabitano semelhante à sua vizinha a Sul, a *Civitate* de Condeixa-a-Velha. A reorganização promovida por Augusto terá também profundas consequências nas várias cidades por ela impactadas, que se procuravam equipar com edifícios públicos de escala adequada à sua recém-criada posição na hierarquia urbana. Em Coimbra tal como na vizinha Condeixa e em tantas outras cidades do império assiste-se a um forte impulso construtivo durante o reinado de Augusto, nomeadamente através da edificação de uma série de importantes edifícios públicos, tais como fóruns, teatros, termas, anfiteatros, mercados.

Talvez um dos aspectos mais significativos do período romano para a história da cidade terá sido a construção da Via XVI unindo Braga a Lisboa. Esta ligação estruturante teve um papel fundamental na consolidação do território português, e Coimbra sensivelmente a meio do percurso, posiciona-se estrategicamente no local em que se realizava o atravessamento do rio Mondego. Esta posição no território terá beneficiado o desenvolvimento urbano de Coimbra.

[470] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 31.

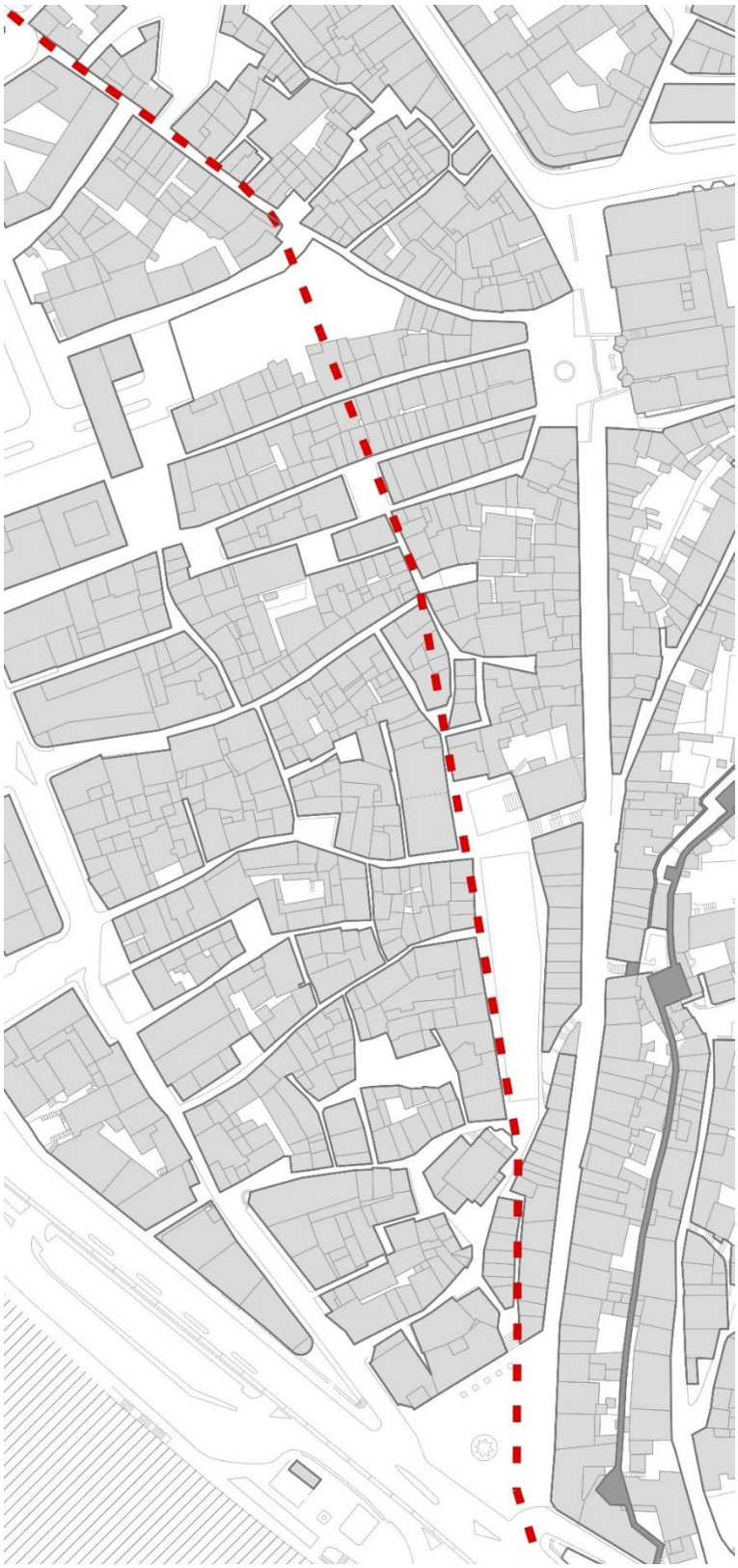


Figura 212 – Traçado hipotético da antiga via romana na Baixa de Coimbra.

É possível que a travessia do Rio Mondego fosse, num primeiro momento, realizada através de uma ponte com uma localização ligeiramente diferente da actual, consistindo provavelmente numa estrutura de madeira que viria a ser posteriormente substituída por uma outra ponte em pedra, sucessivamente preservada desde a Idade Média até ao século XIX. Esta hipótese é reforçada quando consideramos a dimensão excepcional da ponte Manuelina, indicando que a sua precedente romana seria já uma obra de grande qualidade técnica, sem dúvida datando de um momento mais avançado da ocupação romana. O ponto inicial de contacto deste hipotético primeiro atravessamento do rio Mondego terá ficado fossilizado no traçado da antiga estrada da várzea cujo alinhamento coincide aproximadamente com o antigo Cais ou lugar do Cereiro. Este espaço seria um ponto de contacto com o rio, a uma cota mais baixa e, portanto, de mais fácil acesso a partir da margem do rio, sendo que a posterior construção da ponte viria a preferir outro ponto de contacto com a margem, a uma cota mais elevada e que permitiria uma relação de nível com o tabuleiro da ponte. É também importante registar que o alinhamento entre a antiga estrada da várzea até ao Cais do Cereiro vai também coincidir com a localização do Arco de Belecouce, tradicionalmente tido como de construção romana [471].

Após o atravessamento do rio, o traçado da Via XVI passaria ao lado da cidade em direcção a Norte. O traçado da via romana na "baixa" não é bem conhecido, sendo tradicionalmente admitido que corresponde à actual Rua Ferreira Borges e Rua Direita. Contudo, Vasco Mantas [472] sugere uma outra hipótese a partir da leitura do tecido urbano, que a nosso ver parece mais plausível, que considera que o trajecto se desenvolve através da Travessa dos Gatos, Praça do Comércio, Rua Eduardo Coelho, Largo do Poço até encontrar o troço ocidental da Rua Direita. A hipótese de Vasco Mantas tem a seu favor, não só as evidencias presentes no tecido urbano, mas também a topografia do sítio, uma vez que este trajecto permite atravessar a baixa por um percurso sempre de nível [473], sem ter variações de cota nem subidas consideráveis, que seriam necessárias para para alcançar a zona mais elevada do Arco da Almedina. Por outro lado, como Walter Rossa refere [474] este trajecto une também as (posteriores) três igrejas paroquiais extra-muros (São Bartolomeu, São Tiago e Santa Justa) as quais, ao serem construídas ao longo deste eixo são mais um sinal da persistência desta antiga rota de atravessamento.

---

[471] Ibid. p. 37-41.
[472] Mantas, V. G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos, 68*, 487-513.
[473] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 33.
[474] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 58.

Figura 213 – Corredor original do criptopórtico de Augusto. No lado esquerdo da imagem vêm-se os vãos que originalmente estariam abertos para a praça do fórum a Nascente.

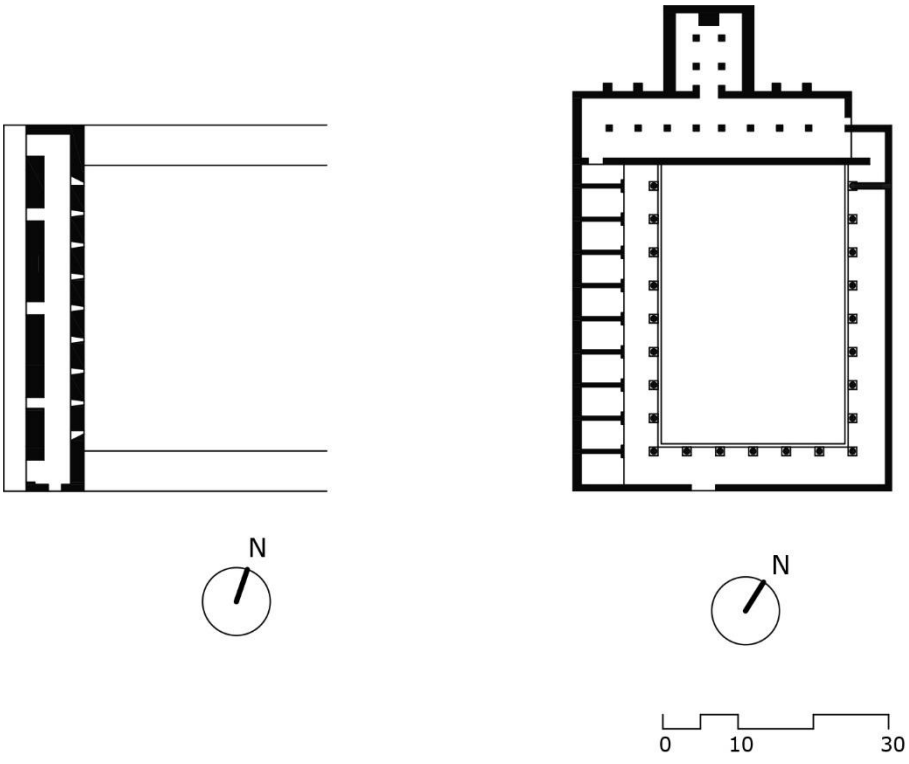


Figura 214 – Comparação entre a dimensão do criptopórtico de Coimbra e a primeira versão do fórum de Condeixa-a-Velha.

A provável promoção da cidade a sede de *Civitate* logo no tempo de Augusto terá sido o motor subjacente à construção de um dos mais marcantes edifícios romanos da cidade, o fórum, que aliás permanece vivo na estrutura urbana da cidade através do actual Museu Nacional Machado Castro, que foi antes Paço Episcopal, demonstrando uma notável resiliência e uma capacidade de transformação ao longo do tempo que permitiu a sua adaptação a diversos programas de edifícios. O local escolhido para a implantação do fórum coincide sensivelmente com o ponto central da colina de Coimbra num local de acentuado declive. Deste primeiro edifício é apenas conhecida uma galeria abobada subterrânea[475]. Esta estrutura tratar-se-ia de um muro de suporte que faria a contenção do declive de modo a criar uma praça no plano superior, pelo que se desenvolveu em cave, como criptopórtico. O fórum propriamente dito situava-se na cota superior, a partir de uma plataforma de nível – praça – que se desenvolvia para o lado Nascente do criptopórtico. Na envolvente deste espaço aberto e exterior e a desenhar o seu limite estabeleciam-se todas as principais funções habitualmente associadas ao fórum , tais como, a basílica, templos, pórticos, lojas ou *tabernae*, a curia, e o *aerarium*. Estas áreas, no caso específico do fórum primitivo de Augusto permanecem desconhecidas, pelo que podemos apenas supor a sua existência e configuração a partir da comparação com edifícios de natureza semelhante. Ainda assim, importa retornar ao criptopórtico primitivo de Augusto apenas para destacar que este edifício poderá ter sido coroado por uma galeria porticada, com vista cénica sobre a cidade e o Mondego. E, se assim foi, apresentaria uma notável semelhança à presente *loggia* que data de finais do século XVI [476], demonstrando a permanência frequente das invariantes do sítio (*locus*) na evolução da forma dos edifícios que vão adoptando ao longo do tempo soluções análogas e com um sentido semelhantes, algo a que os que os biólogos -perdoe-se-nos a metáfora- denominam por "evolução paralela".

No que toca à comparação com outros edifícios, o vizinho fórum de Condeixa-a-Velha assume-se como um exemplo provavelmente muito semelhante ao edifício público construído em Coimbra. A proximidade geográfica, a cronologia e as similitudes de escala sugerem a existência de uma grande proximidade na configuração destes dois fóruns, ainda que seja relativamente óbvio que estes casos não obedecessem a um modelo claro e, por isso, não nos seja possível, a partir dos vestígios conhecidos, extrapolar a forma hipotética do fórum de Coimbra com base no desenho do fórum de Condeixa.

[475] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. p. 37.
[476] Ibid.

Quanto à forma ou organização do tecido urbano de Coimbra, possuímos dados arqueológicos muito pontuais que limitam a nossa compreensão. O entendimento da cidade estará ainda irremediavelmente comprometido pelos grandes desaterros realizados sem acompanhamento arqueológico nas intervenções que durante o século XX, no período do Estado Novo, se realizaram na alta da cidade e que terão apagado uma parte importante do substrato arqueológico.

Neste panorama adverso e, em parte, contrariando-o, destacam-se os vestígios identificados durantes as escavações realizadas na zona do Museu Nacional Machado Castro. Estas escavações permitiram não só a identificação do fórum da cidade, tal como ele seria no período augustano, como também da sua envolvente urbana no lado Ocidental[477]. Apesar da sua natureza incompleta, já que foi substancialmente comprometido pela subsequente renovação urbana do tempo do imperador Claúdio, a descoberta destes vestígios permitiu reconstruir aproximadamente o traçado da antiga rua principal que descia a colina para Ocidente. O traçado desta antiga via seguiria a topografia do sítio, correndo de um modo mais sinuoso a Sul da actual Rua Borges Carneiro[478], evidenciando a existência de um traçado urbano adaptado à topografia, com arruamentos definidos pelas linhas de vale, festo ou seguindo em sempre à mesma cota em arruamentos concêntricos.

Jorge de Alarcão considera que a forma da cidade desenhava-se a partir de uma matriz não regular, dado que a aplicação de uma quadricular hipodâmica seria "inexequível" numa cidade de "encostas e declives tão acentuados" ou ainda porque "a renovação do oppidum indígena não pode ter ignorado o existente"[479]. Porém, partindo da leitura da topografia e do tecido urbano antes das intervenções do Estado Novo, é evidente a existência de duas realidades distintas: por um lado, um traçado urbano adaptado ao declive na zona ocidental da colina, e por outro, no topo oriental da colina, um traçado manifestamente de tendencialmente ortogonal. A regularidade do traçado urbano da Alta da cidade, e a sincronicidade da sua forma com os vestígios do antigo fórum são um indício particularmente sugestivo da existência de uma matriz ortogonal e de origem romana subjacente à formação do tecido urbano ainda existente.

[477] Silva, R. C. d. (2011). O quarteirão urbano a poente do Forum de Aeminium (Coimbra, Portugal): a sua configuração ao longo do séc. I d.C. *Conimbriga*, *50*, 79-99. p. 85 - 86
[478] Ibid.
[479] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 57.

Neste sentido, a implantação do fórum no centro da cidade, numa localização topograficamente adversa, sugere que o mesmo teria sido construído como parte de um modelo de ordenamento pré-definido, que confrontaria por um lado a topografia do sítio e por outro lado as eventuais pré-existências. O fórum seria assim, tal como em muitas outras cidades romanas, uma peça central no processo de renovação da cidade, iniciada durante o reinado de Augusto. Esta transformação urbana terá seguido, tanto quanto possível, os modelos urbanísticos da cidade romana, particularmente a malha regular de matriz ortogonal, semelhante a um tabuleiro de xadrez. A aplicação de uma malha ortogonal poderia inclusivamente ter sido facilitada tanto pela natureza suave da topografia da zona central da colina que ali forma um planalto, como pelas formas da ocupação indígena, que poderiam já exibir uma tendência para a regularidade.

A partir dos vestígios do fórum de Augusto, e do tecido urbano existente até meados do século XX, é possível desenhar uma malha ortogonal teórica, meramente representativa de uma realidade urbana que seria seguramente mais complexa. O fórum de Augusto teria no seu limite poente um criptopórtico com cerca de 48.5 m de comprimento. Do centro desta estrutura até à cloaca que corria no seu lado exterior Sul distam aproximadamente 26.6 m. Considerando que esta cloaca marcaria o eixo da rua, e aplicando uma operação simétrica para o lado Norte obtemos um hipotético módulo de quarteirão com 53.2 m de lado, ou seja, aproximadamente 180 pés. Esta medida permite-nos assim desenhar uma matriz quadrangular de quarteirões com 180 pés por cada lado.

A aplicação de uma matriz urbana ortogonal composta a partir do fórum destaca em primeiro lugar o importante alinhamento coincidente entre a antiga Porta da Genicoca / da Traição com a fachada ocidental do fórum romano e o limite do hipotético teatro junto à Couraça dos Apóstolos. Este alinhamento, já conhecido por diversos investigadores como Vasco Mantas [480], Walter Rossa [481] e Jorge Alarcão[482], reforça a hipótese da provável origem romana da Porta, na continuidade do que constituiria o provável *Cardus Maximus* da cidade. Um outro eixo paralelo a este alinhamento vai também coincidir com o limite ocidental do fórum de Cláudio e com o eixo de simetria do teatro.

[480] Mantas, V. G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos, 68*, 487-513.
[481] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 113.
[482] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 60.

Os alinhamentos Norte-Sul da malha estarão também na origem das desaparecidas ruas de S. João / S. Pedro e Rua dos Loios / Rua do Borralho, que aparentavam um traçado paralelo ainda que ligeiramente desalinhado da hipotética matriz romana. O alinhamento ou desalinhamento destas ruas pode ser resultado ou de um processo de sedimentação que ao longo do tempo deformou a matriz romana, ou, porventura, a própria matriz romana teria neste local uma configuração ligeiramente diferente deformada, procurando um melhor ajustamento ao sítio.

Relativamente aos eixos Este-Oeste, a Rua Larga, com um alinhamento e uma localização muito próxima da matriz romana. Face à construção do Alcácer islâmico esta teria funcionado como um dos principais eixos da cidade, fazendo a ligação directa entre o Alcácer e a Porta do Sol / Castelo. Bem definida e importante, terá contribuído significativamente para a preservação do seu traçado, muito próximo da hipotética matriz romana. Paralela a esta rua pelo lado Sul temos outro eixo que apresenta uma grande proximidade de alinhamentos e de localização com a matriz. Esta rua teria o seu início no lado Sul do Alcácer, talvez coincidindo com a via que a Sul permitia o acesso à *domus* identificada na sondagem arqueológica realizada no ano 2000, no Pátio da Universidade [483], continuado para Este ao longo das ruas das Parreiras e do Forno. Com o mesmo alinhamento, mas para o lado Norte destaca-se o grande eixo formado pela Rua das Covas, Rua das Colchas e Rua dos Penedos, sem dúvida uma sedimentação da antiga via romana que corria ao longo do alçado Sul do fórum romano. Na sequência deste eixo é também notável a correspondência entre o lado Sul do antigo Largo da Feira e um dos hipotéticos quarteirões quadrados da matriz romana sobretudo nos lados Este e Oeste.

Infelizmente, não existem registos do tecido urbano no lado Norte da cidade antes da construção do Colégio das Artes e do Colégio dos Jesuítas, impossibilitando a comparação do mesmo com essa hipotética matriz romana. Apesar desta ausência de informação importa referir que o alinhamento da Rua da Matemática, na face poente do Colégio dos Jesuítas, vai coincidir sensivelmente com um dos eixos Este-Oeste da matriz romana, indiciando a existência provável de uma antiga rua com este alinhamento, entretanto destruída pela construção do edifício da Companhia.

[483] Filipe, S. (2006). Arqueologia urbana em Coimbra: um testemunho na Reitoria da Universidade. *Conimbriga, 45*, 337-357. p. 345.

A comparação entre o tecido urbano e a hipotética matriz romana evidência também a importante dissonância existente entre esta matriz e o traçado sinuoso da Rua do Rego d'Água / Largo da Feira e Largo do Castelo. Jorge Alarcão identifica estas ruas como tendo origem na continuação do *decumanus maximus*, propondo um traçado sinuoso para esta via, oblíquo ao fórum e à Rua Larga, desde a face Sul do Criptopórtico até à Porta do Sol [484]. Porém, a existência destas ruas com alinhamentos dissonantes da matriz romana pode eventualmente ser resultado da imposição posterior de uma outra estrutura urbana, obedecendo a uma distinta lógica de composição. Esta explicação vai de encontro à hipótese da construção na idade média de um reduto fortificado na zona Sul da colina, talvez o *Albacar* sugerido por Walter Rossa [485] ou uma estrutura do tipo Alcáçova, na qual residiria a população de origem islâmica. Considerando esta hipótese, os espaços urbanos da Rua do Rego da Água / Largo da Feira e Largo do Castelo seriam o resultado da construção da estrutura defensiva, tendo como função inicial garantir um espaço exterior de protecção ou circulação.

A definição de uma matriz quadrangular serve apenas como exercício teórico que permite comparar o tecido urbano a um conjunto de eixos e alinhamentos, hipoteticamente de origem romana. Não se pretende com este exercício reconstruir o traçado romano para o qual existem muito poucos vestígios. Importa também referir que esta estrutura desenhada apresenta regularidade quase abstracta, derivada da sua natureza conceptual, seguramente impossível de aplicar em pleno na realidade. O urbanismo romano de Coimbra seria, como tantas outras cidades, dominado por adaptações a uma topografia exigente, cedências a pré-existências demasiado "resistentes", ou ainda a persistentes acidentes e acasos construtivos que contribuiriam para um tecido urbano formalmente complexo que será difícil conhecer na sua totalidade. Todavia, a aplicação desta matriz teórica permite sobretudo interpretar e enquadrar um conjunto elementos urbanos com os vestígios romanos, ensaiando ou refutando hipóteses, e deste modo procurando avançar sobre o conhecimento da forma da cidade Antiga.

[484] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 58.
[485] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 187-195.

A origem das muralhas de Coimbra é particularmente disputada, havendo quem nela encontre indícios de obra romana, tardia, ou mesmo islâmica[486]. Apesar de existir uma tendência para desvalorizar a sua existência no período tardo-republicano e imperial, a verdade é que as estruturas defensivas são quase sempre um elemento intrínseco a qualquer cidade romana, tendo inicialmente, e dada a pacificação da península, um valor sobretudo cerimonial e administrativo, em que delimitam o espaço sagrado/urbano do rural/profano. É assim quase certo que as mesmas teriam existido desde o início da ocupação romana (veja-se o caso de Conimbriga). Contudo e dada a ausência de dados arqueológicos, a respectiva cronologia continua a ser um recorrente motivo de debate. Esta pode, porém, ser uma falsa questão uma vez que, como em tantas outras cidades, as muralhas ou parte delas serão seguramente romanas, outras tardias, outras medievais islâmicas e outras medievais cristãs. Enfim, todas estas épocas são, no caso de Coimbra, condicionadas pela invariante topográfica das acidentadas escarpas que rodeiam o planalto central da colina onde se fundou a cidade. Podemos assim firmar com alguma certeza que apesar da falta de dados arqueológicos ou históricos, o perímetro da cidade e por conseguinte das suas muralhas não se terá alterado muito desde o período romano, sendo estas sucessivamente reconstruídas e reforçadas ao longo da história.

Como refere Walter Rossa: "No que diz respeito ao núcleo fundacional da cidade, a colina aemeniense, pode considerar-se como certa a existência de um limite natural cuja transformação em perímetro amuralhado poucas alterações de traçado lhe terá introduzido, pese embora o excesso de área urbana em que, até bastante mais tarde, tal se traduziu."[487]. Veja-se por exemplo o caso de Lisboa na qual, junto ao lanço oriental da muralha foi identificado um fosso de época republicana (2ª metade do século II a. C) poucos metros à frente do pano de muralha de época islâmica, demonstrando como este limite se manteve relativamente imutável ao longo do tempo[488]. Assim sendo, não nos parece que se possa descartar a hipótese apresentada por Vasco Mantas e admitir que o circuito da muralha romana desde o teatro romano até ao Arco de Belcouce seja coincidente com o da muralha medieval. De facto, se por um lado podemos assumir alguma estabilidade nos lados Norte, Este e Sul do perímetro amuralhado, existem também vários indícios que em parte suportam a proposta de Vasco Mantas para um perímetro amuralhado mais reduzido para a cidade romana sobretudo na zona da vertente Oeste da colina.

[486] Ibid. pp. 65-84.
[487] Ibid. pp. 110-111.
[488] Mota, N., & Miranda, P. A "cerca velha" de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas.

Ao considerarmos este lado da muralha encontramos entre a zona do teatro romano e a Torre do Anto várias referências a muros e estruturas defensivas antigas descritas ainda no século XVII: "*À torre dos sinos velha do moesteiro que estava a porta nova e agora fica no meio do dormitorio e varãda do nosso Collegio (de Santo Agostinho) estaua hu cerquo antíguo de pedra e cal que era do moesteiro aonde dizem que se recolhia o conuento de Sancta Cruz quando auia guerras e leuauão os corpos dos Reis e peças ricas*"[489]. Em 1567 Sebastião de Madureira por altura da demarcação das freguesias da cidade referia este muro da seguinte maneira: "*achei que a freguesia da dita Se parte com a de Santa Cruz que alias se chama de São João per hum muro antigo do quall parte delle estava ainda em pee que se rompeo pera se fazer a Rua que vai das casas e pateo do Daião pera Santa Cruz*"[490]. O traçado deste muro é difícil de desenhar, Sebastião de Madureira refere que o mesmo ia até à esquina da Torre da Madalena pelos quintais nas traseiras dos edifícios existentes na zona antes da construção do Colégio de Novo de Santo Agostinho[491]. No entanto a área por este muro definida terá ficado aproximadamente preservada na divisão de freguesias, pertencendo os edifícios situados no lado interior do muro à freguesia de Santa Cruz / São João. Estas referências têm sido tradicionalmente consideradas como identificando algo semelhante a uma cerca conventual, uma demarcação de propriedades no interior da cidade. Porém, Isabel de Moura Anjinho[492] considera que estas descrições são mais próprias de um recinto fortemente fortificado de considerável dimensão e importância[493].

Assim, pode colocar-se como hipótese que este muro possa ter correspondido a um anterior perímetro muralhado da cidade, eventualmente com origem romana, tendo-se tornado redundante com a construção de uma nova muralha idade média. Os vestígios da muralha romana teriam sido posteriormente utilizados pelo Mosteiro de Santa Cruz para criar um reduto defensivo, ao qual a ligação foi facilitada pela abertura no século XII de uma porta na muralha, a Porta Nova[494] .

---

[489] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 86.
[490] Ibid. p. 88.
[491] Ibid. p. 91.
[492] Consideramos que o trabalho citado de Isabel de Moura Anjinho, "*Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade*" apresenta uma visão do sistema defensivo da cidade de Coimbra excessivamente elaborada, e sem uma lógica de conjunto coerente. Numa cidade como Coimbra, naturalmente o declive será recorrentemente vencido através do recurso a inúmeros muros de suporte, que não devem ser de todo confundidos com estruturas muralhadas de caracter predominatemente defensivo. Assim e apesar de não concordarmos com a visão apresentada por esta autora, pontualmente, alguns dos vestigios identificados pela mesma parecem-nos sugestivos, sendo considerado sobretudo o levantamento realizado por Isabel Anjinho e não as suas conclusões.
[493] Anjinho, I. d. M. (2016b). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol II*. [s.n.]. p. 749.
[494] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 15-21.

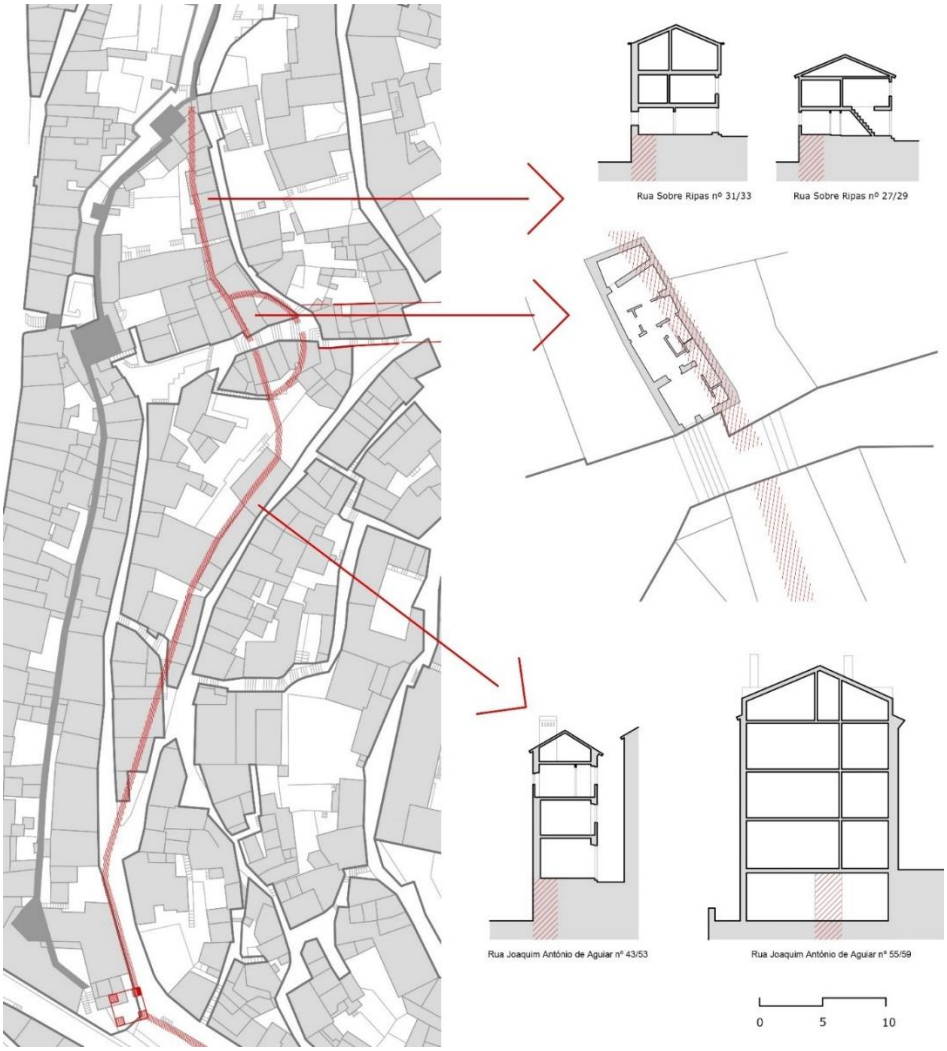


Figura 215 – Hipotético limite muralhado existente entre o Palácio de Sobre-Ripas e o antigo Colégio de Santo António da Estrela.

Figura 216 – Rua do Quebra Costas no local dos edifícios nº 21/25 e nº 27/29. A Sobreposição dos edifícios é um sinal claro da existência de uma antiga muralha.

A hipótese do perímetro amuralhado entre a Couraça dos Apóstolos e a Torre do Anto ser de origem medieval baseia-se sobretudo em referências e descrições antigas, com a subjectividade inerente às mesmas, uma vez que a construção do colégio de Santo Agostinho terá apagado uma parte significativa do tecido urbano e dos vestígios nele preservados. Contudo, no espaço entre o Palácio de Sobre-Ripas e o antigo Colégio de Santo António da Estrela é possível ler ainda hoje um conjunto de alinhamentos de edifícios / muros que enunciam a existência clara de uma anterior cerca defensiva, provavelmente romana, actualmente absorvida pelo tecido urbano. A primeira evidência da existência de uma segunda ampliação medieval da muralha é claramente visível através da curiosa inflecção no traçado da muralha medieval no sítio do Palácio de Sobre-Ribas. Este facto sugere que o percurso original da muralha seria feito ao longo da Rua Sobre Ripas, em continuidade com a muralha da Torre do Anto cuja fase fundacional será pelo menos do século IV[495], tendo os vestígios desta antiga muralha ficado preservados como muro de talude nos tardozes dos edifícios do lado ocidental da Rua Sobre Ripas. A interpretação deste alinhamento como tendo origem numa antiga muralha é também reforçado pela forma como o mesmo intersecta a Rua do Quebra Costas no local dos edifícios nº 21/25 e nº 27/29, em que o edifício nº 27/29 se sobrepõe ao edifício nº 21/25. Tal situação é rara no tecido urbano comum, mas surge com alguma frequência na apropriação de antigas muralhas, que pela sua espessura permitem que o edifício à cota superior se aproprie do plano superior da muralha, ou seja do adarve, e o edifício à cota inferior aumenta a sua área através da subtracção do paramento da muralha, resultado numa situação de "encavalitamento" dos dois edifícios. Por outro lado, o desalinhamento das fachadas entre os dois edifícios terá resultado também da relação com a muralha, em que o edifício no interior teria naturalmente um alinhamento não coincidente com o existente no exterior.

Nesta zona da Rua do Quebra Costas é também visível um grande alinhamento semicircular com centro na porta da primeira muralha. Este tipo de estruturas monumentais são comuns nas portas romanas, podendo-se citar a cidade de Beja como um claro paralelo formal. A construção do castelo de Beja foi justaposto a uma destas portas monumentais romanas e permite-nos especular acerca de uma hipotética situação idêntica na cidade de Coimbra, em que a configuração da antiga Porta do Sol e do castelo de Coimbra poderiam ter também resultado da transformação de uma porta monumental romana.

[495] Silva, S. T., & Silva, L. M. (2013). A Torre de Anto na História das Muralhas da Cidade de Coimbra à Luz das Novas Evidências Arqueológicas. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 969-977). Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 971.

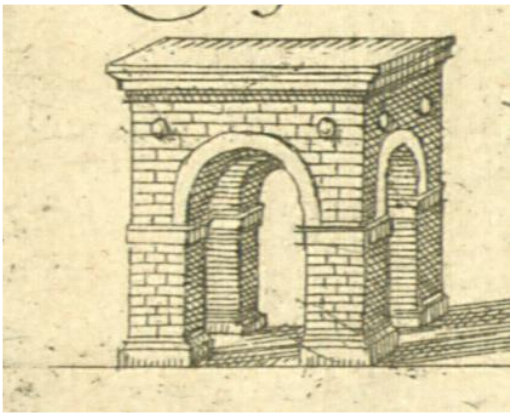


Figura 217 – Pormenor da imagem do livro "Romanae Urbis Topographia et antiquitatum" de um arco semelhante ao Arco ou Porta de Belcouce.

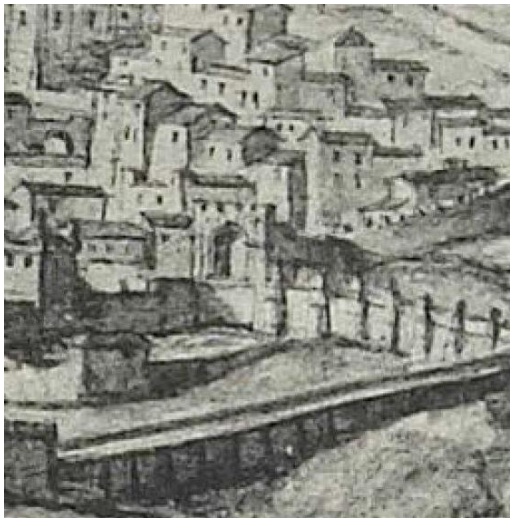


Figura 218 – Detalhe das representações do Arco de Belcouce no atlas de Georg Braun (século XVI) e na gravura de Pier Maria Baldi (século XVII).

Do local da antiga porta a presumível muralha romana segue para Sul, podendo constatar-se a permanência do seu traçado no muro de suporte de vários dos edifícios da Rua Joaquim António de Aguiar. Entre estes destaca-se o nº 55/59 cuja construção da cave colocou a descoberto vários paramentos de pedra da estrutura original ou eventualmente de um restauro medieval[496]. O percurso da muralha seguiria pelo lado Ocidental da Rua Joaquim António de Aguiar até ao local do antigo Arco ou Porta de Belcouce.

Este arco ou porta terá sido demolido no século XVIII em data indeterminada sendo apenas conhecido através de várias descrições, bem como de alguns desenhos. Entre estes destaca-se a representação da cidade de Coimbra presente no atlas de Georg Braun, na qual este arco é representado com três colunas suportando dois arcos, com a legenda "*columnae antiquae Romanorum*". D. Jerónimo Mascarenhas perto de 1636, refere: "*Porém das obras antigas que hoje se vêem nestes muros, a mais digna de admiração e que denota melhor a sua antiguidade é a de um arco quadrangular, meio desfeito, que anda hoje permanece no lugar, a que chamam, "Couraça", obra assim por sua antiguidade, como por arquitectura, verdadeiramente romana, e que não tem outra semelhante em toda a circunferência do muro*"…."*antigamente o arco era quadrado , e como tal sustentava em quatro colunas; e as duas que hoje permanecem (que a terceira está metida com as obras do muro e a quarta foi totalmente tirada, para que o caminho para o rio e para a ponte ficasse mais desafogado) são fabricadas de muitas pedras quadradas*…"[497], sugerindo ainda o paralelo com o *Arcus Augusti Quadriforis* desenhado por *Jacob Boisardo*[498].

Finalmente destaca-se a descrição de António Coelho Gasco que em 1666 descrevia o arco da seguinte maneira: "*He de obra perfeitissima romana, todo de pedraria, com suas columnas mui bem lavradas, com seus frizos; tem nichos como quem teve antiguamente estatuas; remata se com amêas; está já mui arruinado de idade; faltarão lhe três arcos, como se vê por suas ruinas.*"[499]. Esta descrição sobretudo no que diz respeito ao coroamento por ameias é muito semelhante à representação contemporânea da estrutura existente na vista da cidade realizada por Baldi em 1669, sendo provável que o proeminente arco visível neste desenho seja o arco sobrevivente referido por Coelho Gasco ou aquele que D. Jerónimo Mascarenhas referia através das duas colunas sobreviventes.

[496] Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.]. p. 165.
[497] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 37-43.
[498] Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.]. p. 139.
[499] Ibid. p. 139.

Figura 219 – Embasamento de origem romana identificado na zona da antiga Porta de Belcouce.

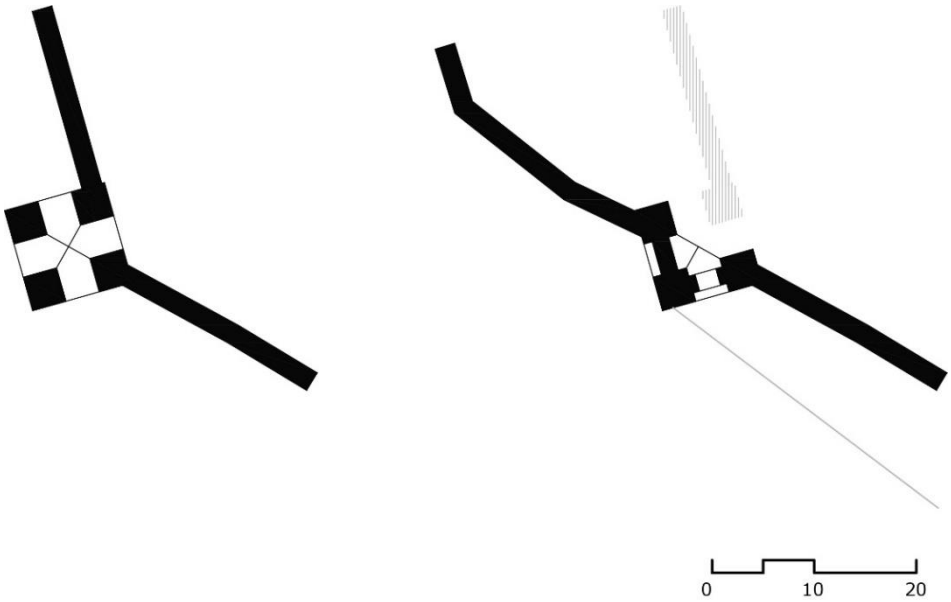


Figura 220 – Hipotética evolução da configuração do arco de Belcouce, primeiro como porta da muralha romana e depois perdendo o seu lado Norte com a inclusão no maior perímetro muralhado medieval.

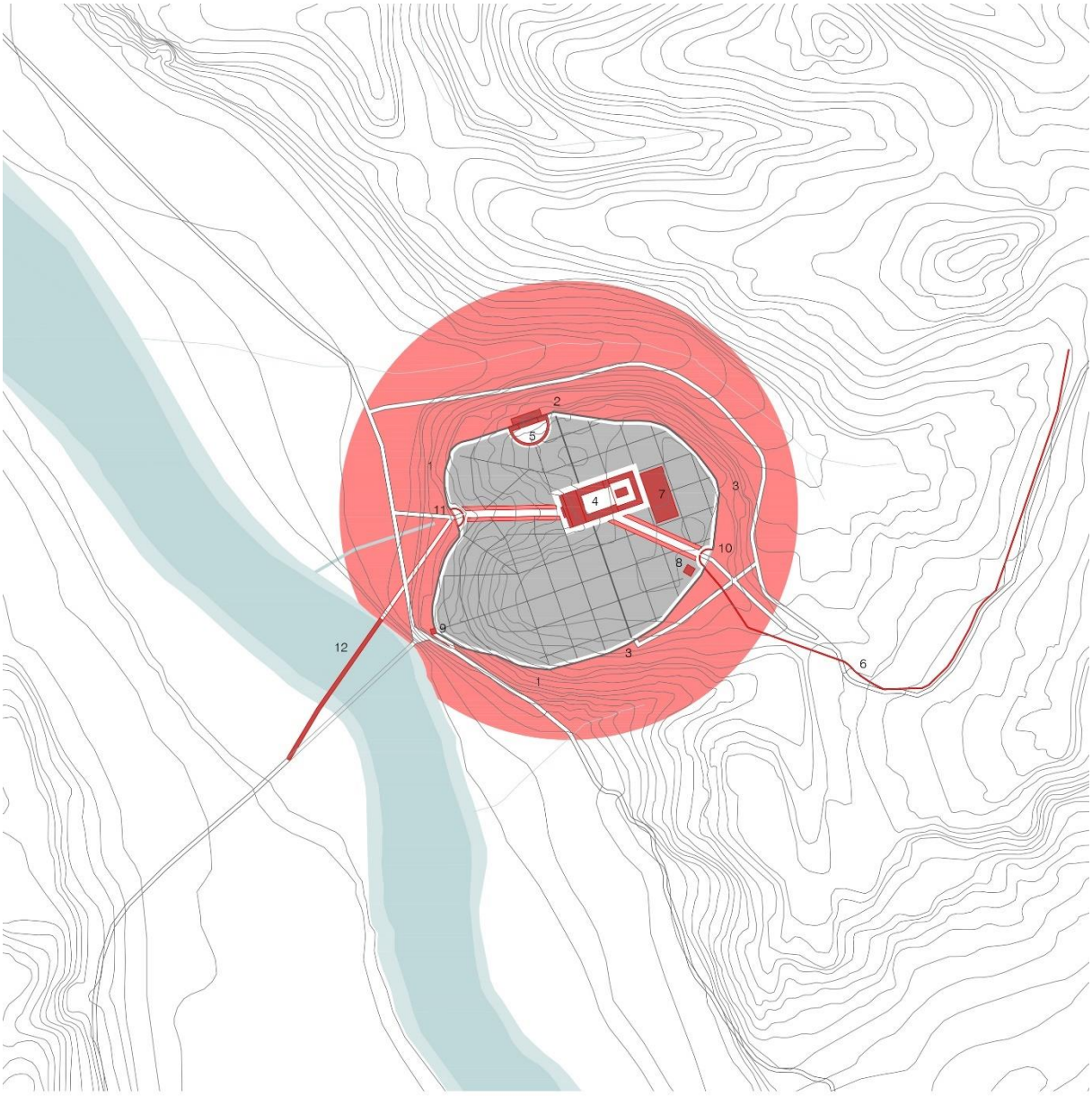
Em 1715 seria iniciada a construção do Colégio de Santo António da Estrela[500]. Este edifício estaria provavelmente justaposto a uma das faces do arco romano, dada a licença camarária de 1719 que autorizava os frades a tapar uma abertura no nicho de Santo António no arco[501]. A estrutura teria sido demolida por volta de 1786, como consequência do seu estado de ruína assim como da necessidade de ampliação do colégio para Sul, tendo-se construído no seu lugar uma capela dedicada a Santo António[502]. Com a expulsão das ordens religiosas o colégio seria secularizado, e finalmente após profundas alterações, que incluiriam a demolição da sua fachada Ocidental para ampliação da Rua da Estrela, adaptado ao uso como sede do Governo Civil. As profundas transformações urbanas do local terão apagado todos os vestígios do arco, designadamente aqueles que pudessem ter permanecido fossilizados no tecido urbano, impossibilitando a compreensão da estrutura sem o recurso a escavações arqueológicas. Apesar deste contexto em 2001, quando da abertura de uma vala na Rua da Estrela foram descobertos *in situ* vários silhares almofadados de grande dimensão[503]. Dada a natureza limitada da sondagem arqueológica não foi possível compreender a verdadeira natureza destes elementos, contudo a dimensão e qualidade da sua "fábrica" deixam antever uma provável origem num edifício público romano de grandes dimensões ou carácter monumental. Pela proximidade com o espaço onde as fontes históricas referem o antigo arco podemos considerar como provável que estes vestígios integrassem a estrutura, sendo talvez parte da fundação de um dos pilares do arco. Partindo da localização dos silhares almofadados, que foram descobertos em 2001, é assim possível construir uma hipótese esquemática da localização do arco, articulando-o com o hipotético traçado da muralha romana, da qual faria parte integrante.

Dada a proximidade do Arco com as muralhas medievais na vertente Sul da cidade, e considerando que pela natureza ingreme do local esta muralha não andará muito provavelmente longe do seu traçado na época romana, tudo indica que o eventual arco romano faria parte da muralha da cidade romana e que tanto a muralha como o arco teriam sido sucessivamente adaptados e preservados ao longo da idade média, sendo o arco coincidente com a porta medieval de Belcouce. Pelo que observamos, a demolição do quarto pilar pode assim ser entendida, complementarmente, como um resultado de uma ampliação medieval da hipotética muralha romana.

---

[500] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes.
[501] Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.]. p. 141.
[502] Ibid. pp. 141-142
[503] Ibid. pp. 142-144.

Coimbra Fase 3 (séculos I – IV)
Monumentalização



Legenda

1 - Muralha (séc. I a.C.)
2 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
3 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
4 - Forum de Claúdio (séc. I)
5 - Teatro? (séc. I)
6 - Aqueduto (séc. I)
7 - Termas? (séc. I)
8 - Castellum Aquae? (séc. I)
9 - Arco Triunfal (séc. I)
10 - Porta Este (séc I)
11 - Porta Oeste (séc I)
12 - Ponte (séc I)

Figura 221 – Bustos de Lívia e Agripina Maior.

Muitos dos centros urbanos promovidos por Augusto vão ao longo do século I, durante as dinastias Júlio-Claúdia, receber promoções ao seu estatuto, e dos seus cidadãos, integrando-se progressivamente cada vez mais na esfera do mundo romano, até ao momento chave da nomeação de Trajano, que tendo nascido perto de Sevilha, seria o primeiro imperador com origem exterior à península itálica, marcando a ascensão das elites peninsulares.

Na região de Coimbra, um dos primeiros momentos a marcar a progressiva organização do território na sequência da reforma de Augusto terá passado pela construção ou melhoria da via XVI Lisboa – Braga, testemunhada pelos vários marcos miliários de Calígula (imperador entre os anos 37 e 41 d.C.) encontrados neste território. A intervenção realizada sobre este ponto da via XVI será aliás um dos momentos mais prováveis para a construção da ponte romana sobre o rio Mondego. Sobre esta estrutura relembramos, não existem quaisquer vestígios arqueológicos ou referências documentais[504], sendo a primeira referência à ponte apenas de 1132, descrevendo a sua construção a ordens de D. Afonso Henriques[505]. É, contudo, pouco provável que tenha sido D. Afonso a ordenar a construção de uma ponte "de raiz". Será mais razoável assumir que a ponte Afonsina tenha sido construída sobre uma ponte anterior, romana, do mesmo modo que a posterior ponte quinhentista utilizaria como fundação a estrutura da velha ponte Afonsina[506].

A construção de sucessivas pontes umas sobre as outras terá resultado não só da sua degradação, mas sobretudo do gradual assoreamento do rio ao longo dos séculos. As sucessivas pontes procuraram assim, mais do que o restauro da ponte original, subir ou altear a cota do tabuleiro para evitar a sua inutilização durante as cheias do Mondego. A construção destas várias pontes sobre os vestígios da sua anterior versão terá levado (tal como no tecido urbano) à sedimentação de indícios da forma original da ponte, permitindo em teoria através do estudo da forma ensaiar a configuração da ponte original romana.

[504] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. p. 15.
[505] Ibid. p. 18.
[506] Ibid.

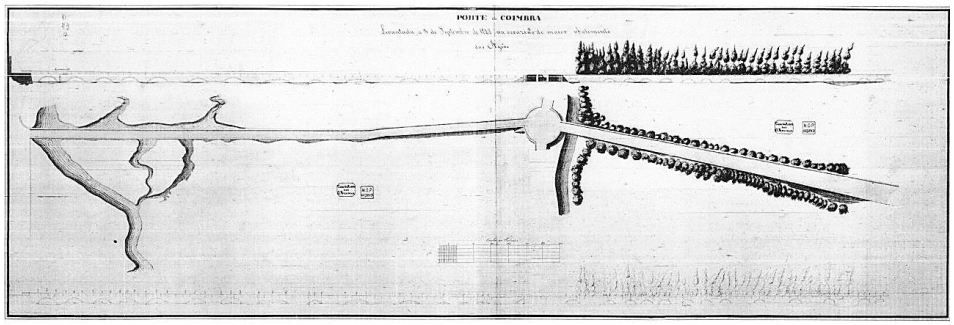


Figura 222 – Levantamento da ponte manuelina sobre o rio Mondego elaborado em 1848.

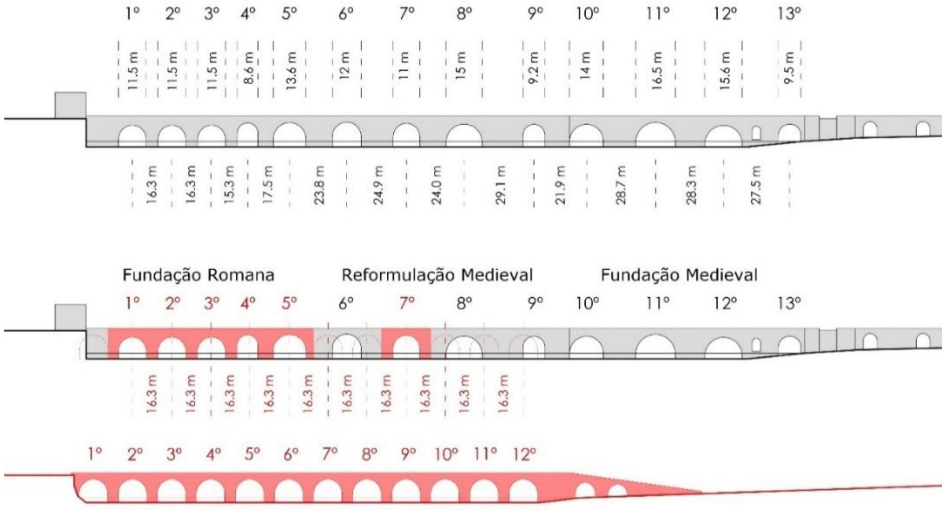


Figura 223 – Esquema da hipotética evolução da ponte de Coimbra desde a fundação romana (a vermelho) até à ponte Manuelina (a cinza).

Da ponte manuelina, demolida em 1873[507], temos vários levantamentos detalhados e fotografias que nos permitem recuperar com rigor a sua configuração. Possuía uma forma irregular, composta a partir de arcos de vários tamanhos e inclusive uma singular torção para Sul no seu traçado. Segundo a análise detalhada de Jorge de Alarcão a regularidade nas dimensões dos três primeiros pilares e arcos da ponte manuelina são um forte indício de os mesmos terem preservado a métrica da ponte romana[508]. Jorge de Alarcão refere ainda outro dado relevante, segundo este autor os arcos da ponte manuelina apresentam duas lógicas distintas que dividem a estrutura em duas perto do 8ª arco, sugerido uma total reconstrução da ponte a partir deste ponto[509]. A análise é muito sugestiva, mas permitimo-nos insistir num elemento significante: a ligeira torção para sul do traçado bem patente no levantamento realizado em 1848, mas também perceptível nas fotografias oitocentistas. É que, se esta torção surge precisamente perto do 8º arco, mais precisamente no final do 9º e considerando que raramente as pontes romanas adoptam traçados irregulares, acreditamos que esta curva seja o ponto do término do tabuleiro da ponte original, romana, ou seja, o sítio em que esta acabava para dar lugar à rampa que descia até ao nível da planície de aluvião.

Note-se que os três primeiros arcos da ponte possuem de diâmetro aproximadamente 11.5 metros, com os centros de cada arco a 16.3 metros uns dos outros. Repetindo esta métrica para o resto da ponte é possível verificar como também os centros do 4º e 5º arco distam aproximadamente 16.3 metros, apesar de estes possuírem diâmetros distintos (8.6m e 13.6m). Para além destes, o 6º arco parece resultar da reconstrução de dois arcos romanos; o 7º arco, com 11 metros de diâmetro, volta a obedecer ao espaçamento de 16.3 metros, com o 8º arco uma vez mais a aparentar resultar da reconstrução de dois arcos romanos. Deste ponto em diante não parece existir nenhuma lógica comum às duas estruturas, tratando-se provavelmente de uma construção original medieval ou manuelina, ainda que sobre parte da ponte romana e, quiçá, aproveitando os maciços de implantação no leito do rio. A partir da leitura da forma e dimensões / métrica da ponte manuelina podemos assim restituir a hipotética (insistimos) forma original da ponte romana como uma estrutura com um tabuleiro de aproximadamente 200 metros de extensão, apoiado em 12 arcos de 16.3 m de diâmetro.

[507] Ibid. p. 37.
[508] Ibid. p. 41.
[509] Ibid. pp. 41-44.

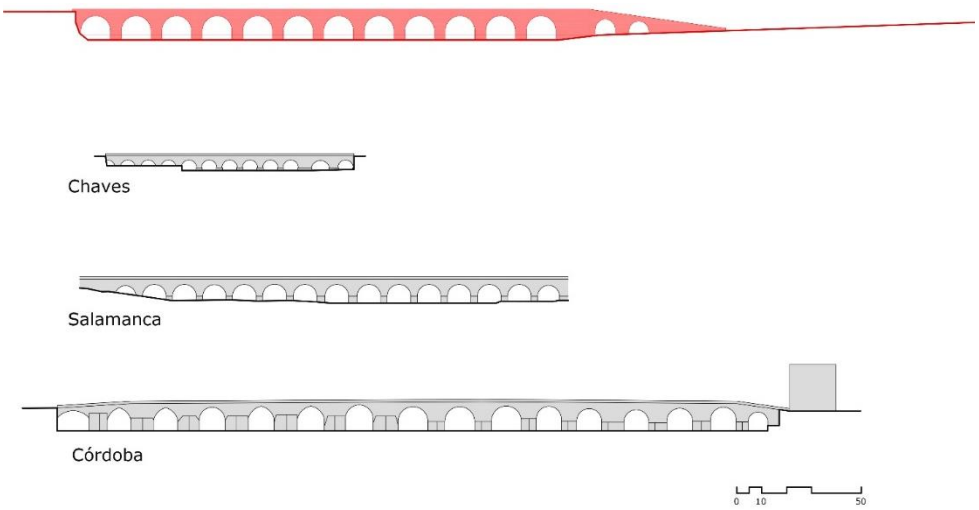


Figura 224 – Comparação entre as pontes romanas de Chaves, Salamanca e Córdoba.

A construção de uma ponte no período romano seria perfeitamente razoável atendendo à importância da cidade e da via romana que por ela passava, ligando as cidades de Lisboa e Braga. Por outro lado, a construção de uma ponte no local não seria particularmente exigente dadas as capacidades técnicas dos arquitectos romanos, sobretudo se considerarmos que o leito do rio à época, antes do seu assoreamento, seria mais estreito e, por conseguinte, mais fácil de transpor. Contudo, ao considerarmos a configuração da hipotética ponte romana, e especialmente ao compararmos a mesma com outras pontes, torna-se evidente que a estrutura teria uma escala excepcional, apenas comparável à ponte romana de Córdoba, sem esquecer a notável ponte de Emerita Augusta, que vence o leito do rio Anas.

A escala da ponte romana sobre o Mondego torna, mesmo assim, a sua construção durante o reinado de Augusto pouco provável, sendo mais viável considerar a existência de uma anterior travessia, talvez uma ponte em madeira, que teria sido posteriormente substituída por uma ponte de pedra. A data para esta construção poderia corresponder à intervenção realizada por Calígula ou ainda durante o reinado do seu sucessor o imperador Cláudio, altura em que é realizada a imponente construção do novo fórum.

Como já foi referido as várias escavações realizadas no Museu Nacional Machado Castro permitiram compreender que o criptopórtico romano situado no centro da cidade sob o antigo Paço Episcopal teria resultado de dois momentos construtivos distintos. Um primeiro momento fundacional com o fórum de Augusto através da construção de um pequeno criptopórtico semelhante a uma galeria semienterrada que suportaria o limite ocidental do primeiro fórum da cidade e um segundo momento, profundamente transformador, em que ao criptopórtico de Augusto se teria justaposto uma outra estrutura de maior dimensão e complexidade, construída durante o reinado do imperador Cláudio. A descoberta de vários elementos arquitectónicos da época de Augusto nas fundações da construção de Claúdio confirma a destruição, pelo menos parcial, do edifício anterior[510]. Esta intervenção pela grande escala resultou de uma profunda reformulação de todo o centro monumental da cidade de Coimbra, resultado talvez da elevação da cidade ao estatuto de *municipium iuris latii*[511].

[510] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. p. 55-65.
[511] Carvalho, P. (1998). *O Forum de Aeminium*. Instituto Português de Museus. p. 181-184.

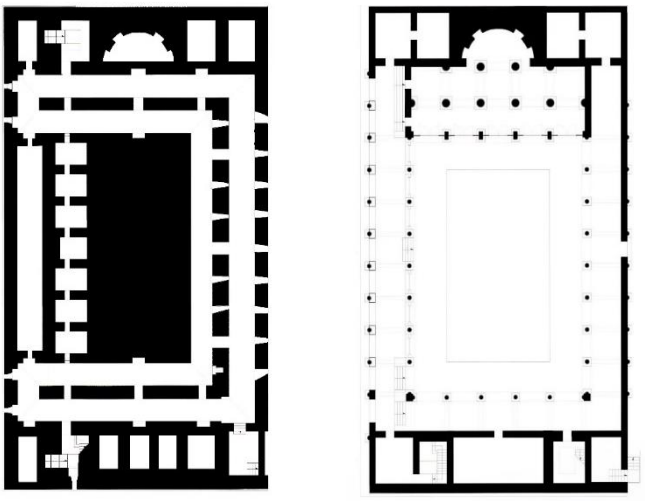


Figura 225 – Comparação entre as plantas do criptopórtico de Coimbra e o hipotético fórum de Cláudio.

Figura 226 – Reconstrução volumétrica do hipotético fórum de Cláudio.

Se o criptopórtico construído na época do imperador Augusto parece constituir-se apenas como um "corredor" que funcionaria como muro de contenção à plataforma do fórum, a estrutura criada na época do imperador Claúdio, cria, em si mesma, uma ampla e sólida plataforma artificial com 37 por 64 metros e na sua face mais alta 12 m de altura. A estrutura, com vários níveis, apresenta no piso superior uma configuração rectangular com um núcleo central rodeado por dupla galeria abobadada em forma de U à qual se ligam nos topos Norte e Sul um conjunto de pequenos compartimentos. Pedro Carvalho e Jorge de Alarcão[512] [513] (entre outros autores) consideram que a estrutura construída na época de Cláudio teria reformulado e integrado o anterior fórum de Augusto, mas entendem, sem certezas, que estes dois espaços seriam independentes· Ou seja, assumem quer a existência de dois fóruns na cidade de Coimbra, um de Augusto e outro de Cláudio, quer a destruição do fórum de Augusto, mantendo-se este como um espaço aberto rodeado por pórticos que precedia a entrada do novo fórum de Cláudio [514].

Tratando-se de uma estrutura de suporte ou embasamento, a sua planta será um prolongamento da planta do edifício sobre si construído permitindo através do seu estudo compreender qual seria a provável configuração do edifício superior. A partir desta constatação, Pedro Carvalho [515], analisa em detalhe a planta do criptopórtico comparando-a com vários exemplos de outros fóruns em busca de uma hipótese para o desenho do que o autor defende ser o desenho do fórum Cláudio de Coimbra. Segundo Pedro Carvalho o edifício ocuparia a totalidade do criptopórtico, adoptando um modelo fechado, com pórticos de dois andares rodeando os três lados de uma praça central aberta, com a proporção de duas vezes a largura por três vezes o comprimento, conforme definido por Vitruvio. No lado Norte da praça o compartimento de forma semicircular identificado pelas suas fundações é interpretado como sendo uma exedra, elemento frequente nas basílicas romanas, considerando que poderia corresponder a uma pequena basílica de duas naves. Da hipótese de Pedro Carvalho destaca-se a ausência de um templo no conjunto edificado, o que segundo o autor se justifica através da comparação com outros fóruns, comuns no Norte da Europa, nos quais é frequente a ausência de um templo.

[512] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER.
[513] O autor agradece a informação partilhada pelo Professor Pedro Carvalho que em muito ajudou à constituição da hipótese de interpretação do fórum romano de Coimbra
[514]Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. p. 65.
[515] Carvalho, P. (1998). *O Forum de Aeminium*. Instituto Português de Museus.

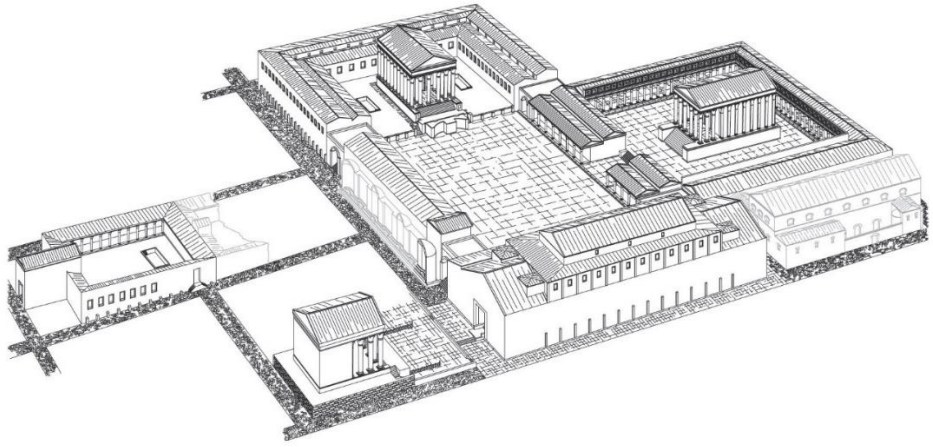


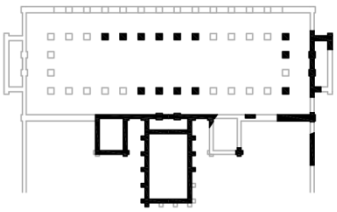
Figura 227 – Recosntrução do fórum de Mérida.

Contudo a análise da hipotética reconstrução apresentada por Pedro Carvalho e Jorge de Alarcão[516] apresenta na nossa opinião algumas fragilidades, sobretudo quando comparada com outros fóruns peninsulares. Nas províncias ocidentais os fóruns tendem a obedecer ao modelo de fórum tripartido caracterizado pela colocação sequencial de três elementos fundamentais (templo, praça, basílica) ao longo de um eixo longitudinal de composição, formando um conjunto fechado, arquitectonicamente coeso e harmonioso. A planta do criptopórtico claramente não parece corresponder a este modelo, possuindo características formais únicas que não são comparáveis a qualquer outro modelo forense como aliás é assumido por Pedro Carvalho: "A **singularidade do plano conjecturado** alcança ainda um particular significado quando o confrontamos com o **único esquema peninsular susceptível de colação**: o traçado alternativo proposto por Anne Congès para o primeiro fórum de *Conimbriga*."[517]

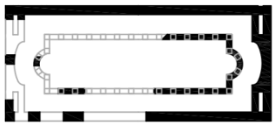
Por outro lado, é também importante referir a invulgarmente reduzida área total do hipotético conjunto forense com apenas 37x64 m, especialmente ao considerar o dispendioso esforço técnico empregue na construção do colossal criptopórtico com o aparente e único objectivo de construir um fórum particularmente reduzido[518]. Não só a dimensão do fórum parece ser demasiado reduzida, mas também parecem estar ali ausentes um conjunto de funções essenciais como o templo, a cúria e as *tabernae*.

A construção de um fórum de Cláudio ao lado de um anterior fórum de Augusto, ou seja, a duplicação de vários fóruns de cronologias diferentes parece também particularmente invulgar no contexto peninsular. Se em Roma encontramos este tipo de lógica construtiva, em que ao Forum Magnum se vai acrescentar o Forum Iulium, e a este o Forum Augustum, sucedido pelo Forum Pacis, Forum Nervae e finalmente pelo Forum Traiani, fora de Roma este tipo de adição por justaposição de novos fóruns a outros pré-existentes é praticamente inexistente. Mais frequente foi a reformulação/ampliação por inteiro dos fóruns pré-existentes (tal como em Saragoça ou Condeixa-a-Velha) ou a adição de novas estruturas pontuais aos fóruns pré-existentes, tais como templos ou santuários.

[516] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER.
[517] Carvalho, P. (1998). *O Forum de Aeminium*. Instituto Português de Museus. p. 192-193.
[518] Ibid. p. 195.

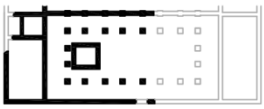


Feurs - aprox. 26 m x 68 m
(Valette & Guichard, 1991)

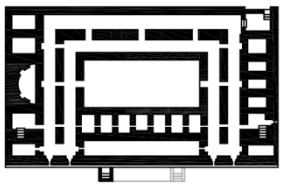


Nyon - aprox. 26 m x 62 m
(Santos, 2006) e (www2.rgzm.de)

Évora - aprox. 27 m x 62 m
(Hauschild, 2010)



Tomar - aprox. 21 m x 60 m
(P. V. Martins, 2013)



Coimbra criptopórtico - aprox. 37 m x 64 m
(Carvalho et al., 2009)

Figura 228 – Comparação entre várias basílicas romanas e o criptopórtico de Coimbra.

Figura 229 – Fragmento de ara dedicada ao génio da basílica.

A comparação do criptopórtico com fóruns tripartidos para além do contraste entre a escala e a sua configuração geral oferece, porem, um outro dado particularmente revelador: a da grande proximidade entre as dimensões do criptopórtico e as basílicas romanas. A esta peculiar semelhança podemos ainda acrescentar a descoberta no local de uma ara dedicada ao génio da basílica[519], ou ainda a existência de uma abside situada axialmente num dos lados menores do edifício. Este posicionamento é típico das basílicas romanas, sendo apenas invulgar a inexistência de outra abside no lado oposto, que pode ser explicada pelo facto de se tratar de uma alteração ao projecto inicial, arqueologicamente preservada nas fundações do edifício[520]. Por outro lado, importa ainda destacar a identificação de vários fragmentos de capiteis jónicos[521] no local que parece repetir um padrão comum aos espaços das basílicas dos fóruns de várias cidades, tais Évora - onde foi recuperado um capitel jónico, hoje exposto no Museu de Évora[522] -, Braga - com a descoberta de um capitel jónico no Largo Paulo Osório[523] - e Tomar onde foi também recuperado um capitel jónico nas escavações da basilida do fórum[524]. Parece-nos, assim, mais natural considerar uma evolução semelhante à que ocorreu no fórum de Condeixa-a-Velha em que também no período Claúdio foi acrescentada uma basílica ao fórum Augustano, talvez mimetizando o que se passava na cidade vizinha de Coimbra. A destruição de pelo menos uma parte do fórum de Augusto, constatada arqueologicamente, levanta ainda outra possibilidade que consideramos exequível: a da reformulação total do fórum augustano no período claudiano, mantendo-se aproximadamente a zona da praça, mas reformulando-se todos os edifícios no seu perímetro, entre os quais o lado ocidental onde foi construído um criptopórtico para suportar a basílica do novo fórum claudiano. Esta situação encontra também paralelos na vizinha cidade de Condeixa-a-Velha, em que o fórum de Augusto seria completamente reformulado e substituído por um novo fórum durante a dinastia Flávia. Podemos assim supor que em Coimbra, tal como em Condeixa ou em tantas outras cidades, os inicialmente modestos fóruns augustanos foram sendo paulatinamente ampliados ou substituídos por estruturas mais imponentes e mais adequadas à crescente prosperidade e sofisticação da vida e administração urbana.

---

[519] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. p. 67.
[520] Carvalho, P. (1998). *O Forum de Aeminium*. Instituto Português de Museus. p. 27-38.
[521] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. p. 48-50.
[522] Hauschild, T. (1997). Um capitel jónico romano descoberto no subsolo do Museu de Évora. *O Arqueólogo Portugês, Série V 13/15*, 415-428. p. 415-428.
[523] Morais, R. (2010). *Bracara Augusta*. Câmara Municipal de Braga. p. 29-29.
[524] Ponte, S. (2010). O Forum de Seilium / Sellium (Tomar). In *Cuidad y foro en Lusitania Romana. Cidade e foro na Lusitânia Romana* (pp. 325-332). Museo Nacional de Arte Romana. p. 325-332.

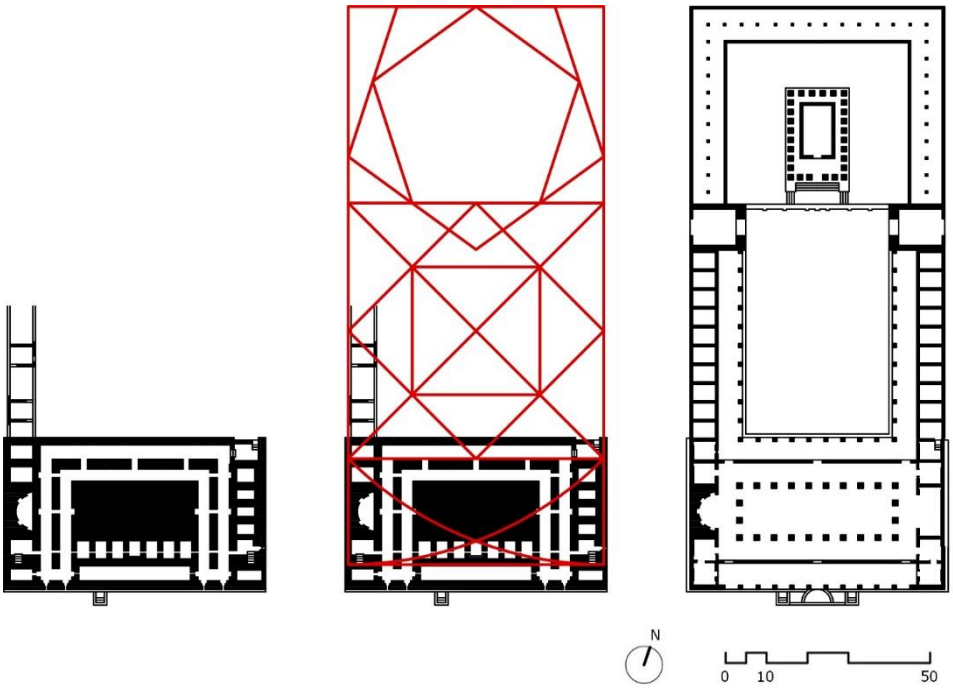


Figura 230 – Reconstrução da planta do fórum de Coimbra a partir do traçado regulador dos fóruns tripartidos.

Assumindo a construção de um novo fórum Cláudio e, considerando a proximidade das dimensões do criptopórtico com o das basílicas de vários fóruns tripartidos, somos levados a comparar os vestígios conhecidos com o traçado regulador que estrutura a composição destes edifícios. Utilizando como referência para a colocação e dimensionamento do esquema geométrico a medida entre o eixo transversal do criptopórtico e os dois compartimentos contemporâneos do criptoportico identificados junto da Igreja de S. João da Almedina, é possível verificar como o espaço central do criptopórtico corresponde exactamente à zona da basílica, gerada a partir do rebatimento da diagonal do quadrado. Esta correspondência entre o espaço basilical e a zona central do criptopórtico não será invulgar uma vez que, por um lado, o pórtico poente se situa cerca de 1.20 m abaixo da cota da basílica, indicando que o mesmo seria exterior a esta; por outro lado o pórtico nascente, no lado oposto, seria originalmente parte do pórtico do forum Augustano, podendo ter sido parcialmente reenquadrado como acesso da basílica, e por essa razão ficando no seu exterior. Esta hipótese permite, por sua vez, enquadrar os compartimentos que foram identificados no exterior do fórum[525], que deste modo ficam também perfeitamente enquadrados na composição, sendo provavelmente parte das *Tabernae* da praça central.

A correspondência entre os vestígios analisados e o traçado regulador permite com alguma segurança confirmar que o fórum de Coimbra obedeceria a este modelo, possibilitando, apesar da ausência de informação integral, criar uma planta hipotética de todo o conjunto forense. Para tal, não só foi utilizando como guia o traçado regulador, mas sobretudo a configuração de outros fóruns semelhantes, nomeadamente o fórum de Évora, pelas semelhantes dimensões. Desta feita, segundo a nossa proposta de restituição, o fórum Cláudio de Coimbra possuiria uma configuração tradicional, seguindo o modelo do fórum tripartido, com o seu templo, praça e basílica, apresentando uma dimensão aproximada de 142 x 63 m. Esta hipótese permite igualmente compreender a razão que terá levado à construção do criptopórtico uma vez que, ao escolher-se o modelo de fórum tripartido, e atendendo à pouca flexibilidade da sua composição elaborada a partir de um rigoroso traçado regulador, os seus construtores foram forçados, partindo da pré-existente praça do fórum de Augusto, a colocar o templo na zona de cota mais elevada e a basílica no seu lado oposto, no sítio mais acidentado, colmatado pelo criptopórtico.

[525] Carvalho, P. (2010). Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (pp. 69-88). Museo Nacional de Arte Romano. p. 83-84.

Figura 231 – Implantação do fórum de Coimbra sobre o tecido urbano antes das demolições realizadas em meados do século XX.

A construção de uma hipótese apresentando a forma global do fórum permite-nos proceder a uma comparação que leva em linha de conta o tecido urbano evolvente, procurando nele elementos adicionais que nos permitam compreender e estudar a evolução do edifício e da cidade. A sobreposição da hipotética planta do fórum à cartografia anterior às transformações da Alta de Coimbra revela uma notável semelhança de alinhamentos. Este facto é revelador de um tecido urbano com uma génese baseada – cremos - na apropriação e reutilização de estruturas pertencentes ao fórum, por enquanto ainda desconhecidas.

O espaço ocupado pela basílica parece ter mantido alguma continuidade funcional e simbólica, ainda que profundamente alterado. Neste sentido destaca-se a destruição da cobertura da nave central da basílica que terá sido transformada num espaço aberto, um pátio rodeado por edificações semelhante ao que hoje ali vemos, com o Paço Episcopal medieval a sobrepor-se à zona anteriormente dominada pela antiga *exedra* da basílica, e com a Igreja de S. João da Almedina a justapor-se ao alçado Nascente da basílica, virando-se para o centro do antigo edifício romano. O templo estaria no ponto mais elevado do fórum, no actual largo da Sé Nova, sensivelmente em frente à fachada da igreja sob a escadaria de acesso. O espaço do *temenos* e do templo parece ter permanecido vazio após o desmantelamento das estruturas do fórum, sem sinais claros de reocupação ou continuidade de estruturas. Este abandono, ou descontinuidade funcional do edifício poderá resultar da destruição dos espaços de culto pagãos na Antiguidade Tardia, em função das novas manifestações religiosas cristãs que preferiam a reutilização de outros espaços ou a construção de edifícios próprios. Abaixo deste, teríamos a zona da praça do forum, em parte preservada sob a Igreja de S. João da Almedina. Talvez um dos aspectos mais interessantes da sobreposição nesta zona prende-se com a frequente monumentalização dos acessos do fórum através de arcos triunfais situados entre a basílica e a praça ou entre o templo e a praça, como é o caso de Évora. No fórum de Coimbra, a comparação da hipotética planta do edifício com o tecido urbano permite destacar a coincidência desde acesso monumental na zona Norte com a actual Rua Couraça dos Apóstolos e, na zona Sul, com um pequeno beco que teria existido no antigo quarteirão que articulava o Largo da Sé Nova (Largo da Feira) com o Paço Episcopal, novamente sugerindo e reforçando a hipótese de o tecido urbano resultar de uma apropriação de estruturas do antigo fórum romano perpetuando uma "memória" física e funcional daquele na cidade.

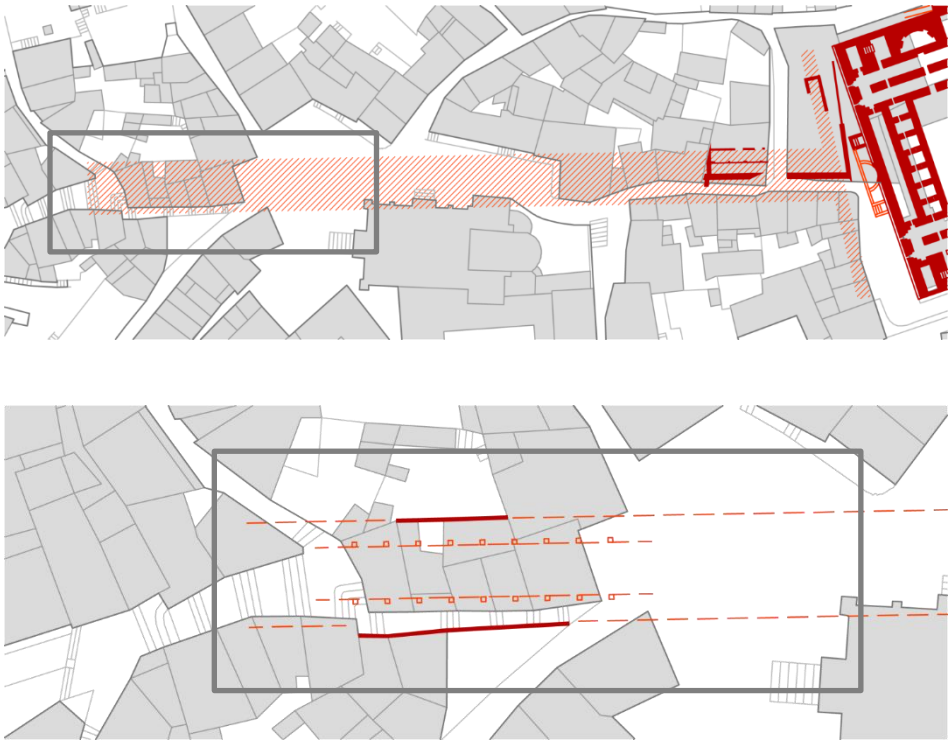


Figura 232 – Continuidade da rua romana identificada na Rua Borges Carneiro até à zona da Rua do Quebra Costas.

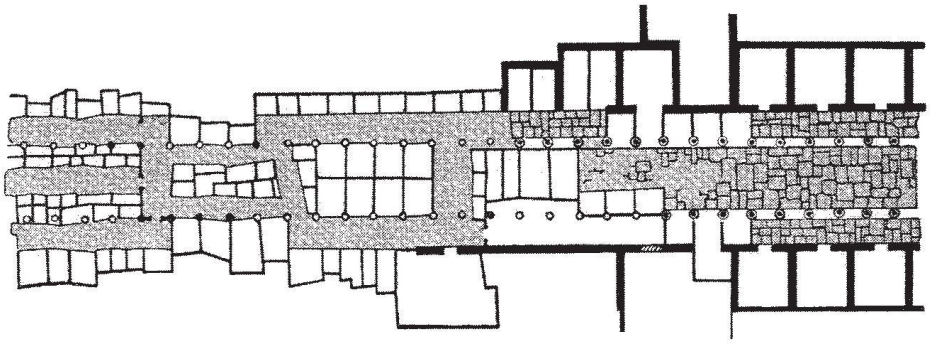


Figura 233 – Deformação de uma rua romana até ao período islâmico.

As escavações arqueológicas realizadas em redor do criptopórtico permitiram a descoberta de um conjunto de estruturas na Rua Borges Carneiro identificadas como vestígios do *Cardus Maximus* [526]. A zona escavada permitiu recuperar uma pequena secção da metade Norte da via, assumindo que a grande cloaca 1.5 metros de secção marca o eixo da via. A 2,3 metros do limite da Cloaca foi descoberto um pequeno muro intercalado aproximadamente a cada 3,8 metros com o embasamento de pilares que fariam o suporte de um pórtico. Este teria aproximadamente 2,5 metros de largura até um segundo muro já pertencente aos edifícios que ladeariam a via [527]. A partir da análise dos vestígios arqueológicos escavados é possível imaginar o aspecto provável do *Cardus Maximus* da cidade como uma grande via ladeada por pórticos que subia a colina em direcção ao Fórum romano, alinhando-se com um provável ninfeu na fachada do mesmo [528]. Considerando a cloaca como o seu eixo central, podemos deduzir que a via teria 6,25 metros de secção, à qual se somariam mais 3 metros em cada pórtico lateral, totalizando cerca de 12.5 metros de secção global. A construção desta via terá resultado de um projecto de renovação urbana que integraria o fórum[529].

O tecido urbano existente na zona da Rua Borges Carneiro reflecte de um modo aproximado a morfologia da antiga via romana, tratando-se seguramente do resultado de uma constante reutilização e evolução das pré-existencias romanas em regime de continuidade de ocupação até ao momento presente. Para além da zona estudada arqueologicamente e expandindo o hipotético perfil da rua para poente, é notória a proximidade entre a implantação e o alinhamento da parede Norte da Sé de Coimbra e o limite Sul do *Cardus Maximus*, um sinal de que também nesta zona a Sé terá sido edificada sobre estruturas romanas pré-existentes. Continuando para poente, é também notória a continuidade dos alinhamentos estabelecidos pelo *Cardus Maximus* na zona da Rua do Quebra Costas, estando as escadas contemporâneas situadas sobre o que seria a zona de passeio sul, enquanto os edifícios preenchem todo o espaço de circulação norte. Esta configuração é delimitada a Sul e a Norte por dois grandes muros de suporte em alinhamento quase perfeito com os limites do *Cardus Maximus*, talvez resultante da existência nesta zona, dado o acentuado declive, de dois muros de suporte que terão sido preservados no tecido urbano subsequente, mantendo-se os seus vestígios até à actualidade.

---

[526] Ibid.
[527] Ibid. pp. 71-83.
[528] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER.
[529] Carvalho, P. (2010). Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (pp. 69-88). Museo Nacional de Arte Romano. p. 75.

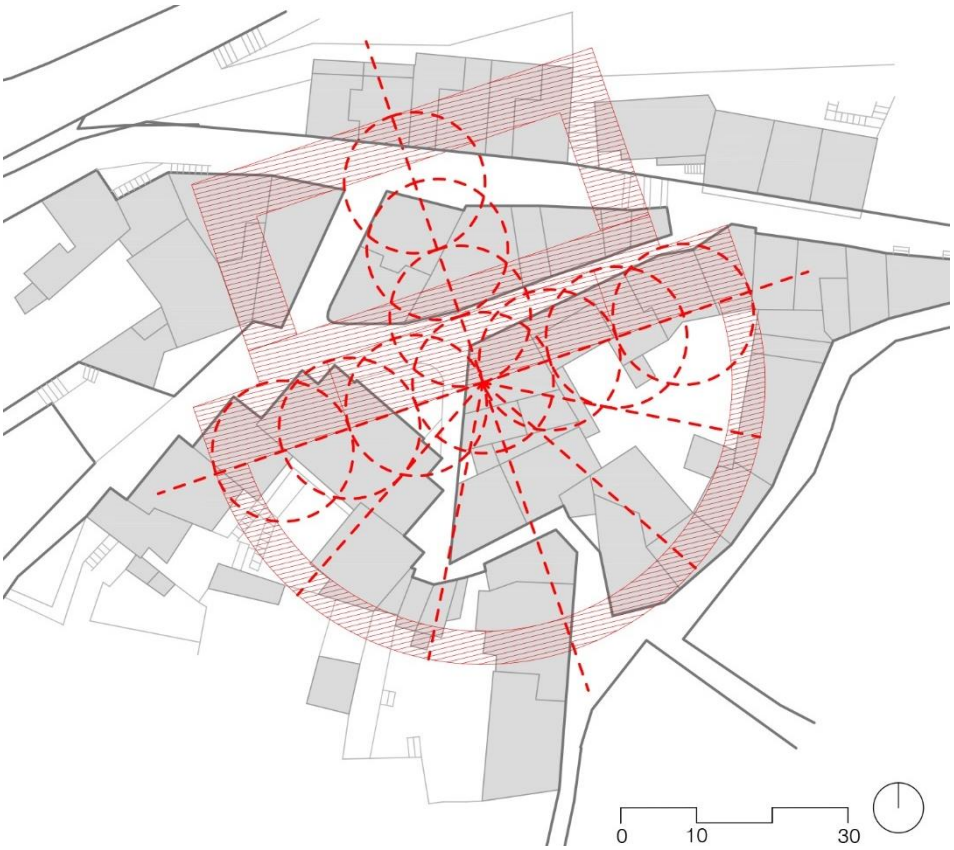


Figura 234 – Implantação do Teatro Romano de Coimbra.

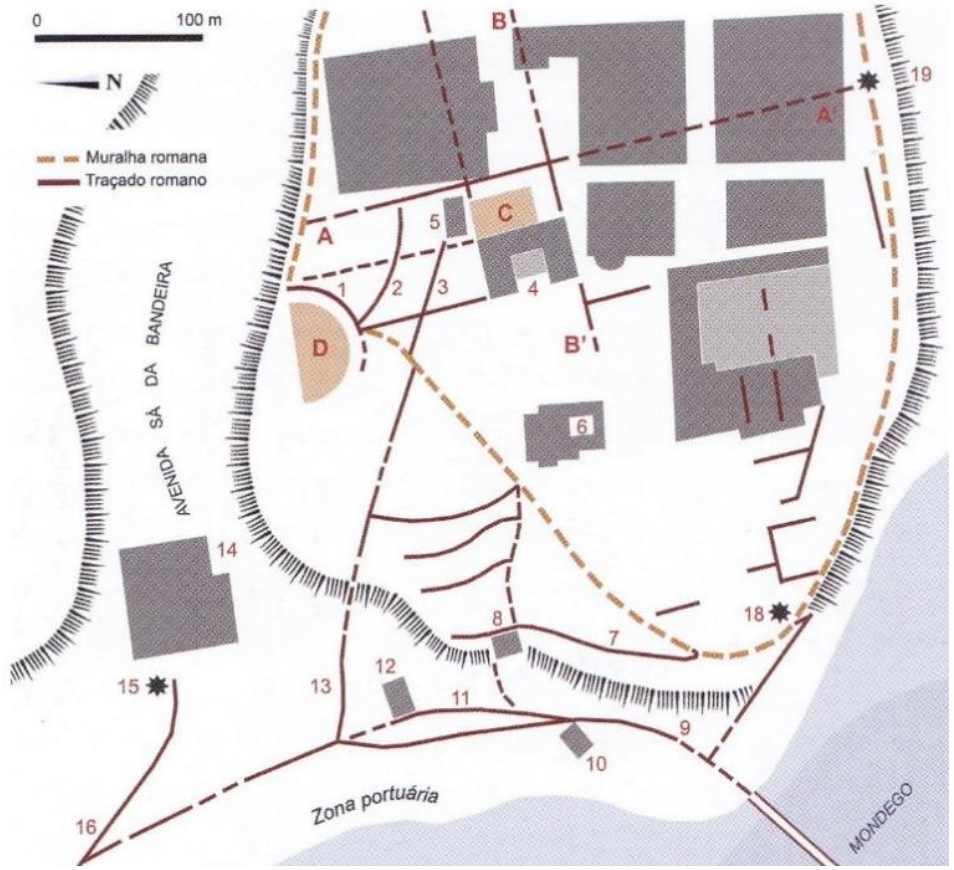


Figura 235 – Urbanismo romano de Coimbra.

Após a intersecção da Rua do Quebra Costas com a Rua Sobre Ripas não existem mais vestígios aparentes de continuidade entre o tecido urbano contemporâneo e os alinhamentos definidos pelos vestígios arqueológicos do *Cardus Maximus*. Entre este ponto e o Arco da Almedina, uma outra lógica de formação de tecido é dominante, o que provavelmente resultou do facto de. nesta zona, a hipotética muralha romana marcar o término da cidade. Apesar da existência deste limite, que se inicia no local do Palácio de Sobre-Ribas, correndo para Sul nas traseiras dos edifícios do lado ocidental da Rua Sobre Ripas e continuando ao longo das traseiras dos edifícios do lado ocidental da Rua Joaquim António de Aguiar até ao antigo Arco de Belcouce. foram encontrados compartimentos de um edifício romano no número 58-66 da Rua Fernandes Tomás[530]. A identificação de uma estrutura romana nesta artéria vem comprovar que a cidade durante o período romano se expandiu para além do seu núcleo inicial tendo provavelmente existido uma eventual ocupação mais intensa da zona baixa, ligada a actividades comerciais/portuárias.

O grande impulso construtivo posterior ao reinado de Augusto vai contribuir para a construção de toda uma série de importantes edifícios públicos. Para além do fórum temos ainda a hipótese, avançada por Vasco Mantas[531] que propõe a implantação de um teatro no lado Norte da cidade. A proposta é pertinente tendo em conta a configuração do tecido urbano e a topografia do local. O posicionamento deste edifício seguiria o declive da colina de modo facilitar a sua construção, o que nesta zona permitiria uma orientação paralela à do fórum, reforçando tal hipótese. A sobreposição de um traçado regulador típico em teatros romanos com o tecido urbano da zona permite aferir com maior detalhe a configuração do hipotético edifício sugerindo uma estrutura com aproximadamente 70 m, ou seja, 150 pés de diâmetro, em que o seu perímetro é delineado na parte oriental pelo traçado da Rua das Flores, com o Beco da Anarda seguindo vários *cunei* centrais e a Rua João Jacinto marcando a separação entre a frente cénica (*scaenae frons*) e as bancadas (*cavea*). Segundo este desenho o muro de suporte da frente de cena seguiria entre a Couraça dos Apóstolos e o Beco de S. Marcos. Aqui a parte traseira do edifício intersecta o traçado da muralha medieval. Nesta zona é frequente os teatros romanos possuírem um conjunto de robustos muros de contenção que servem de fundação e suporte à frente cénica, pelo que seria expectável que houvesse alguma sobreposição entre a muralha estes muros, quer pela possibilidade de o

[530] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 261.
[531] Mantas, V. G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos*, *68*, 487-513. p. 508.

edifício do teatro ter tirado partido de uma muralha pré-existente, quer porque a muralha tardia utilizaria os muros do teatro como apoio. Contudo, tanto a muralha como o tecido urbano na zona da Couraça dos Apóstolos parecem não reflectir quaisquer evidencias de sobreposição entre a parte posterior do hipotético teatro, o tecido urbano e a muralha medieval. Vasco Mantas propõe aqui um traçado alternativo para as muralhas romanas, ou seja, um perímetro que na vertente Ocidental da cidade teria início na muralha medieval junto à Couraça dos Apóstolos, seguiria pela na zona da Rua das Flores atravessando o tecido urbano até à Sé, e a partir daqui seguindo pela Rua Joaquim António de Aguiar até à Estrela, juntando-se novamente à muralha medieval no Arco de Belcouce. Escavações recentes na base da Torre do Anto (Torre Prior do Ameal) demonstraram, porém, que a estrutura dataria pelo menos da Antiguidade Tardia, com uma fase fundacional ancorada no século IV[532]. É pouco provável que nesta época se ampliasse significativamente o perímetro urbano amuralhado, pelo que podemos partir do princípio de que o sítio em que se situa a Torre Prior do Ameal fosse já, em época romana, parte do limite da cidade, ainda que profundamente reformulado no período tardo-antigo.

Outra estrutura de grande relevância para a cidade romana construída neste período terá sido o aqueducto. Temos poucos ou nenhuns dados concretos sobre esta estrutura para além dos elementos visíveis que datam da reconstrução seiscentista realizada no reinado de D. Sebastião. A inscrição realizada à data desta reconstrução refere: "*No anno do Senhor de 1570, o invictíssimo Rei D. Sebastião, o I, no 3º ano do seu governo, mandou reedificar de novo todo este aqueduto, mais nobremente do que fora feito havia muitos anos, como consta pelo rasto que em todo ele se achou coberto de árvores, e pelos furos do penedo atrás do monte da cidade, que se acharam feitos, do qual, com a longa velhice do tempo e grande descuido dos homens, não havia memória. E com este direito descoberto, restituiu as fontes, espalhando-as ao comum uso da cidade e das escolas.*" Se já no século XV houve a intenção de recuperar o aqueduto[533], assinale-se que uma das referências à estrutura é bem mais antiga e pode ser encontrada no registo de um aforamento, em 1087, de uma propriedade perto das Portas do Sol. Eis que refere: "*juxta cursum aqua*", ou seja, reportando-se, provavelmente, a um lugar próximo do aqueduto[534]. A confirmar-se a referência ao aqueduto logo no século XI, é quase certo que a origem do mesmo

[532] Silva, S. T., & Silva, L. M. (2013). A Torre de Anto na História das Muralhas da Cidade de Coimbra à Luz das Novas Evidências Arqueológicas. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 969-977). Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 971.
[533] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 55.
[534] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 62-63.

seria romana, uma vez que apesar de existirem notáveis obras de engenharia hidráulica islâmicas será pouco provável a construção de uma estrutura desta complexidade no clima de instabilidade e guerra constante que dominava por então o Ocidente do Al-andalus, longe dos centros de poder de Córdoba, Toledo ou Sevilha. Parece assim certa, apesar da ausência de evidência arqueológica, a existência de um aqueduto romano na cidade. O aqueduto teria a sua origem algures no topo da actual Rua Lourenço de Almeida Azevedo, na chamada Quinta dos Cruzios pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz desde a sua fundação. O facto de as nascentes pertencerem ao Mosteiro de Santa Cruz seria a razão plausível que motivou os monges crúzios a opor-se ao primeiro projecto de recuperação do aqueduto no século XV[535]. Estas nascentes teriam também uma importância vital para o mosteiro, abastecendo também um aqueduto que fornecia água ao complexo de termas conhecido como *balneum regis* que existia no sítio do Mosteiro de Santa Cruz desde o tempo de D. Sesnando[536]. Desde a fonte ao aqueduto romano corria subterraneamente ao longo da vertente, sésivelmente à cota 100, até ao sítio do Estabelecimento Prisional de Coimbra, onde a conduta de água possui um pequeno trecho sobre um muro após o qual corre elevada sobre 20 arcos com cerca de 14 metros de altura no seu ponto mais elevado. Ao aproximar-se da vertente Oriental da cidade, junto ao antigo castelo na actual Praça Dom Dinis, o curso seria novamente subterrâneo, voltando a emergir talvez próximo do local onde, no século XVI, seria colocado o Chafariz dos Bicos, perto do antigo fórum, perfazendo uma distância total de cerca de 1200 metros.

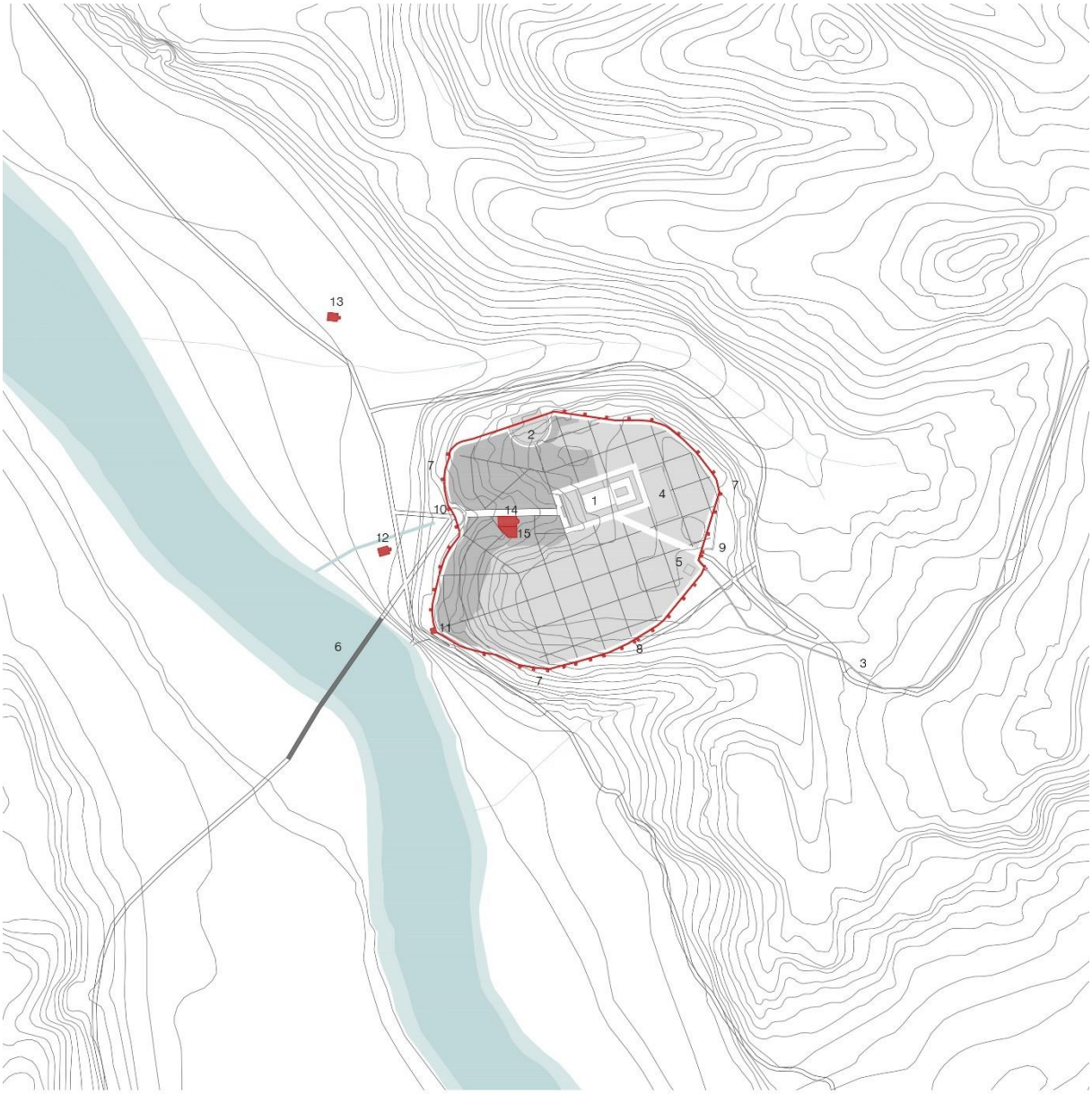
A localização do Chafariz dos Bicos próximo do antigo fórum pode constituir um indício importante da existência de um edifício termal na zona, garantido pelo acesso privilegiado à água, mas também pelo seu posicionamento no centro cívico da cidade. Importa referir o exemplo da vizinha Condeixa-a-Velha em que as termas (ou Termas do Aqueduto) se encontram justapostas ao *castellum aquae* e decididamente próximas do fórum da cidade. O aqueduto pode também explicar a razão pela qual terá sido construída uma grande *cloaca* correndo no exterior ao lado do fórum de Augusto[537], uma vez que a existência desta estrutura, aqui tão perto do topo da colina onde poucas ou nenhumas nascentes existiriam, se justificaria pela necessidade de canalizar o caudal elevado e constante de águas residuais derivadas do aqueduto.

---

[535] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 55.
[536] Ibid. p.155.
[537] Ibid. pp. 55-59.

Coimbra Fase 4 (séculos IV - VIII)

Suevos contra Visigodos



Legenda

1 - Forum de Claudio (séc. I)
2 - Teatro? (séc. I)
3 - Aqueduto (séc. I)
4 - Termas? (séc. I)
5 - Castellum Aquae? (séc. I)
6 - Ponte (séc. I)
7 - Muralha Tardia (séc. IV)
8 - Porta Sul (séc. IV)
9 - Porta Este (séc. IV)
10 - Porta Oeste (séc. IV)
11 - Arco Triunfal (séc. IV)
12 - Igreja de S. Cristóvão? (séc. IV)
13 - Igreja S. Pedro? (séc. IV)
14 - Basílica de Santa Maria (séc. IV)
15 - Conjunto Episcopal? (séc. IV)

Figura 236 – Cornijas romanas reutilizadas no embasamento da Torre do Anto.

Em 409 vários grupos germânicos invadem a Hispânia. Em 411, através de um tratado, os Suevos fixam-se na antiga província da *Callaecia*, formando um reino independente que gradualmente vai conquistar uma parte significativa da fachada ocidental da península. Esta expansão violenta do reino suevo é testemunhada pela Crónica de Idácio, bispo de Chaves, que refere em 465 e 485 ataques dos Suevos na cidade de Condeixa-a-Velha[538]. A expansão Sueva seria confrontada pelo surgimento e consolidação do reino visigodo no Sudeste da península que, em 585, tomaria controlo de toda a antiga Hispânia. A crónica de Idácio comprova o clima de guerra aberta que se instalou na região primeiro com a expansão Sueva e depois com a campanha Visigoda.

Sem prejuízo destes factos militares e políticos, a num período que lhe é imediatamente anterior, deve registar-se para Coimbra testemunhos ainda resultantes de uma sequência tardo-antiga. É assim que vários elementos apontam, como um prelúdio para o que acontecerá depois, para uma reconstrução das muralhas da antiga cidade romana durante o século IV. Jorge de Alarcão sugere o início do século IV como data provável para esta intervenção, a partir de uma inscrição recuperada no fundo da Couraça dos Apóstolos dedicada ao imperador Constâncio Cloro no ano de 305, assinalando provavelmente a conclusão de um edifício público não identificado, possivelmente as muralhas da cidade [539]. Escavações recentes na base da Torre do Anto vieram confirmar a construção durante o século IV, sugerindo, porém, uma época mais avançada a partir da descoberta de uma moeda de Constâncio II (355-361). A deposição desta peça remete a construção de pelo menos a Torre do Anto para a segunda metade do século IV[540]. Na base da torre foram ainda identificados silhares pertencentes a uma cornija[541] provenientes provavelmente de um edifício público de grande qualidade e dimensão, o que demonstra que neste período alguns dos principais edifícios públicos estariam em desuso sendo utilizados como fonte de alvenaria a utilizar na construção das muralhas.

[538] Ibid. p. 69.
[539] Ibid. p. 67.
[540] Silva, S. T., & Silva, L. M. (2013). A Torre de Anto na História das Muralhas da Cidade de Coimbra à Luz das Novas Evidências Arqueológicas. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 969-977). Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 972.
[541] Ibid. p. 971.

Figura 237 – Moeda visigótica de Sisebuto (612-621) cunhada em Emínio.

Neste sentido recordamos a descrição realizada por Jerónimo Mascarenhas em 1630 que ao observar em detalhe as muralhas da cidade dava conta precisamente da existência de silhares de origem romana no muros: "*são grandes pedras quadradas de mármore mui branco, trazidas mais de seis milhas desta cidade, aonde somente as há bem lavradas umas inteiras e outras quebradas, lavradas e esculpidas ao modo romano, as quais pedras não podiam vir a esta cidade senão para obras de grandes edifícios; em alguns se vêem ainda hoje buracos pelos quais se uniam umas com as outras com gatos de ferro, invenção com que, diz Vitrúvio, liv.2, cap. 8., se fazem as obras quase eternas […] estas pedras que digo foram postas nos muros desta cidade, sem ordem alguma, e outras por fundamento dos muros, sendo assim que para edificação delas não podia haver maior comodidade que no sítio desta cidade, cuja maior parte é de grandes pedreiras de outra casta, o que claramente denota que estas pedras foram aqui trazidas de tão longe para edifícios de grande importância […] as mai pedras dos muros da mesma matéria e feito, que os que se acham em Condeixa-a-Velha*" [542].

Convém, todavia, esclarecer que mesmo atendendo à intromissão sueva, em 561 a vizinha Condeixa-a-Velha (*Conimbriga*) era seguramente ainda um importante centro urbano, tendo o seu bispo participado nos concílios de Braga de 561 e 572; e em 589, por altura do concílio de Toledo, surge pela primeira vez referido, não o bispo de Condeixa, mas antes, o bispo de Coimbra (*Æminium*)[543]. Esta alteração sugere uma transferência da diocese de uma cidade para a outra que ter-se-á verificado entre 572 e 589, seguramente na sequência da conquista do reino Suevo pelos Visigodos. Apesar da transferência no concílio de 633, volta a surgir referido o bispo de *Conimbriga*. No entanto é provável que a diocese não tenha regressado a Condeixa, mas antes sim tenha acontecido que os bispos, mantendo-se em Coimbra (*Æminium*), tenham preferido continuar a utilizar o nome da antiga diocese[544]. Nomes derivados de *Æminium* continuariam a aparecer ao longo do século VII em várias cunhagens de moedas visigóticas[545], confirmando que o nome da cidade ainda terá perdurado durante alguns séculos. Porém, a gradual mudança do nome da cidade de *Æminium* para *Conimbriga* nos registos é sintomática de um processo de empobrecimento, ruralização e até mesmo de desaparecimento de vários centros urbanos, como é também revelador de um processo de subalternização das antigas estruturas urbanas e administrativas hispânicas face ao novo e emergente poder político exercido pelas sedes diocesanas.

---

[542] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 69.
[543] Alarcão, J. d. (1988b). *Roman Portugal Vol II Fasc* 2. Aris & Phillips Classical Texts. p. 100.
[544] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 72.
[545] Ibid. p. 71.

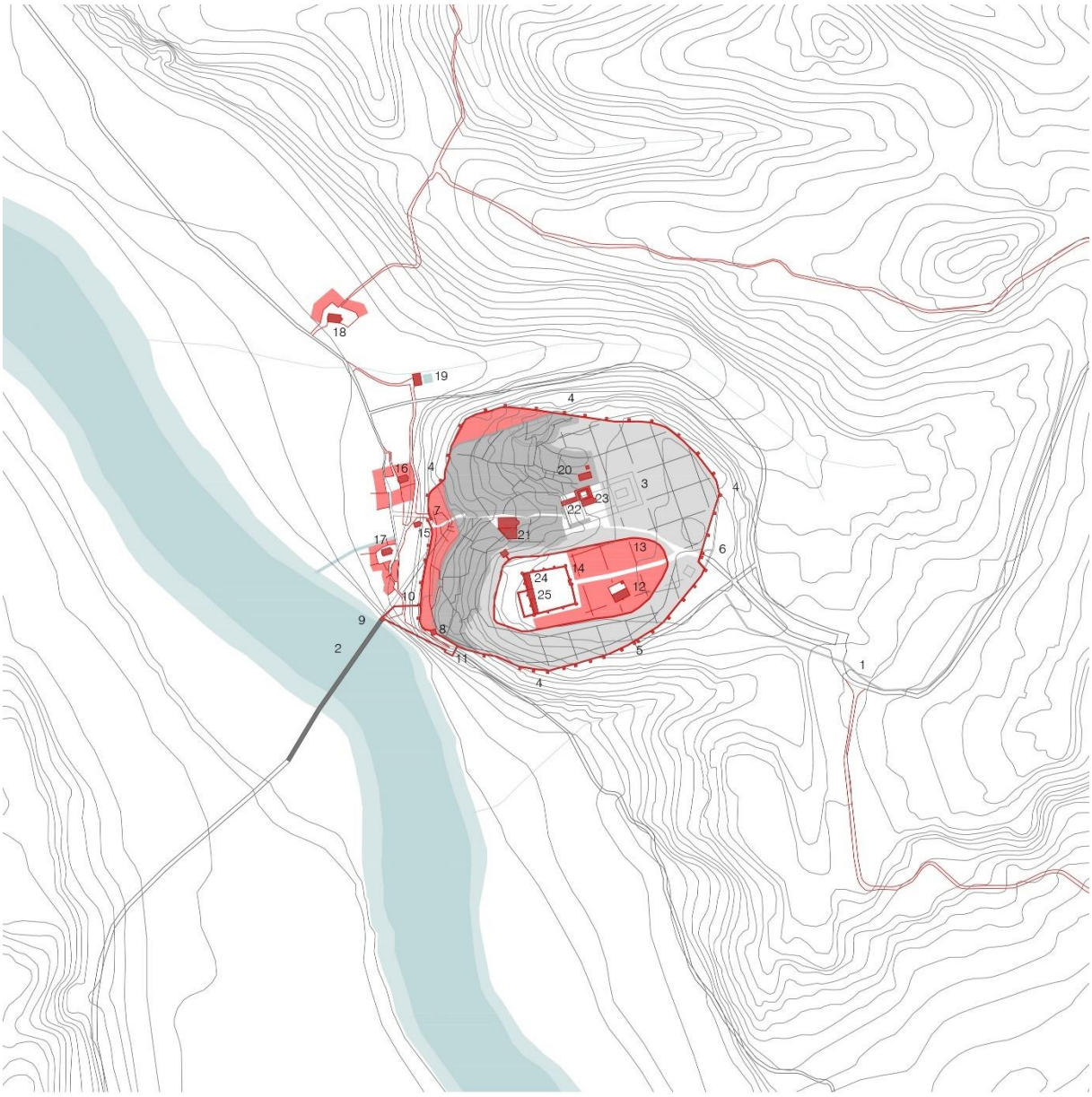
A transferência para Coimbra da diocese visigótica terá certamente conduzido à construção de uma nova sé-catedral bem como um paço episcopal anexo [546]. Apesar da ausência de qualquer tipo de informação histórica ou arqueológica sobre este edifício, a sua existência é quase certa. Terá assumido, canonicamente, a mesma invocação (Santa Maria) e no mesmo local onde ainda hoje encontramos a Sé velha de Coimbra. Quanto ao paço episcopal é provável que este ocupasse o espaço anexo imediatamente a Sul da Sé, e que mais tarde tenha dado lugar ao claustro que hoje existe.

Durante este período é também notório o surgimento de pequenas igrejas ou ermidas paleocristãs nas zonas exteriores às cidades, por regra associadas às principais vias, e inicialmente a pequenos núcleos cemiteriais. Em Coimbra não temos, até ao momento, elementos que comprovem a origem de qualquer igreja no período tardo-romano ou suevo-visigótico; no entanto, existem várias referências ainda que no século X a um conjunto de templos existentes na periferia da cidade que podem ter a sua origem em igrejas paleocristãs construídas entre o século V e o século VIII. Destas, destacamos as igrejas de S. Pedro e de S. Cristóvão. Pela sua provável localização e orago são compatíveis com edifícios de culto fundados neste período. S. Pedro é, portanto, referida no século X no arrabalde da cidade, talvez perto da Rua Direita[547]. A invocação desta primeira Igreja de S. Pedro viria a ser posteriormente alterada uma vez que nas fontes que mencionam esta igreja no século XI se referem a outro edifício existente no interior das muralhas. A descrição do edifício no arrabalde pode sugerir que a primitiva localização da Igreja de S. Pedro seja coincidente com a da demolida Igreja de S. Justa, no seguimento da antiga via de saída da cidade para Norte. A igreja de S. Cristóvão existiria em 957 no local onde hoje existe a igreja de S. Bartolomeu. Esta igreja pela sua localização na proximidade da ponte, e com algum destaque visual a partir da mesma, terá sido provavelmente uma das primeiras igrejas da cidade a ser construídas[548]. Os oragos, mesmo que em mudança, apontam para uma curiosa interpretação cristã, já que, à beira de uma ponte, São Cristovão parece invocação conveniente, protegendo a travessia do curso de água e a viagem; enquanto São Bartolomeu, apesar de outros atributos, parece integrar a dimensão fenomenológica que preside muitas vezes à sua invocação: a do martírio por esfolamento sugerindo pela (dramática) mudança da condição epidérmica (uma mudança ou "perda" de pele) o próprio processo de cristianização e de despaganização.

[546] Ibid. p. 98.
[547] Ibid. p. 78.
[548] Ibid. p. 78.

Coimbra Fase 5 (séculos VIII - XII)

O baluarte do Islão



Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Ponte (séc. I)
3 - Forum (séc. I)
4 - Muralha (séc. IX)
5 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
6 - Porta de Belcouce (séc. I a.C./ séc. IX)
7 - Porta da Medina (Séc IX)
8 - Porta de Belcouce (séc. I a.C./ séc IX)
9 - Torre da Portagem? (séc. XI)
10 - Arco da Calçada? (séc. XI)
11 - Arco da Alegria? (séc. XI)
12 - Mesquita Aljama (séc. IX) / I. de S. Pedro (séc. XI)
13 - Alcácer (séc. IX)
14 - Alcáçova (séc. IX)
15 - Igreja de S. Cristina? (séc. X)
16 - Igreja S. Cucufate (séc. X)
17 - Igreja de S. Bartolomeu (séc. X)
18 - Igreja S. Pedro no arrabalde? (séc. X)
19 - Termas do Rei? (séc. X)
20 - Igreja de S. Salvador (séc. XI)
21 - Basílica de Santa Maria (séc. XI)
22 - Paço Episcopal? (séc. XI)
23 - Igreja de S. João da Almedina (séc. XI)
24 - Paço da Alcáçova? (séc. XI)
25 - Capela de S. Miguel? (séc. XI)

A cidade foi provavelmente tomada pela primeira vez pelas forças islâmicas sem violência em 714 por meio de um acordo estabelecido entre os exércitos invasores e os governantes visigodos locais[549]. Esse acordo iria, em troca de um tributo, garantir um alto nível de autonomia do emergente estado islâmico que ainda tentava consolidar o seu recém-adquirido poder. Tudo leva a crer que as principais estruturas urbanas, políticas, sociais, económicas e até mesmo religiosas cristãs ter-se-hão mantido sem grandes alterações durante os primeiros anos da ocupação islâmica. O elevado nível de autonomia que existiria na região terá levado ao surgimento de algumas tentativas de sublevação face ao crescente poder omíada, como testemunha o ataque realizado em 794/795 por Abd al-Malik que, de regresso de uma expedição à Galiza contra Afonso II, Rei das Astúrias, teria invadido e destruído a cidade. Como resposta Afonso II lança um ataque em 797/798 atacando e pilhando toda a região até Lisboa. Face à crescente instabilidade existente na zona entre o Douro e o Tejo, o emir al-Hakam I lançou em 808/809 uma expedição comandada pelo seu filho, o Príncipe Hisham. Essa expedição marcou o fim da vida semiautónoma de cidades como Lisboa, Coimbra e Santarém que, a partir de então, foram submetidas ao rígido controlo do Estado omíada, iniciando-se um período de crescente islamização.

Em Coimbra a campanha liderada pelo Príncipe Hisham vai marcar o início de uma profunda transformação da qual se destaca a reformulação e melhoria das defesas da cidade. Esta reformulação é sugerida através de vários indícios existentes em vários pontos das muralhas de Coimbra. Entre estes, destaca-se a intervenção arqueológica na Rua Fernandes Thomaz 58-66 que permitiu a identificação de um compartimento romano, ao qual se teria sobreposto uma complexa sequência estratigráfica de torres e muralhas[550]. Apesar dos autores sugerirem uma cronologia pré-islâmica para a torre, e islâmica para a muralha, os mesmos afirmam ser possível estarmos perante um conjunto de estruturas construídas no século IX com reformas posteriores. A interpretação destas estruturas como sendo de origem islâmica do século IX, permite enquadrar cronologicamente a construção do pano de muralha avançado que vai, no lado Ocidental da cidade, da Porta de Belcouce até à Torre do Anto, e que terá resultado no abandono da hipotética muralha romana que corre ao longo da Rua Joaquim António de Aguiar e Rua Sobre Ripas.

[549] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 137.
[550] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 261-262

Figura 238 – Gravura do Arco de Belcouce.

A evidência de uma origem islâmica para o lance de muralha entre a Porta de Belcouce e a Torre do Anto vai também de encontro à cronologia apresentada por A. Nogueira Gonçalves para a evolução da Porta da Almedina. Segundo este autor, esta estrutura seria inicialmente composta a partir de uma porta com arcos duplos (interior e exterior) com um perfil de ferradura, ladeados por duas torres[551]. Em época posterior, as faces salientes dos originais arcos de ferradura teriam sido desbastadas, ocultando o seu desenho original. Estes elementos da porta original permanecem preservados sob a estrutura da torre actual que terá resultado provavelmente de uma profunda modificação realizada no reinado de D. Fernando [552]. Para A. Nogueira Gonçalves. a porta teria sido originalmente construída durante o período condal entre a reconquista da cidade em 878 e a sua perda para Almaçor em 987. Contudo, e apesar estar bem documentada a construção de arcos de ferradura em construções visigóticas e moçárabes, a sua aplicação é mais frequente em contextos islâmicos, facto reforçado pela cronologia do século IX identificada na escavação da Rua Fernandes Thomaz. Parece assim plausível assumir que toda esta secção da muralha entre a Porta de Belcouce e a Torre do Anto, incluindo a Porta da Almedina, faça parte de um mesmo programa construtivo realizado no século IX, na sequência da conquista da cidade em 808/809.

Com uma configuração muito semelhante à da antiga Porta da Almedina temos também o registo da desaparecida Porta da Traição (ou da Genicoca) ou como aparece referida num documento do século XI, porta de Ibn Bodron[553]. O nome sugere uma origem islâmica conforme aos desenhos pombalinos que a representam composta a partir de um sistema de dois de perfil ultrapassado. No exterior, a porta seria ainda ladeada por duas torres simétricas resultando numa configuração muito semelhante à da Porta da Almedina. No entanto, esta estrutura foi demolida no século XVIII; porém, dadas as aparentes semelhanças com o desenho inicial da Porta da Almedina, é possível que ambas fossem contemporâneas, talvez parte de um mesmo programa de reforço defensivo realizado após a conquista de al-Hakam I. Neste sentido ganha especial significado a referência que A. Carneiro da Silva fez à existência de pedras visigóticas muito trabalhadas[554].

---

[551] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 6-7.
[552] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
[553] Ibid. pp. 110-112.
[554] Silva, C. d. (1988). A Almedina de Coimbra. In *Alta de Coimbra. História, Arte e Tradição* (pp. 11-29). GAAC. p. 27.

Naturalmente, para além da Porta da Almedina e da Porta da Traição, não podemos deixar de destacar a porta em arco ultrapassado do Paço Episcopal, a qual, apesar possuir uma cronologia pouco clara não deixa de ser um notável exemplar de arte de influência islâmica na cidade.

Outro elemento fundamental, e talvez o mais importante é a mesquita maior da cidade ou a mesquita *aljama*. Este tipo de edifícios tem um papel fundamental na estrutura urbana, política e religiosa nas cidades islâmicas, onde a população masculina da cidade se reuniria todas as sextas-feiras para rezar em conjunto. Sabemos que este edifício terá existido a partir de um conjunto de várias descrições que mencionam a mesquita, confirmando a sua existência, e referindo a sua conversão em igreja:

"*El rei dõ Fernando, depois que entrou em a cidade de Coymbra como já dissemos, fez Rodrigo de Vivar Cvalleiro ena mizquita mayor e esta maneira: cingiulhe a espada e deulhe paz enna boca e no lhe deu rostrada, E desque foi cavaleiro foi cavaleiro, ouve nome Roy Diaz. E tomou logo a espada do altar por mandado del Rei e fez nove cavalleiros novees. E el rey fezlhe muyta honra e louvou muyto a Deus por lhe fazer tanta mercee e cobrar Coybra*"[555]

"*Porto* (Coimbra) *é uma cidade antiga, uma das capitais do ocidente do al-Andalus; nela existia uma grande mesquita aljama que foi transformada pelos cristãos quando conquistaram a cidade; actualmente é a capital de al-Rink al-Rumi* (Afonso Henrriques). *Possui grandes muralhas e portas fortificadas, uma imensa terra de lavoura e um vasto território que compreende duas mil aldeias e um total de setenta castelos.*"[556]

A mesquita é um edifício imprescindível na paisagem urbana de qualquer cidade islâmica do Al-Andalus. Porém, ao contrário de casos semelhantes, em que sabemos como a mesquita da cidade foi convertida em igreja, e onde se situava, em Coimbra não existem referências históricas ou arqueológicas definitivas que nos permitam identificar onde se localizou este importante edifício ou o que lhe aconteceu. Esta ausência de qualquer evidência a respeito da mesquita da cidade permanece como uma das lacunas mais enigmáticas da história da cidade.

[555] Cintra, L. F. L. (1951). *Crónica geral de Espanha de 1344 / ed. crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra*. Academia Portuguesa de História.
[556] Molina, L. (1983). *Una descripción anónima de al-Andalus [Ḏikr bilād al-Andalus] Editada y traducida, con introducción, notas e índices, por Luis Molina*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín.

Atendendo à existência de referências que apontam para a conversão da mesquita de Coimbra em igreja, deveriam existir vestígios fortes que permitissem a sua fácil identificação. A conversão de mesquitas em igrejas é um fenómeno comum e relativamente bem estudado, que se pautava pela manutenção quase intacta da antiga mesquita, à qual apenas era alterado o eixo de composição, rodando-se em 90º de sudeste virado para Meca, para nordeste virado para o sol nascente[557].

Autores, como António de Vasconcelos[558], ou Walter Rossa[559] propuseram o espaço da Sé velha considerando, por exemplo, a invocação de "Santa Maria" comum na conversão de mesquitas, no entanto, como salientou Jorge de Alarcão, no local da Sé a parede da *quibla* assinalando a direcção de Meca "*seria oprimida e humilhada pela encosta*..."[560]. Outros autores, como Ferreira de Almeida, argumentaram ainda que "a comunidade árabe nunca teve peso suficiente para arrancar a catedral do lugar central que ocupa desde os tempos visigóticos"[561]. Assim, deve ser considerada a possibilidade de a antiga mesquita de Coimbra estar situada sob outra igreja, devendo ser consideradas as igrejas documentadas no espaço intramuros antes ou imediatamente após a conquista final da cidade. Entre estas destacam-se a igreja de Santa Maria, a Igreja de S. João, a igreja de S. Salvador e a igreja de S. Pedro. A Sé Catedral ou igreja de Santa Maria é referenciada a 1086[562], embora provavelmente ocupando o mesmo local desde o período visigótico ou mesmo do final da antiguidade tardia. A igreja de S. João, situada sobre as ruínas da antiga basílica romana, é mencionada em 1083 havendo dúvidas se esta referência descreve um edifício novo ou a reconstrução de uma igreja já existente[563] . A Igreja de Salvador é mencionada em 1064, ano da reconquista da cidade, o que leva a crer já existisse antes desta data[564]. A igreja de S. Pedro aparece nas fontes históricas já em 980 provavelmente no arrabalde, e a partir de 1087 dentro da cidade[565].

---

[557] Sobre a conversão de mesquitas em igrejas ver os vários trabalhos realizados por Susana Calvo Capilha como por exemplo: Capilla, S. C. (2016). De mezquita a iglesia: el proceso de cristianización de loslugares de culto de al-Andalus. In P. G. M. Vendrell (Ed.), *Transformació, destrucció i restauraciódels espais medievals*. Patrimoni 2.0 Edicions.

[558] Vasconcelos, A. d. (1930). *A Sé-Velha de Coimbra : apontamentos para a sua história*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

[559] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 180.

[560] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 102.

[561] Almeida, C. A. F. d. (1991). Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua liçaõ para a dinâmica urbana de então. In *A simbólica do espaço - cidades, ilhas, jardins* (pp. 137-141). Editorial Estampa.

[562] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 98.

[563] Ibid. p. 105-109.

[564] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 180-181.

[565] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 78.

Figura 239 – Comparação entre os alinhamentos da Igreja de S. Pedro e o tecido urbano na Alta de Coimbra.

Figura 240 – Fotografia aérea da cidade de Saragoça evidenciado a dissonante relação entre a orientação da igreja catedral, antiga mesquita aljama, com o tecido urbano envolvente de origem romana.

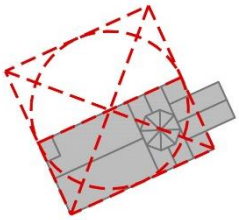
.

A análise morfológica destas igrejas demonstra um padrão claro para seguir uma orientação canónica, com o altar virado a nascente. Em cada igreja, esta orientação tende a ser ligeiramente adaptada para se conformar ao tecido urbano envolvente, com excepção notória da antiga Igreja de S. Pedro. No caso desta igreja, existia uma clara diferença entre a orientação do edifício, de aproximadamente 153º Sul, e a orientação da malha urbana envolvente. Esta diferença pode ser explicada pelo facto de cada entidade (tecido urbano e igreja) possuir um tempo de construção diferente, ou talvez pelo facto da igreja obedecer a uma lógica compositiva diferente.

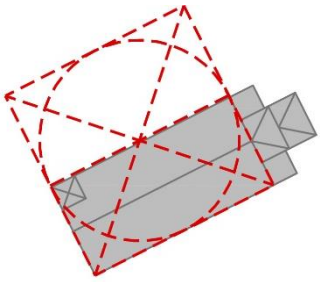
A antiga igreja de S. Pedro ocupava uma posição invulgar, sensivelmente a meio da Rua Larga (uma das mais importantes da cidade medieval), mas com a sua fachada virada para a Rua de S. Pedro (uma travessa da Rua Larga), existindo um desnível considerável entre o pavimento da igreja e a rua. Este desnível dificultava a regular articulação da fachada com o espaço público, não permitindo a existência, por exemplo, de um adro, uma vez que todo o espaço na fachada era ocupado por um complexo sistema de muros de contenção e escadas. Parece particularmente invulgar considerar a concepção e construção intencional de uma igreja neste sítio, com todas as condicionantes referidas já que se torna evidente a desarticulada relação do edifício com o sistema de ruas envolvente bem como a complexa ligação entre a igreja e o seu espaço público. Parece ser assim mais coerente considerar a hipótese de estarmos perante um edifício pré-existente, construído seguindo outras lógicas, que foi transformado em igreja, mantendo parte das condicionantes espaciais da sua composição inicial. A hipótese da uma conversão de um edifício anterior é reforçada pelos elementos de origem visigótica ou moçárabe recuperados na igreja durante a sua demolição[566].

Por outro lado, a orientação da igreja de S. Pedro de aproximadamente 153º Sul, para além de ser contrastante com o tecido urbano envolvente, apresenta paralelos relevantes com a orientação de várias outras igrejas construídas a partir de antigas mesquitas. De entre as igrejas com uma orientação de 153º Norte destacam-se as duas mais antigas igrejas de Santarém, a igreja de Santa Maria de Marvila, descrita tradicionalmente como tendo sido contruída sobre a antiga mesquita maior, e a igreja de Santa Maria da Alcáçova, construída no mesmo ano da conquista da cidade o que torna provável a sua existência antes da conquista.

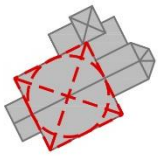
[566] Pierre, D. (1969). Sur léglise de São Pedro de Coimbra. *Revista Portuguesa de História XII*, 121-124.



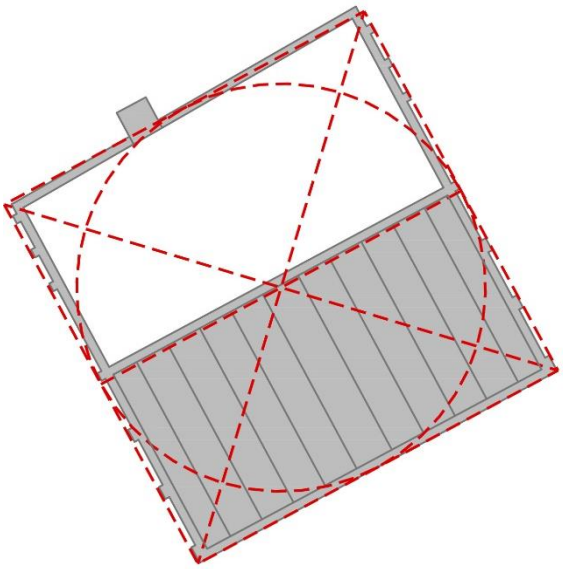
S. Pedro (Coimbra)



S. Maria de Marvila (Santarém)

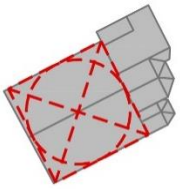


S. Maria do Castelo (Santarém)



Mesquita de Abd al-Rahman I (Córdova)

Ermida del Cristo de la Luz (Toledo)



S. María del Castillo (Badajoz)

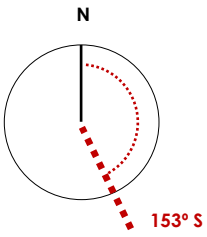


Figura 241 – Comparação entre os alinhamentos e o traçado regulador de antigas mesquitas andaluzes com as igrejas de S. Pedro em Coimbra, S. Maria de Marvila em Santarém, S. Maria da Alcáçova em Santarém, a Mesquita Aljama de Córdoba, a Ermida del Cristo de la Luz em Toledo e a Igreja de Santa Maria em Badajoz.

Encontramos também um número significativo de edifícios cuja origem em antigas mesquitas está bem documentada partilhado a mesma orientação precisa. De entre estas destacamos a antiga igreja de Santa Maria del Castilho na cidade de Badajoz (uma antiga mesquita datada de 875/889) ou a capela do Cristo de la Luz em Toledo (mesquita Bab al-Mardum datada de 999).

Apesar da orientação das mesquitas no Al-Andaluz ser um tema controverso dadas as diversas tendências dominantes em diferentes orientações, com prevalência em determinados séculos ou contextos geográficos particulares, uma das mais abrangentes, coerentes e uniformes tendências é, precisamente, a de orientar estes edifícios segundo a direcção aproximada de 152º Sul[567]. Esta tendência de orientação é também apelidada "tendência Cordovesa" dada a sua origem na mesquita aljama de Córdoba à data da sua construção em 786, na altura o maior e mais importante edifício religioso da península e uma parte fundamental do recém-fundado emirado de Córdoba de Abd al-Rahman I. Devido à sua importância e prestígio seminais, a mesquita de Córdoba tornou-se um modelo de referência que foi copiado por várias outras mesquitas em toda a península com o objetivo de aumentar o seu prestígio – e de prestigiar as que a imitavam – ou demonstrar fidelidade ao poder do emirado omíada.

Para além de replicar a orientação da mesquita de Córdoba é também aparente a influência que o modelo arquitetónico deste edifício deteve. A configuração original da mesquita aljama de Córdoba (antes das sucessivas ampliações) segue um traçado regulador composto a partir de uma composição quadrada. A composição, a partir de uma geometria quadrada, tem importantes implicações espirituais e simbólicas, representando a perfeição e unidade divinas, a mítica primeira mesquita do profeta construída em Medina, ou a Kaaba (cubo) em Meca. Se os edifícios maiores copiam diretamente o plano de Córdoba, num esquema de duas partes em que o espaço quadrado é dividido entre o salão de orações (*Musalla*) e o pátio (*Sahn*), as mesquitas menores têm um único plano quadrado totalmente ocupado pelo salão de orações, sem pátio. O pátio, não servindo nenhuma função específica nas igrejas após a conversão, tende a desaparecer, mantendo-se apenas o corpo da mesquita transformado em igreja com uma proporção de 1 por ½.

[567] Rius, M. (2000). *La alquila en al-Andalus y al-Maghrib al-Aqsà*. Institut " Millás Vallicosa" d'Història de la Ciència. p. 113.

Figura 242 – A igreja de S. Pedro em 1899.

Figura 243 – Pilastras de cronologia Moçárabe ou Islâmica recuperadas na demolição da Igreja de S. Pedro.

Outro elemento-chave no traçado regulador de base quadrada das mesquitas no al-Andaluz é a presença típica da torre minarete ou *alminar* geralmente no canto norte do edifício ou próximo da entrada principal na parede noroeste. Após a conversão, os minaretes são simplesmente adaptados em torres sineiras, algo que, com a eliminação do pátio da mesquita, as levam a surgir aparentemente isoladas a Norte, sem ligação com o edifício da igreja. A antiga torre sineira de S. Pedro foi demolida em 1754; no entanto, existem descrições contemporâneas que permitem recuperar a sua localização aproximada:

"a *antiga torre da igreja erguia-se fora do edifício, num espaço que ainda se nota entre as casas da Travessa de S. Pedro e que fica na altura da cabeceira*"[568]

"*Tinha a dita Igr.ª huma rua torre munto afortalezada que existia da parte Norte, metendo-se entre ella e Igre.ª huma rua a qual estava junto da porta travessa; foi por ella a 20 de fevereiro de 1721 hum dos solios do rancho da carqueixa; porem foi demolida no anno de 1754 pela venda que della fizerão prior chantre e beneficiados a Bento Fernandes çapateiro em prezo de cento e tantos mil reis para com este producto fabricarem duas torres que ficão viradas para puente; e neste terreno foram fabricadas pelo comprador humas casas no fundo das quaes foi achado pelo mesmo hum grande pote de barro coberto com huma laixe porem sem couza alguma dentro...* "[569]

Apesar da sua destruição, os vestígios desta estrutura estariam ainda preservados no tecido edificado existentes no pequeno beco a Norte da igreja, tendo um edifício no seu extremo sido aparentemente ocupado ou constituindo o espaço de implantação da antiga torre, quiçá os vestígios/fundações da mesma. A posição da torre sineira de S. Pedro enquadra-se, assim, no que é um cenário comum para uma igreja adaptada de uma mesquita, reforçando a hipótese de que este edifício seria originalmente a mesquita aljama da cidade. Esta hipótese permite não só justificar a orientação divergente da igreja em relação ao tecido edificado, mas também compreender a invulgar relação com o sistema urbano, em que a entrada original do edifício, a Norte, teria uma relação directa com a Rua Larga e não com a sua travessa, a Rua de S. Pedro.

[568] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. p. 26.
[569] Pereira, J. d. S. (1783). *Coimbra Glorioza*. Manuscrito. capítulo 4, parte 1, parágrafo 3. (agradecimentos à epigrafista Ana Caessa pela tradução do texto.)

A semelhança entre as orientações, a aparente configuração quadrada das igrejas de Santa Maria de Marvila em Santarém e S. Pedro, e a proximidade geográfica entre esses dois edifícios, permite ainda estabelecer um paralelismo sobre a origem destas duas hipotéticas mesquitas, através de uma descrição que nomeia o encomendador da mesquita de Santarém:

"*Santarém é uma cidade grande e antiga, possui uma grande mesquita aljama construída sob as ordens do íman al-Hakam, banhos esplendidos e ruas amplas e ordenadas. Os seus vastos territórios abarcam mais de mil aldeias, todas as quais tomam a sua água de um rio que as atravessa chamado Guadiana (Tejo)…"*[570]

A construção da mesquita de Santarém pode assim ser enquadrada na já referida expedição militar conduzida pelo emir al-Hakam I para reconquistar o território entre Lisboa e Coimbra. É deste modo plausível considerar a construção tanto da mesquita aljama de Santarém como da aljama de Coimbra no período entre a conquista destas cidades em 809 até à morte do emir em 822. Ambos os edifícios teriam sido construídos segundo o modelo da mesquita aljama de Córdoba como símbolos paradigmáticos do novo controlo e autoridade do Emirado Omíada sobre estes territórios. A localização da aljama de Coimbra em plena Alta, sensivelmente a meio da Rua Larga, no cume da colina em que se situa a cidade e próxima do actual edifício da Universidade de Letras, terá assumido algum destaque na paisagem urbana, presidindo sobre todos os outros templos cristãos. Neste sentido, pela proximidade imediata à mesquita da cidade, destaca-se a construção do que será talvez o maior e mais importante monumento de origem islâmica, o Alcácer.

Esta estrutura, emblematicamente situada no topo da cidade, em clara dominância visual sobre o ambiente urbano, foi sucessivamente transformada e adaptada, primeiro como paço real e, depois, como universidade, mantendo a sua icónica silhueta desde a sua construção até à actualidade. Se a origem do monumento se manteve relativamente obscura durante a maior parte da história da cidade, o recente estudo realizado por A. Filipe Pimentel permitiu recuperar inequivocamente a configuração original da estrutura islâmica a partir de várias sondagens arqueológicas e a partir da leitura e interpretação de elementos que ainda hoje permanecem parcialmente integrados em construções posteriores.

[570] Molina, L. (1983). *Una descripción anónima de al-Andalus [Ḏikr bilād al-Andalus] Editada y traducida, con introducción, notas e índices, por Luis Molina*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín.

Este estudo demonstrou que o antigo alcácer de Coimbra teria originalmente uma configuração quadrada com 80 metros de lado definidos por muralhas extremamente robustas com aproximadamente 2.50 metros de espessura e um duplo soco ressaltado na base. A estrutura foi construída com boa alvenaria de blocos aparelhados, alternadamente, isto é, segundo a técnica de soga e tição, comum nas fortificações do Emirado Omíada. Esta imponente muralha construída em parte com silhares romanos e visigodos reutilizados, era pontuada nos extremos por torreões ultrasemicirculares e nas suas quatro faces por torreões menores semicirculares, que estão na base das torres ainda hoje visíveis pontuando o alçado Norte do Paço das Escolas[571]. A porta monumental seria muito semelhante às já descritas portas islâmicas da cerca urbana, Almedina e Traição (ou Genicoca), constituindo-se por um duplo arco de ferradura defendido por duas torres semicirculares, cujos vestígios teriam ainda sido descritos por Virgílio Correia[572]. Infelizmente, delas pouco ou nada se sabe, e ignora-se se de facto existiram ou qual a respetiva configuração, o mesmo se podendo dizer dos edifícios construídos no interior do Alcácer (talvez uma residência palatina?). Contudo, parece claro que, a terem existido, pouca coisa destas estruturas terá sobrevivido à adaptação em paço real e, depois, em universidade.

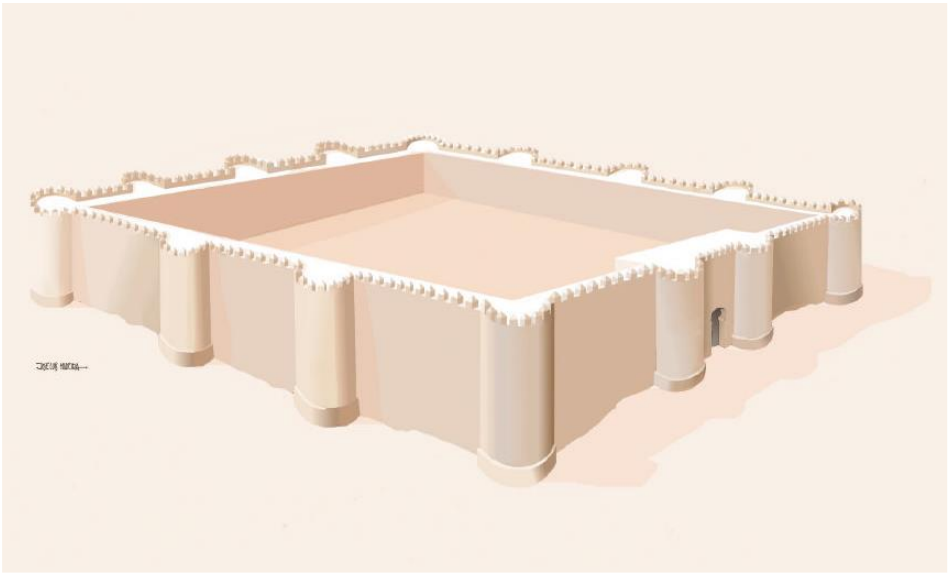


Figura 244 – Reconstituição volumétrica do recinto muçulmano vista de sudeste.

[571] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 126.
[572] Ibid. p. 118.

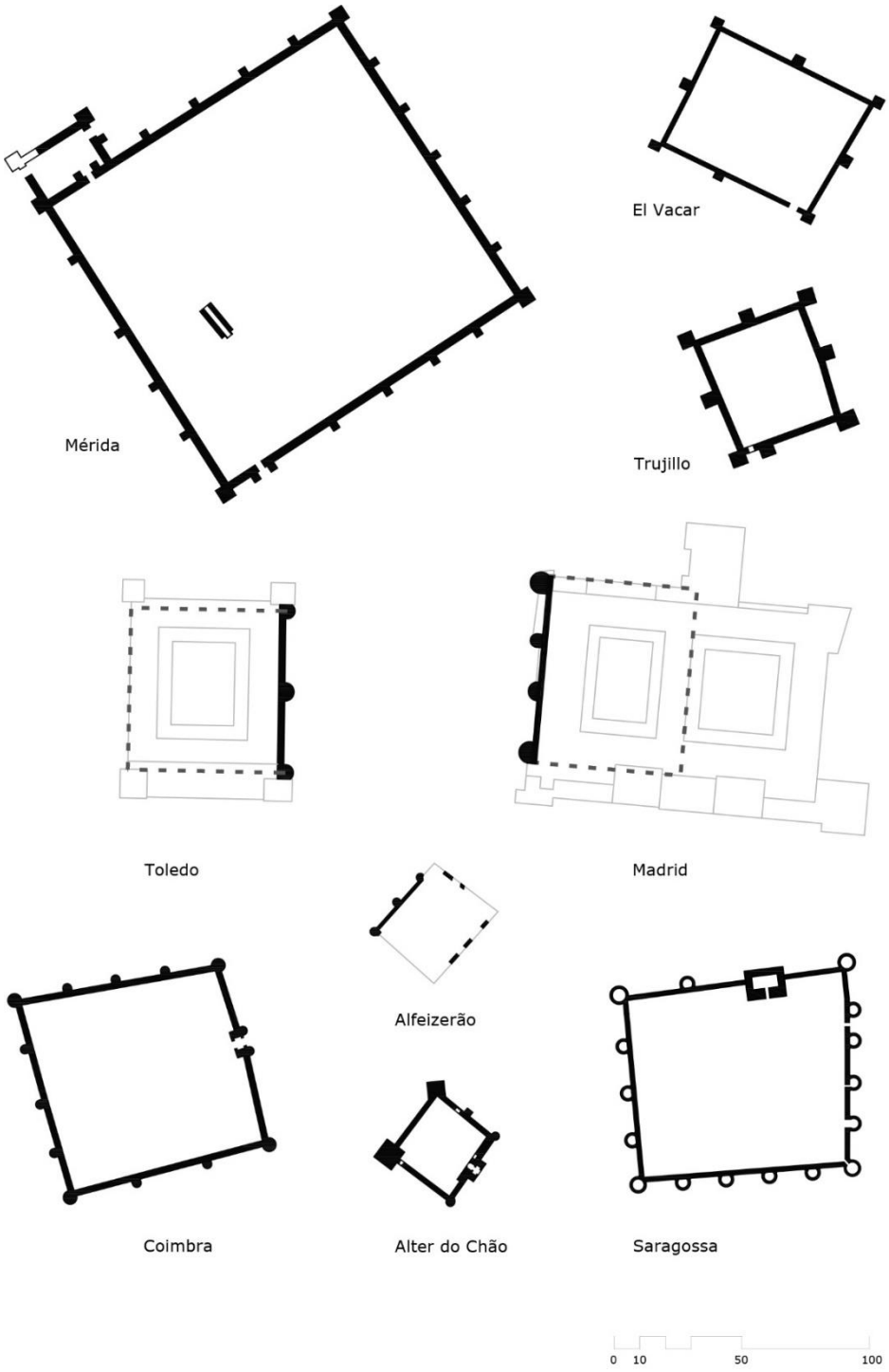


Figura 245 – Comparação entre várias fortificações peninsulares de origem islâmica.

Tipologicamente o alcácer apresenta um conjunto de características formais que permitem enquadrá-lo no conjunto de incontáveis exemplos de fortificações islâmicas construídas durante a ocupação da península. No espaço peninsular, um dos primeiros exemplos deste tipo de fortificação é a *alcazaba* de Mérida, de 835, em tempo de Abd ar-Rahman II, construída com o intuito de controlar a cidade, desde 805 palco de várias revoltas contra o governo emiral. Salientam-se também pela semelhança formal exemplos com origem no século IX, como Trujillo e El Vacar.

Para além da planta regular tendencialmente quadrada um outro elemento notável na configuração do alcácer de Coimbra reside na planta semicircular das suas torres ou cubelos. Este tipo de desenho é relativamente excepcional e aproxima a estrutura dos modelos de palácios-fortaleza Omíadas construídos no Próximo Oriente[573]. O mais antigo exemplo desta tipologia no espaço peninsular estaria no medieval Real Alcazar de Madrid, cuja data de construção, não sendo conhecida em rigor, é tradicionalmente apontada para entre os anos de 850 e 886 no reinado do emir Muhamad I. Já no século X encontramos outro exemplo relevante no Alcazar de Toledo de Abd Rhaman III construído provavelmente em 932. Apesar de significativamente alteradas ou mesmo destruídas, é possível considerar as formas transformadas dos Alcazares de Toledo e Madrid como herdeiras em grande medida das originais estruturas medievais e deste modo compará-las com outros exemplos relevantes. Finalmente importa também registar o importante exemplo dado pelo conjunto da Aljaferia em Saragoça, que pela sua construção tardia já na segunda metade do século XI, demonstra a transversalidade cronológica deste modelo de fortificação no Al-Andaluz.

Em território nacional, apesar da ausência de cronologias detalhadas de fundação islâmica, mas seguindo o mesmo modelo de planta quadrangular e torres semicirculares, devemos referir os exemplos do antigo castelo de Alfeizerão, próximo de Mafra, cuja origem poderá remontar ao século IX e X num contexto da fortificação do litoral face aos ataques normandos[574], assim como o castelo de Alter do Chão, que apesar de muito alterado por reconstruções posteriores, apresenta ainda na base das muralhas alvenaria aparelhada segundo técnicas construtivas características das construções islâmicas.

---

[573] Ibid. pp. 148-154.

[574] Correia, F. B. (2013). Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI) – II Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp. 73-84). Edições Colibri. p. 75.

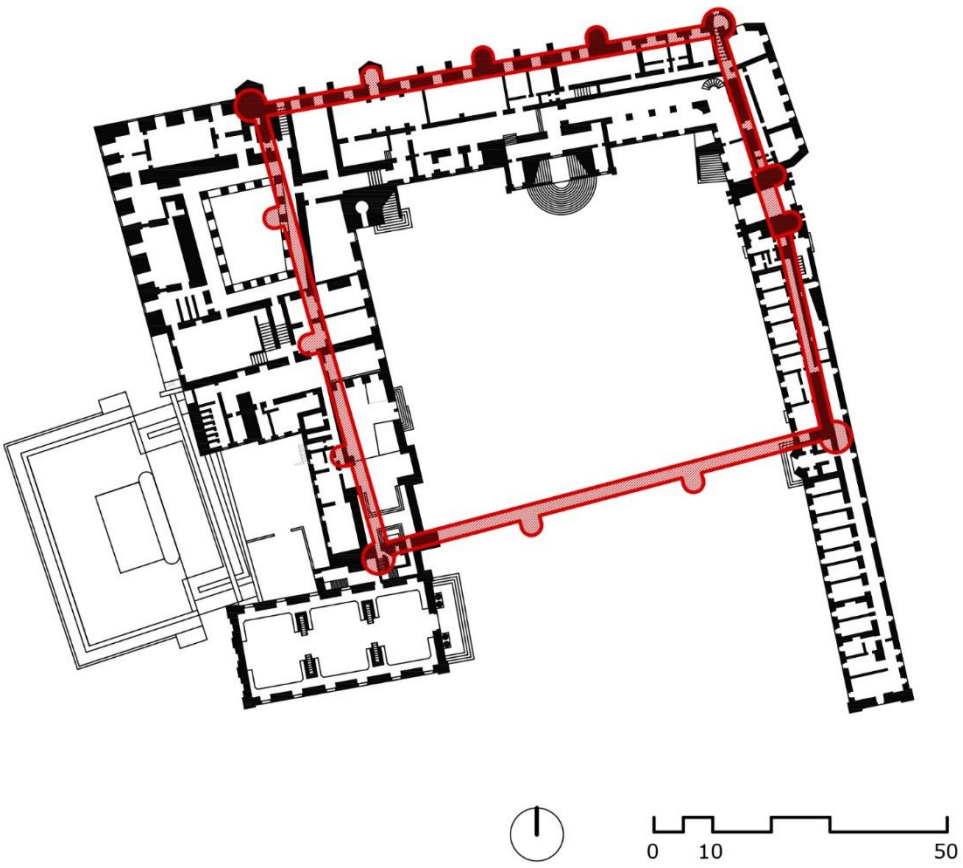


Figura 246 – Perfil da fortificação islâmica sobre a planta do edifício actual.

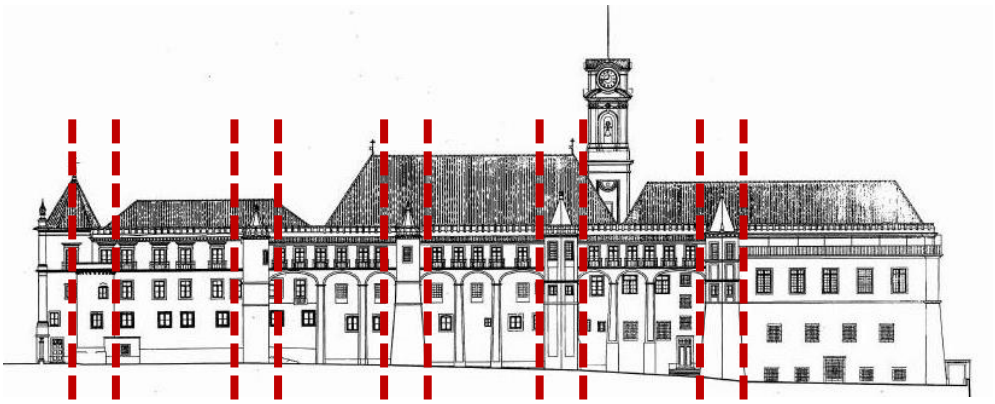


Figura 247 – Alçado Norte do Paço das Escolas, evidenciando ainda os torreões de origem islâmica.

Se, por um lado, o conhecimento da configuração do alcácer de Coimbra se encontra relativamente estabilizado, permanece a incógnita sobre qual a cronologia aproximada da estrutura. O espólio arqueológico recuperado nas várias intervenções não oferece respostas claras a este problema, apresentando uma janela cronológica muito abrangente, com predominância de materiais enquadráveis entre os séculos VIII e XI[575]. Helena Catarino, que dirigiu as escavações no Pátio da Universidade de Coimbra, sugere a existência de um substancial programa construtivo realizado entre a segunda metade do século VIII e a primeira metade do século IX, do qual terá provavelmente resultado a construção do Alcácer[576] [577]. A. Filipe Pimentel sugere, por seu turno, uma cronologia mais tardia, atendendo à "tendência de carácter relativamente tardio da cronologia do encastelamento muçulmano"[578]. Este autor defende que o complexo programa construtivo do qual terá resultado o alcácer apenas se poderia ter materializado após 987, na sequência da reconquista por Almançor, e até à morte deste em 1002, após a qual o estado geral de insurreição dificilmente permitiria a execução de um programa monumental[579], considerando que o prolongado cerco cristão de 1064 documenta uma recém-adquirida inexpugnabilidade da cidade[580].

Contudo, os vestígios de estruturas defensivas identificados na Rua Fernandes Thomaz 58-66 sugerem uma cronologia islâmica com origem no século IX, permitindo considerar a existência de uma profunda campanha construtiva reformulando as muralhas da cidade durante o primeiro período de ocupação islâmica, provavelmente na sequência da conquista de 808/809. Esta cronologia é coincidente com a presumível construção da mesquita século IX durante o reinado de al-Hakam I reforçando a hipótese de um complexo programa construtivo que terá alterado significativamente a realidade urbana da cidade neste período. Finalmente a identificação de várias pedras decoradas de origem visigótica, por exemplo na entrada monumental[581] ou ainda nas sondagens dos paramentos da muralha Norte[582] remetem para um momento inicial da ocupação islâmica.

---

[575] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 110.
[576] Catarino, H. (2005). Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al- Gharbi e as escavações na Universidade de Coimbra. In *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)* (pp. 195-214). Câmara Municipal de Porto- FLUP.
[577] Catarino, H., & Filipe, S. (2006). Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira. In *Al-Ândalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Livro de Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen* (pp. 73-85). Campo Arqueológico de Mértola.
[578] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 170.
[579] Ibid. p 185
[580] Ibid. p. 171.
[581] Ibid. p. 125.
[582] Ibid. p. 116.

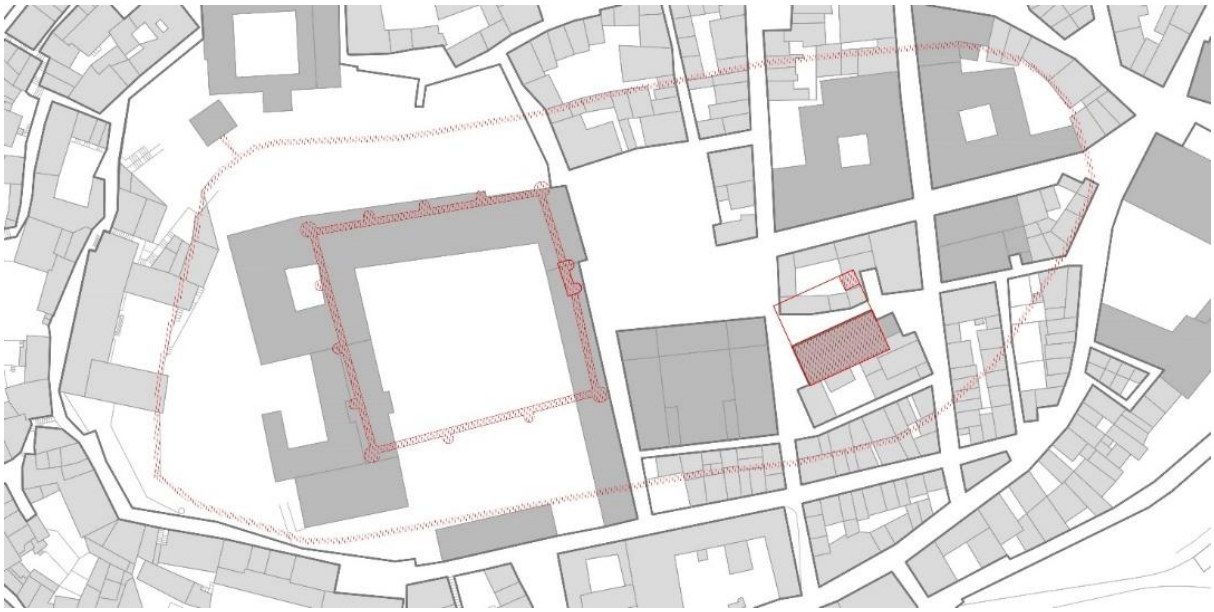


Figura 248 – Hipotético perfil dos principais edifícios islâmicos da Alta de Coimbra.

A implantação do alcácer e da mesquita, aparentemente em aparente estreita relação, vem reforçar a hipótese da existência de um outro recinto defensivo no interior da cidade, apresentada primeiro por Claúdio Torres e Santiago Macias[583] e continuada por Walter Rossa[584]. Esta hipótese, que até ao momento carece de qualquer comprovação histórica ou arqueológica, baseia-se sobretudo numa leitura do tecido urbano existente na metade Sul da colina antes das obras do Estado Novo, cuja forma parece sugerir a existência de um recinto do tipo alcáçova. Este hipotético recinto abarcaria e encerraria uma unidade urbana menor destinada a acolher a comunidade muçulmana. A cidade apresentaria assim um sistema defensivo composto por três unidades hierarquicamente organizadas sob a forma de anéis concêntricos: a muralha da cidade, a alcáçova e o alcácer. Este esquema de organização urbana é ainda hoje visível em várias cidades , das quais se pode destacar o caso de Lisboa, divida em Cerca Moura, Alcáçova e Castelo.

O facto de tanto na antiga mesquita (Igreja de S. Pedro)[585], no alcácer[586] ou nas muralhas (Porta da Traição)[587] terem sido documentados silhares de origem possivelmente visigótica, remete para a hipótese de todas estas estruturas serem aproximadamente contemporâneas[588]. A reforçar esta hipótese temos ainda a aparente similitude entre o aparelho da muralha no troço entre a porta da traição e da Almedina com o aparelho do Alcácer[589]. Podemos assim supor que estes edifícios teriam sido erguidos num primeiro momento da ocupação islâmica, em que ainda existiriam vários edifícios de origem visigótica intactos ou em processo de desmantelamento. Por outro lado, partindo da hipótese que estas estruturas são contemporâneas, a existência de vários silhares de origem visigótica é também indicativa de um período de profunda transformação urbana, em que os elementos da identidade cultural pré-islâmica teriam sido intencionalmente e sistematicamente destruídos e substituídos por novas estruturas de feição marcadamente islâmica.

---

583 Torres, C., & Macias, S. (1998). *O Legado Islâmico em Portugal*. Fundação Círculo de Leitores. pp. 72-75

584 Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 187-195.

585 Pierre, D. (1969). Sur léglise de São Pedro de Coimbra. *Revista Portuguesa de História XII*, 121-124. pp. 121-124.

586 Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 125 e p. 116.

587 Silva, C. d. (1988). A Almedina de Coimbra. In *Alta de Coimbra. História, Arte e Tradição* (pp. 11-29). GAAC. p. 27.

588 Sobre a controversa cronologia atribuída a peças tidas por alguns autores como visigóticas, moçárabes ou mesmo românicas vejam-se as extensas e detalhadas análises produzidas por Paulo Almeida Fernandes como: Fernades, P. A. (2009). Esplendor ou declínio? A arquitectura do século VII no território "português". In L. C. Z. P. M. C. M. d. l. Á. U. Agudo (Ed.), *El siglo VII frente al siglo VII. Arquitectura: (visigodos y omeyas, 4, Mérida 2006)*.

589 Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 184.

As informações sobre o tecido urbano da cidade neste período são muito limitadas ou praticamente inexistentes e até ao momento não existem indícios claros de ocupações urbanas típicas do mundo mediterrâneo e islâmico, centradas em casas pátio às quais se acedia através de uma rede capilar de impasses[590] [591]. Contudo, e apesar da ausência de registos arqueológicos, a ocupação do *Cardus Maximus* romano na zona do Quebra Costas apresenta grandes semelhanças formais com outros casos de antigos eixos romanos absorvidos pelo tecido medieval, sugerindo que este tipo de apropriações terão também ocorrido no espaço urbano de Coimbra.

A partir da comparação com outros centros urbanos conhecidos é possível presumir que a constante instabilidade e consequente conquista e reconquista da cidade por diversas facções terá levado a um forte decréscimo populacional. Esta redução de habitantes pode estar na origem das descrições que referem o povoamento da cidade após a primeira conquista cristã de 878[592], assim como após a conquista de Almançor em 994[593]. A cidade seria descrita já nos séculos XI e XII pelas fontes islâmicas como "pequena aglomeração que tem o aspecto de uma cidade"[594]. Esta perda de população ter-se-á reflectido num esvaziamento do lado Norte e Nordeste da colina, onde mais tarde viria a ser referida a existência de uma grande pedreira. Um indício claro deste esvaziamento pode ser encontrado na ausência de referências durante este período a qualquer a tipo de ocupação, ou mesmo a equipamentos religiosos. Esta tendência para a polarização do espaço urbano manter-se-ia ao longo dos séculos até à instalação do colégio dos Jesuítas na zona, sendo ainda bastante notória a ausência de edifícios no quadrante Nordeste na gravura do atlas de Georg Braun já na segunda metade do século XVI. Por outro lado, na zona Ocidental e arrabaldes, os indícios abundantes de compra e venda de propriedades, logo desde o século X, apontam para a existência de uma densa ocupação em torno dos principais edifícios de culto que terá inclusivamente extravasado as muralhas da cidade, para onde se registaram as primeiras ocupações organizadas no exterior do núcleo urbano.

---

[590] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 135-143.
[591] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 173.
[592] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 75.
[593] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 141.
[594] Coelho, A. B. (1975b). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. I). Seara Nova. p. 56.

Após o sucesso inicial da campanha de al-Hakam I (796-822), com a chegada ao poder do seu sucessor o emir Abd-ar-Rahman II (822-852), surgem novas perturbações ao domínio Omíada do ocidente peninsular. Em Mérida dão-se várias revoltas, como a de 828, em que o governador da cidade foi morto e que terá resultado na ordem de construção da sua alcazaba no ano de 835. No litoral ocorrem múltiplos ataques e pilhagens por navios normandos, que terão motivado o governador de Lisboa a pedir, em 844, ajuda directa a Córdoba. Estes eventos, bem como a constante pressão dos reinos cristãos a Norte, vão obrigar o Emirado Omíada de Córdoba a uma campanha de fortificação da região, apoiando ainda o estabelecimento ao longo da fachada atlântica de um poderoso clã de origem berbere, os *Masmuda Banu Danis*, sediados na cidade de Coimbra.

Em 868 após a conquista do Porto por Vímara Peres a ordens de Afonso III das Astúrias (866-910) é fundado o condado Portucalense. A acção do condado Portucalense vai permitir o recuo da fronteira desde o Porto até Coimbra, conquistada em 878 por Hermenegildo Guterres[595], talvez com auxílio dos líderes moçárabes locais. Este súbito avanço para Sul irá dar lugar à criação de outro condado, o condado de Coimbra, uma nova entidade político-administrativa semiautónoma criada com o objectivo de dinamizar a defesa da região assim como a de facilitar a realização de ataques ao Sul islâmico.

A cidade teria ficado substancialmente destruída, tendo Afonso III procedido à sua reconstrução ou povoamento[596], provavelmente na sequência da criação do condado. Para além da instalação do poder civil na figura dos condes de Coimbra, a cidade seria também um importante centro religioso, conhecendo-se referências a vários bispos[597] e destacando-se também os primeiros testemunhos escritos de várias das mais antigas igrejas da cidade: Stª. Cristina, S. Cucufate, S. Pedro, S. Cristóvão ou S. Vicente. Não referidos, mas provavelmente já existentes neste período, temos S. Salvador e a Sé catedral, que manteria o seu lugar central na cidade desde o período suevo-visigótico. Estas primeiras referências, geralmente doações, dão-nos relativamente poucas informações para além da sua data e nalguns casos a localização aproximada destes edifícios, sugerindo a eventual configuração de uma parte importante da cidade durante o período condal.

[595] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. pp. 145–146.
[596] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 75.
[597] Ibid. p. 76.

A Igreja de Santa Cristina é a primeira igreja de Coimbra a surgir referida documentalmente numa doação em 907 ao mosteiro do Lorvão. O culto de Santa Cristina é associado à liturgia moçárabe, sendo provável que a igreja tivesse sido inicialmente construída no século X. O documento que refere a igreja é conhecido através de uma cópia de 1116-1117, que a situa junto à porta da Almedina, provavelmente no exterior. O facto de na documentação do século XI e XII já não aparecer qualquer referência a este edifício, assim como da cópia do auto de doação ser omisso quanto a uma eventual reconsagração do edifício, parece indicar que esta igreja terá sido demolida, não existindo já no momento da reconquista da cidade em 1064[598].

Num documento de doação ao mosteiro do Lorvão de 957, copiado em 1116-1117, são referidas as igrejas de S. Cristóvão e S. Cucufate. A cópia refere que a igreja de S. Bartolomeu era anteriormente dedicada a S. Cristóvão. Sem o documento original não é possível saber se a indicação da alteração da invocação data de 957 ou se terá sido acrescentada em 1116-1117; contudo parece mais provável que a reconsagração da igreja tenha ocorrido apenas após a reconquista da cidade em 1064[599], sendo esta igreja dedicada a S. Cristóvão no século X.

No auto de doação de 957 não é especificada a localização da igreja de S. Cucufate; contudo, este templo é referido em conjunto com a Igreja de S. Bartolomeu, o que sugere que ambos os edifícios estariam próximos. É assim provável que, pela proximidade à Igreja de S. Bartolomeu, a antiga Igreja de S. Cucufate fosse a actual Igreja de S. Tiago, tendo a sua invocação mudado após a reconquista da cidade, talvez no momento da sua doação ao bispo de Santiago de Compostela[600]. Esta possibilidade é reforçada pelo facto de ambas as festas litúrgicas de S. Tiago e S. Cucufate serem realizadas no mesmo dia, tendo a transferência da invocação ocorrido após a referida doação[601]. O auto de doação, de 957, refere ainda um conjunto de casas e currais existentes junto das igrejas de S. Cristóvão e S. Cucufate, sugerindo pela primeira vez o emergente núcleo populacional que se começava a consolidar na zona da actual baixa de Coimbra[602].

[598] Ibid. pp. 76-78.
[599] Ibid. p. 272.
[600] Ibid. pp. 271-273
[601] Ibid. p. 78.
[602] Ibid. pp. 271-273.

S. Pedro é referida no ano de 980 como estando situada no arrabalde junto de uma figueira, o que, aliado ao topónimo medieval da Rua Direita de Rua da Figueira Velha, pode indiciar a localização desta antiga igreja na zona[603], talvez no local da antiga igreja de Santa Justa. O documento refere a venda de um "corte" situado junto da igreja, o que sugere, tal como nos casos de S. Cristovão e S. Cucufate, que também junto de S. Pedro se começava no século X a consolidar um pequeno núcleo populacional[604].

A igreja de S. Vicente[605] é também doada ao mosteiro do Lorvão num documento de 972, sem especificar a sua localização. Não são conhecidas outras referencias a esta igreja, pelo que é possível que tal como Stª. Cristina também este edifício tenha sido destruído. Contudo existe registo de uma pequena capela dedicada a S. Vicente em Montarroio, próxima do Mosteiro de Santa Cruz que pode corresponder a este antigo templo[606].

Podemos deduzir, como mencionámos já, que outros dois templos existiriam neste período no interior da cidade: a Sé e a igreja de S. Salvador. O primeiro documento que refere a igreja de S. Salvador data de 1064[607], ano da conquista da cidade por Fernando I. É improvável a construção deste edifício no ano da conquista, ou durante o período da dominação islâmica, pelo que deve considerar-se a possibilidade desta igreja ter origem entre 878 e 987 ou mesmo antes. De igual modo, também não temos quaisquer registos sobre a Sé catedral durante este período, datando as primeiras referências ao edifício do final do século XI[608].

Como Jorge de Alarcão refere, assumindo-se a provável existência da Sé no período suevo-visigótico, altura em que a diocese terá passado de Condeixa para Coimbra, é pouco credível que um edifício construído no século VI ou VII tenha resistido durante quase cinco séculos sem qualquer intervenção[609]. Este edifício com toda a sua carga simbólica terá certamente sofrido alterações profundas, sendo mais provável que estas tenham ocorrido no intervalo de domínio cristão da cidade entre 879 e 987.

[603] Ibid. p. 78.
[604] Ibid. p. 79.
[605] Ibid. pp. 170-171.
[606] Ibid. p. 79.
[607] Ibid. p. 80.
[608] Ibid. p. 98.
[609] Ibid. p. 98.

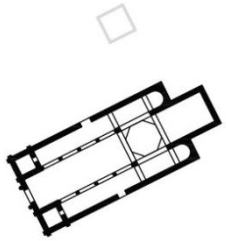
Com a chegada ao poder de Almançor, chanceler do califa Hisham II a partir de 978 e governante *de facto* do Al-Andalus até à sua morte em 1002, dá-se uma reemergência do poder Omíada. As reformas administrativas promovidas por Almançor vão resultar numa consolidação e reforço do poderio militar do califado permitindo o lançamento de importantes campanhas militares até ao coração dos reinos cristãos, e que culminariam com a destruição de Santiago de Compostela em 997, epicentro da cristandade peninsular. As campanhas de Almançor foram suportadas por um avanço sobre os territórios de fronteira, com a conquista de várias cidades entre as quais Coimbra. Precedida de uma primeira incursão sobre a cidade e os seus arrabaldes no ano de 986, que teria também resultado na destruição de Condeixa-a-Velha, Almançor conquista Coimbra em 987 após um cerco de dois dias[610].

A tomada e subsequente ocupação por Almançor terá provocado estragos significativos na cidade, obrigando, segundo as fontes islâmicas, ao repovoamento da mesma em 994[611]. Contudo, qualquer intervenção urbana significativa seria truncada pela morte súbita de Almançor em 1002. O clima de guerra civil que surge após a sua morte vai levar à "balcanização" do califado Omíada numa multiplicidade de taifas independentes, provocando um clima de guerra permanente. As taifas são incapazes de fazer frente aos avanços dos reinos cristãos. No ocidente peninsular uma parte significativa do território vai ser absorvido pela Taifa de Badajoz, que a partir de 1055 é alvo de uma sistemática campanha de conquista dirigida por Fernando I de Leão (1037-1065) com o objectivo de anexar todo o território entre o Mondego e o Douro. Seria tomada em 1055, Lamego em 1057, seguindo-se Viseu em 1058 e, finalmente, Coimbra em 1064, caindo após um longo cerco de seis meses.

Uma das primeiras consequências da conquista terá sido a imediata conversão da mesquita maior em igreja, escolhendo-se a invocação de S. Pedro. Vale a pena regressar a este exemplo, que se constitui como autêntico caso de estudo. A conversão inicial da mesquita não terá implicado obras significativas para as quais não haveria alias grandes recursos no momento imediatamente posterior à reconquista da cidade. No entanto, logo no final do século XI, nos anos de 1087, 1093 e 1096, são registadas várias doações a título de "*affectu operis*", ou seja, para a realização de obras[612], destinando-se talvez à construção do edifício românico.

---

[610] Ibid. p. 79.
[611] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 141.
[612] Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 69.



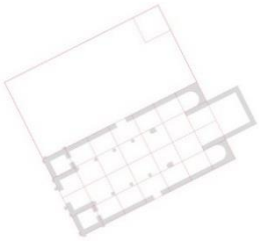


Figura 249 – Reconstrução da planta da mesquita aljama de Coimbra.

A comparação da igreja de S. Pedro com outras mesquitas convertidas em igrejas, que referimos mais acima, permite aduzir até que ponto e quase como por regra as absides são justapostas ao lado exterior das antigas mesquitas, enquanto no caso de S. Pedro apenas a abside central se situa no exterior, tendo as absides laterais sido colocadas no lado interior da composição quadrada, ou seja, no espaço interno da antiga mesquita. A transformação do espaço interno das mesquitas é relativamente comum, dada a sua amplitude; no entanto é importante referir que em todas as situações analisadas a conversão em igreja exigiu uma compartimentação ou adaptação do espaço interior da antiga mesquita, tirando partido da composição existente, nomeadamente da estrutura das naves. As absides da igreja de S. Pedro, cobertas por frescos do século XVI e onde alguns dos fragmentos românicos e visigóticos foram encontrados, datariam da fase românica, ou mesmo de uma fase anterior, podendo ter resultado de uma primeira adaptação inicial. A estrutura das absides laterais de S. Pedro pode assim estar relacionada com o encerramento de algumas das naves da mesquita para a criação de duas pequenas capelas, que numa fase posterior foram adaptadas com a construção de absides dentro das estruturas pré-existentes. Ao considerarmos as absides laterais de S. Pedro como resultado da adaptação do antigo espaço da mesquita, podemos então deduzir que estas provavelmente retêm parte do plano da mesquita na sua configuração. É assim possível, ao analisar as absides, recuperar a composição esquemática da mesquita e reconstruir a planta completa tal como foi concebida.

A partir da cartografia antiga, ou tendo por base as fotos tiradas na altura da destruição da igreja de S. Pedro, podemos reconstruir a planta do edifício tal como era após a reconstrução do século XVIII. Se dividirmos o comprimento total do edifício de 29 metros pelos 4 metros de profundidade das absides obtemos um espaço central dividido em sete naves, com alguma margem talvez para uma nave central ligeiramente mais larga. Esta configuração reflete uma composição clássica das mesquitas andaluzes, com exemplos representativos como antiga mesquita de Saragoça e Lisboa, esta última "erguida em sete ordens de colunas "(ou seja, sete naves). O antigo pátio da mesquita pode, por outro lado, estar na origem das descrições medievais que referem a existência de um cemitério anexo à igreja de S. Pedro[613].

[613] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 111.

Figura 250 – Claustro de S. João reconstruído no interior do Museu Machado de Castro.

Figura 251 – Epigrafe "*Mariae Virginis*" redescoberta nas fundações da Sé Catedral de Coimbra, e provavelmente pertencente ao edifício que precedeu a construção românica.

Fernando I encarrega o governo da cidade reconquistada a Sesnando Davides, um moçárabe sem ligações ao território. Sesnando Davides vai surgir em documentação posterior com o título de conde de Coimbra, confirmando a recriação do antigo condado de Coimbra. O governo de D. Sesnando será marcado, tal como no primeiro período do condado de Coimbra, pela restauração e afirmação dos símbolos de poder, isto é, dos símbolos do condado e da diocese de Coimbra, interrompidos pela dominação islâmica entre 987 e 1064. Este processo de afirmação vai ser materializado no plano físico da cidade pela construção de novos edifícios, assim como pela reconstrução de alguns outros mais importantes, ambos seguindo o novo "modo" românico.

A confirmação de D. Paterno (1080-1087) como primeiro bispo de Coimbra após a conquista, pode ter resultado nas primeiras obras de instalação de um novo paço episcopal na zona da antiga basílica do fórum romano. Esta hipótese é sugerida pela identificação de um grande aterro de regularização ao nível térreo sobre o criptopórtico, realizado provavelmente no século XI[614]. No testamento de D. Sesnando, em 1087, é também referida a reconstrução de uma "igreja nova" junto à zona dos *Milreos*. Sabendo que o topónimo se refere frequentemente às ruínas do criptopórtico, então, muito provavelmente, esta igreja nova reconstruída por D. Sesnando, será a igreja de S. João de Almedina[615], construída ao mesmo tempo que o novo paço episcopal.

No período que se segue à reconquista a antiga igreja catedral é ainda referida em dois diplomas como "*vetus ecclesia*". No entanto, em 1108, esta aparece já referida como "ecclesie Sancte Marie illi noue ecclesie episcopali sedi Colimbrie" [616]. Esta diferença sugere que o edifício terá sofrido uma obra de restauro ou reconstrução profunda, provavelmente durante o governo dos bispos D. Crescónio (1092-1098) ou D. Maurício (1099 - 1108), adaptando o antigo edifício reconstruído durante o primeiro período condal ao novo estilo românico. Deste antigo edifício sobrevive parte de uma epígrafe com as palavras "*Mariae Virginis*" encontrado nas obras de restauro iniciadas em 1898 nas fundações da igreja[617].

---

[614] Silva, R. C. d. (2014). A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra). In *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - sécs. IX a XII* (pp. 79-97). Instituto de Estudos Medievais. p. 96.

[615] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 105-107.

[616] Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 43.

[617] Craveiro, M. d. L. (2011b). *A sé velha de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. pp. 14-15.

Outro importante edifício associado a D. Sesnando são os antigos banhos ou termas existentes na zona de Santa Cruz. Estes banhos são referidos em 1130 como "do tempo do alvazil D. Sesnando" num documento de doação do infante D. Afonso Henrique a D. Telo[618]. Desta doação terá resultando a construção, no local dos antigos banhos, do mosteiro de Santa Cruz. A construção de Santa Cruz, segundo o que parece ser um rigoroso desenho, não terá permitido qualquer ajustamento a estruturas pré-existentes, que terão sido completamente destruídas.

O governo de Sesnando Davides foi também particularmente marcado pela reparação dos danos realizados nas muralhas da cidade durante o assédio de 1064[619]. Estas reparações ficaram expostas nas escavações arqueológicas realizadas no Paço das Escolas, permitindo identificar o pano de muralha Sul do antigo alcácer islâmico, que teria sido reconstruído num momento posterior à conquista da cidade. Esta reconstrução teria inclusivamente alterado os cubelos do lado Sul, dando o seu perfil original semicircular lugar a um perfil rectangular, evidenciando claramente a utilização de uma diferente cultura construtiva. Por outro lado, na face ocidental do antigo alcácer foi também identificada - preservada nas paredes do edifício contemporâneo -, a estrutura embrionária que daria lugar ao paço medieval. Este edifício, construído sobre o lado interior da face Ocidental do Alcácer, pode ser identificado como um paço ducal, constituído por um conjunto de câmaras e uma pequena capela dedicada a S. Miguel Arcanjo[620] cuja imagética da vitória sobre os exércitos do Mal não pode deixar de estar associada a uma celebração da conquista às forças islâmicas do alcácer e da cidade.

Finalmente para além das igrejas já referidas surge ainda neste período a primeira referência à Igreja de Santa Justa, através de uma acta de venda realizada em 1098 de uma vinha no caminho que ia em direcção à igreja[621], certamente reportando-se já ao edifício que existia no Terreiro da Erva. Quatro anos depois a igreja surge novamente referida como "*Sanctae Justae Ecclesiam in Collimbriensis civitatis suburbio edificatam*", comprovando a existência de um pequeno aglomerado urbano em torno da mesma.

---

[618] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 155.
[619] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. pp. 189-190.
[620] Ibid. pp. 207-230.
[621] Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 97.

A subida ao trono de D. Afonso VI de Leão e Castela (1077–1109) com fortes ligações à nobreza e ao clero franco, que seguia o rito católico-romano, vai ditar a gradual perda de influência da comunidade moçárabe na península, sobretudo após a decisão de adaptar o cristianismo hispânico à liturgia romana, tomada no concílio de Burgos em 1080. Apesar deste contexto, D. Sesnando, conde de Coimbra e um membro destacado da corte de origens moçárabes, é ainda nomeado governador da cidade de Toledo, conquistada em 1085 por D. Afonso VI. D. Sesnando vai procurar manter uma política de tolerância com as importantes comunidades moçárabes e mouras de Toledo. No entanto, a decisão impulsionada pelo bispo romano católico de Toledo, o francês Bernardo de Sedirac (1086-1124), que leva à destruição da mesquita maior da cidade e à construção de uma nova catedral no mesmo local, com forte contestação de D. Sesnando, vai determinar o seu afastamento do governo toledano, mantendo-se como conde de Coimbra.

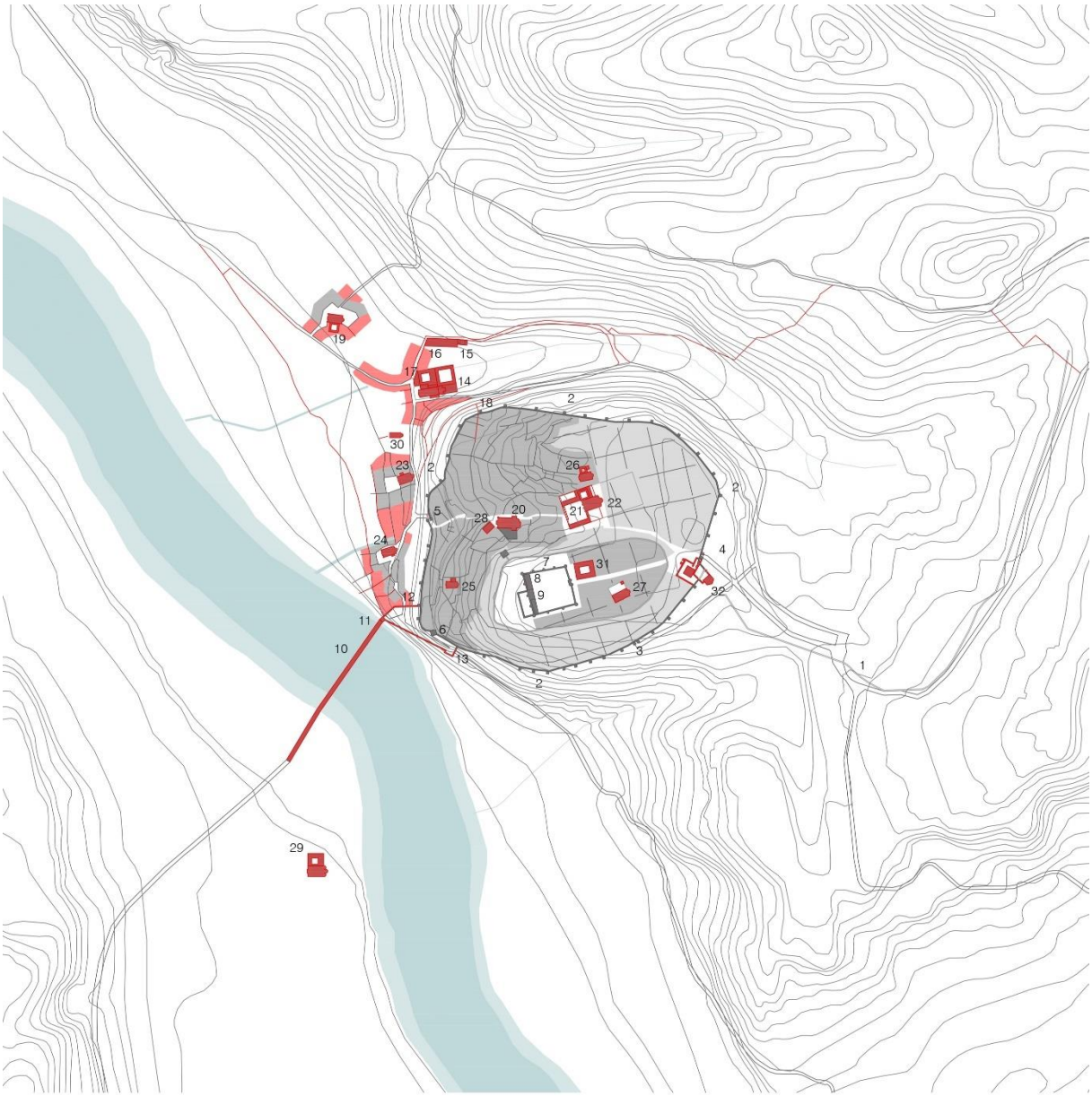
Após a morte do bispo moçárabe de Coimbra, D. Paterno (1080 - 1087), D. Sesnando ter-se-ia oposto à nomeação de um novo bispo que seguisse o rito romano, a ordens de D. Afonso VI e do bispo de Toledo, deixando a diocese de Coimbra em sede vacante. Na sequência da morte de D. Sesnando em 1091, é nomeado para governo da cidade o seu genro D. Martim Moniz. D. Moniz vai também opor-se à nomeação de um bispo católico-romano; no entanto, sem a proeminência de D. Sesnando, é incapaz de reunir apoios, D. Moniz vai ser obrigado a abandonar Coimbra, aceitando o governo das terras de Arouca em 1094. D. Crescónio (1092-1098) é então nomeado como primeiro bispo católico-romano da cidade de Coimbra.

A comunidade moçárabe de Coimbra seria ainda mais marginalizada do governo da cidade pela anexação do condado de Coimbra ao condado Portucalense sob o governo do cavaleiro franco Conde D. Henrique de Borgonha, em 1096. Ainda assim, a comunidade moçárabe manteve um forte peso na estrutura do governo da cidade, e a sua resistência à ingerência promovida pelos cristãos do Norte gerou um processo de afirmação autonómica cuja autoridade e direitos viriam a ser confirmados através de várias cartas régias semelhantes a forais dadas por D. Afonso IV em 1085 e 1093[622], no que se pode considerar um embrião da autoridade municipal.

[622] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 225-228.

Coimbra Fase 6 (século XII)

A sede do reino Portucalense



Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Muralha (séc. IX)
3 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
4 - Porta do Castelo (séc. IX)
5 - Porta da Almedina (séc. IX)
6 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / séc. IX)
7 - Alcácer (séc. IX)
8 - Paço da Alcáçova? (séc. XI)
9 - Capela de S. Miguel? (séc. XI)
10 - Ponte (≈1132)
11 - Torre da Portagem (séc. XII)
12 - Arco da Calçada? (séc. XII)
13 - Arco da Alegria? (séc. XII)
14 - Mosteiro de Santa Cruz (1131-1150)
15 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150)
16 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150)
17 - Mosteiro de S. João das Donas (1131-1150)
18 - Porta Nova (≈1139-1166)
19 - Igreja de Santa Justa (≈1130-1150)
20 - Sé Catedral (≈1140-1174)
21 - Paço Episcopal (≈1130-1140)
22 - Igreja de S. João da Almedina (≈1130-1192)
23 - Igreja de S. Tiago (≈1170-1180)
24 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
25 - Igreja de S. Cristovão (≈1170-1190)
26 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
27 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
28 - P. do Concelho e Açougues (segunda metade do séc. XII)
29 - Convento de Santa Ana (1174-1184)
30 - Igreja de S. João da Freiria (final do séc. XII)
31 - Hospital de Milreus (segunda metade do séc. XII)
32 - Castelo (segunda metade do séc. XII)

O início do século XII é sobretudo marcado pela continuação da tensão estabelecida entre as elites locais moçárabes e a nobreza galega contra a ingerência da corte de Castela e Leão e os cavaleiros e clérigos francos escolhidos para a administração do território do condado Portucalense. Em 1109 o bispo de Toledo Bernardo de Sedirac nomeia o bispo D. Gonçalo Pais (1109-1127) como bispo de Coimbra. D. Gonçalo vai de imediato procurar obter por parte do conde D. Henrique a doação do Mosteiro do Lorvão, até então um dos mais importantes centros de culto moçárabes na região e proprietário de uma parte significativa das igrejas da cidade. Esta decisão, uma vez mais procurando marginalizar as autoridades eclesiásticas de origem moçárabe, assim como a aparente recusa do conde D. Afonso em reconfirmar os direitos dados à cidade pelas cartas régias D. Afonso IV, vai resultar na deflagração de uma revolta popular na cidade.

A instabilidade vai ser agravada pela morte no mesmo ano de D. Afonso VI de Leão e Castela, abrindo uma crise de sucessão na monarquia leonesa. A subida ao trono de D. Urraca filha mais velha de Afonso VI e o seu casamento com o rei de Aragão leva a que várias facções da nobreza galega, temendo a perda de influência na corte de Leão, iniciem várias revoltas no antigo reino da Galiza. Face à volatilidade da situação na Galiza, os condes de Portucale vão procurar consolidar a sua posição apoiando por um lado a nobreza e as autoridades civis locais, do qual o foral de Coimbra de 1111 é um exemplo, assim como por outro lado apoiar os arcebispos de Braga face às pretensões dos arcebispos de Santiago de Compostela e Toledo.

Com a morte do conde D. Henrique em 1112, a sua viúva D. Teresa vai tentar aliar-se através do casamento à nobreza galega com o provável objectivo de reconstituir o reino da Galiza e competir com sua meia-irmã D. Urraca pelo legado do seu pai D. Afonso VI. A esta complexa conjuntura acrescenta-se ainda a permanente ameaça Almorávida que numa incursão em 1116 destrói os castelos Soure, Miranda do Corvo e Santa Eulália, neutralizando o arco defensivo de Coimbra. A cidade seria sitiada durante três semanas no ano seguinte, tendo as forças Almorávidas chegado talvez a romper as muralhas, o que levaria D. Teresa a refugiar-se no interior do Alcácer[623]. Coimbra terá como resultado deste cerco ficado parcialmente destruída, iniciando-se provavelmente pelo conde D. Henrique uma campanha de restauro dos principais edifícios religiosos, entre os quais se destacaria a Sé Catedral.

[623] Ibid. pp. 235-236

Figura 252 – Reconstrução da primitiva igreja românica de Santa Cruz.

Dada a crescente ingerência da nobreza galega no governo do condado Portucalense as elites locais assim como os arcebispos de Braga temendo a secundarização dos seus interesses entram em ruptura com a viúva do Conde D. Henrique em 1121[624], aliando para a sua causa o infante D. Afonso Henriques (1109-1185), filho de D. Teresa. O confronto entre os dois partidos atingiria o clímax em 1128 na batalha de S. Mamede, saindo vitorioso o lado de D. Afonso Henriques que a partir desse momento adopta o título de *prínceps*. Consumada a separação entre o condado Portucalense e a Galiza, D. Afonso Henriques fixa-se em Coimbra em 1131. A cidade vai a partir desse momento viver um momento de forte expansão e monumentalização, assumindo-se como a cabeça de território em estruturação segundo uma lógica unitária de poder personalizada na figura de D. Afonso Henriques[625]. É assim criada, uma associação identitária matricial entre a figura de D. Afonso, o espaço de Coimbra e o reino de Portugal.

Uma das primeiras intervenções do novo rei na cidade tem início em 1130 quando D. Afonso doa ao arcediago D. Telo os antigos banhos do tempo de D. Sesnando existentes na zona de Santa Cruz, para a construção de um novo mosteiro[626]. O edifício seria atribuído à Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, constituindo-se como a primeira casa desta ordem em Portugal. D. Telo terá iniciado prontamente a construção do edifício, assim como de uma nova igreja com uma escala apenas comparável à da igreja de Santa Maria, lançando-se a primeira pedra logo em 1131. Em 1132 surge também referência à construção ou reconstrução da ponte sobre o rio Mondego ao mesmo tempo que era iniciada a construção da igreja de Santa Cruz[627]. Como referimos acima, é difícil estabelecer a amplitude das obras realizadas por D. Afonso na ponte, se uma reconstrução total da estrutura romana, se uma reparação de alguns dos arcos. A construção, por sua vez, de Santa Cruz terá prosseguido a um bom ritmo, estando de pé a cabeceira em 1136, por altura da morte de D. Telo, e o templo praticamente concluído em 1150[628]. O Mosteiro de Santa Cruz, tornava-se o principal centro religioso e cultural da cidade intimamente ligado à consolidação do poder de Afonso I[629].

---

[624] Ramos, R., Monteiro, N. G., & Vasconcelos e Sousa, B. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros. p. 29.

[625] Rossa, W. (2012). Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com a instalação de Afonso Henriques. In *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia* (pp. 127-143). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». p. 130.

[626] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 155.

[627] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. p. 18.

[628] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 157.

[629] Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 111.

O estudo do edifício românico original é problemático, não só dadas as substanciais alterações sofridas no século XVI, sobretudo na zona da fachada e da cabeceira, mas também dada a aparente originalidade do desenho que não permite a realização de comparações adequadas com outros edifícios próximos. O desenho da igreja de Santa Cruz pode aliás ser considerado como único no panorama nacional, tendo filiações claras num vasto conjunto de igrejas existentes nas regiões de Auvergne ou Borgonha[630], sobretudo pela configuração do nártex. Este facto sugere que o desenho e a orientação inicial dos trabalhos teria sido realizada por um mestre ou arquitecto de origem Franca, ainda que as claramente divergentes concepções do espaço e o alargado intervalo temporal ponham em causa que na sua origem Santa Cruz partilhasse o mesmo arquitecto que terá participado na construção da Sé de Coimbra ou na Sé de Lisboa[631].

Apesar das transformações que sofreu, parte da estrutura original permanece preservada nas paredes do edifício actual[632], permitindo reconstruir esquematicamente o aspecto do edifico original, tal como avançado por vários autores tais como A. Nogueira Gonçalves[633], Manuel Real[634] e Jorge de Alarcão[635]. Apesar da intervenção quinhentista, a volumetria da fachada corresponderá aproximadamente à estrutura original românica, composta por três corpos salientes (dois contrafortes laterais e um esbarro central), numa composição que seria em muito semelhante à da Sé de Coimbra. A escala da intervenção Manuelina na fachada não é consensual, sobretudo pela existência de silhares românicos siglados em vários sítios da mesma. Se autores como Jorge de Alarcão defendem que a existência destes silhares demonstra que a fachada actual é em grande medida a românica[636] outros autores, como A. Nogueira Gonçalves[637] ou Maria de Lurdes Craveiro[638], vêm nestas marcas um sinal da reutilização de silhares românicos numa extensa reformulação Manuelina. Esta campanha teria, assim, incluído o alteamento significativo da fachada, o reforço dos contrafortes rematados por corpos octogonais e coruchéus piramidais, e a construção de uma grande janela central.

---

630 Ibid. p. 115-116.
631 Craveiro, M. d. L. (2011a). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 13.
632 O autor agradece à Câmara Municipal de Coimbra e ao Engenheiro João Garcia pelo acesso ao levantamento do quarteirão do edifício da Câmara Municipal e da Igreja de Santa Cruz.
633 Nogueira Gonçalves, A. (1980). *Estudos de História de Arte Medieval*. EPARTUR. Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda. pp. 191-205.
634 Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
635 Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
636 Ibid. p. 29.
637 Nogueira Gonçalves , A. (1940). *A frontaria românica de Santa Cruz de Coimbra*. Tipografia da Gráfica de Coimbra. p. 182.
638 Craveiro, M. d. L. (2001). *O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz*. Instituto Português do Património Arquitectónico. p. 21.

O interior da igreja era composto por três corpos: A galilé ou nártex, a nave e a cabeceira. A galilé, uma das primeiras a ser erguida em território nacional[639], corresponderia aproximadamente ao espaço ocupado pelo coro alto construído durante a renovação Manuelina. A picagem dos revestimentos das paredes laterais desta área permitiu expor os arcos que fariam o enquadramento das janelas da galilé, dando-nos a configuração interna deste espaço conformada em três naves longitudinais com quatro tramos transversais[640]. A Galilé teria paralelos com outros exemplos de igrejas românicas em que estas áreas são reservadas a espaços fúnebres. No caso de Santa Cruz, este espaço virá ser a ser o panteão régio, instituído por D. Afonso[641]. Na sequência da Galilé, e com aproximadamente as mesmas dimensões, teríamos a nave central da igreja. O grande vão, de 11 metros de largura e 15 de comprimento, seria vencido por uma única abóbada de berço, contrafortada por três capelas laterais com abóbadas de berço transversais ao sentido da nave. Apesar de significativamente alterada a estrutura foi em grande medida preservada na reconstrução Manuelina, com vários vestígios sobrevivendo integrados nas paredes da construção seiscentista.

A cabeceira permanece como um dos elementos menos conhecidos do edifício românico original, tendo sido completamente demolida e substituída por uma nova estrutura quinhentista. Apesar da profunda intervenção no século XVI, obras recentes permitiram, através do levantamento do pavimento actual, identificar os vestígios da capela-mor românica. Este seria constituído por um tramo recto rematado por uma abside poligonal inserida num maciço pétreo rectangular[642]. Flanqueando a capela-mor existiriam ainda duas capelas laterais das quais não são conhecidos quaisquer vestígios, mas cuja forma geral é possível reconstruir considerando, no lado Norte, o espaço existente entre o claustro e a parede da capela-mor. Os vestígios da capela-mor revelaram ainda que esta estrutura não estava directamente articulada com a nave da igreja, existindo entre ambas um espaço adicional de articulação que foi identificado por Jorge de Alarcão como consistindo num falso transepto[643].

---

[639] Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 118.

[640] Nogueira Gonçalves, A. (1980). *Estudos de História de Arte Medieval*. EPARTUR. Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda.

[641] Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 110-123.

[642] Ibid. p. 116-117.

[643] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. pp. 28-29.

Na fachada Norte da igreja de Santa Cruz foi construído na primeira metade do século XII o mosteiro feminino de S. João das Donas, o qual apesar de ser uma instituição distinta estava na prática dependente do mosteiro de Santa Cruz[644]. Em 1139 aquando da criação da Freguesia de Santa Cruz foi escolhida a igreja de S. João como sede da nova paroquia[645].

A construção de um edifício tão importante como mosteiro de Santa Cruz na zona do vale de Montarroio, num espaço exterior à cidade, tornou o edifício vulnerável a eventuais ataques islâmicos. Deste modo, tanto o mosteiro como a sua cerca terão incorporado vários elementos defensivos que os aproximavam de um aspecto de fortaleza ou reduto exterior. Destes elementos destaca-se a antiga Torre de Santa Cruz que a partir do século XVI foi transformada em torre sineira de Santa Cruz até ao seu colapso e demolição já na primeira metade do XX. A partir das evidências conhecidas é possível afirmar que a estrutura seria na verdade um complexo conjunto de edificações sucessivamente acrescentadas ao longo da Idade Média[646]. A. Nogueira Gonçalves sugere o século XIII para o núcleo central, no entanto é provável que existisse já uma estrutura defensiva no sítio aquando da fundação do mosteiro se não mesmo anterior[647]. A esta estrutura defensiva estaria associado o importante Celeiro de Santa Cruz que apesar de apenas surgir já em documentação posterior deve também ter a sua origem na fundação do mosteiro. A proximidade entre a chamada torre e o celeiro sugere, aliás, uma íntima associação funcional em que a torre teria o papel de defender os víveres armazenados no celeiro. As preocupações defensivas dos monges de Santa Cruz tê-los-à motivado a solicitar a abertura de uma nova porta na muralha junto do mosteiro, permitindo em caso de necessidade de refúgio, um acesso directo ao interior do perímetro da cidade. Esta porta, conhecida como Porta Nova, terá sido aberta entre 1139 e 1166, altura em que D. Afonso Henriques a refere, confirmando os vários benefícios que havia dado ao mosteiro. No mesmo texto é ainda referida a construção de uma torre e dos celeiros do mosteiro junto da Porta Nova[648]. A localização exacta desta porta foi apenas confirmada através da sua descoberta recente no edifício com o nº 126 da rua do Corpo de Deus[649].

---

644 Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 323.
645 Ibid. p. 323.
646 Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
647 Ibid. p. 64.
648 Ibid. p. 15.
649 Ibid. pp. 15-16.

A aparente planta original da igreja de Santa Cruz apresenta, assim, diversos problemas à sua análise. Se por um lado a divisão da igreja em dois corpos com igual dimensão, a nave e o nártex, desenha uma estrutura quase única com poucos ou nenhuns paralelos evidentes, por outro lado estes dois corpos constituem-se como unidades muito distintas, com pouca articulação ou coerência global no plano global da igreja. Mesmo tendo em conta as alterações efectuadas no século XVI, não existe nenhum paralelo nacional ou internacional que se lhe assemelhe, com uma separação tão evidente entre nártex e cabeceira. Esta dissonância formal sugere a existência de várias matrizes compositivas controlando o desenho das distintas zonas da igreja, provavelmente com origem em momentos e/ou autores distintos.

Como referimos, o primeiro corpo é associado ao espaço destinado ao panteão régio de D. Afonso. Contudo esta associação não é universalmente aceite, sobretudo ao considerarmos as referências que o túmulo de D. Afonso estaria situado na zona do claustro[650]. Por outro lado, é também geralmente reconhecido que sobre este corpo existiria uma grande torre[651]. Segundo Walter Rossa: "…é hoje aceite que sobre ele (nártex) se erguia uma torre de grandes dimensões. Apesar de os elementos para tal conclusão serem escassos…"[652]. Se por um lado a planta do primeiro corpo (nártex) não apresenta quaisquer vestígios de elementos que indiciem a existência desta torre, tais como contrafortes, por outro lado as paredes da igreja predominantemente construídas de alvenaria e não pedra aparelhada[653], dificilmente suportariam uma estrutura de grandes dimensões, sendo pouco provável que o nártex de Santa Cruz pudesse suportar como Manuel Real afirma "uma das maiores (torres) do género em toda a Europa"[654]. Porém, a identificação da capela-mor nos anos 90 veio demonstrar a existência de um transepto, sendo provável que as descrições de uma torre ou coruchéu possam em parte referir-se, tal como proposto por Jorge de Alarcão, a este elemento [655].

[650] Craveiro, M. d. L. (2011a). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 16.
[651] Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. pp. 110-123.
[652] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 334.
[653] Ibid. p. 334.
[654] Real, M. L. (1982). A organização do espaço arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos, no século XI. *Arqueologia*, *6*, 118-132. p. 125.
[655] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. pp. 28-29.

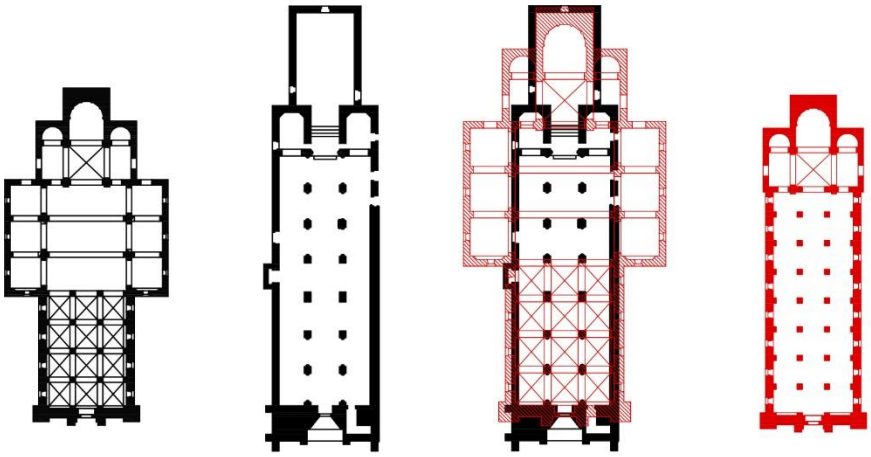


Figura 253 – Reconstrução da primitiva planta da igreja românica de Santa Cruz a partir da planta da Igreja de S. Vicente de Fora.

Finalmente, é também importante destacar a invulgar dimensão da nave central de Santa Cruz com os seus 11 metros de vão: não só é maior que a nave central da Sé de Coimbra, com 4.5 metros, mas também é maior que a nave da Sé de Lisboa, que tem cerca de 7 metros. É difícil acreditar que um vão tão ambicioso pudesse ter sido concebido ou proposto em 1131 aquando do arranque das obras da igreja. Por outro lado, é esta área que mais se apresenta como anómala, quer na sua comparação com S. Vicente de Fora, quer na sua comparação com outras igrejas românicas.

Com efeito, e na sequência do que temos vindo a discutir, o paralelo mais próximo para a configuração da igreja de Santa Cruz pode ser encontrado na antiga igreja de S. Vicente de Fora em Lisboa, fundada em 1147 e pertencente também à mesma ordem de S. Agostinho. O edifício original foi substituído no século XVI, tendo sobrevivido plantas e gravuras do edifício românico que nos permitem compará-lo com Santa Cruz. Se as plantas destas duas igrejas não apresentam inicialmente evidentes semelhanças, a sobreposição das duas, ajustando-se à dimensão da igreja de Santa Cruz, revela uma quase que total correspondência entre o primeiro corpo de Santa Cruz e o corpo central de S. Vicente, assim como entre as ousias das duas igrejas.

Parece-nos, assim, que a configuração da igreja de Santa Cruz, assentando na proposta por Jorge de Alarcão, será a que melhor descreve as evidências conhecidas[656]. A invulgar configuração da igreja pode resultar de uma alteração ao projecto inicial durante a sua construção ou mesmo numa fase já final das obras. Esta alteração ao projecto terá provavelmente ocorrido após 1150, aquando da sagração do altar-mor pelo arcebispo de Braga D. João Peculiar, sendo talvez motivada pela proclamação de D. Afonso como fundador do mosteiro em 1157, resultando na continuação das obras até perto de 1228 quando a igreja foi finalmente sagrada legado papal de Gregório IX[657]. A transformação do projecto inicial terá possivelmente incidido sobre a segunda metade da igreja, substituindo a estrutura de três naves por uma nave única com capelas laterais. O primeiro corpo terá essencialmente mantido a composição do projecto inicial com três naves e quatro tramos, sendo a fachada provavelmente muito semelhante à fachada da Sé, com contrafortes laterais um esbarro central e uma cimalha coroada com ameias.

[656] Ibid. pp. 27-29.
[657] Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 115.

Figura 254 – Detalhe da Planta da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.

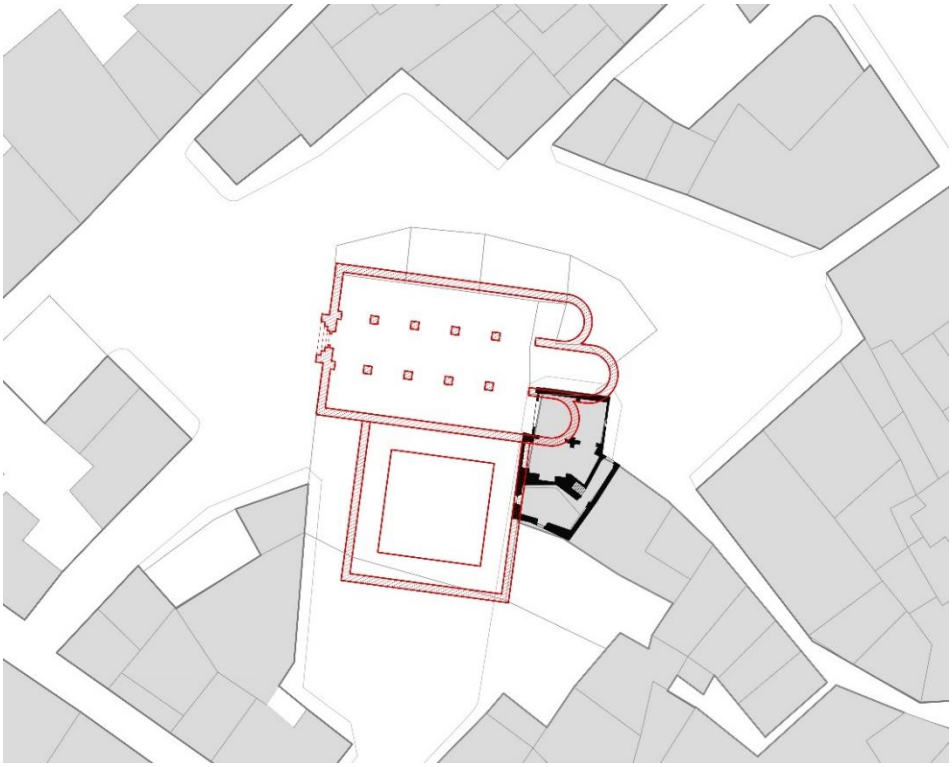


Figura 255 – Planta da igreja românica de S. Justa sobre o tecido actual.

Próxima da igreja de Santa Cruz era também reconstruída entre 1130 e 1150 a Igreja de Santa Justa[658]. Esta igreja existira no local, talvez desde a antiguidade, conhecendo-se referencias a um templo nesta zona desde o século X[659]. Em 1102 ou 1103 o templo seria doado à Ordem de Cluny pelo bispo D. Maurício [660] formando um dos primeiros institutos beneditinos nacionais. Danificada várias vezes pelas cheias do Mondego, o edifício seria no início do século XVIII substituído por uma nova igreja com a mesma invocação construída no final da Rua da Sofia[661]. Os vestígios da antiga igreja permaneceriam no local até ao final do século XIX, altura em que teriam sido demolidos com o objectivo de criar na zona um espaço público. Apesar destas demolições sobreviveram integradas em construções posteriores um conjunto importante de elementos, nomeadamente várias abóbadas e arcos ogivais[662]. Estes elementos pelo seu desenho terão pertencido à remodelação realizada no século XIII ou XIV[663], preservando seguramente parte do desenho do edifício original românico. O cruzamento destes elementos preservados no tecido urbano com a cartografia realizada em 1873/74 [664] permite reconstruir esquematicamente o desenho do edifício românico, identificando as estruturas existentes como pertencendo a uma das capelas laterais e a parte dos compartimentos anexos ao antigo claustro.

A partir de 1139 com o desfecho favorável na Batalha de Ourique, D. Afonso Henriques passa a assumir o título de Rei, sendo reconhecido em 1143 em Zamora por Afonso VII como Rei de Portugal. Este reconhecimento não pressupunha a dissolução dos vínculos entre os dois reinos uma vez que em 1135 Afonso VII tinha-se proclamado Imperador, continuando a assumir o domínio sobre o reino de Portugal. Em 1147 são conquistadas as cidades de Santarém e Lisboa, a última aproveitando a passagem de uma armada de cruzados que se destinava a Jerusalém. A fixação da fronteira na linha do Tejo e a conquista dos importantes centros urbanos de Santarém e Lisboa, deu ao emergente reino o acesso a um conjunto importante de novos recursos que permitiu a rápida aplicação de um novo e ambicioso programa construtivo.

---

658 Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 166.
659 Ibid. p. 78.
660 Campos , M. A. Á. d. (2012). *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 66.
661 Campos, M. A. Á. d., Botelho, M. L., & Alves , P. (2017). Criar e recriar o desaparecido. O sítio e a igreja românica de Santa Justa de Coimbra na cidade de hoje. In *Libro de Actas V Congresso Internacional Cidades Criativas* (pp. 284-295). CITCEM / Icono14.
662 Ibid.
663 Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes.
664 Gervásio, A. S., & Pereira, C. (2013). Trabalhos arqueológicos no Terreiro da Erva. *Al-Madan Online IIª série, n.º 18, Tomo 1*, 75-81. p. 76-77.

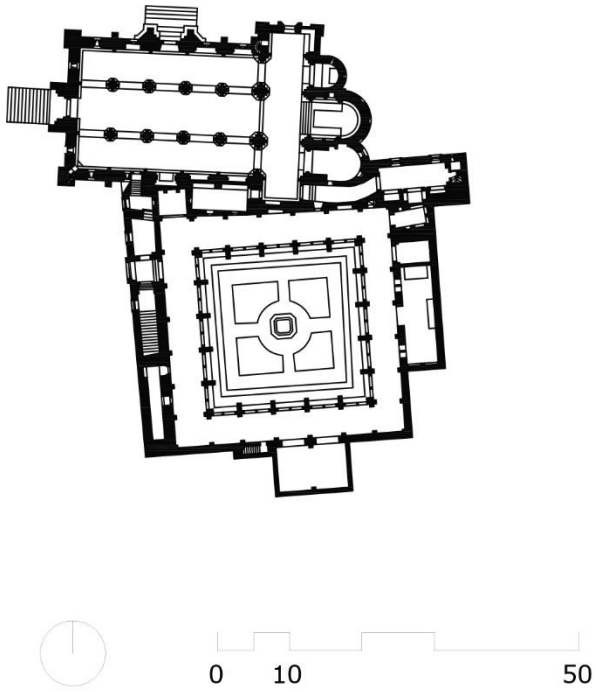


Figura 256 - Planta da Sé de Coimbra.

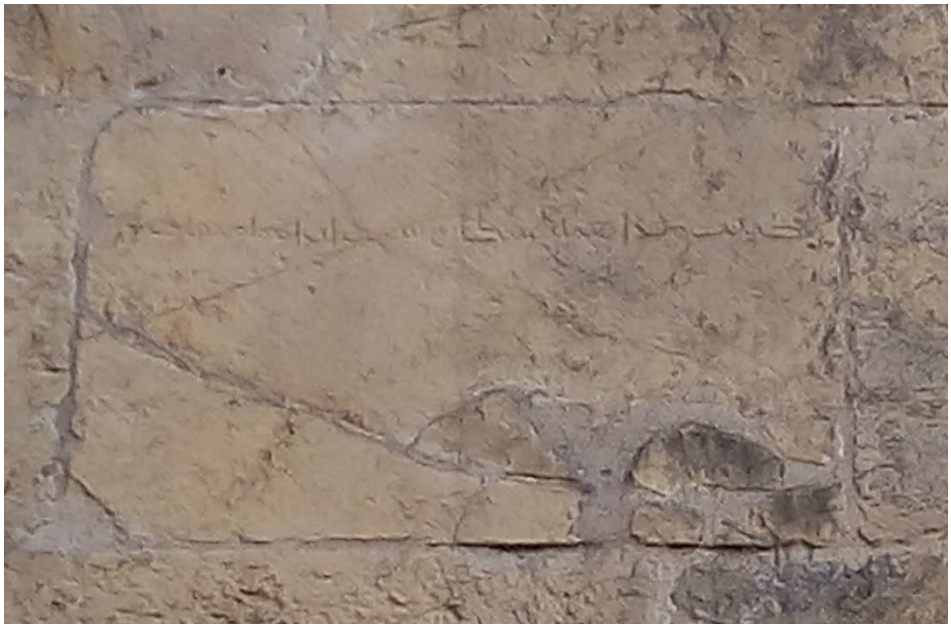


Figura 257 – Epígrafe islâmica da Sé de Coimbra "Escrevi isto como recordação permanente do meu sofrimento. A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará".

Este programa construtivo tem o seu início com a construção da nova Sé Catedral de Coimbra. A data precisa para o arranque da construção não é conhecida. Se por um lado D. Miguel Paes Salomão (1158-1176) parece ser o responsável por uma parte significativa dos trabalhos até à consagração do templo, por outro lado deve ser considerado que entre a tomada de posse de D. Miguel e a consagração da Sé em 1174 [665] decorre um intervalo de tempo aparentemente curto para a construção de um edifício de tão grandes dimensões[666]. É assim provável que o arranque das obras tenha ocorrido ainda durante o governo do bispo D. Bernardo (1128-1146)[667] ou de D. João Anaia (1148 - 1155) [668] na primeira metade do século XII. D. João teria tido um governo da diocese curto e conturbado sendo deposto pelo Arcebispo de Braga em 1155. Ter-se-ia seguindo um curto período de sede vacante que termina com a nomeação de D. Miguel Paes Salomão em 1158. D. Miguel ter-se-á deparado com as obras da nova Sé Catedral já em pleno andamento, segundo um projecto aprovado pelo seu antecessor, motivo pelo qual teria talvez requerido em vários momentos a presença do arquitecto da Sé de Lisboa, mestre Roberto, para melhoramentos nas obras da Sé de Coimbra[669]. O aparente esforço realizado por D. Miguel para a conclusão das obras pode ser explicado pela vontade em dar por concluída a obra durante o seu governo, tendo o bispo resignado em 1176 com a Sé concluída [670].

A Sé Catedral de Coimbra pela clareza e coerência do seu projecto[671] assim como pelo seu excelente estado de conservação, dadas as poucas intervenções realizadas nos séculos posteriores, afigura-se como um dos melhores exemplos do românico Coimbrão. O seu estudo assume-se como uma peça incontornável para a compreensão de outros edifícios de menores dimensões construídos na cidade ao logo do final do século XII, e que de algum modo procuraram seguir o seu desenho, tendo sido demolidos ou irremediavelmente desvirtuados nos séculos seguintes.

---

[665] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 315.
[666] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 116.
[667] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 310-311.
[668] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 116-120.
[669] Ibid. p. 118.
[670] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 315.
[671] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 1117–1123.

Figura 258– Porta de acesso ao claustro e base dos pilares da igreja românica de S. João.

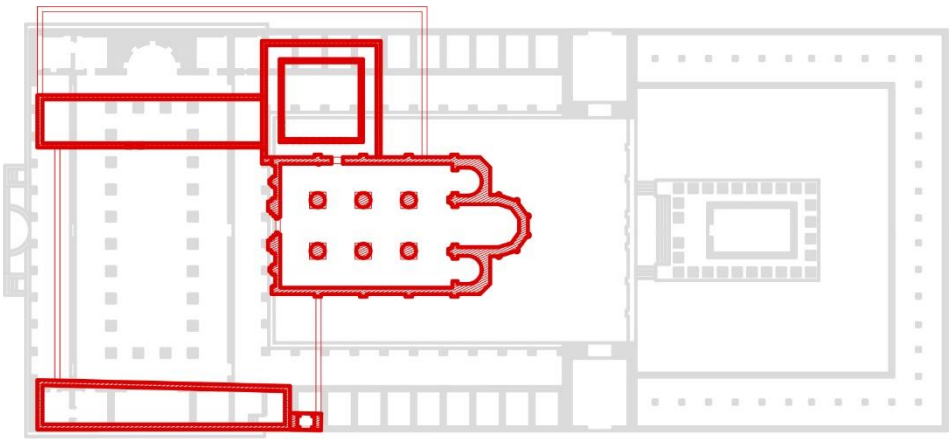


Figura 259 – Sobreposição da igreja românica de S. João da Almedina e do fórum romano de Coimbra.

Outra importante construção que terá decorrido sensivelmente ao mesmo tempo que as obras da Sé de Coimbra foi a reformulação do Paço Episcopal e da Igreja de S. João da Almedina inicialmente construídos por D. Sesnando. A primeira referência a obras no conjunto episcopal surge durante o governo do bispo D. Bernardo (1128-1147), que terá vendido vários terrenos para custear obras realizadas na igreja de S. João[672], sugerindo obras de alguma relevância. Em 1139 temos registos que o arcebispo de Braga D. João Peculiar terá causado desacatos na igreja de S. João onde residia o bispo D. Bernardo[673], confirmando pela primeira vez que o paço se encontrava então neste local. Apesar de não ser conhecida a data do início das obras para a construção da igreja de S. João, é tradicionalmente aceite que estas terão começado no tempo de D. Miguel Salomão. Deste bispo temos o registo da compra de várias casas que ocupavam o lado Sul da antiga basílica do fórum em 1164 assim como do investimento de fundos nas obras em 1176[674]. Apesar da ausência de vestígios construtivos, podemos supor que se o antigo paço sesnandino ocuparia apenas a zona Norte da antiga basílica romana. Desta feita, o projecto românico passava a ocupar todo o espaço através da compra das habitações que ocupavam o lado meridional, desenhando um grande átrio em frente à fachada da igreja de D. João, com uma configuração não muito distinta da que manteve até ao século XVII.

A Igreja de S. João estava ainda em construção em 1087[675] tendo sido sagrada em entre 1192 e 1206[676]. Apesar da sua destruição no século XVII, foram identificados vários elementos do edifício românico em contexto arqueológico, ou preservados em construções posteriores, destacando-se testemunhos das paredes laterais da igreja, parte da arcada cega que decorava a fachada e as fundações de duas das colunas da nave. A partir destes elementos depreende-se que seria uma igreja de grande dimensão, comparável à Sé ou a Santa Cruz, com três grandes naves e três ramos, e uma capela-mor ladeada por duas capelas laterais com uma fachada provavelmente muito semelhante à da Sé. Importa destacar que, de um modo notável, a igreja românica de S. João da Almedina se sobrepõe ao antigo eixo de composição central do fórum romano. Esta ligação formal pode ser indicativa de que, à data da construção da igreja, existiriam ainda vestígios da antiga basílica ou da praça do fórum.

[672] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 107.
[673] Ibid. p. 108.
[674] Ibid. pp. 128-129.
[675] Ibid. p. 105.
[676] Ibid. p. 107.

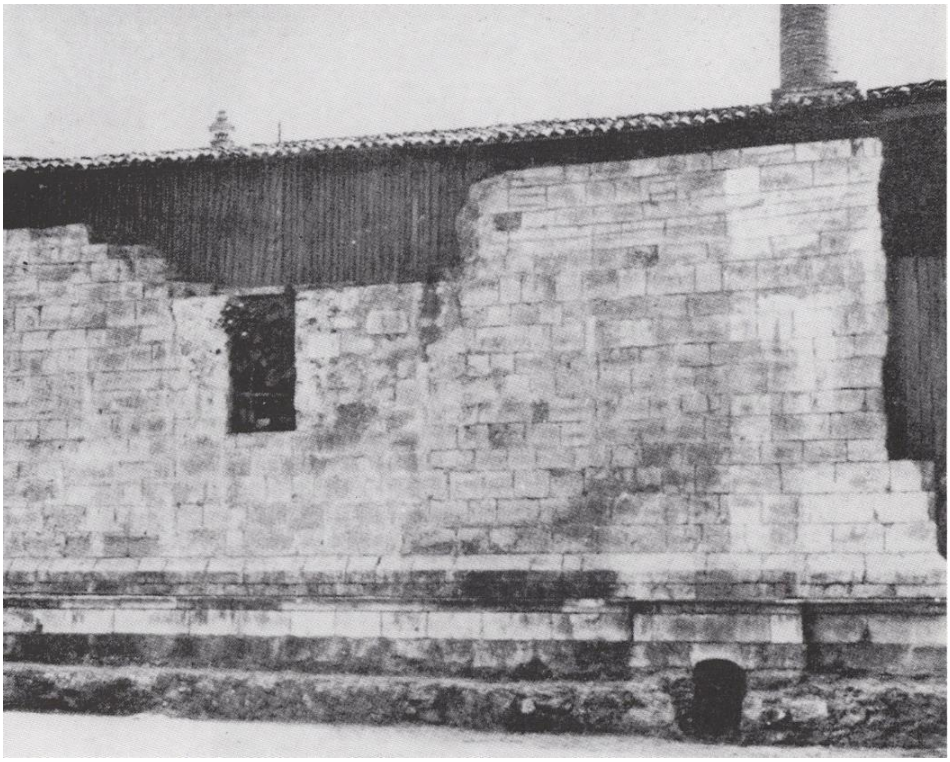


Figura 260 – Embasamento da Torre de Menagem em 1947.

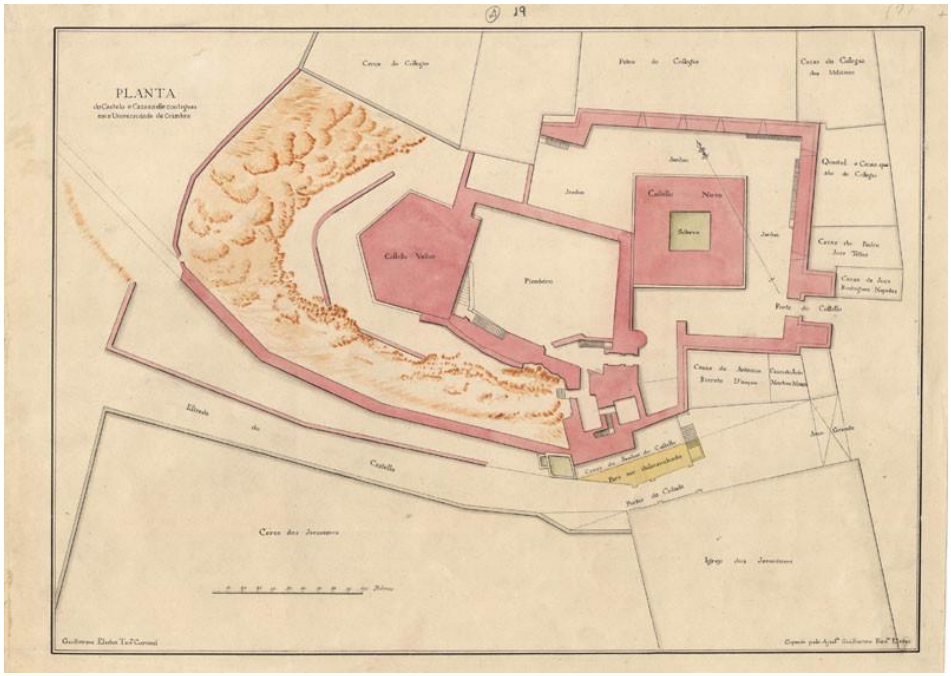


Figura 261 – Planta do castelo no século XVIII.

Entretanto, o declínio da dinastia Almorávida acentua-se a partir de 1147, permitindo a entrada na península da emergente dinastia Almóada. Em 1169 D. Afonso investe contra a cidade de Badajoz, sendo surpreendido por D. Fernando II de Leão (1157-1188) que interrompe o cerco e aprisiona D. Afonso. Este episódio marca o fim das campanhas de conquista de D. Afonso Henriques seguindo-se uma fase de consolidação e defesa do reino face às cada vez mais frequentes incursões Almóadas.

A segunda metade do século XII e o surgimento da ameaça Almóada terá provavelmente motivado a construção do castelo da cidade, erguido no ponto mais alto da colina junto à porta do Sol. Esta construção representa uma mudança no paradigma militar introduzido pelos construtores francos, face à tradição local islâmica, em que os alcáceres, castelos ou redutos deixam de se situar no centro de uma estrutura anelar concêntrica, para passar a ocupar uma posição perimetral, assumindo um papel activo na defesa do recinto muralhado. Apesar de demolido no século XVIII, o levantamento detalhado realizado na altura e a preservação do embasamento da torre de menagem permitem reconstruir com segurança a forma do edifício com um recinto aproximadamente quadrado com 36x36m e com a torre de menagem no centro.

Das várias igrejas reconstruídas neste período, a Igreja de S. Tiago apresenta-se como a mais bem preservada. Não é conhecida a data exacta para a reconstrução do edifício, tendo certamente ocorrido na segunda metade do século XII, nas décadas de 1170 e 1180, em conjunto com S. Bartolomeu ou S. Cristóvão. A igreja teria sido originalmente doada por Fernando Magno ao bispo de Santiago de Compostela, tendo este renunciado aos seus direitos em 1183. É provável que na sequência desta renúncia se tenham dado início as obras de S. Tiago, sendo o edifício sagrado em 1206[677]. A doação da igreja no século XVI à Misericórdia terá resultado numa profunda adulteração do edifício; todavia, apesar destas alterações, mantem ainda, no essencial, o desenho original românico fruto dos restauros realizados no século XX [678].

[677] Ibid. p. 114.
[678] Anjinho, I. d. M. (2006). *Da legitimidade da correção do restauro efetuado na Igreja de S. Tiago em Coimbra*. Seminário apresentado no Mestrado de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 3.

Figura 262 – Planta da igreja românica de S. Bartolomeu.

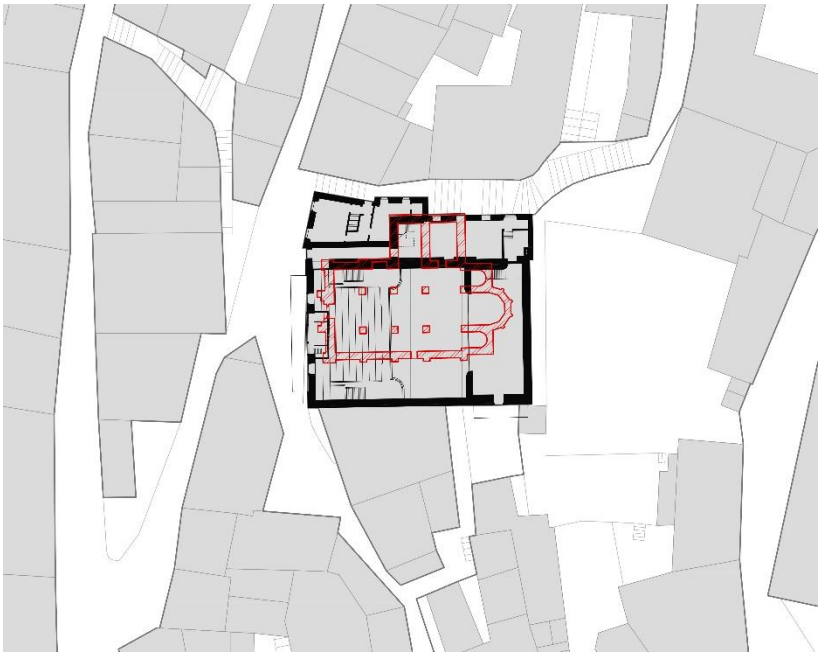


Figura 263 – Planta da igreja românica de S. Cristóvão.

Na década de 1170 ou 1180 terá também sido iniciada a reconstrução da Igreja de S. Bartolomeu no mesmo local onde existiria uma anterior igreja com a mesma invocação. Esta igreja românica seria demolida no século XVIII, dando lugar ao edifício que hoje se mantém no mesmo lugar com a mesma invocação. Escavações realizadas em 1977-1978 recuperaram parcialmente a planta do templo do século XII, permitindo reconstruir aproximadamente o edifício[679]. A partir dos vestígios identificados é notória a grande proximidade entre a planta de S. Bartolomeu e a da vizinha igreja de S. Tiago[680]. Porém, talvez o aspecto mais relevante obtido a partir das escavações arqueológicas é a percepção que, apesar da rotação do templo em direcção à Praça do Comércio, todo o tecido urbano comum envolvente mantem uma configuração ajustada ao edifício românico. Neste sentido é aparente como os vários espaços públicos que atualmente detêm uma articulação desconexa e residual, teriam uma configuração muito mais coerente quando comparados com a igreja românica.

Já no interior do perímetro amuralhado da cidade, a Igreja de S. Cristóvão é referida pela primeira vez em 1169, estando ainda em construção no final da década de 1180[681]. O edifício manteve-se ao longo dos séculos praticamente sem intervenções, chegando já em ruína ao século XIX. Face ao estado em que se encontrava, decidiu-se em 1859 avançar com o seu desmonte e construção no mesmo local do Teatro D. Luís, inaugurado em 1861. O Teatro D. Luís seria, por sua vez, adaptado a Cine-Teatro, inaugurando-se em 1914[682]. Antes da demolição da igreja desenharam-se a sua fachada, planta e alguns dos capitéis, permitindo pelo menos parcialmente reconstruir o seu aspecto original. Em 2002 durante obras realizadas no nº 26/28 da rua Joaquim António de Aguiar foi possível identificar um cunhal composto por pedras aparelhadas de grandes dimensões, talvez parte de um dos espaços anexos no lado Norte da igreja. A comparação do levantamento da igreja realizado durante a sua demolição, com a planta do Cine-Teatro permite observar até que ponto terá sobrevivido não apenas o cunhal identificado no nº 26/28 da rua Joaquim António de Aguiar, mas também parte da parede Norte da igreja, que terá sido integrada na estrutura de suporte da plateia. É assim provável que parte do edifício românico tenha sido reciclado na planta do Cine-Teatro.

[679] Alarcão, J. d. (2009). A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra. *Conimbriga*, *48*, 211-230.
[680] Ibid. p. 217.
[681] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 93.
[682] Madeira, S., & Silva, M. A. L. d. (2006-2007). *Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristovão*. Publicação digital da Universidade de Coimbra. pp. 6-7.

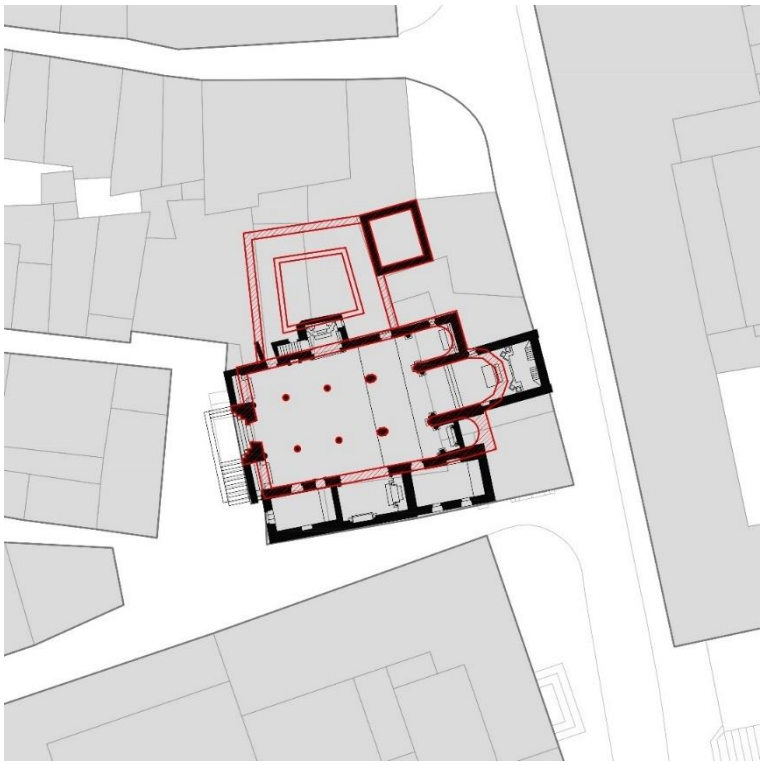


Figura 264 – Planta da igreja românica de S. Salvador.

A igreja de S. Salvador, existente pelo menos desde o período islâmico, terá também sofrido uma intervenção profunda na década de 1170, conhecendo-se uma inscrição que regista a conclusão do portal da igreja em 1179[683]. Entre o século XVI e o século XVIII a igreja sofre uma série de alterações que a alteram profundamente, entre as quais se destaca a reforma da fachada ou a reconstrução da capela-mor com a destruição da abside românica e a construção de uma capela rectangular prolongada até à rua da Couraça dos Apóstolos[684]. No lado Norte da igreja existia até meados do século XIX um claustro de pequenas proporções, que dava acesso à torre sineira, ainda existente[685]. O interior da igreja mantem ainda os limites aproximados do edifício original assim como as colunas românicas permitindo reconstruir a configuração original do edifício do século XII.

No topo da colina da cidade existem vários registos documentando a execução de obras na antiga igreja de S. Pedro no século anterior[686]. No entanto os elementos recuperados durante a demolição da igreja pombalina no século XX apontam, pela sua elevada qualidade e filiação estilística para uma cronologia mais próxima da segunda metade do século XII[687]. A sobrevivência destes vestígios no edifício do século XVIII é também claramente indicativa de que a igreja pombalina manteria no essencial a configuração do edifício românico, com excepção da capela-mor, cujo remate rectangular seria claramente uma ampliação da original abside semicircular românica Podemos assim, a partir dos vestígios documentados na cartografia realizada nos séculos XIX e XX, assim como através dos registos fotográficos do edifício durante a sua demolição reconstruir aproximadamente o desenho da igreja pombalina e a partir desta, sabendo que as suas paredes seriam ainda em parte as da original igreja românica, reconstruir de forma esquemática a configuração do edifício original românico. Tal como os outros exemplos de igrejas românicas construídas na cidade, a Igreja de S. Pedro teria uma planta com três naves, uma capela-mor e duas colaterais. No entanto, e dado o edifício resultar da provável apropriação de uma antiga mesquita, este apresentava uma proporção entre o comprimento e a largura de aproximadamente 2x1, bastante mais alongada que as suas contemporâneas que apresentavam uma relação próxima de 1x√2.

---

683 Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 114.
684 Mamede, E. P. (s. d.). Igreja do Salvador (Subsídios para o seu Estudo). *Separata da Revista Munda, 20-21*. p. 10
685 Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 168.
686 Ibid. p. 69.
687 Ibid. p. 69.

Na alta da cidade destaca-se ainda a fundação por D. Afonso Henriques[688] do Hospital ou Albergaria dos Mirleus em data incerta e cuja primeira referência conhecida data de 1193[689]. A localização exata do edifício permanece desconhecida; no entanto o topónimo "Milreus" assim como as descrições do edifício sugerem uma localização próxima da Alcáçova, na "*rua que se começa no adro da see e se vai derecto pellos açouges e se vai derecto a ferir nos paaços d'Alcaçeva*" [690]. A generalidade dos autores sugere uma localização próxima ou coincidente com os antigos Estudos Gerais[691]; no entanto dada a fundação deste edifício no século XIV, este não poderia oferecer uma ocupação coincidente com o hospital, que só será extinto no início do século XVI com a fundação do Hospital Real de Coimbra. Reconhecendo a natureza pouco precisa das fontes, propomos, de um modo esquemático, uma localização no local onde hoje se encontra a Faculdade de Letras, em sítio próximo da Alcáçova, assim como da Sé e do Paço Episcopal, espaço geralmente associado ao topónimo "Milreus". Com a integração do hospital nos bens do Hospital Real o edifício teria sido eventualmente destruído gerando a praça existente junto à porta do Paço das Escolas.

Em 1174 é ainda fundado na margem esquerda do Mondego em lugar próximo da ponte o convento feminino de Santa Ana, concluindo-se a sua construção em 1184. A subida da cota de estiagem do rio teria levado a cheias cada vez mais frequentes cheias inundando o edifício, até ao seu abandono no século XVI. Para além da sua representação já como ruína na gravura de Georg Braun pouco se sabe sobre a configuração deste edifício[692].

No final do século XII terá também sido fundada a igreja de S. João da Freiria[693]. Deste edifício, demolido antes do século XVI, não são conhecidos quaisquer vestígios. No entanto, a sua presença terá deixado uma marca ténue no tecido urbano que permanece até à actualidade através da configuração de espaços como o Largo da Freiria, ou mesmo do enfiamento da Rua das Padeiras.

---

[688] Rocha, A. R. S. d. (2011). *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Tese de Mestrado em História da Idade Média (Poderes, Espaços, Quotidianos) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 37-38.

[689] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 261.

[690] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fls. 19v e 21

[691] Rocha, A. R. (2019). Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval. In A. A. Andrade, C. Tente, G. M. d. Silva, & S. Prata (Eds.), *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Instituto de Estudos Medievais.

[692] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 484.

[693] Ibid. p. 287.

Os incipientes núcleos urbanos que se formavam no arrabalde em redor das principais igrejas, Santa Justa, São Tiago, São Bartolomeu e Santa Cruz teriam ao longo do século XII mantido um contínuo crescimento e consolidação. Este processo encontra-se documentado sobretudo através de registos de compras e vendas de casas que nos dão pistas sobre os principais polos desde crescimento. Destes destaca-se a zona junto a Santa Justa e Santa Cruz que a partir do momento da construção destas duas igrejas, na primeira metade do século, terá aumentado consideravelmente a sua dimensão, levando à eventual criação da paroquia de Santa Cruz delimitada em 1139[694]. Este grande crescimento terá inclusive dificultado as obras do mosteiro de Santa Cruz, que teria ao longo do século sido forçado a gradualmente comprar várias propriedades em redor do edifício para ampliação do mesmo junto à igreja[695], assim como na zona de Montarroio[696] ou na zona da actual Rua Martins de Carvalho e Rua Visconde da Luz onde se começava a desenvolver um "arrabalde dos Judeus" já em 1130[697]. Perto da igreja de Santa Justa surgem também várias descrições de compras e vendas de casas durante o século XII, demonstrando que em torno desta igreja se expandia também um considerável arrabalde[698]. Não se assiste, porém, a uma verdadeira expansão da cidade nesta área, algo que apenas irá suceder nos séculos seguintes, provavelmente dada a insegurança que a ocupação do arrabalde ainda motivava perante os possíveis ataques islâmicos. Não deixa de ser importante ter presente o pânico sentido na cidade perante o eminente ataque Almóada em 1190 que, apesar de não se ter chegado a materializar, teria levado D. Sancho a ordenar os monges de Santa Cruz a transladar o corpo de D. Afonso I e sua esposa para o interior da cidade num edifício junto à porta nova onde mais tarde seria construída uma capela[699].

D. Afonso I, debilitado depois do desastre de Badajoz teria deixado parte significativa da governação a cargo do seu filho o infante D. Sancho a partir da década de 1170. Em 1179 D. Afonso I atribui ainda um novo foral à cidade de Coimbra, reconhecendo a autonomia da comunidade concelhia. É talvez na sequência deste foral que surge em 1187 a primeira referência às casas do concelho (Concilio) ou "Casa do Vodo" referindo-se a um edifício recém edificado junto ao

[694] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 173.
[695] Ibid. pp. 282-288.
[696] Ibid. p. 177.
[697] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 13.
[698] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 182-183.
[699] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 423.

alçado Ocidental da Sé, provavelmente no gaveto do beco da Carqueja ou da rua António Augusto Aguiar[700]. As várias referências à localização do açougue da carne neste local[701] sugerem uma situação paralela com o caso de Braga em que os açougues e as casas do concelho, construídas no século XV, partilhavam o mesmo espaço físico junto à fachada da Sé[702].

D. Afonso vai falecer em 1185 tendo participado na defesa da cidade de Santarém a um assédio Almóada em 1184. O novo rei, D Sancho I (1185-1211), é confrontado no início do seu governo com um recrudescimento das incursões Almóadas, que como já foi referido chegaram a ameaçar Coimbra em 1190. O desenvolvimento destas incursões terá motivado D. Sancho a ordenar a ampliação do castelo com a construção de uma nova e grande torre poligonal voltada para o exterior das muralhas. Esta torre denominada como torre de Hércules estaria concluída no ano de 1198, tal como registado numa inscrição existente no edifício[703].

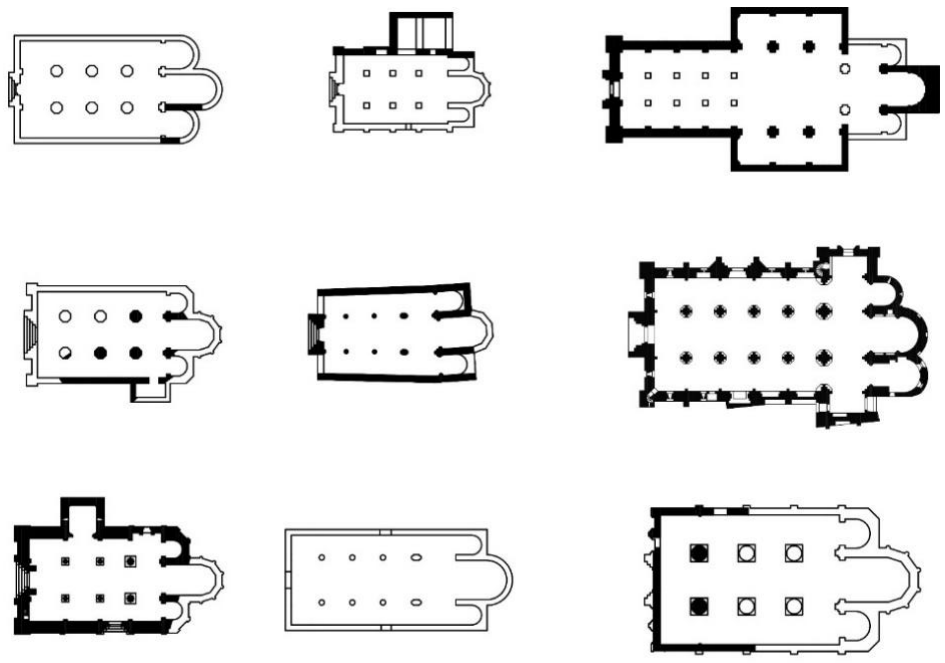


Figura 265 – Comparação das plantas das igrejas românicas de Coimbra.

[700] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 123.
[701] Loureiro, J. P. (1960). *Toponímia de Coimbra, vol. I*. Câmara Municipal de Coimbra. p. 166.
[702] Martins, S. d. S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: o governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho. p. 40.
[703] Barroca, M. J. (2000b). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422, Vol II*. undação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. pp. 530-538.

O século XII surge assim como um dos mais importantes momentos na definição da forma urbana da cidade de Coimbra. A afirmação da cidade como palco central na construção do reino de Portugal vai trazer consigo uma profunda renovação dos principais edifícios da cidade, de que se destaca a reconstrução de todas as igrejas num espaço de tempo inferior a 100 anos. Este período tem o seu início com a construção de duas igrejas de forte influência franca, Santa Justa (beneditina, com vinculados a La Charité-sur-Loire) e Santa Cruz (agostiniana com vínculos a St. Ruf de Avignon)[704], ambas construídas na mesma zona da cidade e aproximadamente ao mesmo tempo. Estes dois templos teriam provavelmente sido erguidos seguindo programas fortemente inspirados por edifícios existentes nas regiões além-Pireneus.

O *know how* importado para a construção de Santa Cruz seria, em meados do século, aplicado na construção de outros importantes edifícios, cruzado com outras correntes românicas locais de influência galega, com origem em Santiago de Compostela, tal como parece ter ocorrido na Sé de Coimbra. Este edifício terá sido a verdadeira matriz geradora de inúmeros templos, que construídos ao longo do século XII e XII vão espelhar no seu desenho elementos decorativos, reflexo das soluções inicialmente adoptadas na Sé de Coimbra. Para além da destacada influência na definição de um estilo românico com características nacionais, a Sé de Coimbra vai também servir de modelo para a construção ou reconstrução de quase todas as igrejas existentes na cidade de Coimbra ao longo das décadas finais do século XII (S. Cristóvão, S. Bartolomeu, S. Pedro, S. João, S. Salvador, S. Tiago e S. Salvador). Coimbra é, neste momento, o mais dinâmico e relevante núcleo do românico nacional, através da completa e rápida alteração da paisagem arquitectónica segundo um novo estilo. A cidade seria um enorme estaleiro, sendo muitos dos seus edifícios alvo de processos simultâneos de renovação, em que seguramente se partilhavam mestres, arquitectos, canteiros e outros artífices. Grande parte destes edifícios, de aspecto austero, seriam eventualmente alterados ou substituídos nos séculos posteriores. Contudo, a grande proximidade tipológica do chamado "românico coimbrão" permite-nos de um modo notável e com alguma facilidade reconstruir a partir dos parcos vestígios conhecidos a configuração destas igrejas, contribuindo de um modo decisivo para a compreensão da evolução do tecido urbano da cidade de Coimbra, mesmo que para já, em regime de pequena escala.

[704] Fernades, P. A. (2017). Uma nova arte para um novo reino. In *No tempo de D. Afonso Henriques : Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 91-124). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». pp. 108-109.

Coimbra Fase 7 (século XIII)
A perda da centralidade

Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Muralha (séc. IX)
3 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
4 - Porta do Castelo (séc. IX)
5 - Porta da Almedina (séc. IX)
6 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / séc. IX)
7 - Alcácer (séc. IX)
8 - Paço da Alcáçova? (séc. XI)
9 - Capela de S. Miguel? (séc. XI)
10 - Ponte (≈1132)
11 - Torre da Portagem (séc. XII)
12 - Arco da Calçada? (séc. XII)
13 - Arco da Alegria? (séc. XII)
14 - Mosteiro de Santa Cruz (1131-1150)
15 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150)
16 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150)
17 - Mosteiro de S. João das Donas (1131-1150)
18 - Porta Nova (≈1139-1166)
19 - Igreja de Santa Justa (≈1130-1150)
20 - Sé Catedral (≈1140-1174)
21 - Paço Episcopal (≈1130-1140)
22 - Igreja de S. João da Almedina (≈1130-1192)
23 - Igreja de S. Tiago (≈1170-1180)
24 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
25 - Igreja de S. Cristovão (≈1170-1190)
26 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
27 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
28 - P. do Concelho e Açougues (segunda metade do séc. XII)
29 - Convento de Santa Ana (1174-1184)
30 - Igreja de S. João da Freiria (final do séc. XII)
31 - Hospital de Milreus (segunda metade do séc. XII)
32 - Castelo (segunda metade do séc. XII)
33 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
34 - Hospital de S. Lázaro (≈1210)
35 - Mosteiro de S. Domingos (≈1220-1227)
36 - Convento de S. Francisco (1247-1362)
37 - Mosteiro de Santa Clara (1286)

O século XIII é inicialmente definido pela continuidade de uma resposta ao recrudescimento das investidas Almóadas, que ainda em 1190 ameaçaram Coimbra. D. Sancho I teria procurado fortalecer as defesas da cidade promovendo a construção de várias estruturas defensivas entre as quais se destaca – como referimos – a Torre de Hércules, adicionada ao limite exterior do Castelo no final do século XII, e a construção da Torre de Belcouce, construída na zona das muralhas próxima do Largo da Portagem e da Porta da Estrela. A construção da torre terá durando aproximadamente dois anos, entre 1209 e 1211 de acordo com uma epigrafe recuperada no local[705]; no entanto existem dúvidas se esta epígrafe se refere apenas à torre pentagonal virada para o largo da portagem ou se, por outro lado, também corresponderá a alguma intervenção realizada no arco da Porta da Estrela. [706]

Talvez seguindo o exemplo de D. Afonso I na construção do Hospital dos Milreus, D. Sancho I patrocinaria a através do seu testamento, redigido em 1210, a fundação de uma gafaria, ou Hospital de S. Lázaro. O edifício teria sido erigido a alguma distância da cidade, no seguimento da Rua Direita, perto das margens do rio Mondego. O contínuo assoreamento do rio teria levado ao abandono deste hospital, substituído por um novo edifício construído perto do primeiro, mas a uma cota mais elevada. Por este motivo não são conhecidos quaisquer elementos do edifício, estando os seus vestígios provavelmente algures sob a actual Rua Padre Estevão Cabral ou Avenida Fernão de Magalhães.

Sucedendo a D. Sancho I, D. Afonso II (1211-1223) procuraria durante o seu reinado consolidar o poder régio, entrando em confronto com o bispo de Coimbra D. Pedro Soares (1192-1232) que defendia a autonomia e os direitos do poder episcopal face à ingerência régia nos assuntos da Igreja. Este confronto assumiria contornos curiosos durante as obras de construção do claustro da Sé de Coimbra, nas quais D. Afonso participou activamente através do patrocínio de grande parte das obras. A ingerência de D. Afonso nas obras do claustro teria não só, o já mencionado, objectivo de firmar a sua tutela nas obras diocesanas secundarizando o bispo e o cabido, mas também a clara intenção de assumir uma ruptura com o passado ao promover aquela que seria a primeira obra do gótico nacional[707].

[705] Barroca, M. J. (2000b). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422, Vol II*. undação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia. pp. 647-656.
[706] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 259.
[707] Craveiro, M. d. L. (2011b). *A sé velha de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. pp. 31-37.

Apesar do ambiente de crise que dominava Portugal durante os reinados de D Sancho I (1185-1211), D Afonso II (1211-1223), e D. Sancho II (1223-1247), em que estes monarcas se preocuparam sobretudo em consolidar o seu poder, o reinado de Sancho II traria consigo um grande avanço da reconquista para Sul. Este avanço conduziria a um inevitável deslocamento do centro de poder para cidades como Santarém, Lisboa e Évora, nas quais a corte passava cada vez mais tempo. Inicia-se assim o gradual declínio da capitalidade coimbrã, em que a cidade perde o seu protagonismo, e com este a capacidade de atrair recursos para o seu desenvolvimento. Apesar desta progressiva estagnação, seriam ainda no reinado de D. Sancho II, fundados os conventos de S. Domingos em 1227 e S. Francisco em 1247.

O convento de S. Domingos é construído entre 1220 e 1227 junto à margem do rio[708]. O assoreamento do rio Mondego provoca cada vez mais frequentes inundações no convento forçando os monges a várias intervenções de alteamento do piso, até ao abandono definitivo do edifício no século XVI. Apesar disso, teriam permanecido vestígios visíveis do edifício até ao final do século XIX, nomeadamente a antiga torre sineira, que aparece ainda representada em várias peças cartográficas, nomeadamente na Planta Topográfica de Coimbra de 1845 realizada por Isidoro Baptista, assim como na Planta Topográfica de 1873/1874 de Francisque e Cèsar Goullard. Esta peças cartográficas permitiam identificar o local aproximado de localização do antigo convento como correspondendo à zona do cruzamento entre a Avenida Fernão de Magalhães e a Rua do Carmo. Esta localização foi comprovada durante as obras de construção de um parque de estacionamento subterrâneo no n.º 221 da Av. Fernão de Magalhães, onde se identificou parte do antigo edifício conventual a cerca de nove metros abaixo da cota de superfície[709]. Os vestígios reportavam-se sobretudo ao que aparenta ser o vértice setentrional do edifício conventual, intersectando ainda parte do claustro. O cruzamento dos vestígios arqueológicos com os elementos obtidos através da cartografia do século XIX permite compreender que o edifício se desenvolveria ao longo da Avenida Fernão de Magalhães, estando a igreja situada sob o actual edifício do quartel de Bombeiros de Coimbra, com a sua fachada virada canonicamente para poente.

[708] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 479.

[709] Silva, R. C. d., Dias, V., Almeida, S., & Perpetuo, J. (2013). O Lugar Da Torre Dos Sinos (Convento Velho De S. Domingos) Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época Moderna. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. Vol I* (pp. 483-488). CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

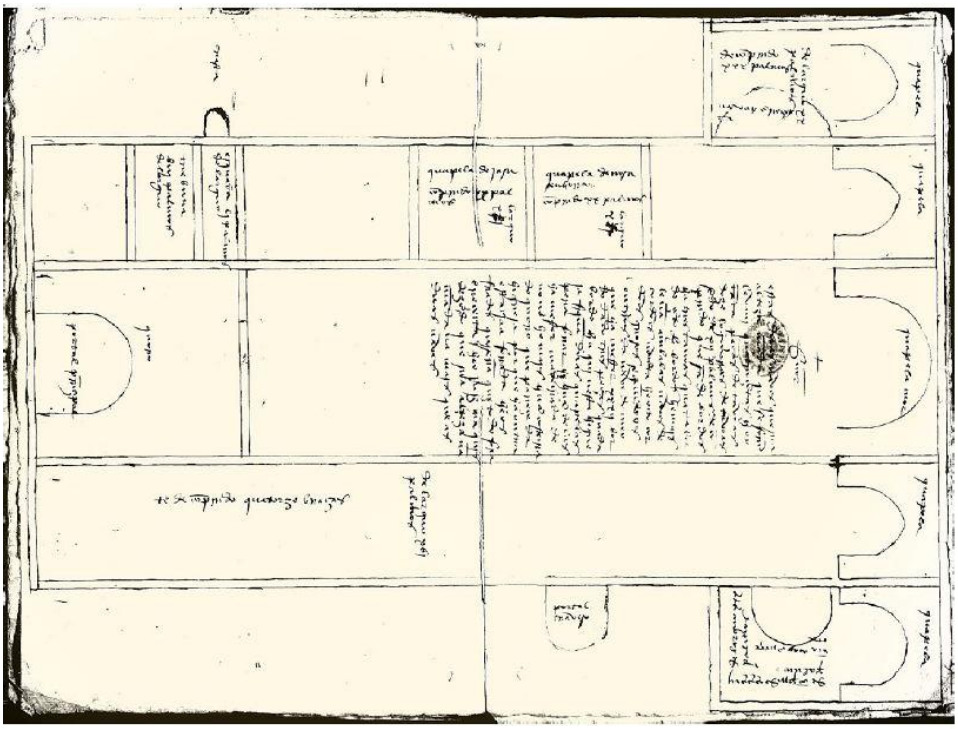


Figura 266 - Planta para a o madeiramento das naves laterais da Igreja de S. Domingos de Coimbra.

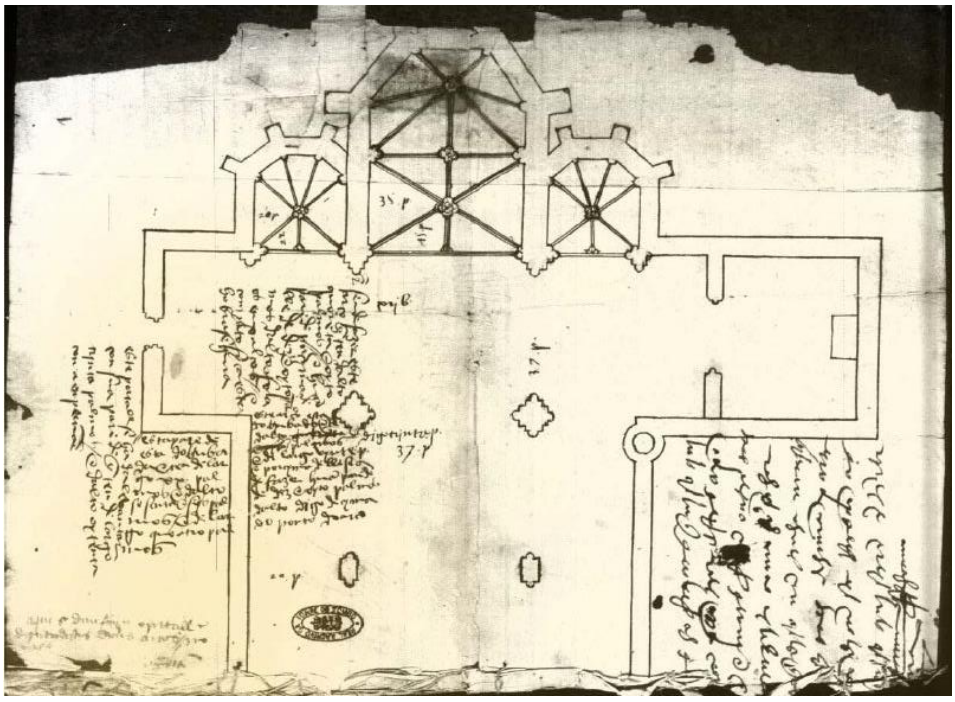


Figura 267 - Planta da cabeceira da Igreja de S. Francisco de Coimbra.

Da antiga Igreja de S. Domingos importa referir o desenho esquemático realizado por Pêro Anes, em 152,1 para a reconstrução da cobertura da igreja que representa uma "típica" igreja gótica mendicante de três naves, com uma capela-mor flanqueada por quatro colaterais – embora as duas dos extremos pareçam ser capelas "à face" encostadas às paredes poente transepto -, medindo o corpo central aproximadamente 30,8x13,2 metros[710].

A expansão das ordens mendicantes em Coimbra assinala-se, também, com o início da construção do Convento de S. Francisco, em 1247, na margem esquerda do rio Mondego perto do lado Norte da ponte, sendo a igreja sagrada em 1362-1362[711]. Tal como no caso do convento de S. Domingos e dos conventos de Santa Ana e Santa Clara, também o convento de S. Francisco viria a ser transladado para o local que hoje ocupa como consequência das cada vez mais frequentes cheias do rio que inundavam o edifício. O abandono do convento no século XVII não deixou qualquer tipo de vestígio que permita aferir a sua localização exacata exacta, como a sua configuração, especulando-se a mesma sobretudo a partir da gravura de Georg Braun que representa o edifício antes do seu abandono. Curiosamente Pêro Anes, em 1524, realizou também um desenho e descrição parcial da igreja[712], permitindo reconstruir a configuração da igreja como tratando-se de um edifício gótico mendicante com três naves e cinco tramos, mais um tramo extra para o transepto, com uma capela-mor e duas colaterais de absides poligonais[713].

Já no reinado de Afonso III (1248-1279) seria fundado em 1286 o Convento de Santa Clara imediatamente a Sul da estrada que fazia o acesso à ponte, e a última fundação monástica até à reforma de D. João III já no século XVI. Apesar de situado a uma maior distância do rio Mondego, o edifício, tal como outras estruturas conventuais semelhantes, seria gradualmente mais afectado pelas cheias que galgavam as margens até à sua transladação já no século XVII. Ao contrário dos outros conventos que foram integralmente desmantelados aquando da sua transladação para sítios mais elevados, no caso de Santa Clara a igreja, provavelmente pelo seu valor simbólico manteve-se no local parcialmente alagada até ao seu restauro no século XX.

---

[710] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 479-481.
[711] Ibid. p. 487.
[712] Ibid. p. 487.
[713] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 1375-1377.

O reinado de D. Afonso III marca a perda do estatuto de Coimbra como principal cidade do reino com o monarca e a sua corte a mudarem-se em definitivo para Lisboa. Simultaneamente, com a conquista da cidade de Sevilha em 1249 e a subsequente rendição de Faro no mesmo ano, cai a última ameaça de forças Almóadas ao território, marcando o fim da reconquista do território do sob domínio real. Emerge assim um novo período de paz e relativa prosperidade em que as cidades extravasam as suas muralhas. ocupando-se os arrabaldes com actividades comerciais e manufacturas. Na cidade de Coimbra, a saída da corte e o florescimento económico da zona baixa vão alterar radicalmente a paisagem da Almedina, iniciando-se uma gradual transição do foco do poder económico e administrativo em direcção à Baixa. A Almedina, de difícil acesso - por exemplo, a carros de bois com mercadorias -, torna-se cada vez menos atractiva, iniciando-se um processo de rápido despovoamento, que teria forçado Afonso III, já no século XII, a conceder especiais privilégios aos moradores que se mantivessem continuamente na Almedina[714].

Por oposição, na Baixa assistia-se neste período a um forte crescimento potenciado por um lado, pela fixação de importantes actividades económicas, sobretudo manufacturas junto ao rio, e por outro lado por espaços comerciais mais ou menos informais nos principais eixos de circulação, evitando os custos e esforços acrescidos de aceder ao interior das muralhas. Neste sentido, começam a surgir, no início do século XIII, registos da Rua dos Francos, relativos sobretudo a comerciantes e mercadores[715]. Estes primeiros registos referem-se ao espaço entre a porta da Almedina e as traseiras da igreja de Santiago, reflectindo o que seria uma via excecionalmente ampla para a época, e cuja toponímia ocasionalmente parece quase confundir-se com uma praça: "*in platea Francorum*"[716]. Perto da Rua dos Francos, e talvez também beneficiando deste contexto comercial, a Judiaria de Coimbra teria no século XIII um forte desenvolvimento, preenchendo a totalidade da área disponível junto ao mosteiro de Santa Cruz, com algumas construções alcançado mesmo a muralha da cidade[717].

[714] Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 21.
[715] Ibid. p. 87.
[716] Ibid. p. 87.
[717] Almeida, S. T., Susana. (2013). A sinagoga Medieval de Coimbra, à luz dos novos achados na Rua Corpo de Deus - Notícia preliminar. *Al-Madan II Série (17) Tomo 2*, 29-35. p. 32.

Se por um lado, a actividade comercial se concentrava na antiga Rua dos Francos e Rua de Coruche junto da Judiaria, por outro lado, a zona junto ao rio, entre a igreja de S. Bartolomeu e S. Tiago, era preferencialmente ocupada por manufacturas, como por exemplo no Largo do Romal, no qual, em 1223, se situavam vários lagares[718]. A toponímia actual ainda nos oferece vários indícios destas actividades preservadas nos nomes das ruas como a Rua da Loiça, a Rua das Azeiteiras, Rua das Padeiras ou o Largo das Olarias. No entanto, na leitura dos registos escritos surgem várias referências a edifícios aparentemente fora nos núcleos consolidados, o que sugere um desenvolvimento urbano caracterizado por uma densificação gradual de um parcelário rural com construções dispersas, e assim particularmente difícil de traçar a partir dos poucos registos escritos existentes. Tal parece ser o caso, por exemplo, quer das várias referencias, quer de edifícios neste período situados já junto ao rio Mondego, ou no Arnado (areal do rio)[719], ou ainda de edifícios na zona da Rua de S. Gião, actual Rua das Azeiteiras[720] e Rua de Olho do Lobo, actual Rua das Rãs[721], consideravelmente afastados dos espaços consolidados em torno da igreja de S. Tiago ou S. Bartolomeu.

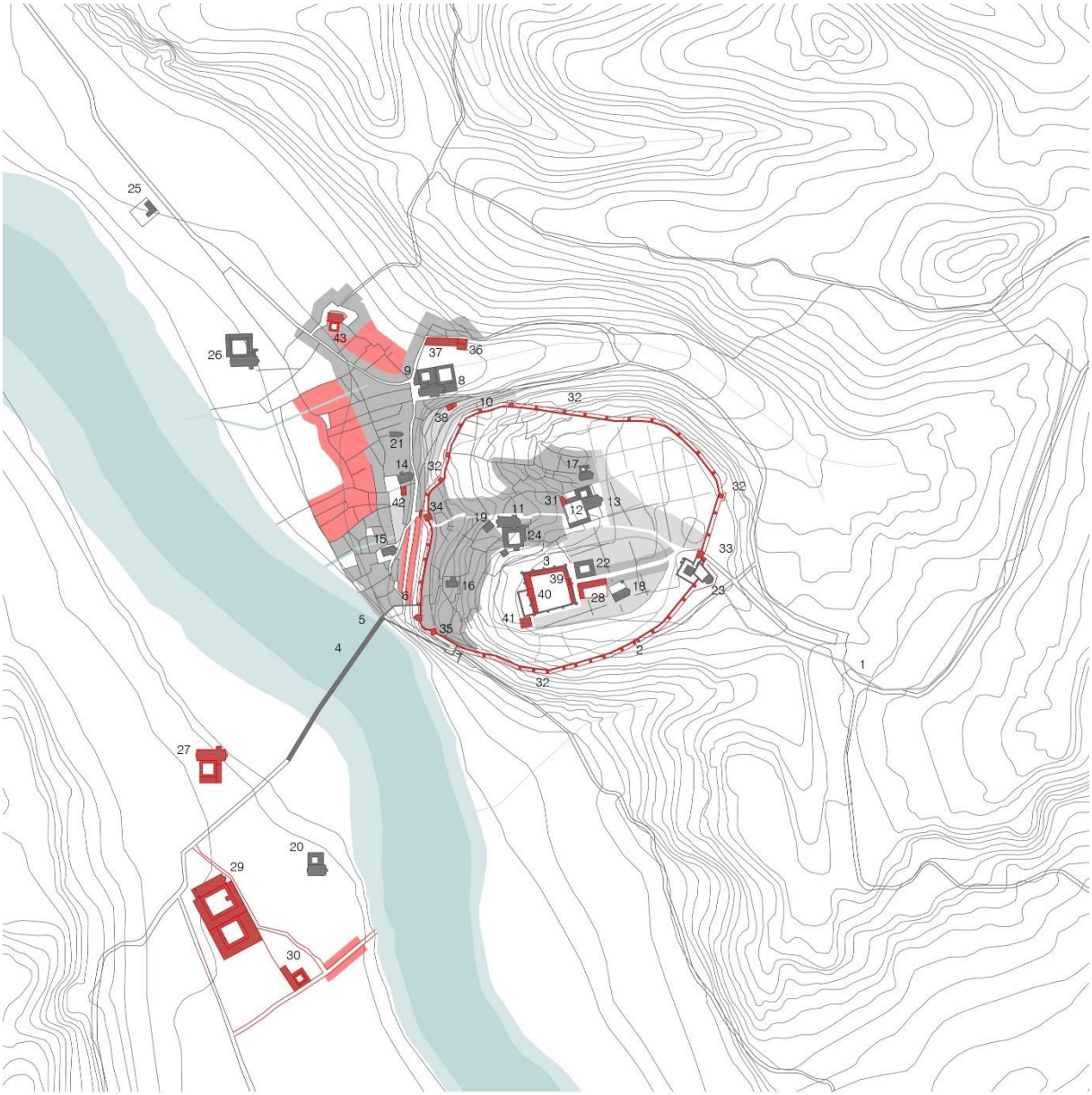
Outro espaço relevante da Baixa definido também no século XIII corresponde aos quarteirões defronte de Santa Cruz. Aqui a regularidade do tecido urbano sugere a aplicação de uma métrica compositiva provavelmente deduzida a partir da fachada de Santa Cruz e seguindo ao longo das ruas da Moeda, da Louça e do Corvo. Segundo Walter Rossa estes quarteirões "resultam de uma operação de ordenamento urbano com matriz geométrica e provável arquitectura programada realizada sob acção crúzia muito provavelmente em inícios do século XIII, ou seja, nos reinados de D. Sancho I e D. Afonso II"[722], existindo registos da Rua da Louça desde 1238[723]. A regularidade apontada por Walter Rossa é sobretudo notória no lado Nordeste junto a Santa Cruz, perdendo-se gradualmente para Sudoeste. Esta alteração no rigor do parcelamento sugere que a operação terá sido iniciada junto à fachada da igreja, e que pelo seu desenvolvimento lento teria resultado numa menor racionalidade urbanística do seu remate.

---

[718] Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 68.
[719] Ibid. p. 46.
[720] Ibid. p. 70.
[721] Ibid. p. 51.
[722] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 472.
[723] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 188.

Coimbra Fase 8 (século XIV)

O ataque de Castela



Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
3 - Alcácer (séc. IX)
4 - Ponte (≈1132)
5 - Torre da Portagem (séc. XII)
6 - Arco da Calçada? (séc. XII)
7 - Arco da Alegria? (séc. XII)
8 - Mosteiro de Santa Cruz (1131-1150)
9 - Mosteiro de S. João das Donas (1131-1150)
10 - Porta Nova (≈1139-1166)
11 - Sé Catedral (≈1140-1174)
12 - Paço Episcopal (≈1130-1140)
13 - Igreja de S. João da Almedina (≈1130-1192)
14 - Igreja de S. Tiago (≈1170-1180)
15 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
16 - Igreja de S. Cristóvão (≈1170-1190)
17 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
18 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
19 - P. do Concelho e Açougues (segunda metade do séc. XII)
20 - Convento de Santa Ana (1174-1184)
21 - Igreja de S. João da Freiria (final do séc. XII)
22 - Hospital de Milreus (segunda metade do séc. XII)
23 - Castelo (segunda metade do séc. XII)
24 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
25 - Hospital de S. Lázaro (≈1210)
26 - Mosteiro de S. Domingos (≈1220-1227)
27 - Convento de S. Francisco (1247-1362)
28 - Estudos Gerais (1308)
29 - Mosteiro de Santa Clara (1316-1330)
30 - Paço da Rainha (≈1316-1330)
31 - Capela de S. Brás (primeira metade do séc. XIV)
32 - Muralha (≈1375-1380)
33 - Porta do Castelo (≈1375-1380)
34 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
35 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / ≈1375-1380)
36 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
37 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
38 - Sinagoga / Igreja do C. Deus (segunda metade do séc. XIV)
39 - Paço da Alcáçova (seg. metade do séc. XIV)
40 - Capela de S. Miguel (seg. metade do séc. XIV)
41 - Cadeia do Paço (seg. metade do séc. XIV)
42 - Açougues Novos (final do séc. XIV)
43 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)

No século XIII o fim da reconquista e a estabilização das fronteiras com Castela, permitem uma continuidade das políticas focadas na gestão e consolidação do poder régio. Esta gestão reformista e centralizadora seria plenamente desenvolvida já no reinado de D. Afonso III, atingindo, porém, um importante marco durante o reinado do seu filho D. Dinis (1279-1325), na qual o prosseguimento de uma política focada na composição e coesão do reino traria por exemplo a substituição do latim pelo português nos documentos da chancelaria régia.

A atenção dada pelo monarca às "letras" enquanto elemento de relevo na consolidação do reino seria particularmente evidente na criação em 1290 do Estudo Geral em Lisboa, embrião da primeira universidade portuguesa. A instituição seria transferida em 1308[724] para a cidade de Coimbra, instalando-se provisoriamente no Paço da Alcáçova bem como num conjunto de edifícios situados perto da igreja de S. Pedro onde, no século XVI, se viria a implantar o Colégio de S. Paulo. A colocação do Estudo Geral no Paço da Alcáçova demonstra, já no início do século XIV, o quase abandono da estrutura pela corte de D. Dinis. A relevância da cidade no quadro cultural seria uma consequência natural decorrente sobretudo da qualidade do *scriptorium* de Santa Cruz, no qual teriam sido formados alguns dos melhores quadros das chancelarias régias desde os tempos de D. Afonso I.

Na cidade, após a entrada do gótico com a construção do claustro da Sé, desenvolvido e refinado na construção dos conventos/mosteiros de S. Domingos, S. Francisco e do primitivo cenóbio feminino de Santa Clara vai trazer também a (re)construção do Mosteiro de Santa Clara, apoiada pela rainha D. Isabel de Aragão, dada a dedicação do mosteiro a Santa Clara a Santa Isabel da Hungria, de quem D. Isabel era sobrinha-neta. Em 1316 ter-se há iniciado a construção de um novo edifício no mesmo local do anterior, sendo a igreja consagrada em 1330. Para além do mosteiro, D. Isabel patrocinou ainda a construção de um hospital e de um paço com ligação ao mosteiro, e ao qual a rainha se recolheria após a morte de D. Dinis em 1325. O apoio de D. Isabel faria de Santa Clara a maior instituição religiosa da cidade depois de Santa Cruz, gerando em pouco tempo um pequeno arrabalde na zona sul do mosteiro[725].

[724] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 496.
[725] Ibid. p. 489.

Em 1325 sobe ao trono D. Afonso IV (1325-1357). A decisão de situar o Estudo Geral em Coimbra seria rescindida em 1338 pelo novo monarca com o propósito de recuperar o Paço da Alcáçova, seguindo-se uma complexa campanha de remodelação e ampliação do edifício entre 1338 e 1354[726]. As obras vão procurar reformular o antigo paço ordenando a construção de duas novas alas ao longo da face Norte e Oriental do antigo quadrilátero islâmico[727]. A construção do novo paço vai confirmar em definitivo a perda de valor do valor militar da estrutura, consequência também do ambiente de relativa paz que se vivia após a estabilização das fronteiras com Castela e o fim da reconquista.

No Paço Episcopal terá também sido construída provavelmente na primeira metade do século XIV, a Capela de S. Brás. Não é conhecida a data de construção do edifício, no entanto, este surge referido num levantamento do paço realizado no início do século XV[728]. A descrição sugere que o paço estaria desocupado e em más condições neste período, resultado da instabilidade vivida na segunda metade do século XIV. Parece assim provável que esta capela seja resultado de uma campanha realizada durante a primeira metade do século XIV, talvez durante o reinado de D. Dinis ou D. Afonso.

O Estudo Geral volta para Lisboa onde permaneceu até 1354, ano em que regressou para Coimbra, até retornar a Lisboa novamente em 1377, sendo transferida definitivamente para Coimbra em 1537. A aparente capacidade itinerante dos Estudos Gerais entre Lisboa e Coimbra, sugere uma pequena comunidade que seria facilmente deslocada, pelo que é pouco provável que a sua implantação inicial na cidade tenha requerido a construção de edifícios específicos[729].

[726] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. pp. 250-251.
[727] Ibid. pp. 249-254.
[728] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. pp. 24-31.
[729] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 497-498.

A segunda metade do século XIV é marcada pela crescente conjuntura adversa no reino e no panorama europeu, com vários surtos de peste, períodos de fome e conflitos no contexto alargado da Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França. No entanto, será o agravamento da crise de sucessão em Castela, com sucessivas revoltas e uma tendência a alastrar-se a Portugal, que irá causar maiores repercussões ao desenvolvimento do reino português. Destaca-se o episódio em que D. Afonso IV, com receio que a influência da nobreza castelhana sobre o infante D. Pedro arrastasse este para o conflito, manda assassinar a sua cortesã Inês de Castro no Paço de Santa Clara. Apesar dos esforços de D. Afonso IV, as sucessivas guerras e revoltas que se desenrolaram no reino de Castela vão atingir o seu ponto mais alto durante o reinado do seu neto D Fernando I (1367-1383) em três situações de guerra aberta com Castela (1369-1371; 1372-1373; 1381-1382). Face à iminência de um ataque castelhano, D. Fernando vai iniciar um importante programa construtivo de reforço ou construção de estruturas defensivas em várias das maiores cidades do reino, destacando-se a construção de novas cercas amuralhadas em cidades como Braga, Porto, Lisboa e Évora.

O ataque de Castela materializa-se entre 1372 e 1373, tendo o exército castelhano sitiado Lisboa, após passagem por Coimbra. O ataque foi particularmente destrutivo nos arrabaldes destas cidades, pondo em evidência as suas grandes vulnerabilidades. Em Coimbra estão documentadas obras de restauro das muralhas entre 1373 e 1383[730]. Tal como outras cidades portuguesas, Coimbra tinha nesta altura um grande e próspero arrabalde. Contudo, se no caso de cidades como Lisboa, Évora ou Braga se optou por expandir o perímetro da cidade com a construção de uma nova cerca amuralhada, no caso de Coimbra as intervenções realizadas focaram-se nas muralhas existentes, na qual se constrói uma barbacã, na ampliação de algumas torres, e na reformulação das portas de acesso sobrepujada agora por torres. Este reforço das portas resultou na construção, junto ao castelo, da Torre das Mulheres, sobre a antiga porta do Sol em 1374[731], na construção da imponente Torre da Almedina, sobre a antiga porta da Almedina, que controlava o acesso à cidade a partir do rio[732], ou ainda na provável ampliação da Torre de Santa Cruz[733].

[730] Monteiro, J. G. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Edições Colibri. pp. 128 e 132.
[731] Barroca, M. J. (2000a). *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422) - vol. II*. Fundação Calouste Gulbenkian.
[732] Anjinho, I. d. M. (2016b). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol II*. [s.n.]. pp. 277–278.
[733] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. pp. 93-105.

A construção da Torre da Almedina terá provavelmente ocorrido entre a incursão castelhana de 1372/1373 e a primeira referência à estrutura é de 1378. Esta surge no contexto de uma reunião municipal na chamada "Torre da Vereação", sendo que dois anos antes em 1376 estas ainda decorriam no edifício existente em frente à Sé[734]. A transferência da sede da vereação municipal para a Torre da Almedina, numa posição claramente dominante sobre a Baixa vai reforçar a crescente importância desta zona da cidade em detrimento do tradicional núcleo e centro de poder no interior da Almedina. Esta gradual perda de importância seria agravada com a saída da universidade para Lisboa em 1377.

A invasão castelhana de Henrique II terá provocado danos graves no arrabalde que se encontrava completamente desprotegido. Provavelmente como consequência deste ataque D. Fernando vai ordenar na década de 1370, a destruição de todos os edifícios existentes na judiaria, os quais, estendendo-se desde a igreja de Santa Cruz até à vertente Sul da muralha da cidade comprometia a defesa da cidade neste sector[735]. Em 1395 as casas existentes na judiaria surgem já referidas pelos seus antigos proprietários sugerindo que os edifícios se encontravam abandonados e em ruínas nessa altura. D. Fernando translada a maioria da população judaica para um novo núcleo junto da Rua Direita, entre a Igreja de Santa Justa e Santa Cruz conhecido como Judiaria Nova.

No espaço da Judiaria Velha é por esta altura construída a Igreja do Corpo de Deus. Uma lenda registada em 1666[736] refere que nos idos de 1362[737] teriam sido roubadas as hóstias da Sé por um judeu, que profanou e enterrou as hóstias consagradas no interior da Sinagoga. Por milagre estas foram salvas, erguendo-se no local uma igreja dedicada ao Corpo de Deus. Apesar da natureza fantasiosa da lenda (que se repete em Santarém, por exemplo, com moldes semelhantes), parece provável que esta descreva o destino da Sinagoga da Judiaria Velha, transformada ou substituída pela Igreja do Corpo de Deus pouco tempo depois de 1362. Esta hipótese ajuda a explicar a planta quadrada da igreja como o resultado da apropriação da antiga sinagoga, cujos modelos tipológicos seguem frequentemente modelos de planta quadrada, marcada por quatro colunas no interior.

---

[734] Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 132.
[735] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 45.
[736] Ibid. p. 38.
[737] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 152.

Para além do reforço das estruturas defensivas a estratégia definida por D. Fernando I passou também pelo repovoamento da Almedina, que terá nesta altura atingindo um ponto critico no seu despovoamento. Se inicialmente, em 1367, D. Fernando surge na documentação confirmando os privilégios aos mercadores da Rua de Coruche e Rua dos Francos na Baixa[738], a partir de 1374 esta política é invertida, evidenciando uma preferência em beneficiar os moradores da Almedina com o objectivo de repovoar e revigorar esta zona da cidade. Esta alteração terá sido motivada pela incursão castelhana que terá demonstrado a clara vulnerabilidade do arrabalde, assim como a dificuldade em defender uma cidade em abandono parcial. Surge assim um conjunto de medidas de beneficiação da Almedina, entre as quais, em 1374, a confirmação de privilégios concedidos aos moradores da Cerca de Almedina pelos seus antecessores, para que essa zona fosse povoada[739], ou em 1377, ano em que se ordena a criação de uma feira franca junto aos Paços[740], assim como a obrigatoriedade de que os viajantes que passem pela cidade sejam obrigados a atravessar o interior da cidade, entrando na porta da Almedina e saindo pelo castelo[741].

Esta última medida terá levado à abertura de uma via nova, ligando o Largo da Portagem à porta da Almedina. Este trajecto seria inicialmente realizado através de um percurso sinuoso e estreito, que passaria junto à igreja de S. Bartolomeu, subindo depois pelas Escadas de S. Bartolomeu até à porta da Almedina[742]. Em alternativa, procedeu-se ao rasgamento de uma nova artéria, larga e comprida, unindo directamente o Largo da Portagem e a porta da Almedina na continuidade e alinhamento da antiga Rua dos Francos, com um comprimento superior a 180 m e uma secção de 6 m. Esta nova rua teria como característica inovadora o facto de ser calcetada com lajes de pedra, seguindo um modelo urbanístico já aplicado nos princípios que regeram a abertura das Ruas Novas de Lisboa e do Porto[743].

[738] Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 22.
[739] Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.]. p. 97.
[740] Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 126.
[741] Ibid. p. 91.
[742] Ibid. p. 158.
[743] Ibid. p. 95.

A obra, pela sua extensão, terá demorado vários anos tendo sido completada já no reinado de D. João I (1385-1433). A primeira referência à recém-construída calçada surge assim apenas em 1392, num aforamento de um terreno situado atrás da igreja de S. Bartolomeu com fachadas para o "caminho velho" (hoje Adro de Cima) e para a "Calçada nova" [744] (hoje Rua Ferreira Borges). O rei D. João I terá, aliás, sido o grande mentor da consolidação da Baixa da cidade enquanto espaço central na estruturação urbana da cidade[745], quer através da conclusão do projecto da Rua da Calçada Nova quer por ter contribuído para a génese da Praça do Comércio enquanto espaço público agregador das principais actividades económicas e civis da cidade.

O ponto de partida para a estruturação da Praça do Comércio dá-se em 1391 com a decisão do concelho em solicitar a D. João I a saída da feira franca (inicialmente concedida por Fernando I junto ao Paço da Alcáçova), para uma localização mais favorável. Como novo espaço, provavelmente pela sua centralidade e facilidade de acesso, foi escolhido o terreno livre existente junto ao adro da igreja de Santiago, embrião da actual Praça do Comércio. Seria à época substancialmente menor, estando a área provavelmente ocupada em grande parte por um denso tecido urbano. Com o objectivo de melhorar este espaço, o Concelho terá adoptado uma estratégia que visava a ampliação do adro através da aquisição e destruição de edifícios. A actual Praça do Comércio inicia assim, com D. João I, no final do século XIV, um processo de definição espacial que continuará no século seguinte, com a sucessiva ampliação do espaço para Sul[746] até eventualmente alcançar a cabeceira da Igreja de S. Bartolomeu, consolidando-se apenas no século XVI com um conjunto de intervenções manuelinas.

Com a deslocação da feira para a praça rapidamente um conjunto de outras importantes funções e equipamentos públicos vão procurar localizar-se no mesmo espaço ou na sua vizinhança imediata, reconhecendo e confirmando a centralidade urbana que então se começava a consolidar. De entre estas destaca-se a construção dos Açougues Novos que surgem pela primeira vez referidos em 1398[747]. O documento identifica o sítio dos Açougues junto à Rua de S. Gião, actual Rua das Azeiteiras.

[744] Ibid. pp. 89-90.
[745] Ibid. p. 26.
[746] Ibid. pp. 126-127.
[747] Ibid. p. 127.

Esta descrição pode ser um indício que esta rua se prolongaria originalmente até à actual Rua Visconde da Luz, antes do alargamento da praça para Sul se sobrepor ao tecido urbano que aqui existia. O edifício dos Açougues Novos seria mais tarde reconstruído no período manuelino como Paço dos Tabeliães, mantendo assim uma continuidade na ocupação do espaço. Para além da construção dos Açougues Novos, data também do final do século XIV um conjunto de pontuais intervenções no Paço da Alcáçova. Estas terão surgido provavelmente no contexto das seis ocasiões em que D. João I reuniu cortes no paço (1385, 1387, 1390, 1394/95, 1397 e 1400) [748], em que o monarca terá sentido necessidade de realizar alguns melhoramentos ao edifício. Destas intervenções destaca-se a construção de um novo corpo, a prisão do Paço[749], que mais tarde seria adaptado a cadeia dos estudantes e, finalmente, utilizado como embasamento para a construção da Biblioteca Joanina. Data provavelmente do final do século XIV e início do século XV a reconstrução de, pelo menos, parte da Igreja de Santa Justa, atestada pelos vestígios de abóbadas e arcos ogivais ainda hoje visíveis em alguns dos edifícios existentes no Terreiro da Erva[750]. Não é conhecida qualquer documentação que ateste esta intervenção; no entanto, atendendo à cronologia que os vestígios existentes no local parecem indicar, é possível que esta intervenção tenha sido realizada como consequência do ataque de Henrique II de Castela ao arrabalde e, portanto, pertencente à segunda metade do século XIV.

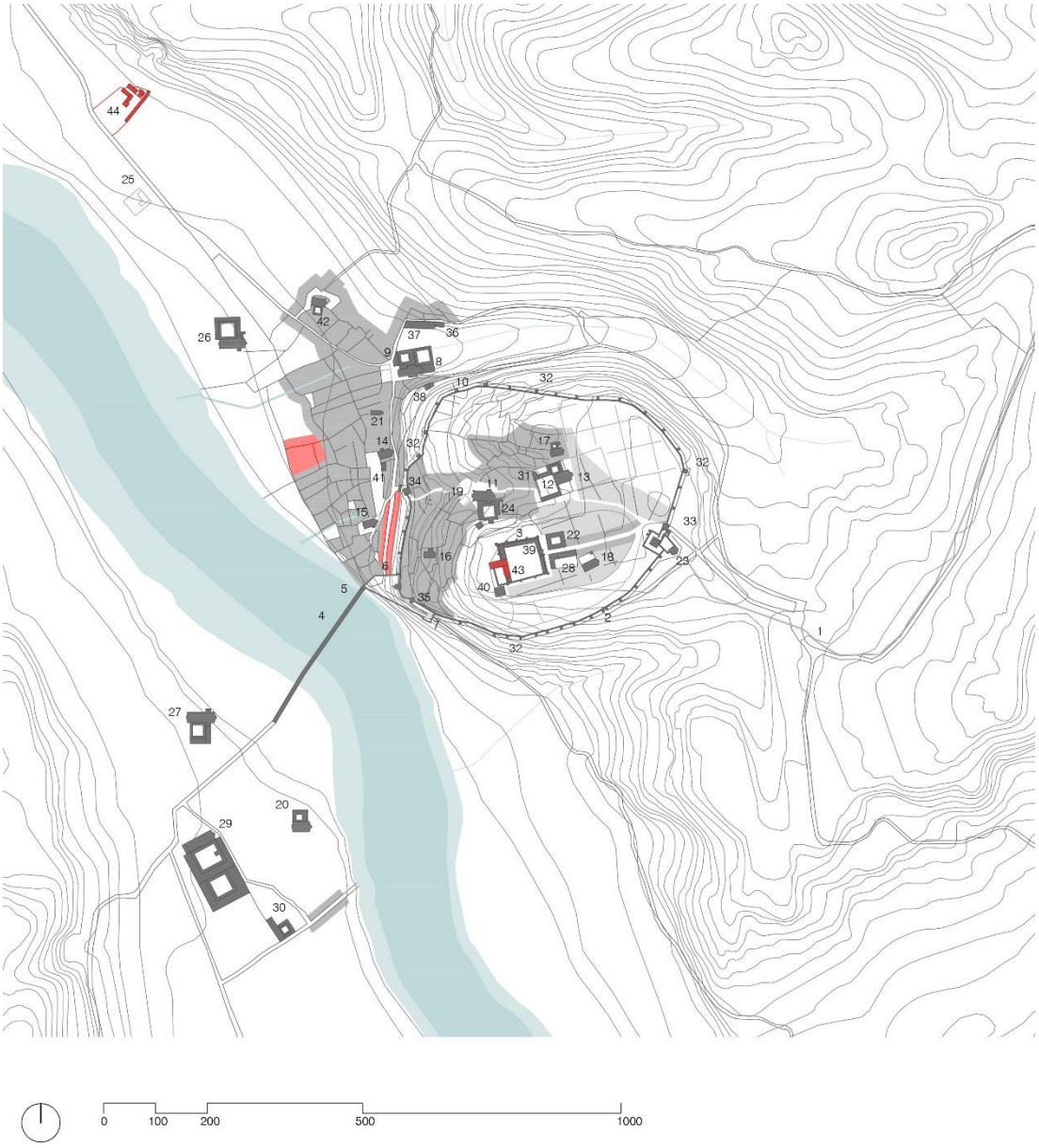
Apesar das perturbações causadas pelo ataque de Henrique II de Castela e a tentativa de D. Fernando I em estancar a desertificação da Almedina, a Baixa da cidade de Coimbra sofre um substancial desenvolvimento, que seria impulsionado no final do século pela abertura da Calçada e pela formação da Praça do Comércio. A definição destas duas estruturas urbanas no mesmo momento, sugere que ambas fariam parte de uma operação concertada, definida pelo concelho municipal com o objectivo de retomar a importância da Baixa, procurando reatar com centralidade económica e civil de Coimbra, em contraste com os domínios do monarca e do Bispo, que mantinham os seus espaços de representação nos Paços da Almedina. Assume-se, assim, no final do século XIV, o despontar de uma cultura urbana que entende os espaços públicos, as praças e as ruas, como componentes essenciais e nobres da cidade, com protagonismo carácter próprios, autónomos, e equivalentes à dos edifícios monumentais.

---

[748] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 235.
[749] Ibid. pp. 263-274.
[750] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 34-37.

Coimbra Fase 9 (século XV)

A decadência de quatrocentos



Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
3 - Alcácer (séc. IX)
4 - Ponte (≈1132)
5 - Torre da Portagem (séc. XII)
6 - Arco da Calçada? (séc. XII)
7 - Arco da Alegria? (séc. XII)
8 - Mosteiro de Santa Cruz (1131-1150)
9 - Mosteiro de S. João das Donas (1131-1150)
10 - Porta Nova (≈1139-1166)
11 - Sé Catedral (≈1140-1174)
12 - Paço Episcopal (≈1130-1140)
13 - Igreja de S. João da Almedina (≈1130-1192)
14 - Igreja de S. Tiago (≈1170-1180)
15 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
16 - Igreja de S. Cristóvão (≈1170-1190)
17 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
18 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
19 - P. do Concelho e Açougues (Segunda metade do séc. XII)
20 - Convento de Santa Ana (1174-1184)
21 - Igreja de S. João da Freiria (final do séc. XII)
22 - Hospital de Milreus (Segunda metade do séc. XII)
23 - Castelo (Segunda metade do séc. XII)
24 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
25 - Hospital de S. Lázaro (≈1210)
26 - Mosteiro de S. Domingos (≈1220-1227)
27 - Convento de S. Francisco (1247-1362)
28 - Estudos Gerais (1308)
29 - Mosteiro de Santa Clara (1316-1330)
30 - Paço da Rainha (≈1316-1330)
31 - Capela de S. Brás (primeira metade do séc. XIV)
32 - Muralha (≈1375-1380)
33 - Porta do Castelo (≈1375-1380)
34 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
35 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / ≈1375-1380)
36 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
37 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
38 - Igreja do C. Deus (segunda metade do séc. XIV)
39 - Paço da Alcáçova (seg. metade do séc. XIV)
40 - Cadeia do Paço (segunda metade do séc. XIV)
41 - Açougues Novos (final do séc. XIV)
42 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)
43 - Capela de S. Miguel (primeira metade do séc. XV)
44 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
42 - Açougues Novos (final do séc. XIV)
45 - Paço do Conde (segunda metade do séc. XV)

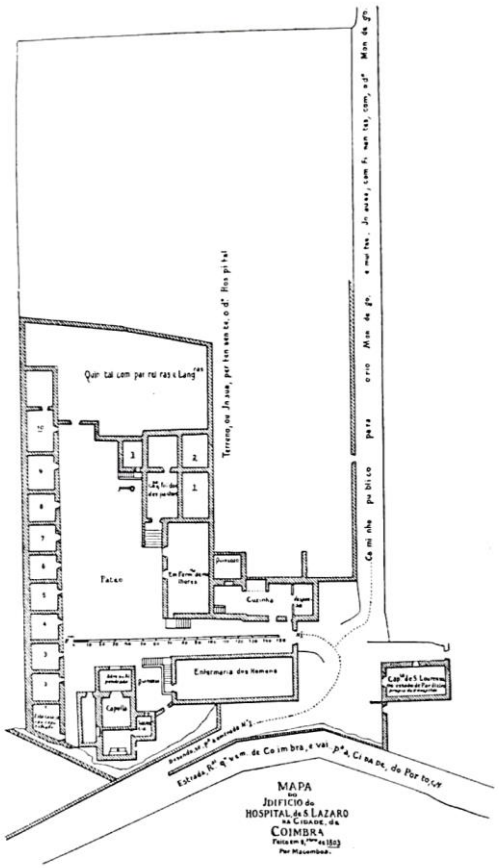


Figura 268 - Levantamento do antigo Hospital de S. Lázaro.

Figura 269 – Ruínas da capela do Hospital de S. Lázaro embebidas no tecido urbano.

Em 1415, na sequência da conquista de Ceuta, D. João I cria o ducado de Coimbra e eleva o seu segundo filho, o infante D. Pedro, a 1º Duque de Coimbra (1415- 1449). Como duque de Coimbra, D. Pedro promove a realização de várias transformações no Paço da Alcáçova actualizando o antigo edifício, e elevando-o à dignidade de um paço ducal. A intervenção de D. Pedro terá incidido sobretudo na face ocidental do paço, na antiga Capela de S. Miguel e numa nova ala residencial, justaposta, na perpendicular, ao exterior do perímetro fortificado. Em substituição à original capela, foi construído um novo templo orientado para Sul com a mesma invocação, mas com uma escala superior, correspondendo provavelmente ao corpo e ao vestíbulo da actual capela manuelina[751].

Na cidade o concelho terá prosseguido a ampliação da Praça do Comércio para Sul, desde o antigo adro de S. Tiago em direcção a S. Bartolomeu. Datam destas intervenções vários registos de aquisição e demolição de edifícios no espaço da praça em 1437 e 1444 [752]. Estas intervenções terão provavelmente resultado na consolidação da forma da Praça do Comércio neste século. Simultaneamente D. Afonso Martins décimo nono prior-mor de Santa Cruz terá também promovido a compra e demolição de várias casas em frente ao Mosteiro de Santa Cruz ampliando significativamente a antiga Praça de Sansão, que estaria já desimpedida de construções por altura do infante D. Pedro[753].

Em 1438 sobe ao trono D. Afonso V (1438- 1481). Questões dinásticas levariam a um confronto com o Infante D. Pedro em 1449 na Batalha de Alfarrobeira, provocando a morte de D. Pedro. Com a subsequente extinção do ducado até ao século XVI, a cidade perde novamente importância. Edifícios como o Paço da Alcáçova entram gradualmente em declínio, com o edifício praticamente desocupado durante toda a metade do século XV[754]. Apesar do declínio da cidade, dá-se ainda o arranque da construção de um novo Hospital de S. Lázaro, num local mais elevado, dadas as cada vez mais significativas cheias do Mondego. O novo edifício seria construído no local onde ainda permanecem as suas ruínas, perto da Rua da Sofia, estando documentado já em 1459[755].

---

[751] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 364.
[752] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 443.
[753] Ibid. p. 477.
[754] Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 239.
[755] Rocha, A. R. S. d. (2011). *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Tese de Mestrado em História da Idade Média (Poderes, Espaços, Quotidianos) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 50-51.

A segunda metade de quatrocentos seria marcada pela nomeação do bispo D. Jorge de Almeida (1481-1543). Este procedeu a uma importante reforma do espaço urbano em redor da sé catedral repetindo as mesmas logicas de dignificação do espaço público iniciadas pelo concelho da cidade no século anterior e que continuavam paulatinamente a ampliar e definir o espaço da Praça do Comércio, ou a ampliação da antiga Praça de Sansão. D. Jorge de Almeida terá assim procedido à compra de vários edifícios em redor da Sé, entre os quais a antiga "Casa do Vodo", onde ser realizavam habitualmente as reuniões municipais, procedendo à sua demolição e ampliando o espaço público existente em redor da Sé[756]. Este espaço seria ainda dignificado pela construção de um pódio que ligava, de nível, a porta principal (Porta da Glória) e a porta lateral (Porta Especiosa) da Sé[757].

O crescimento urbano da cidade parece no século XV ter, não obstante, sofrido uma estagnação. Na alta da cidade, a ausência de qualquer intervenção e a pouca documentação existente sobre esta zona à época, revelam que quaisquer tentativas de fixação de residentes através da oferta de privilégios haviam cessado, no que provavelmente prefigura um quadro de abandono. Na Baixa, o arrabalde que ainda no século XIV tinha sido objecto de um grande incremento, via agora a sua expansão limitada por um conjunto de barreiras. Se no seu lado Oriental a muralha da cidade impedia o crescimento, também a Sudoeste e Oeste, o rio Mondego e as cada vez mais severas cheias impediam qualquer desenvolvimento urbano sustentado. Por outro lado, para Norte e Noroeste, a implantação do convento de S. Domingos e da sua cerca, assim como os abruptos declives de Montarroio, serviram de impedimento. Como afirma Walter Rossa, Coimbra deprimia-se moralmente e comprimia-se fisicamente entre a Sé e o Mondego[758]. Apesar deste cenário, a cidade mantinha-se como uma das maiores e mais importantes do reino, frequente local de estadia da corte a par com outras cidades como Santarém, Lisboa ou Évora.

[756] Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 121.
[757] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 534.
[758] Ibid. p. 538.

Coimbra Fase 10 (século XVI)
A instalação da Universidade

Legenda

1 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
2 - Sé Catedral (≈1140-1174)
3 - Igreja de S. João da Almedina (≈1130-1192)
4 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
5 - Igreja de S. Cristovão (≈1170-1190)
6 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
7 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
8 - Convento de Santa Ana (1174-1184)
9 - Hospital de Milreus (Segunda metade do séc. XII)
10 - Castelo (Segunda metade do séc. XII)
11 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
12 - Mosteiro de S. Domingos (≈1220-1227)
13 - Convento de S. Francisco (1247-1362)
14 - Mosteiro de Santa Clara (1316-1330)
15 - Paço da Rainha (≈1316-1330)
16 - Capela de S. Brás (primeira metade do séc. XIV)
17 - Muralha (≈1375-1380)
18 - Porta do Castelo (≈1375-1380)
19 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
20 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / ≈1375-1380)
21 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
22 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
23 - Igreja do C. Deus (segunda metade do séc. XIV)
24 - Cadeia do Paço (segunda metade do séc. XIV)
25 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)
26 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
27 - Paço do Conde (segunda metade do séc. XV)
28 - Hospital Real (1504)
29 - Mosteiro de Santa Cruz (séc. XII / 1507-≈1547)
30 - Ponte (1511-1513)
31 - Torre da Portagem (1511-1513)
32 - Arco da Calçada? (séc. XVI)
33 - Arco da Alegria? (séc. XVI)
34 - Paço da Alcáçova (≈1510-1530 / 1592)
35 - Igreja de S. Miguel (≈1510-1517)
36 - Açougues Novos / Paço dos Tabeliães (1518)
37 – Ig. de S. Tiago / Misericórdia (séc. XII / 1526-1549)
38 - Igreja de S. João das Donas (≈1530)
39 – P. Episcopal (primeira metade do séc. XVI/1592)
40 - Colégio de T. os Santos (1535-1537) Tribunal da Inquisição (1565-1572)
41 - Colégio de S. Miguel (1537-1547) Tribunal da Inquisição (1565-1572)
42 - Porta de S. Margarida (1538)
43 - Colégio do Espírito Santo (1541-1550)
44 - Colégio do Carmo (1541-1597)
45 - Colégio da Graça (1542-1555)
46 - Convento de S. Domingos (1543)
47 - Colégio de S. Tomás de Aquino (1543-≈1555)
48 - Colégio de S. Boaventura ou dos Pimentas (1543)
49 - Colégio das Onze Mil Virgens (1547-1698)
50 - Colégio de S. Bento (1551-≈1634)
51 - Colégio Real de S. Paulo Apóstolo (1549-1563)
52 - Colégio de S. Pedro dos Terceiros (1555)
53 - Colégio da Santíssima Trindade (1562-≈1630)
54 - Colégio de S. Jerónimo (1565-1573)
55 - Colégio de Tomar (1566)
56 - Aqueduto de S. Sebastião (1568)
57 - Colégio das Artes (1568-≈1650)
58 - Real Colégio de S. Pedro (1574)
59 - Cadeia da Portagem (1592)
60 - Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência (1593)
61 - Porta Nova (≈1593)

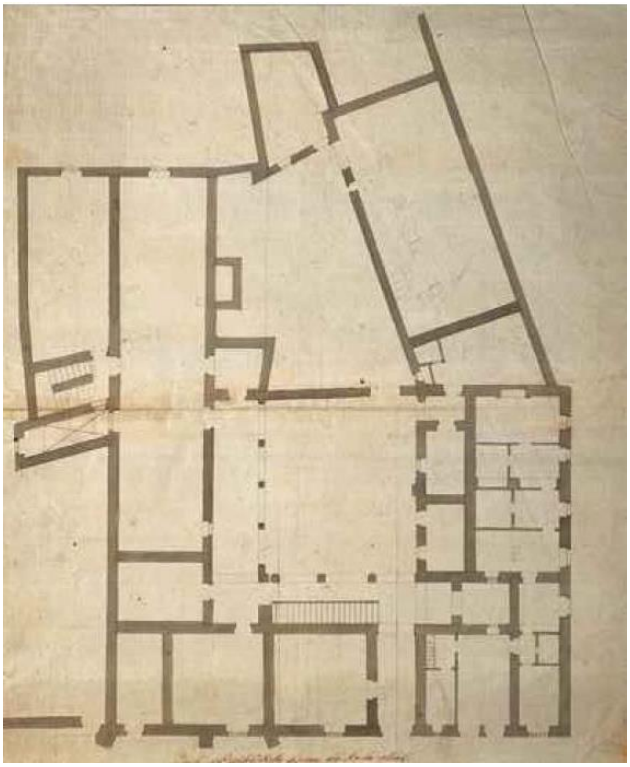


Figura 270 – Levantamento pombalino do antigo Hospital Real.

Figura 271 – Edifício do antigo Hospital Real no lado esquerdo da imagem. Fotografia pertencente ao arquivo de Pedro Bandeira.

A subida ao trono de D. Manuel (r. 1495–1521), sucedendo a seu primo D. João II - e que visitaria a cidade em 1502 na sua passagem aquando da peregrinação real a Santiago de Compostela -, vai ter em Coimbra um particular impacto. Uma das primeiras medidas do monarca aplicadas na cidade viria na sequência de uma mais alargada reforma das instituições de assistência realizada por todo o território português. Em Coimbra existiriam em finais do século XV cerca de 14 instituições de assistência, entre hospitais e albergues e confrarias. Estas instituições eram, na sua maioria, pequenas, resultado de doações testamentárias; ocupavam antigos edifícios de habitação, alguns com capacidade para apenas cinco camas, oferecendo uma capacidade de assistência precária[759]. Em finais de quatrocentos inicia-se um processo de reestruturação das instituições de assistência, adotando-se uma nova política centralizadora coordenada e dirigida pela coroa. Esta nova política vai resultar em Coimbra na fundação em primeiro lugar da Misericórdia de Coimbra seguindo-se o Hospital Real, com diferentes ritmos e com obras que ultrapassam o tempo do reinado manuelino.

A Misericórdia de Coimbra, inicialmente fundada em 1500 por D. Leonor, viúva de D. João II, vai a partir de 1526 ocupar o celeiro da Igreja de S. Tiago. Em 1546 dá-se início à construção da Igreja da Misericórdia sobre uma das naves de S. Tiago, concluindo-se o novo edifício em 1549. Após divergências com a paróquia, a Misericórdia sai de S. Tiago apenas para regressar ao mesmo local em 1589, retomando as obras do edifício[760]. A partilha do espaço com a Igreja da Misericórdia vai resultar num conjunto de importantes transformações na Igreja de S. Tiago que vão alterar, como já referimos, a sua imagem até ao restauro realizado na primeira metade do século XX.

O Hospital Real de Coimbra, fundado em 1504, vai herdar todos os bens e rendimentos das diversas instituições de assistência existentes na cidade, à excepção do Hospital de Mirleus (que seria originalmente já de fundação régia, sendo este apenas extinto em 1526), e da Gafaria, que continuaria em funções até ao século XIX. Para a instalação do novo Hospital Real foram comprados vários edifícios na antiga Praça de S. Bartolomeu, construindo-se, no seu lugar, o que seria comparado aos anteriores edifícios de assistência, enquanto grande hospital central.

[759]Saraiva, A. M. d. S. (1995). A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Separata da Revista de Ciências Históricas, X*, 157-160. pp. 158-159.
[760] Anjinho, I. d. M. (2006). *Da legitimidade da correção do restauro efetuado na Igreja de S. Tiago em Coimbra*. Seminário apresentado no Mestrado de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Figura 272 - Fachada da igreja do mosteiro de Santa Cruz por volta de 1960.

Porém, a acção de D. Manuel I em Coimbra, iniciada com a fundação do Hospital Real, vai assumir na reconstrução da Igreja de Santa Cruz um protagonismo simbólico inigualável. Com Santa Cruz, D. Manuel não só assume o mecenato da renovação física do edifício, mas também da renovação espiritual do reino e da cidade, através da reconstrução do panteão régio da dinastia afonsina, fundadora do reino de Portugal. A renovação do templo teria sido desencadeada com a morte do prior de Santa Cruz em 1506. Na sequência desta, o Papa Júlio II procurou nomear o seu sobrinho para o posto, para deste modo controlar as rendas da instituição. D. Manuel I, contudo, aproveitaria a situação para, alegando o estado ruinoso do edifício, requerer as rendas do priorado para a reconstrução do mosteiro e da igreja, procurando, por um lado, assegurar o controlo régio da instituição e das rendas do priorado-mor, e por outro, através da sua renovação, associar a sua imagem à do fundador de Santa Cruz e do reino de Portugal, D. Afonso I, reforçando assim a sua própria legitimidade como monarca. As obras terão sido iniciadas pouco depois de 1507 com a nomeação do novo prior D. Pedro Gavião (1507-1516), ainda que o vasto programa arquitectónico em curso por todo o país tenha motivado um arranque lento das obras, hesitante e com muitas paragens e alterações do programa[761]. A campanha dedicou-se primeiro à reforma urgente da capela-mor, seguindo-se a partir de 1513 com o mestre Boytac, a reformulação da fachada e dos dois corpos centrais da igreja, com o desmantelamento e substituição da abóbada. Entre 1517 e 1522 toma conta do projecto o mestre Marcos Pires, continuando os trabalhos com especial incidência no conjunto monástico propriamente dito, concluindo-se ou reformulando-se o claustro, o refeitório, o dormitório, o cartório e a livraria[762].

Simultaneamente à intervenção em Santa Cruz, ter-se-á procedido à construção de uma nova Igreja de S. João. O projecto manuelino teria, contudo, sido interrompido, continuando já no reinado de D. João III segundo a traça de Diogo de Castilho. A nova igreja terá sido concluída por volta de 1530 no lado Sul de Santa Cruz, obrigando por isso a uma ligeira deformação da actual Rua Martins de Carvalho, assim como ao alargamento da Praça de Sansão, também para Sul[763].

---

[761] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 540-541.
[762] Craveiro, M. d. L. (2011a). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. pp. 26-27.
[763] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 544-545.

A par da construção de Santa Cruz, tudo indica que se deu início à reconstrução do Paço da Alcáçova. Este teria também um percurso semelhante no que respeita à concepção e execução dos trabalhos, primeiro esboçados pelo mestre Boytac, e depois, a partir de 1517, realizados e finalizados por Marco Pires[764]. O edifício estaria, no início do século XVI, num estado de considerável desleixo, tornando-se necessária a sua quase integral reconstrução. A intervenção manuelina teria assim promovido uma reforma completa das estruturas existentes de um modo determinante para a conformação volumétrica e fisionomia exterior do edifício[765]. Partindo das pré-existências, a intervenção manuelina promoveu a ampliação dos espaços respectivos com o objectivo de corresponder aos novos requisitos da corte[766]; e procedeu à unificação destes diversos elementos ou "edifícios" segundo uma gramática decorativa una e coesa (ameias, janelas, coruchéus, cimalhas) que iria ser seguida por futuras intervenções, mantendo-se como a principal linguagem decorativa do edifício até à actualidade.

A capela de S. Miguel terá sido a primeira estrutura a ser erguida, ainda segundo o traço de Boytac, dando-se por praticamente finalizada já em 1517 quando Marco Pires toma conta dos trabalhos[767]. A este último caberia, no entanto, a responsabilidade da reconstrução dos corpos Norte, marcados pela presença da actual Sala dos Capelos, assim como da grande escadaria e do torreão, reinterpretados e substituídos nas reformas setecentistas. A urgência da conclusão dos trabalhos em Santa Cruz terá provocado o atraso das obras do Paço[768], estando as principais estruturas concluídas por volta de 1522[769]. Uma nova campanha é iniciada mais tarde pela mão do mestre Diogo de Castilho, entre 1526 e 1530[770], que vai reformular o programa manuelino, em particular através da supressão da ala Sul. Talvez um dos aspectos mais significativos das campanhas de D. Manuel I e D. João III se trate da eliminação do carácter defensivo do antigo alcácer islâmico, numa transformação emblematicamente representada pela supressão da ala e muro Sul, e a abertura do antigo quadrilátero muralhado à cidade.

---

764 Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 356.
765 Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 603.
766 Ibid. pp. 604-603.
767 Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. p. 357.
768 Ibid. p. 355.
769 Ibid. p. 354.
770 Ibid. p. 333.

Na baixa da cidade, o contínuo assoreamento do rio, particularmente a partir do século XIV e XV, terá gradualmente levado a cada vez mais frequentes e mais intensas cheias, que galgavam as margens do rio e inundavam os edifícios mais próximos do leito. A necessidade de reconstrução e alteamento da antiga ponte tornou-se assim urgente a partir do final do século XV e inícios do século XVI, altura em a câmara de Coimbra envia várias missivas a D. Manuel solicitando a urgente reparação da infraestrutura. Porém, mais do que a reparação ou alteamento da ponte, D. Manuel vai ordenar a construção de um conjunto de dispositivos anexos com o objectivo de minorar o constante assédio do rio sobre a Baixa da cidade, tal como o testemunha a inscrição que existia na Torre da portagem: "*mandou fazer de novo esta ponte até as esperas* (pegões?) *he reedificar até à cruz de são ffrancisco he da dita cruz até santa clara de novo he acrescentar esta torre he muro*"[771]. São assim, não só reconstruídas, a uma cota mais elevada, a antiga ponte afonsina e sua torre, mas também realizado um prolongamento da ponte entre Santa Clara e S. Francisco, procedendo-se ainda à construção de um muro entre o Largo da Portagem e o Largo das Ameias. A reconstrução da ponte terá utilizado como suporte os antigos pilares da ponte afonsina, prolongando-os, e construindo sobre estes, novos arcos que elevariam o tabuleiro da ponte em cerca de 5 metros, garantindo assim que a estrutura estaria a salvo da maioria das cheias[772]. Esta importante campanha de obras terá decorrido entre 1511 e 1513 tal como atestado na inscrição colocada na torre[773]; no entanto, a obra quinhentista seria estruturalmente fraca, obrigando a constantes reparações quase desde o início, com obras significativas realizadas logo no reinado de D. Sebastião, que se prolongariam até ao reinado de Filipe II[774].

O alteamento da ponte, como se viu, terá obrigado à elevação da margem no Largo da Portagem através da construção de um muro que ao mesmo tempo garantia protecção da Baixa durante as cheias. Não existem dados que nos permitam reconstruir em detalhe o traçado do muro dadas as subsequentes alterações que a zona sofreu, mas é provável que este abrangesse e protegesse sobretudo o lado jusante da ponte, entre o Largo da Portagem e o Largo das Ameias[775].

---

[771] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 552.
[772] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. pp. 27-29.
[773] Ibid. p. 29.
[774] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 555-556.
[775] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. pp. 69-71.

Figura 273 - Praça de Coimbra em inícios do séc. XX, em vista tomada em direção a igreja de S. Bartolomeu. O pequeno edifício de dois andares, situado no plano médio, a esquerda, encontra-se no local onde estavam instalados os açougues medievais.

O concelho da cidade, vai ainda solicitar a D. Manuel I apoio para a construção urgente de um novo espaço de assembleia. A decisão sobre a construção de um novo edifício terá causado divergências sobre os encargos de tal obra assim como sobre a localização mais adequada, com o rei já comprometido em várias obras da cidade mostrando pouca disponibilidade para investir ou partilhar recursos em mais uma empreitada. Frustradas as ambições do Concelho, este terá sido forçado a optar por uma solução modesta de reconstrução do relativamente exíguo e humilde edifício dos Açougues Novos, pouco depois de 1516[776].

Apesar das intervenções do rei na protecção e melhoria da Baixa terem sido relativamente pouco consequentes e quase todas elas serem fruto de obras de reconstrução ou melhoramento quase imediatamente após a sua conclusão, vão, mesmo assim, dar início a um gradual processo de consolidação sobretudo na zona da margem. Este processo fica claramente evidenciado com a intenção de abertura de uma "rua nova" entre o Largo do Arnado e o Cais das Ameias, com uma dimensão regular de 30 palmos (6.6 metros), por volta de 1522 [777]. Este eixo nunca viria a ser materializado por completo, tendo o seu troço Sul persistido na antiga Rua da Madalena, correspondente à metade Sul da actual Avenida de Fernão Magalhães. A construção da "rua nova" pode ter sido comprometida pela sobreposição do seu tramo Norte aos terrenos do convento de S. Domingos, que desde a sua implantação funcionava como obstáculo à expansão da cidade para Norte. De facto, a existência deste edifício encontrava-se igualmente ameaçado pelas constantes cheias do Mondego, sendo que, após algumas hesitações e até com obras realizadas em 1521, viria a ser finalmente abandonado na primeira metade do século XVI[778].

Também datando do período Manuelino releva-se a grande intervenção no Paço Episcopal promovida por D. Jorge de Almeida. Esta reforma, cuja data precisa não é conhecida, terá conduzido à supressão de estruturas importantes como o claustro românico ou a pequena capela de S. Brás, ampliando por outro lado o edifício principal para Sul sobre a fachada da Igreja de S. João. Estes melhoramentos terão substituído a primitiva construção medieval por uma estrutura significativamente mais cómoda, de tal forma que o próprio rei D. João III nela terá ficado hospedado durante algum tempo, em 1550[779].

---

[776] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 575.
[777] Ibid. pp. 563-564.
[778] Ibid. p. 479.
[779] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. pp. 32-40.

Com a subida ao trono de D. João III (1521–1557) as políticas urbanas iniciadas em Coimbra por D. Manuel vão ter continuidade, senão são mesmo reforçadas, como se percebeu já, entre as quais se conta a centralização dos equipamentos de assistência, no recém-construído Hospital Real[780]. Mas haverá novidades e iniciativas inéditas.

Aliás, em 1527, o rei visita a cidade dedicando atenção ao recentemente renovado Mosteiro de Santa Cruz. Constatando a desadequação das instalações ao ambiente monástico, entre as quais a existência do mosteiro feminino de S. João das Donas paredes meias com o Mosteiro de Santa Cruz, determinou a realização de uma reforma do edifício adaptando-o aos novos ideais renascentistas. Para o desenvolvimento desta reforma foi nomeado como responsável Frei Brás de Barros (ou de Braga) (1500-1559), que havia recentemente acabado os seus estudos de teologia em França e, como tal, estaria a par dos mais recentes valores humanistas bem como das exigências da vida monástica. A reforma arquitectónica, entregue a Diogo de Castilho em 1528[781], vai levar a uma profunda reformulação do edifício a partir da extinção do mosteiro de S. João das Donas no qual seria construído o Claustro da Portaria, assim como pela ampliação dos espaços existentes para Nascente, e que viriam a integrar o importante Claustro da Manga construído por volta de 1530.

Em Lisboa o crescente mal-estar em relação ao aparente fracasso do Estudo Geral em se estabelecer como uma instituição de referência, motivando inclusive os alunos a procurarem completar os seus estudos no exterior, levara à hipótese de refundar a universidade noutra cidade[782]. Entre as cidades que se posicionavam para receber a instituição destacam-se Braga, com a fundação dos Estudos Públicos de S. Paulo (1531) por D. Diogo de Sousa, e Évora, através da tentativa de fundação de uns "Estudos" iniciada ainda no reinado de D. Manuel I mas interrompida pela morte do monarca. Contudo, na sequência da visita de D. João III à cidade de Coimbra em 1527, este terá decidido a trasladação da universidade para a cidade onde a instituição tinha sido originalmente fundada por D. Dinis.

---

[780] Rocha, A. R. S. d. (2011). *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Tese de Mestrado em História da Idade Média (Poderes, Espaços, Quotidianos) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 38.

[781] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 635-637.

[782] Ibid. pp. 624-625.

A decisão de D. João III relaciona-se com a reforma do Mosteiro de Santa Cruz, tendo o rei visto nesta iniciativa uma oportunidade para tirar partido dos importantes estudos já aí existentes, e que desde a fundação do reino formavam elementos (hoje dir-se-ia "quadros"…) das administrações régias, assim como das significativas receitas que o cenóbio tinha à sua disposição, fundamentais para o financiamento de toda a operação. A estes factores acrescia o grande potencial que a localização do Mosteiro de Santa Cruz oferecia, numa zona de charneira urbana/rural e junto da principal via de saída da cidade para Norte, situação ideal para realização de uma operação de expansão urbana, sendo este ponto determinante na delineação do projecto para a nova Universidade de Coimbra idealizado pelo reformador de Santa Cruz, Frei Brás de Braga.

Frei Brás de Braga terá ao que tudo indica utilizado como modelos os conjuntos universitários com os quais estava familiarizado, nomeadamente o da Universidade de Sorbonne em Paris. Esta universidade, cuja existência remontaria a 1257, surge a partir da compra de vários edifícios particulares ao longo de uma rua central, que viria a ser gradualmente ocupada em exclusivo por funções a ela adstritas, adoptando um carácter urbano semi-privado, com portas em ambos os extremos[783]. Frei Brás de Braga terá assim idealizado uma Universidade de Coimbra, dependente do Mosteiro de Santa Cruz e estruturada a partir de uma nova rua de aparente acesso condicionado, ou parcialmente condicionado. Este eixo seria cuidadosamente pensado, desenhado e executado, como é evidente a partir do elevado rigor geométrico que a sua composição apresenta.

A rua, rasgada para Norte do Mosteiro de Santa Cruz, foi alinhada com a portaria da escola de Santa Cruz, na zona anteriormente ocupada pela Igreja e Mosteiro de S. João das Donas, separada de Santa Cruz pelas obras recentes de Diogo de Castilho[784]. Este primeiro edifício seria ocupado pelo ensino das "artes", ou seja, as escolas menores ou preparatórias ao ensino superior. No espaço da Rua da Sofia mais próximo do Mosteiro de Santa Cruz estariam situados dois "colégios maiores" construídos segundo orientação de Santa Cruz e que seriam destinados a albergar o núcleo universitário propriamente dito.

---

[783] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. pp. 78-82.

[784] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 647-648.

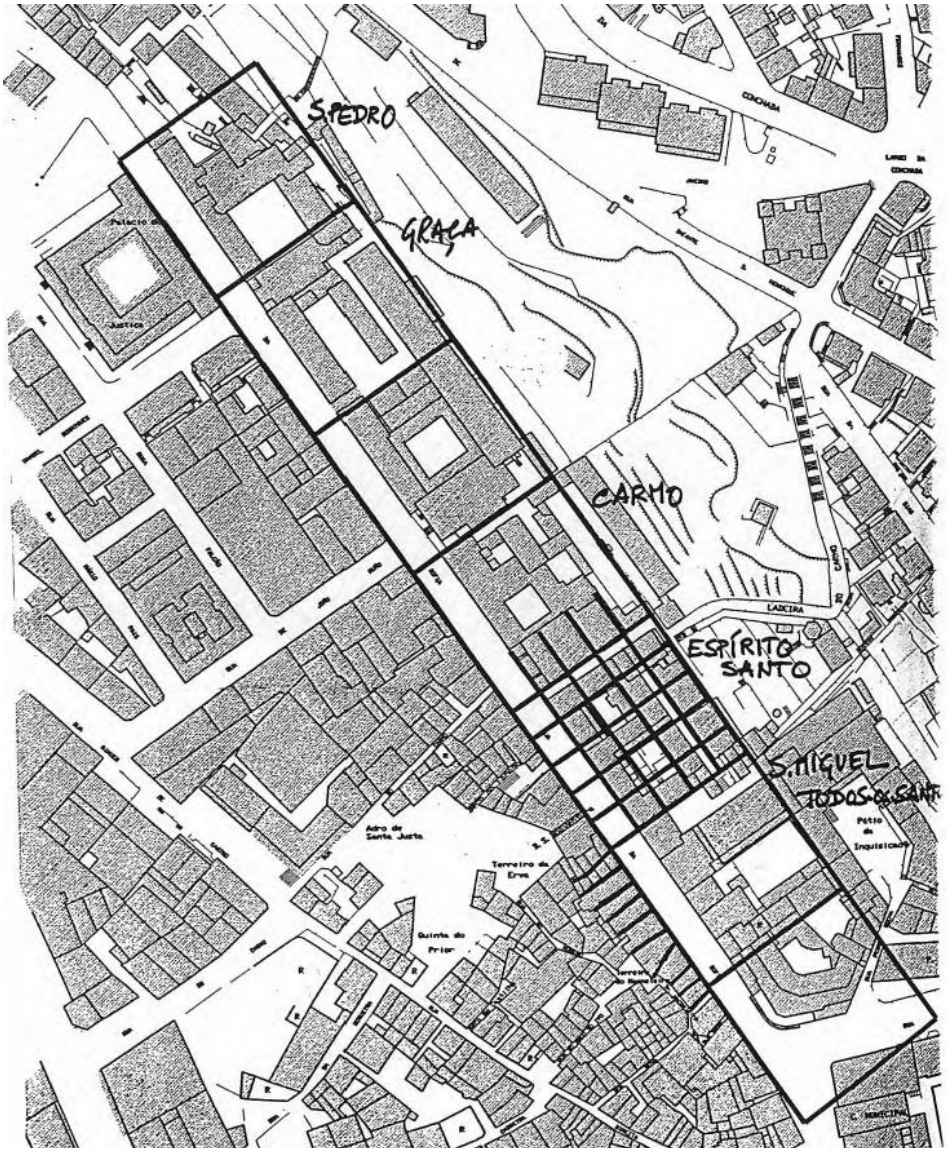


Figura 274 – Esquema geométrico de composição do traçado da rua e dos seus edifícios monumentais a partir da aplicação de módulos quadrados de 60 braças.

O projecto não seria, contudo, vinculado apenas a uma exclusividade Régia/Cruzia, prevendo-se acolher a construção de vários colégios e respectivas igrejas de ordens religiosas que acolhessem e proporcionassem formação aos estudantes [785]. Estes "colégios menores" ocupariam maioritariamente a rua, prevendo-se inicialmente uma ocupação no lado Nascente, provavelmente procurando respeitar a orientação canónica das igrejas, enquanto o lado oposto seria ocupado por edifícios civis de habitação e de apoio à população académica. Formalmente, a rua apresenta, para a época, uma excepcional largura, com aproximadamente 13 metros de calibre, ou seja, 6 braças (60 palmos craveiros). Esta dimensão estaria aparentemente relacionada com a matriz fundiária do loteamento projectado para a rua, em que cada colégio ocuparia um lote "ideal" de 30 x 24 braças[786]. Esta matriz, particularmente evidente no lado Norte ocupado pelos vários colégios, surge também no lado Sul, inicialmente destinado aos edifícios de apoio e residência, em que os lotes têm, salvo algumas excepções, dimensões correspondentes a múltiplos ou submúltiplos de 6 braças[787]. A rua teria assim um comprimento total de 180 braças, ou seja, aproximadamente 400 metros, sendo fechada no topo pela Porta de Santa Margarida, que controlava o acesso.

Apesar de um arranque lento marcado por algumas hesitações e desentendimentos presumíveis entre Frei Brás de Barros e D. João III, a construção dos primeiros institutos iniciou-se em 1535 com a construção dos colégios de Todos-os-Santos e de S. Miguel, ainda sob orientação do Mosteiro de Santa Cruz. O Colégio de Todos os Santos teria sido iniciado em 1535 e estaria quase concluído em 1537, enquanto a construção do Colégio de S. Miguel teria começado em 1537 e duraria até 1547, quando foi integrado no Colégio das Artes[788]. Estes dois colégios, edificados directamente sob a supervisão crúzia, destinar-se-iam a centralizar os estudos universitários. Contudo, a fundação em Março de 1537 da Universidade em Coimbra ainda sem se terem concluído as obras de construção dos primeiros colégios, forçou a instituição a partilhar o espaço dos estudos de Santa Cruz. Esta situação tornou aparente a complexa relação entre as duas escolas as quais, competindo pelo espaço disponível, quase imediatamente se tornou hostil e concorrencial.

[785] Ibid. p. 645.
[786] Ibid. pp. 686-689.
[787] Ibid. pp. 690-691.
[788] Ibid. pp. 701-702.

Assim, logo em Setembro de 1537, D. João III toma a decisão radical de transladar o ensino universitário para a Alta da cidade ordenando a construção dos estudos junto à Igreja de S. Pedro. O rei parece assim assumir o fracasso da operação iniciada na Rua da Sofia, aparentemente subvertendo o propósito fundamental que motivara a abertura da rua e cortando os laços institucionais com Santa Cruz. Esta decisão resultaria na adaptação temporária do Paço da Alcáçova para receber duas das quatro faculdades da universidade, permanecendo as restantes nos colégios de S. Miguel e Todos-os-Santos até 1544[789]. As razões desta mudança não são totalmente conhecidas, mas seguramente estiveram relacionadas com a necessidade de resolver os problemas institucionais e assegurar a independência da universidade e dos colégios em relação a Santa Cruz, ou ainda de superar a aparente exiguidade do espaço disponível na Rua da Sofia, que rapidamente foi preenchida pelos vários colégios que competiram pelo acesso aos melhores locais. Esta mudança significativa não implicou, contudo, uma deturpação do modelo conceptual da Rua da Sofia, permitindo que se concentrassem neste eixo os estudos preparatórios das humanidades e das artes. Por outro lado, ao pretender instalar a universidade na Alta D. João III, para além de resolver os problemas já citados, e que existiam pela localização junto ao Mosteiro de Santa Cruz, pretendia também dinamizar a Alta da cidade, resolvendo finalmente o abandono da zona que, embora várias vezes contrariado por monarcas anteriores, permanecia como problema irresoluto.

Em Agosto de 1539 uma resposta do rei a uma carta enviada pelo Reitor D. Agostinho Ribeiro, revela uma significativa alteração quanto à localização inicialmente proposta em 1537, descrevendo as intenções do monarca em fazer construir um novo edifício, agora na zona Norte da cidade. Neste documento, o rei refere várias vezes a existência de um "debuxo" ou desenho, entretanto perdido, e que remete claramente para a existência de um plano urbano desenhado para coordenar as intervenções a realizar no terreno[790]. A autoria inicial deste desenho não é conhecida; no entanto ela poderá ser atribuída a mestre Diogo de Castilho, que coordenava uma série de importantes empreitadas na cidade, seguindo talvez algumas indicações do Reitor.

[789] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. pp. 108-109.
[790] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 775-776.

Na ausência do dito "debuxo" resta-nos a leitura detalhada do texto para, comparando-o com o tecido urbano existente até às intervenções dos anos 40, interpretar como seria este projecto urbano na Alta de Coimbra:

"…*a dita primeira Rua* (1) *deve ir por onde está traçada no debuxo* (…) *as casas desta Rua primeira* (1) *da parte do levante desde a Igreja de S. Pedro até ao terreiro do bispo* (2) *saiam por diante quando for necessário para ficarem a cordel. E quanto ao terreiro do bispo é por bem que fique assim em terreiro como está derribando-se somente as duas casas que dizes ou parte delas para que fiquem iguais com a torre dos sinos de São João* (…). *E quanto à quadratura das escolas* (4) *não se moverá coisa alguma do que está assente no debuxo por que me parece muito bem ficar diante da porta principal das ditas escolas o terreiro* (5) (…). *E assim é por bem que se faça a Rua* (6) *que se ora novamente traçou no dito debuxo em que todos fostes conformes de fronte das ditas escolas a qual irá até onde no debuxo está apontado*…" [791]

O primeiro elemento referindo, a "primeira Rua" (1), estabelece um eixo entre a Igreja de S. Pedro e a Igreja de S. João / Paço Episcopal, correspondendo às antigas ruas de S. João e S. Pedro[792]. Pretende-se que esta rua fique "a cordel" ou seja perfeitamente alinhada sem edifícios salientes, os quais a existir deveriam "sair por diante". A rua terminaria junto ao paço noutro elemento relevante, o "terreiro do bispo" (2) correspondendo sensivelmente ao espaço público que mediava a entrada no paço[793]. Paralelamente a este sistema correria uma segunda rua "de fronte das ditas escolas" (6), ou seja, partindo do terreiro (5) em frente da porta principal das escolas. Esta rua parece corresponder às antigas ruas dos Loios e do Borralho, paralelas às ruas anteriormente referidas ruas de S. João e S. Pedro, e, por conseguinte, fazendo parte da mesma estrutura urbana, que era assim descrita em conjunto no mesmo documento. Quanto ao terreiro das escolas (5) este será provavelmente o antigo Largo da Feira dos Estudantes, e à qual o rei já se refere numa carta de 1 de Setembro de 1540 como "praça nova que mandei fazer na dita cidade na almedina" a propósito da feira dos estudantes[794]

[791] Ibid. pp. 775-776.
[792] Ibid. p. 777.
[793] Ibid. pp. 777-778.
[794] Ibid. p. 781.

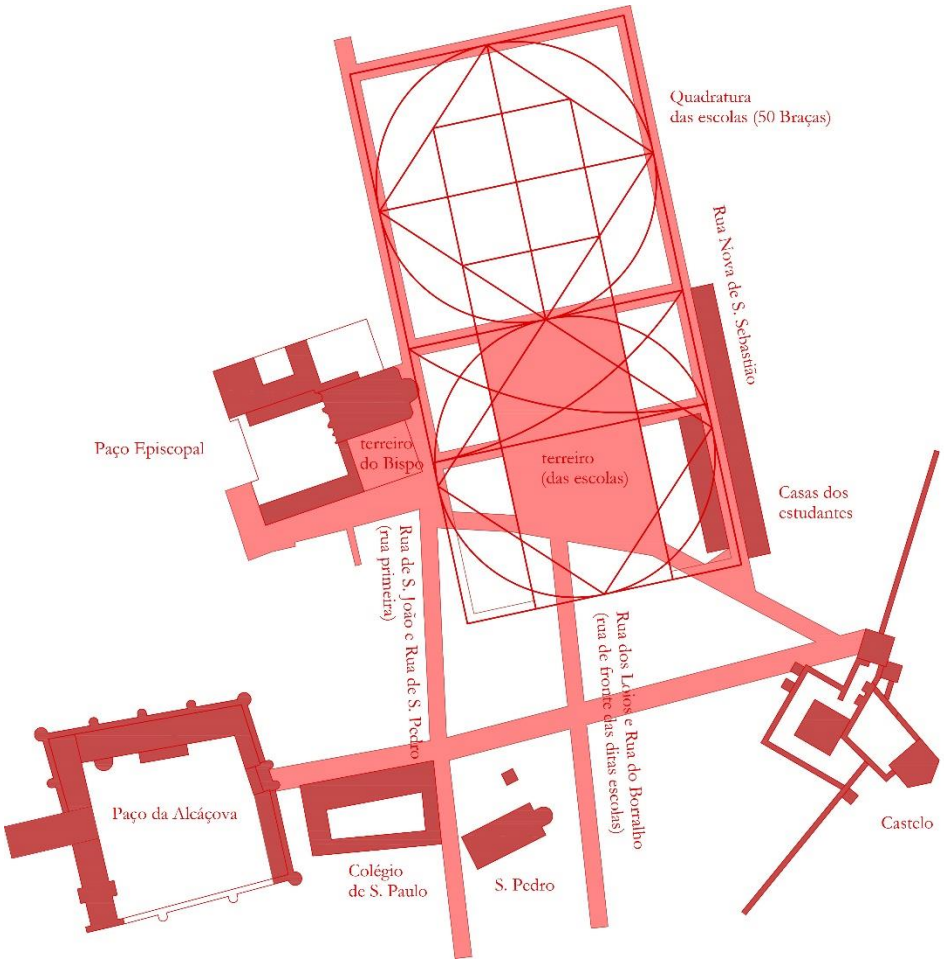


Figura 275 – Esquema de implantação da "quadratura das escolas" segundo um módulo quadrado de 50 braças.

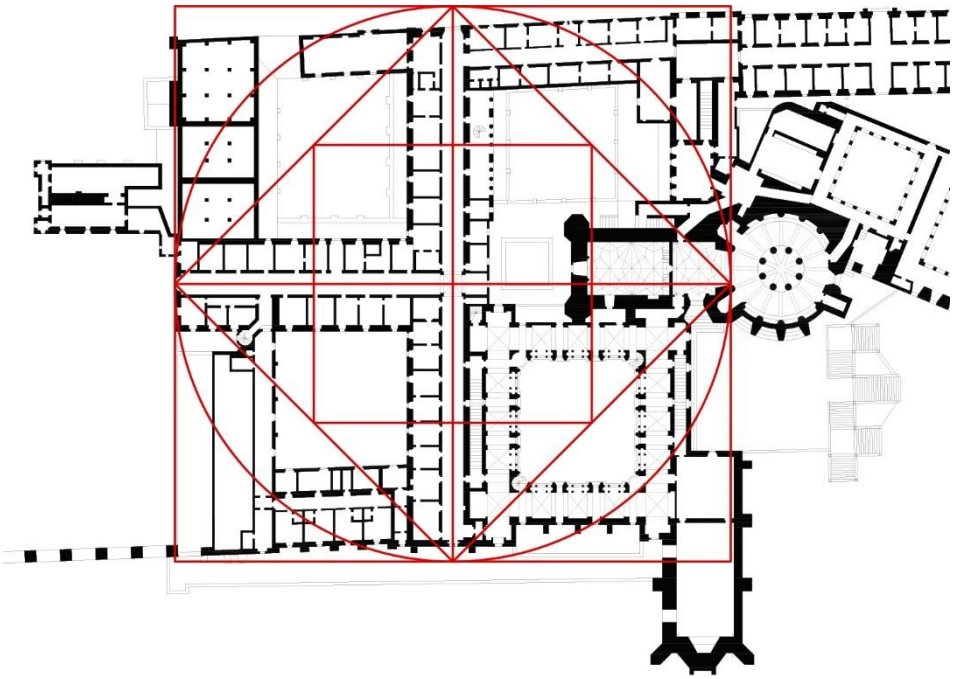


Figura 276 - Comparação do convento de cristo com uma quadratura de 50 braças.

Quanto ao espaço do edifício universitário este parece ser identificado com o termo "quadratura das escolas" (4), à frente de cuja porta deveria estar o segundo terreiro. A expressão quadratura remete claramente para a utilização da construção geométrica "*ad quadratum*" frequente na arquitectura da época, indicando que este edifício deveria ser planimetricamente herdeiro de uma geometria deste tipo. Esta composição geométrica teria, segundo Walter Rossa, uma dimensão de 50 braças de lado[795], sendo esta base geométrica provavelmente utilizada para configurar uma parte substancial do tecido urbano na Alta, definindo os alinhamentos dos principais espaços públicos ruas e praças. Neste sentido parece que a quadratura das escolas terá sido rebatida gerando uma forma maior de um duplo quadrado, com o quadrado Norte ocupado pelas escolas e o quadrado Sul ocupado pela praça - que viria a dar lugar ao Largo da Feira dos Estudantes -, e por vários quarteirões ocupados predominantemente por residências estudantis. Para além das ruas referidas na carta de 1539, em 1540 e 1541 surgem registos sobre a construção de vários dos edifícios destinados a residências[796] situados na Rua Nova de S. Sebastião, provavelmente no lado ocidental da intervenção junto à quadratura das escolas.

O espaço destinado às escolas, definido pela "quadratura" muito provavelmente nunca terá sido detalhado, não existindo nem desenhos nem descrições que nos permitam conhecer a sua forma. Apesar desta omissão, podemos encontrar no horizonte da arquitectura coeva, exemplos de outros edifícios cujo desenho nos aproxima do que teria sido inicialmente pensado. A grande dimensão do quadrado com 50 braças de lado, ou seja, aproximadamente 110 metros, faz com que seja pouco provável que este fosse ocupado por um só pátio, apontando antes para uma estrutura quádrupla de quatro pátios em cada um dos quadrantes. Este tipo de configuração, até pela escala virtualmente idêntica, parece ser configurada, por exemplo, no Convento de Cristo em Tomar, realizado também a mando de D. João III a partir de 1530 segundo traço de João de Castilho, irmão de Diogo de Castilho. É possível que cada um dos vários quadrantes fosse ocupado por colégios e ordens distintas, cada um, portanto, seguindo o seu próprio desenho. Curiosamente, serão também quatro as ordens que, dali afastadas pela implantação do futuro conjunto jesuíta, vão, nos anos seguintes, construir os seus colégios na zona: S. Jerónimo, S. Bento, Ordem de Cristo e da Santíssima Trindade.

[795] Ibid. pp. 791-792 e pp. 800-805.
[796] Ibid. p. 782.

O sistema urbano pensado para a implantação da universidade na Alta em 1539 parece ser assim estruturado a partir da quadratura das escolas, apresentando uma complexidade conceptual e uma ambição urbana muito superior à experiência da Rua da Sofia, centrada num único eixo. Contudo a aplicação deste plano cedo foi dificultada pela sua grande escala e pela consequente ausência dos recursos necessários à sua materialização O plano teria aparentemente duas zonas de naturezas muito distintas, uma primeira em torno da "quadratura das escolas" cuja intervenção corresponde à abertura ou rasgamento de uma nova área urbana, que estaria largamente vazia de construções pré-existentes, e outra em torno do paço e da Rua Larga, em que a intervenção se parece centrar numa regularização pontual do tecido existente. Esta seria sobretudo realizada através do alinhamento e reperfilamento das ruas segundo medidas padrão de 3 braças nas ruas de S. Pedro, S. João, Loios e Borralho e 4 braças na Rua Larga. Nesta zona, as pré-existências edificadas e as condicionantes topográficas, impediram a aplicação de um desenho geometricamente rigoroso[797], sendo evidente o contraste entre os novos eixos e a estrutura fundiária prevalecente, provavelmente herdeira ainda da matriz romana[798]

Com a universidade temporariamente alojada no Paço da Alcáçova, a política régia centrou-se na resolução do urgente problema de suprir as necessidades de alojamento dos estudantes e professores. No início este problema foi abordado através da concessão de incentivos à construção e recuperação de edifícios particulares[799]. Esta política teve um sucesso imediato, assistindo-se à construção de inúmeros edifícios por toda a Alta da cidade. No entanto para além destes a coroa teria desde o início o objectivo de construir edifícios próprios de alojamento nos

[797] . Afirma Rui Lobo, no que pode diferir da nossa interpretação, mas que aqui registamos com a devida vénia: "Na cidade alta o princípio estruturante da implantação universitária foi totalmente diferente. Montava-se em torno do terreno destinado às escolas (depois para o colégio de Jesus) e da praça em frente (depois largo da Feira) e compunha-se, como vimos, de três ruas principais, sensivelmente paralelas e perpendiculares entre si, num esquema definidor de uma grelha, mas que se ajustava a algumas referências topográficas pré-existentes. Neste sentido, julgamos que são evidentes as proximidades com o tipo de bairro universitário programado por Cisneros em torno do Colegio Mayor de San Ildefonso, na zona oriental de Alcalá de Henares. Na alta conimbricense foram edificados logo de início, e da fazenda do próprio monarca, uma série de prédios de rendimento destinados aos escolares. Outros, de iniciativa particular, se seguiriam. Também os colégios, tanto regulares (São Jerónimo, Trindade, Lóios) como seculares (São Paulo, Amiclense, São Pedro), fariam a sua estreia na cidade alta. Assim, em finais do século XVI, já existiam em Coimbra cerca de 16 colégios, repartidos entre a rua da Sofia (seis colégios) e a alta (dez colégios), quase todos regulares, uma vez que o modelo das fundações seculares não vingou em Portugal. Isto no âmbito de uma universidade que atingia a cifra de cerca de 1000 estudantes, em finais de Quinhentos, e numa cidade que havia duplicado a população, de cerca de 5000-6000 habitantes, em 1537, para cerca de 10000- 12000 habitantes, em 1560. A escala dos dois projectos urbanos, que aqui revisitamos, a rua de Santa Sofia e o bairro universitário da cidade alta de Coimbra, faz dos mesmos, certamente, as mais importantes concretizações do urbanismo universitário planeado, na Península Ibérica da Idade Moderna, logo a seguir ao pioneiro plano cisneriano para Alcalá." Lobo, R. (2010). *A Universidade na cidade - urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 578-579.

[798] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 780.

[799] Ibid. p. 771.

quarteirões contíguos à "quadratura das escolas". Estas casas seriam construídas por volta de 1541 em correntezas ou bandas de edifícios ao longo da Rua Nova de S. Sebastião situada junto da antiga zona da pedreira, actual Colégio das Artes. Estes edifícios seriam de dimensões e configurações variadas, não existindo aparentemente um desígnio normalizador do seu desenho[800], o que pode ser revelador de um programa construtivo realizado em diferentes momentos: logo que se acabava um edifício, passava-se para a construção do seguinte.

Apesar do desenvolvimento do projecto na Alta, a construção dos colégios na Rua da Sofia prosseguiu com poucas alterações, fundando-se, em 1541, os colégios do Espírito Santo, este concluído por volta de 1550[801] e o de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente ocupado pela Ordem do Carmo, concluído apenas por volta de 1597[802]. A estes colégios seguiu-se a construção no extremo Norte da rua do Colégio da Graça, sensivelmente entre 1542 e 1548, com a igreja concluída em 1555[803]. Em 1555 seria ainda fundado o Colégio de S. Pedro, no extremo Norte da Rua, terminado poucos anos depois. A rapidez das obras deve-se à dimensão modesta do edifício inicial que seria várias vezes ampliado nos séculos seguintes, nomeadamente através da expansão do dormitório para Norte, em 1697. Após a transferência dos seus membros fundadores para o Real Colégio de S. Pedro construído na Alta, o edifício seria ocupado em 1585 pelos Religiosos Terceiros da Ordem Regular de S. Francisco[804]. Os colégios seguiam uma configuração em tudo semelhante aos modelos canónicos das tipologias religiosas comunitárias, com os principais espaços funcionais estruturados em torno de um claustro que, sobretudo, nos casos dos colégios religiosos, era rematado num dos lados por uma igreja aberta à rua.

Apesar do aparente sucesso da operação com quase todos os colégios construídos ou em construção no lado Oriental da rua até 1541, no lado oposto, que se previa ser ocupado por edifícios civis[805], o desenvolvimento terá sido mais lento, como resultado da transferência da universidade para a Alta, o que asfixiou o interesse dos particulares na construção dos edifícios civis de apoio e residência. É neste contexto que o pedido de transferência do Convento de S. Domingos para

[800] Ibid. pp. 784-786.
[801] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. p. 95.
[802] Ibid. p. 93.
[803] Ibid. pp. 93-94.
[804] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 705-707.
[805] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. p. 74.

perto de Santa Cruz, registado pelo menos a partir de 1539, é finalmente aprovado em 1543, arrancando a construção do convento logo nesse ano[806]. O projecto seria particularmente grandioso, ocupando uma frente de 100 braças (220 m) com dois grandes claustros e uma grandiosa igreja[807]. A ambição do projecto ficaria, porém, por concretizar, construindo-se do convento apenas o corpo que dava frente para a Rua da Sofia, e da igreja a cabeceira e o transepto.

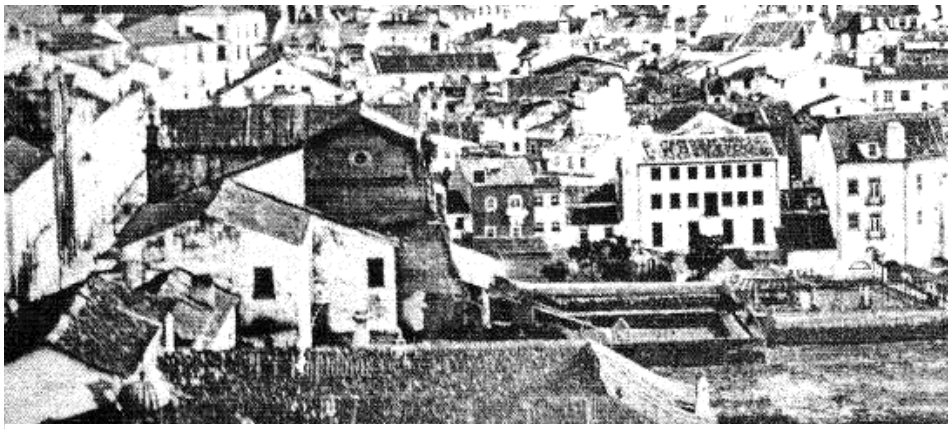


Figura 277 - Ruínas da Igreja de S. Domingos.

Figura 278 – Ruínas da nova Igreja de S. Domingos num detalhe da Planta da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.

[806] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 708-717.
[807] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. p. 98.

O projecto da igreja, de cruz latina com uma nave central, duas naves laterais, seis tramos e transepto, rematado por uma capela-mor e duas colaterais, seria ambicioso não só pela sua dimensão, mas também pelo desenho de traçado clássico, sendo uma das, senão mesmo a, primeira igreja classicista nacional, e a primeira a incorporar uma cúpula sobre o transepto[808]. As obras teriam durado até ao período filipino, altura em que o estaleiro seria suspenso com as capelas e o transepto parcialmente concluídos e as naves por iniciar. Depois de 1834, a Igreja de São Domingos teria tido vários fins, sendo no início do século XX ocupada por uma garagem automóvel e edifícios de habitação. Em 1964, a capela lateral esquerda, conhecida como "Capela do Tesoureiro" foi desmontada e reconstruída no Museu Machado Castro, tendo os elementos sobreviventes sido utilizados em 1980/81 para a construção de um centro comercial. Apesar das naves nunca terem sido erguidas, o desenho da igreja permaneceu fossilizado no posterior tecido urbano. Se, por um lado, o cadastro preserva ainda hoje a silhueta da igreja completa, por outro, partes das estruturas construídas permanecem integradas e visíveis nos edifícios actuais. O valor simbólico da igreja terá também levado a que, apesar de parcialmente destruída, a sua forma tenha sido parcialmente replicada na edificação do centro comercial, nomeadamente através da recriação da fachada Norte do transepto.

Para além do Convento de S. Domingos foram também construídos no lado Ocidental da Rua da Sofia os colégios de S. Tomás e S. Boaventura. A construção do Colégio de S. Tomás de Aquino, pertencente à ordem de S. Domingos, deve-se à transferência do instituto da Batalha em 1539[809], partilhando o espaço do antigo Mosteiro de S. Domingos. Em 1543, com o abandono do antigo mosteiro, o colégio começa a ser construído no lado Ocidental da Rua da Sofia segundo um erudito desenho quadrado em torno de um elegante claustro, terminando-se a obra por volta de 1555[810]. O Colégio de S. Boaventura terá também sido iniciado por volta de 1543 para receber frades Franciscanos, que no início do século XVII se mudariam para um novo edifício na Rua Larga. No século XVIII seria profundamente reformado, e a partir de 1834 gradualmente destruído, sobrevivendo hoje pouco mais que a sua igreja.

[808] Ibid. p. 99.
[809] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 708.
[810] Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq. p. 99.

Figura 279 - Vista da capela-mor e colateral Sul nos anos 50/60.

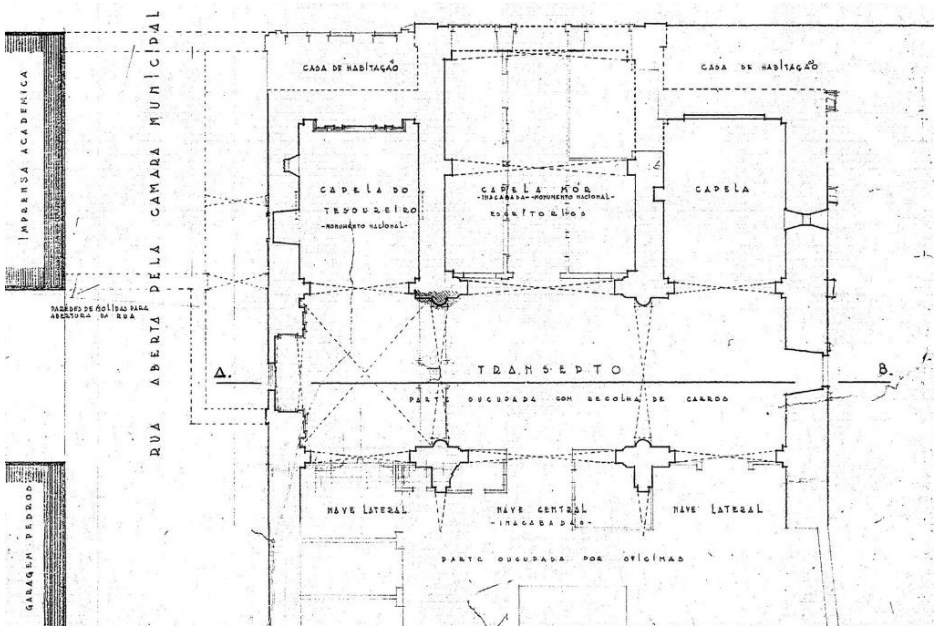


Figura 280 – Planta da cabeceira da Igreja de S. Domingos na segunda metade do século XX.

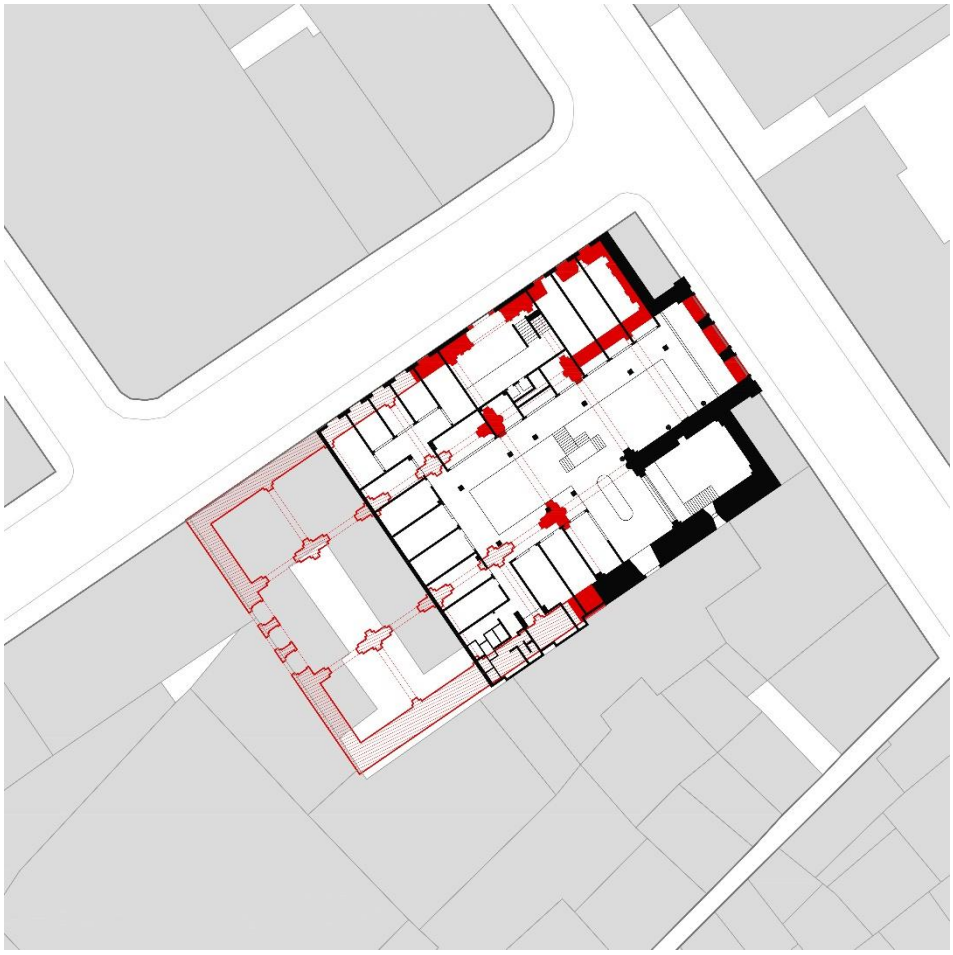


Figura 281 – Planta dos vestígios da Igreja de S. Domingos, identificando a preto as estruturas existentes, a vermelho as estruturas desmontadas nos anos 50 e a tracejado as estruturas nunca concluídas.

Em 1544 é decretada a passagem de todas as faculdades e actividades da universidade que ainda decorriam provisoriamente nos colégios de Todos-os-Santos e de São Miguel para o Paço da Alcáçova [811]. Com estes colégios livres em 1547, D. João III procura de novo reforçar a matriz conceptual da Rua da Sofia como eixo dedicado ao ensino através da fundação de uma instituição dirigida exclusivamente ao ensino preparatório pré-universitário: o Colégio das Artes. Para este efeito são solicitados aos crúzios os colégios de Todos-os-Santos e S. Miguel, que seriam demolidos e substituídos por um novo colégio de grandes dimensões estruturado em torno de dois grandes claustros[812].

A transferência de todas as faculdades da Universidade de Coimbra para o Paço da Alcáçova em 1544 enuncia já a consciência por parte de D. João III de que também o novo projecto para a construção de um grande edifício para a universidade na Alta teria fracassado, resignando-se à cedência completa do seu paço à universidade. Esta constatação parece ser finalmente confirmada quando, no ano seguinte, em 1545, o rei ordena ao Reitor da universidade que entregue à Ordem da Companhia de Jesus o terreno originalmente delineado para a construção da universidade. Esta decisão surge após uma sustentada campanha por parte dos jesuítas em que estes, após terem, em 1544, ocupado várias das habitações de estudantes na Rua Nova de S. Sebastião, iniciam um processo agressivo de aquisição de terrenos nesta zona com vista à construção de um grande colégio.

As várias ordens que desde a transferência da universidade para a Alta em 1537 aguardavam a oportunidade para edificar os seus colégios na "quadratura das escolas", atendendo à cedência do terreno aos jesuítas, procuram encontrar espaços alternativos. Os respectivos processos de aquisição de terrenos são activamente contestados pelos jesuítas, que procuram assegurar o controlo de todo o sector Nordeste da cidade. De entre estas destacam-se, num momento inicial, a Ordem de São Bento, a Ordem de São Jerónimo e a Ordem de Cristo. Confrontadas com a hegemonia e proteccionismo real dos jesuítas, algumas destas ordens vão encontrar sucedâneos para a localização dos seus colégios no exterior da cidade junto à antiga Porta do Sol, inaugurando um novo eixo de desenvolvimento urbano para Nascente[813].

---

[811] Ibid. p. 100.
[812] Ibid. p. 101-105.
[813] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 812.

O primeiro colégio a ser fundado na Alta, após o início da construção do colégio jesuíta das Onze Mil Virgens, seria o Colégio Real de S. Paulo, fundado em 1549 por ordem de D. João III. Para a sua construção foi-lhe disponibilizada a área dos antigos Estudos Gerais de D. Dinis, entre o Paço da Alcáçova e a Igreja de S. Pedro, com frente para a Rua Larga [814]. Em 1558 começou a receber os primeiros estudantes, sendo oficialmente inaugurado já em 1563[815]. Também em 1549 a Ordem de S. Jerónimo começa o processo de aquisição de terrenos para a construção do seu colégio no lado Nascente da cidade junto à muralha. A construção só teria início em 1565, com a oposição dos jesuítas pela proximidade aos seus terrenos, estando apenas parcialmente completo em 1573 quando se começam a mudar os primeiros membros[816]. Fundado em 1551, o Colégio de S. Bento terá sido forçado pela ausência de espaço no interior da cidade a escolher um terreno no exterior, junto à Porta do Sol. As obras do edifício demoraram largos anos, tendo aparentemente sofrido várias adaptações ao projecto inicial[817], destacando-se a fachada Norte e o adjacente claustro que, sobrepondo-se ao aqueduto, nunca teriam sido acabados. A construção da igreja decorreu entre 1602 e 1634[818].

O apoio de D. João III aos jesuítas é novamente demonstrado quando, em 1555, é entregue a esta ordem a direcção do Colégio das Artes na Rua da Sofia[819]. A ambiciosa reforma educativa proposta por D. João III teria assim sido em parte tomada pela Ordem da Companhia de Jesus, sendo definitivamente suspensa com a morte do rei em 1557 e a posterior subida ao trono seu neto D. Sebastião (1557–1578). Durante o reinado de D. Sebastião, apenas os colégios da Santíssima Trindade e de Tomar são construídos. O Colégio da Santíssima Trindade teria sido fundado em 1552; no entanto, apenas em 1562 é iniciada a construção do colégio numa zona próxima ao Paço da Alcáçova, terminando-se a igreja e o colégio provavelmente já nos primeiros anos do século XVII[820].

---

[814] Capelo, L. C. (2010c). Colégio de S. Paulo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[815] Bandeira, A. M. L., & Costa, A. R. O. (2014). O Real Colégio de São Paulo: acervo documental de um colégio universitário de Coimbra (1559-1834). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXVII, 7-59*. p. 7.
[816] Capelo, L. C. (2010b). Colégio de S. Jerónimo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[817] Castro, F. D. P. (2012). *Igreja de São Bento de Coimbra. Análise e reconstituição.* Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 29-31.
[818] Ibid. p. 55.
[819] Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 819-820.
[820] Silva, J. M. F. (2013). *A in-temporalidade da arquitectura. O colégio da Santissima Trindade, Coimbra*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. pp. 34-37.

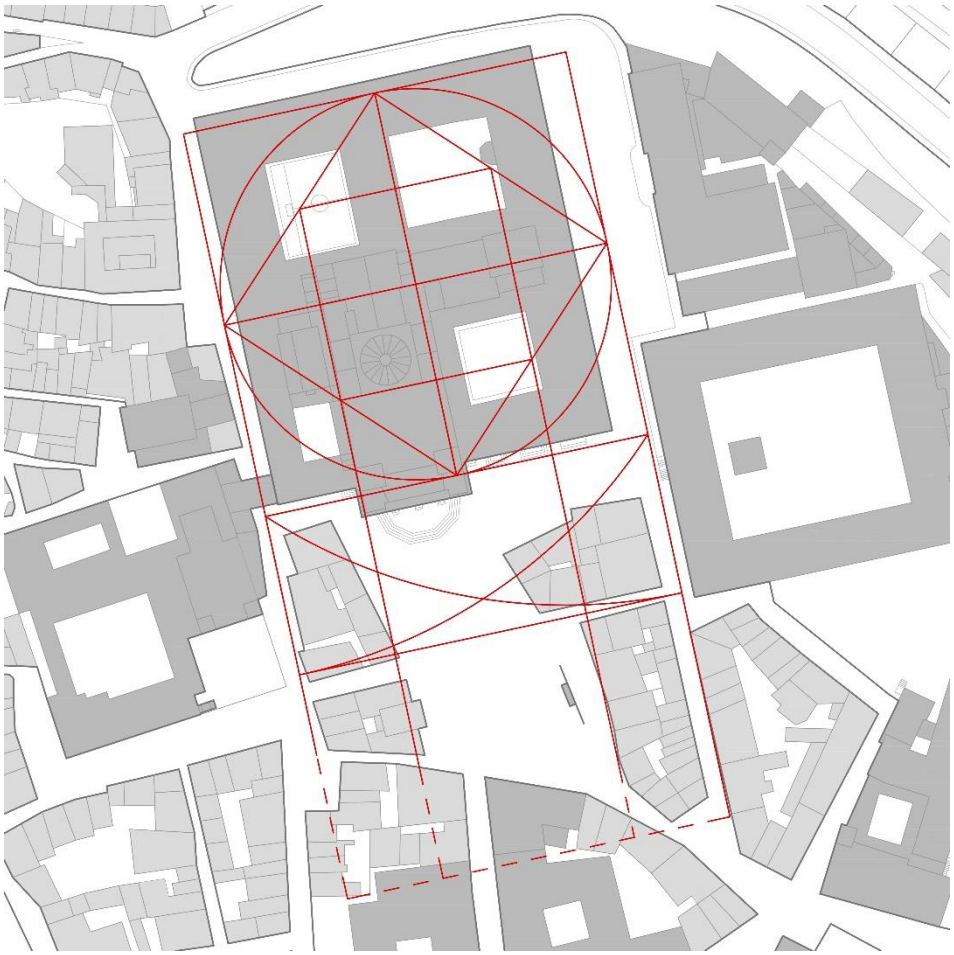


Figura 282 – Sobreposição entre a hipotética "quadratura das escolas" e o tecido urbano da Alta de Coimbra antes das demolições da segunda metade do século XX.

Figura 283 - Gravura de 1732 que mostra o complexo jesuíta na Alta de Coimbra.

Por sua vez, os religiosos da Ordem de Cristo possuíam desde meados do século várias casas na Rua Nova de São Sebastião. A ordem tinha a ambição de construir o seu colégio na zona mas, tal como aconteceu com as outras ordens, a expansão jesuíta forçou a Ordem de Cristo a procurar outras alternativas, iniciando-se a construção do edifico em 1566 num terreno exterior à cidade[821].

Os jesuítas, que continuavam o processo de aquisição de terrenos na Alta junto do local onde prosseguida a construção do seu colégio, decidem finalmente, em 1565, abandonar o inacabado Colégio das Artes na Rua da Sofia, vendendo-o à Inquisição, e construir um novo edifício junto do seu colégio. Esta decisão vai levar à reformulação completa do projecto do Colégio das Onze Mil Virgens para incluir, também, o novo Colégio das Artes, tal como testemunham alguns anteprojectos datados já de 1568 [822] constituindo-se ambos os edifícios como um conjunto monumental de grande escala ocupando todo o sector Nordeste da Alta. O projecto e as obras dos novos edifícios decorreram durante vários anos, com sucessivas alterações, tendo-se acabado o grosso das obras já depois da Restauração, ainda que com algumas partes dos edifícios a serem completadas já no século XVIII. A construção da igreja por exemplo, teria sido iniciada só em 1598, sendo concluída cem anos depois, em 1698[823] . Significativamente, a sobreposição do esquema "*ad quadratum*" com 50 braças que se supõe ser a base do desenho para o projecto da "quadratura das escolas" de D. João III, evidencia uma presumível correspondência com a planta do Colégio das Onze Mil Virgens. Destaca-se, por exemplo, o posicionamento e dimensão global da igreja, que parece corresponder a uma quarta parte da quadratura. A existência de estruturas pré-existentes, que obedeciam ao desenho inicialmente pensado para "quadratura das escolas", pode assim explicar o insólito posicionamento assimétrico da igreja em relação ao colégio, ao invés de um posicionamento mais tradicional a "eixo". Este posicionamento da igreja pode também ter resultado da deformação do tecido urbano em torno do Largo da Feira, que vai abandonar o rigor planimétrico de modo a ajustar-se à fachada da igreja. Podemos assim especular que apesar de aparentemente nunca se ter materializado o plano das escolas de D. João III, este terá condicionado substancialmente a implantação do tecido urbano, preservando assim a indelével marca da "quadratura das escolas" na sua forma.

[821] Brandão, M. (1924-1933). *O colégio das Artes*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 318-320.
[822] Lobo, R. (2021). *Os Colégios de Jesus e das Artes de Coimbra (1542-1759)*. Edarq. pp. 13-27.
[823] Ibid. p. 32.

Figura 284 - Chafariz da Feira.

Figura 285 – *Loggia* seiscentista do Paço Episcopal.

Talvez uma das obras mais emblemáticas do reinado de D. Sebastião na cidade seja a reconstrução do antigo aqueduto romano, na realidade uma construção praticamente *ex-novo* e para o qual teria já havido várias tentativas de restauro desde o século XV, tentativas falhadas pela forte oposição dos cónegos de Santa Cruz dado que uma boa parte do traçado do aqueduto se encontrava no interior de terrenos pertencentes ao mosteiro. O projecto é finalmente concluído em 1570 com o patrocínio real de D. Sebastião, tal como o atesta a lápide de dedicação da obra. A construção do aqueduto permitiu a construção de uma série de fontes e chafarizes na cidade, destacando-se a Fonte dos Bicos ou da Feira no Largo da Feira ou Chafariz da Sé Velha. Ainda durante o reinado de D. Sebastião, na Rua da Sofia, as estruturas do antigo e inacabado Colégio das Artes, cedidas ao Tribunal da Santa Inquisição em 1565 pelos jesuítas, sofrem um importante conjunto de reformas a partir de 1572, adaptando as inacabadas estruturas à sua nova função. D. Sebastião vai patrocinar a transferência do Colégio de S. Pedro, em 1574, para o antigo edifício dos aposentos dos infantes do paço manuelino, passando então a designar-se Real Colégio de S. Pedro.

Já durante o reinado de Filipe I de Portugal (1580-1598) assiste-se à reformulação de parte do Paço Episcopal, sob a égide do bispo D. Afonso Castelo Branco (1585 - 1615). Esta intervenção terá incidido sobretudo na zona Sul, tal como é atestado pela inscrição na portaria com a data de 1592. É graças a esta intervenção que se nos oferece um dos elementos mais emblemáticos do edifício: a elegante *loggia* de dois pisos que, efectivamente, une ambos os corpos Norte e Sul do paço numa única unidade funcional[824]. Em 1592 é também construída a Cadeia da Portagem no Largo da Portagem substituindo nesta função os antigos cárceres existentes castelo[825]. Destaca-se, também, a construção em 1593 do Colégio de Santo Agostinho[826], pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz, que procurava assim garantir uma posição junto do polo universitário da Alta. Em 1597 Filipe I vai finalmente vender o Paço da Alcáçova à Universidade de Coimbra confirmando o fim do projecto de D. João III, desusado desde a cedência da "quadratura das escolas" aos jesuítas. O edifício passa então a chamar-se Paço das Escolas e vai gradualmente adaptar-se à sua função como sede da universidade de Coimbra através da sucessiva adição de novos corpos ao núcleo central do antigo Paço da Alcáçova.

[824] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. pp. 41-52.
[825] Lopes, M. A. (2010). Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)* (pp. 101-125). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória". pp. 101-102.
[826] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. pp. 90-92.

Coimbra Fase 11 (século XVII)

A dinâmica urbana Filipina

Legenda

1 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
2 - Sé Catedral (≈1140-1174)
3 - Igreja de S. Bartolomeu (≈1170-1180)
4 - Igreja de S. Cristovão (≈1170-1190)
5 - Igreja de S. Salvador (≈1170-1180)
6 - Igreja de S. Pedro (≈1170-1180)
7 - Castelo (Segunda metade do séc. XII)
8 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
9 - Convento de S. Francisco (1247-1362)
10 - Igreja de Santa Clara a Velha (1316-1330)
11 - Muralha (≈1375-1380)
12 - Porta do Castelo (≈1375-1380)
13 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
14 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / ≈1375-1380)
15 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
16 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
17 - Igreja do C. Deus (segunda metade do séc. XIV)
18 - Cadeia do Paço (segunda metade do séc. XIV)
19 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)
20 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
21 - Paço do Conde (segunda metade do séc. XV)
22 - Hospital Real (1504)
23 - Mosteiro de Santa Cruz (séc. XII / 1507-≈1547)
24 - Ponte (1511-1513)
25 - Torre da Portagem (1511-1513)
26 - Arco da Calçada? (séc. XII)
27 - Arco da Alegria? (séc. XII)
28 - Igreja de S. Miguel (≈1510-1517)
29 - Açougues Novos / Paço dos Tabeliães (1518)
30 - Ig. de S. Tiago / Misericórdia (séc. XII / 1526-1549)
31 - Igreja de S. João das Donas (≈1530)
32 - Tribunal da Inquisição (1535-1572)
33 - Porta de S. Margarida (1538)
34 - Colégio do Espírito Santo (1541-1550)
35 - Colégio do Carmo (1541-1597)
36 - Colégio da Graça (1542-1555)
37 - Convento de S. Domingos (1543)
38 - Colégio de S. Tomás de Aquino (1543-≈1555)
39 - Colégio de S. Boaventura ou dos Pimentas (1543)
40 - Colégio Real de S. Paulo Apóstolo (1549-1563)
41 - Colégio de S. Pedro dos Terceiros (1555)
42 - Colégio de S. Jerónimo (1565-1573)
43 - Colégio de Tomar (1566)
44 - Aqueduto de S. Sebastião (1568)
45 - Real Colégio de S. Pedro (1574)
46 - Cadeia da Portagem (1592)
47 - Colégio de S. Agostinho ou da Sapiência (1593)
48 - Porta Nova (≈1593)
49 - Colégio de S. Bento (1551-≈1634)
50 - Colégio da Santíssima Trindade (1562-≈1630)
51 - Colégio Jesuíta / Colégio das Onze Mil Virgens (1547-1698)
52 - Colégio das Artes (1568-1698)
53 - Convento de Santa Ana (1600-1610)
54 - Convento de S. Francisco (1602-1609)
55 - Colégio de Santo António da Pedreira (1602-1611)
56 - Colégio de S. José dos Marianos (1606-1612)
57 - Colégio dos Militares (1615)
58 - Colégio de S. Boaventura (1616-1678)
59 - Colégio de S. João Evangelista / Lóios (1631-1638)
60 - Convento de Santa-Clara-a-Nova (1649-1696)
61 - Capela de Santo Cristo do Arnado (1652)
62 - Igreja de S. João da Almedina (1684-1704)
63 - Paço Episcopal (1684-1704)
64 - Capela de N. Sª da Esperança (≈1690-1702)
65 - Paço das Escolas (≈1510-1530) Gerais (1697-1702)

Em Coimbra, na primeira metade do século XVII, durante o reinado de Filipe II de Portugal (1598-1621) e Filipe III de Portugal (1621-1640), assiste-se a uma sustentada dinâmica construtiva com a edificação ou conclusão de vários colégios universitários e conventos, sobretudo ao longo da Rua Larga e na zona Nascente ao longo da via que saía em direcção ao antigo Mosteiro de Santa Maria de Celas. Esta dinâmica pode ser explicada sobretudo pelo apoio à renovação arquitetónica dado por Filipe II e pelo vice-rei de Portugal Alberto da Áustria (vice-rei. 1583-1593) que resultaram, em cidades como Lisboa e Porto, no empreendimento de vastos programas construtivos que se iriam por vezes prolongar até às décadas de 1620, 1630[827].

O Convento de Santa Ana é construído entre 1600 e 1610 perto do Colégio de Tomar. Este edifício vai substituir o antigo convento que, situado junto à ponte, teria sido abandonado durante o reinado de D. Sebastião em 1561[828]. As cheias do Mondego vão também, no início do século, obrigar à trasladação do Convento de S. Francisco para uma zona vizinha, como referimos já, mas a uma cota mais elevada, tendo a construção do novo edifício decorrido sobretudo entre os anos de 1602 e 1609. Registe-se que as cheias do Mondego vão também obrigar entre 1612 e 1615 à elevação do piso do Convento de Santa Clara, que procura assim resistir a transferência para outro local. Para além destes, é construído na cidade o Colégio de Santo António da Pedreira entre os anos de 1602 e 1611[829], na vertente Sul, junto ao Paço das Escolas. Também na cidade, a construção do Colégio de S. José dos Marianos inicia-se em 1606 e terá sido concluída por volta de 1612 data em que se consagrou a igreja. Em 1615, assentou-se ainda a primeira pedra do futuro Colégio dos Militares, que tinha por finalidade acolher colegiais da ordem de S. Bento de Avis e da ordem de Santiago da Espada[830]. O edifício, erguido junto ao castelo e sobre a muralha da cidade, teria uma forma complexa, com a sua fachada e corpo principal virado para o exterior da cidade e, no alçado posterior, um segundo corpo organizado em torno de um claustro. Este segundo corpo, nunca concluído segundo o desenho previsto, apresentava uma disposição oblíqua em relação ao corpo da fachada, de modo a acomodar as pré-existências envolventes.

---

827 Kubler, G. (2005). *A Arquitectura Portuguesa Chã* (J. H. P. Silva, Trans.). Nova Vega. (1972)p. 157.

828 Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 599.

829 Maria José Otão Silva Pereira, M. d. F. B. (2019). As Bibliotecas dos Conventos Extintos: para uma reconstituição da Livraria do Colégio de Santo António da Pedreira. *Bol. Bibl. Ger. Univ. Coimbra*, *49*, 17-205. p. 21.

830 Capelo, L. C. (2010a). Colégio das Ordens Militares de Santiago da Espada e de S. Bento de Avis de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Em 1616, o Colégio de S. Boaventura abandona o pequeno edifício que ocupava na Rua da Sofia, mudando-se para a Rua Larga, terminando-se a construção do novo colégio em 1678[831]. Ao lado deste, também na Rua Larga, foi construído entre 1631 e 1638[832] o Colégio de S. João Evangelista, ou dos Lóios. O edifício, com polígono de implantação irregular, estava organizado consoante os restantes colégios. em torno de um claustro de planta quadrada e possuindo fachadas para a Rua Larga, a Rua dos Loios e para o Largo da Feira. Na Rua da Sofia, o Colégio de São Pedro dos Terceiros, deixado temporariamente vago com a trasladação dos seus fundadores para o Paço das Escolas, teria sido ocupado em 1585 pelos Religiosos Terceiros da Ordem Regular de S. Francisco[833]. Estes vão ao longo do século XVII promover uma série de importantes reformas, construindo-se a igreja entre 1621 e 1624. Durante a primeira metade do século XVII vão também ocorrer importantes intervenções no Mosteiro de Santa Cruz com a reconstrução do celeiro, a construção de uma nova sacristia, entre 1622 e 1624, ou a construção de uma nova enfermaria junto à Torre de Santa Cruz, entre as décadas de 30 e 50 [834]. No período pós-restauração da independência assiste-se a um significativo decréscimo de novos programas construtivos, que apenas será superado já no final do século.

Com a restauração da independência, Coimbra, longe dos centros de poder e com poucos recursos disponíveis, vê uma rápida diminuição na construção ou reconstrução de edifícios monumentais. Neste período destaca-se apenas, a mando de D. João IV (1640-1656), a edificação do novo Mosteiro de Santa Clara entre 1647 e 1677. A igreja do edifício será, porém, e apenas inaugurada já em 1696 pelo seu filho D. Pedro II (1683-1706). Apesar do abandono do velho mosteiro, que rapidamente teria sido utilizado como fonte de matéria-prima para a construção do novo edifício, a antiga igreja de Santa Clara pelo seu grande valor simbólico enquanto túmulo da rainha Santa Isabel canonizada em 1625, permaneceu relativamente intacta no local. Para além desta importante obra, regista-se a construção da pequena capela do Santo Cristo do Arnado em 1652 no local da antiga saída principal da cidade para Norte, ao fundo da Rua Direita onde existia um cruzeiro, assinalando a importância do local como antigo lugar de cruzamento entre vários caminhos de chegada e atravessamento da cidade.

---

831 Vasconcelos, A. d. (1938). *Os Colégios Universitarios de Coimbra*. Coimbra Editora. pp. 91-92.
832 Ibid. pp. 77-79.
833 Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 705-707.
834 Craveiro, M. d. L. (2011a). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 54.

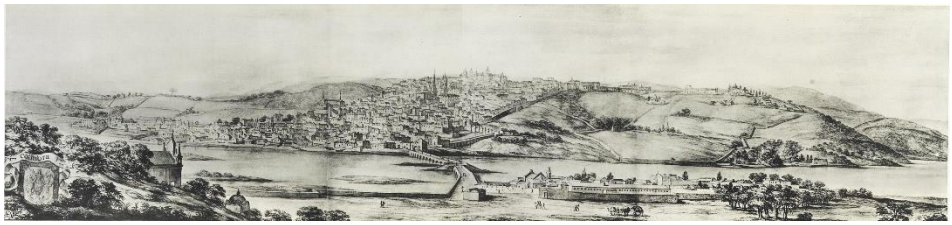


Figura 286 – Vista da cidade de Coimbra em 1669 por Pier Maria Baldi.

Figura 287 – Detalhe da vista da cidade de Coimbra em 1669 por Pier Maria Baldi.

Em 1669, Cosme III de Médicis passa pela cidade de Coimbra no contexto da sua viagem por Portugal e Espanha. Com o séquito de Cosme segue também o pintor Pier Maria Baldi, que realiza uma notável vista da cidade a partir do Convento de S. Francisco. O desenho realizado por Baldi assume-se, pelo seu realismo, detalhe e rigor, como uma peça fundamental para o estudo da evolução da cidade, logrando uma vista panorâmica superior em qualidade formal à gravura de Georg Braun, realizada 100 anos antes. Consiste, também, na única representação conhecida de Coimbra realizada no século XVII, permitindo compreender em parte a evolução da cidade durante este período, ilustrando a cidade antes das significativas intervenções realizadas no período pombalino. Para além destes elementos destacam-se ainda pelo seu potencial informativo, o desenho de edifícios monumentais, como a Sé de Coimbra, o Mosteiro de Santa Cruz, ou a Porta de Belcouce, demolida no século seguinte.

Coimbra só torna a assistir ao início de um programa construtivo de vulto entre 1684 e 1704 quando o bispo D. João de Melo (1670-1704) promove a reformulação do Paço Episcopal e da Igreja de S. João da Almedina. Esta reformulação vai implicar a demolição da igreja românica de S. João da Almedina e a construção de uma nova igreja no mesmo local, mas com a sua fachada rodada 90º para Sul. Esta rotação reforçou a privacidade do paço enquanto residência oficial do bispo, permitindo também um aumento dos espaços destinados aos serviços eclesiásticos e domésticos[835].

Já nos últimos anos do século XVII, entre 1694 e 1702 o reitor D. Nuno da Silva Teles promove uma aplicação significativa do Paço das Escolas com a construção de uma nova ala centrada em torno de um claustro no lado Poente, denominada como "Gerais". Sensivelmente durante o mesmo período vai também ser construída a Capela de Nossa Senhora da Esperança junto ao novo Convento de Santa Clara. A nova construção sobrepôs-se a uma antiga ermida em ruínas que existia no local, tendo as obras decorrido provavelmente em simultâneo com a construção da nova igreja de Santa Clara, sendo a capela inaugurada em 1702.

Ao longo de todo o século XVII continuam as obras nos edifícios jesuítas. No Colégio das Onze Mil Virgens, a nave da igreja é aberta ao público em 1640, inaugurando-se o edifício apenas em 1698, depois de completados o transepto e a capela-mor. No entanto o coroamento final da igreja apenas estaria concluído já no início do século XVIII[836]. As obras do Colégio das Artes, paradas desde 1573 por falta de fundos, são retomadas em 1611. Em 1616 são inauguradas as primeiras alas do edifício, ainda que a construção do mesmo tenha decorrido também durante todo o século XVII, com importantes elementos, como a capela ou a portaria, concluídos já nas primeiras décadas do século XVIII[837].

[835] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. pp. 53-55.
[836] Lobo, R. (2021). *Os Colégios de Jesus e das Artes de Coimbra (1542-1759)*. Edarq. pp. 32-33.
[837] Ibid. pp. 43-48.

Coimbra Fase 12 (século XVIII)
A nova universidade

Legenda

1 - Porta da Ginecoca (séc. IX)
2 - Sé Catedral (≈1140-1174)
3 - Igreja de S. Cristovão (≈1170-1190)
4 - Castelo (Segunda metade do séc. XII)
5 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
6 - Igreja de Santa Clara a Velha (1316-1330)
7 - Muralha (≈1375-1380)
8 - Porta do Castelo (≈1375-1380)
9 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
10 - Porta de Belcouce (séc. I a.C. / ≈1375-1380)
11 - Celeiro de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380)
12 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)
13 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
14 - Hospital Real (1504)
15 - Mosteiro de Santa Cruz (séc. XII / 1507-≈1547)
16 - Ponte (1511-1513)
17 - Torre da Portagem (1511-1513)
18 - Arco da Calçada? (séc. XII)
19 - Igreja de S. Miguel (≈1510-1517)
20 - Açougues Novos / Paço dos Tabeliães (1518)
21 – I. de S. Tiago / Misericórdia (séc. XII / 1526-1549)
22 - Igreja de S. João das Donas (≈1530)
23 - Tribunal da Inquisição (1535-1572)
24 - Porta de S. Margarida (1538)
25 - Colégio do Espírito Santo (1541-1550)
26 - Colégio do Carmo (1541-1597)
27 - Colégio da Graça (1542-1555)
28 - Convento de S. Domingos (1543)
29 - Colégio de S. Tomás de Aquino (1543-≈1555)
30 - Colégio Real de S. Paulo Apóstolo (1549-1563)
31 - Colégio de S. Jerónimo (1565-1573)
32 - Colégio de Tomar (1566)
33 - Aqueduto de S. Sebastião (1568)
34 - Colégio de S. Agostinho ou da Sapiência (1593)
35 - Porta Nova (≈1593)
36 - Colégio de S. Bento (1551-≈1634)
37 - Colégio da Santíssima Trindade (1562-≈1630)
38 - Sé Nova (Séc. XVI / Séc. XVII)
39 - Colégio das Artes (1568-1698)
40 - Convento de Santa Ana (1600-1610)
41 - Convento de S. Francisco (1602-1609)
42 - Colégio de Santo António da Pedreira (1602-1611)
43 - Colégio de S. José dos Marianos (1606-1612)
44 - Colégio dos Militares (1615)
45 - Colégio de S. Boaventura (1616-1678)
46 - Colégio de S. João Evangelista / Lóios (1631-1638)
47 - Igreja de S. João da Almedina (1684-1704)
48 - Paço Episcopal (1684-1704)
49 - Capela de N. Sª da Esperança (≈1690-1702)
50 - Colégio de S. Pedro dos Terceiros (1696-≈1710)
51 - C. de S. Boa Ventura ou dos Pimentas (1543 / 1715)
52 - Recolhimento do Paço do Conde (1696-≈1730)
53 - Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova (1649-≈1765)
54 - Igreja de Santa Justa (1710-1724)
55 - Colégio de S. António da Estrela (1715)
56 - Casa da Livraria / Biblioteca Joanina (1717-1728)
57 - Arco N. Sª da Alegria (1720)
58 - Jardim da Quinta de Santa Cruz (1723 a 1752)
59 - Capela de Santo Cristo do Arnado (1723-1729)
60 - Cadeia da Portagem (1592 / 1737-1739)
61 - Igreja de S. Salvador (séc. XII / ≈1743)
62 - Convento de Santa Teresa (1740-1744)
63 - Seminário Maior (1748-1765)
64 - Igreja de S. Pedro (≈1754-1798)
65 - Colégio de S. Rita (1755-1785)
66 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380 / 1758) 67 - Capela de N. Sª da Victória (séc. XIV / ≈1758)
68 - Igreja de S. Bartolomeu (1757-1777)
69 - Hospital da Conceição (séc. XVI-XVII / 1772-1775)
70 – Edifício das Ciências Naturais (séc. XVI-XVII / 1772-1775)
71 - Laboratório Químico (séc. XVI-XVII / 1772-1775)
72 - Imprensa da U. C. (1773)
73 - Paço das Escolas (séc. XVI / 1696-1733 / 1772-1799)
74 - Real Colégio de S. Pedro (≈1700-1733)
75 - Observatório Astronómico do Castelo (1772-1777)
76 - Jardim Botânico (1772)
77 - Colégio de S. Paulo Eremita (≈1779)
78 - Observatório Astronómico do Paço (1791-1799)

Após a crise causada pela guerra de Restauração, a gradual estabilização do ambiente político peninsular assim como a prosperidade trazida pela exploração do Brasil, permitiu a D. João V (1706-1750) promover um assinalável conjunto de obras que se vão estender a todos o país, quer com mecenatos próprios da coroa, quer ainda por via de mecenato eclesiástico e nobiliárquico[838].

Em Coimbra, com início já nos últimos anos do século XVII, e pleno desenvolvimento do século XVIII, assiste-se à profunda reforma das estruturas conventuais do Colégio de S. Pedro dos Religiosos Terceiros, através da ampliação do dormitório para Norte, iniciada a partir de 1697 e cuja data de conclusão deverá ter ocorrido perto de 1707, assinalada nos azulejos do último lanço de escadas do dormitório[839]. Também na Rua da Sofia, é a partir de 1715 reconstruído o Colégio de S. Boa Ventura[840]. Paralelamente a estas intervenções, a instituição do "Recolhimento do Bom Jesus das Convertidas" na Baixa, adquiria em 1696 o Paço do Conde de Cantanhede e, em 1723, um conjunto de casas contíguas, permitindo no início do século a realização de obras de reformulação, entre as quais a construção de uma portaria e capela[841].

As cheias do Mondego, que ao longo do século XVII tinham obrigado à transladação dos conventos de Santa Ana, S. Francisco e Santa Clara, vão em 1708 obrigar à transladação das imagens da Igreja de Santa Justa para a Igreja de S. Tiago. Dados os estragos no edifício e a situação cada vez mais frequente de cheias à medida que o lençol freático subia, é tomada a decisão de construir um novo edifício no extremo da Rua da Sofia, em terrenos mais elevados. A primeira pedra foi lançada em 1710, sendo a igreja sagrada em 1724. Quase em simultâneo, é também iniciada, em 1715, a construção do Colégio de S. António da Estrela, um edifício relativamente modesto cuja estrutura seria em grande medida herdeira de uma antiga casa nobre existente junto à Torre de Belcouce. Ao longo da primeira metade do século continuam, por sua vez, as obras no Mosteiro de Santa Clara a Nova, com a construção do claustro, da enfermaria e da portaria, iniciada em 1761[842].

[838] A este respeito consultar a obra de: Delaforce, A. (2001). *Art and Patronage in Eighteenth-Century Portugal*. Cambridge University Press.
[839] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 151-153
[840] Ibid. pp. 147-148.
[841] Ibid. pp. 164-165.
[842] Ibid. pp. 75-85.

À medida que o Iluminismo se expande pela Europa, o apoio e promoção das instituições de ensino e cultura torna-se frequente; e como seria de esperar num ambiente urbano marcado pela presença da universidade, o Século das Luzes vai trazer mudanças significativas à universidade e, por extensão, à própria cidade de Coimbra. A esta tendência de apoio às artes junta-se a grande prosperidade trazida pela expansão do comércio e o incremento institucional das bibliotecas num contexto em que o monarca e seus agentes assumem um papel nuclear - é consabida a voragem bibliófila de D. João V[843] -, que vai suscitar a edificação de um notável equipamento, a Biblioteca Joanina. No Paço das Escolas, com efeito, uma série de intervenções realizadas pelo reitor D. Nuno da Silva Teles entre 1694 e 1702, tinham alterado já significativamente a forma do edifício, com a adição na ala dos Gerais no lado Ocidental. Com início durante o mesmo período leva-se a cabo a ampliação da ala do Real Colégio de São Pedro para Sul. Para além da ampliação do edifício, as obras incluíram a construção de uma capela e de um exuberante portal barroco, executado em 1713. A localização da antiga biblioteca da universidade nos Gerais cedo se mostrou, portanto, pouco adequada, forçando esta a ser transferida para um novo local provisório. Esta situação levou o reitor a solicitar ao rei João V que o autorizasse a procurar um novo local e a iniciar obras de adequação. A este pedido D. João vai responder conferindo ao Reitor autorização para, mais do que encontrar e adaptar um espaço existente, construir um edifício de raiz[844].

Figura 288 – Biblioteca Joanina.

[843] - Ver, por exemplo: Delaforce, A. (2019). *The Lost Library of the King of Portugal*. Paul Holberton Publishing.
[844] Ferrão, P. M. (2022). A Casa da Livraria da Universidade de Coimbra ao tempo de D. João V. *Bol. Bibl. Ger. Univ. Coimbra*, 46/47, 63-72. p. 66.

Para a construção do novo edifício elegeu-se o local ocupado pela antiga Cadeia da Universidade, que a uma cota inferior ao pátio do paço, seria utilizada como embasamento do novo edifício. A obra obrigaria, portanto, à aplicação significativa do pátio para Sul, até à actual Rua José Falcão, criando assim uma ampla plataforma rematada por um potente muro de suporte, articulando-se com a rua abaixo pela Escadaria de Minerva, construída a partir de 1724. A Biblioteca, ou a Casa da Livraria como então era conhecida, foi construída entre 1717 e 1728, entre as fundações da antiga cadeia a Ocidente e o alinhamento da fachada da Igreja de S. Miguel a Oriente, formando um imponente paralelepípedo aberto ao pátio da universidade através de um de arco triunfal ladeado por uma dupla colunata jónica, e sobrepujado pelo brasão de armas de D. João V. A intervenção deste rei na universidade continuaria ainda, com a reconstrução entre 1728 e 1733 da Torre do Relógio mantendo-se no lugar de implantação da antiga torre do paço manuelino.

Na cidade destaca-se ainda pela sua qualidade e exuberância, bem como pela sua posição no alto da cidade e a culminar o extremo da cerca do Mosteiro de Santa Cruz, com impacto urbano evidente embora de uso monástico privativo, a construção de um monumental "retiro" por iniciativa de D. Gaspar da Encarnação, entre 1723 e 1752. A área, conhecida como Jardim da Quinta de Santa Cruz, foi desenhada a partir de um eixo central de composição que organizava a disposição de várias estruturas monumentais, fontes, escadarias, alamedas e um campo de Jogo da Péla sob a matriz de um discurso iconológico de veneração "às águas" como manifestação bíblica e novo-testamentária, sob a égide da Virgem Maria.

Figura 289 – Parque de Santa Cruz.

Para além das obras mais emblemáticas no Paço das Escolas ou na Quinta de Santa Cruz, na primeira metade do século XVIII são também realizadas obras relativamente modestas de reconstrução da Capela do Santo Cristo do Arnado entre 1723 e 1729 e da Cadeia da Portagem, reedificada entre 1737 e 1739, ainda que as obras realizadas nesta última não tenham melhorado as condições do edifício, multiplicando-se os pedidos de nova intervenção ao longo do século XVIII [845].

Já perto de meados do século, durante o governo do bispo D. Miguel da Anunciação (1740 - 1779) promoveu-se a construção, entre 1740 e 1744,[846] do convento de Convento de Santa Teresa, perto do Colégio de Tomar. Entre 1748 e 1765[847] é iniciada a construção do Seminário Maior, uma das mais importantes construções barrocas da cidade, na qual se destaca a colocação axial de uma igreja de planta oitavada coberta por uma cúpula. À primeira metade do século XVIII deve também ser atribuída a reformulação da Igreja de S. Salvador onde se terá alterado a configuração da capela-mor e das colaterais assim como da sua fachada, mantendo apenas o portal românico original, tendo estas obras sido concluídas por volta de 1743[848].

Em 1754 chegam-nos diversas referências à reconstrução da Igreja de S. Pedro, tanto através da demolição da antiga torre e reconstrução da fachada, já referidas anteriormente[849], como através da descrição da reconstrução da capela-mor da presente igreja[850]. Tais descrições permitem balizar a intervenção como tendo iniciado por volta de 1754 e terminando já durante o governo do bispo D. Francisco de Lemos, por volta de 1794 [851]. Foram aqui recuperados vários elementos românicos, os quais sugerem que a estrutura da igreja antiga foi parcialmente integrada e absorvida na construção do edifício barroco/rocaille, em transição "estilística" para neoclássico.

[845] Lopes, M. A. (2010). Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)* (pp. 101-125). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória". pp. 102-104.
[846] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 95-96.
[847] Ibid. pp. 96-99.
[848] Ibid. pp. 27-31.
[849] Pereira, J. d. S. (1783). *Coimbra Glorioza*. Manuscrito. capítulo 4, parte 1, parágrafo 3.
[850] Ibid. capítulo 4, parte 1, parágrafo 1.
[851] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 25-27.

Com a chegada ao trono de D. José I (1750-1777) dá-se uma ruptura programática com a linguagem barroca, iniciando-se um novo período marcado pela depuração tendencialmente "chã", em parte aproximando-se mesmo de um discurso de propensão neo-clássica ou, pelo menos, de regresso a um classicismo contido.

Em 1755 é iniciada a construção do Colégio de Santa Rita na face Poente da encosta junto do Paço das Escolas. O colégio, pertencente à Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, terá permanecido em construção até por volta de 1785, altura em que a igreja foi dedicada[852]. A antiga igreja românica de S. Bartolomeu, situada na baixa da cidade, foi demolida em 1755, sagrando-se em 1777[853] o novo templo. O novo projecto não respeitou, porém, a configuração da estrutura anterior, orientando-se para Nordeste em direcção à Praça do Comércio. O resultado desta transformação é ainda perfeitamente visível no tecido urbano em torno da igreja, que ainda mantem uma disposição conformada à antiga estrutura românica. Em 1758, como consequência de estragos ocorridos com o sismo de 1755, é reforçada a estrutura da Torre de Santa Cruz, adicionando-se ainda uma nova torre campanário[854]. Na primeira metade do século XVIII é reconstruída a pequena Igreja do Corpo de Deus, agora Capela sob invocação a N. Sª da Victória[855].

O terremoto de 1755 vai dar a Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de estado do reino, a oportunidade para fortalecer a sua posição e avançar com um conjunto de importantes medidas de modernização e reforma administrativa. Esta reforma, em parte focada na limitação dos poderes das instituições religiosas, vai conduzir à expulsão da Companhia de Jesus em 1759. Termina assim uma colaboração de duzentos anos entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa, que em Coimbra, onde a Companhia controlava uma parte significativa do ensino, vai ter importantes repercussões. A expulsão dos Jesuítas vai criar as condições para a realização de uma reforma do ensino e consequente modernização da universidade. O Marquês de Pombal vai, em 1770 criar a "Junta de Providência Literária" com o objectivo de analisar o estado de decadência da universidade de Coimbra, e propor as medidas que entendesse necessárias à reforma da instituição, resultando na refundação da universidade e dos seus estatutos em 1772. Para além da reforma institucional é também proposta a reconversão ou construção de vários edifícios da cidade segundo o traço neoclássico do inglês de William Elsden.

---

[852] Ibid. pp. 127-128
[853] Alarcão, J. d. (2009). A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra. *Conimbriga, 48*, 211-230. p. 213
[854] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 71.
[855] Ibid. p. 38-39.

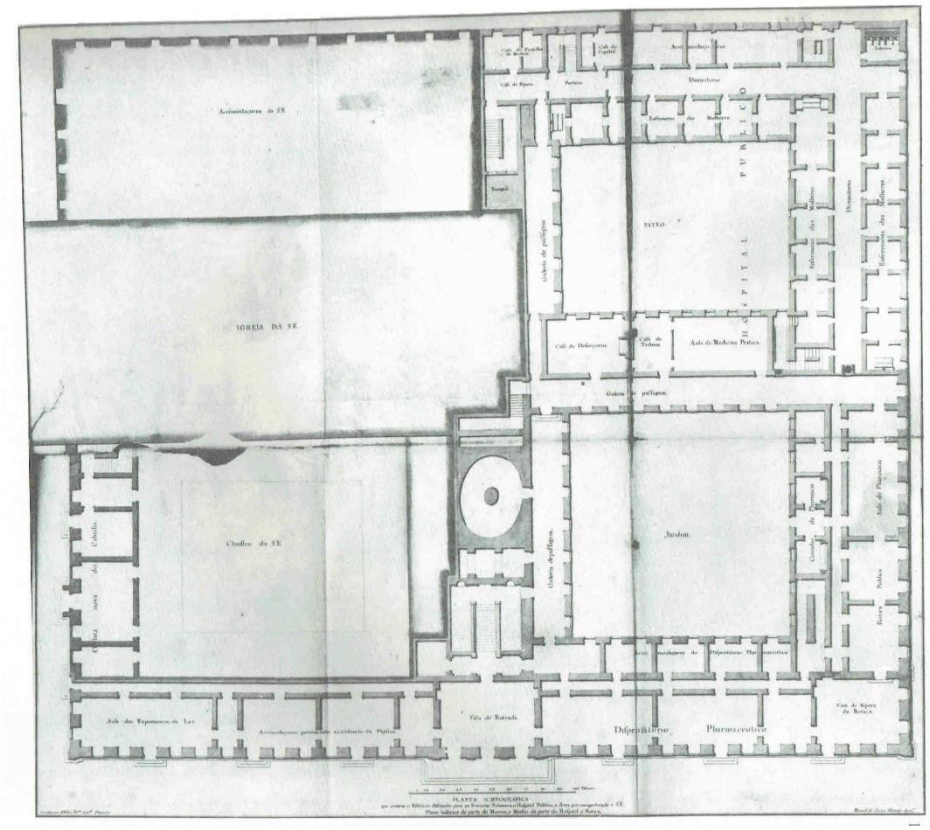


Figura 290 – Projecto de William Elsden para o antigo Colégio das Onze Mil Virgens.

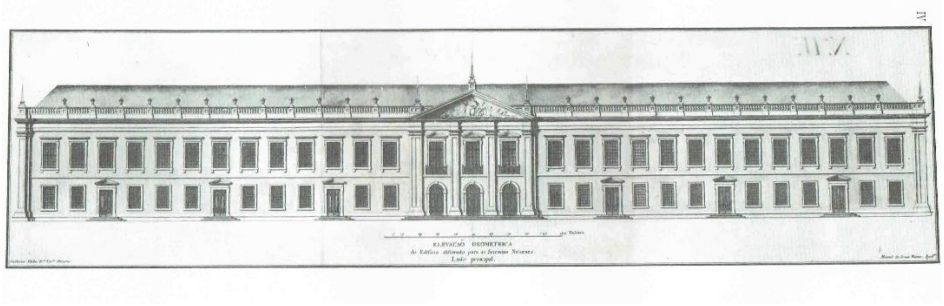


Figura 291 – Projecto de William Elsden para o alçado do novo edifício das ciências naturais.

Na Alta da cidade a expulsão dos jesuítas 1759 tinha deixado o Colégio das Onze Mil Virgens e o Colégio das Artes desocupados. Assim, a reforma Pombalina da universidade vai debruçar-se inicialmente na reconversão destes edifícios. Em 1772, a monumental igreja do antigo colégio jesuíta, bem como os claustros contíguos, no lado Sul, são entregues à diocese de Coimbra, transformando-se o templo em Sede Episcopal, ganhando o nome de Sé Nova. Este conjunto é ligado ao vizinho Paço Episcopal com a construção de uma ponte sobre a Couraça dos Apóstolos. A mole edificada em redor do claustro Noroeste é transformada – ou reciclada - no Hospital da Conceição, substituindo o antigo Hospital Real vendido em hasta pública[856], enquanto o claustro Nordeste e fachada nascente são atribuídos à universidade para o ensino das ciências naturais. Em frente a estes, as antigas cozinhas e refeitório do colégio são parcialmente demolidos e reconfigurados como Laboratório Químico. O Colégio das Artes, por outro lado, manteve-se relativamente inalterado, agora incorporado na Universidade de Coimbra. As obras em torno do antigo complexo jesuíta foram céleres, estando terminadas logo por volta de 1775[857].

A agora Sé Velha, românica, é reconvertida em Misericórdia de Coimbra, adicionando-se um novo corpo para acomodar a instituição sobre a zona da cabeceira. Por outro lado, o claustro gótico é incorporado na nova Imprensa da Universidade de Coimbra, com dois novos edifícios construídos justapostos a Este e Oeste do claustro, que funcionava como elemento articulador.

No Paço das Escolas é projectada a partir de 1772 a reformulação de todo o alçado Ocidental do pátio, segundo um sóbrio traço neoclássico. Este plano, não realizado, incluía a duplicação da Biblioteca Joanina numa posição paralela à primeira, e a alteração da orientação da Capela de S. Miguel que ficaria assim no centro das duas bibliotecas com a sua fachada virada para o pátio. No corpo dos Gerais foi construído um novo piso estruturado com uma galeria, construindo-se também uma galeria no alçado exterior Norte. A reformulação incluiu também a monumentalização da Via Latina durante a gestão do reitor D Francisco de Lemos (1770-1790). A intervenção acrescentou uma galeria porticada, ao longo de toda fachada Sul do conjunto, erguendo um destacado corpo monumental no centro da composição, formado por 3 arcos e rematado superiormente por um frontão.

[856] Craveiro, M. d. L. (1988). Guilherme Elsden e a introdução do Neo-classicismo em Portugal In P. Dias (Ed.), *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar* (pp. 503-535). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 513.
[857] Ibid. pp. 512 – 513.

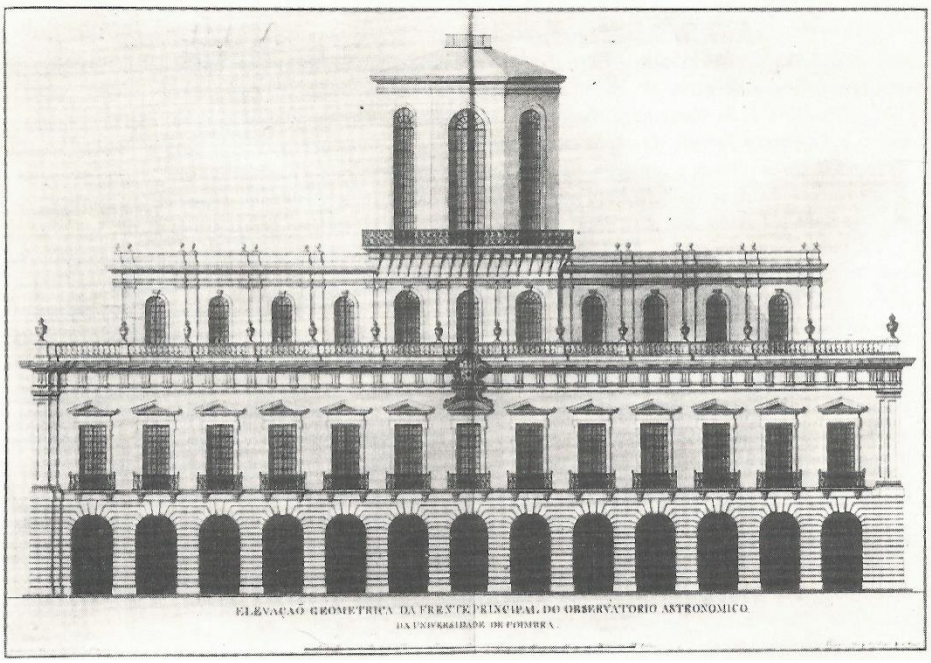


Figura 292 – Projecto de William Elsden para o Observatório Astronómico integrando no seu centro a antiga Torre de Menagem do Castelo de Coimbra.

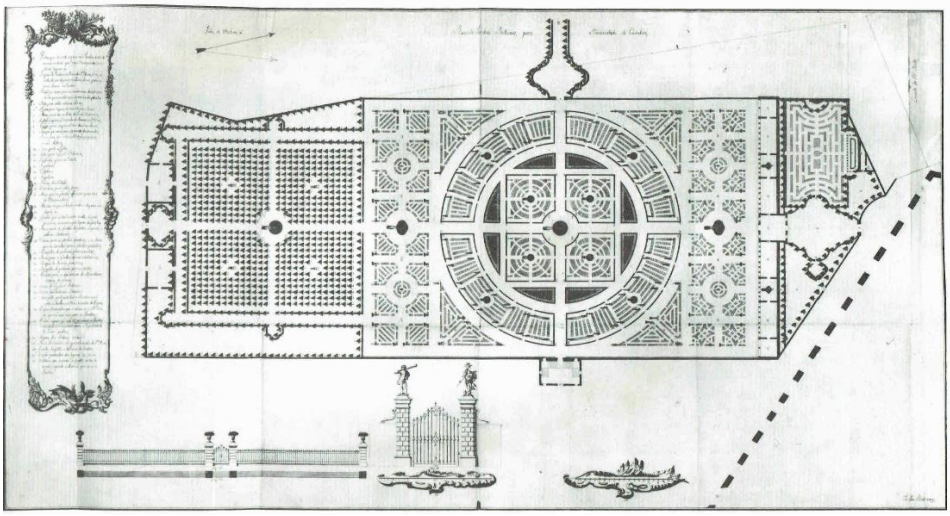


Figura 293 - Projecto de William Elsden para o Jardim Botânico.

Uma das maiores intervenções programadas para a modernização da Universidade de Coimbra diria respeito à construção de um monumental Observatório Astronómico no local do castelo, cuja propriedade passava para a universidade. As obras terão arrancado por volta de 1774, com a demolição do castelo, e iniciando-se a construção do novo edifício em 1777[858]. O grandioso projecto traçado por Elsden não seria, porém, concretizado: apenas o lançamento dos alicerces foram começados e pouco depois suspensos. Assinale-se que a projectada sobreposição entre o observatório e o embasamento da torre afonsina permitiria uma continuidade formal e funcional da antiga estrutura.

A construção do observatório sobre o antigo castelo teria também como objectivo uma reformulação e monumentalização dos principais acessos à cidade e à universidade. Para este efeito realizou-se também uma reformulação da Couraça de Lisboa que incluiu a demolição de partes da muralha e significativamente dos vestígios da antiga torre romana adaptada através da construção da Porta de Belcouce. A torre estaria parcialmente incorporada no Colégio de Santo António da Estrela, funcionando como se de uma pequena capela se tratasse, com uma imagem de Santo António no seu interior. Em 1786, a pretexto do estado de ruína e do prejuízo que fazia à circulação na Couraça de Lisboa o arco foi finalmente demolido, dando lugar à construção de um anexo do colégio[859]. Já o observatório que viria ser contruído e conhecido como "observatório interino" será muito mais modesto, embora implantado no mesmo local, e foi do traço de Manuel Alves Macomboa[860] .

Entre as intervenções ligadas à instalação de novas estruturas da universidade refira-se a constituição de um Jardim Botânico. A escolha do terreno recaíu sobre uma parcela da cerca do Colégio de S. Bento, que mais tarde seria alargada com a compra de outra parcela, propriedade do Colégio de S. José dos Marianos. As obras decorrerão a um ritmo desigual, com o acrescento de mais parcelas e elementos construídos até meados do século XIX[861].

---

[858] Ibid. p. 514.
[859] Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.]. pp. 141-142
[860] Craveiro, M. d. L. (1990). *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
[861] Craveiro, M. d. L. (1988). Guilherme Elsden e a introdução do Neo-classicismo em Portugal In P. Dias (Ed.), *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar* (pp. 503-535). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 515 – 517.

Figura 294 –Mapa da Alta de Coimbra elaborada por José Carlos Magne.

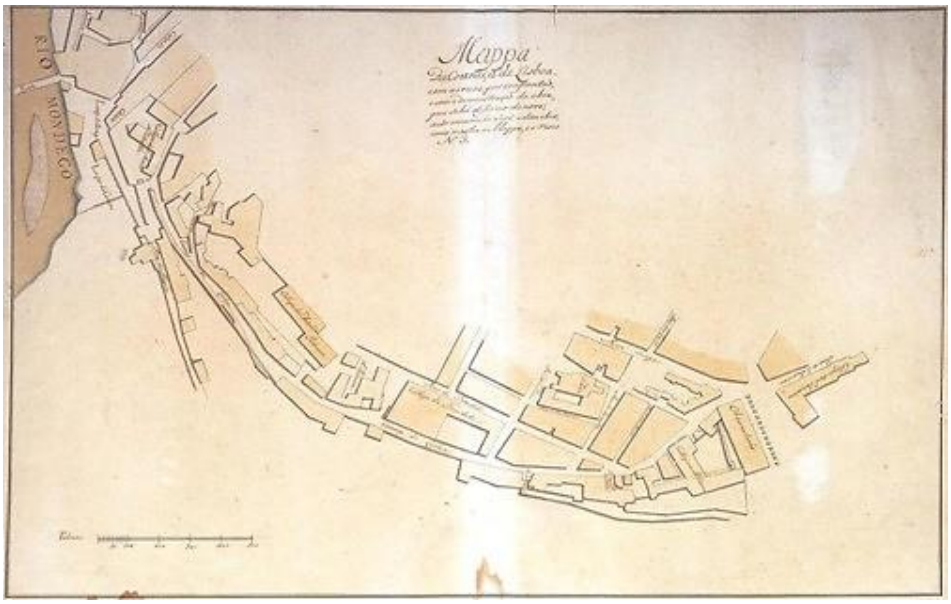


Figura 295 – Planta da Couraça de Lisboa elaborada por José Carlos Magne.

A expressão física da reforma pombalina da universidade foi conduzida a partir do desenho de William Elsden, que seria não só o coordenador e projectista desta iniciativa, mas que através do seu traço neoclássico representa também o cumprimento, *aggiornato*, do esquema cultural ambicionado por Pombal. Porém, apesar de transformadora da estrutura urbana da cidade, a reforma Pombalina não partiu da construção sistemática de estruturas novas, mas antes, da reformulação e reorganização pontual de edifícios pré-existentes, conscientemente integrados e convertidos em novos edifícios, de desenho neoclássico ou com linguagem adaptada ao gosto dos tempos. A morte em 1777 de D. José, e a chegada ao trono de D. Maria I (1777- 1816), vai ditar o afastamento de Pombal e o desaparecimento de Elsden. A reforma perde os seus principais promotores e agentes, terminando-se apenas algumas das intervenções já iniciadas e ficando outras como o observatório ou a nova biblioteca, inacabadas ou apenas no papel ou reformuladas em escala menor.

A reforma pombalina e as planeadas obras de adaptação e transformação de edifícios e espaços urbanos terão exigido a produção de inúmeras peças desenhadas, tanto de levantamento da situação pré-existente, como de projeto das novas estruturas. Assim o curto período entre o início da reforma em 1772 e a morte de D. José em 1777 vai funcionar como se de uma escola de arquitectura "civil" e engenharia militar se tratasse e na qual se vão formar um conjunto de nomes, como José Carlos Magne e Manuel Alves Macomboa, que ao longo do século vão continuar a trabalhar na cidade. Manuel Alves Macomboa será o responsável, como referimos, pelo projecto de um novo observatório astronómico situado no Paço das Escolas, tendo a sua construção decorrido entre 1784 e 1799[862] e inicialmente concebido com uma natureza provisória dada a esperança que o edifício de Elsden fosse eventualmente construído. José Carlos Magne, engenheiro militar e sucessor de Elsden na chefia dos trabalhos vai ser responsável pela elaboração de uma série de peças desenhadas produzidas com o objectivo de ajudar a coordenar intervenções pontuais em pontos específicos da cidade. Destas destacam-se a planta da Alta de Coimbra, ou as plantas e alçados realizados das zonas da Couraça de Lisboa, do Largo da Portagem e do Largo de Sansão. Estes levantamentos (plantas e alçados) apesar de realizados segundo metodologias ainda relativamente pouco rigorosas, permitem, pelo seu detalhe, compreender alguns dos espaços urbanos mais relevantes da cidade no final do século XVIII, ou sítios, como no caso do Largo da Portagem, que seriam profundamente transformados durante o século seguinte.

[862] Craveiro, M. d. L. (1990). *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 26-31.

Figura 296 – "Planta de Coimbra e seus Contornos sobre o Rio Mondego".

Figura 297 – "*Mappa Thopografico da cidade de Coimbra*".

O desprezo com que a reforma encetada por Pombal é encarada durante o reinado de D. Maria I é também demonstrado quando a Misericórdia solicita autorização para regressar à sua localização original, ocupando novamente a Igreja de S. Tiago em 1785 e invertendo a decisão tomada poucos anos antes. A antiga Sé é com esta mudança atribuída à Ordem Terceira de S. Francisco[863]. Durante os últimos anos do século XVIII é ainda iniciada a construção do Colégio de S. Paulo Eremita na Rua Larga no seguimento da provisão que autorizava a fundação do colégio em 1779[864]. O edifício nunca foi concluído, depreendendo-se a partir dos elementos construídos que seria constituído por um grande corpo de planta rectagular disposto ao longo da Rua Larga, cujo eixo central de composição seria reforçado pela abertura de um amplo portal encimado por um vão de sacada e um frontão.

No final do século XVIII surgem ainda três peças cartográficas notáveis representando a cidade na sua globalidade, assim como parte do território envolvente: a "*Planta de Coimbra e seus Contornos sobre o Rio Mondego*", o "*esboço Mapa topográfico da cidade com a divisão das freguesias*" e o "*Mappa Thopografico da cidade de Coimbra com a Divizão das Antigas Freguezias*". O autor destas peças cartográficas não é conhecido, no entanto dado o seu percurso e experiência, José Carlos Magne assume-se como o candidato mais provável para a elaboração destas peças. Dadas as profundas transformações realizadas na cidade no início do século XVIII, estas assumem uma importância fundamental para a compreensão da forma da cidade e da sua evolução até ao século XVIII.

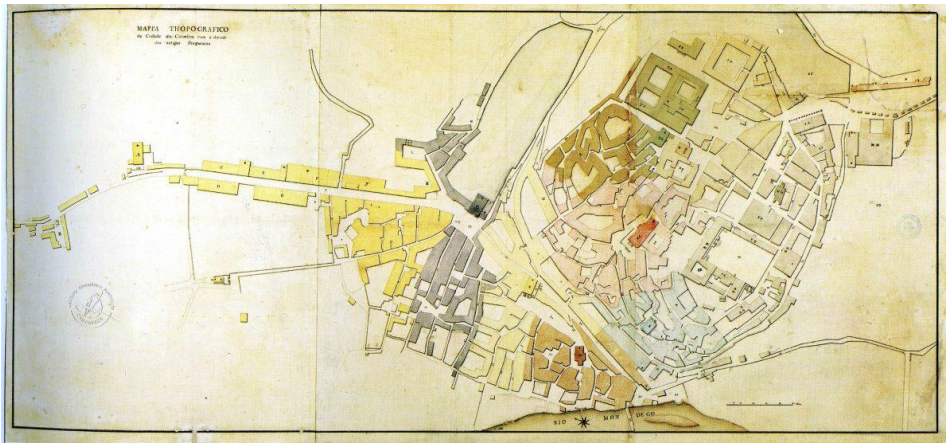


Figura 298 – "*Mappa Thopografico da cidade de Coimbra com a Divizão das Antigas Freguezias*".

[863] Craveiro, M. d. L. (2011b). *A sé velha de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. pp. 53-54.
[864] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 153-154.

Coimbra Fase 13 (século XIX)

O fim dos conventos e colégios

Legenda

1 - Sé Catedral (≈1140-1174)
2 - Igreja de S. Cristóvão (≈1170-1190)
3 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
4 - Igreja de Santa Clara a Velha (1316-1330)
5 - Muralha (≈1375-1380)
6 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
7 - Igreja de Santa Justa (séc. XIII / final séc. XIV)
8 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
9 - Mosteiro de Santa Cruz (séc. XII / 1507-≈1547)
10 - Mosteiro de S. Cruz / Hospício dos Abandonados (séc. XVII / 1848)
11 - Mosteiro de S. Cruz / Escola Industrial e Comercial Brotero (XVI / 1889)
12 - Torre da Portagem (1511-1513)
13 - Igreja de S. Miguel (≈1510-1517)
14 - Açougues Novos / Paço dos Tabeliães (1518)
15 - I. de S. Tiago / Misericórdia (séc. XII / 1526-1549)
16 - Igreja de S. João das Donas (≈1530)
17 - Tribunal da Inquisição (1535-1572)
18 - Porta de S. Margarida (1538)
19 - Colégio do Espírito Santo (1541-1550)
20 - Convento de S. Domingos (1543)
21 - Colégio de S. Tomás de Aquino (1543-≈1555)
22 - Colégio de Tomar (1566)
23 - Aqueduto de S. Sebastião (1568)
24 - Colégio de S. Agostinho (1593) Misericórdia de Coimbra (1841)
25 - Porta Nova (≈1593)
26 - Colégio de S. Bento (1551-≈1634) Liceu de Coimbra (1870)
27 - Colégio da Santíssima Trindade (1562-≈1630)
28 - Sé Nova (Séc. XVI / Séc. XVII)
29 - C. de S. Ana (1600-1610) Regimento de I. (1885)
30 - C. de S. Francisco (1602-1609) Fábrica de Lanifícios (1888)
31 - C. de S. A. da Pedreira (1602-1611) Asilo da Infância Desvalida (1836)
32 - Convento S. José dos Marianos (1606-1612) Real C. das Chagas (1851)
33 - Colégio de S. Boaventura (1616-1678)
34 - Convento de S. João Evangelista (1631-1638) Governo Civil (1848)
35 - Igreja de S. João da Almedina (1684-1704)
36 - Paço Episcopal (1684-1704)
37 - Capela de N. Sª da Esperança (≈1690-1702)
38 - C. dos Terceiros (1696-≈1710) Asilo da Mendicidade (1877)
39 - C. de S. Boa Ventura ou dos Pimentas (1543 / 1715)
40 - Recolhimento do Paço do Conde (1696-≈1730)
41 - M. de Santa-Clara-a-Nova (1649-≈1765) Colégio Missionário (1896)
42 - Igreja de Santa Justa (1710-1724)
43 - Colégio de S. António da Estrela (1715)
44 - Casa da Livraria / Biblioteca Joanina (1717-1728)
45 - Arco N. Sª da Alegria (1720)
46 - Jardim da Quinta de Santa Cruz (1723 a 1752)
47 - Capela de Santo Cristo do Arnado (1723-1729)
48 - Cadeia da Portagem (1592 / 1737-1739)
49 - Igreja de S. Salvador (Séc. XII / ≈1743)
50 - Convento de Santa Teresa (1740-1744)
51 - Seminário Maior (1748-1765)
52 - Igreja de S. Pedro (≈1754-1798)
53 - Colégio de S. Rita (1755-1785)
54 - Torre de Santa Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380 / 1758)
55 - Capela de N. Sª da Victória (Séc. XIV / ≈1758)
56 - Igreja de S. Bartolomeu (1757-1777)
57 - C. Jesuíta / Edifício das C. Naturais (Séc. XVI-XVII / 1772-1775)
58 - Laboratório Químico (Séc. XVI-XVII / 1772-1775)
59 - Imprensa da U. C. (1773)
60 - Paço das Escolas (Séc. XVI / 1696-1733 / 1772-1799)
61 - Real Colégio de S. Pedro (≈1700-1733) U. C. (≈1836)
62 - Observatório Astronómico do Castelo (1772-1777)
63 - Colégio de S. Paulo Eremita (≈1779) U. de C. (≈1836)
64 - Observatório Astronómico do Paço (1791-1799)
65 - C. do Carmo (1541-1597) H. da Ordem Terceira (1837)
66 - C. das Artes (1568-1698) Hospital da U. C. (1853)
67 - C. S. Jerónimo (1565-1573) Hospital da U. C. (1853)
68 - C. dos Militares (1615) Hospital dos Lázaros (1853)
69 - Cadeia e Polícia Civil (1856)
70 - Fábrica de Gás de Iluminação (1856)
71 - Cemitério Municipal de Coimbra (1858-1872)
72 - Jardim Botânico (1772) Estufa (1859-1866)
73 - Teatro D. Luiz (1860-1861)
74 - Mercado Municipal D. Pedro V (1866-1867)
75 - Colégio da Graça (1542-1555) Quartel da Graça (1867)
76 - Ponte (1873-1875)
77 - Escola Primária Municipal (Alta) (1872-1873)
78 - Cadeia Penitenciária Distrital de Coimbra (1875-1889)
79 - Paços do Concelho (1875-1879)
80 - Novo Paço Episcopal (≈1875)
81 - Estação Ferroviária de Coimbra (1885)
82 - Teatro Académico (1888)
83 - Estação Elevatória (1888-1889)
84 - Reservatório do Botânico (1888-1889)
85 - Teatro-Circo do Príncipe Real D. Luís Filipe (1891-1892)
86 - Matadouro Municipal (1895-1897)
87 - Bairro Operário (1897-1898)
88 - Manutenção Militar (1899)

A primeira metade do século XIX é um período de profunda instabilidade social em que a Guerra Peninsular entre 1807 e 1814 vai conduzir a uma significativa quebra da ordem social. A cidade de Coimbra, que desde o período romano marcava um importante ponto estratégico no sistema viário do país, vai assistir à passagem sistemática de tropas, sobretudo durante a Terceira Invasão, conduzida entre 1810 e 1811, com o consequente aquartelamento em instalações improvisadas, geralmente conventos e mosteiros. A instalação de tropas na cidade e na região vai levar não só à degradação acentuada das estruturas utilizadas como quarteis, mas também à predação de viveres e à miséria de grande parte da população. Face à iminente chegada do exército francês, Coimbra teria sido evacuada praticamente na totalidade, poupando a população aos actos de violência perpetrados pelo exército invasor, mas não evitando a pilhagem da cidade. O grosso do exército francês dirigiu-se a Lisboa tendo ficado na cidade de Coimbra um importante contingente aquartelado no Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova, e no Convento de S. Francisco.

Entre 1820 e 1834, em parte como consequência da profunda rutura da ordem social causada pela Guerra Peninsular, o país é vítima de uma Guerra Civil da qual sairá victorioso o regime liberal. Este novo regime inicia imediatamente um processo de reforma da sociedade portuguesa no qual se destaca a publicação do decreto de extinção das ordens religiosas em Maio de 1834. Na cidade de Coimbra, o decreto condenaria à extinção não só os conventos e mosteiros existentes, mas também todos os colégios, que pertencentes a diversas ordens religiosas, seriam igualmente integrados na fazenda do estado. Em 1835 a primeira Câmara Municipal Liberal traça um extenso plano de reformas urbanas que servirá de guia a muitas das intervenções realizadas até ao final do século. O plano recorria aos terrenos e edifícios dos vários conventos, mosteiros e colégios para a instalação de um conjunto de equipamentos e serviços fundamentais[865].

[865] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 183-184.

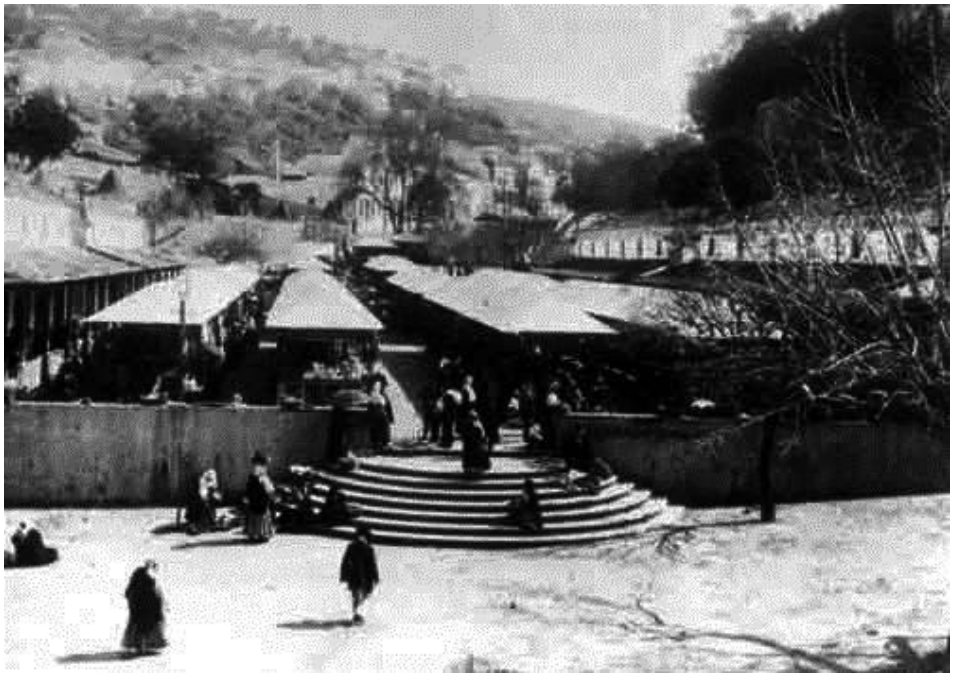


Figura 299 – Mercado D. Pedro V.

A extinção das ordens religiosas vai naturalmente ter um profundo impacto na cidade de Coimbra, em que uma parte significativa do tecido urbano era dominado por edifícios pertencentes a estas ordens, entre colégios e conventos ou mosteiros. As transformações operadas ao longo do século como consequência do Decreto de 1834 tinham aliás já sido anunciadas e ensaiadas com a extinção em 1821 do Tribunal do Santo Ofício. O antigo edifício, originalmente resultado da construção inacabada de dois colégios posteriormente adaptados a Tribunal da Inquisição, seria a partir desta data fragmentado entre, por um lado, espaços destinados a acolher serviços públicos e, por outro lado, a espaços vendidos em hasta pública e transformados em habitações.

No Mosteiro de Santa Cruz testemunham-se algumas das primeiras e mais importantes transformações para o futuro da cidade durante este período. Aos espaços pertencentes a este edifício teriam sido inicialmente atribuídas, a partir de 1839, vários equipamentos públicos tais como a Câmara Municipal, a Casa de Audiência do Júri / Tribunal de Coimbra, e várias repartições de Obras Públicas. Estas funções teriam inicialmente apropriado os espaços conventuais com pequenas transformações, tais como a abertura ou encerramento de vãos[866]. Em 1856 é realizada, todavia, uma nova divisão do edifício, atribuindo-se à Câmara Municipal e ao Tribunal de Coimbra o espaço Ocidental , ao qual corresponde sensivelmente ao antigo Mosteiro de S. João das Donas, enquanto no lado Oriental eram instaladas as repartições de Obras Públicas e a Administração do Correio[867]. No lado Norte, nos edifícios contíguos à Torre de Santa Cruz, situavam-se, no lado nascente, desde 1848, a Roda dos Expostos, mais tarde Hospício dos Abandonados e, a Poente, no edifício do antigo celeiro do mosteiro, desde 1856, a Cadeia e esquadra policial, substituindo a antiga Cadeia da Portagem. Também na cerca do Mosteiro de Santa Cruz, desde 1835, se discutia a instalação de um mercado público. Contudo, a falta de condições do edifício e a carência de recursos financeiros do município adiaram a construção de um edifício específico para essa função até 1867. A localização escolhida foi a antiga horta do Mosteiro de Santa Cruz junto ao Claustro da Manga, adaptando-se este espaço à implantação de um mercado desenhado a partir de rectângulo com aproximadamente 51x21 metros, e ao qual se daria o nome de Mercado D. Pedro V[868]. Perto deste espaço, para nascente, era reutilizado o antigo palheiro da Quinta de Santa Cruz para a colocação do Matadouro Municipal de Coimbra.

[866] Ibid. pp. 212-213.
[867] Ibid. pp. 213-214.
[868] Ibid. pp. 186-189.

Figura 300 – Fotografia da Rua da Sofia e da face Ocidental da cidade realizada por José Sartoris no ano de 1883.

Figura 301 – Colégio de S. Tomás no final do século XIX.

A Rua da Sofia, predominantemente ocupada por edifícios pertencentes a ordens religiosas é uma das áreas da cidade onde o Decreto de 1834 terá maior impacto. Logo em 1838, o edifício do Colégio do Espírito Santo é vendido a um particular, sofrendo grandes transformações, resultando de adaptações ao uso residencial entre as quais a transformação do seu lado Norte numa residência apalaçada apresentando uma elegante fachada neoclássica. O Colégio do Carmo é, entre 1837 e 1845, cedido à Ordem Terceira de S. Francisco, que utiliza o edifício para a construção de um hospital iniciando-se nos anos seguintes um importante conjunto de obras de readaptação do edifício[869]. O Colégio da Graça é a partir da sua incorporação na Fazenda Nacional reclamado pelo município para o alojamento de tropas sendo transformado em Quartel da Graça sob gestão do Ministério da Guerra, a partir de 1867[870]. O Colégio de S. Pedro dos Terceiros, foi vendido em hasta pública a particulares e eventualmente comprado pelo Asilo da Mendicidade em 1877[871].

Na face Poente da Rua da Sofia, o Colégio de S. Boa Ventura é vendido em hasta pública em 1859[872]. O corpo do edifício conventual é ocupado e transformado em diferentes funções que o vão alterar profundamente. A igreja é dessacralizada e convertida em sede da Sociedade do Teatro do Colégio de S. Boaventura. O Convento de S. Domingos é também incorporado em 1837 na Fazenda Nacional e subsequentemente vendido em hasta pública. Dada a natureza incompleta do edifício, apenas com a frente da Rua da Sofia construída, terá sido facilmente adaptado ao uso residencial. A incompleta Igreja de S. Domingos terá sido também adaptada a funções prosaicas, funcionado como armazém e, já no século XX, a garagem, como vimos atrás. O Colégio de S. Tomás de Aquino seria, tal como o Convento de S. Domingos, incorporado nos bens da Fazenda Nacional em 1837. Terá servido de armazém de madeiras até à sua aquisição pelos Condes do Ameal, que promoveram a adaptação do edifício a palacete residencial a partir de 1895.

O extenso património construído da Rua da Sofia é assim profundamente alterado a partir de 1834 com a desafectação da maioria dos edifícios religiosos, e subsequente adaptação a outras funções. Apesar desta transformação a estrutura construída destes edifícios serviu na maior parte dos casos como suporte à transformação, mantendo em linhas gerais parte das suas formas construídas.

---

[869] Ibid. p. 196.
[870] Ibid. p. 196.
[871] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 151-153.
[872] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5909

Na zona Ocidental da cidade, os conventos de Santa Ana e de Santa Teresa, enquanto casas religiosas femininas vão manter-se até ao final do século XIX; por seu turno, os colégios de Tomar, de S. Bento e S. José dos Marianos são extintos e os seus edifícios incorporados na Fazenda Nacional entre 1844 e 1837. O edifício do Colégio de Tomar ficou ao abandono até 1841, altura em que foi cedido ao município para o projecto falhado de construção do Cemitério Municipal no espaço da sua cerca conventual[873]. O Colégio de S. Bento teve um destino semelhante, ficando ao abandono por vários anos até que em 1836 foi entregue à universidade, tendo então sido utilizado para diversos fins, inclusivamente como quartel militar[874]. O edifício do Colégio de S. José dos Marianos é, a partir de 1837, transformado em Hospital dos Lázaros. Em 1851, o Real Colégio Ursulino das Chagas, provisoriamente instalada no convento de Santa Ana desde 1848, transfere-se para o edifício Colégio de S. José dos Marianos, onde irá permanecer, até ao seu encerramento, em 1910[875].

Entretanto, os colégios situados ao longo da Rua Larga foram na sua maioria entregues à posse da universidade que os utilizou para a colocação de serviços académicos com poucas ou nenhumas transformações. O Colégio dos Loios ou de S. João Evangelista reverte para posse do estado em 1848. A partir dessa data é utilizado para a instalação de diversos serviços oficiais, nomeadamente, o Governo Civil, a Junta da Província da Beira Litoral, a Direcção de Finanças e a Polícia de Segurança Pública[876]. O Colégio de S. Boaventura acolhe diversas funções, inclusivamente a de prisão académica[877]. O Colégio Real de S. Paulo era entregue à universidade em 1836, tendo sido utilizado para acolher o Associação de Cultura Literária e Dramática e Recreativa e o Teatro Académico[878]. O Colégio de S. Paulo Eremita, acolhe o Conselho Superior de Instrução Pública até 1859 e a partir de 1868 o Instituto de Coimbra que organizou no piso térreo do edifício o seu museu de antiguidades[879].

[873] Capelo, L. C. (2010e). Colégio de Tomar, de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[874] Castro, F. D. P. (2012). *Igreja de São Bento de Coimbra. Análise e reconstituição.* Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 19-21.
[875] Vaquinhas, I. (1996). O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história. *Revista Portuguesa de História*, *2*(XXXI). p. 427.
[876] Capelo, L. C. (2010d). Colégio de São João Evangelista de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[877] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 149-150.
[878] Capelo, L. C. (2010c). Colégio de S. Paulo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[879] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 153-154.

Entretanto, os colégios situados ao longo da Rua Larga foram na sua maioria entregues à posse da universidade que os utilizou para a colocação de serviços académicos com poucas ou nenhumas transformações. O Colégio dos Loios ou de S. João Evangelista reverte para posse do estado em 1848. A partir dessa data é utilizado para a instalação de diversos serviços oficiais, nomeadamente, o Governo Civil, a Junta da Província da Beira Litoral, a Direcção de Finanças e a Polícia de Segurança Pública [880]. O Colégio de S. Boaventura acolhe diversas funções, inclusivamente a de prisão académica[881]. O Colégio Real de S. Paulo era entregue à universidade em 1836, tendo sido utilizado para acolher o Associação de Cultura Literária e Dramática e Recreativa e o Teatro Académico[882]. O Colégio de S. Paulo Eremita, acolhe o Conselho Superior de Instrução Pública até 1859 e a partir de 1868 o Instituto de Coimbra que organizou no piso térreo do edifício o seu museu de antiguidades[883].

Dispersos pelo restante tecido urbano da Almedina, existiam no início do século XIX cinco colégios: Santíssima Trindade, S. António da Pedreira, S. António da Estrela, S. Rita, e Santo Agostinho ou da Sapiência. O Colégio da Santíssima Trindade foi dividido em duas unidades Nascente e Poente. A área Nascente, correspondente à zona dos dormitórios, foi em 1849 vendida em hasta pública e posteriormente transformada em habitações. A área Poente, por outro lado, permaneceu na Fazenda Nacional, sendo cedida à Câmara Municipal para ali instalar o Tribunal Judicial da Comarca até 1870. A partir desta data este espaço recebe um conjunto de ocupações variadas até ser vendido ao proprietário do restante edifício em 1895[884]. Abandonado em 1834, o Colégio de S. António da Pedreira é, em 1836, cedido a uma associação que ali instala o Azilo da Infância Desvalida[885], mantendo-se o edifício praticamente inalterado. O Colégio de Santo António da Estrela foi, em 1835, solicitado pelo município para a instalação da cadeia. Com a instalação da Cadeia Municipal nos espaços do Mosteiro de Santa Cruz o Colégio de Santo António da Estrela passou para a posse de um particular, tendo eventualmente sido adaptado a fábrica de massas[886].

---

[880] Capelo, L. C. (2010d). Colégio de São João Evangelista de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[881] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 149-150.
[882] Capelo, L. C. (2010c). Colégio de S. Paulo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.
[883] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 153-154.
[884] Silva, J. M. F. (2013). *A in-temporalidade da arquitectura. O colégio da Santissima Trindade, Coimbra*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. P. 39.
[885] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 148-149.
[886] Ibid. pp. 150-151.

O Colégio de S. Rita é ocupado pelos serviços da autoridade administrativa distrital do que veio depois a subsumir-se na figura institucional do Governador Civil[887]. Após 1844 o edifício foi adquirido por um particular que o adaptou a residência[888]. Finalmente, o Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência é, em 1841, atribuído à Misericórdia para a instalação de recolhimento dos órfãos. A transferência vai obrigar à realização de pequenas obras no edifício que não vão resultar numa transformação significativa da estrutura.

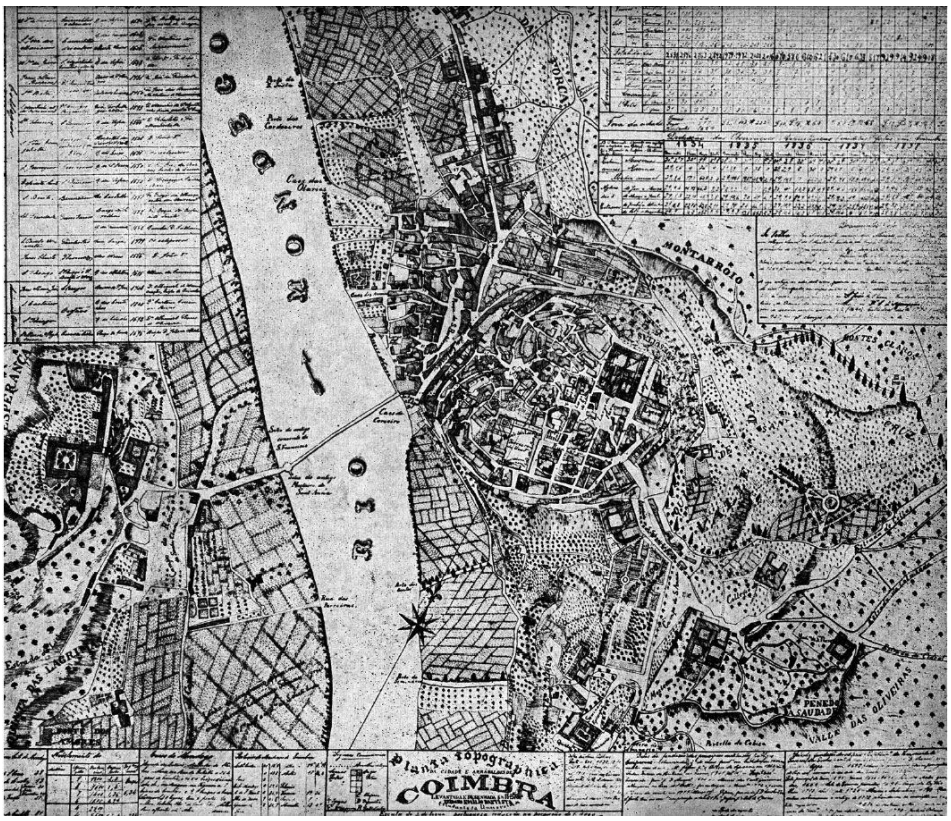


Figura 302 – Detalhe da planta da cidade de Coimbra elaborada por Izidoro Baptista em 1845.

[887] Inventário do Arquivo do Governo Civil de Coimbra (1996). *Arquivo da Universidade de Coimbra*
[888] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 127-128.

Em 1845, Izidoro Emílio da Expectação Baptista, estudante da universidade e posteriormente engenheiro na Companhia das Obras Públicas, elabora por iniciativa própria a "*Planta Topographica da Cidade e Arrabaldes de Coimbra*" A planta não só representa a totalidade do aglomerado e dos seus arredores, mas regista também uma série de importantes dados complementares como a Ordem, localização, data de fundação e nome dos fundadores das casas religiosas, ou ainda o nome das principais ruas, a altimetria e ainda um quadro estatístico da população da cidade entre os anos de 1834 e 1839, indicando o número de fogos e o número de indivíduos divididos por sexo, estado civil e idade.

Em 1860 é iniciada a construção de um teatro sobre as ruínas da igreja românica de S. Cristóvão, inaugurando-se o edifício com o nome Teatro D. Luís, em 1861[889]. Na margem do Mondego, o Mosteiro de Santa Clara, ocupado no início do século pelos franceses por ser uma casa feminina, manteve-se em funcionamento até à morte da última freira em 1886[890]. Por outro lado, o vizinho Convento de S. Francisco seria extinto logo em 1834, tendo sido vendido a um particular pouco depois. A igreja manteve-se como sede paroquial na freguesia de Santa Clara, enquanto o edifício conventual foi transformado numa fábrica de lanifícios[891].

Também as infraestruturas urbanas foram alvo de importantes melhoramentos, nomeadamente as redes de abastecimento de água e de iluminação pública. O crescimento urbano na segunda metade do século XIX tornou as nascentes da Quinta de Santa Cruz insuficientes, iniciando-se, a partir de 1835, projectos para a ampliação da rede de abastecimento e água[892]. A instalação de uma rede de iluminação pública acompanhando a instalação de uma rede de candeeiros a gás em Lisboa em 1849 foi, entretanto, levada a cabo. Em Coimbra foi assinado um contrato para o abastecimento de gás para a iluminação pública em 1854 e, em 1856, é inaugurada a fábrica de gás na antiga Rua Fora de Portas, perto da Rua da Sofia. A fábrica abastecia uma extensa rede de candeeiros, tornando Coimbra na terceira cidade portuguesa a ser iluminada por este tipo de fonte de energia [893].

[889] Ferreira, R. F. A. (2011). *Sousa Bastos : recuperação e reconversão do antigo teatro*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra.
[890] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 75-85.
[891] Ibid. pp. 90-91.
[892] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 199-200.
[893] Ibid. pp. 200-202.

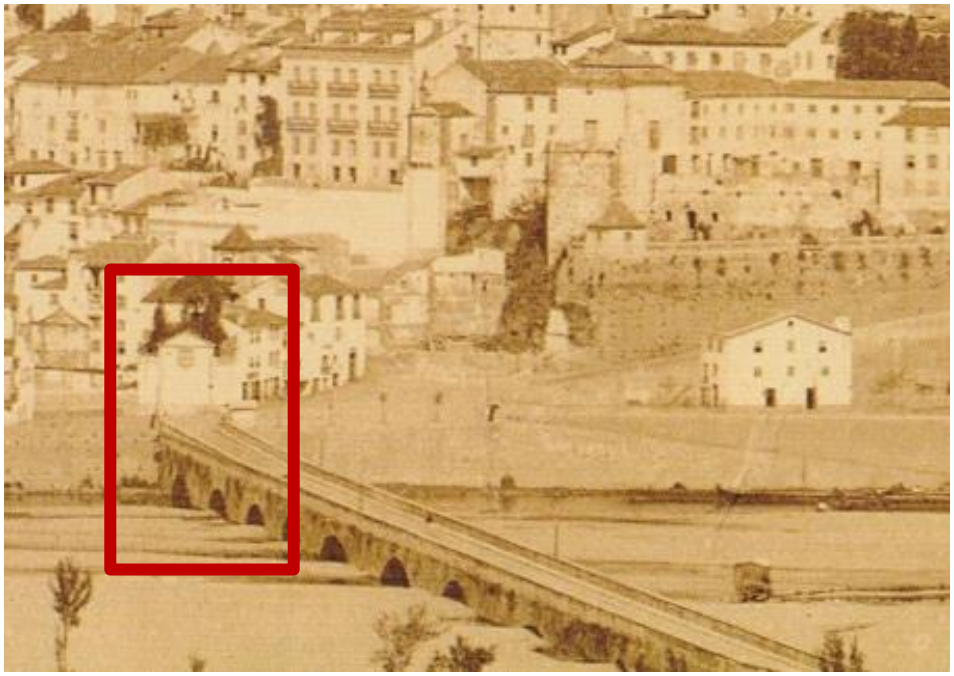


Figura 303 – Alçado posterior da antiga torre manuelina reconvertido em elemento monumental de chegada à cidade.

Para além das redes de abastecimento de água e de iluminação, outra importante infraestrutura a exigir a atenção do município encontrava-se nos vários muros que desde o século XVI ofereciam proteção das cheias na zona baixa da cidade. As obras de construção do muro, e alteamento da margem começaram pontualmente a partir de 1837 na zona do Cais da Ameias, alargando-se em 1841 à zona da ponte. É provável que estas intervenções tenham sido realizadas sem a coordenação de um plano prévio, demostrando em larga medida serem ineficazes[894]. Simultaneamente a esta intervenção, o município apontou também em 1835 a necessidade urgente de intervir sobre o espaço de circulação ao longo do trajecto da estrada Lisboa-Porto, entre o Largo da Portagem e a Rua da Sofia. A partir de 1836 dá-se inicio à requalificação da Rua da Calçada através do alteamento e alargamento do Largo da Portagem, demolindo-se a capela, a antiga torre manuelina e o pelourinho da cidade[895]. A destruição da torre não terá sido completa, preservando-se desta o alçado posterior onde aliás foi recolocada a inscrição dedicatória da obra[896]. Para além destas duas intervenções é também iniciado o processo de alargamento e regularização do traçado da Rua de Coruche, alegando-se que esta rua apresentava um sério estrangulamento, não só á circulação na cidade, mas porque ameaçava também a circulação do trânsito que ligava as cidades de Lisboa e do Porto. Apesar de já apontadas em 1835, as obras na Rua de Coruche iniciaram-se apenas em 1858 com a demolição parcial da antiga Misericórdia da cidade, prolongando-se até 1866[897].

Se a partir de 1835 o município terá ambicionado a realização de um conjunto de importantes reformas do espaço urbano, dada a falta de recursos técnicos e financeiros disponíveis, a sua concretização ficou limitada, sobretudo neste período inicial, a uma natureza circunstancial, empírica e pragmática, focada apenas na resolução de problemas urgentes. As intervenções promovidas neste período têm assim uma dimensão pontual, quase cirúrgica, e uma concretização muito espaçada no tempo. Mas apesar das suas limitações, marcaram de forma indelével a paisagem urbana da cidade, e serviram de suporte a um conjunto de outras reformas que se viriam a ensaiar entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

[894] Ibid. p. 203.
[895] Ibid. p. 205.
[896] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. pp. 76-79.
[897] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 208-209.

Figura 304 – Fachada da Igreja de Santa Cruz em 1869.

A partir da década de 1860 assiste-se, com efeito, a uma mudança, para melhoria do robustecimento, da capacidade do município a que não será estranho a alteração do estatuto municipal e sua gradual autonomização face ao poder central. São encetadas a partir deste momento operações concertadas de planeamento e execução que permitem ao município assumir um novo papel no delineamento da cidade segundo uma visão estratégica de longo prazo. Esta nova perspectiva terá resultado da experiência obtida através da construção da rede viária municipal, imposta pelo decreto de 6 de junho de 1864, que forçou o município a familiarizar-se com a gestão financeira e técnica de grandes obras[898]. Inicia-se assim a partir da segunda metade do século um período decisivo na definição e estruturação do futuro crescimento urbano, operando transformações mais profundas no tecido e nos edifícios da cidade.

Os primeiros anos da segunda metade do século XIX são assim marcados pela favorável conjuntura nacional de estabilidade política que permitiu, entre outras acções, a estruturação de um organismo encarregado da realização das obras públicas. Este organismo vai promover o estabelecimento de uma rede nacional de comunicações e favorecer a acção dos municípios através, por exemplo, da concessão de empréstimos para a realização de obras[899]. Neste sentido, a década de 1860 é marcada pelo estabelecimento de duas importantes vias de comunicação terrestres: a inauguração da linha de caminho de ferro, em 1864, e a construção da Estrada da Beira em 1868.

A nova abordagem dos poderes municipais à cidade é paradigmaticamente assumida precisamente através da construção de um edifício próprio para alojar os serviços do município. Apesar de ambicionada desde pelo menos 1845, esta foi sendo sucessivamente adiada pela crónica falta de verbas e de meios técnicos para a realização da obra, uma condição frequente na primeira metade do século XIX. Apenas em 1875 foi possível reunir condições para o início da obra, demolindo-se para o efeito, com fortes protestos públicos, parte do antigo Mosteiro de Santa Cruz onde os serviços do município já estavam instalados. O edifício, construído sem considerar o lastro das estruturas pré-existentes e cujo alçado concorre inclusive em altura com a fachada de Santa Cruz, seria apenas inaugurado em 1879, arrastando-se algumas obras interiores até 1886[900].

[898] Ibid. p. 227.
[899] Ibid. p. 221.
[900] Ibid. pp. 212-218.

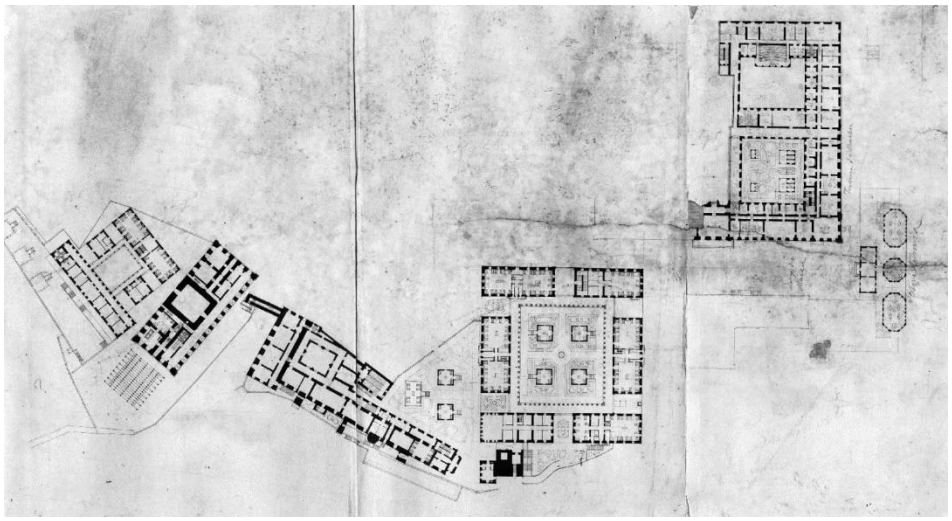


Figura 305 – Projeto de reconstrução do conjunto dos edifícios que compunham os Hospitais da Universidade.

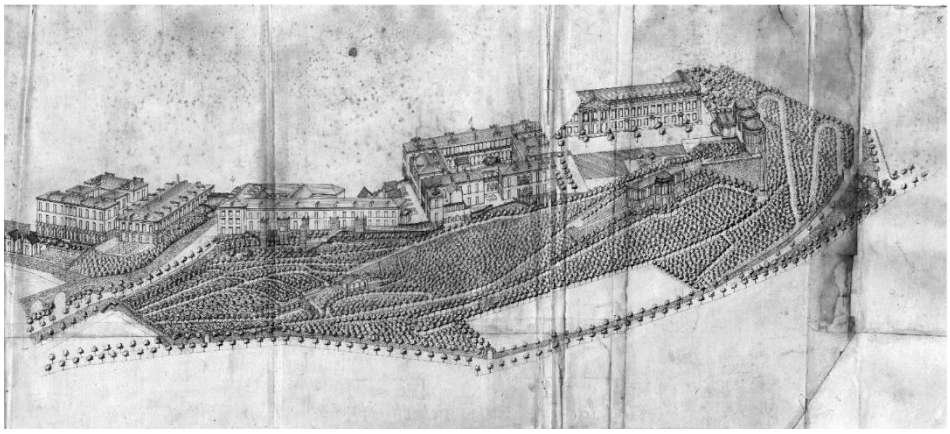


Figura 306 – Axonometria do conjunto idealizada por Costa Simões.

Na cidade, o Liceu de Coimbra que ocupava desde 1836 o Colégio das Artes, após alguns anos de coexistência com o hospital, era em 1870 transferido para o Colégio de S. Bento no qual se manteria até à década de 1930[901]. A transferência do liceu vai permitir o planeamento e realização de um conjunto de ambiciosas reformas do conjunto hospitalar, procurando pô-lo a par dos mais recentes edifícios hospitalares europeus. Esta reforma tinha por base o plano proposto por Costa Simões (1819-1903) em 1866, elaborado após a sua viagem ao estrageiro na qual pode visitar o Hospital de Roterdão e o Hospital Lariboisière, caracterizado pela disposição autónoma das diferentes enfermarias[902]. O plano previa assim o rasgamento do claustro do Colégio das Artes em seis blocos distintos que permitiam o arejamento e isolamento da cada uma das diferentes enfermarias. As obras decorreram a um ritmo desigual a partir de 1870 e 1902 altura em que o projecto foi abandonado. Do desenho idealizado Costa Simões apenas se construiu uma das enfermarias, isolada do restante edifício através de dois cortes nos alçados, que seriam reconstituídos apos o abandono do projecto. Apesar de nunca concretizado, e inclusive revertido já no início do século XX o projecto de Costa Simões para o Hospital de Coimbra é um exemplo claro da preocupação no desenho e planeamento das reformas realizadas na cidade na segunda metade do século XIX. Pouco depois da deslocação do Liceu de Coimbra para o antigo Colégio de S. Bento era aprovada pelo município entre 1872 e 1873 a contratação de um empréstimo suplementar para a construção da Escola Primária no Bairro Alto de Coimbra[903], que viria a ocupar um espaço fronteiro ao Largo da Feira.

Também o bispo D. Manuel Correia de Bastos Pina (1872-1913) ordenou a renovação o Seminário de Coimbra a partir de 1872, construindo os dois edifícios laterais, a Casa Nova em 1873 e a Casa Novíssima em 1880[904]. Atendendo ao estado de degradação em que se encontrava o Paço Episcopal, pilhado durante a primeira metade do século e tendo sido utilizado para albergar um regimento de cavalaria[905], o bispo D. Manuel Correia vai também promover nos últimos anos da década de 1870 a construção de um novo Paço Episcopal nos terrenos entre o Convento de Santa Ana e o Seminário. O edifício não viria, contudo, a ser utilizado, tendo sido adaptado a hospital pouco tempo depois da sua construção.

---

[901] Lobo, R. (2021). *Os Colégios de Jesus e das Artes de Coimbra (1542-1759)*. Edarq. p. 111.
[902] Ibid. p. 112.
[903] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. 239
[904] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 96-99.
[905] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. p. 69.

Figura 307 – Cartografia da cidade de Coimbra elaborada em 1874 por Francisco e Cesar Goullard.

Largo da Portagem
Rua
Rua
Rua

Em 1872, o presidente da câmara Lourenço de Almeida Azevedo solicita ao governo a reconstrução da ponte suspendendo as obras de alteamento do largo das Ameias e do Cais do Cerieiro que ainda se realizavam, até que se produzisse, como veio a acontecer, a elaboração de um plano abrangente que articulasse com a Direcção de Obras de Melhoramento do Mondego e Barra da Figueira as intervenções a realizar. O plano surge no mesmo ano, prevendo a regularização das margens do Rio Mondego através da construção de dois diques, a realizar pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, cabendo ao município a responsabilidade em comparticipar parte das obras e a realizar outras, como o alteamento da Rua Direita[906].

A ambição municipal em sistematicamente requalificar os principais acessos viários à cidade tornou evidente a necessidade da utilização de elementos cartográficos rigorosos para a coordenação e projecto destas intervenções. É assim assinado em 1872 um contrato com Francisco e Cesar Goullard para a elaboração de uma nova planta da cidade. A "Planta Topographica da Cidade de Coimbra" é apresentada em 1874 constituindo-se como a primeira peça de natureza verdadeiramente cartográfica realizada na cidade[907].

Com a elaboração da planta da cidade o município vai iniciar um estudo fundamentado e consequente para a elevação e regularização da margem do Mondego, que procurou ainda a constituição de uma nova e moderna paisagem urbana com a transformação da zona ribeirinha num passeio público. O plano vai ser iniciado em 1873 com a demolição da antiga ponte manuelina em 1873, concluindo-se a nova ponte em 1875. Apesar de construída segundo as mais recentes técnicas da época, que tiravam partido da resistência das estruturas metálicas para apoiar o tabuleiro, a nova ponte assentou os seus sete pilares sobre os pilares da antiga ponte manuelina, tal como esta havia feito com a ponte afonsina e esta sobre a ponte romana, dando à estrutura um ritmo e espaçamento irregular[908]. Com o alteamento da ponte para a cota dos 24.30 metros, retomaram-se em 1874 as obras de requalificação do Largo da Portagem, procurando-se a criação do passeio público em frente ao rio. Para tal foram expropriados e demolidos mais dois quarteirões da zona da baixa utilizando-se os escombros para a construção do aterro de alteamento do largo, com as obras concluídas por volta de 1879.

---

[906] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 239.
[907] Ibid.p. 236
[908] Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros. pp. 53-54.

Na sequência destas obras foi também realizado um ramal estação de caminho-de-ferro entre o Padrão e a cidade, inaugurando-se em 1885 uma nova estação junto ao Cais das Ameias[909]. Simultaneamente o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, projecta a construção de uma nova linha entre Coimbra e Arganil, cujo trajecto partiria da nova estação no Largo das Ameias, passando à frente do Largo da Portagem. O município protestou activamente contra este projecto, cujo traçado iria obstruir o recém-construído passeio público; no entanto as obras arrancaram em 1888, tendo para o efeito sido construído um grande aterro de 34 metros sobre o rio que resultou na eliminação de um dos tramos da ponte metálica. Este grande aterro permitiu ampliar o passeio público já existente junto ao Largo das Ameias assim como o seu prolongamento até ao antigo Porto dos Bentos, como forma de compensar a oposição do município[910].

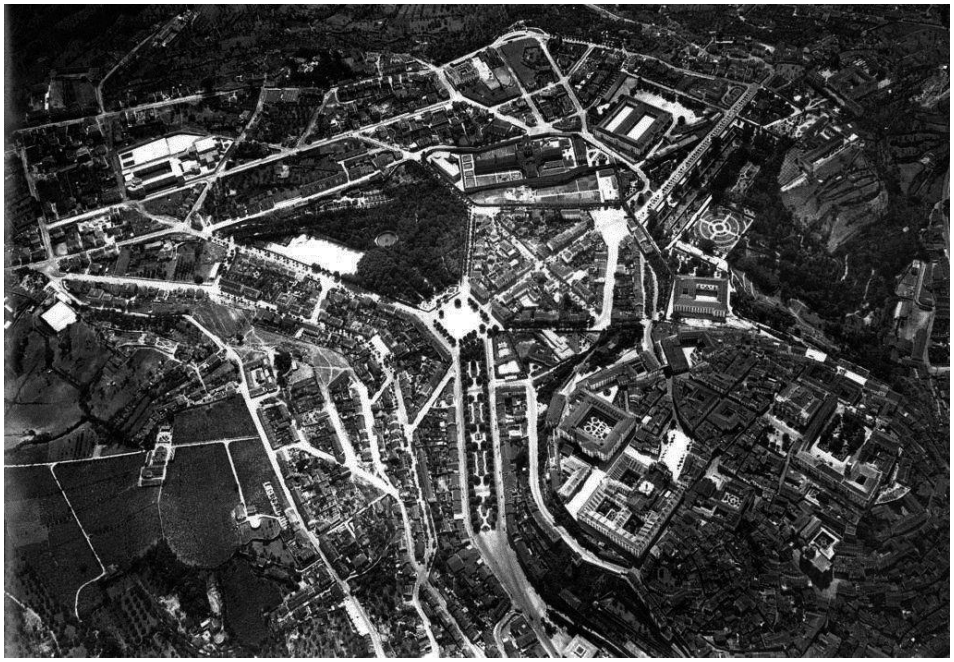


Figura 309 - Fotografia aérea do Bairro de Santa Cruz em 1934.

[909] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 244-245.
[910] Ibid. pp. 244-247.

Face às novas exigências que requeriam a construção de uma grande Penitenciária Distrital em Coimbra, o município vai iniciar a construção de um novo edifício nos terrenos do antigo Colégio de Tomar. O projecto do novo edifício obedece ao modelo do panótico radial, desenhando uma planta em cruz latina, composta por quatro alas que irradiam a partir do centro octogonal. Coroado por uma cúpula com 39m de altura. As obras iniciaram-se em 1876, após a demolição do Colégio de Tomar, inaugurando-se o estabelecimento prisional em 1901[911].

Os conventos e mosteiros femininos da cidade inicialmente poupados da extinção, vão funcionar até ao último quartel do século XIX, altura em, que falecendo as últimas freiras, são também extintos. O Convento de Santa Ana é extinto em 1885 quando a última freira é transferida para o Colégio das Ursulinas, com o edifício nesse ano a passar para a Fazenda Nacional. Posteriormente cedido ao Ministério da Guerra para ser transformado em quartel, o edifício terá sofrido obras de adaptação pontuais, datando já do início do século XX a reforma completa[912]. O Mosteiro de Santa Clara a Nova é, em 1896, entregue à Congregação de S. José de Cluny para ali montar um colégio missionário que vai funcionar no edifício até aos primeiros anos do século XX[913]. Finalmente o Convento de Santa Teresa é o único a manter-se em funcionamento até ao século XX, segundo licença especial da rainha D. Maria II de Portugal.

Em 1885 é adquirida a Quinta de Santa Cruz, dando-se início ao "Plano Geral de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz", que viria a estruturar uma parte significativa do desenvolvimento urbano da cidade durante o final do século XIX e a primeira metade do século XX. O plano previa a construção de um *boulevard* com 50m de largura, unindo a Baixa e a Alta da cidade, rasgado a partir do Mosteiro de Santa Cruz e terminando numa praça quadrangular disposta em frente do antigo Jardim da Quinta de Santa Cruz que seria transformado num jardim público. A partir desta praça irradiavam várias avenidas em direcção a Celas, Santa Ana, à Alta de Coimbra e à encosta de Montes Claros.

[911] Ibid. pp. 383-385.
[912] Ibid. pp. 388-389.
[913] Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 75-85.

O projecto arrancou com o rasgamento das principais ruas, Sá da Bandeira, Alexandre Herculano, da Escola Industrial, Castro Matoso, de Tomar e Garrett, inauguradas no final de 1889, correndo simultaneamente a venda dos lotes limítrofes. O rasgamento destas avenidas em 1888 conduziu à demolição das alas monásticas Norte, Nascente e Sul do Mosteiro de Santa Cruz[914], que obstruíam o acesso à Praça de Sansão e através desta à Rua da Sofia e à Baixa da cidade. Do antigo Claustro da Manga vai sobreviver apenas a fonte central. O desenho proposto inicialmente no Plano Geral de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz foi sendo adaptado à medida que era aplicado no terreno, divergindo sobretudo na zona Norte, dada a difícil topografia da encosta dos Montes Claros. Para além destas adaptações foram gradualmente incorporados espaços para a implantação de vários equipamentos públicos como o Bairro Operário, a Manutenção Militar, o novo Matadouro Municipal ou o Teatro-Circo do Príncipe Real, todos construídos já nos últimos anos do século.

O Colégio Real de S. Paulo era, por volta de 1888, demolido, iniciando-se a construção de um Teatro Académico no seu terreno. As obras foram suspensas pouco tempo depois, entulhando-se o espaço que permaneceu como um grande terreiro em frente ao Paço das Escolas. Em 1891 iniciava-se também a construção do Teatro-Circo do Príncipe Real em terrenos cedidos pelo município na Avenida Sá da Bandeira. Inaugurado em 1892, o edifício teria uma modesta fachada construída em alvenaria, com uma cúpula de estrutura metálica.

Em 1888 iniciam-se finalmente as obras de construção da Estação elevatória e do Reservatório do Botânico e do Reservatório da Cumeada, terminadas no ano seguinte[915]. Estas obras marcam o final de um complexo processo de reformulação do sistema de abastecimento de água da cidade que durou praticamente todo o século XIX

Dadas as más condições que o edifício do antigo palheiro da Quinta de Santa Cruz oferecia para a função de matadouro a que tinha sido adaptado, o município decidiu a construção de um novo Matadouro Municipal. A construção iniciou-se em 1895 num terreno da Quinta de Santa Cruz, sendo o novo edifício

[914] Rossa, W. (2014). A metamorfose do edificado. A parcela de Santa Cruz de Coimbra, um caso de estudo. In C. D. Coelho (Ed.), *Cadernos de Morfologia Urbana Estudos da Cidade Portuguesa,* 2. Argumentum. p. 204.
[915] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 270-271.

inaugurado em 1897[916]. Junto a este edifício iniciava-se, também em 1897, a construção de um Bairro Operário patrocinado pelo bispo D. Manuel Correia de Bastos Pina. O conjunto estava agrupado em duas bandas de 15 casas e uma capela, concluindo-se as obras em 1898[917]. O edifício da Manutenção Militar foi construído sobre o terreno ocupado pelo palheiro da Quinta de Santa Cruz, adaptado a Matadouro Municipal após 1834. Este terreno foi cedido pelo município como permuta pelos terrenos necessários para a construção do "boulevard" da Avenida Sá da Bandeira[918], iniciando-se a construção em 1899.

Impõe-se uma nota: o esforço a que se assiste em Coimbra, especialmente a partir de 1860 como acima sinalizámos, consiste num processo que é, em certa medida, exemplar em termos de caso de estudo. Com efeito, Coimbra, que continuava sendo uma cidade "média", mas que adquirira um estatuto de excepção por se tratar da única e exclusiva "cidade universitária" com todas as valências possíveis, assumia o seu papel de charneira no quadro de uma leitura ou interpretação das dinâmicas socias e económicas, mas também culturais, do país, entendido agora como estado-nação pleno e com uma componente ética e jurídica que o consagravam como espaço nacional. É nesse espaço nacional que se cristaliza um polo, o Pólo da região Centro, e esse polo é - e continua sendo - Coimbra.

E é por força, também, do entendimento desta condição e do seu estatuto, que a cidade procura nessas décadas finais do século XIX um alinhamento com a capital do país – Lisboa – mais até do que o Porto, que fazia solene o seu caminho. E, o mais interessante é verificar que, em parte, ou se calhar na sua totalidade este esforço que mencionámos se enquadra num processo de "modernização" – isto é – de invenção do "moderno" – de promessa e cumprimento de uma almejada e progressiva cidade, dotada de equipamentos sintonizados com aquilo que se previa que viesse a acontecer – e que ia acontecendo, embora paulatinamente, e até timidamente, mas industriosamente: a Revolução Industrial. Sabemos, porém, que Coimbra, se manteve, mesmo assim, e apesar da notável infraestruturação levada a cabo nessa década "de progresso", como cidade de "serviços". O peso, ainda hoje importante, quase decisivo da Universidade, cobrava e cobrava bem o destino da urbe.

[916] Ibid. p. 258.
[917] Ibid. pp. 353-354
[918] Ibid. p. 257.

Coimbra Fase 14. (século XX)
A nova Alta e a nova Baixa

Legenda

1 - Sé Catedral (≈1140-1174)
2 - Claustro da Sé (≈1210-1215)
3 - Igreja de Santa Clara a Velha (1316-1330)
4 - Muralha (≈1375-1380)
5 - Porta da Almedina (≈1375-1380)
6 - Hospital de S. Lázaro (primeira metade do séc. XV)
7 - Igreja de Santa Cruz (séc. XII / 1507-≈1547)
8 - Igreja de S. Miguel (≈1510-1517)
9 - Tribunal da Inquisição (1535-1572)
10 - Colégio do Espírito Santo (1541-1550)
11 - Convento de S. Domingos (1543)
12 - Aqueduto de S. Sebastião (1568)
13 - Colégio da Santíssima Trindade (1562-≈1630)
14 - Sé Nova (séc. XVI / séc. XVII)
15 - C. de S. Francisco (1602-1609) F. de Lanifícios (1888)
16 - Colégio de S. António da Pedreira (1602-1611) C. da Infância Dr. Elísio (1836)
17 - C. de S. Boaventura (1616-1678) Instituto de Antropologia (1916)
18 - C. de S. João Evangelista (1631-1638) Governo Civil (1848)
19 - Igreja de S. João da Almedina (1684-1704)
20 - Capela de N. Sª da Esperança (≈1690-1702)
21- C. de S. Boa Ventura ou dos Pimentas (1543 / 1715)
22 - Recolhimento do Paço do Conde (1696-≈1730)
23 – M. de S. Clara-a-Nova (1649-≈1765) Q. de Artilharia Nº 2 (1910)
24 - Igreja de Santa Justa (1710-1724)
25 - Casa da Livraria / Biblioteca Joanina (1717-1728)
26 - Jardim da Quinta de Santa Cruz (1723 a 1752)
27 - Capela de Santo Cristo do Arnado (1723-1729)
28 - Igreja de S. Salvador (séc. XII / ≈1743)
29 - Convento de Santa Teresa (1740-1744)
30 - Seminário Maior (1748-1765)
31 - Igreja de S. Pedro (≈1754-1798)
32 - Torre de S. Cruz (≈1131-1150 / ≈1375-1380 / 1758)
33 - Capela de N. Sª da Victória (séc. XIV / ≈1758)
34 - Igreja de S. Bartolomeu (1757-1777)
35 - C. Jesuíta / M. das Ciências Naturais (séc. XVI-XVII / 1772-1775)
36 - Laboratório Químico (séc. XVI-XVII / 1772-1775)
37 - Imprensa da U. C. (1773) Inst. de Coimbra (1945)
38 - Paço das Escolas (séc. XVI / 1696-1733 / 1772-1799)
39 - Real Colégio de S. Pedro (≈1700-1733) Universidade de Coimbra (≈1836)
40 - Observatório Astronómico do Castelo (1772-1777)
41 - Colégio de S. Paulo Eremita (≈1779) Universidade de Coimbra (≈1836)
42 - Observatório Astronómico do Paço (1791-1799)
43 - C. do Carmo (1541-1597) H. da Ordem Terceira (1837)
44 - Colégio das Artes (1568-1698) Hosp. da U. C. (1853)
45 - Col. S. Jerónimo (1565-1573) Hosp. da U. C. (1853)
46 - C. dos Militares (1615) Hospital dos Lázaros (1853)
47 - Polícia Civil / Polícia de Segurança Pública (1876)
48 - Fábrica de Gás de Iluminação (1856)
49 - Cemitério Municipal de Coimbra (1858-1872)
50 - Jardim Botânico (1772) Estufa (1859-1866)
51 – Col. da Graça (1542-1555) Q. da Graça (1867)
52 - Escola Primária Municipal (Alta) (1872-1873)
53 - Cadeia Penitenciária de Coimbra (1875-1889)
54 - Paços do Concelho (1875-1879)
55 - Estação Elevatória (1888-1889)
56 - Reservatório do Botânico (1888-1889)
57 - Teatro-Circo do Príncipe Real D. Luís Filipe (1891-1892)
58 - Matadouro Municipal (1895-1897)
59 - Bairro Operário (1897-1898)
60 - Manutenção Militar (1899)
61 - Escola Primária Central de Santa Cruz (1904-1910)
62 - Escola Primária de S. Bartolomeu (1904-1910)
63 - Quartel de Santana (1905-1912)
64 - Serviços Municipalizados (1909)
65 - Igreja de S. Tiago (Séc. XII / 1909-1935)
66 - Jardim Escola João de Deus (1909-1911)
67 - Banco de Portugal (1910-1912)
68 - Teatro D. Luiz (1860-1861) Cine-Teatro Sousa Bastos (1910-1914)
69 - Novo Paço Episcopal (≈1875) Maternidade Dr. Daniel de Matos (1912)
70 - Escola Industrial e Comercial Brotero (1917) Escola Secundária Jaime Cortesão (1974)
71 - Paço Episcopal (1684-1704) Museu Machado de Castro (1912-1970)
72 – Colégio de S. José dos Marianos (1606-1612) Hospital Militar (1918)
73 - Igreja de S. João das Donas (≈1530) Café S. Cruz (1921-1923)
74 - Estação Ferroviária de Coimbra (1925-1931)
75 - Palácio da Justiça de Coimbra (1885 / 1928-1940)
76 - Ninho dos Pequenitos (1930)
77 - Colégio de S. Caetano (≈1930)
78 - C. dos Terceiros (1696-≈1710) C. de Saúde (1931)
79 - C. de S. Bento (séc. XVI) Fac. de Ciências (1935)
80 - Edifício dos C.T.T. (1936-1939)
81 - Portugal dos Pequenitos (1938-1962)
82 - Colégio Rainha Santa Isabel (1939-1941)
83 - Faculdade de Letras (1912-1929) Biblioteca Geral (1942-1962)
84 - Colégio de S. Rita (1755-1785) Residência da U.C. (1943-1949)
85 - Faculdade de Letras (1945-1951)
86 - Bombeiros Voluntários de Coimbra (1945-1953)
87 - Edifício da C.G.D. (1947-1954)
88 - Faculdade de Medicina (1951-1956)
89 - Ponte de Santa Clara (1951-1954)
90 - Governo Civil de Coimbra (1952)
91 - Associação Académica de Coimbra (1954-1962)
92 - Maternidade Bissaya Barreto (1955-1963)
93 - Estádio Universitário de Coimbra (1955-1968)
94 – Inst. do Missionário Sagrado Coração (1959-1965)
95 - Casa Episcopal de Coimbra (1960-1961)
96 - Colégio de São Teotónio (1962-1963)
97 - C. de S. Agostinho (1593) Faculdade de Psicologia (1968-1985)
98 - Departamento de Matemática (1964-1969)
99 - Departamento de Física e Química (1966-1975)
100 - Liceu Nacional D. Duarte (1967-1969)
101 - Casa Municipal da Cultura (entre 1978 e 1984)
102 - Escola Básica Poeta Manuel da Silva Gaio (1980)
103 - Escola Básica Montes Claros (1980)
104 - Mercado Municipal D. Pedro V. (2000-2001)

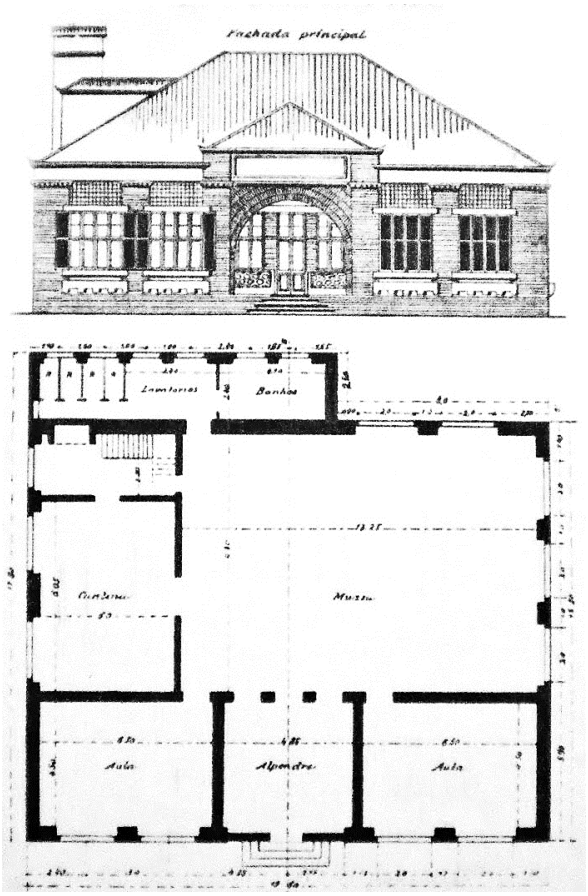


Figura 310 - Primeiro Jardim-escola João de Deus, Coimbra, 1911.

Coimbra, no início do século XX, era ainda uma cidade de reduzida dimensão. A cidade expandia-se desde 1886 para a zona Nascente através do Plano de Melhoramentos da Quinta de Santa Cruz, ao mesmo tempo que eram realizadas intervenções pontuais de melhoramento da Baixa. As intervenções realizadas no século XIX permitiram melhorar significativamente as condições de vida na cidade, no entanto, faltava-lhes uma visão de conjunto que encarasse a cidade como um todo. Em 1899 é nomeada uma comissão para estudo do Plano Geral de Melhoramentos[919] cujo trabalho vai incidir sobretudo na melhoria do ambiente urbano da parte baixa da cidade, na qual propõe a realização de uma série de rasgamentos no denso tecido urbano de origem medieval, assim como a abertura de algumas novas ruas, sobretudo na zona da Quinta de Santa Cruz, onde se destaca a proposta de criação do Boulevard até ao Mosteiro de Santa Cruz ou a abertura da Rua Cerca dos Jesuítas.

Neste sentido alguns dos primeiros edifícios a ser construídos no século XX vão pertencer quer à expansão urbana da Quinta de Santa Cruz quer aos melhoramentos realizados na baixa de Coimbra. Nestas zonas urbanas destaca a construção da Escola Primária Central da Freguesia de Santa Cruz na Avenida Sá da Bandeira entre 1904 e 1910 e a Escola Primária da Freguesia de São Bartolomeu sensivelmente no mesmo período, edifícios desenhados pela mão do arquitecto Adães Bermudes. O Convento de Santa Ana cedido para adaptação em quartel é a partir de 1905, e sobretudo de 1911, profundamente reformulado após a cedência de vários terrenos. Mantendo uma parte significativa da estrutura pré-existente do anterior convento, as obras realizadas produziram algumas alterações importantes como a fusão dos dois claustros num único espaço de parada, a descaracterização da igreja e a reformulação completa da fachada[920]. Junto ao antigo Convento de Santa Ana, o Novo Paço Episcopal tinha no final do século XIX sido doado à universidade com o objectivo de se construir um novo hospital nos respectivos terrenos. Tendo este projecto falhado, o município iniciou o processo de urbanização desta zona em 1907, no que viria a ser conhecido como o Bairro do Penedo da Saudade[921], tendo o edifício do novo paço sido em 1912 convertido na Maternidade Doutor Daniel de Matos. Entre 1909 e 1911 é também construído em frente aos terrenos do novo paço, segundo projecto do arquitecto Raul Lino, o edifício do Jardim Escola João de Deus, utilizado como modelo para outros edifícios semelhantes construídos pelo país.

[919] Ibid. pp. 299-302.
[920] Ibid. pp. 388-392.
[921] Ibid. pp. 306-309.

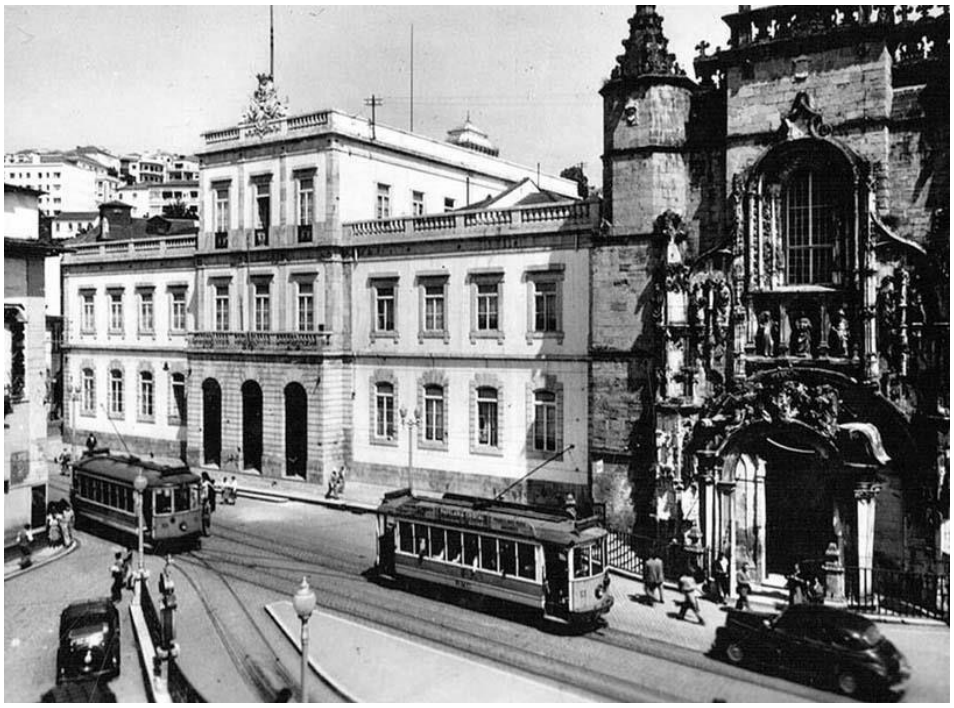


Figura 311 – Edifício dos Paços do Concelho de Coimbra nos anos 50/60.

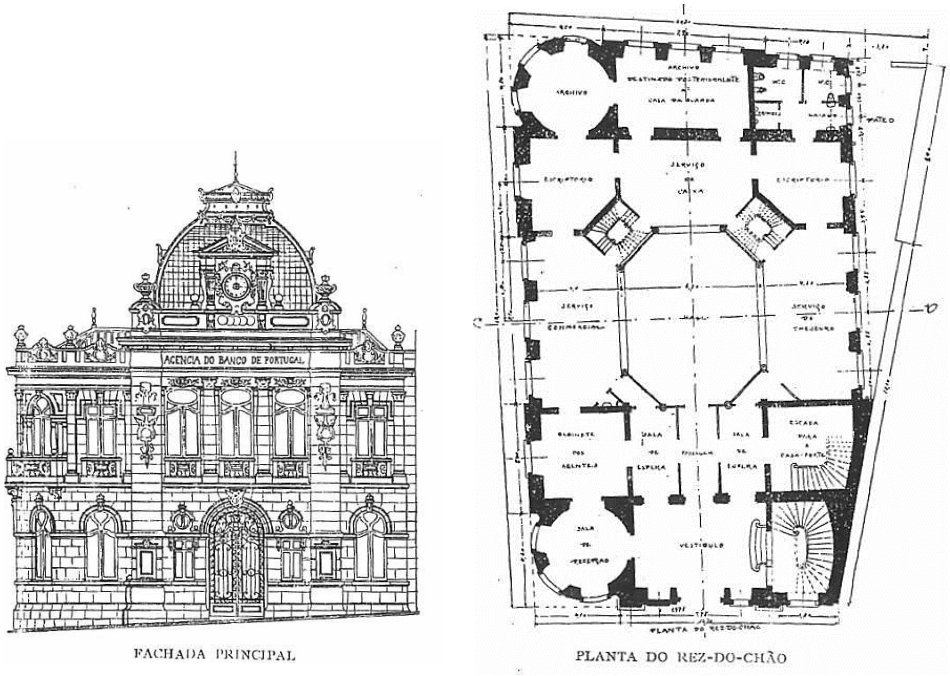


Figura 312 – Projecto do Bano de Portugal por Adães Bermudes.

A expansão da cidade dava-se assim entre o final do século XIX e início do século XX sobretudo para nascente, pelo Bairro da Cumeada ligando o Bairro do Penedo da Saudade ao Bairro da Quinta de Santa Cruz, que por esta altura se estendia gradualmente até Montarroio, Montes Claros e Conchada. Estes bairros eram progressivamente implantados segundo novos modelos urbanos desenhados a partir de modernos princípios higienistas que geraram um tecido dominado por amplas vias de circulação e edifícios isolados, garantindo insolação e ventilação adequadas. A expansão urbana para estas novas zonas era também auxiliada pela criação de um sistema de transportes públicos que, existindo já desde o final do século XIX, vai a partir de 1911 ser substancialmente melhorada com a inauguração das primeiras linhas de carros eléctricos[922]. Este serviço de transportes tinha a sua sede e oficinas no edifício construido em 1909 na Rua da Alegria para os Serviços Municipalizados, partilhado com a Fábrica de Gaz de Iluminação. Assiste-se assim a um rápido crescimento favorecido em parte pela iluminação elétrica, mas fundamentalmente pela ampliação da rede de transportes urbanos que no final da década de 1920 alcançava os novos bairros delineados pelo município, na Cumeada, em Montes Claros e no Penedo da Saudade[923].

Por oposição a esta nova cidade subsistia não só o núcleo antigo da cidade, mas sobretudo a zona da Baixa, que constituída por um tecido de origem medieval, denso, sinuoso e insalubre, era também frequentemente alagada pelo Mondego, mesmo após a construção dos diques, através do refluxo dos esgotos. A reforma desta zona da cidade, apesar de indicada como urgente desde 1835, tinha sido apenas pontualmente tentada dada a incapacidade financeira do município em expropriar zonas urbanas já consolidadas. Apesar da incapacidade do município de avançar com a reforma global do tecido urbano, os planos que iam sendo gizados ao longo dos anos e propondo o rasgamento de novas ruas eram pontualmente utilizados como referência para algumas intervenções, como no caso da construção do edifício do Banco de Portugal, cujo projecto também da autoria de Adães Bermudes, aprovado em 1907 e construído entre 1910 e 1912, respeitava o alinhamento para a ampliação e regularização da Rua da Sota, embora nunca totalmente materializado.

[922] Ibid. pp. 284-292.
[923] Ibid. p. 291.

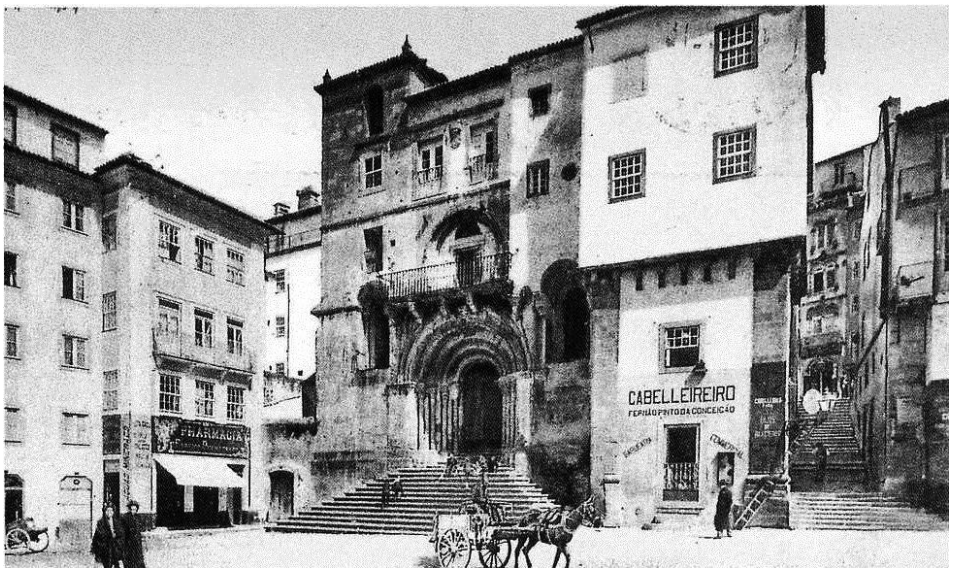


Figura 313 – A Igreja de S. Tiago antes das obras de restauro.

Figura 314 – Obras de restauro da Igreja de S. Tiago nos anos 40.

Na margem oposta, o antigo Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova, cedido em 1896 à Congregação de S. José de Cluny para ali montar um colégio missionário, após a extinção desta instituição em 1910, é transformado num quartel militar, instalando-se ali durante a primeira metade do século XX o Quartel de Artilharia Nº2[924]. No mesmo ano as más condições de funcionamento do Teatro D. Luiz, construído entre 1860 e 1861 sobre a antiga Igreja de S. Cristóvão bem como a concorrência do mais recente Teatro-Circo do Principe Real D. Luíz Filipe erguido entre 1891 e 1892, vão conduzir ao encerramento do primeiro. Este vai a partir de 1910 ser reformulado e modernizado, inaugurando-se em 1914 com o nome Cine-Teatro Sousa Bastos[925]

As vozes críticas que se insurgiram contra a destruição completa de alguns importantes monumentos no final do século XIX vão, no final do século XIX, conduzir ao surgimento de uma consciência colectiva do valor patrimonial dos edifícios monumentais, resultando na primeira definição de uma lista dos principais monumentos da cidade a proteger[926]. Esta consciência vai, em 1909, resultar numa primeira tentativa de restauro da igreja românica de S. Tiago, profundamente alterada pelos sucessivos acrescentos e obras realizadas pela Misericórdia de Coimbra. As obras, influenciadas pelos princípios de restauro de Viollet-le-Duc, desmontaram todos os elementos considerados espúreos face ao original edifício românico, agindo em busca de um ideal edificado que porventura nunca existiu, seguindo critérios mono-estilísticos, como ainda era voga. A ambiciosa intervenção vai, porém, ficar sem verbas para a reconstrução da igreja deixando o edifício mutilado, num aparente estado de ruína por mais de vinte anos[927]. A consciência patrimonial entretanto adquirida contribuiu para a criação do Museu Machado de Castro no edifício do antigo Paço Episcopal, com o objectivo de proteger e acolher as inúmeras obras de arte, sobretudo pinturas e esculturas, que com a extinção das ordens religiosas tinham ficado órfãs. O paço, ocupado após a resignação do bispo D. Manuel de Bastos Pina em 1911, é a partir de 1912 transformado em Museu através de um conjunto de obras de adaptação, que em 1914 incorporou também a Igreja de S. João de Almedina[928].

---

924 Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. pp. 75-85.
925 Ferreira, R. F. A. (2011). *Sousa Bastos : recuperação e reconversão do antigo teatro*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 10-15.
926 Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 402-409.
927 Anjinho, I. d. M. (2006). *Da legitimidade da correção do restauro efetuado na Igreja de S. Tiago em Coimbra*. Seminário apresentado no Mestrado de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 8.
928 Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. pp. 75-82.

Figura 315 – Fachada da Faculdade de Letras projetada pelo Arquiteto Silva Pinto.

Figura 316 – Sala de Leitura da Faculdade de Letras.)

Na Sé Velha inicia-se entre 1912 e 1918 uma segunda intervenção de restauro. Vai seguir os mesmos princípios de busca da pureza original do edifico românico já experimentados no restauro de S. Tiago. São assim destruídas um conjunto de estruturas consideradas posteriores ao original projecto do edifício românico, nomeadamente a destruição da sacristia de D. Afonso Castelo Branco (1585 - 1615) para desobstruir a cabeceira românica e o campanário na fachada poente em 1933. Após a extinção em 1934 da Imprensa da Universidade, um conjunto de estruturas que ocupavam o piso superior do claustro são igualmente demolidas[929]. Anote-se, porém, que o restauro conduzido por António Augusto Gonçalves (1848-1932) se veio a revelar como um dos mais equilibrados e científica e arqueologicamente apoiados de todos quantos se fizeram nas sés portuguesas, aliás com resultados de grande nível, comparáveis apenas ao que de melhor se fazia então, por exemplo, em França [930]. A partir de 1929, após vários pedidos de apoio ao governo por parte do município, são também reatadas as obras de restauro da Igreja de S. Tiago, sob a coordenação de uma equipa de técnicos da DGEMN, com os trabalhos terminados em 1935[931]. A intervenção realizada procurou recuperar o edifício que então se encontrava semiarruinado após a destruição dos elementos considerados como acrescentos não originais, restituindo ao templo a sua hipotética feição arquitectónica original românica.

Entre 1912 e 1929, era construído na Almedina o edifício da nova Faculdade de Letras. O projecto, do arquitecto Silva Pinto, foi desenhado utilizando as fundações e parte da estrutura construída no final do século XIX para o Teatro Académico. A utilização de elementos pré-existentes pertencentes ao teatro resultou na construção de um edifício singular, cuja organização interior denunciava claramente o seu passado. Esta característica era particularmente evidente na grande sala de leitura central cuja forma correspondia ao espaço reservado à caixa do palco, plateia, camarotes e galerias no projecto do teatro.

[929] Craveiro, M. d. L. (2011b). *A sé velha de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro. p. 56.
[930] - Rosas, L. (2007). O restauro da Sé Velha de Coimbra. : António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho. In *Actas do Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, 7, Viana Castelo, Barcelos , 20 a 23 de Junho de 2005* (pp. 257-263).
[931] Anjinho, I. d. M. (2006). *Da legitimidade da correção do restauro efetuado na Igreja de S. Tiago em Coimbra*. Seminário apresentado no Mestrado de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 8-9.

A Escola Industrial Avelar Brotero estava desde o final do século XIX situada nos edifícios existentes em torno do Jardim da Manga. As instalações da escola vão ser destruídas em 1917 por um incêndio, forçando a escola a ser localizada temporariamente na antiga casa de verão do Prior, na Quinta de Santa Cruz, utilizada pelo município como Casa das Obras Públicas. Dada exiguidade do espaço, em 1926 é decidida novamente a troca de instalações entre a Escola Industrial Avelar Brotero e o Hospício da Maternidade situado no antigo dormitório de Santa Cruz, permitindo uma área maior e um acesso próximo às antigas oficinas da escola ainda no claustro.

Figura 317 – Palácio da Justiça, antigo Colégio de S. Tomás.

No exterior da cidade o Colégio de S. José dos Marianos, inicialmente cedido ao Real Colégio Ursulino das Chagas, era em 1918 ocupado pelo Hospital Militar, que na sequência da reorganização do Exército de 1926, passou a ser denominado Hospital Militar Regional nº 2. Entre 1921 e 1923 decorrem importantes obras de adaptação da Igreja de S. João das Donas para a sua transformação em café apesar da forte contestação à obra[932]. A estrutura do antigo edifício, da qual se destaca a abobada nervurada da nave, seria em grande parte mantida, reformulando-se a fachada segundo um desenho neomanuelino.

Em 1924 é elaborado o "Projeto para os novos arruamentos da cidade baixa", por Abel Dias Urbano, propondo a demolição de todo o tecido urbano da Baixa e a sua substituição por um novo traçado urbano. Esta proposta era desenhada a partir de um conjunto de vias que irradiavam de uma ampliada Praça 8 de Maio, através de três ruas principais que ligavam a antiga Rua Direita, o antigo Porto dos Oleiros e a Estação Ferroviária de Coimbra ao edifício da Câmara Municipal e Igreja de Santa Cruz. Deste plano seriam concretizadas apenas as Rua João de Ruão e partes da Rua dos Oleiros, da Rua do Carmo e da Av. Fernão de Magalhães[933]. Entre 1925 e 1931 era ainda construída, seguindo os alinhamentos propostos pelo plano, a Estação Ferroviária de Coimbra segundo o traço do arquitecto Cotinelli Telmo. A aplicação deste plano seria, contudo, limitada a algumas construções pontuais sobretudo nas áreas não consolidadas para Norte e Poente, tendo a sua aplicação sido abandonada pouco tempo depois dadas as dificuldades em realizar operações de expropriação em massa no tecido da Baixa.

Também neste período, o antigo Colégio de S. Tomás, transformado em palacete pelos Condes do Ameal, é adquirido pelo Ministério da Justiça com o objectivo de instalar o Palácio da Justiça e o Tribunal da Relação de Coimbra. As obras decorreram aproximadamente entre 1928 e 1940, preservando-se do antigo colégio, já substancialmente alterado, e mantendo-se apenas o claustro e o portal, este posteriormente trasladado para o Museu Machado de Castro. Em frente, o antigo Colégio de S. Pedro dos Terceiros, propriedade do Azilo da Mendicidade desde 1877, sofre também a partir de 1931 um conjunto de transformações com vista à instalação de uma unidade hospitalar e de apoio social, constituindo-se a partir dessa data a Casa da Saúde de Coimbra[934].

---

[932] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 416.
[933] Ibid. pp. 239-331.
[934] http://www.monumentos.gov.pt/

Figura 318 – Desmonte da Igreja de S. Bento.

Figura 319 – Detalhe da Alta da "Planta Topográfica da Cidade de Coimbra".

Mas vão ainda surgir vários episódios pontuais de destruição de edifícios relevantes. Destaca-se, neste contexto, a demolição da Igreja de S. Bento, exigida pelo Liceu Central de Coimbra, instalado desde 1870 no Colégio de S. Bento. As deficientes condições de funcionamento do Liceu Central de Coimbra, Liceu José Falcão a partir de 1914, seriam agravadas a partir de 1928 com a fundação do Liceu Dr. Júlio Henriques que partilhava as mesmas instalações. Em 1930, o engenheiro Duarte Pacheco, então Ministro da Instrução Pública, lança um concurso para a construção dos liceus nacionais de Beja, Lamego e Coimbra, construindo-se o novo edifício entre 1931 e 1936. Apesar disso, a demolição da Igreja de S. Bento iniciou-se em 1932[935], debaixo de fortes críticas, tendo-se procedido, como contrapartida, ao desmonte cuidadoso da abóbada da capela-mor para a sua reconstrução futura, algo que nunca viria a acontecer. No Colégio de S. Bento permaneceria o Liceu Feminino de Coimbra entre 1937 e 1948, data em que se procedeu à construção de um edifício próprio. O Colégio de São Bento viria eventualmente a passar para a posse da universidade acolhendo os departamentos de Antropologia da Faculdade de Ciências e o Instituto Botânico.

Também nos anos 30 o Colégio de São Caetano, fundado em 1804 para acolher e criar órfãos como parte da Misericórdia de Coimbra, vai reconstruir as antigas casas na Rua dos Coutinhos que utilizava como sede.

Com o objectivo de servir de suporte à realização do "Plano de Urbanização de Coimbra" como novo plano urbano, é entre 1932 e 1934 realizado um levantamento detalhado da cidade, realizado pelo Engenheiro e Geógrafo José Baptista Lopes a partir de fotografias aéreas. Este documento afigura-se como uma das mais importantes peças cartográficas da cidade, apresentando-a em detalhe antes das profundas transformações urbanas de meados do século XX. O Plano de Urbanização de Coimbra previa a demolição do Mercado Municipal na Baixa, para prolongar a Avenida Sá da Bandeira até aos Correios e à Praça 8 de Maio, rasgando-se depois uma avenida para unir esta praça à Avenida Fernão de Magalhães e até à zona do gasómetro. Para a zona nascente da cidade era previsto o alargamento da Avenida Dr. Dias da Silva e da Rua Bernardo de Albuquerque no Bairro da Cumeada. Previa-se a implantação de uma nova ponte sobre o rio, a implantação de um o bairro industrial e a localização do estádio Municipal[936].

[935] Castro, F. D. P. (2012). *Igreja de São Bento de Coimbra. Análise e reconstituição.* Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. pp. 41-47.
[936] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 334-335.

Figura 320 – Imagem da derrocada da Torre de Santa Cruz.

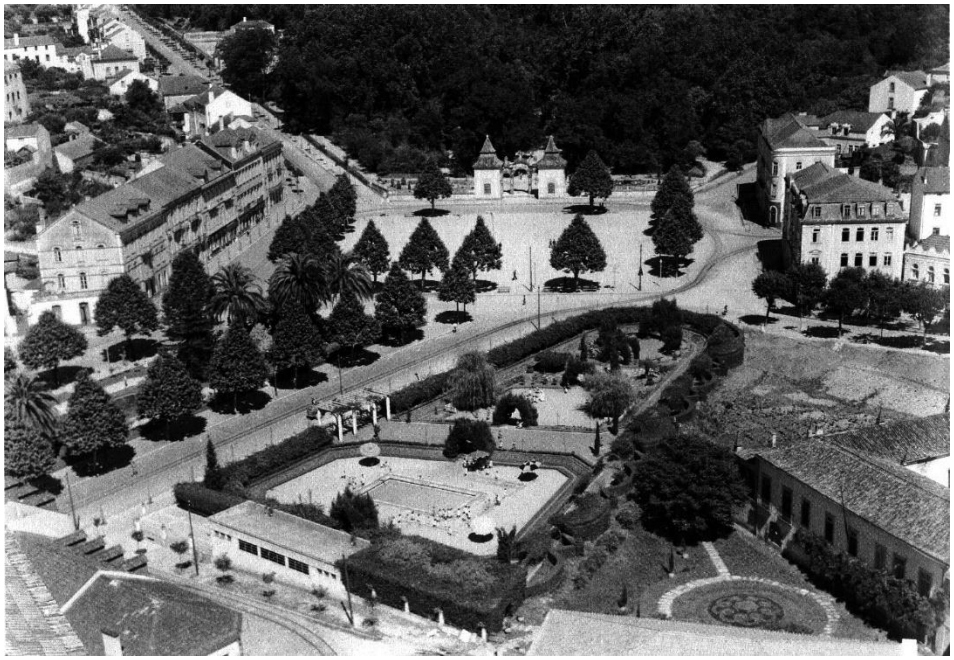


Figura 321 – Vista aérea do Ninho dos Pequenitos por volta de 1935.

Em 1935 o estado de ruína eminente da Torre de Santa Cruz, talvez resultado da dimensão excessiva da torre-campanário construída em 1758, levou as autoridades a provocar o seu colapso. Apesar da estrutura estar classificada como monumento nacional[937], o município procedeu rapidamente à sua destruição tirando partido deste evento para alargar a Rua Olímpio Nicolau Fernandes e iniciar a requalificação do espaço envolvente ao Claustro da Manga, que seria rematado no lado Nascente pela construção entre 1936 e 1939 do Edifício dos CTT[938].

Em 1930 face às degradantes condições em que viviam as crianças do Hospício da Maternidade no edifício da Quinta de Santa Cruz, o médico e político Bissaya Barreto, vai promover a realização de importantes obras fundando um espaço de proteção às grávidas e na defesa das crianças, acrescentado de uma maternidade e um parque infantil com o nome Ninho dos Pequenitos[939]. A partir desta experiência, Bissaya Barreto vai, em 1938, promover a construção do parque infantil Portugal dos Pequenitos no sítio do antigo Rossio de Santa Clara segundo projecto do arquitecto Cassiano Branco. Este parque seria inicialmente projectado como um jardim de recreio semelhante ao Ninho dos Pequenitos, mas elaborado como jardim de infância "Casa da Criança Rainha Santa Isabel". Porém, mais do que uma obra de assistência social, o conjunto evoluiu para uma motivação pedagógica e de propaganda, segundo a mitologia veiculada pelo Estado Novo. O conjunto teve uma execução muito prolongada no tempo, sendo construída a primeira zona, constituída por um conjunto à escala de casas típicas das diversas regiões de Portugal, entre 1938 e 1940; já entre 1940 e 1950 foram construídom no extremo norte do terreno os Pavilhões das Colónias e, finalmente, entre 1950 e até 1962, construiu-se a Secção Monumental[940].

Já no final dos anos 30 o Colégio Rainha Santa Isabel, que existia na cidade deste o início do século como instituição de instrução primária na Rua José Falcão, inicia em 1939 a construção de um novo edifício perto do Seminário Maior, concluindo-se as obras em 1941[941].

---

[937] Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 47.
[938] Martins, J. d. M. (2016). *Memória e nostalgia : uma proposta urbana entre a Sofia e a Avenida*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 25.
[939] Franco, C. C. (2014). *A Arquitetura da maternidade: reutilização do Complexo da Quinta da Rainha em Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 89-97.
[940] Silva, R. J. (2016). Portugal dos Pequenitos: a cristalização de um império ou uma brincadeira de crianças? *MIDAS, Museus e estudos interdisciplinares*, 6.
[941] Website do Colégio Rainha Santa Isabel consultado em 15/06/2021. (https://www.crsi.pt)

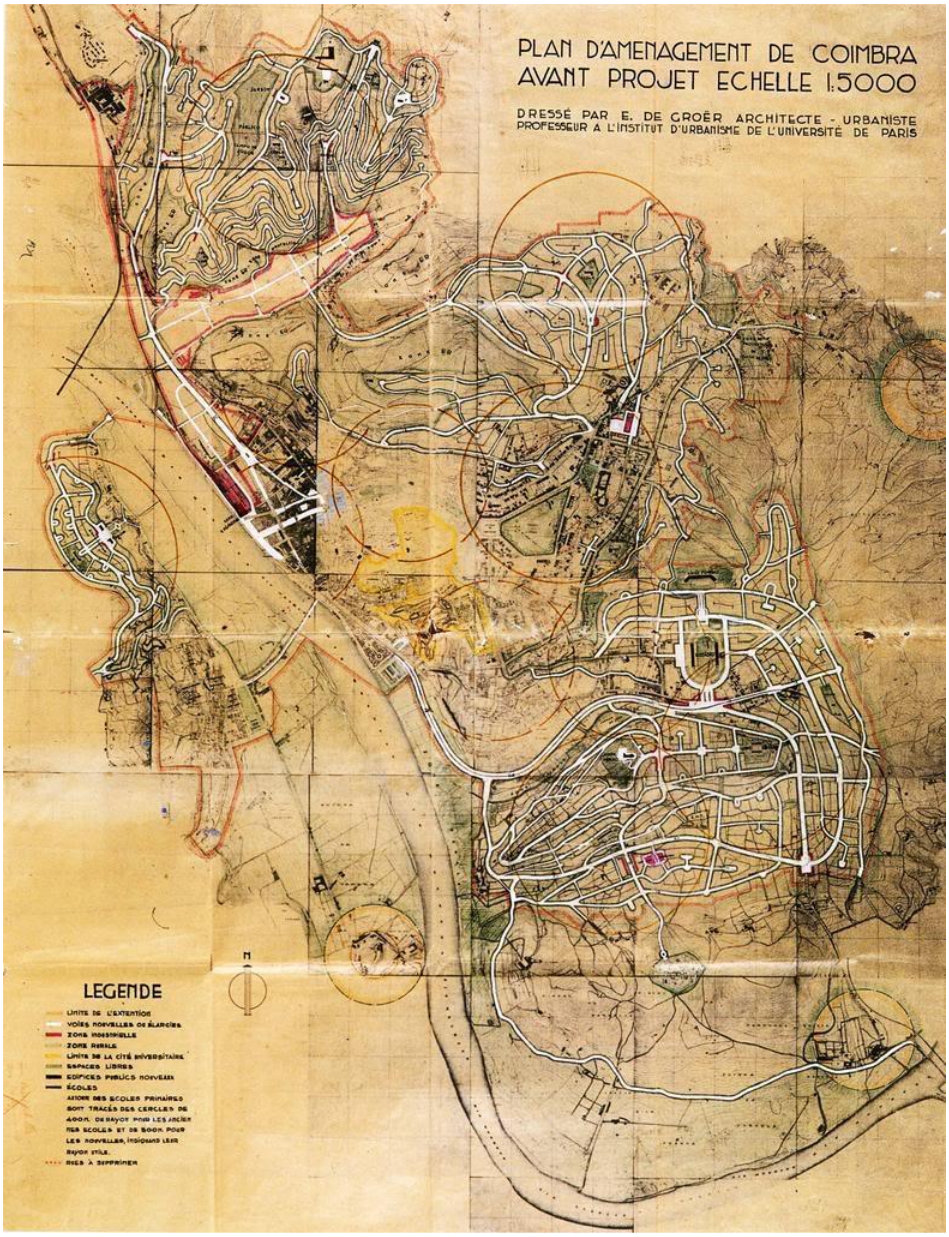


Figura 322 – Planta do "Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra" realizado em1940 por Étienne de Gröer

Nos anos 30, Duarte Pacheco vai promover e acompanhar a realização de dois planos fundamentais no subsequente desenvolvimento urbano da cidade: O plano de renovação e expansão da Cidade Universitária e o plano de urbanização para Coimbra. A realização de um conjunto de melhoramentos nas instalações da Universidade de Coimbra era ambicionada há vários anos pelo município; porém, apenas com a construção novo *campus* universitário de Lisboa em 1934 este plano vai ganhar novo folego. Os primeiros relatórios, realizados por uma comissão de professores em conjunto com os arquitectos Raul Lino e Luís Benavente, baseado numa requalificação das estruturas existentes, são considerados inadequados pelo ministro Duarte Pacheco motivando o convite ao arquitecto José Ângelo Cottinelli Telmo para a elaboração de uma proposta, dada a sua bem-sucedida participação na organização e planeamento da Exposição do Mundo Português[942]. Paralelamente, o ministro Duarte Pacheco convida o arquiteto urbanista Etiénne De Gröer em 1939 para a elaboração de um novo Plano de Urbanização para Coimbra que seria apresentado no ano seguinte como "Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra", sendo aprovado em 1945[943].

Entre 1941 e 1943 é finalmente elaborado o "Plano de Conjunto da Cidade Universitária". O plano previa inicialmente a manutenção de várias estruturas pré-existentes, espaços públicos como a Rua Larga, e edifícios como os colégios de S. Boaventura e S. João Evangelista. No entanto, ao longo do seu desenvolvimento, vai ser gradualmente adoptada uma postura cada vez mais autónoma, até finalmente se optar pela total substituição do tecido urbano da Alta de Coimbra. Segundo Cottinelli Telmo, a "cidade universitária" de Coimbra deveria representar, na sua austeridade conservadora e imposição autoritária, aquilo que a Universidade ela própria representava simbolicamente enquanto instituição, constituindo-se como um espaço claramente diferenciado, uma cidade dentro da cidade[944]. Constituía-se assim um dos mais expressivos - e contestáveis - exemplares da linguagem arquitetónica mais radical do Estado Novo, tendo em conta os precedentes inspiradores, que não andavam longe de um discurso de racionalismo frio neoclassizante então em voga, designadamente, no - hoje em dia - chamado "modernismo enraizado" de matriz alemã sob parcial influência da exposição *Moderna Arquitectura Alemã*, de 1941, inaugurada em Lisboa por Albert Speer.

---

[942] Pinto, T. A. B. d. C. (2017). *Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa. pp. 79-80.
[943] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 345-346.
[944] Pinto, T. A. B. d. C. (2017). *Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa. P. 124.

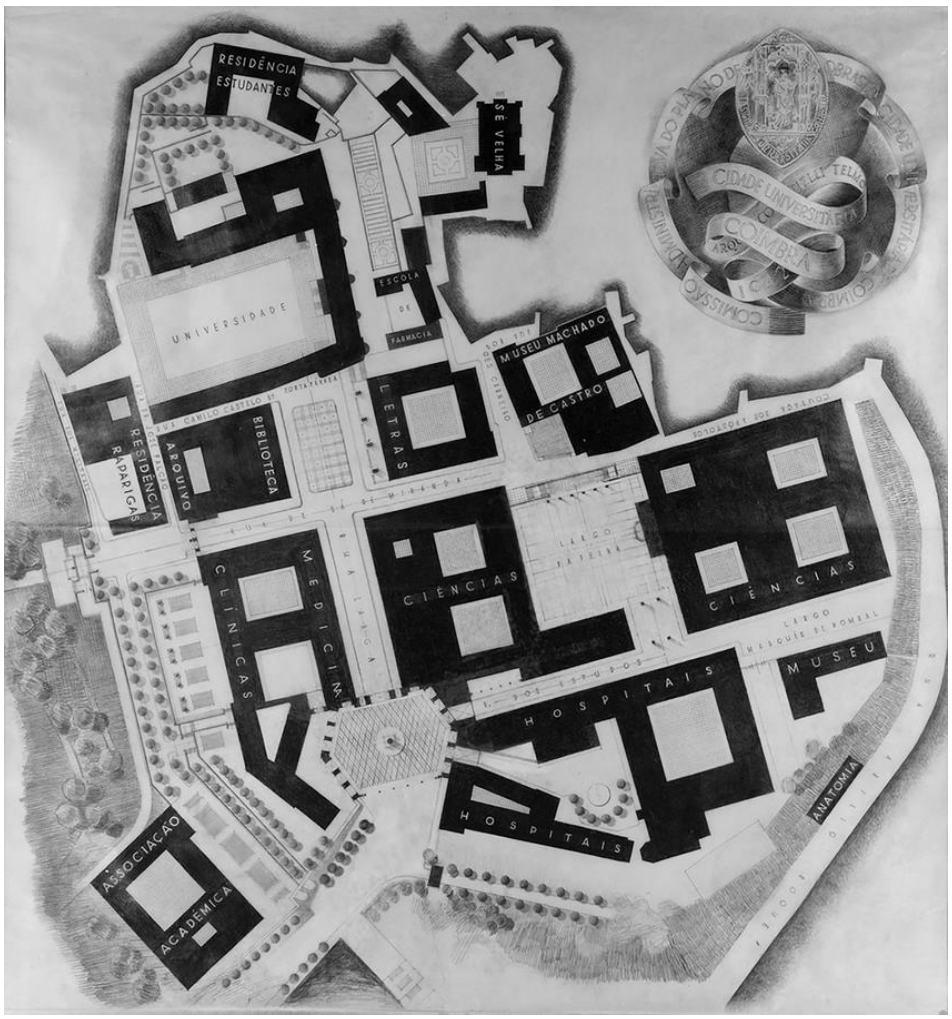


Figura 323 - Cottinelli Telmo, Plano da Cidade Universitária de Coimbra (2ª versão preliminar) de 1942.

Figura 324 - Demolições durante a construção da Cidade Universitária de Coimbra em 1943/1944.

A aplicação do "Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra" elaborado por De Gröer vai ser comprometida pela morte prematura de Duarte Pacheco. Privado do seu principal promotor, e face às limitadas capacidades do município para implementar o ambicioso desenho proposto, acabou por se tornar uma importante influência para um conjunto de outros planos que foram desenvolvidos posteriormente[945]. Por então, o falecimento de Cottineli Telmo em 1948, vai também afectar a aplicação do plano para a universidade, sendo nomeado para a sua prossecução o arquitecto Cristino da Silva. Este mantem uma quase total continuidade com as ideias já desenvolvidas por Cottineli Telmo – sendo ele próprio um entusiasta das propostas germânicas - , apresentando uma primeira versão corrigida do plano em 1951[946].

O plano da Cidade Universitária, concebido por Cottineli Telmo ao longo dos anos 40, impunha um desenho urbano novo estruturado em torno da reinterpretação da pré-existente Rua Larga que é adoptada como principal eixo perspético, definido por duas praças situadas nos seus extremos, a Praça da Porta Férrea e a Praça D. Dinis, e ladeado por edifícios de escala monumental e expressão austera, em profundo contraste com o tecido urbano antigo. A execução do plano foi iniciada junto ao Paço das Escolas com a construção dos edifícios da Biblioteca Geral entre 1942 e 1962, (adaptando o edifício da Faculdade de Letras), e da nova Faculdade de Letras, construída entre 1945 e 1951. Simultaneamente prosseguia a demolição de todo o tecido envolvente à Rua Larga, sacrificando vários edifícios notáveis como: A Igreja de S. Pedro e os colégios de S. Boaventura, ocupado pelo Instituto de Antropologia; Os Lóios ocupado pelo Governo Civil; e S. Paulo Eremita, ocupado pela Associação Académica e pelo Instituto de Coimbra, este último relocalizado em 1945 no edifício da antiga Imprensa da Universidade. A aplicação do plano levou também a um rebaixamento substancial da topografia que, em determinados locais, atingiu os 5 metros de desaterro. Paralelamente às intervenções ocorridas na Alta, entre 1943 e 1949 era adquirido e reformulado pela universidade o antigo Colégio de Santa Rita, utilizando-se a partir deste momento como equipamento complementar da universidade[947].

[945] Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 345-350.
[946] Pinto, T. A. B. d. C. (2017). *Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa. pp. 103-105.
[947] (http://www.monumentos.gov.pt) Website do SIPA consultado em 15/06/2021.

Figura 325 – Construção da nova ponte sobre o rio Mondego.

Figura 326 – Rua Larga na actualidade.

Paralelamente às profundas transformações realizadas na Alta, na Baixa da cidade é cedido aos Bombeiros Voluntários de Coimbra em 1945 um terreno na Avenida Fernão de Magalhães, com início de obra em 1949 e conclusão em 1953[948]. Em 1947 são também iniciadas, no gaveto entre a Rua da Sofia e a Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes as obras de construção do novo edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, concluídas em 1954[949]. É construída entre 1951 e 1945 uma nova ponte sobre o rio Mondego, a Ponte de Santa Clara, seguindo paralelamente à anterior ponte de ferro.

Na segunda fase do plano da Cidade Universitária de Coimbra sob coordenação de Cristino da Silva são construídos os edifícios da Faculdade de Medicina entre 1951 e 1956, e da Associação Académica de Coimbra entre 1954 e 1962. A construção da Faculdade de Medicina sobre o antigo Colégio de S. João Evangelista ou dos Lóios vai forçar o Governo Civil de Coimbra a procurar nova localização, indo em 1952 ocupar o antigo Colégio de S. António da Estrela. O edifício teria, entre 1923 e 1925, sido adaptado, primeiro a hotel e, depois, a habitação, segundo projectos de Raul Lino, sofrendo importantes obras de adaptação pela DGEMN novamente em 1962[950]. A localização do edifício da Associação Académica terá sido um dos últimos elementos a ser definido no plano. O local da sua implantação diferiu nas várias versões do plano apresentadas até finalmente se optar pelo espaço ocupado pelos edifícios de Bissaya Barreto junto à Praça da Républica, o Ninho dos Pequenitos e a Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança. Provavelmente, por não ter sido previsto nos planos iniciais de Cottineli Telmo, e por se localizar relativamente afastado do conjunto principal, foi possível adoptar para a Associação Académica, o projecto de Alberto Pessoa e Abel Manta, numa linguagem autónoma, claramente mais vanguardista, e assumidamente distinta da austera monumentalidade do restante conjunto, assumindo já um internacionalismo modernista de vigor plástico acentuado. A construção da sede da Associação Académica vai ser possível através de uma permuta de terrenos com Bissaya Barreto permitindo a construção de uma moderna maternidade em 1955, o Instituto Maternal (a futura Maternidade Bissaya Barreto), inaugurada em 1963[951] também em terrenos da antiga Quinta de Santa Cruz.

[948] (http://ahbvcoimbra.pt/pt/pages/historia) Website da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Coimbra consultado em 15/08/2021
[949] Brites, J. (2014). *Arquitectura da CGDCP. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Prosafeita. Pp. 120-133
[950] (http://www.monumentos.gov.pt) Website do SIPA consultado em 20/08/2021
[951] Franco, C. C. (2014). *A Arquitetura da maternidade: reutilização do Complexo da Quinta da Rainha em Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra. pp. 87-99.

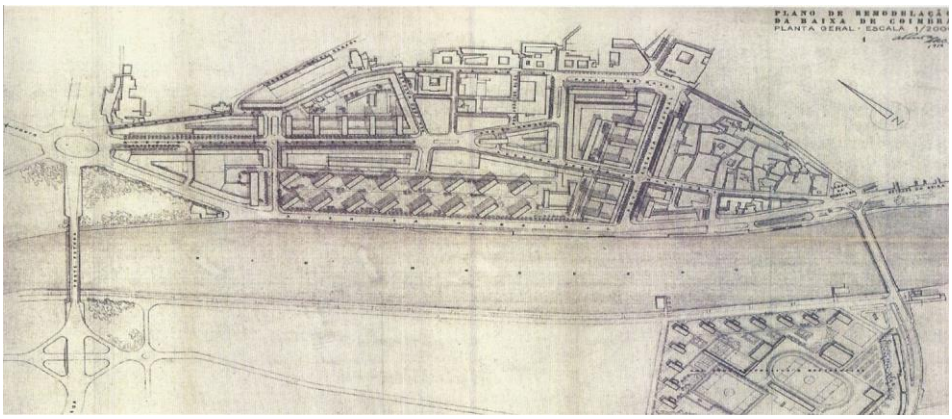


Figura 327 - Alberto Pessoa, Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra - Planta do existente com sobreposição do estudo, realizada em 1956.

Figura 328 - Eduardo Varela Pécurto, Vista aerea da Avenida Fernão de Magalhães e envolvente na década de 50.

Em paralelo à construção da sede da Associação Académica, é iniciado o projecto de construção das Instalações Académicas e Desportivas, atribuído também aos arquitectos Alberto Pessoa e Abel Manta. Dada a impossibilidade de edificar este conjunto num espaço vizinho ao da Associação Académica opta-se, em alternativa, por escolher a margem do Mondego, procurando valorizar assim o enquadramento paisagístico da zona e a consolidação da margem esquerda da cidade[952]. Aprovada em 1955, a obra principal, com preparação e alteamento dos terrenos e a consequente construção do Estádio Universitário de Coimbra, decorre durante os anos de 1957 e 1963. Numa segunda fase, entre 1963 e 1968, é construído o Pavilhão Gimnodesportivo, assim como campos de futebol e de ténis[953].

Alberto José Pessoa, para além do trabalho desenvolvido para a "Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra" vai ainda ser chamado a realizar vários planos urbanos pelo município entre os quais se destaca o "Plano de Remodelação da Baixa de Coimbra" apresentado em 1956 e revisto em 1958. Este plano surge na continuidade dos planos anteriores tais como os já referidos planos de Abel Dias Urbano e Étienne de Gröer que sugere a elaboração de um plano de pormenor para a zona da Baixa, entregue a Alberto José Pessoa. Apresentado por Pessoa, segue as principais directrizes definidas no Ante-projecto de Urbanização de De Gröer, tais como a criação da "Avenida Central", ligando a Praça 8 de Maio e a zona do Mosteiro de Santa Cruz com a margem do Mondego, , ou ainda o rasgamento da Avenida Fernão de Magalhães e a constituição de uma grande zona de expansão da cidade para Norte da Baixa. Apesar da aprovação e dos elogios por parte do município ao plano de Alberto Pessoa, apenas se concretizaram algumas partes do desenho da Avenida Fernão de Magalhães. No espaço da Avenida Central o plano dá continuidade à proposta de Étienne De Gröer apesar das dúvidas expressas por Alberto José Pessoa que considera que a "*Igreja de Santa Cruz resultaria amesquinhada ao topo de uma avenida com cerca de 400 metros de comprido*"[954]. Mesmo assim, durante os anos 60 é iniciada a demolição de parte do edificado junto ao Largo das Olarias e da Rua da Moeda. Nos últimos anos da década de 50 é ainda iniciada a obra do Instituto do Missionário Sagrado Coração em Montes Claros. A capela do edifício foi já construída durante o Concílio Vaticano II entre 1962 e 1965.

[952] Martins, A. C. V. (2018). *Alberto José Pessoa Obras de Arquitetura em Coimbra, 1942/1965*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra. p. 89.
[953] Ibid. pp. 91-93.
[954] Ibid. p. 107.

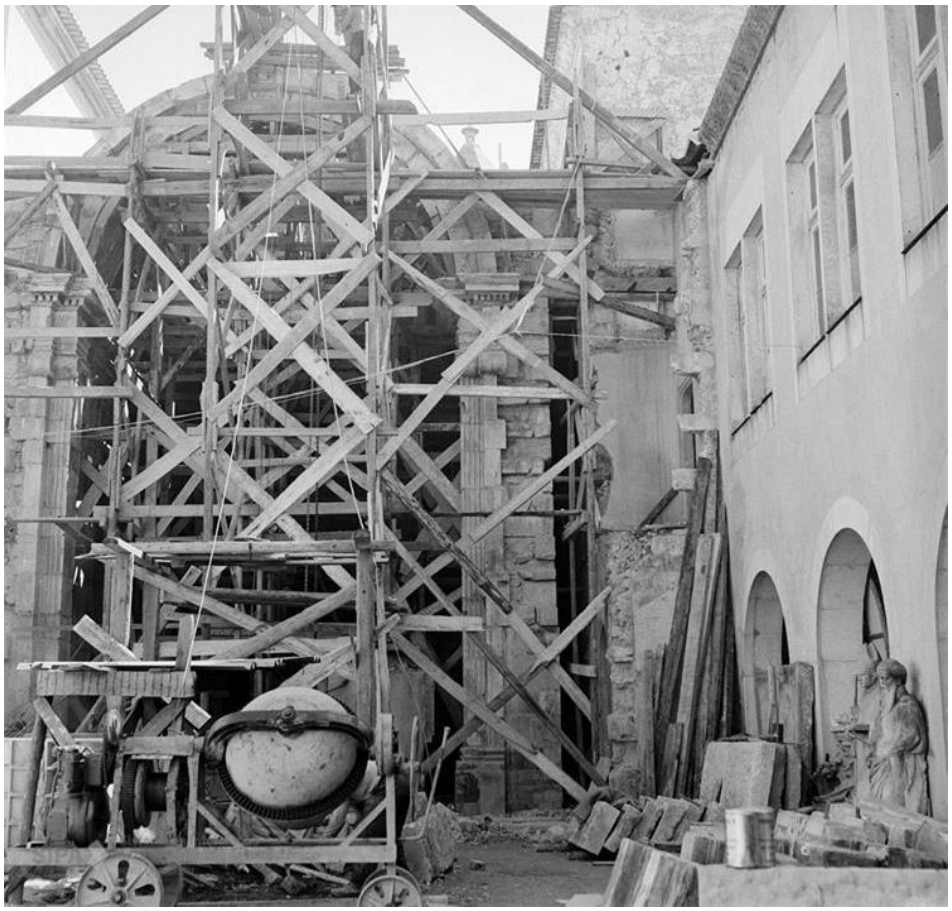


Figura 329 – Obras de reconstrução da capela no Museu Nacional Machado de Castro.

Na Rua da Sofia, a Capela do Tesoureiro, em risco de colapso desde a abertura da Rua João de Ruão em 1940, vai em 1961 ser desmantelada pela DGEMN, reconstruindo-se em 1966 no interior do Museu Machado de Castro[955]. A transferência e reconstrução da Capela do Tesoureiro vai coincidir com um período de nova reforma do edifício iniciado em 1952 e terminada em 1970 com o objectivo de modernizar as instalações do museu[956]. Em 1961 é finalmente inaugurada, pelo bispo D. Ernesto Sena de Oliveira (1948-1967), uma nova residência oficial com o nome de Casa Episcopal, situada a Sul do Seminário Maior, e perto do Colégio da Santa Isabel[957]. Com o objectivo de fornecer uma educação sob a orientação da Igreja, o bispo vai também ordenar a construção do Colégio de São Teotónio. O edifício, vai ser construído entre 1962 e 1963[958], numa zona caracterizada pela implantação de importantes equipamentos religiosos, como o Seminário Maior, o Colégio de Santa Isabel e a Casa Episcopal.

Na cidade universitária de Coimbra na década de 60 são construídos os edifícios do Departamento de Matemática entre 1964 e 1969, e do Departamento de Física e Química entre 1966 e 1975[959]. Em 1964 é também constituído pelo Ministério da Educação Nacional o Liceu Nacional D. Duarte, construído entre 1967 e 1969 na margem do Mondego a Sul de Santa Clara a Velha. A inauguração deste liceu a 17 de abril de 1969 vai coincidir com a inauguração do Departamento de Matemática pelo presidente Américo Thomaz, directamente contestado pelos estudantes de Coimbra no que viria a ser o início da Crise Académica de 1969. Do ambicioso plano da cidade universitária de Coimbra ficou por construir o novo Hospital Universitário, o qual, face à dificuldade de demolir o Colégio de S. Jerónimo e Colégio das Artes, e dada a exiguidade do espaço disponível, nunca seria construído. A construção dos departamentos de Matemática e de Física e Química vai, no entanto, levar à destruição do antigo Colégio dos Militares e do inacabado Observatório do Castelo e, e com este desapareceu o último dos vestígios do embasamento da antiga torre de menagem do castelo.

[955] Murtinho, J. C. d. C. V. (2015). Chronicle of a death foretold. Or when a National Monument fails its status. *JOELHO No.6: The Built Heritage Debate*, 178-186.
[956] Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património. p. 92.
[957] (https://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/bispos/) Website consultado em 06/09/2021
[958] (https://www.steotonio.pt) Website consultado em 06/09/2021
[959] Pinto, T. A. B. d. C. (2017). *Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.

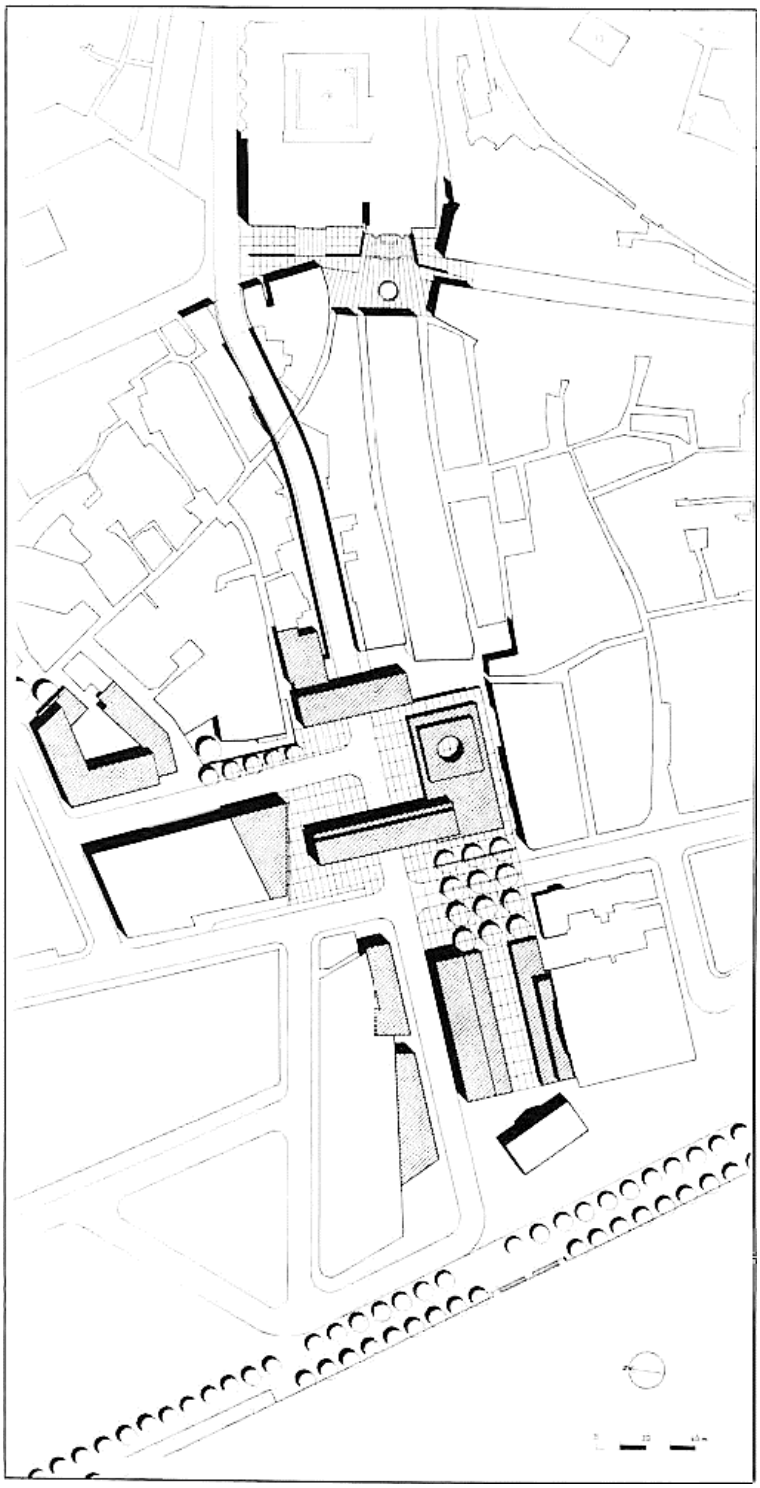


Figura 330 – Eixo Bota Abaixo/Rio no Estudo Urbanístico de Fernando Távora realizando em 1992.

Em 1967 um violento incêndio destrói grande parte do edifício do Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência ocupado pela Misericórdia de Coimbra. Em 1968 começam as obras de restauro, suspensas pouco tempo depois. A Universidade de Coimbra vai, a partir desde momento, procurar adquirir o edifício para a instalação da Faculdade de Psicologia, concluindo-se o processo apos a finalização das obras de restauro em 1985[960]. Perto do Colégio de Santo Agostinho ou da Sapiência é, em 1974, adquirida pelo Estado a Casa da Torre, alvo a partir desse momento de várias obras de requalificação. Em 1987 o edifício seria cedido à universidade, instalando-se nele o Instituto de Arqueologia.

Nos anos 70 são realizados vários planos que, dando continuidade à proposta da Avenida Central de Étienne de Gröer e Alberto José Pessoa, vão procurar resolver o problema colocado pelas demolições já concretizadas, desviando o traçado da Avenida Central para estabelecer uma ligação com a Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes. Esta alteração ao traçado da Avenida Central surge inicialmente no "Plano de Urbanização da Zona Central da Cidade entre Santa Cruz e o Mondego" de Januário Godinho, de 1970, sendo continuada com o "Plano de Urbanização da Baixa" concebido por Manuel Costa Lobo em 1971[961].

Como consequência da queda do Estado Novo é iniciado um processo de reforma educativa que procura aumentar significativamente o número de estudantes. São assim entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 construídos vários outros equipamentos culturais e de educação na cidade, destacando-se a construção da Casa Municipal da Cultura junto ao Jardim da Quinta de Santa Cruz (entre 1978 e 1984), a Escola Básica Poeta Manuel da Silva Gaio, a Norte do Estádio Universitário, e a Escola Básica Montes Claros.

A falta de capacidade do antigo hospital ainda alojado em parte nos antigos colégios jesuítas das Artes e das Onze Mil Virgens assume também no final dos anos 80 um carácter de urgência, dando-se início, ainda nesta década, à construção de um novo Hospital Universitário de Coimbra, que é inaugurado em 1987. Com a construção deste edifício o Colégio das Artes e o Colégio de S. Jerónimo são cedidos à universidade e ocupados com departamentos das faculdades de Arquitectura e Letras.

[960] (http://www.monumentos.gov.pt) Website do SIPA consultado em 02/11/2021
[961] Fernandes, M. G. (2017). Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos (Eds.), *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

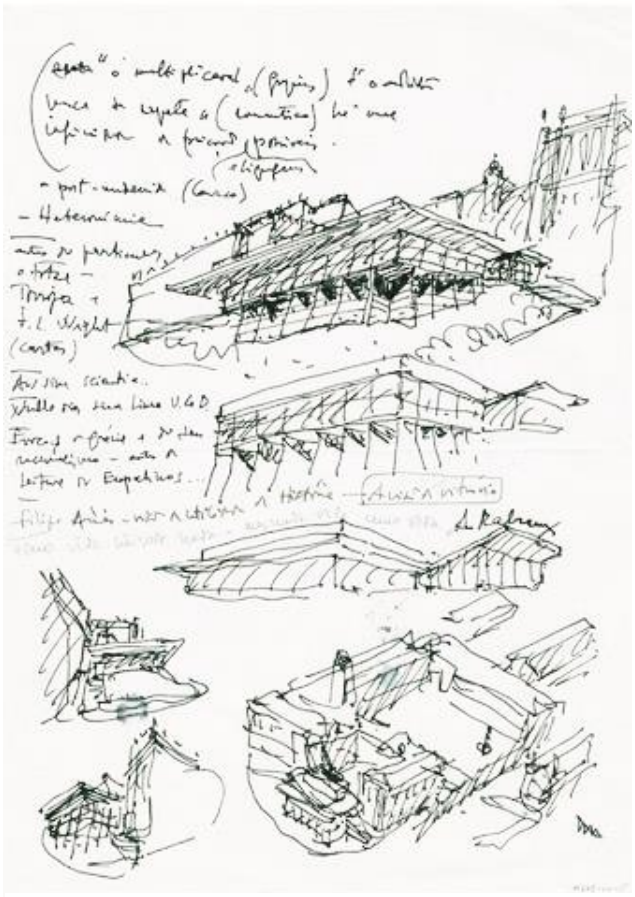


Figura 331 – Esquissos do Auditório da Faculdade de Direito.

Figura 332 – Perspectiva do centro urbano de Coimbra.

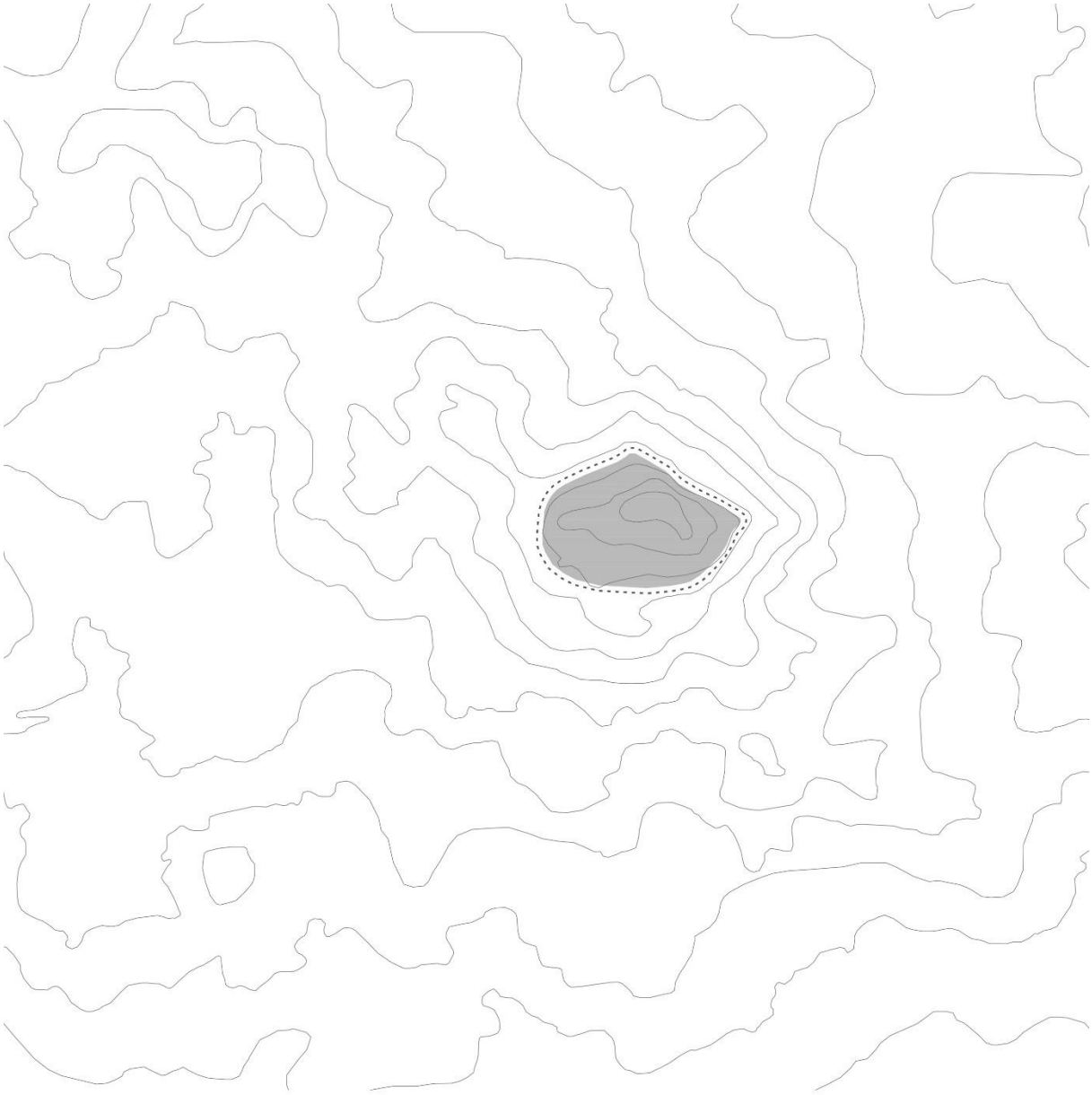
Já no início dos anos 90 é realizado o "Estudo Urbanístico Eixo Bota Abaixo/Rio" por Fernando Távora, procurando finalmente resolver os espaços que, inicialmente destinados ao rasgamento da Avenida Central, permaneciam num estado de ruina desde os anos 60. A solução apresentada por Távora em 1992 vai propor a recomposição de alguns dos quarteirões parcialmente destruídos e do novo Auditório da Faculdade de Direito construído no espaço do Paço das Escolas. O auditório apresenta um desenho particularmente discreto que procura respeitar o imponente espaço pré-existente, evitando o contacto com os edifícios envolventes, ao mesmo tempo assumindo claramente uma linguagem forte e carismática, que marca a sua identidade própria no conjunto dos corpos construídos, que foram lentamente adicionados ao longo do tempo. No final do século importa ainda referir a construção do Mercado Municipal de D. Pedro V[962], inaugurado em 2001 no local junto ao antigo Mosteiro de Santa Cruz que ocupava desde o início do século XIX.

Após as significativas transformações encetadas pelo município ao longo do século XIX de um modo muitas vezes pontual e sem uma visão alargada do conjunto urbano, o século XX vai trazer uma visão estratégica de conjunto e por conseguinte com um potencial transformador substancialmente maior. Por outro lado, o forte crescimento urbano que se fazia sentir desde a segunda metade do século XIX vai também no século XX ser substancialmente mais elevado extravasando largamente os limites impostos pela cidade antiga. Apesar destas transformações profundas a zona baixa da cidade permaneceu como um problema por resolver ao longo de todo o século XX, e mesmo após a consolidação da Avenida Fernão de Magalhães na segunda metade do século, o ambiente urbano manteve-se em grande medida inalterado, tanto na zona de expansão para Norte como na zona medieval, com edifícios e espaços públicos pouco qualificados. Por outro lado, a articulação entre estas duas zonas da Baixa, a nova área de expansão para Norte e a antiga zona medieval, manteve-se também como uma parte significativa do problema, quer pelo contraste súbito de escalas e ambientes urbanos quer pela destruição e contraste causado pelos novos edifícios e pelas infraestruturas rodoviárias de grande capacidade.

[962] Martins, J. d. M. (2016). *Memória e nostalgia : uma proposta urbana entre a Sofia e a Avenida*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra. p. 25.

Évora

Évora Fase 1 (*ante* século I a.C.)
O povoado perdido



Legenda

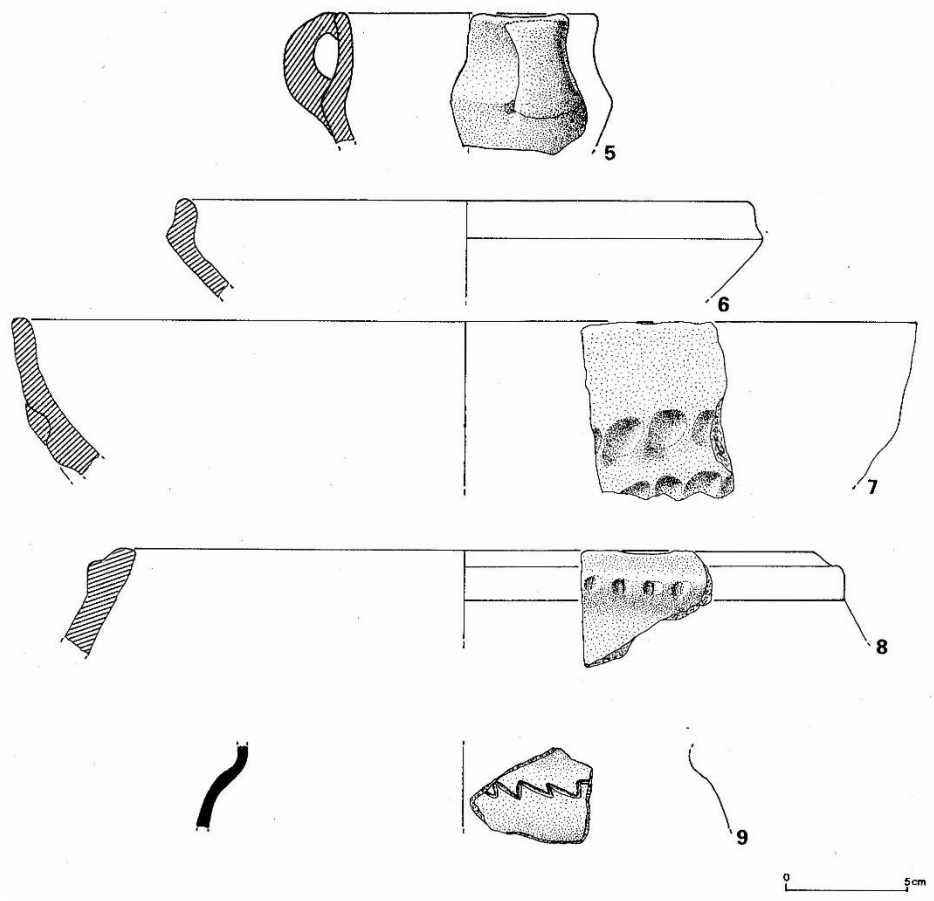


Figura 333 - Materiais da Idade do Bronze (5-7) e da Idade do Ferro (8-9) provenientes do povoado do Castelo do Giraldo, perto de Évora.

Évora situa-se numa área de grande homogeneidade paisagística, dominada pelas amplas planícies do sudoeste peninsular. A região envolvente não é particularmente fértil, pelo que a importância da zona parece sobretudo ser uma consequência da sua condição enquanto espaço de encruzilhada entre algumas importantes rotas de circulação[963]. Entre estas destaca-se o cruzamento de um antigo itinerário de transumância, ligando o Norte ao Sul da fachada atlântica peninsular, com outro itinerário ligando o Oeste ao Este, o litoral dos estuários do Tejo e Sado ao interior peninsular da Extremadura.

À homogeneidade paisagística da zona contrapunha-se um complexo mosaico étnico-cultural composto por vários grupos indígenas, entre os quais, Cónios, Lusitanos e Túrdulos, devendo-se ainda considerar as influências culturais Helenísticas, Fenícias e Púnicas, que se faziam sentir a partir de entrepostos situados no litoral. Este complexo quadro regional viria a ser profundamente alterado em meados do século V a.C., com a chegada de grupos de origem Céltica provavelmente oriundos do centro da península que se vão estabelecer na área do Sudoeste peninsular, actual Alentejo e parte da Extremadura. As razões que levaram à migração e estabelecimento de povos Celtas na região do sudoeste peninsular permanecem pouco claras, a menos que fosse a língua e não a etnia a impor-se, não sendo ainda possível compreender se este processo foi realizado de modo pacifico ou se pelo contrário se tratou de uma conquista de territórios túrdulos[964].

Estes grupos aparentemente ocupavam o Alentejo de um modo heterogéneo e entrecruzado, sem definir zonas exclusivas ou linhas claras de separação regional, tal como pode ser atestado pelos antigos topónimos de Lacobriga (Lagos) de etimologia celta em pleno Algarve, ou Conistorgis na actual Beja, remetendo para uma origem cónia[965] ou ainda a hipotética cidade celta de *Dipo* em Évora-Monte. O território seria assim, antes da chegada dos romanos, já consideravelmente ocupado por grupos indígenas dispersos em vários povoados de várias dimensões que se interligavam através de redes de transporte e comércio com o litoral e com o interior da península, num processo de lenta aculturação às influências exercidas pelos povos mediterrânicos que gradualmente impunham a sua presença.

---

[963] Val-Flores, G. S. (2011). *A evolução urbana : no centro histórico de Évora Vol.I*. Câmara Municipal de Évora. p. 51.
[964] Alarcão, J. d. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc.II a.C. ao séc.VI d.C*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 40-46.
[965] Val-Flores, G. S. (2011). *A evolução urbana : no centro histórico de Évora Vol.I*. Câmara Municipal de Évora. p. 61.

Apesar do crescente conhecimento existente sobre o contexto regional no período pré-romano, a origem da cidade de Évora permanece ainda envolta em dúvidas. É com quase unanime certeza que se atribui à cidade de Évora uma origem pré-romana dada a sobrevivência de um topónimo de raiz indígena (*Ebora*) agregado às titulaturas atribuídas ao município romano (*Liberalitas Iulia*). Este tipo de solução composta, por um lado, pelas titulaturas romanas e, por outro lado, pelo antigo nome indígena, é comum a várias cidades com passados pré-romanos; veja-se o caso de Lisboa (*Felicitas Julia Olisipo*) ou Santarém (*Scallabis Praesidium Iulium*). No caso de Évora o topónimo indígena *Ebora* sugere alguma correspondência com a palavra celta "ebora" ou "eburã", nome utilizado para identificar a árvore Teixo, tornando plausível que o povoado tivesse uma origem celta, ou mais concretamente pertencente à cultura dos chamados "Célticos do Sudoeste"[966], Kelticos ou Keltoi, ainda que possivelmente já apresentasse influências mediterrânicas.

Parece assim certo que, de algum modo, houve uma integração de uma ocupação pré-existente indígena na cidade romana; no entanto, face à ausência de evidencia arqueológica que confirme esta hipótese, permanece a dúvida se esta permanência indígena corresponde a uma sobreposição física no mesmo espaço, ou antes, à substituição de um povoado situado num local vizinho relativamente próximo. Mas, se o topónimo *Ebora* sugere uma persistência indígena, a localização da cidade romana sobre um maciço granítico é também mais consistente com uma implantação originalmente pré-romana do que uma fundação romana ex-nihilo, que por regra preferiam situar-se em zonas planas, onde era mais fácil aplicar os modelos urbanos romanos. A sobreposição ou quase refundação de cidades romanas sobre anteriores povoados indígenas é aliás recorrente na ocupação romana, que mais do que colonizar um território virgem procurou antes tirar partido e potenciar as incipientes estruturas urbanas autóctones já existentes[967]. Apesar de todo o contexto ser particularmente sugestivo, no caso de Évora a evidência arqueológica que confirmaria tal hipótese teima em não aparecer nas várias escavações que, um pouco por toda a cidade, têm sido realizadas nas últimas décadas, mantendo-se esta questão ainda em aberto. Podemos, porém, admitir como hipótese mais provável, até ao surgimento de novas evidências, que a cidade de Évora corresponderá na sua essência a um pequeno e talvez pouco expressivo povoado indígena que foi posteriormente profundamente adaptado.

[966] Alarcão, J. d. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc.II a.C. ao séc.VI d.C*. Imprensa da Universidade de Coimbra. . pp. 40-46.
[967] Fabião, C. (1992). O Passado Proto-Histórico e Romano. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal. Antes de Portugal* (Vol. Vol. I Livro 1). Círculo de Leitores. p. 229.

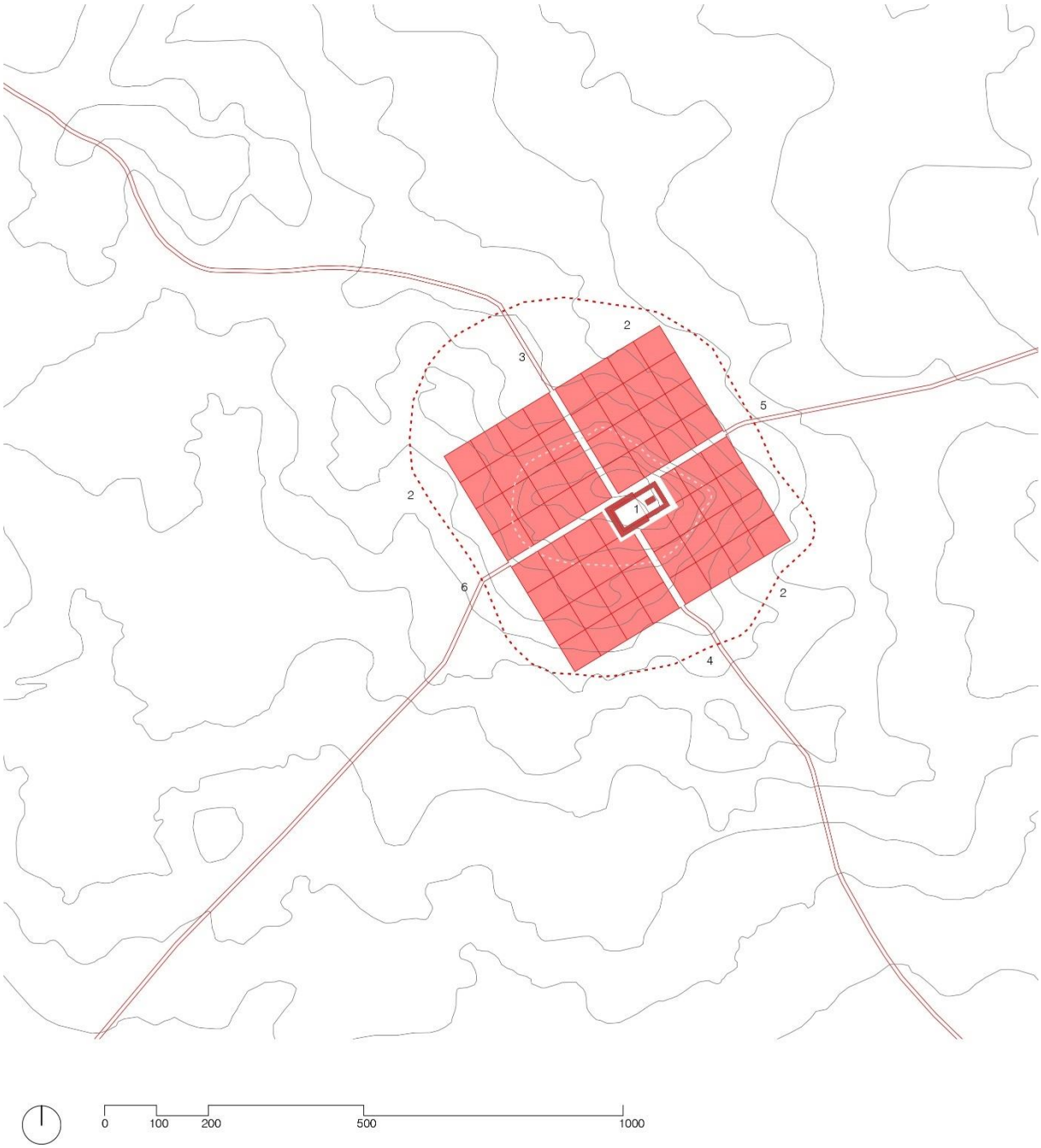
Talvez um dos melhores exemplos dos aglomerados urbanos da região possa ser encontrado na vizinha cidade de Beja, em que as recentes escavações arqueológicas permitiram esboçar ainda de um modo muito fragmentário alguns dos elementos mais importantes da estrutura urbana pré-romana. A cidade era protegida por uma imponente muralha com aproximadamente 3 metros de espessura constituída por dois paramentos de grandes blocos pétreos, interior e exterior, organizados internamente com um recheio pétreo de menores dimensões[968]. No lado interior desta estrutura defensiva foi ainda possível identificar dois muros paralelos com a orientação Nordeste-Sudoeste, sugerindo a existência de uma estrutura urbana tendencialmente ortogonal composta a partir de habitações rectangulares. A muralha deveria circunscrever o aglomerado sensivelmente ao longo da mesma cota, desenhando uma configuração elíptica com aproximadamente 6 hectares, em cujo interior correria provavelmente uma rua principal ao longo da linha de cumeada desde as actuais Portas de Mértola até ao centro monumental posteriormente transformando em fórum. Este centro monumental, identificado nas escavações do logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, seria estruturado a partir de um grande edifício central, provavelmente um templo, com aproximadamente 15x20 metros e paredes construídas com alvenaria de pedra seca de 1.20 metros de espessura[969].

Este tipo de estruturação urbana é comum a vários outros povoados vizinhos contemporâneos, como El Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz) e Los Castillejos (Fuente de Cantos, Badajoz). Podemos especular para Évora uma ocupação semelhante, em que a colina seria provavelmente circunscrita por uma muralha, talvez percorrendo um percurso próximo ao utilizado pela muralha tardia, ao longo da cota 300 metros, no interior do recinto, um conjunto de ruas principais e secundárias desenhando provavelmente uma estrutura já tendencialmente ortogonal. No centro do povoado destacar-se ia um centro monumental no ponto topograficamente mais elevado e onde mais tarde viria a ser construído o fórum. Esta incipiente estrutura urbana terá sido quase totalmente apagada pela posterior reformulação urbana realizada pelos romanos.

[968] Grilo, C. (2007). A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *vipasca Arqueologia e História, 2*, 261-268.
[969] Lopes, M. d. C. (2003). *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*. Instituto de Arqueologia da Universidade De Coimbra. pp. 89-94.

Évora Fase 2 (séculos I a.C. - I d.C.)

A (re)fundação romana



Legenda

1 - Forum de Augusto? (séc. I a.C.)
2 - Muralha Fundacional? (séc. I a.C.)
3 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
4 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
5 - Porta Este? (séc. I a.C.)
6 - Porta Oeste? (séc. I a.C.)

A presença romana na região vai-se fazer sentir progressivamente a partir da conquista dos territórios cartagineses no Sudeste da península em 206 a. C. A conquista desta zona vai obrigar a República Romana a expandir o seu controlo territorial em resposta às constantes revoltas promovidas pelas tribos indígenas. A ocupação inicial seria assim mais resultado de uma resposta *ad hoc* aos ataques das tribos indígenas do que a realização de uma estratégia programada de conquista e anexação territorial. A presença romana procurou, sobretudo inicialmente, uma política de pacificação e assimilação das tribos locais pelo mundo romano, dando continuidade a um processo de aculturação que teria já sido iniciado desde a fundação das primeiras colónias Fenícias, Cartaginesas e Gregas. Após a pacificação das regiões Turdetanas a Este do Guadiana, na zona da Extremadura e Alentejo a presença romana ter-se-á gradualmente imposto como resposta ao recrudescimento dos confrontos com os lusitanos, que sediados a Norte do Tejo, atravessavam este território para atacar as zonas romanas a Este do Guadiana. Não existem dados concretos sobre a ocupação do território entre o Tejo e o Guadiana pelos romanos; crê-se, no entanto, que este já estaria dominado entre 184 a.C. e 179 a.C.[970]. Esta cronologia é suportada pelo facto da incursão lançada contra os territórios lusitanos, em 138/7 a.C. por Decimus Junius Brutus, ter partido de cidades a Norte do Tejo, presumindo-se que todo o território a Sul do rio estaria já completamente pacificado, senão mesmo integrado já na esfera de domínio romana.

Com a pacificação do território o processo de aculturação acelerou-se significativamente, por um lado como consequência da chegada de vários colonos vindos da península itálica e, por outro, através da integração de famílias indígenas nas estruturas administrativas e militares do Estado romano. Entre 31 e 27 a.C. a cidade passa a ter o estatuto de *latii veteris*, ou seja, passa a ser reconhecida como uma cidade enquadrada no direito e cidadania romanos. Na sequência desta promoção é em 12 a.C. elevada a município. Estas promoções de estatuto foram acompanhadas pela titulatura *Liberalitas Iulia*, atribuída provavelmente ao mesmo tempo que às cidades de *Pax Iulia*, ou *Felicitas Iulia Olisipo,* enaltecendo e ligando estas cidades à *gens* Julia[971]. As promoções jurídicas terão sido acompanhadas de uma reformulação ou monumentalização urbana, provavelmente dando origem à cidade romana e aos seus principais edifícios, num processo semelhante, por exemplo, à construção do fórum Flávio de Condeixa-a-Velha na sequência da atribuição do direito latino por Vespasiano.

[970] Alarcão, J. d. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. Europa-América. pp. 14-26.
[971] Marques, A. (2001). Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista portuguesa de Arqueologia* 4.

Figura 334 - Marco Miliário da Mitra em Valverde.

Évora terá funcionado durante o período romano como um importante nó viário onde se cruzavam diversas importantes vias[972]. É pouco provável que esta rede viária tenha ficado definida imediatamente entre o século I a.C. e o século I d.C., pelo que, atendendo à carência de informação cronológica adequada, vamos considerar neste primeiro momento apenas as vias principais que ligavam a cidade às sedes de *Conventus Iuridicus*, Santarém (*Scallabis Praesidium Iulium*) e Beja (*Pax Iulia*) assim como o itinerário que ligava Lisboa (*Felicitas Julia Olisipo*) à capital provincial de Mérida (*Emerita Augusta*) passando por Évora. Tal como proposto por Vasco Mantas em 1986[973], o traçado destas vias teria em grande medida ficado fossilizado no tecido urbano medieval da cidade, podendo o seu estudo oferecer uma janela para o conhecimento da forma da cidade romana.

As mais importantes vias romanas que ligavam a cidade de Évora ao território envolvente, seriam precisamente as que correspondiam ao itinerário XII, entre Lisboa e Mérida. Este itinerário entrava na cidade pelo lado Sudoeste vindo de Alcácer do Sal, seguindo um traçado próximo da Estrada Nacional 380, seguindo depois pela Rua do Raimundo. A partir deste ponto o traçado da via romana convergia provavelmente sobre o *Decumanus Maximus* e através deste sobre o centro monumental. Tradicionalmente, considerou-se a Rua Cinco de Outubro como herdeira do *Decumanus Maximus*[974]; no entanto a identificação de um troço de rua romana na Rua Vasco da Gama, construída com grandes lajes de granito, ladeada por pórticos, veio alterar esta suposição. A largura desta via com cerca de 5.7 metros (cerca de 19 pés romanos)[975] é comparável às dimensões dos *Decumanus Maximus* de Braga com aproximadamente 7.2 metros [976] ou Coimbra com aproximadamente 6,2 metros [977]. Por outro lado, o facto de estar alinhada com os acessos monumentais do fórum junto ao templo vem também reforçar a hipótese que o *Decumanus Maximus* da cidade de Évora correria provavelmente ao longo da Rua Vasco da Gama e não da Rua Cinco de Outubro. A construção da Cerca Velha na Antiguidade Tardia pode ter resultado no encerramento parcial do *Decumanus Maximus*, substituindo o principal acesso à cidade na antiga Porta da Selaria.

---

[972] O autor agradece a Pedro Soutinho, investigador da rede viária romana nacional, pela informação partilhada com o levantamento das principais vias romanas de Portugal

[973] Mantas, V. G. (1986). Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributos para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia*, *3*, 13-26. pp. 19.

[974] Ibid. pp.13-26.

[975] Sarantopoulos, P., & Correia, M. (2003). *Relatório de trabalhos de acompanhamento arqueológico. Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama*. Câmara Municipal de Évora.

[976] Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM. pp 20-21.

[977] Carvalho, P. (2010). Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (pp. 69-88). Museo Nacional de Arte Romano. p 75.

Continuando pelo alinhamento do *Decumanus Maximus*, depois de atravessar o fórum, o itinerário XII sairia no lado Nordeste provavelmente numa zona entre o Palácio do Cadaval e o Convento dos Lóios. A partir da zona do Palácio do Cadaval o itinerário XII seguiria aproximadamente pela actual Rua do Cardeal Rei até à zona da Porta do Machete, continuando a partir dai em direcção a Mérida segundo dois trajectos possíveis, um por Estremoz, pela actual Rua das Nogueiras, e outro passando por Redondo, através da actual Rua Bento de Jesus Caraça. A existência destes dois trajectos em simultâneo parece difícil de justificar; contudo a dificuldade causada pelos ingremes declives no caminho por Redondo, sucessivamente alterado desde a Idade Média[978], pode ser um indício que este tivesse sido o percurso original posteriormente substituído pela construção de uma nova via através de Estremoz.

A Noroeste, a principal via de acesso à cidade seria a via que ligava Évora a Santarém. Esta via entraria na região a partir do Noroeste até ao Convento de S. Bento de Castris, sítio no qual em 1606 ainda era referida a "estrada de Santarém"[979]. Acompanhando o traçado do aqueduto ao longo da Estrada Regional 114-4, a via iria desembocar na Porta da Lagoa, prosseguindo no interior da Cerca Nova pelo traçado medieval das actuais ruas Cândido dos Reis e José Elias Garcia em direcção à Praça do Sertório. Este traçado medieval é excêntrico, ou tangencial, em relação ao centro monumental da cidade, o que não é consistente com a generalidade dos exemplos documentados, em que os principais acessos convergem sobre o *Cardus* ou *Decumanus Maximus*, que, por sua vez, se cruzam no centro monumental da cidade. Parece-nos assim mais provável que, contrariamente ao seu percurso medieval, esta via se dirigisse, no período romano, à zona do Jardim da Rua de Avis, partilhando a confluência com as vias romanas que saiam para Norte, em direcção a Tomar e a Idanha-a-Velha, e inflectindo a partir desse ponto para Sudeste em direcção ao Templo de Diana e ao fórum da cidade, no que seria o traçado do *Cardus Maximus*. É assim provável que, tal como sugere Vasco Mantas, o *Cardus Maximus* se alinhasse pelo eixo do fórum[980], seguindo desde o Jardim da Rua de Avis pela Rua das Fontes até ao fórum, e continuando até ao lado Sudeste da cidade onde se preserva na Porta de Moura.

[978] Bilou, F. (2004). *Sistema viário antigo na região de Évora*. Edições Colibri. p. 59.
[979] Ibid.p. 67.
[980]Mantas, V. G. (1986). Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributos para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia*, *3*, 13-26. p. 19.

A partir da Porta de Moura iniciava-se provavelmente o itinerário XXI entre Évora e Beja[981] passando por Serpa. O traçado deste itinerário não é claro, uma vez que, ao invés de apresentar a via mais directa entre dois *caput viae* como é habitual, apresenta um percurso articulado entre os principais pontos do *conventus Pacensis*, descrevendo uma longa espiral que termina na sua cidade capital, Beja (*Pax Iulia*). Se o traçado deste itinerário no lado Ocidental seria coincidente ao do itinerário XII partilhando a mesma via entre Évora e Alcácer do Sal, o seu percurso de saída articulando Évora e Serpa é completamente desconhecido. Dada a falta de informação arqueológica para reconstruir o traçado desta via, somos forçados a considerar que a mesma partiria da Porta de Moura, na continuidade do *Cardus Maximus*, prosseguindo pela Rua Dom Augusto Eduardo Nunes até à Porta da Mesquita e daí pela Rua do Chafariz Del Rei e Rua da Somefe, continuando depois para Sul ou Sudeste.

A leitura dos traçados do *Cardus* e *Decumanus* máximos sugere uma estrutura urbana ortogonal regular, tal com é possível encontrar em inúmeras cidades romanas. Esta dedução é apoiada pela análise do tecido urbano, que segundo Vasco Mantas preserva traços da quadrícula romana. Apoiando esta hipótese, o autor indica um conjunto de arruamentos que considera persistências da estrutura viária da cidade romana, sugerindo como *cardines* as ruas da Corredoura e de D. Isabel até ao Pátio do Salema, assim como o eixo Praça do Sertório e as ruas da Alcarcova de Cima e da Alcarcova de Baixo. Como *decumani* teríamos as ruas da Mouraria, Casas Pintadas, Misericórdia e Machete. Vasco Mantas sugere a partir destes indícios, e com as devidas cautelas, uma quadrícula desenhada a partir de um módulo de um duplo quadrado de 1 *actus*, ou seja, com quarteirões de aproximadamente 35x75 metros[982]. A proposta de Vasco Mantas pode e deve ser complementada com a informação fornecida pelas várias escavações arqueológicas que, nos últimos 30 anos, permitiram identificar inúmeros vestígios de cronologia romana. Se estas escavações foram, na sua maioria, limitadas a sondagens de áreas muito reduzidas, não permitindo identificação ou interpretação adequada de estruturas construtivas relevantes, oferecem, porém, importantes pistas para o entendimento da forma da cidade. Entre estas, destaca-se o facto de todos os vestígios romanos identificados no centro de Évora partilharem uma mesma orientação, sugerindo a existência de uma malha ortogonal regular.

[981] Ibid. p. 19-20.
[982] Ibid. p. 20.

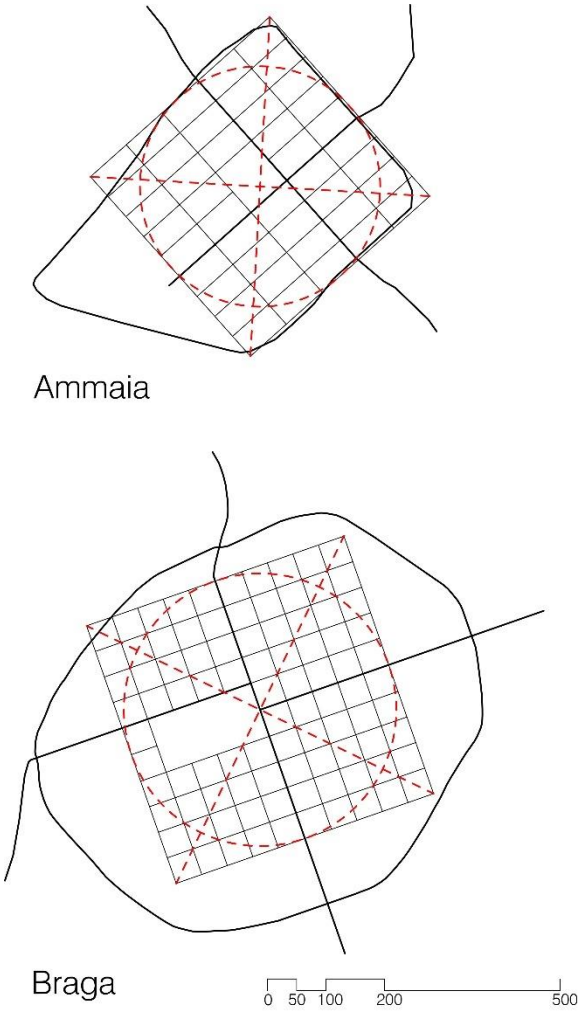


Figura 335 – Comparação do hipotético quadrado fundacional de Ammaia e Braga.

Gustavo Val-Flores, a partir de uma leitura dos vestígios conhecidos, apresenta uma hipótese baseada num plano ortogonal, mas afastando-se da regra, e propondo antes uma malha com quarteirões de diferentes tamanhos. O autor identifica ainda uma segunda rua romana escavada na Rua de Olivença, com cerca de 8 metros de espaço entre edifícios, dos quais 3 corresponderiam à calçada e os restantes 5 ocupados pelos dois passeios[983]. A identificação desta rua, paralela à Rua de D. Isabel, permite reconstruir uma dimensão aproximada de 200 pés para este quarteirão, ou seja, cerca de 60 metros[984]. Temos assim, a partir das escavações na Rua de Olivença, uma medida aproximada de 8 metros de secção para os *Cardines* e *Decumani* menores, e a partir das escavações na Rua de Vasco da Gama, uma medida aproximada de 14 metros para o *Cardus* e *Decumanus* máximos. Na busca do entendimento da estrutura urbana da cidade, e segundo uma visão mais próxima da regra e não da excepção, destaca-se ainda a hipótese apresentada por Mariana Martins de Carvalho, a qual, partindo também dos vestígios romanos identificados por toda a cidade, sugere um plano ortogonal quase perfeitamente regular[985].

Se por um lado os vestígios arqueológicos suportam claramente a hipótese da existência de um plano urbano ortogonal, por outro lado não existem ainda dados suficientes que assegurem, por enquanto, apresentar qualquer hipótese fundamentada para a estrutura urbana da cidade romana. Deste modo optamos por basear a nossa hipótese na comparação com outras cidades como Braga ou Ammaia, que têm o seu traçado urbano perfeitamente documentado, permitindo através das mesmas construir uma hipótese para entender o hipotético plano da cidade de Évora. Por outro lado, é também importante assumir que na ausência de informação de detalhe que permita reconstruir a complexidade e diversidade da cidade romana, qualquer interpretação da forma urbana deve ser guiada pela busca de uma regra global, que irá sempre pecar por generalizar e simplificar uma realidade complexa, mas por enquanto desconhecida e imperscrutável. Propomos assim uma estrutura urbana em forma de tabuleiro de xadrez com 8x8 quarteirões quadrados de 200x200 pés (aproximadamente 60 metros). Esta estrutura permite incorporar os vestígios das ruas identificadas nas ruas de Olivença e Vasco da Gama, assim como as localizações das portas de D. Isabel, da Selaria e de Moura, cujas implantações devem respeitar ainda a herança das antigas vias romanas.

---

983 Val-Flores, G. S. (2011). *A evolução urbana : no centro histórico de Évora Vol.I*. Câmara Municipal de Évora. p. 219.
984 Ibid. p. 218.
985 Carvalho, M. M. d. (2022). *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Figura 336 – Torre de Sertório.

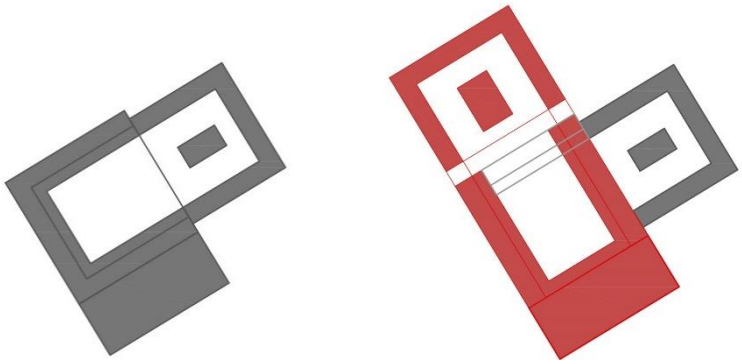


Figura 337 – Evolução do Fórum de Évora.

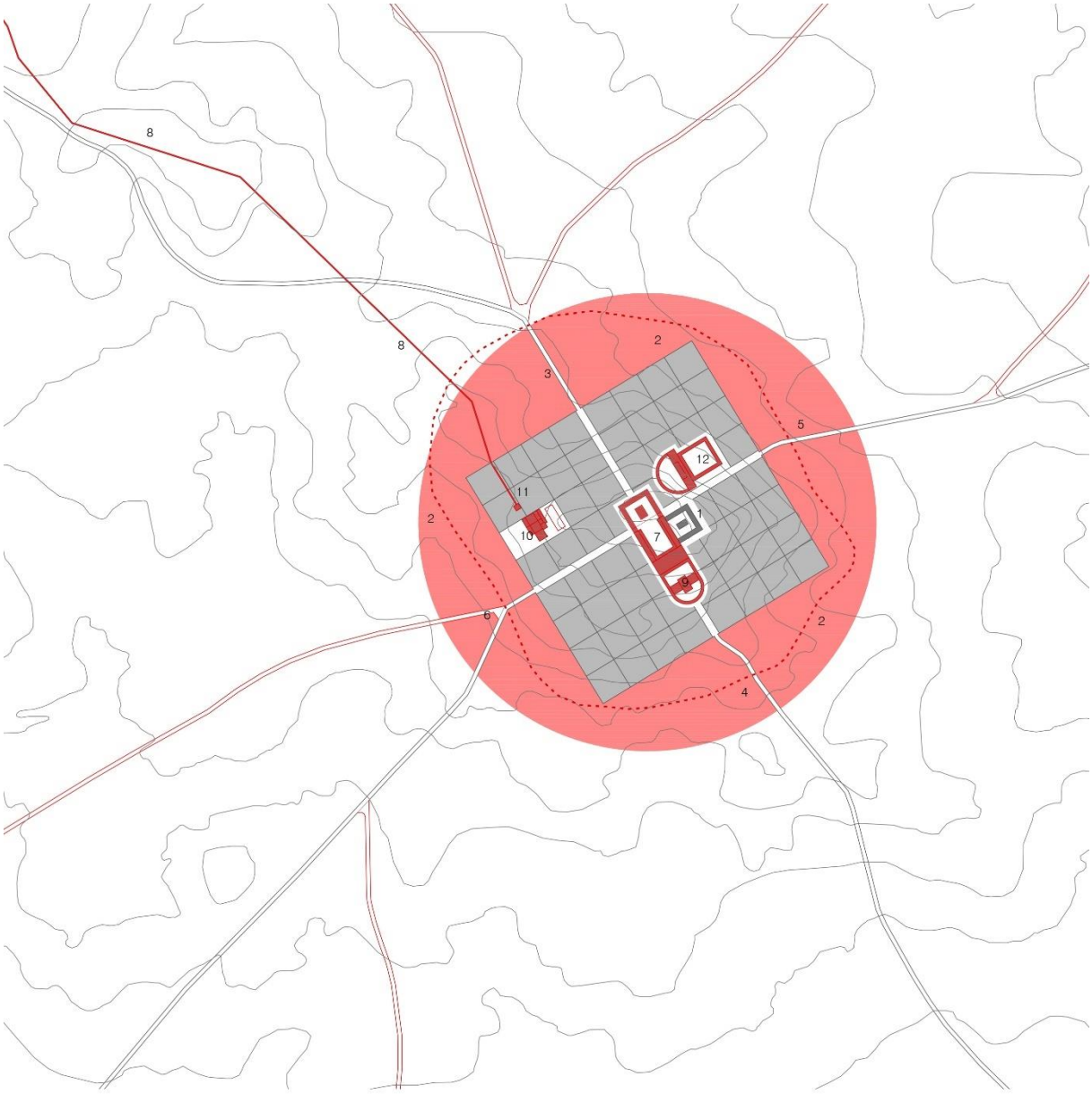
Se a estrutura urbana ortogonal das primeiras fases da cidade romana terá sido tendencialmente mantida, os primeiros edifícios monumentais teriam sido profundamente reformulados nos anos seguintes. Tal como no caso de Condeixa-a-Velha e Coimbra, também em Évora o fórum Augustano terá sofrido uma transformação profunda entre o fim do segundo terço do século I[986]. Do hipotético inicial fórum de Augusto temos apenas ténues indícios, entres os quais se destaca a robusta fundação de um edifício monumental demolido para construção da praça do fórum na zona do claustro do Museu de Évora[987]. Também talvez devam ser atribuídos a este primeiro fórum de Augusto os silhares trabalhados, originalmente pertencentes a um entablamento, e que foram identificados no embasamento do pódio do templo, tendo sido seguramente reutilizados de uma estrutura monumental demolida para a ampliação do fórum[988].

A partir da comparação com os casos de Condeixa-a-Velha e Coimbra, parece claro que as transformações dos fóruns tendem a preservar a zona da praça central, reformulando sobretudo as componentes localizadas na sua periferia. Esta constatação é também sugerida pela identificação de uma pequena cisterna do tempo de Augusto, demolida para a construção do criptopórtico, um indício de que pelo menos a zona do *temenos* e templo seria inicialmente ocupada em parte por tecido urbano comum. Podemos assim considerar, com alguma segurança, que pelo menos esta componente se teria provavelmente mantido sensivelmente no mesmo local. Quanto às restantes componentes do fórum a questão é mais complexa. Contudo, não podemos ignorar o facto de que a análise do tecido urbano permite identificar na zona do Largo Doutor Mário Chicò um conjunto de elementos que indiciam a existência de um espaço pré-existente construído segundo os mesmos alinhamentos do fórum. De entre estes elementos destaca-se a Torre de Sertório, situada no ponto de cota mais elevado da cidade e segundo um alinhamento preciso com a linha mediana da praça do fórum. Esta implantação leva-nos a considerar para esta torre uma origem e evolução semelhante ao templo de Diana, ou seja, a de se tratar de um antigo templo romano posteriormente transformado na Idade Média numa torre de defesa. A sua reduzida dimensão pode indicar a pré-existência de um templo romano menor, ou talvez mesmo o templo do primeiro fórum construído em época de Augusto, respeitado e integrado na sua posterior reformulação.

[986] Teichner - A ocupação do centro da cidade de Evora da época romana à contemporânea P20
[987] Simão, I., & Brazuna, S. (2010). Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Apontamentos de arqueologia e património*, *6*, 75-82. p. 77.
[988] Hauschild, T. (2001). Évora. Relatório preliminar sobre as escavações junto ao templo romano, 1989-1992. As construções. *Lusíada. Arqueologia, história da arte e património*, *1*, 69-91. pp. 76.

Évora Fase 3 (séculos I – IV)

O entreposto viário



Legenda

1 - Forum de Augusto? (séc. I a.C.)
2 - Muralha Fundacional? (séc. a.C.)
3 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
4 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
5 - Porta Este? (séc. I a.C.)
6 - Porta Oeste? (séc. I a.C.)
7 - Forum Flávio (séc. I)
8 - Aqueduto (séc. I)
9 - Termas do Forum? (séc. I)
10 - Termas do Aqueduto (séc. I)
11 - Castellum Aquae? (séc. I)
12 - Teatro? (séc. I)

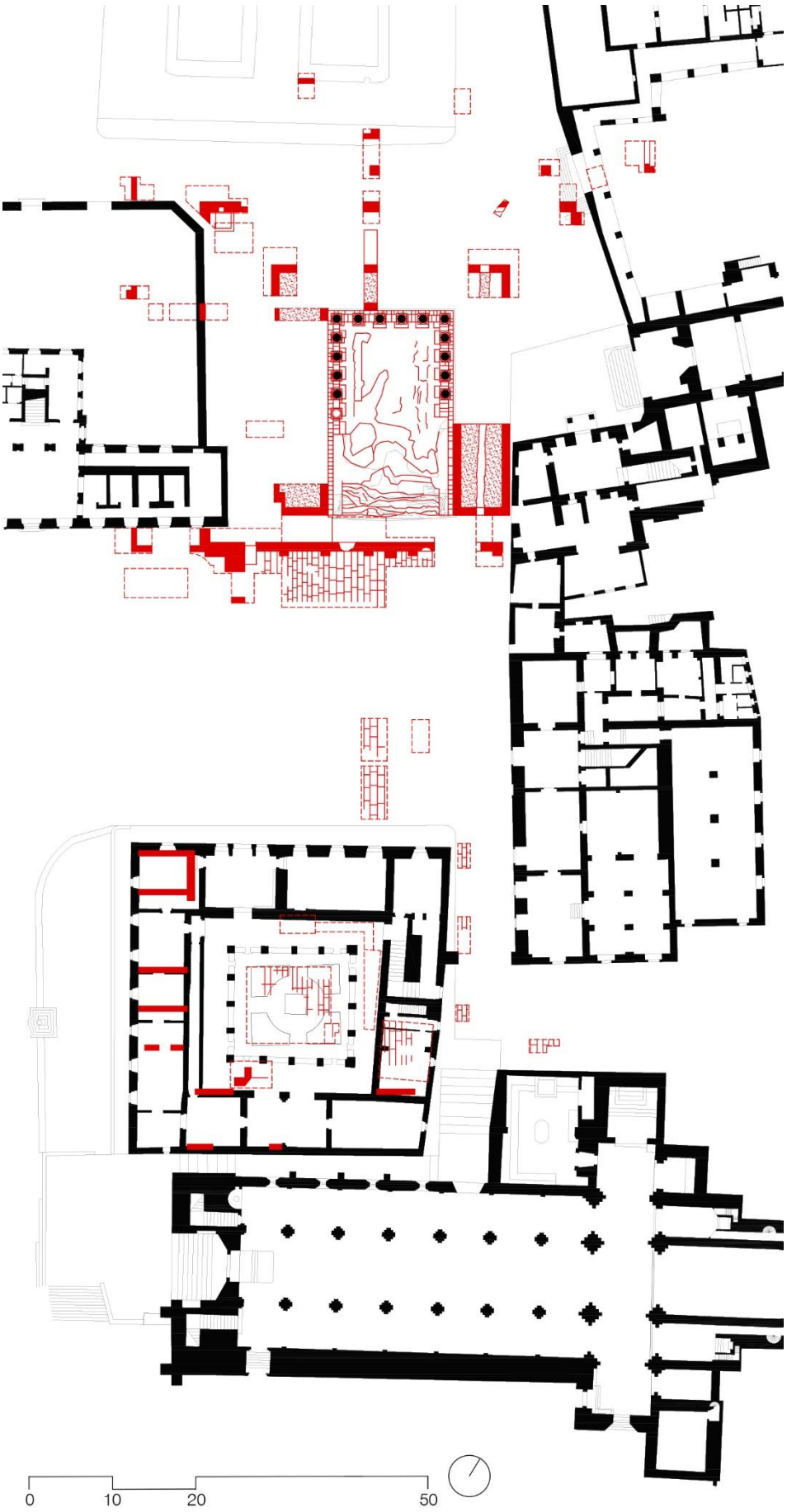


Figura 338 - Vestígios do Fórum Romano de Évora.

Entre o século I e IV a cidade de Évora, tal como outras cidades no território peninsular, terá sofrido um grande crescimento acompanhado pela reformulação ou construção de vários importantes edifícios e equipamentos públicos. Acompanhando esta evolução, o tecido urbano comum teria também extravasado largamente os antigos limites da cidade augustana. Os limites da cidade imperial são difíceis de precisar dada a exiguidade dos vestígios conhecidos; no entanto esta parece ter como limite Sudoeste a zona da Rua Miguel Bombarda, a Nordeste o limite natural marcado pela acidentada topografia junto ao actual Largo do Colégio, a Noroeste a Rua da Mouraria (ainda perfeitamente alinhada com os vestígios romanos da cidade) e, finalmente, para Sudoeste estendendo-se tão longe como o antigo Paço dos Lobos. A cidade no período imperial teria assim, como nos casos de Braga e Coimbra, largamente ultrapassado a sua delimitação, provavelmente esboçada no período Augustano.

Esta expansão urbana encontra-se documentada nas sondagens arqueológicas realizadas no Paço dos Lobos, localizado na Rua Serpa Pinto junto ao antigo Convento de Santa Clara. Os materiais de cronologia romana recuperados nesta intervenção encontravam-se descontextualizados, mas permitiram estabelecer um horizonte de ocupação intensa entre os finais do século I a.C. até ao século III, e a partir daí gradualmente decrescendo até ao século VI d.C.[989]. A orientação irregular dos muros de cronologia romana identificados no local indica que esta ocupação não faz parte do plano inicial, ortogonal, da cidade, e, portanto, seria posterior e exterior ao primitivo núcleo augustano. O período entre o século I e o século IV assume-se, assim, tal como noutros núcleos urbanos, como um momento de profunda transformação urbana em que muitos dos monumentos inicialmente construídos nos primeiros momentos do reinado de Augusto seriam completamente reformulados ou mesmo substituídos, ao mesmo tempo que a estabilização política e integração num vasto império permitia uma prosperidade comercial.

[989] Basílio, E. (2017). *Paço dos Lobos da Gama (Évora): contributo do conjunto cerâmico de época romana para a compreensão da sua funcionalidade na urbs*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. pp. 114-116.

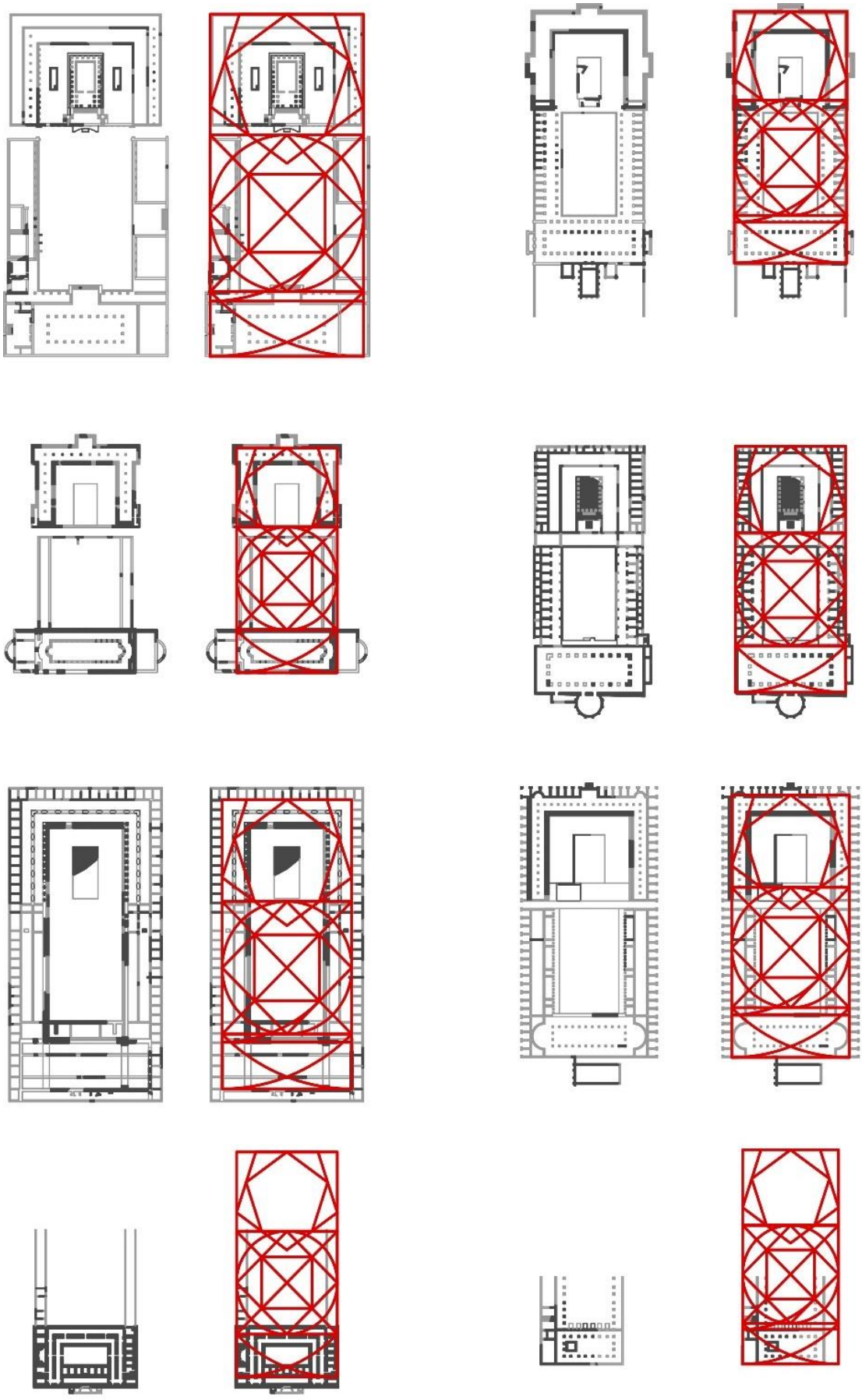


Figura 339 – Planos e traçados reguladores dos fóruns de: Mérida, Feurs, Nyon, Augst, Paris, Avenches, St. Bertrand de Comminges, Coimbra e Tomar.

Esta expansão urbana vai ser ainda marcada pela completa reformulação e ampliação do anterior complexo forense no final da dinastia Júlio-Cláudia ou durante a dinastia Flávia[990]. Não é clara a forma do anterior fórum de Augusto. No entanto, este terá sem dúvida sido parcialmente integrado no novo edifício, sobretudo na área da praça. Do novo fórum destaca-se o emblemático Templo de Diana, um dos mais bem preservados templos romanos da península. As escavações realizadas em redor deste edifício no final do século XX, apesar de circunscritas a pequenas sondagens[991], permitiram reconstruir com segurança não só o aspecto do edifício, mas também a composição arquitectónica que o enquadrava. O templo seria rodeado junto ao pódio por um espelho de água e, rematando a área sacra ou *temenos*, por um edifício em "U", construído sobre uma galeria ou criptopórtico sobre o qual se erguia um pórtico, desenhando uma fachada cénica que enquadrava e rematava a zona posterior do templo[992]. Esta galeria porticada em redor do templo apresenta paralelos com estruturas encontradas noutros fóruns como em Mérida ou Condeixa-a-Velha[993].

Para além do recinto ou *temenos* que rodeava o Templo de Diana, este era naturalmente aberto para a zona da praça do fórum através de um muro decorado com pilastras, fazendo a separação entre a "Área Sacra" e a praça do fórum, a uma cota ligeiramente inferior[994]. Os limites da praça central do fórum encontram-se também relativamente bem documentados através da arqueologia, sobretudo através de várias sondagens realizadas no Largo do Conde de Vila Flor que recuperaram áreas com grandes lajes de granito que faziam a pavimentação do espaço, assim como de vários muros identificados no interior do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo e que corresponderiam aos limites Sudestes e Sudoeste do recinto[995]. Para além dos limites do recinto, destacam-se ainda nas caves do museu, uma série de pequenos muros que delimitam um conjunto de compartimentos, com pavimentos em tijoleira, e que dispostos linearmente ao longo do limite Sudoeste do fórum são certamente as fundações das *tabernae*[996].

---

[990] Teichner, F. (1998). A ocupação do centro da cidade de Evora da época romana à contemporânea: primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In J. M. Diogo & H. C. Abraços (Eds.), *Actas des II Jornadas de cerâmica medieval y pós-medieval*. Câmara Municipal de Tondela. p. 20.

[991] Hauschild, T. (2001). Évora. Relatório preliminar sobre as escavações junto ao templo romano, 1989-1992. As construções. *Lusíada. Arqueologia, história da arte e património*, *1*, 69-91. p. 85.

[992] Ibid.P 82-85

[993] Alarcão, J. d., & Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga - Tome I, L'architecture*. E. De Boccard. p. 93-96.

[994] Hauschild, T. (2001). Évora. Relatório preliminar sobre as escavações junto ao templo romano, 1989-1992. As construções. *Lusíada. Arqueologia, história da arte e património*, *1*, 69-91. pp. 75-77.

[995] Gonçalves, A. (2002). Intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Actas do 3º encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*, 123-136.

[996] Simão, I., & Brazuna, S. (2010). Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Apontamentos de arqueologia e património*, 6, 75-82.

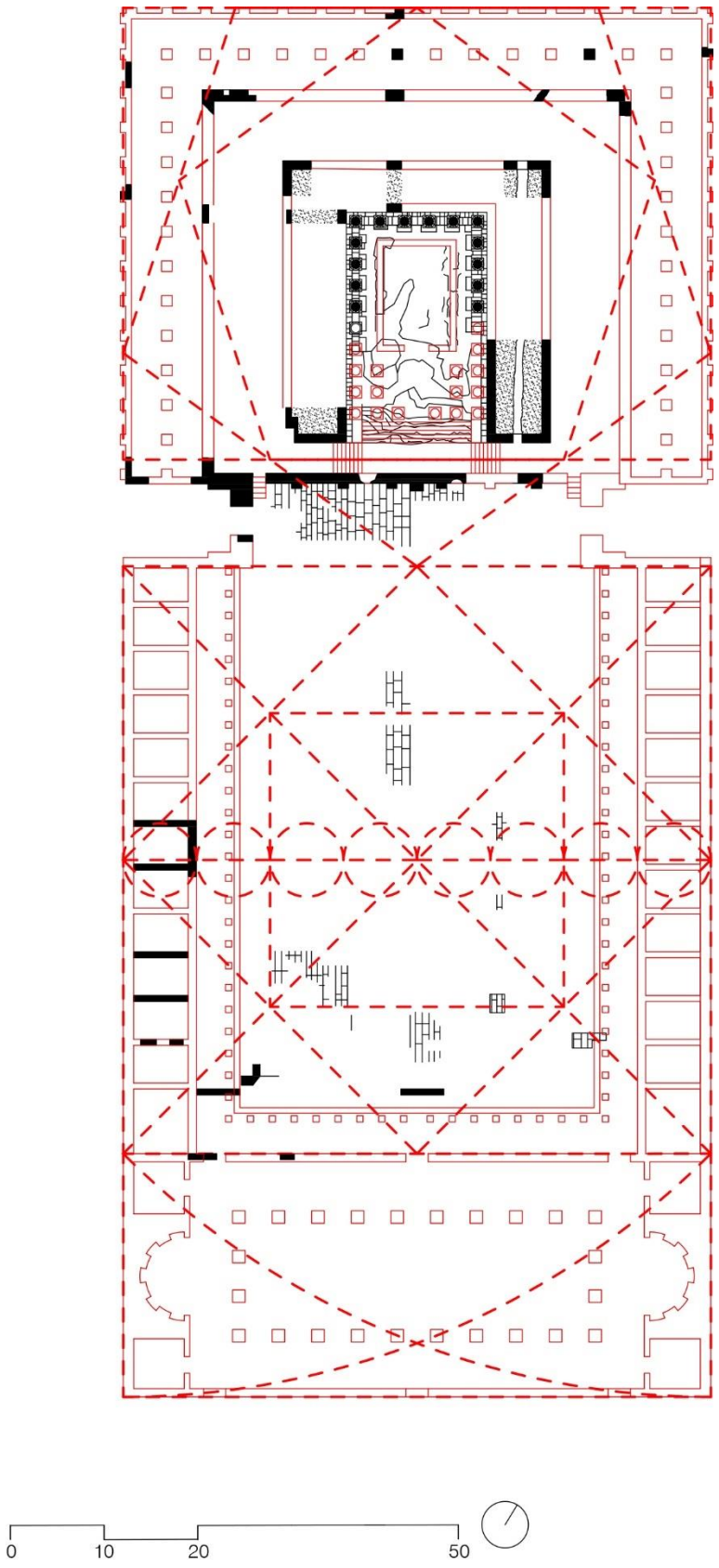


Figura 340 – Traçado regulador do Fórum de Évora.

A configuração do recinto do templo, encerrado por um criptopórtico e pórtico em U, pela grande semelhança que apresenta com outros recintos forenses, bem como as proporções gerais e vestígios identificados no Largo do Conde de Vila Flor, permitem enquadrar com segurança o fórum de Évora na tipologia dos fóruns tripartidos, nomeadamente no subgrupo dos edifícios que foram desenhados a partir de um traçado regulador elaborado a partir da composição de um *temenos* pentagonal, uma praça gerada a partir de um "*ad quadratum*" e o espaço da basílica a partir de um rectângulo √2.

No quadro dos vestígios arqueológicos do fórum de Évora temos assim elementos suficientes para reconstruir com segurança tanto o espaço do templo como da praça do fórum. Em contraste, a configuração da basílica, oculta sob a actual catedral, permanece completamente desconhecida. Apesar desta relevante lacuna na informação do edifício, e tal como já foi referido, tanto o fórum de Coimbra como o fórum de Évora partilham a mesma escala de traçado regulador, permitindo-nos, utilizar o *temenos* de Évora para reconstruir o *temenos* de Coimbra, e num modo inverso, utilizar os vestígios do criptopórtico de Coimbra (antiga basílica) para reconstruir a configuração da basílica de Évora.

A comparação deste esquema geométrico com o tecido urbano da cidade também permite identificar claramente as diferentes zonas do fórum, evidenciando como o tecido urbano ainda mantém, em grande medida, uma notável continuidade com as estruturas do fórum romano. Esta comparação permite ainda evidenciar até que ponto a composição geométrica que regula a composição do fórum de Évora apresenta um distanciamento em relação à zona da praça, ligando-se a esta através do vértice do pentágono superior em vez da base do pentágono menor, como ocorre nos outros fóruns. Esta especificidade pode estar relacionada com a necessidade de integrar no conjunto o pré-existente *Decumanus Maximus* que se articulava com o recinto do fórum através de dois acessos monumentais, um dos quais identificado nas escavações junto da Fundação Eugénio de Almeida, e cuja forma se mantém no lado oposto parcialmente preservada pelas estruturas anexas ao Convento dos Lóios, demonstrando uma notável continuidade de formas ao longo do tempo.

Figura 341 – Reconstrução do Fórum de Évora.

A praça do fórum era mais ampla que o largo actual, continuando sob o Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo. É alias relevante o modo como as paredes Ocidental e Sul deste edifício coincidem com os limites Ocidental e Sul da praça do fórum, integrando as imponentes fundações do fórum e o seu desenho ortogonal, enquanto a zona Nordeste do museu, construída sobre a praça, e sem condicionantes impostas por estruturas pré-existentes, adopta um desenho mais irregular. De um modo semelhante, no lado oposto da praça, também as paredes da Biblioteca Pública de Évora coincidem de um modo geral com os principais alinhamentos da praça e pórticos, enunciando novamente o que terá sido uma continua reutilização ou reconstrução das estruturas construídas do fórum ao longo dos séculos. Continuando para Sudoeste, encontramos uma sucessão de plataformas ocupadas pela Sé e pelo seu claustro. Nesta zona é de novo evidente um forte paralelismo entre as dimensões da plataforma ocupada pela Sé e o espaço que corresponde à basílica forense. Esta hipótese é apoiada pela descoberta de um capitel jónico nas escavações realizadas no Museu de Évora, cuja dimensão sugere a pertença a um edifício monumental, provavelmente a basílica do fórum[997]. Neste sentido o capitel jónico de Évora assemelha-se a outras peças semelhantes encontradas junto aos espaços das basílicas, tal como nos casos de Tomar[998], Coimbra[999] e Braga[1000] .

Se o modelo do fórum tripartido determina com rigor a configuração dos elementos principais, templo, praça e basílica, os alinhamentos presentes no fórum não se limitam a estes espaços, expandindo-se aparentemente para outras zonas próximas. Uma destas zonas já foi abordada na área envolvente à Torre do Sertório, cuja implantação, no ponto mais elevado da cidade e alinhada a eixo com o ponto mediano da praça do fórum sugere a existência neste local de um segundo templo, que, assim como o Templo de Diana, seria também ele rodeado por um pórtico, sofrendo também posteriormente adaptação a torre defensiva.

[997] Hauschild, T. (1997). Um capitel jónico romano descoberto no subsolo do Museu de Évora. *O Arqueólogo Portugês, Série V 13/15*, 415-428. pp. 415-428.
[998] Ponte, S. (2010). O Forum de Seilium / Sellium (Tomar). In *Cuidad y foro en Lusitania Romana. Cidade e foro na Lusitânia Romana* (pp. 325-332). Museo Nacional de Arte Romana. pp. 325-332.
[999] Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER. pp. 48-50.
[1000] Morais, R. (2010). *Bracara Augusta*. Câmara Municipal de Braga. pp. 29-29.

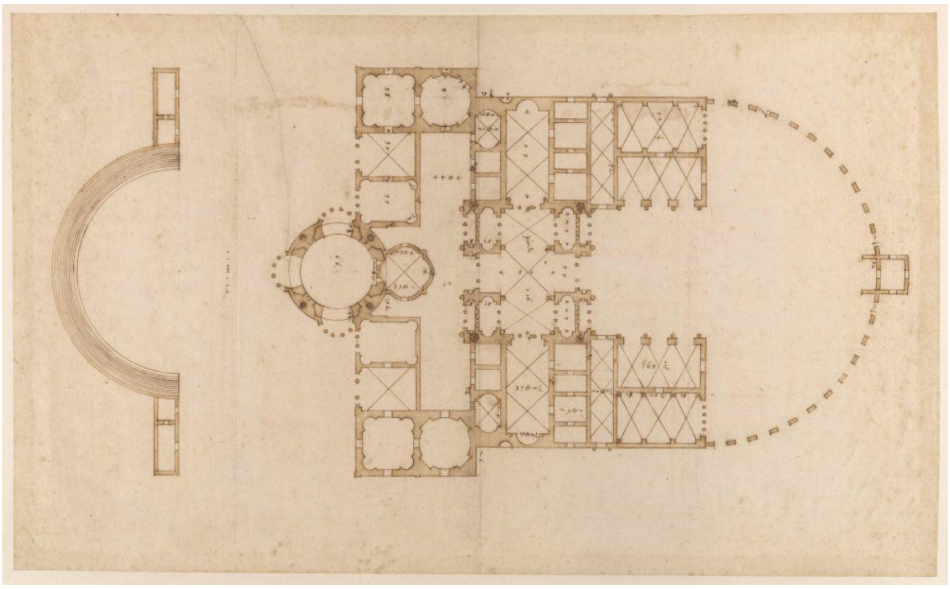


Figura 342 – Reconstrução das Termas de Costantino, segundo Palladio.

Outra zona com uma evidente continuidade formal em relação às estruturas do fórum situa-se a Sul da Sé Catedral, entre o espaço ocupado pelo claustro da Sé e as Portas de Moura. Esta é definida pela plataforma do claustro da Sé que, estabelecida em continuidade com os alinhamentos do esquema geométrico do fórum, denuncia a nosso ver como a parede Sul do claustro corresponde aproximadamente a uma duplicação do módulo quadrado da praça do fórum. Esta continuidade formal é semelhante a situações em que são implantadas outras funções junto das basílicas. Porém, a continuidade formal com a geometria do fórum a zona Sul, é também excecionalmente caracterizada pelo seu invulgar remate segundo uma grande forma semicircular, com o seu centro alinhado pelo mesmo eixo do fórum, sugerindo uma origem comum ou complementar. Jorge de Alarcão considera esta estrutura como tendo origem num possível teatro[1001]; Vergílio Hipólito Correia por seu lado, sugere antes a existência de um antigo anfiteatro romano[1002]. Contudo, a topografia não suporta nenhuma destas hipóteses, cuja aplicação implicaria a existência de profundas obras de aterro e desaterro. Neste sentido, escavações recentes no Colégio dos Meninos do Coro da Sé, revelaram um tanque circular romano com 4 metros de diâmetro e uma cota de profundidade máxima de 2m[1003]. Temos assim neste espaço, provavelmente, um *laconicum*, parte de um complexo termal, cuja implantação junto ao fórum remete para o exemplo das termas de Ammaia ou mesmo Condeixa-a-Velha. sendo que o limite semicircular da zona possui também paralelos nos elaborados limites das *palestras* existentes noutros complexos termais, tais como nas Termas de Constantino em Arles ou Roma.

Para além destas "termas forenses", cujo posicionamento junto ao fórum é reminiscente das Termas Grandes do Sul em Condeixa-a-Velha - ou numa escala bem mais modesta, no pequeno conjunto termal forense de Tongóbriga (Freixo, Marco de Canaveses) -, é conhecido outro conjunto termal da cidade de Évora identificado sob o edifício dos Paços do Concelho durante obras de adaptação do edifício realizadas em 1987, que identificaram um *laconicum*[1004], com cerca de 9 metros diâmetro, no interior de uma sala circular que se supunha ser de origem medieval pela abóbada nervurada, mas que poderá ser uma adaptação manuelina ou tardo-manuelina, quiçá sob influxos renascentistas.

[1001] Alarcão, J. d. (1973). *Portugal romano*. Verbo.
[1002] Correia, V. H. (1994). O Anfiteatro Romano de Évora. Noticia da sua identificação. In J. M. A. Martínez & J. J. E. Navascués (Eds.), *El Anfiteatro en la Hispania Romana* (pp. 345-348). Junta de Extremadura, Consejería de Cultura.
[1003] Santos, J. (2015). *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII – XI*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. pp. 48-49.
[1004] Correia, V. H. (1987–1988). As termas romanas de Évora. Notícia da sua identificação. *Humanitas, XXXIX – XL*, 312–317.

Figura 343 – Vestígios do Laconicum das termas romanas de Évora.

O sítio surge pela primeira vez referido na história da cidade no período imediatamente posterior à reconquista de Évora, altura em que segundo a tradição popular um antigo "paço" existente no local teria sido doado por D. Afonso Henriques (1109-1185) a Geraldo Sem Pavor. Porém, a mais antiga prova documental consiste numa doação de 1418 pelo rei D. João I a Nuno Martins da Silveira com o edifício a ser referenciado como a "cava da cerca velha junto às casas deste, desde a Porta Nova até à Porta do Talho do Mouro (arco de D. Isabel) para aí fazer pomar e casas"[1005]. Depreende-se que a doação seja referente ao espaço do fosso exterior às muralhas ou "cava", ocupando o paço ou "casas" o espaço interior. Por esta altura o local é conhecido como "castelo velho"[1006]. Esta referência pode ser um indício que as estruturas monumentais das termas, nomeadamente as fortes paredes anelares de suporte das abobadas, seriam na época ainda parcialmente visíveis, ainda que em ruínas, sendo interpretadas pelos habitantes da cidade como os vestígios de um antigo castelo. O local seria, no período filipino, também conhecido como os "Paços do Sertório", altura em que a ala Norte do conjunto, contigua à muralha da cidade, seria vendida por D. Luís da Silveira, 3º Conde da Sortelha (1570-1671), para a construção do Convento do Salvador do Mundo. A ala Sul do Paço, provavelmente reabilitada no século XVIII, seria ainda em grande medida herdeira do antigo paço[1007], tendo uma planta em O, com corpo central recuado sobre um grande pátio, que dava acesso à Praça do Sertório através de um portal ladeado por dois corpos simétricos. Este edifício seria já no final do século XIX adaptado a Paços do Concelho, promovendo-se no início do século XX uma alteração significativa, sobretudo através da construção de uma nova fachada sobre a praça e com o encerramento do antigo pátio por uma cobertura em ferro. A partir de 1937, inicia-se o processo de demolição do antigo Convento do Salvador para construção do novo edifício-sede dos CTT, rasgando-se a Rua de Olivença entre o espaço do antigo convento e o alçado Norte dos (agora) Paços do Concelho. Finalmente, em 1951, o corpo Norte dos paços, parcialmente em ruína desde a abertura da Rua de Olivença, é reconstruído e consolidado segundo um projecto de reconversão completa dos paços com uma linguagem neo-manuelina, que nunca será finalizado, tendo sido aplicado apenas a este segmento do edifício.

[1005] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 49.
[1006] Ibid. p. 50.
[1007] Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 240-242.

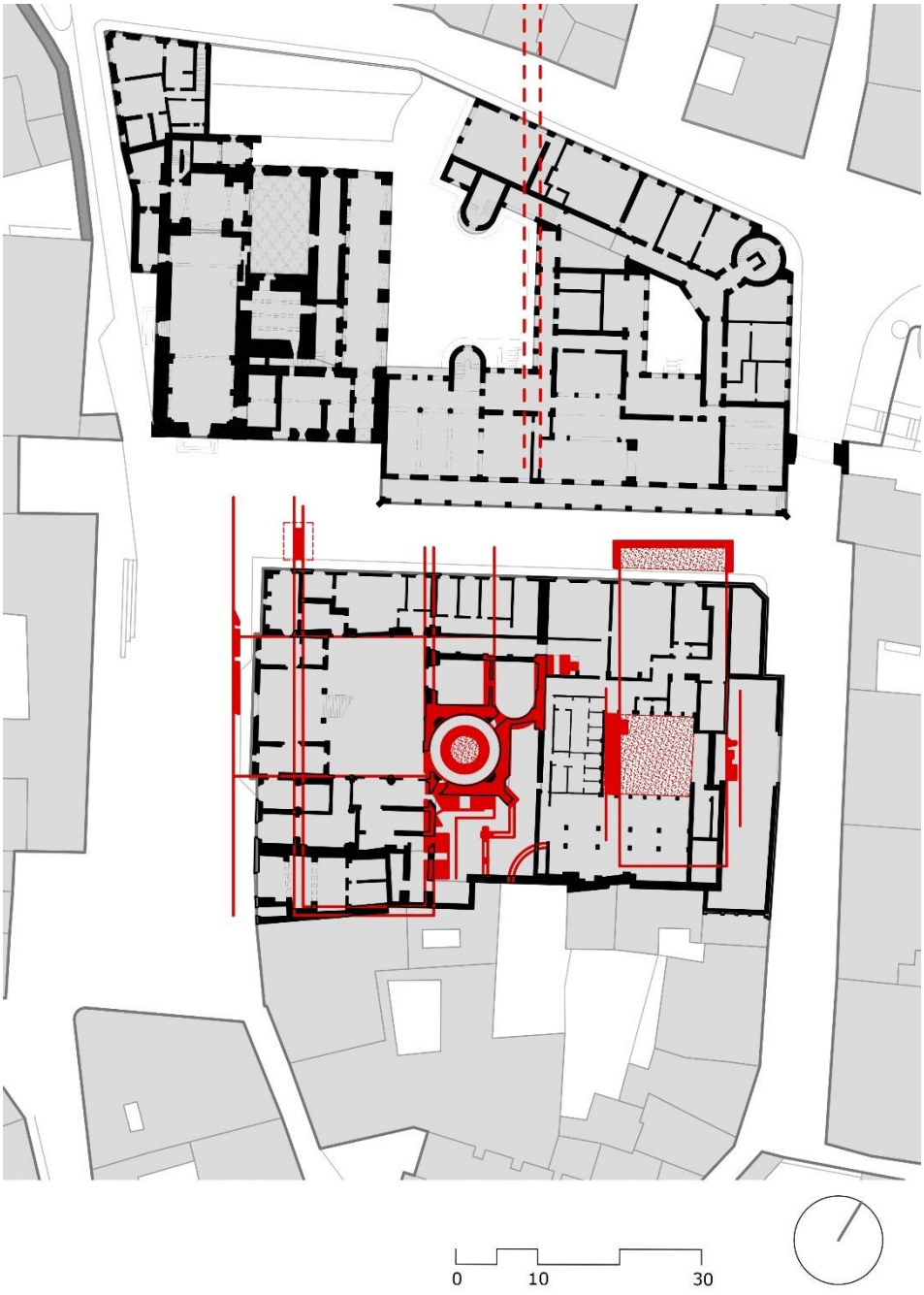


Figura 344 – Vestígios arqueológicos das Termas Romanas de Évora.

Em 1987, aquando da renovação do edifício dos Paços do Concelho é identificado o tanque central circular do *laconicum*[1008], que com cerca de 9 metros de diâmetro possui uma dimensão virtualmente idêntica ao *laconicum* das Termas Grandes do Sul de Condeixa-a-Velha. Numa segunda campanha, realizada em 1991 [1009] no logradouro do edifício, foram identificadas quatro fornalhas de aquecimento da zona quente das termas, os *preafurnia*. Em 1994 são realizadas novas escavações, no edifício contiguo ao edifício dos paços, construído entre 1972 e 1974 e pertencente aos Serviços Técnicos Municipais[1010]. Nesta intervenção foi possível identificar partes de uma grande piscina ao ar livre, a *natatio*, que teria originalmente uma configuração retangular de 9,30 metros de largura, e um comprimento ainda indeterminado. Escavações realizadas por Carmen Ballesteros na Rua de Olivença em 1997, e entre 2000 e 2002, permitiram identificar mais dois importantes vestígios das termas: o aparente limite Norte da *natatio* e uma robusta fundação, provavelmente pertencente a uma parte do antigo convento[1011].

A natureza icónica do *laconicum* levou a que inúmeros autores procurassem recuperar o desenho das antigas termas. Entre estes, destaca-se a interpretação de Maria Pilar Reis que considera que o fundo de tanque identificado na Rua de Olivença não pertence à *natatio* mas antes a uma outra piscina do *frigidarium*, desenhando ainda o muro de limite Poente das termas junto do terceiro vão da fachada Norte dos Paços do Concelho[1012]. O trabalho de mestrado de João Pedro Fialho Sabino [1013], produzido sob orientação de Jorge Duarte Hipólito de Sá, Panagiotis Sarantopoulos e Gustavo Silva Val-Flores, apresenta por seu turno uma interpretação diferente, talvez mais próxima da que foi sugerida por Carmen Ballesteros, na qual o tanque da Rua de Olivença é representado como o limite Norte da *natatio,* com o muro de limite poente das termas implantado entre o primeiro e o segundo vão da fachada Norte dos Paços do Concelho.

[1008] Correia, V. H. (1987–1988). As termas romanas de Évora. Notícia da sua identificação. *Humanitas, XXXIX – XL*, 312–317.

[1009] Sarantopoulos, P. (1994). Os Banhos Públicos da Liberalitas Iulia Ebora. Algumas notas sobre o seu estudo. *Actas do 1º Congresso de arqueologia peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, , XXXIV – fas.s. 3 – 4*, 273-286.

[1010] Sarantopoulos, P. (1994-1995). A Piscina dos Banhos Públicos de Évora Romana. Notícia da sua identificação no corpo novo do edifício dos actuais Paços do Concelho de Évora. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal, II Série, Nº 1*, 157-170. pp. 157–170.

[1011] Sarmento, R. d. M. (2022). A geometria aplicada à Évora romana: da malha urbana às termas. *Arqueología de la Arquitectura*(19).

[1012] Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Planta XXVIII

[1013] Sabino, J. (2019). *Património romano do Centro Histórico de Évora: representação e técnicas digitais na valorização das Termas da Praça do Sertório*. Tese de Mestrado em Arquitetura apresentada à Universidade de Évora. p. 64.

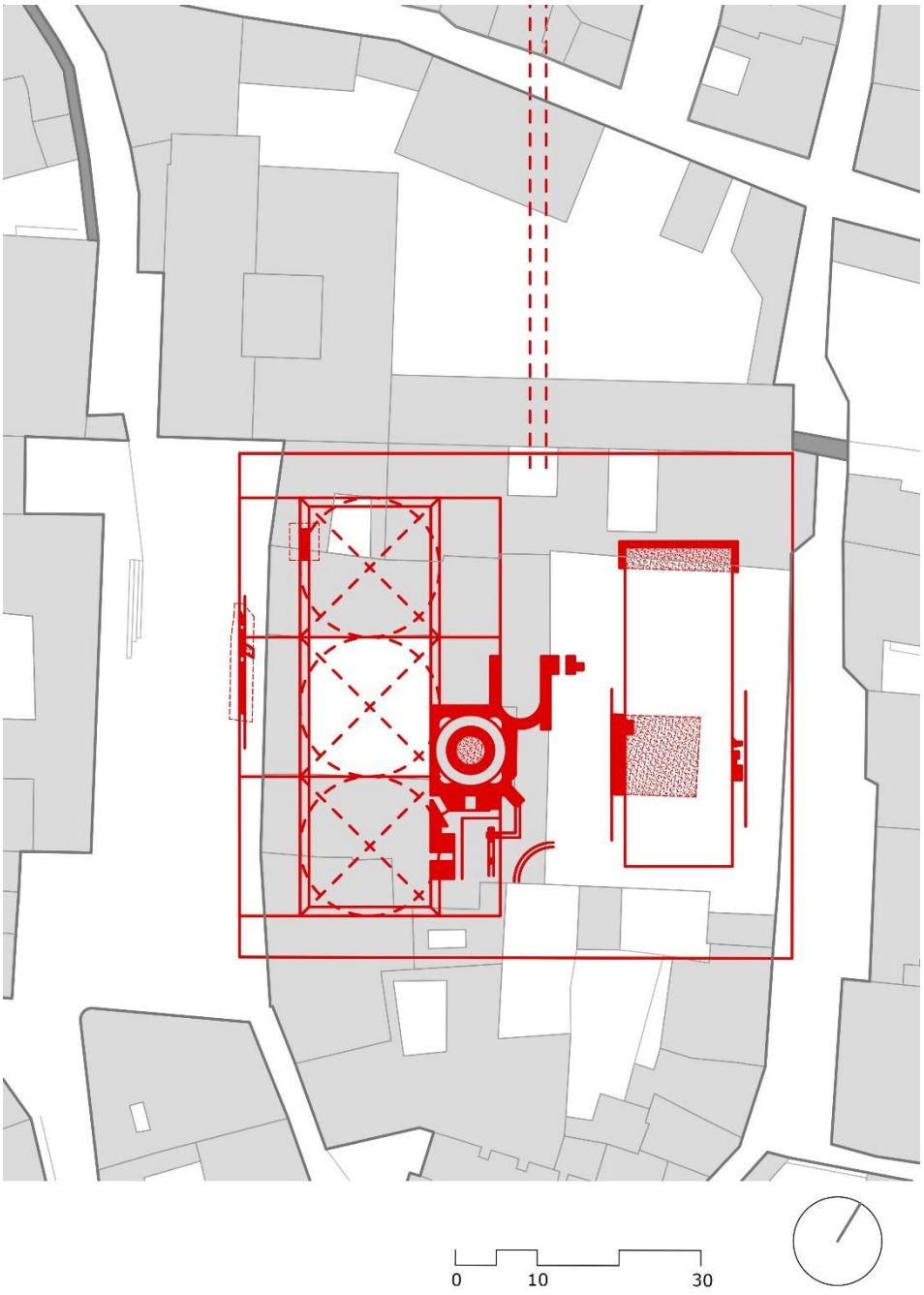


Figura 345 – Planta das Termas Romanas de Évora

Ao analisar a configuração original das termas da Praça do Sertório é importante considerar que todas as escavações realizadas até ao momento apoiam uma notável continuidade entre as estruturas de origem romana e as estruturas posteriores pertencentes ao Paço dos Conde da Sortelha e do Convento do Salvador. Assim, e dada a natureza limitada e pontual das escavações arqueológicas realizadas, o estudo do edifício actual, construído sobre as - e em função das- ruínas das termas, preservando e sedimentando a sua forma, surge como um instrumento fundamental para o seu (re)conhecimento.

Partindo da zona melhor documentada arqueologicamente, - o *laconicum,* cujo acesso principal primitivo *estaria* situado na face Sudoeste - podemos especular que a zona do *tepidariurm*, à qual este se ligaria, estaria situada no que viria a ser o antigo pátio do palácio[1014]. A Sul deste, na zona com melhor exposição solar, teríamos então a zona quente, o *caldarium*. Esta hipótese é suportada pela presença do *praefurnium* ligado directamente a esta zona, no qual é possível ainda identificar parte da estrutura lateral que apoiava a caldeira metálica da água quente que aquecia os *alveus* (tanques de água quente) na zona quente das termas[1015]. No lado oposto a Norte, teríamos assim a zona fria, o *frigidarium*, desenhando uma aparente disposição perfeitamente adequada à exposição solar, segundo um percurso linear simples entre as principais zonas das termas desde a zona fria a Norte até à zona quente a Sul, e de regresso segundo o mesmo percurso.

A forma do *tepidariurm* estará aparentemente preservada no pátio do antigo palácio, que parece resultar do colapso da abóbada central, mantendo, porém, a configuração das paredes. Neste sentido é particularmente relevante o facto de o antigo pátio desenhar uma forma quadrada, antes das obras de adaptação a Paços do Concelho, coincidindo a parede Sudoeste, hoje fachada do edifício municipal, com o limite Sudoeste das salas centrais das termas (*frigidarium*, *tepidariurm* e *caldarium*). A continuidade desta parede desde o período romano seria resultado da sua dimensão e robustez, por suportar as grandes abóbadas e cúpulas que cobriam as diversas salas. Perto da fachada do edifício, na Praça do Sertório, uma outra parede arqueologicamente identificada, parece ser o limite poente das termas, provavelmente associado a um conjunto de espaços anexos às três salas centrais do *frigidarium*, *tepidariurm* e *caldarium*.

[1014] Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 246.
[1015] Ibid. pp. 247-248.

Figura 346 – Comparação entre as plantas das termas de Lisboa, Condeixa-a-Velha e Évora

Quer os vestígios arqueológicos, quer a configuração do antigo palácio e convento ou dos actuais Paços do Concelho indiciam uma estrutura linear para as antigas termas compaginável com as três grandes áreas organizadas sequencialmente ao longo de um eixo, às quais se justapunha um conjunto de outros compartimentos menores como o *laconicum*. Esta organização linear é comum nas termas peninsulares de pequena e média dimensão, existindo vários exemplos de configuração e escala comparável às termas de Évora, entre os quais se destacam as Termas Portuárias de Lisboa[1016] ou as Termas Grandes do Sul de Condeixa-a-Velha. É, porém, importante referir que a comparação tipológica tem, nas termas, uma complexidade adicional. Esta tipologia construtiva não segue necessariamente lógicas compositivas formais rígidas, evidentes nos casos dos fóruns ou dos teatros. A sua forma é diversificada, apoiando-se antes em várias lógicas baseadas nos percursos entre as principais salas - frias, tépidas e quentes. Apesar desta especificidade, é possível mesmo assim estabelecer comparações tipológicas relevantes para o estudo destes edifícios.

As Termas Grandes do Sul surgem como exemplo de referência pela sua semelhante configuração. Nestas termas é particularmente notável o desenho do *laconicum*, com 4 absidíolos, e escala idêntica ao existente nas termas de Évora, bem como a sua semelhante cronologia e posição no edifício, levando autores como Maria Pilar Reis a sugerir a possibilidade de estarmos perante duas obras de um mesmo arquitecto[1017]. Para além da evidente estreita relação entre os dois *laconica* de ambos os edifícios, também a configuração dos *praefurnia* parece ser particularmente semelhante, aglomerando-se sobretudo na zona da parede Noroeste do *caldarium*. A grande diferença entre os dois edifícios parece estar no posicionamento das componentes exteriores, a *natatio* e a *palestra*. Se no caso de Condeixa e Lisboa estas duas componentes se situam axialmente ao eixo de composição, no caso de Évora estas parecem encontrar-se transversalmente a este eixo, com a *natatio* no lado Nordeste, e a *palestra* provavelmente no lado oposto a Sudoeste sob a actual praça. É provável, aliás, que a muralha que corre no alçado tardoz do antigo Colégio de S. Paulo e que limita a plataforma artificial da praça, seja o resultado da adaptação de um muro pré-existente de suporte da *palestra*, numa lógica idêntica à das Termas Grandes do Sul de Condeixa-a-Velha[1018]. Temos assim pela primeira vez uma

[1016] Com a devida vénia ao trabalho realizado pelos arqueólogos Ana Caessa, e Nuno Mota em Lisboa.
[1017] Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 246.
[1018] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 302.

hipótese concreta para a configuração das Termas da Praça do Sertório devidamente apoiada no vestígios arqueológicos e paralelos formais e tipológicos.

A descoberta das termas romanas da Praça do Sertório, com a sua aparente escala monumental, seria apenas possível a partir da existência prévia de um abastecimento de água substancial e constante. Tal abastecimento seria apenas possível de garantir com um aqueduto de considerável dimensão e extensão dada a distância que teria de percorrer até atingir mananciais de água à cota aproximada do topo da colina da cidade.

Segundo vários humanistas locais, o Aqueduto da Água de Prata, construído por volta de 1531, teria reaproveitado em grande medida o traçado do antigo aqueduto romano da cidade. Contudo a atribuição a um destes humanistas, o frade dominicano André de Resende (1498–1573), de várias inscrições falsas remetendo a construção do aqueduto a Quintus Sertorius, bem como a ausência de vestígios arqueológicos, vai pôr em causa esta narrativa histórica como o sendo o resultado de lendas ou confabulações. Alguns autores contemporâneos vão manter esta dúvida em pé [1019]. Somente com o trabalho de Francisco Bilou em 2009[1020] hesitações académicas sobre a génese fundacional do aqueduto vão ser definitivamente postas de parte. Este autor vai, pela primeira vez, identificar na zona entre o convento de S. Bento de Castris e o Forte de S. António, vários vestígios das fundações dos antigos pegões romanos. Construídos em *opus caementicium* e pedra aparelhada na base dos pegões do século XVI ou à sua ilharga imediata, exibem uma clara dissonância com a obra renascentista, quer nas técnicas construtivas utilizadas, quer nas dimensões em planta[1021], ao mesmo tempo que afirmam a sua origem romana e sustentam que, pelo menos, alguns trechos do traçado quinhentista do aqueduto foram tributários da obra Antiga.

Ou seja: surge assim, pela primeira vez, uma hipótese fundamentada em vestígios concretos, remetendo definitivamente a origem do aqueduto para o período romano, e assim confirmando e reabilitando algumas das leituras realizadas pelos contemporâneos da construção do Aqueduto da Água da Prata. Este teria reaproveitado, não só parte do traçado, mas também, em certos pontos, as fundações da anterior construção. Estas fundações seriam os últimos vestígios dos monumentais tramos aéreos próximos da cidade, que provavelmente teriam sido

[1019] Monteiro, M. F., & Jorge, V. (2007). O Sistema Hidráulico Quinhentista da Cidade de Évora 2000 - 2002 *Monumentos*, *26*, 92-105. p. 158.
[1020] Bilou, F. (2010). *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Edições Colibri.
[1021] Ibid. pp. 37-42.

desmontados na Idade Média, reutilizando-se a sua alvenaria nas construções da cidade.

O aqueduto segue assim certamente o traçado da principal secção aérea do antigo aqueduto romano, em linha recta desde o Forte de S. António até o Largo do Chão das Covas, momento em que inflete para Sul ao longo do traçado da Rua das Covas. Este topónimo surge documentado pela primeira vem em 1290[1022], sendo, portanto, muito anterior ao aqueduto quinhentista. Por outro lado, a Rua das Covas corresponde a uma linha de cumeada que se estende sensivelmente à cota 300 desde a Porta Nova até ao Largo do Chão das Covas, fazendo deste percurso o mais eficiente para atingir a cidade. Aqui, o alinhamento entre o traçado da Rua das Covas e a Torre do Salvador sugere a existência de uma relação entre as estruturas defensivas medievais e o ponto de entrada do aqueduto na cidade. Esta relação, aparentemente invulgar, é comum aos casos de Braga e Coimbra. Em Braga, o castelo foi edificado aparentemente no ponto de confluência dos aquedutos das Sete Fontes e Gualtar; em Coimbra, o castelo foi edificado no local em que o aqueduto de D. Sebastião intersectava a muralha da cidade. Esta sobreposição entre os aquedutos e as estruturas defensivas medievais não é hipótese de somenos, sobretudos quando sabemos que os aquedutos correm inevitavelmente ao longo de trajetos topograficamente favoráveis e, por conseguinte, coincidentes com locais de importância ou vulnerabilidade defensiva. Por outro lado, é também comum a tendência para o reaproveitamento das estruturas monumentais romanas nas cinturas defensivas da Antiguidade Tardia ou da Idade Média, algo que nestes casos pode resultar da reutilização das fundações ou dos vestígios impositivos das caixas de água dos aquedutos romanos, adequadamente denominadas *castellum aquae*.

A natural entrada do aqueduto no local da Torre do Salvador sugere também a existência de uma relação estreita entre o aqueduto e o seu *castellum aquae* com as termas da cidade. Esta situação seria em tudo semelhante à relação directa existente entre o *castellum aquae* de Condeixa-a-Velha e as Termas do Aqueduto construídas junto da sua face Sul.

[1022] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri.

O modelo urbano romano incluía uma série de edifícios monumentais, essenciais à composição do cenário e da vivência de qualquer cidade, desde os mais pequenos aglomerados aos grandes centros provinciais. De entre estes edifícios, transversais na paisagem urbana do império, encontramos exemplos bem conhecidos como os fóruns ou as termas públicas, assim como outros menos conhecidos como mercados (*macella*) ou armazéns (*horrea*). Mas os edifícios de espetáculo, - os teatros e anfiteatros - , são algumas das tipologias mais icónicas, não só pela sua monumentalidade, mas também pela natureza excecional com que os seus vestígios muitas vezes permanecem indelevelmente marcados no tecido urbano. Ora, a existência de um teatro ou anfiteatro na cidade de Évora é praticamente certa, dada a sua ubiquidade no mundo romano, embora até ao momento não tenham (ainda) sido detetados quaisquer vestígios arqueológicos destas estruturas.

Apesar desta ausência relembramos que autores como Jorge de Alarcão[1023] ou Virgílio Hipólito Correia[1024], procuram explicar a forma semicircular existente no tecido urbano entre o claustro da Sé e a Porta de Moura como o resultado da apropriação dos vestígios de um teatro ou anfiteatro. Estas hipóteses foram definitivamente refutadas com a descoberta dos vestígios de uma estrutura termal sob o Colégio dos Meninos do Coro da Sé[1025]. Apesar da refutação desta hipótese, permanece a quase inevitabilidade de um edifício deste tipo ter existido na cidade: e existem dois sugestivos, ainda que ténues indícios. O primeiro deve-se à descoberta na zona da Alcárcova de Cima de parte de uma placa côncava de mármore com uma inscrição interpretada por José da Encarnação como uma dedicatória em que um liberto homenageava o seu patrono dedicando-lhe um banco ou assento, provavelmente no teatro da cidade, que seria revestido pela referida dita placa em mármore[1026]. O segundo vestígio consiste numa estátua em mármore, representando um sátiro deitado sobre pele de animal, descoberta em 1964 no decurso das obras de adaptação dos Convento dos Lóios a pousada, tendo sido interpretado por alguns autores também como um Sileno[1027] semelhante por exemplo aos existentes no teatro de Lisboa.

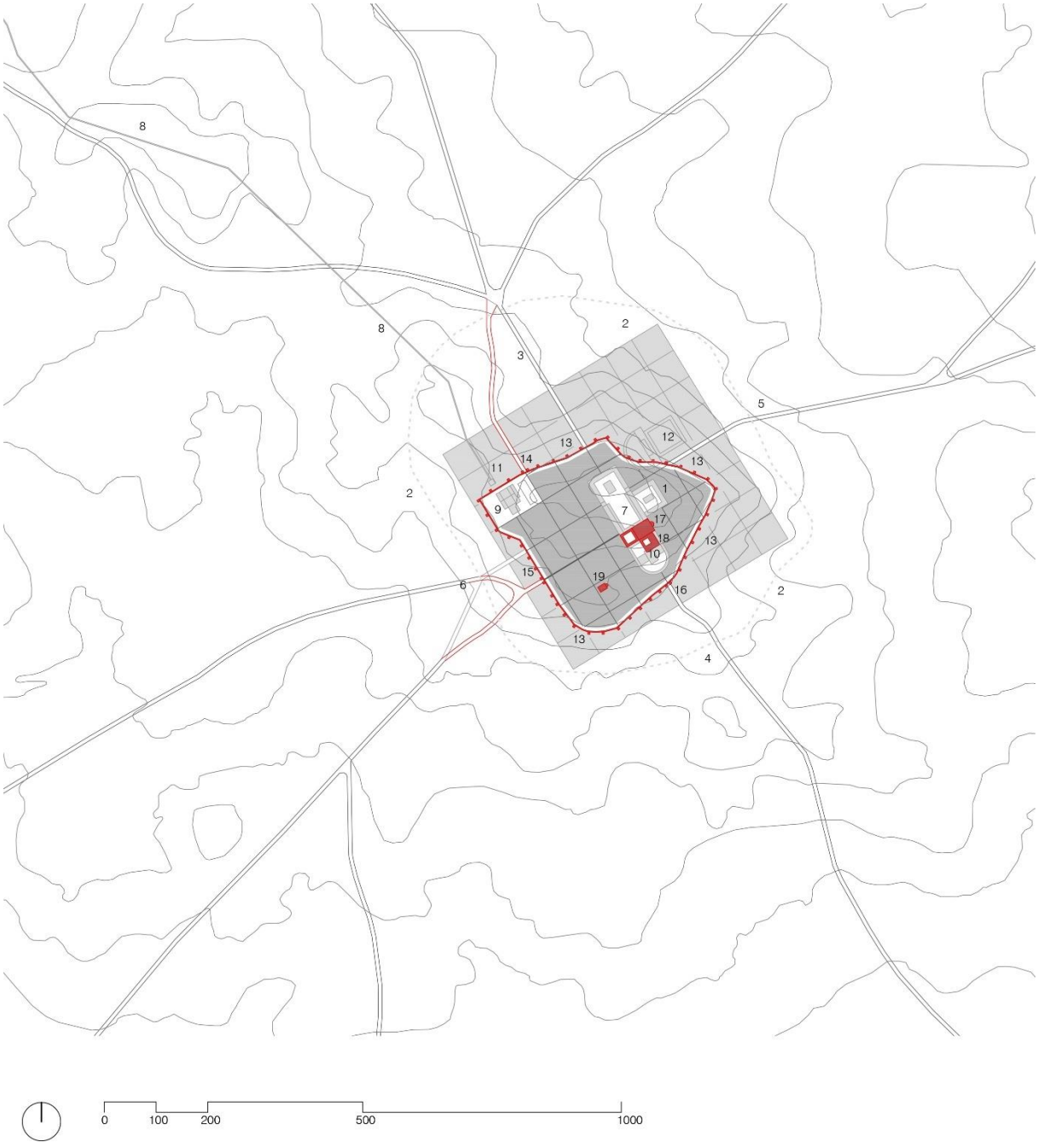
[1023] Alarcão, J. d. (1973). *Portugal romano*. Verbo.
[1024] Correia, V. H. (1994). O Anfiteatro Romano de Évora. Noticia da sua identificação. In J. M. A. Martínez & J. J. E. Navascués (Eds.), *El Anfiteatro en la Hispania Romana* (pp. 345-348). Junta de Extremadura, Consejería de Cultura.
[1025] Santos, J. (2015). *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII – XI*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.
[1026] Encarnação, J. d. (1987). Religião e Cultura na Évora dos Romanos. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*, 5-19. , ibid. pp. 12-18.
[1027] Gonçalves, L. J. (2007). Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano. *Studia Lusitana II, Vol. 1-2*.

A zona entre o Palácio dos Duques do Cadaval e o Convento dos Lóios é digna de nota por ser uma das zonas topograficamente mais favoráveis à implantação de um hipotético teatro. A depressão do terreno e a curva que a muralha desenha nas traseiras destes edifícios é, de resto, perfeitamente compatível com a adaptação dos vestígios de um antigo teatro romano[1028]. Os restos desta estrutura podem inclusivamente estar relacionados com os fortes paramentos aparentemente de cronologia islâmica, mas cuja fundação poderá ser romana, identificados durante a intervenção de emergência para a construção da piscina na Pousada dos Lóios, em 1987[1029]. A hipótese deste lugar ser o pouso do antigo teatro romano da cidade é ainda reforçada pela localização particularmente próxima do fórum da cidade, talvez estabelecendo uma relação semelhante aos teatro e fórum romanos de Braga. Para além do fórum, termas e teatro, outros importantes edifícios monumentais pontuariam seguramente a paisagem urbana; apenas não se conhecem (ainda) testemunhos inequívocos.

[1028] Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 230 – 231.
[1029] Correia, V., & Fernandes, T. M. (1994). Pousada dos Loios. *Informação Arqueológica* 9. p. 112.

Évora Fase 4 (séculos IV - VIII)

Os primeiros bispos da Lusitânia



Legenda

1 - Forum de Augusto? (séc. I a.C.)
2 - Muralha Fundacional? (séc. a.C.)
3 - Porta Norte? (séc. I a.C.)
4 - Porta Sul? (séc. I a.C.)
5 - Porta Este? (séc. I a.C.)
6 - Porta Oeste? (séc. I a.C.)
7 - Forum Flávio (séc. I)
8 - Aqueduto (séc. I)
9 - Termas do Forum? (séc. I)
10 - Termas do Aqueduto (séc. I)
11 - Castellum Aquae? (séc. I)
12 - Teatro? (séc. I)
13 - Muralha Tardia (séc. IV)
14 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV?)
15 - Porta da Selaria (séc. IV?)
16 - Porta de Moura (séc. IV?)
17 - Basílica de Santa Maria? (séc. IV)
18 - Conjunto Episcopal? (séc. IV)
19 - Igreja de S. Pedro? (séc. IV)

Existe pouca informação sobre a cidade e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia, dificultando a análise deste período. À medida que a coesão interna do império romano começa a esmorecer, a pressão dos povos bárbaros vai tornar-se mais ameaçadora, e é iniciado em toda a península um gradual processo de fortificação sistemática dos principais aglomerados urbanos entre o final do século III e o início do IV[1030]. Em Évora, a construção das muralhas resultou numa contracção do espaço da cidade, o que é observável pela sua sobreposição a várias casas romanas na Rua de Burgos. A construção da muralha terá assim implicado uma alteração do ambiente urbano, resultando numa densificação e fragmentação dos espaços construídos em detrimento das zonas publicas, com a provável supressão de pórticos e ruas, ou com a ocupação, por exemplo, da praça do fórum por habitações[1031]. Apesar destes vestígios, a época de construção das muralhas permanece problemática, com a maior parte dos autores sugerindo uma data entre os finais do século III[1032] ou início do século IV[1033], ainda que estudos mais recentes apontem uma cronologia mais precisa de inícios do século IV[1034]. No entanto, podemos afirmar com certeza que se trata na sua origem de uma obra romana baixo-imperial[1035]. Entre os indícios que sugerem esta cronologia temos, por um lado, o tipo de aparelho dos silhares do seu embasamento, em soga e tição[1036], tipicamente romano, e as dimensões comuns que várias das torres apresentam de aproximadamente 4.5x4.5 metros, sugerindo uma correspondência com o *cubitus* romano de 4.5 centímetros que foi mantida através de sucessivas reconstruções[1037]. Apesar da sua origem baixo-imperial, parece claro que o aparelho superior das muralhas é medieval, devendo ser atribuído às sucessivas destruições e reconstruções da muralha durante a Idade Média. No essencial, porém, o traçado da muralha parece ter sido mantido ao longo dos séculos sem grandes alterações[1038], lendo-se a sua estrutura com alguma facilidade nos alçados tardozes dos edifícios, assim como em muros de suporte e limites de propriedades do núcleo central da cidade.

[1030] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 14-15.
[1031] Teichner, F. (1998). A ocupação do centro da cidade de Evora da época romana à contemporânea: primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In J. M. Diogo & H. C. Abraços (Eds.), *Actas des II Jornadas de cerâmica medieval y pós-medieval*. Câmara Municipal de Tondela. p. 22.
[1032] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 11-40.
[1033] Alarcão, J. d. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. Europa-América. p. 76.
[1034] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 299.
[1035] Ibid. p. 295.
[1036] Bellido, A. G. y. (1971). El recinto mural romano de Évora Liberalitas Ivlia. *Conimbriga, 10*. pp. 85-92.
[1037] Correia, F. B. (2007). Notas em torno da muralha romana de Évora e da sua continuidade em fases posteriores. In A. R. Colmenero & I. R. d. Llanza (Eds.), *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – Lucus Augusti como paradigma* (pp. 673-683). Diputación Provincial de Lugo. p. 676.
[1038] Maldonado, B. P. (1993). *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas: crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe. pp 25-28

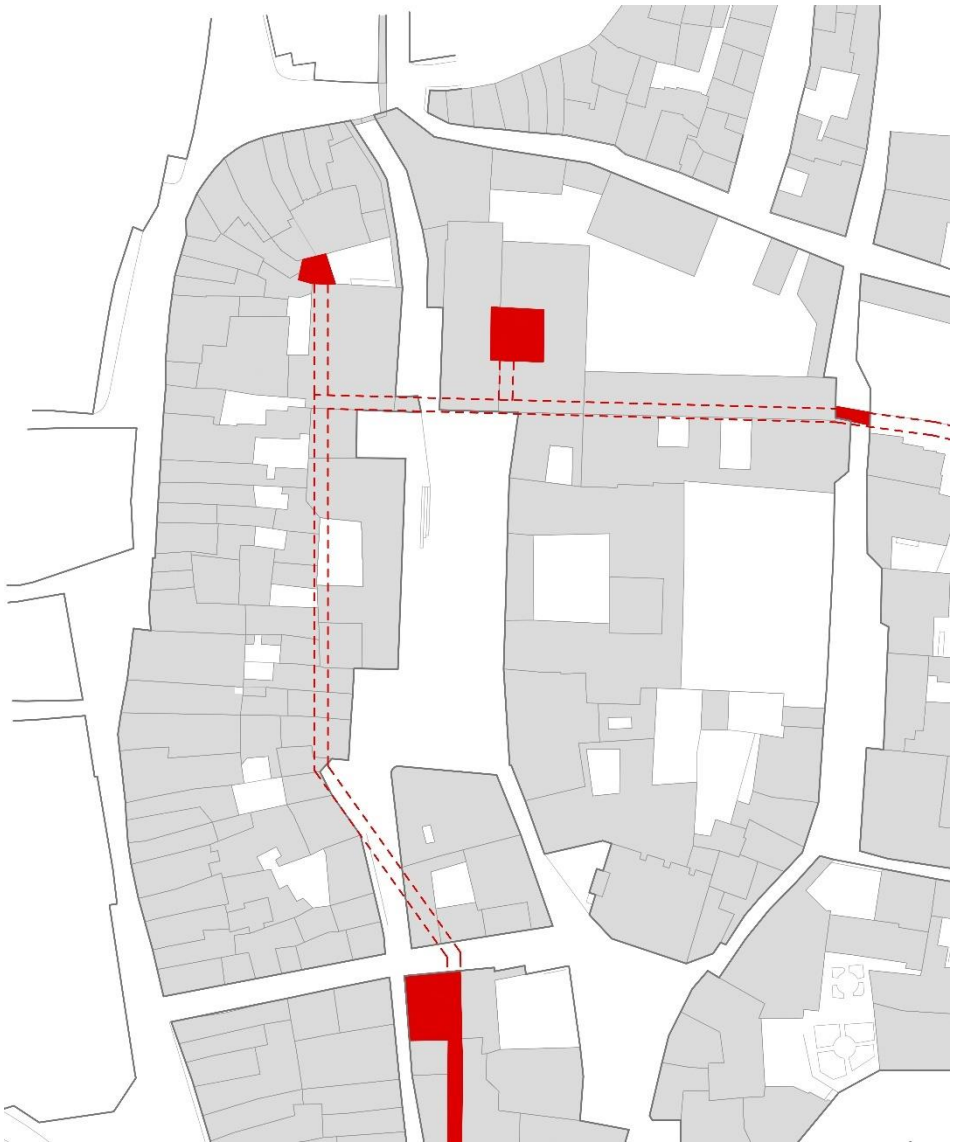


Figura 347 – Hipotético circuito da muralha na zona da praça do Sertório exibindo a Torre do Salvador como uma torre albarrã.

Do perímetro global da muralha apenas na zona do edifício dos CTT, entre a porta de D. Isabel e a Torre do Salvador, se procedeu à destruição sistemática de estruturas antigas construídas sobre a muralha, dificultando a interpretação do traçado da mesma na zona. Aqui a única referência à muralha foi feita por Túlio Espanca aquando da construção do edifício dos CTT em 1945, quando afirma que "*Em 1942, ao iniciarem-se as vultuosas obras de abertura dos caboucos para a construção do novo edifício dos CTT, estando já arrazado o velho mosteiro, puzeram-se a descoberto os alicerces profundos e fortíssimos da muralha romano-goda que fazia um ângulo obtuso na direcção da tôrre quadrangular da Igreja das Franciscanas, verificando-se a existência das bases da tôrre Norte que flanqueava o portal, assim como o pórtico da barbacã*" [1039]. A descrição é pouco clara, e as fotografias da demolição do convento e construção do edifício dos CTT não revelam nenhum indício das muralhas, presumindo-se o hipotético traçado da muralha no local como tratando-se um percurso linear, recto, entre a porta de D. Isabel e a face Sudeste da Torre do Salvador[1040]. Contudo, a leitura do tecido urbano sugere um traçado alternativo para a muralha, sobretudo a partir da leitura da configuração do antigo Convento do Salvador. O edifício estruturava-se em dois corpos principais. Um centrado em redor da pré-existente Torre do Salvador, e outro com uma configuração linear correndo para Nordeste até à Porta de D. Isabel, aparentemente sobrepondo-se à antiga muralha. Este segundo corpo linear dividia-se em dois volumes, segundo um eixo alinhado com a arcada do antigo Colégio de S. Paulo. A partir da tendência na manutenção das muralhas nos tecidos urbanos que se lhes sobrepõe, e dada a ausência de uma matriz tipológica ordenadora que obrigasse a construção do convento a apagar eventuais pré-existências, consideramos que o edifício terá provavelmente neste sector acomodado e mantido na sua configuração a forma da antiga muralha baixo-imperial. Esta, corria ao longo do "eixo de fractura" do convento até ao Colégio de S. Paulo, cuja arcada marca ainda o início do talude gerado pela muralha que corre nas traseiras deste edifício, talude esse que resulta provavelmente da reutilização por parte da muralha do muro de limite da *palestra* das termas[1041]. A muralha parece assim, em grande medida, respeitar as dimensões e a orientação do edifício das termas, algo que não deve causar surpresa dada a habitual manutenção e até mesmo remodelação destes edifícios durante a antiguidade, enquanto outros, como os fóruns ou os teatros, se extinguiam e eram demolidos[1042].

[1039] Espanca, T. (1945). Fortificações e Alcaidarias de Évora. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 9-10, Ano III), 41-90. pp. 43-44.
[1040] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. pp. 18-23.
[1041] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 302.
[1042] Alarcão, J. d. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc.II a.C. ao séc.VI d.C*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 293.

Figura 348 – Fotografia do pano Norte da muralha baixo-imperial na zona de silhares irregulares talvez resultado do encerramento de uma antiga porta.

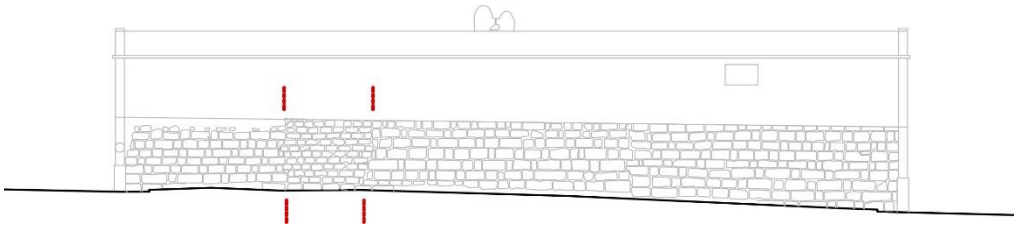


Figura 349 – Levantamento do pano Norte da muralha baixo-imperial identificando a zona de silhares irregulares resultado do encerramento de uma antiga porta.

O traçado da muralha deixa a Torre do Salvador isolada no exterior do perímetro defensivo, provavelmente como torre avançada ou albarrã. Esta leitura que pode indiciar que esta estrutura tenha uma cronologia claramente posterior, provavelmente islâmica ou cristã. Esta possibilidade explica, também, não só a existência de uma seteira na face Sul da Torre do Salvador, orientada sobre a Praça do Sertório, ou seja, sobre o adarve que a ligava à muralha da cidade, mas também o facto de o coroamento da torre ser, em todas as suas faces, rematado por *machicoulis*, permitindo uma defesa avançada.

Outro aspeto relevante que deve ser tido em conta na análise das muralhas é a aparente anulação do *cardus* e *decumanus* máximos, cortados pela construção dos muros. Para além da Porta de Moura, situada no alinhamento do Templo Diana, parece ter havido por parte dos construtores da muralha, uma vontade clara de suprimir os principais eixos, realizando a ligação ao exterior preferencialmente através de portas situadas na continuação de ruas secundárias. Apesar desta alteração da hierarquia viária principal, parte da estrutura antiga terá sido preservada através da aparente colocação de postigos nos pontos em que os *cardus* e *decumanus* máximos encontram as muralhas. No caso do *decumanus* máximo, a circulação continuou através de um postigo na zona da Rua da Alcárcova de Cima junto à Torre do Sisebuto[1043], replicado na face Nordeste da muralha com outro postigo, por vezes chamado de porta da traição, situado no antigo Convento dos Lóios. No caso do *cardus* máximo este parece ter sido preservado a Sul pela Porta de Moura, continuando a Norte junto ao Jardim de Diana, onde é possível encontrar, no mesmo alinhamento do templo da Porta de Moura, os vestígios do encerramento da antiga porta ou postigo existente neste troço da muralha.

Ao longo do século IV assiste-se a uma progressiva decadência da administração romana e dos cultos pagãos, substituídos por uma outra ordem gradualmente implantada e consolidada pela Igreja através dos vários concílios realizados ao longo do século VI e VII [1044]. A cidade teria uma comunidade cristã importante desde um momento relativamente precoce, sendo Évora, Faro e Mérida das primeiras dioceses estabelecidas na Lusitânia, representadas pelos respectivos bispos no primeiro concílio celebrado na Hispânia, o Concílio de Elvira realizado nos primeiros anos do século IV [1045].

[1043] Bellido, A. G. y. (1971). El recinto mural romano de Évora Liberalitas Iulia. *Conimbriga, 10*. p. 85-92.
[1044] Vieira, F. (2016). *O mundo rural e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. p. 37.
[1045] Ibid. pp. 31-32.

Pouco ou nada se sabe da cidade de Évora durante os séculos V e VI. A cidade terá feito parte do Reino Suevo que ocupou toda a fachada atlântica da península, tendo esta provavelmente sofrido pilhagens do decurso das principais campanhas militares, como a que levou em 429 o suevo Heremigarius a atacar Mérida e o sul da Hispânia[1046], finalmente conquistada em 439. A cidade de Mérida seria tomada pelos Visigodos em 469, tendo a região Sul da península passado definitivamente para o controlo do Reino Visigodo. É provavel, neste contexto de instabilidade do século V, que as áreas urbanas situadas no exterior da muralha baixo-imperial sejam finalmente abandonadas [1047]. Sob o domínio Visigodo a igreja hispânica vai entrar num processo de profunda reforma, excluindo cultos como o Arianismo e adquirindo novos escalões de complexidade administrativa. Torna-se assim, pela primeira vez, necessária a construção de grandes conjuntos episcopais (constituídos por paços, basílicas e batistérios) nas sedes diocesanas para albergar o funcionamento da emergente administração eclesiástica. Ao contrário das primeiras igrejas, que se localizam tendencialmente fora dos antigos espaços de poder e religião romanos e pagãos, nos séculos V e VI os novos conjuntos episcopais vão procurar o destaque dos centros urbanos, reocupando frequentemente os espaços dos antigos fóruns em ruínas.

Temos assim, provavelmente também em Évora durante o século VI, a construção de um importante conjunto episcopal, constituído certamente por uma basílica, um paço e um batistério. Destas estruturas não foram até ao momento recuperados vestígios evidentes. No entanto a identificação de várias peças de grande qualidade durante as escavações realizadas no Museu de Évora, com motivos estilisticamente tidos como de origem visigótica (um capitel, uma cancela e um pé de altar[1048]), assim como a identificação de uma necrópole contemporânea na zona Largo Dom Miguel Portugal[1049], sugere a proximidade com um edifício de culto de grande importância. Parece, assim, provável, que no espaço da antiga basílica forense tenha sido edificada no século VI uma basílica cristã, cuja forma seria mais modesta, mas semelhante à da sua antecessora. Esta transformação tem paralelo no conjunto episcopal de Valência, também ele construído justaposto à antiga basílica romana no

[1046] Alarcão, J. d. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc.II a.C. ao séc.VI d.C*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 316.
[1047] Basílio, E. M., & Arqueóloga, M. (2017). De Liberalitas Iulia a Yábura. A evolução diacrónica de Évora a partir do exemplo do Paço dos Lobo da Gama (Séc. I – XII d.C.). Resultados preliminares. *Scientia Antiquitatis*, *1*, 111-129. p. 127.
[1048] Wolfram, M. (2011). *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania : arqueologia-arquitectura-epigrafia*. Tese de Doutoramento em História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Anexo 1, pp. 171-172.
[1049] Ibid. Anexo 1. p. 172.

século VI[1050]. O conjunto episcopal seria também constituído por outros edifícios como o paço, o batistério e o *atrium*. Estes situar-se iam provavelmente ao redor da basílica, provavelmente sob a actual Sé ou na zona do claustro, a Sul, uma vez que as escavações realizadas no Museu de Évora e no Largo Dom Miguel Portugal, a Norte e Ocidente, não revelaram vestígios de construções relevantes. Para além do espaço de necrópole na zona da Sé de Évora, também na Rua de Diogo Cão, no espaço da antiga Igreja de S. Pedro, foram detectadas várias sepulturas do século VI[1051]. O historiador Gabriel Pereira, com base em vestígios encontrados no local da antiga Igreja de S. Pedro no final do século XIX, entre os quais lápides, mísulas e mesmo uma inscrição em árabe, admitiu a existência no local de uma igreja moçárabe, hipótese que é reforçada pela tradição local segundo a qual a igreja já existiria antes da reconquista, tendo sido na altura doada aos Templários que a reedificaram e ampliaram em 1186[1052]. É pouco viável que em ambiente urbano a necrópole existente junto da Sé se estendesse até à Igreja de S. Pedro a 100 metros para Sudoeste, pelo que parece possível que esta antiga igreja corresponda a um templo sucessivamente ocupado desde o século VI, pertencendo-lhe talvez um baixo-relevo com decoração visigótica em mármore encontrado no vizinho Salão Central Eborense[1053].

Durante a antiguidade tardia as igrejas ocupam frequentemente zonas exteriores aos centros urbanos, preferindo posicionar-se nas zonas periféricas, perto das principais vias de acesso e ocasionalmente sobre antigas necrópoles romanas. Porém, no caso de Évora, não são conhecidas igrejas nesta situação, o que talvez resulte da sua destruição durante a ocupação islâmica. Por outro lado, no espaço rural em redor da cidade, existem vários templos com indícios de uma ocupação que remonta à Antiguidade Tardia. Destes, destacam-se as igrejas de Santana do Campo (adaptando um anterior templo romano), S. Manços (adaptando, no século VII, um antigo mausoléu romano[1054]) e a Igreja de Vera Cruz de Marmelar.

[1050] Lacomba, A. R. i., & Chover, M. I. E. (2019). De la Valentia romana a la Valentia episcopal. Perduració, adaptació, reutilització, evolució i modulació en el projecte urbà del grup episcopal i el seu entorn. In J. L. Vilar (Ed.), *Tarraco Biennal. Actes 4t Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: el cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives* (pp. 271-280). Universitat Rovira i Virgili, Publicacions URV : Institut d'Estudis Catalans. pp. 271-280.

[1051] Wolfram, M. (2011). *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania : arqueologia-arquitectura-epigrafia*. Tese de Doutoramento em História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. anexo 1. p. 172.

[1052] Cruz, M. d. B. d. (1758). São Pedro Memórias Paroquiais. . In L. Henriques (Ed.), *Memórias Paroquiais* (Vol. 14, pp. 843-849). Arquivo Nacional – Torre do Tombo. p. 843.

[1053] Basílio, E., Santos, J. R., Leal, R., Sarmento, R., & Oliveira, J. d. (2019). O Salão Central Eborense de covas de pão a sala de cinema. *Revista portuguesa de Arqueologia*, *22*, 209-215. p. 211.

[1054] Vieira, F. (2016). *O mundo rural e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora. pp. 7-89.

Figura 350 – Alçado posterior da Igreja de Santana do Campo evidenciando os contrafortes em silharia rusticada do antigo templo romano.

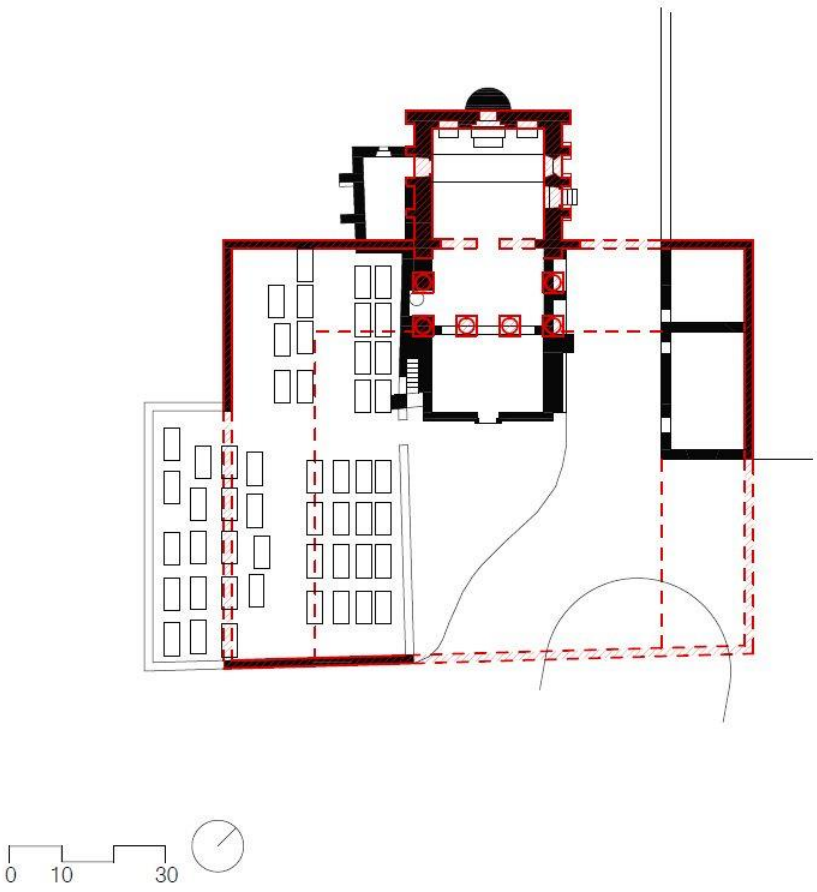


Figura 351 – Implantação do templo romano de Santana do Campo.

Figura 352 – Alçado posterior da Igreja de São Manços evidenciando a estrutura do antigo mausoléu adaptado em capela-mor da actual igreja.

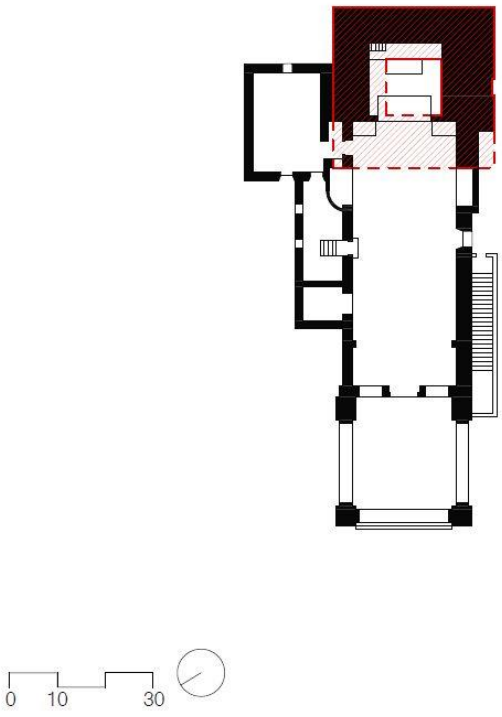
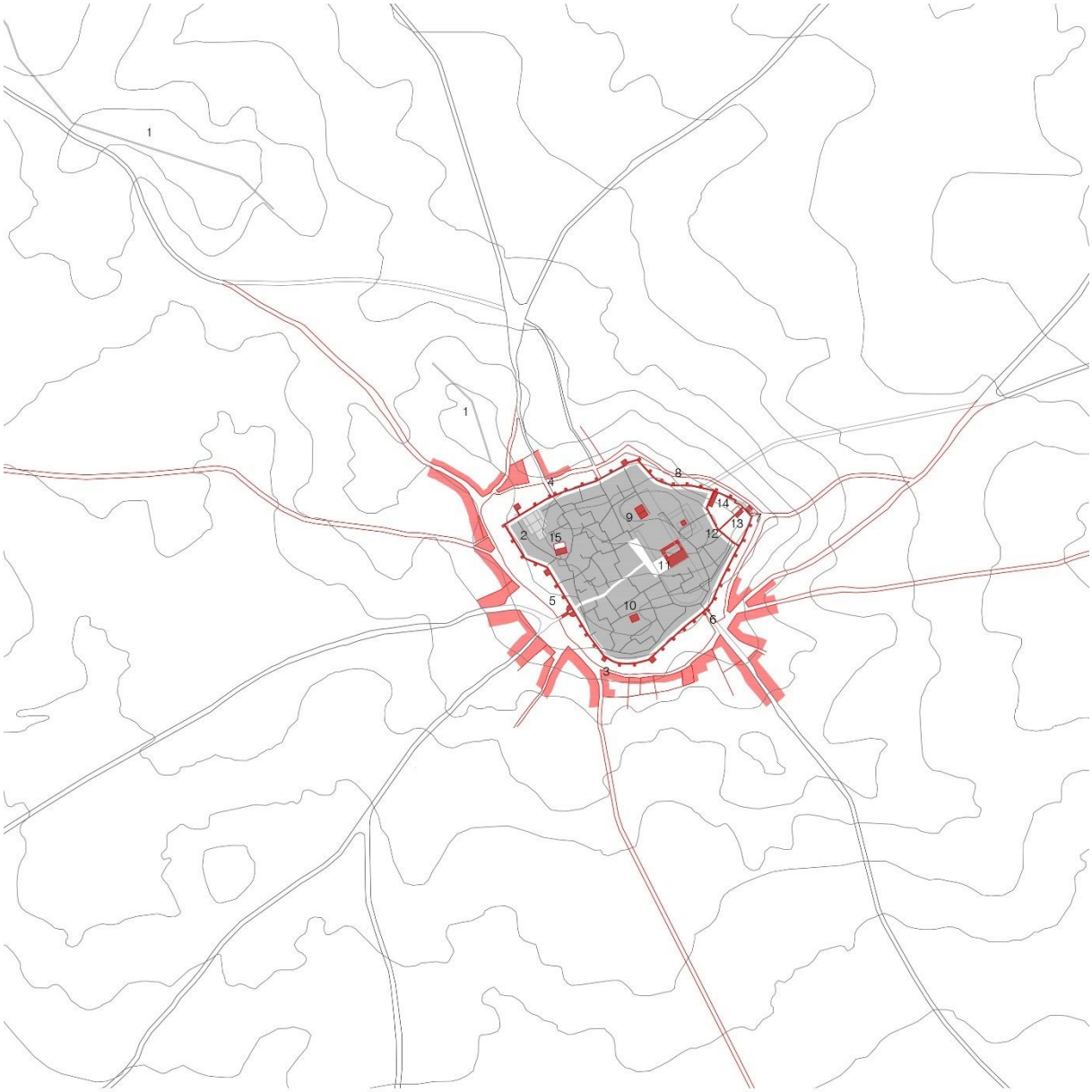


Figura 353 – Implantação do mausoléu romano de S. Manços.

Évora Fase 5 (séculos VIII - XII)
As investidas islâmicas



Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Termas do Aqueduto (séc. I)
3 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
4 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
5 - Porta da Selaria (séc. X?)
6 - Porta de Moura (séc. X?)
7 - Porta do Sol (séc. X?)
8 - Porta da Traição (séc. X?)
9 - Templo Romano / Reduto Fortificado (séc. IX)
10 - Mesquita da Igreja de S. Pedro? (séc. X?)
11 - Mesquita Aljama? (séc. X?)
12 - Alcácer (séc. IX?)
13 - Mesquita do Governador? (séc. X?)
14 - Palácio do Governador? (séc. X?)
15 - Mesquita da Igreja de S. Tiago? (séc. XI?)

Évora é incorporada no mundo islâmico por Abd-al Aziz, entre os anos de 714 a 716[1055]. A cidade segue o mesmo rumo que toda a região, capitulando mediante a realização de um acordo com as elites locais de descendência visigoda e os recém-chegados conquistadores islâmicos. Este acordo vai permitir manter a autonomia da região, a troco do pagamento de um tributo anual ao emergente poder central em Córdoba. A capitulação terá mantido as principais estruturas urbanas, políticas, sociais, económicas e até mesmo religiosas cristãs sem grandes alterações durante os primeiros anos da ocupação islâmica. A situação ter-se-á mantido, até que o ressurgimento da resistência cristã a Norte, resulte num conjunto de ataques contra as cidades islâmicas meridionais, como sejam as investidas lançadas por Afonso II das Astúrias (791-842) em 797/798 na região entre Coimbra e Lisboa, e a do conde Hermenegildo Guterres, o qual, sob as ordens de Afonso III (866-910), conquista em 878 a cidade de Coimbra.

Em 913 o rei asturo-leonês Ordonho II (910-924) vai liderar um novo ataque ao Sul, focando-se na cidade de Évora. O ataque realizado por Ordonho II é descrito por fontes islâmicas no século XI (nomeadamente por Ibn Hayyan, no Muqtabis V[1056], e por um autor anónimo na Crónica Anónima de al-Rahman III al-Nasir"[1057] também provavelmente no século XI), dando-nos algumas importantes informações históricas sobre a cidade no século X. Segundo estas fontes as forças de Ordonho II teriam examinado a muralha da cidade antes do ataque, verificando que esta era relativamente baixa e que se encontrava. num ponto. entulhada por detritos que se acumulavam quase até à altura do adarve[1058]. Este relato sugere alguma incúria ou desleixo na manutenção das estruturas defensivas da cidade, revelando ainda a ausência de referências a quaisquer arrabaldes em torno da cidade que, a existirem, não deixariam de ser presa imediata de Ordonho[1059]. Por outro lado, na descrição do ataque, é também assinalável a referência ao assassinato do governador da cidade na sua mesquita particular, indício da existência de uma zona palatina, ainda que não plasmada numa estrutura fortificada autónoma, ou seja, um alcácer. Évora seria assim, no essencial e ainda no século X, uma cidade herdeira da Antiguidade Tardia, sem nenhuma ruptura da sua estrutura primitiva[1060]

[1055] Filipe, V. G. (2013). O bairro de madina yabura. In J. Arnaud, A. Martins, & C. Neves (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 923-929). Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 923.
[1056] Santos, J. (2015). *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII – XI*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.
[1057] Coelho, A. B. (1975a). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. II). Seara Nova. pp. 207-209.
[1058] Ibid. p. 207.
[1059] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. p. 7.
[1060] Ibid.P8

A falta de qualidade das defesas terá resultado numa conquista relativamente fácil, na qual os últimos defensores muçulmanos foram encurralados e dramaticamente mortos num canto apertado na secção oriental da cidade, tendo os seus cadáveres amontoados atingido quase a altura da muralha[1061]. Ordonho II pilhou e abandou a cidade no dia seguinte, levando consigo como cativos uma parte significativa da população. Teriam sobrevivido ao ataque apenas alguns habitantes que, segundo a descrição, se teriam barricado no topo de edifícios "antigos" até à noite, aproveitando então a escuridão para fugir até Beja[1062]. Seriam estes edifícios antigos, o fortificado templo romano, ou as estruturas defensivas construídas sobre as antigas termas da cidade? A desertificação de Évora terá levado o poder *muladí* do reino semi-independente Badajoz, a ordenar a demolição das muralhas, com receio de que a cidade vazia pudesse ser ocupada e fortificada por forças berberes[1063]. O facto de ainda ser hoje possível verificar o aparelho típico das construções baixo-imperiais no embasamento da muralha sugere que a mesma não teria sido destruída, mas antes apenas rebaixada, diminuindo significativamente a sua eficácia.

Abd Allah ibn Marwan al-Jilliqi, neto de Ibn Marwan, que controla a região a partir de Badajoz, ordena em 914[1064] um programa de reconstrução das muralhas seguindo o traçado do muro romano pré-existente e recuperando a maior parte dos elementos construtivos[1065], assim como o repovoamento da cidade. Évora entra assim na alçada do reino semi-independente de Badajoz durante algumas décadas, até o emir Abd ar-Rahman III conquistar Badajoz em 929. Fica sob controlo do califado omíada Abd al-Rahman III, tendo-se este provavelmente apropriado do acto fundacional de 914, patrocinando a construção de uma alcáçova e a edificação da mesquita aljama de acordo com a política califal de controlo urbano e emergência de edifícios monumentais[1066]. A cidade terá assim entrado num longo período de relativa estabilidade e prosperidade, motivado, por um lado, pela proximidade de cidades como Lisboa ou Badajoz, e por outro, pela subida da fronteira dos reinos cristãos para Norte, devida à recuperação por Al-Mansor de todos os territórios antes perdidos a Sul do Douro, numa campanha que culminaria na pilhagem de São Tiago de Compostela em 997.

[1061] Coelho, A. B. (1975a). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. II). Seara Nova. p. 209.
[1062] Ibid. p. 208.
[1063] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 15.
[1064] Nunes, A. (2014). *Ibn Marwan e a fitna: Islamismo e Feudalismo no Gharb al-Andalus* Tese de Mestrado em Historia do Mediterrâneo Islâmico e Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 97.
[1065] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, *26*, 6-15. p. 7.
[1066] Filipe, V. G. (2013). O bairro de madina yabura. In J. Arnaud, A. Martins, & C. Neves (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 923-929). Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 923.

Esta prosperidade continuaria após a desagregação do califado a partir de 1012. Badajoz torna a emergir como sede de um reino autónomo sob o controlo da dinastia aftácida, tornando-se um dos mais poderosos reinos islâmicos do século XI. A sua posição geográfica, no ponto central da via comercial mais importante para o reino aftácida e em direcção às suas duas cidades portuárias, Lisboa e Alcácer do Sal, bem como as afinidades e ligações sociopolíticas que mantinha com Badajoz desde o século X, tornaram Évora a segunda cidade mais importante do reino aftácida[1067]. A prosperidade comercial terá levado a um crescimento da cidade, excedendo os limites impostos pelas muralhas construídas no início do século IV, através do surgimento de pequenos arrabaldes em torno das principais portas, e sobretudo junto à actual Praça do Giraldo. Este crescimento urbano está arqueologicamente documentado a partir do final do século XI e no decurso do século XII na Praça do Giraldo[1068] propriamente dita [1069], no Mercado Municipal [1070] e no Paço dos Lobo da Gama[1071], É esta cidade renascida e próspera que será descrita pelo geógrafo muçulmano Edrici no século XII como sendo grande e bem povoada, cercada de muros e com uma mesquita aljama e um alcácer, situando-se no centro de importantes rotas comerciais[1072].

Sobre a mesquita aljama de Évora não temos, até ao momento, quaisquer informações históricas ou arqueológicas que nos permitam reconstruir a implantação e configuração deste edifício. Apesar desta importante lacuna no conhecimento da cidade islâmica, podemos com alguma certeza supor que este importante edifício estaria situado no local onde antes existia a antiga sé visigótica, actualmente ocupado pela Sé Catedral de Évora[1073], pelo que terá apagado todos os vestígios anteriores. Na ausência de qualquer elemento que nos permita reconstruir a configuração deste edifício, podemos apenas especular que a mesquita seguiria aproximadamente a configuração típica, segundo uma planta aproximadamente quadrangular, dividida entre o pátio e o edifício de orações, ajustando-se ao espaço da antiga basílica romana.

[1067] Ibid. p.924.
[1068] Balesteros, C., & Gonçalves, G. V. (2007). Intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora, 2000-2002. *Monumentos*, *26*, 156–163. p. 156
[1069] Ibid. p. 156
[1070] Ibid. p 159.
[1071] Basílio, E. M., & Arqueóloga, M. (2017). De Liberalitas Iulia a Yábura. A evolução diacrónica de Évora a partir do exemplo do Paço dos Lobo da Gama (Séc. I – XII d.C.). Resultados preliminares. *Scientia Antiquitatis*, *1*, 111-129. pp. 127-128
[1072] Coelho, A. B. (1975a). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. II). Seara Nova. p. 53.
[1073] Torres, C., & Macias, S. (1998). *O Legado Islâmico em Portugal*. Fundação Círculo de Leitores. p. 123.

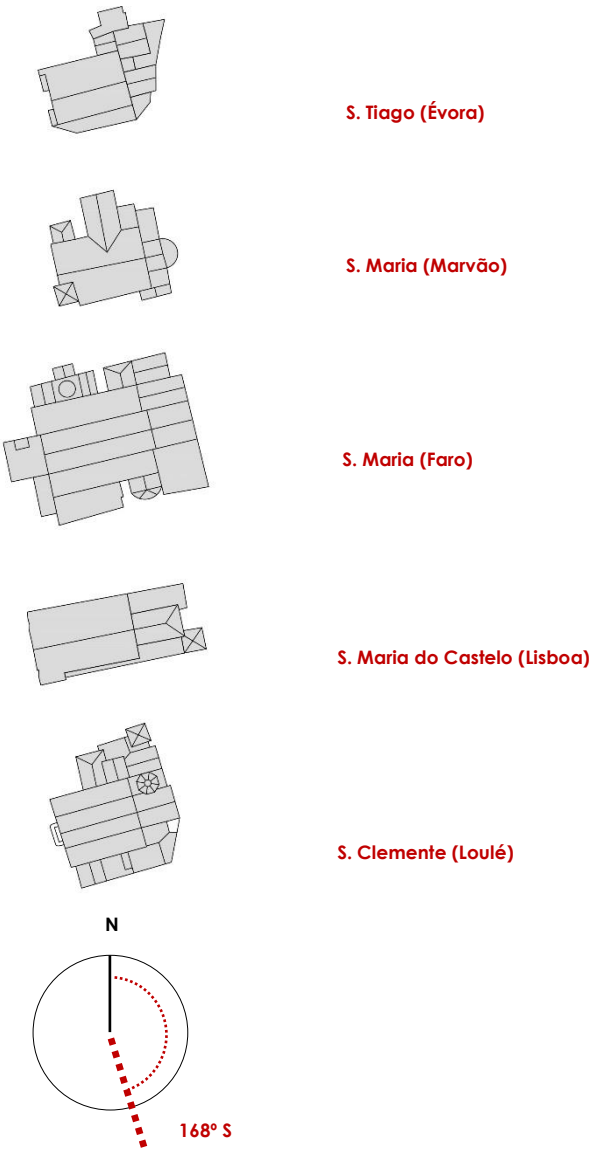


Figura 354 – Comparação entre as orientações de várias igrejas com hipotéticas ou confirmadas origens em antigas mesquitas.

Para além da mesquita aljama podemos supor que também existiriam outras pequenas mesquitas de bairro noutros locais da cidade. Um destes edifícios terá certamente ocupado a primitiva igreja visigótica existente no local da Igreja de S. Pedro. Esta hipótese conforta-se não só na provável continuidade da ocupação do templo, mas também na existência de um fragmento de inscrição árabe que teria sido identificada numa parede do edifício durante as obras realizadas nos finais do século XIX[1074]. A primeira referência ao edifício, a partir de 1186, como construção templária [1075], sugere também uma adaptação de um edifico pré-existente e não uma construção *ex-novo*, pouco provável nos momentos imediatamente posteriores à reconquista da cidade. Para além desta, é também provável que Igreja de S. Tiago tenha sido originalmente erguida como uma antiga mesquita. Apesar de não ser conhecida a data de fundação do edifício, é evidente na sua configuração um claro contraste com o restante tecido urbano, herdeiro da estrutura da cidade romana. Este tipo de ruptura na continuidade dos alinhamentos romanos, invulgar no caso das igrejas, é, porém, comum nos edifícios de culto islâmico, cuja orientação para Meca era escrupulosamente seguida. Neste sentido a orientação da Igreja de S. Tiago (≈168º Sul) apresenta alguns paralelos com outras igrejas provavelmente construídas sobre antigas mesquitas, tais como Santa Maria de Marvão, Santa Maria de Faro, Santa Maria do Castelo em Lisboa ou Igreja Matriz de São Clemente em Loulé.

Finalmente importa também destacar a primeira referência ao alcácer da cidade. Esta estrutura deverá corresponder sensivelmente aos vestígios do castelo medieval situados no quadrante Nordeste. A estrutura foi doada por D. Afonso I à Milícia dos Freires de Évora em 1176, surgindo já referida com o nome de "Alcácer Velho", pressupondo a existência de um Alcácer Novo não mencionado mas que surge referido pouco tempo depois na Bula Papal de Gregório VIII de 1187 que refere as duas estruturas individualmente, o Alcácer Velho e Alcácer Novo: "*In Portugal in civitate quae vocatur Elbore duos alcazares vetus et novum cum omni haereditate regia et hospitale quod in eadem civitate cum capella Sancti Michaelis ad suscipiendos pauperes, peregrinos, orphanos et captivos evadentes servitutem sarracenicam construxistis cum omnibus pertinentiis suis.*"[1076]. Após 1264, os frades vão renunciar à posse do Alcácer Novo, mantendo a posse do Alcácer Velho, comprometendo-se a utilizar o espaço para construção de casas de serviço à ordem[1077].

[1074] Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia.
[1075] Fonseca, F. d. (1728). *Évora Gloriosa*. Officina Komarekiana. p. 217.
[1076] Paiva, J. P., Rosa, M. d. L., & Gomes, S. A. (2002). *Portugaliae monumenta misericordiarum - vol. 2: Antes da fundação das misericórdias*. Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa. p. 28.
[1077] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. p. 43.

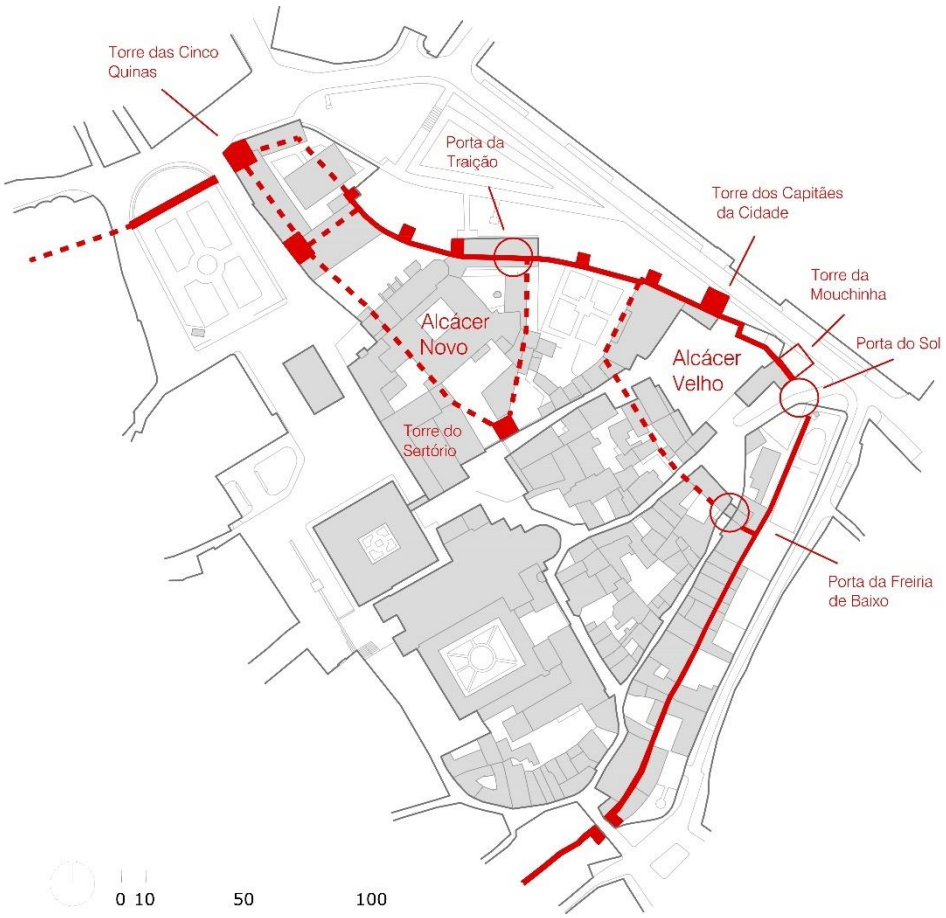


Figura 355 – Esquema de localização do Alcácer Novo, correspondente aos terrenos do Palácio do Cadaval e do Convento dos Lóios e Alcácer Velho, correspondente aos terrenos do Palácio dos Condes de Basto antes propriedade da Milícia dos Freires de Évora.

Figura 356 – Arco da Freiria de Baixo, onde ainda são evidentes as aduelas que marcam a face exterior da antiga porta do Alcácer Velho.

Se as zonas ocupadas pelas duas estruturas parecem relativamente bem identificadas através da sua sedimentação na posterior evolução da cidade, a sua origem, nomeadamente as referências a um Alcácer Novo e um Alcácer Velho que remetem claramente para duas estruturas distintas e de diferentes cronologias, é um problema de difícil resolução dada a ausência de escavações arqueológicas abrangentes e o carácter lacunar das diversas fontes muçulmanas e cristãs pós-conquista[1078].

O Alcácer Velho, doado à ordem da Milícia dos Freires de Évora, corresponderá, sensivelmente, ao espaço ocupado pelo Pátio de S. Miguel e pelo Largo de S. Miguel, onde a ordem construiu por volta de 1177 o Paço e a Igreja de S. Miguel. De facto, a leitura do tecido urbano nesta zona sugere claramente a existência de um recinto que o separa do restante espaço da Freiria. Este recinto tem início no alçado tardoz do Palácio dos Condes de Basto e *terminus* na zona do arco na Rua da Freiria de Baixo. Notavelmente, este arco apresenta ainda hoje as aduelas que faziam o remate da porta, viradas sobre a Rua da Freiria de Baixo, e assim reforçando a hipótese de que a Igreja de S. Miguel "fundada em 1177 no pátio do castelo"[1079] e o Largo de S. Miguel se localizavam no interior do recinto do Alcácer Velho, estando a Rua da Freiria de Baixo na zona exterior.

Por outro lado, a localização do Alcácer Velho remete-nos ainda para a descrição do saque de Ordonho II, no qual, como referimos, é afirmado que os últimos defensores da cidade teriam sido encurralados e mortos num canto apertado na secção oriental da cidade. Não fazendo menção expressa à existência de um reduto fortificado no interior da cidade, a aparente coincidência entre a localização do Alcácer Velho e o último bastião dos defensores sugere, claramente, que a estrutura já existiria no final do século IX. A descrição do saque de Ordonho II refere ainda outro aspecto importante, o da morte do governador da cidade dentro do seu oratório (mesquita?) particular. Este facto implica a existência de uma área áulica, talvez neste mesmo espaço do Alcácer Velho, cuja residência e mesquita estariam assim na origem do posterior conjunto do Paço de S. Miguel, actual Palácio dos Condes de Basto e Igreja de S. Miguel[1080].

[1078] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. p. 11.
[1079] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 23.
[1080] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. p. 8.

Évora Fase 6 (século XII)

A ilha cristã na fronteira do Tejo

Legenda

1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
3 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
4 - Porta da Selaria (séc. X?)
5 - Porta de Moura (séc. X?)
6 - Porta do Sol (séc. X?)
7 - Porta da Traição (séc. X?)
8 - Templo Romano / Reduto Fortificado (séc. X)
9 - Alcácer Velho? (séc. X)
10 - Alcácer Novo? (≈1166-1177?)
11 - Igreja de S. Miguel (1177)
12 - Paço de S. Miguel (1177)
13 - Ermida de Nª Sª da Graça (segunda metade do séc. XII)
14 - Hospital de S. João de Jerusalém (segunda metade do séc. XII)
15 - Ermida de Santa Victória Mártir (segunda metade do séc. XII)
16 - Catedral de Santa Maria (1186-1204)
17 - Paço Episcopal (segunda metade do séc. XII?)
18 - Celeiro dos Bispos (segunda metade do séc. XII?)
19 - Igreja de S. Pedro (≈1186)
20 - Igreja de S. Tiago? (segunda metade do séc. XII?)
21 - Barbacã (segunda metade do séc. XII?)

O enfraquecimento político e a debilidade militar vivenciada pelos reinos independentes muçulmanos no final do século XI, vai conduzir à entrada de forças Almorávidas oriundas do Magreb, que vão novamente unificar os reinos islâmicos da península. No entanto, o complexo geopolítico Almorávida entra também ele em colapso no final da primeira metade do século XII, como consequência de várias derrotas decisivas na península e no Magreb, sendo prontamente substituído pela dinastia Almóada. Entre estas derrotas, destacam-se a mítica batalha de Ourique em 1139 e a conquista de Lisboa em 1147, ambas protagonizadas por D. Afonso Henriques (1109-1185). As vitórias sobre forças Almorávidas do emergente e autónomo condado de Portugal vão permitir a D. Afonso Henriques assumir-se como monarca *de facto* de um reino independente. Simultaneamente, a debilidade dos Almorávidas vai está na origem do fugaz estabelecimento de um reino islâmico independente com sede em Évora e Beja entre 1144 e 1150, suprimido pelos recém-chegados os Almóadas[1081].

Será a este período, durante a primeira metade do século XII, que se deve atribuir a construção do Alcácer Novo. A estrutura existiria já em 1176, altura em que é doado o Alcácer Velho. Mas é pouco credível D. Afonso I tenha empreendido um ambicioso programa construtivo entre a conquista da cidade em 1165 e 1176 sem deixar registo histórico. A estrutura deverá, assim, ter uma origem no período anterior à conquista da cidade. Neste sentido, a identificação de uma placa islâmica, comemorando a construção de um edifício monumental entre 1148 e 1151 numa sepultura pertencente aos freires da milícia de Évora, terá tido origem provavelmente na posse dos Alcáceres, ao mesmo tempo que apresenta uma data credível para a construção do Alcácer Novo[1082]. A construção do Alcácer Novo no momento final da ocupação islâmica assumiria uma traço distintivo por oposição ao arcaico Alcácer Velho com origem talvez no século IX. O espaço ocupado pelo Alcácer Novo ou Castelo coincide aproximadamente com os terrenos do Palácio do Cadaval e do Convento dos Lóios, construído em 1487. O recinto tem início, a Norte, na Torre das Cinco Quinas, correndo depois para Sul pelo interior do Palácio do Cadaval até ao portal interior do Convento dos Lóios, unindo-se depois à Torre do Sertório. A partir deste ponto a muralha deveria correr em direcção ao Norte entre o espaço do Convento dos Lóios e do Palácio dos Condes de Basto - antigo Paço de S. Miguel.

[1081] Filipe, V. G. (2013). O bairro de madina yabura. In J. Arnaud, A. Martins, & C. Neves (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 923-929). Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 924.
[1082] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. p. 10.

A instabilidade momentânea entre a derrocada dos Almorávidas e a consolidação da emergente dinastia Almóada vai permitir que Geraldo Geraldes lidere um pequeno contingente armado e tome a cidade de Évora de surpresa em 1165. A conquista desta praça insere-se num contexto mais alargado de ocupação sucessiva de vários pontos estratégicos em torno da cidade de Badajoz com o objectivo da sua conquista[1083]. D. Afonso Henriques procurou imediatamente consolidar a inesperada conquista de Évora concedendo-lhe foral em 1166. O desastre de Badajoz, em 1169, e a emergência das forças Almóadas, ameaçou uma grande parte das conquistas a Sul do Tejo levando Afonso I a conceder a defesa da cidade à recém-fundada Milícia dos Freires de Évora. A esta ordem, Afonso I doa, em 1176, a propriedade do Alcácer Velho[1084], tendo os freires procedido à construção de edifícios de apoio no centro desta estrutura, entre eles a Igreja de S. Miguel em 1177[1085] e, provavelmente em simultâneo, o Paço de S. Miguel. A ordem teria também recebido, posteriormente, a posse do Alcácer Novo, surgindo pela primeira vez directamente referido na Bula Papal de 1187[1086].

As forças Almóadas vão lançar duas grandes ofensivas contra Portugal sendo que a primeira destas iniciativas vai resultar na reconquista todas as cidades e fortificações a Sul do Tejo com a notável excepção de Évora. A cidade, sitiada em 1180-81, teria sido defendida com sucesso pelo Milícia dos Freires de Évora, permanecendo isolada num território agora na posse de forças islâmicas. A constante instabilidade sentida com a reconquista em meados do século de várias praças além Tejo, perdidas poucos anos depois, não terá permitido um desenvolvimento urbano significativo[1087]. Nos arrabaldes, o crescimento seria ainda condicionado pela ausência de estruturas defensivas, que deixavam estas zonas particularmente vulneráveis a eventuais ataques. Apesar da sua vulnerabilidade, existiriam mesmo assim nestes arrabaldes as pequenas ermidas de Santa Victória Mártir, Nª. Senhora da Graça e S. João de Jerusalém[1088], devendo a sua fundação remeter ainda para o reinado de D. Afonso I. A conquista da cidade terá também como consequência o afastamento da população muçulmana para a periferia urbana, em particular para o arrabalde da Porta de Moura, onde vai surgir a primeira mouraria da cidade.

[1083] Filipe, V. G. (2013). O bairro de madina yabura. In J. Arnaud, A. Martins, & C. Neves (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 923-929). Associação dos Arqueólogos Portugueses. P. 924.
[1084] Azevedo, R. (1958). *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol I*. Academia Portuguesa de História. pp. 427-428.
[1085] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 23.
[1086] Paiva, J. P., Rosa, M. d. L., & Gomes, S. A. (2002). *Portugaliae monumenta misericordiarum - vol. 2: Antes da fundação das misericórdias*. Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa. p. 28.
[1087] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos, 26*, 6-15. pp. 7-8.
[1088] Sistema Monástico Conventual P 84

Apesar da extrema volatilidade da situação política e militar, por volta de 1186 é iniciada a construção da Catedral de Santa Maria sob a égide do bispo D. Paio, consagrada em 1204 pelo seu sucessor D. Soeiro. As contingências da época terão condicionado significativamente a obra, limitando a construção sobretudo a um processo de acomodação e reconstrução da pré-existente Mesquita Aljama. A partir da comparação com casos semelhantes, é provável que esta construção inicial se tenha conformado à manutenção do corpo principal da mesquita através da rotação do eixo de composição do edifício com a justaposição de absides na parede Nordeste e o rasgamento de uma nova porta principal a Sudoeste.

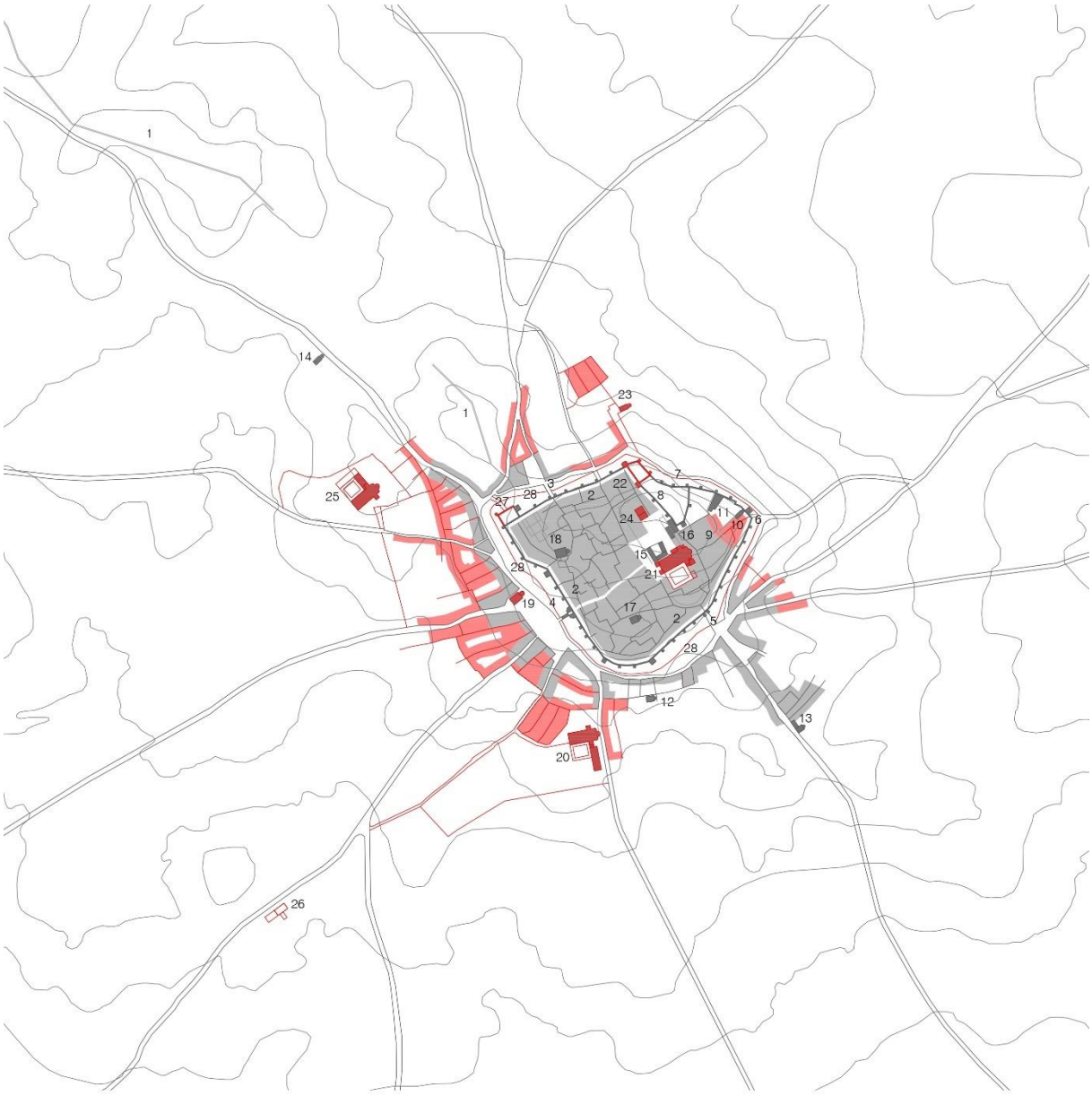
A D. Paio é também atribuída a construção do Paço Episcopal, em simultâneo, ou pouco tempo depois, do início da obra na catedral. Este edifício vai sobrepor-se a uma extensa necrópole ocupada pela Milícia dos Freires de Évora, identificada nas várias escavações realizadas no edifício do antigo Paço Episcopal[1089] [1090]. A desafetação da necrópole da Milícia, substituída pelo Paço Episcopal, é talvez um dos primeiros episódios de aparente conflito entre estes dois poderes pelo domínio da cidade, que vai continuar até à saída da ordem no início de duzentos. Se a reconstrução do paço no final do século XVI terá apagado quase todos os vestígios da construção medieval, a preservação *in situ* de uma fresta gótica na Sala do Renascimento e de uma porta do mesmo período na Azinhaga da Sé, sugerem que o primeiro paço já teria duas alas viradas para Sudoeste e Sudeste. A construção de uma nova catedral com o seu paço marca um momento decisivo, assinalando a emergência e afirmação do poder diocesano que virá a ser um importante factor no desenvolvimento da cidade.

Para além da transformação da Mesquita Aljama em Catedral de Santa Maria, as mesquitas sob posse dos cristãos terão também sido convertidas em igrejas neste período, com a invocação de S. Tiago e S. Pedro. Tipicamente, estas transformações, realizadas nas mesquitas menores de influência local, no momento inicial da conquista, pouco ou nada alteram a estrutura dos edifícios pré-existentes. Destes edifícios sobrevive a lenda local de que a igreja de S. Pedro, na posse dos Templários, teria sido construída ou restaurada em 1186[1091].

[1089] Gonçalves, A. (2002). Intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Actas do 3º encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*, 123-136.
[1090] Simão, I., & Brazuna, S. (2010). Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Apontamentos de arqueologia e património*, *6*, 75-82. p. 80.
[1091] Cruz, M. d. B. d. (1758). São Pedro Memórias Paroquiais. . In L. Henriques (Ed.), *Memórias Paroquiais* (Vol. 14, pp. 843-849). Arquivo Nacional – Torre do Tombo. p. 843.

Évora Fase 7 (século. XIII)

Consolidação do poder episcopal



Legenda

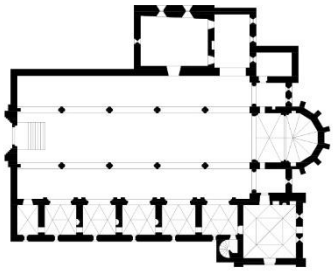
1 - Aqueduto (séc. I)
2 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
3 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
4 - Porta da Selaria (séc. X?)
5 - Porta de Moura (séc. X?)
6 - Porta do Sol (séc. X?)
7 - Porta da Traição (séc. X?)
8 - Alcácer Velho? (séc. X)
9 - Alcácer Novo? (≈1166-1177?)
10 - Igreja de S. Miguel (1177)
11 - Paço de S. Miguel (1177)
12 - Ermida de Nª Sª da Graça (seg. metade do séc. XII)
13 - Hospital de S. João de Jerusalém (segunda metade do séc. XII)
14 - Ermida de Santa Victória Mártir (segunda metade do séc. XII)
15 - Paço Episcopal (segunda metade do séc. XII?)
16 - Celeiro dos Bispos (segunda metade do séc. XII?)
17 - Igreja de S. Pedro (≈1186)
18 - Igreja de S. Tiago? (segunda metade do séc. XII?)
19- Igreja de S. António (primeira metade do séc. XIII?)
20 - C. de S. Francisco (primeira metade do séc. XIII)
21 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
22 - Castelo (primeira metade do séc. XIII)
23 – Ig. de S. Mamede (segunda metade do séc. XIII?)
24 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
25 - C. de S. Domingos (segunda metade do séc. XII)
26 - Hospital de S. Lázaro (segunda metade do séc. XII?)
27 - Porta Nova dos Judeus (segunda metade do séc. XIII?)

O início do século XIII em Évora é marcado, como referimos acima, pelo conflito entre os dois grandes poderes da cidade, os frades da Milícia dos Freires de Évora e o bispo da nova diocese. Em causa estaria a celebração de missas na Igreja de S. Miguel, na Alcáçova Velha[1092], que pertencendo aos freires concorria assim com as outras igrejas paroquiais da cidade, estando fora da hierarquia diocesana. Afastada a necessidade de defesa da cidade, Afonso II (1211-1223) doa à ordem em 1211 a região de Aviz, sob a contrapartida desta construir um castelo e a povoar o sítio[1093]. A ordem passa então a chamar-se Ordem de Aviz, mantendo, porém, grande parte das suas propriedades em Évora de onde resistirá em sair[1094].

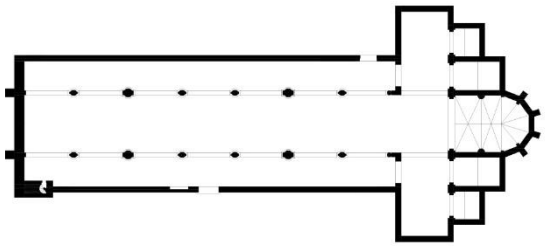
Sancho I (1223-1248) conquista entre 1230 e 1234 Elvas, Jerumenha, Serpa, Moura e Aljustrel, estabilizando a fronteira oriental do reino. Finalmente, já com Afonso III (1248-1279) é conquistada Faro e Silves, terminando a presença islâmica em Portugal. Com a estabilização da fronteira Oriental e Sul a partir dos anos trinta de Duzentos a cidade entra novamente num período de acentuado crescimento, evidente sobretudo nos arrabaldes, os quais, face ao desaparecimento da ameaça islâmica, se transformam nos principais polos de crescimento urbano. O desenvolvimento provocado pela estabilização da fronteira e o florescimento da economia vai ser também promovido pela cada vez mais frequente estadia da corte na cidade que, seguindo para Sul, vai progressivamente fazer da cidade de Évora um dos seus locais de permanência prediletos.

A igreja gótica de Santo António ou Santo Antoninho como também era conhecida seria um edifício antigo de fundação desconhecida, talvez da primeira metade do século XIII, construída no local da actual Igreja de Santo Antão, mas com a sua fachada principal virada para Poente, provavelmente rodada 90º com o edifício actual, virada sobre a Rua Serpa Pinto. Para o lado da Praça de Giraldo teria uma porta lateral e o seu adro onde em 1286 D. Dinis se reuniu com a sua corte e representantes da cidade para conceder a Carta de Privilégio à cidade. Para o lado Norte da Ermida de Santo António existia uma rua, paralela à Rua do Imaginário, sobre a qual se virava a Albergaria do Corpo de Deus, que terá sido suprimida com a construção do actual edifício no século XVI[1095].

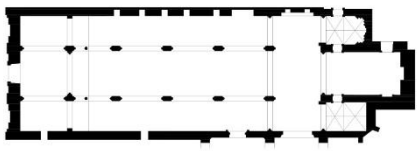
[1092] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. p. 12.
[1093] Cunha, M. C. A. e. (2009). *Estudos sobre a Ordem de Aviz (séc. XII-XV)*. Faculdade de Letras do Porto, Biblioteca Digital. p. 24.
[1094] Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, 26, 6-15. pp. 12-13.
[1095] Gabriel Pereira Estudos Eborenses 1 Vol P301-312



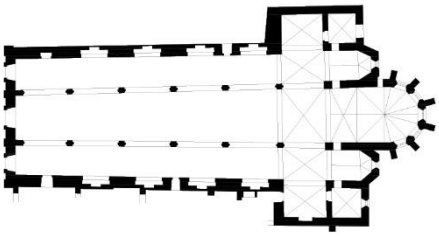
Igreja de Nª Sª do Olival



Igreja de S. Clara de Santarém



Igreja de S. Francisco de Estremoz



Igreja de S. Domingos de Elvas

Figura 357 – Leitura comparativa de algumas das mais importantes igrejas Góticas Mendicantes nacionais.

Um dos mais importantes edifícios a ser construído neste período em Évora é o Convento de S. Francisco, cuja fundação, segundo a crónica da ordem, remontaria a 1224[1096]. A igreja e o convento já existiriam, ou estariam em construção, seguramente em 1250, altura em que se conhecem várias doações de propriedades entre a Ermida de Nª Sª da Graça e a Rua do Raimundo. Dadas as generosas dimensões da igreja, compatíveis às da posterior Sé Catedral de Évora, a obra ter-se-á seguramente arrastado por vários anos, tal como a construção do claustro, ocorrida apenas por volta de 1376, parece testemunhar.

A inicial igreja gótica pertenceria à "família" da primeira geração do gótico mendicante, parte do surto construtivo associado ao surgimento e implantação do gótico em Portugal, assim como ao advento das ordens mendicantes de S. Francisco e S. Domingos. A Igreja de S. Francisco em Évora assemelhar-se-ia assim certamente às coevas e congéneres igrejas de S. Domingos de Santarém (iniciada entre 1228 e 1229), S. Francisco de Santarém (1242-1372), Santa Clara de Santarém (1259-1300), S. Francisco de Estremoz (1239-1255), S. Domingos de Elvas (1250) S. Francisco de Lisboa (1246) S. Francisco de Coimbra (≈1247-1362). Em comum estes edifícios apresentam uma planta composta por três naves com cinco tramos, e cabeceiras com uma, três ou cinco capelas escalonadas, inicialmente rectangulares e posteriormente poligonais, assim como alguns casos são também reveladores de transeptos generosos, mais ou menos evidentes em planta e volume [1097].

A igreja mendicante de S. Francisco seria alvo de um posterior processo de reconstrução que lhe terá apagado a sua feição original. Esta operação teve inico com construção de uma nova capela-mor a partir de 1466, durante o reinado de D. Afonso V (1446-1481)[1098], e seria continuada pelo seu filho D. João II (1581-1495), com a reformulação dos braços do transepto e a demolição das capelas colaterais[1099]. Caberia a D. Manuel I (1495-1521) a responsabilidade de concluir a obra com a reconstrução do corpo central sob uma única nave central abobada, apoiada e travada por capelas laterais comunicantes.

[1096] Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. pp. 87-88.
[1097] Pereira, P. a. (2011). *Arte Portuguesa - História Essencial*. Temas e Debates. pp. 296-297.
[1098] Bilou, F. (2014). *A Igreja de S. Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois* Edições Colibri. pp. 17-21.
[1099] Ibid. pp. 21-23.

Figura 358 – Desobstrução de vãos góticos na fachada em 1937 durante a intervenção da DGEMN.

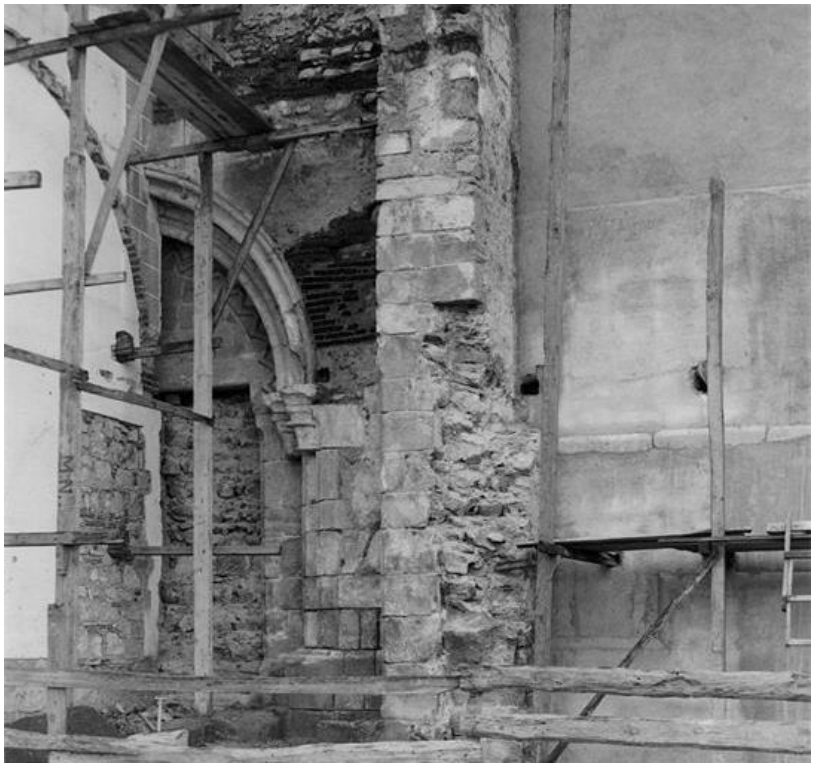


Figura 359 – Desobstrução do Portal Norte em 1937 durante a intervenção da DGEMN.

As evidentes distorções da planta, bem como a permanência de vários elementos góticos, nomeadamente várias frestas e um portal inserido num gablete no alçado Norte, assim como duas janelas e óculos na fachada, ou ainda o claustro gótico justaposto ao alçado Sul, demonstram a adaptação de uma nova concepção arquitectónica a um espaço pré-existente. As obras iniciadas por Afonso V e terminadas por D. Manuel I teriam assim respeitado a configuração do edifício original ou o seu arcaboiço, ou seja, "*toda a intervenção arquitectónica em S. Francisco foi, genericamente, um projecto de alteamento e de cobertura do espaço sagrado à escala monumenta*l"[1100]. O edifício actual mantem assim, apesar de sucessivas e importantes intervenções, a essência da planta da primitiva igreja.

Se a planta da igreja original poderá refletir-se na actual em termos de alcance da implantação (mas não na organização interior), permanecem ainda importantes dúvidas sobre a configuração de alguns elementos, nomeadamente da cabeceira, da fachada, e do número de naves do corpo central. A maioria dos autores inclina-se para uma configuração típica de três naves; porém, importa destacar a análise de Francisco Bilou que, a partir da leitura da métrica interna, propõe uma estrutura organizada em 5 naves "…*duas delas transformadas no decurso do tempo em capelas laterais comunicantes*…"[1101]. Esta hipótese parece particularmente pertinente por permitir enquadrar os vestígios do edifício arcaico na fachada, como explica as posteriores transformações dos séculos XV e XVI. Tem, no entanto, contra si, a falta de paralelos tipológicos no universo das igrejas góticas mendicantes contemporâneas de S. Francisco de Évora. Este conjunto de edifícios, de inegável unidade, homogeneidade[1102], coerência e clareza formal, torna eventuais excepções às principais invariantes formais, como o número de naves, ainda mais contrastantes.

A comparação com outros edifícios contemporâneos revela que a Igreja de S. Francisco apresenta uma planta e dimensões semelhantes e, portanto, em linha com as principais características tipológicas comuns ao gótico mendicante "nacional", ainda que a sua largura seja ligeiramente superior a todos os edifícios comparados. É assim provável que a planta da igreja primitiva seguisse a configuração das suas congéneres, nomeadamente através da divisão do corpo central em três naves e cinco tramos, com um transepto saliente e uma cabeceira composta a partir de uma capela-mor poligonal, e duas ou quatro capelas colaterais rectangulares.

[1100] Ibid. p. 23.
[1101] Ibid. p. 34.
[1102] Chicó, M. T. (1981). *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Livros Horizonte. p. 71.

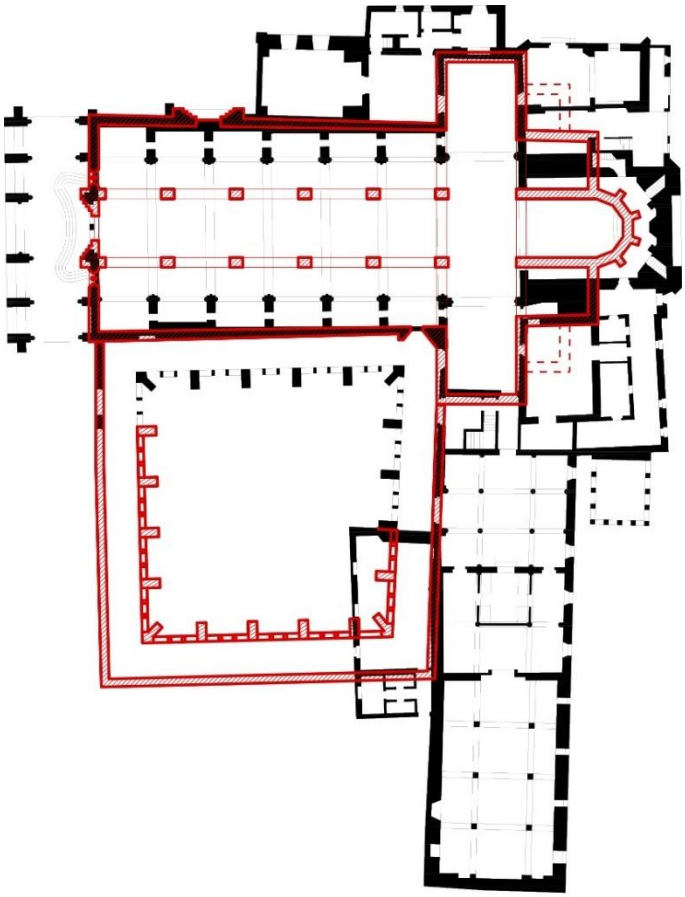


Figura 360 – Hipotética planta da primitiva Igreja de S. Francisco.

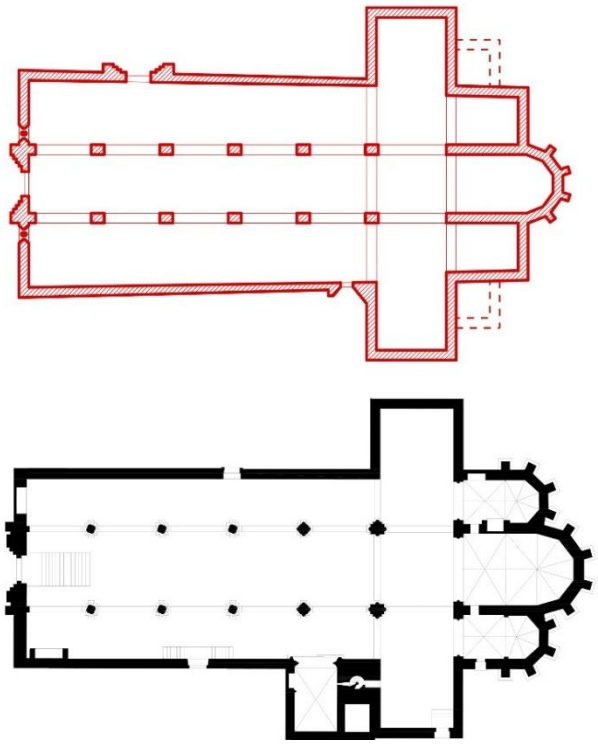


Figura 361 – Comparação entre a configuração e escala das igrejas de S. Francisco de Évora e Santa Maria da Graça em Santarém.

As três naves de S. Francisco de Évora teriam, porém, e ao contrário da generalidade das igrejas mendicantes, uma largura semelhante, dado que a presença dos vãos da fachada, atribuídos ao edifício primitivo, condiciona o posicionamento dos contrafortes de descarga dos arcos das naves à zona entre estes vãos e o portal principal. A reconstrução do edifício segundo o esquema de três naves e cinco tramos permite também um mais adequado enquadramento dos vestígios como os do portal Norte, que assim fica alinhado com o segundo tramo do corpo da igreja. A utilização deste esquema permite também supor que a configuração das primitivas capelas colaterais se encontra parcialmente preservada, em particular, no embasamento da torre sineira, denunciando a configuração rectangular nas mesmas. É possível que a estas se seguisse um segundo conjunto de capelas colaterais de menores dimensões, das quais, porém, não existem vestígios.

Outro importante aspecto na leitura da planta de S. Francisco de Évora é a sua aparente deformação com a convergência das paredes em direção à capela-mor[1103]. Esta situação relaciona-a directamente com S. Domingos de Elvas onde existe também uma clara convergência das paredes sobre o alçado principal, e em que "…*essa progressão para o estreitamento parece ter sido propositada, uma vez que se verifica, inesperadamente, uma perfeita simetria na construção do corpo e a mesma obliquidade no desenvolvimento dos tramos longitudinais da nave central*." [1104]. Esta distorção é particularmente evidente nas paredes exteriores do corpo da igreja, dado que a construção das capelas comunicantes laterais procurou aparentemente ocultar o efeito, apresentando uma face interior paralela ao eixo central da igreja. O facto das paredes interiores anularem o efeito da convergência das paredes exteriores sugere que estas não são contemporâneas, tendo as paredes interiores sido acrescentadas durante a reconstrução do edifício realizada entre o século XV e XVI. A construção destas capelas terá assim tido três objectivos principais: diminuir a secção da igreja para permitir a construção da abóbada, fazer com que esta descarregasse o seu peso sobre as paredes interiores utilizando as exteriores como contrafortes, e anular o efeito de convergência das paredes exteriores facilitando a construção da abobada A Igreja de S. Francisco de Évora apresentaria provavelmente uma configuração semelhante à Igreja de S. Maria da Graça em Santarém, que construída por volta de 1380 representa uma versão mais amadurecida e consolidada do gótico mendicante inicialmente experimentado em S. Francisco.

[1103] 22.8 m de secção junto à fachada e 21.2 junto ao transepto.
[1104] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 1231-1232.

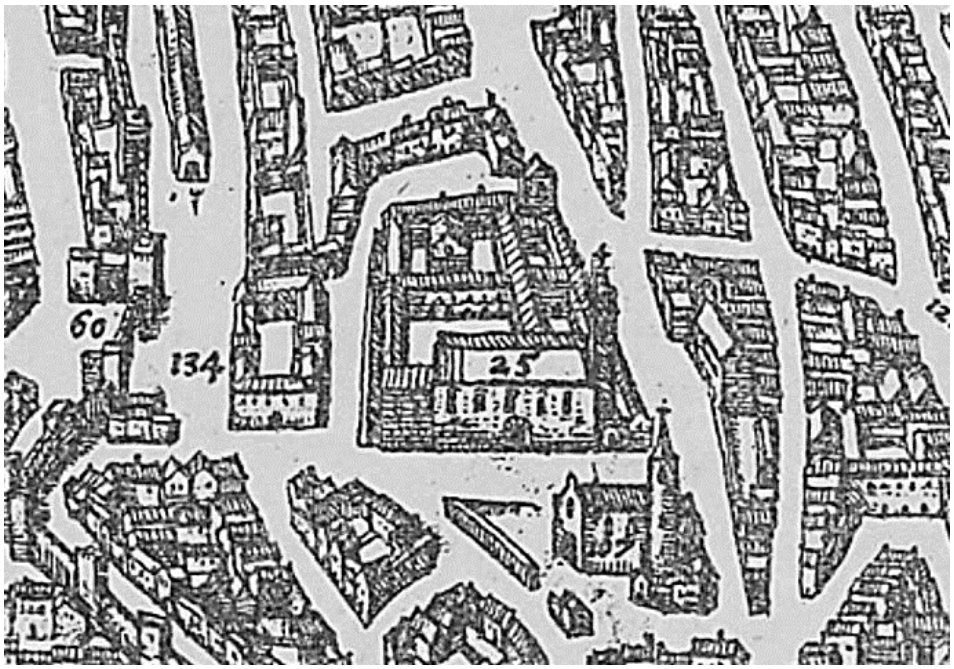


Figura 362 – Detalhe da gravura de Lisboa presente no atlas de Georg Braun.

Figura 363 – Detalhe da fachada barroca da Igreja de S. Francisco.

A reconstrução do perfil original da igreja gótica mendicante de S. Francisco de Évora, como parte integrante do universo cultural e estilístico das igrejas mendicantes, permite ainda oferecer chaves de leitura importantes e com impacto na compreensão da evolução de outros edifícios e núcleos urbanos. Entre estes, propomos uma tangente para nos debruçarmos no caso da Igreja de S. Francisco de Lisboa fundada por Frei Zacarias em 1217[1105].

O local escolhido para a construção da igreja e convento recai num local despovoado na orla poente da cidade, tendo logo em 1244 sido necessário proceder a uma ampliação do espaço que se revelava pequeno para as necessidades dos fiéis. Em 1246 inicia-se a construção de nova igreja[1106], ou seja, ao mesmo tempo que se procedia à construção de S. Francisco de Évora. A igreja de S. Francisco de Lisboa seria, à semelhança da igreja de Évora, um exemplar clássico do gótico mendicante: "…ou seja, seria uma igreja de três naves, com a nave principal mais larga e elevada, iluminada directamente por um clerestório, sendo as naves cobertas de madeira. Provavelmente existiria um transepto, para o qual abririam as três ou cinco capelas da cabeceira, estas cobertas por abóbada de nervuras e iluminadas directamente por altas janelas geminadas de arco quebrado, separadas exteriormente por contrafortes."[1107].

Esta igreja seria profundamente reformulada a partir de 1518 segundo desejo de D. Manuel I. e na primeira metade século XVI. A morte do rei vai abrandar a velocidade dos trabalhos ainda centrados na construção da zona da cabeceira, nas quatro capelas colaterais e no cruzeiro. Com D. João III, os trabalhos terão prosseguido para a zona das naves com o fecho das abóbadas, testemunhado pelos medalhões de fecho, e para o início da construção da fachada onde o nome do rei foi colocado sobre o portal principal. A capela-mor, por sua vez, seria apenas terminada por volta de 1569 através do padroado de D. Miguel Lima. O novo edifício iniciado por D. Manuel adoptava provavelmente uma configuração de igreja salão, com três naves de igual altura, semelhante à igreja do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, ou à do Convento de Jesus, em Setúbal. Para além de uma escala mais monumental, o novo projecto invertia também a orientação original do templo, virando a sua nova fachada para nascente, em direcção à cidade[1108].

[1105] Calado, M. (1996). *O convento de S. Francisco da cidade. Subsídios para uma monografia*. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. p 3.
[1106] Ibid. p. 7.
[1107] Ibid. p. 8.
[1108] Ibid. pp. 10-12

Note-se ainda que determinantes de natureza pastoral, particularmente importantes para a ordem de S. Francisco, acabará por induzir alterações na área internas dos edifícios, suscitando uma maior largueza e desimpedimento, facto sensível na tendência das igrejas-salão -o mesmo se verifica, por exemplo, em Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Estas tendências de natureza litúrgica acabando por ser marcantes na concepção dos templos franciscanos, e que se vê acentuada nos reinados de D. João II e de D. Manuel em período de pré-reforma e já num contexto de menor compatiemntação nas áreas destinadas aos crentes que parecem resultar da introdução de um *aggiornamento* por via da chamada "*devotio moderna*" (mantendo-se, porém, hierarquias decisivas com os coros altos ou compartimentações imperativas nas igrejas de conventos femininos),

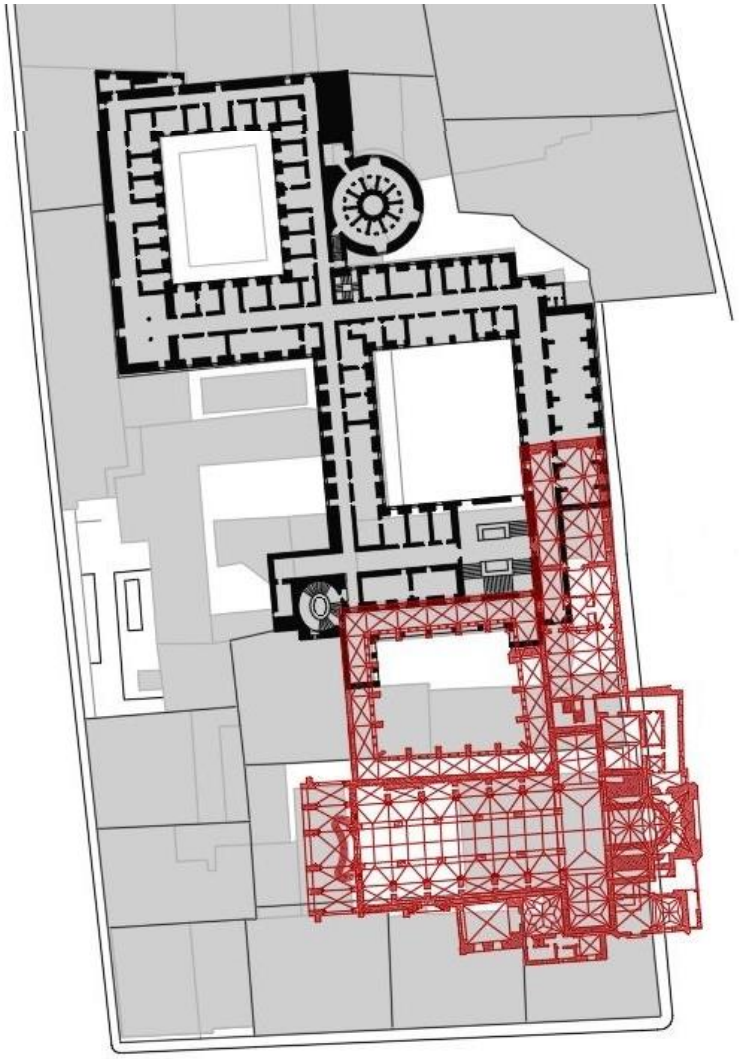


Figura 364 – Planta dos vestígios actuais do Convento de S. Francisco em conjunto com os vestígios da igreja e convento de S. Francisco de Évora.

O edifício foi destruído por um incendio em 1707, tendo ficado apenas intacta a capela-mor e o cruzeiro, seguindo-se de imediato obras para a reconstrução da igreja. O edifício estaria praticamente concluído quando, em 1741, um novo incendio destrói o convento, iniciando-se nova campanha de reconstrução patrocinada por D. João V. É este edifício que vai ser destruído pelo sismo de 1755, com o colapso completo do coro, da capela-mor e das abobadas do corpo da igreja. A reconstrução pombalina teria previsto a reconstrução da igreja, que não se consumou. As invasões francesas vão comprometer este projecto, reatado apenas em 1816 por iniciativa da rainha D. Maria II. Finalmente com a extinção das ordens religiosas em 1839 é ordenada a demolição da igreja que se encontrava ainda em construção[1109]. Grande parte dos elementos da Igreja de S. Francisco seriam ainda reutilizados para a construção da Igreja de S. Julião terminada em 1854, tendo algumas das colunas da igreja sido reutilizadas para a construção do pórtico do teatro D. Maria II entre 1842 e 1846. Com a demolição da igreja, o espaço foi vendido em hasta pública e ocupado por um edifício que hoje faz o remate sudeste do quarteirão. A conturbada história da Igreja de S. Francisco de Lisboa, sucessivamente destruída e reconstruída até ao seu integral desaparecimento no rescaldo de 1755, é à primeira vista impeditiva de uma qualquer abordagem à reconstrução da primitiva configuração da igreja gótica. Porém, neste vazio de informação, o estudo da planta original, ainda perceptível, da Igreja de S. Francisco de Évora pode oferecer um conjunto de pistas importantes sobre a sua congénere de Lisboa, dado que ambos os edifícios pertencem à mesma ordem, e neste sentido partilham de uma série de princípios compositivos que neste caso poderão ser ainda mais evidentes porque ambos os edifícios foram construídos ao mesmo tempo.

Partimos assim de S. Francisco de Évora e dos vestígios remanescentes do convento como referencial, realizando uma transformação "em espelho" do desenho, no qual as estruturas conventuais que se desenvolvem para Sul em Évora passam para o lado Norte em Lisboa. Sobrepondo este desenho aos vestígios remanescentes do Convento de S. Francisco é possível verificar uma correspondência precisa com o posicionamento do claustro e das dependências conventuais entre ambos os edifícios. Esta correspondência sugere uma relação íntima entre os edifícios, reforçando a possibilidade destas igrejas partilharem a mesma planta e escala. Por outro lado, é curioso que esta relação sugira ainda a continuidade do campanário ao longo das sucessivas reconstruções, desde o edifício gótico (junto da cabeceira) até ao edifício manuelino e barroco (junto da fachada).

[1109] Ibid. pp. 24-27.

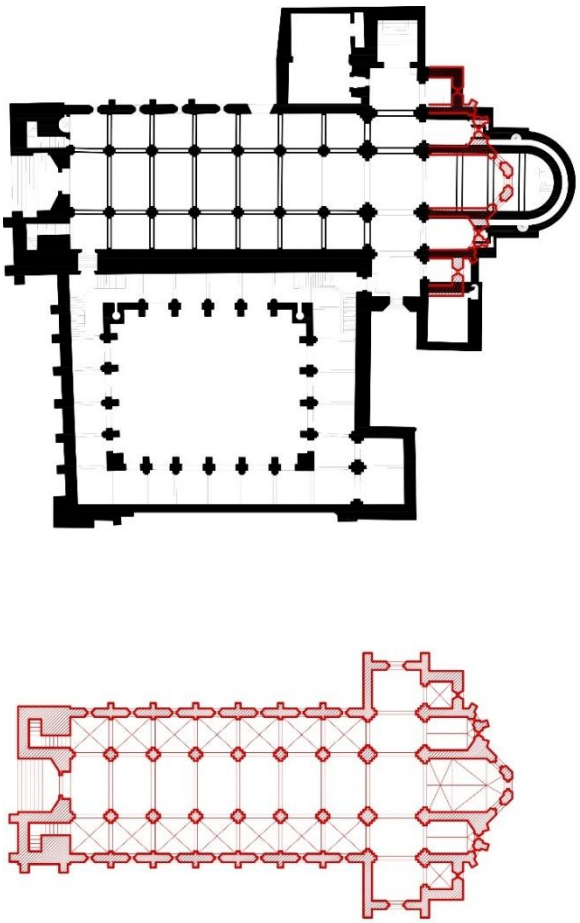


Figura 365 – Reconstrução da configuração original da cabeceira da Sé de Évora.

Figura 366 – Vista aérea da Sé de Évora.

Voltando ao contexto da cidade de Évora, em meados do século XIII, Afonso III (1248- 1279) promoveu importantes obras de requalificação do Alcácer Novo, das quais teria talvez resultado a construção do Castelo de Évora, um menor recinto defensivo erigido no extremo Noroeste do Alcácer Velho, e que estaria na origem do posterior Palácio dos Duques do Cadaval. Como resultado desta intervenção a ordem de Avis cedia em 1264 a Afonso III a posse do Alcácer Novo mantendo o Alcácer Velho com a condição de apenas o utilizar para construção de casas de serviço à ordem e não como estrutura defensiva ou "fortaleza"[1110]. A partir deste dá-se a gradual destruição do Alcácer Velho com o intuito de utilizar a sua estrutura e alvenaria para construção de casas de apoio à Ordem.

Afonso III será ainda responsável pelo apoio dado ao bispo de Évora, D. Durando Pais (1267-1283), para a construção de uma nova Sé Catedral, através da doação de avultadas esmolas que vão permitir o arranque da obra por volta de 1280. Apesar do patrocínio real, a limitada capacidade de executar o ambicioso projecto ditaram a utilização de um reportório formal arcaizante, próximo do românico. A Sé de Évora assume-se assim como um edifício de transição, com filiação próxima do modelo das sés românicas de Lisboa ou Coimbra, ainda que também influenciado pelas "modernas" igrejas góticas mendicantes. Este carácter híbrido seria evidente na primitiva planta da igreja, cujo corpo e transepto saliente em cruz latina reflete claramente os esquemas compositivos utilizados pelas grandes catedrais românicas e nomeadamente pela Sé de Lisboa, mas cuja cabeceira adopta já o esquema poligonal escalonado típico das igrejas góticas. A cabeceira foi reformulada no século XVIII. No entanto, a leitura dos vestígios existentes e a comparação com a igreja de S. Domingos de Elvas permitiu a Virgolino Jorge reconstruir, por analogia, a provável configuração da cabeceira original da Sé de Évora. Esta seria provavelmente composta por uma capela-mor poligonal, ladeada por quatro capelas colaterais, com as duas capelas interiores também poligonais, e as duas capelas exteriores de planta quadrada[1111]. Apesar de cronologicamente posterior, a Sé de Évora enquadra-se assim estilisticamente entre a Sé de Lisboa e a Igreja de S. Domingos de Elvas. As obras no edifício vão decorrer até meados do século XIV, com a catedral a ser sagrada já em 1308[1112] mas estando apenas concluída por volta de 1340 com a conclusão do portal axial[1113].

[1110] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. pp. 44-45.
[1111] Jorge, V. (2007). Arquitectura, medida e número na Catedral de Évora. *Monumentos*, 26, 26-37.
[1112] Ibid. p. 36.
[1113] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 1138.

Figura 367 – Área de implantação do arrabalde de S. Mamede.

As cada vez mais frequentes visitas da corte à cidade de Évora vão gerar uma nova e significativa dinâmica de desenvolvimento, que face à exiguidade do núcleo amuralhado vai resultar no rápido crescimento e vários arrabaldes. A crescente importância destas novas zonas face ao antigo centro, já consolidado e no século XIII[1114], é em 1286 reconhecida quando D. Dinis escolhe o adro da Ermida de Santo António na antiga Praça de Alconchel - actual Praça do Giraldo -, fora do centro amuralhado, para se reunir com os mais proeminentes habitantes e reafirmar ou conceder um conjunto de privilégios à cidade. Na documentação relativa à reunião, surgem algumas das primeiras referencias aos arrabaldes de Alconchel, de S. Francisco, da Porta de Moura e de S. Mamede. As áreas ocupadas por estes arrabaldes não são claras, e deveriam ainda consistir em zonas de crescimento espontâneo junto das muralhas e que se espraiavam radialmente para a periferia ao longo das principais vias de saída da cidade. Nos casos dos arrabaldes de Alconchel e das Portas de Moura, estas zonas deveriam estar sobretudo associadas a maiores ou menores espaços públicos que se geraram junto das respectivas portas da Cerca Velha. Já os arrabaldes de S. Francisco e S. Mamede, como a toponímia indica, resultam de zonas que se desenvolveram em torno destes edifícios.

No caso da Igreja de S. Mamede a data da sua fundação é desconhecida, mas deverá datar do final do reinado de Afonso III ou de D. Dinis. Se os arrabaldes mencionados seguem de um modo geral lógicas de crescimento orgânico estruturados pelas principais vias, o caso do arrabalde de S. Mamede sobressai pelo seu posicionamento relativamente excêntrico e pelo facto da sua origem estar aparentemente associadas a um núcleo de matriz ortogonal, morfologicamente homogéneo e distinto da envolvente, composto pela Travessa do Harpa, Travessa da Pulga, Rua Tenente Raul de Andrade e Travessa dos Portugais. A antiguidade deste conjunto é denunciada pelo modo como o tecido urbano envolvente se adapta à sua forma. Por outro lado, é também sugestivo o facto deste conjunto seguir as mesmas lógicas de composição encontradas em Nisa, fundada por volta de 1220 ou 1230, com um sistema de ruas de frente, para onde se viram as fachadas, e ruas de traseiras que dão serventia aos logradouros[1115]. Esta composição regular e ordenada segundo uma hierarquia de vias revela claramente a existência de uma ideia de conjunto aplicada no terreno de modo consistente, desenhando o que pode ser um dos primeiros exemplos de ensanches em Évora.

[1114] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 52.
[1115] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. pp. 421-444.

Figura 368 – Fotografia do Templo Romano antes de 1870.

Na reunião de 1286 entre D. Dinis e os habitantes da cidade é também pedida ao rei a construção de novos açougues. Estes viriam a ser construídos pouco tempo depois, com base na referência aos açougues velhos junto da Igreja de S. Pedro em 1321[1116]. Para a sua construção adaptou-se a estrutura da torre medieval construída sobre o *podium* do antigo templo romano. Os Açougues vão juntar-se a um conjunto de importantes edifícios existentes no local como o Castelo, o Celeiro dos Bispos e o Paço Episcopal ou ainda o local de reunião do concelho da cidade, servindo provavelmente como paço da audiência. Este é referido pela primeira vez em 1305 num documento clarificando que a posse do alpendre [1117] onde se realizavam as reuniões do concelho pertencia ao bispado de Évora[1118]. O documento não clarifica o local exato, mencionando apenas que era contiguo a outro edifício pertencente ao bispado (*casas potificaes*). A localização deste primitivo alpendre seria seguramente próxima do actual Largo Conde de Vila Flor, ou anexa às duas grandes propriedades da diocese neste largo, ou o Paço Episcopal ou o Celeiro dos Bispos. Também do reinado de D. Dinis deve também datar a fundação da Gafaria de S. Lázaro descrita posteriormente como existindo fora da Portas do Raimundo[1119].

Em 1285 surge pela primeira vez referida "Porta Nova dos Judeus" [1120]. Este topónimo é atribuído também à Porta de Alconchel[1121] ou à Porta Nova junto à Igreja do Salvador[1122]. Túlio Espanca, defende que a comunidade judaica da cidade se localizaria na área da Praça do Sertório, segundo outras descrições como "*nas costas da Igreja há as Ruínas de hum edifício que pelos vestígios da porta paredes e sala seria palácio no tempo da cidade primeira havia nellas aula de sinagoga*…"[1123] ou ainda quando em 1303 D. Dinis doou a um judeu "*o cubelo do muro que parte com as sas casas d Euora que faça hy morada e* […] *a baruacãa des cubelo ata a torre do canto que a tape e que faça hy pumar e doulhy o andamho desse muro e do cubelo*"[1124] referindo-se provavelmente à barbacã na Rua da Alcarcova de Cima ou nas traseiras da Rua João de Deus.

[1116] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 53.
[1117] - Era este o "*adro do bispo*", "*espaço que rodeava as casas do bispo a norte e a nordeste da sé (…) se situava o alpendre em que se reunia o concelho, que era pertença da igreja*" Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 65.
[1118] Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia. p. 58.
[1119] Beirante, M. Â. (2008). A Gafaria de Évora. In *O ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna* (pp. 235-251). Edições Colibri. p. 235
[1120]Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 137.
[1121] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. PP 59-61
[1122] Espanca, T. (1945). Fortificações e Alcaidarias de Évora. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 9-10, Ano III), 41-90. p. 44.
[1123] Balesteros, C. (1994-1995). A Sinagoga Medieval de Évora. Elementos para o Seu Estudo. Ibid. p. 185.
[1124] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 47.

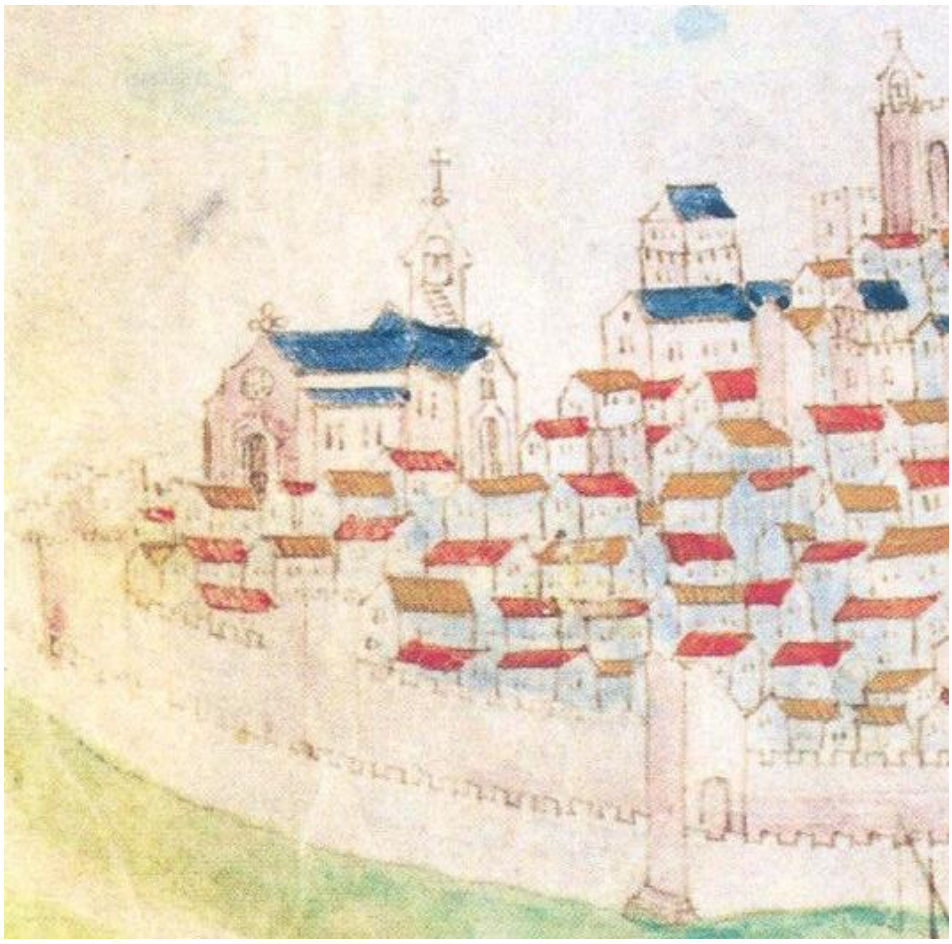


Figura 369 – Detalhe do foral manuelino de Évora destacando a Igreja de S. Domingos de Évora.

Em 1286 era também fundado o Convento de S. Domingos com licença régia de D. Dinis[1125], iniciando-se a obra perto da Ermida de Santa Victoria Mártir, provavelmente onde hoje se situa o Convento de Santa Helena do Monte Calvário[1126]. Em 1298 D. Dinis ordena que seja doado à ordem pelo município um terreno para a construção, na zona poente da periferia da cidade, ou seja, junto do local onde já se teria dado início à obra. Tal como noutros edifícios de ordens mendicantes, a implantação do convento numa zona marginal de Évora reflete por um lado a preocupação de garantir a proximidade à cidade da qual dependia, e ao mesmo tempo a necessidade de acesso a grandes parcelas de terreno para construção do edifício, apenas disponíveis na zona limítrofe. A construção da igreja e do claustro terá tido um grande incremento a partir das doações de Martim Annes e sua mulher, com grande parte da obra a decorrer entre 1308 e 1320[1127]. Nos reinados de D. Manuel e D. João III o convento e igreja serão objecto de vários melhoramentos sobretudo na zona nascente, com a reconstrução da cabeceira da igreja[1128], a construção de um novo claustro[1129] e a construção ou reconstrução de várias capelas da igreja. Entre estas destacam-se o pórtico realizado por Nicolau Chanterene em 1537 provavelmente para uma das capelas colaterais, e que hoje marca o acesso ao Cemitério dos Prazeres, assim como o pórtico da capela tumular de Gaspar Vaz Rebelo, aplicado na fachada poente do Colégio do Espírito Santo[1130]. No final do século XVII e século XVIII o edifício é novamente beneficiado, sobrevivendo deste período vários vãos rococós integrados nos edifícios remanescentes, ou ainda o elaborado Altar de N. S.ª do Rosário, trasladado para a capela colateral esquerda da Igreja de Santo Antão de Évora. Em 1834, nas vésperas da sua destruição, o convento era descrito do seguinte modo: "*Compõe-se este convento de uma grande igreja, duas grandes quadras, uma em baixo e outra em cima, dois claustros grandes com celas, livraria, sala prioral, coro da enfermaria, um grande refeitório, cozinha, dispensa, adega, celeiro, uma casa com a horta anexa com duas noras e lagar*…"[1131]. Com a extinção das ordens religiosas o convento e igreja foram gradualmente demolidos a partir de 1836 para dar lugar à actual Praça Joaquim António de Aguiar e ao Teatro Garcia Resende, de 1881.

[1125] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 217-218

[1126] Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. pp. 95-97.

[1127] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 140.

[1128] Faleiro, R. (2019). Elementos biográficos de compositores eborenses do final do século XVIII e início do XIX: contributos do Arquivo Distrital de Évora. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*(8), 75-89. p. 84.

[1129] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 217-218

[1130] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. pp. 132–134.

[1131] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento de São Domingos ou da Transfiguração, nº149, caixa 2214, capilha 1.

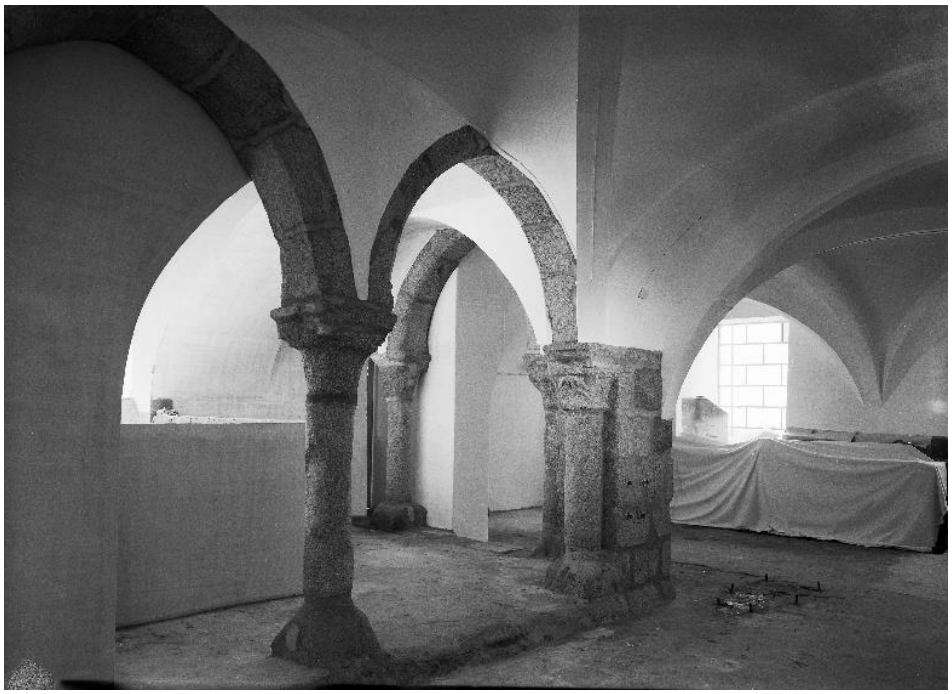


Figura 370 – Vestígios do claustro gótico do Convento de São Domingos.

Figura 371 – Vestígios arquitectónicos do Claustro Novo do convento de São Domingos de Évora.

Apesar da destruição de uma parte substancial do conjunto edificado, as estruturas do lado Norte do antigo convento foram parcialmente integradas em construções posteriores permitindo a sua conservação. O conjunto dos elementos que sobreviverem tiveram vários usos a partir do século XIX, entre os quais o de garagem de automóveis e oficinas mecânicas, e adaptado já no século XX a usos comerciais diversos com a transformação de parte do espaço em galerias comerciais. Na actualidade é possível encontrar no local do antigo convento vestígios do Claustro Gótico, da ala Norte do edifico monástico e do topo Norte do Claustro Novo. Do Claustro Gótico sobrevivem parcialmente entulhados os lados Norte e Nascente, integrados em construções posteriores onde remanesce parte da arcaria interior do claustro, composta por três tramos, separados por contrafortes, com triplo arco assente em colunelos de granito. Este desenho apresenta algumas semelhanças com o claustro de S. Francisco de Évora, apesar do claustro de S. Domingos ser relativamente mais rudimentar e simples. Tal como noutros conventos o claustro seria provavelmente rodeado por edifícios conventuais nos lados Norte e Nascente, formando com a igreja o núcleo do edifício do século XIII. Destes edifícios conventuais sobreviveram parcos vestígios, consequência das alterações realizadas a partir do século XVI, assim como da demolição de uma parte significativa do conjunto no século XIX. O corpo do edifício conventual sobrevivente, construído entre o século XVI e XVIII, encontra-se bem preservado e é composto por um grande volume retangular com aproximadamente 50 metros de comprimento, justaposto perpendicularmente ao tramo central do Claustro Gótico. O embasamento do edifício é composto por duas galerias abobadadas com 14 tramos apoiadas em pilares de secção poligonal ou quadrangular. A este edifício justapõe-se, na face exterior Sul, o topo Norte do Claustro Novo. Este claustro, adicionado no século XVI, é composto por uma arcada simples com 6 arcos de volta perfeita, e galeria abobada com ogivas polinervadas e chaves de pedra com bocetes heráldicos. A implantação e comprimento do lado Norte do claustro, com aproximadamente 27 metros, sugere que este teria uma relação próxima com a cabeceira da igreja, também renovada no século XVI, construindo-se o Claustro Novo com o seu centro alinhado pelo eixo da igreja. Em torno do Claustro Novo existiriam também outros edifícios conventuais dos quais sobrevive o topo Norte do edifício Oriental, na actualidade, transformado em torreão.

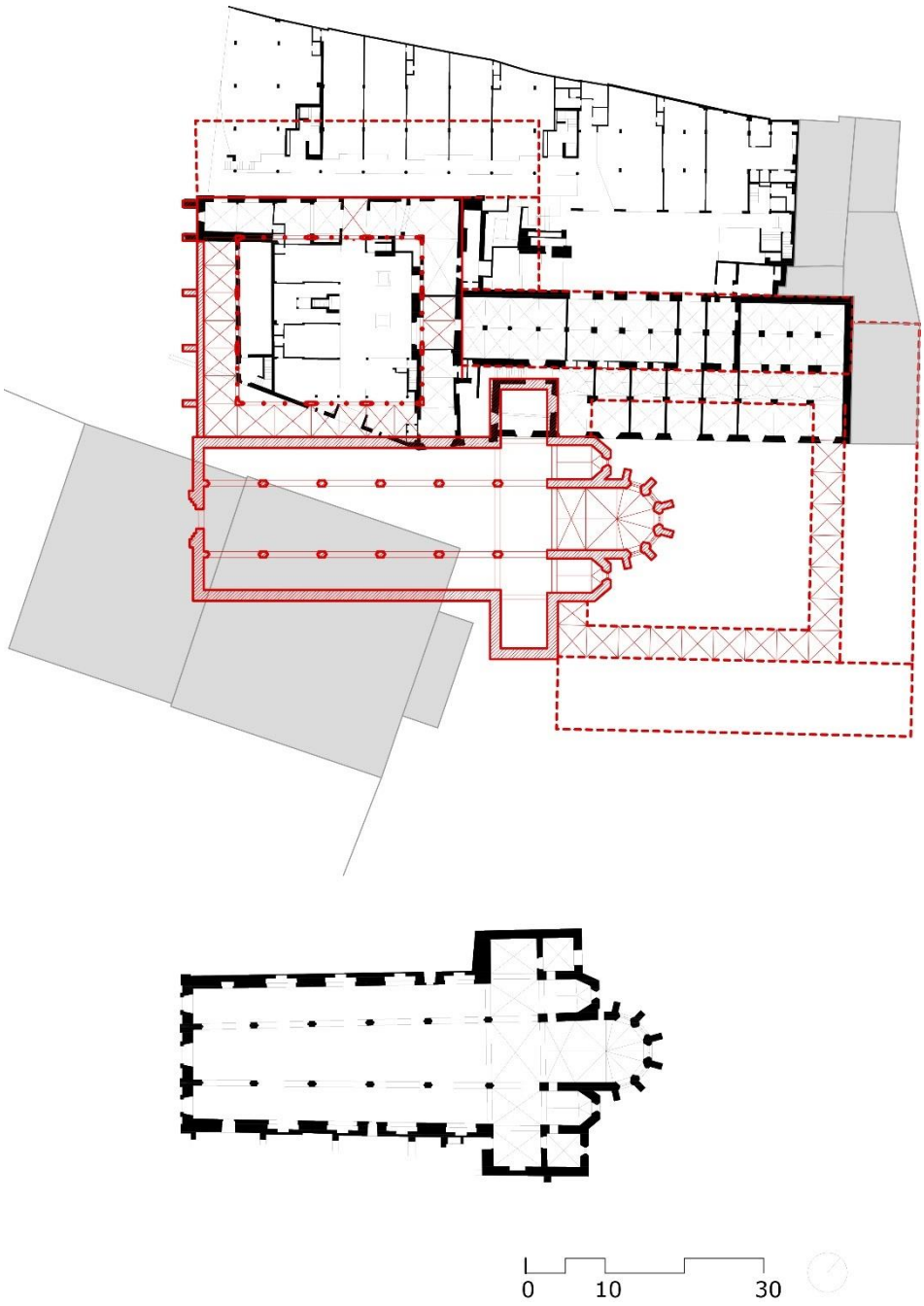


Figura 372 – Reconstrução da configuração primitiva do Convento de S. Domingos de Évora e comparação com a Igreja de S. Domingos de Elvas.

Apesar de não sobreviverem elementos claramente pertencentes à igreja, a partir das descrições do edifício e da sua representação no Foral Manuelino de Évora, sabemos que a construção seguiria a configuração típica das igrejas góticas mendicantes. A igreja teria três naves, a central mais larga, transepto saliente, uma fachada composta a partir de um portal inserido num gablete e uma rosácea circular, justaposta à face Sul do Claustro Gótico com a cabeceira para nascente. A já referida homogeneidade, coerência e clareza formal deste conjunto de edifícios[1132] permite, assim, o recurso à planta de outros edifícios semelhantes, tal como da coeva e vizinha Igreja de S. Domingos de Elvas, como guia para a reconstrução do desenho da Igreja de S. Domingos de Évora. A comparação dos vestígios do Convento de S. Domingos com a igreja de Elvas revela que provavelmente o corpo da igreja se alinhava com a face Ocidental do Claustro Gótico, coincidindo a zona do transepto saliente com o torreão Ocidental do edifício contemporâneo. É aliás no embasamento deste edifício que é possível encontrar um vão em arco quebrado, de grandes proporções, provavelmente pertencente à antiga igreja gótica. Este espaço sobrevive na actualidade como acesso ao segundo piso do edifico conventual, tendo sido adaptado a portaria monástica, com tecto de meio canhão revestido de caixotões rectangulares em estuque, após a provável supressão do transepto da igreja gótica. A existência de um transepto saliente é aliás evidente na representação do edifício no Foral Manuelino de Évora. Apesar da profunda destruição que o Convento de S. Domingos de Évora sofreu, este edifício é um claro exemplo de como a leitura e articulação dos diversos fragmentos do edifício integrados no actual tecido urbano, bem como a comparação com outros edifícios semelhantes permite a construção de uma hipótese consistente sobre a configuração do conjunto antes da sua destruição, contribuindo para enriquecer o nosso entendimento sobre a evolução da cidade.

No final do século XIII, na área envolvente ao Convento de S. Domingos, surgem também várias referências ao arrabalde de S. Domingos e de Cogulos, este último citado já em 1288[1133]. A formação destes arrabaldes segue provavelmente a construção do convento; no entanto é pouco clara a dimensão que estas novas zonas de desenvolvimento urbano teriam ainda no final do século XIII, devendo, à falta de mais dados, considerar-se neste momento inicial como urbanos algo incipientes, ainda com pouca expressão construída e consequentemente pouca definição formal.

[1132] Chicó, M. T. (1981). *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Livros Horizonte. P. 71.
[1133] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. pp. 85-91.

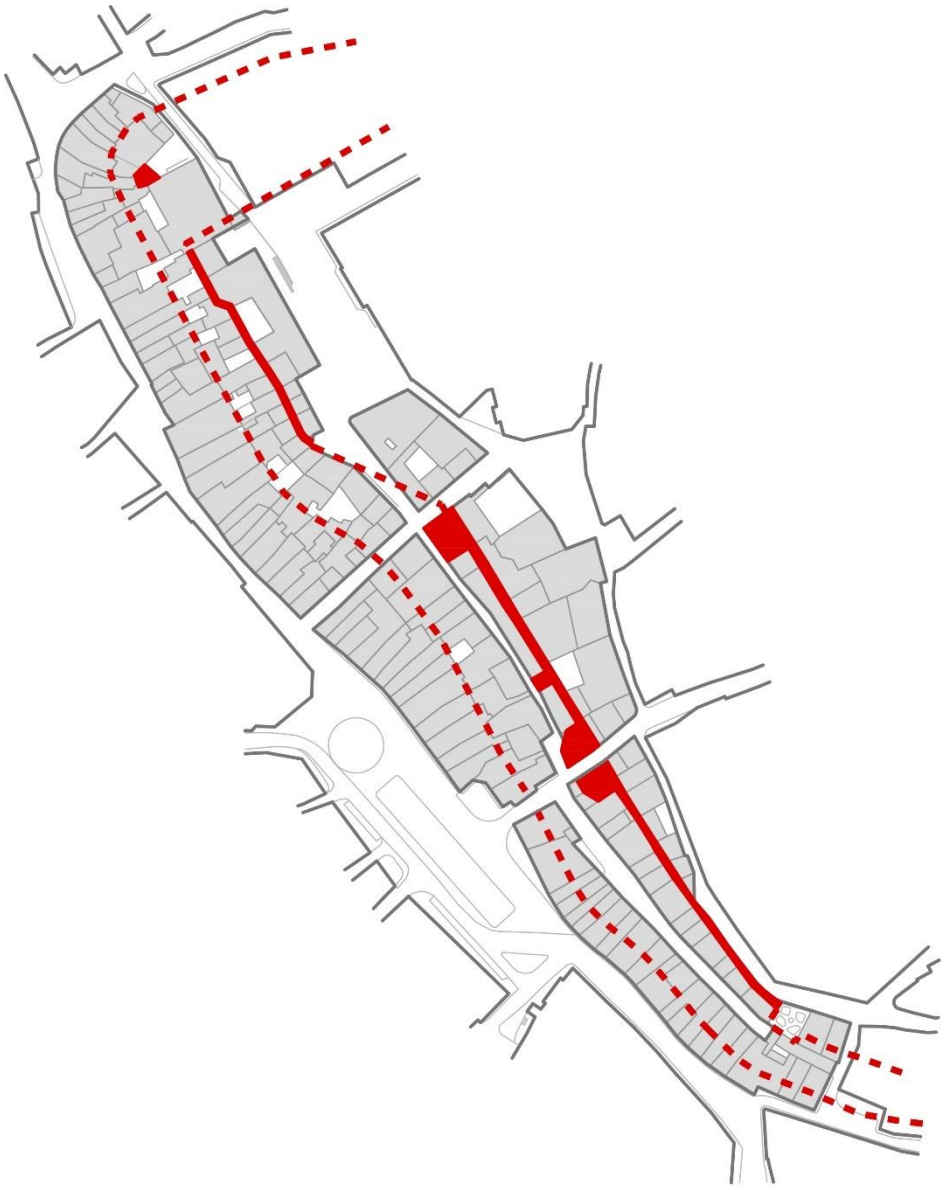


Figura 373 – Circuito da muralha e barbacã na face Poente do núcleo antigo de Évora.

Deve também ser atribuído ao século XIII a construção do barbacã e fosso que rodeavam a Cerca Velha. A primeira referência à barbacã data de 1303 quando D. Dinis doou a um judeu chamado Bento "*o cubelo do muro que parte com as sas casas d Euora que faça hy morada e* […] ***a baruacãa*** *des cubelo ata a torre do canto que a tape e que faça hy pumar e doulhy o andamho desse muro e do cubelo*"[1134]. Em 1418, D. João I (1385-1433) doa no lado de fora da muralha um "*pedaço da* ***caua*** *da cerca velha*" entre a Porta Nova e a Porta do Talho do Mouro aos Silveiras[1135], ou seja, parte do fosso onde hoje se situa o edifício da sede dos CTT. O fosso no lado Norte da Cerca Velha é também documentado pelo topónimo Alcárcova dos Mouros, actual Rua do Menino Jesus, e que se refere a um arruamento construído sobre um fosso[1136]. Estas referências parecem demonstrar que, tanto o fosso como a barbacã, rodeavam pelo menos o lado Norte e Poente da cidade. Em 1950 foi identificada a ponte de alvenaria que transpunha o fosso junto à Porta de Alconchel, a qual, com um vão de 2.65 metros, terminava num muro paralelo à muralha, identificado como correspondendo à barbacã [1137]. Esta profunda vala foi identificada numa intervenção na Praça do Giraldo, a oeste da porta da Selaria e no início da Rua da República[1138].

A sobreposição do tecido urbano na zona Ocidental permitiu que se preservasse o traçado da barbacã neste sector, por oposição a outras áreas em que esta terá sido desmontada sem deixar vestígios. A começar na zona Norte, a barbacã corre pelo alçado tardoz dos edifícios da Rua João de Deus com os logradouros a ocupar o espaço entre a barbacã e a muralha que faz de suporte do Colégio de S. Paulo. A barbacã mantém-se no alçado tardoz dos edifícios com frente para a Praça do Giraldo e até à zona da Rua da Alcarcova de Baixo onde passa a correr pelo interior do quarteirão até à Igreja de S. Vicente. A partir deste ponto a barbacã deve correr pela face Sudeste da Rua da Misericórdia até ao Largo das Portas de Moura ocupando depois a face Norte da Rua do Conde da Serra da Tourega como muro de suporte. A barbacã certamente rodearia o perímetro completo da cidade, existindo também no lado Nascente. No entanto, os vestígios neste sector teriam sido eliminados com a implantação da Cerca Nova e da Universidade na zona Norte entre a Porta do Sol e o Castelo impedindo a leitura e reconstrução do seu traçado aproximado.

[1134] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 47.
[1135] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 29.
[1136] Ibid. p. 228.
[1137] Espanca, T. (1949a). Miscelânea Histórico-Artística. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 25-26). p. 458.
[1138] Viegas, C. (1991). *Intervenção Arqueológica no nº 56 da Praça do Giraldo (Centro Histórico de Évora), Relatório dos Trabalhos – Março de 1991*. Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 12564, 91/1 (5).

Évora Fase 8 (século XIV)

A expansão da urbe medieval

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Porta da Selaria (séc. X?)
4 - Porta de Moura (séc. X?)
5 - Porta do Sol (séc. X?)
6 - Porta da Traição (séc. X?)
7 - Alcácer Velho? (séc. X)
8 - Alcácer Novo? (≈1166-1177?)
9 - Igreja de S. Miguel (1177)
10 - Paço de S. Miguel (1177)
11 - Ermida de Nª Sª da Graça (seg. metade do séc. XII)
12 - Hospital de S. João de Jerusalém (segunda metade do séc. XII)
13 - Paço Episcopal (segunda metade do séc. XII?)
14 - Celeiro dos Bispos (segunda metade do séc. XII?)
15 - Igreja de S. Pedro (≈1186)
16 - Igreja de S. Tiago? (segunda metade do séc. XII?)
17 - Igreja de S. António (primeira metade do séc. XIII?)
18 - Castelo (primeira metade do séc. XIII)
19 – Ig. de S. Mamede (segunda metade do séc. XIII?)
20 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
21 - Hospital de S. Lázaro (seg. metade do séc. XII?)
22 - Porta Nova dos Judeus (seg. metade do séc. XIII?)
23 – C. de S. Domingos (segunda metade do séc. XII)
24 – C. de S. Francisco (primeira metade do séc. XIII)
25 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
26 - Paços do Concelho (meados do séc. XIV?)
27 - Ermida de Santa ou Vera Curz (≈1340)
28 - Cerca Nova (≈1350)
29 - Porta de Aviz (seg. metade do século XIV)
30 - Porta da Lagoa (seg. metade do século XIV) 31 - Porta de Alconchel (seg. metade do século XIV)
32 - Porta do Raimundo (seg. metade do século XIV)
33 - Porta do Rossio (seg. metade do século XIV)
34 - Porta da Mesquita (seg. metade do século XIV)
35 - Porta de Mendo Estevens (seg. metade do século XIV)
36 - Porta de Machede (seg. metade do século XIV)
37 - Porta do Moinho de Vento (seg. metade do século XIV)
38 - Sinagoga Velha? (meados do século XIV?)
39 - Mesquita? (meados do século XIV?)
40 - Paço de S. Francisco (≈1390)

O início do século XIV é marcado pela continuação da construção das três grandes igrejas iniciadas no século anterior. (S. Francisco iniciada por volta de 1250, Sé Catedral iniciada por volta de 1280 e S. Domingos iniciada por volta de 1286). Em S. Domingos, ainda que provavelmente pensada e iniciada no final do século XII, a maior parte da sua estrutura terá sido construída já no século XIV, entre 1308 e 1320, a partir das doações de Martim Annes e sua mulher[1139]. Na Sé Catedral as obras no edifício vão decorrer até meados do século XIV, com a catedral a ser sagrada já em 1308[1140], mas estando concluída por volta de 1340[1141] com a conclusão da fachada, assim como do claustro. Já em S. Francisco, a primeira das igrejas a ser iniciada, os trabalhos vão decorrer até à segunda metade do século XIV, com a conclusão do claustro apenas por volta de 1376.

O final do reinado de D. Dinis vai ser marcado pela intervenção nas guerras civis em Castela e posteriormente pela crise dinástica e guerra civil entre os seus herdeiros. Com a subida ao trono de D. Afonso IV (1325-1357) segue-se novamente um período marcado por vários conflitos militares, primeiro entre o rei e o seu meio-irmão D. Afonso Sanches - apoiado por Castela - e, posteriormente, entre 1336 e 1338 com o Rei de Castela, Afonso XI (1312-1350). O conflito é iniciado por D. Afonso IV com a realização de uma investida e assédio a Badajoz em 1336, na qual a cidade de Évora terá tido certamente um papel importante enquanto ponto de abastecimento na retaguarda. Em resposta, Afonso XI de Castela prepara no ano seguinte, também em Badajoz, um exército para atacar a região do Alentejo que irá sitiar e pilhar as cidades e vilas de Elvas, Arronches, Veiros, Vila Viçosa, Juromenha e Olivença[1142]. Após várias campanhas semelhantes de destruição na Galiza, Minho e Algarve, a intervenção do Papa leva finalmente à assinatura de um tratado de paz em 1339 na cidade de Sevilha. O conflito de 1336 a 1338 vai afectar sobretudo as regiões fronteiriças através da realização de pequenas ou grandes incursões punitivas sobre os territórios inimigos assim como de vários cercos a povoações secundárias com o objectivo aparente de provocar a destruição máxima nos territórios envolventes, contribuindo para um empobrecimento geral destas regiões, entre as quais está a cidade de Évora.

[1139] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 140.
[1140] Jorge, V. (2007). Arquitectura, medida e número na Catedral de Évora. *Monumentos*, *26*, 26-37. P. 36.
[1141] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 1138.
[1142] Martins, M. G. (2005). A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338. *Promontoria*, *3*, 19-80.

Figura 374 – Perfil dos dois recintos amuralhados de Évora sobre o traçado urbano da cidade.

Figura 375 – Pano de muralha entre as Portas de Avis e a Rampa do Seminário nos anos 50.

É de 1336 a primeira referência aos Paços de São Francisco, utilizados no casamento do Infante D. Pedro com a Infanta de Castela, D. Constança Manuel, cimentando-se a paz com o reino vizinho através do casamento dos dois infantes. O termo "paço" deve ser, porém, entendido com alguma latitude e, neste caso, referindo-se antes a um conjunto ainda incipiente de camaras tomadas de empréstimo ao convento [1143], talvez temporariamente utilizadas durante as cerimónias para acolher a corte. Ainda no contexto do conflito com Castela D. Afonso IV participa em 1340 na Batalha do Salado, transportando a relíquia do Sagrado Lenho do Mosteiro de Vera Cruz do Marmelar. No regresso, a relíquia foi dividida em dois fragmentos tendo um deles sido depositado na ermida de Santa Victória Mártir, então reconstruída como Ermida da Santa Cruz ou Vera Cruz[1144].

D. Afonso IV vai ainda ordenar em Évora a construção de um extenso e novo perímetro muralhado, a "Cerca Nova" dado o mau estado da Cerca Velha, mas também por ser crescente o valor estratégico e militar da cidade de Évora, que seria então uma das maiores do reino. A data exacta de início da obra é desconhecida, assumindo-se que teria começado por volta de 1350, com a Porta de Avis, documentada já em 1353[1145]. A nova muralha, com um perímetro aproximado de 4000 metros, uma área de 80 hectares, 35 torres e 10 portas, envolve quase por completo a Cerca Velha à excepção de um pequeno troço junto ao Castelo que. por razões estratégicas, mantem contacto directo com o exterior. A construção deste novo perímetro defensivo e as cada vez mais frequentes estadias da corte vão contribuir para acentuar os movimentos migratórios para a cidade, que entra num período de crescimento, apesar dos pontuais surtos de peste tal como acontece entre 1348 e 1349[1146]. A definição deste novo circuito vai consolidar a forma radio-concêntrica da cidade, condicionando a evolução urbana nos séculos seguintes a um processo de colmatação e consolidação das áreas livres existentes no interior da Cerca Nova, delimitadas entre os principais eixos de acesso à cidade. Este processo de progressivo preenchimento do espaço intra-muros vai continuar até ao século XIX, quando são criadas as primeiras áreas urbanas no exterior das muralhas. A grande longevidade da Cerca Velha enquanto limite urbano vai fazer com que esta estrutura medieval se mantenha praticamente intacta até a contemporaneidade.

[1143] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 51.
[1144] Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. pp. 95-97.
[1145] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 292.
[1146] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 158-164.

Figura 376 – Exemplo de parcelamento urbano programado no espaço da Cerca Nova entre a Rua de Mendo Estevens e a Rua Dr. Joaquim Henrique da Fonseca.

Figura 377 – Arcadas medievais da Praça do Giraldo.

Já a colmatação das zonas no interior da Cerca Nova iniciou-se imediatamente com a definição do seu traçado e, em simultâneo, com o processo de construção ao longo dos cem anos seguintes. A construção da Cerca Nova transformou subitamente antigas propriedades rurais na que orbitavam na envolvente da cidade em zonas livres no interior de um novo perímetro urbano. Este facto aliado à grande pressão demográfica esteve na origem de várias operações de parcelamento que utilizaram recorrentemente esquemas formais pré-estabelecidos. O carácter programado e dirigido de muitas destas iniciativas ficou inequivocamente marcado no terreno através da consubstanciação de várias unidades morfológicas claramente identificáveis na paisagem urbana da cidade[1147]. Estas operações de parcelamento vão quase sempre adoptar esquemas de composição semelhantes definidos por uma estrutura ortogonal de quarteirões rectangulares implantados numa malha viária hierarquicamente organizada a partir de ruas principais e travessas, em tudo semelhantes a outras intervenções semelhantes às habitualmente conhecidas por "Vilas Novas". Um exemplo paradigmático deste tipo de operações produzidas ao longo do século XIV e XV pode ser encontrado na Vila Nova do Outeiro referida pela primeira vez em 1362, perto da elevação onde mais tarde se virá a localizar o Castelo Novo[1148]. A análise do tecido urbano no local permite destacar uma área morfologicamente homogénea entre a Rua Fria, a Rua do Ramires, a Rua do Borralho e parte da Rua de Cicioso. De um modo semelhante regista-se também o topónimo de Outeiro da Vila Nova de S. Francisco registado pela primeira vez em 1397[1149]. A localização desta zona algures perto de S. Francisco é pouco clara; no entanto a referência a um "outeiro", ou seja, a uma elevação sugere que se trata de uma zona perto da Rua do Raimundo, cujo traçado segue uma linha de cumeada, zona essa que também poderá coincidir com o topónimo "Chãos Domingueiros" existente na mesma área[1150].

Para além do parcelamento de antigos terrenos rurais, também o espaço urbano já consolidado terá sofrido um processo de densificação particularmente evidente na área da Praça do Giraldo. Com a construção da Cerca Nova esta praça, adquire uma nova condição urbana, facto que reforçou o seu papel catalisador assumindo-se como um dos principais espaços públicos da cidade, datando deste período a construção das arcadas em torno da praça e nas ruas envolventes[1151].

[1147] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 210.
[1148] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 284.
[1149] Ibid. p. 283.
[1150] Branco, M. J. C. (2002). Evolução do sítio do século XIII ao século XIX. *Monumentos, 17*. p. 10.
[1151] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. p. 76

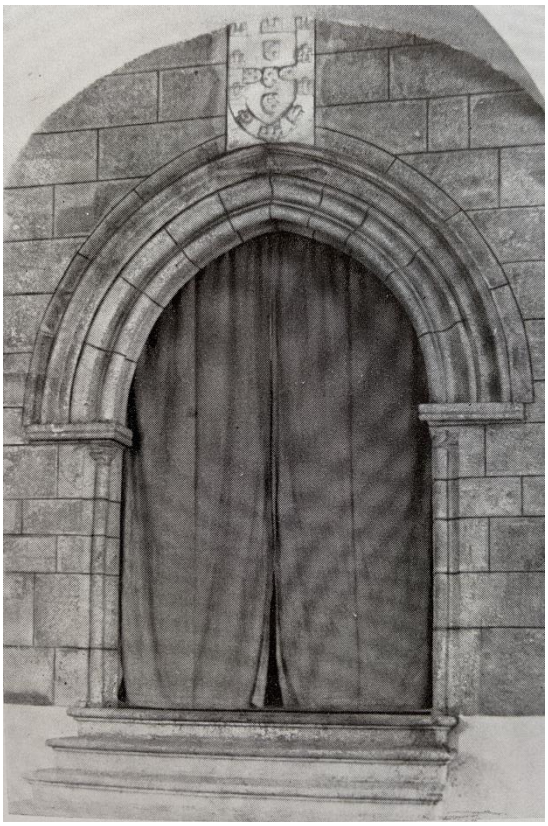


Figura 378 – Portada dos Primitivos Paços do Concelho.

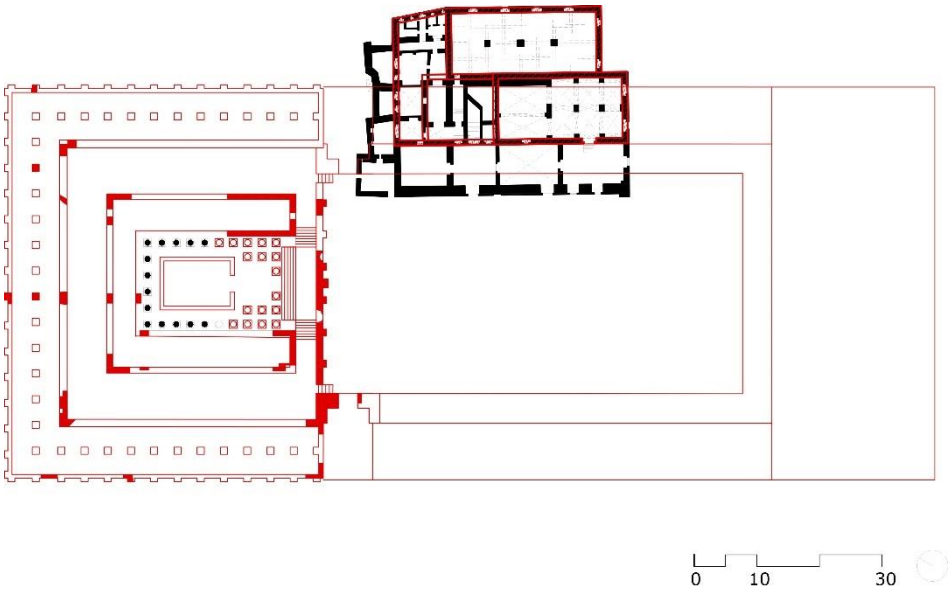


Figura 379 – Sobreposição da planta dos hipotéticos paços medievais sobre os vestígios do fórum romano.

Se em 1305 as reuniões do concelho da cidade ainda se realizavam no telheiro contiguo às "casas pontificaes"[1152], ou seja, provavelmente junto do Celeiro dos Bispos, durante a primeira metade do século XIV ter-se-á procedido à construção de um edifício próprio, autónomo. Apesar da data de construção não ser conhecida, o edifício dos Paços do Concelho de Évora pode ser contemporâneo dos vizinhos Paços do Concelho de Estremoz ou da primitiva Casa da Câmara de Monsaraz, ambos datando do período entre o final do reinado de D. Dinis e o reinado de D. Afonso IV. A primeira referência ao edifício surge apenas em 1375 onde é descrito como "*crasta nova da quinta (sic) da casa do concelho*" [1153] ou "*quinta das casas da fala dos paaços do conçelho*"[1154]. Estas referências permitem inferir que o edifício seria composto por um corpo principal ou câmara ("casa da fala") com ligação a um claustro ou galeria aberta sobre um pátio (*crasta*)[1155]. Este edifício seria recuperado por volta de 1446, no reinado de Afonso V (1438-1481) e finalmente substituído em 1513 por novo edifício construído na Praça do Giraldo[1156]. Da intervenção realizada no século XV sobrevive, no rés-do-chão da Biblioteca Pública de Évora um portal de arco quebrado sobrepujado pelo escudo de armas da época de D. Afonso V ou de D. João II[1157]. O edifício foi adaptado a Colégio dos Meninos de Coro da Sé, adicionando-se um novo corpo no século XVII e, finalmente no início do século XIX em Biblioteca. As sucessivas intervenções terão mantido, *grosso modo*, a estrutura medieval, tal como o portal de arco quebrado sugere, com o corpo central da biblioteca resultando da adaptação do edifício dos Paços do Concelho, e o átrio e a escadaria ocupando provavelmente a área do primitivo claustro. Parece assim evidente que a configuração do edifício contemporâneo é resultado da soma de vários elementos construídos em diferentes épocas, como o corpo do século XVII ou o portal do século XV o atestam. Porém, todos estes elementos apresentam ainda uma reveladora correspondência com os alinhamentos e dimensões do hipotético pórtico nascente do antigo fórum romano. Esta correspondência entre a forma do pórtico do fórum e o edifício actual sugere a continuidade de ocupação, pressupondo a existência de vestígios do fórum no início da Idade Média, que teriam sido sucessivamente reutilizados desde o período islâmico até ao momento presente.

[1152] Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia. p. 58.
[1153] Ibid. p. 144
[1154] Marques, A. H. O., & Dias, N. J. P. P. (1990-1993). *Cortes Portuguesas : Reinado de D. Fernando I (1367-1383)* - (Vol. volume II). Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. p. 131
[1155] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 775.
[1156] Ibid. pp. 775-776.
[1157] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 69-71

Figura 380 – Implantação da Judiaria Nova de Évora.

Figura 381 – Implantação da Mouraria Nova de Évora.

O sucessor de D. Afonso IV, D. Pedro I (1357-1367), vai promover a partir das Cortes de 1361 a criação de espaços próprios exclusivamente ocupados por Mouros e Judeus[1158]. Tanto a Judiaria Velha como a Mouraria Velha são extintas, procedendo-se à criação ou expansão de novos bairros exclusivamente ocupados por estas comunidades. Estes seriam encerrados por portas e delimitados por cercas cujo limite se encontra parcialmente preservado no cadastro actual, permitindo reconhecer o seu traçado.

É de 1331 a primeira referência à Judiaria Nova[1159], inicialmente uma expansão da Judiaria Velha, talvez ainda no reinado de D. Dinis. A Judiaria Nova terá sido ampliada com obrigatoriedade da separação das comunidades Judia e Moura por D. Pedro I, conduzindo à extinção da Judiaria Velha no interior da cidade e à transferência desta comunidade para a Judiaria Nova. O espaço centrava-se numa área definida, no sentido Este-Oeste, pela Rua da Moeda e Rua dos Mercadores, intersectadas pela Travessa do Sol, Travessa Torta, Travessa Ama da Silva, Rua de Alcoutim e Travessa da Tamara[1160]. No centro da judiaria destaca-se o antigo Terreiro da Judiaria, actual Largo dos Mercadores junto do qual se situaria também a Sinagoga Velha, documentada na toponímia medieval[1161]. São conhecidas também referências a edifícios como os Banhos, o Hospital ou Gafaria, mas cuja localização se perderam no tempo.

A primeira referência à Mouraria Nova data de 1363[1162], sucedendo-se à Mouraria Velha situada perto da Rua Doutor Joaquim Henrique da Fonseca. A organização interna e limites da Mouraria são difíceis de reconstruir a partir da esparsa documentação existente. No entanto sabemos que o bairro consistiria essencialmente numa implantação *ex-novo* gerada a partir do cruzamento de dois eixos principais - a Rua da Mouraria, no sentido Este Oeste e a Rua do Inverno e Beco do Meirinho, no sentido Norte Sul. Numa zona marginal da Mouraria, entre a Rua da Corredoura e o Largo 13 de Outubro situava-se o Terreiro da Mouraria, com origem num rossio. No bairro existiria também uma mesquita, identificada na toponímia antiga através dos nomes Rua da Mesquita ou Travessa da Mesquita[1163].

[1158] Barros, M. F. L. d. (2004). *Tempos e espaços de mouros, a minoria mulçumana no Reino Português (séculos XII a XV)*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora.
[1159] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. pp. 192-193.
[1160] Val-Flores, G. S. (2009). A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento. *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora II* 163-217.
[1161] Carvalho, A. d. (2007). *Da Toponímia de Évora - Século XV - Volume 2*. Edições Colibri. p. 279.
[1162] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 224
[1163] Carvalho, A. d. (2007). *Da Toponímia de Évora - Século XV - Volume 2*. Edições Colibri. p. 212.

O reinado de D. Fernando (1367-1383) vai marcar um novo período de guerra com Castela ao longo de três fases: entre 1369-1370, 1372-1373 e 1381-1382. O último período ocorre na zona de Elvas, Arronches e Campo Maior. O confronto vai seguir os mesmos moldes já ensaiados no conflito de D. Afonso IV com o Rei de Castela, Afonso XI, desenvolvido entre 1336 e 1338. A "Guerras Fernandinas" são também dominadas pela realização de incursões rápidas sobre as regiões de fronteira provocando o máximo de destruição possível numa lógica de "terra queimada" com vista ao enfraquecimento do inimigo pela asfixia dos seus recursos. Com o conflito, a cidade de Évora transforma-se num centro nevrálgico, quer enquanto plataforma logística de apoio e abastecimento na retaguarda, quer como ponto de comando por onde passaram muitas das decisões político-militares e onde teriam sido inclusive construídos "engenhos e carros e bombardas e outros apercebimentos de guerra" tal como relata Fernão Lopes[1164]. O ambiente de guerra que se fazia sentir à época terá aumentado a necessidade de prontamente concluir a obra da Cerca Nova, levando D. Fernando a ordenar entre 1380 e 1383 a demolição de partes da Cerca Velha para reaproveitar os silhares para a conclusão da nova muralha [1165].

O ambiente na cidade no final do século era igualmente dominado por uma emergente tensão e mal-estar social, provocada por uma sucessão de maus anos agrícolas e consequente escassez de alimentos, associada ao clima de divisão que atravessava o espaço político nacional com as sucessivas guerras com Castela. Estas tensões, particularmente evidentes na cidade de Évora, vão emergir de forma explosiva com a morte de D. Fernando em 1383 e a subsequente crise de sucessão, sob a forma de uma autêntica sublevação popular contra os partidários da rainha regente D. Leonor Teles. A revolta teria sido desencadeada pela tomada de posição do alcaide-mor de Évora, Álvaro Mendes de Oliveira, pelo partido de D. Leonor, refugiando-se com os seus partidários no castelo. O subsequente assédio do castelo é descrito pelo cronista Fernão Lopes na *Crónica de D. João* I:

"L*ogo em este dia Diogo Lopes Lobo e Fernão Gonçalves Darca, e João Fernandes, seu filho, que eram uns dos grandes que hi havia com todo o povo da cidade, se levantaram contra elles e foram combater o castello, subindo em cima da Sé, e isso mesmo do açougue, que são logares altos, du lhe podiam empécer as bestas, e d'ali tiravam muitos virotes aos que estavam no castello, o qual era mui forte de torre e muro, e seco de cava e mui mau de tomar sem grão trabalho. E por os*

[1164] Lopes, F. *Chronica de El-Rei D. Fernando* (Vol. III). Escriptorio. p. 60.
[1165] De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 297.

fazerem render mais azinha tomaram as mulheres e os filhos dos que dentro eram para o defender e pozeram-nos em cima de senhos carros todos amarrados em elles, que eram um jogo que os povos meudos em similhante caso muito acostumavam de fazer. E chegaram á porta do castello bradando aos de cima que subissem fóra e o desamparassem logo, senão que as mulheres e os filhos lhe queimariam todos em vista e presença d'elles … O alcaide quando esto viu fallou com aquelles que eram dentro com elle, receando-se de cahir na destemperadasanha do povo acordaram de lhe dar o castello…" "O castello que era bem forte e afito, e que não fóra tomado tão á pressa da guisa que o foi senão fôra pelo modo que tiveram em poer as mulheres e filhos em carros, como foi tomado, logo foi roubado de quanto hi acharam, e derribado por muitas partes, e posto fogo dentro em elle de guisa que queimadas casas e quanto elle havia, ficou devasso como pardieiro sem parte defensavel que em elle ouvesse."[1166]

Apesar da descrição de Fernão Lopes sugerir uma destruição profunda, logo no ano imediato instalou-se no castelo, na qualidade de fronteiro-mor da província, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, tendo nascido também no edifício em 1397 a princesa D. Isabel[1167]. O Castelo de Évora seria ainda em 1398 doado para residência do seu guarda-mor e alcaide da cidade Martim Afonso de Melo[1168]. As destruições referidas por Fernão Lopes parecem ter incidido sobre o espaço do antigo Alcácer Novo que, em ruínas, seria posteriormente ocupado pelo Convento dos Lóios, enquanto o espaço do Castelo teria sido prontamente reparado sendo posteriormente adaptado para uso particular de Martim Afonso de Melo dando lugar ao actual Palácio dos Duques do Cadaval.

As destruições realizadas no castelo podem estar na origem das estadias frequentes de D. João I nos Paços de S. Francisco. O paço, apesar de algumas intervenções pontuais realizadas por D. João I seria, no entanto, no final do século XIV, ainda essencialmente o resultado da utilização de espaços subtraídos ao Convento de S. Francisco e não de uma estrutura com uma autonomia formal completa. Deve-se, contudo, a este rei a origem do futuro complexo palatino, tendo este pela primeira vez definido a separação entre um espaço de exclusiva utilização régia e o convento propriamente dito[1169].

[1166] Lopes, F. *Chronica de El-Rei D. João I* (Vol. I). Escriptorio. pp. 133-135.
[1167] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. P5-19
[1168] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. pp. 50.
[1169] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 76.

Évora Fase 9 (século XV)

A instalação da corte

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Porta da Selaria (séc. X?)
4 - Porta de Moura (séc. X?)
5 - Porta do Sol (séc. X?)
6 - Porta da Traição (séc. X?)
7 - Igreja de S. Miguel (1177)
8 - Ermida de Nª Sª da Graça (seg. metade do séc. XII)
9 - Hospital de S. João de Jerusalém (segunda metade do séc. XII)
10 - Paço Episcopal (segunda metade do séc. XII?)
11 - Celeiro dos Bispos (segunda metade do séc. XII?)
12 - Igreja de S. António (primeira metade do séc. XIII?)
13 – Ig. de S. Mamede (segunda metade do séc. XIII?)
14 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
15 - Hospital de S. Lázaro (seg. metade do séc. XII?)
16 - Porta Nova dos Judeus (seg. metade do séc. XIII?)
17 – C. de S. Domingos (segunda metade do séc. XII)
18 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
19 - Ermida de Santa ou Vera Curz (≈1340)
20 - Sinagoga Velha? (meados do século XIV?)
21 - Mesquita? (meados do século XIV?)
22 - Convento de S. Francisco (1451-1481)
23 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
24 - Porta de Aviz (século XIV / XV)
25 - Porta da Lagoa (século XIV / XV)
26 - Porta de Alconchel (século XIV / XV)
27 - Porta do Raimundo (século XIV / XV)
28 - Porta do Rossio (século XIV / XV)
29 - Porta da Mesquita (século XIV / XV)
30 - Porta de Mendo Estevens (século XIV / XV)
31 - Porta de Machede (século XIV / XV)
32 - Porta do Moinho de Vento (século XIV / XV)
33 - Sinagoga Grande? (Início do séc. XV?)
34 - Paço de S. Francisco (1411-1490)
35 - Convento de Santa Mónica (≈1421)
36 - Paço dos Estaus (1435-1449)
37 - Açougues da Praça de Alconchel (≈1435)
38 - Igreja de S. Pedro (≈1438)
39 - Igreja de S. Tiago (séc. XV?)
40 - Paços do Concelho (≈1446)
41 - Convento de S. Clara (1452-1464)
42 - Ermida de S. Vicente (1461-1467)
43 - Tercenas Reais (≈1470)
44 - Ermida de S. Sebastião (1482)
45 - Ermida de S. Brás (1483)
46 – C. de S. João Evangelista / Lóios (1485-1499)
47 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1490)
48 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
49 - Sala de Madeira (1490)
50 - Hospital do Espírito Santo (1495)

A conclusão da Crise dinástica de 1383–1385 com a subida ao trono de D. João I, e a assinatura de um tratado de paz com Castela em 1411, vai encerrar o extenso período de instabilidade política que percorre quase todo o século XIV, permitindo a prosperidade que se verificou nos séculos XV e XVI. O grande crescimento urbano verificado a partir da segunda metade do século XIV e no século XV vai resultar também, em grande medida, da diáspora das comunidades judaicas castelhanas, que face à crescente intolerância da "nação" vizinha, vão em número crescente procurar refúgio no reino de Portugal. O forte crescimento da comuna Judaica de Évora sentido desde meados do século XIV vai levá-la a solicitar a ampliação da Judiaria Nova a D. João I [1170].

"*Dom Joham etc. A quantos esta carta testemunhavel virem saber que stando nos na cidade dEvora nos foe dito per a comuna dos judeus da dita cidade que a judiaria era pequena e per aazo della seer pequena as casas eram mui caras* […] *Primeiramente mandou tirar a porta da judaira que sta em a rua do Tinhoso e mandou que se çarrase a travessa do canto da rua que vay sair na rua d´Alconchel em direito da casa de Lourenço Pires da Rosa e deulhe por judaria essa rua a suso ataa outra travessa seguinte onde sta o forno da ponte e que hi se çarrase contra a rua de Alconchel, e deulhe mais outra travesa que entesta na casa de Joham afom alvané dito Romaão, e que hi seja carrada. Item deulhe mais outra travessa seguinte onde mora ho horteliam a qual casa he de Maria Pires molher do Gallego, e que hi seja carrada. Item lhe deu outra travessa onde tem atafona Rodrigo Alvares marido de Maria d´Eiraboa, e que seja feita hua porta na rua direita e a travessa em diante onde mora Meem Delgado que vay direita à Palmeira, e que hy se ponha a porta da carniçaria da Judaria em essa rua direita que entesta em hum pardieiro que hi sta que foe pellomem. E repartidas assy as ditas ruas nós mandamos que sejam assy carradas em Judiaria como per el som divisadas em que em o fazer das portas como em o tapar das ruas que se faça todo aa custa da comuna*"…[1171]

Na carta de ampliação e demarcação da Judiaria por D. João I, este atribui em 1408 à comuna dos Judeus um conjunto de ruas e travessas pré-existentes numa área urbana a Poente da Judiaria Nova, ordenando ainda que se cerrassem as travessas que faziam a ligação desta zona à Rua de Alconchel. A facilidade com que aparentemente esta transferência se realizou é um indício de que provavelmente esta zona estaria à época ainda pouco ocupada.

[1170] Val-Flores, G. S. (2009). A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento. *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora II* 163-217. pp. 25 – 31.
[1171] Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia. pp. 222-223

Figura 382 – Zona de expansão da Judiaria Nova.

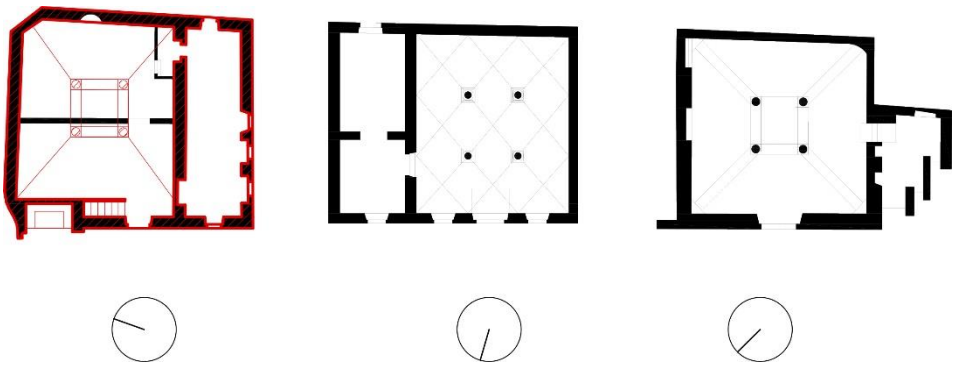


Figura 383 – Comparação das sinagogas de Évora, Tomar e Valência de Alcântara.

Esta zona atribuída à Judiaria Nova teria sido configurada segundo os modelos urbanos típicos da época, obedecendo a uma matriz ortogonal estruturada através do ancestral, baseado na hierarquia entre uma rua principal e uma rua secundária Rua-Travessa. As duas ruas principais, Rua da Moeda e Rua dos Mercadores, intersectadas perpendicularmente por um conjunto de cinco ruas arruamentos transversais que são paralelos entre si, a Tv. da Bota, a Tv. do Contreyras, a Tv. do Pocinho, a Tv. da Palmeira e a Tv. do Barão. Entre a Judiaria Nova e a zona de expansão urbana recém integrada na judiaria foi implantado o edifício da Sinagoga Grande, construída provavelmente ainda na primeira metade do século XIV?[1172]. O edifício da Sinagoga terá sido doado ao Bispo de Tânger em 1497 após a expulsão dos judeus, tendo este procurado apagar as marcas da presença judaica. Apesar da sua destruição, a memória da sinagoga ficou preservada na toponímia local através do nome Rua da Sinagoga Grande[1173]. A localização original da Sinagoga Grande foi identificada por Cármen Balesteros no Nº 20 da Travessa do Barão, num antigo jardim murado que resultou da destruição da cobertura da antiga sinagoga. A leitura deste espaço permite identificar uma notável correspondência com as dimensões e a configuração das sinagogas de Tomar e Valência de Alcântara. Estes três edifícios apresentam, uma planta semelhante aproximadamente quadrada com cerca de 20 côvados de lado e quatro colunas centrais, sugerindo a obediência ao modelo comum da sinagoga Sefardita tendo talvez como referente uma concepção idealizada do primeiro templo de Salomão e no respeito pelas suas proporções[1174].

O início do século assiste também à conclusão dos trabalhos iniciados por D. João I nos Paços de S. Francisco por volta de 1411, tal como sugere o documento desse ano no qual o rei estabelece que o edifício será de seu uso exclusivo, assim como da rainha e dos infantes[1175]. Ainda durante o reinado de D. João I é construída a igreja e o recolhimento de Santa Mónica por volta de 1421, altura em que a congregação feminina inicialmente fundada no século XIV foi forçada a integrar a Ordem de Santo Agostinho. Tendo ficado sob a protecção de Santa Mónica, esta foi a primeira casa religiosa feminina desta ordem fundada em território português[1176].

[1172] Balesteros, C. (1994-1995). A Sinagoga Medieval de Évora. Elementos para o Seu Estudo. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*.
[1173] Tavares, M. J. P. F. (1982-1984). *Os judeus em Portugal no século XV*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. p. 56
[1174] Balesteros, C. (1994-1995). A Sinagoga Medieval de Évora. Elementos para o Seu Estudo. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. pp. 192-193.
[1175] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 76.
[1176] Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. p. 103.

Com D. Duarte (1433-1438), os constantes abusos criados pelo séquito da corte nas suas sucessivas deslocações a Évora ao tomarem posse de casas particulares para se hospedarem, levou o rei a ordenar a construção da Pousada Real dos Estáus ou Paço dos Estáus. A obra foi iniciada sobre edificações existentes no lado Sudoeste da Praça de Alconchel na sequência das cortes de 1435, devendo estar concluída por volta de 1449, altura em que a corte de D. Afonso V se acomodou no edifício[1177]. No mesmo período, D. Duarte ordena também a construção de novos açougues junto ao Paço dos Estáus[1178], ou seja, provavelmente no topo Sul da praça, o mesmo local onde se viria a erguer o edifício dos paços do concelho Manuelino. A construção dos Estaus e de um novo edifício de açougues na Praça de Alconchel vão legitimar esta praça como um dos principais espaços públicos da cidade, consolidando o forte crescimento dos antigos arrabaldes, que já no século XV preenchiam a quase totalidade da área protegida pela Cerca Nova. Este rápido crescimento terá sido um fenómeno da segunda metade do século XIV e do século XV, consequência possível das migrações posteriores à Peste Negra."[1179]. Apesar deste crescimento significativo, partes da cidade, como a zona junto da Porta de Machede, mantêm-se ainda no século XV pouco urbanizadas[1180].

Em 1438 a antiga Igreja de S. Pedro, pertencente ao Padroado Real, sofre uma profunda reforma. As obras de reconstrução terão sido extensas, provavelmente resultando numa reconstrução completa do antigo edifício. Datam deste período a capela epistolar e o portal axial de arco quebrado ainda hoje existentes no local. É provável que no século XV a Igreja de S. Tiago, também pertença do Padroado Real, tenha sido objecto de uma intervenção semelhante através de uma reconstrução profunda.

A primeira grande intervenção realizada durante o reinado de D. Afonso V (1438-1481) será a reconstrução do edifício dos Paços do Concelho, por volta de 1446 [1181] . Esta intervenção terá em grande medida respeitado e mantido a configuração do edifício pré-existente, mas substituindo a estrutura primitiva por elementos de maior robustez e qualidade, tal como o já referido portal de arco quebrado sobrepujado pelo escudo de armas da época de D. Afonso V ou de D. João II o testemunham.

[1177] Espanca, T. (1946). Palácios Reais de Évora. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 11).
[1178] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 457-458.
[1179] Marques, A. H. O. (1989). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença. p. 187.
[1180] Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri. p. 356.
[1181] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 775.

O circuito amuralhado da Cerca Nova deveria estar concluído por volta de 1440, tendo D. Afonso V autorizado em 1449 a utilização das verbas atribuídas à construção dos muros para a reparação de pontes e outras obras públicas da comarca[1182]. A conclusão desta obra vai coincidir com a atribuição de várias torres e segmentos da obsoleta Cerca Velha a membros da nobreza e burguesia da cidade, logo a partir do final do século XIV [1183]. Esta progressiva apropriação da muralha por outros edifícios é demonstrada no caso da Ermida de S. Vicente construída sobre um primitivo oratório da Cerca Velha entre 1461 e 1467[1184].

Em 1452 é fundado o Convento de Santa Clara sob iniciativa do bispo D. Vasco Perdigão. O edifício foi programado inicialmente para oitenta monjas, com parte substancial das obras a decorrer até 1459, ano em o edifício foi entregue às religiosas pertencentes à Segunda Ordem de S. Francisco, com o templo primitivo a ser inaugurado apenas em 1464 [1185]. A génese do convento estaria no corpo Nascente, num conjunto de casas doadas que anteriormente pertenciam ao Paço dos Falcões. No entanto, a exiguidade do espaço terá levado a expandir o conjunto para Poente, suprimindo uma parte da Rua de S. Domingos que fazia a ligação direta entre a Rua Serpa Pinto e o Convento de S. Domingos.

Em meados do século XV a degradação da igreja de S. Francisco vai levar D. Afonso V a iniciar um processo de reconstrução. O arranque das obras no edifício deve coincidir aproximadamente com a nomeação de Rodrigo Esteves como mestre das obras de pedraria na cidade em 1451, estando já a capela-mor em plena construção por volta de 1466, tal como é testemunhado por um documento produzido nesse ano sobre o pagamento de obras no coro da igreja[1186]. Em 1470 D. Afonso V vai também ordenar a supressão de uma zona urbana existente junto à igreja. A cicatriz da supressão destes quarteirões é ainda particularmente evidente no invulgar recorte Norte da Praça 1º de Maio. As obras na Igreja de S. Francisco vão ser acompanhadas por um conjunto de melhoramentos realizados no vizinho Paço de S. Francisco, elegendo D. Fernando este paço como principal local de estadia, que teria ampliando através da anexação de mais compartimentos e de parte da horta do Convento de S. Francisco.

[1182] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 5-19

[1183] Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian. , P49-50

[1184] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 178-180.

[1185] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 162.

[1186]Bilou, F. (2014). *A Igreja de S. Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois* Edições Colibri. p. 17.

Figura 384 – Corpo Sul do paço de D. João II.

Figura 385 – Corpo Sul do paço de D. Joao II na actualidade.

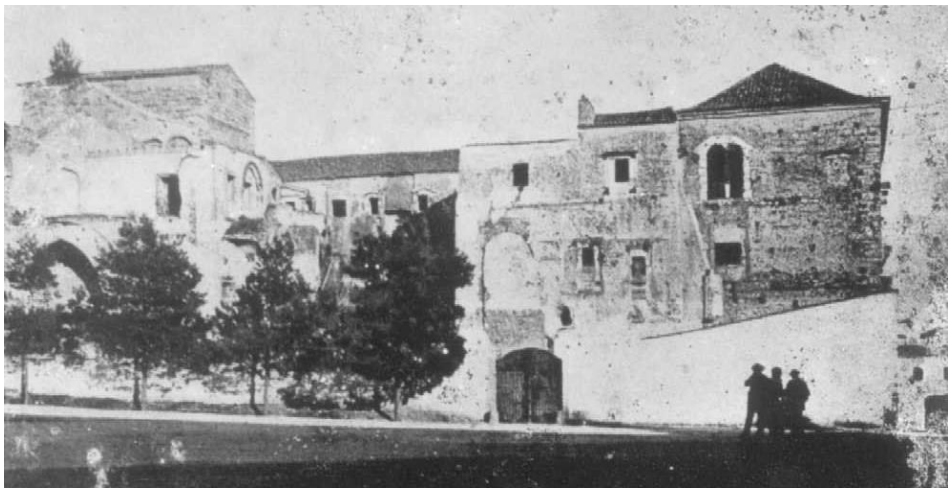


Figura 386 – Convento e corpo Sul do paço de D. João II.

A obra de D. Afonso V na capela-mor da Igreja de S. Francisco vai ter continuidade com o seu herdeiro D. João II (1481-1495) prosseguindo-se com a demolição das capelas colaterais e a reconstrução dos braços do transepto[1187]. A partir das cortes de Novembro de 1481 inicia-se uma nova campanha de obras no Paço de S. Francisco segundo os desejos de D. João II (1481-1495) que assume pela primeira vez a ambição da construção de uma verdadeira morada régia, com um carácter monumental, formalmente coerente e autónoma das dependências do convento que estiveram na sua génese. Para tal efeito D. João II vai não só retirar ainda mais compartimentos pertencentes ao convento, mas também reformular profundamente as zonas do palácio pré-existente, construídas organicamente, através de adições sucessivas durante os reinados de D. João I e D. Afonso V, que passam a constituir um novo corpo virado para Sul, incorporando novas áreas de grande dimensão. Este novo corpo foi alvo de em várias queixas dos frades que alegaram que "[D. João II] *para fazer mais vistoso e extenso o palácio tirou ao convento umas casas, cortando tão largamente, que alem de o privar da vista do rocio o deixou sem officinas*."[1188]. Terá sido nestes novos compartimentos do palácio que se realizaram as Cortes de Évora de Março e Junho de 1490, na chamada "Sala da Rainha"[1189], que em posição dominante no último piso do corpo do paço de D. João II vai assumir-se como o mais importante e maior compartimento do conjunto palaciano.

Este impressionante corpo virado a Sul teria sobrevivido à destruição do paço sendo ainda claramente visível em fotografias do início do século XX antes de ter sido readaptado por Francisco Barahona em "Asylo da Infancia Desvalida"[1190], actualmente no edifício nº5 da Rua 24 de Julho. A comparação com fotografias da época revela que, do antigo edifício ter-se-á perdido apenas o último piso correspondente à Sala da Rainha e que mantinha uma ligação directa com a Igreja de S. Francisco realizada através de uma varanda ou terraço[1191], também ainda hoje parcialmente preservada. Por debaixo da Sala da Rainha ficariam os aposentos e a Sala do Rei[1192]. Esta sala, por sua vez, teria comunicação com uma outra varanda ou terraço[1193] provavelmente desenvolvendo-se para o lado Poente, ou seja, para o lugar onde se implanta hoje em dia o edifício Nº1 da Rua 24 de Julho.

[1187] Ibid. pp. 21-23.
[1188] Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia. p. 227.
[1189] Ibid. p. 420.
[1190] Manoel, C. d. C. (1895). Archeologia Eborense: 3 As ruínas do antigo convento de S. Francisco. *O Arqueólogo Português*(2). p. 290.
[1191] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 96.
[1192] Ibid. p. 91.
[1193] Ibid. pp. 96-97.

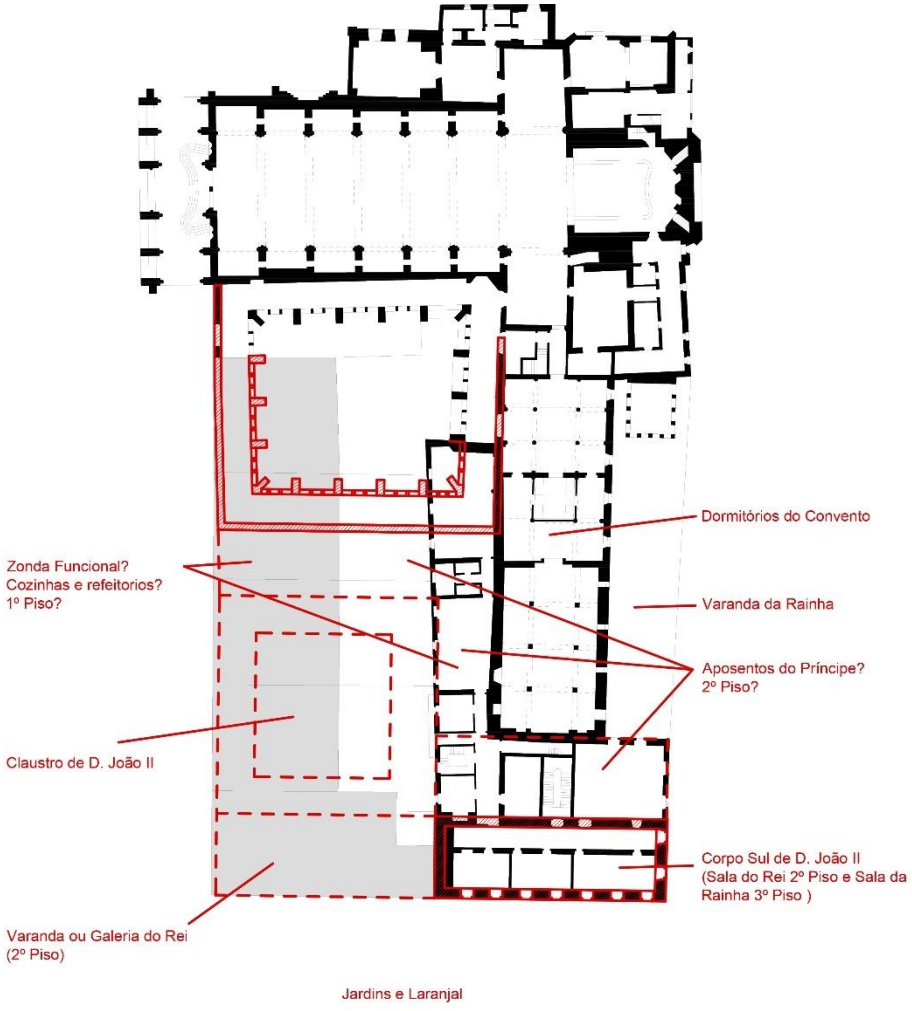


Figura 387 – Esquema da organização do Paço de S. Francisco.

Para além das icónicas salas nobres do Rei e da Rainha, agregando um conjunto de varandas e compartimentos a elas associados, encontramos um terceiro espaço agregador nos "Aposentos do Príncipe". A natureza pouco clara das referências a este espaço torna difícil o seu posicionamento no conjunto; no entanto, parece localizar-se na proximidade ou em comunicação directa com a Sala da Rainha, sobre as áreas funcionais do paço, e fazendo paredes-meias com o convento[1194]. A agregar todos estes diferentes espaços estaria um pátio interior ou claustro[1195], o qual serviria provavelmente também de acesso ao paço coadjuvando um conjunto de elementos de distribuição interna como a escadaria, que faria o acesso aos salões nobres no corpo Sul[1196].

Na periferia urbana, o reinado de D. João II vai assistir ao surgimento em simultâneo de duas importantes ermidas, a Ermida de S. Sebastião em 1482[1197], e a Ermida de S. Braz em 1483[1198]. A ermida medieval de S. Sebastião teria sido construída na via de saída da cidade em direcção a Alcácer do Sal, tendo o edifício original sido destruído e reconstruído numa linguagem barroca no final do século XVII. A Ermida de S. Brás vai surgir na zona Sul da cidade junto do local onde existiria uma pequena gafaria e onde, com a construção da Cerca Nova se começou a formar um amplo terreiro ou rossio. Apesar da sua pequena escala e implantação periférica, este edifício apresenta uma amadurecida linguagem característica do tardo-gótico alentejano, com contrafortes cilíndricos coroados por coruchéus cónicos e merlões chanfrados[1199].

Em 1485 é fundado por D. Rodrigo Afonso de Melo, descendente de Martim Afonso de Melo que tinha recebido o Castelo de Évora em 1398, o Convento de S. João Evangelista ou dos Lóios[1200] na antiga praça de armas do castelo. A igreja, concluída em 1491, teria o propósito de albergar o panteão familiar de D. Rodrigo, recorrendo ao esquema tardo-gótico. As obras do convento vão decorrer até ao inico do século XVI, com a portaria construída em 1499 sobre terrenos pertencentes ao vizinho edifício dos Paços do Concelho, que é seu vizinho.

1194 Ibid. pp. 105-107.
1195 Espanca, T. (1946). Palácios Reais de Évora. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 11). p. 55.
1196 Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. pp. 97-101.
1197 Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 48.
1198 Ibid. p. 26.
1199 Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 1281-1282.
1200 Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 198-201.

Durante as cortes de 1490, realizadas entre Março e Junho, é escolhido o Paço de S. Francisco para a realização, nesse mesmo ano, do casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel de Castela. Para este evento terá sido iniciada nova campanha de obras que terá consistido sobretudo na melhoria e decoração dos espaços já existentes, em particular dos Salões Nobres e dos Aposentos do Príncipe. Para a realização do casamento seria ainda erguida uma extensa galeria temporária, a icónica "sala de madeira" de aproximadamente 66x16 metros, construída a Poente do paço com uma orientação Norte-Sul[1201]. A construção do paço vai prosseguir depois de 1493 de uma forma mais modesta com o edifício já essencialmente concluído[1202]. Também a pretexto do casamento do príncipe D. Afonso, o município constrói em 1490 a Ermida de Nª Sª da Natividade sobre a Porta de Machede[1203]. Em 1490 vai ainda ser construída a Igreja e o Recolhimento de Santa Marta junto do Convento de S. Domingos[1204]. O recolhimento é integrado na Ordem Terceira de S. Domingos no ano de 1490, ascendendo somente em 1520 à Ordem Segunda, fundando em 1547 o Mosteiro de Santa Catarina.

Em 1492 D. João II inicia a construção do Hospital de Todos os Santos em Lisboa, reunindo numa só instituição as rendas e as funções das 43 pequenas albergarias e hospitais privados e eclesiásticos existentes em Lisboa. Tudo indica que, na sequência do arranque da obra lisboeta D. João terá solicitado ao papa Alexandre VI (1492-1503) uma autorização semelhante para a centralização dos hospitais de Coimbra, Évora e Santarém. Em Évora a fundação da instituição, o Hospital do Espírito Santo, terá ocorrido em 1495. No entanto, a morte de D. João II no mesmo ano vai comprometer o arranque das obras de construção do edifício. Coube assim a D. Manuel I (1495-1521) o papel de assegurar a construção do edifício para albergar a instituição fundada pelo seu predecessor, iniciando-se as obras provavelmente apenas no início do século seguinte. Com a chegada ao trono de D. Manuel I, e ainda em 1497, é assinado o decreto de expulsão dos judeus e muçulmanos, ditando o fim destas comunidades em Évora e a destruição dos seus edifícios de culto.

[1201] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. pp. 63-64.

[1202] Val-Flores, G. S. (2012). O Paço Real de Évora. Da Periferia à Centralidade – Percurso de um Espaço Simbólico. In M. d. C. Ribeiro & A. S. Melo (Eds.), *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia*. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). p. 256.

[1203] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp 5-19.

[1204] Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. p. 97.

Évora Fase 10 (século XVI)

A monumentalização quinhentista

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Porta da Selaria (séc. X?)
4 - Porta de Moura (séc. X?)
5 - Porta do Sol (séc. X?)
6 - Porta da Traição (séc. X?)
7 - Celeiro dos Bispos (segunda metade do séc. XII?)
8 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
9 - Porta Nova dos Judeus (seg. metade do séc. XIII?)
10 - Sé Catedral (segunda metade do Séc. XIII)
11 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
12 - Porta de Aviz (século XIV / XV)
13 - Porta da Lagoa (século XIV / XV)
14 - Porta de Alconchel (século XIV / XV)
15 - Porta do Raimundo (século XIV / XV)
16 - Porta da Mesquita (século XIV / XV)
17 - Porta de Mendo Estevens (século XIV / XV)
18 - Porta de Machede (século XIV / XV)
19 - Porta do Moinho de Vento (século XIV / XV)
20 - Convento de Santa Mónica (≈1421
21 - Paço dos Estaus (1435-1449)
22 - Igreja de S. Pedro (≈1438)
23 - Convento de S. Clara (1452-1464)
24 - Tercenas Reais (≈1470)
25 - Ermida de S. Sebastião (1482)
26 - Ermida de S. Brás (1483)
27 – C. de S. João Evangelista / Lóios (1485-1499)
28 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1490)
29 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
30 - Hospital do Espírito Santo (1505-≈1520)
31 - Igreja de S. Miguel (início séc. XVI)
32 - Convento de S. Francisco (1451- ≈1513)
33 - Convento de Nª Sª do Paraíso (1508-1536)
34 - Paço de S. Francisco (1411- ≈1531)
35 - Varanda (1513-≈1530)
36 - Paços do Concelho e Cadeia (1513-1516)
37 - Castelo Novo / Celeiro de Nª. Sª. da Piedade (1518-1525/1577-1579)
38 - C. de S. João da Providência / Misericórdia (1519 / 1552-1593)
39 - Convento de S. Catarina de Sena (≈1520- ≈1547)
40 - Convento de S. Domingos (séc. XII - ≈1537)
41 - Convento do Carmo (1531)
42 - Aqueduto da Água da Prata (1533-1537)
43 - Tribunal da Inquisição (1536-1568)
44 - Convento de Nª Sª da Graça (1532-1540)
45 - Igreja de S. Mamede (≈1546-1568)
46 - Igreja de Santo Antão (1548-1557)
47 - Igreja de S. Tiago (1550)
48 - Colégio dos Moços de Coro da Sé (1552)
49 - Colégio do Espírito Santo (1550-1562)
50 - Igreja de S. Vicente (1559-1570)
51 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário (1569-1574)
52 - Igreja do Espírito Santo (1566-1574)
53 - Convento de S. António da Piedade (1576-1581)
54 - Hospital de S. Lázaro (séc. XVI?)
55 - Colégio de N. Sª. da Purificação (1577-1593)
56 - Colégio de S. Paulo (1578)
57 - Hospital de Nª. Sª. da Piedade / Cadeia dos Estudantes (1579- ≈1584)
58 - Porta do Rossio (1587)
59 - Paço Arquiepiscopal (1590- ≈1633)
60 - Convento da Cartuxa (1593-1625)
61 - Colégio da Madre de Deus (1595-1608)

Se no século XV a cidade de Évora assume um crescente protagonismo e prestígio no quadro nacional, no século XVI a cidade vai atingir o seu apogeu político, uma verdadeira capitalidade política, cultural e económica, que se materializava através do empreendimento de grandes programas construtivos de edifícios religiosos e civis que vão estruturar e definir a paisagem urbana da cidade até à actualidade[1205]. O desenvolvimento ímpar desta cidade deve-se sobretudo a continua predilecção para estadias prolongadas da corte, com presenças frequentes na cidade de D. Manuel I (1495-1521), D. João III (1521/1557), D. Sebastião (1568-1578) e o Cardeal D. Henrique (1578-1580). A presença da corte e o desenvolvimento de importantes programas construtivos vai também implicar naturalmente a estadia na cidade de vários dos mais importantes arquitectos, artistas e humanistas do reino, como Diogo de Arruda, Francisco de Arruda, Nicolau de Chanterenne, ou Diogo de contribuindo para uma activíssima vida cultural que irá desempenhar um papel decisivo na implantação da Arquitectura do Renascimento clássico no reino [1206].

Figura 388 – Vista da cidade de Évora por volta de 1501.

[1205] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 63.
[1206] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 437.

Logo em 1501 a importância da cidade é reafirmada com atribuição de um novo Foral por parte de D. Manuel I. No documento destaca-se a representação da cidade vista do lado Ocidental, no que é a primeira representação conhecida de Évora e na qual são facilmente identificáveis edifícios como o Convento de S. Domingos, o Templo Romano, a Sé Catedral, a Igreja de S. Francisco (em obras) ou ainda o Paço. A reconstrução da Igreja de S. Francisco, iniciada por Afonso V meados do século XV, estaria suspensa desde 1490, ano em que D. João II teria decidido privilegiar a ampliação do Paço de S. Francisco. Para a conclusão da obra faltava sobretudo a continuação do alteamento das paredes no corpo central da igreja e a construção da grande abobada sobre a nave[1207]. A decisão de retomar a obra teria sido tomada por volta de 1497 altura em que D. Manuel visita a cidade, tendo-se concretizado o fecho da abóbada entre 1502 e 1507, o assentamento do portal principal em 1509, o ladrilhamento da igreja em 1510 e a execução da galilé em 1513[1208]. Durante estas obras terá também sido contruída a capela de S. Joãozinho no lado Norte da igreja para albergar a Misericórdia de Évora, fundada em 1499.

No lado Oriental da cidade também a obra do Hospital do Espírito Santo permanecia provavelmente e em grande medida suspensa ou mesmo por iniciar. Apesar do hospital ter sido fundado por D. João II em 1495, a morte do monarca nesse ano terá porventura impedido o arranque da construção, sendo a obra iniciada já por D. Manuel I, como referimos acima. Segundo Armando Gusmão, não sendo em absoluto possível confirmar a fusão dos hospitais da cidade como uma iniciativa de D. João II[1209], é plausível que assim tenha sido, na sequência da fundação do Hospital de Todos-os-Santos lisboeta; e é provável que D. João II tenha aspirado realizar um procedimento semelhante noutras cidades do reino, cabendo esse papel ao seu sucessor D. Manuel I. Tal procedimento apenas se realizar na sequência da emissão da bula papal de 23 de Agosto de 1498, que autorizou D. Manuel a agregar as diferentes instituições assistencialistas dispersas pela cidade (cerca de 12 albergarias e hospitais) bem como as respectivas rendas no património do Hospital do Espírito Santo, iniciando-se a construção do novo edifício após 1498 ou como em alternativa sugere Damião Peres, apenas em 1505, após a emissão em 1499 pelo papa Alexandre VI da Breve *cum sit carissimus* autorizando a agregação dos hospitais menores nas cidades de Coimbra, Évora e Santarém[1210].

[1207] Bilou, F. (2014). *A Igreja de S. Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois* Edições Colibri. P28-36
[1208] Ibid. p. 49-104.
[1209] Gusmão, A. (1958). *Subsidios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora* (Vol. I). Santa Casa da Misericórdia de Évora. p. 86.
[1210] Peres, D. (1932). *História de Portugal* (Vol. IV). Portucalense Editora. p. 558.

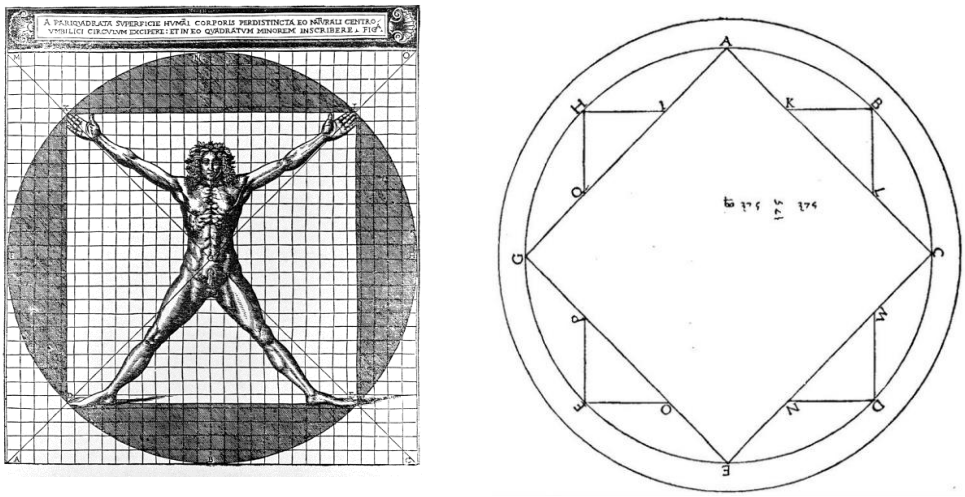


Figura 389 – Esquema "*Homo ad circulum ad quadratum*" (Cesare Cesariano, 1521) e esquema geométrico de Sforzinda (Filarete, c. 1460-1464)

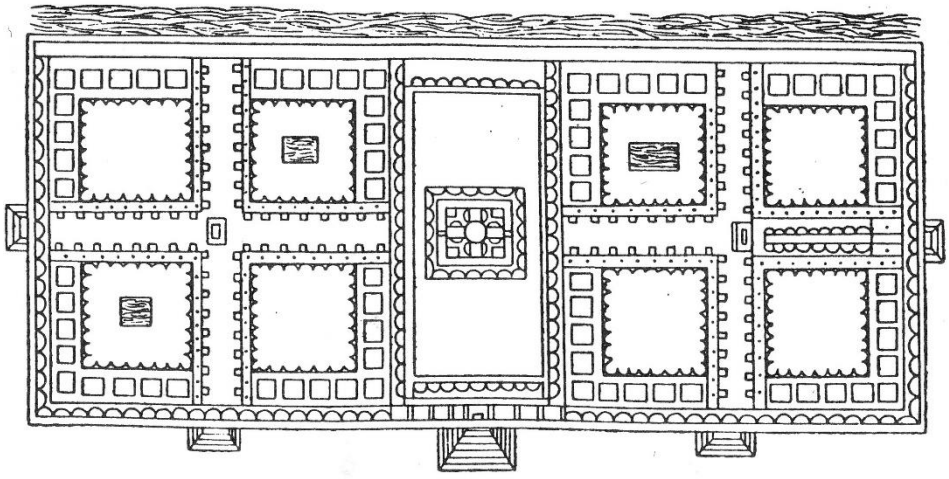


Figura 390 – Planta do hospital de Milão (Filarete, c. 1456)

O edifício do Hospital do Espírito Santo teve "Constantes obras de melhoramentos, engrandecimento e actualização dos serviços assistênciais modificaram, através dos tempos, a fisionomia primitiva do edifício, que não conserva quaisquer vestígios arquitectónicos anteriores à primeira vintena do séc. XVII" [1211]. Entre estas obras substanciais destacam-se a enfermaria seiscentista concluída em 1618, a Provedoria do início do século XVIII ou ainda a igreja, cuja reconstrução se iniciou em 1780. Contudo, apesar destas profundas intervenções a analise da forma do núcleo primitivo do hospital evidencia claramente uma planta cruciforme com a capela-mor da igreja no centro de uma cruz grega, constituída por três enfermarias e pelo corpo da igreja.

[1211] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp 176-178.

A configuração em cruz grega tem claros paralelos com um conjunto de edifícios hospitalares construídos segundo novos modelos tipológicos que foram inicialmente implementados no Norte de Itália, no século XV. Esta tipologia de edifícios hospitalares surge com a transição dos edifícios assistenciais, inicialmente inseridos no domínio das edificações de carácter religioso, para no século XV dar origem a novos edifícios civis de carácter público. A alteração não implicou apenas uma autonomização desta tipologia face aos seus antepassados iniciativa religiosa, mas também um gradual "apuramento" da sua forma a par dos desenvolvimentos arquitectónicos da cultura renascentista. Não se trata por isso do surgimento de um novo tipo de edifício, mas antes de uma revisão ou sofisticação da tipologia dos hospitais medievais, agora criticamente desenhada e construída.

Os primeiros exemplos desta nova tipologia surgem com o *Ospedale di Santa Maria Nuova* de Florença (1334) e o *Ospedale di Santa Maria della Scala* em Siena (1440), em que a forma destes edifícios adopta pela primeira vez a configuração em cruz elaborada a partir da intersecção de 4 enfermarias, ainda que o resultado seja geralmente uma composição aproximadamente irregular. Com os exemplos do *Ospedale de S. Matteo* de Pavia (1449-1513) do *Ospedale Grande di San Leonardo* de Mântua (1449-1472) e do *Ospedale Maggiore* de Milão (1456) a tipologia atinge pela primeira vez uma forma erudita, aliando por um lado a configuração com hospedarias em cruz a uma planta geometricamente rigorosa de forma quadrada.

Pouco ou nada sabemos dos arquitectos envolvidos no projecto destes edifícios, impedindo-nos de conhecer as razoes que levaram à delineação da sua forma com a notável excepção do *Ospedale Maggiore* de Milão desenhado por Antonio Averlino, comummente designado por *Il Filarete*. O projecto de Filarete parte da geometria quadrada com quatro pátios utilizada nos hospitais de Pavia ou Mântua, cidades que Filarete afirma ter visitado. Mas, conferindo-lhe uma escala monumental[1212]. Curiosamente encontramos no desenho dos hospitais de Milão, Pavia e Mântua não só a mesma forma, mas também o mesmo traçado regulador, obtido através da rotação do quadrado (*ad quadratum)* e da inscrição do quadrado dentro de um círculo, ou seja, *homo ad circulum ad quadratum.* Um quadrado inscrito num círculo com o homem no centro, figura de destaque da tratadística quatrocentista, representando a analogia perfeita entre o homem e a construção[1213].

[1212] Dias, B. (2016). *A história na medida do presente. O Ospedace della Misericordia di Parma*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. p. 49-50.
[1213] Crippa, M. A. (1998). L'Ospedale Maggiore di Milano, la storia e i restauri. *utlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi, 12*, 177-189. p. 180.

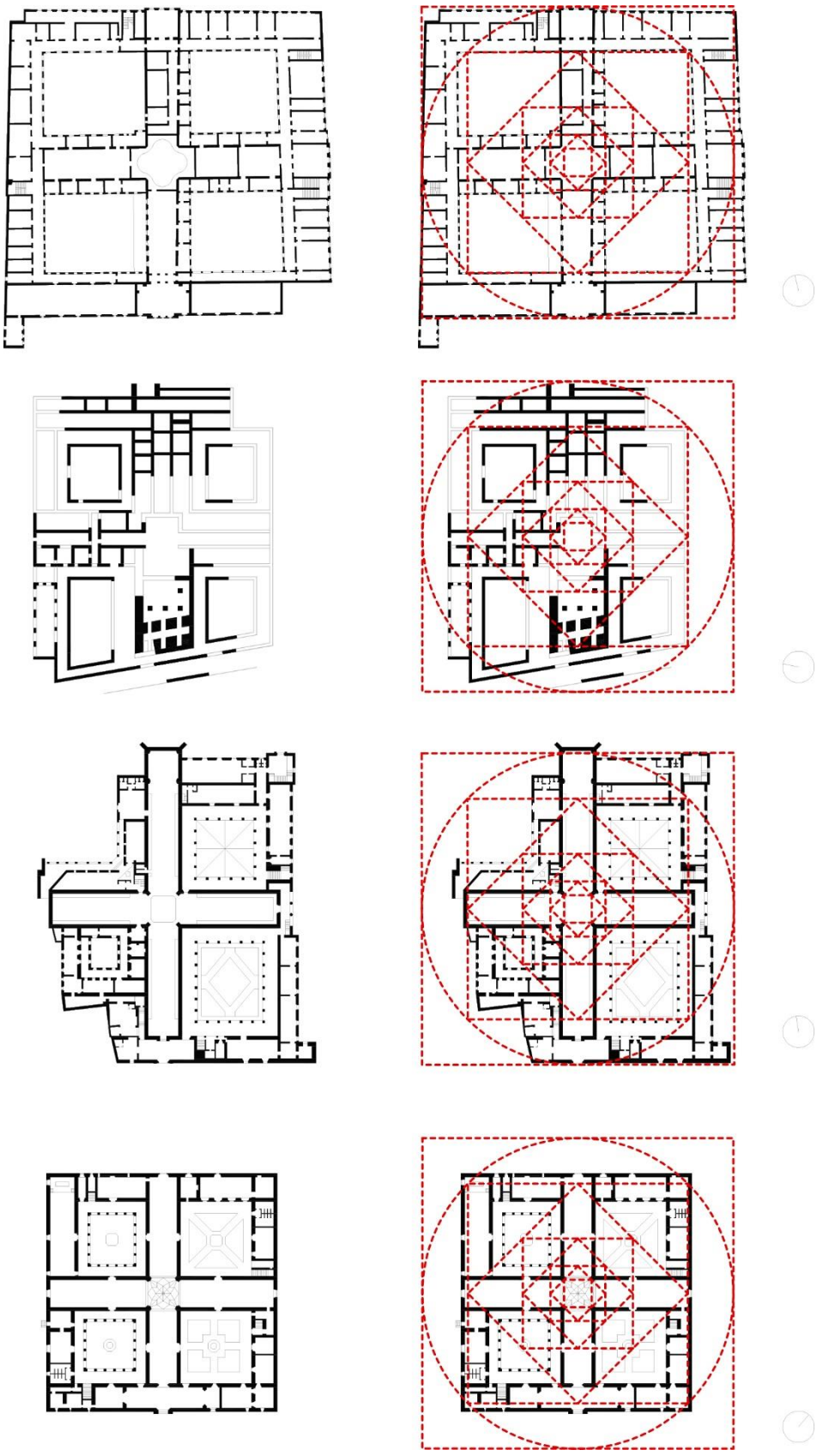


Figura 391 – Comparação entre as plantas e esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* dos hospitais medievais de S. Matteo de Pavia (1449-1513), Todos os Santos de Lisboa (1492-1504), Santa Cruz de Toledo (1504-1514), e Hospital Real de Granada (1511-1525).

Para além destes edifícios italianos surgem na Península Ibérica, praticamente em simultâneo, vários exemplos da mesma tipologia, como os desaparecidos hospitais de Valência (1493) e Saragoça (1496), ou o Hospital Real de Santiago de Compostela (1501-1507), o Hospital de Santa Cruz de Toledo (1504-1514), o Hospital Real de Granada (1511-1525), o Hospital Tavera em Toledo (1541-1603) e o Hospital das Cinco Chagas em Sevilha (1546- 1558)[1214]. A forma de todos estes edifícios, situados no Norte de Itália e em Espanha, consiste na aplicação de um esquema em cruz, inscrita tendencialmente num quadrado, gerando um edifício principal cruciforme com quatro ou mais claustros, destacando ainda o ponto central da intersecção dos quatro corpos da cruz através da colocação de uma torre lanternim[1215].

De entre estes exemplos importa também destacar o já referido e contemporâneo Hospital de Todos os Santos de Lisboa, fundado no tempo de D. João II, e concluído já no reinado de D. Manuel por volta de 1504. Apesar de não estar documentada a existência de desenhos, é evidente que o edifício se inspirou nos modelos cisalpinos, tal como registado no seu testamento "*mando que se faça o dito espûtal na maneira que é começado* [...] *o qual queria que pouco mais ou menos seguisse o regimento que se them em* ***fiorenca*** *e* ***sena***..."[1216]. O rei, ou os seus arquitectos, teriam certamente tido acesso a cópias dos tratados de arquitectura que à época circulavam tal como o tratado de Alberti (c. 1452) ou o *Trattato d'Architecttura* de Il Filarete (c. 1460? -1464) onde se apresentavam inúmeras geometrias quadradas baseadas na quadra ou na rotação do quadrado. A forma do Hospital de Todos-os-Santos seguia assim certamente modelos geométricos eruditos de inspiração e origem italiana, como evidencia a sua configuração que seguia a estabelecida planta cruciforme com quatro claustros. Apesar desta matriz comum existia, porém, uma importante diferença que destaca este edifício de todos os seus contemporâneos: a de os quatro braços da cruz serem constituídos apenas por três enfermarias, com o quarto corpo, correspondente à fachada principal, ocupado pela igreja do hospital cuja capela-mor correspondia ao espaço de intersecção dos quatro braços da cruz. A capela-mor substituía assim a torre lanternim presumindo-se que esta possuiria três aberturas para as enfermarias para permitir aos doentes assistir aos ofícios divinos.

[1214] Pereira, P. (2021). A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos. In E. Alberto, A. Teixeira, & R. B. d. Silva (Eds.), *O Hospital Real de Todos-os-Santos. Lisboa e a Saúde* (pp. 73-122). Câmara Muncipal de Lisboa / Santa Casa da Miseircódia de Lisboa / NOVA FSCH.

[1215] Moreira, R. (1993). O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II. Séculos XV a XVIII. In P. Pereira (Ed.), *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos*. Câmara Municipal de Lisboa. pp. 23-30

[1216] Sousa, A. C. d. (1748). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas, tomo II, I parte* (Atlântida ed.).

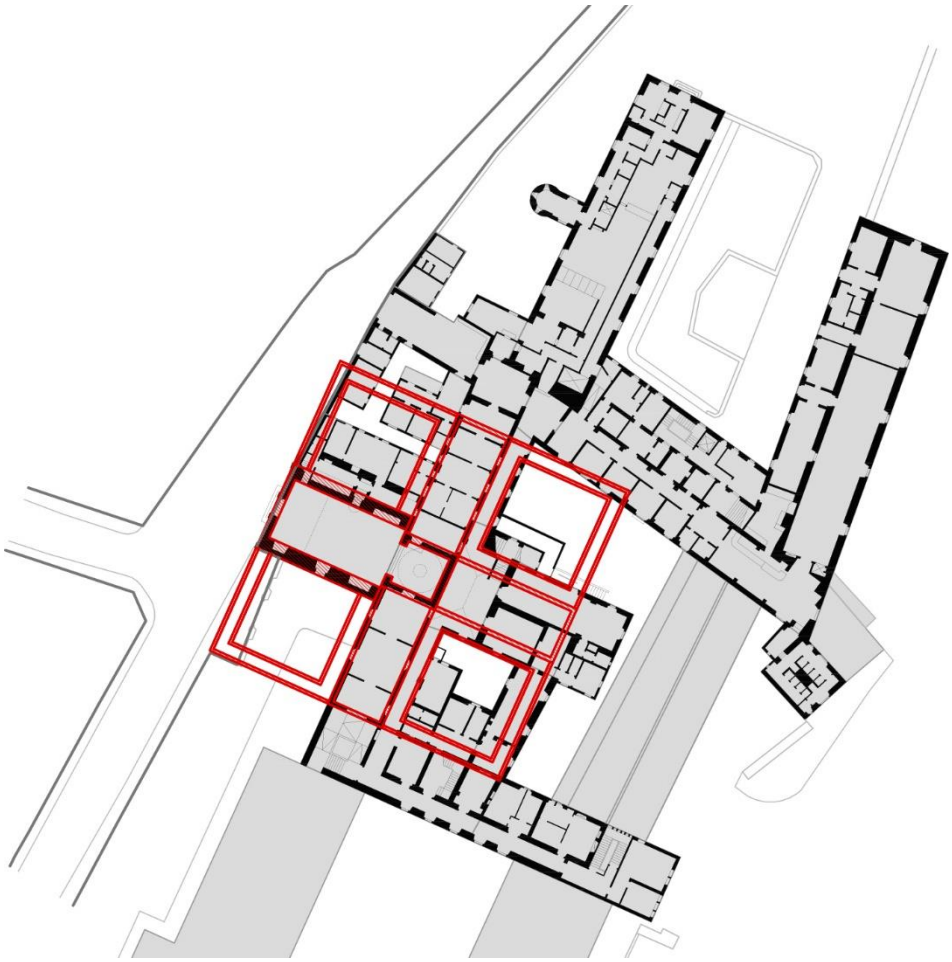


Figura 392 – Identificação do hipotético esquema original do Hospital do Espírito Santo sobre a estrutura contemporânea do edifício.

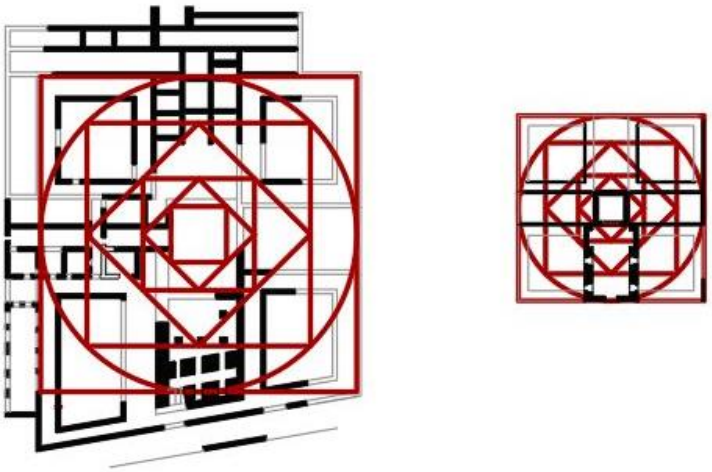


Figura 393 – Comparação entre os esquemas geométricos dos hospitais de Todos os Santos e do Espírito Santo.

Observando a planta do núcleo primitivo do Hospital do Espírito Santo de Évora[1217], e a partir dos paralelos tipológicos existentes, é possível reconstruir a configuração hipotética do plano inicial utilizado para gerar a configuração do edifício. Este seria desenhado a partir do recurso a um esquema *ad quadratum* um pequeno quadrado com aproximadamente 7 metros de lado, cuja forma constitui a base do desenho da capela-mor, assim como das três enfermarias que se prolongam do núcleo central para Norte, Este e Sul. O limite exterior do edifício seria obtido através da utilização de um esquema *ad quadratum,* rematado pela inscrição numa circunferência para progressivamente aumentar o quadrado da capela-mor até ao limite do edifício. O núcleo primitivo do Hospital do Espírito Santo parece assim estar relativamente bem preservado. Na sua estrutura são perfeitamente legíveis as duas enfermarias Norte e Sul, que a terem sido refeitas, terão respeitado a forma inicial, em contraste com a enfermaria do lado Este, que não corresponde aos alinhamentos da geometria. Para este corpo deve considerar-se uma provável reformulação completa que apagou a estrutura pré-existente, ou ainda a possibilidade de esta enfermaria nunca ter sido concretizada segundo o projecto inicial. Por outro lado, a forma dos quatro claustros parece também ter sido parcialmente preservada, quer nos seus limites exteriores, quer na sua configuração interna readaptada como corredores de circulação das enfermarias. Igualmente, também a igreja apesar de uma reformulação profunda realizada no século XVIII, deve ainda respeitar o plano original, tendo sofrido eventualmente alteamento do seu corpo principal durante as obras setecentistas.

A comparação com o contemporâneo Hospital de Todos os Santos revela que ambos os edifícios não só partilham o mesmo esquema de disposição cruciforme, mas também o mesmo plano geométrico. Tudo indica que o Hospital do Espírito Santo, em Évora, se trata de uma cópia em tamanho reduzido do plano do anterior Hospital de Todos os Santos, em Lisboa. Esta semelhança ocorre não só planimetricamente, mas inclusivamente na replicação da relação de articulação entre o nível inferior dos claustros e superior das enfermarias. Se no Hospital de Todos-os-Santos o acesso à igreja e enfermarias era garantido por uma grande escadaria na fachada, no Hospital do Espírito Santo a igreja encontra-se ao nível da rua, estando os claustros do lado Sul também a um nível inferior semelhante ao adoptado no edifício do Hospital de Todos-os-Santos.

[1217] O autor gostaria de agradecer à administração do Hospital de Évora e à responsável pelo Gabinete de Comunicação e Marketing, Inês Correia Massapina, pela facilitação das plantas do edifício actual.

Figura 394 – Torre Mirante do desaparecido Convento do Paraíso.

O Convento de Nª Sª do Paraíso teria origem num pequeno recolhimento fundado no início do século XV, que teria sido admitido na Ordem Terceira de S. Domingos em 1499[1218]. A partir de 1508 inicia-se um processo gradual de ampliação do espaço pré-existente com a aquisição de casas vizinhas através do apoio de D. Álvaro Costa. A comunidade vai em 1517 ascender à Segunda Ordem Dominicana que guardava clausura, devendo o edifício estar praticamente concluído por altura da morte do benemérito em 1536[1219]. O processo de formação do edifício, a partir de agregação de vários edifícios particulares resultou num conjunto apertado e irregular, assente na configuração triangular do quarteirão em que se inseria. A extinção das ordens e a morte da última religiosa em 1897 dita o fim do convento. O edifício é demolido em 1900 e no seu terreno o município constrói um jardim público e um dispensário anti-tuberculose. A disposição irregular do edifício e o desmonte integral da sua estrutura impedem a realização de uma reconstrução mesmo que esquemática do edifício.

Paralelamente à continuação das obras iniciadas por D. João II, sobretudo na Igreja de S. Francisco e no Hospital do Espírito Santo, D. Manuel vai ainda patrocinar a reconstrução do Convento de S. Francisco. Desta obra sobreviveu um documento de 1513 onde o rei ordena a conclusão da obra do novo dormitório sobre o local do antigo corpo preexistente: "*Fará o dito Martim Lourenço na casa por onde se ora servem as cellas dos frades do dito moesteiro hua casa pera dormitorio dabobada de tijollo qie será de cem covados de comprido e de vinte e oito covados de larguo fechada em quarteirões a qual abobada fundará sobre os pegões que forem necessários e abastarem pera a terem, os quaes seram de pedraria, e os capiteis e cimalhas e ha bellsoria e arquos seram de tijollo com a dita abobada, a qual abobada sera daltura de vinte palmos, e os arquos subiraõ cinquo pera ser dos ditos vinte palmos.*"[1220]. A dimensão deste novo corpo seria de "*cem covados de comprido e de vinte e oito covados de larguo*", ou seja, aproximadamente 68 x 19 metros, coincidente sensivelmente com as dimensões do extenso corpo Norte-Sul do convento ainda sobrevivente. D. Manuel I será ainda responsável pela reformulação ou construção de uma série de novos compartimentos do convento, tais como a Livraria e a Enfermaria, situados a Poente do claustro junto da porta principal da igreja[1221] .

[1218] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 203-213.
[1219] Pereira, G. (1884 - 1894). *Estudos Eborenses. História e Arqueologia. Vol 1*. Minerva Eborense. p. 146.
[1220] Val-Flores, G. S. (2012). O Paço Real de Évora. Da Periferia à Centralidade – Percurso de um Espaço Simbólico. In M. d. C. Ribeiro & A. S. Melo (Eds.), *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia*. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM). p. 261.
[1221] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. pp. 130-131.

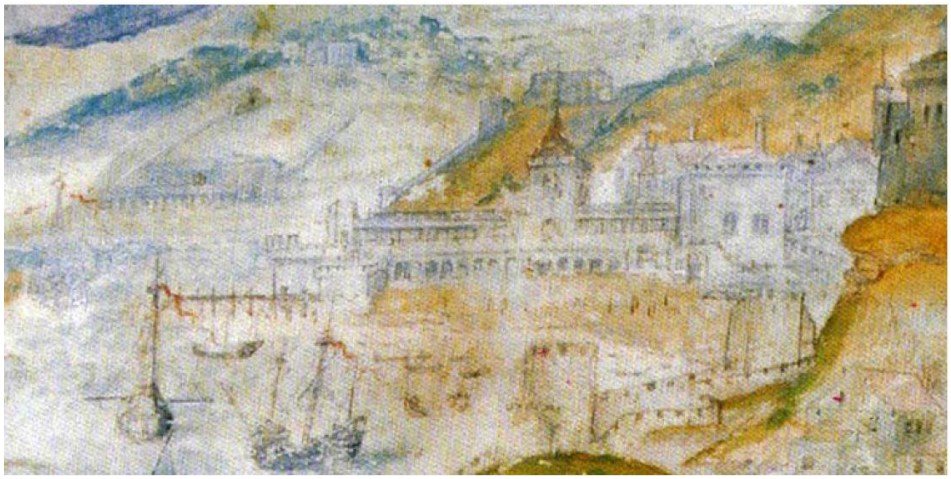


Figura 395 – Pormenor de uma vista de Lisboa centrado sobre a Galeria de D. Manuel e Paço da Ribeira no início do século XVI.

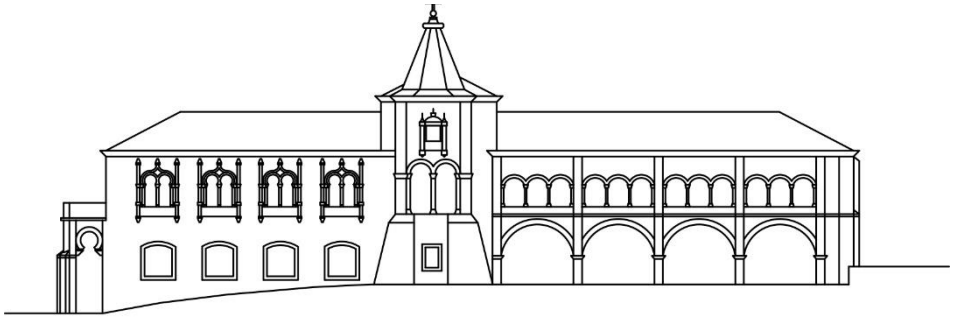


Figura 396 – Alçado do "Palácio de D. Manuel" em Évora.

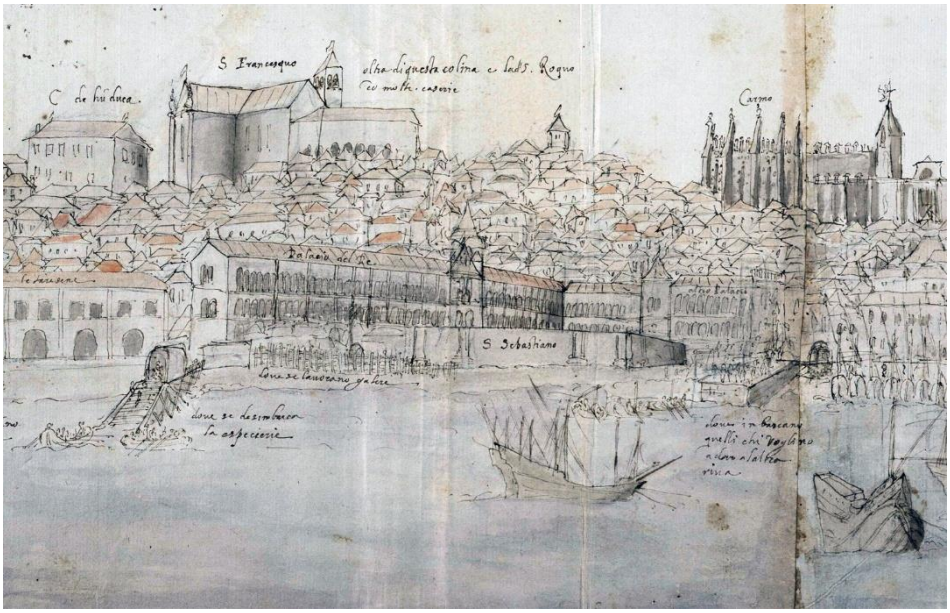


Figura 397 – Vista do Paço da Ribeira no final do século XVI.

Em 1513 D. Manuel vai também promover o arranque de uma nova campanha de obras no Paço de S. Francisco que consistiriam num conjunto de melhoramentos do paço joanino, e sobretudo, na construção de um novo corpo constituído por uma série de "Varandas" ou "Galerias" das quais sobrevive o edifício hoje conhecido como Palácio de D. Manuel. Este icónico edifício é, na verdade, o que subsiste de uma extensão do Paço de S. Francisco propriamente dito, que se mantinha centrado em redor do claustro justaposto à face Sul do convento. A varanda construída por D. Manuel adicionava-se assim ao pré-existente paço, prolongando-o em direcção ao Rossio de S. Brás, replicando de certo modo, a extensa galeria do desaparecido Paço da Ribeira, em Lisboa, que se prolongava também em direcção ao Rio Tejo através de um rossio muito particular que era definido pela praia da Ribeira de Lisboa ou pela praça da Ribeira. Apesar do desaparecimento desta galeria, substancialmente alterada em posteriores transformações do Paço da Ribeira, a iconografia da época ilustra este edifício em detalhe evidenciando os claros paralelos formais com a "Varanda" do Paço de S. Francisco, ou ainda com a varanda do desaparecido Paço de Almeirim. Estas estruturas, apesar de terem vários precedentes em paços medievais, assumem no reinado de D. Manuel um elevado destaque e autonomia, constituindo a base do que se pode considerar uma tipologia palaciana única[1222]

Em todos estes edifícios, de Évora, Lisboa e Almeirim, as varandas ou galerias eram extensos corpos de aparato, acrescentados ao núcleo residencial dos paços pré-existentes, e que permitiam o confronto visual dos jardins e terreiros envolventes a partir de um mesmo ponto alto de observação, para além de acolherem ainda importantes cerimónias da corte, funcionando como icónicos elementos cenográficos de prestígio e de um novo gosto áulico[1223]. Desta inovadora tipologia sobrevive apenas parte do corpo manuelino de Évora, que em conjunção com a iconografia dos outros edifícios nos permite compreender a gramática construtiva e decorativa que originalmente possuiriam. Estas estruturas constituíam-se como extensos corpos longitudinais, semelhantes a pavilhões em forma de corredor com vários pisos em que um primeiro piso, em arcada, suportava, através de um sistema de robustos pilares e abóbadas de aresta, um ou dois pisos superiores, de galerias cobertas, em estilo de *loggias* corridas, abertas num ou nos dois lados por vários longos vãos geminados no caso de Évora com ritmos triplos.

[1222] Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. p. 878.
[1223] Bilou, F. (2018). A Varanda Grande do Paço Real de Évora: contributos para o seu significado e importância histórica.

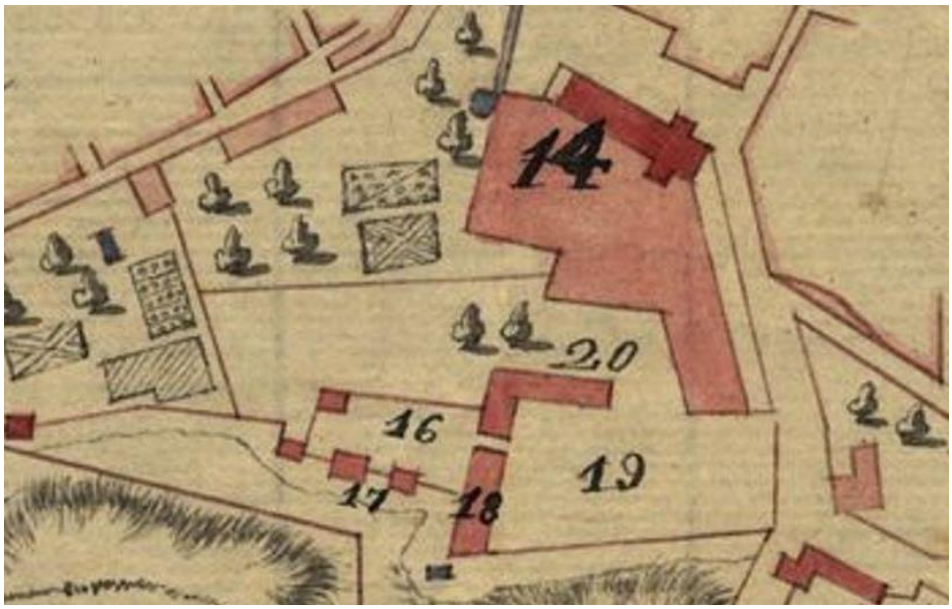


Figura 398 – Detalhe dos vestígios do Paço de S. Francisco na "Planta da cidade de Évora" realizada entre 1750 e 1790.

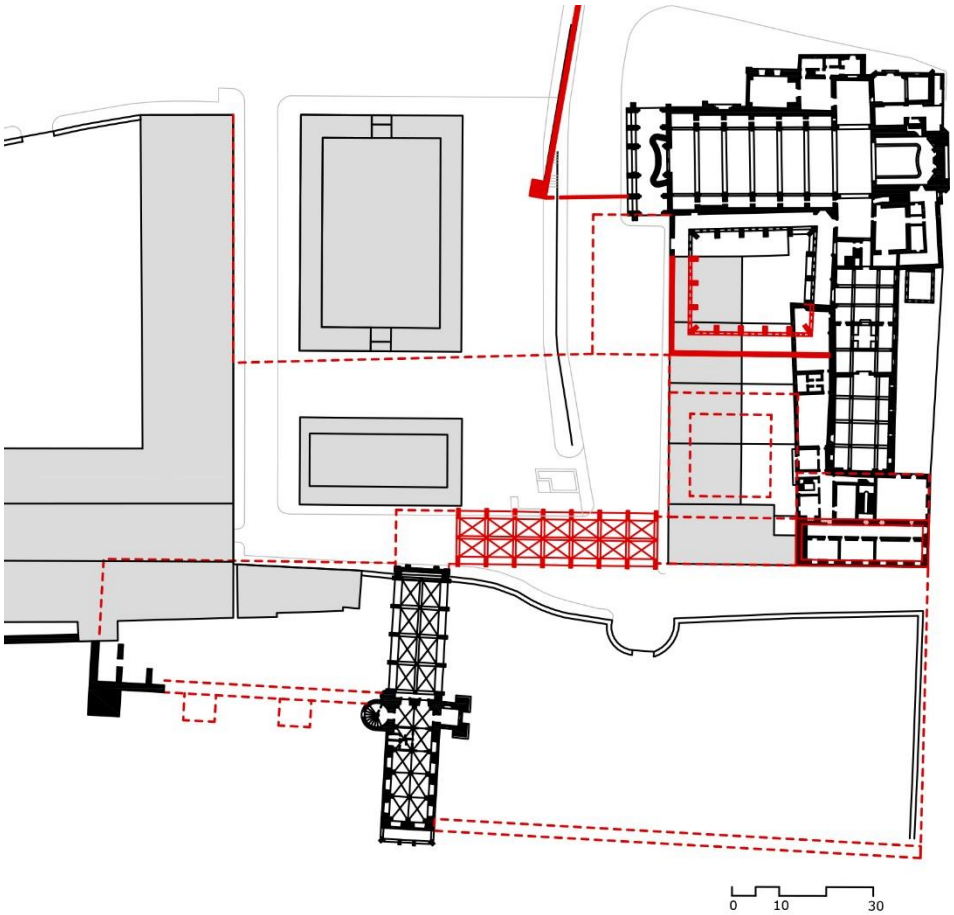


Figura 399 – Esquema de configuração do Paço de S. Francisco.

A destruição do edifício manuelino, realizada sobretudo a partir do final do século XVI, bem como a relativa escassez documental e a ambiguidade dos termos utilizados, com referências a uma "Varanda" - ou "Varanda Grande" -, ou ainda a aparente ausência de uma tipologia com um desenho rigoroso, impede-nos de compreender com clareza a configuração do edifício. No entanto, vários elementos cartográficos nomeadamente a "Planta da cidade de Évora" datada de entre 1750 e 1790 representam a estrutura deste edifício ainda parcialmente intacta, oferecendo uma fonte fundamental para o seu entendimento. Segundo esta planta o corpo manuelino consistia sobretudo no prolongamento da anterior "Varanda do Rei" de D. João II até ao corpo hoje existente, formando um longo corredor em L que avançava sobre o Laranjal e terminava num pavilhão rematado por uma pequena varanda apoiada numa tripla arcada mudéjar que permita uma vista desimpedida do Rocio de S. Brás a Sul. Este pavilhão, talvez a "*Sala da Varanda Grande*"[1224], reproduz a configuração da torre ou baluarte edificada por Diogo de Arruda entre 1508 e 1510 no término da "varanda" do Paço da Ribeira. O edifício seria originalmente sobrado, tendo este sido posteriormente substituído por um conjunto de abobadas de ogiva, construídas no interior do piso térreo e com evidente falta de articulação com o ritmo dos pré-existentes vãos manuelinos.

A empreitada manuelina do Paço de S. Francisco teria sido realizada provavelmente a partir de 1513 sob o traço do mestre Martim Lourenço[1225], terminado talvez apenas já no reinado de D. João III (1521/1557)[1226]. A longa duração da obra ficou cristalizada em vários elementos, nomeadamente nas janelas com decorações de gosto proto-renascentista ou plateresco existentes no torreão central do corpo remanescente, que indicam que se o corpo principal é sobretudo de cronologia manuelina, enquanto o torreão teria sido construído ou concluído já no reinado de D. João III. Para além da Varanda, D. Manuel teria ainda realizado um conjunto de outras intervenções menores no paço[1227], actualizando a gramática decorativa do edifício. Já o espaço correspondente à "Varanda" e ao pavilhão sul, a "Sala da Varanda" vão ser utilizados para as várias reuniões do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, instituído por D. João III a partir de 1532[1228], assim como para a realização das Cortes de 1535.

[1224] Ibid.
[1225] Ibid.
[1226] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 142.
[1227] Ibid. p. 140.
[1228] Bilou, F. (2018). A Varanda Grande do Paço Real de Évora: contributos para o seu significado e importância histórica. pp. 1-2.

Para além das "Varandas" manuelinas ou das Tercenas Reais, outras construções pontuavam o espaço envolvente do paço. No entanto, se existem inúmeras referências para o edifício principal do paço construído por D. João II, e para as "varandas" manuelinas, para as outras construções é notória a carência de quaisquer elementos que permitam a sua interpretação[1229]. Esta ausência documental é confirmada pelo facto destas construções não se encontrarem representadas na cartografia do século XVIII, demonstrando que os edifícios teriam já desaparecido e/ou que estes edifícios não possuíam uma expressão arquitetónica relevante. No entanto, a referência oitocentista a uma "Galeria das Damas" tem servido de base a hipótese apresentada por vários autores para a existência de uma segunda galeria correndo a Norte, paralelamente à varanda manuelina[1230]: "*...era a galeria das damas, da qual restam" … "as paredes em grande parte desmoronadas. Tinha esta casa de forma quadrangular a frontaria muito ornamentada, como se vê pelas colunas jónicas e pelos ornatos das janellas, tudo no estilo do renascimento; o que nos leva a attribuir com probabilidade esta construção ao reinado de D. João III." "Parece obra do mesmo architecto, posto que mais elegante e delicada, a torrinha do aqueducto que fica próxima da galeria das damas*."[1231].

A descrição sugere um posicionamento próximo do adro de S. Francisco e da torre terminal do aqueduto[1232], o qual, para remanescer em ruínas em meados do século XVIII, teria que aparecer representado na anterior cartografia setecentista. Atendendo à descrição como sendo "*de forma quadrangular"* e próxima da torre do aqueduto, o único volume existente na cartografia setecentista que pode ser identificado como a Galeria das Damas é o grande conjunto justaposto à face Poente do claustro da Igreja de S. Francisco, demolido no início do século XVIII e que seria talvez o mesmo espaço, mas identificado por Túlio Espanca como os Gerais ou o Noviciado[1233]. Para além do problema da identificação da Galeria das Damas / Noviciado ou Gerais, destaca-se ainda a ausência de representação na cartografia setecentista do edifício identificado pelos vestígios arqueológicos detectados no subsolo do actual Mercado 1º de Maio, geralmente tidos como pertencendo às Tercenas Reais, e que no século XVIII, a existirem, seriam apenas ruínas.

[1229] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 100.
[1230] Bilou, F. (2016). Sob o signo da Rainha: dois reis, dois mestres, dois gostos,na obra de ampliação do Paço Real de Évora (1513–1531). *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora* (III série, Nº.1), 157-165.
[1231] Simões, A. F. (1868). Os Paços Reaes de Évora. *Archivo Pittoresco*, *XI*. p. 42.
[1232] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 159.
[1233] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp 183-187.

Figura 400 – Edifício dos Paços do Concelho no topo da Praça do Giraldo em meado do século XIX.

No centro da cidade os constantes pedidos de auxílio por parte do município para a reconstrução do antigo edifício dos Paços do Concelho motivam D. Manuel I a ordenar em 1513 a construção de um novo edifício no topo Sul da Praça de Alconchel[1234], terminado por volta de 1516. Sensivelmente no mesmo período seria construída também no lado Sul da praça a antiga Cadeia de Évora, justaposta à face Sul dos Paços do Concelho. Ambos os edifícios seriam demolidos no início do século XX para no seu lugar ser construída a Agência Banco de Portugal. Existem, no entanto, diversos registos fotográficos que mostram a notável elegância do paço manuelino, em parte apoiado em arcadas, e cujo alçado principal era no piso superior rematado por uma grande galeria à qual se acedia por portas com arcos ultrapassados, geminados com finas colunas de pedra mármore em mainel, do tipo dos ajimezes, e com uma cobertura coroada nos extremos do edifício por coruchéus ameados. Todavia, o edifício foi objecto de várias alterações posteriores, visíveis na fachada lateral, com vãos setecentistas, não sendo de excluir uma recomposição dos elementos pétreos dos vãos e a sua redistribuição de modo a paginar uma fachada simétrica.

Do início do século XVI deve ainda datar também uma reformulação profunda realizada na Ermida de S. Miguel. A comprovar esta campanha de obras sobrevive ainda na capela-mor da ermida uma elaborada cúpula de ogiva, com cruzaria torcida rematada com fecho ostentando a cruz de Aviz.

[1234] Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p. 776.

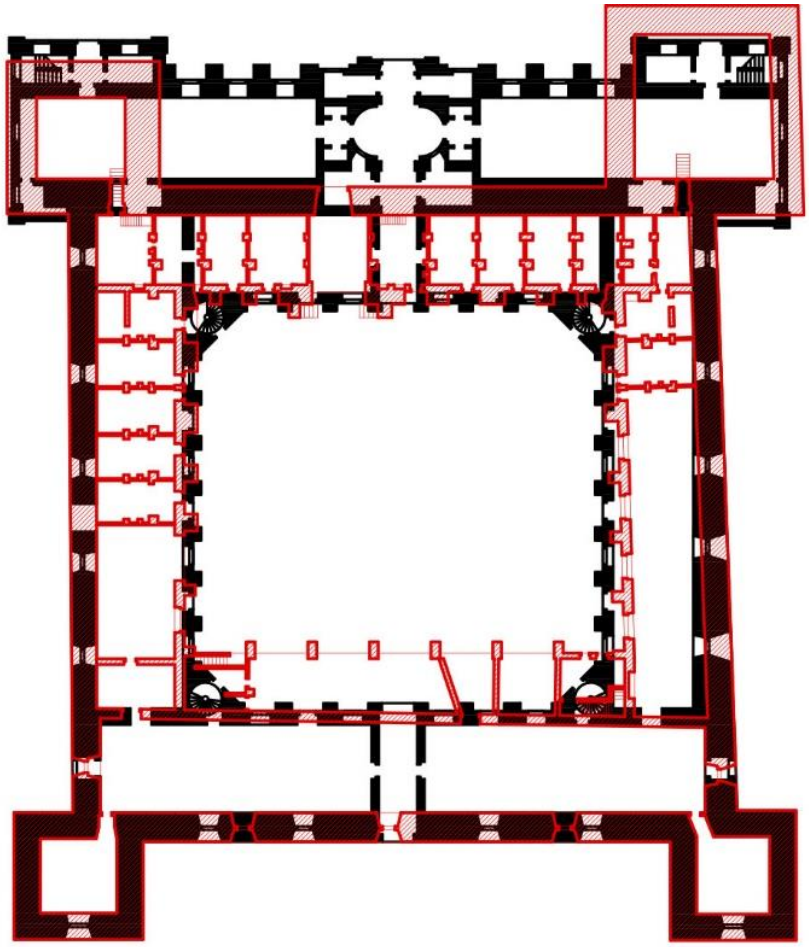


Figura 401 – Sobreposição da planta do antigo Castelo Novo e do actual Quartel dos Dragões.

O aperfeiçoamento das armas de pirobalística no final do século XV vai resultar num conjunto de grandes intervenções de melhoramento e adaptação das estruturas defensivas em várias cidades portuguesas[1235]. Em Évora, a reformulação das defesas da cidade centrou-se sobretudo na área do Paço de S. Francisco, a Sul, onde vários torreões terão sido adaptados para apresentarem uma secção circular, mais resistente aos embates de projeteis. Dada a defesa da cidade estar desprovida de um reduto desde a destruição do castelo em 1384, é em 1518 iniciada a construção de uma monumental estrutura defensiva adaptada às mais recentes técnicas de assédio com armas de fogo, o Castelo Novo. Esta estrutura vai ser implantada junto a uma pequena elevação na face Sul do perímetro da Cerca Nova. A fortaleza enquadra-se nos primeiros edifícios concebidos e construídos de raiz com o

[1235] Barroca, M. J. (2003). Tempos de resistência e de inovação : a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *Portugália*, 24, 95-112. p. 96

propósito claro de responder às novas condicionantes impostas pela pirobalística. A primeira campanha de obras termina por volta de 1525. No entanto, e ao que cremos, teria sido deixada em parte inacabada, sendo em 1577 adaptada para uso como Celeiro Comum. As razões para o abandono do Castelo Novo imediatamente após a sua construção não são claras, mas talvez estejam relacionadas, em parte, com o rápido desenvolvimento das armas bem como das estratégias utilizadas para se lhes contrapor pelo atingiu a obsolescência ainda antes da sua conclusão. Esta rápida evolução é evidente na utilização, já quase que anacrónica, de torreões quadrangulares, quando no vizinho Castelo de Vila Viçosa se optaria já por maciços e robustos cubelos semicirculares "à italiana".

No século XVIII são realizadas novas obras com vista à transformação do edifício em quartel de cavalaria elaborando-se um levantamento rigoroso da estrutura existente. A partir da leitura destes levantamentos bem como dos vestígios ainda evidentes no local é possível compreender como o quartel terá, em grande medida, sido sobreposto à estrutura do Castelo Novo[1236], permitindo reconstruir a feição primitiva manuelina como um grande quadrilátero com aproximadamente 66 metros de lado e torres nos quatro vértices, sobrevivendo ainda o embasamento das duas torres Sul. O desaparecido coroamento do edifício primitivo deveria possuir largos merlões e, presumivelmente, guaritas redondas -se é que existiram- no seguimento das intervenções manuelinas de Diogo de Arruda[1237], mas muito mais simples e mais próximas das adoptadas nas fortalezas erguidas pelos portugueses no Magreb mesmo que ainda, como seria o caso, sem torreões subcirculares, o que denuncia um certo conservadorismo na sua concepção, mas também a sua situação, presumivelmente, multifuncional, entre a defesa e o armazenamento de víveres, como uma quadra fortificada; as torres obedeceriam a um desenho simples – especialmente a maior, mais larga e mais alta, que ecoa ainda a possível hierarquia da torre-mor de comando (ou dita "de menagem") semelhante à torre do extremo ribeirinho da primeira versão do Paço da Ribeira de Lisboa; e mesmo esta não devia atingir, sequer, a altura da torre marroquina de Arzila, eventualmente mais próxima da largueza do forte cubico de Mogador; culminavam, pelo menos três delas, em terraço, com eventual excepção da mais volumosa, com telhado de águas; o circuito amuralhado da quadra era dotado de troneiras o que implicava uma grande espessura operacional dos muros, e de um forte embasamento em alambor.

[1236] Dimas, F. A. M. (2019). *Castelo Novo de Évora: Análise e interpretação arquitetónica*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora.
[1237] Pereira, P. (1989). *Évora monte: A fortaleza*. Instituto Português do Património Cultural.

Figura 402 – Portal de Nicolau Chanterene originário da Igreja de S. Domingos de Évora, hoje entrada do cemitério da cidade.

Figura 403 – Portal da Capela de Nossa Senhora da Piedade ou do Esporão na Sé de Évora, com uma escala desenho e posicionamento semelhante ao Portal de Nicolau Chanterene em S. Domingos.

Por volta de 1519 é fundado o Convento de S. João da Providência da Ordem de Malta justaposto pela face interior ao muro da Cerca Velha junto dos antigos Paços de D. Fernando e actual sede da Misericórdia de Évora[1238].

Em 1520 a comunidade de religiosas que ocupava desde 1490 o Recolhimento de Santa Marta junto do Convento de S. Domingos é autorizada a ascender para a Segunda Ordem Dominicana que guardava clausura. Dada a exiguidade das instalações, a comunidade transfere-se para terrenos próximos, com o apoio do Conde do Vimioso que reserva para si e para a sua família a utilização da capela-mor do convento como panteão familiar[1239]. Em 1547 a comunidade de 24 freiras transfere-se para o recém-fundado Convento de Santa Catarina de Sena, sendo o edifício concluído pouco tempo depois. Extinto em 1882 com a morte da última freira, as suas estruturas parcialmente arruinadas são utilizadas para fins diversos[1240] sendo finalmente destruídas nos anos 70/80. Túlio Espanca destaca as características da igreja referindo que "*o resto do edifício apresentava as características habituais das casas religiosas no seu amalgamento irregular das construções de épocas várias, sem plano definido, com justaposições por vezes de extraordinário efeito decorativo, onde o pitoresco dominava e ultrapassava o sentido de equilíbrio*"[1241]. Assim, a ausência de registos sobre a forma do convento, e a sua disposição orgânica impedem a sua interpretação.

O Convento de S. Domingos é também ampliando entre o final do reinado de D. Manuel e o início do reinado de D. João III (1521-1557), com a reconstrução da cabeceira e coro da igreja, ou ainda com a construção do "Claustro Novo"[1242], do qual sobrevive o seu corredor Norte composto por várias ogivas polinervadas integradas nos edifícios do actual tecido urbano. Entre as obras realizadas neste período destacam-se ainda o pórtico realizado por Nicolau Chanterene em 1537 que foi remontado no acesso do Cemitério dos Prazeres, e que provavelmente se situava no transepto da igreja. Esta solução seria idêntica à utilizada no Portal da Capela de Nossa Senhora da Piedade ou do Esporão da Sé de Évora, com uma escala semelhante. Nicolau Chanterene é ainda responsável pelo pórtico da capela tumular de Gaspar Vaz Rebelo, remontado na fachada do Colégio do Espírito Santo[1243].

[1238] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp 171-176

[1239] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 214-221.

[1240] Ibid. pp. 214-221.

[1241] Espanca, T. (1975). Agonia do Convento de Santa Catarina de Sena de Évora *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(58), 147-180.

[1242] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 217-218.

[1243] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. pp. 132–134.

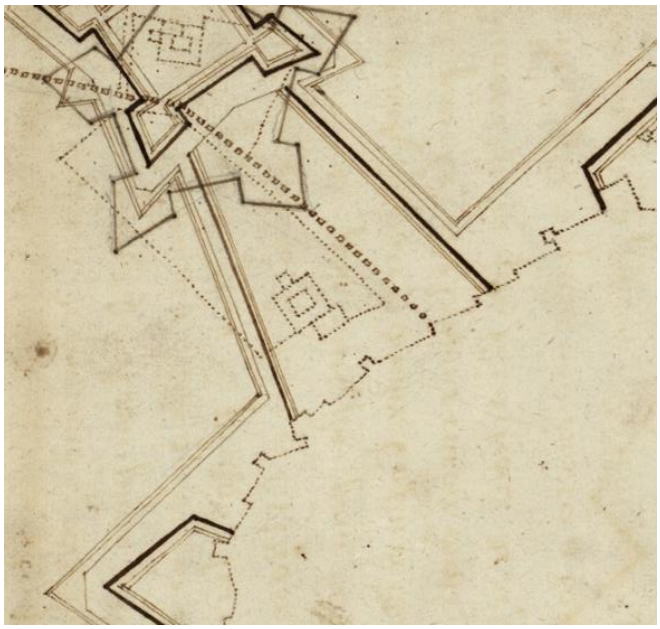


Figura 404 – Detalhe do projecto das fortificações da cidade de Évora realizado pelo Tenente-General Nicolao de Langres por volta de 1665.

D. João III (1521-1557) vai herdar nos primeiros anos do seu reinado um conjunto de importantes obras iniciadas pelo seu pai, de entre as quais se podem destacar o já referido Convento de S. Domingos, assim como o Paço de S. Francisco ou o Castelo Novo. A cidade ganha, praticamente, o estatuto de capital do reino e prospera com uma vida cultural intensa influenciada por humanistas como André de Resende e Nicolau Clenardo. É neste contexto que vão surgir inovadores e precoces objectos arquitectónicos em busca da clareza e erudição renascentista [1244].

Se no Castelo Novo o projecto parece ter sido abandonado após a morte de D. Manuel, no Paço de S. Francisco D. João vai dar continuidade aos trabalhos do seu predecessor nomeando em 1525 Diogo de Arruda como mestre-de-obras dos Paços de Évora, por falecimento de Martim Lourenço[1245]. A partir de 1531, com a morte de Diogo de Arruda, os cargos são assegurados pelo seu irmão Francisco. É sobretudo com este último que se vai iniciar em Évora um gradual processo de abandono da gramática tardo-gótica, manuelina, derivando para a introdução das primeiras experiências de inspiração clássica pré-renascentista. Este hibridismo ou interpenetração de manifestações fica bem documentada, como aludimos atrás, no corpo sobrevivente da "Galeria das Damas" onde encontramos elementos claramente tardo-góticos e de inspiração mudéjar nos vários arcos ultrapassados e janelas duplas do tipo ajimezes, presentes sobretudo no lado Sul, mas também elementos com motivos clássicos platerescos na decoração dos vãos do torreão Nascente, testemunho talvez da sua conclusão já no reinado de D. João III.

O Convento do Carmo foi fundado em 1531 a Norte da Cerca Nova perto da Porta da Lagoa, no local onde haveria uma pequena ermida dedicada a S. Tomé. Pouco se sabe acerca deste edifício uma vez que o conjunto foi muito danificado em 1663 durante a Guerra da Restauração, com os vestígios totalmente destruídos pouco tempo depois, fundando-se nova casa na Rua Dom Augusto Eduardo Nunes. Apesar da destruição, sobrevive um registo gráfico do mesmo, em planta, permitindo-nos presumir um conjunto com alguma monumentalidade, que teria inclusivamente sido utilizado por D. Filipe II para durante a sua visita à cidade em 1619[1246].

[1244] - Sobre cultura humanista e ao gosto e classizante na primeira metade do século XVI e com especial incidência no contexto eborense cabe a Moreira, R, (1991), *A arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano*, Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2 vols, Lisboa FCSH (exemplar policopiado).
[1245] Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora. p. 148.
[1246] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 319.

Figura 405 – Torreão da Caixa de Água de S. Francisco.

Em 1533 D. João III retoma a obra do Aqueduto da Água da Prata que tinha sido iniciada por D. João II por volta de 1490 com a compra das nascentes no Divor e a execução do troço inicial do "cano". A obra teria ficado latente até à decisão de D. João III de concluir a obra, facto para o qual André de Resende terá tido um papel determinante, ao sinalizar a existência do antigo aqueduto romano. Embora a dedução de André de Resende se tenha baseado em considerações de "antiquariato", os estudos de Francisco Bilou vieram comprovar a dívida de parte do traçado do aqueduto quinhentista para com o aqueduto romano de *Ebora*, ao detectar e identificar maciços de origem romana reutilizados na fundação da arcaria da parte mais complexa da obra, neste caso a construção do troço aéreo sobre o vale existente entre o Convento de S. António e a cidade. A obra, provavelmente iniciada por Francisco de Arruda teria chegado à zona do Convento de S. Bento de Cástris em 1534, e à Praça de Alconchel ou Praça Grande em 1537[1247]. A construção do aqueduto implicou o desmonte de secções da Cerca Velha, com a abertura da Rua Nova de Santiago[1248], e demolindo-se ainda em 1530 a torre na porta da Selaria[1249].

Na recém-aberta Rua Nova foi erguida uma elegante caixa de água de planta quadrangular com 2,45 x 2,45 metros com quatro colunas toscanas. Esta pequena edificação, por Miguel de Arruda ou, eventualmente, por Diogo de Torralva como pequeno templo, é tida como a primeira manifestação arquitectónica pura do classicismo renascentista[1250]. Na chegada à Praça de Alconchel foi erguido um chafariz monumental composto por um tanque e uma fachada cenografada em forma de pórtico com colunata adossada e arquitravada, demolido pouco tempo depois, para construção da Igreja de Santo Antão, vai dar origem à lenda da existência de um arco triunfal romano na Praça de Alconchel. Em contraste com a desarmante simplicidade utilitária da exibida pela caixa de água da Rua Nova as primeiras experiências renascentistas realizadas na cidade vão rapidamente adquirir uma exuberante sofisticação e complexidade formal na torre de visita e respiração do Aqueduto da Água da Prata que deve datar de 1537-1539, pese embora, manuseamentos posteriores, a atestar na forma das "urnas" que o coroavam. Demolida no século XIX, esta torre assentava sobre um simples embasamento quadrangular ao qual se sobrepunha um corpo octogonal com oito colunas jónicas e oito nichos, sobrepujado por uma cúpula e um lanternim octogonal.

[1247] Bilou, F. (2010). *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Edições Colibri.
[1248] Espanca, T. (1944). Património Artístico Municipal, o aqueduto da Água da Prata. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 7-8). p. 91.
[1249] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 171.
[1250] Bilou, F. (2010). *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Edições Colibri. P88-89

Figura 406 – Igreja e Convento da Graça. Fachada principal.

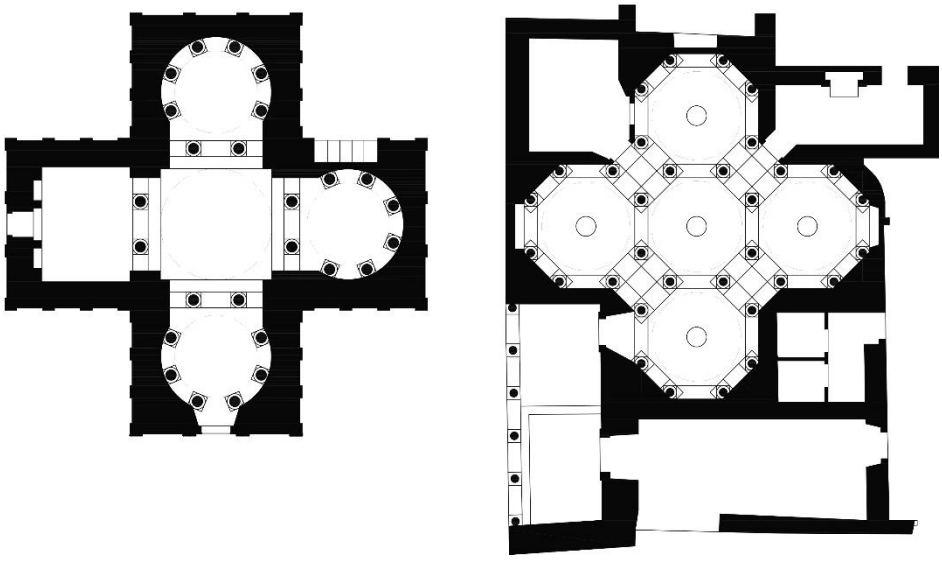


Figura 407 – Comparação entre as plantas das capelas de S. Frutuoso de Montélios em Braga e Bom Jesus do Valverde.

Entretanto, em 1536, embora sem imediato impacto na morfologia urbana da cidade, D. João III institui o Tribunal da Inquisição de Évora, primeiro do país, perante a corte de D. João III reunida expressamente para o efeito no Paço de S. Francisco. O edifício original, situado junto ao alçado Sudoeste do Templo, tinha proporções reduzidas, com fachadas para os terreiros do Marquês e da Sé e para uma rua pública que o separava do paço dos Gamas[1251].

A comunidade dos Eremitas descalços de Santo Agostinho ocupava o espaço da antiga Ermida de Nossa Senhora da Graça desde pelo menos o início do século XVI. A comunidade, que recebia desde a sua fundação protecção real, procurou em 1520 autorização para ampliar o seu espaço, recebendo de D. João III um amplo território entre a Ermida de S. Brás e o Rio Xarrama. Esta oferta seria recusada, pedindo antes apoio para reconstrução do edifício existente. Após compra de vários terrenos próximos da primitiva ermida, a obra do Convento de Nª Sª da Graça inicia-se provavelmente sob o traço de Miguel Arruda por volta de 1532 com a igreja a ser aberta ao culto em 1540[1252]. É provável que D. João III tivesse acompanhando de perto a obra e patrocinando a sua evolução, no entanto, o afastamento da corte a partir de 1537 terá comprometido o andamento da obra, sendo o padroado da capela-mor conferido aos Condes do Vimioso[1253]. A fachada do templo, construída entre 1538 e 1541 reflete a ligação próxima a D. João III apresentando uma gramática clássica e uma invulgar exuberância cenográfica, dada pelos destacados elementos escultóricos presentes no seu frontão, nomeadamente os quatro gigantes em modo de acrotério assim como os escudos e troféus clássicos.

Em 1540 o papa Paulo III eleva a Sé de Évora à dignidade metropolita, assumindo o irmão mais novo de D. João III, o cardeal D. Henrique (1540-1562) e arcebispo de Braga, o cargo de primeiro arcebispo de Évora até 1564. Uma das suas primeiras obras vai ser a construção entre 1544 e 1550 da Igreja do Bom Jesus do Valverde. O templo, de reduzidas dimensões, é considerado uma das jóias do Renascimento português e apresenta na sua escala e composição uma versão clássica da Capela de S. Frutuoso de Montélios perto de Braga, cidade onde D. Henrique havia sido arcebispo entre 1533 e 1540.

[1251] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp103-105.
[1252] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 222-233.
[1253] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes.

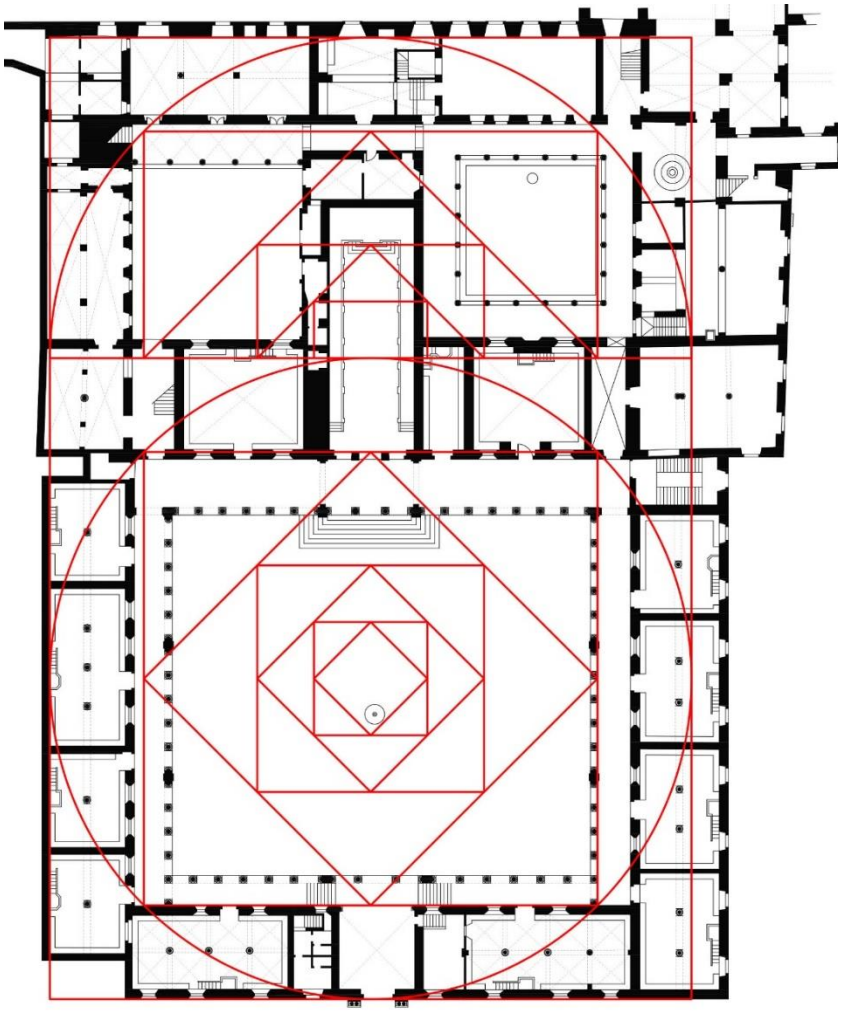


Figura 408 – Sobreposição do esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* à planta do Colégio do Espírito Santo.

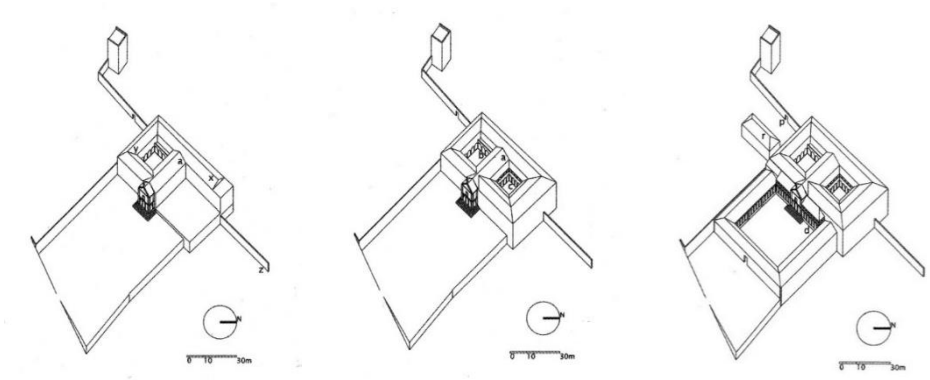


Figura 409 – Evolução da construção do Colégio do Espírito Santo

D. João III inicia em 1548 o projecto de construção da Igreja de Santo Antão no local da antiga igreja gótica de S. António na praça de Alconchel, encarregando o arquitecto régio Miguel de Arruda para estudar o local[1254]. A sóbria austeridade do desenho para o novo edifício segue o modelo das Igrejas-Salão como a Sé de Portalegre (1556-1580), refletindo os valores conservadores da Contra-reforma em contraste com a exuberância das primeiras obras do Renascimento em Évora. Em 1550 é, por sua vez, iniciada a reconstrução da pequena Igreja de S. Tiago[1255], apagando quaisquer vestígios do primitivo templo gótico. A construção seiscentista deverá, grosso modo, corresponder ao edifício ainda hoje existente, no entanto, as constantes obras de melhoramento durante o século XVII e XVIII tornam difícil a distinção entre os elementos que pertencem ao edifício seiscentista e aqueles que se devem às posteriores intervenções[1256].

Em 1550 é autorizada por D. João III a constituição do Colégio do Espírito Santo, no sector Nascente da cidade entre a Cerca Velha e a Cerca Nova[1257]. As obras terão sido iniciadas imediatamente, dando-se a inauguração solene em 1559[1258], ainda que o edifício à data se encontrasse ainda incompleto. Rui Lobo reconstrói a evolução do edifício com seguras base documentais e uma precisa análise conceptual[1259]. Já numa hermenêutica da morfologia do conjunto, atente-se que a configuração do Colégio do Espírito Santo se aproxima da forma do Hospital do Esprito Santo, apresentando também uma composição com uma igreja central (hoje Sala dos Actos) flanqueada por claustros, desenhados segundo um esquema *ad quadratum ad circulum* introduzido em matriz no esquema de um páteo-claustro monumental. Este claustro serve de espaço de composição nuclear, ao redor do qual se distribuem as salas de aula e as restantes componentes do edifício. D. Henrique terá imediatamente procurado a obter autorização régia para a promoção do colégio a universidade, no entanto o empenho de D. João III na constituição da universidade de Coimbra vai impedir a promoção da instituição na cidade alentejana. Em 1552, no contexto da reformulação do ensino na cidade, o Cardeal D. Henrique funda ainda no local dos antigos Paços do Concelho o Colégio dos Moços de Coro da Sé, para o ensino da música, adaptando para tal em parte o antigo edifício medieval.

[1254] Ibid. pp 207-216.
[1255] Pereira, G. (1934). *Estudos diversos. Arqueologia, Historia, Arte, Etnografia*. Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 263 - 268
[1256] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 225-230.
[1257] O autor agradece à Universidade de Évora, e à Directora dos seus Serviços Técnicos, Margarida de Almeida Gonçalves.
[1258] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 71-88.
[1259] Lobo, R. (2009). *O Colégio Universidade do Espírito Santo de Évora, Universidade de Évora*. Centro de História da Arte e Investigação Artística.

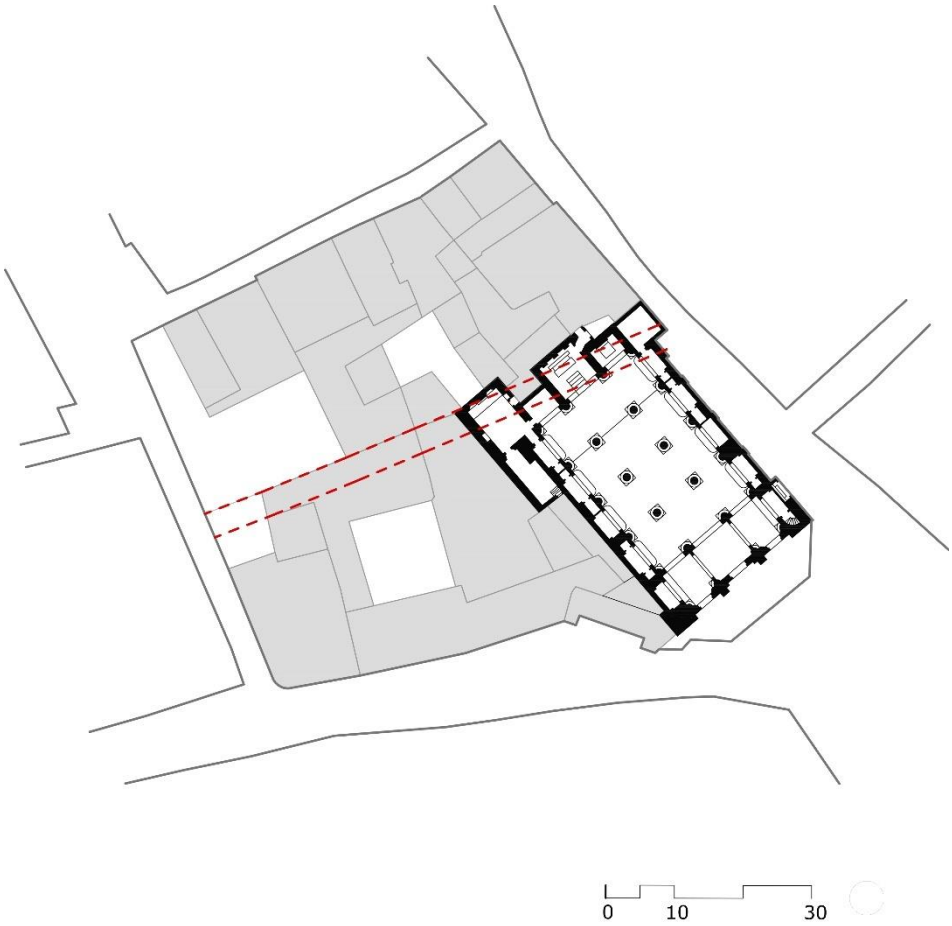


Figura 410 – Provável traçado da antiga Rua dos Gaios preservado no tecido urbano do quarteirão onde se implanta a Igreja de Santo Antão.

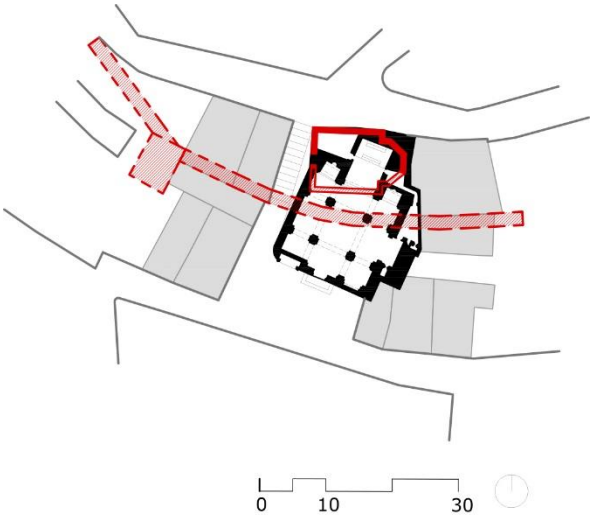


Figura 411 – Circuito da Cerca Velha e implantação da antiga Ermida de S. Vicente.

Entretanto, a congregação do Convento de S. João da Providência da Ordem de Malta. seria transferida em 1543 para Estremoz. O antigo convento que ocupavam foi adquirido em 1552 por D. Isabel de Mendonça e adaptado para receber a Santa Casa da Misericórdia de Évora, que se transferiu para o local em 1553. Em 1554 iniciou-se a construção da nova igreja que deveria ser de pequenas dimensões, dada a sua conclusão logo em 1555[1260].

D. João III morre em 1557, deixando o seu irmão Cardeal D. Henrique como regente até à maioridade de D. Sebastião. Após um longo processo de recolha de fundos e aquisição de terrenos D. Henrique dá início à construção da Igreja de Santo Antão em 1557 com a direcção do mestre Manuel Pires. A construção, de proporções generosas, implicou a supressão da Rua dos Gaios cujo traçado, sensivelmente paralelo à Rua do Imaginário, se encontra ainda fossilizado na estrutura de propriedade. A obra seria dada como concluída em 1563, no entanto logo em 1568 um abalo sísmico provoca o colapso da abobada, iniciando-se uma campanha de restauro, entre 1570 e 1577, que vai implicar a destruição do antigo chafariz de D. João III, aproveitando-se parte dos materiais para a construção do Colégio do Espírito Santo[1261]. A morte de D. João III facilitou o projecto do Cardeal D. Henrique em promover o Colégio do Espírito Santo a universidade, tendo sido conseguida a necessária autorização papal entre 1558 e 1559. Nesse ano a construção do edifico sofre um grande incremento com o arranque das obras do Claustro dos Gerais ou Pátio das Escolas, assim como da Capela Colegial erguida axialmente em frente ao acesso em substituição da igreja do projecto inicial. Por volta de 1562 o claustro com 12 salas de aula anexas e estaria praticamente concluído, sendo integrado no funcionamento da universidade.

Em 1559 a Colegiada de S. Pedro aliena a arruinada Ermida de S. Vicente para o município. A construção de uma nova Igreja de S. Vicente é iniciada por volta de 1560, animada por André de Resende[1262]. O novo templo, concluído por volta de 1570, segue uma configuração de planta quadrada com três naves e três tramos e cúpula central, seguindo uma composição clara e rigorosa que obrigou à destruição parcial da antiga ermida gótica - da qual sobrevive uma parte da capela-mor -, à demolição de parte da muralha e à supressão da rua que fazia a ligação entre a Rua da Alcárcova de Baixo e a Rua da Misericórdia.

[1260] Mangucci, C. (2018). *A Igreja da Misericórdia de Évora*. Santa Casa da Misericórdia de Évora. p. 7.
[1261] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp 207-216.

Figura 412 - Fachada da Igreja do Espírito Santo.

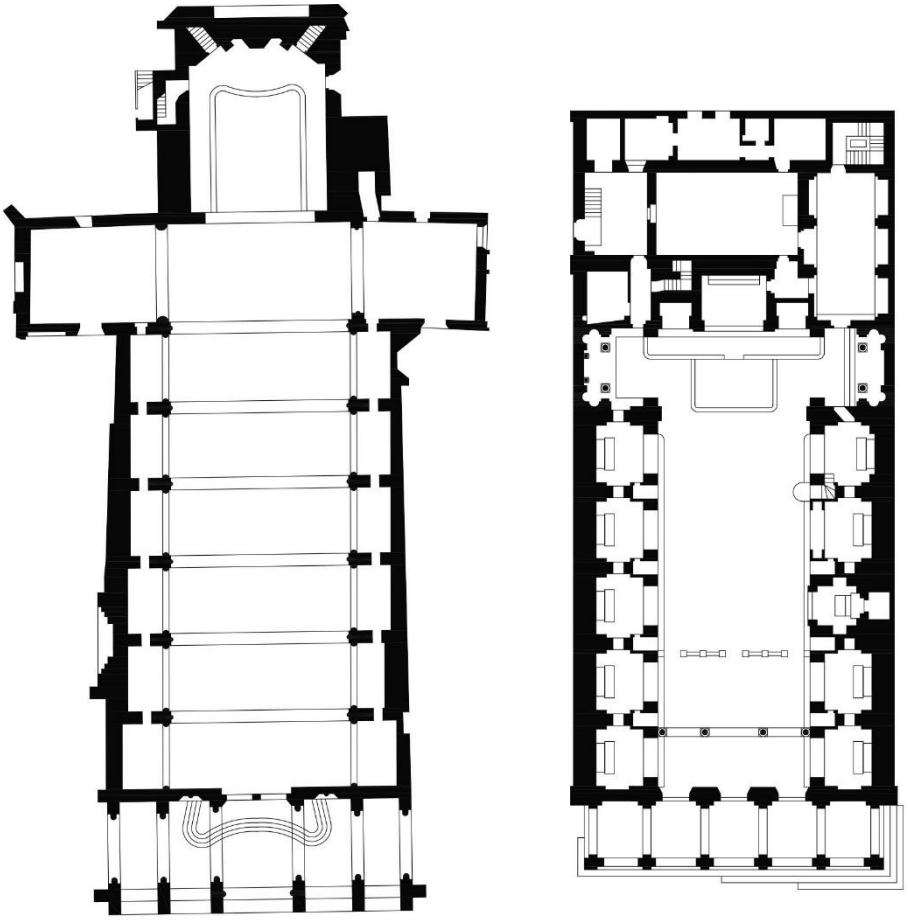


Figura 413 – Comparação entre as plantas das igrejas de S. Francisco e Espírito Santo.

O Convento de Santa Helena do Monte Calvário é fundado em 1565 nos terrenos da Ermida de Santa Cruz. A obra inicia-se em 1569 e é concluída por volta de 1574 quando recebe as primeiras 24 monjas[1263]. Após a extinção das ordens religiosas e a morte da última freira em 1889 o edifico é utilizado para receber outras residentes de conventos entretanto extintos, bem como religiosas sem votos. A utilização constante por parte de serviços e instituições religiosas manteve o conjunto original relativamente intacto até a actualidade.

A Igreja de S. Mamede terá na primeira metade do século XVI sido totalmente reconstruída, talvez por volta de 1546, erguendo-se então a nave coberta por uma abóbada polinervada ainda de tradição gótica. Por volta de 1566-1568[1264] o edifício sofre uma nova intervenção que acrescenta à fachada um *nártex* sob o coro, com uma elegante composição semelhante a uma serliana em mármore rematada por um frontão, da provável autoria de Diogo de Torralva[1265]

O projecto inicial do Colégio do Espírito Santo sofre em 1566 uma significativa alteração com o arranque das obras da Igreja do Espírito Santo acrescentada ao alçado lateral. Segundo desejo do patrocinador, o Cardeal D. Henrique, a nova igreja foi baseada na Igreja de S. Francisco, reproduzindo a composição da nave central com capelas laterais comunicantes assim como a invulgar galilé exterior[1266]. A igreja é inaugurada em 1574, sendo a antiga Capela Colegial adaptada a Sala dos Actos em 1591. A inovadora espacialidade da Igreja de S. Francisco vai servir de modelo para outras igrejas jesuítas nacionais, tal como a Igreja do Colégio Jesuíta de Coimbra, ou a Igreja de S. Roque em Lisboa[1267].

Em 1568 o Tribunal da Inquisição é objecto de uma profunda reformulação promovida pelo Cardeal D. Henrique. Esta campanha de obras vai resultar na aquisição de várias casas particulares em torno do edifício do Tribunal, bem como na ampliação do edifício para a parte ocidental dos Açougues, eliminando a rua que aí existia[1268].

[1263] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 253-267.
[1264] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 267-270.
[1265] Kubler, G. (2005). *A Arquitectura Portuguesa Chã* (J. H. P. Silva, Trans.). Nova Vega. (1972)pp. 73-74.
[1266] Lobo, R. (2015). A arquitectura das primeiras igrejas jesuítas em Portugal:São Roque de Lisboa e Espírito Santo de Évora. Confessionários, púlpitos e tribunas. In M. I. Á. Zamora & J. I. Fernández (Eds.), *La Compañía de Jesús y las artes: Nuevas perspectivas de investigación*. Departamento de Historia de la Universidad de Zaragoza. p. 238.
[1267] Ibid. pp. 255-257.
[1268] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 103-105

Em 1567 o Cardeal D. Henrique recomenda que a Misericórdia de Évora assuma a gestão do Hospital do Espírito Santo e da Casa de São Lázaro. Dada a recém-adquirida importância institucional é iniciada em 1574 uma ampliação e reedificação da Igreja da Misericórdia de Évora, adequando também o novo templo às directivas da contra-reforma através da construção de nave única. As obras terão decorrido lentamente durante o reinado de D. Sebastião I (1557-1578), concluindo-se apenas em 1593[1269]. O Convento de Santo António da Piedade é fundado em 1576 a Norte da cidade pelo Cardeal D. Henrique para alojar temporariamente os monges provenientes do Convento de Bom Jesus do Valverde que, vítimas de doença, eram forçados, antes, a acolher-se na enfermaria do Convento de S. Francisco. A obra é interrompida pela morte do fundador em 1580, sendo continuada por D. Teotónio de Bragança que conclui o convento por volta de 1581[1270]. Integrado nas fortificações da cidade em 1650 com a construção de um fortim ao seu redor, o edifício é, após a extinção das ordens religiosas, vendido a um particular que o adapta a residência.

D. Sebastião I vai em 1576 instituir por alvará o Real Celeiro Comum de Nossa Senhora da Piedade. Para acolher a instituição é adaptando um dos torreões do obsoleto Castelo Novo, tendo as obras decorrido entre 1577 e 1579[1271]

Com Bula do Papa Gregório XIII, publicada no ano de 1576, o cardeal D. Henrique funda em 1577 o Colégio de Nossa Senhora da Purificação em terrenos situado no exterior da Cerca Nova, que haviam sido adquiridos pela Coroa em 1520 para a criação dos Estudos Superiores. Interrompida temporariamente entre 1582 e 1587 por comprometer a defesa da cidade, a construção do edifício vai durar até 1593, altura em que o colégio recebeu os primeiros alunos[1272]. O edifício, delineado pelo mestre Jerónimo de Torres, conserva ainda a sua feição arquitectónica original, apresentado uma planta rectangular de 76 x 35 metros, com um invulgar claustro de 14 x 3 tramos, interrompido no eixo por um passadiço. A capela do colégio mantém uma disposição discreta, não se evidenciando no volume global do edifício, apesar de ocupar uma posição privilegiada no piso térreo do claustro, ao fundo do eixo de composição formado pela portaria colegial e a galeria do claustro.

[1269] Mangucci, C. (2018). *A Igreja da Misericórdia de Évora*. Santa Casa da Misericórdia de Évora.
[1270] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 267 – 276.
[1271] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 5-19.
[1272] Ibid. pp. 88-90.

Também com a Bula papal de Gregório XVIII, em 1578, ano seguinte à fundação do Colégio de Nossa Senhora da Purificação, é fundado o Colégio de S. Paulo. Para o efeito o Cardeal D. Henrique adquiriu o devoluto paço do Fidalgo Rui Palha de Almeida, situado em parte sobre a Cerca Velha na face Sul da actual Praça do Sertório. O edifício posicionado num estreito e apertado espaço entre a muralha e a praça, terá mantido um corpo docente e discente modesto. Do antigo paço subsistem, embebidos nos alçados, portas e janelas geminadas quinhentistas de estilo gótico e em granito, e do mosteiro sobrevive a arcada da portaria, e a capela, assim como a casa do lavabo e o refeitório[1273].

Com a morte do Cardeal D. Henrique, D. Filipe assume a coroa portuguesa como Filipe I de Portugal (1580-1598). O novo rei visita Portugal ente 1581 e 1583, ficando hospedado na viagem de regresso a Espanha no palácio da família Castro antigo Paço de S. Miguel. Apesar da visita do novo rei a cidade perde no final do século preponderância no quadro político nacional, ultrapassada por cidades como Lisboa, que apesar da saída da coroa para Madrid se mantém relevante como centro económico e administrativo do país e das suas possessões ultramarinas. Na sua recém-adquirida condição periférica das últimas décadas de seiscentos Évora mantém-se como uma das maiores cidades do país, e, ainda assim, com uma relevante dinâmica urbana.

O Papa Gregório XIII autoriza em 1579 a constituição do Hospital de Nª Sª da Piedade, cuja construção, se inicia em 1584. O edifício, provavelmente também da autoria do mestre Jerónimo de Torres, foi criado para prestar apoio ao corpo de estudantes dos diversos colégios da cidade, apresentando uma planta quadrangular simples de 32 x 35 metros[1274] com a fachada de composição simples virada para Norte. Em 1584 é também reconstruída a igreja do Convento de Santa Clara, arrasando-se para tal o antigo templo gótico e erguendo-se novo templo com o traço do mestre Manuel Filipe, com a capela-mor a ser utilizada a partir de 1598 como panteão familiar de D. João de Castro[1275].

[1273] Ibid. pp. 236-241.
[1274] Ibid. pp. 90-91.
[1275] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 162.

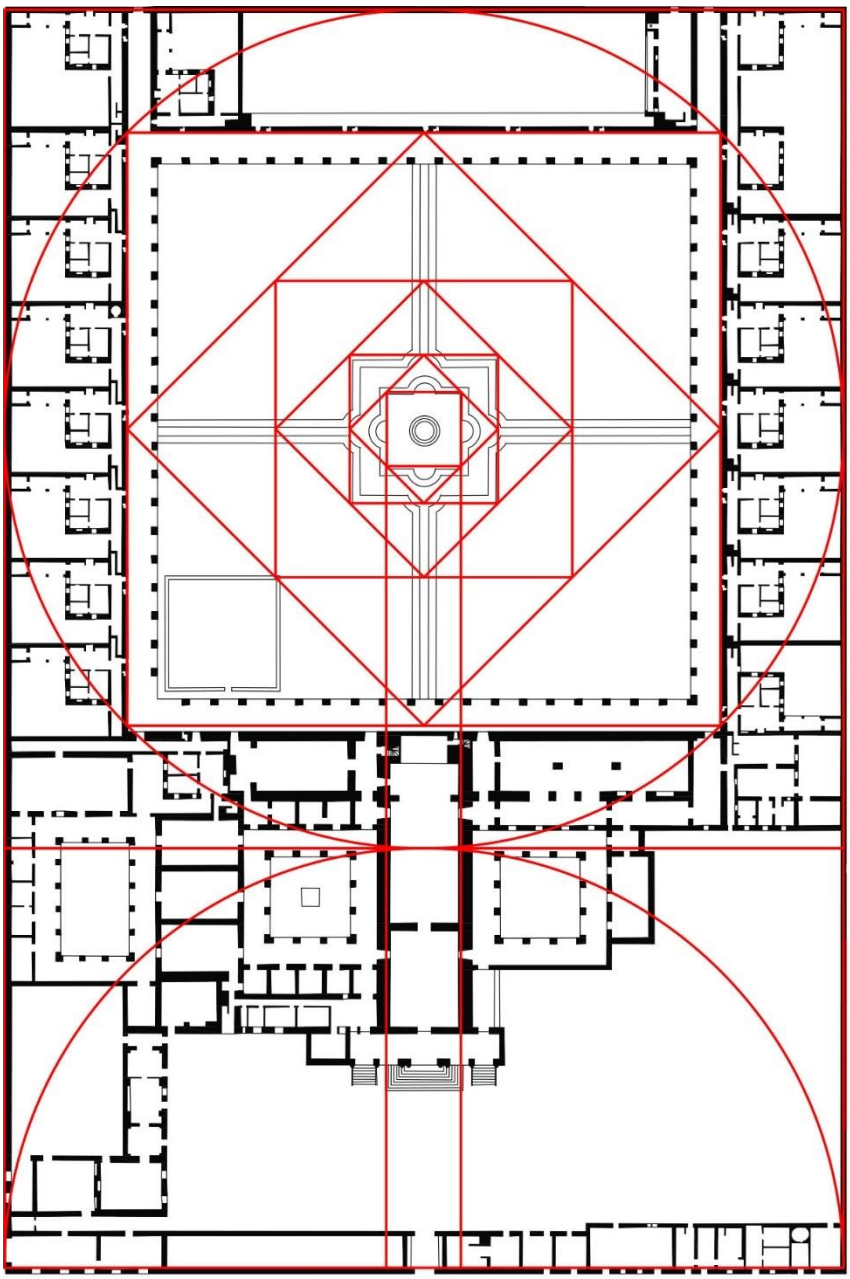


Figura 414 – Sobreposição do esquema geométrico *ad circulum ad quadratum* à planta do Convento da Cartuxa.

Em 1587 dá se ainda a reconstrução da Porta do Rossio[1276], provavelmente realizada ainda na sequência das intervenções promovidas por D. Manuel e D. João III no Paço de S. Francisco e em 1590 é iniciada a construção de um novo Paço Arquiepiscopal sob iniciativa Arcebispo D. Teotónio de Bragança (1578-1602). A nova construção, de autor desconhecido, absorveu em parte algumas das pré-existências do edifício anterior uniformizando o conjunto segundo uma austera planta quadrangular com um claustro central de quatro tramos. A obra terá decorrido durante vários anos, sendo finalmente concluída pelo sucessor de D. Teotónio, o Arcebispo D. Fr. Luís Teles da Silva (1611-1633)

O Convento da Cartuxa, ou de Santa Maria Scala Coeli é fundado pelo Arcebispo D. Teotónio de Bragança, tendo a construção do edifício começado em 1593 com os primeiros frades a instalarem-se no espaço inacabado logo em 1598[1277]. As obras vão continuar até 1625 com o Claustro e a Igreja a serem completados nesse ano. Com a extinção das ordens religiosas é convertido primeiro em Escola Agrária Regional e depois vendido a José Maria Eugénio de Almeida. No século XX, Vasco Maria Eugénio de Almeida neto do comprador do convento inicia o processo de reconstrução, com o edifício a ser novamente reocupado por frades em 1960. Note-se que o conjunto, desenhado por Giovanni Vincenzo Casale, reproduz o esquema compositivo *ad quadratum ad circulum* introduzido pelo Hospital do Espírito Santo e no Colégio do Espírito Santo, invertendo a posição da igreja em relação ao claustro. Estes três edifícios representam assim a aparente continuidade e evolução de um mesmo esquema geométrico com desenvolvimento ao longo de todo o século XVI e que será utilizado noutros edifícios como a Casa do Noviciado da Cotovia de Baltasar Alvares.

Em 1595 é fundado o Colégio da Madre de Deus, segundo desejo de Heitor de Pina, cavaleiro fidalgo da Casa Real, e colaborador do cardeal-infante D. Henrique que teria doado em testamento fundos para a compra da antiga Albergaria de S. João de Jerusalém[1278]. A obra do novo edifício foi concluída em 1608, apresentando uma planta rectangular, seguindo os coevos colégios da Purificação e Hospital da Piedade.

[1276] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. pp. 59-60.
[1277] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 288-299.
[1278] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 91-92

Évora Fase 11 (século XVII)

A guerra da Restauração

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
4 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
5 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
6 - Porta de Aviz (século XIV / XV)
7 - Porta da Lagoa (século XIV / XV)
8 - Porta de Alconchel (século XIV / XV)
9 - Porta do Raimundo (século XIV / XV)
10 - Porta de Mendo Estevens (século XIV / XV)
11 - Porta do Moinho de Vento (século XIV / XV)
12 - Convento de Santa Mónica (≈1421)
13 - Paço dos Estaus (1435-1449)
14 - Convento de S. Clara (1452-1464)
15 - Tercenas Reais (≈1470)
16 - Ermida de S. Brás (1483)
17 - C. de S. João Evangelista / Lóios (1485-1499)
18 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1490)
19 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
20 - Convento de S. Francisco (1451- ≈1513)
21 - Convento de Nª Sª do Paraíso (1508-1536)
22 - Paço de S. Francisco (1411- ≈1531)
23 - Varanda do Paço / Edifício do Trem de Guerra (1513-≈1530)
24 - Paços do Concelho e Cadeia (1513- 1516)
25 - Castelo Novo / Celeiro de Nª. Sª. da Piedade (1518-1525/1577-1579)
26 - Misericórdia (1552-1593)
27 - Convento de S. Catarina de Sena (≈1520- ≈1547)
28 - Convento de S. Domingos (Séc. XII - ≈1537)
29 - Convento do Carmo (1531)
30 - Aqueduto da Água da Prata (1533-1537)
31 - Convento de Nª Sª da Graça (1532-1540)
32 - Igreja de S. Mamede (≈1546-1568)
33 - Igreja de Santo Antão (1548-1557)
34 - Colégio do Espírito Santo (1550-1562)
35 - Igreja de S. Vicente (1559-1570)
36 - Igreja do Espírito Santo (1566-1574)
37 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário (1569-1574)
38 - Convento de S. António da Piedade (1576-1581)
39 - Hospital de S. Lázaro (Séc. XVI?)
40 - Colégio de N. Sª. da Purificação (1577-1593)
41 - Colégio de S. Paulo (1578)
42 - Hospital de Nª. Sª. da Piedade / Cadeia dos Estudantes (1579- ≈1584)
43 - Porta do Rossio (1587)
44 - Paço Arquiepiscopal (1590- ≈1633)
45 - Convento do Salvador (1590-1610)
46 - Convento da Cartuxa (1593-1625)
47 - Colégio da Madre de Deus (1595-1608)
48 - Convento dos Remédios (≈1600-1614)
49 - Ermida de S. Bartolomeu (1612-1617 / 1670)
50 - Hospital do Espírito Santo (1618-1657)
51 - Tribunal da Inquisição (1622 - ≈1635)
52 - Baluarte de Machede (1640-1650)
53 - Forte dos Penedos (1640-1650)
54 - Forte de Santo António (≈1648-1662)
55 - Baluarte de S. Bartolomeu (1648-1662)
57 - Baluarte do Conde de Lippe (1648-1662)
58 - Capela de Nossa Senhora das Brotas (1651)
59 - Colégio dos Moços de Coro da Sé / Paço Arquiepiscopal (1656-1666)
60 - Baluarte do Picadeiro (1663-1680)
61 - Baluarte do Assa (1663-1680)
62 - Baluarte dos Apóstolos (1663-1680)
63 - Convento do Carmo (1666-1691)
64 - Ermida de S. Sebastião (1668-1701)
65 - Convento de Nª Sª das Mercês (1670-1698)
66 - Convento de S. José ou da Esperança (1674-1729)
67 - Igreja de S. Tiago (1680-1683)
68 - Igreja de S. Pedro (fins dos séc. XVII)
69 - Ermida de S. Miguel (fins dos séc. XVII)
70 - Ermida de Nª. Sª. da Cabeça (1681)
71 - Colégio dos Moços de Coro da Sé (1692-1708)

O século XVII é inicialmente marcado pela conclusão de vários edifícios iniciados nos últimos anos da centúria anterior, tais como: o Colégio da Madre de Deus iniciado em 1595 e terminado em 1608, o Convento da Cartuxa iniciado em 1593 e terminado em 1625, e o Paço Arquiepiscopal entre 1590 e 1633. Anda no final do século XVI, o recolhimento que existia junto do Colégio do Espírito Santo, é expropriado pelo Cardeal D. Henrique para construção da Igreja do Espírito Santo e ingressa da Regra de Claustral de São Francisco. Dada a exiguidade do espaço em que a comunidade estava temporariamente instalada é-lhe cedida parte do antigo palácio dos Condes de Sortelha junto à Cerca Velha, fundando-se assim o Convento do Salvador do Mundo. O edifício é ocupado em 1605, durando as obras de adaptação até 1611, ano da sagração da igreja[1279]. Também no final do século XVI, é fundado o Convento de Nª Sª dos Remédios, ocupando algumas casas no fundo da Rua do Raimundo. A ordem vai pouco depois da sua fundação procurar uma localização mais favorável, adquirindo um conjunto de terrenos no lado de fora da Porta de Alconchel. O novo edifício estaria em grande medida finalizado em 1606, ano em que a ordem se transfere para a nova localização, estando o conjunto concluído em 1614 com a sagração da igreja[1280].

Em 1612 é fundada a Ermida de S. Bartolomeu junto da Porta de Avis, em terrenos municipais perto de uma antiga albergaria ou hospital dedicado ao mesmo santo. O edifício estaria completo por volta de 1617, ano que é descrita a procissão de transladação da imagem de S. Bartolomeu[1281].

Em 1619 Filipe II visita Portugal chegado à cidade de Évora no dia 14 de Maio de 1619[1282]. O rei fica inicialmente alojado no Convento do Carmo entrando na cidade, no dia seguinte[1283], pela Porta da Alagoa. Dado o abandono do Paço de S. Francisco, D. Filipe II é hospedado nas casas do Conde de Bastos, consideradas as mais nobres da cidade. Durante a estadia de quase uma semana os monges de S. Francisco solicitam ao rei que lhes sejam cedidos os espaços do Paço de S. Francisco, pedido que o rei responde favoravelmente, impondo apenas a condição de, caso seja solicitado, o edifício seja novamente cedido à coroa.

[1279] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 277-280.
[1280] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 314-318
[1281] http://curiosidadescatolicas.blogspot.com/2009/02/ermida-de-sao-bartolomeu.html
[1282] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 319.
[1283] Silva, F. R. d. (1987). A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e Problemática. *Revista de Ciências Históricas, II*, 223-260.

Os frades ocupam sobretudo a zona da Sala da Rainha no corpo Sul de D. João II, contíguo aos dormitórios, onde constroem mais dois dormitórios[1284]. Sem utilidade para os frades, os corpos correspondentes às varadas e ao claustro manuelino são deixados ao abandono, iniciando-se um gradual processo de degradação. Esta consequente destruição é não só o resultado da incapacidade dos religiosos de manter um tão grande conjunto edificado, mas em parte também, promovida pelos próprios que procuram que o estado de ruína de parte do edifício desmotive a eventual utilização do edifício pela coroa[1285].

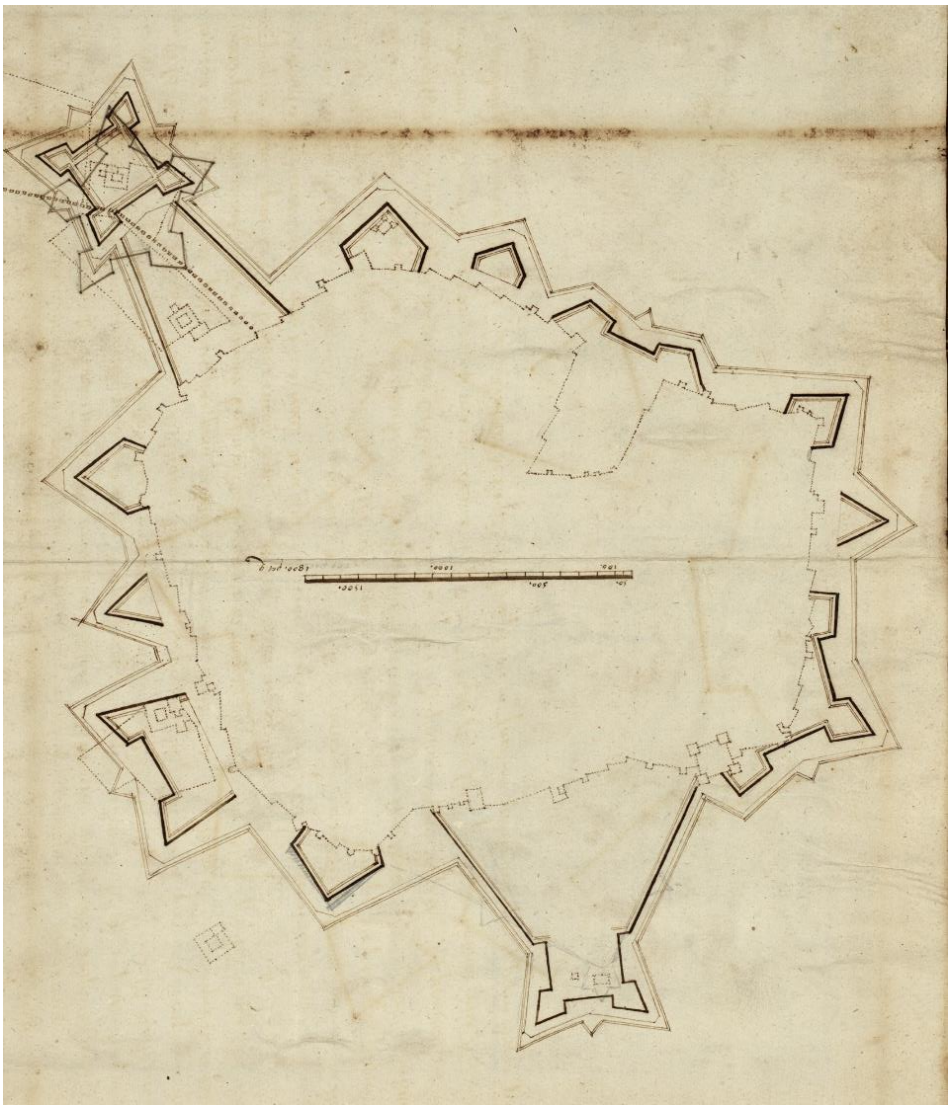


Figura 415 – Projecto das fortificações da cidade de Évora realizado pelo Tenente-General Nicolao de Langres por volta de 1665.

[1284] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 109.
[1285] Ibid. p. 109.

O Tribunal da Inquisição sofre a partir de 1622 importantes obras de reforma promovidas pelo inquisidor João Álvares Brandão. Estas obras vão continuar numa nova campanha iniciada a partir de 1635 pelo inquisidor D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, e continuada pelos inquisidores D. António da Silveira e D. Manuel de Saldanha, bispo de Coimbra. Esta reformulação vai anexar o conjunto de edifícios existentes a poente do núcleo inicial do tribunal, imprimindo ao paço a forma com que chegou até ao século XIX[1286]. Sensivelmente no mesmo período (entre 1618 e 1657) o Hospital do Espírito Santo sofre um processo de profunda transformação com várias obras de reconstrução de várias das enfermarias existentes assim como a construção de novas alas[1287].

Em 1637, por motivo da cobrança de um novo imposto lançado por Filipe II, a cidade entra em revolta popular conhecida como "Alterações de Évora" ou "Revolta do Manuelinho". A revolta seria dominada logo em 1638 e os seus promotores executados; no entanto, os motivos da sublevação não só permaneceram latentes como se viriam a agravar resultando em 1640 no golpe de Estado e na aclamação de D. João IV (1640-1656). D. João IV envia imediatamente para Évora os engenheiros Jean Gilot e Carlos Lassart para realizar o levantamento e melhoria das fortificações da cidade, datando desta primeira intervenção o Baluarte de N. Sª de Machede (entulhando a antiga Porta de Machede)[1288] e provavelmente o Forte dos Penedos, já existente em 1645[1289]. A partir de 1648 os trabalhos são continuados pelo engenheiro-mor Nicolau de Langres que realiza novo projecto prevendo a construção de um conjunto de baluartes em torno da cidade, reforçados por estruturas avançadas até às zonas do Convento de Santo António, da Ermida de S. Brás e do Convento dos Remédios. As obras arrancam em 1651, apenas para serem interrompidas logo em 1653 com a morte de D. Teodósio de Bragança, filho primogénito de João IV. Para a realização dos trabalhos de fortificação da cidade Langres realiza um levantamento detalhado da Cerca Nova. Apesar de não representar objectivamente a cidade, este desenho oferece uma perspectiva importante sobre o perfil da urbe, a configuração da Cerca Nova e das suas portas antes das demolições realizadas durante a construção dos baluartes e posteriormente, já no século XIX, para melhorar os acessos à cidade. Os desenhos realizados neste período destacam-se também por constituírem as mais antigas peças cartográficas realizadas para a cidade, que chegaram aos nossos dias.

[1286] Espanca, T. (1949b). Os restos do Palácio Vasco da Gama. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 19-20).
[1287] http://www.monumentos.gov.pt - Hospital Real do Espírito Santo
[1288] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. p. 75.
[1289] Ibid. p. 60.

Figura 416 – Baluarte do Príncipe.

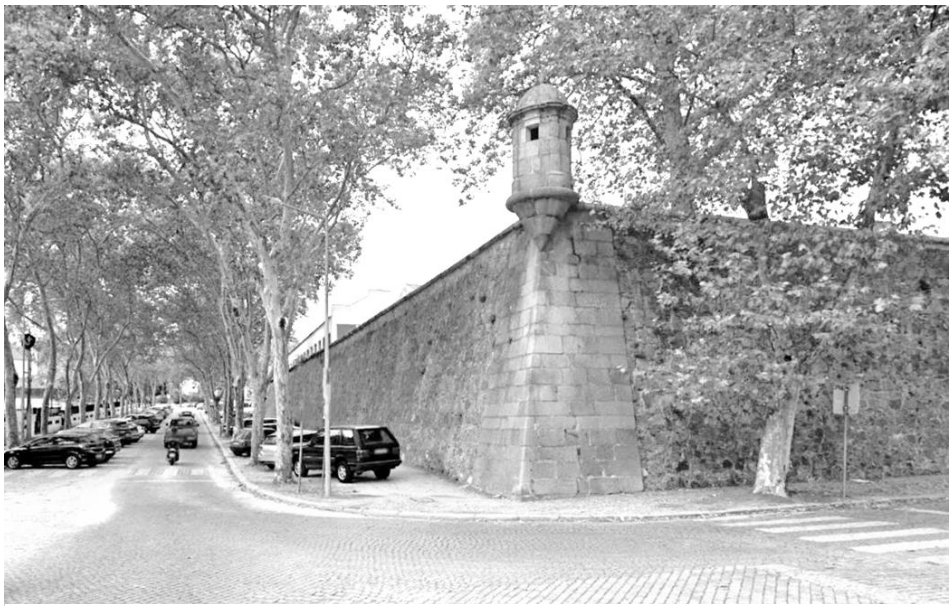


Figura 417 – Baluarte do Picadeiro.

Em 1651 é construída ao fundo da Rua do Raimundo pelo cónego Francisco Borralho a Capela de Nossa Senhora das Brotas. Esta capela surge em substituição de uma primitiva capela de dimensões muito reduzidas existente junto da Porta de Aviz[1290]. Finalmente, também em 1651 é construído o dormitório do Convento de Santa Mónica, estendendo o edifício até à Igreja de S. Mamede[1291]

Durante este período e dado o estado de ruína do edifício dos antigos paços do concelho, ocupados pelo Colégio dos Moços de Coro da Sé desde 1552, é iniciada em 1656 a construção de um novo edifício no mesmo espaço, a instâncias de D. Luís de Sousa, governador da arquidiocese durante o período de vacância ocorrido durante a Guerra da Restauração. Em 1666 o edifício deveria estar praticamente concluído, registando-se nesse ano a construção do passadiço que o liga ao antigo Paço Arquiepiscopal[1292].

Com a morte de D. João IV em 1657, e no reinado do Afonso VI (1657-1683) a rainha viúva e regente do reino Luísa de Gusmão, pressiona Langres para a urgência da fortificação da cidade de Évora. O projecto inicial é assim revisto e simplificado, sobretudo na vertente Sul onde se abandona a fortificação em torno da Ermida de S. Brás, erguendo-se antes um conjunto menor de baluartes junto à muralha. Segundo o projecto e orientação de Langres teriam sido erguidos ou iniciados a partir de 1651, o Forte de Santo António, o Baluarte de S. Bartolomeu, o Baluarte do Príncipe, e o Baluarte de Lippe[1293]. O Baluarte de Lippe seria também conhecido à época como Baluarte do Trem, nome dado à antiga Varanda Grande do Paço de S. Francisco construída no tempo de D. Manuel, entregue neste período ao Conselho de Guerra e adaptada a armazém de munições[1294]. O conjunto destas estruturas estariam praticamente concluídas quando em 1662 Nicolau Langres passa para o lado de Espanha e ajuda D. João José de Áustria a tomar a cidade de Évora em 1663. A cidade seria libertada um mês depois, dando-se continuidade ao projecto de Langres que serviu de base aos trabalhos de Luís Serrão Pimentel e do seu discípulo D. Diogo Pardo de Osório. Os trabalhos vão continuar ao longo do século

[1290] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 61.
[1291] Pombinho, M. R. B. (2014). *Redescoberta do Convento de Santa Mónica: Proposta de salvaguarda e valorização do património conventual agostinho.* Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora p. 63.
[1292] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 69-71.
[1293] Heritas, A. T. d. S. (2019). La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos. *Revista Historia Autónoma 14*, 55-75. pp. 69-73.
[1294] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 183-187.

Figura 418 – Corpo central da Varanda Grande do Paço de S. Francisco ou "Palácio de D. Manuel" no início do século XIX, ainda como edifício do Trem de Guerra.

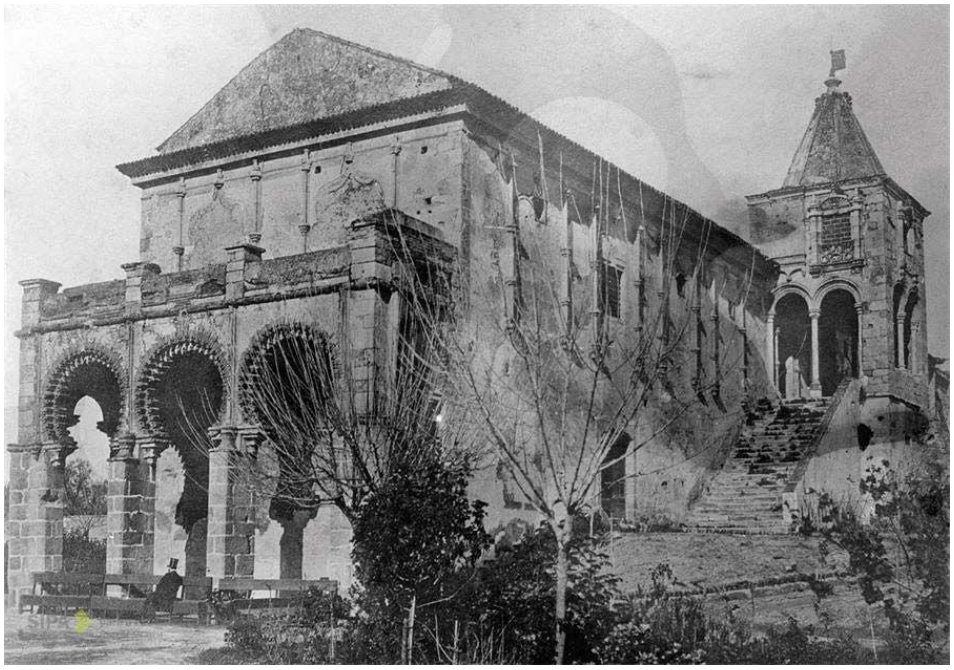


Figura 419 – Corpo Sul d da Varanda Grande do Paço de S. Francisco ou "Palácio de D. Manuel" no início do século XIX, ainda como edifício do Trem de Guerra.

XVII até à sua conclusão por volta de 1680, erguendo-se neste período o Baluarte do Picadeiro ou do Castelo e o Baluarte do Assa ou do Senhor da Pobreza (entulhando a antiga Porta da Mesquita), e reformulando-se ainda o Baluarte dos Apóstolos[1295]. Na sequência da construção das estruturas abaluartadas na face Sul da cidade, a antiga Varanda do Paço de S. Francisco é cedida ao Concelho de Guerra. O edifício vai então ser adaptado em "Edifício de Trem de Guerra", ou seja, armazém de armas e munições. Apesar das fortificações realizadas possuirem uma grande dimensão, estas não vão alterar significativamente a configuração urbana da cidade, mantendo, e reforçando o antigo limite medieval. O desenvolvimento urbano mantém-se, assim, desde a construção da Cerca Nova quase exclusivamente no interior deste perímetro, com a consolidação e densificação da estrutura urbana. Ainda em 1663 começam grandes obras no Convento da Graça para reparar os estragos provocados pelo bombardeamento da cidade, concluindo-se em 1691[1296]

Assinado o tratado de Lisboa de 1668, que punha termo ao conflito, iniciou-se o processo de reabilitação das obliterações sofridas pela guerra. Logo em 1668 inicia-se a reconstrução Capela de S. Sebastião destruída em 1663, obra que apesar da pequena dimensão da ermida, é imediatamente interrompida pela falta de fundos[1297]. Nos anos seguintes entaiparam-se as primitivas portas da Alagoa e de Aviz, muito danificadas pelo cerco. A Porta de Aviz terá sido provavelmente reformulada logo em 1671, altura em que se regista a reconstrução da ermida dedicada à Nossa Senhora do O, edificada sobre o edifício preexistente[1298]. A Porta da Alagoa. por outro lado. teria apenas sido reconstruída em 1696[1299] e com acessos em linha com as ruas, em vez dos primitivos acessos em cotovelo. Perto da Porta de Avis era também reconstruída, por volta de 1670, a Ermida de S. Bartolomeu que se encontrava em ruínas desde o assédio das tropas espanholas[1300]. Por seu turno, edifícios como o antigo Hospital de S. Lázaro ou Hospital de S. André, situado no lado exterior da Porta do Raimundo, também destruído durante o cerco de 1663, nunca seriam reconstruídos. E apesar da sua destruição, o edifício é ainda representado na planta das fortificações da cidade realizada em 1661 pelo engenheiro-mor Nicolau de Langres, permitindo restituir a sua configuração e localização aproximada.

[1295] Heritas, A. T. d. S. (2019). La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos. *Revista Historia Autónoma 14*, 55-75. pp. 69-73.
[1296] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 223.
[1297] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. P 48
[1298] Ibid.p. 60.
[1299] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. P60
[1300] Espanca, T. (1957). *Património Artístico do Concelho de Évora: Arrolamento das freguesias rurais*. Câmara Municipal de Évora. pp. 89-91.

Figura 420 – "Plan de la Ville d'Evora" elaborada por Louis Boudan.

Figura 421 – Pormenor central da vista da cidade de Évora realizada por Pier Maria Baldi evidenciando os principais edifícios da cidade.

Com a restauração da independência surgem ainda programas construtivos relevantes. Porém, a dinastia de Bragança instala-se definitivamente em Lisboa e no interior vai preferir o seu espaço de afirmação senhorial, Vila Viçosa, deixando para Évora um papel marginal. Um dos mais importantes programas patrocinados pela corte na cidade será a reconstrução do Convento do Carmo, que inicialmente situado no lado de fora da Porta da Alagoa tinha sido completamente arrasado pelo exército espanhol. A destruição deste edifício teria certamente o objectivo de eliminar a vulnerabilidade defensiva que o mesmo representava, assim como o de reutilizar a alvenaria na urgente conclusão dos trabalhos no Forte de Santo António. Em 1666 Afonso VI instala a comunidade de religiosos no antigo paço dos Condes de Sortelha existente perto das Portas de Moura. Os monges iniciam imediatamente ambiciosas obras de demolição do antigo palácio iniciando a construção de um grande convento do qual apenas é terminada a ala Nascente. A igreja é iniciada em 1670 e sagrada em 1691 ano em que a comunidade se instala no inacabado convento[1301].

Em 1667 é publicada nova planta da cidade elaborada por Louis Boudan e reproduzida em 1705 por Antoin Coquart e Nicolas de Fer. representando, sobretudo, as suas estruturas defensivas. Neste período, o grande surto de produções cartográficas realizadas de várias praças alentejanas e da estremadura de Espanha reflete a presença de inúmeros engenheiros militares, sobretudo franceses, durante o período da Guerra da Restauração que realizaram importantes obras de melhoramento segundo os mais recentes tratados de fortificação. Apesar da grande produção cartográfica destaca-se em todos os desenhos da cidade entretanto realizados o facto de evitarem representar a estrutura urbana de Évora, sem dúvida como consequência da complexidade da mesma e da dimensão da cidade, mas também por razões estratégicas de controlo da informação atendendo à volatilidade dos intervenientes estrangeiros quanto à sua fidelidade.

A viagem de 1669 realizada por Cosme III de Médicis por Portugal e Espanha passa também pela cidade de Évora permitindo a Pier Maria Baldi realizar uma vista da cidade a partir do seu lado Norte. Na representação de Baldi é possível distinguir edifícios como a Ermida de Nª Sª da Natividade, o Hospital de Nª. Sª. da Piedade, o Colégio do Espírito Santo, a Torre do Sertório, a Sé Catedral, o Castelo de Évora, a Torre do Salvador, a Igreja de S. Domingos, edifícios que salvo algumas excepções se mantêm ainda presentes sem grandes alterações na estrutura da cidade.

[1301] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 319-320.

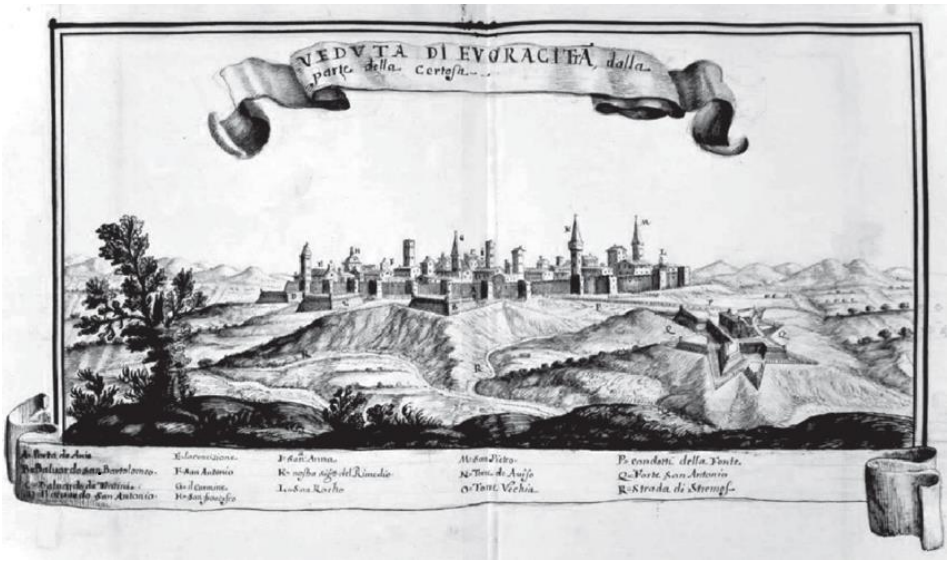


Figura 422 – Vista da cidade de Évora na segunda metade do século XVII.

Figura 423 – Planta da cidade de Évora na segunda metade do século XVII.

Em 1670 é iniciada a construção do Convento de Nª. Sª. das Mercês, um ano depois da fundação da comunidade que primeiramente ocupou um espaço na Rua Fria. O novo edifício ocupa o antigo paço dos senhores da Bobadela, na Rua do Raimundo, concluindo-se a igreja em 1698[1302]. A implantação deste edifício vai resultar da eventual supressão da ligação entre a Rua dos Touros e a Porta do Raimundo. Este processo vai ser reproduzido a Norte com a supressão da ligação entre a Rua dos Touros e a Praça de Alconchel, ocorrida após a alienação do Paço dos Estaus e incorporação deste edifício numa residência nobre, ocorrida na segunda metade do século XVII. A construção do Convento de S. José da Esperança ter-se-há iniciado por volta de 1674, pouco depois da fundação da comunidade religiosa no mesmo local onde existia um antigo recolhimento feminino na Rua de Aviz. O edifício primitivo nada subsistiu por ter sido apagado pela actual construção, que foi erguida no essencial até 1729, ano em que se inaugura o coro baixo da igreja[1303]. No final do século destaca-se ainda a construção da pequena Ermida de Nª Sª da Cabeça, sagrada 1681 na Rua de Mendo Estevens, no lugar de um antigo oratório existente no mesmo local[1304].

Em 1687 é registada uma outra importante peça cartográfica, através do *Atlas Medici de Lorenzo Possi*, engenheiro militar de origem italiana que serviu o reino de Espanha na segunda metade do século XVII [1305]. O atlas inclui duas representações da cidade: uma vista relativamente fantasiosa realizada a partir do lado Norte, e uma planta das estruturas defensivas da cidade. Esta peça marca mais uma das várias representações detalhadas das muralhas e baluartes da cidade realizadas entre o final do século XVII e início do século XVIII.

Em 1691, a nomeação do arcebispo Luís da Silva Teles (1671-1703) vai trazer um novo ímpeto às obras de construção de um novo edifício para o Colégio dos Moços de Coro da Sé, em funcionamento desde meados do século XVII no lugar do antigo Celeiro dos Bispos e dos antigos Paços do Concelho. O projecto teria sido iniciado em meados do século com a compra dos terrenos a Sul do claustro da Sé de Évora, mas, no entanto, é só em 1692 com a chegada do novo arcebispo que as obras vão definitivamente arrancar, concluindo-se apenas em 1708[1306].

[1302] Ibid. p. 300.
[1303] Ibid. p. 309-318.
[1304] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 94-95.
[1305] Rubio, C. M. S. n., Rubio, R. o. S. n., Núñez, I. T. n., & Possi, L. (2014). *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687 : "Piante d'Estremadura, e di Catalogna"*. 4Gatos.
[1306] Henriques, L. (2018). A nova capela-mor setecentista da Catedral de Évora: Uma abordagem ao seu impacto na atividade musical de Pedro Vaz Rego e Ignácio António Celestino *Arte y Patrimonio*, *3*, 77-92. p. 79.

Nas últimas décadas do século XVII são também reformuladas a Igreja de S. Tiago, a Igreja de S. Pedro e a Ermida de S. Miguel. A Igreja de S. Tiago[1307], manteve o essencial da forma e estrutura do templo quinhentista com o interior a ser é totalmente redecorado entre 1680 e 1683 em estilo barroco, recobrindo-se todo o espaço interior numa profusão de painéis de azulejos e elaboradas pinturas na abóbada.

A antiga Ermida de S. Miguel é neste período reformulada, devendo-se a forma actual do edifício a esta campanha de obras. Da primitiva edificação terá sobrevivido apenas a capela-mor manuelina, coberta por uma cúpula de ogiva[1308].

Por outro lado, a Igreja de S. Pedro sofre uma reformulação completa nos fins século XVII promovida pelo Arcebispo D. Frei Luís da Silva Teles, em cumprimento de um voto a S. Pedro após contrair doença. O edifício primitivo é descrito como de "antiga, e de indigesta simetria, e fabrica…"[1309]. A reconstrução teria sido praticamente completa, mantendo do templo anterior apenas o portal ogival e a implantação das paredes mestras[1310]. Estas terão sido parcialmente desmontadas e substancialmente alteadas, de modo a que a altura da nave fosse proporcional à largura do templo, obrigando à reconstrução do arco para a capela-mor[1311]. Tal como na Igreja de S. Tiago, o interior da igreja foi integralmente recoberto com painéis de azulejos alusivos à vida de S. Pedro, datados de 1702[1312]. Na entrada teria também sido construído um novo coro alto sobre um alpendre, provavelmente numa configuração semelhante à que foi aplicada na Igreja de S. Mamede. Ao lado deste alpendre ergueu-se uma torre campanário, cuja escada dava também acesso ao coro alto. Ainda junto à torre na face Sul da igreja foi construída uma pequena capela baptismal[1313]. A pequena Igreja de S. Pedro ter-se-á depois mantido sem alterações relevantes até ao século XIX, altura em que o estatuto de sede paroquial é transferido para a Igreja de S. Francisco.

[1307] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 225-230.
[1308] Ibid. pp. 92.
[1309] Fonseca, F. d. (1728). *Évora Gloriosa*. Officina Komarekiana. P. 217.
[1310] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 52-53.
[1311] https://viverevora.blogspot.com/2011/07/o-edificio-de-s-pedro-antiga-igreja.html
[1312] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 52-53.
[1313] https://viverevora.blogspot.com/2011/07/o-edificio-de-s-pedro-antiga-igreja.html

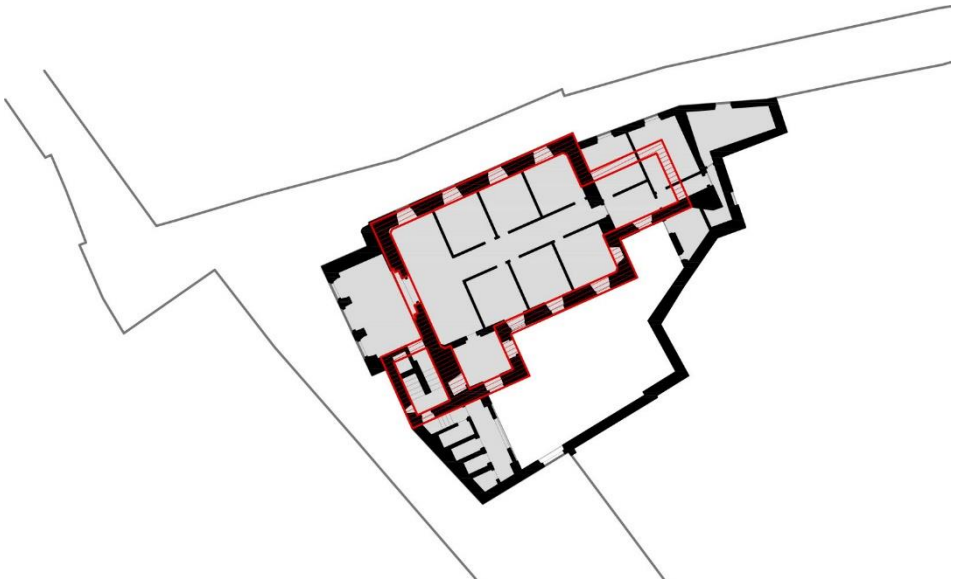


Figura 424 – Reconstrução da planta original da Igreja de S. Pedro sobre a planta do edifício actual.

Com o abandono o templo entra então em progressiva ruína até que em 1881 se procede a uma extensa intervenção para transformar o edifício numa escola. As obras vão manter a implantação da antiga igreja, preenchendo o seu espaço interior com várias salas distribuídas por dois pisos através da construção de uma laje de abobadilhas de tijolo entre vigas de ferro de perfil em I, em continuidade com a cota do primitivo coro alto. O edifício que chega aos dias de hoje e que aloja diversos serviços camarários é o resultado desta intervenção.

O espaço da antiga igreja é perfeitamente reconhecível na planta do edifício actual, evidenciando o que terá sido apenas uma partição do espaço central. Na entrada tanto o alpendre como a torre campanário e a capela baptismal encontra-se igualmente preservados na estrutura contemporânea, ainda que no caso do alpendre todos os vãos sejam do século XIX, denunciando uma reformulação profunda da fachada. Por outro lado, da antiga capela-mor parece ter apenas sobrevivido a parede Sul, dificultando por isso a leitura da sua configuração original.

Évora Fase 12 (século XVIII)
Estagnação e declínio

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Açougues Novos (segunda metade do séc. XII)
4 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
5 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
6 - Porta de Aviz (século XIV / XV)
7 - Porta da Lagoa (século XIV / XV)
8 - Porta de Alconchel (século XIV / XV)
9 - Porta do Raimundo (século XIV / XV)
10 - Porta de Mendo Estevens (século XIV / XV)
11 - Porta do Moinho de Vento (século XIV / XV)
12 - Convento de Santa Mónica (≈1421)
13 - Convento de S. Clara (1452-1464)
14 - Ermida de S. Brás (1483)
15 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
16 - Convento de S. Francisco (1451- ≈1513)
17 - Convento de Nª Sª do Paraíso (1508-1536)
18 - Paço de S. Francisco (1411- ≈1531)
19 - Varanda do Paço / Edifício do Trem de Guerra (1513-≈1530)
20 - Paços do Concelho e Cadeia (1513- 1516)
21 - Misericórdia (1552-1593)
22 - Convento de S. Catarina de Sena (≈1520- ≈1547)
23 - Convento de S. Domingos (Séc. XII - ≈1537)
24 - Aqueduto da Água da Prata (1533-1537)
25 - Convento de Nª Sª da Graça (1532-1540)
26 - Igreja de S. Mamede (≈1546-1568)
27 - Igreja de Santo Antão (1548-1557)
28 - Colégio do Espírito Santo (1550-1562)
29 - Igreja de S. Vicente (1559-1570)
30 - Igreja do Espírito Santo (1566-1574)
31 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário (1569-1574)
32 - Recolhimento de N. Sª. da Purificação (1577-1593)
33 - Colégio de S. Paulo (1578)
34 - Hospital de Nª. Sª. da Piedade / Cadeia dos Estudantes (1579- ≈1584)
35 - Porta do Rossio (1587)
36 - Paço Arquiepiscopal (1590- ≈1633)
37 - Convento da Cartuxa (1593-1625)
38 - Colégio da Madre de Deus (1595-1608)
39 - Convento dos Remédios (≈1600-1614)
40 - Ermida de S. Bartolomeu (1612-1617 / 1670)
41 - Tribunal da Inquisição (1622 - ≈1635)
42 - Baluarte de Machede (1640-1650)
43 - Forte dos Penedos (1640-1650)
44 - Forte de Santo António (≈1648-1662)
45 - Baluarte de S. Bartolomeu (1648-1662)
46 - Baluarte do Príncipe (1648-1662)
47 - Baluarte do Conde de Lippe (1648-1662)
48 - Capela de Nossa Senhora das Brotas (1651)
49 - Colégio dos Moços de Coro da Sé / Paço Arquiepiscopal (1656-1666)
50 - Baluarte do Picadeiro (1663-1680)
51 - Baluarte do Assa (1663-1680)
52 - Baluarte dos Apóstolos (1663-1680)
53 - Convento do Carmo (1666-1691)
54 - Convento de Nª Sª das Mercês (1670-1698)
55 - Convento de S. José da ou Esperança (1674-1729)
56 - Igreja de S. Tiago (1680-1683)
57 - Igreja de S. Pedro (fins dos séc. XVII)
58 - Ermida de S. Miguel (fins dos séc. XVII)
59 - Ermida de Nª. Sª. da Cabeça (1681)
60 - Colégio dos Moços de Coro da Sé (1692-1708)
61 - Ermida de S. Sebastião (1701-1713)
62 - Convento do Salvador (1705-1766)
63 - Igreja do Senhor Jesus da Pobreza (1729-1733)
64 - Convento de S. João Evangelista / Lóios (1485-1499 / 1733-1757)
65 - Quartel dos Dragões (1744-1807)
66 – C. de S. António da Piedade (1576-1581 / 1747)
67 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1703-1771)
68 - Real Celeiro Comum do Monte da Piedade (1773-1780)
69 - Hospital do Espírito Santo (1618-1657 / ≈1780)

A estagnação no desenvolvimento da cidade iniciado com a perda da independência em 1580, e agravada com a ausência da corte da dinastia de Bragança mantém-se no século XVIII, assinalando-se apenas a realização ao longo da primeira metade do século de pequenos programas construtivos de reconstrução ou recuperação de edifícios pré-existentes. Um deles, porém, é de grande alcance: trata-se da reconstrução integral da cabeceira da Sé de Évora.

O início do século assiste ainda à reconstrução de edifícios que tinham ficado danificados durante o cerco de D. João José de Áustria em 1663, nomeadamente a reconstrução da antiga Ermida de S. Sebastião e a Capela da Natividade. As obras da Ermida de S. Sebastião que tinham sido interrompidas praticamente desde o seu começo em 1668, são reiniciadas em 1701 e finalmente terminadas em 1713[1314], consolidando o aspecto que o edifício ainda hoje apresenta. Por outro lado, a Capela da Natividade, erguida junto à Porta de Machede em 1490, e também profundamente danificada pelos bombardeamentos de 1663, é apenas em 1703 reconstruída sob o patrocínio de um médico local[1315].

A partir de 1705 o Convento do Salvador do Mundo sofre uma intervenção profunda que vai apagar. em grande medida. os vestígios do antigo paço dos condes de Sortelha. Nesta campanha de obras terá sido construído o dormitório grande e a enfermaria, para além de espaços complementares. As obras prosseguem em 1726 com a reformulação das fachadas e do coro da igreja, iniciando-se ainda em 1766 a construção do dormitório pequeno[1316].

Em 1718 inicia-se o processo de demolição da primitiva capela-mor da Sé de Évora, assim como do presbitério medieval do bispo D. Durando[1317]. As obras arrancam pouco depois segundo projecto de João Frederico Ludovice. A estrutura da capela-mor estava concluída por volta de 1729, altura em que se documenta a aquisição de mármores em Estremoz e Montes Claros para a realização do revestimento interior. A sagração da nova capela-mor vai dar-se no ano de 1747[1318]. Deve sinalizar-se, neste caso, a largueza de cabedais aplicados na obra. O financiamento de D. João V que patrocinou a obra não olhou a meios para o enriquecimento e aggiornamento do

[1314] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. P 48
[1315] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 93-94.
[1316] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 277 – 280.
[1317] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 19-46.
[1318] Ibid. pp. 19-46.

templo segundo um modelo com raízes no barroco "romano". Tratava-se de dignificar de forma contundente a sede de uma das principais dioceses do reino facto que se veio a verificar como intenção, mais tarde cumprida, após a do monarca pela cidade em 1716. Não interferindo de maneira conspícua na morfologia da cidade, ou melhor, na sua rede viária, designadamente à ilharga da capela-mor, , deve assinalar-se a impressionante integração desta "obra nova" face às pré-existência do antigo templo. E é aqui que algo muda na imagem urbana: o contraste é radical; a linguagem no exterior deste novel segmento do edifício, revela erudição e uma vontade impositiva, que se serve da brancura dos mármores para modificar a imagem da catedral, que vê ali substituída a sua roupagem granítica, pela alvura dos materiais nobres (e dispendiosos) dos revestimento e placagens murárias.

Figura 425 – Igreja do Bom Jesus da Pobreza.

Em 1729 é iniciada a construção da Igreja do Senhor Jesus da Pobreza junto ao local de uma pequena ermida e recolhimento. O espaço, doado pelo município, ocupava um terreno público sobre a antiga Rua da Mesquita, tendo a construção da nova igreja encostado a respectiva cabeceira à Porta da Mesquita na Cerca Nova, encerrada pela construção do Baluarte do Assa. A obra desta pequena igreja terá decorrido com celeridade, sendo o templo sagrado por volta de 1733[1319]

Em 1733 o Convento dos Lóios sofre profundas reformas, provavelmente na sequência de outra visita do rei D. João V (1706-1750) em 1729, por ocasião da chamada "troca das Princesas" na fronteira do Caia. A primeira campanha de obras reforma os dormitórios em 1737 e, a partir de 1739, expande o edifício para Sul em direcção à Torre do Sertório, onde se constrói a escadaria da entrada já em 1750, enquanto se reformulava a fachada da igreja entre 1749 e 1754. O terramoto de 1755 vai danificar substancialmente o conjunto, iniciando-se nova intervenção entre 1755 e 1757. Esta segunda campanha de obras, para além da reparação do edifício, vai resultar na construção da tribuna da capela-mor, da torre sineira e novamente na redefinição compositiva da fachada do templo[1320].

Em 1736, por determinação de D. João V, é instituído o Regimento de Dragões de Évora, escolhendo-se o antigo Castelo Novo manuelino para acolher a unidade, transformado desde 1577 em Real Celeiro Comum de Nossa Senhora da Piedade. Nesse mesmo ano o engenheiro Miguel Luís Jacob realizara um projecto para a adaptação do edifício em Quartel dos Dragões, que previa em grande medida o aproveitamento da fortaleza manuelina como embasamento. A construção seguia assim o contorno quadrangular da antiga fortaleza, reutilizando os dois torreões a Sul e os panos de muralha Sul, Este e Oeste para anexar um conjunto de novos corpos construídos em torno de um pátio quadrangular ou Praça de Armas. Em torno deste pátio várias portas davam acesso aos pisos térreos que funcionavam como cavalariças, enquanto os dois pisos superiores recebiam os alojamentos e demais funções do quartel. A fachada Norte seria integralmente reformulada, avançando significativamente em relação à primitiva fachada manuelina, com a demolição dos primitivos torreões e a construção de uma nova fachada monumental, interrompida ao centro por um alçado nobre demarcado por pilastras e composto na vertical por um pórtico, uma varanda e um frontão, com uma cartela com as armas do reino, reflectindo o prestígio e importância desta unidade. As obras terão

[1319] Ibid.pp. 181-183
[1320] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 189-190.

arrancado provavelmente apenas por volta de 1744, altura em que se regista a transladação provisória do Real Celeiro Comum de Nossa Senhora da Piedade para o edifício do Trem de Guerra[1321], suspendendo-se em 1759 durante a guerra com Espanha. Os trabalhos na volumosa obra vão prolongar-se ao logo de todo o século, até 1807, altura em que é finalmente concluída[1322].

Já no final da primeira metade do século XVIII, a partir de 1747, o Convento de Santo António sofre também uma profunda reformulação com a construção de uma nova capela-mor semicircular de proporções generosas e com a construção de um novo claustro[1323].

Em 1759 o Marquês de Pombal ordena a expulsão dos Jesuítas. Esta decisão terá enormes repercussões em várias cidades portuguesas, entre as quais se destaca Évora onde a ordem era responsável pelo funcionamento da Universidade instalada no Colégio do Espírito Santo. Assim, em 1759, a Universidade de Évora fechava as suas portas e o Colégio do Espírito Santo, o Colégio de Nossa Senhora da Purificação, o Colégio da Madre de Deus e o Colégio de S. Paulo passam para a posse do Estado. Perante o vazio criado com o encerramento da Universidade, foi necessário encontrar alternativas para a gestão do ensino o que, atendendo à falta de recursos humanos foram aplicadas de forma extremamente lenta. O Colégio do Espírito Santo reabre em 1762 com professores régios pagos pelo Estado, assegurando os Estudos Menores em Évora e deste modo possibilitando o acesso e encaminhamento para o ensino superior universitário em Coimbra[1324]. Por outro lado, o Colégio de Nossa Senhora da Purificação é convertido em recolhimento, e os colégios da Madre de Deus e de S. Paulo passam para a posse da coroa, sendo posteriormente adaptados a outras funções. O Colégio do Espírito Santo seria finalmente doado em 1776 aos frades da Ordem Terceira de S. Francisco através da intervenção de Frei Manuel do Cenáculo. Apesar da reabertura do colégio, a instituição perde relevância, entregue aos efémeros Professores Régios da Reforma Pombalina em 1762, e posteriormente à Ordem Terceira de S. Francisco (1776-1816)[1325]. O seu regular funcionamento vê-se comprometido por uma constante falta de recursos, um sinal da também crescente marginalização política da cidade.

[1321] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp.187-188.
[1322] Ibid. pp. 5-19.
[1323] Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 267 – 268.
[1324] Vaz, F. (2012). O ensino no Colégio do Espírito Santo - de Pombal à fundação do Liceu (1750-1841). In S. M. Pereira & F. Vaz (Eds.), *450 anos de Modernidade Educativa* (pp. 513-530). Chiado Editora.
[1325] Pereira, S. M. (2019). O Colégio do Espírito Santo (1551). In M. C. Valente & A. Soler (Eds.), *Évora com Ciência - Percursos da Universidade de Évora* (pp. 241-249). Gráfica Eborense. p. 8.

Em 1771 o corpo da Capela da Natividade é novamente reconstruído pelo cónego António de Landim Sande. O edifício actual será na sua maioria resultado desta intervenção, mantendo-se da obra anterior apenas a capela-mor[1326].

Figura 426 – Real Celeiro Comum do Monte da Piedade.

Como consequência da construção do Quartel dos Dragões sobre o antigo espaço do Real Celeiro Comum do Monte da Piedade tornou-se necessária a construção de um novo edifício construído especificamente para o armazenamento de cereais. Para tal foi escolhido um espaço a Norte da Igreja de S. Francisco ocupado pelos restos do palácio quinhentista de D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra e filho natural de D. João II. Apesar de planeada no reinado de D. João V o lento arranque dos trabalhos exigiu a utilização do Paço de D. Manuel como espaço de armazenamento de cereais a partir de 1744. As obras começam no início de 1773 segundo projecto traçado pelo mestre pedreiro João Baptista, dando-se por concluídas em 1780[1327].

[1326] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 93-94.
[1327] Ibid. pp. 187-188.

Figura 427 – Planta da cidade de Évora realizada entre 1750 e 1790.

Figura 428 – Detalhe da planta da cidade de Évora realizada entre 1750 e 1790.

Em 1780 é também lançada a primeira pedra da nova igreja do Hospital do Espírito Santo sob traço do arquitecto Luís António Ferreira[1328]. O templo ocupa a mesma implantação do anterior edifício manuelino, reutilizando em parte as suas paredes que terão sido significativamente alteadas. Na nova fachada destaca-se o portal em mármore de pilastras seccionadas e cornijas salientes sobrepujadas por pináculos que enquadram o brasão nacional.

Se a saída da corte e o abandono do Paço de S. Francisco no final do século XVI e as destruições da Guerra da Restauração no século XVII já tinham remetido a cidade para uma condição relativamente periférica no quadro político nacional, a perda em meados do século XVIII de umas das suas mais importantes e prestigiadas instituições - a Universidade -, vai comprometer ainda mais a relevância da urbe. A cidade mantém-se como sede de arcebispado, sendo, no entanto, expressiva a perda de influência e a dramática redução de novos grandes programas construtivos, cuja dinâmica urbana fica praticamente reduzida à construção de pequenas ermidas ou igrejas e à gestão e beneficiação do património construído existente.

Destaca-se ainda no final do século XVIII a produção, por um autor desconhecido, de uma nova planta da cidade. Esta peça é talvez a mais importante peça conhecida, da cartografia antiga desta cidade, uma vez que representa com grande detalhe e rigor as fortificações, assim como, em contraste com as peças anteriores, uma parte do tecido urbano na proximidade imediata das estruturas defensivas, oferecendo pela primeira vez uma perspectiva de trabalho e estudo à configuração urbana da cidade doravante. A comparação desta cartografia com o tecido contemporâneo permite constatar como a cidade mantém quase na íntegra a sua estrutura antiga com assinalável continuidade. De entre os edifícios desaparecidos ou profundamente transformados que surgem representados nesta peça destacam-se o Baluarte de São Bartolomeu, parcialmente demolido em consequência da obra viária realizada na década de sessenta do século XX, o Hospital do Espírito Santo e, talvez o mais notável, o antigo Paço de S. Francisco, que apesar de já abandonado e parcialmente arruinado, surge ainda nesta peça representado num estado relativamente íntegro, antes da sua demolição quase completa no século XIX.

[1328] Ibid. pp. 176-178.

Évora Fase 13 (século XIX)
Destruição e renovação

Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
4 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
5 - Porta da Lagoa (séc. XIV / XV)
6 - Porta de Alconchel (séc. XIV / XV)
7 - Porta do Raimundo (séc. XIV / XV)
8 - Porta de Mendo Estevens (séc. XIV / XV)
9 - Porta do Moinho de Vento (séc. XIV / XV)
10 - Convento de Santa Mónica / Escola Primária (≈1421)
11 - Convento de S. Clara (1452-1464)
12 - Ermida de S. Brás (1483)
13 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
14 - Convento de S. Francisco (1451- ≈1513)
15 - Convento de Nª Sª do Paraíso (1508-1536)
16 - Paço de S. Francisco (1411- ≈1531)
17 - Paços do Concelho e Cadeia (1513- 1516)
18 - Misericórdia (1552-1593)
19 - Convento de S. Catarina de Sena (≈1520- ≈1547)
20 - Aqueduto da Água da Prata (1533-1537)
21 - Convento de S. Domingos (Séc. XII - ≈1537)
22 - C. de Nª Sª da Graça / Quartel do C. da Graça (1532-1540)
23 - Igreja de S. Mamede (≈1546-1568)
24 - Igreja de Santo Antão (1548-1557)
25 - Colégio do Espírito Santo / Liceu de Évora (1550-1562)
26 - Igreja de S. Vicente (1559-1570)
27 - Igreja do Espírito Santo (1566-1574)
28 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário (1569-1574)
29 - Colégio de N. Sª. da Purificação / Seminário Maior (1577-1593)
30 - H. de Nª. Sª. da Piedade / Cadeia Civil Comarcã (1579- ≈1584)
31 - Porta do Rossio (1587)
32 - Paço Arquiepiscopal (1590- ≈1633)
33 - Convento da Cartuxa (1593-1625)
34 - Colégio da Madre de Deus / Hospital Militar (1595-1608)
35 - Convento dos Remédios (≈1600-1614)
36 - Ermida de S. Bartolomeu (1612-1617 / 1670)
37 - Tribunal da Inquisição (1622 - ≈1635)
38 - Baluarte de Machede (1640-1650)
39 - Forte dos Penedos (1640-1650)
40 - Forte de Santo António (≈1648-1662)
41 - Baluarte de S. Bartolomeu (1648-1662)
42 - Baluarte do Príncipe (1648-1662)
43 - Baluarte do Conde de Lippe (1648-1662)
44 - Capela de Nossa Senhora das Brotas (1651)
45 - Baluarte do Picadeiro (1663-1680)
46 - Baluarte do Assa (1663-1680)
47 - Baluarte dos Apóstolos (1663-1680)
48 - Convento do Carmo (1666-1691)
49 - Convento de Nª Sª das Merçês (1670-1698)
50 - Convento de S. José ou da Esperança / Casa Pia (1674-1729)
51 - Igreja de S. Tiago (1680-1683)
52 - Ermida de S. Miguel (fins dos séc. XVII)
53 - Ermida de Nª. Sª. da Cabeça (1681)
54 - Colégio dos Moços de Coro da Sé / Asilo da Infância Desvalida (1692-1708)
55 - Ermida de S. Sebastião (1701-1713)
56 - Convento do Salvador / Batalhão Nº 4 da Guarda Fiscal (1705-1766)
57 - Igreja do Senhor Jesus da Pobreza (1729-1733)
58 - Convento de S. João Evangelista / Lóios (1485-1499 / 1733-1757)
59 - Quartel dos Dragões (1744-1807)
60 - Convento de S. António da Piedade (1576-1581 / 1747)
61 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1703-1771)
62 - R. Celeiro Comum do Monte da Piedade (1773-1780)
63 - Porta de Aviz (1804)
64 - Biblioteca Pública de Évora (1656-1666 / 1803-1805)
65 - Cemitério Público dos Remédios (1839)
66 - Mercado Municipal de Évora (1869-1883)
67 - Hospital do Espírito Santo (1618-1657 / 1864-1874)
68 - Templo de Diana (1870-1871)
69 - Colégio de S. Paulo (1948 / 1951)
70 - Paços do Concelho (1881-1882)
71 - Teatro Garcia Resende (1881-1892)
72 - Varanda do Paço / Teatro Eborense (1513-1530 / 1884-1887)
73 - P. dos M. da Mesquita / Quartel-General da 4.ª Divisão (1884)
74 - Solar dos Conde do Sabugal / Manutenção Militar (≈1880)
75 - Igreja de S. Pedro / Escola N. de Segunda Classe (1881-1884)
76 - Fábrica de Gás (1889)
77 - Praça de Touros (1889)
78 - Matadouro Municipal (1863 / 1886)

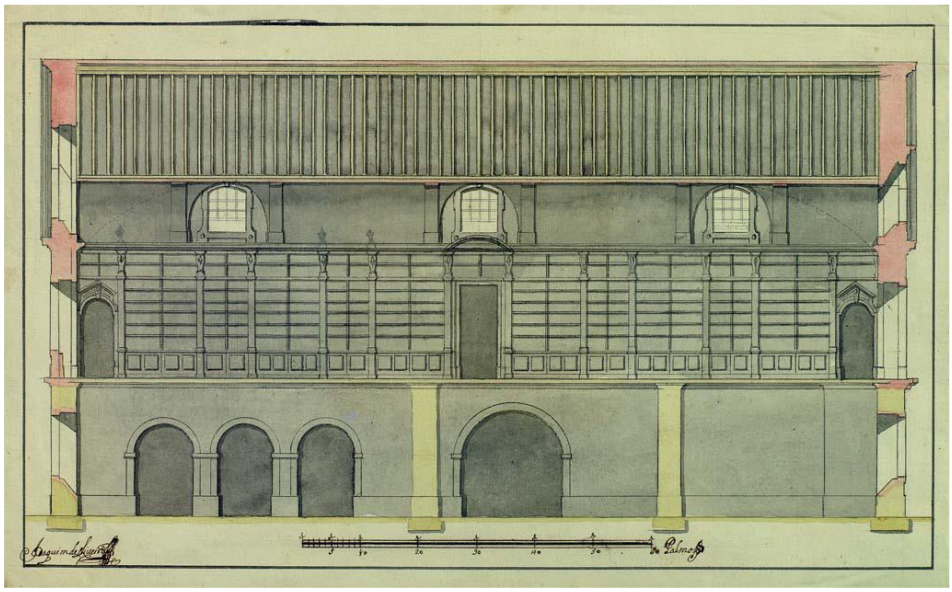


Figura 429 – Corte do projecto para a Biblioteca Pública de Évora.

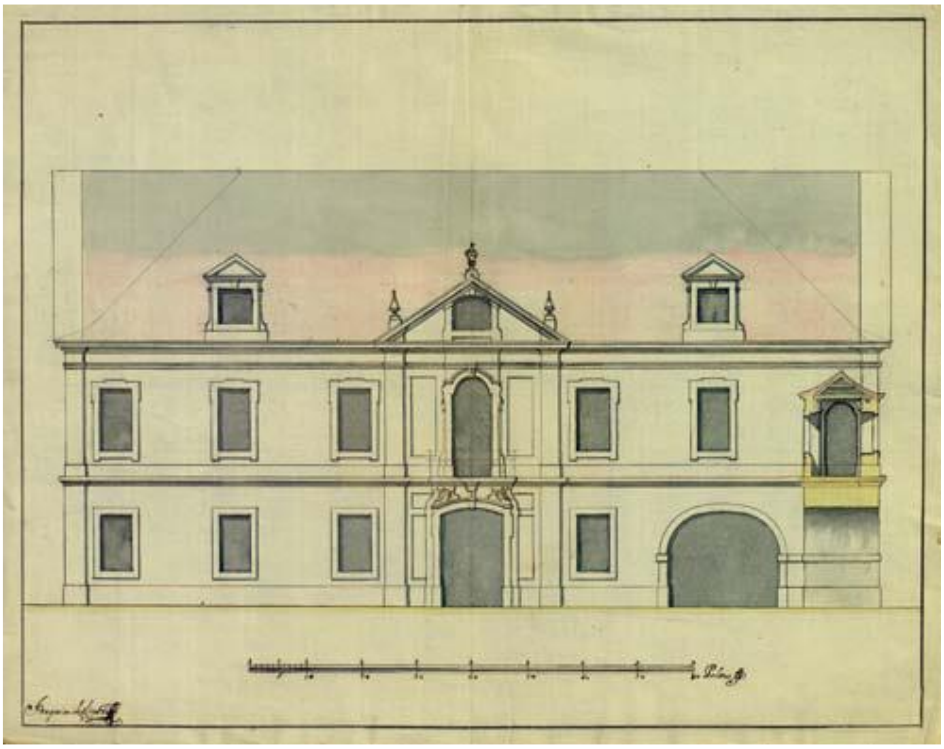


Figura 430 – Projecto de Fachada Ocidental para a Biblioteca Pública de Évora.

A cidade de Évora no início do século XIX é uma cidade cristalizada no tempo e cuja população se encontrava praticamente inalterada desde o século XVIII, ultrapassada por cidades como Braga, Setúbal, Coimbra e Elvas[1329]. A depressão demográfica e a desqualificação política da cidade conduziram a um desenvolvimento urbano limitado aos seus muros medievais e a uma actividade arquitectónica focada na gestão do construído, demonstrada pela conclusão do Quartel dos Dragões por volta de 1807, ou pela reconstrução em 1804 da nova Porta de Aviz, ordenada pelo corregedor José Inácio Cordeiro adoptando já o estilo neoclássico em arco de volta perfeita flanqueado por dois pares de pilastras suportando um entablamento e um frontão triangular que acolhe a dedicatória a D. João VI (1816-1826)[1330].

Em 1802 toma posse como arcebispo D. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1802–1814) vindo da cidade de Beja, onde foi primeiro bispo da nova diocese. Enquanto bispo de Beja, D. Manuel do Cenáculo, bibliófilo e coleccionista, traz um importante espólio de livros e artefactos arqueológicos ao qual se viria a acrescentar o também volumoso espólio de livros existente no Paço Arquiepiscopal de Évora. Este conjunto de livros tinha já estado na base de uma pretensão em criar uma Livraria de acesso público por parte do antecessor, D. Joaquim Botelho de Lima (1784-1800), tendo conseguido para esse efeito uma bula pontifícia. D. Manuel do Cenáculo vai assim dar continuidade ao projecto, recorrendo ao arquitecto Joaquim de Oliveira para a transformação em Livraria do pavilhão seiscentista do antigo Colégio Moços de Coro da Sé no lado Sudoeste do Terreiro dos Açougues (atual Largo Conde de Vila Flor), e para a adaptação do Paço Arquiepiscopal em Museu de antiguidades e curiosidades naturais[1331]. Eventuais constrangimentos financeiros agravados pelas Guerra Peninsular (1807-1814) vão comprometer a concretização do ambicioso projecto, do qual apenas seria parcialmente concretizada a adaptação do colégio em Livraria entre 1803 e 1805. Deste projecto resultou a construção de um gabinete da biblioteca e a adaptação do piso superior a sala de leitura geral inspirada em modelos italianos como a biblioteca de Casanatense em Roma, cujos levantamentos, realizados em 1773, ainda hoje fazem parte do espólio da Biblioteca Pública de Évora[1332].

[1329] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 61.
[1330] Ibid. p. 64.
[1331] Ibid.P64-68
[1332] Caetano, J. O. (2011). Os Projectos do Arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de Frei Manuel do Cenáculo. *Revista de História da Arte*, 49-69. p. 52.

O espírito iluminista de D. Manuel do Cenáculo seria posto em causa pelas destruições ocorridas durante as invasões francesas no contexto da Guerra Peninsular entre 1807 e 1814, em que Évora, como terceira cidade do país, vai desempenhar papel relevante. Após uma bem-sucedida primeira invasão francesa por Junot em 1807, instala-se um sentimento generalizado de descontentamento popular em Portugal e Espanha, que rapidamente se transforma em insurreição geral catalisada pela revolta contra a ocupação francesa de 1808 em Madrid, que rapidamente se espalha por toda a Espanha e Portugal. Évora junta-se à insurreição. Dada a sua posição estratégica, controlando as importantes vias de comunicação entre Lisboa e Espanha, a cidade assume um papel vital para as forças francesas. tornando-se prioridade a sua conquista e eliminação de qualquer oposição à ocupação.

Após duros combates nos campos envolventes, a cidade é sitiada por uma divisão do exército francês sob as ordens de Louis Henri Loison. As forças francesas atacam sobretudo a zona da Porta de Alconchel procurando forçar a entrada depois de violentas refregas em torno do Convento dos Remédios. Face a uma derrota eminente, o arcebispo D. Manuel do Cenáculo ordena a capitulação da cidade, algo que, porém, não a vai salvar do saque pelas tropas francesas de todos os edifícios de relevo, e em particular dos seus conventos, bem como da execução sumária de cerca de 1000 habitantes no interior da cidade. Segundo Túlio Espanca, só da cidade de Évora teriam sido pilhados 4.435 quilos de prata para serem derretidos. Se o ataque francês apenas terá provocado danos pontuais nos edifícios, por outro lado, a pilhagem sistemática de todo o ouro e prata dos conventos teve repercussões graves, na medida em que a cidade e as suas instituições se viram extremamente empobrecidas, com poucos ou nenhuns recursos para a recuperação ou mesmo manutenção das estruturas existentes, o que levou a uma acentuada deterioração sobretudo dos conventos nos anos seguintes.

A partir de 1820 a Revolução Liberal e a posterior Guerra Civil Portuguesa (1832-1834), não vão causar danos à cidade, uma vez que os principais confrontos se dão no Norte e Centro do país, reforçando a imagem de uma cidade à margem dos principais acontecimentos. Durante este período Évora permanece num estado de quase paralisia, em que a única alteração significativa da estrutura urbana resulta da extinção do Tribunal da Inquisição em 1821, com o antigo edifício do eventualmente a ser comprado pelos Duques de Palmela em 1845.

Em 1834 toma posse o primeiro governo Liberal do país que decreta imediatamente o encerramento e extinção de todas as ordens religiosas. Só na cidade de Évora esta situação vai libertar no interior de Cerca Nova quase um terço da sua área total[1333] em espaços anteriormente ocupados pelos conventos e pelas suas cercas. A "nacionalização" dos conventos vai, em Évora, ter um impacto na estrutura urbana de uma cidade ainda limitada ao seu perímetro medieval, permitindo o descongestionamento da malha urbana e a implantação de novos programas do estado liberal e a reutilização dos edifícios preexistentes.

A Câmara Municipal de Évora, aliás, inicia imediatamente um conjunto de pequenas intervenções pontuais de melhoria do espaço urbano e a demolição de estruturas antigas. Logo em 1836 o município toma posse e transforma o Colégio de S. Paulo em Cadeia[1334], ordenando ainda o encerramento do Açougue no Templo Romano[1335]. Entre 1836 e 1842[1336] dá-se também a demolição faseada do Convento de S. Domingos para a construção de uma ampla praça, com projectos para a implantação de um mercado municipal ou de um jardim público. Também em 1836 o Colégio do Espírito Santo (antiga universidade de Évora) é cedido à Casa Pia[1337]. O Converto de S. Francisco extinto é subsequentemente abandonado. A Ordem Terceira obtém em 1837 as chaves da Igreja de S. Francisco, mantendo a Capela dos Ossos e do Senhor dos Passos abertas ao culto[1338]. Também em 1837 o município toma posse dos fossos dos baluartes existentes na zona Sul da cidade para aí plantar amoreiras em conformidade com uma ordem da Rainha D. Maria II, criando em 1838 o Jardim das Amoreiras no fosso dos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe[1339].

[1333] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. P78
[1334] Rodrigues, P. S., & Matos, A. C. d. (2007). Restaurar para Renovar na Évora do Século XIX. *Monumentos*, 26, 134–143 p. 134.
[1335] Simões, A. F. (1888). *Escriptos diversos de Augusto Filippe Simões*. Imprensa da Universidade de Coimbra. p. 136.
[1336] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 78.
[1337] Ibid. p. 78.
[1338] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 110.
[1339] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 87.

O Convento do Carmo é secularizado em 1834 e reintegrado nos bens da Casa de Bragança, original proprietária do espaço, que o cede à diocese para instalação de um seminário entre 1850 e 1853, vendendo-se o edifício a uma entidade privada nos anos seguintes[1340]. A partir de 1854 as funções de Seminário Maior são transferidas para o antigo Colégio de Nossa Senhora da Purificação, também secularizado em 1834[1341]. O Convento dos Lóios é devolvido à Duquesa do Cadaval, descendente do fundador, nele se reintegrando os terrenos do antigo Palácio do Cadaval. Secularizada em 1834, a igreja do Convento da Graça passa a ser utilizada para acolher a Escola Primária Oficial[1342], funcionando no corpo do convento a partir de 1858 uma fábrica de cortiça[1343]. O Convento dos Remédios situado no exterior da cidade vê, em 1839, a sua cerca de grandes dimensões transformada em Cemitério Público dos Remédios, adaptando-se a igreja a capela mortuária. Os restantes espaços do convento são adaptados a várias funções, desde escola profissional de construção até morgue, alterando significativamente o conjunto[1344]. Após a secularização, o Convento de Santo António é inicialmente utilizado como cemitério até à construção do Cemitério Público dos Remédios. Com esta função assegurada por outro edifício, o convento é vendido em hasta pública e transformado em habitação particular. O Convento da Cartuxa é adaptado a Escola Agrária Regional entre 1852 e 1869, sendo então vendido a José Maria Eugénio de Almeida. Após a secularização, o Convento das Mercês é vendido a privados, sendo desmembrado, com a igreja a entrar em estado de ruína no final do século. Com o Convento das Mercês é também demolida a pequena Capela de Nossa Senhora das Brotas situada no fundo da Rua do Raimundo[1345].

Entretanto, a antiga Livraria de D. Manuel do Cenáculo passa para a esfera pública como Biblioteca Pública de Évora. O seu primeiro bibliotecário civil vai ser o Dr. Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. A ele se deve não apenas a organização e a estabilidade da instituição, mas sobretudo a sua primeira ampliação, com a inauguração da chamada "Sala Nova".

[1340] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 321.
[1341] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 88-90.
[1342] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 224.
[1343] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5852
[1344] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 244-245.
[1345] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. pp. 60-61.

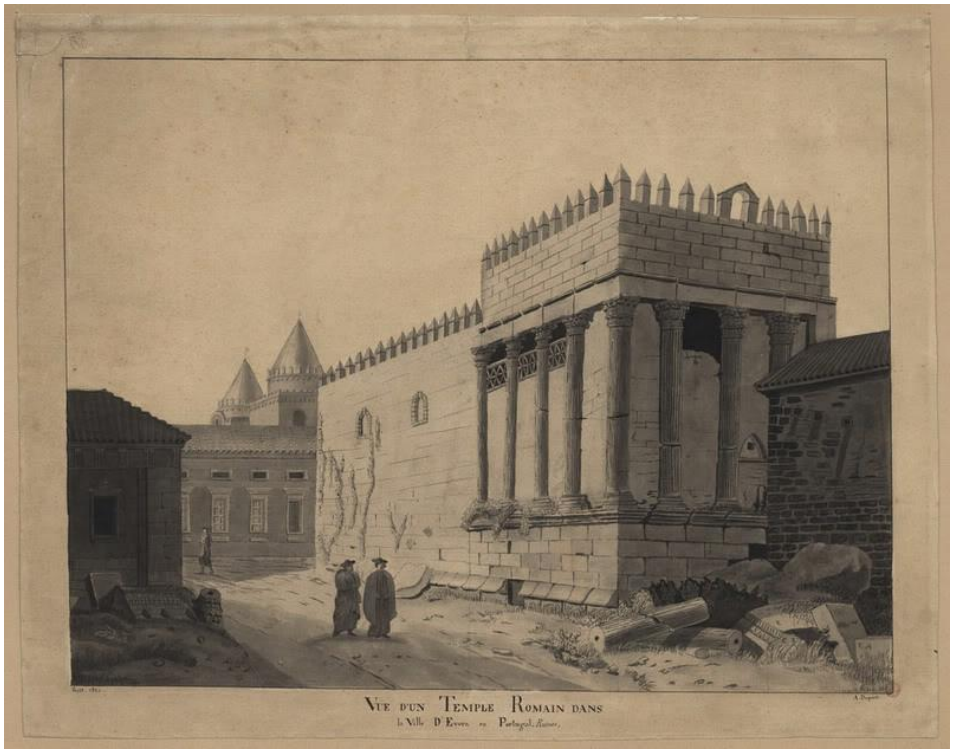


Figura 431 – Templo Romano de Évora ainda com as construções evolventes.

Figura 432 – Vista das ruínas de S. Francisco no século XIX.

Em 1841 Cunha Rivara, esboça um plano para eliminar as construções que envolvem o templo pertencente ao antigo Tribunal da Inquisição. Os edifícios na posse da Duquesa de Palmela, são cedidos ao município, que inicia o processo de demolição e rebaixamento do nível da praça deixando o Templo Romano isolado e o seu pódio à vista[1346]. Esta primeira intervenção de valorização da envolvente do templo vai ser continuada entre 1858 e 1864 com a construção do primeiro jardim público da cidade, o Passeio de Diana, junto da face Norte do templo[1347].

Ainda em 1841 o Colégio do Espírito Santo reabre como Liceu de Évora[1348], acolhendo a partir de 1858 o Governo Civil da cidade. Em 1838 os espaços do antigo Converto de S. Francisco eram postos à venda em hasta pública, mas dada a falta de comprador é cedido ao município em 1845[1349] que transforma o antigo refeitório em Tribunal Judicial da Comarca, adaptando a Sala do Capítulo a sala de audiências[1350]. Em 1849, na sequência da transladação do tribunal, é iniciada a demolição sistemática de várias estruturas pertencentes ao antigo convento e paço[1351]. São destruídos o que resta do antigo claustro manuelino, os gerais, o noviciado, o refeitório e a sala do capítulo e ainda parte da muralha medieval a Sul. Em 1845 é também demolida a antiga Porta da Lagoa a Norte da cidade[1352]. Ultrapassado o anticlericalismo dos primeiros governos liberais destaca-se, em 1850, a abertura do Seminário Maior, recuperando o ensino religioso no antigo edifício do Colégio de Nossa Senhora da Purificação.

Entre a instalação do liberalismo e a década de 1860 o município teve recursos extremamente limitados para a realização das necessárias transformações urbanas, limitando-se a uma gestão do volumoso edificado que lhe ia sendo cedido, sobretudo pertencente aos antigos conventos e colégios religiosos. A partir de 1860 a estabilização do quadro político causado pela Regeneração e a emergência das elites locais permitiram um redobramento dos esforços na melhoria das condições de vida na cidade, com particular enfase na infraestruturação e na melhoria do espaço público, como por exemplo, o calcetamento entre 1855 e 1864 do Largo da Sé.

1346 Mendeiros, J. F. (1960). *Temas Eborenses - O Templo Romano e a Acrópole de Évora*. Gráfica Eborense. p. 66.
1347 Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 84.
1348 Vaz, F. (2012). O ensino no Colégio do Espírito Santo - de Pombal à fundação do Liceu (1750-1841). In S. M. Pereira & F. Vaz (Eds.), *450 anos de Modernidade Educativa* (pp. 513-530). Chiado Editora.
1349 Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 183-187.
1350 Fernandes, M. L. A. (2007). S. Francisco de Évora - A igreja e a Galeria das Damas, o que resta de um Paço Real. *Monumentos, 17*, 89-95. P. 90.
1351 Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 183-187.
1352 Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. p. 60.

A partir de meados do século, o município centra as suas atenções na zona Sul da cidade, procurando resolver tanto o estado ruinoso em que se encontrava o antigo Paço e Convento de S. Francisco, bem como a envolvente urbana, tanto da antiga cerca conventual e jardins do paço, quanto o Rossio de S. Brás. Esta zona da cidade, vai durante vários anos concentrar quase exclusivamente as principais intervenções de requalificação e expansão urbana do município, transformando-se numa nova centralidade da Évora Burguesa.

A reconversão da zona Sul de Évora inicia-se com a construção, em 1858, de uma nova residência apalaçada por José Maria Ramalho Perdigão, segundo depurado e eclético projecto do arquitecto e cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti[1353]. Vai, porém, ser a inauguração da Estação do Caminho de Ferro em 1863 que irá definitivamente conferir centralidade a essa área da cidade, criando a expectativa de expansão do núcleo nessa direcção, atraído pelo mais rápido e moderno meio de transporte e pelo qual se faria o principal acesso à cidade. A ambição de expandir a cidade em direcção à estação seria apenas materializada pela abertura da Avenida da Estação (actual Avenida Dr. Francisco Barahona) na década de 1870. Nesse sentido, em 1863 por deliberação camarária, é pedida autorização ao Ministério da Guerra para demolir a antiga Porta do Rossio e para construir nova porta (à qual se chegou a pretender dar o nome de Porta do Progresso), cedendo-se ao município os terrenos dos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe e o Edifício do Trem de Guerra, antiga Galeria das Damas do Paço de S. Francisco.

Em 1863, no espaço interior ocupado pelos baluartes do Príncipe e do Conde de Lippe, é iniciada a construção do Jardim Público ao lado do Jardim das Amoreiras fundado em 1838. No jardim romântico desenhado por Giuseppe Cinatti destaca-se a construção cenográfica entre 1866 e 1867 de um conjunto de ruínas fingidas sobre uma torre e um troço da muralha medieval[1354]. As ruínas fingidas partem da reutilização de materiais arquitectónicos provenientes da demolição de vários monumentos civis e religiosos da cidade.

[1353] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 85.
[1354] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes.

Também em 1863 o mercado que se realizava na actual Praça do Giraldo, antiga Praça Grande ou Praça de Alconchel é limitado por razões de saúde pública[1355], assim como pela necessidade de realização das obras de pavimentação da praça. O município é forçado a procurar soluções, transferindo temporariamente o mercado para a Praça do Sertório, antiga Praça do Peixe. Em busca de uma solução definitiva, em 1865 o município inicia a construção de uma praça em frente à Igreja de S. Francisco, demolindo-se em 1873 o ramal do Aqueduto da Água da Prata que servia o convento e a sua torre de término[1356]. A transladação do mercado em 1863 estará também na origem da decisão do município em colocar o Matadouro Municipal nos terrenos do Baluarte de Nossa Senhora de Machede, apesar da contestação popular.

Em 1864 o arcebispo D. José António da Mata e Silva (1860-1869) permite a instalação do Asilo da Infância Desvalida no Colégio dos Moços de Coro da Sé[1357]. Também em 1864 iniciam-se um conjunto de obras no Hospital do Espírito Santo.

Em 1865 é construída na zona da cerca do Convento de Nossa Senhora das Mercês a primeira praça de touros da cidade, aproveitando uma parte do muro semicircular da cerca junto da Rua do Raimundo para apoiar a estrutura das bancadas realizada em madeira. A estrutura mantém-se no local até 1882[1358].

Por ordem do presidente da Camara Municipal é demolida em 1867 a Porta de Alconchel, bem como a pequena capela que a coroava[1359]. A destruição desta porta medieval procurava melhorar o acesso da actual Rua Serpa Pinto à estrada de Lisboa, uma das principais artérias de acesso à cidade. Em 1870 seria também demolida a vizinha Porta do Raimundo[1360] que fazia o acesso à estrada de Alcácer do Sal. Em 1874-75 a antiga porta medieval obstruída pela construção do Baluarte do Assa e da Igreja do Bom Jesus da Pobreza é novamente substituída por uma nova porta ligada à Estrada Real nº 20 de Évora a Mourão[1361].

[1355] Alarcón, S. P. (2019). El Mercado Municipal de la Praça 1º de Maio de Évora: Pasado, presente y ¿futuro? In A. Ferreira & A. Marques (Eds.), *II Congresso Histórico Internacional As cidades na história: Sociedade. 18 a 20 de outubro de 2017 ATAS. III - Cidade Industrial.* (pp. 585-605). Câmara Municipal de Guimarães. P. 592.

[1356] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 183-187.

[1357] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 78.

[1358] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 300-301.

[1359] Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial. p. 59.

[1360] Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum. p. 64-65.

[1361] Dimas, F. A. M. (2019). *Castelo Novo de Évora: Análise e interpretação arquitetónica*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. P56-57

Figura 433 – Antiga sede do Banco Eborense em 1951.

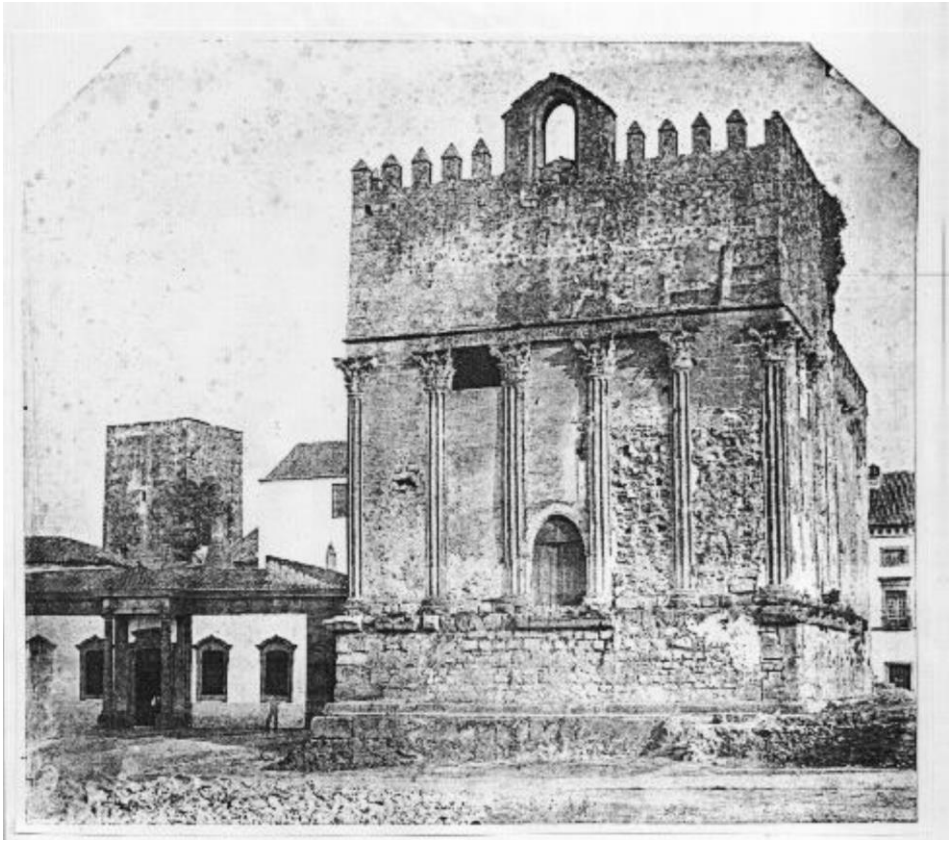


Figura 434 – Acrescentos medievais na fachada Norte do templo romano.

Desde as reformas militares realizadas na sequência da Guerra da Restauração, Évora beneficiou frequentemente de uma forte presença militar, integrando o grupo de cidades que encabeçavam estrutura territorial do Exército português. A criação da 4.ª Divisão Militar com sede em Évora, a maior divisão do país, tornou necessária a instalação na cidade de um maior número de corpos militares, de serviços e de funcionalidades que implicaram tanto o acréscimo da presença de efetivos humanos associados ao serviço do Exército como a necessidade de se encontrarem espaços apropriados para o seu aquartelamento[1362]. Dadas as limitações de recursos e o acesso fácil a vários edifícios semi-abandonandos no tecido urbano, a instalação destes serviços militares passou quase sempre pela ocupação de estruturas pré-existentes, contribuindo assim para a sua preservação. Nesse sentido, um dos primeiros edifícios a ser adaptado, relevante, de resto, pela sua qualidade monumental, seria o Real Celeiro Comum do Monte da Piedade, utilizado em 1868 para acolher o Quartel-General da 4.ª Divisão Militar. Também por esta altura o Estado tomava posse do antigo Solar dos Condes do Sabugal, no lado Ocidental do Quartel dos Dragões, utilizando o edifício como espaço de apoio e armazenamento, que anteriormente estava situado no Edifício do Trem de Guerra, no que hoje se designaria por Manutenção Militar[1363].

O presidente da Câmara de Évora, Dr. Manuel da Rocha Viana, a pedido do Dr. Augusto Filipe Simões, director da Biblioteca Pública de Évora, ordena a destruição dos acrescentos medievais existentes no Templo Romano. A obra, coordenada por Giuseppe Cinatti, inicia-se em 1870 com o derrube simbólico de um dos merlões medievais, e concluem-se em 1871[1364]. A colecção arqueológica do arcebispo D. Manuel do Cenáculo, parcialmente trazida de Lisboa e de Beja em 1802 e 1862, temporariamente alojada no interior e exterior do templo. é então transladada para a Galeria das Damas. A intervenção de Cinatti vai procurar recuperar tanto quanto possível os elementos originais do templo romano, sem, no entanto, restituir o edifício, valorizando os elementos sobreviventes como uma ruína intencionalmente criada, um fragmento do passado em que a parcela que prevalece sugere o que desapareceu. Em 1875 é fundado o Banco Eborense, adquirindo para sua sede o antigo Colégio de S. Paulo, e no qual vai realizar profundas obras de adaptação que lhe alteram significativamente a sua imagem.

[1362] Machado, J. F. A. (2013). *Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias da presença militar em Évora*. Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora. p. 84.
[1363] Ibid. p. 55.
[1364] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 17-18.

Figura 435 – Início das obras de demolição do edifício dos Paços do Concelho em 1898.

Figura 436 – Edifício dos Paços do Concelho e da cadeia após a demolição da varanda e do recuo do alçado Norte para ampliação da Rua da Républica.

Em 1874 a apresentação de um projecto para construção do novo Tribunal Judicial da Comarca[1365] vai propor a destruição quase completa das estruturas remanescentes do antigo paço e convento. Porém, a urgência na construção do novo tribunal e o receio de que a demolição das estruturas pré-existentes condicionassem o desenvolvimento do projecto vai impedir a sua materialização. A demolição das restantes estruturas do Convento de S. Francisco vai forçar o Tribunal da cidade a procurar novas instalações, partilhando o espaço do edifício dos Paços do Concelho.

Em 1879 arrancam finalmente as obras para a construção do Mercado Municipal no espaço em frente à Igreja e S. Francisco seguindo o projecto realizado em 1878 pelo Engenheiro Adriano da Silva Monteiro[1366]. O mercado assume uma planta rectangular, em que o perímetro é definido por um conjunto de compartimentos, mantendo no interior um espaço amplo que inicialmente era descoberto. As obras vão terminar por volta de 1880. Junto ao Mercado Municipal, inicialmente construído como mercado misto, vai ainda em 1879 ser erguido um segundo pavilhão de menores dimensões, destinado à venda exclusiva de peixe. Este pavilhão inicialmente construído em madeira com a alcunha de "Cabanão do Peixe" seria finalmente substituído pelo edifício actual em 1903[1367].

Em 1881 o município adquire o Paço dos Condes de Sortelha adaptando-o a Paços do Concelho. A transferência do antigo edifício manuelino localizado na Praça do Giraldo é realizada logo em 1882[1368], demolindo-se em 1889 a varanda e parte da arcada Norte para alargar a Rua da República. A prisão, situada junto no lado Sul do antigo edifício dos Paços do Concelho seria transferida para a antiga Cadeia dos Estudantes no Hospital de Nossa Senhora da Piedade, vendido pelo Ministério da Guerra ao município em 1880[1369] e passando a denominar-se então Cadeia Civil Comarca.

[1365] Fernandes, M. L. A. (2007). S. Francisco de Évora - A igreja e a Galeria das Damas, o que resta de um Paço Real. *Monumentos, 17*, 89-95. pp. 91-92.

[1366] Alarcón, S. P. (2019). El Mercado Municipal de la Praça 1º de Maio de Évora: Pasado, presente y ¿futuro? In A. Ferreira & A. Marques (Eds.), *II Congresso Histórico Internacional As cidades na história: Sociedade. 18 a 20 de outubro de 2017 ATAS. III - Cidade Industrial.* (pp. 585-605). Câmara Municipal de Guimarães. p. 593.

[1367] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. pp. 89-90

[1368] José Manuel Leão, "Agência em Évora: a questão das fachadas do edifício", Revista Interna do Banco de Portugal, N.º 12, Março de 1989, p. 25,

[1369] Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 80.

Em 1881 dá-se o início das obras do Teatro Garcia Resende segundo desenho do engenheiro Adriano Augusto da Silva Monteiro. O teatro foi erguido no topo da Praça D Pedro IV, numa posição próxima à que teria ocupado a antiga Igreja de S. Domingos. A fachada apresenta um desenho de um classicismo simples, sublinhado pelo frontão triangular e pelo pórtico de acesso que suporta a varanda do andar nobre. As obras decorreram entre 1881 e 1883, altura em que dificuldades financeiras interromperam o avanço da construção, que prosseguiu intermitentemente até 1888, altura em que Francisco Eduardo Barcarola Fragoso vai patrocinar a obra, concluída em 1890 e inaugurada oficialmente em 1892[1370].

Em 1881 morre a última freira do Convento de Santa Mónica, secularizando-se o edifício que passa a acolher a Escola Municipal Masculina, situando-se a Escola Municipal Feminina no corpo Norte do Colégio de S. Paulo. Em 1882 morre a última freira no Convento de Santa Catarina de Sena, integrando-se o recheio de natureza religiosa nos bens da Diocese com as restantes peças vendidas em hasta pública[1371]. O edifício permanece semi-abandonado, entrando num estado progressivo de ruína. No ano seguinte, a Igreja de S. Bartolomeu, abandonada e profanada desde 1879, desmorona-se, ficando de pé apenas a capela-mor e a parede Sul[1372]. Entre 1881 e 1884 a antiga Igreja de S. Pedro sofre uma profunda remodelação que a transforma numa Escola Normal de Segunda Classe. As obras vão manter a implantação da antiga igreja, preenchendo o seu espaço interior com várias salas distribuídas por dois pisos

O antigo Palácio dos Morgados da Mesquita é adquirido por volta de 1884 pelo Ministério da Guerra que nele coloca o Quartel-General da 4.ª Divisão Militar. O edifício vai acolher a partir de 1893 outros serviços que se encontravam dispersos pela cidade, nomeadamente o tribunal militar e a residência do comandante da região militar[1373]. O Ministério da Guerra adquire também no final do século XIX o antigo Colégio da Madre de Deus adaptando-o a Hospital Militar 4.º Região Militar Sul. Em 1884 a cobertura da igreja do Convento da Graça, onde funcionava uma escola primária, colapsa. Na sequência desta derrocada o edifício é transformado em Quartel do Convento da Graça acolhendo uma brigada de infantaria[1374].

[1370] Ibid. p. 91.
[1371] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 215.
[1372] http://curiosidadescatolicas.blogspot.com/2009/02/ermida-de-sao-bartolomeu.html
[1373] Machado, J. F. A. (2013). *Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias da presença militar em Évora*. Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora. p. 27.
[1374] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 164-171.

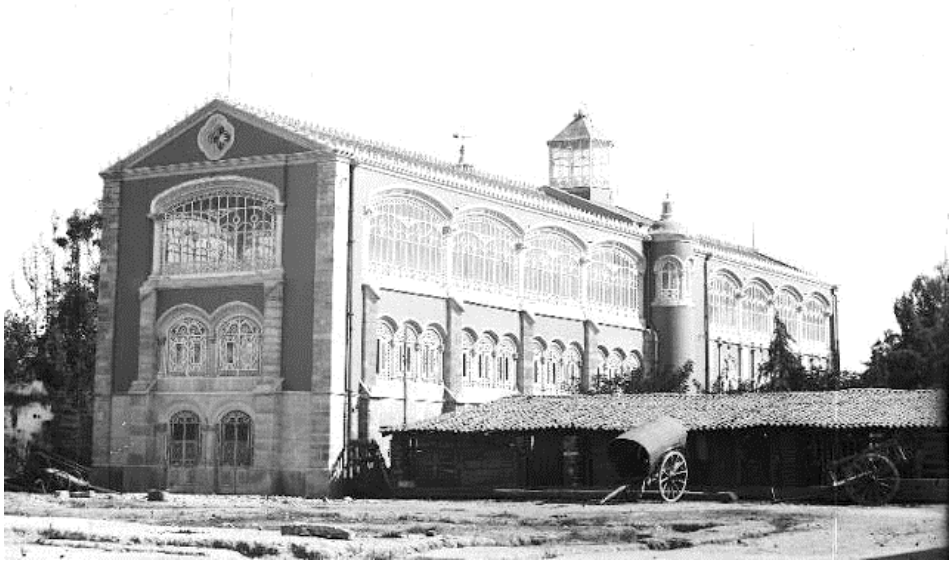


Figura 437 – Aspecto do Palácio com galeria restruturada pelo projecto do Eng. Adriano da Silva Monteiro.

O colapso em 1881 da cobertura da Varanda do Paço de S. Francisco, adaptada a Edifício do Trem de Guerra, vai levar a junta distrital de Évora a iniciar o restauro do edifício com o objectivo de nele instalar um espaço de exposições. As obras decorrem entre 1884 e 1887 segundo projecto traçado pelo engenheiro Adriano da Silva Monteiro. A intervenção vai procurar restaurar a imagem do primitivo do edifício a partir da reabertura dos vãos que se encontravam emparedados desde a conversão em armazém de munições, reconstruindo-se as cantarias em falta a partir dos fragmentos preservados na alvenaria das paredes. Para além da operação de restauro é ainda acrescentado um controverso novo piso à Galeria das Damas que, porém, procura reproduzir a gramática decorativa do edifício seguindo o ritmo dos contrafortes nos seus vãos. Talvez de um modo mais radical destaca-se no interior do projecto de Adriano da Silva Monteiro a transformação de todo o corpo Norte do edifício num espaço aberto de duplo-pé-direito adequado à realização de grandes eventos. Dada a grande polivalência do edifício este vai ser frequentemente utilizado como espaço para a realização não só para exposições, mas também para peças de teatro, bailes, festas de gala e recitais de música. A Sociedade Harmonia Eborense vai eventualmente ocupar o edifício que vai passar a ser conhecido também com o nome de Teatro Eborense.

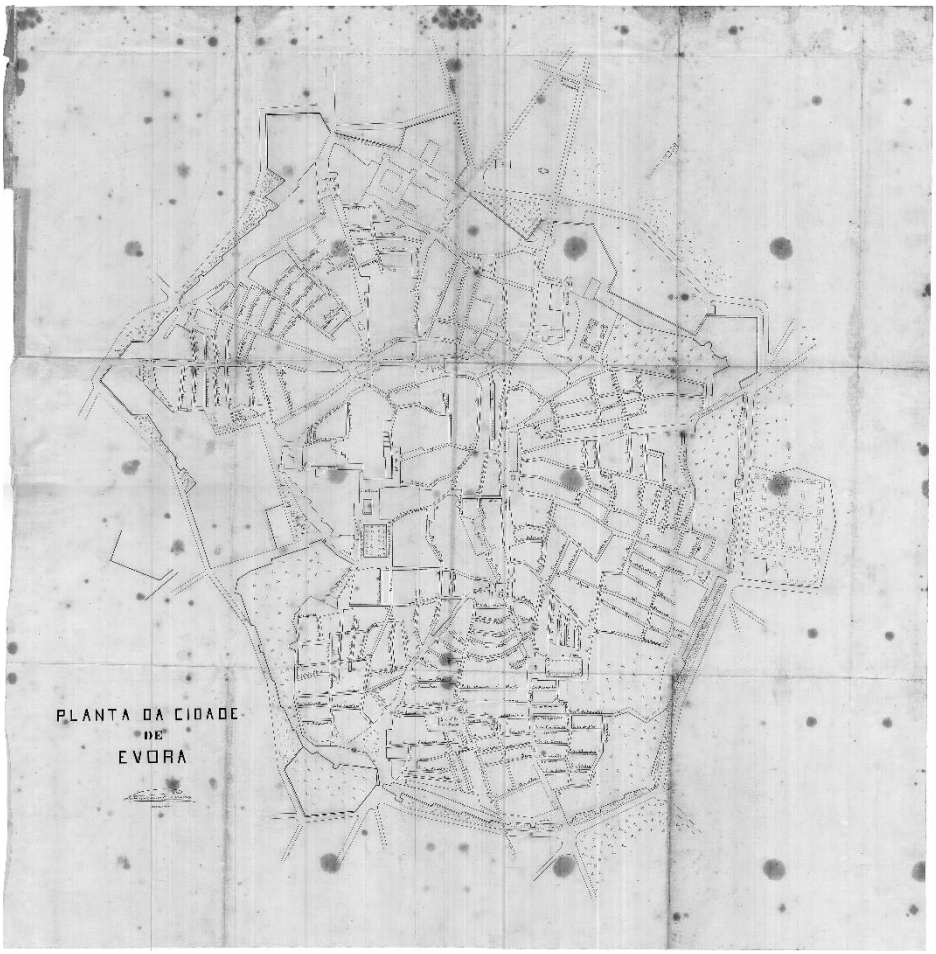


Figura 438 – Planta da cidade levantada a passo e olho por Manuel Joaquim Matos.

Em 1884 é elaborada a "Planta da cidade levantada a passo e olho por Manuel Joaquim Matos". Realizada pelo engenheiro Manuel Joaquim Matos destaca-se na produção cartográfica da cidade como a primeira representação de toda a estrutura urbana de Évora, representando todas as ruas (identificadas com texto) e quarteirões, geralmente são representados como volumes fechados, sem o espaço vazio interior correspondente aos logradouros, excepto no caso de grandes espaços livres. Esta peça cartográfica segue o critério de outras suas contemporâneas, realizadas para os municípios portugueses na segunda metade do século XIX tal como as peças produzidas por Francisco e Cesar Goullard para Coimbra e Braga, sem, no entanto, ter o elevado rigor das suas congéneres. Tal como referido no título da planta, trata-se de uma peça realizada a "a passo e olho" e por isso extremamente imprecisa. Apesar das suas insuficiências, esta peça vai servir para coordenar as principais intervenções municipais realizadas entre o final do século XIX e o início do século XX.

O Convento de São José ou da Esperança, devoluto em 1886 tal como o Convento do Salvador do Mundo, é temporariamente ocupado pelo Batalhão nº4 da Guarda Fiscal até ser cedido em 1889 à Casa Pia de Évora para nele instalar a secção feminina[1375]. Enquanto este último vê o seu recheio disperso pela Diocese e vendido em hasta pública em 1887. Nesse mesmo ano instala-se no edifício o Batalhão Nº 4 da Guarda Fiscal[1376]. Ainda em 1886 é inaugurado o espaço do Matadouro Municipal após uma renovação profunda com a construção de vários alpendres em ferro.

A iluminação pública na cidade de Évora existia desde 1825, altura em que foi decretada, por despacho do rei D. João VI, sendo distribuídos 30 candeeiros a azeite nas principais artérias da cidade.[1377]. Em Évora a Fábrica do Gás de Évora vai ser implantada em 1889[1378]. na recém-construída Avenida Dr. Francisco Barahona, no lado oposto à Ermida de S. Brás, afastada do centro da cidade como era comum. A inauguração em 1889 vai coincidir com o ano em que o Duque de Bragança. D. Carlos e D. Amélia passam o seu aniversário de casamento na cidade acompanhados pelo Rei D. Luís I (1861-1889), a Rainha D. Maria Pia e o Infante D. Afonso.

O conjunto de edifícios públicos dedicados à realização de espetáculos já existentes (Teatro Garcia Resende e Teatro Eborense) é ampliado em 1889 com a inauguração da definitiva Praça de Touros na zona Sul da cidade junto ao Rossio de S. Brás, e que contou inclusive com presença Rei D. Luís I. O edifício, de construção relativamente simples, foi custeado por particulares e apresentava uma configuração tradicional, desenhando um círculo com 27 metros de raio e uma fachada com um corpo saliente orientado para Norte. No contexto urbano, como seria perceptível noutras cidades e vilas portuguesas, a praça de touros adquire, quase sempre, e até à segunda metade do século XX pelo menos, um valor catalisador que não podemos deixar de assinalar, por vezes com incidência na morfologia urbana ou, quando muito, na projecção de uma sociabilidade interveniente com impactos económicos, às vezes suscitando a edificação de equipamentos complementares, quando não directamente associados (os matadouros, por exemplo).

[1375] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 310.
[1376] Ibid. p. 278-279.
[1377] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=64
[1378] Matos, A. C. d. (2011). Urban Gas and Electricity Networks in Portugal: Competition and Collaboration (1850-1926). *Quaderns d'Història de l'Enginyeria, XII*, 117-138. P. 122.

Em 1889 é extinto o Convento de Santa Helena do Monte Calvário. No edifício é autorizada a permanecia de recolhidas sem votos para assegurarem o ensino de leitura e trabalhos manuais, alojando ainda residentes de outras instituições religiosas entretanto extintas. Apesar de extinto como convento o edifício permanece praticamente inalterado com funções de assistência social que mantém até hoje[1379]

Figura 439 – Demolição do Convento do Paraíso em 1900.

[1379] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 254-255.

O que resta do Paço de S. Francisco é vendido em 1892 a Francisco Barahona, comprometendo-se este, em contrapartida, a patrocinar as avultadas obras necessárias na Igreja de S. Francisco[1380]. Barahona inicia em 1894 a demolição do que resta do convento e do paço, construindo no seu lugar edifícios de habitação que ainda hoje persistem.

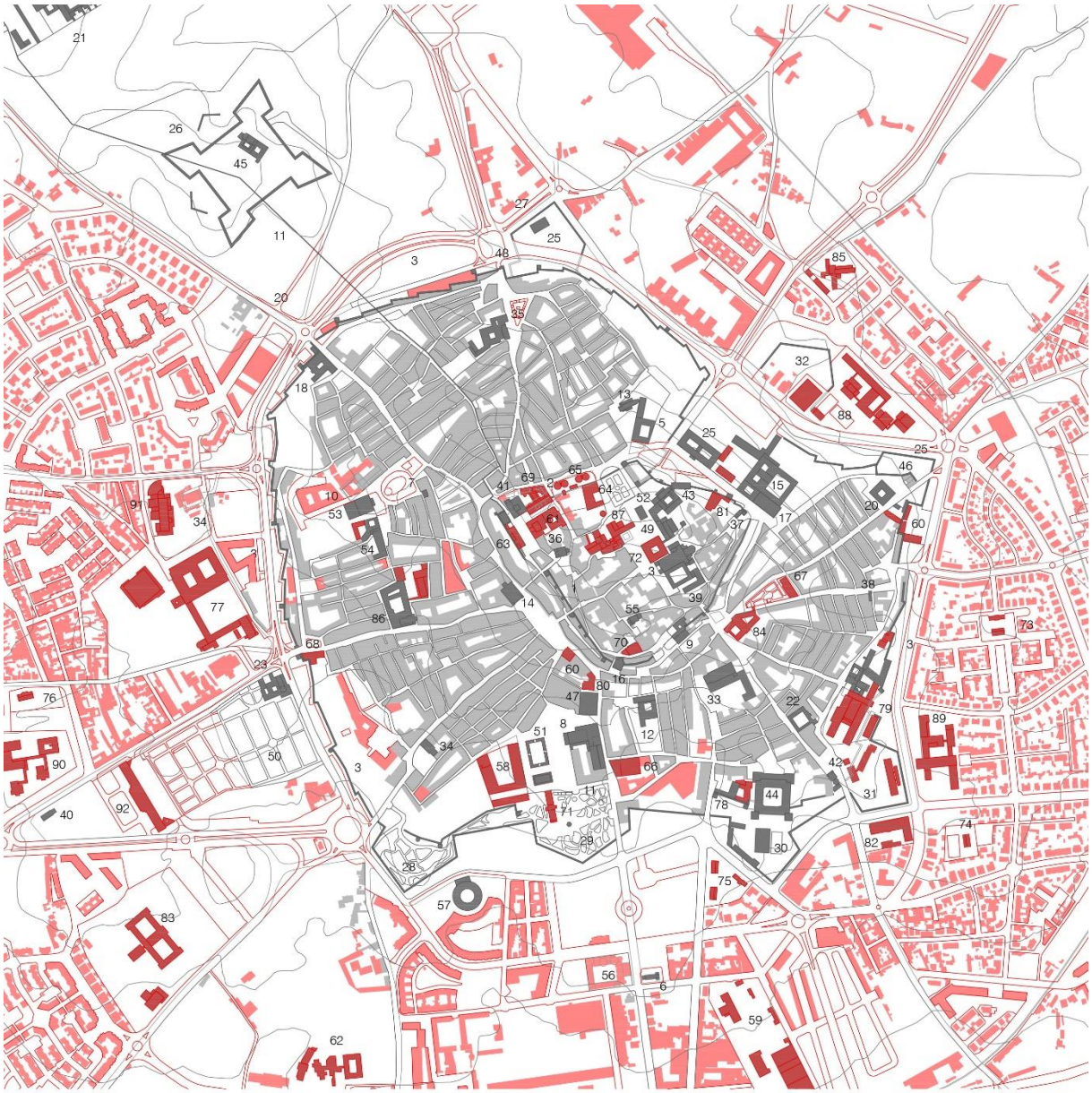
Em 1897 extingue-se o Convento de Nossa Senhora do Paraíso, na realidade último convento que remanescia. O recheio é em parte integrado nos bens da igreja e as restantes peças entram na posse do Estado enquanto outras são leiloadas em hasta pública. Com o abandono do edifício surge um movimento público propondo a sua demolição e a construção no seu lugar de um hospital; em 1900 concretiza-se a demolição do edifício[1381].

Tal como noutras cidades portuguesas o século XIX é um período marcado inicialmente por uma grande instabilidade que, na cidade de Évora, assume, porém, contornos verdadeiramente dramáticos, não só pela traumática violência física que os habitantes da cidade sofreram em 1808, mas também pela imensa destruição que a cidade sofre durante este episódio. Se a grande maioria dos munícios tiveram grandes dificuldades em corresponder às profundas transformações urbanas exigidas pelos primeiros governos liberais, no caso de Évora esta situação seria ainda mais exigente, no espaço de uma cidade que ainda não tinha logrado recuperar das destruições provocadas durante a Guerra Peninsular. Assim se explica a quase incapacidade do município em gerir o extenso património construído do qual, subitamente, se viu proprietário, e que num contexto de decadência e marginalização da cidade no quadro nacional, não dispunha suficientes recursos para manter. Este quadro, profundamente adverso, vai ser gradualmente ultrapassado e, na verdade, a reorganização administrativa suscitada pelo advento do liberalismo terá como consequência a emergência da cidade como sede do distrito, permitindo-lhe resgatar o seu protagonismo como centro regional o que, aliado à emergência de elites locais burguesas, vai gradualmente permitir a realização de tímidas obras públicas de melhoria do ambiente urbano.

[1380] Ibid. p. 111.
[1381] Ibid. pp. 205-206.

Évora Fase 14 (século XX)

A nova centralidade regional



Legenda

1 - Cerca Velha (séc. IV e séc. X)
2 - Porta do Talho do Mouro (séc. IV e séc. X?)
3 - Sé Catedral (segunda metade do séc. XIII)
4 - Cerca Nova (≈1350-≈1450)
5 - Convento de Santa Mónica / Escola Básica S. Mamede (≈1421)
6 - Ermida de S. Brás (1483)
7 - Igreja e Recolhimento de S. Marta (1490)
8 - Convento de S. Francisco (1451- ≈1513) C.T.T. de Évora (c. 1911-1928)
9 - Misericórdia (1552-1593)
10 - Convento de S. Domingos (séc. XII - ≈1537)
11 - Aqueduto da Água da Prata (1533-1537)
12 - C. de Nª Sª da Graça / Quartel do C. da Graça (1532-1540)
13 - Igreja de S. Mamede (≈1546-1568)
14 - Igreja de Santo Antão (1548-1557)
15 - Colégio do Espírito Santo / Universidade de Évora (1550-1562)
16 - Igreja de S. Vicente (1559-1570)
17 - Igreja do Espírito Santo (1566-1574)
18 - Convento de Santa Helena do Monte Calvário (1569-1574)
19 - Colégio de N. Sª. da Purificação / Seminário Maior (1577-1593)
20 - H. de Nª. Sª. da Piedade / S.A.S da Universidade (1579-1584)
21 - Convento da Cartuxa (1593-1625)
22 - Colégio da Madre de Deus / Hospital Militar (1595-1608)
23 - Convento dos Remédios (≈1600-1614)
24 - Ermida de S. Bartolomeu (1612-1617 / 1670)
25 - Baluarte de Machede (1640-1650)
26 - Forte de Santo António (≈1648-1662)
27 - Baluarte de S. Bartolomeu (1648-1662)
28 - Baluarte do Príncipe (1648-1662)
29 - Baluarte do Conde de Lippe (1648-1662)
30 - Baluarte do Picadeiro (1663-1680)
31 - Baluarte do Assa (1663-1680)
32 - Baluarte dos Apóstolos (1663-1680)
33 - Convento do Carmo / Paço Episcopal (1666-1691)
34 - Igreja de Nª Sª das Mercês (1670-1698)
35 - Convento de S. José ou da Esperança / Casa Pia (1674-1729)
36 - Igreja de S. Tiago (1680-1683)
37- Ermida de S. Miguel (fins dos séc. XVII)
38 - Ermida de Nª. Sª. da Cabeça (1681)
39 - C. dos Moços de Coro da Sé (1692-1708)
40 - Ermida de S. Sebastião (1701-1713)
41 - Convento do Salvador (1705-1766)
42 - Igreja do Senhor Jesus da Pobreza (1729-1733)
43 - C. dos Lóios / Pousada dos Lóios (1485-1499 / 1733-1757)
44 - Quartel dos Dragões (1744-1807)
45 - C. de S. António da Piedade / Seminário M. (1576-1581/1747)
46 - Ermida de Nª Sª da Natividade (1703-1771)
47 - R. Celeiro C. do M. da Piedade / M. do Artesanato (1773-1780)
49 - Biblioteca Pública de Évora (1656-1666 / 1803-1805)
50 - Cemitério Público dos Remédios (1839)
54 - Colégio dos Moços de Coro da Sé / Asilo da
51 - Mercado Municipal de Évora (1869-1883)
52 - Templo de Diana (1870-1871)
53 - Teatro Garcia Resende (1881-1892)
54 - P. dos M. da Mesquita / Quartel-General da 4.ª Divisão (1884)
55 - Igreja de S. Pedro / Escola N. de Segunda Classe (1881-1884)
56 - Fábrica de Gás (1889)
57 - Praça de Touros (1889)
58 – Q. do Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 (≈1900)
59 - Manutenção Militar (≈1900)
60 - Matadouro Municipal (1889 / 1904)
61 - Paços do Concelho / Tribunal da Comarca de Évora (1881-1882 / 1907-1913)
62 - Asilo R. Barahona / H. da Misericórdia (1908 / 1977-1982)
63 - C. de S. Paulo / B.N.U. / C.G.D. (1578 / 1875 / 1948-1951)
64 - P. dos Condes de Soure / Governo Civil / P.S.P. (1920-1930)
65 - Estação Elevatória de Água (1933)
66 - Antiga Estação Rodoviária (≈1935)
67 - Dispensário anti-tuberculose / A.R.S.A. (≈1935)
68 - Tribunal Judicial da Comarca de Évora (1940)
69 - Edifício dos C.T.T. (1941-1951)
70 - Salão Central Eborense (1943-1945)
71 - Varanda do Paço / Palácio de D. Manuel (1513-1530 / 1943)
72 - Paço A. / Museu F. M. do Cenáculo (1590-1633 / 1943-1960)
73 - Escola Básica do Bairro da Câmara (≈1945-1950)
74 - Escola Básica do Chafariz D´El-Rei (≈1945-1950)
75 - Escola Básica do Rossio de S. Brás (≈1945-1950)
76 - Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória (≈1945-1950)
77 – Ext. Oratório de S. José (1949-1965 / 1992-1994)
78 - Brigada Fiscal da G. N. R. (1950)
79 - Hospital do Espírito Santo (1618-1657 / 1950-1975)
80 - Caixa Geral de Depósitos (1952-1954)
81 - Paço de S. Miguel / Fundação E. A. (≈1570 / 1958-1973)
82 - Quartel dos Bombeiros de Évora (1958)
83 - C. de Nª. Sª. do Carmo / E. Secundária Severim de Faria (1960)
84 - Palácio da Justiça (1960-1963)
85 - Cadeia Comarcã de Évora / E. Prisional de Évora (1961-1963)
86 - C. de S. Clara / E. Básica S. Clara (1452-1464 / 1937-1951)
87 - T. da Inquisição / Fundação E. A. (1622-1635 / 1963-1965)
88 - E. Industrial e Comercial / E. S. Gabriel Pereira (1970-1971)
89 - Hospital do Patrocínio (≈1970-1980)
90 - Escola Secundária André de Gouveia (1979)
91 - C. C. D. R. do Alentejo (1990-1995)
92 - Terminal Rodoviário (1997-1999)

Figura 440 – Interior do Quartel do Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 no início do século XX.

Figura 441 – Cinema Éden Esplanada no vazio do antigo Convento de Santa Catarina.

A transformação da cidade iniciada a partir da implantação do liberalismo continua no início do século XX. Não obstante as várias intervenções promovidas pelo município, a cidade mantém ainda um ambiente quase rural, pautado por ruas de terra batida, a criação de animais no interior do espaço urbano e a inexistência de uma rede de esgotos[1382].

Nos primeiros anos do século XX é construído o Quartel do Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 junto ao Mercado Municipal, em terrenos pertencentes ao Paço de S. Francisco. O edifício de dois pisos adopta uma configuração em U sobre um pátio central, destinando-se o primeiro piso aos estábulos dos cavalos e mulas utilizados para a tracção das peças de artilharia, e o segundo piso para alojamento das tropas. A implantação do quartel adquire uma implantação ligeiramente irregular que resulta da adaptação à estrutura do espaço da horta. Sensivelmente por volta do mesmo período é ainda iniciada a construção da Manutenção Militar que vai abandonar o edifício do antigo Solar dos Conde do Sabugal deslocando-se para um novo edifício construído na zona Sul, junto à linha férrea. A nova localização permitia, por um lado, ampliar as suas instalações com a construção de edifícios próprios de natureza industrial para a confecção de alimentos, e por outro, o acesso ao comboio através de um terminal próprio para aumentar a capacidade de entrada e saída de bens.

A extinção dos últimos conventos femininos no final do século XIX e início do século XX, dá lugar à progressiva demolição destes edifícios. A demolição do Convento do Paraíso, a pretexto da construção de um hospital para vítimas da peste acabou por libertar o terreno que ocupava, posteriormente cedido à Câmara Municipal que nele construi o Jardim do Paraíso e um dispensário anti-tuberculose[1383], posteriormente adaptado como edifício sede da Administração Regional de Saúde do Alentejo. À data, o já arruinado Convento de Santa Catarina de Sena é a partir de 1902 completamente demolido e o seu terreno ocupado com diversas instalações, incluindo um cinema ao ar livre[1384]. No extinto Convento de Santa Clara, a igreja é entregue à paróquia de Santo Antão e os espaços que dão para a Rua Serpa Pinto são ocupados por habitações. O conjunto acaba por ser doado à Fazenda Nacional e ao Ministério da Guerra, instalando-se aí quartéis entre 1911 e 1936[1385].

[1382] Ibid.p. 90.
[1383] Ibid. p. 206.
[1384] Ibid. p. 216.
[1385] Ibid. p. 163.

Figura 442 – Fachada do edifício dos Paços do Concelho no final do século XIX.

Figura 443 – Edificio dos paços do Concelho depois das obras no final do século XIX e início do século XX.

O município enceta uma reforma do Matadouro Municipal entre 1899 e 1904[1386]. A estrutura do edifício construído junto do Baluarte de Machede é adaptada aproveitando as paredes de alvenaria preexistentes, mas adicionando uma cobertura projectada por António Manuel da Silva[1387].

Em 1904, os edifícios dos antigos Paços do Concelho e Cadeia Velha são adquiridos pelo Banco de Portugal e demolidos em 1906 para dar lugar ao novo edifício sede[1388]. O Banco, desenhado pelo arquitecto Adães Bermudes, foi edificado entre 1907 e 1909[1389] sobre todo o espaço Sul da Praça do Giraldo segundo uma composição clássica de dois pisos, com dois corpos laterais simétricos e um corpo central saliente coroado por frontão segmentado curvo.

Por volta de 1907 inicia-se o processo de reformulação dos Paços do Concelho. O edifício mantinha a configuração do antigo palácio, com um grande pátio central em redor do qual se agregavam os principais compartimentos da edilidade. Dadas as necessidades das novas funções, o arquitecto Alfredo Costa Campos concebe em 1908 um conjunto de alterações, entre as quais a reformulação do pátio (com a construção de uma escadaria monumental e uma galeria superior de circulação em estrutura de ferro forjado), a construção de um novo corpo central na fachada, e a adaptação da zona posterior à função de Tribunal da Comarca de Évora com a edificação de uma sala de audiências. O projecto final vai sofrer pequenas alterações em 1910, sobretudo através da construção da cobertura do pátio e da escadaria em estrutura de ferro, terminando as obras em 1912[1390].

Em 1908 é fundado pela família Barahona o Asilo Ramalho Barahona com o objetivo de acolher os reformados e os inválidos da sua casa agrícola. O edifício, de planta rectangular em torno de um pátio central construído em estilo neogótico é, a partir de 1924, entregue às Irmãs Doroteias que ali instalam um colégio, abandonando o antigo Convento do Carmo ocupado pela instituição entre 1896 e 1910, de onde se transferiram. O Convento do Carmo é, por seu turno, adaptado em 1914 a Paço Episcopal, função que mantem até 1991.

1386 Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. p. 85.
1387 A Arquitectura do Ferro e a Modernização da Cidade de Évora
1388 AAVV. (1989). *Revista Interna do Banco de Portugal, 12*. p. 25,
1389 Damásio, D. F. M. (2013). *Arquitectura do Banco de Portugal : evolução dos projetos para a sede, filial e agências do Banco de Portugal (1846-1955)*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Univ. de Coimbra.
1390 Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora. pp. 80-81.

Figura 444 – Perspectiva do conjunto industrial da Fábrica dos Leões.

Figura 445 – Ruínas da antiga Varanda do Paço de S. Francisco também conhecida como Palácio de D. Manuel.

Em 1916 um incendio destrói a cobertura e o andar superior do Teatro Eborense, antiga Varanda do Paço de S. Francisco, deixando o edifício em ruínas[1391]. Na sequência deste incendio o Teatro Eborense abandona o antigo espaço da Varanda do Paço de S. Francisco, mudando-se para um espaço partilhado com o Salão Central Eborense, um animatógrafo situado num anexo do Hotel Eborense.

Na periferia Norte da cidade destaca-se em 1916 a construção da Fábrica dos Leões em articulação com o traçado da linha férrea. Esta fábrica vai funcionar como polo agregador dos primeiros desenvolvimentos urbanos nesta zona, gerando em seu redor pequenos núcleos associados às classes operárias[1392].

A partir do primeiro quartel do século XX dão-se várias transformações importantes em vários antigos edifícios religiosos da cidade. Em 1916 a dessacralizada Igreja do Convento de Santa Mónica, assim como uma parte dos claustros, são demolidos. A destruição parcial do convento vai resultar numa remodelação do largo de S. Mamede[1393], bem como na abertura da Rua Duques do Cadaval e do Largo dos Colegiais. Em 1917, o antigo Convento dos Lóios, integrado nos bens da Casa do Cadaval após a extinção das ordens é expropriado, passando a integrar a Biblioteca de Évora como Departamento do Arquivo Distrital, entre outras funções que desempenharia, desde escola a quartel [1394] . O Paço Arquiepiscopal, devoluto desde o advento da República, é a partir de 1917 parcialmente ocupado pelo recém-fundado Museu Regional de Évora [1395] partilhando o edifício com outros serviços administrativos do concelho e com o Governo Civil. Por fim, no antigo Convento de S. João da Providência, até então parte da Misericórdia de Évora, são instalados os serviços dos C.T.T. pouco tempo depois da sua constituição em 1911.

Em 1923 a Praça Joaquim António de Aguiar é novamente reformulada, transformando-se numa praça ajardinada com um lago. Do seu centro é removida a fonte barroca, recolocada nos anos 30 no Largo das Portas de Avis[1396].

[1391] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 183-187.
[1392] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. P190
[1392] Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. p. 4.
[1393] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 153.
[1394] Ibid. p. 190.
[1395] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 117-132
[1396] Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. pp. 3-4.

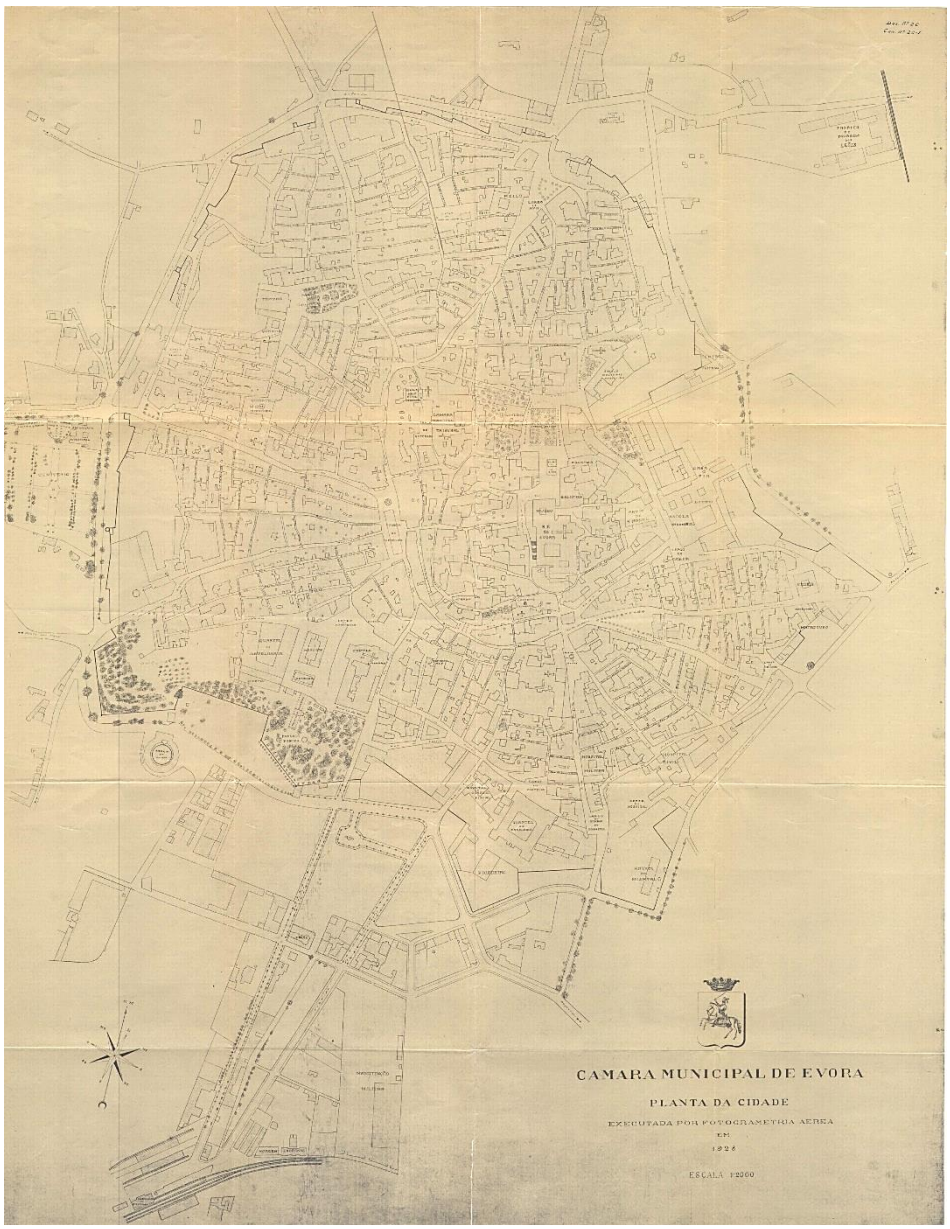


Figura 446 – Planta da cidade realizada em 1928.

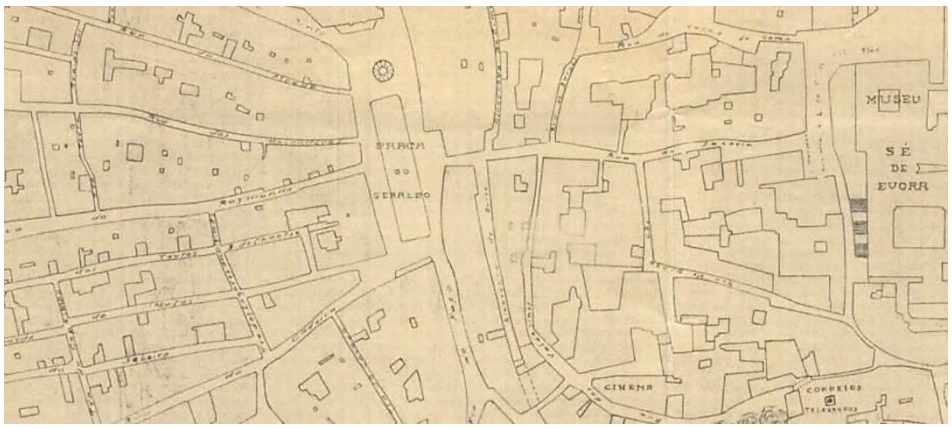


Figura 447 – Detalhe da Planta da cidade realizada em 1928.

Em 1928 é produzida a primeira cartografia "moderna" - isto é, com meios de registo avançados - da cidade de Évora, realizada desta feira a partir de fotografias aéreas. A peça destaca-se sobretudo pelo detalhe e rigor da informação, apresentando pela primeira vez não só a estrutura urbana global, mas também o tecido edificado através da representação do espaço livre no interior dos quarteirões, assim como a identificação dos principais edifícios públicos. Esta peça cartográfica representa ainda, pela primeira vez, os novos desenvolvimentos urbanos a Sul e Norte no exterior da Cerca Nova, demonstrando que nos anos 20 estas áreas se começavam a consolidar.

Em 1930 o antigo Palácio dos Condes de Soure é adaptado a Governo Civil de Évora após longas obras iniciadas em 1920 com o objectivo de transformar o edifico em Museu Regional de Évora. O edifício vai acolher ainda o Comando de Polícia de Segurança Pública, a Junta Distrital de Évora e a Direcção de Finanças[1397]. Também por volta dos anos 30, o Convento de Santo António é adquirido pela diocese que nele instala o Colégio Nuno Álvares[1398]. Nos anos 30 é ainda construída a antiga Estação Rodoviária na Rua da Républica[1399], que com 50x30 metros será o maior edifício construído na primeira metade do século XX. O município promove ainda a reconstrução e a realização de obras complementares de adução do Aqueduto da Água da Prata e das suas captações, garantindo o aumento substancial do caudal para abastecer a nova Central Elevatória de Água, inaugurada na zona alta da cidade em 1933[1400]. A infraestrutura vai permitir o armazenamento e distribuição de água às habitações particulares que até então estavam dependentes das várias fontes e chafarizes. A construção da central e dos seus quatro grandes reservatórios vai implicar a destruição parcial uma parte da Cerca Velha no lado Norte da cidade entre o Templo de Diana e a Porta de D. Isabel.

Após uma derrocada parcial da estrutura, o Convento de Santa Clara é restaurado pelo Ministério das Obras Públicas em 1937 e entregue ao Ministério da Educação que ali instala a partir de 1951 a Escola Industrial e Comercial de Évora, e posteriormente uma Escola Preparatória e de Ensino Básico[1401].

[1397] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 51-52
[1398] Ibid. pp. 313-314.
[1399] Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. p. 4.
[1400] Rodrigues, M. d. C. *A Central Elevatória de Águas*. Unidade Museológica CEA
[1401] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. P163

Figura 448 – Obras de demolição do Convento do Salvador.

Figura 449 – Vista parcial da fachada do Palácio de Dom Manuel.

A partir de 1941[1402] o avançado estado de degradação do Convento do Salvador leva o município a propor a demolição do seu corpo Sul para proceder ao rasgamento de uma nova rua entre o edifício dos Paços do Concelho e a Igreja do Salvador. A abertura desta nova rua, a Rua de Olivença, vai ainda conduzir à regularização do traçado da Rua de Dona Isabel com reconstrução de uma parte significativa do edificado no lado Oriental da artéria. No espaço do antigo Convento do Salvador vai ser construído um novo edifício sede para os C.T.T., com as obras a decorrerem entre 1941 e 1951. O alçado Norte dos Paços do Concelho, originalmente apoiado no Convento do Salvador vai, com o desaparecimento deste edifício, perder estabilidade, implicando o reforço da estrutura no lado Norte do edifício, o que ocorrerá entre 1948 e 1951. A construção vai seguir o desenho de uma proposta de reformulação completa do edifício dos Paços do Concelho segundo o estilo "Português Suave" que, dados os recursos limitados do município, nunca seria completada. As obras no edifício dos Paços do Concelho vão ainda motivar a transferência do Tribunal da Comarca de Évora para uma casa nobre junto à torre da Porta de Alconchel a partir de 1940.

A ruína da Varanda do Paço de S. Francisco e o risco de colapso do edifício motiva em 1931 a demolição preventiva do piso superior, acrescentado no século XIX. Em 1943 iniciam-se as obras da DGEMN para a recuperação do edifício[1403]. A intervenção procurou sobretudo consolidar a estrutura existente, reconstruindo as coberturas e mantendo as cantarias do segundo piso, construídas entre 1884 e 1887 a partir dos vestígios encontrados nas paredes. Para além destas intervenções de consolidação destaca-se a demolição da escadaria do torreão Nascente construída no século XIX, que foi substituída por um pequeno torreão semicircular no lado Poente com uma escadaria em caracol no seu interior. Apesar da importante intervenção realizada pela DGEMN, o edifício que subsiste é ainda o resultado das campanhas de D. Manuel e D. João III.

Em 1943 é nomeado para novo director do Museu de Évora o historiador de Arte Mário Tavares Chicó, tendo este iniciado uma fase de grandes remodelações no edifício, com o objectivo de o actualizar face às exigências dos novos programas museológicos. As obras vão continuar até por volta dos anos 60, tendo o seu principal impulsionador falecido em 1966[1404].

[1402] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 230-236.
[1403] DGEMN Nº79 Palácio de D. Manuel
[1404] http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10975

Figura 450 – Vista exterior do Salão Central Eborense.

O antigo edifício do Salão Central Eborense, construído entre 1922 e 1923, é encerrado após uma vistoria de 1934, motivando a realização de vários melhoramentos e alterações. Entre 1944 e 1945[1405] é construído novo edifício segundo projecto de Francisco Keil do Amaral. Este possui um traçado marcadamente contemporâneo com concessões ao "português suave", particularmente evidente na cunha, de desenho modernista, formada pelo gaveto entre a Rua de Valdevinos e o Pátio do Salema, mas reflectindo também uma inspiração semântica em elementos arquitectónicos e decorativos localistas, presentes nas gárgulas de inspiração medieval, ou ainda nas galerias nos alçados Norte e Sul, com uma remissão formal para a Varanda do Paço de S. Francisco[1406].

A cidade de Évora chega a meados do século XX com o mesmo perímetro que havia sido estabelecido pela construção da Cerca Nova no século XIV e XV. De facto, para além do perímetro antigo, no início do século destacava-se apenas a zona urbana que se desenvolvia para Sul em direcção à Estação Ferroviária. A partir dos anos 30 e 40 a mecanização da agricultura e o forte crescimento demográfico vão criar um significativo fluxo demográfico, que se vai materializar no surgimento de vários bairros autoproduzidos ou de génese ilegal, como são habitualmente designados, albergando sobretudo populações operárias. Datam deste período os bairros da Comenda, Almeirim, Canaviais, Santa Maria, Sª do Carmo, S. José da Ponte e parte dos bairros da Sª da Saúde e Frei Aleixo. Estas novas áreas urbanas seguiam geralmente princípios semelhantes de organização do espaço urbano, constituindo pequenos núcleos tendencialmente ortogonais compostos por habitações de pequena dimensão dispostas em banda, de um modo muito semelhante às povoações rurais de onde eram oriundos os seus habitantes[1407].

Nos anos 30 é aprovado pelo Ministério das Obras o Decreto-Lei nº 24802 de 21 de Dezembro de 1934, obrigando as câmaras municipais a elaborarem planos gerais de urbanização. A aprovação deste decreto-lei assim como a crescente pressão de crescimento populacional levou o município a solicitar a Etienne de Groer a elaboração de um estudo para a criação de um plano de urbanização, entregue em 1942 com a designação de "Plano de Ordenamento, Expansão e Embelezamento da Cidade de Évora – Esboceto"

[1405] Amaro, I. I. G. (2016). *O Salão Central Eborense. A vivência quotidiana do Centro Histórico de Évora como foco para a sua revitalização*. Projecto Final de Mestrado elaborado para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. p. 53.
[1406] Ibid. p. 46.
[1407] Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. pp. 3-4.

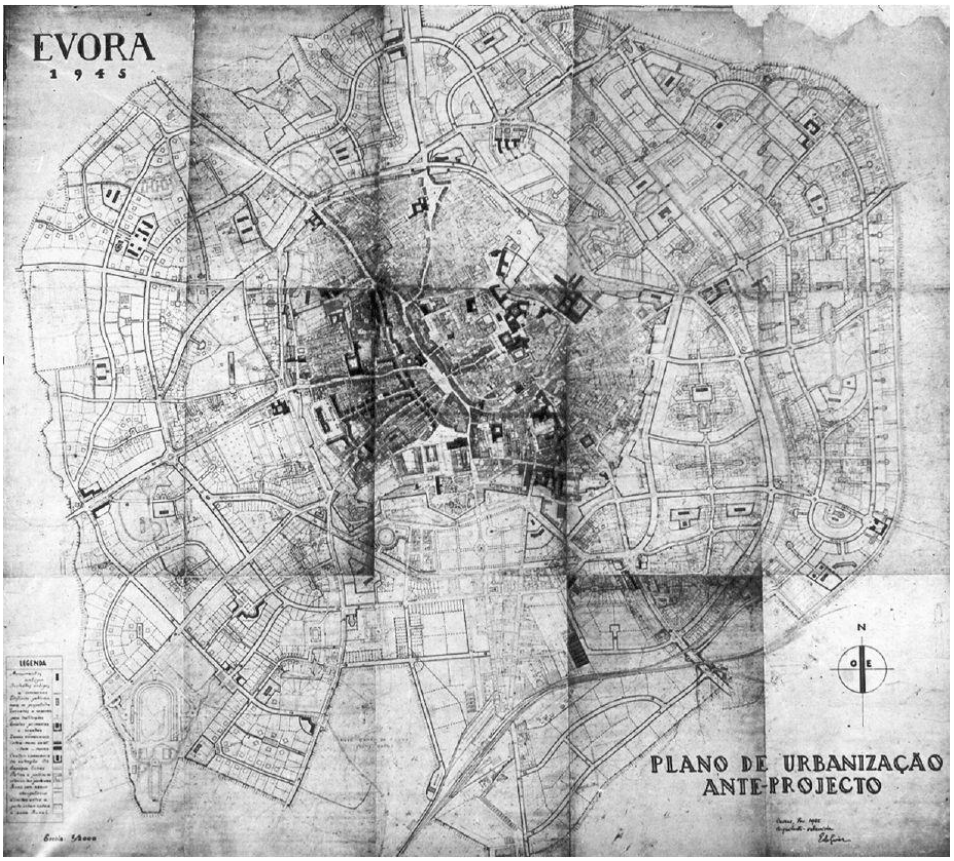


Figura 451 – Planta do "Anteprojecto do Plano de Urbanização" realizado por De Groer.

Figura 452 – Vista da Avenida Germano Vidigal (antiga Avenida Duatre Pacheco) e de parte do Bairro do Legado de Operário.

Com base no desenvolvimento deste trabalho é em 1945 apresentado por De Groer o "Anteprojecto do Plano de Urbanização" composto por uma planta de urbanização, um relatório escrito e dois regulamentos, definindo com rigor as intervenções a realizar em cada uma das zonas estabelecidas[1408]. O Anteprojecto do Plano de Urbanização defendia para o interior do perímetro muralhado, e acima de tudo, a preservação do carácter histórico através da manutenção da unidade do espaço urbano, permitindo a continuação do natural processo de desertificação do tecido e advogando apenas a realização de pequenas intervenções de melhorias na salubridade. Estas consistiam sobretudo no pontual alargamento e rasgamento de vias, procurando manter ao mesmo tempo a forma característica da generalidade do tecido antigo, composto por ruas estreitas. O plano pronuncia-se também contra a desobstrução dos principais monumentos, considerando que estas operações resultariam numa alteração significativa do traçado urbano, propondo ainda o levantamento e preservação das fachadas com valor patrimonial.

Para além destas propostas, o plano avança ainda a expansão da cidade para o espaço extramuros através da construção de novas áreas urbanas desenhadas segundo os princípios da "cidade jardim". Segundo estes princípios, as novas zonas urbanas eram constituídas por edifícios isolados ou em banda, recuados do alinhamento da frente de rua quatro a dez metros, com este espaço a ser ocupado por jardins e os espaços de circulação definidos por avenidas arborizadas, constituindo assim um corredor verde continuo, respeitando simultaneamente a componente pública e a componente privada.

O Anteprojecto realizado por Etienne de Groer foi aprovado pelas entidades competentes, procurando dar-se continuidade ao trabalho e passar da fase de anteplano para o plano final. A versão final do Plano de Urbanização de Évora nunca chegou a ser materializada, pese embora o facto das suas orientações servirem de base às principais políticas urbanas adoptadas pela Câmara Municipal de Évora nas décadas seguintes. A cidade vai assim materializar, sobretudo na zona Sul e Oriente, um conjunto de bairros de acordo com o Anteprojecto do Plano Urbanização, sobretudo na "Zona de Urbanização nº1", composta pelo Bairro do Legado Operário, promovido por uma associação mutualista e pelo Bairro da Câmara, este promovido pela administração pública.

[1408] Ibid. pp. 5-7.

Figura 453 – Bairro do Legado no início dos anos 40.

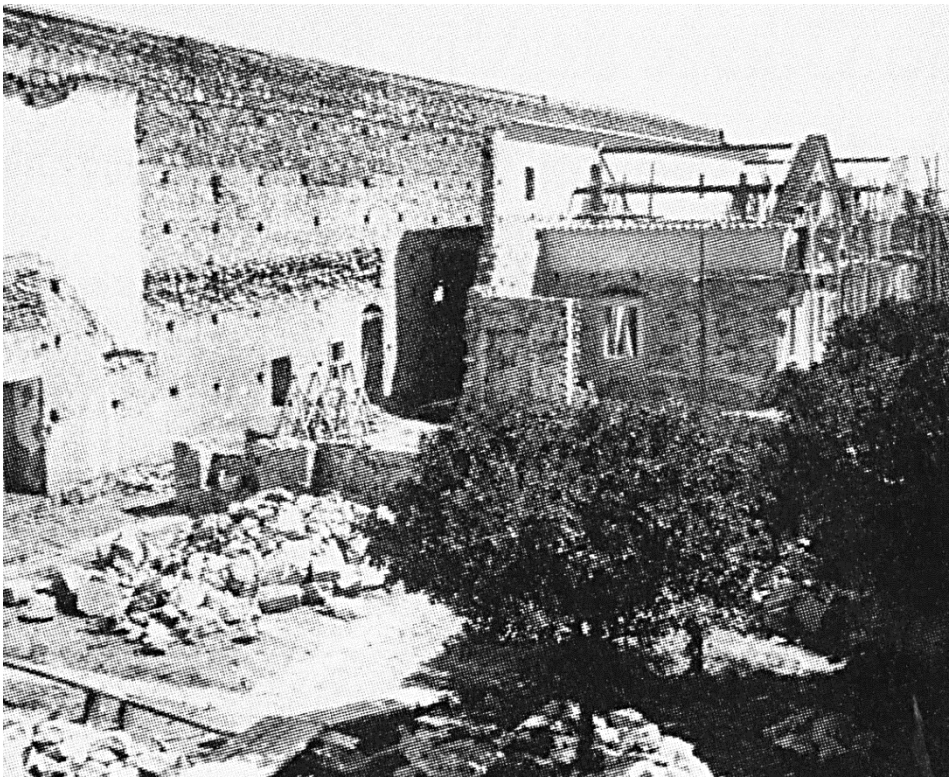


Figura 454 – Reconstrução das celas do lado Sul do Convento da Cartuxa de Évora.

A expansão desta zona da cidade realiza-se progressivamente, sendo acompanhada pela construção de vários equipamentos públicos entre 1945 e 1950[1409], como a Escola Básica do Bairro da Câmara, a Básica do Chafariz D´El-Rei, a Escola Básica do Rossio de S. Brás e Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória. Para além destes edifícios destaca-se ainda a construção do Quartel dos Bombeiros de Évora em 1958.

O plano elaborado por Etienne de Groer afirma-se como um momento de charneira na evolução do património edificado da cidade. O plano reconhece pela primeira vez todo o património edificado da cidade, e não só os seus monumentos singulares, com excepcional e meritório intento de salvaguarda e valorização da identidade urbana. A partir de meados do século vão ser realizadas várias intervenções, procurando reabilitar vários edifícios notáveis da cidade, promovidas tanto pelo Estado como por particulares.

Uma das mais significativas intervenções no património da cidade é promovida pelo engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida que herda, por morte da sua avó em 1940, o Convento da Cartuxa. Inspirado pela qualidade arquitectónica do edifício decide recuperar tanto quanto possível o aspecto original do convento. Sem acesso às plantas originais, e com a zona do claustro e das celas quase totalmente arruinada, as obras seguiram pragmaticamente os vestígios sobreviventes, reproduzindo todas as celas a partir de uma única cela (a antiga cela do prior) a qual, por ter sido continuamente utilizada pelo feitor da propriedade, tinha permanecido relativamente intacta. As obras iniciaram-se em 1948 e transcorrem até 1960, altura em que o edifício é novamente entregue à ordem após 126 anos de interregno[1410].

Entre 1948 e 1951 a sede do Banco Eborense, integrado no Banco Nacional Ultramarino desde 1919 e antigo Colégio de S. Paulo, é totalmente refeita reconstruindo-se por completo a fachada segundo uma linguagem clássica. A alteração foi realizada sobretudo através da substituição dos vãos com bandeiras semicirculares construídos no final do século XIX, por vãos rectangulares rematados por cornijas no segundo piso.

[1409] Gomes, P., & Machado, M. (2021). A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa. *Ler história*, 79.
[1410] Ferro, L. (2019). *O Eremitério da Cartuxa de Évora. Arquitectura e Vida Monástica* Canto Redondo. pp. 112-120.

O Externato Oratório de S. José, fundado na cidade em 1926, recebe um conjunto de donativos de vários benfeitores, entre os quais o do engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida, que lhe permitem encetar a construção de um novo edifício inaugurado em 1949. As obras continuam ao longo dos anos 50, culminando na cerimónia de abertura, em 1965, a Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 1941 inicia-se o processo de construção de um novo edifício para a Caixa Geral de Depósitos. O projecto, desenhado pelo arquitecto Luís Cristino da Silva, teria sido proposto para o lado Ocidental da Praça do Giraldo, procurando restituir as antigas arcadas medievais cujos vestígios se encontram entaipados nas construções existentes. O parecer negativo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais forçou a procura de um local alternativo. O novo projecto, da autoria do arquitecto António Maria Veloso Reis Camelo, de traço sóbrio de feição "português suave", vai situar-se num gaveto da Rua da Républica, decorrendo a construção entre 1952 e 1954[1411].

Em 1950, o edifício do Solar dos Condes de Sabugal, abandonado pela Manutenção Militar, passa a albergar o corpo da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, sofrendo uma importante reforma, que inclui a apropriação de parte da zona exterior do Baluarte do Picadeiro e um novo volume encerrando a ligação entre o paço e o Quartel dos Dragões, então ocupado pelo R. de Infantaria 16[1412].

A partir de 1950 o Hospital do Espírito Santo, ainda parte da Misericórdia de Évora, enceta um conjunto de importantes obras de remodelação e ampliação, com a construção de um novo bloco cirúrgico e pavilhão para doenças infecto-contagiosas sobre o Baluarte do Assa. De um modo autónomo em 1958 Vasco Maria Eugénio de Almeida vai financiar a construção do Hospital do Patrocínio, arrancando as obras no final dos anos 60 num terreno próximo do Hospital do Espírito Santo, na zona exterior da Cerca Nova junto do Bairro da Câmara. Por outro lado, a partir de 1967, o pavilhão para doenças infecto-contagiosas do Hospital do Espírito Santo é adaptado para receber a Escola de Enfermagem, transitando o tratamento das doenças infecto-contagiosas para o antigo Asilo Ramalho Barahona, adquirido pela misericórdia em 1955.

[1411] Brites, J. (2014). *Arquitectura da CGDCP. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Prosafeita. pp. 134-141.
[1412] Dimas, F. A. M. (2019). *Castelo Novo de Évora: Análise e interpretação arquitetónica*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora. p. 58.

A Escola Industrial e Comercial de Évora, situada no Colégio do Espírito Santo, é transferida no ano de 1951-1952 para o Convento de Santa Clara, tendo o edifício sofrido importantes obras de adaptação[1413]. No ano seguinte, em 1953, o espaço público junto à Porta do Moinho de Vento e ao Colégio de Nossa Senhora da Purificação sofre uma requalificação constituindo-se o Largo dos Colegiais[1414].

Em 1957 Vasco Maria Eugénio de Almeida adquire o Paço de S. Miguel com o objetivo de o recuperar e nele instalar o Arquivo e Biblioteca da família. Dado o avançado estado de degradação, é em 1958 iniciado um conjunto de obras de requalificação que vão durar 15 anos. A intervenção parte da experiência obtida durante a requalificação do Convento da Cartuxa sendo realizada com a colaboração do Arquiteto Rui Couto, que irá reabilitar o edifício, mas também recuperar um conjunto de elementos de grande valor arquitetónico encobertos pelas sucessivas intervenções de que o espaço fora alvo desde o século XVIII. Como resultado da requalificação, todo o espaço envolvente é recuperado, constituindo o núcleo de um polo cultural sediado em torno do Pátio de S. Miguel.

Ainda a partir de 1960 é demolido o antigo Palácio do Farrobo situado no Largo das Portas de Moura, na altura abandonado pelo Quartel de Bombeiros, para dar lugar ao Palácio da Justiça, inaugurado em 1963. O novo edifício, desenhado pelo arquitecto Carlos Chambers Ramos em 1958[1415], adopta uma configuração irregular adaptada ao espaço disponível, destacando-se a utilização de um pequeno pátio interior. Durante as obras procedeu-se ainda à demolição de vários edifícios envolventes de modo a ampliar a zona do Largo das Portas de Moura.

A publicação do Decreto-Lei nº 34.096 de 9/11/44 vai obrigar os municípios a realizarem obras de actualização nas diferentes cadeias das comarcas. Na sequência da publicação desta legislação o município de Évora inicia em 1961 o processo de construção de uma nova Cadeia Comarcã nos terrenos do Farragial da Nora. A inauguração do edifício em 1963 deixa o antigo Hospital de Nª. Sª. da Piedade sem função, que é então devolvido ao exército[1416] e posteriormente entregue aos Serviços de Ação Social da Universidade de Évora.

[1413] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 163.
[1414] Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*. p. 8.
[1415] Sá, A. J. F. e. (2019). *Um arquiteto representativo do poder: Estudo dos Palácios da Justiça na obra de Januário Godinho*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura (área de especialização em Cultura Arquitetónica) apresentada à Universidade do Minho. p. 65.
[1416] Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes. pp. 90-91.

O Convento da Graça, então adaptado a messe dos oficiais, sofre em 1957 a derrocada completa do corpo Sul, dormitórios, noviciado e enfermaria, agravando o seu estado de ruína. Em 1965 iniciam-se as obras de restauro do convento: a cobertura da igreja, que tinha colapsado em 1884, é reconstruída e o muro da cerca é demolido substituido por uma grade em ferro, removendo-se ainda alguns pequenos edifícios que antecediam a portaria[1417].

Figura 455 – Reconstrução da cobertura da Igreja da Graça.

Em 1965 inicia-se o restauro do antigo Convento dos Lóios pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que o adapta a pousada[1418]. A analogia de funções permite uma intervenção mínima no esquema funcional do edifício, centrando-se a intervenção no restauro de partes degradadas e na reconstrução de elementos desmontados, como foi o caso do claustro, em que foi possível a reconstituição do lavabo através da identificação das cantarias originais que se encontravam enterradas[1419]. Também em 1965 instala-se no Real Celeiro Comum do Monte da Piedade o Museu do Artesanato de Évora, após a Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas abandonar o espaço[1420].

[1417] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. pp. 224-225.
[1418] Ibid. p.191.
[1419] AAVV. (1965). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 119. Sé Velha de Coimbra*. Ministério das Obras Públicas.
[1420] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3838

O Teatro Garcia Resende sofre entre 1966 e 1969 obras com subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian[1421]. Os primitivos vãos encimados por bandeiras semicirculares são substituídos por vãos de cantaria em granito com vergas rectas, rematados por frontões no andar nobre, alterando significativamente a fachada, que fica mais próxima da linguagem decorativa do Estado Novo.

Em 1963 Vasco Maria Eugénio de Almeida cria a Fundação Eugénio de Almeida com o objectivo de apoiar o desenvolvimento cultural, educativo e social da região. A fundação é inicialmente instalada no edifício do antigo Tribunal da Inquisição. Na sequência da fundação desta instituição o Conde de Vill'Alva cria, em 1964, o Instituto Superior Económico e Social de Évora, também instalado no espaço do antigo Tribunal da Inquisição. A criação destas instituições motivou um conjunto de obras no edifício, realizadas entre 1963 e 1965, adaptando-o à função educativa[1422].

Entre 1965 e 1975 a cidade inicia um processo de expansão para Ocidente, constituindo-se duas grandes áreas de crescimento urbano: o Bairro dos Três Bicos junto ao Forte de Santo António, e o Bairro da Senhora da Glória junto ao antigo Forte dos Penedos. Os vestígios remanescentes desta estrutura são integrados no tecido urbano, estando na actualidade ocupados por oficinas de reparação automóvel. O crescimento urbano nestas zonas abandona as directirzes estabelecidas pelo "Anteprojecto do Plano de Urbanização" de De Groer, imperando a partir de então de lógicas relativamente autónomas do contexto geral.

Entre 1970 e 1971 a Escola Industrial e Comercial abandona as instalações que possuía no Convento de Santa Clara e instala-se num edifício novo construído pela na Rua Dr. Domingos Rosado, junto ao antigo Baluarte dos Apóstolos. Em 1979 o nome da Escola foi alterado para Escola Secundária Gabriel Pereira, passando a funcionar como escola secundária.

Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX a oferta hospitalar da cidade é significativamente alterada com a ampliação do Hospital do Espírito Santo e a construção do Hospital do Patrocínio e do Hospital da Misericórdia. O antigo Hospital do Espírito Santo é entre 1974 e 1975 significativamente ampliado com a construção de um novo e moderno edifício a Sul

[1421] Silvério, H. L. A., Silvério, M. A. A., Santos, M. E. F. C. M. d., & Rosário, M. H. C. d. M. C. d. (1979). O Teatro Garcia de Resende. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal, 61/62*.
[1422] http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=25984

que vai, em parte, substituir as principais funções do antigo hospital. O hospital deixa neste momento de ser gerido pela Misericórdia de Évora e passa a fazer parte do Serviço Nacional de Saúde com a denominação Hospital Distrital de Évora. No início dos anos 80 é também concluída a construção do Hospital do Patrocínio, suspensa desde 1974, sendo o mesmo, eventualmente, integrado no Hospital Distrital de Évora aumentando a sua capacidade hospitalar. O Asilo Ramalho Barahona, que fazia parte da Misericórdia de Évora desde 1955, é a partir de 1974 denominado Recolhimento Ramalho Barahona. O edifício sofre a partir de 1977 importantes obras de modernização e ampliação, terminadas em 1982, que vão permitir a constituição de um novo centro hospitalar privado, o Hospital da Misericórdia.

Figura 456 – Perspectiva geral do conjunto urbano do Bairro da Malagueira.

A fundação do Instituto Superior Económico e Social de Évora (1964) e do Instituto Universitário de Évora (1973) vão constituir os embriões que, através da reforma do ministro Veiga Simão, culminam na reabertura da Universidade de Évora em 1979[1423]. A universidade vai reocupar as suas instalações originais no antigo colégio, que na época ainda alojava o Liceu Nacional de Évora. O liceu por sua vez é transferido em 1979 para um edifício novo construído junto à Ermida de S. Sebastião adoptando o nome de Escola Secundária André de Gouveia.

No final da década de 70, a crise de oferta de habitação vai dar lugar ao surgimento de vários núcleos urbanos de génese ilegal, sobretudo no lado Ocidental da cidade. Como resposta o município avança em com um plano de expansão da zona para Ocidente procurando a recuperação e integração dos núcleos clandestinos através da constituição de Cooperativas de Habitação de baixo custo. É neste contexto que o arquitecto Álvaro Siza Vieira é contratado para elaborar um plano de pormenor do qual vai resultar a construção do Bairro da Malagueira entre 1977 e 1997. O conjunto de 1200 habitações destaca-se pela reinterpretação dos modelos de habitação típicos da região através da configuração das várias habitações com um pequeno pátio interior de acesso, a partir do qual se acedia aos restantes espaços de cada habitação.

O município elabora o primeiro Plano Director Municipal em 1979, apenas ratificado em 1985, consolidando toda a estratégia de políticas urbanas realizada a partir da segunda metade do século XX. Em 1986 a cidade é classificada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, reconhecendo a extraordinária qualidade de preservação do tecido urbano medieval, assim como dos edifícios singulares, igrejas, conventos, colégios, entre outros. Na sequência desta classificação a cidade é cada vez mais reconhecida como um dos fundamentais destinos turísticos do país, permitindo uma crescente prosperidade económica associada ao turismo e a consequente revitalização do património edificado no centro urbano da cidade.

Nos anos 80 os pavilhões industriais que ocupavam o espaço do antigo Convento de Santa Catarina de Sena são demolidos, procedendo-se à construção de um conjunto de edifícios de habitação segundo uma implantação que corresponde grosso modo ao perfil do limite exterior do antigo convento[1424].

[1423] Pereira, S. M. (2019). O Colégio do Espírito Santo (1551). In M. C. Valente & A. Soler (Eds.), *Évora com Ciência - Percursos da Universidade de Évora* (pp. 241-249). Gráfica Eborense. p. 10.
[1424] Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla. p. 216.

Figura 457 – Perspectiva geral da cidade de Évora.

Figura 458 – Praça do Giraldo na actualidade.

No final do século XX as principais dinâmicas urbanas de desenvolvimento da cidade continuam a ocorrer na zona Poente da cidade, destacando-se a construção ou ampliação de uma série de importantes equipamentos. Na zona do Bairro dos Três Bicos é, entre 1990 e 1995, construído o edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, segundo projecto dos arquitectos Cristina Salvador e Fernando Bagulho, também autores do Centro Comercial Eborim construído em 1980. Também na zona Poente da cidade, junto da antiga Porta de Alconchel é, entre 1992 e 1994, significativamente ampliado o Externato Oratório de S. José, com o apoio de fundos públicos tornando-se um dos maiores complexo escolares da cidade. Finalmente, e também na zona Poente, um dos últimos edifícios singulares a ser construído no final do século é o novo Terminal Rodoviário, cuja obra é realizada entre 1997 e 1999. O edifício vai substituir o anterior terminal, construído nos anos 30 junto ao Convento de S. Francisco no interior da Cerca Nova e que não permitia o acesso a veículos em condições adequadas. O novo terminal vai ser implantando junto do Cemitério dos Remédios, em articulação directa com as mais importantes vias de acesso à cidade.

Contrariando a lenta decadência em que se encontrava a cidade desde o final do século XVI, no início do século XX, Évora vai assumir-se como um dos centros urbanos mais importantes do Sul de Portugal. Esta centralidade é uma consequência directa de vários momentos de reorganização administrativa gradualmente promovidos e implementados, primeiro pelos governos Liberais e, posteriormente continuados a partir da instauração da República, instalando um conjunto de equipamentos e serviços públicos de apoio à população dos territórios envolventes (tribunais, hospitais, escolas, prisões, etc…). Por outro lado, a consolidação das acessibilidades ferroviárias e viárias vão também beneficiar o desenvolvimento urbano de Évora, cuja proximidade relativa à cidade de Lisboa, e junto ao eixo de ligação entre esta e Badajoz, vai potenciar o desenvolvimento industrial da cidade e afirmar Évora como um dos principais destinos turísticos do país. Estabelece-se assim ao longo do século XX uma nova dinâmica administrativa e económica de relativa prosperidade que vai permitir um acentuado crescimento urbano. A cidade ganha protagonismo no contexto nacional e extravasa pela primeira vez, de um modo sustentado, os limites impostos pela Cerca Nova, estabelecendo um conjunto de importantes núcleos urbanos periféricos.

Considerações Finais

Figura 459 – *Grafitti* na fachada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Perante a complexidade e singularidade das formas urbanas actuais, construídas e sedimentadas no tempo longo, a questão que se colocou no arranque do trabalho, foi a de se saber se era possível realizar uma leitura operativa do respectivo regime de produção e progressiva transformação e evolução, pressupondo uma ambiciosa análise que propiciasse a reconstrução do processo evolutivo de várias cidades.

A resposta é por natureza inclusiva, e o nosso conhecimento sobre o processo evolutivo da cidade construída estará sempre em permanente evolução, constantemente informado e enriquecido por um manancial de pequenos fragmentos, peças de um puzzle maior ao qual todos os dias se acrescenta informação. Não podemos, pois, oferecer à pergunta inicial uma resposta final: não foi esse o objectivo deste trabalho.

Este percurso pela história de três cidades portuguesas permite, no entanto, estabelecer alguns pontos de situação sobre o assunto, enriquecendo não só o entendimento concreto que possuímos destes aglomerados, mas também a própria discussão teórica sobre os métodos de leitura dos tecidos urbanos, questionando, até o papel e o futuro da cidade contemporânea a partir de uma nova perspectiva mais alargada e abrangente.

A visão da cidade construída e da sua evolução parte assim de uma base eminentemente contemporânea, entendendo-a como ponto de partida e não como ponto de chegada. Em vez de seguir o processo histórico habitual de restituição isolada e gradual de períodos específicos, desde um hipotético momento fundacional até à actualidade, o problema foi abordado a partir do procedimento inverso de *decomposição regressiva* dos estratos construídos que, apesar de expostos numa sequência progressiva linear, foram sempre analisados a partir do confronto directo e privilegiado com a cidade existente. Foram assim reconstituídos conjecturalmente diversos períodos de evolução urbana, demonstrando de um modo claro as relações de causa/efeito entre o traçado actual de uma cidade e todos os momentos anteriores de formação, em que a permanência dos vestígios das ocupações anteriores estabelecem a ligação entre as diferentes fases de transformação, que coexistem, assim, sobrepostas num mesmo lugar, num mesmo sítio.

A Metodologia

Face ao objectivo fundamental da compreensão da forma da cidade, ou seja, os princípios que determinam a composição das suas formas, propôs-se uma visão diacrónica da sua evolução através da reconstrução dos seus sucessivos estágios desde um hipotético momento inicial até ao momento presente. No entanto a realização deste tipo de leituras confronta-se invariavelmente com o problema fundamental da limitação da informação disponível uma vez que o processo de evolução das formas urbanas no tempo é feito através da sobreposição, destruição e/ou deformação das estruturas pré-existentes. A cidade constrói-se sobre si mesma, irremediavelmente destruindo ou reciclando as estruturas do seu passado.

Uma parte significativa e inicial da investigação debruçou-se, assim, sobre as questões metodológicas necessárias à leitura, análise e reconstrução das formas urbanas antigas e, sobretudo detendo-se na problemática causada pela grande diversidade de fontes que devem ser consideradas, cada uma com considerações epistemológicas específicas. Neste campo, a investigação realizou em primeiro plano uma leitura alargada aos principais autores e trabalhos, que a partir de diferentes perspectivas disciplinares e metodológicas abordam o estudo da evolução da forma urbana. A partir desta leitura, a investigação avançou para uma solução tripartida no que toca à reconstrução da evolução das formas urbanas no tempo, colocando em diálogo permanente, ao longo do processo de análise, três fontes principais de informação com as suas especificidades de análise: o **enquadramento histórico**, a **análise do tecido urbano** e a **comparação tipo-morfológica**.

A componente dedicada ao enquadramento histórico foi naturalmente abordada no contexto de uma visão diacrónica da evolução das formas urbanas[1425] como elemento fundamental de enquadramento das estruturas a analisar. A metodologia adoptada pressupôs a divisão do enquadramento histórico em três grupos distintos de fontes: as *referências textuais*, as *referências gráficas* e os *trabalhos teórico-práticos*. As referências textuais e as referências gráficas incluem um espectro muito diversificado de fontes, geralmente contemporâneas das formas urbanas em análise, que vão desde os "pequenos" e pontuais contratos de compra e venda de propriedades, até aos grandes registos, incluindo nestes algumas fontes visuais indirectas creditadas, pertencentes à categoria (ou género) da obra pictórica. Mas entre estas interpõe-se um médium que, a maior parte das vezes sem um imediato

[1425] Analise formal: recursos princípios, métodos. Subsídios para o conhecimento da Cidade Portuguesa

objetivo de natureza fornal e estética (como resulta numa fonte preciosas de informação, e dotada de uma objectividade superior, muitas das vezes: a fotografia (por exemplo, a fotografia de *ambientes urbanos* mas também e muitas vezes, de *objectos urbanos no espaço*, isto é, *formas qualificadas de representação do edificado*). Mas assentou, em especial, no que se pode considerar o conjunto de fontes objectivas e diretas, plasmadas nas panorâmicas mais antigas relativas a cada objecto de estudo, a plantas – de diversos tipos e formas de captação e sistematização – e elementos que podemos já considerar "técnicos", isto é, com um objectivo interventivo, como sejam as plantas e levantamentos, globais ou parciais das cidades em apreço, e que resultam de uma vontade de interpretação da forma urbana ou/ e da sua necessidade como suporte de acções de modificação, mudança ou permanência. A consideração destas fontes é algo relativamente natural nos estudos diacrónicos da evolução de formas construídas, no entanto aqui a principal contribuição da investigação prende-se com a visão ontológica sobre a natureza destas fontes, dividindo as em dois conjuntos fundamentais, as referências de natureza ilustrativa e as referências de natureza descritiva. Dada a grande diversidade de fontes, esta divisão pretende suprimir os aspectos relacionados com o "tipo" de fonte, evidenciando antes a natureza do seu conteúdo, ou seja, se nelas as referências das formas urbanas têm uma natureza ilustrativa ou acessória face ao foco principal do trabalho, ou se detêm uma natureza descritiva, isto é, se a caracterização das formas é em si mesma o aspecto principal a ter em conta. Para além da estruturação das referências textuais e gráficas em referências de natureza ilustrativa e descritiva, o trabalho propõe no âmbito do enquadramento histórico a constituição de um terceiro grupo de fontes, os **trabalhos teórico-práticos**, compreendendo todos os trabalhos relativamente recentes de carácter técnico/prático ou académico/teórico com contribuições para a caracterização da evolução das formas urbanas. Este tipo de fontes não é tradicionalmente enquadrada de forma autónoma; no entanto, face aos recentes e importantes contributos de várias disciplinas para o estudo da evolução urbana impôs-se a sua sistematização num grupo próprio e relativamente autónomo.

A **Análise do Tecido**, ou seja, a leitura directa das formas urbanas, é naturalmente uma parte de qualquer análise de morfologia urbana. A análise do tecido é, para a morfologia urbana, a fonte primária, essencial em qualquer investigação deste tipo, uma vez que a disciplina considera este tecido como o resultado de um continuo processo evolutivo, de reutilização de estruturas urbanas. A cidade *apaga e reescreve sucessivamente as suas estruturas preservando vestígios fragmentários da sua forma*, recuperáveis através da leitura do tecido urbano. Aqui o problema

fundamental para a análise resulta da grande complexidade e dos processos de *palimpsesto***,** que dificulta a realização de leituras claras dos processos evolutivos ou de transformação das formas no tempo, mas que assumem tantas vezes um papel *revelador*. Para superar esta complexidade a investigação promoveu a desmontagem sistemática do tecido urbano nos seus componentes essenciais tornando a leitura das regras fundamentais de composição ou os diferentes momentos de concepção mais evidentes. A leitura do tecido a partir da sua decomposição em elementos é avançada sobretudo por arquitectos italianos e franceses, tendo inúmeros precedentes importantes com contribuições significativas no que concerne ao estudo das formas urbanas. Neste sentido importa destacar o papel fundamental que o desenho assume como instrumento de análise na investigação. Este, naturalmente, sempre teve uma condição intrínseca e inseparável da Arquitectura no sentido prático e teórico da disciplina. No entanto, é geralmente entendido como um dado adquirido, sem reflexão sobre as questões epistemológicas que coloca, ou relegado para uma natureza meramente acessória destinada à ilustração de argumentos ideias ou projectos. A sua condição fundamental e essencial na Arquitectura como ferramenta da análise das formas é assim geralmente marginalizada para um papel secundário ou meramente supletivo. Urge assim um processo de redescoberta e reflexão sobre o papel central do desenho, remetendo-o para um papel de destaque nos trabalhos sobre Morfologia urbana.

Finalmente a metodologia adoptada considera ainda uma terceira fonte de informação para a reconstrução das formas urbanas a partir de um processo de **Comparação Tipo-Morfológica**. A leitura de edifícios e tecidos urbanos a partir de perspectivas tipológicas fazem parte do discurso analítico da Arquitectura desde os estudos de Quatremère de Quincy e Louis Durand e sobretudo, no século XX, Giulio Carlo Argan. No entanto a realização de análises segundo uma perspectiva tipológica tem sido tendencialmente realizada no contexto da arquitectura contemporânea ou para edifícios cujo conhecimento se encontra estabilizado, descurando o seu potencial teórico para revelar elementos desconhecidos. Por seu turno, a Arqueologia e a História, recorrem frequentemente a leituras comparativas para reconstruir elementos em falta em estruturas antigas, sem, no entanto, reconhecerem em primeira linha o potencial revelador das análises tipológicas; por vezes poderá acontecer que atendendo à carência de uma prática estabilizada na análise da forma, se atinjam resultados práticos pouco expressivos, pese embora o progresso notável que se verificaram nesta disciplina neste preciso domínio, em especial nos últimos trinta anos, pelo menos. Por isso, esta dissertação procurou

assim juntar a prática tipológica da Arquitectura às leituras de estruturas antigas avançadas pela História e pela Arqueologia. No seu âmago, as leituras a partir da tipologia são uma análise das regras fundamentais de composição das formas construídas ou, talvez, como refere Walter Rossa, das respectivas variantes e invariantes. Ora, partindo de um reconhecimento das invariantes através da comparação sistemática de determinados conjuntos de edifícios, é possível prever qual a configuração e natureza completa de estruturas para as quais apenas temos um conhecimento parcial ou fragmentário. A Tipo-Morfologia emerge assim, através da comparação sistemática das formas, como um dos mais importantes passos metodológicos para a recuperação hipotética dos diferentes momentos na cidade construída.

As Cidades

O estabelecimento e a sistematização de uma nova metodologia permitiu assim abordar o problema central apresentado pela reconstrução hipotética dos diversos momentos que caracterizam a evolução das formas urbanas. Para o desenvolvimento deste objectivo foram escolhidas as cidades de Braga, Coimbra e Évora. Estas cidades assumem, pela sua relativa importância no contexto nacional e regional, pela sua distribuição homogénea no território, e pelo semelhante desenvolvimento no tempo, um caracter representativo no que à generalidade dos aglomerados urbanos portugueses diz respeito. A análise destas cidades foi realizada de um modo relativamente autónomo, tendo sempre como objectivo final a possibilidade de realizar leituras transversais, entre diferentes espaços e diferentes tempos. Considerou-se, ainda, o objecto urbano enquanto possuidor de um potencial tipológico, a partir do qual a realização de uma leitura comparativa poderia resultar na supressão de lacunas na informação do seu processo histórico, utilizando períodos e tempos relativamente bem documentados num contexto, para explicar outros contextos para os quais a informação era excessivamente fragmentária ou inexistente. No entanto, a leitura final do documento demonstra as limitações desta visão, já que a comparação do desenvolvimento das cidades de Braga, Coimbra e Évora demonstrou como cada um dos três núcleos possui uma evolução relativamente singular.

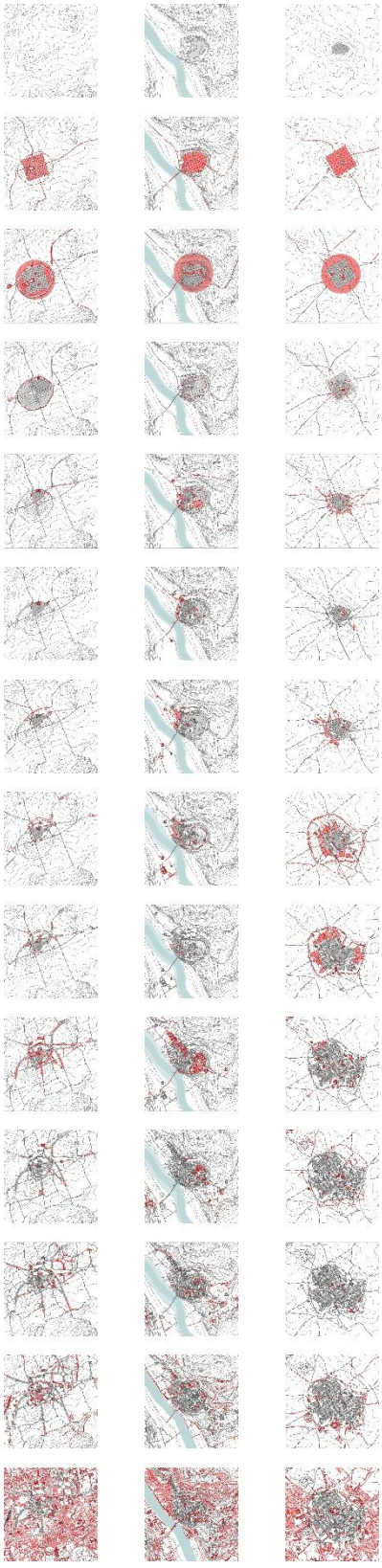


Figura 460 – Perspectiva geral da evolução das cidades de Braga, Coimbra e Évora

A cidade de Braga teria sido fundada *ex novo* e não *ex nihilo*, ou seja, ao que tudo indica, a cidade é efectivamente fundada pelos romanos, mas não "do nada", uma vez que em diversos locais da cidade têm surgido importantes vestígios proto-históricos que apontam para a existência no local de um centro cerimonial/religioso ou económico (um espaço de mercado) comum aos vários castros que rodeiam a região. A fundação romana é um exemplo paradigmático da aplicação de um traçado regular de origem romana sobre um território "virgem" desenhando uma malha regular de 10x10 quarteirões quadrados. Esta malha seria dividida em 4 quadrantes de 5x5 quarteirões por duas vias principais que se cruzavam no centro da malha. A aplicação deste desenho rigoroso era condicionada pela colocação no centro da cidade do fórum, que interrompia uma das vias principais, ocupando um espaço de 2x4 quarteirões nos quadrantes Ocidentais, Norte e Sul.

A ruptura provocada pela queda do império vai provocar uma dramática mudança e a depauperação da cidade, que ficaria reduzia a menos de ¼ da sua dimensão original, circunscrevendo-se a um dos antigos quadrantes da urbe romana em torno da antiga basílica paleocristã. Com a estabilização do contexto político e militar, a cidade inicia um processo de crescimento continuado e sistemático, através do prolongamento dos arrabaldes situados junto às portas das muralhas medievais, em direcção a um conjunto de pequenas igrejas construídas na periferia da cidade. Para além deste processo de gradual extensão de ruas ou caminhos pré-existentes, documentam-se ainda o rasgamento de novas ruas, como por exemplo a Rua do Souto no século XIII, a Rua Nova de D. Diogo de Sousa e a Rua dos Pelames no século XVI, e as ruas de S. André / Guadalupe e S. Gonçalo / Oliveiras no século XVIII, e as avenidas da Liberdade e 31 de Janeiro - ou ainda a Rodovia - já no século XX. Mesmo as operações de regularização do tecido realizadas no final do século XIX e início do século XX no Bairro das Travessas, constituem, no essencial, um processo cumulativo de regularização sistemática e sequencial de ruas e não uma operação inicialmente concebida de uma forma coerente sobre o espaço urbano como um todo. A cidade teria assim uma estrutura urbana caracterizada por um pequeno núcleo medieval, a partir do qual irradiavam longos eixos urbanizados, separados por grandes extensões de áreas agrícolas que só seriam colmatadas na segunda metade do século XX.

Coimbra possui uma posição estratégica, controlando o acesso aos caminhos entre o Norte e o Sul do país, bem como o acesso ao interior através do Rio Mondego, a partir de um imponte planalto. Limitada por esta forte topografia a implantação da cidade romana terá sido condicionada, sendo notórios os substanciais desalinhamentos entre os poucos vestígios de estruturas encontradas, que indiciam um traçado urbano disposto em função da irregularidade orográfica e das linhas de colina e respetivas cotas. Com a queda do Império, ao contrário de outras cidades, a topografia da cidade terá tornado redundante a necessidade de uma contracção do perímetro muralhado, que terá continuado sem alterações substanciais desde o período romano até à sua desactivação já no século XVIII. A redução urbana característica deste período teria resultado num provável fenómeno de ruralização do seu espaço interior, em que o grande perímetro muralhado seria esparsamente ocupado.

Na Idade Média a expansão da cidade vai ser realizada em direcção à planície do rio para poente, constituindo-se uma polarização da cidade em duas áreas distintas: a Baixa e a Alta. A estabilização da situação militar vai promover o surgimento de uma área de expansão relativamente dispersa, sem preocupações defensivas junto à planície do rio. A análise do tecido urbano da Baixa evidencia uma evolução complexa onde, apesar de predominar um tecido tendencialmente regular, são inúmeros os desalinhamentos, as rupturas e as descontinuidades. Estas descontinuidades, e a descrição de edifícios aparentemente isolados junto ou perto da margem do rio ainda na Idade Média, parece sugerir um processo de densificação gradual de um território rural, em que novos edifícios vão sendo pontualmente construídos no território de modo autónomo até gradualmente preencherem todo o espaço disponível. O crescimento e densificação da Baixa parece, assim, literalmente opor-se ao gradual esvaziamento e abandono da Alta.Para além dos processos de crescimento orgânico da cidade, ocorrem ainda em Coimbra vários momentos de profundas reformulações urbanas. Primeiro, no século XVI, com o rasgamento da Rua da Sofia, a implantação da Universidade e o povoamento da Alta da cidade. E no século XX com as – dir-se-iam, dramáticas - operações de demolição ou rasgamento na Alta, com a construção dos novos edifícios universitários e. na Baixa. com os sucessivos planos realizados para a zona.

Finalmente no caso de Évora a sua origem estará numa provável fundação romana sobre um sítio indígena pré-existente do qual ainda não foram encontrados quaisquer vestígios. Do período romano foram já identificadas várias estruturas, as quais, apresentando todas os mesmos alinhamentos, sugerem a aplicação de um projecto urbano coerente de malha ortogonal. Apesar destas evidencias ainda não foi possível estabelecer um desenho para a estrutura urbana, que apresentaria certamente uma configuração próxima da que foi documentada em Braga ou que se aproximava da matriz cardo-decumânica da prestigiada Emérita. Com a queda do Império também esta a cidade sofre uma grande contração em torno do seu centro monumental e dos seus principais edifícios públicos, o fórum e as termas. A instabilidade provocada pelos sucessivos avanços e recuos de forças islâmicas e cristãs vai limitar o crescimento da cidade num momento inicial a uma reduzida área em torno do lado ocidental das muralhas junto ao que é hoje a Praça do Giraldo. Esta zona vai manter-se como a principal área de expansão urbana, apresentando uma configuração relativamente compacta até ao século XVI, quando é construído um segundo perímetro muralhado. A partir desse momento, a cidade passa a ter uma grande reserva de espaços rurais com potencial construtivo e de urbanização, assistindo-se a um crescimento marcado por grandes parcelas de terreno que são progressivamente loteadas segundo configurações tendencialmente ortogonais, segundo o modelo que à época se denominava "vilas novas". É assim gerado um tecido composto por um conjunto de pequenas malhas ortogonais de distintas configurações preenchendo o espaço entre as principais vias de acesso ao centro.

A construção no século XVI da Cerca Nova vai ser profundamente determinante no posterior desenvolvimento da cidade. Évora passa a partir desse momento assiste-se a um crescimento marcado por grandes parcelas de terreno que são progressivamente loteadas segundo configurações tendencialmente ortogonais, no que à época se denominava "vilas novas". É assim gerado um tecido composto por um conjunto de pequenas malhas ortogonais de distintas configurações preenchendo o espaço entre as principais vias radiais de acesso ao centro antigo muitas vezes na periferia urbana da cidade em torno do seu núcleo amuralhado. A grande disponibilidade de terrenos e a estagnação urbana da cidade pós-restauração da independência fazem com que a cidade apenas cresça para fora das muralhas já no século XX. Este crescimento vai, porém, ser também marcado pelo loteamento de grandes unidades homogéneas, quer através da desafectação dos conventos extintos, quer por via de iniciativas de melhoramento que o contexto liberal e, depois, um surto desenvolvimentista motivaram.

A comparação de Braga Coimbra e Évora revela uma evolução urbana dominada por processos específicos de cada cidade. Se em Braga o desenvolvimento da cidade é caracterizado por um crescimento linear ao longo das ruas, em Coimbra assiste-se a um crescimento a partir de densificação e ruralização da Alta e da Baixa, enquanto em Évora se testemunha uma tendência para a sistemática adição de novos espaços urbanos programados. Assim a premissa inicial que procurava também entender as formas urbanas segundo um ponto de vista tipo-morfológico tem uma aplicação limitada - mas necessariamente tentada para confronto de hipóteses - nos casos de estudo analisados.

Os Edifícios

No entanto e para além do estudo da cidade como um todo, o necessário estudo de pormenor das diferentes estruturas que compõem o tecido urbano, nomeadamente dos edifícios singulares ou monumentais revelou relações de grande proximidade entre vários edifícios relevantes, assim como semelhantes processos de transformação comuns às várias cidades.

Em relação aos edifícios monumentais, assinala-se na cidade de Braga uma notável continuidade das principais estruturas construídas. Estas tendem a manter uma ocupação consistente desde a sua fundação inicial, quer através da sua renovação completa quer através da sua progressiva adaptação, até ao momento presente. Mesmo em momentos de significativa ruptura da cultura urbana, como aconteceu com a extinção das ordens religiosas são poucos os edifícios completamente demolidos na cidade. Um exemplo paradigmático desta notável continuidade reside no facto de Braga ser a única cidade portuguesa que mantém uma memória histórica e física ininterrupta do antigo fórum romano, ainda reconhecível no século XVI.

Em contraste, a evolução dos edifícios monumentais de Coimbra é particularmente rica, caracterizando-se por grandes rupturas e transformações. São frequentes os casos de construção de grandes edifícios monumentais que são posteriormente completamente perdidos para o tecido urbano ou radicalmente transformados, de tal modo que a sua forma inicial se torna irreconhecível, desde o alcácer islâmico transformado em paço real e universidade, passando por mesquitas desaparecidas, basílicas romanas transformadas em paços episcopais ou conventos

transformados em paços do concelho ou aparentemente devorados pelo rio sem deixar qualquer vestígio aparente. São inúmeros e extremamente ricos quase todos os exemplos de transformações de edifícios monumentais da cidade.

Já no caso de Évora o panorama é mais ambíguo, caracterizado também pelo surgimento de grandes conjuntos de edifícios monumentais mas que são tendencialmente eliminados em momentos posteriores. Porém, aparecem-nos, simultaneamente, quase todos eles, condenados ao desaparecimento, submetidos a um metabolismo tantas vezes radical ou perdidos em demolições, mas apesar de tudo deixando pequenos fragmentos, um templo romano, uma torre de menagem, uma varanda palaciana, um claustro gótico ou uma pequena igreja.

No entendimento dos edifícios monumentais ou singulares a utilidade da metodologia proposta para recuperar as formas urbanas é evidente, não apenas ao ter possibilitado reconstruir a evolução do edificado mais relevante das cidades analisadas, mas também ao permitir tangencialmente pontes para o entendimento de outros edifícios e núcleos urbanos. São exemplos destas visões as leituras sobre a Mesquita Aljama de Coimbra como ponte de avaliação para as mesquitas de Santarém, a análise do Hospital do Espírito Santo de Évora em relação ao Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa, a sobreposição da planta do Igreja de S. Francisco de Évora com os vestígios Igreja de S. Francisco de Lisboa. Outro exemplo: a possibilidade de utilizar o modelo dos fóruns tripartidos, recuperado em parte a partir do fórum de Évora, para a reconstrução dos fóruns de cidades como Tomar, Viseu, Santarém, Beja ou Idanha-a-Velha.

Uma observação, que se crê pertinente: não foi por acaso que neste trabalho se insistiu num acompanhamento quase exaustivo na descrição das várias fases por que passaram vários – quase todos! – os edifícios com um papel maior ou menor na definição da vida e metabolismo das cidade em apreço: essa insistência - ou dirão alguns, teimosia…-, prende-se precisamente com o facto desta informação ser sempre preciosa, mesmo que sumativa ou cumulativa; sempre a par do que aconteceu, sem se saber o que acontecerá, mas que, efectivamente aconteceu. Este processo decorreu da necessidade imperiosa de perceber *o fluir do tempo*, de entender os marcos cronológicos, dos entender *no fluxo* da história.

No decorrer da investigação, o cruzamento de informações sobre os edifícios monumentais contribuiu em vários momentos para aumentar o

conhecimento de vários contextos. No entanto, o melhor exemplo da utilidade da metodologia pode ser encontrado no caso da reconstrução do traçado regulador que controla a composição dos fóruns romanos. Aqui, a análise dos fóruns de Évora e Mérida permitiu de um modo claro demonstrar como, a partir de vestígios relativamente ténues e fragmentários em vários contextos urbanos é possível, através de uma comparação tipo-morfológica, recuperar as suas regras de composição ou traçados reguladores e assim reconstruir, a partir dos vestígios existentes, uma visão aproximada da sua planta inicial.

Explicando melhor: a análise do fórum de Évora e Coimbra, do Hospital de Évora, ou da mesquita aljama de Coimbra de um modo singular, como artefactos únicos e individuais impede o seu conhecimento completo. Este tipo de análises apenas nos revela as características físicas e materiais dos vestígios bem como as suas cronologias. Para compreender verdadeiramente estes artefactos é fundamental situá-los na sua cultura enquadrando-os tipo-morfologicamente de modo a ler a sua forma para além dos vestígios. Apenas é possível compreender o Hospital do Espírito Santo em Évora, compreendendo o Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa. Apenas é possível compreender a mesquita de Coimbra compreendendo as mesquitas de Córdoba ou Santarém. E apenas é possível compreender o fórum de Coimbra a partir do fórum de Évora, Mérida, Paris ou Bavay, por exemplo. Apenas uma análise estruturalista em buca do arquétipo tipo morfológico revela o texto subjacente e oculto das formas passadas.

Espaço-Tempo. Por uma visão operativa da História

As conclusões obtidas e as novas hipóteses geradas através desta investigação evidenciam a necessidade de aprofundar o tema da evolução das formas construídas, não só no campo da Morfologia Urbana e da Arquitectura, mas também em outras disciplinas com contribuições significativas como a Arqueologia ou a História. Apenas com trabalhos multidisciplinares se podem colmatar as insuficiências epistemológicas de cada disciplina e potenciar as suas mais valias metodológicas para a construção de estudos multidisciplinares verdadeiramente abrangentes e transversais.

A realização de estudos neste sentido permite-nos aceder a uma perspectiva verdadeiramente dinâmica da história ou da evolução/transformação urbana, não como uma sucessão de momentos estáticos, mas como um processo continuo que nunca está concluído, que se pretende sempre manter e até mesmo reforçar como parte intrínseca das formas construídas. Reafirme-se, pois, que não obstante os estudos da cidade construída - tal como dos meios que determinaram a sua produção -, admitirem como natural o papel e a importância do Tempo na construção das formas edificadas assim como a complexidade do respetivo processo de sedimentação, este conhecimento é raramente integrado de forma consciente no processo analítico que, pode, em alguns casos, preceder, nomeadamente, e por exemplo, o acto de projecto de reabilitação ou de "obra nova" como se usa dizer, ou de (re)definição urbana.

O projecto tende ainda a entender a produção de formas de um modo simplista, a partir do controle de todas as variáveis, entendendo sempre as formas projectadas e construídas num estado ideal e cristalizado. No entanto, esta visão é não só irrealista e ilusória, mas sobretudo antitética à condição urbana, de diversidade e permanente transformação. A apologia do **tempo longo** como elemento fundamental de criação urbana permite integrar esta dimensão fundamental no acto de projecto contribuindo para uma síntese do Espaço e do Tempo, ou seja, contribuindo para uma visão verdadeiramente operativa da História, tal como defendido por arquitectos como Saverio Muratori, Gianfranco Caniggia ou Aldo Rossi.

Apetece, por razões que se percebem, citar George Kubler, quando nos fala do papel da história (da arte, *das coisas*, enfim dos manufactos, dos artefactos, de que o urbanismo é parte integrante), como inspirador de um trabalho *sobre* o Tempo, e sobre a Forma: "*Conhecer o passado é uma tarefa tão surpreendente como conhecer as estrelas. Os astrónomos olham apenas para velhas luzes. Não podem olhar para outras. Estas velhas luzes de estrelas mortas ou distantes foram emitidas há muito tempo e só no presente as apercebemos. Muitos acontecimentos históricos, tal como os corpos astronómicos, ocorrem também muito antes de aparecerem (…). Por isso, astrónomos e historiadores têm uma característica em comum: lidam com aparências assinaladas no presente, mas que ocorreram no passado*" [1426i]. O nosso objecto de estudo, o traçado urbano, a vida do edifício – que é a vida do objecto e das suas ramificações no Tempo – será então estrela lá longe, cuja cintilação não é senão o sinal de um passado, porque essa estrela – esse objecto – já não existe: ou existe de outra maneira.

Trata-se sobretudo de entender as formas construídas como sendo *intrinsecamente incompletas e imperfeitas*, não no sentido de inevitável fatalidade, mas antes vendo o tempo como o catalisador de uma permanente possibilidade de reinvenção e renovação. Parados no tempo, os edifícios nada mais são do que mausoléus de épocas passadas, incapazes de interagir com o dinâmico mundo que os rodeia. Antes a contradição de Roma do que a coerência de Pompeia.

[1426] Kubler, G. (2004). *A Forma do Tempo. Observações sobre a história dos objectos*. Nova Vega. (1962) p. 34.

Perspectivas Futuras

A conclusão deste estudo e os resultados obtidos na reconstrução de períodos e estruturas urbanas fundamentais na história e na forma das cidades analisadas abre um conjunto de portas para a continuação da investigação.

Um dos caminhos que foram abertos, mas que ficaram por explorar debruça-se sobre a análise e tipificação dos principais processos de produção e transformação das formas construídas. Reconhecem-se, sobretudo, processos gerais e, muitas vezes, a partir de uma perspectiva relativamente conceptual, tais como, a contracção, a sobreposição e a expansão das formas construídas. No entanto, este campo de investigação permite suscitar um caminho alternativo ou complementar que procura descrever processos concretos como: a monumentalização das cidades durante o reinado de Augusto, a construção de ermidas nas principais vias de acesso às cidades que vão dar lugar a aglomerados periféricos, o surgimento rossios fora de portas, embriões de futuras praças, entre muitos outros nichos de investigação que só podem ser tratados caso a caso antes que uma síntese mais completa tenha lugar.

Outro rumo possível prende-se com o alargamento da metodologia de análise a outros núcleos urbanos de média dimensão como Viseu, Santarém, Beja ou Faro, cujo desenvolvimento urbano será, pressupõe-se, aproximadamente equivalente, e, portanto, comparável, às cidades já estudadas. O estudo destas cidades permitiria não só enriquecer o corpus de investigação já realizado, mas também seria decisivo para compreender até que ponto os processos de desenvolvimento das cidades de Braga (através de eixos) de Coimbra (ruralização e densificação) e Évora (loteamento de parcelas), são únicos, ou se partilham afinidades com outras cidades, fazendo parte de um conjunto mais alargado de processos de evolução que podem ser tipificados através de um leque maior de casos.

Em alternativa, considere-se ainda um terceiro caminho: o da continuidade da investigação através da aplicação da metodologia de análise a um grande aglomerado urbano, com uma riqueza escala e complexidade largamente superior às cidades já analisadas, ou seja, Lisboa. Esta possibilidade de continuidade da investigação encontra-se aliás já parcialmente aberta com a publicação de vários artigos sobre a forma da cidade romana, assim como a produção de várias peças

cartográficas da cidade *ante* 1755, oferecendo já uma perspectiva essencial sobre um dos mais dramáticos e ricos momentos de transformação urbana em Portugal.

Bibliografia

AAVV. (1942). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 28. A Igreja de S. Tiago de Coimbra*. Ministério das Obras Públicas.
AAVV. (1965). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 119. Sé Velha de Coimbra*. Ministério das Obras Públicas.
AAVV. (1984). *A Velha Alta Desaparecida*. Antigos Estudantes de Coimbra.
AAVV. (1989). *Revista Interna do Banco de Portugal*, *12*.
AAVV. (2009). *El foro de "Augusta Emerita" genesis y evolución de sus recintos monumentales (Anejos de Archivo Español de Arqueología XLII)*. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, CSIC.
Alain Borie, P. M., Pierre Pinon. (1978). *Forme et déformation des objets architecturaux et urbains*. Centre d'Études et de Recherches Architecturales.
Alarcão, A. (2018). *De Paço a Museu. Um edifício singular*. Centro de Estudos de Arqueologia Artes e Ciências do Património.
Alarcão, J. d. (1973). *Portugal romano*. Verbo.
Alarcão, J. d. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. Europa-América.
Alarcão, J. d. (1988b). *Roman Portugal Vol II Fasc 2*. Aris & Phillips Classical Texts.
Alarcão, J. d. (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
Alarcão, J. d. (2009). A igreja românica de S. Bartolomeu de Coimbra. *Conimbriga*, *48*, 211-230.
Alarcão, J. d. (2012). *As pontes de Coimbra que se afogam no rio*. Ordem dos Engenheiros.
Alarcão, J. d. (2013). *A judiaria velha de Coimbra e as torres sineiras de Santa Cruz*. CEAUCP - Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
Alarcão, J. d. (2018). *A Lusitânia e a Galécia do séc.II a.C. ao séc.VI d.C*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
Alarcão, J. d., & Etienne, R. (1977). *Fouilles de Conimbriga - Tome I, L'architecture*. E. De Boccard.
Alarcón, S. P. (2019). El Mercado Municipal de la Praça 1º de Maio de Évora: Pasado, presente y ¿futuro? In A. Ferreira & A. Marques (Eds.), *II Congresso Histórico Internacional As cidades na história: Sociedade. 18 a 20 de outubro de 2017 ATAS. III - Cidade Industrial.* (pp. 585-605). Câmara Municipal de Guimarães.
Almeida, C. A. F. d. (1988). *História da Arte em Portugal. Arte da Alta Idade Média* (Vol. II). Publicações Alfa.
Almeida, C. A. F. d. (1991). Muralhas românicas e cercas góticas de algumas cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua liçaõ para a dinâmica urbana de então. In *A simbólica do espaço - cidades, ilhas, jardins* (pp. 137-141). Editorial Estampa.
Almeida, S., & Filipe, S. (2021). Vestígios da ocupação do Ferro Antigo de Coimbra (Portugal) e o mito fundacional do local. *Conimbriga*, *60*, 67-105.
Almeida, S., Nóbrega, J. R., & Vilaça, R. (2011). Cerâmica da II Idade do Ferro de Aeminium – R. Fernandes Tomás 72/74. *Conimbriga*, *50*, 33-57.
Almeida, S. T., Susana. (2013). A sinagoga Medieval de Coimbra, à luz dos novos achados na Rua Corpo de Deus - Notícia preliminar. *Al-Madan II Série (17) Tomo 2*, 29-35.
Alves, L. A. M. (2001). O arranque do ensino industrial na segunda metade do séc. XIX. In *Estudos de homenagem a João Francisco Marques* (pp. 95-111). Faculdade de Letras.
Amado, A. E. M. (2012). *A "rua direita" nas cidades portugueseas. Leitura tipo-morfológica do elemento urbano.* Tese de Mestrado em Desenho Urbano e Projecto de Espaço Público apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Amaro, I. I. G. (2016). *O Salão Central Eborense. A vivência quotidiana do Centro Histórico de Évora como foco para a sua revitalização*. Projecto Final de Mestrado elaborado para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura.

Anjinho, I. d. M. (2006). *Da legitimidade da correção do restauro efetuado na Igreja de S. Tiago em Coimbra*. Seminário apresentado no Mestrado de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Anjinho, I. d. M. (2016a). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol I*. [s.n.].

Anjinho, I. d. M. (2016b). *Fortificação de Coimbra : das origens à modernidade. Vol II*. [s.n.].

Araújo, M. M. L. d. (2007). Os recolhimentos femininos de Braga na Época Moderna. In *Asistencia y Caridad como Estrategias de Intervención Social: Iglesia, Estado y Comunidad (s. XV-XX)* (pp. 293--313). Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Unibertsitatea. Servicio Editorial.

Araujo, R. M. d. (1998). *As Cidades da Amazónia no século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão*. Porto.

Argan, G. C. (1963). On the Typology of Architecture. *Architectural Design n.º 33*.

Arnaud, J.-L. (2008). *Analyse Spatiale, Cartographie et Histoire Urbaine*. Éditions Parenthèses.

Augusto, O. (2013). *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Tese de Mestrado em História, na área de especialização em Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Aymonino, C. (1997). El estudio de los fenómenos urbanos. In A. d. Pozo (Ed.), *Análisis urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*. Universidad de Sevilla. (1977)

Aymonino, C., Brusatin, M., Fabbri, G., Lena, M., Lovero, P., Lucianetti, S., & Rossi, A. (1970). *La città di Padova. Saggio di analisi urbana.* Officina Edizioni.

Azevedo, R. (1958). *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Vol I*. Academia Portuguesa de História.

Bacon, E. (1967). *Design of Cities*. Thames & Hudson.

Balesteros, C. (1994-1995). A Sinagoga Medieval de Évora. Elementos para o Seu Estudo. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal.*

Balesteros, C., & Gonçalves, G. V. (2007). Intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora, 2000-2002. *Monumentos*, *26*, 156–163.

Bandeira, A. M. L., & Costa, A. R. O. (2014). O Real Colégio de São Paulo: acervo documental de um colégio universitário de Coimbra (1559-1834). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, XXVII*, 7-59.

Bandeira, M. S. d. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista: leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. nº 49*, 19-58.

Bandeira, M. S. d. M. (2001a). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol I*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Bandeira, M. S. d. M. (2001b). *O Espaço Urbano de Braga: Obras Públicas, Urbanismo e Planeamento (1790-1974) Vol II*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Barata, A. (1909). *Évora Antiga. Notícias colhidas com afanosa diligencia*. Minerva Comercial.

Barreiros, M. d. A. (1989). *A Cathedral de Santa Maria de Braga: Estudos criticos archeologico-artisticos*. Sólivros de Portugal.

Barroca, M. J. (1998). D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. *História: Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto, 15(1)*, 801-822.

Barroca, M. J. (2000a). *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422) - vol. II*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Barroca, M. J. (2000b). *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422, Vol II*. undação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Barroca, M. J. (2003). Tempos de resistência e de inovação : a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *Portugália*, *24*, 95-112.

Barros, M. F. L. d. (2004). *Tempos e espaços de mouros, a minoria mulçumana no Reino Português (séculos XII a XV)*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora.

Basílio, E. (2017). *Paço dos Lobos da Gama (Évora): contributo do conjunto cerâmico de época romana para a compreensão da sua funcionalidade na urbs*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

Basílio, E., Santos, J. R., Leal, R., Sarmento, R., & Oliveira, J. d. (2019). O Salão Central Eborense de covas de pão a sala de cinema. *Revista portuguesa de Arqueologia*, *22*, 209-215.

Basílio, E. M., & Arqueóloga, M. (2017). De Liberalitas Iulia a Yábura. A evolução diacrónica de Évora a partir do exemplo do Paço dos Lobo da Gama (Séc. I – XII d.C.). Resultados preliminares. *Scientia Antiquitatis*, *1*, 111-129.

Beirante, M. Â. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Beirante, M. Â. (2008). A Gafaria de Évora. In *O ar da Cidade: Ensaios de História Medieval e Moderna* (pp. 235-251). Edições Colibri.

Bellido, A. G. y. (1971). El recinto mural romano de Évora Liberalitas Ivlia. *Conimbriga*, *10*.

Bessa , P. (2013). *Os Paços arcebispais de Braga desde o período tardo-medieval e até finais do século xvi* [Relatório / trabalho de investigação].

Bilou, F. (2004). *Sistema viário antigo na região de Évora*. Edições Colibri.

Bilou, F. (2010). *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Edições Colibri.

Bilou, F. (2014). *A Igreja de S. Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois* Edições Colibri.

Bilou, F. (2016). Sob o signo da Rainha: dois reis, dois mestres, dois gostos,na obra de ampliação do Paço Real de Évora (1513–1531). *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*(III série, Nº.1), 157-165.

Bilou, F. (2018). A Varanda Grande do Paço Real de Évora: contributos para o seu significado e importância histórica.

Braga, C. V. B., & Pacheco, J. N. S. (2013). Salvamento de Bracara Augusta. Campus de Gualtar 2006. Relatório. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. N. 38*.

Branco, M. J. C. (2002). Evolução do sítio do século XIII ao século XIX. *Monumentos*, *17*.

Brandão, M. (1924-1933). *O colégio das Artes*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Brites, J. (2014). *Arquitectura da CGDCP. Filiais e Agências da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1970)*. Prosafeita.

Caetano, J. O. (2011). Os Projectos do Arquitecto Joaquim de Oliveira para as Bibliotecas-Museu de Frei Manuel do Cenáculo. *Revista de História da Arte*, 49-69.

Calado, M. (1996). *O convento de S. Francisco da cidade. Subsídios para uma monografia*. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Calmeiro, M. I. B. R. (2015). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834 - 1934*. Tese de doutoramento em Arquitetura, apresentada à Universidade de Coimbra.

Campos , M. A. Á. d. (2012). *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Tese de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Campos, M. A. Á. d., Botelho, M. L., & Alves , P. (2017). Criar e recriar o desaparecido. O sítio e a igreja românica de Santa Justa de Coimbra na cidade de hoje. In *Libro de Actas V Congresso Internacional Cidades Criativas* (pp. 284-295). CITCEM / Icono14.

Candilis, G., Josic, A., & Woods, S. (1975). *Toulouse le Mirail : el nacimiento de una ciudad nueva*. Editorial Gustavo Gili.

Caniggia, G. (1963). *Lettura di una città: Como*. Centro Studi di Storia Urbanistica.

Caniggia, G. (1997). Lectura de las preexistencias antiguas en los tejidos urbanos medievales. In A. d. Pozo (Ed.), *Análisis urbano. Textos: Gianfranco Caniggia, Carlo Aymonino, Massimo Scolari*. Universidad de Sevilla. (1974)

Caniggia, G., & Maffei, G. L. (1979). *Composizione architettonica e tipologia edilizia: Lettura dell'edilizia di base*. Marsilio.

Caniggia, G., & Maffei, G. L. (2008). *Lettura dell'edilizia di base Firenze*. Alinea Editrice.

Capela, J. V. (1999). *A Revolução do Minho de 1846*. Edições Afrontamento.

Capelo, L. C. (2010a). Colégio das Ordens Militares de Santiago da Espada e de S. Bento de Avis de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Capelo, L. C. (2010b). Colégio de S. Jerónimo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Capelo, L. C. (2010c). Colégio de S. Paulo de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Capelo, L. C. (2010d). Colégio de São João Evangelista de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Capelo, L. C. (2010e). Colégio de Tomar, de Coimbra. *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Capilla, S. C. (2016). De mezquita a iglesia: el proceso de cristianización de loslugares de culto de al-Andalus. In P. G. M. Vendrell (Ed.), *Transformació, destrucció i restauraciódels espais medievals*. Patrimoni 2.0 Edicions.

Carita, H. (1999). *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*. Livros Horizonte.

Carvalho, A. d. (2004). *Da Toponímia de Évora - Dos Meados do Século XII a Finais do Século XIV - Volume 1*. Edições Colibri.

Carvalho, A. d. (2007). *Da Toponímia de Évora - Século XV - Volume 2*. Edições Colibri.

Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Doutoramento em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento da Universidade do Minho.

Carvalho, M. M. d. (2022). *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Carvalho, P. (1998). *O Forum de Aeminium*. Instituto Português de Museus.

Carvalho, P. (2010). Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). In *Ciudad y foro en Lusitania Romana* (pp. 69-88). Museo Nacional de Arte Romano.

Carvalho, P., Alarcão, J., André, P., Barrelas, P., Silva, R. C. d., & Santos, F. P. d. (2009). *O forum de Aeminium: a busca do desenho original*. EDIFER.

Castro, F. D. P. (2012). *Igreja de São Bento de Coimbra. Análise e reconstituição*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Catarino, H. (2005). Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbi e as escavações na Universidade de Coimbra. In *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)* (pp. 195-214). Câmara Municipal de Porto- FLUP.

Catarino, H., & Filipe, S. (2006). Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira. In *Al-Ândalus espaço de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais, Livro de Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen* (pp. 73-85). Campo Arqueológico de Mértola.

Cerasi, M. (1973). *Lettura del Ambiente*. Clup.

Cerdá, I. (1867). *Teoría general de la urbanización*. Imprenta Española.

Chevallier, R. (1970). Photo-interprétation et urbanisme. *Photo-interprétation*, 43-51.

Chevallier, R. (1977). Le paysage palimpseste de l'histoire. Pour une archéologie du paysage. . *Mélanges de la casa de Velázquez*, 503-510.

Chicó, M. T. (1981). *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Livros Horizonte.

Choay, F. (1982). *A Alegoria do Património, Lisboa:* . Edições 70.
Chouquer, G. (2012). *L'analyse de morphologie urbaine. L'exemple de Beja*. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
Cintra, L. F. L. (1951). *Crónica geral de Espanha de 1344 / ed. crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra*. Academia Portuguesa de História.
Coelho, A. B. (1975a). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. II). Seara Nova.
Coelho, A. B. (1975b). *Portugal na Espanha Arabe* (Vol. I). Seara Nova.
Coelho, A. M. O. (2020). *O Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da cidade de Braga – Étienne de Gröer, 1941/46*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
Contandriopoulos, C. (2020). Cartographie anachronique. Le premier plan rétrospectif de Paris par Jacques-Antoine Dulaure en 1821. *Captures Figures, théories et pratiques de l'imaginair*, *5*(Maio).
Conzen, M. R. G. (1960). *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. Institute of British Geographers Publication 27.
Corbusier, L. (1925). *Vers une architecture. Nouvelle édition revue et augmentée*. Vincent, Fréal & Cie.
Corbusier, L. (1935). *La ville radieuse*. Editions de l'Architecture D'aujourd'hui.
Correia, F. B. (2007). Notas em torno da muralha romana de Évora e da sua continuidade em fases posteriores. In A. R. Colmenero & I. R. d. Llanza (Eds.), *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – Lucus Augusti como paradigma* (pp. 673-683). Diputación Provincial de Lugo.
Correia, F. B. (2013). Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego). In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI) – II Simpósio Internacional sobre Castelos* (pp. 73-84). Edições Colibri.
Correia, J. (2008). *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. FAUP publicações.
Correia, J. H. (1984). *Vila Real de Santo António: Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Doutoramento em História de Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
Correia, V., & Fernandes, T. M. (1994). Pousada dos Loios. *Informação Arqueológica 9*.
Correia, V., & Gonçalves, N. (1947). *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes.
Correia, V. H. (1987–1988). As termas romanas de Évora. Notícia da sua identificação. *Humanitas, XXXIX – XL*, 312–317.
Correia, V. H. (1994). O Anfiteatro Romano de Évora. Noticia da sua identificação. In J. M. A. Martínez & J. J. E. Navascués (Eds.), *El Anfiteatro en la Hispania Romana* (pp. 345-348). Junta de Extremadura, Consejería de Cultura.
Costa, A. d. J. d. (1956). A restauração da diocese de Braga em 1070. *Lusitania Sacra n. 1*, 17-28.
Coutinho, J. d. M. (1978). *São Frutuoso*. ASPA.
Craveiro, M. d. L. (1988). Guilherme Elsden e a introdução do Neo-classicismo em Portugal In P. Dias (Ed.), *Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar* (pp. 503-535). Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Craveiro, M. d. L. (1990). *Manuel Alves Macomboa. Arquitecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*. Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Craveiro, M. d. L. (2001). *O labirinto das formas e as marcas do poder na fachada de Santa Cruz*. Instituto Português do Património Arquitectónico.
Craveiro, M. d. L. (2011a). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro.

Craveiro, M. d. L. (2011b). *A sé velha de Coimbra*. Direcção Regional de Cultura do Centro.
Crippa, M. A. (1998). L'Ospedale Maggiore di Milano, la storia e i restauri. *utlletí de la Reial Acadèmia Catalana de Belles Arts de Sant Jordi*, *12*, 177-189.
Cruz, M. d. B. d. (1758). São Pedro Memórias Paroquiais. . In L. Henriques (Ed.), *Memórias Paroquiais* (Vol. 14, pp. 843-849). Arquivo Nacional – Torre do Tombo.
Cunha, J. P. F. G. A. d. (2014). *O MRAR e os anos de ouro na arquitetura religiosa em Portugal no século XX. A ação do movimento de renovação da arte religiosa nas décadas de 1950 e 1960*. Tese de Doutoramento em Arquitetura, com a especialização Teoria e História, apresentada na Universidade de Lisboa.
Cunha, M. C. A. e. (2009). *Estudos sobre a Ordem de Aviz (séc. XII-XV)*. Faculdade de Letras do Porto, Biblioteca Digital.
Cunha, R. (2003). *As medidas na arquitectura. Séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. Caleidoscópio.
Cunha, R. (2014-2015). As medidas na arquitectura – uma perspectiva arqueológica. *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, *66-67*, 137-149.
Damásio, D. F. M. (2013). *Arquitectura do Banco de Portugal : evolução dos projetos para a sede, filial e agências do Banco de Portugal (1846-1955)*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Univ. de Coimbra.
De Man, A. (2008). *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Delaforce, A. (2001). *Art and Patronage in Eighteenth-Century Portugal*. Cambridge University Press.
Delaforce, A. (2019). *The Lost Library of the King of Portugal*. Paul Holberton Publishing.
Dias, B. (2016). *A história na medida do presente. O Ospedace della Misericordia di Parma*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
Dias Coelho, C. (2002). *A Complexidade dos Traçados*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
Dias Coelho, C., Fernades, S., Proença, S., Costa, J. P., Leite, J. S., Trindade, L., Pereira, P., & Monteys, X. (2013). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - Os Elementos Urbanos*. Argumentum.
Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Calado, M., & Costa, J. P. (2007). *A praça em Portugal – Continente, Inventário de Espaço Público*. DGOTDU.
Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Costa, J. P., Martins, P. V., Amado, A., & Justo, R. (2014). *Cadernos de Morfologia Urbana. Estudos da Cidade Portuguesa - O Tempo e a Forma*. Argumentum.
Dias, P. (1979). *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510, Aspectos artísticos*. Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Dimas, F. A. M. (2019). *Castelo Novo de Évora: Análise e interpretação arquitetónica*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora.
Encarnação, J. d. (1987). Religião e Cultura na Évora dos Romanos. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*, 5-19.
Espanca, T. (1944). Património Artístico Municipal, o aqueduto da Água da Prata. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 7-8).
Espanca, T. (1945). Fortificações e Alcaidarias de Évora. *A Cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 9-10, Ano III), 41-90.
Espanca, T. (1946). Palácios Reais de Évora. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 11).
Espanca, T. (1949a). Miscelânea Histórico-Artística. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 25-26).
Espanca, T. (1949b). Os restos do Palácio Vasco da Gama. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(nº 19-20).

Espanca, T. (1957). *Património Artístico do Concelho de Évora: Arrolamento das freguesias rurais*. Câmara Municipal de Évora.

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora* (Vol. II Volume). Academia Nacional de Belas Artes.

Espanca, T. (1975). Agonia do Convento de Santa Catarina de Sena de Évora *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*(58), 147-180.

Fabião, C. (1992). O Passado Proto-Histórico e Romano. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal. Antes de Portugal* (Vol. Vol. I Livro 1). Círculo de Leitores.

Faleiro, R. (2019). Elementos biográficos de compositores eborenses do final do século XVIII e início do XIX: contributos do Arquivo Distrital de Évora. *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*(8), 75-89.

Fernades, P. A. (2009). Esplendor ou declínio? A arquitectura do século VII no território "português". In L. C. Z. P. M. C. M. d. l. Á. U. Agudo (Ed.), *El siglo VII frente al siglo VII. Arquitectura: (visigodos y omeyas, 4, Mérida 2006)*.

Fernades, P. A. (2017). Uma nova arte para um novo reino. In *No tempo de D. Afonso Henriques : Reflexões sobre o primeiro século português* (pp. 91-124). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Fernandes, J. M. (1998). Elaboração de uma base de dados sobre as estruturas urbanas da Expansão - aplicação à análise de alguns espaços urbanos de influência portuguesa na Índia. In *Actas do Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Português. 1415-1822* (pp. 661-668). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Fernandes, M. G. (2017). Morfogénese e intenções, planos e projetos de atravessamento da Baixa de Coimbra: outros contributos de um geógrafo. In F. Cravidão, L. Cunha, P. Santana, & N. Santos (Eds.), *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Fernandes, M. L. A. (2007). S. Francisco de Évora - A igreja e a Galeria das Damas, o que resta de um Paço Real. *Monumentos*, *17*, 89-95.

Fernandes, S. (2014). *Génese e Forma dos traçados da cidade portuguesa, Morfologia, Tipologia e Sedimentação*. Doutoramento em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Fernández, M. C. (2022). Intercambios artísticos en una diócesis transfronteriza. Artistic exchanges in a cross-border diocese: possible similarities between the cathedrals of Tui and Braga. *Medievalista*(31).

Ferrão, P. M. (2022). A Casa da Livraria da Universidade de Coimbra ao tempo de D. João V. *Bol. Bibl. Ger. Univ. Coimbra*, *46/47*, 63-72.

Ferreira, M. A. M. (2019). *O desaparecimento de um símbolo em Braga: a capela da confraria de Santo António da Praça de Touros, na primeira metade do século XX*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade do Minho.

Ferreira, R. (2014). O legado do extincto Convento de Nossa Senhora da Piedadee e dos Remédios. *Misericórdia de Braga, Nº 10*, 93-140.

Ferreira, R. F. A. (2011). *Sousa Bastos : recuperação e reconversão do antigo teatro*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra.

Ferro, L. (2019). *O Eremitério da Cartuxa de Évora. Arquitectura e Vida Monástica* Canto Redondo.

Filipe, S. (2006). Arqueologia urbana em Coimbra: um testemunho na Reitoria da Universidade. *Conimbriga*, *45*, 337-357.

Filipe, V. G. (2013). O bairro de madina yabura. In J. Arnaud, A. Martins, & C. Neves (Eds.), *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 923-929). Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Fonseca, F. d. (1728). *Évora Gloriosa*. Officina Komarekiana.

Fontes, L. (2006). *A Basílica Sueva de Dume e o Tumulo dito de S. Martinho* Núcleo de Arqueologia da Universidade do Minho.

Fontes, L., Lemos, F. S., & Cruz, M. (1997). Mais velho que a Sé de Braga. *Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15*, 137-173.
França, J.-A. (1962). *Une Ville des Lumières: La Lisbonne de Pombal*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Paris-Sorbonne.
Franco, C. C. (2014). *A Arquitetura da maternidade: reutilização do Complexo da Quinta da Rainha em Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra.
Franco, M. S. (1983). *Riscos das obras da Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
Freitas, D. (2015). *Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*. Tese de Doutoramento em Letras, na área de História, na especialidade de Museologia e Património Cultural, apresentada à Universidade de Coimbra.
Gervásio, A. S., & Pereira, C. (2013). Trabalhos arqueológicos no Terreiro da Erva. *Al-Madan Online IIª série, n.º 18, Tomo 1*, 75-81.
Giovannoni, G. (1931). *Vecchie cittá ed edilizia nuova*. Unione Tipografico-Editrice Torinese.
Gomes, P., & Machado, M. (2021). A escolarização em Portugal no princípio dos anos 40: uma análise quantitativa. *Ler história*, *79*.
Gonçalves, A. (2002). Intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Actas do 3º encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997*, 123-136.
Gonçalves, L. J. (2007). Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano. *Studia Lusitana II*, *Vol. 1-2*.
Grilo, C. (2007). A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *vipasca Arqueologia e História*, *2*, 261-268.
Gros, P. (1996). *L'architecture romanine. 1. Les monuments publics*. Picard.
Gusmão, A. (1958). *Subsidios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora* (Vol. I). Santa Casa da Misericórdia de Évora.
Hauschild, T. (1986). Arte Visigótica. In J. d. Alarcão (Ed.), *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica* (Vol. 1). Publicações Alfa.
Hauschild, T. (1997). Um capitel jónico romano descoberto no subsolo do Museu de Évora. *O Arqueólogo Portugês, Série V 13/15*, 415-428.
Hauschild, T. (2001). Évora. Relatório preliminar sobre as escavações junto ao templo romano, 1989-1992. As construções. *Lusíada. Arqueologia, história da arte e património*, *1*, 69-91.
Hauschild, T. (2010). Algumas observações nas construções do foro de *Ebora Liberalitas Iulia*. In *Studia Lusitana 4 - Cidade e foro na Lusitânia Romana* (pp. 27 - 36). Junta de Extremadura.
Heath, T. (1984). *Method in Architecture*. John Wiley and Sons Ltd.
Henriques, L. (2018). A nova capela-mor setecentista da Catedral de Évora: Uma abordagem ao seu impacto na atividade musical de Pedro Vaz Rego e Ignácio António Celestino *Arte y Patrimonio*, *3*, 77-92.
Heritas, A. T. d. S. (2019). La fortificación de Évora durante la Guerra de Restauración portuguesa: discusiones y desacuerdos. *Revista Historia Autónoma 14*, 55-75.
Hernández, A. J. (2015). La metrología histórica como herramienta para la Arqueología de la Arquitectura. La experiencia en los Reales Alcázares de Sevilla. *Arqueología de la Arquitectura*, *12*.
Inventário do Arquivo do Governo Civil de Coimbra (1996). *Arquivo da Universidade de Coimbra*
Jacobs, A. (1993). *Great Streets*. The MIT Press.
Jiménez, F. H. (1961-1962). El codo en la Historiografía Arabe de la Mezquita Mayor de Córdoba. Contribución al estudio del monumento. *Al-Mulk: anuario de estudios arabistas, Nº. 2*, 5-52.

Jorge, V. (2007). Arquitectura, medida e número na Catedral de Évora. *Monumentos*, *26*, 26-37.
Kostof, S. (1999a). *The City Assembled*. Thames and Hudson.
Kostof, S. (1999b). *The City Shaped*. Thames and Hudson.
Kubler, G. (2004). *A Forma do Tempo. Observações sobre a história dos objectos*. Nova Vega. (1962)
Kubler, G. (2005). *A Arquitectura Portuguesa Chã* (J. H. P. Silva, Trans.). Nova Vega. (1972)
Lacomba, A. R. i., & Chover, M. I. E. (2019). De la Valentia romana a la Valentia episcopal. Perduració, adaptació, reutilització, evolució i modulació en el projecte urbà del grup episcopal i el seu entorn. In J. L. Vilar (Ed.), *Tarraco Biennal. Actes 4t Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica: el cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves perspectives* (pp. 271-280). Universitat Rovira i Virgili, Publicacions URV : Institut d'Estudis Catalans.
Lamas, J., Dias Coelho, C., Fernandes, S., Proença, S., Calado, M., Gabriela, C., & Costa, J. P. (2005). *A Praça em Portugal - Açores, Inventário do Espaço Público*. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.
Lamas, J. M. R. G. (1992). *Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
Laugier, M.-A. (1753). *Essai sur l'architecture*. https://www.bnf.fr/fr.
Lavedan, P. (1926a). *Introduction a une histoire de l'architecture urbaine*. Definitions-Sources.
Lavedan, P. (1926b). *Qu'est-ce que l'urbanisme? Introduction a l'histoire de l'urbanisme*. Henri Laurens.
Lavedan, P. (1936). *Géographie des Villes*. Gallimard.
Lemos, F. S. (2007/2008). Antes de Bracara Augusta. *Forum 42/43*, 203-239.
Lemos, F. S., & Bettencourt, A. M. S. (2003). O Balneário-Pré-Romano de Braga. *Al-madan IIª Série (12) Dezembro* 43-46.
Lemos, F. S., Martins, M., Fontes, L. F. O., Leite, J. M. F., & Cunha, A. (2002). A muralha romana de Bracara Augusta. In *Arqueologia Militar Roman en Hispania. Anejos de Gladius. n. 5* (pp. 609-624). Ediciones Polifemo. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
Lima, M. P. (2004). *Muralhas e Fortificações de Évora*. Argumentum.
Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Edarq.
Lobo, R. (2009). *O Colégio Universidade do Espírito Santo de Évora, Universidade de Évora*. Centro de História da Arte e Investigação Artística.
Lobo, R. (2010). *A Universidade na cidade - urbanismo e arquitectura universitários na Península Ibérica da Idade Média e da Primeira Idade Moderna*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura), apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
Lobo, R. (2015). A arquitectura das primeiras igrejas jesuítas em Portugal:São Roque de Lisboa e Espírito Santo de Évora. Confessionários, púlpitos e tribunas. In M. I. Á. Zamora & J. I. Fernández (Eds.), *La Compañía de Jesús y las artes: Nuevas perspectivas de investigación*. Departamento de Historia de la Universidad de Zaragoza.
Lobo, R. (2021). *Os Colégios de Jesus e das Artes de Coimbra (1542-1759)*. Edarq.
Lopes, F. *Chronica de El-Rei D. Fernando* (Vol. III). Escriptorio.
Lopes, F. *Chronica de El-Rei D. João I* (Vol. I). Escriptorio.
Lopes, M. A. (2010). Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850). In *Pobreza e assistência no espaço*

Ibérico (séculos XVI-XIX) (pp. 101-125). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória".
Lopes, M. d. C. (2003). *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Ivlia*. Instituto de Arqueologia da Universidade De Coimbra.
Loureiro, J. P. (1960). *Toponímia de Coimbra, vol. I*. Câmara Municipal de Coimbra.
Macaulay, D. (1893). *City: A Story of Roman Planning and Construction*. Clarion Book.
Macedo, A. M. C. (2016). As elites sociopolíticas e os protagonistas de mudança em Braga nos primórdios do século XX. In *Comunicação, Culturas e Estratégias. IV Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 58-80). CECS.
Machado, J. F. A. (2013). *Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias da presença militar em Évora*. Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora.
Madeira, S., & Silva, M. A. L. d. (2006-2007). *Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristovão*. Publicação digital da Universidade de Coimbra.
Madrazo, L. (1995). *Concept of Type in Architecture. An inquiry into the nature of architectural form*. Tese de Doutoramento em Technical Sciences do Swiss Federal Institute of Technology.
Maffei, G. L., & Maffei, M. (2011). *Lettura dell'Edilizia Speciale*. Alinea Editrice.
Maia, M. (1987). *Romanização do Território hoje Português a Sul do Tejo. Contribuição para a análise do processo da assimilação e interacção sócio-cultural 218-14 d.C.* Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras.
Maitland, F. W. (1889). The surnames of English Villages. *The Archeological Review*, *IV*, 233-240.
Maldonado, B. P. (1993). *Ciudades y fortalezas lusomusulmanas: crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe.
Mamede, E. P. (s. d.). Igreja do Salvador (Subsídios para o seu Estudo). *Separata da Revista Munda*, *20-21*.
Mangucci, C. (2018). *A Igreja da Misericórdia de Évora*. Santa Casa da Misericórdia de Évora.
Manoel, C. d. C. (1895). Archeologia Eborense: 3 As ruínas do antigo convento de S. Francisco. *O Arqueólogo Português*(2).
Mantas, V. G. (1986). Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributos para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. *Trabalhos de Arqueologia*, *3*, 13-26.
Mantas, V. G. (1992). Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium. *Biblos*, *68*, 487-513.
Mantas, V. G. (1996). Teledetecção, cidade e território. *Arquivo de Beja 1*, 5-30.
Maria José Otão Silva Pereira, M. d. F. B. (2019). As Bibliotecas dos Conventos Extintos: para uma reconstituição da Livraria do Colégio de Santo António da Pedreira. *Bol. Bibl. Ger. Univ. Coimbra*, *49*, 17-205.
Marques, A. (2001). Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista portuguesa de Arqueologia 4*.
Marques, A. H. O. (1982). Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)". *Revista de História Económica e Social*, *9*, 1-16.
Marques, A. H. O. (1989). *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Editorial Presença.
Marques, A. H. O., Aguiar Andrade, A., & Gonçalves, I. (1990). *Atlas da Cidades Medievais Portuguesas*. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/ Instituto Nacional de Investigação Científica.
Marques, A. H. O., & Dias, N. J. P. P. (1990-1993). *Cortes Portuguesas : Reinado de D. Fernando I (1367-1383)* - (Vol. volume II). Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.
Marques, J. (1893). *Braga Medieval*.

Marques, J. (1992). O culto de Santiago no Norte de Portugal. In *Lusitania Sacra, 2ª série, 4* (pp. 99-148). Universidade Católica Portuguesa. Centro de Estudos de História Religiosa.

Martins, A. C. V. (2018). *Alberto José Pessoa Obras de Arquitetura em Coimbra, 1942/1965*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Universidade de Coimbra.

Martins, J. d. M. (2016). *Memória e nostalgia : uma proposta urbana entre a Sofia e a Avenida*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura, apresentada à Universidade de Coimbra.

Martins, M. (2005). *As termas romanas do alto da Cividade*. UAUM - Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Martins, M. (2011). *Braga Romana*. Universidade do Minho.

Martins, M., & Carvalho, H. (2016). As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro. *Revista de Historiografía*, *25*, 219-243.

Martins, M., Magalhães, F., Botica, N., & Ribeiro, M. d. C. F. (2018). The Urban Morphology of Braga in the Fourteenth and Fifteenth Centuries. In *Medieval Territories* (pp. 352-381). Cambridge Scholars Publishing.

Martins, M., Magalhães, F., Peñín, R. m., & Ribeiro, J. (2016). The Housing Evolution of Braga Between Late Antiquity and the Early Middle Ages. In *Agira VIII, Arqueologia Medieval, Hàbitats Medievals* (pp. 35-52). Pagès Editors.

Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., & Magalhães, F. (2013). A construção do Teatro Romano de Bracara Augusta. In *História da Construção* (pp. 41-73). CITCEM - LAMOP.

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012a). *Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, Economia e Lazer*. Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).

Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., & Braga, C. (2012b). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia* (pp. 29-67). Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).

Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2012). Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In *Caminhos da Água. Paisagens e usos na longa duração* (pp. 9-51). CITCEM.

Martins, M., & Ribeiro, M. d. C. (2013). Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In *Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos.* (pp. 11-44). CITCEM / IEM.

Martins, M. G. (2005). A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338. *Promontoria*, *3*, 19-80.

Martins, M. M., Lemos, F. S., & Losada, F. P. (2005). O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses. Unidad y diversidad en el arco Atlántico en época romana. III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón.

Martins, P. V. (2013). *A Persistência das Formas Urbanas - Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa*. Tese de Mestrado Integrado com Especialização em Gestão Urbanística apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Martins, R. M. M. (2010). *João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872-1954) : arquitectura e urbanismo*. Tese de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Universidade do Porto.

Martins, S. d. S. O. (2013). *O concelho de Braga na segunda metade do século XV: o governo d'Os homrrados cidadaaos e Regedores*. Tese de Mestrado em História apresentada à Universidade do Minho.

Massapina, A. V., Massapina, J. V., & Martins, J. C. (1981). *Beja: centro histórico: plano de salvaguarda e recuperação*. Federação das Associações de Estudo, Defensa e Divulgação do Património Cultural e Natural.

Mataloto, R. (1999). As ocupações Proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*, *Especial I*, 333-362.
Matos, A. C. d. (2011). Urban Gas and Electricity Networks in Portugal: Competition and Collaboration (1850-1926). *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*, *XII*, 117-138.
Maurício, R. (2000). *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505/1532) Urbanismo e Arquitectura*. Magno Edições.
Mendeiros, J. F. (1960). *Temas Eborenses - O Templo Romano e a Acrópole de Évora*. Gráfica Eborense.
Mendes, F. (1994). *Guia de Braga turístico e histórico*. Edições Nova Cultura.
Molina, L. (1983). *Una descripción anónima de al-Andalus [Ḏikr bilād al-Andalus] Editada y traducida, con introducción, notas e índices, por Luis Molina*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Miguel Asín.
Mondada, L. (2000). Pratiques discursives et configurations de l'espace Urbain. In *Logiques de l'espace, esprit des lieux. Géographies à Cerisy* (pp. Éditions Belin). 165-175.
Monteiro, F. (2010). *Sistema monástico-conventual e desenvolvimento urbano de Évora na Baixa Idade Média*. disserrtação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora.
Monteiro, J. G. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Edições Colibri.
Monteiro, M. (1906). A cidadela de Braga. *Ilustração Portuguesa nº13 II série de 21 de Maio*, 402-406.
Monteiro, M. (1939). *S. Frutuoso. Uma Igreja Mozárabe*. Tipografia do Arquivo Distrital.
Monteiro, M. F., & Jorge, V. (2007). O Sistema Hidráulico Quinhentista da Cidade de Évora 2000 - 2002 *Monumentos*, *26*, 92-105.
Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o Anfiteatro de Bracara Augusta. Análise de fotogramas de 1964. *Forum*, *30*, 55-76.
Morais, R. (2010). *Bracara Augusta*. Câmara Municipal de Braga.
Moreira, E. M. C. (2006a). *Os conventos do Termo de Évora Vol I*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla.
Moreira, E. M. C. (2006b). *Os conventos do Termo de Évora Vol II*. Tese de Doutoramento em Teoría y Práctica de la Rehabilitación apresentada à Universidad de Sevilla.
Moreira, R. (1993). O Hospital Real de Todos-os-Santos e o italianismo de D. João II. Séculos XV a XVIII. In P. Pereira (Ed.), *Hospital Real de Todos-os-Santos – 500 anos*. Câmara Municipal de Lisboa.
Mota, N., & Miranda, P. A "cerca velha" de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas.
Moudon, A. V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, *1*, 3-10.
Mumford, L. (1961). *The city in history: its origins, its transformations, and its prospects*. Harcourt, Brace & World.
Muratori, S. (1960). *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Istituto Poligrafico dello Stato.
Muratori, S. (1964). *Studi per una operante storia di Roma*. Consiglio nazionale delle ricerche.
Murtinho, J. C. d. C. V. (2015). Chronicle of a death foretold. Or when a National Monument fails its status. *JOELHO No.6: The Built Heritage Debate*, 178-186.
Neiva, A. T. (3004). A Congregação do Espírito Santo em Braga. *Missão Espiritana*, *4*, 31-45.
Neves, S. G. (2013). *O Crasto de Tavarede (Figueira da Foz) no Quadro das Problemáticas da I Idade do Ferro no Baixo Mondego*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Território, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Nogueira Gonçalves , A. (1940). *A frontaria românica de Santa Cruz de Coimbra*. Tipografia da Gráfica de Coimbra.
Nogueira Gonçalves, A. (1980). *Estudos de História de Arte Medieval*. EPARTUR. Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda.
Nunes, A. (2014). *Ibn Marwan e a fitna: Islamismo e Feudalismo no Gharb al-Andalus* Tese de Mestrado em Historia do Mediterrâneo Islâmico e Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Oliveira, E. P., Souto Moura, E., & Mesquita, J. (1982). *Braga – Evolução da Estrutura Urbana*. Câmara Municipal de Braga,.
Oliveira, E. P. d. (2011). *André Soares e o rococó do Minho*. Dissertaçção de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade do Porto.
Paio, A., Albergaria, H., Madaleno, A., & Branco, A. M. (2007). *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*. IERU.
Paiva, J. P., Rosa, M. d. L., & Gomes, S. A. (2002). *Portugaliae monumenta misericordiarum - vol. 2: Antes da fundação das misericórdias*. Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa.
Palol, P. d. (1968). *Arte Hispânico de la Época Visigoda*. Ediciones Poligrafa.
Panerai, P., Castex, J., & Depaule, J.-C. (2001). *Formes urbaines, de l'îlot à la barre*. Editions Parenthèses. (1977)
Panerai, P., Depaule, J.-C., & Demorgon, M. (2002). *Analyse urbaine*. Editions Parenthèses.
Panerai, P., & Mangin, D. (1999). *Projet urbain*. Editions Parenthèses.
Paramo, L. A. (2008). *Geometria y proporción en la arquitectura prerrománica asturiana*. Editorial CSIC.
Pato, B., Castello Branco, C., Dantas, C., Bellem, C., & Caldeira, F. (1985). As nossas gravuras. A Egreja de S. Domingos em Lisboa. *A Ilustração Portuguesa: Semanário: Revista literária e artística, 1º Ano, Nº36, 2 de março de 1885*, 3.
Pereira, G. (1884 - 1894). *Estudos Eborenses. História e Arqueologia. Vol 1*. Minerva Eborense.
Pereira, G. (1885). *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (Lisboa, Imprensa Nacional ed.). Typ. da Casa Pia.
Pereira, G. (1934). *Estudos diversos. Arqueologia, Historia, Arte, Etnografia*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
Pereira, J. d. S. (1783). *Coimbra Glorioza*. Manuscrito.
Pereira, P. (1989). *Évora monte: A fortaleza*. Instituto Português do Património Cultural.
Pereira, P. (2009). "As Formas" In P. Pereira (Ed.), *Minho. Traços de Identidade*. Universidade do Minho.
Pereira, P. (2011). *A "Fábrica" Medieval. Concepção e construção na arquitectura portuguesa (1150-1550)*. Doutoramento em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
Pereira, P. (2021). A arquitetura do edifício: antecedentes, comparações e paralelos. In E. Alberto, A. Teixeira, & R. B. d. Silva (Eds.), *O Hospital Real de Todos-os-Santos. Lisboa e a Saúde* (pp. 73-122). Câmara Muncipal de Lisboa / Santa Casa da Miseircódia de Lisboa / NOVA FSCH.
Pereira, P. a. (2011). *Arte Portuguesa - História Essencial*. Temas e Debates.
Pereira, S. M. (2019). O Colégio do Espírito Santo (1551). In M. C. Valente & A. Soler (Eds.), *Évora com Ciência - Percursos da Universidade de Évora* (pp. 241-249). Gráfica Eborense.
Peres, D. (1932). *História de Portugal* (Vol. IV). Portucalense Editora.
Pessoa, A. (1931). *Hospitais de Coimbra*. Imprensa da Universidade.
Petruccioli, A. (2007). *After Amnesia. Learning from the islamic mediterranean urban fabric*. Dipartimento di Ingegneria Civile e Architettura, Politecnico di Bari.
Pierre, D. (1969). Sur léglise de São Pedro de Coimbra. *Revista Portuguesa de História XII*, 121-124.

Pimentel, A. M. F. R. (2003). *A morada da sabedoria*. Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Coimbra.
Pinon, P., Bedon, R., & Chevallier, R. (1988). *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine, tome 2. L'urbanisme*. Ed. Errance.
Pinto, J. B. d. S. V. (2014). *A influência das construções religiosas no crescimento e consolidação urbana bracarense entre os séculos XVI a XVIII*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Lusíada.
Pinto, S. G. (2006). *Análise formal: Recursos, Princípios, Métodos. Subsídios para o conhecimento da Cidade Portuguesa*. Mestrado em Arquitectura, Território e Memória pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
Pinto, S. G. (2015). Persistências, ruturas, dinâmicas: paradigmas dos estudos históricos de forma urbana. *Revista de Morfologia Urbana*, *2*, 127-129.
Pinto, T. A. B. d. C. (2017). *Cottinelli Telmo e o projeto da Cidade Universitária de Coimbra*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa.
Poëte, M. (1929). *Introduction à l'urbanisme : l'évolution des villes, la leçon de l'Antiquité*. Boivin & cie.
Pombinho, M. R. B. (2014). *Redescoberta do Convento de Santa Mónica: Proposta de salvaguarda e valorização do património conventual agostinho*. Tese de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora
Ponte, S. (2010). O Forum de Seilium / Sellium (Tomar). In *Cuidad y foro en Lusitania Romana. Cidade e foro na Lusitânia Romana* (pp. 325-332). Museo Nacional de Arte Romana.
Portocarrero, G. (2010). *Braga na Idade Moderna: Paisagem e Identidade*. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.
Quatremère de Quincy, A. (1788). *Encyclopedie Methodique vol. 3*. https://gallica.bnf.fr.
Quatremère de Quincy, A. (1825). *Essai sur la nature, le but et les moyens de l'imitation dans les beaux-arts*. https://gallica.bnf.fr/.
Ramos, R., Monteiro, N. G., & Vasconcelos e Sousa, B. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.
Rasmussen, S. E. (1959). *Experiencing Architecture*. Chapman & Hall.
Real, M. L. (1975). *A arte românica de Coimbra (novos dados – novas hipóteses)*. Tese de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Real, M. L. (1982). A organização do espaço arquitectónico entre Beneditinos e Agostinhos, no século XI. *Arqueologia*, *6*, 118-132.
Real, M. L. (1990). O projecto da catedral de Braga, nos finais do século XI, e as origens do românico português. In *IX centenário da dedicação da Sé de Braga. Congresso internacional. Actas* (pp. 435-489). Universidade Católica Portuguesa.
Recht, R. (1995). *Le dessin d'architecture*. Biro Éditeur.
Reis, M. P. (2015). *De Lusitaniae urbium balneis: estudo sobre as termas e balneários das cidades da Lusitânia*. Tese de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
Ribeiro, A. I. M. (2002). *Vestígios da educação feminina no século XVIII em Portugal*. Arte & Ciência.
Ribeiro de Sousa, A. (2012). *As termas públicas e privadas de Bracara Augusta: Os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais*. Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho.
Ribeiro, M. d. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Doutoramento em Arqueologia pela Universidade do Minho.

Ribeiro, M. d. C. F. (2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados. *Forum*, *44-45*, 179-201.

Ribeiro, M. d. C. F. (2016). A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (Norte de Portugal). In *Civitas bendita: encrucijada de las relaciones sociales y de poder en la ciudad medieval.* (pp. 51-79). Universidad de León, Área de Publicaciones.

Ribeiro, M. d. C. F. (2017). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV). III. La Ciudad y su discurso, León: Universidad de León* (pp. 9-40). Universidad de León. Servicio de Publicaciones.

Ribeiro, M. d. C. F. (2019). Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. In *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval* (pp. 307-332). IEM - Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Socais e Humanas da Universidade de Lisboa/Câmara Municipal de Castelo de Vide.

Ribeiro, M. d. C. F., & Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In *'Os Espaços da Morfologia Urbana'. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2016* (pp. 27-38). Universidade do Minho.

Ribeiro, M. d. C. F., & Martins, M. (2018, jan.-jun.). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões – Revista de História da Ufes. Vol. 40,*, 11-38.

Ribeiro, M. d. C. F., & Melo, A. S. (2012). A materialização dos poderes no espaço como expressão da memória e identidade urbana medieval. *Medievalista*, *12*.

Rius, M. (2000). *La alquila en al-Andalus y al-Maghrib al-Aqsà*. Institut " Millás Vallicosa" d'Història de la Ciència.

Robert Bedon, R. C., Pierre Pinon. (1988). *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine - Tome 2. L'urbanisme (52 av.J.-C - 486 ap.J.-C)*. Errance.

Rocha, A. R. (2019). Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval. In A. A. Andrade, C. Tente, G. M. d. Silva, & S. Prata (Eds.), *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Instituto de Estudos Medievais.

Rocha, A. R. S. d. (2011). *A institucionalização dos leprosos: o Hospital S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Tese de Mestrado em História da Idade Média (Poderes, Espaços, Quotidianos) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Rocha, M. J. M. d. (2013). A Arquitectura religiosa barroca em Braga (Minho): entre a tradição e a modernidade. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, *IX-XI*, 331-373.

Rodrigues, J. M. d. O. (2011). *Galilea, Locus E Memória. Panteões, Estruturas Funerárias e Espaços Religiosos Associados em Portugal do Início do Séc. XII a Meados do Séc. XI: da Formação à Vitória do Salado*. Tese em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Rodrigues, M. d. C. *A Central Elevatória de Águas*. Unidade Museológica CEA

Rodrigues, P. S. (2008). *A apologia da cidade antiga: a formação da identidade de Évora (secs. XVI-XIX)*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Évora.

Rodrigues, P. S., & Matos, A. C. d. (2007). Restaurar para Renovar na Évora do Século XIX. *Monumentos*, *26*, 134–143

Rogers, N. (1981). *Gli elementi del fenómeno architettonico*. Guida.

Rosas, L. (2007). O restauro da Sé Velha de Coimbra. : António Augusto Gonçalves entre o rigor da História e o rigor do Desenho. In *Actas do Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, 7, Viana Castelo, Barcelos , 20 a 23 de Junho de 2005* (pp. 257-263).

Rossa, W. (1998). *Além da Baixa, Indícios de planeamento urbano da Lisboa setecentista*. IPPAR.

Rossa, W. (2001). *Divercidade - Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Rossa, W. (2002). *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo portugês*. Livraria Almedina.

Rossa, W. (2012). Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com a instalação de Afonso Henriques. In *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia* (pp. 127-143). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Rossa, W. (2014). A metamorfose do edificado. A parcela de Santa Cruz de Coimbra, um caso de estudo. In C. D. Coelho (Ed.), *Cadernos de Morfologia Urbana Estudos da Cidade Portuguesa, 2*. Argumentum.

Rossa, W. (2015a). História(s) do Património Urbanístico. In *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 59-95). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rossa, W. (2015b). Património urbanísitco. (Re)fazer cidade parcela a parcela. In *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 97-131). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rossi, A. (1995). *L'architettura della Cittá*. Cittá Studi Edizioni. (1963)

Rouleau, B. (1988). Villages et faubourgs de l'ancien Paris. Histoire d'un espace urbain. *Annales. Economies, sociétés, civilisations. 43e année, N. 2*, 546-548.

Rowe, C., & Koetter, F. (1978). *Collage City*. MIT Press.

Rubio, C. M. S. n., Rubio, R. o. S. n., Núñez, I. T. n., & Possi, L. (2014). *El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687 : "Piante d'Estremadura, e di Catalogna"*. 4Gatos.

Sá, A. J. F. e. (2019). *Um arquiteto representativo do poder: Estudo dos Palácios da Justiça na obra de Januário Godinho*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitectura (área de especialização em Cultura Arquitetónica) apresentada à Universidade do Minho.

Sabino, J. (2019). *Património romano do Centro Histórico de Évora: representação e técnicas digitais na valorização das Termas da Praça do Sertório*. Tese de Mestrado em Arquitetura apresentada à Universidade de Évora.

Santos, I. D. (2006). *A Basilica como elemento de urbanização na Gallia Comata no período de dominação romana* Universidade de São Paulo].

Santos, J. (2015). *Um olhar sobre o quotidiano de Évora no período medieval – islâmico. Séculos VIII – XI*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

Santos, M. T. d. (1958). *Castelo Branco na História e na Arte.* . Edição do autor.

Saraiva, A. M. d. S. (1995). A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média. *Separata da Revista de Ciências Históricas*, *X*, 157-160.

Sarantopoulos, P. (1994). Os Banhos Públicos da Liberalitas Iulia Ebora. Algumas notas sobre o seu estudo. *Actas do 1º Congresso de arqueologia peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* , *XXXIV – fas.s. 3 – 4*, 273-286.

Sarantopoulos, P. (1994-1995). A Piscina dos Banhos Públicos de Évora Romana. Notícia da sua identificação no corpo novo do edifício dos actuais Paços do Concelho de Évora. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*, *II Série, Nº 1*, 157-170.

Sarantopoulos, P., & Correia, M. (2003). *Relatório de trabalhos de acompanhamento arqueológico. Praça do Sertório - Rua Vasco da Gama*. Câmara Municipal de Évora.

Sarmento, R. d. M. (2022). A geometria aplicada à Évora romana: da malha urbana às termas. *Arqueología de la Arquitectura*(19).

Sauvaget, J. (1935). Le plan de Laodicée-sur mer. *Bulletin d'études orientales*, *IV*.

Schwarting, J. M. (2017). *Rome: Urban Formation and Transformation*. Applied Research & Design.

Silva, A. C. F. d. (1995). A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a. C. *Revista da Faculdade de Letras : História*, *12*, 505-546.

Silva, A. C. F. d. (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Silva, A. V. d. (1900). *As muralhas da ribeira de Lisboa*. Câmara municipal de Lisboa.

Silva, C. d. (1988). A Almedina de Coimbra. In *Alta de Coimbra. História, Arte e Tradição* (pp. 11-29). GAAC.

Silva, D. M. S. (2021). *Avenida da Liberdade. Uma história urbana da Primeira República à Democracia*. Tese de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra.

Silva, F. R. d. (1987). A viagem de Filipe III a Portugal: Itinerários e Problemática. *Revista de Ciências Históricas*, *II*, 223-260.

Silva, J. M. F. (2013). *A in-temporalidade da arquitectura. O colégio da Santissima Trindade, Coimbra*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

Silva, R. C. d. (2011). O quarteirão urbano a poente do Forum de Aeminium (Coimbra, Portugal): a sua configuração ao longo do séc. I d.C. *Conimbriga*, *50*, 79-99.

Silva, R. C. d. (2014). A cerâmica dos níveis alto-medievais do fórum de Aeminium (MNMC, Coimbra). In *Estudos de Cerâmica Medieval. O Norte e Centro de Portugal - sécs. IX a XII* (pp. 79-97). Instituto de Estudos Medievais.

Silva, R. C. d., Dias, V., Almeida, S., & Perpetuo, J. (2013). O Lugar Da Torre Dos Sinos (Convento Velho De S. Domingos) Coimbra: notas para o estudo da formação dos terrenos de aluvião, em época Moderna. In *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna. Vol I* (pp. 483-488). CHAM/FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

Silva, R. J. (2016). Portugal dos Pequenitos: a cristalização de um império ou uma brincadeira de crianças? *MIDAS, Museus e estudos interdisciplinares*, *6*.

Silva, S. T., & Silva, L. M. (2013). A Torre de Anto na História das Muralhas da Cidade de Coimbra à Luz das Novas Evidências Arqueológicas. In *Arqueologia em Portugal. 150 Anos* (pp. 969-977). Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Silvério, H. L. A., Silvério, M. A. A., Santos, M. E. F. C. M. d., & Rosário, M. H. C. d. M. C. d. (1979). O Teatro Garcia de Resende. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal*, *61/62*.

Simão, I., & Brazuna, S. (2010). Evolução urbana na colina central de Évora. Contributo da intervenção arqueológica no Museu de Évora. *Apontamentos de arqueologia e património*, *6*, 75-82.

Simões, A. F. (1868). Os Paços Reaes de Évora. *Archivo Pittoresco*, *XI*.

Simões, A. F. (1888). *Escriptos diversos de Augusto Filippe Simões*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Simplício, M. D. (2009). Evolução da estrutura urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI. *A cidade de Évora. Boletim da Câmara Municipal.*

Sitte, C. (1889). *Der Städtebau Nach Seinen Künstlerischen Grundsätzen*.

Solà-Morales, M. d. (2010). Espacio, Tiempo y Ciudad. ¿Bailamos? In C. C. Armengol (Ed.), *Cerdà / Ensanche*. Edicions UPC. (1986)

Solé, J. M. M., Puche, J. M., & Toldrà, J. M. (2014). The octagon, the hendecagons and the approximation of Pi: the geometric design of the clypei in the enclosure of Imperial cult in Tarraco. In *XII International Forum, Le vie dei Mercanti, Best practice in heritage conservation management, from the world to Pompeii.* (pp. 825-834). La scuola di Pitagora editrice.

Sousa, A. C. d. (1748). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Provas, tomo II, I parte* (Atlântida ed.).

Steigerwald, J. (2002). Goethe's Morphology: Urphänomene and Aesthetic Appraisal. *Journal of the History of Biology Vol. 35, No. 2*, *35, No. 2*, 291-328.

Strappa, G. (1995). *Unità dell'Organismo Architettonico. Note sulla formazione e transformazione dei caratteri degli edifici.* Edizioni Dedalo.

Tavares, M. J. P. F. (1982-1984). *Os judeus em Portugal no século XV*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Teichner, F. (1998). A ocupação do centro da cidade de Evora da época romana à contemporânea: primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In J. M. Diogo & H. C. Abraços (Eds.), *Actas des II Jornadas de cerâmica medieval y pós-medieval.* Câmara Municipal de Tondela.

Teixeira, M. C., & Valla, M. (1999). *O Urbanismo Portugues. Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil.* Horizonte.

Teles, N. R. P. (2017). *A capela de São Frutuoso de Montélios*. Mestrado Integrado em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Torres, C., & Macias, S. (1998). *O Legado Islâmico em Portugal.* Fundação Círculo de Leitores.

Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal.* Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Val-Flores, G. S. *O Paço Real de Évora: Apogeu e Declínio de um Espaço Régio*. Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora.

Val-Flores, G. S. (2009). A(s) Judiaria(s) de Évora: contributos para um outro conhecimento. *Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora II* 163-217.

Val-Flores, G. S. (2011). *A evolução urbana : no centro histórico de Évora Vol.I.* Câmara Municipal de Évora.

Val-Flores, G. S. (2012). O Paço Real de Évora. Da Periferia à Centralidade – Percurso de um Espaço Simbólico. In M. d. C. Ribeiro & A. S. Melo (Eds.), *Evolução da Paisagem Urbana. Cidade e Periferia.* Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM).

Valavanis, P. (2021). The Akropolis. In J. Neils & D. K. Rogers (Eds.), *The Cambridge Companion to Ancient Athens*. Cambridge University Press.

Valette, P., & Guichard, V. (1991). Le forum gallo-romain de Feurs (Loire). *Gallia*, *48*, 109-164.

Vaquinhas, I. (1996). O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história. *Revista Portuguesa de História*, *2*(XXXI).

Vasconcelos, A. d. (1930). *A Sé-Velha de Coimbra : apontamentos para a sua história.* Imprensa da Universidade de Coimbra.

Vasconcelos, A. d. (1938). *Os Colégios Universitarios de Coimbra*. Coimbra Editora.

Vasconcelos, H., & Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no periodo medieval. *Monumentos*, *26*, 6-15.

Vasconcelos, M. d. A. J. d. (1995). A Casa dos Coimbras. *Forum*, *18*, 63-80.

Vasconcelos, M. d. A. J. d. (1997). Achegas para o estudo do Paço do Arcebispo D. José de Bragança. *Forum*, *22*, 65-84.

Vaz, F. (2012). O ensino no Colégio do Espírito Santo - de Pombal à fundação do Liceu (1750-1841). In S. M. Pereira & F. Vaz (Eds.), *450 anos de Modernidade Educativa* (pp. 513-530). Chiado Editora.

Viegas, C. (1991). *Intervenção Arqueológica no nº 56 da Praça do Giraldo (Centro Histórico de Évora), Relatório dos Trabalhos – Março de 1991*. Arquivo do Instituto Português de Arqueologia, S – 12564, 91/1 (5).

Vieira, F. (2016). *O mundo rural e o território de Évora durante a Antiguidade Tardia*. Tese de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.

Vieira, M. A. d. S. (2018). *Entre o Campo da Vinha e o Campo de Touros. Uma proposta de reabilitação e reutilização do Palacete Vilhena Coutinho*. Tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Universidade do Minho.

Viganò, P. (1999). *La città elementare*. Skira.

Vilaça, R., & Almeida, S. O., Ricardo Costeira da. (2015). Testemunhos da ocupação pré-romana do Forum de Aeminium (Coimbra, Portugal). *Antrope*, 39-63.

Vilaça, R., & Cunha-Ribeiro, J. P. (2008). *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral*. CEIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

Vitruvius. (1999). *Ten Books on Architecture* (I. Rowland, Trans.). Cambridge University Press.

Waterman, J. T. (1956). Ferdinand de Saussure-Forerunner of Modern Structuralism *The Modern Language Journal*, 307-309.

Whitehand, J. W. R. (2001). British urban morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology 5(2)*, 103-109.

Wilson Jones, M. (2000). *Principles of Roman Architecture*. Yale University Press.

Wolfram, M. (2011). *Uma síntese sobre a cristianização do mundo rural no sul da Lusitania : arqueologia-arquitectura-epigrafia*. Tese de Doutoramento em História (Arqueologia) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.